

O PALÁCIO NACIONAL DA AJUDA E A SUA AFIRMAÇÃO COMO MUSEU (1910-1981)

Luís Filipe da Silva Soares

**Tese de Doutoramento em História da Arte,
Especialização em Museologia e Património Artístico**

maio de 2016

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em História da Arte – Especialização em Museologia e Património Artístico, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Raquel Henriques da Silva.

Apoio financeiro da FCT e do FSE no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio.

Declaro que esta Tese de Doutoramento é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O Candidato

(Luís Filipe da Silva Soares)

Lisboa, de de

Declaro que esta Tese de Doutoramento se encontra em condições de ser apreciada pelo júri a designar.

A Orientadora

(Prof.^a Doutora Raquel Henriques da Silva)

Lisboa, de de

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer aos seguintes:

- à Professora Doutora Raquel Henriques da Silva, orientadora desta tese, por ter lançado o desafio que me fez avançar no meu percurso académico;
- à Fundação para a Ciência e a Tecnologia, que me proporcionou uma Bolsa de Doutoramento;
- à Dr.^a Isabel da Silveira Godinho, co-orientadora desta tese entre 2011 e 2013, por ter aberto as portas de “sua casa” e por ter sempre tentado integrar-me na equipa do Palácio Nacional da Ajuda;
- ao Dr. José Alberto Ribeiro, co-orientador desta tese entre 2013 e 2016, por toda a facilidade de acesso ao Palácio Nacional da Ajuda;
- à Dr.^a Maria de Jesus Monge, pioneira na investigação da temática dos palácios em república, com quem muito aprendi e que me motivou a avançar para este trabalho de investigação;
- à Dr.^a Maria do Rosário Jardim, por todo o acompanhamento, apoio e amizade;
- ao Dr. João Vaz, pela amizade e partilha despreocupada;
- aos restantes membros da equipa do Palácio Nacional da Ajuda, com especial destaque para a Dr.^a Maria Manuela Santana, a Dr.^a Teresa Maranhas, Fátima Patacho, Dr.^a Maria Saldanha de Oliveira, Dr.^a Maria João Burnay, Dr.^a Maria José Gaivão de Tavares, Dr.^a Cristina Neiva Correia, Dr.^a Teresa Marecos, Dr.^a Ludovina Leitão, Carlos Amaro, Josefina Antas, Dr.^a Olinda Baptista e Dr.^a Teresa Pinhal, que com os seus atos, conversas e pistas lançadas, me ajudaram a vários níveis;
- aos funcionários do Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças, pelo profissionalismo e disponibilidade;
- ao Coronel Bernardo Mendes, pelas pistas lançadas acerca da presença da Guarda Nacional Republicana na Ajuda;
- à Dr.^a Fátima Lopes da Biblioteca de Campo Maior, pela simpatia e receptividade;
- ao Museu Municipal de Portalegre, pelas informações prestadas;
- aos colegas de doutoramento Dr. Carlos Silveira, Dr.^a Isabel Falcão e Arq. Pedro Cid, pela partilha de informação que serviram de pistas para investigação;
- à Doutora Leonor Oliveira e ao Doutor Hugo Xavier, por todas as conversas informais que influíram na redação do texto;
- aos senhores meus sogros, Adriana Gregório e Francisco José Baião;
- e um agradecimento muito especial à Joana Baião pela partilha de todos os momentos.

O PALÁCIO NACIONAL DA AJUDA E A SUA AFIRMAÇÃO COMO MUSEU (1910-1981)

LUÍS FILIPE DA SILVA SOARES

RESUMO

O Paço Real da Ajuda, residência real e edifício ligado à representação do poder monárquico constitucional, mudou de funções depois da revolução de outubro de 1910. Passando por um processo demorado de arrolamento dos bens existentes, o agora denominado Palácio Nacional da Ajuda, passou a ter utilizações protocolares ligados à Presidência da República e foi o local escolhido para gerir um possível “garde-meuble” nacional. Contudo, o caráter de antigo paço real foi mantido, permitindo uma progressiva consciencialização da inevitável musealização do local.

Edifício central na memória da Monarquia em Portugal, encarado pela República como local apetecível para diversas funções, o Palácio Nacional da Ajuda seria utilizado pelas instituições deste regime para diversos fins. Porém, dentro de um quadro de tentativa de valorização do conjunto, também sugerido pelas diversas tentativas de conclusão do edifício, as suas características patrimoniais e museológicas marcaram sempre uma posição significativa e incontornável, afirmando-se progressivamente como museu, sendo apresentado ao visitante como Palácio-museu.

Neste trabalho propomos analisar a evolução do Palácio Nacional da Ajuda, da revolução de outubro de 1910 até ao ano de 1981, dando destaque à ação das personalidades fundamentais nos primeiros anos da República (João Taborda de Magalhães e Custódio José Vieira) e analisando a atividade dos seus administradores / conservadores: Armando Porfírio Rodrigues (1911-1938), Manuel Carlos de Almeida Cayola Zagalo (1938-1964), Armindo Ayres de Carvalho (1964-1981).

PALAVRAS-CHAVE

Palácio Nacional da Ajuda, Comissão de Arrolamento, João Taborda de Magalhães, Custódio José Vieira, Armando Porfírio Rodrigues, “Garde-meuble”, Manuel Carlos de Almeida Cayola Zagalo, Protocolo de Estado, Armindo Ayres de Carvalho, Palácio-museu.

THE NATIONAL PALACE OF AJUDA AND ITS AFFIRMATION AS A MUSEUM (1910-1981)

LUÍS FILIPE DA SILVA SOARES

ABSTRACT

The Paço Real da Ajuda (Royal Palace of Ajuda) was a royal residence and a state representation institution within the Portuguese constitutional monarchy context. Subsequent to the proclamation of the Republic regimen in 5th October 1910 its functions have changed and begun a new chapter in its history.

After a long process of inventorying all the objects contented in the palace, the now denominated Palácio Nacional da Ajuda (National Palace of Ajuda) (PNA) was chosen to receive protocol events attached to the Republic Presidency and to be used as a national “garde-meuble”. Despite of these new functions, the old royal palace character was maintained, fact that allowed its future and inevitable musealization.

Central institution to the memory of the Portuguese monarchy, the PNA was considered by the Republican official organisms as a desirable place to install several bureaucratic services. However, within a context of several attempts to valorise the building, its heritage and patrimonial characteristics and museological features lead to the progressive affirmation of the palace as a museum – a Palace-museum.

This work aims at give a comprehensive analysis of the history of the PNA since the Republican revolution until 1981. It will be scrutinized the key events and the action of the major actors in this seven decades: João Taborda de Magalhães and Custódio José Vieira, during the Republican period; and Armando Porfírio Rodrigues (1911-1938), Manuel Carlos de Almeida Cayola Zagalo (1938-1964) and Armindo Ayres de Carvalho (1964-1981), who administrated or directed the Palace as a museological institution.

KEY WORDS

National Palace of Ajuda, Commission for the Judicial Inventory, João Taborda de Magalhães, Custódio José Vieira, Armando Porfírio Rodrigues, “Garde-meuble”, Manuel Carlos de Almeida Cayola Zagalo, State Protocol, Armindo Ayres de Carvalho, Palace-museum.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	iv
RESUMO	v
ABSTRACT	vi
 INTRODUÇÃO	 1
Apresentação	1
Estado da Questão	3
A Ajuda como local predestinado à musealização . Museus e outros espaços expositivos na Ajuda até 1910	7
Metodologia e Estrutura	26
 1. “REPUBLICANIZAÇÃO” DO PAÇO DA AJUDA – 1910 A 1938	 31
1.1. Revolução republicana e o período de “ocupação revolucionária”	32
1.2. Arrolamento	39
1.2.1. Comissão de Arrolamento dos Paços Reais	39
1.2.2. Arrolamento do Paço Real da Ajuda	52
1.3. Tutela	74
1.3.1. Superintendência Geral dos Paços Reais	74
1.3.2. Direção Geral da Fazenda Pública	81
1.3.2.1. Secção dos Palácios Nacionais	105
1.4. Administração do Palácio Nacional da Ajuda.....	112
1.4.1. Armando Porfírio Rodrigues, Almoxarife / Administrador / Conservador do PNA	113
1.4.2. Administração do edifício	137
1.4.2.1. Segurança	155
1.4.2.2. Projetos e obras	166
1.4.3. Gestão de coleções	181

1.4.4. Administração de outros espaços	201
1.5. Tentativas de abertura ao público	222
2. O PALÁCIO DA AJUDA A “MUSEALIZAR-SE” – 1938 A 1964	251
2.1. Tutela (Direção Geral da Fazenda Pública)	251
2.2. Administração do Palácio Nacional da Ajuda	268
2.2.1. Manuel Carlos de Almeida Cayolla Zagalo, Conservador do PNA	269
2.2.2. Administração do edifício	300
2.2.2.1. Projetos e obras	312
2.2.2.2. Projetos para a conclusão do Palácio Nacional da Ajuda	338
2.2.3. Organização das coleções	362
2.2.4. Zona circundante	397
2.2.5. Administração de outros espaços	407
2.3. Palácio aberto à visita	415
3. O PALÁCIO DA AJUDA “MUSEALIZADO” – 1964 A 1981	449
3.1. Tutela	449
3.1.1. Direção Geral da Fazenda Pública	449
3.1.2. Direção Geral do Património	451
3.1.3. Instituto Português do Património Cultural	452
3.2. Administração do Palácio Nacional da Ajuda	456
3.2.1. Armindo Ayres de Carvalho, Conservador do PNA	457
3.2.2. Administração do edifício	478
3.2.2.1. Cimeira da NATO	488
3.2.2.2. O incêndio de 1974	499
3.2.2.3. Projetos e obras	520
3.2.2.4. Projetos para a conclusão do Palácio Nacional da Ajuda	527
3.2.3. Organização das coleções	540
3.2.4. Administração de outros espaços e zona circundante	555
3.3. Palácio-museu	558

CONSIDERAÇÕES FINAIS	589
Tutela e administração – Organismos e personalidades	590
Utilizações e funções – Protocolo de Estado	598
Gestão de coleções – Garde-meuble	601
Administração do edifício – projetos de conclusão	604
Desenvolvimento das características museológicas – afirmação como museu	607
 FONTES DOCUMENTAIS	 617
BIBLIOGRAFIA	620

INTRODUÇÃO

Apresentação

Mesmo com bastante exercício de memória, não nos lembramos da primeira vez que visitámos o Palácio Nacional da Ajuda, nem tão pouco da impressão que nos deixou. No entanto, sabemos que o fomos revisitando e que nele fomos aprendendo sobre diversas temáticas.

Quando, profissionalmente, começámos a deslocar-nos até ao Alto da Ajuda, quer ao Palácio Nacional da Ajuda – Museu, quer às estruturas tutelares dos museus e do património – Instituto Português dos Museus (1991-2007), Instituto dos Museus e da Conservação (2007-2012), Instituto Português do Património Arquitetónico (1992-2007) e Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico (2007-2012) –, começámos a entender, um pouco melhor, a diversidade de espaços e de utilizações deste, outrora Paço Real.

Contudo, consideramos que a nossa verdadeira “entrada” no interior e, por consequência, em alguns dos segredos deste monumento, começou em abril de 2010, mês em que integrámos, como bolseiro de investigação (BI), a equipa do projeto “Fontes para a História dos Museus de Arte em Portugal”. Com o objetivo de valorizar e disponibilizar à consulta pública alguma documentação produzida pelas instituições museológicas, ou por estas herdada, com o propósito último de complementar o conhecimento existente, levando a uma eventual e possível revisão histórica das próprias instituições museais, este projeto foi concebido por um grupo de investigadores, maioritariamente doutorandos, da linha de Museum Studies – MuSt, do Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa¹. O projeto contou com diferentes parceiros – Instituto

¹ Este projeto definiu seis tarefas principais: Tarefa 1 – As origens da Galeria Nacional de Pintura (Hugo Xavier); Tarefa 2 – Base de dados do arquivo histórico do MNAA (1870-1962) (Andreia Novo, Celina Bastos, Ema Ramalheira, Hugo Xavier e Maria João Vilhena); Tarefa 3 – Exposições na coleção fotográfica do MNAA (Emília Ferreira, Hugo Araújo, Paulo Oliveira Ramos e Sandra Leandro); Tarefa 4 – Inventário e estudo dos Arrolamentos dos Paços Reais das Necessidades e da Ajuda (Luís Soares, Maria de Jesus Monge e Maria do Rosário Jardim); Tarefa 5 – Contribuição para a história do Museu de Escultura em Portugal (Maria João Vilhena); Tarefa 6 – Exposições de Belas-Artes da Fundação Calouste Gulbenkian (1957-1961): um estudo sistemático (Leonor Oliveira). No decurso do projeto associaram-se outras investigações: Joana Baião (José de Figueiredo, primeiro diretor do MNAA - 1911-1937), Sofia Lapa (dedicado ao Museu da FCG) e Joana d’Oliva Monteiro (acerca da exposição permanente do MNAA). Os resultados deste projeto podem ser consultados em: *Projetha, Projetos do Instituto de*

dos Museus e da Conservação (IMC), Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA), Palácio Nacional da Ajuda (PNA), Fundação Calouste Gulbenkian (FCG) e Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) – e foi submetido a concurso da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), vindo a receber financiamento (PTDC/EAT-MUS/101463/2008).

Na qualidade de BI, durante dois anos² desempenhámos algumas tarefas relativas à identificação e descrição arquivística no Arquivo do Palácio Nacional da Ajuda – Museu, que culminaram com a disponibilização *online* dos “mitificados” arrolamentos dos palácios nacionais da Ajuda e das Necessidades, bem como de outra documentação associada, através do portal da Arquivo Nacional - Torre do Tombo³.

Apesar de anteriores ligações profissionais, sempre externas, com a realidade dos Palácios Nacionais⁴, durante o período acima referido tivemos a oportunidade de desenvolver um maior conhecimento acerca desta tipologia de edifícios transformados em museus, para o que muito contribuiu o vasto conhecimento da Dr.^a Maria de Jesus Monge, uma das pessoas que recentemente mais tem refletido acerca dos Palácios-Museus⁵.

Durante dois anos foram reunidas, pois, as condições para avançarmos com um projeto individual de investigação, que foi formalizado no seguimento de um desafio da professora Doutora Raquel Henriques da Silva e desenvolvido após conversas estruturantes com diversas pessoas, entre as quais a Dr.^a Maria de Jesus Monge, a Dr.^a Maria do Rosário Jardim e a Dr.^a Isabel da Silveira Godinho.

História da Arte, Fontes para a História dos Museus de Arte em Portugal (PTDC/EAT-MUS/101463/2008), Apresentação de resultados. Acedido em 5 de janeiro de 2015 em URL: http://institutohistoriadaarte.files.wordpress.com/2013/07/projetha_museus-de-arte-em-portugal.pdf

² Período entre 1 de abril de 2010 e 31 de março de 2012. Durante os primeiros meses algumas das tarefas foram levadas a cabo, também, pelo Bolseiro de Integração à Investigação (BII) Pedro Fortes da Silva.

³ Depois de formação específica em arquivística, fornecida pela Dr.^a Leonor Calvão Borges, consultora técnica do projeto, foram levadas a cabo diferentes tarefas no PNA, sob a supervisão de Maria do Rosário Jardim e na Torre do Tombo, acompanhadas por Anabela Ribeiro, Graça Barros, José Miguel e pelos técnicos da Beltrão Coelho, Nuno Moreira e Noel Borges. Fundo Direcção Geral da Fazenda Pública, acedido em 5 de janeiro de 2015 em URL: <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4683265>

⁴ Estágio curricular de Licenciatura em Conservação e Restauro no Palácio Nacional de Sintra (SOARES, Luís, *Relatório de Estágio Curricular. Conservação e Restauro de Património móvel no Palácio Nacional de Sintra* [texto policopiado], 2003/2004); alguns trabalhos de embalagem e de transporte de objetos de e para os diversos palácios nacionais; e, Dissertação de Mestrado em Museologia referente ao Palácio Nacional de Sintra (SOARES, Luís, *Palácio Nacional de Sintra. Circuito Expositivo. Análise da sua evolução* [texto policopiado], março de 2010).

⁵ À data de redação do presente trabalho, tem inscrita na FCSH-UNL a Tese de Doutoramento em História da Arte, especialização em Museologia e Património Artístico, intitulada *Os palácios e as coleções reais portuguesas, 1910-1960. A memória da Monarquia em tempo de República*.

A tese de doutoramento que agora se apresenta surgiu de alguns pressupostos que consideramos serem de elencar, pois serviram de base ao levantamento da questão:

- Apesar de muito se ter avançado nos últimos anos, ainda não se encontram reunidos e fixados os dados da história das instituições museológicas e das principais personalidades a elas ligadas, impedindo assim uma visão de conjunto e uma análise transversal acerca do verdadeiro impacto dos museus em Portugal⁶.
- Ainda que nos últimos anos tenham vindo a público alguns estudos, os Palácios Nacionais continuam ainda a ser alvo de pouca reflexão enquanto instituições museais, continuando por fazer uma história alargada dos momentos e personalidades que a eles estão ligados, desde que estes antigos Paços Reais mudaram de funções com a Implantação da República em 1910⁷.
- O acesso ao Arquivo do Palácio Nacional da Ajuda, no âmbito do projeto “Fontes...”, possibilitou a identificação e uma eventual organização da documentação num arquivo sem arquivista responsável desde 2004, e no qual se criaram algumas contaminações e confusões entre o Arquivo Histórico, Arquivo Intermédio (também denominado de Morto) e Arquivo Corrente (também designado da Secretaria), surgindo assim a possibilidade de entender o verdadeiro volume e as temáticas da documentação existente.

Estado da questão

A mudança de regime político em 1910 teve inevitáveis consequências na existência do Palácio da Ajuda. Uma das questões que desde logo se levantou prendeu-se com a sua utilização futura, sendo que a falta de consenso na definição de uma

⁶ Dos vários trabalhos académicos, destacamos alguns dos mais importantes e recentes: BAIÃO, Joana, *José de Figueiredo, 1871-1937. Ação e contributos no panorama historiográfico, museológico e patrimonialista em Portugal* [texto policopiado], 2014. CARVALHO, Maria João Vilhena de, *As esculturas de Ernesto Jardim de Vilhena. A constituição de uma coleção nacional* [texto policopiado], abril de 2014. FERREIRA, Emília, *Lisboa em Festa: A Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental Portuguesa e Espanhola, 1882* [texto policopiado], junho de 2010. LEANDRO, Sandra, *Joaquim de Vasconcelos (1849-1936): Historiador, Crítico de Arte e Museólogo* [texto policopiado], 2008. XAVIER, Hugo, *Galeria de Pintura no Real Paço da Ajuda* [texto policopiado], 2009. XAVIER, Hugo, *O marquês de Sousa Holstein e a formação da Galeria Nacional de Pintura da Academia de Belas Artes de Lisboa* [texto policopiado], 2015.

⁷ Destacamos os seguintes trabalhos de investigação: MONGE, Maria de Jesus, *Museu-Biblioteca da Casa de Bragança: de Paço a Museu* [texto policopiado], janeiro de 2003. SOARES, Luís, *Palácio Nacional de Sintra. Circuito Expositivo. Análise da sua evolução* [texto policopiado], março de 2010. BELO, Cristina, *A musealização do Palácio Nacional de Mafra* [texto policopiado], outubro de 2010.

resposta inequívoca originou uma relativa imobilidade no interior do edifício, que manteve algumas características de local sem tempo, de casa em suspenso, com ambientes praticamente imutáveis. Nesse período, ainda que não estivesse prevista a abertura do edifício à visita pública regular, a prioridade acabou por ser dada à manutenção dos interiores como os seus antigos proprietários o deixaram na sua partida forçada: “*em nenhuma outra das nossas antigas habitações régias [...] se experimenta, como no Paço da Ajuda, uma tão nítida sensação da presença dos monarcas a quem mais directamente está ligada a sua história*”⁸.

Esta aparente imobilidade do espaço e do seu recheio teve como principal repercussão o entendimento do agora Palácio Nacional da Ajuda como um palácio real que mantinha o aspeto que apresentava no reinado do Rei D. Luís (1838-1889; subiu ao trono em 1861), prolongado no tempo pela sobrevivência da Rainha D. Maria Pia (1847-1911), personalidade até mais presente do que a de seu marido. A relação direta do Palácio com estes reais habitantes tem tido como consequência que as abordagens, estudos e investigações em torno desta instituição estejam sempre centrados no período da segunda metade do século XIX e inícios do século XX. Fica assim de fora da maior parte desses estudos a história do Palácio Nacional da Ajuda a partir de outubro de 1910, que consideramos essencial para uma correta perceção e análise de como esta instituição – atualmente o único Palácio Nacional visitável em Lisboa – é apresentada nos dias de hoje.

Durante algumas décadas apenas alguns roteiros e catálogos aludiram sumariamente aos acontecimentos pós-1910, com destaque para a *Resenha Histórica* de Matos Sequeira⁹ e o *Roteiro* de Cayola Zagalo¹⁰, ambos de 1961. No entanto, quase todas essas referências serviriam apenas para que o leitor/visitante pudesse entender a lógica de abertura do edifício ao público¹¹. A estas publicações podemos acrescentar ainda duas obras com características bem diferentes uma da outra: a primeira, de Vital Fontes, referindo alguns aspetos de cerimónias protocolares¹²; e outra, da autoria de

⁸ ZAGALO, Manuel Cayolla, *Palácio Nacional da Ajuda. Roteiro*, 1961, p. 16.

⁹ SEQUEIRA, Gustavo de Matos, *O Palácio Nacional da Ajuda (Resenha Histórica)*, 1961.

¹⁰ ZAGALO, Manuel Cayolla, *Palácio Nacional da Ajuda. Roteiro*, 1961.

¹¹ Este princípio continuou a ser seguido nos roteiros posteriores: CARVALHO, Ayres de, *O Palácio da Ajuda*, 1973. GODINHO, Isabel Silveira, *O Palácio Nacional da Ajuda*, 1987. GODINHO, Isabel Silveira (coord.), *Palácio Nacional da Ajuda – Itinerário*, 1988. GODINHO, Isabel Silveira (coord.), *Palácio Nacional da Ajuda*, 2011.

¹² FONTES, Vital, *Servidor de reis e de presidentes*, 1945.

Ayres de Carvalho, referindo aspetos da Galeria de Pintura do Rei D. Luís e do incêndio de 1974¹³.

Só mais recentemente, com alguns trabalhos académicos, bem como com outras investigações, essencialmente dedicados a estudos de objetos (individuais ou conjuntos) de diferentes tipologias, que se encontram ou já se encontraram no PNA, algumas questões relativas ao período posterior a outubro de 1910 começaram a ser referidas, ainda que de modo ténue¹⁴. Estes estudos apresentam novos dados acerca de diversos objetos móveis, enriquecendo não só o conhecimento sobre o acervo e as coleções deste palácio nacional, mas também, de uma maneira mais alargada, o conhecimento acerca do panorama artístico e patrimonial português. Neste grupo destacamos alguns trabalhos que nos fornecem informação relevante acerca do PNA durante o período de república em Portugal.

A dissertação de mestrado de Teresa Maranhas, ainda que visando uma tipologia específica de objetos, apresenta um capítulo de contextualização (*Capítulo 2 – O Museu*¹⁵) onde é feita uma resenha da história do museu do Palácio Nacional da Ajuda, com uma especial incidência nas exposições temporárias dos anos 80 e 90. Pela primeira vez, e de modo totalmente intencional, a autora tentou fixar dados, e até avançar com alguma análise, acerca da história do Palácio Nacional da Ajuda, elencando diversos aspetos gerais da vida deste edifício em república: o processo de arrolamento, os conservadores Cayolla Zagalo e Ayres de Carvalho, a abertura do museu, o circuito de exposição, algumas campanhas de obras e cerimónias oficiais.

Hugo Xavier, na sua dissertação de mestrado, seguindo alguns aspetos da história da Galeria de Pintura do Rei D. Luís e de alguns dos objetos que compunham o seu acervo, aponta alguns dados interessantes acerca da evolução do Palácio Nacional

¹³ CARVALHO, Ayres de, *A Galeria de Pintura da Ajuda e as Galerias do Século XIX*, 1982.

¹⁴ MARANHAS, Teresa, *A ourivesaria do século XIX no Palácio Nacional da Ajuda: Um Projecto para a sua Exposição* [texto policopiado], agosto de 1999. BURNAY, Maria João Botelho Moniz, “Utilidade e gosto” na corte portuguesa. *A Higiene e Toilete nos séculos XVIII e XIX. Estojos com serviços de toucador e escritório do Palácio Nacional da Ajuda* [texto policopiado], 2011. GASPAS, Ana Paula, *Uma Coleção de Escultura italiana, da segunda metade do século XIX, no Museu do Palácio Nacional da Ajuda* [texto policopiado], 2002. GODINHO, Isabel da Silveira (coord.), *A baixela de Sua Majestade Fidelíssima: uma obra de François Thomas Germain*, 2002. PINHO, Elsa Garrett, *Poder e Razão. Escultura Monumental no Palácio Nacional da Ajuda*, 2002. SANTANA, Maria Manuela, *Tapeçarias da Casa Real Portuguesa em Setecentos: A Coleção do Palácio Nacional da Ajuda* [texto policopiado], 2005. XAVIER, Hugo, *Galeria de pintura no Real Palácio da Ajuda* [texto policopiado], 2009. XAVIER, Hugo, “O ‘Museu de Antiguidades’ da Ajuda: Numismática e Ourivesaria das Coleções Reais ao tempo de D. Luís”, in, *Revista de História da Arte*, n.º 8, 2011.

¹⁵ MARANHAS, Teresa, *A Ourivesaria do século XIX no Palácio Nacional da Ajuda: Um Projecto para a sua Exposição* [texto policopiado], agosto de 1999, pp. 20-37.

da Ajuda durante a república¹⁶, principalmente acerca dos percursos de alguns dos bens analisados. Esta linha de investigação também é referida em artigo posterior, do mesmo autor, acerca do Museu de Antiguidades do Paço Real da Ajuda¹⁷.

Destacamos ainda a investigação que foi feita acerca da história dos elementos que compõem a Baixela Germain a partir de outubro de 1910, por Bárbara Girão Ribeiro¹⁸. Neste texto são listados os diversos destinos de alguns dos elementos deste conjunto, com as suas diversas utilizações protocolares e museológicas, sendo assim referidos alguns factos relacionados com a vida dos palácios nacionais e, em particular, do PNA, bem como a algumas personalidades e organismos a eles ligados.

Apesar destes contributos, verificamos que, passados mais de 100 anos da implantação do novo regime político, data redonda que teve direito a comemorações oficiais, ainda continua por fazer a história do Palácio Nacional da Ajuda, bem como dos restantes edifícios que mudaram de funções, e das coleções e objetos que foram alvo de heranças, partilhas, expropriações, etc.

Nos últimos anos esta temática começou a ser abordada por Maria de Jesus Monge, que no âmbito do seu projeto de investigação de doutoramento acima mencionado, procura analisar a memória da Monarquia em República através das utilizações dos antigos Paços Reais. Com alguns artigos e comunicações efetuados, uns já beneficiando dos resultados do projeto “Fontes para a História dos Museus de Arte em Portugal”, a autora começou a preencher essa lacuna no conhecimento patrimonial e museológico português¹⁹.

¹⁶ XAVIER, Hugo, *Galeria de pintura no Real Palácio da Ajuda* [texto policopiado], 2009, pp. 100-103.

¹⁷ XAVIER, Hugo, “O ‘Museu de Antiguidades’ da Ajuda: Numismática e Ourivesaria das Coleções Reais ao tempo de D. Luís”, in, *Revista de História da Arte*, n.º 8, 2011.

¹⁸ RIBEIRO, Bárbara Girão, “O destino da Baixela Germain de 1910 aos nossos dias”, in, GODINHO, Isabel da silveira (coord.), *A baixela de Sua Majestade Fidelíssima: uma obra de François Thomas Germain*, 2002, pp. 228-245.

¹⁹ Destacamos os seguintes artigos: MONGE, Maria de Jesus, “A República e os Paços Reais”, in, CUSTÓDIO, Jorge (coord.), *100 anos de património: Memória e identidade. Portugal 1910-2010*, 2010, pp. 111-116. MONGE, Maria de Jesus, “O Património artístico no início do século XX: de Paços Reais a Palácios Nacionais, intenções e razões”, in, *Actas do simpósio Património em construção. Contextos para a sua preservação*, 2011, pp. 121-126. MONGE, Maria de Jesus e SOARES, Luís, “A “viragem” museológica. O Estado Novo apropria-se dos Palácios Nacionais”, in, *Actas do IV Congresso de História da Arte Portuguesa, Homenagem a José-Augusto França*, 2012. MONGE, Maria de Jesus, “Os palácios e as coleções reais portuguesas, 1910-1960. A memória da Monarquia em tempo de República. Projeto de Doutoramento”, in, *Projetha, Projetos do Instituto de História da Arte, Fontes para a História dos Museus de Arte em Portugal (PTDC/EAT-MUS/101463/2008), Apresentação de resultados*. Acedido em 15 de janeiro de 2015 em URL: http://institutodehistoriadaarte.files.wordpress.com/2013/07/projetha_museus-de-arte-em-portugal.pdf

Mais recentemente, e beneficiando já da disponibilização online dos Arrolamentos dos Paços Reais da Ajuda e das Necessidades, foi realizada uma comunicação por Clara Moura Soares²⁰, abordando brevemente o processo de arrolamento dos objetos existentes nos Paços Reais, relacionando-o com as políticas de defesa patrimonial da 1.ª República.

Embora notemos um crescente interesse pelos Palácios Nacionais enquanto estruturas museológicas, em especial acerca da sua conversão nos primeiros anos de República, verificamos que esta temática encontra-se ainda pouco investigada e analisada. Consideramos que os antigos Paços Reais, agora Palácios Nacionais, verdadeiros Palácios-Museus, ainda são equipamentos cuja história tem sido interpretada à luz de certos “mitos” historiográficos e de lugares comuns por vezes dogmáticos, relacionados com o regime monárquico e os últimos anos da Monarquia Constitucional e com a propaganda republicana ao longo de mais de cem anos. Torna-se necessário questionar a evolução destes edifícios, enquanto peças patrimoniais e museológicas, refletindo e avançando com novos questionamentos acerca do modo como foram e são encarados no quadro da evolução da política patrimonial portuguesa.

Neste conjunto de edifícios, o Palácio Nacional da Ajuda é sem dúvida um caso paradigmático, pois foi o último a ser musealizado e a abrir de modo regular ao público, mantendo contudo funções protocolares com um caráter de representação de poder. Merecendo, portanto, um estudo autónomo e inédito para fixação de dados dos principais acontecimentos e personalidades relacionados com a sua história recente, tentaremos analisar a progressiva afirmação deste antigo Paço Real como Palácio-Museu, verificando a eventual inevitabilidade dessa transformação num edifício historicamente associado à concentração e divulgação do saber, durante todo o período de fixação da Família Real neste local da Ajuda.

A Ajuda como local predestinado à musealização – Museus e outros espaços expositivos na Ajuda até 1910

O Paço Real da Ajuda, nascido em local já anteriormente ocupado pela Família Real, foi construído devido a diversas pré-existências que, consideramos, lhe

²⁰ SOARES, Clara Moura, “Os Arrolamentos dos Paços Reais: políticas da I República na gestão do património artístico da Monarquia proscrita”, in, *Museus, Palácios e Mercados de Arte*, 2014.

configuraram algumas das suas principais características, patentes até à atualidade. No entanto, se nos tempos mais atuais a ideia de conjunto se dissipou, convém não perder de vista que, desde a segunda metade do século XVIII aos inícios do século XX, o conjunto deste local era mais vasto, pois englobava o edificado palaciano (com anexos), os seus jardins e a sua tapada, de acordo com uma tradição fixada no século XVII, para os palácios que combinavam o caráter residencial com o de representação de poder de uma figura ou família detentora desse poder:

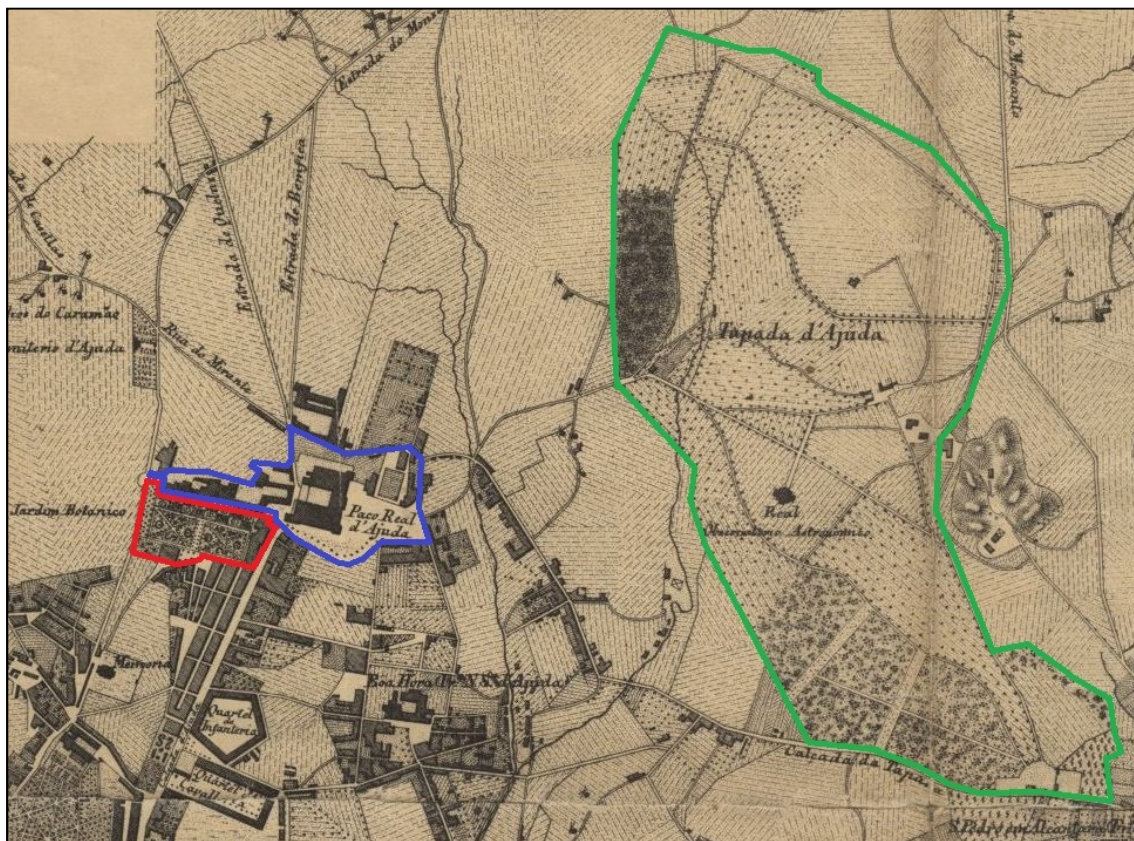


Fig. 1 – Paço Real da Ajuda (azul), Jardim Botânico da Ajuda (vermelho) e Tapada Real da Ajuda (verde).

“Planta da Cidade de Lisboa. Publicada por João Carlos Bom de Souza e gravada por J. F. M. Palha. 1875.” (pormenor)

“Desde o século XVII que a relação jardim-palácio era quase obrigatória. Não se julgava viável a construção de um palácio sem jardim, e no caso de palácios de maiores dimensões teriam estes de ter uma tapada para animais selvagens com bosque. No caso da Ajuda seria a junção do Jardim Botânico, do Palácio e da Tapada da Ajuda (com cerca de 100 hectares).”²¹

²¹ CASTEL-BRANCO, Cristina, *O lugar da Ajuda*, 1999, p. 38.

É de facto considerando esta tríade Palácio-Jardim-Tapada que este local deverá ser entendido, no seu todo, até finais de 1910, época em que a sua conceção começou a ser alterada.

Interessou-nos, pois, entender alguns dados gerais acerca destes diversos espaços que compunham a Ajuda, evocando, naturalmente, as suas anteriores utilizações “museológicas” (os espaços de exposição e divulgação de conhecimento). No entanto, sem se pretender elaborar uma abordagem exaustiva, optámos somente por uma contextualização genérica do período anterior a 1910, de modo a sustentar alguns argumentos tratados e desenvolvidos no corpo do projeto desenvolvido.

Dividindo a ocupação Real da Ajuda em duas grandes fases, tendo como fronteira cronológica a eleição deste local como principal residência por parte do Rei D. Luís, em 1862, constatamos alguns aspetos interessantes.

Numa primeira fase, verificamos nos planos do Rei D. João V uma tentativa de unificação de diversas quintas²². Este projeto não chegaria a ser construído, tendo sido posto de lado pelo próprio monarca, que encomendaria a Filippo Juvarra²³ um projeto para um grande palácio real na área, à data designada por “Buenos Aires”²⁴. Ficaria este plano também por concretizar, pois foi preterido por outro empreendimento grandioso, o Convento de Mafra²⁵.

Na sequência do Terramoto de 1755 em Lisboa, o Rei D. José I²⁶ ficou sem o Paço da Ribeira, sua principal residência na capital do Reino, instalando-se na Ajuda, numa das zonas mais poupadas na área de Lisboa²⁷. Criando-se inicialmente uma estrutura provisória perto do antigo Palácio dos Condes de Óbidos, rapidamente se

²² O rei D. João V (1689-1750, rei a partir de 1707), teve o projeto de unir um conjunto de propriedades adquiridas entre 1726 e 1727 (Quinta de Baixo, adquirida aos Condes de Aveiras; Quinta do Meio, pertença até então dos Condes da Calheta; Quinta de Cima, até então dos Condes de Óbidos; e Quinta da Praia, dos Condes de São Lourenço)

²³ Filippo Juvarra (1676-1736). Arquiteto e cenógrafo italiano, que trabalhou para diversas cortes europeias, com obra construída no norte da Península Itálica e em Espanha. “JUVARA (Filipe)”, in, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 14, p. 422.

²⁴ “Buenos Aires” ou “Boinos Ayres”, apesar de por vezes ser localizado na zona superior do vale de Alcântara, ficaria numa área superior do atual bairro da Lapa. ROSSA, Walter, *Além da Baixa. Indícios de planeamento urbano na Lisboa setecentista*, 1998, p. 32. “Vista e perspectiva da Barra Costa e Cidade de Lisboa Capitale do Reino de Portugal, Situada na borda do Rio Tejo em 38 graos 42 minutos e 50 Segundos de latitude e em 8 graos 26 minutos e 15 Segundos de longitude. Ainda que por causa do memorável terremoto do 1º Novembro 1755 esteja muito desfigurada da nobreza que teve e acabada de redificar não cederá à melhor da Europa / Bernardo de Caula P.ro tenente dartilharia do algarve. 1763.”

²⁵ CARVALHO, Ayres de, *D. João V e a Arte do seu Tempo*, 1960.

²⁶ D. José I (1714-1777), rei entre 1750 e 1777.

²⁷ SOUSA, Francisco Luís Pereira de, *O Terramoto do 1.º de Novembro de 1755 em Portugal. Um Estudo Demográfico*, vol. III, 1928, apud, CASTEL-BRANCO, Cristina, *O lugar da Ajuda*, 1999, p. 33.

construiria aí um novo Paço Real, agora de madeira e pano, ficando conhecido pela denominação de “Real Barraca da Ajuda”. Este novo espaço, habitado desde 1756²⁸, demorou cerca de cinco anos a ser concluído, atraindo para esta zona de Lisboa diversos serviços do Estado e diversas figuras de primeira importância no país e tornando, deste modo, a Ajuda como um dos principais centros da vida social e política de Portugal.

Com a instalação do novo Paço Real nesta área, surgiram também outras necessidades. Desde logo a criação de uma Capela Real, para a qual foi aproveitada a igreja preexistente, que mais tarde seria aumentada e avançada para Patriarcal²⁹. Foram ainda nos anos posteriores criadas novas estruturas e equipamentos de apoio à Real Barraca: jardins, biblioteca real, gabinetes de estudo, sala de música, sendo ainda reabilitado o Teatro da Ajuda, erigido inicialmente no ano de 1737³⁰.

Como parêntese relacionado com a nossa área de estudo, poderemos considerar que os usos “expositivos” da Ajuda, ligados à presença da Família Real, começaram no momento em que o coche em que seguia o rei D. José I aquando da tentativa de assassinato que sofreu na madrugada de 3 de setembro de 1758 (que deu origem ao célebre Processo dos Távoras), foi colocado em exposição pública no âmbito de pura propaganda política. Segundo Ayres de Carvalho, este coche esteve exposto nas cocheiras da Real Barraca de modo a mostrar a todos aqueles que aí se deslocassem as “*duas brechas esféricas, de disforme grandeza*”, marcas do atentado feitas pelos “*três bacamartes ou roqueiras*”, e o considerado milagre que explicava a salvação quase incólume do monarca³¹.

Aparte este curioso pormenor “expositivo”, nesta primeira fase este local ficou marcado essencialmente pela construção do **Jardim Botânico** e do **Museu de História Natural** (Real Museu da Ajuda) associado.

²⁸ “*Suas Magestades e Altezas se mudaram hontem para a sua nova Barraca que ainda que se lhe da este nome, se lhe pode chamar hum bom Palacio, só com o defeito de não ter segundo andar pelo receyo em que ainda estamos dos tremores de terra*”, informa, em 23 de julho de 1756, o secretário de estado de D. José I, D. Luís da Cunha a Martinho de Melo e Castro, secretário em Londres. ANTT, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Maço 61, Despacho de D. Luís da Cunha a Martinho de Melo e Castro, 23 de julho de 1756, *apud*, SANTOS, Guilherme de Oliveira, *O Caso dos Távoras*, 1959, p. 93.

²⁹ De Capela Real transformou-se, em 1792, em Patriarcal. Pelo risco de Manuel Caetano de Sousa, foi-lhe acrescentada a torre em pedra que ainda hoje existe no local. CARVALHO, Ayres de, *Os Três Arquitectos da Ajuda. Do "rocaille" ao neoclássico*, 1979, pp. 16-18.

³⁰ JANUÁRIO, Pedro Gomes, *Giovanni Carlo Sicinio Galli Bibiena: Teatro real da Ajuda*, 2007, pp 37-51.

³¹ CARVALHO, Ayres de, *Os Três Arquitectos da Ajuda. Do "rocaille" ao neoclássico*, 1979, p. 15.

O “*Real Jardim Botânico, destinado à instrução dos príncipes e a recreio da família real*”³² foi instalado na antiga “*Quinta de Frutta e de Hortalize*”, localizada na encosta sul do Paço Velho, antigo Palácio dos Condes de Óbidos, em 1768, segundo conceção e direção de Domenico Agostino Vandelli (1735-1816)³³ que, com o apoio dos primeiros inspetores do Real Jardim Botânico, desenvolveu neste jardim uma ação de modo a retirar benefícios de interesse económico, através da aclimação e cultura de plantas vindas de todo o mundo. As viagens de exploração, que se iniciaram no final do século XVIII e que se realizaram em diversos locais (Goa, Cabo Verde, Madeira, Moçambique, Angola, Brasil e Estados Unidos da América), contribuíram para a recolha de espécies e consequente envio para o Jardim e Museu da Ajuda³⁴. Entre 1772 e 1791 Vandelli esteve em Coimbra, regressando então a Lisboa, tornando-se diretor do Jardim Botânico da Ajuda, até ao ano de 1810. Em relatório de 1791, Vandelli refere que o Museu da Ajuda não tinha instalações grandes, impedindo a exposição sistemática de todos os objetos, mencionando também que existiam muitas espécies não catalogadas e identificadas, logo apontando a não existência de um catálogo completo do museu³⁵. A partir de 1795, passou a contar com o auxílio de Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815)³⁶, nomeado vice-diretor. Em 1808, na sequência das invasões napoleónicas, o General Jean-Andoche Junot (1771-1813) ordenou a Vandelli que entregasse a Étienne Geoffroy Saint-Hilaire (1772-1884)³⁷, tudo quanto este escolhesse na Ajuda. Contudo, o jardim não seria muito afetado, ao contrário do museu anexo, de onde saíram “*Mais de mil e quinhentos exemplares de mineralogia, zoologia e botânica*”, incluindo manuscritos e herbários. No seguimento destes acontecimentos, Vandelli foi afastado do cargo e deportado para os Açores no ano de 1810.

³² CASTEL-BRANCO, Cristina, *O lugar da Ajuda*, 1999, p. 39.

³³ BRIGOLA, João Carlos, *Colecções, Gabinetes e Museus em Portugal no séc. XVIII*, 2000. GUIMARÃES, Jorge, “Vandelli, Domenico, 1735-1816”. Acedido em 10 de maio de 2013 em URL: <http://bibdigital.bot.uc.pt/index.php?language=pt&menu=9&tabela=geral>.

³⁴ CASTEL-BRANCO, Cristina; SOARES, Ana Luísa; CHAMBEL, Teresa, *O aparecimento do jardim: Domingos Vandelli*, 1999, pp. 55-89.

³⁵ BRIGOLA, João Carlos, *Colecções, Gabinetes e Museus em Portugal no séc. XVIII*, 2000. CASTEL-BRANCO, Cristina, SOARES, Ana Luísa, CHAMBEL, Teresa, *O aparecimento do jardim: Domingos Vandelli*, 1999, pp. 63-66.

³⁶ SODRÉ, Muniz, Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira. Acedido em 6 de junho de 2013 em URL: <http://bndigital.bn.br/dossies/alexandre-rodrigues-ferreira/>.

³⁷ Étienne Geoffroy Saint-Hilaire (1772-1884), naturalista francês. Foi professor, investigador e fez parte de diversas expedições científicas, com destaque para a expedição de Napoleão ao Egito no ano de 1798. “Étienne Geoffroy Saint-Hilaire”. Acedido em 6 de junho de 2013 em URL: http://www.larousse.fr/encyclopedie/personnage/%C3%89tienne_Geoffroy_Saint-Hilaire/121142.

Em 1811, Félix da Silva Avelar Brotero (1744-1828)³⁸ foi nomeado diretor do Jardim da Ajuda, sendo neste cargo que elaborou um catálogo do jardim³⁹. A partir da década de 1820 as coleções do jardim deixaram de ser aumentadas, o que levou a uma certa estagnação e posterior decadência, com a saída de Brotero em 1828. Em 1836, o Jardim da Ajuda e o Real Museu da Ajuda foram entregues à administração da Academia das Ciências, passando em 1838 a ser administrados pela Escola Politécnica, de modo a servirem também no ensino da Botânica⁴⁰. Com esta mudança tutelar o Museu da Ajuda viria a esvaziar-se continuamente, sendo as coleções restantes doadas pelos monarcas portugueses, D. Pedro V e D. Luís I, à Politécnica de Lisboa, de modo a aumentar o seu acervo.

Em 1873 foi inaugurado o Jardim Botânico da Escola Politécnica, projeto impulsionado por Francisco Manuel de Melo Breyner, Conde de Ficalho (1837-1903), para o qual foram duplicadas inúmeras espécies do Jardim da Ajuda. Esta duplicação tirou ao Jardim da Ajuda a função essencialmente botânica e de ensino, levando a que fosse entregue novamente à Casa Real, no ano de 1874, assumindo uma função fundamentalmente de recreio. O Jardim Botânico da Ajuda ficou, então, a ser administrado pela Casa Real até 1910, sendo utilizado como local de recreio da Família Real e dos seus convidados⁴¹.

As estruturas referidas, conjuntamente com a **Biblioteca da Ajuda**⁴², permitiam o acumular de conhecimento e a sua divulgação, não só para a educação e lazer dos

³⁸ GUIMARÃES, Jorge, “Brotero, Félix de Avelar, 1744-1828”. Acedido em 7 de junho de 2013 em URL: <http://bibdigital.bot.uc.pt/index.php?language=pt&menu=3&tabela=geral>.

³⁹ CASTEL-BRANCO, Cristina, REGO, Francisco Castro, *O mundo das plantas e a ciência*, 1999, p. 113.

⁴⁰ Em outubro de 1838 Xavier de Almeida, professor da 8ª cadeira (Anatomia e Fisiologia Comparadas e Zoologia) do curso de Introdução à História Natural dos Três Reinos, foi encarregado do ensino da Botânica e da administração do Real Museu e Jardim Botânico da Ajuda. A partir de novembro de 1838 os dois estabelecimentos passaram a ficar incorporados na Escola Politécnica e, em 1840, José Maria Grande, lente principal da cadeira de Botânica da Escola Politécnica de Lisboa tornou-se diretor efetivo do jardim. Mais tarde, foi nomeado para diretor do Jardim da Ajuda João de Andrade Corvo, lente substituto da cadeira de Botânica, posteriormente substituído pelo Conde de Ficalho, também lente da mesma cadeira. CASTEL-BRANCO, Cristina, REGO, Francisco Castro, *O mundo das plantas e a ciência*, 1999, pp. 115-116.

⁴¹ Acerca do Jardim Botânico e do Museu da Ajuda ver ainda: ALMAÇA, Carlos, *A Natural History Museum of the 18th Century: The Royal Museum and Botanical Garden of Ajuda*, 1996. BOMBELLES, Marquis de, *Journal d'un ambassadeur de France au Portugal 1786-1788*, 1979. CERÍACO, Luís, *A Evolução da Zoologia e dos Museus de História Natural em Portugal (Séc. XVIII-XX): Da história da ciência à preservação e valorização das coleções zoológicas portuguesas*, 2014.

⁴² A Biblioteca Real da Ajuda, com origem na antiga Livraria Real do Paço da Ribeira, destruído pelo Terramoto de 1755, foi constituída por determinação do Rei D. José I. O seu núcleo fundador era formado por exemplares que tinham sobrevivido ao terramoto e por algumas bibliotecas particulares que igualmente escaparam à catástrofe. A Biblioteca da Ajuda foi primitivamente instalada em casas anexas à

membros da Família Real, mas também para o que poderemos considerar a comunidade científica portuguesa de então⁴³.

Depois da destruição da Real Barraca no incêndio de 1794⁴⁴, surgiu a ideia de edificar no mesmo local um novo complexo palaciano, já de pedra e cal, mais digno com a posição real dos seus ocupantes. Foi então concebido um primeiro plano, da autoria de Manuel Caetano de Sousa⁴⁵, ainda com um pendor essencialmente barroco⁴⁶, começando os trabalhos de limpeza de terreno e lançamento de fundações no ano de 1796⁴⁷. Devido ao desagrado com a estética barroquizante do projeto, este foi posto de

Real Barraca, na Ajuda, não sofrendo quaisquer danos aquando do incêndio de 1794. Parte desta biblioteca foi transferida para o Rio de Janeiro entre 1810 e 1811, dando origem à atual Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Em 1821, com o regresso da Família Real a Lisboa, parte da Biblioteca Real da Ajuda foi recuperada, sendo então composta pela coleção de manuscritos, os designados manuscritos da Coroa, aos quais foram adicionadas algumas livrarias particulares adquiridas para o efeito, algumas livrarias de ordens religiosas e algumas livrarias de membros da Família Real. De acordo com os planos do Rei D. Luís I para ocupação dos grandes espaços da ala norte do Paço Real da Ajuda com estruturas ligadas ao conhecimento, foram encetadas obras para a transferência da biblioteca para o piso térreo do Paço. Esta ocorreu por ocasião das Comemorações do tricentenário da morte de Camões, no ano de 1880. A Biblioteca Real da Ajuda passou então a ocupar a metade norte da fachada nascente do edifício, aí permanecendo até à atualidade, efetuando contudo cada vez menos incorporações, assumindo-se praticamente como uma coleção fechada desde o advento da República.

Acerca deste assunto ver: SOUZA; Luiz Antonio Lopes de, *Biblioteca Nacional: 200 anos de arquitetura*. Acedido em 8 de maio de 2013 em URL: <http://bndigital.bn.br/200anos/ospredios.html> e <http://bibliotecadaajuda.blogspot.pt/2006/09/documentrio.html>. LEÃO, Francisco G. Cunha, *Macau e o Oriente na Biblioteca da Ajuda*, 1998, pp. 13 e 20. FERREIRA, M.M., *Biblioteca da Ajuda – Esboço Histórico*.

⁴³ Especificamente para a educação dos membros da Família Real, com destaque para os infantes em idade de formação, existiram também na Ajuda outros equipamentos que não referimos, por considerarmos que eram no essencial utilizados expressamente para esse fim educativo dos príncipes, e não tinham propriamente fins de divulgação exterior. Neste grupo poderíamos colocar o denominado Gabinete da Física e as dependências anexas para estudo dos príncipes. GODINHO, Isabel Silveira; GUEDES, Carmina Correia (coord.), *A Educação dos Príncipes no Paço da Ajuda*, 2004.

Também deste período, poderíamos referir o teatro de ópera no Palácio Velho, anteriormente referido, ou até a Sala dos Serenins, espaço destinado à realização de concertos de música de câmara, mas julgamos que estes equipamentos, apesar de terem propósitos culturais, eram somente utilizados enquanto estruturas disponíveis para lazer da família real e da sua corte.

⁴⁴ Na madrugada do dia 11 de novembro de 1794, deflagrou um incêndio que consumiu quase por completo a estrutura edificada da Real Barraca. Na sequência desta perda a Família Real passaria a ocupar o Paço de Queluz.

⁴⁵ Manuel Caetano de Sousa (1742 – 1802). Das suas obras destacamos: decoração escultórica da Biblioteca de Mafra, Palácio Palmela, reconstrução das igrejas da Encarnação e de São Domingos, Capela Real do Palácio da Bemposta, e o projeto inicial do Paço da Ajuda. TEIXEIRA, José, *José da Costa Silva (1747-1819) e a receção do neoclassicismo em Portugal: a clivagem de discurso e a prática arquitectónica*, 2012.

⁴⁶ Ayres de Carvalho considera que os palácios de Caserta (Itália), Escorial (Espanha) e Versalhes (França) terão servido também de fontes primárias de inspiração para o projeto de Manuel Caetano de Sousa para a Ajuda. CARVALHO, Ayres de, *Os Três Arquitectos da Ajuda. Do "rocaille" ao neoclássico*, 1979, p. 54.

⁴⁷ Ayres de Carvalho refere que “Sem dúvida que durante os primeiros meses de 1795 já Manuel Caetano tinha feito os projectos para o novo Palácio da Ajuda, pois que aos 27 de Julho o iremos encontrar na ‘Caza do risco pertencente à Santa Igreja Patriarcal’, salva do incêndio e situada ao lado da destruída Barraca Real.”; e aponta que os planos seriam aprovados pelo Príncipe Regente D. João, em nome de sua mãe, a Rainha D. Maria I, a 19 de maio de 1796. CARVALHO, Ayres de, *Os Três Arquitectos da Ajuda*.

parte e suspenderam-se as obras, abrindo-se assim caminho para um novo projeto que se enquadrasse nas novas tendências iluministas e classicizantes, levando à publicação do Decreto de 21 de janeiro de 1802⁴⁸, segundo o qual se entregava agora a direção da obra aos arquitetos José da Costa e Silva⁴⁹ e Francisco Xavier Fabri⁵⁰.

Torna-se importante referir que, nos diversos projetos para edificação do Paço Real da Ajuda, surgem referências a espaços para biblioteca, museus e galerias, com principal destaque para o projeto de Costa e Silva. Este arquiteto projetou a construção de um edifício praticamente simétrico à Patriarcal, destinado exclusivamente para estas estruturas culturais⁵¹. No entanto, este corpo arquitetónico não seria edificado.

Este primeiro momento da presença da Família Real na Ajuda terminou em decadência. Primeiro, o incêndio de 1794 e, depois, as invasões napoleónicas que tiveram como consequência a saída da Família Real de Portugal para o Brasil, sentenciaram o declínio destes locais, enfatizado posteriormente pelo encerramento do Real Museu e pela manutenção empobrecida do Jardim Botânico, bem como pela saída da maioria do conteúdo da Biblioteca. Este período é ainda marcado pelo declínio da obra da Ajuda, agora a cargo de António Francisco Rosa⁵²; o projeto viria a ser redimensionado, reduzindo-se o tamanho do edifício, que viria a perder os corpos

Do "rocaille" ao neoclássico, 1979, pp. 53 e 54. José de Monterroso Teixeira refere o seguinte: “*Em 21 de Julho de 1795 deitou-se a primeira pedra no Palacio da Ajuda, a q. assistirão as Pessoas Reaes, e Corte*”. (BNP, COD. 8.604.). TEIXEIRA, José, *José da Costa Silva (1747-1819) e a receção do neoclassicismo em Portugal: a clivagem de discurso e a prática arquitectónica*. Volume I, 2012, p. 429.

⁴⁸ CARVALHO, Ayres de, *Os Três Arquitectos da Ajuda. Do "rocaille" ao neoclássico*, 1979, p. 58.

⁴⁹ José da Costa e Silva (1747-1819). Das suas obras destacamos as seguintes: Erário Público, Teatro de São Carlos, Asilo de Inválidos Militares de Runa, reconstrução da Igreja do Loreto, remodelação da Capela do Paço Ducal de Vila Viçosa e um dos projetos neoclássicos do Paço da Ajuda. Foi chamado ao Brasil em 1811, onde foi responsável por diversas remodelações em edifícios pré-existentes e por alguns projetos para edifícios novos. Foi ainda responsável pela reconstrução de S. Salvador da Baía, depois desta cidade ter sido arrasada pelas chuvas de 1813. TEIXEIRA, José, *José da Costa Silva (1747-1819) e a receção do neoclassicismo em Portugal: a clivagem de discurso e a prática arquitectónica*, 2012.

⁵⁰ Francisco Xavier Fabri, ou, Francesco Saverio Fabri (1761-1817). Veio para Portugal em 1790, por convite do Bispo do Algarve, D. Francisco Gomes de Avelar, para levar a cabo a reconstrução de diversos locais destruídos pelo terramoto de 1755. No Algarve foram-lhe atribuídas as seguintes obras: o Arco da Vila, o Seminário Episcopal e o Hospital da Misericórdia, todos em Faro e algumas igrejas reconstruídas, de entre as quais destacamos a de Tavira. Das suas obras em Lisboa destacamos: o Hospital Real da Marinha, remodelação do Palácio dos Castelo Melhor, Túmulo de Waldeck, no Cemitério dos Ingleses e um dos projetos neoclássicos do Paço da Ajuda. Fabri foi também responsável pelo primeiro levantamento arqueológico das Ruínas do Teatro Romano de Lisboa. CARVALHO, Ayres de, *Os Três Arquitectos da Ajuda. Do "rocaille" ao neoclássico*, 1979.

⁵¹ “*tudo o que não he do quotidiano serviço de Vossa Alteza, como são por exemplo galerias de painéis, livrarias, gabinetes de física, e de outras artes e sciencias, e tudo o mais, que Vossa Alteza Real for servido ordenar.*” CARVALHO, Ayres de, *Os Três Arquitectos da Ajuda. Do "rocaille" ao neoclássico*, 1979, p. 158.

⁵² António Francisco Rosa (?-1829). Com a morte de Fabri, de quem era ajudante, assumiu a direção da obra do Paço Real da Ajuda em 1817. CARVALHO, Ayres de, *Os Três Arquitectos da Ajuda. Do "rocaille" ao neoclássico*, 1979.

central e poente, procurando-se dar agora à planta um aspeto essencialmente quadrangular, repetindo a poente a fachada já levantada a nascente, com os dois torreões e a arcaria e frontão central.

Com o regresso da Família Real, vinda do Brasil, em 1821, teve início a utilização dos espaços do Real Paço da Ajuda, mas apenas para cerimónias protocolares muito pontuais, pois o Rei D. João VI optou por se instalar no Palácio da Bemposta. O Paço da Ajuda seria residência real, ainda que temporariamente, pela primeira vez em 1826⁵³, mantendo-se nas décadas seguintes apenas como lugar privilegiado para a organização de eventos políticos e religiosos, sendo o palco de alguns dos principais acontecimentos marcantes da política e da sociedade portuguesas⁵⁴.

O segundo momento de ocupação da Ajuda foi marcado pela presença do Rei D. Luís I (ainda que possa haver algum recuo temporal, relativo ao período do reinado de D. Pedro V), que dotou o lugar da Ajuda com diversos equipamentos expositivos ligados à acumulação e divulgação de conhecimento.

Em 1861 subiu ao trono o Rei D. Luís I, pela morte de seu irmão. No ano seguinte, 1862, D. Luís I e sua mulher, a Rainha D. Maria Pia de Sabóia, fixaram residência no Paço Real da Ajuda, instalando-se definitivamente neste local depois de uma campanha de obras, essencialmente interiores, que visaram preparar o espaço para a nova função⁵⁵. Nos anos seguintes foram efetuadas várias campanhas de obras, em

⁵³ Em 1826, o Paço da Ajuda seria pela primeira vez utilizado como residência real, instalando-se aí, depois da morte de D. João VI, a regente do reino, Infanta D. Isabel Maria, filha do monarca morto. A Regente alojou-se no piso térreo do Real Paço da Ajuda, com as suas irmãs D. Maria da Assunção e D. Ana de Jesus Maria e com a sua tia-avó D. Maria Francisca Benedita.

⁵⁴ Juramento da Carta Constitucional pela Regente D. Isabel Maria (30 de outubro de 1827); anúncio do casamento do Infante D. Miguel com a sua sobrinha D. Maria II (3 de dezembro de 1827); juramento da Carta Constitucional pelo Infante D. Miguel (26 de fevereiro de 1828); Dissolução das Cortes e a Proclamação de D. Miguel como Rei Absoluto de Portugal (23 de junho de 1828); Reafirmação de D. Pedro como regente do Reino em nome de sua filha, a Rainha D. Maria II, jurando a Carta Constitucional na Sala do Trono (30 de agosto de 1834); Comemoração dos casamentos de D. Maria II, primeiro com D. Augusto Carlos Eugénio Napoleão e Beauharnais, Duque de Leuchtenberg e de Santa Cruz (26 de janeiro de 1835), depois com D. Fernando Augusto Francisco António de Saxe-Coburgo-Gotha-Koháry (9 de abril de 1836); Coroação de D. Pedro V (17 de Setembro de 1855); Comemoração do casamento de D. Pedro V com D. Estefânia de Hohenzollern-Sigmaringen (maio de 1858); entre outros.

⁵⁵ Para a escolha deste edifício como residência principal deverão ter contribuído diversos fatores. Desde logo o facto de ser um edifício da Casa Real desocupado, ao contrário do Paço das Necessidades que estava ocupado pelo Rei D. Fernando II. O seu caráter isolado também deverá ter influenciado a escolha, num momento em que as mortes de D. Pedro V (novembro de 1861) e de seus irmãos D. Fernando (novembro de 1861) e D. João (dezembro de 1861), todos de febre tifóide, estiveram envoltas em polémica, correndo mesmo o boato de envenenamento. O Paço da Ajuda sofreu então algumas obras, em distintas campanhas, sendo as mais importantes as que antecederam a chegada da Rainha D. Maria Pia (outubro de 1862) e aquelas que tiveram lugar entre os anos de 1863 e 1865. SILVA, Joaquim Possidónio

especial remodelações com preocupações de conforto e de gosto, particularmente fomentadas pela Rainha D. Maria Pia, que procurou dotar o edifício de comodidades modernas. Este palácio passou então a testemunhar não só os atos oficiais dos monarcas, uma vez que tinham aqui lugar alguns banquetes e receções protocolares, mas também a vida privada do casal real e do crescimento dos infantes, D. Carlos⁵⁶ e D. Afonso⁵⁷, ambos nascidos neste local.

Após a morte de D. Luís I em 1889, permaneceram como habitantes da Ajuda a Rainha viúva D. Maria Pia e o seu filho mais novo, o Infante D. Afonso⁵⁸. O Real Paço da Ajuda, até então administrado pela Casa Real, seria a partir de 1889 administrado de maneira bicéfala: o piso térreo e os aposentos do Infante D. Afonso no piso nobre eram geridos pela então criada Administração da Casa de Sua Majestade a Rainha D. Maria Pia; e, as principais salas do piso nobre continuavam a ser administradas diretamente pela Casa Real, uma vez que seriam ainda utilizadas para as principais cerimónias oficiais pelo Rei D. Carlos I e, depois de 1908, pelo Rei D. Manuel II⁵⁹. Deste modo o palácio manteve um certo carácter dual, de casa nobre da segunda metade do século XIX e início do século XX, e de local de representação de poder monárquico⁶⁰.

Datam do reinado de D. Luís I a criação e instalação da **Galeria de Pintura no Real Paço da Ajuda** e do **Museu de Antiguidades e Gabinete de Numismática**, bem como a transferência, em 1880, da Biblioteca da Ajuda para o próprio edifício do Paço Real da Ajuda.

Por considerar que faltava uma galeria de pintura em Portugal – e decerto influenciado por exemplos estrangeiros –, o Rei D. Luís I viria a impulsionar o projeto

Narciso da, *Descrição das Novas Salas no Real Palácio da Ajuda. Obras mandadas executar por Sua Magestade a Rainha A Senhora D. Maria Pia de Sabóia nos Seus Reaes Aposentos*, 1865.

Já anteriormente, em 1834, Joaquim Possidónio Narciso da Silva tinha sido incumbido pelo Rei D. Pedro IV de elaborar um projeto de conclusão do palácio da Ajuda. Esse plano foi aprovado mas com as mortes de D. Pedro IV e de D. Augusto, Duque de Leuchtenberg, nunca seria executado. XAVIER, Hugo, *Galeria de pintura no Real Palácio da Ajuda*, 2009, p. 18.

⁵⁶ D. Carlos I (1863-1908), rei entre 1889 e 1908.

⁵⁷ Infante D. Afonso, Duque do Porto (1865-1920).

⁵⁸ D. Carlos I, filho mais velho do casal e agora Rei, deixara a Ajuda aquando do seu casamento, em 1886, com D. Amélia de Orleães (1865-1951), instalando-se então no Palácio de Belém (posteriormente o novo casal real ocuparia o Palácio das Necessidades, que tinha ficado desocupado com a morte do Rei D. Fernando II, em 1885).

⁵⁹ D. Manuel II (1889-1932), rei entre 1908 e 1910.

⁶⁰ Das vivências do Paço da Ajuda durante o período de D. Luís e de D. Maria Pia existem diversos testemunhos e relatos, dos quais destacamos: BREYNER, Thomaz de Mello, *Diário de um Monárquico*, 2005 (vol. 1), 2002 (vol. 2) e 1993 (vol. 3). BREYNER, Thomaz de Mello, *Memórias do Professor Thomaz de Mello Breynier 4.º Conde de Mafra*, 1930 (vol. 1) e 1934 (vol. 2). COLAÇO, Branca de Gonta (org.), *Memórias da Marquessa de Rio Maior*, 1930. FONTES, Vital, *Servidor de reis e de presidentes*, 1945. LAVRADIO, Marquês de, *Memórias do Sexto Marquês de Lavradio*, 1947.

de constituição de uma galeria de pintura na ala norte do Paço Real da Ajuda, inaugurada em 1867 e aberta ao público em 1869.

A construção da galeria de pintura consistiu essencialmente na adaptação de uma grande sala da ala norte do Paço Real da Ajuda. As obras tiveram início no segundo semestre de 1866, sob a direção de José António Abreu (1796-1873), tendo ficado concluídas em outubro de 1867⁶¹. Nestes trabalhos de adaptação “*A grande sala foi por Abreu dividida em duas, uma destinada aos ‘Quadros Antigos’ e outra aos ‘Quadros Modernos’ conforme as designações patentes nos catálogos.*”⁶² Hugo Xavier, no seu estudo acerca desta Galeria, refere os pormenores de decoração, mencionando encomendas e faturas e apontando igualmente os diversos aspetos da adaptação deste espaço à sua nova função de exposição que, nas suas palavras, “*permitem-nos constatar os modernos conceitos museográficos adoptados, tais como longos varões metálicos junto à cimalha destinados à suspensão das obras, guardas com balaústres em metal para evitar uma aproximação excessiva às mesmas, e iluminação zenital através de grandes superfícies envidraçadas rasgadas no tecto*”⁶³.

Uma outra solução apresentada foi a criação, com “*lona de barca*”, de um estore “*a cobrir o tecto nas horas de maior incidência solar*”⁶⁴. Consideramos que estas soluções museográficas poderão refletir algumas influências de soluções semelhantes, observadas por Marciano Henriques da Silva⁶⁵ e até mesmo por D. Luís I, durante as suas viagens.

Excetuando algumas pinturas, reunidas em alguns palácios reais, para a constituição da Galeria de Pintura o rei não podia contar com muita escolha, pois as coleções reais não eram à data muito ricas em trabalhos de qualidade, e algumas delas já teriam sido escolhidas por D. Fernando II para integrar as suas coleções no Paço das Necessidades. Deste modo, a maioria das obras pictóricas que fizeram parte do acervo

⁶¹ XAVIER, Hugo, *Galeria de pintura no Real Palácio da Ajuda*, 2009, p. 77.

⁶² *Idem*, p. 74. Os catálogos a que Hugo Xavier se refere são: *Galeria de Pintura no Real Paço da Ajuda fundada por Sua Magestade El-Rei o Senhor D. Luiz I*, 1869. *Galeria de Pintura no Real Paço da Ajuda fundada por Sua Magestade El-Rei o Senhor D. Luiz I*, 1872.

⁶³ XAVIER, Hugo, *Galeria de pintura no Real Palácio da Ajuda*, 2009, p. 75.

⁶⁴ *Idem*, p. 76.

⁶⁵ Marciano Henriques da Silva (1831-1873), pintor e professor de pintura. De origem açoriana, desenvolveu estudos em Lisboa, Paris, Londres e Roma. No seguimento de uma tarefa de aquisição de pinturas em França e Itália, que lhe tinha sido confiada pelo Rei, Marciano Henriques da Silva foi nomeado diretor da galeria de pintura da Ajuda, por decreto de 17 de junho de 1867. Marciano Henriques da Silva tinha também um atelier de pintura no Paço Real da Ajuda, cedido pelo monarca. XAVIER, Hugo, *Galeria de pintura no Real Palácio da Ajuda*, 2009.

da galeria foram adquiridas pelo monarca português, especialmente entre os anos de 1865 e 1867. Posteriormente foram efetuadas algumas aquisições, mas mais pontuais. A coleção da galeria da Ajuda foi também enriquecida com algumas doações de colecionadores e artistas, portugueses e estrangeiros (particularmente italianos e espanhóis)⁶⁶.

A inauguração oficial da Galeria de Pintura coincidiu com o 20.º aniversário da Rainha D. Maria Pia, no dia 16 de outubro de 1867. Foi então efetuada uma visita inaugural pelo seu diretor, Marciano Henriques da Silva, e pelo seu conservador, Caetano José Gomes⁶⁷. A esta visita compareceram o Rei D. Luís, D. Fernando II, o infante D. Augusto, membros do governo, diversos embaixadores estrangeiros e várias figuras da corte portuguesa⁶⁸. Nesse mesmo dia houve uma grande receção, pelo aniversário da Rainha, no Palácio de Belém, local onde a família real se alojara devido às remodelações da ala sul do Palácio da Ajuda⁶⁹.

Apesar da pompa e cerimónia, por esta ocasião os quadros ainda não estariam todos colocados, e mesmo alguns dias depois, a 31 de outubro de 1867, dia de aniversário do Rei, faltava colocar alguns quadros nos sítios⁷⁰. Entre a inauguração e a abertura efetiva ao público ainda passaria algum tempo. Neste período o Rei utilizaria a sua galeria de pintura como local de lazer, que poderia mostrar aos seus visitantes e convidados mais ilustres.

A abertura ao público aconteceu por fim a um domingo, 26 de setembro de 1869⁷¹. A galeria ficaria aberta ao público em geral aos domingos, entre as 10 e as 16 horas, estando reservados os dias de semana para a Família Real e seus convidados e para os artistas e académicos, quer para estudo, quer para exercícios de cópia. Aos sábados encerrava para descanso. No seu livro de registo de visitantes podemos verificar as diversas personalidades da sociedade da época que a visitaram, o que nos dá alguns dados acerca do seu real funcionamento⁷².

⁶⁶ V. XAVIER, Hugo, *Galeria de pintura no Real Palácio da Ajuda*, 2009, pp. 49 e seg.

⁶⁷ Caetano José Gomes, pintor da Casa Real e conservador da Real Galeria de Pintura do Paço da Ajuda.

⁶⁸ *Diário de Notícias*, n.º 831, 16 de outubro de 1867.

⁶⁹ Esta remodelação esteve a cargo de Possidónio da Silva e compreendeu diversas salas do piso térreo do Paço da Ajuda. A família Real mudar-se-ia para a Ajuda no início de janeiro de 1868.

⁷⁰ XAVIER, Hugo, *Galeria de pintura no Real Palácio da Ajuda*, 2009, pp. 78 e 79.

⁷¹ *Diário de Notícias*, n.º 1.411, 25 de setembro de 1869. *Diário de Notícias*, n.º 1.412, 26 de setembro de 1869.

⁷² Galeria de Pintura no Real Paço da Ajuda. PNA. Inv. 51974.

A organização do conjunto das pinturas expostas na galeria limitava-se a uma divisão entre quadros antigos e quadros modernos, apresentando-se as pinturas sem grande coerência quer cronológica, quer geográfica. Analisando os catálogos de 1869 e 1872, ficamos desde logo com a apreciação de uma disposição de quadros bastante densa, verificando que existia um maior número de artistas estrangeiros representados, em comparação com os artistas portugueses. Em 1869, a galeria tinha um total de 150 obras expostas, 55 na sala dos “*Quadros Modernos*” e 95 na sala dos “*Quadros Antigos*”; ao analisarmos o catálogo de 1872, verificamos um aumento na coleção, surgindo então um total de 185 pinturas, das quais 60 na sala dos “*Quadros Modernos*” e 125 na sala dos “*Quadros Antigos*”.

Com a morte de Marciano Henriques da Silva, foi nomeado para diretor da Galeria de Pintura Tomás da Anunciação⁷³ que, segundo se tem afirmado, devido ao seu caráter mais introspetivo e melancólico não terá dinamizado aquela instituição. Com a sua morte, no ano de 1879, a Galeria de Pintura do Real Paço da Ajuda deixou de estar aberta ao público aos domingos, continuando acessível nos restantes dias, mas sendo agora necessária uma autorização prévia para a visita. Por este motivo o público foi-se afastando, o que permitiu que algumas obras aí expostas fossem sendo retiradas para serem colocadas em outros locais do Paço da Ajuda. Até ao ano da morte do Rei D. Luís I (1889), entrariam alguns novos quadros na galeria, mas outros que anteriormente tinham estado nesse espaço foram sendo removidos para outros locais. Algumas pinturas saíam mesmo do Paço da Ajuda depois das partilhas entre os herdeiros, tendo o Rei D. Carlos I levado algumas obras para o Paço das Necessidades, por exemplo.

Depois de Tomás da Anunciação, não sabemos como se organizou a Galeria de Pintura, nem quem foi o seu responsável. No entanto sabemos que, por portaria do Rei D. Manuel II, o último conservador desta pinacoteca foi Henrique Casanova⁷⁴, que deteve este cargo até aos finais de 1910⁷⁵.

Visitantes da Galeria de Pintura do Real Paço da Ajuda: ano de 1869 (setembro a dezembro) – cerca de 7000; ano de 1870 (janeiro a novembro) – 2054; ano de 1871 (agosto a novembro) – 1461; ano de 1872 (janeiro a novembro) – 3232; ano de 1873 (julho a dezembro) – 1593; ano de 1874 (maio a dezembro) – 1478. XAVIER, Hugo, *Galeria de pintura no Real Palácio da Ajuda*, 2009, pp. 85-86.

⁷³ Tomás José da Anunciação (1818-1879), pintor. Desenvolveu estudos em Lisboa, onde foi igualmente professor de pintura. Entre outras actividades, foi desenhador no Museu de História Natural (Real Museu da Ajuda) e diretor da Galeria de Pintura da Ajuda, nomeado por decreto de 5 de abril de 1873. FRANÇA, José-Augusto, *A Arte em Portugal no século XIX, vol. I*, pp. 260-265.

⁷⁴ Henrique Casanova ou Enrique Casanova (1850-1913). Pintor espanhol, estabelecido em Portugal entre 1880 e 1911. Foi professor de pintura na Casa Real. VAZ, João, “Enrique Casanova, Nota Biográfica”.

Com a aquisição que o Rei D. Luís I fez, na década de 60, da coleção de numismas de Teixeira de Aragão⁷⁶, uma das melhores à época, a coleção régia foi aumentada e enriquecida, tendo o monarca encarregado o próprio Teixeira de Aragão de selecionar e catalogar um grupo de objetos para enviar à Exposição Universal de Paris no ano de 1867. Este conjunto de peças seria exibido na secção portuguesa de História do Trabalho da referida exposição, vindo a ser galardoado com uma medalha de ouro⁷⁷. No seguimento do seu trabalho para a exposição de Paris, Teixeira de Aragão foi nomeado conservador do Gabinete de Numismática do Rei⁷⁸. Teixeira de Aragão, que viria a publicar diversos livros sobre Numismática, dedicou-se a preparar o gabinete com o objetivo de franqueá-lo ao público em horários semelhantes aos da Galeria de Pintura, ou seja, aos domingos das 10 às 16 horas. Nos dias de semana estaria aberto para a Família Real, seus convidados e para estudiosos.

Neste Gabinete de Numismática e Museu de Antiguidades estavam expostos diferentes núcleos. Os principais eram o conjunto colecionado pelo próprio Rei, a coleção de moedas adquiridas a Teixeira de Aragão e um grupo de numismas pré-existente, propriedade da Casa Real desde o século XVIII. Posteriormente, este espaço expositivo seria enriquecido por algumas aquisições feitas diretamente por D. Luís e pelo diretor Teixeira de Aragão. Haveria ainda espaço para algumas doações significativas⁷⁹.

De acordo com Hugo Xavier⁸⁰, sabemos que no núcleo dos objetos de aparato estavam expostas peças pertencentes à Casa Real⁸¹, estando igualmente expostos

Acedido em 22 de maio de 2014 em URL: <http://www.palacioajuda.pt/pt-PT/galeria%20virtual/album/ContentDetail.aspx?id=456>.

⁷⁵ TT, AHMF, Caixa 7819.

⁷⁶ Augusto Carlos Teixeira de Aragão (1823-1903). Médico e Militar, que se distinguiu nos campos da História, da Arqueologia e da Numismática. Foi responsável pela coleção de Numismática do Rei D. Luís I entre 1867 e 1903. ARAGÃO, Teixeira de, *Description des monnaies, médailles et autres objects d'art concernant l'histoire portugaise du travail*, 1867. ARAGÃO, Teixeira de, *Descrição histórica das moedas romanas existentes no Gabinete Numismático de Sua Magestade El-Rei O Senhor Dom Luiz I*, 1870. ARAGÃO, Teixeira de, *Descrição geral e história das moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governadores de Portugal*. 3 vol., 1874-1880.

⁷⁷ XAVIER, Hugo, "O "Museu de antiguidades" da Ajuda", in, *Revista de História da Arte*, n.º8, 2011, p. 73.

⁷⁸ Decreto de 17 de junho de 1867.

⁷⁹ Destas doações destacamos três. A doação do conselheiro Moraes Carneiro, que englobou diversas moedas e medalhas em ouro, prata e cobre; a do cônsul de Portugal no México, que enviou um grupo significativo de moedas oriundas desse país; e a doação do cônsul no Sião, Marques Pereira, que consistiu em 813 moedas siamesas, catalogadas em 1879. PEREIRA, A. Marques, *Moedas de Siam*, 1879.

⁸⁰ XAVIER, Hugo, "O "Museu de antiguidades" da Ajuda", in, *Revista de História da Arte*, n.º8, 2011, pp. 70-87.

objetos adquiridos, a título pessoal, pelo monarca, com o propósito de enriquecer as suas coleções e de os expor no seu Museu de Antiguidades⁸². Algumas das obras de ourivesaria portuguesa expostas neste “*museu*” figuraram em 1881 na *Special Loan Exhibition of Spanish and Portuguese Ornamental Art*, levada a cabo no South Kensington Museum de Londres (atual Victoria & Albert Museum)⁸³ e na *Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental Portuguesa e Hespanhola*, realizada em 1882 no Palácio dos Condes de Alvor, na Rua das Janelas Verdes, onde seria inaugurado, no ano de 1884, o Museu de Bellas-Artes e Archeologia (atual Museu Nacional de Arte Antiga)⁸⁴.

Após morte de D. Luís aconteceu ao seu museu de antiguidades o mesmo que à vizinha galeria de pintura: alguns objetos foram retirados da exposição e vários transitaram para o Paço das Necessidades pela mão de D. Carlos I, que não respeitou, assim, a vontade paterna, que pretendia que as coleções permanecessem na Ajuda e que fossem aumentadas pelos seus herdeiros⁸⁵. No ano de 1899 Teixeira de Aragão entregou à Administração da Fazenda da Casa Real o núcleo de moedas e medalhas que pertenciam à Casa Real⁸⁶, permanecendo no Gabinete de Numismática do Rei D. Luís apenas as coleções que tinham pertencido a este monarca colecionador. Apesar de não conseguirmos determinar, através da documentação consultada, como funcionou este Gabinete a partir de então, ou pelo menos a partir da morte de Teixeira de Aragão (1903), sabemos que em 1909 foi nomeado para o cargo de seu diretor Albert Girard⁸⁷,

⁸¹ Cruz de D. Sancho (séc. XIII, Museu Nacional de Arte Antiga, inv. 540 Our), Custódia de Belém (séc. XVI, Museu Nacional de Arte Antiga, inv. 740 Our), Cofre Eucarístico do Convento de Cristo de Tomar (séc. XVI, Museu Nacional de Arte Antiga, inv. 819 Our), Cruz relicário de Vila Viçosa (séc. XVII, Paço Ducal de Vila Viçosa, inv. 356), algumas peças da Baixela Germain (séc. XVIII, atualmente dividida entre o Palácio Nacional da Ajuda e o Museu Nacional de Arte Antiga), entre outras.

⁸² XAVIER, Hugo, *O “Museu de Antiguidades” da Ajuda: Numismática e Ourivesaria das Coleções Reais ao tempo de D. Luís*, 2011, p. 76.

⁸³ XAVIER, Hugo, *O “Museu de Antiguidades” da Ajuda: Numismática e Ourivesaria das Coleções Reais ao tempo de D. Luís*, 2011, pp. 77-79.

⁸⁴ *Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental Portuguesa e Hespanhola celebrada em Lisboa em 1882 sob a protecção de Sua Majestade el-Rei o Senhor D. Fernando II*, 1882.

FERREIRA, Maria Emília, *Lisboa em Festa: A Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental Portuguesa e Espanhola, 1882, Antecedentes e materialização*, 2010.

⁸⁵ “As minhas collecções de bellas artes e antiguidades e medalhas deixo as a meu filho mais velho para que sempre as conserve e augmente, no mesmo local do paço d’Ajuda em que hoje se achão.” “Testamento” de D. Luís I, assinado e datado de 31 de outubro de 1869. Este “testamento” não foi registado em qualquer serviço de notariado, encontrando-se na secção de Reservados da Biblioteca Nacional de Portugal. LOURO, Francisco, *Um Testamento Inédito do Rei D. Luís*, 1976.

⁸⁶ “Cópia do auto de entrega das medalhas e moedas da Coroa que foram entregues na Administração da Fazenda da Casa Real por um representante de Teixeira de Aragão”. Rodrigues José de Mello. 25 de novembro de 1899. APNA, Fundo da Casa Real, 4.1.2., Cx. 1, doc. n.º 258.

⁸⁷ Albert Arthur Alexandre Girard (1860-1914). Formado em Engenharia, começou o seu percurso na História Natural, no Museu de Zoologia da Escola Politécnica de Lisboa. Foi membro da Comissão de

que tinha ocupado o lugar de Conservador do Museu de História Natural no Paço das Necessidades desde 1896 até à sua extinção, precisamente no ano de 1909⁸⁸.

Foi também no reinado de D. Luís I que se procedeu à recuperação do Jardim Botânico da Ajuda, que juntamente com os trabalhos na Tapada da Ajuda⁸⁹, aumentou o número de equipamentos culturais e científicos disponíveis naquela zona da cidade.

Pescas e Conservador das coleções reais no Palácio das Necessidades. Participou em todas as campanhas oceanográficas com o Rei D. Carlos I e era o responsável pelo estudo, exposição e divulgação do material recolhido. Publicou diversos estudos científicos. CHOFFAT, Paul, *Albert Arthur Alexandre Girard: memória apresentada à Academia das Sciencias de Lisboa*, 1916.

⁸⁸ TT, AHMF, Caixas 7819 e 7836.

⁸⁹ A oitocentista Tapada Real da Ajuda teve origem no parque de caça que estava ligado ao antigo Paço de Alcântara ou do Calvário, com fundação no século XII e aumentado durante o período filipino. A criação da tapada, completamente delimitada e com atribuições de criação de gado e de caça, remonta ao ano de 1645 e foi da responsabilidade do Rei D. João IV, com a denominação formal de Tapada Real de Alcântara. Esta designação seria mantida até meados do século XVIII, sendo alterada após a mudança da residência real para o Alto da Ajuda, época em que passou a denominar-se por Tapada Real da Ajuda. A caça terá ficado extinta por volta do início da década de 40 de oitocentos, tendo sido por esta altura que a tapada foi toda murada, aumentado o número de zambujeiros e de oliveiras e transformada progressivamente em exploração agrícola e pastoril. A maior parte da produção da Real Tapada da Ajuda era canalizada para consumo no Paço Real da Ajuda, no Paço Real das Necessidades e noutros palácios reais, quando ocupados por membros da Família Real.

Os amplos espaços da Tapada foram também aproveitados para atividades de aparato, como paradas militares. No entanto, a tapada foi essencialmente utilizada como local de caça e, mais tarde, como local de recreio associado ao passeio ao ar livre, sendo frequentes os passeios de membros da Família Real e das respetivas comitivas e convidados. Estes passeios variavam entre aqueles que eram efetuados a pé, a cavalo ou pela utilização de carruagens.

Mais tarde, este grande espaço foi tendo outras utilizações. No ano de 1873 o Rei D. Luís I criou o Real Club da Tapada, também conhecido por Real Sociedade de Tiro aos Pombos, composto por uma carreira de tiro ao ar livre, um grande pavilhão coberto também para tiro e ainda “*courts para o lawn-tennis*”. Passaria assim este espaço a ser contemplado com a presença assídua dos monarcas e seus convidados para a prática destes desportos. A Tapada da Ajuda foi ainda palco de outros eventos desportivos, com destaque para alguns torneios de esgrima e para diversos concursos hípicas, tendo mesmo existido um hipódromo com uma estrutura mais ou menos fixa.

Com a frequência mais assídua da Família Real, dos seus convidados e de outros visitantes, uma vez que foi franqueado acesso ao público, este local passaria também a ser escolhido para outros eventos, dos quais se destaca, pelo seu carácter pioneiro em Portugal e pela repercussão que teve na sociedade da época, a Quermesse de 1884.

Acerca deste tema ver: CARDOSO, António Muñoz, *Os edifícios da Tapada da Ajuda*, 1993. ALARCÃO-E-SILVA, Maria Luísa Mercês de Mello de e ALARCÃO, Alberto de, *A Real Tapada da Ajuda na transição do Antigo para o Novo Regime Agrário. Uma visão económico-social, em 1888, para a história da sua administração*, 2003. COSTA, Mário, *Uma Quermesse de Caridade na Real Tapada da Ajuda*, 1959. CARDOSO, António Muñoz, *Os edifícios da Tapada da Ajuda*, 1993. *Diário de Notícias*, n.º 6577, 17 de maio de 1884. *Kermesse na Real Tapada da Ajuda sob a protecção de Sua Magestade a Rainha a Senhora D. Maria Pia*, 1884. Planta da Real Tapada d’Ajuda. 1849. “J. A. de Abreu lev. red. e lith. Lisboa. Na Off.Lith. da Rua Nova dos Martyres.”



Fig. 2 – Licença para visitar o Jardim do Real Paço D'Ajuda. Autorização de visita passada pela Mordomia particular da Rainha D. Maria Pia. APNA.



Fig. 3 – Licença para entrar na Real Tapada da Ajuda. Autorização para ingresso na Real Tapada da Ajuda, emitida pela Administração da Fazenda da Casa Real, no ano de 1898. APNA.

No espaço da Tapada da Ajuda destacamos o **Observatório Astronómico**⁹⁰ (projeto iniciado e apadrinhado por D. Pedro V) e o **Pavilhão de Exposições**.

O Pavilhão de Exposições, construído para a primeira grande exposição agrícola nacional, foi inaugurado no dia 4 de maio de 1884⁹¹. Foi implementado em terreno da

⁹⁰ Em 1857 o Rei D. Pedro V cedeu o terreno, na Tapada da Ajuda, para a construção de um novo observatório astronómico, bem como parte da sua dotação pessoal para impulsionar este projeto liderado por Filipe Folque (1800-1874). A primeira pedra foi lançada em 1861, tendo nesse mesmo ano obtido o apoio do novo Rei D. Luís I, que cedeu também parte da sua dotação pessoal para a sua construção. O observatório, com projeto do arquiteto francês Jean François Gille Colson e do português José da Costa Sequeira (1800-1872), foi construído à semelhança do de Pulkova, por influência de William Struve, conselheiro para este plano. O edifício apresenta um corpo central, onde se desenvolve um corpo cilíndrico coberto pela cúpula que protege o telescópio principal. Tem uma planta simétrica, desenvolvendo alas para este e oeste, sendo a sua fachada principal virada a sul, com uma arcada com quatro pilares e um frontão triangular. O observatório terá ficado concluído em 1865 e as primeiras observações e medições das paralaxes siderais (principal propósito da construção deste observatório), terão sido levadas a cabo entre 1867 e 1869, sob a direção de Frederico Augusto Oom (1830-1890). Acerca deste tema ver: MOURÃO, Cátia, “A intervenção no Palácio das Cortes”, in, AA.VV., *Ventura Terra 1866-1919*, 2009, pp. 161-219. *História do OAL, A Fundação*. Acedido em 18 de junho de 2013 em URL: <http://www.oal.ul.pt/index.php?smenu=historia&link=fundacao>. CARDOSO, António Muñoz, *Os edifícios da Tapada da Ajuda*, 1993.

Tapada Real da Ajuda, cedido pelo Rei D. Luís I. No entender de alguns autores, a exposição de 1884 “constituiu como que a primeira passagem de testemunho duma propriedade real e privada para um destino pedagógico agrícola e público”⁹², sendo mesmo considerado que “A actividade febril da exposição, [...] deixou, sem embaraço, traços indeléveis da sua passagem na vida subsequente da Tapada da Ajuda”, uma vez que os melhoramentos que foram tendo lugar influíram para a transformação deste local num “parque”⁹³.

Construído por Rafael da Silva Castro⁹⁴, seguindo o desenho de Luiz Caetano Pedro de Ávila⁹⁵, este pavilhão tinha uma estrutura de ferro e foi executado pela Empresa Industrial Portuguesa, fundada dois anos antes, sucessora das antigas Oficinas de Santo Amaro⁹⁶, seguindo os esquemas de outros pavilhões montados também segundo os princípios da nova arquitetura do ferro, como o projeto do mercado da Praça da Figueira de 1882 (inaugurado em 1885) e o Coliseu dos Recreios de 1890. O arquiteto do Palácio de Exposições da Ajuda planeou um edifício com três corpos, cobertos por cúpulas, ligados entre si por “duas galerias curvilíneas”⁹⁷, com grandes espaços envidraçados e escadarias abertas para o Tejo. A sua inspiração terá sido o Palácio do Trocadero em Paris, construído para a Exposição Universal de 1878.

A 3.ª Exposição Agrícola de Lisboa abriu em 4 de maio de 1884, em edifícios construídos para o efeito: o Palácio de Exposições como pavilhão central e outros edifícios menores em dimensões e em aspeto, dos quais se destacam as ainda existentes Abegoaria e Vacaria. Com um preço de ingresso de 50 réis, a mostra esteve aberta ao público durante cerca de dois meses e teve cerca de 90.000 visitantes⁹⁸. Será curioso observar que, no mesmo mês de inauguração desta exposição, maio de 1884, foi inaugurado também em Lisboa, no dia 28, o Jardim Zoológico e de Aclimação e, no mês seguinte, a 12 de junho, o Museu Nacional de Bellas-Artes e Archeologia.

⁹¹ A primeira data prevista para a inauguração foi 20 de maio de 1883, sendo depois adiada para 2 de setembro do mesmo ano, e finalmente adiada para maio de 1884. FERREIRA, Carlos Antero, *Tapada da Ajuda, O Palácio de Exposições*, 1987, p. 14.

⁹² CARDOSO, António Muñoz, *Os edifícios da Tapada da Ajuda*, 1993, p. 41.

⁹³ GOMES, Azevedo, *Notícias sobre a Tapada da Ajuda*, 1935, p. 10-11.

⁹⁴ Rafael da Silva Castro (?-1892), construtor e arquiteto português. SOUTO, Helena, *O engenheiro-militar e arquitecto Luís Caetano Pedro d'Ávila (183[2?]-1904)*, 2007.

⁹⁵ Luiz Caetano Pedro d'Ávila (1832 ?-1904), engenheiro militar e arquiteto português. SOUTO, Helena, *O engenheiro-militar e arquitecto Luís Caetano Pedro d'Ávila (183[2?]-1904)*, 2007.

⁹⁶ FERREIRA, Carlos Antero, *Tapada da Ajuda, O Palácio de Exposições*, 1987, pp. 19-20.

⁹⁷ NUNES, Maria Helena Duarte Souto, *O Engenheiro-Militar e Arquitecto Luís Caetano Pedro d'Ávila (183[2?]-1904). A condição profissional e as práticas do métier*, vol. I, 2006, pp. 178-181.

⁹⁸ *Relatório da Exposição Agrícola de Lisboa realizada na Real Tapada da Ajuda em 1884*, 1885.

Destacamos ainda a Quermesse organizada pela Rainha D. Maria Pia a favor da Associação das Creches, entre 17 e 19 de maio de 1884, na mesma Tapada Real da Ajuda, que contribuiu também para atrair um grande número de pessoas a este espaço, colocando-o definitivamente no circuito de lazer da capital portuguesa.

Após o encerramento da Exposição Agrícola, o Pavilhão de Exposições da Tapada Real da Ajuda assumiu a sua função de espaço aberto à organização de outros eventos, como por exemplo: Exposição Industrial Portuguesa de 1888⁹⁹; Exposição Pecuária Nacional de 1897¹⁰⁰; Exposição de Alfaia Agrícola de 1898¹⁰¹, integrada na Comemoração do Quarto Centenário do Descobrimento do Caminho Marítimo da Índia; entre outras.

A Ajuda foi, ao longo de oitocentos, um local de concentração de estruturas ligadas à investigação e à divulgação cultural, num sentido abrangente, principalmente através de locais de exposição abertos ao público, tornando-se progressivamente num local incontornável no panorama expositivo nacional, da maneira mais alargada possível, pois abarcava eventos desde as Belas-Artes até à Agricultura.

Contudo, com a morte de D. Luís I, o enriquecimento das coleções e o investimento nos espaços expositivos não foi continuado, originando um enfraquecimento que levaria progressivamente ao encerramento destes locais do Paço Real da Ajuda (Gabinete de Numismática / Museu de Antiguidades, Galeria de Pintura). D. Carlos I não continuou os projetos do pai, mas começaria os seus próprios, também desenvolvendo locais expositivos e de divulgação do conhecimento, procurando no entanto outros lugares físicos para os concretizar. Este facto, associado às conjunturas políticas, sociais e económicas desfavoráveis nos últimos anos da Monarquia Constitucional em Portugal, não configuraram condições para uma manutenção conveniente das estruturas existentes no lugar da Ajuda.

Face ao exposto, poderemos quase atrever-nos a considerar que o local da Ajuda, com diversos momentos de incremento científico, cultural e expositivo, estaria predestinado a ser um local de exposições e museus, desde que a Família Real ali decidiu instalar-se.

⁹⁹ *Regulamento geral e programma da Exposição Industrial Portuguesa na Real Tapada da Ajuda que será inaugurada no 1.º de Maio de 1888 sob a protecção de Sua Magestade o rei Senhor D. Luiz*, 1887.

¹⁰⁰ *Programma e Regulamento da Exposição Pecuaria Nacional de 1897*, 1896.

¹⁰¹ *Exposição de Alfaia Agricola na Real Tapada da Ajuda em 1898. Documentos. Introducção, programma, regulamento, jurys, catalogo ilustrado, lista dos premiados e opinião da imprensa*, 1898.

Podendo enquadrar-se com outros projetos, vontades e algumas concretizações em que o poder monárquico mostrou as suas vontades culturais, cremos que na Ajuda as referências museológicas foram tão diversas e marcantes que se tornam incontornáveis para o entendimento das novas funções destes locais, após a instalação do novo regime político que saiu vitorioso da revolução de 5 de outubro de 1910.

Apesar da sua não conclusão e de todas as críticas efetuadas à arquitetura e aos programas decorativos e arranjos deste edifício, era comum no final do século XIX e no início do século XX a visita a este local, mesmo que fosse apenas para contemplar o seu exterior; este palácio marcava claramente a configuração da cidade, sendo referido na maioria das publicações destinadas a visitantes, e em diversos relatos de viajantes¹⁰². A 16 de junho de 1910, ainda em Monarquia, o Paço Real da Ajuda foi, conjuntamente com diversos outros edifícios e sítios, classificado como Monumento Nacional, o que denota também uma consciencialização e entendimento do valor patrimonial que este edifício representava na história portuguesa.

Na sucessão de eventos dos dias 4 e 5 de outubro de 1910 o regime republicano foi instaurado em Portugal, levando ao exílio todos os membros da Família Real Portuguesa, incluindo os habitantes da Ajuda, D. Maria Pia e D. Afonso, iniciando-se assim uma nova fase para o Palácio da Ajuda, que propomos analisar neste trabalho.

Metodologia e estrutura

Não esquecendo a história do Paço Real da Ajuda até 5 de outubro de 1910, mas com o principal objetivo de estabelecer uma monografia da história deste edifício a partir de então, no presente projeto de Doutoramento privilegiámos o estudo de fontes primárias em arquivos e fundos documentais bem definidos, com destaque para o Arquivo do PNA, onde se encontra a documentação fundamental produzida desde inícios do ano de 1911, e que começou a ser tratada cientificamente de modo a sistematizar os documentos existentes no âmbito do projeto “Fontes para a História dos Museus de Arte em Portugal” (PTDC/EAT-MUS/101463/2008), supra mencionado.

¹⁰² Destacamos as informações do guia de Joaquim António de Macedo, publicado em 1874. Neste guia o autor apresenta descrições das áreas do Paço da Ajuda, que oferecem interesse ao visitante: “*The State Apartments*”, “*The Royal Apartments*”, “*The Picture Gallery*” (aberto ao público aos domingos da 1 às 4), “*Gabinete Numismatico*”, “*The Library*”. MACEDO, Joaquim António, *A Guide to Lisbon and its environs including Cintra and Mafra*, 1874, pp. 167-184.

¹⁰³ Decreto de 16 de junho de 1910, Diário do Governo, n.º 136, de 23 de junho de 1910.

Com o objetivo de abrir novos caminhos para a investigação, procurámos que o estudo agora apresentado constituísse uma oportunidade de análise e valorização desta documentação. Sempre com o acesso facilitado pelos diretores da instituição (Isabel da Silveira Godinho, até março de 2013, e José Alberto Ribeiro, a partir de maio de 2013), o arquivo do PNA foi o principal local de pesquisa, onde, para além da documentação tratada e sinalizada durante o período em que fomos BI no projeto “Fontes...”, procurámos identificar novos grupos de documentação correspondentes ao período estudado. Simultaneamente, foram consultados outros arquivos e bibliotecas incontornáveis na investigação desenvolvida, permitindo o confronto de documentos de diferentes produtores:

- O Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, alojado na Torre do Tombo, foi indispensável para o estudo das tutelas dos palácios nacionais, bem como do próprio PNA, nas primeiras décadas do séc. XX.
- O Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças foi importante para a compreensão do PNA, durante o período de tutela do Ministério das Finanças a partir da década de 40.
- O Arquivo da antiga Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, localizado no Forte de Sacavém, foi fundamental para a análise dos projetos e das campanhas de obras relacionados com o edifício e a sua envolvente.
- O Arquivo do Museu Nacional de Arte Antiga, em especial o Fundo do Curso de Conservadores, permitiu fazer a leitura do ensino da museologia em Portugal.
- A Biblioteca Nacional de Portugal, não só através de fontes secundárias, mas também recorrendo a diversos periódicos de época, foi essencial para perspetivar as temáticas e figuras historicamente relacionadas com o PNA.

Parte da pesquisa efetuada foi feita recorrendo a recursos disponíveis *online*. Não os elencando todos, destacamos os seguintes: Diário da República Eletrónico (<https://dre.pt/web/guest/pesquisa-avancada>); Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/Default.aspx) e os repositórios de algumas universidades (Universidade de Lisboa - <http://repositorio.ul.pt/>, Universidade Nova de Lisboa - <http://run.unl.pt/>, ISCTE Instituto Universitário de Lisboa - <https://repositorio.iscte-iul.pt/>, Universidade de Évora - <http://dspace.uevora.pt/rdpc/>, entre outras).

Para além destas, foram ainda efetuadas pesquisas pontuais noutros locais: Arquivo do Ministério da Educação, Arquivo Histórico da Guarda Nacional Republicana, Arquivo Histórico Militar, Biblioteca Municipal de Campo Maior, Museu Municipal de Portalegre e Biblioteca Municipal de Mafra.

Face à multiplicidade documental e bibliográfica pesquisada, iniciámos este projeto com o objetivo de contribuir para a história dos palácios nacionais enquanto estruturas patrimoniais e museológicas e para a história dos museus de arte em geral. Para tal, procurámos apresentar um largo número de dados relacionados com esta instituição, permitindo uma ampla leitura da complexidade que o envolveu durante o período estudado.

Devido à apresentação de diversos dados, até à data dispersos ou inéditos, optámos por desenvolver alguns elementos relativos às instituições e personalidades envolvidas nas tutelas dos Palácios Nacionais. Conseguimos assim, apresentando informações acerca das principais figuras relacionadas com este edifício, humanizar a história, circunstanciando as direções e opções tomadas, valorizando o seu papel.

Ao longo do texto apresentamos uma história do Palácio Nacional da Ajuda entre 1910 e 1981, fixando os dados da sua história essenciais para apresentar ou reafirmar factos e ideias, com o propósito último de avaliar a sua progressiva afirmação enquanto museu. Assim, estruturámos esta tese em três partes, cada uma delas correspondente a um período distinto de administração deste antigo paço real.

No ponto 1. **“Republicanização” do Paço da Ajuda – 1910 a 1938:**

- Problematisamos a revolução republicana em Portugal e o período de “ocupação revolucionária” do Paço Real da Ajuda;
- Analisamos o processo de arrolamento dos paços reais e as especificidades do caso do Palácio da Ajuda, dando destaque aos organismos tutelares dos Palácios Nacionais, dependentes do Ministério das Finanças e elencando as principais personalidades envolvidas;
- Fixamos os dados biográficos e o percurso de Armando Porfírio Rodrigues, primeiro Almoxarife / Administrador do Palácio da Ajuda em república;
- Estudamos a administração do edifício, do seu recheio e da sua envolvente;

- Analisamos os diferentes entendimentos e utilizações dos diversos espaços, bem como a eventualidade de abertura do PNA ao público, equacionada neste período.

No ponto 2. O Palácio da Ajuda a “musealizar-se” – 1938 a 1964:

- Contextualizamos o PNA nos primeiros anos do Estado Novo e consequentes preocupações patrimoniais e simbólicas;
- Fixamos os dados biográficos e o percurso de Manuel Carlos de Almeida Cayolla Zagalo, Conservador do PNA;
- Estudamos a administração do edifício, do seu recheio e da sua envolvente;
- Analisamos os diferentes entendimentos e utilizações dos espaços do PNA, que tiveram repercussões na reorganização das principais salas, sobretudo devido às utilizações protocolares;
- Abordamos os planos de conclusão / remate do edifício;
- Analisamos o desenvolvimento das características museográficas e museológicas do PNA e a sua abertura à visita com autorização pedida à tutela.

No ponto 3. O Palácio da Ajuda “musealizado” – 1964-1981:

- Historiamos a evolução tutelar dos Palácios Nacionais;
- Fixamos os dados biográficos e o percurso de Armindo Ayres de Carvalho, Conservador;
- Estudamos a administração do edifício, do seu recheio e da sua envolvente;
- Abordamos os planos de conclusão/remate do edifício;
- Analisamos os diferentes entendimentos, utilizações e ocupações dos espaços do PNA, com destaque para as utilizações protocolares, a realização da Cimeira da NATO e as ocupações por organismos públicos;
- Analisamos a decisão de abertura regular ao público e o desenvolvimento dos espaços disponíveis;
- Contextualizamos o Palácio da Ajuda na mudança de regime em 1974;

- Analisamos o incêndio de 1974 e a consecutiva recuperação física do PNA.

Nas **Considerações finais** apresentamos uma perspectiva transversal do período estudado, através de uma análise geral a alguns aspetos fundamentais: tutela e administração, fixando dados acerca dos organismos tutelares e as personalidades envolvidas; utilizações e funções, de onde se sobrepõe o uso protocolar; a gestão das coleções e de um *garde-meuble* português; a administração do edifício e os seus projetos de conclusão; e o desenvolvimento das características museológicas e a progressiva afirmação do Palácio Nacional da Ajuda como museu.

Como nota final, devemos mencionar que na presente tese assumimos a não existência de anexos, tendo recorrido à inserção de todos os dados no próprio corpo do trabalho. Ainda que criando textos de maior dimensão, com diversas citações e outros dados, fizemo-lo de modo a não criar quebras na leitura, tentando ainda demonstrar a complexidade do tema estudado.

1. “REPUBLICANIZAÇÃO” DO PAÇO DA AJUDA - 1910 A 1938

Residência real e local de protocolo e de representação de poder durante a Monarquia Constitucional, a partir de 5 de outubro de 1910 o Palácio – agora Nacional – da Ajuda sofreu inevitáveis mudanças nas suas funções. O Palácio Nacional da Ajuda transformou-se, pois, com a implantação da República, num local física e funcionalmente de dimensões diferentes, conforme poderemos observar nos pontos seguintes. O agora Palácio Nacional da Ajuda, entre o dia 5 de outubro de 1910 e o mês de Abril de 1938¹⁰⁴, devido à mudança das suas funções, iria apresentar transformações, que progressivamente foram alterando o seu lugar no imaginário coletivo nacional. O seu percurso, durante os primeiros anos da República Portuguesa, num processo que podemos designar de “republicanização”, concorreu para estabelecer uma imagem nacional, de estado, republicana, transformando-o agora num local, fisicamente e até funcionalmente, de dimensões diferentes.

A Implantação da República a 5 de outubro de 1910, baliza cronológica inequívoca na História de Portugal, tem sido tema de diversas investigações e abordagens, sobretudo nos últimos anos e, particularmente, no âmbito do seu centenário¹⁰⁵. No entanto, sem quereremo-nos imiscuir em assuntos deveras complexos e por outros já tratados – considerando que a revolução que mudou o regime político em Portugal no ano de 1910 “*foi uma mistura de golpe de Estado e de movimento insurreccional*”¹⁰⁶ –, e verificando os efeitos causa-consequência do facto no objeto estudado, sentimo-nos forçados a fixar alguns aspetos que, parecendo soltos entre si, concorrem para um melhor entendimento da realidade do Paço Real da Ajuda durante a mudança de regime político em Portugal e nos primeiros anos da Primeira República.

¹⁰⁴ No mês de abril de 1938, foi reformado por idade o primeiro Administrador/Conservador do Palácio Nacional da Ajuda, terminando assim o período do que podemos considerar a primeira direção do PNA. Como já anteriormente assumimos, mas que julgamos importante reforçar, a divisão da história do Palácio Nacional da Ajuda em períodos que correspondem aos das diferentes “direções”, foi por nós escolhida porque verificámos que as ações pessoais de cada um dos “diretores” refletiram distintos princípios de orientação.

¹⁰⁵ O Centenário da República foi comemorado através da Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, criada pelo Decreto-Lei n.º 17/2008, de 29 de janeiro. Esta comissão promoveu diversas iniciativas e eventos, das quais destacamos: as várias exposições alusivas a diversos aspetos da vida social e política do País durante o período da 1.ª República; e, um conjunto de edições acerca de diferentes temas do mesmo período.

¹⁰⁶ MARTINS, Fernando, *O 5 de Outubro: Anatomia, Natureza e Significado de uma Revolução*, 2011, p. 98.

1.1. Revolução republicana e o período de “ocupação revolucionária”

A área de Belém e da Ajuda teve, e ainda mantém, presença militar, estando aí situados, à época, a Inspeção dos Telégrafos Militares¹⁰⁷, o Regimento de Cavalaria n.º 2 de Lanceiros D’El Rei¹⁰⁸, o Regimento de Infantaria n.º 1 da Rainha¹⁰⁹, o Regimento de Cavalaria n.º 4¹¹⁰ e o Hospital Militar de Belém¹¹¹. Como tal, esta área da cidade de Lisboa foi, nos primeiros dias de outubro de 1910, um local de movimentações militares, revoltosas e contra revoltosas. Na realidade, uma vez que os revolucionários republicanos tinham como um dos principais objetivos do seu golpe a ocupação efetiva das principais unidades militares da capital, a sua ação conheceu vários desenvolvimentos nesta zona. A maioria das unidades militares da área de Belém e Ajuda permaneceu fiel ao regime monárquico e poucas foram as adesões republicanas, por altura dos acontecimentos revoltosos. Assim, estas forças militares tiveram como principal objetivo impedir a progressão dos revoltosos do Quartel de Marinheiros¹¹², unidade extremamente republicanizada, tendo travado combate contra as forças republicanas, junto à linha férrea, perto de Alcântara, os Regimentos de Infantaria 1 e de Cavalaria 4. Deste embate resultaram diversas baixas, entre mortos e feridos, o que

¹⁰⁷ Esta Inspeção dos Telégrafos Militares, herdeira do Corpo Telegráfico Militar, criado a 1810, estava dependente da Arma de Engenharia Militar e foi reformulada em 1900, sendo responsável pelos serviços de telegrafia e dos pombais militares, estando um dos principais do País localizado na Ajuda. AFONSO, Aniceto, “História das Tm”, acedido em 5 de novembro de 2013 em URL: <http://historiadastransmissoes.wordpress.com/historia-das-tm/>

¹⁰⁸ O Regimento de Cavalaria n.º 2, criado em 1834, por ordem do Rei D. Luís, recebeu em 1888 a designação de Regimento de Cavalaria n.º 2 do Príncipe D. Carlos, passando, com a sua subida ao trono, a ter a designação de Regimento de Cavalaria n.º 2 de Lanceiros d’El Rei. Na revolução de outubro de 1910 esta unidade militar manteve-se fiel ao regime monárquico e combateu os revolucionários republicanos. “Historial do Regimento de Lanceiros n.º 2”, acedido em 5 de novembro de 2013 em URL: <http://www.exercito.pt/sites/RL2/Historial/Paginas/default.aspx>

¹⁰⁹ O Regimento de Infantaria n.º 1, herdeiro do Regimento de Infantaria de Lippe, criado em 1763, recebeu a denominação de Regimento de Infantaria n.º 1 da Rainha no ano de 1890, por ordem do Rei D. Carlos. No período revolucionário esta unidade de infantaria permaneceu também fiel ao regime monárquico. “Historial do Regimento de Infantaria N.º 1”, acedido em 5 de novembro de 2013 em URL: <http://www.exercito.pt/sites/RI1/Historial/Paginas/default.aspx>

¹¹⁰ O Regimento de Cavalaria n.º 4, com origem na criação, em 1762, do Regimento de Cavalaria Ligeira do Príncipe Reinante de Mecklembourg-Strelitz, foi criado em 1806, recebendo em 1888 a denominação de Regimento de Cavalaria n.º 4 do Imperador Guilherme II, da Alemanha, em homenagem ao seu comandante honorário. Esta unidade combateu em defesa do regime monárquico, enfrentando os revolucionários na zona de Alcântara. “Regimento de Cavalaria de Santa Margarida”, acedido em 5 de novembro de 2013 em URL: <http://heportugal.wordpress.com/2014/02/23/regimento-de-cavalaria-de-santa-margarida/>

¹¹¹ O Hospital Militar de Belém foi criado em 1890 e ocupou o antigo Convento da Boa-Hora, do séc. XVIII, que tinha sido desocupado na sequência da extinção das ordens religiosas de 1834 e logo ocupado por diversas unidades militares de Infantaria e de Artilharia. “Historial do Hospital Militar de Belém”, acedido em 5 de novembro de 2013 em URL: <http://www.exercito.pt/sites/HMB/Historial/Paginas/default.aspx>

¹¹² O Quartel do Corpo de Marinheiros, instalado em 1875 em Alcântara, era a principal unidade em terra da Armada, em Lisboa. VALE, M. do, “O que é a Marinha de Guerra”, in, *Revista da Armada*, Ano VII, n.º 70, julho de 1977, pp. 4-7.

levou os republicanos a regressarem para o Quartel de Marinheiros e fez com que o grosso das fileiras militares desta parte da cidade (Infantaria 1, Cavalaria 2, Cavalaria 4), juntamente com outras forças militares, recebessem ordens para se deslocarem ao Paço Real das Necessidades¹¹³, para efetuarem a proteção da residência do Rei de Portugal, aí permanecendo até aos bombardeamentos do palácio e à saída do Rei para Mafra. Alguns homens destas unidades foram depois divididos: uns foram para o Rossio, para fazerem frente aos revoltosos estacionados na Rotunda; outros foram com a coluna de Queluz de Paiva Couceiro atacar a Rotunda, a partir de Campolide; os restantes permaneceram estacionados na envolvente das Necessidades. Não nos interessando particularmente os pormenores destas movimentações, apenas nos importa salientar que a situação entre defensores e opositores do regime foi tensa, o que, intuímos nós, terá instalado um clima de receio e de conflito na área de Belém e Ajuda, tal como em outros locais da cidade.

Na sequência dos acontecimentos revolucionários de outubro de 1910, a Família Real Portuguesa embarcou na Ericeira¹¹⁴, no iate real D. Amélia, no dia 5 de outubro, dirigindo-se primeiro para Gibraltar, onde permaneceu alguns dias, aí dividindo-se rumo ao seu exílio. A Rainha D. Maria Pia seguiu para Itália, a bordo do navio Regina Elena, sendo acolhida pelos seus familiares, com destaque para o seu sobrinho, o rei de Itália, Vitor Emanuel III¹¹⁵, que a instalou na *villa* de Poggio de Caiano¹¹⁶, perto de Florença. Esta rainha viria a morrer no Palácio de Stupinigi, na proximidade de Turim, a 5 de julho de 1911¹¹⁷, sendo sepultada no Panteão Real dos Sabóia, na Basílica de Superga, próximo da referida cidade¹¹⁸.

A bordo do iate real britânico Victoria and Albert, no dia 16 de outubro de 1910, o Rei D. Manuel II, a Rainha D. Amélia e o Infante D. Afonso seguiram para Inglaterra, instalando-se perto de Evesham, no Worcestershire, em Wood Norton Hall, propriedade do Príncipe Filipe de Orleães, Duque de Orleães¹¹⁹, irmão da Rainha D. Amélia. O Rei

¹¹³ MARTINS, Rocha e OLIVEIRA, Lopes d', *A Revolução de 5 de Outubro de 1910. Cadernos Históricos*. N.º 5, s.d., pp. 14 e 15.

¹¹⁴ BENSABAT, José Jacob, *A Verdade dos Factos ocorridos na Villa da Ericeira na ocasião da Implantação da Republica*, 1929.

¹¹⁵ Vitor Emanuel III (1869-1947), rei de Itália entre 1901 e 1946.

¹¹⁶ *Occidente*, XXXIII Volume, N.º 1146, 30 de outubro de 1910, p. 246.

¹¹⁷ “Un nuovo e grave lutto colpisce la Reale Famiglia. S. M. Maria Pia ha cessato di vivere, ieri alle ore 15.35, nel castello di Stupinigi.”, in, *Gazzetta Ufficiale del Regno d'Italia*, Numero 157, 6 luglio 1911.

¹¹⁸ “I funeral della Regina Maria Pia”, in, *Gazzetta Ufficiale del Regno d'Italia*, Numero 160, 10 luglio 1911.

¹¹⁹ Príncipe Filipe de Orleães, Duque de Orleães (1869-1926), pretendente orleanista ao trono de França.

D. Manuel II e sua mãe mudariam, contudo, para outra residência, a Abercorn House, em Richmond. Depois do casamento de D. Manuel II com D. Augusta Vitória¹²⁰ instalaram-se em Fulwell Park, também em Richmond, aí residindo até à morte de D. Manuel II, em 2 de julho de 1932. Em 1920 a Rainha D. Amélia comprou uma propriedade em França, o Château de Bellevue (em Chesnay, perto de Versalhes), instalando-se aí a partir do ano de 1921. Após uma estadia em Inglaterra, o Infante D. Afonso foi para Itália, acompanhando a sua mãe, ficando instalado perto de Florença. Depois da morte da Rainha D. Maria Pia, o Infante residiu em diferentes cidades: primeiro em Pisa, depois em Roma e finalmente em Nápoles, onde morreria no dia 21 de fevereiro de 1920¹²¹.

Tendo-se exilado no estrangeiro na sequência da revolução, a Família Real Portuguesa foi oficialmente proscrita pelo Governo Provisório Republicano, através de legislação publicada num suplemento ao Diário do Governo n.º 222, logo a 15 de outubro de 1910: *“É declarada proscripta para sempre a família de Bragança que constitue a dynastia deposta pela Revolução de 5 de Outubro de 1910.”*¹²²

A sequência de acontecimentos que levou à vitória dos republicanos, depondo a Monarquia e instaurando em Portugal um novo regime político, a República, determinou na prática uma extinção de serviços e uma mudança de funções nos locais anteriormente ocupados pela Família Real Portuguesa, quer a nível privado, quer a nível de representação do próprio poder monárquico. Excluindo os imóveis que pertenciam ao Ducado de Bragança, logo propriedades privadas da família, e algumas outras propriedades adquiridas particularmente por algumas figuras reais (como por exemplo: o Paço dos Carrancas, no Porto, que foi comprado a título pessoal pelo Rei D. Luís I em 1862¹²³ ou o Palácio da Quinta da Bacalhoa, em Vila Fresca de Azeitão, comprado pelo

¹²⁰ D. Augusta Vitória de Hohenzollern-Sigmaringen (1890-1966). O casamento de D. Manuel II e de D. Augusta Vitória teve lugar no Castelo de Sigmaringen, Alemanha, no dia 4 de setembro de 1913. “O Casamento de D. Manuel de Bragança”, in, *Ilustração Portuguesa*, II série, n.º 395, 15 de Setembro de 1913, pp. 344-348. “Casamento de D. Manuel de Bragança”, in, *Ilustração Portuguesa*, II série, n.º 396, 22 de setembro de 1913, pp. 358-360 e 368-369.

¹²¹ O Infante D. Afonso teria um casamento morganático, casando em Madrid a 23 de novembro de 1917, com a americana Nevada Stooddy Hayes. MÂNTUA, Ana Anjos, “Nevada, a herdeira americana da família Real Portuguesa”, in, *Artis, Revista de História da Arte e Ciências do Património*, n.º 1, 2013, pp. 88-97.

¹²² *Constituição política da Republica Portuguesa promulgada pela assembléa nacional constituinte em 21 de Agosto de 1911. Decretos de abolição da Monarchia e proscripção dos Braganças de 5 e 15 de Outubro de 1910 e 19 de Junho de 1911. Lei sobre a dotação presidencial. Com uma analyse-critica á obra da Republica*, pp. 4 e 5.

¹²³ Este edifício foi vendido pela Baronesa de Nevogilde a D. Pedro V, em outubro de 1861. Com a morte deste monarca em novembro do mesmo ano, foi D. Luís I quem finalizou o negócio. Com a morte do Rei

Rei D. Carlos I em 1903), em outubro de 1910 existiam os seguintes imóveis associados ao exercício do poder monárquico em Portugal, todos propriedades da Coroa (Fazenda Real): Paço Real das Necessidades¹²⁴, Paço Real da Ajuda¹²⁵ e Paço Real de Belém¹²⁶, em Lisboa; Paço Real de Sintra¹²⁷ e Paço Real da Pena¹²⁸, em Sintra; e ainda a Cidadela de Cascais¹²⁹, o Paço Real de Queluz¹³⁰, o Paço Real de Mafra¹³¹ e o Paço Real do Alfeite¹³².

D. Manuel II, este palácio foi doado à Santa Casa da Misericórdia do Porto. Entre 1937 e 1942 foi adaptado para instalação do Museu Nacional de Soares dos Reis, até então instalado no Convento de Santo António da Cidade, em S. Lázaro. *Carrancas e o seu Palácio*, 1984. *Museu Nacional de Soares dos Reis. Roteiro da Coleção*, 2.^a edição, 2007.

¹²⁴ Residência principal da Família Real Portuguesa durante os reinados de D. Maria II e de D. Pedro V. Permaneceu como habitação do Rei D. Fernando II até à sua morte em 1885. A partir de 1889 foi escolhido, também como palácio principal de habitação, pelo Rei D. Carlos, que aqui residiu até à sua morte, em 1908. Chegou a 1910 como residência do Rei D. Manuel II e de sua mãe, a Rainha D. Amélia. “O Palácio das Necessidades”, acedido em 7 de novembro de 2013 em URL: <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-dos-negocios-estrangeiros/quero-saber-mais/quero-aprender/mne-palacio-necessidades.aspx>. VALE, Teresa e GOMES, Carlos (1994), COSTESÃO, Luísa (2006), “Convento de Nossa Senhora das Necessidades / Palácio das Necessidades”, acedido em 7 de novembro de 2013 em URL: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6541

¹²⁵ Residência da Rainha D. Maria Pia e de seu filho, o Infante D. Afonso. Este palácio era igualmente utilizado para algumas cerimónias protocolares de representação do poder monárquico, em particular nas salas de aparato do andar nobre da ala sul do edifício. VALE, Teresa e GOMES, Carlos (1994), FIGUEIREDO, Paula (2008), “Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda”, acedido em 7 de novembro de 2013 em URL: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4722.

¹²⁶ O Paço Real de Belém tinha sido utilizado como residência pelo Príncipe D. Carlos, depois do seu casamento em 1886. Após a morte de seu pai, o Rei D. Luís I, o agora Rei D. Carlos I transferiu-se para o Paço Real das Necessidades, que estava desocupado desde a morte do Rei D. Fernando II. A partir de então o Paço Real de Belém foi utilizado para residência de figuras ilustres em visita a Portugal. Em 1908 deixou de estar a cargo da Casa Real, sendo então entregue à Fazenda Real, ficando dependente do Ministério dos Negócios Estrangeiros para o mesmo fim. VALE, Teresa e GOMES, Carlos (1994), CORREIA, Paula (2004), “Palácio Nacional de Belém”, acedido em 7 de novembro de 2013 em URL: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6547.

¹²⁷ O Paço Real de Sintra era uma das residências de verão da Família Real Portuguesa. Nos últimos anos do regime monárquico constitucional a Rainha D. Maria Pia passava aí parte do período de verão. Este edifício era também utilizado para algumas receções oferecidas a chefes de estado e outras visitas oficiais. SOARES, Luís, *Palácio Nacional de Sintra. Circuito Expositivo. Análise da sua evolução*, 2010.

¹²⁸ O Palácio da Pena foi um projeto pessoal do Rei D. Fernando II, que após a sua morte o deixou à sua segunda mulher, a Condessa de Edla. Esta vendeu o imóvel em 1889, após oferta do Rei D. Luís I, sendo o mesmo integrado no património da Coroa, servindo a partir de então como residência de verão. NOÉ, Paula (1990), FIGUEIREDO, Paula (2003), OLIVEIRA, Lina (2004), “Convento de São Jerónimo / Palácio Nacional da Pena”, acedido em 7 de novembro de 2013 em URL: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6134.

¹²⁹ A Cidadela de Cascais era um dos locais preferidos pela Família Real para residência de verão, devido à sua proximidade do mar. Começou a ser utilizada no início da década de 70 do século XIX e terá tido uma maior utilização devido ao desenvolvimento das atividades de veraneio ligadas à praia. NOÉ, Paula (1991), “Cidadela de Cascais, incluindo a Fortaleza de Nossa Senhora da Luz e a Torre fortificada de Cascais”, acedido em 7 de novembro de 2013 em URL: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6052.

¹³⁰ Em 1908 o Paço Real de Queluz foi entregue, pelo Rei D. Manuel II, à Fazenda Real, ficando dependente do Ministério do Fomento. NOÉ, Paula (1991), VALE, Teresa e GOMES, Carlos (1995), FIGUEIREDO, Paula (2007), “Palácio Nacional de Queluz”, acedido em 7 de novembro de 2013 em URL: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6108.

Numa primeira fase, na sequência imediata da revolução, os palácios reais foram ocupados por grupos de revolucionários, da confiança dos homens fortes do movimento republicano, de modo a marcar posição estratégica e a evitar atos de furto e de vandalismo. No que diz respeito ao Palácio Nacional da Ajuda, não encontrando dados que o confirmem, intuímos que, à semelhança do que aconteceu no Paço das Necessidades, também aqui tenham sido colocados homens armados. Este grupo de homens, mais do que ocupar o Palácio Nacional da Ajuda, deverá ter tido a incumbência de proteger o seu exterior, impedindo o acesso de estranhos e a eventual saída de objetos sem autorização. Nos meses imediatos à implantação da República a proteção e segurança do interior do conjunto palaciano terá continuado a ser feita pelos funcionários do paço, que de uma maneira geral se mantiveram em funções, liderados pelo Almojarife Joaquim Isidoro de Sousa¹³³. No dia 5 de janeiro de 1911 o Governo Provisório acabou por nomear um novo almojarife, este já da confiança dos republicanos, que modificaria a estrutura dos funcionários, mantendo alguns e afastando outros.

É no período imediatamente a seguir à mudança de regime que o espaço da Ajuda e a sua ideia de conjunto alargado começam a sofrer reduções. Logo em 1910, com o decreto, com força de lei de 12 de dezembro¹³⁴, do Ministério do Fomento, foi criado o Instituto Superior de Agronomia, ao qual ficaram atribuídas as tutelas da Tapada da Ajuda e do Jardim Botânico da Ajuda. Embora a Tapada da Ajuda fosse já, como anteriormente observámos, administrada por um almojarifado próprio, o Jardim Botânico era então ainda administrado a partir do almojarifado do Paço Real da Ajuda.

A nova legislação regulamentava que,

¹³¹ O Paço Real de Mafra era utilizado, no final do século XIX e início do XX, como residência temporária de apoio à caça, devido à sua proximidade da Tapada Real de Mafra. VALE, Teresa e GOMES, Carlos (1995), “Basílica e Convento de Mafra / Palácio Nacional de Mafra”, acedido em 7 de novembro de 2013 em URL: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6381.

¹³² O Paço Real do Alfeite, ou Quinta do Alfeite, tinha feito parte da Casa do Infantado até à sua extinção em 1834. A partir de então a Quinta passou para a dependência da Fazenda Real, mantendo-se o Paço Real em usufruto da Família Real. MATIAS, Cecília (2002), DINIZ, Sofia (2007), “Paço Real do Alfeite / Palácio do Alfeite / Sede do Comando da Base Naval de Lisboa”, acedido em 7 de novembro de 2013 em URL: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=11764.

¹³³ Joaquim Isidoro de Sousa (1845 ou 1846-?). Entrou ao serviço da Casa Real como particular em 14 de julho de 1877. Ocupou, em comissão, o lugar de chefe da Repartição do Tesouro da Casa Real, de 15 de novembro de 1885 até à sua extinção em 1888, ano em que foi nomeado por decreto de 17 de outubro, Almojarife do Paço Real da Ajuda. Ofício n.º 276A, TT, AHMF, Caixa 7826.

¹³⁴ Decreto, com força de lei, de 12 de dezembro, publicado no *Diário do Governo*, n.º 60, de 15 de dezembro de 1910 e retificado no *Diário do Governo*, n.º 61, de 16 de dezembro de 1910.

*“A Tapada estará aberta ao publico permanentemente, servindo para passeio, para instrucção dos agricultores ou de quaesquer outros visitantes, bem como para lição de coisas, ás crianças e alumnos de todas as escolas”*¹³⁵.

e ainda que

*“Fica igualmente annexado ao Instituto Superior de Agronomia o jardim botanico da Ajuda, a fim de ser aproveitado, bem como as suas estufas, para o ensino.”*¹³⁶

Com a reforma do ensino em 1911¹³⁷, que legitimou o Instituto Superior de Agronomia como instituição universitária e com a construção do seu novo edifício em 1917, da autoria de Adães Bermudes (1864-1948), o Jardim e a Tapada da Ajuda afastaram-se definitivamente do antigo conjunto palaciano. Porém, refira-se que apesar de ter “perdido” o Jardim Botânico, o Palácio Nacional da Ajuda manteve, e até aumentou, como iremos referir em ponto diferente do presente trabalho, a administração de um conjunto diverso de casas e outras propriedades na sua área envolvente, maioritariamente ocupadas por funcionários ou antigos funcionários do Paço Real da Ajuda.

O novo regime republicano procurou desde cedo a sua aceitação e reconhecimento por parte dos Estados estrangeiros. Logo após o ato formal de Implantação da República na varanda da Câmara Municipal de Lisboa, o Governo Provisório enviou telegramas para todos os estados soberanos com quem Portugal mantinha relações diplomáticas e para todas as delegações estrangeiras fixadas no país, informando dos acontecimentos, do desfecho da revolução e pedindo reconhecimento do novo regime implantado em Portugal¹³⁸. Na prática, os primeiros países a efetivarem formalmente esse reconhecimento foram o Brasil, cujo presidente, Hermes da Fonseca¹³⁹, se encontrava em visita oficial a Portugal aquando da revolução de outubro, e a Argentina, ambos a 22 de outubro de 1910. Posteriormente o regime republicano

¹³⁵ Decreto, com força de lei, de 12 de dezembro, publicado no *Diário do Governo*, n.º 60, de 15 de dezembro de 1910 e retificado no *Diário do Governo*, n.º 61, de 16 de dezembro de 1910, Art. 3.º.

¹³⁶ *Idem*, Art. 4.º.

¹³⁷ Decreto, com força de lei, de 22 de março de 1911, *Diário do Governo*, n.º 68, de 24 de março de 1911. Decreto, com força de lei, de 19 de abril de 1911, também conhecido por “Constituição Universitária”, *Diário do Governo*, n.º 93, de 22 de abril de 1911.

¹³⁸ SANTOS, Victor Marques dos, *A Questão Africana e as Relações Luso-Britânicas. 1884-1914*, Lisboa, 2007, p. 118.

¹³⁹ Marechal Hermes da Fonseca (1855-1923), Presidente do Brasil entre 1910 e 1914. Acedido em 23 de maio de 2013 em URL: http://www.an.gov.br/crapp_site/default.asp.

seria reconhecido por outros países americanos, entre 28 de outubro de 1910 e 17 de março de 1911¹⁴⁰. No entanto, ao contrário dos países americanos que reconheceram o novo regime pelo simples motivo de ele ser um facto, uma evidência, os restantes países, com principal destaque para os países europeus e os Estados Unidos da América, continuariam a não reconhecer a república portuguesa até esta ser legal e internamente ratificada. Assim, só depois das eleições para a Assembleia Constituinte de 28 de maio de 1911 e da sua primeira reunião, em 19 de junho do mesmo ano, os Estados Unidos reconheceram o novo regime português (nesse mesmo dia 19 de junho), abrindo caminho para outros reconhecimentos¹⁴¹. A questão do reconhecimento da República Portuguesa foi recentemente estudada por Samuel de Paiva Pires¹⁴². Segundo este autor, os países europeus, particularmente a Grã-Bretanha, aguardaram a aprovação de uma nova constituição portuguesa que legalizasse o novo regime. O governo britânico entendia, porém, que deveriam ser mantidas relações diplomáticas com o Governo Provisório, até para continuar a salvaguardar os seus interesses em Portugal, ainda que o reconhecimento do regime agora imposto só devesse ser efetivado após uma confirmação legalista e democrática¹⁴³. Na prática, a generalidade dos países europeus, entre eles a Grã-Bretanha, veio a reconhecer o regime republicano logo depois de ter sido aprovada a Constituição da República Portuguesa, a 18 de agosto de 1911¹⁴⁴. No entanto, houve uma exceção no movimento de reconhecimento do novo regime por parte dos Estados estrangeiros: devido às tensões surgidas entre os sucessivos governos republicanos portugueses e a Igreja Católica, a Santa Sé suspendeu as suas relações diplomáticas com o país, vindo a reconhecer o regime republicano apenas em 29 de junho de 1919.

As monarquias constitucionais europeias pressionaram a República Portuguesa para que esta tratasse com respeito e legalidade os membros da Família Real Portuguesa no exílio, e lhes reconhecesse os seus direitos de propriedade privados. Na prática, o

¹⁴⁰ Nicarágua a 28 de outubro, Uruguai a 30 de outubro, Guatemala a 16 de novembro, Costa Rica a 29 de novembro, Peru a 5 de dezembro, Chile a 19 de dezembro, Venezuela a 23 de fevereiro de 1911, e Panamá a 17 de março. MAGALHÃES, José Calvet, *Breve História Diplomática de Portugal*, p. 218.

¹⁴¹ México a 29 de junho e El Salvador a 13 de julho de 1911. MAGALHÃES, José Calvet, *op. cit.*, p. 219.

¹⁴² PIRES, Samuel de Paiva, *O Reconhecimento da I República Portuguesa pela Inglaterra*, 2009.

¹⁴³ PIRES, Samuel de Paiva, *op. cit.*

¹⁴⁴ Seria a França a primeira a fazer esse reconhecimento formal, a 24 de agosto de 1911. Sucederam-se a Grã-Bretanha, Espanha, Itália, Alemanha, Áustria-Hungria, Dinamarca e Suécia no dia 11 de setembro; Bélgica, Holanda e Noruega, a 12 de setembro; Grécia, a 15 de setembro; Rússia, 30 de setembro; Roménia, a 23 de outubro; e Mónaco, a 21 de dezembro de 1911. Estes reconhecimentos europeus abriram também caminho a outros: China e Japão a 13 de setembro, Turquia a 23 de novembro e, a 28 de fevereiro de 1912 o Sião. MAGALHÃES, José Calvet, *op. cit.*, p. 220.

Governo Provisório iria desde logo assegurar que “*regulará oportunamente a situação material da família real exilada, respeitando os seus direitos legítimos*”, conforme o artigo 5.º da nota publicada em 15 de outubro de 1910, em que estipulava a proscrição dos membros da Dinastia de Bragança¹⁴⁵.

O processo de reconhecimento dos bens pessoais das figuras reais, em distinção dos bens da Coroa Portuguesa que deveriam continuar na posse do Estado, agora representado pela República Portuguesa, foi um problema logo tido como prioritário pelo Ministério das Finanças do Governo Provisório. Uma das suas consequências foi o arrolamento judicial de todos os bens existentes nos Paços Reais. Estes arrolamentos serviram de base ao procedimento de análise da propriedade desses bens, distinguindo o que seria propriedade do Estado e o que seria propriedade privada dos membros da Família Real. A sua execução permitiu o início dos processos de reclamação de bens pelos representantes designados pelas pessoas reais, o que levou à progressiva devolução de alguns desses bens, em especial ao Rei D. Manuel II e à Rainha D. Amélia. Como analisaremos em ponto posterior, todos estes arrolamentos e reconhecimentos de direitos de propriedade de bens foram sendo acompanhados por legislação de desenvolvimento, concebida de modo a permitir uma legalidade nova e por vezes complexa.

1.2. Arrolamento

1.2.1. Comissão de Arrolamento dos Paços Reais

José Relvas¹⁴⁶, Ministro das Finanças do Governo Provisório da República Portuguesa¹⁴⁷, criou no dia 13 de outubro de 1910¹⁴⁸ uma Comissão de arrolamento dos

¹⁴⁵ *Constituição política da Republica Portuguesa promulgada pela assembléa nacional constituinte em 21 de Agosto de 1911. Decretos de abolição da Monarchia e proscrição dos Braganças de 5 e 15 de Outubro de 1910 e 19 de Junho de 1911. Lei sobre a dotação presidencial. Com uma analyse-critica á obra da Republica*, pp. 4 e 5.

¹⁴⁶ José Relvas (1858-1929). Ministro das Finanças do Governo Provisório Republicano, entre 12 de outubro de 1910 e 4 de setembro de 1911. Foi embaixador de Portugal em Espanha (1911-1913) e membro do Senado (1913-1915). Entre 27 de janeiro e 30 de março de 1919 foi Presidente do Ministério. *Exposição: José Relvas, o Conspirador contemplativo*, 2008.

¹⁴⁷ O Governo Provisório da República Portuguesa assumiu o governo de Portugal após a Implantação da República e manteve-se no poder até à aprovação da Constituição de 1911, a 24 de agosto, dando lugar ao I Governo Constitucional, de João Chagas, a 4 de setembro de 1911. Este Governo Provisório era presidido por Teófilo Braga e tinha a seguinte composição: António José de Almeida (Interior), Afonso Costa (Justiça e Cultos), Basílio Teles (Finanças), Bernardino Machado (Negócios Estrangeiros), António Luís Gomes (Fomento), António Xavier Correia Barreto (Guerra) e Amaro de Azevedo Gomes (Marinha). Constituição do Governo Provisório da República Portuguesa, *Diário do Governo*, n.º 1, de 6

bens existentes nos Paços Reais. Com a constituição desta comissão, José Relvas e o Governo Provisório tentavam mostrar uma preocupação por questões legais recentes e ainda em desenvolvimento. Para além das pressões diplomáticas e da necessidade de reconhecimento e aceitação do novo regime imposto pela força, a criação desta comissão refletiu a existência de preocupações patrimoniais, bem visíveis no desfecho de algumas análises à propriedade de alguns objetos. De facto, esta comissão nomeada pelo ministro, teve a responsabilidade de gerir o processo de arrolamento dos paços reais e, sobretudo, de emitir pareceres sobre a relevância de diversos objetos acerca dos quais existissem dúvidas quanto à propriedade. O objetivo seria o de considerar o valor histórico, arqueológico ou artístico dos bens, que não deveriam sair do país, ainda que fossem considerados como propriedade particular de algum dos membros da Família Real Portuguesa¹⁴⁹. Sob este aspeto poderemos afirmar que as preocupações patrimoniais, de defesa da permanência em território nacional daqueles que eram considerados autênticos “tesouros”, estiveram realmente presentes no conjunto dos homens que fizeram parte desta comissão de arrolamento.

Alguns dos elementos nomeados para a Comissão de arrolamento dos bens existentes nos Paços Reais eram personalidades reconhecidas como especialistas em questões históricas e artísticas que faziam parte, à data, de organismos como o Conselho Superior dos Monumentos Nacionais¹⁵⁰ e a Academia Real das Belas Artes¹⁵¹, entidades

de outubro de 1910. A 12 de outubro de 1910, Basílio Teles foi substituído por José Relvas no Ministério das Finanças. Decreto, de 12 de outubro, *Diário do Governo*, n.º 7, de 13 de outubro de 1910. A 22 de novembro de 1910, Brito Camacho ocupou o Ministério do Fomento, depois da saída de António Luís Gomes. Decreto, de 22 de novembro, *Diário do Governo*, n.º 42, de 23 de novembro de 1910.

¹⁴⁸ “Criação da Comissão de Arrolamento dos Paços Reais”, PT/PNA/DGFP/0001-001/0001/00002, acedido em 10 de novembro de 2013 em URL: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4683271>.

¹⁴⁹ “Termo de abertura”, PT/PNA/DGFP/0001-001/0001/00001, acedido em 18 de novembro de 2013 em URL: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4683270>.

¹⁵⁰ O Conselho Superior dos Monumentos Nacionais foi criado a 9 de dezembro de 1898, herdando as funções de diversas comissões que desde 1882 (Comissão dos Monumentos Nacionais), vinham dedicando atenção ao património artístico e aos modos de o classificar e proteger. Faziam parte deste conselho: “os inspectores das belas artes de Lisboa e do Porto, os inspectores das Academias das belas artes, o inspector dos serviços de obras públicas, o conservador do museu nacional e os professores de arquitectura das Academias das belas artes.” O Conselho Superior dos Monumentos Nacionais “*estava incumbido de estudar, classificar e inventariar os monumentos nacionais, de consultar e propor ao Governo as providências necessárias à guarda, conservação, reparação e exposição pública dos monumentos, de instruir, projectar ou propor as respectivas reparações, apropriações, aquisições e destinos do património, bem como de promover a propaganda e o culto público pela conservação e pelo estudo dos monumentos, velando pelos mesmos.*” “Academia Nacional de Belas-Artes de Lisboa”, acedido em 11 de novembro de 2013 em URL: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4601727>.

¹⁵¹ A Academia de Belas-Artes foi criada a 25 de outubro de 1836 e, com o decreto de 22 de março de 1862, passou a ter a designação de Academia Real de Belas-Artes. Com a reforma do ensino artístico de 1881 deu-se a separação entre a Escola de Belas-Artes de Lisboa, que ficou com o ensino, e a Academia Real de Belas-Artes, que ficou com as questões culturais. Esta academia seria extinta pelo Governo Provisório da República, que criou a 29 de maio de 1911 os Conselhos de Arte e Arqueologia (1.ª, 2.ª e

responsáveis pelos questionamentos e consequentes ações na proteção do património artístico existente em Portugal.

No ato de nomeação, a 13 de outubro de 1910, o Ministro das Finanças, José Relvas, escolheu as seguintes personalidades: António dos Santos Lucas¹⁵² (professor da Escola Politécnica, presidente da comissão), Luciano Martins Freire¹⁵³ (Academia de Belas-Artes), João Barreira¹⁵⁴ (Academia de Belas-Artes), Columbano Bordalo Pinheiro¹⁵⁵ (Academia de Belas-Artes), Anselmo Braancamp Freire¹⁵⁶ (Conselho dos Monumentos Nacionais), José de Figueiredo¹⁵⁷ (Conselho dos Monumentos Nacionais),

3.ª Circunscrições). O Conselho de Arte e Arqueologia, 1.ª Circunscrição, acabaria por funcionar até à sua extinção a 7 de março de 1932, sendo então substituído pela nova Academia Nacional de Belas-Artes. “Academia Nacional de Belas-Artes de Lisboa”, acedido em 11 de novembro de 2013 em URL: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4601727>.

¹⁵² António dos Santos Lucas (1866-1939). Doutorado em Matemática pela Universidade de Coimbra, fez carreira como oficial do Exército, na arma de Engenharia, e como docente na Escola Politécnica de Lisboa e na Faculdade de Ciências de Lisboa. Ocupou vários cargos, entre os quais o de Administrador da Casa da Moeda (1914), Diretor da Faculdade de Ciências e da Companhia de Gás e Eletricidade. Foi Ministro das Finanças de 23 de Junho a 12 de Dezembro de 1914. “SANTOS LUCAS (António dos)”, in, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Vol. 27, p. 398.

¹⁵³ Luciano Martins Freire (1864-1934). Pintor formado na Academia Real das Belas Artes de Lisboa, destacar-se-ia no entanto enquanto pintor restaurador, responsável pelas principais campanhas de restauro de pintura em Portugal e pela implementação no país de uma visão moderna da Conservação e Restauro do património. Fez parte de diversos organismos, com destaque para a Academia Real de Belas Artes, o Conselho de Arte e Arqueologia e a Academia Nacional de Belas Artes. Foi também Diretor do Museu Nacional dos Coches e dirigiu interinamente o Museu Nacional de Arte Antiga, em substituição do seu diretor, José de Figueiredo, nos seus períodos de doença e de ausência do país. CARVALHO, José Alberto Seabra, *Os trabalhos de Luciano Freire por ele próprio: Nota introdutória à edição de um relatório de um restaurador de pintura do início do século XX*, 2007. LEANDRO, Sandra, *O mito do recriador: Luciano Freire e os trabalhos de conservação e restauro da “Pintura Antiga”*, 2007.

¹⁵⁴ João Barreira (1866-1961). Licenciado em Medicina, foi como historiador de arte que se destacou, sendo nesta área autodidata. Publicou diversos estudos e foi professor na Escola Superior de Belas Artes de Lisboa e na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. BARREIRA, Catarina, *João Barreira e a Historiografia da Arte Portuguesa*, 2003.

¹⁵⁵ Columbano Bordalo Pinheiro (1800-1900). Pintor formado na Academia Real de Belas Artes de Lisboa, complementou a sua formação em Paris com uma bolsa de estudo. Fez parte do grupo de artistas denominado de “Grupo do Leão” e destacou-se enquanto pintor de decoração de espaços arquitetónicos e essencialmente como retratista. Foi professor de Pintura Histórica na Academia de Belas Artes de Lisboa e diretor do Museu Nacional de Arte Contemporânea, entre 1914 e 1929. ELIAS, Margarida, *Columbano no seu tempo (1857-1929)*, 2011.

¹⁵⁶ Anselmo Braancamp Freire (1849-1921). Historiador, Arqueólogo e Genealogista, com diversa obra publicada. Como político republicano foi Presidente da Câmara Municipal de Loures e Vereador e Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, de 1908 a 1913, e Deputado depois da Implantação da República. Foi colecionador, essencialmente de pintura e de espécies bibliográficas. ALVES, Susana, “Braancamp Freire – Breve imagem de um nome maior”, acedido em 18 de novembro de 2013 em URL: <http://www.cm-santarem.pt/cultura/biblioteca/Documents/Breve%20biografia%20de%20Anselmo%20Braancamp%20Freire.pdf>.

¹⁵⁷ José de Figueiredo (1871-1937). Formado em Direito pela Universidade de Coimbra, efetuou uma formação autodidacta em questões de História e de Arte essencialmente em Paris. Foi membro da Academia Real de Belas Artes, do Conselho de Arte e Arqueologia e da Academia Nacional de Belas Artes e do Conselho dos Monumentos Nacionais, entre outros organismos. Publicou alguns estudos, com destaque para os Painéis de Nuno Gonçalves e a Escola de Pintura dos Primitivos Portugueses. Foi o

Raul Lino¹⁵⁸ (arquiteto) e ainda dois nomes da Direção Geral de Estatística e dos Próprios Nacionais¹⁵⁹, Joaquim Freire dos Santos Calado (1.º oficial) e Ludgero Maria de Lima e Quina (amanuense).



Fig. 4 – António dos Santos Lucas, Presidente da Comissão de Arrolamento.

Acedido em 13 de novembro de 2013 em URL:

http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=182545



Fig. 5 – João Barreira.

Acedido em 13 de novembro de 2013 em URL: <http://www.artis.fl.ul.pt/Historia/historia.html>

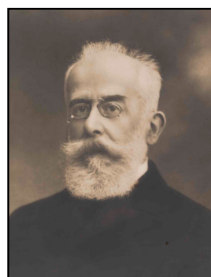


Fig. 6 – Anselmo Braancamp Freire.

Acedido em 13 de novembro de 2013 em URL:

<http://casacomum.net/cc/visualizador?pasta=09527.005.013>



Fig. 7 – Raul Lino.

Acedido em 13 de novembro de 2013 em URL: http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=468431.

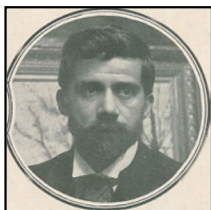


Fig. 8 – Luciano Martins Freire.

Ilustração Portuguesa, n.º 223, p. 691.



Fig. 9 – Columbano Bordalo Pinheiro.

Acedido em 13 de novembro de 2013 em URL: http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=78136



Fig. 10 – José de Figueiredo.

Ilustração Portuguesa, n.º 223, p. 691.

primeiro diretor do Museu Nacional de Arte Antiga. BAIÃO, Joana, *José de Figueiredo, 1871-1937. Ação e contributos no panorama historiográfico, museológico e patrimonialista em Portugal*, 2014.

¹⁵⁸ Raul Lino (1879-1974). Arquiteto, com formação em Inglaterra e Alemanha, com diversas obras publicadas e inúmeros projetos construídos. Foi um defensor de uma arquitetura moderna baseada na tradição popular arquitetónica portuguesa. Teve um papel de relevo no restauro de edifícios históricos, em especial os palácios. Fez parte de diversos organismos, entre os quais a Academia Nacional de Belas Artes e a Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. PEREIRA, Paulo, *Arquitetura e Paisagem (1900-1948)*, 2012.

¹⁵⁹ A Direção Geral de Estatística e dos Próprios Nacionais, do Ministério da Fazenda, foi criada com o decreto de 30 de junho de 1898, e “ficou encarregue de todos os serviços de estatística geral e dos serviços especiais da estatística das contribuições directas e indirectas, competências da Repartição Central e da 1ª Repartição. Cabia-lhe ainda, a superintendência dos serviços relativos aos bens pertencentes à Fazenda Nacional, os rendimentos diversos e a execução das leis da desamortização, competências da 2ª Repartição.” “Direcção-Geral de Estatística e dos Próprios Nacionais”, acedido em 13 de novembro de 2013 em URL: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4224329>.

Esta direcção geral foi extinta em janeiro de 1911 e os “serviços dos Próprios Nacionais que estavam a cargo da Direcção-Geral de Estatística e Próprios Nacionais são incorporados na recém criada Direcção-Geral da Fazenda Pública”, do Ministério das Finanças. “Direcção-Geral da Fazenda Pública”, acedido em 13 de novembro de 2013 em URL: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4224330>.

Ao analisarmos as assinaturas presentes na documentação associada ao processo de arrolamento, verificamos que algumas das pessoas nomeadas não se demoraram muito nas tarefas sob incumbência desta comissão, saindo alguns deles bastante cedo deste processo. Columbano Bordalo Pinheiro e Anselmo Braancamp Freire levantam-nos mesmo dúvidas relativamente à sua participação na Comissão de arrolamento. Vejamos:

Quanto a Columbano Bordalo Pinheiro, questionamos a sua efetiva presença e ação nos trabalhos desta comissão uma vez que não encontramos a sua assinatura em nenhum documento oficial existente nos fundos arquivísticos consultados. Recordemos que os anos imediatamente seguintes à Implantação da República foram particularmente profícuos na divulgação da sua obra no estrangeiro, marcados por inúmeras exposições e viagens¹⁶⁰. Para além disso e a par da sua atividade artística, Columbano manteve neste período outras ocupações: a 15 de outubro de 1910 foi nomeado pelo Governo Provisório para a comissão encarregada para projetar a nova bandeira da República Portuguesa¹⁶¹; simultaneamente mantinha a sua atividade enquanto professor da Escola de Belas Artes de Lisboa, tendo feito parte da comissão interna para discussão da reforma do ensino, em 1911; e em 1914 seria ainda nomeado diretor do Museu Nacional de Arte Contemporânea. Todas estas ocupações tomavam-lhe certamente muito tempo, o que justificará o facto de não ter sequer iniciado os trabalhos da comissão de arrolamento para a qual foi nomeado.

No que diz respeito a Anselmo Braancamp Freire e apesar da sua nomeação formal para esta comissão, pensamos que também não terá participado realmente nos trabalhos, uma vez que não encontramos o seu nome em nenhum documento associado ao processo. Como ocupou outros cargos políticos durante este período – vereador e presidente da Câmara Municipal de Lisboa até 1913, deputado à Câmara dos Deputados, Presidente da Assembleia Nacional Constituinte e Presidente do Senado da República de 1911 até 1914 – pensamos que não terá chegado a assumir funções na

¹⁶⁰ Em 1911 Columbano expôs no Salon de Paris, em 1912 participou na Exposição Nacional de Belas Artes, de pintura e escultura Hispano-Portuguesa, em Madrid, e no Salon da Société Nationale de Paris. Em 1913 expôs novamente na Société Nationale des Beaux-Arts e, nesse mesmo ano, também em Paris, teve uma exposição individual na Galeria Georges Petit. Neste período participou também em algumas exposições coletivas em Lisboa. ELIAS, Margarida, *Columbano no seu Tempo (1857-1929)*, 2011, p. 152-161.

¹⁶¹ Esta comissão era ainda composta por: João Chagas, jornalista; Abel Acácio de Almeida Botelho, escritor; José Afonso Pala, capitão de artilharia; e, António Ladislau Parreira, primeiro-tenente da Marinha. Decreto de 15 de outubro de 1910, *Diário do Governo*, n.º 14, de 18 de outubro de 1910.

Comissão de arrolamento dos paços reais, por falta de tempo e por eventuais conflitos de interesses.

No que concerne a Raul Lino, verificamos que este arquiteto terá estado presente em alguns atos da Comissão de arrolamento, no Palácio Nacional das Necessidades, ainda durante o mês de outubro de 1910. No dia 20 de outubro esteve presente no termo de abertura, ato de constatação do estado do Palácio Nacional das Necessidades e de eventuais portas abertas e arrombadas¹⁶²; e a 24 de outubro de 1910 assistiu à sessão, dirigida pelo Ministro da Justiça do Governo provisório, Afonso Costa, na qual se executou o

*“arrombamento das gavetas das secretárias do ex monarca e de sua mãe, donde foram retirados todos os documentos n’ellas existentes dos quaes o mesmo Excellentíssimo Senhor Ministro tomou conta e fez conduzir para o Ministério da Justiça. Nas mesmas gavetas foi também encontrada a quantia de nove mil e oitocentos reis”*¹⁶³.

Para além destes momentos, não encontramos a assinatura de Raul Lino em mais documentos da Comissão de arrolamento, o que nos leva a admitir que se terá afastado, não sendo porém claros quais terão sido os contextos para tal ter acontecido.

Tendo em conta estes dados, podemos então afirmar que o núcleo principal desta comissão foi de facto constituído por: António dos Santos Lucas, presidente da comissão; Luciano Martins Freire, que assumiu diversas vezes a presidência na ausência do primeiro; João Barreira e José de Figueiredo. A Comissão de arrolamento dos bens existentes nos paços reais seria ainda reforçada com as agregações posteriores de José Pessanha¹⁶⁴ e de António da Costa Macedo¹⁶⁵, possivelmente e como referimos devido à saída de alguns dos elementos previamente nomeados.

¹⁶² “Termo de abertura”, PT/PNA/DGFP/0001-001/0001/00001, acedido em 18 de novembro de 2013 em URL: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4683270>.

¹⁶³ “Arrombamento de gavetas de secretárias”, PT/PNA/DGFP/0001-001/0001/00004, acedido em 18 de novembro de 2013 em URL: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4683273>.

¹⁶⁴ José Pessanha (1800-1900). Crítico de Arte, Historiador e Arqueólogo, com diversos estudos publicados. Foi Professor de História de Arte da Escola de Belas Artes, membro da Academia Real de Belas Artes, da Comissão de Monumentos Nacionais, do Conselho de Arte e Arqueologia e da Associação dos Arqueólogos Portugueses. “PESSANHA (José)”, in, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Vol. 21, p. 472.

¹⁶⁵ António Maria da Costa Macedo (1868-1959). Foi arquivista da Inspeção Geral dos Impostos do Ministério da Fazenda até outubro de 1910, tendo transitado depois para a Direção Geral de Contribuições e Impostos do agora denominado Ministério das Finanças. “Processo referente a António

José Pessanha foi associado à comissão de arrolamento logo em outubro de 1910¹⁶⁶ e desempenharia funções até ao final do processo. A sua agregação terá sido feita com o intuito de reforçar o número de pessoas envolvidas com conhecimentos de Arte, tendo como tal um papel importante no desempenho das funções atribuídas à comissão de arrolamento dos paços reais.



Fig. 11 – José Pessanha.
Ilustração Portuguesa, n.º 738.

Por sua vez, António Costa Macedo terá sido integrado intermitentemente na comissão de arrolamento dos bens existentes nos paços reais, a partir de 8 de fevereiro de 1911¹⁶⁷, após solicitação do presidente da mesma em 3 de fevereiro de 1911¹⁶⁸. A sua nomeação foi feita no quadro do reforço do pessoal com conhecimentos administrativos para efetuar trabalhos mais práticos, como por exemplo as diversas cópias necessárias do inventário. Em abril de 1912 sua agregação à comissão de arrolamento foi novamente solicitada¹⁶⁹, tendo sido dispensado entre maio¹⁷⁰ e julho¹⁷¹

Maria da Costa Macedo”, PT/PNA/DGFP/0006/0001/00005, acedido em 2 de dezembro de 2013 em URL: <http://digitalq.dgarq.gov.pt/details?id=4684905>.

¹⁶⁶ Na documentação consultada, a data mais recuada em que encontramos a assinatura de José Pessanha é o dia 21 de outubro de 1910 em que assina, com outros elementos da comissão de arrolamento, um auto de verificação de salas do Palácio das Necessidades. “Verificação de salas”, PT/PNA/DGFP/0001-001/0001/00003, acedido em 2 de dezembro de 2013 em URL: <http://digitalq.dgarq.gov.pt/details?id=4683272>.

¹⁶⁷ “Apresentação de António Maria da Costa Macedo à Comissão de Arrolamento dos Paços”, PT/PNA/DGFP/0006/0001/00005/00002, acedido em 3 de dezembro de 2013 em URL: <http://digitalq.dgarq.gov.pt/details?id=4684907>.

¹⁶⁸ “Pedido de agregação de António Maria da Costa Macedo à Comissão de Arrolamento dos Paços”, PT/PNA/DGFP/0006/0001/00005/00001, acedido em 3 de dezembro de 2013 em URL: <http://digitalq.dgarq.gov.pt/details?id=4684906>.

¹⁶⁹ “Pedido de agregação à Comissão de Arrolamento dos Paços de António Maria da Costa Macedo e de João Maria Quaresma Brandão”, PT/PNA/DGFP/0006/0001/00005/00004, acedido em 3 de dezembro de 2013 em URL: <http://digitalq.dgarq.gov.pt/details?id=4684909>.

¹⁷⁰ “Pedido de dispensa da Comissão de Arrolamento dos Paços de António Maria da Costa Macedo”, PT/PNA/DGFP/0006/0001/00005/00008, acedido em 3 de dezembro de 2013 em URL: <http://digitalq.dgarq.gov.pt/details?id=4684913>.

¹⁷¹ “Ordem de serviço acerca da não continuação de António Maria da Costa Macedo na Comissão de Arrolamento dos Paços”, PT/PNA/DGFP/0006/0001/00005/00010, acedido em 3 de dezembro de 2013 em URL: <http://digitalq.dgarq.gov.pt/details?id=4684915>.

de 1913. Em 1915 a sua agregação à comissão de arrolamento foi solicitada pela última vez, agora para fazer parte do inventário das cavalariações do Palácio das Necessidades¹⁷².

Para além das figuras apontadas, prestaram serviços na Comissão de Arrolamento dos bens existentes nos Paços Reais outras personalidades, ligadas essencialmente aos serviços administrativos e de escrituração, que até em alguns casos se confundiram com os serviços do arrolamento do próprio Palácio das Necessidades e, como tal, não são aqui referidas.

A Comissão de arrolamento dos bens existentes nos Paços Reais desenvolveu trabalho entre a data da sua criação, 13 de outubro de 1910, e 1 de novembro de 1919, data da sua dissolução¹⁷³, sendo responsável pelo acompanhamento dos trabalhos de arrolamento judicial que tiveram lugar nos diversos paços reais. Estes procedimentos judiciais, de realização de inventários totais do recheio dos diversos imóveis que pertenciam ou usufruía a Casa Real, seguiram os procedimentos normais legais¹⁷⁴ e estiveram a cargo de equipas nomeadas pelos Tribunais de Comarca da área de implantação destes imóveis, por indicação direta do Ministério da Justiça. No caso do Palácio Nacional das Necessidades foi nomeado, pelo Ministro da Justiça, após requisição do Ministro das Finanças de um magistrado judicial, Aureliano da Silveira Costa Santos, Juiz de Direito, ajudante do Procurador Geral da República, para liderar o processo de arrolamento dos bens aí existentes¹⁷⁵. No caso do Palácio Nacional da Ajuda, foi nomeado João Taborda de Magalhães, Juiz de Direito, adido ao Ministério da

¹⁷² “Pedido para António Maria da Costa Macedo fazer parte da comissão de arrolamento das Cavalariações do Palácio Nacional das Necessidades”, PT/PNA/DGFP/0006/0001/00005/00012, acedido em 3 de dezembro de 2013 em URL: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4684917>.

¹⁷³ “Dissolução da Comissão de arrolamento dos bens do Palácio das Necessidades”, PT/PNA/DGFP/0006/0001/00130, acedido em 3 de dezembro de 2013 em URL: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4685250>.

¹⁷⁴ “Art. 680.º O arrolamento póde ter logar como consecuencia da imposição de sellos, ou nos casos de abandono de bens, herança jacente, ou outros identicos. § 1.º No acto do arrolamento, serão os bens avaliados por um avaliador, que o juiz nomeará. § 2.º O arrolamento será feito pelo escrivão, lavrando um auto no qual descreverá os bens, em verbas numeradas, com a declaração do valor respectivo. § 3.º Este auto servirá de descripção no inventario a que haja de proceder-se. § 4.º Os bens arrolados serão entregues ao inventariante ou, não o havendo, o juiz nomeará um depositario que administrará os bens e dará contas nos termos dos artigos 824.º e 825.º” *Código de Processo Civil, Aprovado por carta de lei de 8 de novembro de 1876 conforme a edição oficial*, 1876, pp. 255-256.

Este artigo do Código de Processo Civil, não foi modificado nos primeiros anos da Primeira República. *Código do Processo Civil. Aprovado por carta de lei de 8 de Novembro de 1876, com as alterações introduzidas pelo decreto com força de lei n.º 4:618, de 13 de Julho de 1918. 6.ª Edição oficial*, 1921, pp. 184-185.

¹⁷⁵ “Processo N.º 559 – L.º 23”, PT/PNA/DGFP/0001-001/0001/00009, acedido em 18 de novembro de 2013 em URL: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4683278>.

Justiça¹⁷⁶. Alguns edifícios tiveram o seu arrolamento efetuado de uma maneira mais rápida do que outros, muito devido às suas próprias características, dimensões e número de objetos existentes nos seus interiores, mas também devido ao conhecimento e grau de atenção – e, em alguns casos, preciosismos até – das pessoas envolvidas, com destaque para os juízes responsáveis¹⁷⁷. Estas equipas eram normalmente constituídas por um juiz, por um escrivão e por um amanuense, que seriam coadjuvados por alguns funcionários dos respetivos paços, alguns deles com vários anos de serviço para a Casa Real e profundos conhecedores de muito do que se encontrava nos seus interiores. De entre estes funcionários destacavam-se, claro, os almoxarifes dos palácios, que se mantiveram em funções apesar da mudança de regime, até serem progressivamente afastados e substituídos por indivíduos pretensamente mais fiéis à nova ordem política do país¹⁷⁸.

Na prática, a Comissão de arrolamento dos bens existentes nos Paços Reais acompanhou de mais perto os processos de arrolamento dos grandes palácios da capital (Necessidades¹⁷⁹ e Ajuda), com algumas visitas muito pontuais àqueles fora de Lisboa. A sua ação e resoluções eram normalmente favoráveis ao Estado, agora tutelado pela República Portuguesa, sobretudo nos casos de dúvida de propriedade dos bens móveis¹⁸⁰, ou nos casos em que os objetos em causa, mesmo não suscitando dúvidas algumas quanto à sua verdadeira propriedade, apresentavam claramente, segundo os membros desta comissão, interesse nacional. Os objetos arrolados poderiam receber a classificação de valor histórico, artístico ou arqueológico, sendo por essa qualificação

¹⁷⁶ Ver o ponto 1.2.2. *Arrolamento do Paço Real da Ajuda*.

¹⁷⁷ As Tapadas de Mafra e da Ajuda tiveram inventários autónomos dos paços respetivos, pois tinham já na Monarquia Constitucional administrações por almoxarifados diferentes.

¹⁷⁸ Por exemplo, no Palácio Nacional das Necessidades o almoxarife Mariano Marçal da Silva Reis, foi afastado e substituído por António Júlio de Castro em janeiro de 1911. MONGE, Maria de Jesus, *A República e os Paços Reais*, 2010, p. 113.

¹⁷⁹ No caso do Palácio das Necessidades, surgem algumas situações de alguma dificuldade de destrição entre a Comissão de Arrolamento dos bens existentes nos Paços Reais e a Comissão de arrolamento do próprio palácio.

¹⁸⁰ O Governo Provisório da República Portuguesa procurou nas leis liberais uma base de legalidade para desenvolver a legislação que permitisse efetuar a distinção de propriedade dos bens. Na sequência da implantação do regime liberal em Portugal no século XIX, surgiu a necessidade de distinguir os bens que eram propriedade da Coroa (Fazenda Real) e da Casa Real. Pela lei de 16 de julho de 1855, tinha ficado definido que os bens anteriormente existentes pertenciam à Coroa, com exceção daqueles que tivessem proveniência de ofertas ou de heranças. A partir de então, a lei de 1855 definia que os bens adquiridos pelo Erário Público pertenceriam à Coroa e os que fossem adquiridos por fundos próprios ou com verbas da dotação da Casa Real seriam pertença da Casa Real. MONGE, Maria de Jesus, *A República e os Paços Reais*, 2010, p. 114.

que eram efetuados todos os argumentos e pareceres dos membros da comissão de arrolamento¹⁸¹.

O novo Governo Provisório, logo em 1910 e através do decreto, com força de lei, de 19 de novembro¹⁸², estabeleceu regras “*providenciando no sentido de evitar a deterioração e a saída para o estrangeiro de objectos de valor artistico e histórico*”. Estas regras passaram naturalmente a estar na base da análise da importância dos bens reclamados pela Família Real. Em alguns casos a comissão recorria a pareceres de especialistas externos, no sentido de melhor argumentar as pretensões do Estado de impedir a devolução de determinados objetos. De entre estes especialistas, verificamos que a comissão recorria a nomes próximos da Casa Real, como por exemplo Albert Girard¹⁸³ e Francisco Hygino dos Santos¹⁸⁴. Por outro lado, também recorria a pareceres de reconhecidos especialistas em assuntos de arte, dos quais destacamos, por exemplo, Joaquim de Vasconcelos¹⁸⁵. Os restantes pareceres eram efetuados pelos próprios membros da comissão. Este processo de apresentação de razões para a não permissão de

¹⁸¹ Exemplos de listas de objetos reclamados pela Família Real, considerados pertença do Estado, e de objetos considerados com valor artístico. “Parecer sobre a propriedade de objectos reclamados por D. Amélia e D. Manuel nas relações n.º2 e n.º3”, PT/PNA/DGFP/0003/0001/00042, acedido em 9 de dezembro de 2013 em URL: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4684592>.

“Objectos pertencentes ao Estado, relação n.º5”, PT/PNA/DGFP/0003/0001/00053, acedido em 9 de dezembro de 2013 em URL: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4684603>.

“Objectos tidos como de valor artistico, “relação n.º8”, PT/PNA/DGFP/0003/0001/00083, acedido em 9 de dezembro de 2013 em URL: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4684633>.

¹⁸² Decreto, com força de lei, de 19 de novembro de 1910, *Diário do Governo*, n.º 41, de 22 de novembro de 1910.

¹⁸³ “Declarações sobre a propriedade de objectos da biblioteca particular de D. Carlos, pedidos por D. Manuel”, PT/PNA/DGFP/0003/0001/00049, acedido em 9 de dezembro de 2013 em URL: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4684599>.

Albert Arthur Alexandre Girard (1860-1914). Formado em Engenharia, começou o seu percurso na História Natural, no Museu de Zoologia da Escola Politécnica de Lisboa. Foi membro da Comissão de Pescas e Conservador das coleções reais no Palácio das Necessidades. Participou em todas as campanhas oceanográficas com o Rei D. Carlos I e era o responsável pelo estudo, exposição e divulgação do material recolhido. Publicou diversos estudos científicos. CHOFFAT, Paul, *Albert Arthur Alexandre Girard: memória apresentada à Academia das Sciencias de Lisboa*, 1916. Albert Girard, diretor do Gabinete de Numismática desde 1909, depois da implantação da república, queixa-se de não ter recebido nem informações nem salário e que o servente do mesmo gabinete recebeu um salário menor. Em janeiro de 1911 Girard seria despedido. Cartas de 28 de dezembro de 1910 e de 15 de fevereiro de 1911, TT, AHMF, Caixa 7836.

¹⁸⁴ Francisco Hygino dos Santos, responsável pela Armaria do Paço Real das Necessidades nos últimos vinte anos da Monarquia Constitucional. “Auto de declarações acerca dos bens reclamados na Requisição 7”, PT/PNA/DGFP/0003/0003/00003/00006, acedido em 9 de dezembro de 2013 em URL: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4684763>.

¹⁸⁵ Joaquim de Vasconcelos (1849-1936), historiador e crítico de arte. Como exemplo, referimos algumas das suas declarações acerca do valor de alguns objetos artísticos existentes no Palácio das Necessidades. “Declarações relativas à propriedade de quadros e medalhões”, PT/PNA/DGFP/0003/0001/00066, acedido em 9 de dezembro de 2013 em URL: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4684616>.

Acerca de Joaquim de Vasconcelos, ver: LEANDRO, Sandra, *Joaquim de Vasconcelos: [1849-1936]: historiador, crítico de arte e museólogo*, 2008.

saída do país de alguns objetos implicou, de facto, que algumas peças emblemáticas¹⁸⁶ permanecessem em Portugal, muitas delas integradas nos principais museus portugueses de então, com destaque para o recém-instituído Museu Nacional de Arte Antiga¹⁸⁷.

Como já foi referido, todo o processo de arrolamento dos bens existentes nos Paços Reais teve como principal objetivo a determinação da propriedade dos objetos que neles se encontravam, de modo a sustentar uma legalidade de restituição, ou de estatização, procurada pelas novas autoridades políticas republicanas portuguesas. Por outro lado, os membros da Família Real Portuguesa, agora no exílio, começaram a reclamar ao Governo Provisório, através dos seus representantes legais, a devolução dos seus bens. Se numa primeira fase as reclamações incidiam sobre os objetos considerados mais íntimos e mais necessários, numa segunda fase essas reclamações foram sendo alargadas a outros bens móveis, em parte porque os procuradores das pessoas reais começaram entretanto a trabalhar diretamente com a Comissão de arrolamento dos bens existentes nos Paços Reais, tendo então um acesso mais completo às listas de inventário realizadas nos diversos edifícios.

Sem nos querermos alongar nesta questão das requisições e das entregas de bens à Família Real, parece-nos contudo importante fixar aqui alguns dados, importantes para entender o destino de diversos objetos da Casa Real e que poderão abrir pistas para um melhor e mais detalhado conhecimento acerca dos percursos das coleções reais.

À época da mudança de regime político em Portugal a Família Real era composta apenas por quatro elementos – Rei D. Manuel II, Rainha D. Amélia, Rainha

¹⁸⁶ Nas palavras de António dos Santos Lucas, presidente da comissão de arrolamento aquando da dissolução da mesma, dizia-se que “*Orgulha-se a Comissão de ter reivindicado para o Estado a posse de algumas obras de arte de altíssimo valôr, como, entre outras, o celebre quadro de Holbein, o notabilissimo triptico de Mett de Bless, um dos paineis do poliptico de Santa Auta, da Igreja da Madre de Deus*”. “Dissolução da Comissão de arrolamento dos bens do Palácio das Necessidades”, PT/PNA/DGFP/0006/0001/00131, acedido em 4 de dezembro de 2013 em URL: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4685251>.

Numa carta de 3 de novembro de 1919, o diretor do Museu Nacional de Arte Antiga, José de Figueiredo, membro da Comissão de arrolamento dos bens dos Paços Reais, escreve: “*A atitude do Estado não pode de resto ser logicamente outra, desde que se provou iniludivelmente que o painel de Holbein, o velho, “Fons Vitae”, o triptico de Mett de Bles, a pintura de Christovam de Figueiredo, a de Vieira Portuense, os cinco medalhões Della Robbia e os dois mosaicos italianos do seculo XVIII, todos já incorporados no Museu, como pertença do paiz, foram, apesar disso, reclamados pela família real exilada como bens seus.*” Proc. n.º 872, l.º 3.º, TT, AHMF, Caixa 7927.

¹⁸⁷ O Museu Nacional de Arte Antiga foi criado, juntamente com o Museu Nacional de Arte Contemporânea, em maio de 1911, na sequência da extinção do Museu Nacional de Belas-Artes. Decreto, com força de lei, n.º 1, de 26 de maio de 1911, *Diário de Governo*, n.º 124, de 29 de maio de 1911.

D. Maria Pia e Infante D. Afonso –, pelo que as requisições de devolução efetuadas relacionaram-se apenas com os bens pessoais dessas personalidades.

Durante os primeiros meses de exílio da Família Real as autoridades republicanas foram remetendo para os seus membros – que haviam deixado o país com poucos haveres materiais – alguns objetos pessoais, tais como roupas, papéis e alguns bens preciosos, essencialmente jóias e condecorações, e ainda objetos com valor sentimental¹⁸⁸. Estas remessas estão documentadas no Arquivo do Palácio Nacional da Ajuda - Museu e disponíveis *online* no portal de arquivos da Torre do Tombo¹⁸⁹. A partir de então, e com o avançar dos arrolamentos nos diversos paços reais, começaram a ser apresentadas relações de objetos reclamados pelos representantes das figuras reais, com destaque para Fernando Eduardo de Serpa Pimentel¹⁹⁰, que de maneira contínua apresentou 34 requisições, referentes a uma infinidade de bens que considerava propriedade do Rei D. Manuel II e da Rainha D. Amélia¹⁹¹.

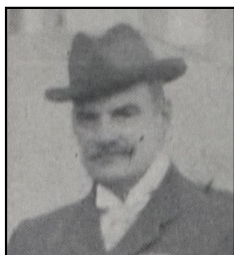


Fig. 12 – Fernando Eduardo de Serpa Pimentel.

Ilustração
Portuguesa, n.º 103,
10 de fevereiro de
1908.

Gostaríamos de alertar para o facto de não podermos precisar qual o número total de objetos que foram determinados como sendo propriedade do Estado, devido ao

¹⁸⁸ Como exemplo apontamos alguns objetos relacionados com o regicídio de 1908. “Pedido de D. Amélia”, PT/PNA/DGFP/0003/0001/00020, acedido em 16 de janeiro de 2014 em URL: <http://digitalq.dgarq.gov.pt/details?id=4684570>.

¹⁸⁹ Este conjunto de documentação foi tratado arquivisticamente, digitalizado e disponibilizado através do portal nacional de arquivos da Torre do Tombo, no seguimento do projeto “Fontes para a História dos Museus de Arte em Portugal”, do Instituto de História da Arte, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, com o financiamento da Fundação para a Ciência e Tecnologia (PTDC/EAT-MUS/101463/2008). Este projeto teve duas frentes de trabalho: o Museu Nacional de Arte Antiga e o Palácio Nacional da Ajuda. Os trabalhos levados a cabo no Palácio Nacional da Ajuda decorreram entre março de 2010 e março de 2012. Ver *PROJETHA. Projetos do Instituto de História da Arte. N.º 1 – Fontes para a História dos Museus de Arte em Portugal. Apresentação de resultados*, 2013, acedido em 16 de janeiro de 2014 em URL: <http://institutodehistoriadaarte.files.wordpress.com/2012/11/projetha fontes port.pdf>.

¹⁹⁰ Fernando Eduardo de Serpa Pimentel (1853-1929). Militar da arma de Engenharia, chegou a Coronel. Foi o último Administrador Geral da Fazenda da Casa Real, exonerado a 21 de outubro de 1910. Foi procurador em Portugal do Rei D. Manuel II durante o exílio. *Diário do Governo*, n.º 16, de 24 de outubro de 1910.

¹⁹¹ Entre 11 de novembro de 1912 e 12 de novembro de 1919 foram entregues a Fernando Eduardo de Serpa Pimentel diversos objetos, depois da análise pela Comissão de arrolamentos dos bens existentes nos Paços Reais das requisições apresentadas. Ver “Entregas efectuadas à Família Real e respectivos processos de avaliação de propriedade”, PT/PNA/DGFP/0003, acedido em 16 de janeiro de 2014 em URL: <http://digitalq.dgarq.gov.pt/details?id=4683829>.

não conhecimento do total da documentação existente nos arquivos consultados, uma vez que suspeitamos que apenas se encontram disponíveis partes de um todo anteriormente existente. Como tal, poderemos apenas apontar alguns breves dados acerca deste tema, baseados em diferentes documentos e estudos.

Segundo o Arrolamento do Palácio Nacional das Necessidades¹⁹², verificamos que alguns dos objetos inventariados foram entregues a Fernando Eduardo de Serpa Pimentel, sendo que outros não o foram, constando em alguns deles a indicação de posterior entrega a outras entidades (Palácios, Museus e outros organismos, essencialmente dependentes do Estado). Verificamos também a menção “*De valor artistico*”, “*De valor historico*” e “*De valor archeologico*” em alguns dos bens arrolados, indicadores de que diversos objetos de várias tipologias foram considerados pertença do Estado devido aos seus valores patrimoniais intrínsecos. Na documentação existente no arquivo do PNA, e que também se encontra disponível através do portal de arquivos da Torre do Tombo, existem as seguintes listas de objetos: reclamados pela Família Real; entregues à Família Real; pertença do Estado; de propriedade duvidosa; e de valor artístico. Com uma análise exaustiva destas relações conseguir-se-á ter uma melhor noção do volume de objetos que foram colocados à guarda do Estado devido às suas características, históricas e artísticas, consideradas valiosas para o País.

Com a morte prematura da Rainha D. Maria Pia, a 5 de julho de 1911, ficou encerrada a questão da entrega dos seus bens, que na sua maioria estavam a ser arrolados no agora denominado Palácio Nacional da Ajuda. Os bens considerados propriedade de D. Maria Pia foram então arrestados pelo Estado português, até serem definidos os seus herdeiros. No entanto, entre outubro de 1910 e a data da sua morte, tinham sido entregues a esta rainha roupas e outros objetos pessoais para o seu dia-a-dia.

No que diz respeito ao Infante D. Afonso, foram feitas algumas requisições através do seu procurador, José António Piano, mas o processo de entrega dos seus bens foi na sua maioria adiado, sendo apenas desbloqueado depois da sua morte, a 21 de

¹⁹² “Arrolamento do Palácio das Necessidades”, PT/PNA/DGFP/0001-001, acedido em 4 de dezembro de 2013 em URL: <http://digitalq.dgarq.gov.pt/details?id=4683268>.

fevereiro de 1920, devido às reclamações movidas pela sua viúva, Nevada Stoodly Hayes¹⁹³.

Gostaríamos ainda de mencionar o estudo de Hugo Xavier, já anteriormente referido, acerca da Galeria de Pintura do Rei D. Luís no Paço Real da Ajuda¹⁹⁴, em cujo segundo volume surgem referências ao percurso de algumas das pinturas que compunham essa pinacoteca, maioritariamente composta por dinheiros particulares do Rei D. Luís I e que permanecem em território nacional, essencialmente em coleções públicas.

Baseados no acima exposto, podemos afirmar que algumas das coleções de alguns museus portugueses beneficiaram do processo de inventariação e do trabalho da Comissão de arrolamento dos bens existentes nos Paços Reais, quase logo de imediato. Para além disso, podemos constatar que foi ao longo das décadas seguintes que algumas instituições museológicas nacionais tiveram as suas coleções aumentadas com objetos oriundos dos palácios nacionais, alicerçando os fundamentos dessas incorporações nos argumentos e nas conclusões da Comissão de Arrolamento dos bens existentes nos Paços Reais. Para além do aspeto mais prático desta comissão, o que deverá ser levado em conta é o seu papel no desenho de um conjunto conceptual de património histórico e artístico nacional, mostrando e relevando a necessidade de “estatização” de objetos com grande carga patrimonial, que não deveriam objetivamente deixar o país, sobrepondo-se assim o estatal sobre o particular.

1.2.2. Arrolamento do Paço Real da Ajuda

O Arrolamento do Palácio Nacional da Ajuda, dentro do panorama do processo de arrolamento dos Paços Reais, teve algumas características excecionais que o distinguiram dos restantes. Como verificámos no ponto anterior, os Paços Reais de Cascais, Alentejo, Sintra, Pena, Queluz, Mafra e Belém tiveram o arrolamento efetuado pelo Juiz da Comarca respetiva, com os restantes funcionários associados. Mas, como também foi mencionado anteriormente, nos casos dos Palácios das Necessidades e da Ajuda o procedimento foi diferente, este último ainda mais peculiar porque foi

¹⁹³ Nevada Stoodly Hayes (1870-1941). Cidadã americana que ficou conhecida pelos seus quatro casamentos e por representar à época a típica caçadora de fortunas. MÂNTUA, Ana Anjos, “Nevada, a herdeira americana da família Real Portuguesa”, in, *Artis, Revista de História da Arte e Ciências do Património*, n.º 1, 2013, pp. 88-97.

¹⁹⁴ XAVIER, Hugo, *Galeria de pintura no Real Palácio da Ajuda*, 2009.

executado por um juiz adido ao Ministério da Justiça, reconhecido no meio lisboeta pelos seus conhecimentos históricos e artísticos.

Por portaria de 26 de janeiro de 1911 foi nomeado para orientar o arrolamento do antigo Paço da Ajuda o juiz João Taborda de Magalhães¹⁹⁵, que determinou a 28 de janeiro de 1911¹⁹⁶ o início dos trabalhos para 30 de janeiro de 1911¹⁹⁷. A partir de então foi sendo feito o inventário judicial de todos os bens existentes no Palácio Nacional da Ajuda, com descrições mais ou menos exaustivas, de modo a que não surgissem quaisquer dúvidas acerca da identificação dos objetos. Seria este juiz quem, juntamente com Adelino Augusto Simões de Sampaio, escrivão de direito¹⁹⁸, e José Elysio Cabrita Junior, oficial de diligências¹⁹⁹, faria um inventário judicial diferente dos demais, uma vez que apresenta descrições mais elaboradas, incluindo informações adicionais acerca dos bens arrolados. Utilizando aqui palavras de Custódio José Vieira²⁰⁰, ficamos com uma ideia da impressão que o trabalho de Taborda de Magalhães deixou:

“Só de nome e de vista conhecia o Dr. João Taborda de Magalhães antes desta minha comissão de serviço. Não é, pois, a amizade que me leva a dedicar-lhe as palavras que se seguem, mas sim a justiça e a verdade. De há muito que me

¹⁹⁵ João Taborda de Magalhães (1848-1923). Natural de Freixo de Espada-à-Cinta, formou-se em Direito pela Universidade de Coimbra em 1873. Foi Procurador Régio junto da Relação do Porto, Ajudante do Procurador Régio da Relação de Lisboa, Ajudante do Procurador Geral da Coroa e Fazenda, Desembargador do Tribunal da Relação de Lisboa, Desembargador da Relação da República e Adido do Ministério da Justiça.

Foi nomeado por portaria de 26 de janeiro de 1911, para efetuar “o arrolamento dos bens mobiliários que pertençam à Caza Real e à Caza de Bragança”, depois do juiz Francisco de Campos Ferreira Lima, visconde de Ferreira Lima, já ter feito o arrolamento do recheio da Cidadela de Cascais. “Início do arrolamento”, PT/PNA/DGFP/0001-002/0001/00003/00002, acedido em 10 de dezembro de 2013 em URL: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/viewer?id=4683300>.

¹⁹⁶ Por erro a data que surge, no termo de abertura do 1.º volume do arrolamento do Palácio Nacional da Ajuda, é 28 de janeiro de 1910 “Anno de mil novecentos e dez, aos vinte e oito dias do mez de Janeiro” “Auto de confirmação”, PT/PNA/DGFP/0001-002/0001/00003/00001, acedido em 10 de dezembro de 2013 em URL: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/viewer?id=4683299>.

¹⁹⁷ “Início do arrolamento”, PT/PNA/DGFP/0001-002/0001/00003/00002, acedido em 10 de dezembro de 2013 em URL: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/viewer?id=4683300>.

¹⁹⁸ Escrivão do 8.º Juízo de Investigação Criminal de Lisboa foi transferido, por requisição própria, em outubro de 1912. *Diário do Governo*, n.º 250, de 24 de outubro de 1912. Adelino Augusto Simões de Sampaio ainda assinaria o auto de arrolamento datado de 25 de outubro de 1912 (“Auto de arrolamento 447”, PT/PNA/DGFP/0001-002/0013/00002, acedido em 27 de dezembro de 2013 em URL: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4683835>), sendo substituído nas mesmas funções, a 4 de novembro de 1912, por José Borrego (“Auto de posse de José Borrego como escrivão”, PT/PNA/DGFP/0001-002/0013/00004, acedido em 27 de dezembro de 2013 em URL: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4683837>).

¹⁹⁹ Oficial de diligências do terceiro ofício da 3.ª vara cível de Lisboa foi exonerado, por requisição pessoal, em janeiro de 1911, pensamos que para exercer o cargo na comissão de arrolamento do Palácio da Ajuda. *Diário do Governo*, n.º 3, de 5 de janeiro de 1911. Este oficial de diligências acompanharia até ao fim o arrolamento do PNA.

²⁰⁰ Futuro depositário dos bens arrolados no Palácio Nacional da Ajuda. Voltaremos a esta personalidade no decorrer deste trabalho.

acostumara a ouvir dizer que S. Ex.^a era zeloso no desempenho dos serviços que lhe confiavam, recto no cumprimento dos seus deveres, inflexível na justa aplicação das disposições da lei. Na parte final dos meus trabalhos tive eu próprio ocasião de observar que assim era, já pelo que presenciei, já pela consulta que fiz ao volumosíssimo processo do arrolamento. Digo afoitamente, pois ninguém pode com verdade contradizer-me, que o arrolamento tem sido feito e dirigido com um zelo e escrúpulo exemplares. Pode talvez admitir-se que outrem assim procedesse, mas que excedesse, não é possível. Há ainda uma circunstância que faz realçar o trabalho daquele magistrado: é a sua dedicação. Não há nada que tenha desprezado no arrolamento. Todos os objectos arrolados estão-no de forma tal que fácil é reconhecê-los e difícil é substituí-los. Como, porém, isto não fosse já bastante, junta-lhe S. Ex.^a um carinho por tudo quanto seja obras de valor artístico ou histórico o qual vai muito àlém do que é lícito exigir-lhe como magistrado.”²⁰¹

Ainda sobre o juiz Taborda de Magalhães, Custódio José Vieira diria:

“reúne qualidades que nem todos, e até poucos, teem, como são a dedicação, o interesse e até carinho por objectos de arte e coisas ou assuntos históricos, a sua competência quanto, pelo menos, aos primeiros, e a natural ânsia e constante desejo de criteriosamente dispor e relacionar todos os objectos, acautelá-los, conservá-los, zelo e dedicação tais ou em tam alto e apreciável grau que o fizeram consertar, alguns por ele próprio, vários objectos de valor”²⁰²

Neste arrolamento a equipa jurídica contou ainda com a ajuda de Pedro Carlos Moura Dias, residente no Paço da Ajuda e com diversos anos de serviço enquanto Particular da Rainha D. Maria Pia²⁰³. Esta participação seria criticada pelo secretário da

²⁰¹ “Averiguação àcêrca da Administração do Palácio Nacional da Ajuda (Despacho de S. Exa. O Ministro das Finanças de 1 de Agosto de 1912). 1.º Volume (Relatório). Lisboa 17 de Junho de 1913”, p. 47. TT, AHMF, Caixa 7911.

²⁰² TT, AHMF, Caixa 7916.

²⁰³ Pedro Dias, particular da Rainha D. Maria Pia. Residia no Paço Real da Ajuda, ocupando os espaços denominados por “*Antigos aposentos de Pedro Dias, particular, que foi, da snr.^a D. Maria Pia*”, descritos no próprio arrolamento. Introduzido pelo Superintendente geral dos Paços Reais, Joaquim Martins Teixeira de Carvalho, colaborou no arrolamento entre 22 de fevereiro de 1911 e 22 de agosto de 1913, assinando todos os autos de arrolamento entre essas datas, com exceção de 6 de junho de 1911, 29 de agosto de 1911 e 5 de março de 1912. Pedro Dias, durante os meses em que colaborou no arrolamento do PNA recebeu como salário, 40\$000 por mês. TT, AHMF, Caixa 7820.

Superintendência Geral dos Paços Reais, Alfredo Leal, que a considerava perigosa para os interesses da República. Alfredo Leal julgava estranha a participação de antigos empregados da Casa Real no processo de arrolamento dos Paços Reais, pois entendia que se deviam apenas utilizar para tal função funcionários republicanos²⁰⁴, para evitar eventuais problemas de atribuição de propriedade de bens.

*“Ignoro qual o critério, que tem presidido á separação dos bens que se dizem pertencentes á falecida Senhora D. Maria Pia, e se o mesmo Snr. Juiz recebeu incumbência de proceder também á sua discriminação. A ser assim, esta ficará consignada nos autos o que talvez nos traga embaraços futuros. [...] Se nas Necessidades há duvidas, na Ajuda ellas serão gravemente complicadas, visto que essa Senhora considerava na sua grande maioria os objectos seus e como que prevendo acontecimentos inesperados, mandava-lhes colar etiquetas com o seu nome.”*²⁰⁵



Fig. 13 – “Dr. João Taborda de Magalhães”

Diário de Notícias, n.º 14.527, 42.º anno, 7 de maio de 1906, p. 1.

Por considerarmos interessante o cunho pessoal que o próprio juiz arrolador imprimiu neste arrolamento, parece-nos pertinente referir alguns aspetos que mostram o seu interesse e conhecimento pela arte e património, que poderão, porventura, ter influenciado a decisão da sua nomeação para o cargo desta comissão. O juiz João Taborda de Magalhães era uma figura conhecida no meio lisboeta, especialmente na zona do Chiado, sendo também conhecido por “Tabordinha”. A alcunha, não sabemos de onde a ganhou, mas viria já dos seus tempos de estudante em Coimbra e prender-se-ia ao facto da sua constituição física ser, realmente, bastante pequena. A propósito dos seus tempos de Coimbra registe-se uma curiosidade: no ano em que foi finalista, 1873, o seu curso, que incluía entre outros o poeta Guerra Junqueiro, levou à cena, como

²⁰⁴ TT, AHMF, Caixa 7837.

²⁰⁵ Ofício n.º 834, TT, AHMF, Caixa 7829.

récita de despedida, a peça *Fábia*, uma “*Tragedia Heroi-cómica*”, da autoria de Francisco Palha²⁰⁶, em que

*“O papel de César, presidente do Senado e pai de Fábia, foi desempenhado, nesse ano, por João Taborda, o Tabordinha, tão inteligente e tão engraçado, mas, ao mesmo passo, tão pequenino, que mais parecia criança de pouca idade e minguaadíssimo desenvolvimento, do que homem feito e homem às direitas, como era.”*²⁰⁷

A sua permanência na zona do Chiado, aliada à sua pequena estatura e, ao que parece, ao seu humor, fizeram de Taborda de Magalhães uma figura conhecida de todos aqueles que por essa área passavam, contando-se até alguns episódios acerca da sua boa disposição:

*“quem não conhece em Lisboa o Tabordinha, o espirituoso cavaqueador que não troca a sua horta do largo das Duas Igrejas pelo Estoril, nem por o pittoresco da fresca Cintra, nem pela magia da encantadora Suíça?”*²⁰⁸

*“Pequeno de corpo, mas de alma grande, atravessara parte da vida à porta da Havaneza, depois das suas obrigações cumpridas. Chamavam-lhe o dr. Tabordinha e citavam os seus ditos de espírito. Desejava passar o verão em Lisboa e punha-se a passear no lado fronteiro à Igreja do Loreto, onde corre sempre fresco. Era a Sintra do dr. Tabordinha. Querendo alguém, no Teatro de S. Carlos, ajudá-lo a acender um charuto num bico de gás, onde não chegava, êle deixou-se erguer nos braços do homem alto e ao voltar ao solo, fêz uma vénia e disse-lhe: - Fico às suas ordens para quando quiser alguma coisa cá de baixo ...”*²⁰⁹

Para além do seu percurso no campo do Direito, Taborda Magalhães foi também um conhecido amante de Arte, entendido em algumas matérias artísticas, principalmente as relacionadas com a pintura e os têxteis. Neste campo destacou-se a sua dedicação ao restauro, ou pelo menos ao seu patrocínio, com alguns trabalhos documentados. Em

²⁰⁶ Francisco Palha (1826-1890). Jornalista, escritor e empresário teatral. “PALHA (Francisco)”, in, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 20, pp. 84-85.

²⁰⁷ CABRAL, António, *O talento e dos desvarios de Guerra Junqueiro*, 1942, pp. 41-42.

²⁰⁸ *Ilustração Portuguesa*, n.º 30, 17 de setembro de 1906, p. 213.

²⁰⁹ MARTINS, Rocha, *Lisboa de ontem e de hoje*, 1945, p. 146.

1906 surge como principal impulsionador e patrocinador de uma intervenção em tapeçarias do Tribunal da Relação de Lisboa, entre as quais se destaca um conjunto com cenas do ciclo de Alexandre Magno. O juiz encetou então um processo de tentativa de restauro destas tapeçarias, no seguimento de uma visita do Príncipe Real D. Luís Filipe a este tribunal, na qual mostrou interesse por aquele conjunto. Depois de restauradas as tapeçarias foram apresentadas ao público, com a presença do mesmo Príncipe Real²¹⁰:

*“ao dr. Taborda de Magalhães, [...], devemos nós a ressurreição de uns esplendidos pannos d’ Arrás existentes no tribunal da 2.ª instancia.”*²¹¹

João Taborda de Magalhães terá também sido o responsável pelo restauro de um conjunto de tapeçarias e de quadros do Paço de S. Vicente, sede do Patriarcado de Lisboa, a avaliar pelas indicações que Luciano Freire nos deixou, nas quais menciona também o restauro das tapeçarias do Tribunal da Relação de Lisboa:

*“O juiz da Relação, Taborda de magalhães (o Tabordinha), tendo-se metido a restaurador é que tudo ia estragando. Como tivesse mandado dar uns pontarelos nas tapeçarias do tribunal, onde imperava, julgou-se não só autorizado a igual procedimento nas do aludido Paço, como a tentar a proeza de limpar estes quadros, não descançando enquanto não conseguiu do Patriarca a devida autorização.”*²¹²

Refira-se que, no entanto, em relação a um conjunto de tapeçarias de Aubusson, com cenas dos ciclos de Alexandre Magno e de Marco António no Egipto, existentes no Paço Patriarcal de S. Vicente, é o próprio juiz que nos diz o seguinte:

“Não tenho a vã prozapia de restaurador, nem, ao menos de ‘rautreyenr’, a que mal corresponde a nossa palavra de cerzidor, porque nem o saber e pratica indispensaveis para isso eu possuo, mas sempre me quero inchar com a

²¹⁰ “Os pannos de Raz da Relação de Lisboa”, in, *Diário de Notícias*, n.º 14527, 7 de maio de 1906, p. 1.
“Em 1906, o dr. João Taborda de Magalhães empreendeu o beneficiamento de três tapeçarias da História de Alexandre [...], à data, pertenciam ao Tribunal da Relação de Lisboa.” MENDONÇA, Maria José de, “Conservação das Tapeçarias do Estado”, in, *Boletim dos Museus Nacionais de Arte Antiga*, Fascículo 7, janeiro a junho de 1942, volume II, p. 132.

RODRIGUES, Paulo Simões, “Da História da Conservação e Restauro em Portugal: Das Origens ao Portugal Oitocentista”, in, *40 anos do Instituto José de Figueiredo*, 2007, p. 31.

²¹¹ *Ilustração Portuguesa*, n.º 30, 17 de setembro de 1906, p. 213.

²¹² FREIRE, Luciano, “Elementos para um relatório acerca do tratamento da pintura antiga em Portugal segundo notas tomadas no período da execução desses trabalhos”, in, *Conservar Património*, n.º 5, 2007, p. 18.

consolação de ter salvo da progressiva e certa ruína, tapeçarias que, aos olhos fechados dos que os sabem abrir, e vêr com elles, valem bem duzentos contos só os dez já concertados.”²¹³

O mesmo juiz avança-nos que

“A par da tarefa dos pannos tratei também de espalhar os apóstolos que há, não sei que tempo estavam todos prisioneiros n’uma só sala, e sem que os de casa soubessem por quem eram pintados. Depois que Christo lhes deu a doce lição de humildade, lavando-lhes os pés nunca mais ninguém se lembrou d’elles até que eu os lavei a todos por minha mão, e descobri a assignatura do notavel pintor Francisco de Zurbaran que os fez em 1638.”²¹⁴

Este grupo de telas acabaria por dar entrada no Museu Nacional de Arte Antiga em 1913, sendo no ano seguinte restaurado por Luciano Freire. A data referida por Taborda de Magalhães não está correta, uma vez que a data que aparece na tela representando São Pedro, a única que está assinada e datada, é 1633 e não 1638.

Segundo Manuela Santana, responsável pela coleção de têxteis do Palácio Nacional da Ajuda, o nome de Taborda de Magalhães aparece ainda associado ao restauro de algumas tapeçarias da Casa Real:

“vários exemplares restaurados em 1910 sob a responsabilidade de João Taborda de Magalhães, por encomenda de D. Manuel II. [...] Em data não apurada, as tapeçarias Pastoral e Cenas à beira de um rio, tal como mais oito ‘panos de raz’, saíram das Necessidades para o local onde foram restauradas por Taborda de Magalhães.”²¹⁵.

Manuela Santana aponta *“igualmente a indicação de que os seus restauros terminaram cerca de 1910”*²¹⁶, referindo ainda que as tapeçarias *Cenas à beira de um*

²¹³ TABORDA, João, “Ócios de um bacharel”, in, *Diário de Notícias*, n.º 15.932, 23 de março de 1910, p. 1.

²¹⁴ *Idem.*

²¹⁵ Na dissertação de Mestrado de Manuela Santana, *Tapeçarias da Casa Real Portuguesa em Setecentos: a coleção do Palácio Nacional da Ajuda*, de 2005, surgem as seguintes referências a estas intervenções: *“Datam do início do século XX algumas intervenções em tapeçarias do PNA cujo responsável foi possível identificar. Nestas estão já presentes a nomenclatura e a intenção de “restaurar” mas os critérios não diferem dos aplicados em séculos anteriores. Trata-se de vários exemplares restaurados em 1910 sob a responsabilidade de João Taborda de Magalhães, por encomenda de D. Manuel II, que podem considerar-se um verdadeiro “catálogo” dos procedimentos do restauro tradicional.*”, p. 216.

²¹⁶ SANTANA, Manuela, *op. cit.*, p. 141.

rio e Triunfo de Alexandre“apresentam o carimbo do restauro: ‘1910 Rest. J. Tabora’”²¹⁷.



Fig. 14 – “1910 Rest. J. Tabora”. Carimbo de restauro existente no reverso das tapeçarias *Cenas à beira de um rio* (PNA inv. 4195) e *Triunfo de Alexandre* (PNA inv. 3923).

Na realidade, já Maria José de Mendonça observara que,

“Em 1910, Tabora promoveu o restauro das seguintes tapeçarias: 43 – História de Tobias (2 panos); 44 – Países com uma Menina e um Anjo; 50 – Alexandre e a Família de Dario e Ala esquerda de Pório ferido; 52 – Triunfo de Alexandre e Cena de combate; 56 – Cena à beira de um rio; 58 – Pastoral; todos êstes exemplares se encontram no Palácio Nacional da Ajuda. 18 – História de Marco António (6 panos) e 40 – História de Alexandre (3 panos), no Museu das Janelas Verdes. 41 – Triunfo de Baco, na Embaixada de Portugal, em Londres.” Nestas tapeçarias as orlas foram substituídas por tiras de pano azul escuro e em todas há a marca de carimbo – ‘Rest. Tabora 1910’.”²¹⁸

Algumas destas serão as tapeçarias que são referidas num ofício por Custódio José Vieira²¹⁹,

“O ex-rei D. Manuel, sabendo de alguém que já tinha mostrado a sua competência em dirigir trabalhos de restauração de tapeçarias dêsse género, consultou-o sobre se seria possível restaurar aquêles panos; e, como a resposta tivesse sido afirmativa dêse que os mais danificados e incapazes de qualquer arranjo fôssem utilizados em benefício dos menos deteriorados, bem como quaisquer bocados de outros que, porventura, existissem naquêlo ou noutros Paços, D. Manuel encarregou essa pessoa de os restaurar.”²²⁰

²¹⁷ SANTANA, Manuela, *op. cit.*, p. 233.

²¹⁸ MENDONÇA, Maria José de, “Conservação das Tapeçarias do Estado”, in, *Boletim dos Museus Nacionais de Arte Antiga*, Fascículo 7, janeiro a junho de 1942, volume II, p. 132.

²¹⁹ Futuro fiel depositário dos bens arrolados no Palácio Nacional da Ajuda. Voltaremos a esta personalidade no curso deste trabalho.

²²⁰ Ofício de 19 de agosto de 1912. TT, AHMF, Caixa 7949.

No mesmo ofício é referido ainda que “*Êstes dez panos de Arrás e um Gobelins que também existia no Paço das Necessidades foram transportados para o museu criado no Paço da Vila de Sintra.*” Teriam de facto sido entregues no Palácio de Sintra “*dez pannos de Ráz, por mim restaurados*”, como refere numa carta o próprio juiz Taborda de Magalhães²²¹.

Por fim refira-se que, segundo Custódio José Vieira, João Taborda de Magalhães terá também efetuado diversos restauros em objetos do PNA, durante o processo de arrolamento dos bens aí existentes:

*“o fizeram consertar, alguns por ele próprio, vários objectos de valor, como jarras da Índia, de Sevres e de Saxe, bibelots e alguns móveis que tinham interesse histórico ou artístico ou, quando o não tinham, para que não ficassem escangalhados.”*²²²

Todos estes dados mostram uma intensa atividade de “restaurador”, por parte de Taborda de Magalhães.

Acerca deste conjunto de ações de restauro, é interessante verificar as críticas que Luciano Freire, membro destacado da Comissão de Arrolamento dos bens existentes nos Paços Reais e considerado um dos responsáveis pelo desenvolvimento da conservação e restauro em Portugal, como atividade que deveria ter uma metodologia profissional e científica, fazia às intervenções patrocinadas pelo juiz Taborda de Magalhães.

Segundo Freire, “*Ha na modesta biografia deste figurão, pormenor que interessa esta cronica, daí o fazel-o sair do merecido olvido.*”²²³ Luciano Freire, pintor e restaurador de pintura, com inúmeras ocupações e reflexões no mundo da arte e do restauro, mesmo para além da pintura, considerava que as técnicas de restauro levadas a cabo por este juiz não eram as mais corretas, pois não eram as melhores para a constituição material dos objetos:

“Um dia lembrou-se ele de mandar consertar por umas mulherzinhas, muito habéis em dar ... pontos em meias, uns panos de armar, arrecadados no Tribunal da Relação, e agora o verás! Foram pontos sobre pontos nesses

²²¹ Carta de 6 de novembro de 1912. TT, AHMF, Caixa 7909.

²²² Carta de 2 de abril de 1914, TT, AHMF, Caixa 7916.

²²³ “Memórias de Luciano Freire Capítulo VI - Capítulo VII”, PT/MNAA/AJF/DC-CM-LF/001-0001/00002, acedido em 8 de janeiro de 2014 em URL: <http://digitalq.dgarq.gov.pt/details?id=4721521>.

desgraçados panos, vigiando o nosso homem a operação com grande e exaustivo afam proeza que ia inaltecendo a todo e qualquer desgraçado que apanhava a jeito.”²²⁴

“A lavagem a agua e sabão que precedeu a envernizadela que lhe aplicou, teria porem, tudo deitado a perder se os quadros não estivessem entertelados, o que impediu que a humidade actuasse no fio do tecido, do que resultaria a deslocação da tinta. A acção alcalina, resultante da ensaboadela é que se ia manifestando nefastamente, concorrendo o acaso (...) para que fosse sustada a tempo”²²⁵.

Embora os escritos de Freire se centrem nas críticas técnicas, não deixa de ser perceptível que as suas apreciações maiores se prendem com o facto de o juiz ser um amador, um curioso nos assuntos da conservação e restauro, que não teria a formação nem a experiência que alguém dedicado a estas práticas deveria ter. De facto, considera-se que Luciano Freire foi o responsável pela mudança de abordagem no restauro de objetos artísticos em Portugal, trazendo esta prática dum mundo de amadores, de curiosos, para um mundo de especialistas²²⁶. Freire, em relação ao juiz Taborda de Magalhães, naquilo que podemos entender como uma reprovação alargada ao que acontecia no âmbito do património artístico, conclui mesmo que

“Se a revolução não vem pôr termo às operações dessa minúscula creatura, está-se a ver que na primeira oportunidade era nomeado Inspector da Academia. Já desse modo tinham sido honradas tolices idênticas.”²²⁷

²²⁴ “Memórias de Luciano Freire Capítulo VI - Capítulo VII”, PT/MNAA/AJF/DC-CM-LF/001-0001/00002, acedido em 8 de janeiro de 2014 em URL: <http://digitalq.dgarq.gov.pt/details?id=4721521>.

²²⁵ FREIRE, Luciano, “Elementos para um relatório acerca do tratamento da pintura antiga em Portugal segundo notas tomadas no período da execução desses trabalhos”, in, *Conservar Património*, n.º 5, 2007, p. 18.

²²⁶ A propósito da importância de Luciano Freire para a conservação e restauro em Portugal, ver os seguintes artigos:

FREIRE, Luciano, “Elementos para um relatório acerca do tratamento da pintura antiga em Portugal segundo notas tomadas no período da execução desses trabalhos”, in, *Conservar Património*, n.º 5, 2007, pp. 9-65.

CRUZ, António João, “Em busca da imagem original: Luciano Freire e a teoria e a prática do restauro de pintura em Portugal cerca de 1900”, in, *Conservar Património*, n.º 5, 2007, pp. 67-83

RODRIGUES, Paulo Simões, “Da História da Conservação e Restauro em Portugal: Das Origens ao Portugal Oitocentista”, in, *40 anos do Instituto José de Figueiredo*, 2007, pp. 17-39.

LEANDRO, Sandra, “O mito do recriador: Luciano Freire e os trabalhos de conservação e restauro da ‘Pintura Antiga’”, in, *40 anos do Instituto José de Figueiredo*, 2007, pp. 65-81.

²²⁷ “Memórias de Luciano Freire Capítulo VI - Capítulo VII”, PT/MNAA/AJF/DC-CM-LF/001-0001/00002, acedido em 8 de janeiro de 2014 em URL: <http://digitalq.dgarq.gov.pt/details?id=4721521>.

Refira-se ainda que, para além de criticar o amadorismo técnico e formativo de Taborda de Magalhães nos restauros por ele patrocinados, Luciano Freire, republicano assumido, tinha para com o magistrado preconceitos do foro político, que decerto não ajudariam às suas relações:

*“No Chiado encontrei o Tabordinha, minúscula figura de juiz, talassão de alto coturno e ornamento inseparável das hombreiras da porta da ‘Havaneza’, celebrado mentidéro político. Perguntando lhe eu o motivo de estar fechado esse seu estabelecimento favorito, respondeu: ‘que era por causa dos gravatinhas que andavam à solta’. Este cavalheiro passados dias aderiu ao novo regime, desaderindo pouco depois, abandonando o poiso, troçado por gregos e troianos.”*²²⁸

Na realidade, as posições políticas de Taborda de Magalhães não seriam desconhecidas da maioria, a verificar por outros testemunhos:

*“o grande juiz thalassa Taborda – vulgo Tabordinha, - escolhido, com bastante infelicidade, para presidente dos arrolamentos nos palacios reaes”*²²⁹

*“Condiscípulo de Teófilo Braga, tratavam-se por tu, um monárquico impenitente, o outro o chefe republicano. Assisti a um encontro entre ambos sendo o mestre Presidente do governo Provisório.”*²³⁰

No entanto, a sua “aderência” e posterior “desaderência” à causa republicana não parece ser fácil de provar.

Não existindo muitos dados para compor a dimensão real do juiz João Taborda de Magalhães, gostaríamos ainda de mencionar, como facto curioso, o seu papel caritativo, que deixou marca no património edificado, neste caso em Caxias, concelho de Oeiras. Foi este magistrado fundador de uma colónia de verão para crianças pobres, a “Colónia da Sineta”, fundada em 1909, depois de uma subscrição pública iniciada em agosto de 1906 no jornal Diário de Notícias. Com projeto de 1910, do arquiteto Ventura Terra²³¹, a casa para a colónia seria começada a construir ainda nesse ano, na Avenida

²²⁸ “Memórias de Luciano Freire Capítulo VI - Capítulo VII”, PT/MNAA/AJF/DC-CM-LF/001-0001/00002, acedido em 8 de janeiro de 2014 em URL: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4721521>.

²²⁹ A *Republica Portuguesa*, n.º 154, 6 de abril de 1911, p. 1.

²³⁰ MARTINS, Rocha, *Lisboa de ontem e de hoje*, 1945, p. 57.

²³¹ Miguel Ventura Terra (1866-1919). AA.VV., *Ventura Terra 1866-1919*, 2009.

Taborda de Magalhães, assim denominada nesse mesmo ano de 1910²³². Contudo, o edifício só foi concluído já na década de 1920, depois da doação da casa inacabada e dos terrenos envolventes à Associação Protetora de Infância “Asilo-Oficina” de Santo António de Lisboa²³³, em 4 de março de 1921²³⁴.

Em suma, traçando o perfil geral da personalidade de João Taborda de Magalhães, o que se destaca é o seu caráter algo altruísta, a sua seriedade e o seu profundo gosto pela arte, fomentado pela frequência dos antiquários e galerias existentes em Lisboa, o que o tornou figura conhecida no meio do colecionismo e do mercado da arte nacionais. A consulta sistemática do arrolamento do Palácio da Ajuda leva-nos a crer que o juiz terá aplicado os seus conhecimentos históricos e artísticos, ainda que amadores, no trabalho que desenvolveu durante esse processo. Apesar das diversas críticas que teve, a sua postura austera terá permitido que o arrolamento do Paço da Ajuda fosse realizado de maneira distinta dos efetuados nos outros palácios, apesar dos pontuais episódios marcados pelo choque com outras personalidades envolvidas, como veremos mais adiante neste trabalho²³⁵.

O Arrolamento judicial dos bens existentes no Paço da Ajuda, depositado no arquivo do Palácio Nacional da Ajuda – Museu, e disponibilizado *online* através do portal de arquivos da Torre do Tombo, é composto por quinze volumes encadernados, num total de 5208 fólios. Apesar de este conjunto conter alguns outros documentos relacionados com o processo de arrolamento, o grosso da documentação é constituído por 558 autos de arrolamento, ao longo dos quais todo o recheio do edifício foi arrolado de maneira sucessiva, até 22 de agosto de 1913. Através da sua consulta conseguimos perceber alguns factos que concorrem para a compreensão dos aspetos mais práticos do processo. Assim, verificamos que o arrolamento do PNA foi iniciado pela entrada geral

²³² ANTUNES, Alexandra de Carvalho, “Sonho de J. Taborda de Magalhães, projecto de M. Ventura Terra: Colónia da Sineta, Caxias, 1910”, in, *Revista Arquitectura Lusíada*, n.º 2, 2011, p. 52.

²³³ Este Asilo de Santo António foi fundado em 1891, por Luís Pinto Moitinho, e foi inaugurado a 1 de abril de 1892, existindo ainda, com o nome de Associação Pró-Infância Santo António de Lisboa. Acedido em 9 de janeiro de 2014 em URL: <http://www.apisal.pt/pages/historia>.

²³⁴ ANTUNES, Alexandra de Carvalho, *A arquitectura de veraneio do Concelho de Oeiras, 1860-1925: inventário, estado de conservação e proposta de algumas medidas de salvaguarda*, 2008.

ANTUNES, Alexandra de Carvalho, “Colónia da Sineta. A obra desconhecida de M. Ventura Terra em Caxias”, in, *Pedra & Cal*, n.º 49, 2011, pp. 40-42.

ANTUNES, Alexandra de Carvalho, “Sonho de J. Taborda de Magalhães, projecto de M. Ventura Terra: Colónia da Sineta, Caxias, 1910”, in, *Revista Arquitectura Lusíada*, n.º 2, 2011, pp. 49-64.

²³⁵ Ver o ponto 1.4.1. **Armando Porfírio Rodrigues, Almoxarife/Administrador/Conservador do PNA.**

do edifício, em janeiro de 1911, tendo sido registados progressivamente todos os objetos que se encontravam nos diversos espaços do edifício, até à Galeria de Quadros. Verificamos que a todos os espaços, ou conjuntos, do edifício foi atribuída, para além da designação pela qual seriam mais usualmente conhecidos, uma letra para uma melhor e mais imediata identificação. Assim, começa-se pela letra A, correspondente à *Entrada*, seguindo-se a letra B, correspondente à *Sala dos archeiros*, até à letra X'', correspondente à *Galeria de quadros*, num total de 99 espaços diferentes. Verificamos também que a sequência de espaços arrolados acompanha, de uma maneira geral, uma lógica de aberturas e comunicações de uns espaços para os outros, algumas delas hoje totalmente modificadas ou mesmo desaparecidas.

Não sabemos quantas horas diárias a equipa arroladora passava no PNA, mas de acordo com uma informação de novembro de 1913, o juiz arrolador estaria na Ajuda “*das 12 ás tres e meia ou quatro horas*”²³⁶. Na realidade, calculamos que durante todo o procedimento de inventário, não fossem de facto muitas horas. Dado o difícil acesso que representava a deslocação até ao Palácio da Ajuda²³⁷, entendemos que não faria sentido uma pausa para refeição, pelo que podemos considerar que começando ao fim da manhã, depois da refeição do almoço, a equipa ocuparia o tempo da maneira mais útil até a luz permitir o decurso dos trabalhos. Mesmo com a existência de luz artificial, indispensável em alguns dos espaços do edifício, não nos parece que cada sessão de arrolamento se prolongasse muito, tal como é mencionado nos próprios autos: “*E sendo a hora muito adiantada deu elle Juiz este acto por findo, por hoje*”. Como tal, das 12 horas às 16 horas, parece-nos ser na realidade um horário verídico. Pensamos, no entanto, que deveriam ser efetuadas algumas tarefas depois do horário de permanência no PNA, em especial trabalhos de escrituração, como a cópia dos inventários e a redação de outros documentos necessários, principalmente correspondência.

²³⁶ Proc. n.º 1136, l.º 24, TT, AHMF, Caixa 7925.

²³⁷ O próprio juiz Taborda de Magalhães refere que ao ser incumbido do arrolamento do Palácio da Ajuda, passou a receber a gratificação diária de seis vinténs para transportes, mas que a subida e a descida da íngreme Calçada da Ajuda era feita a pé. “Ofício de 27 de Junho de 1912”, in, “Averiguação àcerca da Administração do Palácio Nacional da Ajuda (Despacho de S. Ex^a. o Ministro das Finanças de 1 de Agosto de 1912). 2.º Volume (Processo-base da averiguação). Lisboa 17 de Junho de 1913.”, p. 3, Torre do Tombo, Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, Caixa 7911, Auto de averiguação à administração do Palácio da Ajuda. Este facto é confirmado pelo escrivão em serviço ao arrolamento: “*o mesmo Magistrado e funcionarios, tem sempre feito, a pé, o trajecto desde Belem até ao Paço d’Ajuda, ás vezes debaixo de verdadeiros temporaes e com prejuizo da sua saúde*”. Carta do escrivão do arrolamento do PNA, Adelino Augusto Simões de Sampaio, de 31 de agosto de 1912, dirigida ao director geral do Ministério da Justiça. TT, AHMF, Caixa 7876.

Durante o trabalho de arrolamento eram colocados selos de inventário em todas as peças, ou em conjuntos, de modo a se identificarem com os números de verba dados no registo. Estas etiquetas eram coladas sobre as peças, normalmente em locais não muito evidentes, mas de fácil acesso para verificação. Ainda hoje existem diversos objetos que as apresentam coladas, o que por si só nos permite associar de modo imediato aquela peça ao número de verba dado aquando do momento do arrolamento. Se, quanto aos objetos presentes no Palácio Nacional da Ajuda, a associação entre eles e o inventário judicial se torna quase óbvio, – servindo efetivamente de base de trabalho para o estudo de algumas peças e para a reorganização de alguns espaços do palácio –, quanto a outros objetos atualmente fora do PNA, poderão indicar pistas para investigação acerca do local onde poderiam ter estado e onde foram inventariados aquando do arrolamento dos paços reais.



Fig. 15 e 16 – Exemplos de etiquetas com números de verba, do arrolamento do Palácio Nacional da Ajuda. Verifica-se o sistema alfanumérico, em que a letra corresponde ao espaço do edifício e o número ao objeto.

Por vezes, conjuntos guardados em envelopes, caixas ou estojos, ou até mesmo em alguns móveis, eram lacrados de modo a evitar o acesso e a sua eventual desorganização. Progressivamente estes selos de lacre foram sendo abertos para verificação de objetos; em alguns casos ainda perduram, mesmo que quebrados, os seus vestígios em alguns envelopes, caixas e móveis existentes no Palácio Nacional da Ajuda. Apesar de suscitarem dúvidas à equipa do PNA, foi devido à recolha de imagens desses vestígios – por Maria do Rosário Jardim, investigadora do PNA e por João Morais Vaz, responsável pelas coleções de pintura e desenho do PNA e interessado conhecedor de Heráldica –, que se identificaram as armas presentes nas remanescências de lacre, sendo possível assim reconhecer as armas dos *Flores*. Apesar desta identificação e do óbvio relacionamento das armas representadas no selo com o processo de arrolamento judicial do PNA, durante muito tempo houve dificuldade em fazer a ligação do apelido *Flores* com alguém envolvido na comissão de arrolamento ou da tutela do Palácio da Ajuda, ou sequer com alguém ligado a momentos anteriores a

1910. Contudo, no auto de arrolamento, datado de 10 de julho de 1914, já assinado pelo juiz Afonso de Melo Pinto Veloso que, como iremos verificar adiante, viria a terminar este inventário, é referido que umas caixas tinham sido *“lacradas e selladas com o sinête propriedade do mesmo juiz Taborda, representando um escudo com as armas de uma antiga linhagem.”*²³⁸ Ora, apesar de não conseguirmos relacionar o apelido *Flores* ao juiz Taborda de Magalhães, ficamos de facto com a intuição de que poderão ser os lacres ainda existentes, os sobrantes dos colocados pelo dito juiz no decurso do inventário judicial do PNA.



Fig. 17 e 18 – Exemplos de lacres com as armas dos Flores.

*“Anno de mil novecentos e onze, aos trinta dias do mez de Janeiro, n’este palacio d’Ajuda, freguesia d’Ajuda, comarca Judicial de Lisbôa, aonde veio o Ex.^{mo} Juiz de Direito Doutor João Taborda de Magalhães, Juiz de Primeira Classe adido ao Ministerio da Justiça, nomeado para continuar a proceder ao arrolamento dos bens moveis pertencentes, n’esta comarca de Lisbôa, à extincta casa real e casa de Bragança, comigo Adelino Augusto Simões de Sampaio, escrivão de Direito de seu cargo e o respectivo official de deligencias José Elysio Cabrita Junior, igualmente nomeado para a mesma deligencia d’arrolamento, estando tambem presentes: o Ex.^{mo} Doutor Joaquim Martins Teixeira de Carvalho, Superintendente dos paços da extincta monarchia, e Armando Profiro Rodrigues, almoxarife d’este palacio. E logo por ordem d’elle Juiz e com inteira observancia das formalidades legaes, foi dado começo à deligencia, arrolando-se o seguinte:”*²³⁹

²³⁸ Auto de arrolamento de 10 de julho de 1914, pp. 5210 verso e 5211. APNA-Museu, Estante 11, Prateleira 3, Pasta 19, Bloco n.º 1.

²³⁹ Auto de arrolamento 1, PT/PNA/DGFP/0001-002/0001/00004, acedido em 12 de dezembro de 2013 em URL: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/viewer?id=4683301>.

*“E sendo a hora muito adiantada deu elle Juiz este acto por findo, por hoje, designando o dia primeiro de Fevereiro próximo, ao meio dia, para a continuação – despacho este, que eu escrevão, com a devida venia, intimei a todos os presentes, que do mesmo se disseram scientes. E dos bens arrolados foi constituído fiel depositário o referido almoxarife, Antonio Profiro Rodrigues, que dos mesmos tomou conta, sujeitando-se ás penas dos infieis depositarios, que lhe foram explicadas. E para constar se lavrou o presente auto que o Ex. mo Juiz assigna com o superintendente, almoxarife, comigo e official, depois de lido perante todos em voz alta por mim Adelino Augusto Simões de Sampaio, escrevão que o escreve e assigna.”*²⁴⁰

É deste modo que começa e termina o primeiro auto de arrolamento do Palácio Nacional da Ajuda, repetindo-se o modelo praticamente por todos os outros autos. A rigidez do procedimento legal implicava que estivesse sempre presente a equipa arroladora, bem como algum responsável tutelar do edifício, designado para testemunhar e colaborar no procedimento. Neste primeiro auto de arrolamento podemos observar a presença do Superintendente Geral dos Paços Reais, responsável tutelar do conjunto dos antigos Paços Reais, e do almoxarife do próprio edifício em arrolamento, que é constituído fiel depositário dos bens aí arrolados. No entanto, no auto seguinte, datado de 1 de fevereiro de 1911, é dito:

*“Dos bens hoje arrolados e ainda d’aquelles a que diz respeito o auto lavrado em trinta de Janeiro próximo passado, fica constituído fiel depositário o Ex. mo Superintendente Doutor Joaquim Martins Teixeira de Carvalho, que dos mesmos tomou conta, sujeitando-se ás penas legais, e ficando assim sem effeito o deposito constituído n’ aquelle auto de trinta de Janeiro.”*²⁴¹

O Superintendente Teixeira de Carvalho acumulou, então, a superintendência dos trabalhos com o cargo de fiel depositário, ficando à sua responsabilidade direta todos os objetos já arrolados. Esta personalidade viria a assinar o último auto de arrolamento no dia 26 de junho de 1912, dois dias depois da extinção da Superintendência Geral dos Paços Reais. Contudo, refira-se que a documentação nos leva a constatar que, durante o período em que foi o depositário deste arrolamento,

²⁴⁰ Auto de arrolamento 1, PT/PNA/DGFP/0001-002/0001/00004, acedido em 12 de dezembro de 2013 em URL: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/viewer?id=4683301>.

²⁴¹ Auto de arrolamento 2, PT/PNA/DGFP/0001-002/0001/00005, acedido em 12 de dezembro de 2013 em URL: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/viewer?id=4683302>.

Teixeira de Carvalho não terá assistido às sessões diárias, preferindo comparecer após o inventário de alguns espaços estar adiantado, assumindo então a responsabilidade dos bens arrolados enquanto fiel depositário.

Depois da extinção do cargo de superintendente geral dos Paços Reais e da saída de Teixeira de Carvalho para Coimbra, onde foi nomeado administrador da Imprensa da Universidade de Coimbra, o juiz arrolador viu-se obrigado a nomear outro depositário. Assim, em 4 de novembro de 1912, o juiz Taborda de Magalhães nomeou como fiel depositário dos bens arrolados no Palácio Nacional da Ajuda,

*“o Excellentissimo Senhor Doutor Custodio José Vieira, encarregado aqui d’uma sindicancia, ficando, não só depositario de todos os moveis arrolados que estavam à responsabilidade do primeiro depositario, mas ainda d’aquelles de que ainda não tinha sido nomeado.”*²⁴²

Este novo depositário dos bens do PNA também não assistiu diariamente ao arrolamento, embora comparecesse periodicamente no local para tomar posse dos bens que assim ficavam à sua responsabilidade. Custódio José Vieira²⁴³, funcionário do Ministério das Finanças, responsável pelo processo de averiguações e sindicância, levado a cabo entre 1 de agosto de 1912 e 17 de junho de 1913, acerca da Administração do Palácio Nacional da Ajuda e do seu administrador²⁴⁴, destacou-se pelo modo como levou a cabo as tarefas de salvaguarda e conservação do espólio que lhe foi confiado. Refira-se ainda que este funcionário viria a ocupar o cargo de responsável da Secção dos Palácios Nacionais, dentro da estrutura orgânica da Direção Geral da Fazenda Pública do Ministério das Finanças, tornando-se portanto uma personagem fulcral na história do Palácio Nacional da Ajuda, à qual regressaremos em pontos posteriores do presente trabalho.

Numa análise aos diversos autos e outros documentos associados, constatamos que o processo de arrolamento do PNA não foi sempre um processo linear, tendo pausas

²⁴² Auto de arrolamento 448, PT/PNA/DGFP/0001-002/0013/00005, acedido em 26 de dezembro de 2013 em URL: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4683838>.

²⁴³ Custódio José Vieira (1883 ou 1884-1934). Formado em Direito pela Universidade de Coimbra em 1906. Fez carreira como funcionário público na Direção Geral da Fazenda Pública do Ministério das Finanças, chegando a ser responsável pela Secção dos Palácios Nacionais. *Anuario da Universidade de Coimbra. Anno lectivo de 1905-1906*, 1906, pp. 155 e 250. TT, AHMF, Caixa 7957. Acerca desta personalidade ver o ponto **1.3.2.1. Secção dos Palácios Nacionais**.

²⁴⁴ “Averiguação à cerca da Administração do Palácio Nacional da Ajuda (Despacho de S. Ex.^a o Ministro das Finanças de 1 de Agosto de 1912). 2.º Volume (Processo-base da averiguação). Lisboa 17 de Junho de 1913.” TT, AHMF, Caixa 7911.

e alguns momentos peculiares, com destaque para as tensões existentes entre a administração do PNA, dependente do Ministério das Finanças, e a equipa arroladora, que se sobrepunha devido à dependência que tinha do Ministério da Justiça. Recordemos alguns desses momentos:

Logo a 20 de março de 1911, evocando uma tentativa de atentado à vida do Ministro do Interior, António José de Almeida, o almoxarife Armando Porfírio Rodrigues, republicano²⁴⁵, pretendeu encerrar o palácio e ir para a Baixa com um grupo de homens da sua confiança. Perante esta altercação o juiz Taborda de Magalhães, achando que o almoxarife não devia abandonar o edifício, pois considerava que aí é que era o seu posto, decidiu suspender o arrolamento e esperar por ordens superiores para o retomar, uma vez que entendia não estarem reunidas as condições de segurança e de funcionamento para o prosseguimento da tarefa²⁴⁶. O arrolamento seria no entanto retomado no dia seguinte, 21 de março, mostrando que o problema não teve consequências.

No dia 4 de abril de 1911, logo após o início da sessão de arrolamento, o almoxarife terá interrompido o juiz e, injuriando-o, acusou-o de não ter deixado alguém com a autorização do Ministro das Finanças visitar o palácio. Perante esta situação o juiz, uma vez mais, decidiu encerrar o arrolamento, ficar com as chaves que tinha, entregá-las diretamente ao Superintendente dos Paços e ficar a aguardar ordens superiores para a continuação do arrolamento²⁴⁷. A 21 de abril de 1911, depois de um ofício do Diretor Geral da Justiça, de uma ordem do Ministro da Justiça e da retirada, por escrito, das palavras ditas pelo almoxarife ao juiz, seria decidido retomar o arrolamento no dia 27 de abril de 1911.

Para além destas interrupções do arrolamento, claramente marcadas pelas tensões entre o monárquico juiz Taborda e o republicano almoxarife Porfírio Rodrigues, outras surgiram, quase sempre causadas por questões relacionadas com os afazeres profissionais dos envolvidos, ou com situações consideradas de força maior²⁴⁸.

²⁴⁵ Ver ponto **1.4.1. Armando Porfírio Rodrigues, Almoxarife/Administrador/Conservador do PNA.**

²⁴⁶ “Auto de arrolamento 36”, PT/PNA/DGFP/0001-002/0002/00005, acedido em 30 de dezembro de 2013 em URL: <http://digitalq.dgarq.gov.pt/details?id=4683338>.

²⁴⁷ “Encerramento provisório do arrolamento”, PT/PNA/DGFP/0001-002/0002/00015/00001, acedido em 30 de dezembro de 2013 em URL: <http://digitalq.dgarq.gov.pt/details?id=4683349>.

²⁴⁸ Como exemplo referimos que no dia 8 de fevereiro de 1912 surge a referência que “*hontem não se proseguiu a deligencia, conforme estava designado, por causa do grande temporal que impediu o Ex.^{mo} Juiz de comparecer.*” Auto de arrolamento 256, PT/PNA/DGFP/0001-002/0008/00006, acedido em 30 de dezembro de 2013 em URL: <http://digitalq.dgarq.gov.pt/details?id=4683609>.

Um outro problema que interferiu com o processo de arrolamento foi o da saída e entrada de objetos do edifício.

Uma vez que o arrolamento obrigava à manutenção dos bens existentes no Palácio Nacional da Ajuda no seu interior, qualquer movimentação de objetos teria sempre que ter autorização superior do Ministério da Justiça. E, de facto, verificamos através da documentação existente que ocorreram diversas movimentações de objectos. Alguns saíram para ser entregues aos seus verdadeiros proprietários, depois de provado que realmente não faziam parte do conjunto de bens arroláveis. Outros saíram após o Governo Provisório ter aceitado entregá-los à Rainha D. Maria Pia²⁴⁹, por considerar que se tratavam de bens particulares. Verificamos também que foram saindo alguns objetos para algumas repartições públicas ou outros organismos dependentes do Estado, devidamente documentados e inventariados.

Por sua vez deram entrada no PNA, para aí ficarem arrecadados, diversos objetos oriundos de outros locais, com especial destaque para os que vieram dos Palácios Nacionais de Sintra e de Queluz, da Repartição de Equipagens do Palácio Nacional das Necessidades, da Cidadela de Cascais e do Chalé do Estoril, propriedade da Rainha D. Maria Pia.

Também o acesso de pessoas ao Palácio Nacional da Ajuda foi condicionado durante o processo de arrolamento. Porém, apesar dessas limitações impostas pelos trabalhos de inventário, ocorreram algumas exceções de autorização de entrada naquele edifício, durante o período em que decorreu esse processo. No dia 18 de maio de 1911 foi autorizada pelo Ministério da Justiça a cedência de algumas salas (Archeiros, D. João IV, D. João VI e Ceia) do Palácio Nacional da Ajuda para a realização de um jantar²⁵⁰, no dia 19 de maio, oferecido aos congressistas do IV Congresso Internacional de Turismo, realizado em Lisboa, na Sociedade de Geografia de Lisboa, de 12 a 19 de maio de 1911. Os participantes neste congresso fizeram diversas visitas, das quais

²⁴⁹ A 2 de junho de 1911 procedeu-se à entrega, ao superintendente dos paços para posterior entrega à Rainha D. Maria Pia, de diversas malas e caixas com roupa de uso particular. “Termo de entrega de bens ao Superintendente dos Paços”, PT/PNA/DGFP/0001-002/0003/00008, acedido em 30 de dezembro de 2013 em URL: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4683392>.

A 10 de julho de 1911 efetuou-se a entrega de condecorações da Rainha D. Maria Pia ao superintendente dos paços, para posterior devolução à sua proprietária. “Termo de entrega de bens da Rainha D. Maria Pia ao Superintendente dos Paços”, PT/PNA/DGFP/0001-002/0003/00040, acedido em 30 de dezembro de 2013 em URL: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4683430>.

²⁵⁰ “Autorização de cedência de salas para a realização de um jantar”, PT/PNA/DGFP/0001-002/0002/00040, acedido em 30 de dezembro de 2013 em URL: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4683378>.

destacamos a visita ao Palácio de Maфра no dia 14 de maio e as visitas aos Palácios Nacionais da Pena e de Sintra, no dia 16²⁵¹. Durante o mês de junho de 1911 foram ainda autorizadas as entradas a João Wincker²⁵² e a José de Sousa Lage²⁵³, ambos com as respetivas famílias, para visita às principais salas do edifício. No mês seguinte seria autorizada uma visita a José de Figueiredo, membro da Comissão de arrolamento dos paços reais e a Emile Bertaux²⁵⁴, historiador de arte francês. A 19 de fevereiro de 1914 foi dada autorização de visita ao Palácio da Ajuda a Fernando Eduardo de Serpa Pimentel, Procurador do Rei D. Manuel II, com toda a certeza inserida no processo de requisições e entregas de bens ao monarca português no exílio.

Em documentação não encadernada existente no arquivo do Palácio Nacional da Ajuda, entretanto descoberta e não incluída no conjunto disponível através do portal de arquivos da Torre do Tombo, existem mais dois autos de arrolamento datados de 10 e 11 de julho de 1914. Por algum motivo estes documentos, que incluem alguns ofícios e autos de entrega, com os fólhos numerados de 5209 a 5230²⁵⁵, não foram agregados aos restantes encadernados, que formam os 15 volumes, em que o último está identificado como o 5208.

Esta documentação, relativa à continuação e conclusão do arrolamento do PNA, foi produzida depois do afastamento do juiz João Taborda de Magalhães, que tinha sido nomeado juiz do Tribunal da Relação do Porto. Taborda de Magalhães entregou as chaves do Palácio Nacional da Ajuda ao depositário Custódio José Vieira, no dia 1 de Abril de 1914²⁵⁶. Para a sua substituição, foi nomeado, em junho de 1914, o juiz Afonso de Melo Pinto Veloso²⁵⁷, que teve a ajuda do escrivão Agnelo de Lemos e Sousa²⁵⁸.

²⁵¹ *Ilustração Portuguesa*, n.º 274, 22 de maio de 1911 e n.º 275, 29 de maio de 1911. Este Congresso de Turismo, organizado pela Sociedade Propaganda de Portugal, esteve na base da criação do Conselho de Turismo e de uma Repartição de Turismo dependentes do Ministério do Fomento, criados pelo Decreto com força de lei, de 16 de maio de 1911, *Diário do Governo*, n.º 115, 18 de maio de 1911.

²⁵² Autorização dada pelo Ministro Interino da Justiça em 21 de junho de 1911.

²⁵³ Autorizações dadas pelo Ministro das Finanças em 22 de junho de 1911 (juntamente com a autorização para visita do Palácio das Necessidades) e em 28 de junho de 1911.

²⁵⁴ Emile Bertaux (1869-1917), historiador de arte, professor e crítico de arte francês. Foi diretor da secção de História da Arte do Instituto Francês de Florença e foi o primeiro diretor do Museu Jacquemart-André, em Paris. Era especialista em Arte medieval e moderna. Acedido em 30 de dezembro de 2013 em URL: <http://www.inha.fr/spip.php?article2196>.

A autorização de visita foi dada pelo Ministro da Justiça a 29 de julho de 1911. A visita terá tido lugar no dia 1 de agosto de 1911.

²⁵⁵ Esta documentação encontra-se no APNA, Estante 11, Prateleira 3, Pasta 19, Bloco n.º 1.

²⁵⁶ Carta de 2 de abril de 1914, TT, AHMF, Caixa 7916.

²⁵⁷ Afonso de Melo Pinho Veloso (1878-1968), juiz, administrador de empresas e político. Ocupou diversos cargos em diversas comarcas do país, acabando a sua carreira judicial como Presidente do Supremo Tribunal de Justiça. Foi deputado por diversos anos e foi Ministro da Justiça (1918-1919) e



Fig. 19 – Afonso de Melo Pinho Veloso. Acedido em 9 de janeiro de 2014 em URL: http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/OsProcuradoresdaCamaraCorporativa%5Chtml/pdf/v/veloso_afonso_de_melo_pinto.pdf



Fig. 20 – Agnelo de Lemos e Sousa. Acedido em 9 de janeiro de 2014 em URL: http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=196597

Esta nova equipa arroladora viria a concluir o inventário dos objetos existentes no PNA, verificando-se apenas a não inclusão do recheio do Gabinete de Numismática. A propósito deste espaço, o juiz Afonso de Melo refere que para se efetuar convenientemente o arrolamento destas coleções seria necessária uma *“pessoa com habilitação tecnica suficiente para poder dar á inscripção as moedas e medalhas, de todas as epocas e nacionalidades, que constituam o recheio d’aquelle gabinete.”*²⁵⁹ Portanto, Afonso de Melo apenas procedeu a uma contagem das moedas e das medalhas existentes neste espaço, referenciando o metal em que foram fabricadas e, após fechar os móveis e as caixas onde se encontravam, confiou-as ao fiel depositário Custódio José Vieira, dando por completo o processo de arrolamento do Palácio Nacional da Ajuda²⁶⁰. Mencione-se, contudo, que o juiz Taborda de Magalhães refere numa carta que antes de se afastar do arrolamento do PNA fizera um esboço de inventário do que se encontrava no Gabinete de Numismática:

“Principiei pelo mobiliário e objectos decorativos, seguindo depois às moedas a granel, empacotadas umas, classificadas outras, fazendo apenas a sua contagem e declarando a qualidade de metal de que eram, não fazendo a classificação porque nem tinha já tempo nem nunca tive competência para ela. (...) Segui depois às moedas expostas, umas classificadas em papéis sôbre que assentavam, ou em que estavam embrulhadas, e outras, de que tinham desaparecido os papéis da classificação, se é que a tinham tido. O mesmo fiz com as medalhas. E

Ministro da Instrução Pública (1920). “Afonso de Melo Pinho Veloso”, acedido em 30 de dezembro de 2013 em URL: http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/OsProcuradoresdaCamaraCorporativa%5Chtml/pdf/v/veloso_afonso_de_melo_pinto.pdf.

²⁵⁸ Agnelo de Lemos e Sousa (1875-1935), escritor de Direito e proprietário rural. “Agnelo de Lemos e Sousa”, acedido em 30 de dezembro de 2013 em URL: http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=196597.

²⁵⁹ Proc. n.º 1359, l.º 1, TT, AHMF, Caixa 7926.

²⁶⁰ APNA, Estante 11, Prateleira 3, Pasta 19, Bloco n.º 1.

para isso organizei tantas plantas quantos os mostradores onde elas estavam expostas, por forma que se conhecesse não só a série ou carreira em que a moeda ou moedas estavam, mas o número da casa que ocupavam nessa carreira, indicando se elas eram de ouro ou de prata, e omitindo essa designação quando eram de outro metal. O número da série ou carreira foi designado em letra romana e a posição da moeda ou grupo de moedas foi indicada pelo algarismo competente. O mesmo fiz com relação às medalhas, metendo em papéis dobrados ou sobrescritos, moedas e medalhas que levavam a indicação do mostrador por letras maiúsculas, a da série ou carreira em números romanos e a da posição da moeda ou grupos de moedas por algarismos, acrescentando ainda outro algarismo quando era um grupo delas e indicando se eram de ouro ou de pratas, e quantas.”²⁶¹

É, pois, de considerar que o juiz Afonso de Melo apenas tenha verificado o trabalho já efetuado pelo juiz Taborda de Magalhães e tenha utilizado as listas, ainda que não definitivas, existentes.

Importantes e também dignos de referência são ainda, neste conjunto de documentação, dois autos de entrega de papéis particulares a Ramalho Ortigão, bibliotecário da Biblioteca da Ajuda até outubro de 1910. Os documentos foram-lhe devolvidos apenas em 1914, nos dias 9 e 18 de junho, verificando-se assim que as entregas e devoluções de objetos considerados particulares demoraram, por vezes, algum tempo, devido ao processo judicial de arrolamento imposto a todo o recheio do Palácio Nacional da Ajuda.

Apesar da conclusão do inventário em 1914, de facto o PNA manteve-se sob arrolamento até bastante tarde, principalmente devido à continuação do processo de devolução de objectos. Somente em 1924 seria decretado que “*o Palácio da Ajuda deixará de continuar no estado de arrolamento, cessando, por isso, para todos os efeitos, a responsabilidade do actual fiel depositário.*”²⁶²

²⁶¹ Carta de 1 de abril de 1914, TT, AHMF, Caixa 7916.

²⁶² Decreto n.º 9:342, de 7 de janeiro de 1924, *Diário do Governo*, n.º 4, de 7 de janeiro de 1924, Art. 5.º.

1.3. Tutela

1.3.1. Superintendência Geral dos Paços Reais

Logo após a mudança de regime tornou-se premente a decisão de encontrar uma tutela para o conjunto dos Paços Reais, que agora mudavam forçosamente de funções. Mesmo estando o Governo Provisório envolvido no procedimento de arrolamento dos edifícios e seus recheios - processos judiciais dependentes do Ministério da Justiça -, tornava-se importante encontrar uma estrutura que se responsabilizasse pela administração prática destes locais.

Nos últimos anos da Monarquia Constitucional os Paços Reais eram administrados pela Secretaria da Administração da Fazenda da Casa Real (reorganizada a 14 de setembro de 1893),

*“composta por um administrador geral (para dirigir superiormente todos os serviços), um secretário-geral (que substituiria o anterior nos seus impedimentos e iria superintender nos serviços de expediente, arquivo, contabilidade, tesouraria e pessoal menor da secretaria), um tesoureiro pagador (para arrecadar as receitas e realizar todos os pagamentos), um primeiro-oficial e um segundo oficial de secretaria, dois amanuenses, três aspirantes e dois contínuos.”*²⁶³

À data da implantação da República em Portugal o Administrador da Fazenda da Casa Real era Fernando Eduardo de Serpa Pimentel, que viria a ser constituído procurador do rei D. Manuel II durante o processo de requisição e entrega de bens aos membros da Família Real Portuguesa no exílio.

A solução do Governo Provisório para a tutela do conjunto dos paços reais foi a criação de uma Superintendência dos Paços Reais, ou *“Superintendência na administração dos paços reais da extinta monarquia”*, integrada no recém denominado Ministério das Finanças, que tinha sido remodelado a partir do Ministério da Fazenda²⁶⁴. Esta Superintendência na administração dos Paços Reais foi apresentada como uma estrutura “leve”, com poucos funcionários e que tutelaria os edifícios agora denominados por palácios nacionais, respondendo às solicitações mais prementes relacionadas com as instalações, sua manutenção e conservação, com os seus recheios e

²⁶³ “Administração da Fazenda da Casa Real”, acedido em 22 de janeiro de 2014 em URL: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4162461>.

²⁶⁴ Decreto, de 8 de outubro de 1910, *Diário do Governo*, n.º 4, de 10 de outubro de 1910.

com o pessoal aí destacado – ou seja, surgia quase como uma sucessora natural da Secretaria da Administração da Fazenda da Casa Real, existente até então.

A Superintendência Geral dos Paços Reais foi criada no dia 21 de outubro de 1910. Nesse dia o ministro das Finanças, José Relvas, afastou do cargo que ocupava até então Fernando Eduardo de Serpa Pimentel e nomeou um substituto para o suceder:

*“Hei por bem encarregar o professor de desenho da Escola Industrial Brotero, Antonio Augusto Gonçalves, de superintender na administração dos paços reaes da extinta monarchia.”*²⁶⁵

No entanto a 1 de novembro de 1910, o Ministro das Finanças faria publicar o seguinte decreto:

*“Attendendo ao que me representou Antonio Augusto Gonçalves, allegando não poder, por doença, desempenhar as funcções de superintendente na administração dos paços reaes da extinta monarchia, para que havia sido nomeado por decreto de 21 de outubro findo, hei por bem exonerá-lo, como pediu, do referido cargo.”*²⁶⁶

Encontrando solução para o problema criado pela vacatura do lugar, Relvas decretava nesse mesmo dia:

*“Hei por bem nomear, por conveniência urgente do serviço, para o cargo de superintender na administração dos paços reaes da extinta monarchia, em substituição de Antonio Augusto Gonçalves, que, por decreto, da presente data, é exonerado a seu pedido, o preparador do gabinete de anatomia normal da Universidade de Coimbra, Joaquim Martins Teixeira de Carvalho.”*²⁶⁷

António Augusto Gonçalves²⁶⁸, não podendo por motivos de saúde assumir este cargo foi, portanto, substituído por Joaquim Martins Teixeira de Carvalho²⁶⁹, que

²⁶⁵ Decreto, de 21 de outubro, *Diário do Governo*, n.º 16, de 24 de outubro de 1910.

²⁶⁶ Decretos de 1 de novembro de 1910, *Diário do Governo*, n.º 24, de 2 de novembro de 1910.

²⁶⁷ *Idem*.

²⁶⁸ António Augusto Gonçalves Neves (1848-1932). *Artista, arqueólogo, professor de desenho, crítico e historiador de arte. Principal impulsionador da criação do Museu de Arte Industrial de Coimbra (1890) edas obras de restauro da Sé Velha de Coimbra iniciadas em 1893. A partir de 1894 reorganizou o Museu de Antiguidades do Instituto de Coimbra, que daria lugar ao Museu Machado de Castro (1911).* ROSAS, Lúcia, “O restauro da Sé Velha de Coimbra. António Augusto Gonçalves entre o rigor da História e o rigor do Desenho”, acedido em 5 de fevereiro de 2014 em URL: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6149.pdf>. SERRA, Carlos Manuel Santos, *António Augusto Gonçalves. O percurso museológico*, 2002.

assumiu então as funções de superintendente, mantendo-se nessas funções até junho de 1912, data em que os palácios reais passaram a estar dependentes da Direção Geral da Fazenda Pública do Ministério das Finanças²⁷⁰.



Fig. 21 – António Augusto Gonçalves.
Ilustração
Portuguesa, n.º 122,
22 de junho de 1908.

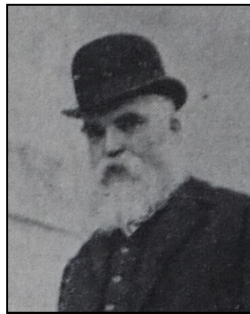


Fig. 22 – Joaquim Martins Teixeira de Carvalho.
Ilustração
Portuguesa, n.º
122, 22 de junho de
1908.

A escolha dos intervenientes para esta superintendência terá sido feita essencialmente pela confiança que os nomeados garantiam às entidades republicanas. António Augusto Gonçalves era um conhecido republicano, tal como Joaquim Martins Teixeira de Carvalho. Quer um, quer outro, faziam parte das relações pessoais de alguns dos líderes republicanos que agora ocupavam cargos relevantes dentro da estrutura do Estado. E, quer Gonçalves, quer Teixeira de Carvalho, garantiam conhecimentos acerca do património artístico, possibilitando uma direção consciente dos particularismos dos locais administrados.

Para número dois desta superintendência, com o cargo de secretário, foi escolhido Alfredo Leal²⁷¹, igualmente fiel ao novo regime, cujo nome surge apontado

²⁶⁹ Joaquim Martins Teixeira de Carvalho (1861-1921). Médico, preparador de Anatomia, professor de Estética e de História da Arte, arqueólogo e crítico de arte. Também conhecido por Quim Martins, deixou marca na cidade de Coimbra de então, como boémio e noctívago. “CARVALHO, Joaquim Martins Teixeira de (1861-1921)”, acedido em 5 de fevereiro de 2014 em URL: http://www.uc.pt/org/historia_ciencia_na_uc/autores/CARVALHO_joaquimmartinsteixeirade.

Depois da extinção da Superintendência Geral dos Paços Reais, o ex-superintendente ocupou os cargos de administrador da Imprensa da Universidade de Coimbra (14 de outubro de 1912) e de responsável da Cadeira de Anatomia da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra. Ofício de 25 de janeiro de 1913, Proc. n.º 1536, 1.º 23, TT, AHMF, Caixa 7925. TT, AHMF, Caixa 7873.

²⁷⁰ Lei de 24 de junho de 1912, *Diário do Governo*, n.º 150, de 28 de junho de 1912. Esta lei suprime a Superintendência dos Paços Reais e estabelece que à Direção Geral da Fazenda Pública fica “A guarda, conservação e administração dos móveis e imóveis dos extintos paços riales”.

O ex-superintendente dos paços reais, Joaquim Martins Teixeira de Carvalho, continuou a receber o vencimento desse cargo referente aos meses de julho, agosto e setembro de 1912. TT, AHMF, Caixa 7846.

²⁷¹ Alfredo Leal (1871-1939). Comerciante, antiquário e funcionário público. Participou da revolução de outubro de 1910. Fez carreira no Ministério das Finanças, tendo chegado a chefe de secção na Repartição do Património. Colaborou com diversas publicações, tendo dirigido os jornais *Progresso de Sintra* e *Sintra Regional*. Foi autor do livro *Os painéis do Infante: ligeiros comentários sobre a memória do sr. José de Figueiredo à cerca do pintor Nuno Gonçalves* (1917). SANTOS, F. Hermínio, “O “Centro Commercial de Sintra” (II)”, in, *Jornal de Sintra*, n.º 4010, 17 de janeiro de 2014. Processo individual de Alfredo Leal, ACMF, Fundo da Direção-Geral da Fazenda Pública, Processos Individuais de Funcionários (vertente Tesouro), Caixa 3171.

numa lista de nomes de “*Republicanos e revolucionarios collocados nos extinctos paços reaes*”. Esta lista, que visava possivelmente recompensar alguns republicanos, colocando homens de confiança em locais chave, afastando quanto possível os monárquicos, inclui três nomes para a própria Superintendência: “*Alfredo Leal – Secretario (republ. e revol.)*, *Joaquim Ferreira Pacheco – archivista (republ. e revol.)*, *Luiz Antonio Dias Pereira – thesoureiro (republicano)*”²⁷². Para além destes nomes, a superintendência na administração dos Paços Reais previa os seguintes cargos: um 1.º oficial e três 2.ºs oficiais, dentro da Repartição de Contabilidade; um 1.º oficial, um 2.º oficial e um amanuense, dentro da Repartição do expediente; e ainda, um chefe, quatro contínuos e um servente, como pessoal menor²⁷³.

Durante o período em que ocupou o cargo de superintendente, Joaquim Martins Teixeira de Carvalho sofreu alguns períodos de doença, que implicaram o seu afastamento das obrigações que o cargo exigia²⁷⁴. Nesses momentos era substituído por Alfredo Leal, o secretário da superintendência. Na documentação consultada verificamos que o funcionamento não era alterado; no entanto consideramos ser de referir que se encontra uma diferença significativa entre os ofícios escritos pelos dois nomes. Na grande maioria dos documentos em que Alfredo Leal emite a sua opinião, dando informações ou pareceres pessoais, verifica-se um teor enérgico e até radical, mostrando a sua índole mais politizada, de defesa da república. Por seu lado, Teixeira de Carvalho mostra-se, na documentação consultada, mais contido e diplomático, apenas interessado em cumprir o seu papel, não criando conflitos que pudessem complicar a ação do Estado.

Durante a sua existência, a Superintendência Geral dos Paços Reais, teve a seu cargo os seguintes locais²⁷⁵: a própria Secretaria da Superintendência, localizada no

²⁷² “*Republicanos e revolucionarios collocados nos extinctos paços reaes*”. TT, AHMF, Caixa 7836.

²⁷³ TT, AHMF, Caixa 7830.

²⁷⁴ Teixeira de Carvalho terá tido um acidente de automóvel, o que o afastou durante algum tempo das suas funções. TT, AHMF, Caixa 7909.

Na sequência deste acidente, Teixeira de Carvalho foi operado em outubro de 1911, surgindo complicações que quase o mataram. “Averiguação àcerca da Administração do Palácio Nacional da Ajuda (Despacho de S. Exa. O Ministro das Finanças de 1 de Agosto de 1912). 1.º Volume (Relatório). Lisboa 17 de Junho de 1913.” TT, AHMF, Caixa 7911, pp. 151-152

O superintendente tinha ido a Coimbra para tomar posse (25 de agosto de 1911) como administrador da Imprensa da Universidade de Coimbra. Ofício n.º 515, de setembro de 1911, TT, AHMF, Caixa 7839. TT, AHMF, Caixa 7873.

Na sequência do acidente o superintendente mostrou vontade de não voltar a ocupar o cargo, propondo-se a própria eliminação deste lugar. Ofício n.º 583, de 18 de outubro de 1911, TT, AHMF, Caixa 7839. Ofício n.º 583 A, de 19 de outubro de 1911, TT, AHMF, Caixa 7839.

²⁷⁵ TT, AHMF, Caixas 7819, 7821 e 7830.

local da antiga Administração da Fazenda da Casa Real, sita nas imediações do Palácio das Necessidades²⁷⁶; o Almoxarifado do Palácio Nacional das Necessidades, com a sua Casa das Armas; o Almoxarifado do Palácio Nacional da Ajuda, com o Depósito dos livros do Palácio Nacional da Ajuda e a Repartição de Equipagens e Automóveis²⁷⁷; o Serviço de iluminação elétrica da Estação Geradora de Eletricidade da Tapada da Ajuda; o Almoxarifado das propriedades do Alfeite; o Almoxarifado do Palácio Nacional de Sintra; o Almoxarifado do Palácio Nacional da Pena, com as propriedades dependentes; o Palácio Nacional (Cidadela) de Cascais²⁷⁸; o Almoxarifado do Palácio Nacional de Mafra, com a sua Tapada; e a Coudelaria de Alter do Chão²⁷⁹.

Desta lista verificamos a ausência dos Palácios Nacionais de Queluz e de Belém. Tal poderá ser explicado pelo facto de ambos serem, à data da implantação da República em Portugal, dependentes do Ministério do Fomento e do Ministério dos Negócios Estrangeiros, respetivamente. No ano de 1908, estes dois palácios tinham sido entregues pelo monarca português à Fazenda Real, deixando de estar sob a tutela da Administração Geral da Fazenda da Casa Real²⁸⁰.

Para além de administrar os vários locais que se encontravam sob a sua tutela e de gerir o pessoal que trabalhava na sua Secretaria, a Superintendência Geral dos Paços Reais era igualmente responsável por todo o pessoal em serviço em todos os lugares dependentes, bem como do pessoal neles integrados mas considerado inabilitado para o serviço (por motivo de doença, de idade ou de extinção do cargo, devido à mudança de

²⁷⁶ Rua das Necessidades, n.º 17. TT, AHMF, Caixa 7823.

²⁷⁷ Acerca do Depósito dos livros do PNA e da Repartição de Equipagens ver o ponto **1.4.2. Administração do edifício**.

²⁷⁸ O Palácio de Cascais foi entregue à Câmara Municipal de Cascais nos primeiros meses de 1911. Entrega da Coudelaria de Alter do Chão (Ministério da Guerra) e do Palácio de Cascais (Câmara Municipal de Cascais). Proc. n.º 172, TT, AHMF, Caixa 7823.

²⁷⁹ A Coudelaria de Alter do Chão passou para a tutela do Ministério da Guerra em 1911, ficando na dependência da Comissão Técnica de Remonta, com a denominação de Coudelaria Militar de Alter do Chão. Entrega da Coudelaria de Alter do Chão (Ministério da Guerra) e do Palácio de Cascais (Câmara Municipal de Cascais). Proc. n.º 172, TT, AHMF, Caixa 7823.

²⁸⁰ VALE, Teresa e GOMES, Carlos (1994), CORREIA, Paula (2004), “Palácio Nacional de Belém”, acedido em 7 de novembro de 2013 em URL: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6547.

NOÉ, Paula (1991), VALE, Teresa e GOMES, Carlos (1995), FIGUEIREDO, Paula (2007), “Palácio Nacional de Queluz”, acedido em 7 de novembro de 2013 em URL: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6108.

Em relação ao Palácio Nacional de Queluz, refira-se que nele foi instalada, logo a 3 de abril de 1911, a Escola prática de pomicultura, horticultura e jardinagem, estabelecida pelo Decreto com força de lei, de 3 de abril de 1911 (*Diário do Governo*, n.º 79, de 6 de abril de 1911). Só aquando da remodelação desta escola é que o Palácio Nacional de Queluz viria a ser integrado dentro da mesma tutela dos restantes palácios nacionais.

regime)²⁸¹. Esta superintendência empregava ainda algum pessoal que prestava serviços comuns a todos os locais dependentes: um relojoeiro, um encarregado de minas, um serralheiro, uma encarregada de roupa e seis costureiras, um encarregado dos serviços dos teatros, um moço e um encarregado do serviço dos telefones²⁸². Estes funcionários deslocavam-se de acordo com as necessidades do serviço, com exceção da encarregada de roupa e das costureiras que se dividiam entre os Palácios das Necessidades e da Ajuda, recebendo nesses sítios o trabalho oriundo de outros locais. Deste modo, a superintendência era responsável pelo pagamento de salários de todo o pessoal a seu cargo e dos assalariados contratados para outros serviços especializados. Era também responsável pelo recebimento de toda a receita oriunda dos locais sob a sua administração. A este propósito, logo no dia 12 de dezembro de 1910 o Governo Provisório aprovou que

*“Todas as receitas sem excepção, provenientes dos palacios, quintas e mais bens usufruidos pela extincta monarchia, que passaram pela mudança de instituições para a posse do Estado, deverão dar entrada nos cofres publicos pela sua importancia illiquida de quaesquer despesas sob a rubrica de: ‘Receita por decreto de 9 de dezembro de 1910 (rendimentos dos bens usufruidos pela extincta monarchia)’.”*²⁸³

Apesar da Superintendência Geral dos Paços Reais ter sido uma entidade pública de existência breve, foi durante a sua tutela que se operaram algumas mudanças marcantes nos palácios nacionais. Quando se deu a mudança de regime, uma das prioridades foi a de colocar homens de confiança nos locais sob a sua tutela. Progressivamente foram afastados os monárquicos (assumidos, ou suspeitos) e foram recompensados republicanos (convictos ou simples adesivos). Recorrendo à lista de nomes, já referida, a propósito de funcionários da própria Secretaria da superintendência, verificamos que para além desses foram colocados republicanos nos seguintes locais²⁸⁴: Repartição de Equipagens e Automóveis (7 nomes); Palácio Nacional das Necessidades (2 nomes, sendo um deles o almoxarife António Júlio de Castro); Palácio Nacional da Ajuda (2 nomes, entre os quais o almoxarife Armando

²⁸¹ Pessoal em disponibilidade. TT, AHMF, Caixa 7873.

²⁸² TT, AHMF, Caixa 7830.

²⁸³ Decreto, com força de lei, de 12 de dezembro de 1910, publicado no *Diário do Governo*, n.º 59, de 14 de dezembro de 1910, e retificado no *Diário do Governo*, n.º 60, de 15 de dezembro de 1910.

²⁸⁴ “Republicanos e revolucionarios collocados nos extinctos paços reaes”. TT, AHMF, Caixa 7836.

Porfírio Rodrigues); Palácio Nacional da Pena (1 nome, o próprio almoxarife Augusto Barreto); Palácio Nacional de Mafra (2 nomes); e, Almoxarifado do Alfeite (3 nomes, com destaque para o almoxarife Gustavo Cabral).

Apesar da entrada de nomes mais afetos ao regime, a Superintendência Geral dos Paços Reais foi também responsável pela manutenção da grande maioria dos antigos funcionários dos Paços Reais e de serviço à Casa Real. Para tal, como em outros serviços dependentes do Estado, apenas era solicitada a manifestação da vontade de permanência nos seus postos, desde que estes continuassem a ser necessários, aceitando a nova ordem, sem qualquer tipo de oposição às novas autoridades republicanas.

Não querendo entrar por análises mais exaustivas acerca do período de tutela desta superintendência dos paços reais²⁸⁵, pensamos ser útil referir alguns dados demonstrativos da sua importância.

Foi durante a sua vigência que abriram ao público os Palácios Nacionais de Sintra, da Pena e de Mafra, seguramente de modo a coincidir com o IV Congresso Internacional de Turismo, que teve lugar entre o dia 12 e o dia 19 de maio de 1911, na Sociedade de Geografia de Lisboa. Durante este congresso foram preparadas diversas visitas para os congressistas; uma delas decorreu no dia 14 de maio, no Palácio de Mafra, onde foi instalado um museu no seu interior²⁸⁶. No dia 16 de maio, foram feitas visitas ao Palácio Nacional da Pena e ao Palácio Nacional de Sintra²⁸⁷, onde, pensamos, já existiriam algumas salas musealizadas²⁸⁸. A superintendência na administração dos antigos paços reais, foi responsável por obras de adaptação e remodelação em alguns dos locais tutelados, destacando-se aqui as que foram levadas a cabo de modo a permitirem a abertura ao público dos palácios acima referidos (Mafra, Pena e Sintra).

Entre o final de 1910 e junho de 1912, esta superintendência foi também responsável pela gestão das coleções existentes nos palácios nacionais. Ainda que estes edifícios estivessem sob processo judicial de arrolamento, sendo decididas pelas

²⁸⁵ Encontra-se inscrito, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, o projeto de Doutoramento em História da Arte, com especialização em Museologia e Património Artístico, *Os palácios e as coleções reais portuguesas 1910-1960. A memória da Monarquia em tempo de República*, de Maria de Jesus Monge.

²⁸⁶ “em Mafra visitou-se o novo Museu ali instalado e que contem verdadeiras preciosidades artisticas e que o ministro das finanças n’esse mesmo dia inaugurou”. *Ilustração Portuguesa*, n.º 274, 22 de maio de 1911, p. 655.

²⁸⁷ *Ilustração Portuguesa*, n.º 275, 29 de maio de 1911, pp. 673-677.

²⁸⁸ SOARES, Luís, *Palácio Nacional de Sintra. Circuito Expositivo. Análise da sua evolução*, 2010, pp. 67-68.

instâncias superiores do Ministério das Finanças as autorizações de deslocações de objetos, competia a esta superintendência alguma responsabilidade por essas movimentações, através da emissão, em diversas ocasiões, de pareceres acerca dessas ações²⁸⁹.

Os antigos paços reais, agora denominados palácios nacionais, mantiveram-se uma exceção dentro do panorama patrimonial português nos primeiros anos da República Portuguesa. Terá concorrido para tal a particularidade de estarem, até outubro de 1910, dependentes de uma estrutura do Ministério da Fazenda Pública em usufruto da Casa Real. Com a implantação do novo regime, com o processo de inventário judicial e todos os impedimentos legais associados, os palácios nacionais permaneceram como locais algo afastados das realidades tutelares do restante património artístico português. Com a finalização dos processos de arrolamento de alguns deles, e com a extinção da Superintendência Geral dos Paços Reais, a 24 de junho de 1912²⁹⁰, os palácios nacionais foram mantidos sob a tutela das Finanças, numa tentativa de manutenção de uma ideia de conjunto, evitando deste modo as dispersões e as confusões geradas pelas diferentes noções que as instituições patrimoniais e o Ministério das Finanças tinham a propósito desses edifícios e do seu recheio.

1.3.2. Direção Geral da Fazenda Pública

Após a implantação da República, o Ministério da Fazenda passou a denominar-se Ministério das Finanças²⁹¹, sofrendo a sua primeira grande organização e remodelação através do decreto, com força de lei, de 14 de Janeiro de 1911²⁹². Foi então criada a Direção Geral da Fazenda Pública, que incorporou a Direção Geral da Estatística e dos Próprios Nacionais (com exceção dos serviços de estatística, que passaram para a Direção Geral de Estatística e Fiscalização das Sociedades Anónimas) ficando, a partir de então, sob a mesma direção geral todos os bens do Estado. Esta

²⁸⁹ Documentação relativa aos ofícios expedidos pela Superintendência Geral dos Paços Reais. TT, AHMF, Caixas 7823, 7824, 7827, 7829, 7830, 7835, 7836, 7837, 7838, 7839 e 7921.

²⁹⁰ Lei de 24 de junho de 1912, *Diário do Governo*, n.º 150, de 28 de junho de 1912.

²⁹¹ Decreto de 8 de outubro de 1910, *Diário do Governo*, n.º 4, de 10 de outubro de 1910.

²⁹² Decreto, com força de lei, de 14 de janeiro de 1911, *Diário do Governo*, n.º 13, de 17 de janeiro de 1911.

Direção Geral da Fazenda Pública (DGFP), ainda que autónoma, ficou ligada à Secretaria Geral do Ministério das Finanças, também criada pelo mesmo decreto. Era então disposto que os cargos de secretário geral e de diretor geral da Fazenda Pública seriam ocupados pela mesma figura, sendo nomeado Tomé José de Barros Queirós²⁹³. Posteriormente, com o decreto de 11 de Maio de 1911²⁹⁴, a Direção Geral da Fazenda Pública foi dividida em três repartições: Repartição das Finanças, Repartição da Escrita - Caixas Centrais e Repartição dos Bens Nacionais.

Ainda no ano de 1911, Manuel Maria Augusto da Silva Bruschy²⁹⁵ foi nomeado pelo então Ministro das Finanças, Sidónio Pais, diretor geral da Fazenda Pública e secretário geral do Ministério das Finanças, primeiro interinamente e depois de modo efetivo a 5 de dezembro de 1911²⁹⁶.



Fig. 23 – Manuel Maria Augusto da Silva Bruschy. Acedido em 13 de fevereiro de 2014 em URL: <http://www.myheritage.com.pt/research?action=query&formId=1&formMode=0&qname=Name+fnmo.2+fnmsvos.1+fnmsmi.1+ln.Da%2F3Silva%2F3Bruschy+lnmo.3+lnmsdm.1+lnmsmf3.1+lnmsrs.1>

Quando a Superintendência Geral dos Paços Reais foi extinta, através da lei de 24 de Junho de 1912, ficou estabelecido no seu artigo 1.º que: “*A guarda, conservação e administração dos móveis e imóveis dos extintos paços Riais, ficam a cargo do Ministério das Finanças, por intermédio da Direcção-Geral da Fazenda Pública*”²⁹⁷. Diretor Geral da Fazenda Pública, Bruschy ficou com a tutela dos palácios nacionais depois da publicação desta lei de 1912. Podemos, pois, considerar que a Bruschy se

²⁹³ Tomé José de Barros Queirós (1872-1926). Comerciante, funcionário público e político republicano. Foi deputado, Ministro das Finanças (1915 e 1921), Presidente do Ministério (1921) e Ministro interino das Colónias, da Instrução Pública, do Trabalho e da Agricultura (1921). Ocupou diversos cargos públicos, destacando-se os de secretário geral do Ministério das Finanças e de diretor geral da Fazenda Pública. “Barros Queiroz (Tomé José de)”, in, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Vol. 4, pp. 315-316.

²⁹⁴ Decreto de 11 de maio de 1911, *Diário do Governo*, n.º 111, de 13 de maio de 1911.

²⁹⁵ Manuel Maria Augusto da Silva Bruschy (1864-1951). Estudou na Escola Politécnica de Lisboa, ingressando em 1888 no funcionalismo público, na Direção Geral da Contabilidade Pública. Em 1906 foi nomeado Chefe da Repartição de Contabilidade do Ministério do Reino. Entre 1911 e 1919 ocupou os cargos de Diretor Geral da Fazenda Pública e de Secretário Geral do Ministério das Finanças. Em 1919 tornou-se diretor do Banco Colonial, onde permaneceu até à fusão deste com o Banco Agrícola. “BRUSCHY (Manuel Maria Augusto da Silva)”, in, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Vol. 5, pp. 150-151. ACMF, Processo individual do funcionário Manuel Maria Augusto da Silva Bruschy, A-21(9).

²⁹⁶ ACMF, Processo individual do funcionário Manuel Maria Augusto da Silva Bruschy, A-21(9).

²⁹⁷ Lei de 24 de junho de 1912, *Diário do Governo*, n.º 150, de 28 de junho de 1912.

deveu a estruturação do modo como os palácios nacionais deveriam ser entendidos e administrados dentro da Direção Geral da Fazenda Pública. Bruschy ajudou a determinar que a tutela e administração dos palácios nacionais, por parte da Direção Geral da Fazenda Pública, não se limitaria apenas aos edifícios e propriedades dependentes, mas também aos seus recheios, incluindo os objectos históricos, artísticos e arqueológicos.

A lei de 24 de junho de 1912 determinou a extinção da Superintendência dos Paços, estabelecendo que os antigos Paços Reais ficariam a cargo da Direção Geral da Fazenda Pública. Entendiam-se neste grupo de “*paços riales*”, “*os palácios da Ajuda, de Belém, de Cintra, de Mafra, das Necessidades, da Pena e de Queluz*”²⁹⁸. É importante destacar o facto de os palácios nacionais de Belém e de Queluz serem aqui reunidos aos restantes, ficando todos sob a mesma tutela, reafirmando-se assim uma ideia de conjunto. Bruschy terá contribuído para a noção de conjunto entre estes imóveis históricos, conseguindo manter na mesma tutela um grupo disputado por diversos organismos ligados a diferentes ministérios, ainda que tenham ocorrido, por decisões ministeriais, entregas a outros organismos. No mesmo decreto é mencionado que já tinham sido “*entregues aos diferentes Ministérios e não especificados nesta lei*” diversas “*propriedades, palácios, quintas, tapadas e cercas, etc.*”²⁹⁹, elencando-se também um conjunto de locais que deveriam ser entregues a vários Ministérios:

*“Ao Ministério da Guerra: a parte urbana da Quinta de Caxias, nos termos do decreto de 31 de Dezembro de 1908, as dependências do Paço da Ajuda, onde se acha instalada a companhia de equipagens e os aquartelamentos de Queluz; Ao Ministério da Justiça: a parte rústica daquela citada quinta, nos termos do mencionado decreto; Ao Ministério do Interior, a parte do Palácio de Belém onde se acha instalado o Museu dos Coches e a do de Ajuda onde está instalada a respectiva biblioteca; Ao Ministério do Fomento: a parte do Palácio de Queluz e terrenos anexos, a que se refere o § 1.º do artigo 1.º do decreto de 3 de Abril de 1911; a Quinta do Alfeite e o parque e mais propriedades rústicas que dependiam do Almoxarifado da Pena;”*³⁰⁰.

²⁹⁸ Lei de 24 de junho de 1912, *Diário do Governo*, n.º 150, de 28 de junho de 1912, Art. 6.º

²⁹⁹ *Idem*, Art. 7.º

³⁰⁰ *Idem*, Art. 7.º

Ficava ainda determinado que “O Palácio de Belém será especialmente destinado ao alojamento da Secretaria Geral da República”³⁰¹ e ainda que

*“Os demais palácios, quintas, jardins, tapadas e cêrcas, a esta data sem aplicação especial ou enquanto não a tiverem, serão destinados à visita do público mediante taxas e condições a regulamentar”*³⁰², sendo que “A taxa a cobrar nunca será inferior a 100 réis, excepto aos domingos e dias feriados, em que a entrada será gratuita.”³⁰³

A resolução de manter os palácios nacionais, e jardins e tapadas dependentes abertos à visita, com determinação de horários e de valores das respectivas entradas, espelha o fim ideal que os responsáveis, entre os quais Bruschy, achariam que deveria contemplar os palácios nacionais. Era ainda referido que

*“O Govêrno determinará, em regulamentos adequados, as taxas a cobrar por quaisquer distrações que dentro das propriedades do Estado se estabeleçam ou já estejam estabelecidas. Do rendimento da taxa cobrada nas propriedades do Estado, em Cintra, 25 por cento serão destinados à Misericórdia de Cintra. São isentos da taxa de entrada todos os alunos de quaisquer escolas que provem a sua identidade escolar.”*³⁰⁴

Ficava pois fixado que a receita de todos os palácios, propriedades e dependências continuava a constituir rendimento do Estado. Quanto à despesa, ficou determinado que,

*“Em cada ano económico será inscrita na tabela da despesa do Ministério das Finanças, com destino a despesas com pequenas reparações nos palácios e suas dependências, amanho de propriedades, concertos, etc., uma verba não excedente a dois terços da cobrança a que se refere o artigo anterior, realizada no ano antecedente”*³⁰⁵,

de modo a suprir algumas das necessidades de manutenção e de beneficiação dos espaços.

³⁰¹ Lei de 24 de junho de 1912, *Diário do Governo*, n.º 150, de 28 de junho de 1912, Art. 8.º

³⁰² *Idem*, Art. 9.º

³⁰³ *Idem*, Art. 9.º § único.

³⁰⁴ *Idem*, Art. 10.º

³⁰⁵ *Idem*, Art. 11.º

Seria ainda extinta a Repartição das Equipagens da República, a funcionar em anexo ao Palácio da Ajuda, passando todos os seus bens (automóveis, carruagens e animais) para anexos do Palácio de Belém³⁰⁶. E, *“No parque do palácio de Belém será instalado o Jardim Colonial.”*³⁰⁷

Esta mesma lei deixava alguns dados que determinariam a ação da Direção Geral da Fazenda Pública face aos palácios, marcando efetivamente uma mudança na administração dos vários palácios nacionais. Era, pois, alterada a situação dos funcionários residentes em espaços dos próprios edifícios, estabelecendo-se que

*“A ninguém será facultada moradia ou qualquer usufruição gratuita nos palácios e seus anexos ou dependências, salvo àqueles empregados que superiormente forem julgados indispensáveis ou convenientes para a sua guarda e segurança”*³⁰⁸.

Regulava-se ainda o papel da Estação Geradora de Eletricidade da Tapada da Ajuda, determinando-se que esta forneceria

*“electricidade para a iluminação dos palácios, e a energia motora de que carecer o Instituto Superior de Agronomia para os seus ensaios de lavoura eléctrica ou outros fins pedagógicos.”*³⁰⁹

A Direção Geral da Fazenda Pública do Ministério das Finanças tutelou os palácios nacionais a partir de 24 de junho de 1912, através da sua terceira Repartição - Repartição dos Bens Nacionais. A partir de 3 de agosto de 1914 passou a fazê-lo através da sua quarta Repartição – Repartição do Património, criada a partir da lei n.º 220, de 30 de junho de 1914³¹⁰. O decreto n.º 718, de 3 de agosto de 1914³¹¹ reorganizou os serviços da Direção Geral da Fazenda Pública, que passou a estar dividida em quatro

³⁰⁶ Lei de 24 de junho de 1912, *Diário do Governo*, n.º 150, de 28 de junho de 1912, Art. 14.º

³⁰⁷ *Idem*, Art. 14.º § único. O Jardim Colonial e o Museu Agrícola Colonial tinham sido criados por Decreto Régio de 25 de janeiro de 1906, ficando instalados na Quinta das Laranjeiras, a partir de 1907, sob a tutela do Instituto de Agronomia e Veterinária. Em maio de 1912 o museu foi instalado no antigo Palácio dos Condes de Calheta e, a partir de junho de 1912, começaram a ser adaptados os terrenos de Belém para instalação do jardim. “Jardim Botânico Tropical / Jardim-Museu Agrícola Tropical”, in, *Guia dos Parques, Jardins e Geomonumentos de Lisboa*, 2009, pp. 78-87.

³⁰⁸ Lei de 24 de junho de 1912, *Diário do Governo*, n.º 150, de 28 de junho de 1912. Art. 13.º

³⁰⁹ *Idem*, Art. 15.º § único.

³¹⁰ Lei n.º 220 (lei orçamental), de 30 de junho de 1914, *Suplemento do Diário do Governo*, n.º 107, de 30 de junho de 1914. Esta lei autorizou o Governo a remodelar os serviços da Direção Geral da Fazenda Pública, criando uma repartição especialmente encarregada do cadastro dos bens móveis e imóveis, rústicos e urbanos do Estado, e que se denominaria de Repartição do Património.

³¹¹ Decreto n.º 718, de 3 de agosto de 1914, *Diário do Governo*, n.º 132, de 3 de agosto de 1914.

repartições: primeira Repartição – Finanças; segunda Repartição – Caixas Centrais; terceira Repartição – Desamortização; quarta Repartição – Património. A criação desta Repartição do Património Nacional, responsável pela administração dos Palácios Nacionais, terá tido como orientador Bruschy e refletiu a necessidade de concentração num só organismo de todos os bens do Estado a cargo da Direção Geral da Fazenda Pública do Ministério das Finanças.

Apesar da instabilidade política da 1.^a República, Manuel Maria Augusto da Silva Bruschy foi exercendo o cargo de Diretor Geral da Fazenda Pública ao longo de inúmeros governos, dos mais moderados aos mais radicais, até que em 1919 pediu o seu afastamento. Este pedido de demissão terá sido causado por um ataque pessoal de que foi alvo depois da Revolta Monárquica de Monsanto e da efémera Monarquia do Norte, em 1919³¹². De facto – o que torna ainda mais surpreendente a sua permanência até então –, Bruschy era monárquico legitimista, filho de um fervoroso defensor da Monarquia Absoluta e de D. Miguel, que se destacou nas guerras liberais em Portugal e nas guerras carlistas em Espanha, Manuel Maria da Silva Bruschy. Bruschy, filho, sempre se assumiu como legitimista e chegou a fazer parte das comitivas de portugueses que se deslocavam à Alemanha para encontros com os descendentes de D. Miguel de Bragança. Foi, inclusivamente, diretor do jornal *A Nação*, principal meio de comunicação da causa legitimista³¹³.

Apesar dos acontecimentos políticos e insurrecionais de 1919, que implicaram alguma “depuração” do funcionalismo público através do saneamento dos “inimigos” da República, algumas personalidades republicanas, entre as quais Afonso Costa, defenderam Manuel Bruschy, referindo que o seu papel como funcionário público nunca se deveu a regimes políticos ou ideologias³¹⁴. Porém, ainda nesse ano de 1919, Bruschy

³¹² Tentativa de restauração da Monarquia em Portugal, que chegou a instituir uma Junta Governativa do Reino, na cidade do Porto, liderada por Henrique de Paiva Couceiro (1861-1944). Tendo como objetivo a restauração completa da Monarquia, teve no entanto uma duração efémera (de 19 de janeiro a 13 de fevereiro de 1919). SILVA, Helena Moreira da, *Monarquia do Norte – 1919*, 2008.

³¹³ “BRUSCHY (Manuel Maria Augusto da Silva)”, in, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Vol. 5, pp. 150-151.

³¹⁴ “O sr. Bruschy, antigo director da “*Nação*”, monárquico-legitimista, serviu sempre, como funcionario, o paiz, sem preocupações de regímen. O sr. Dr. Afonso Costa dedicava-lha a maior consideração e até estima pessoal. Desde que vai proceder-se a um rigoroso afastamento do funcionalismo que não é republicano, o sr. Bruschy – ao que se diz – deseja vêr a justiça que lhe prestam.” *O Primeiro de Janeiro*, n.º 61, 15 de março de 1919, p. 2.

“O conselho de ministros esteve reunido até á madrugada de hontem. (...) Um dos objectos do conselho consistiu, segundo consta, em estudar o caso da aposentação do sr. Silva Bruschy. Diz-se que o sr. dr. Affonso Costa fez saber de Paris que lhe desagradaria sumamente qualquer violencia contra aquele alto funcionario. O sr. dr. Jacinto Nunes, o velho patriarca republicano, conversando num grupo de amigos,

pediria a reforma antecipada, alegando uma campanha de oposição à sua permanência nos cargos que ocupava³¹⁵.

Com a saída de Bruschy do funcionalismo público, foi nomeado para os cargos de secretário geral do Ministério das Finanças e de Diretor Geral da Fazenda Pública, António Maria Eurico Alberto Fiel Xavier³¹⁶.



Fig. 24 – “Dr. Alberto Xavier”. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 37, p. 61.

Alberto Xavier ocupava o lugar de chefe do gabinete da Presidência do Ministério de Alfredo Ernesto de Sá Cardoso³¹⁷, quando em 1919 foi nomeado Diretor Geral da Fazenda Pública e Secretário Geral do Ministério das Finanças³¹⁸.

declarou que iria ao Terreiro do Paço dizer ao sr. Bruschy que não se demitisse nem se aposentasse, antes aguardasse a medida que a seu respeito o governo viesse a tomar. E porquê? Porque, em seu entender, o diretor geral da Fazenda é um bom funcionario... Hontem chegou a dizer-se que o governo estava em crise por causa ... do sr. Silva Bruschy.” O Primeiro de Janeiro, n.º 79, 5 de abril de 1919, p. 2.

³¹⁵ Portaria de 26 de setembro de 1919, *Diário do Governo*, II série, n.º 232, de 4 de outubro de 1919.

³¹⁶ António Maria Eurico Alberto Fiel Xavier (1881-?). Funcionário público, advogado, jornalista, escritor e político. Nasceu em Nova Goa, Índia. Formou-se em Direito na Universidade de Coimbra, em 1908 e tornou-se advogado em Lisboa. Republicano, entrou na função pública em 1910. Foi deputado entre 1913 e 1925. Foi chefe do gabinete da Presidência do Ministério (1919), Secretário Geral do Ministério das Finanças e Diretor Geral da Fazenda Pública (1919-1933), Administrador Geral da Casa da Moeda (1924) e juiz-conselheiro do Tribunal de Contas (1933-1947). Ocupou diversos cargos públicos, muitos deles em comissão de serviço. Como jornalista colaborou com os jornais: *Jornal da Tarde*, *A República*, *A República Portuguesa*, *Jornal do Comércio*, *A Manhã*, *A Vitória*, e *O Cronista*. Foi autor de diversas obras de caráter financeiro, jurídico e literário. “XAVIER (Alberto)”, in, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 37, pp. 61-62. ACMF, Processo individual do funcionário Alberto Xavier, A-11-A(7).

“Alberto Xavier”, acedido em 13 de fevereiro de 2014 em URL: <http://arepublicano.blogspot.pt/2007/03/alberto-xavier-de-seu-nome-completo.html>.

³¹⁷ Alfredo Ernesto de Sá Cardoso (1864-1950), Presidente do Ministério entre 29 de junho de 1919 e 15 de janeiro de 1920. “SÁ CARDOSO (Alfredo Ernesto de)”, in, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 26, p. 524.

³¹⁸ Nomeado diretor geral da Fazenda Pública por Decreto de 30 de setembro de 1919, *Diário do Governo*, II série, n.º 232, de 4 de outubro de 1919. Para tal, foi exonerado dos cargos de chefe de gabinete da Presidência do Ministério e de Administrador do 4.º Bairro de Lisboa (portarias de 11 de outubro e de 13 de outubro de 1919, publicadas respetivamente no *Diário do Governo*, n.º 239, de 14 de outubro de 1919 e n.º 240, de 15 de outubro de 1919).

A ação de Alberto Xavier, no que diz respeito aos palácios nacionais, é de extrema importância para a compreensão do seu enquadramento tutelar e funcional. Toda a sua atuação foi pautada pela coerência na defesa da integridade deste conjunto de monumentos e todos os momentos chave deste período tiveram a sua influência.

Em 29 de outubro de 1919 foi criado pelo Ministro das Finanças, Rego Chaves³¹⁹, o Conselho do Património Artístico³²⁰. Este órgão consultivo surgiu por proposta do diretor geral da Fazenda Pública, Alberto Xavier, após a tomada de consciência que

*“convêm que a Direcção Geral da Fazenda Pública não proceda (...) arbitrariamente, sem um plano prudentemente concebido, sem uma orientação adequada e oportuna e sem que se conheça previamente a opinião de pessoas entendidas em cousas de arte, de história ou de arqueologia”*³²¹.

O conselho era criado como dependente da Direcção Geral da Fazenda Pública servindo

*“para consultar acerca da distribuição, apropriação, destino, reconstituição e restauro dos bens móveis e imóveis de valor artístico, histórico ou arqueológico que estão, ou venham a estar, na posse imediata e na administração do Ministério das Finanças.”*³²²

Este conselho deveria ser constituído

*“por vogais nomeados pelo Ministro das Finanças, sob proposta do mesmo director geral, entre pessoas em evidência pela sua categoria social, educação, critério e gosto artístico especializado.”*³²³

Seriam assim nomeados os seguintes nomes³²⁴: para Presidente do Conselho do Património Artístico, José Relvas; para Secretário do Conselho do Património Artístico, Custódio José Vieira (2.º oficial da 4.ª Repartição da Direcção Geral da Fazenda

³¹⁹ Francisco da Cunha Rego Chaves (1881-1941). Engenheiro militar, chegou ao posto de coronel. Foi Governador de Angola (1924-1926) e Ministro das Finanças (29 de junho de 1919 - 3 de janeiro de 1920). Acedido em 6 de maio de 2014 em URL: http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=468075.

³²⁰ Decreto n.º 6.184, criando junto da Direcção Geral da Fazenda Pública um Conselho do Património Artístico, de 29 de outubro de 1919, *Diário do Governo*, n.º 220, de 29 de outubro de 1919.

³²¹ *Idem*.

³²² *Idem*, Art. 1.º

³²³ *Idem*, Art. 2.º

³²⁴ Decreto de 29 de outubro de 1919, *Diário do Governo*, II série, n.º 252, de 29 de outubro de 1919.

Pública); e, para Vogais, Júlio Dantas³²⁵, Augusto de Castro³²⁶, Manuel Emídio da Silva³²⁷, António Augusto da Costa Mota, sobrinho³²⁸, Gustavo de Matos Sequeira³²⁹, Tertuliano de Lacerda Marques³³⁰, Adriano de Sousa Lopes³³¹, Constantino Álvaro Sobral Fernandes³³².

Apesar de ficar regulamentado que “*As funções do Conselho a que se refere este decreto em nada prejudicam as atribuições que porventura tenham nessa matéria, pela legislação em vigor, os Conselhos de Arte e Arqueologia e de Monumentos Nacionais.*”³³³, o certo é que houve alguns problemas no entendimento real dos propósitos da Direção Geral da Fazenda Pública, pela Direção Geral de Belas Artes,

³²⁵ Júlio Dantas (1876-1962). Político, escritor e dramaturgo. Foi presidente da Academia de Ciências de Lisboa, professor da Secção Dramática do Conservatório, Inspetor das Bibliotecas Eruditas e Arquivos. Foi deputado, Ministro da Instrução Pública (1920) e Ministro dos Negócios Estrangeiros (1921-1922 e 1923). “DANTAS (Júlio)”, in, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 8, pp. 384-385.

³²⁶ Augusto de Castro (1883-1971). Advogado, político, escritor e jornalista. Colaborou com diversos jornais e foi diretor do *Diário de Notícias* (1919-1924 e 1939-1971). Foi deputado e diplomata em Londres, Vaticano, Bruxelas, Roma e Paris. Foi o Comissário Geral da Exposição do Mundo Português (1938-1941). “Augusto de Castro Sampaio Corte Real”, acedido em 6 de maio de 2014 em URL: http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/OsProcuradoresdaCamaraCorporativa/html/pdf/c/corte_real_augusto_de_castro_sampaio.pdf.

³²⁷ Manuel Emídio da Silva (1858-1936). Fez carreira ligada aos Caminhos-de-ferro. Foi deputado e escritor. Foi o organizador e diretor do Congresso Internacional de Turismo de 1911 e um dos principais responsáveis pelo Jardim Zoológico de Lisboa (1911 e 1936). “SILVA (Manuel Emígio da)”, in, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 28, pp. 824-825.

³²⁸ António Augusto da Costa Mota, sobrinho (1877-1956). Escultor. Estudou na Escola Industrial Brotero, sob orientação de António Augusto Gonçalves, na Escola de Belas Artes, em Lisboa, onde foi aluno de Simões de Almeida (tio) e de António Augusto Costa Motta (tio) e em Paris, sob a orientação de Jean-Antoine Injalbert. Foi diretor artístico da Fábrica de Faianças das Caldas da Rainha (1908-1914). Teve uma produção grande e variada, essencialmente em pedra e cerâmica. Acedido em 6 de maio de 2014 em URL: <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Entidades/EntidadesConsultar.aspx?IdReg=40508>.

³²⁹ Gustavo de Matos Sequeira (1880-1962). Escritor, jornalista e olisipógrafo. SANTOS, Mário Berberan e, *Gustavo de Matos Sequeira, Retrato de um Olisipógrafo*, 2012.

³³⁰ Tertuliano de Lacerda Marques (1883-1942). Político (deputado) e arquiteto. Dedicou-se também à pintura e à iluminura. “MARQUES (Tertuliano Lacerda)”, in, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 16, pp. 402-403.

³³¹ Adriano de Sousa Lopes (1879-1944). Pintor. Estudou na Academia de Belas Artes, onde foi aluno de Veloso Salgado e de Luciano Freire, e na École Nationale des Beaux-Arts e Académie Julian, em Paris. Participou na 1.ª Guerra Mundial, como oficial artista, com o posto de capitão (1917-1918). Foi diretor do Museu Nacional de Arte Contemporânea (1929-1944) e fez parte das comissões organizadoras de diversas exposições. SANTOS, Vítor Manuel Fernandes dos, *O Desenho de Guerra de Adriano de Sousa Lopes*, 2006. PEREZ, Maria Felisa Henriques Pereira, *Adriano de Sousa Lopes, Director do Museu Nacional de Arte Contemporânea: entre a continuidade e a mudança*, 2012.

Acerca deste pintor, decorre ainda a investigação para doutoramento em História da Arte, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, de Carlos Silveira, com o título *Adriano de Sousa Lopes (1879-1944): um pintor na Grande Guerra*.

³³² Constantino Álvaro Sobral Fernandes (1878-1920). Pintor. Estudou na Academia de Belas Artes, em Lisboa, tendo complementado a sua formação em Paris e Roma. “FERNANDES (Constantino)”, in, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 11, p. 101.

³³³ Decreto n.º 6.184, de 29 de outubro de 1919, *Diário do Governo*, n.º 220, de 29 de outubro de 1919, Art. 3.º

criada nesse mesmo ano de 1919³³⁴, que possivelmente via com preocupação o não alcance do seu papel consultivo sobre os palácios nacionais³³⁵.

As principais propostas do Conselho do Património Artístico, comentava oficiosamente Júlio Dantas na imprensa nacional, seriam as seguintes:

*“criação, no Palacio de Queluz, de um museu de mobiliario do seculo XVIII, que ficará constituído, como o Museu Carnavalet em Paris, um documento vivo dos últimos tempos da monarquia absoluta em Portugal; regulamentação da concessão do jardim de Queluz á Escola de Agricultura, de modo a evitar que se modifique, como já se tem feito, o seu estilo e o seu tipo Le-Nôtre; criação de um Museu de Artes Decorativas no palacio da Ajuda, utilizando para esse fim o primeiro pavimento do edifício, ala sul, até á sala de Saxe; entrega, aos Museus de Arte Antiga e de Arte Contemporanea, de determinadas obras de pintura, de escultura e de ourivesaria existentes nos antigos Paços Riais, e dum painel, pintura em tabua do primeiro quartel do seculo VI, o Menino entre os Doutores, que se encontra no edifício do extinto mosteiro da Encarnação; ajardinamento do local onde está situada a igreja de Santa Luzia, antiga ermida de S. Braz, única forma de conservar, sem a ameaça de edificações ulteriores, a parte subsistente da muralha moura de Lisboa; inscrição no orçamento da verba de 20 contos, para aquisições pelo Estado das obras de arte que, em virtude da lei da protecção, sejam impedidas de sair do país; reversão para a posse e administração do ministério das finanças de todos os bens da nação, moveis e imoveis, a que, pela Comissão Central de Execução da Lei de Separação e pela Comissão Jurisdicional dos bens das Congregações Religiosas, não tenha ainda sido dada aplicação; remoção, para o Museu de Arte Antiga, da preciosa baixela Germain, que nunca mais poderá servir ou figurar em banquetes oficiais.”*³³⁶

Não pretendendo analisar as diversas propostas aqui apontadas, que comentaremos parcialmente no decorrer do presente trabalho, destacamos contudo o facto de o plano de intenções do novo órgão consultivo da Direção Geral da Fazenda

³³⁴ Decreto n.º 5.267, de 13 de março de 1919, *Diário do Governo*, n.º 56, de 19 de março de 1919.

³³⁵ TT, AHMF, Caixa 7916. Ver BAIÃO, Joana, *José de Figueiredo, 1871-1937. Ação e contributos no panorama historiográfico, museológico e patrimonialista em Portugal*, 2014, pp. 240-241.

³³⁶ DANTAS, Júlio, “O momento artistico”, in, *Diário de Notícias*, n.º 19.409, de 13 de dezembro de 1919.

Pública prever para os palácios nacionais uma integração efetiva no panorama museológico nacional, através de transferências de património imóvel e adaptação dos edifícios a museus.

Em janeiro de 1924 os lugares de administradores de alguns dos Palácios Nacionais foram extintos. Foi determinado que o Palácio Nacional do Alfeite seria adaptado a Escola Naval, suprimindo-se os lugares dependentes da Direção Geral da Fazenda Pública³³⁷. E foram ainda extintos os cargos de administradores dos Palácios Nacionais das Necessidades³³⁸ e da Ajuda³³⁹. No entanto, através da Portaria n.º 4:007, de 8 de maio de 1924³⁴⁰, era considerado que

*“os antigos administradores dos palácios nacionais, e suas dependências, da Ajuda, Necessidades e Alfeite são mais aproveitáveis e convenientes no desempenho dos seus anteriores cargos”, determinando-se que “até a futura remodelação dos serviços do Ministério das Finanças ou a regulamentação dos referidos diplomas, fique autorizada a Direcção Geral da Fazenda Pública, por intermédio da sua 4.ª Repartição (Património), a utilizar os serviços dos antigos administradores dos palácios nacionais, e suas dependências, da Ajuda, Necessidades e Alfeite junto das sedes das respectivas e anteriores administrações.”*³⁴¹

A tutela dos palácios nacionais e suas dependências manteve-se a cargo da Direção Geral da Fazenda Pública até final de 1924. Com a lei n.º 1700, de 18 de dezembro de 1924³⁴², foi regulado que

*“Os serviços respeitantes aos monumentos e palácios nacionais ficarão a cargo do Ministério da Instrução Pública e serão desempenhados por uma repartição constituindo a 3.ª Repartição da Direcção Geral das Belas Artes.”*³⁴³ *“Ficarão a cargo do Ministério da Instrução Pública os serviços relativos aos Palácios*

³³⁷ Decreto 9.371, de 10 de janeiro de 1924, *Diário do Governo*, n.º 7, de 10 de janeiro de 1924.

³³⁸ Decreto 9.355, de 8 de janeiro de 1924, *Diário do Governo*, n.º 5, de 8 de janeiro de 1924.

³³⁹ Decreto n.º 9.342, de 7 de janeiro de 1924, *Diário do Governo*, n.º 4, de 7 de janeiro de 1924. Em relação a este assunto ver o ponto do presente trabalho **1.4.1. Armando Porfírio Rodrigues, almoxarife/Administrador/Conservador.**

³⁴⁰ Portaria n.º 4.007, de 8 de maio de 1924, *Diário do Governo*, n.º 101, de 8 de maio de 1924.

³⁴¹ *Idem.*

³⁴² Lei n.º 1.700, de 18 de dezembro de 1924, *Diário do Governo*, n.º 281, de 18 de dezembro de 1924.

³⁴³ *Idem*, Art. 44.º

Nacionais de Mafra, Sintra (vila), Pena, Castelo dos Mouros, Queluz e Ajuda, os quais lhe serão entregues com todas as suas dependências.”³⁴⁴

Observamos que do grupo de palácios nacionais não se encontram nesta lista os Palácios Nacionais de Belém e das Necessidades: o primeiro, que em 1912 havia sido “*especialmente destinado ao alojamento da Secretaria Geral da República*”³⁴⁵, foi em 1924 entregue à Secretaria Geral da Presidência da República; o segundo, excluindo algumas dependências pertencentes ao Ministério da Guerra, havia sido entregue ao Ministério dos Negócios Estrangeiros em 1916³⁴⁶.

No entanto, verificamos a inclusão, neste conjunto dos palácios nacionais, do Castelo dos Mouros, que sendo monumento, talvez beneficiasse de uma administração conjunta com outros edifícios próximos (Palácios Nacionais da Pena e de Sintra).

A lei de 1924 previa que

“Estes serviços compreenderão a conservação, guarda e administração dos referidos palácios e suas dependências, assim como dos objectos de arte e mobiliário neles existentes.”³⁴⁷

Era então formada uma Comissão de Administração dos Palácios Nacionais, que deveria funcionar junto da Direção Geral de Belas Artes, que seria presidida pelo diretor geral das Belas Artes e “*constituída pelo presidente do Conselho de Arte e Arqueologia da 1.ª Circunscrição e pelos chefes das três repartições da mesma Direcção Geral.*”³⁴⁸ Ficariam como competências desta Comissão de Administração dos Palácios Nacionais:

“1.º Promover a adopção de medidas que julgar convenientes para assegurar a guarda interior e exterior de todos os valores neles existentes; 2.º Fiscalizar todos os assuntos administrativos, quer de pessoal, quer de material; 3.º Dar parecer sobre todos os assuntos relativos àqueles Palácios Nacionais quando tenham de ser submetidos à resolução do Governo.”³⁴⁹

³⁴⁴ Lei n.º 1.700, de 18 de dezembro de 1924, *Diário do Governo*, n.º 281, de 18 de dezembro de 1924, Art.º 73.º

³⁴⁵ Lei de 24 de junho de 1912, *Diário do Governo*, n.º 150, de 28 de junho de 1912, Art. 8.º

³⁴⁶ Aquando da necessidade de despejo do Palácio das Necessidades, para entrega deste ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, considerou-se que o Ministério das Finanças deveria manter a Casa-forte e espaços anexos, de modo a não permitir o acesso a partir do resto do palácio. Ofício de 28 de março de 1916, TT, AHMF, Caixa 7916.

³⁴⁷ Lei n.º 1.700, de 18 de dezembro de 1924, *Diário do Governo*, n.º 281, de 18 de dezembro de 1924, Art. 74.º

³⁴⁸ *Idem*, Art. 75.º

³⁴⁹ *Idem*, Art. 76.º

Não querendo entrar em análise profunda a propósito dos motivos desta mudança de tutela dos palácios nacionais³⁵⁰, nem acerca da estrutura da Direção Geral de Belas Artes e do Conselho de Arte e Arqueologia da 1.ª Circunscrição³⁵¹, julgamos no entanto pertinente fixar alguns dados.

Com a publicação da lei n.º 1.700, de 1924, procurou-se concentrar numa só tutela, artística, o conjunto de museus, monumentos e palácios nacionais, bem como as responsabilidades na gestão das coleções públicas de obras de arte e objetos arqueológicos. No entanto, logo após a sua aprovação iniciou-se um processo de contestação, que teria como desfecho a revogação da mudança de tutela dos palácios nacionais. Não existindo provas claras dos autores da lei n.º 1.700, verificamos que esta foi aprovada por um governo que se encontrava no poder há menos de um mês. Falamos do governo de José Domingues dos Santos³⁵², que durou de 22 de novembro de 1924 a 15 de fevereiro de 1925. Tratando-se, pois, de uma lei aprovada de um modo muito rápido, suscitou no imediato indignação por parte dos responsáveis da Direção Geral da Fazenda Pública, do Ministério das Finanças. Assim e logo no dia 22 de dezembro de 1924, quatro dias após a sua publicação, numa carta dirigida ao Ministro das Finanças, o diretor geral da Fazenda Pública, Alberto Xavier, refere que

*“essa lei resultou dum projecto da iniciativa do Senado por êste aprovado, que depois transitou para a Câmara dos Deputados onde não foi apreciado, nem mesmo dêle se tomou conhecimento, mas que por força do artigo 32.º da Constituição foi convertido em lei.”*³⁵³

assegurando estar

“convencido que se a Câmara dos Deputados fosse chamada a pronunciar-se sobre o projecto, não o teria aprovado integralmente; e se sobre êle fosse

³⁵⁰ Encontra-se inscrito, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, o projeto de Doutoramento em História da Arte, com especialização em Museologia e Património Artístico, *Os palácios e as colecções reais portuguesas 1910-1960. A memória da Monarquia em tempo de República*, desenvolvido por Maria de Jesus Monge.

³⁵¹ Decreto, com força de lei, n.º 1, de 26 de maio de 1911, *Diário do Governo*, n.º 124, de 29 de maio de 1911.

Acerca destes organismos ver: CUSTÓDIO, Jorge, *Renascença artística e práticas de Conservação e Restauro arquitectónico em Portugal, durante a 1.ª República*, 2008. BAIÃO, Joana, *José de Figueiredo, 1871-1937. Ação e contributos no panorama historiográfico, museológico e patrimonialista em Portugal*, 2014.

³⁵² José Domingues dos Santos (1885-1958). “SANTOS (José Domingues dos)”, in, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 27, p. 367.

³⁵³ Proc. n.º 1879, livro 4.º, TT, AHMF, Caixa 7960.

chamada a atenção de qualquer Governo, êste se oporia a que certas das suas disposições fossem convertidas em lei.”³⁵⁴

Nesta mesma missiva Alberto Xavier criticava a passagem, para o Ministério da Instrução Pública, dos

*“serviços relativos aos Palácios Nacionais de Mafra, Sintra, Queluz e Ajuda, os quais serão entregues a êsse Ministério [Instrução Pública] com todas as suas dependências. Ora êsses serviços estão a cargo da Direcção Geral da Fazenda Pública (Repartição do Património) dêste Ministério e nenhuma razão, mesmo de ordem puramente artística, justifica que a guarda, conservação e administração dos referidos Palácios passem para uma Comissão Administrativa creada no Ministério da Instrução”.*³⁵⁵

O diretor geral da Fazenda Pública defendia contudo que a cooperação com os serviços de Belas Artes fazia todo o sentido, mostrando alguns aspetos evidentes:

*“nos Palácios de Queluz, Mafra e Sintra (vila) foram em tempos organizados pequenos museus de artes decorativas com os objectos artísticos e peças de mobiliário nêsses Palácios existentes ou que para os mesmos Palácios foram enviados doutros edifícios do Estado. Êsses museus não são uma perfeição de organização. A sua profunda remodelação se impõe e para êste efeito a cooperação e o autorizado Conselho dos Técnicos de Belas Artes do Ministério da Instrução Pública será não sómente necessária, mas muito útil e fecunda.”*³⁵⁶

Assim, embora entendesse que deveriam ser colocados limites na intervenção do Ministério da Instrução Pública,

*“Compreenderia, pois, uma reforma tendente a dar ao Ministério da Instrução Pública, ou melhor, à sua Direcção Geral de Belas Artes, a faculdade de intervenção técnica, o poder de Direcção Artística. Seria uma questão a regular de acôrdo com os dois Ministérios estabelecendo-se as regras dessa intervenção e os seus limites.”*³⁵⁷

³⁵⁴ Proc. n.º 1879, livro 4.º, TT, AHMF, Caixa 7960.

³⁵⁵ *Idem.*

³⁵⁶ *Idem.*

³⁵⁷ *Idem.*

Ou seja, Alberto Xavier apoiava a interação entre os Ministérios da Instrução Pública e das Finanças, mas revelava-se contra a mudança de tutela dos palácios nacionais, cuja administração não podia ser apenas patrimonial ou artística:

*“Mas o que não se compreende é que todo o serviço dos Palácios Nacionais passe para o Ministério da Instrução, como a administração das partes urbanas e rústicas dos edifícios que estão arrendadas, das partes urbanas e rústicas que não oferecem nenhum interesse artístico, das partes urbanas onde estão arrecadados mobiliário sem valôr artístico, louças, vidros, roupas brancas, etc.”*³⁵⁸

Destacando o caso particular do Palácio Nacional da Ajuda, o diretor geral da Fazenda Pública notava que

*“Acresce que o Palácio da Ajuda está hoje sujeito a um regime de excepção pelo decreto n.º 9:342, de 7 de Janeiro de 1924 corrente. Enquanto os outros Palácios têm a administra-los um administrador, o Palácio da ajuda é hoje directamente administrado pela Direcção Geral da Fazenda Pública e é, pelo referido decreto, destinado exclusivamente para a realização de quaisquer actos solenes de recepção e de representação do Poder Executivo e para se poder dar alojamento a quaisquer personalidades estrangeiras de alta dignidade e representação. Fazer passar êsse Palácio também para o Ministério da Instrução, onde se quererá decerto instalar qualquer museu (nem outro é o fim da lei em questão), reputo uma medida inconveniente.”*³⁵⁹

E, deixando algumas perguntas acerca da posição do Ministério das Finanças acerca deste assunto, concluía:

“Quem diz Direcção Geral da Fazenda Pública, diz Ministro das Finanças. Quere dizer êsses serviços estando a cargo da Direcção Geral da Fazenda, estão sob a directa e imediata superintendência do Ministro das Finanças. Será lógico e conveniente que o Ministro das Finanças se desembarace dêsta intervenção directa? Será lógico e conveniente que a Direcção Geral da Fazenda Pública fique sem intervenção administrativa em bens do Património Nacional que de há muito estão sob a sua administração?”

³⁵⁸ Proc. n.º 1879, livro 4.º, TT, AHMF, Caixa 7960.

³⁵⁹ *Idem.*

*“Para remediar aos inconvenientes da aludida lei em questão, só há um meio legal que é o de suspender a execução dela. O Govêrno tem, para isto, os poderes necessários pela autorização do artigo 1.º da lei n.º 1:648, de 11 de agosto de 1924. A citada lei em questão, na sua execução traz aumento de despesa, sem que para isso se tenham creado receitas compensadoras. Ora a referida lei, n.º 1:700, de 18 do corrente, cria na Direcção Geral de Belas Artes, mais uma Repartição além das duas existentes pela organização em vigor, composta de novo pessoal técnico; autoriza-se contratar pessoal técnico extraordinário; garante-se aos vogais do Conselho Superior de Belas Artes, aos dos Conselhos de Arte e Arqueologia e aos funcionários delegados da Direcção Geral de Belas Artes o abono de despesas de transporte e ajudas de custo sempre que tenham de ausentar-se das suas sedes, em serviço. Isto independentemente das despesas a que darão lugar as instalações dos novos serviços e a plena execução daquela lei. Para todas estas despesas, não foram creadas receitas compensadoras. De sorte que, ha manifestos fundamentos legais para se resolver a suspensão da lei. Acresce que há também uma razão de oportunidade. Sendo um dos objectivos do actual Govêrno reorganizar todos os serviços públicos, para reduzir despesas e suprimir serviços inúteis e melhorar os que forem indispensáveis, afigura-se-me que o Govêrno poderá com mais êste argumento de oportunidade suspender a citada lei.”*³⁶⁰

A decisão de suspensão da lei 1.700 terá sido tomada em conselho de ministros a 26 de dezembro de 1924³⁶¹, sendo promulgada pelo decreto n.º 10.426 de 2 de janeiro de 1925³⁶². Porém, em contexto de mudança de governo a 15 de fevereiro de 1925³⁶³, ainda houve uma nova tentativa de colocação em vigor da lei n.º 1.700, através do decreto n.º 10.600, de 7 de março de 1925³⁶⁴. O diretor geral da Fazenda Pública,

³⁶⁰ Proc. n.º 1879, livro 4.º, TT, AHMF, Caixa 7960.

³⁶¹ *Idem*. Esta carta tem uma nota à margem: “Aprovado em conselho de ministros – 26/12/924”.

³⁶² Decreto n.º 10.426, de 2 de janeiro de 1925, *Diário do Governo*, n.º 2, de 2 de janeiro de 1925.

“O decreto n.º 10:426, de 2 de Janeiro último, que suspendeu a lei n.º 1:700, de 18 de Dezembro de 1924, pela qual havia passado a administração dos Palácios nacionais para o Ministério da Instrução Pública, foi fundado na autorização parlamentar concedida ao Poder Executivo pela lei n.º 1:648, de 11 de Agosto de 1924”. Proc. 1.879, livro 4.º TT, AHMF, Caixa 7960.

³⁶³ Governo liderado por Vitorino Máximo de Carvalho Guimarães (1876-1957). “GUIMARÃES (Vitorino Máximo de Carvalho)”, in, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 12, pp. 898-899.

³⁶⁴ Decreto n.º 10.600, de 7 de março de 1925, *Diário do Governo*, n.º 51, de 7 de março de 1925.

Alberto Xavier, não desistiu contudo dos seus intentos, redigindo então um extenso parecer de análise todas estas movimentações legislativas:

“O decreto n.º 10:426 tem força de lei; o decreto n.º 10:600, não. Consequentemente, aquele só podia ser revogado por uma lei ou por um decreto de igual força, o que não aconteceu, além de que o seu artigo único suspende a referida lei n.º 1:700 até nova resolução do Poder Legislativo. Deve, pois, ser anulado o decreto n.º 10:600 e mantido em pleno vigor o decreto n.º 10:426. [...] O decreto de aprovação do regulamento, a ele junto, relativo à execução de parte da lei n.º 1:700, não deve ser publicado em vista das seguintes razões.

O decreto n.º 10:426, de 2 de Janeiro último, que suspendeu a lei que havia passado a administração dos Palácios Nacionais para o Ministério da Instrução Pública (lei n.º 1:700, de 18 de Dezembro de 1924), foi fundado na autorização parlamentar concedida ao Poder Executivo pela lei n.º 1:648, de 11 de Agosto de 1924.

O decreto n.º 10:600, de 7 de Março último, - que pretendeu anular o n.º 10:426 e pôr de novo em vigor aquela citada lei, - e o decreto aqui junto, - com que, aprovando o referido regulamento, mais uma vez se pretende pôr em execução tal lei, - fundam-se ambos no n.º 3.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa. São, portanto, decretos sem força de lei e, consequentemente, não podem por forma nenhuma revogar o citado decreto n.º 10:426. Êste é um decreto com força de lei e, por consequência, só por uma lei ou por um decreto de igual força pode ser derogado. De-mais, bastava para impedir a publicação destes simples decretos o disposto no artigo único do decreto n.º 10:426 onde se lê que a lei n.º 1:700 fica suspensa até nova resolução do Poder Legislativo.”³⁶⁵

Este esgrimir de argumentos, e de decretos, entre os Ministérios das Finanças e da Instrução Pública, viria finalmente a ter um desfecho com a publicação do decreto n.º

“O decreto n.º 10:600, de 7 de Março último, - que pretendeu anular aquele e pôr de novo em vigor a citada lei n.º 1:700, - funda-se no n.º 3.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa.” Proc. 1:879, livro 4.º, TT, AHMF, Caixa 7960.

³⁶⁵ Proc. 1.879, livro 4.º, TT, AHMF, Caixa 7960.

11.445, de 13 de fevereiro de 1926³⁶⁶, regulamento da lei 1.700, em que era decidido que,

*“Ficarão a cargo do Ministério da Instrução Pública os serviços relativos à conservação, reparação ou restauração dos palácios nacionais de Mafra, Sintra (vila), Pena (incluindo o Castelo dos Mouros), Queluz e Ajuda, classificados como monumentos nacionais.”*³⁶⁷ *“Os serviços relativos à administração dos palácios nacionais continuarão a cargo do Ministério das Finanças até ulterior regulamentação.”*³⁶⁸

Ficavam assim os palácios nacionais novamente, perante a lei, sob a tutela da Direção Geral da Fazenda Pública, pela sua quarta repartição, a Repartição do Património. Este decreto foi aprovado pelo governo liderado por António Maria da Silva³⁶⁹.

No final de 1927 ocorreram novas movimentações no seio da Direção Geral da Fazenda Pública, a propósito da tutela dos palácios nacionais. A 9 de novembro de 1927, através da portaria n.º 5.075³⁷⁰, foi criada, dentro desta direção geral, a Comissão Administrativa dos Palácios Nacionais, que tinha apenas funções administrativas orçamentais e que seria constituída por três funcionários: presidente (Alberto Xavier, secretário geral do Ministério das Finanças e diretor geral da Fazenda Pública), vogal (Custódio José Vieira, chefe da Secção dos Palácios Nacionais da 4.ª Repartição da Direção Geral da Fazenda Pública) e secretário (Carlos Silvestre Ribeiro, terceiro oficial do quadro especial do ministério das finanças). E no mês seguinte, a 7 de dezembro, num telegrama enviado pelo diretor geral da Fazenda Pública ao general Sinel de Cordes³⁷¹, em Genebra, anunciava-se nova legislação:

“Confirmo existência decreto prestes publicar iniciativa Ministro Instrução sobre reforma serviços artísticos no qual são incluídos Palácios Nacionais que

³⁶⁶ Decreto n.º 11.445, de 13 de fevereiro de 1926, *Diário do Governo*, n.º 34, de 13 de fevereiro de 1926.

³⁶⁷ *Idem*, Art. 134.º

³⁶⁸ *Idem*, Parágrafo único do art. 134.º

³⁶⁹ António Maria da Silva (1872-1950). “SILVA (António Maria)”, in, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 28, pp. 770-771.

³⁷⁰ Portaria n.º 5.075, de 9 de novembro de 1927, *Diário do Governo*, n.º 248, de 9 de novembro de 1927. TT, AHMF, Caixa 7961.

³⁷¹ João José Sinel de Cordes (1867-1930), general do exército. Foi Ministro das Finanças entre 9 de julho de 1926 e 18 de abril de 1928. “SINEL DE CORDES (João José)”, in, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 29, p. 142.

deixam de estar jurisdição Ministério Finanças. Peço V.^a Ex.^a dignar chamar atenção Senhor Presidente República demorar publicação até seu regresso.”³⁷²

Porém, na cópia do mesmo telegrama existe uma nota, com o seguinte apontamento:

“Foi, de facto, publicado o decreto sob o n.º 15:216, de 14-Março-1928, no Diário do Governo n.º 67, de 22 do mesmo mês, mas nunca se lhe deu execução na parte relativa aos Palácios Nacionais.”³⁷³

Finalmente, o decreto n.º 15.216, de 14 de março de 1928³⁷⁴, confirmava mais uma vez a administração dos palácios nacionais por parte do Ministério das Finanças, prevendo agora uma supervisão artística e técnica, por parte dos serviços de Belas Artes do Ministério da Instrução Pública.

Apesar do conflito entre ministérios e direções gerais, durante o curto período de tempo em que os palácios nacionais estiveram legislativamente dependentes do Ministério da Instrução Pública, as rendas continuaram a ser enviadas para a 4.^a Repartição da Direção Geral da Fazenda Pública³⁷⁵. Encontramos ainda diversos ofícios que indiciam que, na prática, os palácios nacionais nunca deixaram de ser administrados pela Direção Geral da Fazenda Pública. Podemos, então, afirmar que a legislação de 1924 nunca foi aplicada e que os palácios nacionais continuaram efetivamente a estar sob a tutela do Ministério das Finanças, vindo o decreto de 1926 apenas a clarificar aquilo que de facto continuava a acontecer³⁷⁶.

Alberto Xavier manteve-se no cargo de diretor geral da Fazenda Pública por diversos anos, atravessando vários governos republicanos, muitos deles bastante

³⁷² TT, AHMF, Caixa 7960.

³⁷³ *Idem.*

³⁷⁴ “Art. 43.º As funções da inspecção nos palácios nacionais, Mafra, Sintra, Pena e Queluz, sob o ponto de vista artístico, compete à Direcção Geral de Belas Artes, por intermédio do Conselho Superior de Arte Nacional, Conselho de Arte e Arqueologia da 1.ª Circunscrição e muito em especial o Museu Nacional de Arte Antiga.”

“Art. 44.º A gerência administrativa dos palácios nacionais continuará a cargo do Ministério das Finanças, competindo os seus serviços a uma repartição que funcionará junto do Ministério da Instrução (...)”

“Art. 45.º Transitòriamente os serviços administrativos a que se refere o artigo 44.º ficarão a cargo do funcionário que chefia ali a secção à qual estarão entregues êsses serviços.”

Decreto n.º 15.216, de 14 de março de 1928, *Diário do Governo*, n.º 67, de 22 de março de 1928.

³⁷⁵ TT, AHMF, Caixas 7907 e 7908.

³⁷⁶ Nas suas investigações, Maria de Jesus Monge chega à mesma conclusão: “No entanto, esta disposição, prevista na Secção II do Capítulo VI, nunca se efectiva, continuando sob a alçada do Ministério das Finanças até à década de 1970.” MONGE, Maria de Jesus, *O Património artístico no início do século XX: de Paços Reais a Palácios Nacionais, intenções e razões*, 2011, p. 125.

instáveis, continuando igualmente no seu “posto” durante os anos da ditadura nacional, de 1926 a 1933, sempre reconhecido pelo seu bom desempenho nas funções que ocupava. No entanto, foi uma personalidade que despertou intrigas e rivalidades, sendo talvez a que teve mais repercussões a campanha de difamação de que foi alvo durante o ano de 1920³⁷⁷, da qual sempre se defendeu, acabando por ser totalmente ilibado de quaisquer suspeitas³⁷⁸.

Xavier abandonou o cargo de diretor geral da Fazenda Pública, após ser nomeado juiz-conselheiro do Tribunal de Contas, em 1933³⁷⁹.

Em substituição de Alberto Xavier, António José Malheiro³⁸⁰ foi nomeado, interinamente, para os cargos de Secretário-geral do Ministério das Finanças e Diretor Geral da Fazenda Pública, por decreto de 13 de março de 1933³⁸¹, tendo pedido o afastamento poucas semanas depois.

³⁷⁷ Em 1920, foram levantados autos de inquérito aos atos do Secretário Geral do Ministério das Finanças e Diretor Geral da Fazenda Pública, Alberto Xavier, na sequência de uma campanha de difamação que foi levantada na imprensa. Esta sindicância foi solicitada pelo próprio Alberto Xavier, não tendo sido apresentadas quaisquer acusações formais, quer na qualidade de Diretor Geral da Fazenda Pública, quer como vogal do Conselho Fiscalizador do Comércio Geral e Câmbios. Esta campanha de suspeita e de difamação, acerca da importação de automóveis, foi levantada contra Alberto Xavier, no início de novembro de 1920, por diversos jornais. *A Situação*, n.º 626, de 3 de novembro de 1920; *Tempo*, n.º 343, de 9 de novembro de 1920; *Tempo*, n.º 344, de 10 de novembro de 1920; *A Época*, n.º 529, de 10 de novembro de 1920; *A Revolução de Dezembro*, n.º 8, de 14 de novembro de 1920. Alberto Xavier era acusado “de ter recebido 1:100 contos” e de ter saído do país. *A Revolução de Dezembro*, n.º 8, de 14 de novembro de 1920, p. 1.

³⁷⁸ “DR. ALBERTO XAVIER – O director geral da fazenda publica repele uma miseravel campanha que contra ele se urdiu, aproveitando a sua ausencia de Lisboa.” *A Manhã*, n.º 1.262, de 21 de novembro de 1920, p. 1.

A Situação, n.º 645, de 22 de novembro de 1920, p. 1; *República*, n.º 3.247, de 4 de dezembro de 1920, p. 1; *Diário do Governo*, III Série, n.º 282, de 30 dezembro de 1920; *Diário de Notícias*, n.º 19.779, de 25 de dezembro de 1920, p. 3.

A sentença saiu a 15 de março de 1921, pelo juiz do Tribunal da Relação de Lisboa, Manuel Nunes da Silva, responsável pela sindicância pedida pelo próprio Alberto Xavier. O diretor geral da Fazenda Pública foi totalmente ilibado, não se conseguindo provar quaisquer das suspeitas e acusações lançadas na imprensa.

³⁷⁹ ACMF, Processo individual de funcionário Alberto Xavier, A-11-A(7).

³⁸⁰ António José Malheiro (1879-1947). Tirou o Curso Superior do Comércio no Instituto Industrial e Comercial de Lisboa. Entrou no funcionalismo público na Secretaria da Junta do Crédito Público em 1897. Foi nomeado diretor geral da Contabilidade Pública em 1915. Teve diversas comissões de serviço e ocupou diversos cargos ligados a Finanças e Contabilidade Pública. Foi membro da Comissão Executiva da Conferência de Paz em 1919. “MALHEIRO (António José)”, in, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Vol. 16, p. 21. ACMF, Processo individual do funcionário António Luiz Gomes, A-1(5). FELISMINO, Aureliano, *Os Primeiros Dez Anos de Vida do Gabinete de Estudos António José Malheiro*, 1955.

³⁸¹ Portaria de 13 de março de 1933, *Diário do Governo*, II série, n.º 61, de 15 de março de 1933.

Para os lugares novamente vagos seria nomeado, em abril de 1933, para exercer em comissão e também interinamente, António Luís Gomes³⁸², que tomou posse a 4 de maio de 1933, sendo nomeado definitivamente por decreto de 19 de abril de 1934³⁸³.



Fig. 25 – António Luís Gomes. Acedido em 13 de fevereiro de 2014 em URL: http://ruyluisgomes.blogspot.pt/2005_10_01_archive.html

Nesse mesmo ano, com o decreto n.º 22.728, de 24 de junho de 1933, foi reformada a Direção Geral da Fazenda Pública, ficando os serviços centrais divididos em duas repartições: Tesouro e Património³⁸⁴. Durante os primeiros anos da direção de António Luís Gomes foi esta a estrutura da Direção Geral da Fazenda Pública, que teria uma política para os Palácios Nacionais interligada aos fenómenos turísticos e culturais.

Depois de alguns anos de impasse e de falta de consensos acerca dos destinos a dar aos palácios nacionais, a nova ordem da 2.ª República, denominada de Estado Novo, sabe já o que há-de fazer com estes edifícios, tal como os restantes monumentos nacionais, aproveitando-os mesmo no seu discurso nacionalista de propaganda³⁸⁵. O

³⁸² António Luís Gomes (1898-1981). Filho de António Luís Gomes, histórico republicano que tinha sido Ministro do Fomento do Governo Provisório Republicano e Reitor da Universidade de Coimbra, entre outros cargos. Formado em Direito, exerceu o cargo de delegado do Procurador da República de 1.ª classe e foi agente do Ministério Público, no Tribunal das Execuções Fiscais de Lisboa. Ocupou diversos cargos, alguns em comissão de serviço: Comissário do Governo junto da Companhia Carris de Ferro de Lisboa (1940), Presidente do Conselho Fiscal da Comissão Administrativa das Lotarias (1942), membro da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (1942), Presidente da assembleia geral do Banco de Angola (1949), membro da Comissão Representativa do Tratado de Amizade e Consulta Luso-Brasileiro (1955), e Presidente do Conselho Fiscal da Companhia de Seguros Metrópole. Por despacho do Ministro das Finanças, Diário do Governo, II Série, de 3 de março de 1945, foi nomeado Presidente do Conselho Administrativo da Fundação da Casa de Bragança. Ocupou os cargos de Secretário Geral do Ministério das Finanças e de Diretor Geral da Fazenda Pública entre 1933 e 1959. Foi ainda professor na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. “GOMES (António Luís)”, in, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 12, p. 515. ACMF, Processo individual do funcionário António Luiz Gomes, A-1(5).

³⁸³ Decreto de 19 de abril de 1934, *Diário do Governo*, II Série, n.º 92, de 21 de abril de 1934.

³⁸⁴ Decreto-lei n.º 22:728, de 24 de junho de 1933, *Diário do Governo*, n.º 140, de 24 de junho de 1933.

³⁸⁵ “Os monumentos nacionais, enquanto documentos vivos das épocas de glória, assumem particular importância para o regime que faz da sua salvaguarda, uma das suas principais “cruzadas”.” NETO, Maria João, *A Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929 – 1960)*, 1995, p. 269.

próprio chefe do regime, o Presidente do Conselho António de Oliveira Salazar³⁸⁶, numa das entrevistas efetuadas por António Ferro³⁸⁷ em 1933, afirmava que,

*“A defesa do nosso património artístico é das maiores obras da Ditadura, das maiores e talvez das menos conhecidas. A reconstituição meticulosa, quase religiosa, do que tínhamos e estava em riscos de perder-se, ou quase perdido já, prossegue sem descanso: depois dos templos, os castelos, os monumentos de arte militar.”; “Ao lado de uns e outros, os museus, os palácios nacionais: Queluz, Mafra, os dois de Sintra, a Ajuda, as Necessidades levam ainda três a quatro anos e muitos milhares de contos a reconstruir e alindar...”*³⁸⁸.

Os monumentos nacionais, móveis e imóveis artísticos e históricos, eram então utilizados para reforçar uma imagem nacional e nacionalista do Estado Novo. O mesmo se passou com os palácios nacionais e com a sua tutela, seguindo a mesma linha de entendimento patrimonial:

*“Mas não se esqueça que só agora as circunstâncias do País nos permitem começar a pensar nesses problemas. Não se esqueça do atraso em que nos encontrávamos no capítulo de certas necessidades fundamentais que estavam mesmo antes do culto da arte, se bem que a beleza seja alimento indispensável do espírito. Como queria que eu encomendasse para os palácios nacionais uma estátua ou um quadro, se nalguns chovia como na rua, quando tomei conta do Ministério das Finanças? Os problemas têm de ser seriados e resolvidos pela sua ordem.”*³⁸⁹.

Podemos considerar que a ação de António Luís Gomes, nestes primeiros anos à frente da Direção Geral da Fazenda Pública, terá estado em total concordância com estes princípios “orientadores” do regime, em que existia claramente um programa de defesa e valorização do património artístico português associado aos “valores pátrios”.

³⁸⁶ António de Oliveira Salazar (1889-1970). Professor catedrático da Universidade de Coimbra e político, responsável pela instituição e manutenção do Estado Novo, destacando-se o seu cargo de Presidente do Conselho de Ministros entre 1932 e 1968. MENESES, Filipe Ribeiro de, *Salazar, a political biography*, 2010.

³⁸⁷ António Joaquim Tavares Ferro (1895-1956). Escritor, jornalista e dirigente do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) / Secretariado Nacional de Informação, Turismo e Cultura Popular (SNI), de 1933 até janeiro de 1950. Foi diplomata em Berna (1950-1953) e em Roma (1954-1956). Acedido em 7 de maio de 2014 em URL: http://www.fundacaoantonioquadros.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=29&Itemid=59.

³⁸⁸ “3.ª Entrevista - A Ditadura e o seu contacto com a Nação”, in, FERRO, António, *Entrevistas de António Ferro a Salazar*. 2.ª edição, 2003, p. 58.

³⁸⁹ *Idem*, p. 58.

Os diversos enquadramentos tutelares dos palácios nacionais, entre 1912 e 1938, não terão sido na prática muito divergentes nas suas linhas estruturais. Na realidade, tirando o período entre o final de 1924 e o início de 1926, os antigos paços reais estiveram sempre enquadrados juridicamente numa tutela, a Direção Geral da Fazenda Pública. Esse fator de continuidade permitiu uma linha de evolução no seu entendimento e, conseqüentemente, nas práticas aplicadas. Esta evolução foi significativa, pois apesar de os enquadramentos políticos se terem modificado, o papel de defesa do património dos palácios nacionais foi sempre uma constante por parte da Direção Geral da Fazenda Pública e dos seus dirigentes, que entenderam de modo diverso o conjunto das antigas residências reais.

Refira-se ainda que, para além das personalidades que ocuparam a Direção Geral da Fazenda Pública, outras figuras deixaram também a sua marca nas questões tutelares dos palácios nacionais, com destaque para alguns dos chefes de Repartição³⁹⁰, com toda a certeza influenciadores na sua administração e que recordamos nas linhas seguintes.

Pouco sabemos acerca de Álvaro Evangelista da Silva Mendes Leal (?-1929). Através do seu processo individual, existente no Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças, apenas ficamos a saber que, em março de 1912 foi promovido a 1.º oficial e, em janeiro de 1914, foi nomeado Chefe de Repartição³⁹¹. Apesar das poucas informações na documentação consultada, verificámos que terá contribuído diretamente na tentativa de abertura do PNA ao público, tendo inclusivamente refletido e apresentado sugestões acerca dessa eventual abertura³⁹².

Alfredo Leal (1871-1939), foi comerciante e antiquário. Com o seu irmão José Leal, era proprietário dos Armazéns Leal, na Rua de Santo Antão, em Lisboa³⁹³. Republicano, tomou parte nos preparativos da revolução de outubro de 1910 e o seu nome seria incluído numa lista de *“Republicanos e revolucionarios collocados nos extinctos paços reaes”*³⁹⁴. Foi nomeado, em 1 de novembro de 1910, para secretário da Superintendência Geral dos Paços Reais, onde ficou até à sua extinção, sendo então

³⁹⁰ De 1912 a 1914, a Repartição dos Bens Nacionais; e, a partir de 1914, a Repartição do Património.

³⁹¹ ACMF, Processo individual de funcionário Álvaro Evangelista da Silva Mendes Leal, I-24 (13).

³⁹² Proc. n.º 1359, l.º 1, TT, AHMF, Caixa 7926. Acerca deste assunto ver o ponto **1.5. Tentativas de abertura ao público**.

³⁹³ “Cartão dos Grandes Armazéns Leal”, acedido em 7 de maio de 2014 em URL: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06680.077>.

³⁹⁴ *“Republicanos e revolucionarios collocados nos extinctos paços reaes”*. TT, AHMF, Caixa 7836.

transferido para a Direção Geral da Fazenda Pública, pela lei de 24 de junho de 1912³⁹⁵. Leal, na Superintendência Geral dos Paços Reais, teve um papel de relevo enquanto verdadeiro número 2 da sua estrutura, assumindo uma efetiva liderança na ausência do superintendente geral Joaquim Martins Teixeira de Carvalho³⁹⁶.

De 1912 a 1913 Alfredo Leal esteve em comissão de serviço no gabinete do Diretor Geral da Fazenda Pública. Foi nomeado 1.º oficial em 1914³⁹⁷ e chefe da Repartição do Património em 1919³⁹⁸. Devido à reorganização da Direção Geral da Fazenda Pública, em 1933 passou a exercer o cargo de chefe de secção na Repartição do Tesouro. Em 1936 foi nomeado para o lugar de 1.º oficial³⁹⁹, sendo depois colocado como chefe de secção⁴⁰⁰. Alfredo Leal pediria a aposentação em dezembro de 1938, falecendo em 18 de janeiro de 1939⁴⁰¹.

O papel de Leal, entre 1919 e 1933, torna-se relevante face aos diversos desafios que foram surgindo na tutela dos palácios nacionais. No entanto, através da documentação consultada, pressentimos que a sua ação inicial, mais interventiva, foi esfriando, colocando-o progressivamente numa posição meramente burocrática, talvez devido às próprias reorganizações da Direção Geral da Fazenda Pública.

Leal foi também jornalista, tendo colaborado com diversas publicações e dirigido os jornais *Progresso de Sintra* e *Sintra Regional*⁴⁰². Foi ainda autor de alguns livros, de entre os quais destacamos *Os “Painéis do Infante” e a obra do sr. José de Figueiredo*, de 1917. Neste livro de investigação acerca dos famosos Painéis de São Vicente, Leal critica a análise e teoria de José de Figueiredo⁴⁰³, avançando com uma tese diferente na identificação da figura central dos painéis, que

“não afirma, mas julga provável, ser “Santa Catarina” a figura litúrgica de mulher, representada nos painéis, tendo a avigorar essa presunção, o símbolo do milagre tradicional, “as cordas”, a varinha da virgindade com que a

³⁹⁵ Lei de 24 de junho de 1912, *Diário do Governo*, n.º 150, de 28 de junho de 1912.

³⁹⁶ Ver o ponto **1.3.1. Superintendência Geral dos Paços Reais**.

³⁹⁷ Portaria de 7 de agosto de 1914, *Diário do Governo*, II série, n.º 185, de 10 de agosto de 1914.

³⁹⁸ Decreto de 4 de dezembro de 1919, *Diário do Governo*, II série, n.º 284, de 6 de dezembro de 1919.

³⁹⁹ Portaria de 10 de janeiro de 1936, *Diário do Governo*, II série, n.º 12, de 15 de janeiro de 1936.

⁴⁰⁰ Portaria de 30 de dezembro de 1936, *Diário do Governo*, II série, n.º 30, de 31 de dezembro de 1936.

⁴⁰¹ ACMF, Processo individual de funcionário, Alfredo Leal, I-24 (11).

⁴⁰² SANTOS, F. Hermínio, “O “Centro Commercial de Sintra” (II)”, in, *Jornal de Sintra*, N.º 4.010, 17 de janeiro de 2014.

⁴⁰³ Acerca deste assunto ver BAIÃO, Joana, *José de Figueiredo, 1871-1937. Ação e contributos no panorama historiográfico, museológico e patrimonialista em Portugal*, 2014.

desenharam no painel do arcebispo e ainda, a crença que infundiu no século XV, a ponto dos mareantes a escolherem para advogada e protectora.”⁴⁰⁴

Francisco Ribeiro Tavares (1876-1943), começou a sua carreira pública em 1896, como escriturário da Fazenda de Loures⁴⁰⁵. Em 1901 tomou posse como amanuense da Direção Geral da Estatística e dos Próprios Nacionais⁴⁰⁶ e em 1910 foi promovido a seu 2.º oficial⁴⁰⁷. Foi transferido para a Direção Geral da Fazenda Pública em 1911⁴⁰⁸, passando a 1.º oficial da DGFP no ano de 1917⁴⁰⁹. Desde 1914⁴¹⁰, exerceu em comissão o cargo de chefe de secção, sendo nomeado efetivamente em 1923⁴¹¹. Ocupou, em comissão, o cargo de chefe de repartição em 1927⁴¹², sendo promovido a chefe de repartição efetivo nesse mesmo ano⁴¹³. Em 1935 foi apresentado como Chefe de serviços da Repartição do Património e, em 1936, como Chefe da Repartição do Património da DGFP⁴¹⁴.

Tavares, enquanto chefe da Repartição do Património, para além da continuação de uma ação mais burocrática, mostrou-se atento e preocupado com algumas questões relacionadas com os palácios nacionais, principalmente as que envolviam movimentação de objetos e a apresentação aos visitantes dos funcionários do PNA⁴¹⁵.

1.3.2.1. Secção dos Palácios Nacionais

A 4.ª Repartição (Património) da Direção Geral da Fazenda Pública, organizada pelo decreto n.º 718, de 3 de agosto de 1914⁴¹⁶, dividia as suas atribuições em diversas secções, cabendo à sua 2.ª secção (Secção dos Palácios Nacionais) as seguintes responsabilidades: Administração Geral dos Palácios Nacionais; Serviços de inspeção e

⁴⁰⁴ LEAL, Alfredo, *Os “Painéis do Infante” e a obra do sr. José de Figueiredo*, 1917, pp. 59-60.

⁴⁰⁵ Despacho Ministerial de 18 de agosto de 1896, *Diário do Governo*, n.º 184, de 19 de agosto de 1896.

⁴⁰⁶ Portaria de 14 de agosto de 1901, *Diário do Governo*, II série, n.º 181, de 16 de agosto de 1901.

⁴⁰⁷ Decreto de 22 de dezembro de 1910, *Diário do Governo*, n.º 67, de 23 de dezembro de 1910.

⁴⁰⁸ Decreto de 11 de maio de 1911, *Diário do Governo*, n.º 111, de 13 de maio de 1911 e no *Diário do Governo*, n.º 112, de 15 de maio de 1911.

⁴⁰⁹ Portaria de 19 de março de 1917, *Diário do Governo*, II série, n.º 67, de 21 de março de 1917.

⁴¹⁰ Portaria de 15 de agosto de 1914, *Diário do Governo*, II série, n.º 191, de 17 de agosto de 1914.

⁴¹¹ Portaria de 27 de julho de 1923, *Diário do Governo*, II série, n.º 174, de 30 de julho de 1923.

⁴¹² Portaria de 1 de abril de 1927, *Diário do Governo*, II série, n.º 91, de 28 de abril de 1927.

⁴¹³ Portaria de 27 de junho de 1927, *Diário do Governo*, II série, n.º 155, de 16 de julho de 1927.

⁴¹⁴ ACMF, Processo individual de funcionário Francisco Ribeiro Tavares, I-27(8).

⁴¹⁵ Processo n.º 1745, I.º 4.º, TT, AHMF, Caixa 7928. TT, AHMF, Caixa 7931.

⁴¹⁶ Decreto n.º 718, de 3 de agosto de 1914, *Diário do Governo*, n.º 132, de 3 de agosto de 1914.

fiscalização de cada um dos Palácios Nacionais; Serviços de expediente relativo a todos os palácios; Serviços de contabilidade em relação a cada um dos palácios e desta secção em relação à Direção Geral da Contabilidade Pública; Serviço de informação e consulta sobre todos os processos que digam respeito aos palácios nacionais; Serviço de administração, conservação e restauração do recheio dos palácios nacionais e equipagens; Serviço de receção, conferência e depósito no Banco de Portugal, das receitas cobradas pelas rendas das casas das dependências dos palácios, venda de flores e plantas e respetiva escrituração; Serviço de arquivo geral dos palácios nacionais; Serviço de admissão, cadastro e processamento do pessoal efetivo, jornaleiro e em disponibilidade⁴¹⁷. Seria, pois, a Secção dos Palácios Nacionais a estrutura tutelar responsável pela administração do conjunto dos antigos Paços Reais.⁴¹⁸

Num ofício datado de 5 de maio de 1933, surgem-nos informações acerca da constituição da Secção dos Palácios Nacionais e dos locais sob a sua administração:

“Chefe da Secção, bacharel Custódio José Vieira – Superintende na administração de todos os Palácios Nacionais, faz o expediente de ofícios e informa os processos, além da sua superintendência em todo o movimento da Secção e da direcção na execução das festas realizadas oficialmente em qualquer Palácio e designadamente no da Ajuda (almoços oferecidos por Sua Excelência o Senhor Presidente da República, banquetes, saraus, recepções, etc.)

2.º oficial, adido, Maria Joana Navarro Lopes

João Carlos Marques, administrador do Palácio Nacional da Pena, em serviço nesta Secção (2.º oficial)

Mecedor de 1.ª classe, adido, José Marcelino de Sá

⁴¹⁷ TT, AHMF, Caixa 7957.

⁴¹⁸ Esta 2.ª Secção (dos Palácios Nacionais) manteve durante a sua existência as responsabilidades acima citadas, previstas na lei. Contudo, devemos referir que no início da década de 1930 chegou a ser elaborada uma proposta de decreto que reformularia as suas competências, concernentes: “a) Aos Palácios da Ajuda, Cascais, Pena e Sintra; seus anexos e dependências; b) às propriedades sitas em Cezimbra e no Alfeite, na parte não cedida ao Ministério da Marinha; c) Ao Palácio de Belém, na parte que não é da competência da Secretaria Geral da presidência da República; d) Ao Palácio de Mafra e seus anexos, na parte não cedida aos Ministérios da Justiça, Guerra, Comércio e Comunicações e Instrução Pública, sem prejuízo, quanto à igreja, do livre exercício do culto católico; e) À parte do Palácio das Necessidades, e seus anexos, não cedida aos Ministérios da Guerra e dos Negócios Estrangeiros; f) Ao Palácio de Queluz, na parte não cedida ao Ministério da Instrução Pública, sem prejuízo, quanto à capela, do livre exercício do culto católico; g) Ao arquivo privativo dos Palácios Nacionais, o qual compreende o arquivo da antiga administração Geral da Fazenda da Casa Real”. (TT, AHMF, Caixa 7959).

A esta Secção estão subordinados as seguintes Administrações dos Palácios Nacionais:

Ajuda, Alfeite, Cascais, Mafra, Necessidades, Pena, Queluz, Sintra.”⁴¹⁹

Das personalidades acima mencionadas, merece destaque Custódio José Vieira (1883 ou 1884-1934), que manteve uma visão e ação de caráter de exceção no que diz respeito aos palácios nacionais, como iremos verificar.



Fig. 26 – Custódio José Vieira.

Acedido em 22 de abril de 2014 em URL: <http://guitarradecoimbra.blogspot.pt/2006/01/custodio-custodio-jos-vieira-natural-de.html>
Este desenho caricatural é da autoria de João do Amaral, artista, que viria a ser o primeiro diretor do Museu Regional de Lamego.

Não se conhece muito acerca dos primeiros anos de Custódio José Vieira. Através dos anuários da Universidade de Coimbra, verificamos que era filho de Custódio José Vieira e que tinha nascido em Lisboa⁴²⁰. Não sabendo com que idade entrou para a Universidade em Coimbra, mas como o fez no ano lectivo de 1901/1902, podemos arriscar que deverá ter nascido por volta do ano de 1883 ou 1884, ou anterior. Concluiu o seu curso em Direito em 1906. Dos seus tempos de estudante temos notícia de que era executante de guitarra e cantor. Terá mesmo cantado na Récita de Despedida de 1906 o *Fado das Águias* (*Ó águia que vais tão alta*), com letra de Camilo Castelo Branco e música de António Maria Dias da Costa⁴²¹.

⁴¹⁹ TT, AHMF, Caixa 7957.

⁴²⁰ *Anuario da Universidade de Coimbra. Anno lectivo de 1905-1906*, 1906, pp. 155 e 250.

⁴²¹ “*FADO DA RÉCITA DE DESPEDIDA DE 1905 – 1906 (TERRA DE AMORES)*, com música de António Maria Dias Costa com quadras de Camilo Castelo Branco. Nessa data foi cantado por Custódio José Vieira.” Acedido em 22 de abril de 2014 em URL: <http://guitarradecoimbra4.blogspot.pt/2014/02/jose-afonso-e-ernesto-pinto-lobo.html>.

“*Ó Águia (Fado da Despedida do 5º Ano Jurídico de 1905-1906, música de António Dias da Costa e letra de Camilo Castelo Branco. Foi interpretado na récita de 1906 pelo cantor-guitarrista Custódio José Vieira, tendo granjeado invulgar sucesso em Coimbra e nos mais diversos pontos do país.*” NUNES, António M., “A Canção de Coimbra no século XIX (1840-1900), A Memória e os Sons”, acedido em 22 de abril de 2014 em URL: http://guitarradecoimbra.blogspot.pt/2005_12_18_archive.html. “*Manassés de Lacerda gravou esta composição em 1905, com acompanhamento ao piano. Em 1906, Custódio José Vieira, cantou estas três quadras, acrescidas de uma quarta quadra (Rouxinol canta de noite), no “FADO DA RÉCITA DE DESPEDIDA DUM GRUPO DE QUINTANISTAS de 1905 – 1906”. A música era de António Dias da Costa.*” Acedido em 22 de abril de 2014 em URL: <http://guitarradecoimbra4.blogspot.pt/2013/03/camilo-castelobranco-1825-1890.html>.

Para além do seu gosto pela música, conseguimos apurar que Custódio José Vieira também era interessado pela língua e literatura portuguesa. Participou com algum destaque na polémica causada pela questão da Reforma Ortográfica Portuguesa de 1911⁴²², publicando no ano de 1912, *A propósito da Reforma da Ortografia Portuguesa. Carta ao distintíssimo filólogo e omem de lêtras Ex.mo Sr. Dr. Cândido de Figueiredo*⁴²³, obra que demonstra que considerava que o acordo ortográfico tinha ficado aquém, defendendo inúmeras mudanças à escrita da língua portuguesa. Vieira foi ainda membro fundador da Associação Nacional de Interesse Patriótico Culto Camiliano, na qual ocupou o lugar de secretário da comissão executiva⁴²⁴. De acordo com os estatutos, esta associação sediada em Lisboa, tinha como “*seu objecto [...] perpetuar a memória de Camilo Castelo Branco, por todos os meios e, determinadamente, erigindo-lhe numa das praças de Lisboa, cidade onde êle nasceu, um monumento condigno.*”⁴²⁵

Custódio José Vieira terá iniciado a sua carreira logo após a sua formatura, no ano de 1906, não existindo, contudo, na documentação consultada, dados que o provem⁴²⁶.

Funcionário da Direção Geral da Fazenda Pública, Vieira foi encarregado pelo Ministro das Finanças, António Vicente Ferreira⁴²⁷, de acompanhar o processo de

Este fado teve diversas versões posteriores, tendo ficado conhecido por *Fado das Águias* ou por *Fado das Lágrimas (Ó fonte que estás chorando)*, este já com a adição de quadras de 1946. Acedido em 23 de abril de 2014 em URL: <http://guitarrasdecoimbra2.blogspot.pt/2012/06/fado-das-lagrimas.html>. Acedido em 22 de abril de 2014 em URL: <http://guitarrasdecoimbra.blogspot.pt/2006/01/custodio-custodio-jos-vieira-natural-de.html>.

⁴²² Esta reforma foi responsável pela simplificação da ortografia da língua portuguesa, criando diversas opiniões, favoráveis e desfavoráveis. “Relatorio da comissão incumbida de estudar as bases da ortografia”, de 23 de agosto de 1911, *Diário do Governo*, n.º 213, de 12 de setembro de 1911.

⁴²³ VIEIRA, Custódio José, *A propósito da Reforma da Ortografia Portuguesa. Carta ao distintíssimo filólogo e omem de lêtras Ex.mo Sr. Dr. Cândido de Figueiredo*, 1912.

⁴²⁴ Foram membros fundadores desta associação, Culto Camiliano, os seguintes: Afonso de Azevedo Nunes Branco, António Tavares de Carvalho (tesoureiro), Custódio José Vieira (secretário), Delfim de Brito Guimarães (presidente), Joaquim Madureira, João Celestino Pereira de Sampaio, Júlio Dias da Costa, Manuel de Ascensão Espinho e Mário Tavares de Carvalho. *Estatuto da Associação Nacional de Interêsse Patriótico Culto Camiliano*, 1916.

⁴²⁵ *Estatuto da Associação Nacional de Interêsse Patriótico Culto Camiliano*, 1916, p. 3.

⁴²⁶ No exemplar do livro acima referido, *A propósito da Reforma da Ortografia Portuguesa. Carta ao distintíssimo filólogo e omem de lêtras Ex.mo Sr. Dr. Cândido de Figueiredo*, consultado na Biblioteca Nacional de Portugal, existe um carimbo onde se lê “*Custódio José Vieira, Advogado*”. Datada de 1912, esta publicação fornece assim a informação que Vieira terá realmente exercido a advocacia antes de ingressar no funcionalismo público.

⁴²⁷ António Vicente Ferreira (1874-1973). Foi Ministro das Finanças entre 1912 e 1913. Mais tarde, seria novamente Ministro das Finanças (1921) e Ministro das Colónias (1923). “António Vicente Ferreira”, acedido em 23 de abril de 2014 em URL: http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/OsProcuradoresdaCamaraCorporativa%5Chtml/pdf/f/ferreira_antonio_vicente.pdf.

sindicância à Administração do Palácio Nacional da Ajuda, a partir de 2 de agosto de 1912⁴²⁸. Esta tarefa ocupar-lhe-ia o tempo entre agosto de 1912 e 17 de junho de 1913, data em que entrega o relatório de averiguações. Foi no contexto desta inquirição que o juiz João Taborda de Magalhães, responsável pelo arrolamento do PNA, nomeou Vieira como fiel depositário dos bens arrolados, em 4 de novembro de 1912:

*“o Excellentissimo Senhor Doutor Custodio José Vieira, encarregado aqui d’uma sindicancia, ficando, não só depositario de todos os moveis arrolados que estavam à responsabilidade do primeiro depositario, mas ainda d’aquelles de que ainda não tinha sido nomeado.”*⁴²⁹

Custódio José Vieira seria o fiel depositário dos bens arrolados do PNA até 7 de janeiro de 1924, quando foi decretado que *“o Palácio da Ajuda deixará de continuar no estado de arrolamento, cessando, por isso, para todos os efeitos, a responsabilidade do actual fiel depositário.”*⁴³⁰ A partir desse ano, o antigo depositário passou a ter responsabilidades enquanto Claviculário dos Palácios Nacionais, ou seja, do Palácio Nacional da Ajuda e da Casa-Forte do Palácio Nacional das Necessidades.

Em julho de 1916 Custódio José Vieira foi nomeado Chefe da Secção dos Palácios Nacionais da 4.^a Repartição (Património) da Direção Geral da Fazenda Pública⁴³¹, secção criada pelo decreto n.º 718, de 3 de agosto de 1914⁴³². Estando nesta secção *“subordinados as seguintes Administrações dos Palácios Nacionais: Ajuda, Alfeite, Cascais, Mafra, Necessidades, Pena, Queluz, Sintra.”*⁴³³, as responsabilidades deste funcionário eram as seguintes:

“Chefe da Secção, bacharel Custódio José Vieira – Superintende na administração de todos os Palácios Nacionais, faz o expediente de ofícios e informa os processos, além da sua superintendência em todo o movimento da Secção e da direcção na execução das festas realizadas oficialmente em qualquer Palácio e designadamente no da Ajuda (almoços oferecidos por Sua

⁴²⁸ “Averiguação à cerca da Administração do Palácio Nacional da Ajuda (Despacho de S. Ex.^a o Ministro das Finanças de 1 de Agosto de 1912). 2.º Volume (Processo-base da averiguação). Lisboa 17 de Junho de 1913.”, pp. 1-2. TT, AHMF, Caixa 7911.

⁴²⁹ Auto de arrolamento 448, PT/PNA/DGFP/0001-002/0013/00005, acedido em 23 de abril de 2014 em URL: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4683838>.

⁴³⁰ Decreto n.º 9.342, de 7 de janeiro de 1924, *Diário do Governo*, n.º 4, de 7 de janeiro de 1924. Art. 5.º

⁴³¹ Decreto de 19 de julho de 1916, *Diário do Governo*, II série, n.º 170, de 21 de julho de 1916. TT, AHMF, Caixa 7961.

⁴³² Decreto n.º 718, de 3 de agosto de 1914, *Diário do Governo*, n.º 132, de 3 de agosto de 1914.

⁴³³ TT, AHMF, Caixa 7957.

*Excelência o Senhor Presidente da República, banquetes, saraus, recepções, etc.)”*⁴³⁴

A partir de então, todo o percurso profissional de Vieira seria na Direção Geral da Fazenda Pública e dedicado à administração dos Palácios Nacionais.

Na documentação consultada verificamos que são diversos os relatórios e os pareceres que Vieira emite, não se limitando, assim, a ser apenas um executante das decisões tomadas pelas hierarquias superiores. Este funcionário sempre transmitiu as suas opiniões próprias, nem sempre em conformidade com a tutela, e foi mesmo um importante decisor e influenciador nas determinações tomadas relacionadas com os palácios nacionais. Pela importância do seu papel, julgamos, pois, ser pertinente referir, em traços gerais, alguns aspetos da sua ação.

Para além das funções inerentes ao seu cargo na Secção dos Palácios Nacionais, Custódio José Vieira empenhou-se na elaboração de relatórios do estado de conservação dos diversos imóveis que supervisionava, com diversas referências às necessidades de obras de manutenção e de beneficiação, conseguindo mesmo que algumas delas se concretizassem. Foi responsável também pela iniciativa de alguns restauros de objetos existentes nos palácios nacionais, conseguindo desse modo empregar parte da verba monetária existente na beneficiação das coleções⁴³⁵.

Custódio José Vieira procurava também ser bastante presente nos locais tutelados pela secção que chefiava. No caso do Palácio Nacional da Ajuda, antigo paço real em situação diferente dos demais, Vieira chegou mesmo a instalar um gabinete no seu interior, onde trabalhava sempre que aí se deslocava⁴³⁶.

Na sua condição de responsável pelos Palácios Nacionais, foi ocupando diversos cargos e fez parte de diversas comissões.

Em 1919, foi nomeado Secretário do Conselho do Património Artístico⁴³⁷.

Em agosto de 1922, no seguimento de uma preocupação do chefe da Repartição do Património, foi-lhe atribuída, pelo diretor geral da Fazenda Pública, Alberto Xavier,

⁴³⁴ TT, AHMF, Caixa 7957.

⁴³⁵ Encontra-se inscrito, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, o projeto de Doutoramento em História da Arte, com especialização em Museologia e Património Artístico, *Os palácios e as coleções reais portuguesas 1910-1960. A memória da Monarquia em tempo de República*, desenvolvido por Maria de Jesus Monge.

No decorrer deste trabalho desenvolvemos, entre outras, as questões relacionadas com os projetos e obras do Palácio Nacional da Ajuda (ponto 1.4.2.2) e a gestão das suas coleções (ponto 1.4.3).

⁴³⁶ TT, AHMF, Caixa 7931.

⁴³⁷ Ver ponto 1.3.2. *Direção Geral da Fazenda Pública*.

a tarefa de fiscalização periódica dos acervos dos Palácios Nacionais⁴³⁸. Este serviço implicava o pagamento de ajudas de custo pelas deslocações a que obrigava.

Em 1923 fez parte da Comissão para a Trasladação dos restos mortais do Marquês de Pombal, da Igreja de Nossa Senhora das Mercês para a Igreja da Memória⁴³⁹.

Esteve envolvido, sensivelmente a partir de 1924, no processo de entrada para a Fazenda Pública da herança do Barão de Inhaca⁴⁴⁰. Alfredo Auerbach, comerciante judeu alemão, nobilitado pelo Rei D. Carlos I em 1892 com aquele título, tinha fixado residência em Sintra, onde viria a morrer⁴⁴¹, tendo deixado os seus bens ao Estado Português. Parte desses objetos ficaram em posse do Estado e os restantes foram leiloados em junho de 1935, no Palácio Nacional de Sintra. Nesse leilão foram à praça 854 lotes, sendo os lotes n.º 795 ao n.º 854 peças de mobiliário que tinham pertencido ao Barão de Inhaca e que tinham dado entrada no PNA em 1924, vindos da Quinta D. Dinis, em Sintra⁴⁴².

Em 1927 foi nomeado para vogal da Comissão Administrativa dos Palácios Nacionais⁴⁴³.

Custódio José Vieira, que teria regularmente alguns problemas de saúde⁴⁴⁴, morreu precocemente em fevereiro de 1934. No dia 14 de fevereiro de 1934, o quarto que lhe servia de gabinete e arrecadação no PNA foi selado, tendo sido lavrado auto de colocação de selos⁴⁴⁵.

António Luís Gomes, diretor geral da Fazenda Pública, diria acerca de Custódio José Vieira as seguintes palavras:

⁴³⁸ “Sendo de muita conveniência tornar regular e periódica a fiscalização superior aos Palácios Nacionais pelo que respeita à conferência dos seus recheios e confronto com os respectivos inventários; nunca se tendo feito tal serviço relativamente a alguns dos mesmo Palácios, como Queluz, Sintra e Mafra” (TT, AHMF, Caixa 7960).

⁴³⁹ Acerca deste assunto ver o ponto **1.4.4. Administração de outros espaços**.

⁴⁴⁰ TT, AHMF, Caixa 7957.

⁴⁴¹ “INHACA (Barão de)”, in, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 13, p. 819.

⁴⁴² SOARES, Luís, *Palácio Nacional de Sintra. Circuito expositivo. Análise da sua evolução*, 2010, pp. 33-34 e Anexo 12 “Saída de objectos do Palácio Nacional de Sintra - 1910-1932. Documentação disponível no Palácio Nacional de Sintra, Correspondência Ofícios P. N. S.”

⁴⁴³ Ver ponto **1.3.2. Direção Geral da Fazenda Pública**.

⁴⁴⁴ Processo individual de funcionário, Custódio José Vieira, TT, AHMF, Caixa 7951.

⁴⁴⁵ TT, AHMF, Caixa 7931.

*“Foi êste funcionário exemplar pela assiduidade, pelo feitio disciplinado, pela dedicação ao serviço e mais ainda pelo carinho com que olhava pelos Palácios e pela intransigente defesa do interesse do Estado.”*⁴⁴⁶

Após a morte de Custódio José Vieira, foi nomeado para Chefe da Secção dos Palácios Nacionais, Feliciano Torcato dos Reis⁴⁴⁷, que permaneceria neste cargo até 1939. Acerca da sua escolha para chefe de secção, foi dito que Torcato dos Reis era

*“um funcionário honesto, assíduo, aplicado, disciplinado e disciplinador. É o tipo de funcionário seguro, de funcionário que se pode encarregar de executar ou de dirigir um serviço na certeza de que não se desviará das instruções recebidas. Estou convencido de que fará um bom lugar e para isso não deixará de concorrer a circunstância de ter um tradicional interesse pelos Palácios Nacionais que tanto êle como o seu pai, avô, bisavô e ainda um irmão serviram longos anos.”*⁴⁴⁸

1.4. Administração do Palácio Nacional da Ajuda

Com a implantação da República, os palácios ficaram sob a tutela da Superintendência Geral dos Paços Reais (Ministério das Finanças) e foram alvo de processos de arrolamento judicial dos bens existentes nos seus interiores. Apesar de, num primeiro momento, se manterem em funções os antigos almoxarifes, os Paços Reais encontravam-se ocupados por forças de vigilância ao serviço do novo regime. Após os primeiros meses, algo incertos, da República Portuguesa, a tutela iria nomear para os Palácios Nacionais novas administrações, de modo a colmatar uma lacuna que se apresentava cada vez mais preocupante. Para tal, foram escolhidos novos nomes para ocupar os cargos de almoxarifes dos diversos palácios, bem como outras funções consideradas necessárias.

⁴⁴⁶ ACMF, Processo individual de funcionário, Feliciano Torcato dos Reis, I-27(12), ACMF.

⁴⁴⁷ Feliciano Torcato dos Reis (1883-1942). Começou a carreira como praticante da Administração da Fazenda da Casa Real (1903), passando para chefe da Repartição do Expediente da Superintendência dos Paços Reais (1910). Em 1913, como 3.º oficial, transitou para a Direção Geral da Fazenda Pública, sendo promovido a 2.º oficial em 1916 e a 1.º oficial em 1919. Chegou a chefe de secção em 1925. Já estava afastado do serviço, quando, em fevereiro de 1934 e devido à morte de Custódio José Vieira, voltou ao ativo, ocupando agora os cargos de chefe de secção da Repartição do Património e de claviculário dos Palácios Nacionais (PNA e Casa-Forte das Necessidades). Foi aposentado em novembro de 1939. ACMF, Processo individual de funcionário, Feliciano Torcato dos Reis, I-27(12).

⁴⁴⁸ ACMF, Processo individual de funcionário, Feliciano Torcato dos Reis, I-27(12).

Na generalidade, as autoridades republicanas tentaram fazer com que os vários funcionários da antiga Casa Real continuassem a trabalhar nos mesmos locais, uma vez que se considerava que estes antigos empregados não deveriam ser responsabilizados pelas posições e funções que ocuparam no sistema anterior, desde que concordassem servir às ordens do novo regime. No entanto, se esta situação foi conseguida no que concerne ao pessoal dito “menor”, verificamos que houve uma preocupação de colocar pessoas leais ao regime nos principais cargos de chefia. A este fator, aliou-se um outro: a necessidade de encontrar cargos onde os republicanos – e principalmente aqueles que tinham feito parte da revolução –, pudessem ser colocados, de modo a premiar as suas ações de propaganda e de envolvimento político. Deste modo, para o Palácio Nacional da Ajuda seriam nomeados dois republicanos, um para o cargo de almoxarife, Armando Porfírio Rodrigues, e outro para o de secretário do almoxarife, Victor Pedroso da Cunha Rego. Para os restantes lugares necessários, procurou-se manter os anteriores funcionários, alguns agora com funções diferentes.

1.4.1. Armando Porfírio Rodrigues, Almoxarife / Administrador / Conservador do PNA

Armando Porfírio Rodrigues (1868-1938) foi nomeado Almoxarife do Palácio Nacional da Ajuda a 5 de janeiro de 1911⁴⁴⁹. Acerca desta personalidade, praticamente desconhecida, conseguimos delinear o seu percurso de vida sobretudo a partir de 1889, sendo mais raras as referências anteriores.

Através dos seus processos pessoais, existentes no Arquivo Histórico do Ministério das Finanças (Torre do Tombo)⁴⁵⁰ e no Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças⁴⁵¹, e de alguma documentação existente no Arquivo do Palácio Nacional da Ajuda - Museu⁴⁵², sabemos apenas que era filho de Luiz António Rodrigues e de Felicidade Perpétua Augusta Rodrigues e que terá nascido no dia 16 de

⁴⁴⁹ Armando Porfírio Rodrigues (Processos Individuais de Funcionários), ACMF, Fundo da Direção-Geral da Fazenda Pública, Caixa 3172. Armando Porfírio Rodrigues (Pessoal dos Palácios - Processos individuais), TT, AHMF, Caixa 7950.

⁴⁵⁰ Armando Porfírio Rodrigues (Pessoal dos Palácios - Processos individuais), TT, AHMF, Caixa 7950.

⁴⁵¹ Armando Porfírio Rodrigues (Processos Individuais de Funcionários), ACMF, Fundo da Direção-Geral da Fazenda Pública, Caixa 3172.

⁴⁵² Livro de Registo dos Empregados do Palácio Nacional d’Ajuda, APNA, Livros de Registo, 1.4.1.

fevereiro de 1868, na Freguesia da Encarnação, em Lisboa, não havendo mais registos concretos acerca dos seus primeiros anos⁴⁵³.

De acordo com o seu processo pessoal, Armando Porfírio Rodrigues terá sido admitido como praticante de enfermeiro no Hospital de S. José, de Lisboa, por despacho de 12 de novembro de 1889. Permaneceria neste hospital até 1891, ano em que terá ingressado, a 18 de julho, numa comissão de serviço no Hospital da Marinha Mercante Inglesa, que terminaria em 1901, com a publicação de um decreto reorganizando os serviços hospitalares⁴⁵⁴. Nesse ano seria convidado a ocupar o seu lugar no Hospital de S. José, mas optaria por permanecer no dito Hospital Inglês, situado no quarteirão inglês na Rua do Alecrim, em Lisboa, até 1910.

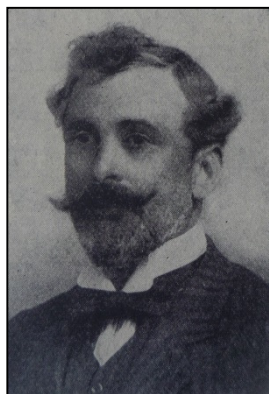


Fig. 27 – Armando Porfírio Rodrigues.

MENESES, Bourbon e, “O movimento revolucionário de 4 de Outubro de 1910 e a proclamação da República”, in, MONTALVOR, Luís de (dir.), *História do Regimen republicano em Portugal*, Volume II, 1930, pp. 384-385.

A par da sua ocupação de enfermeiro, Armando Porfírio Rodrigues manteve no início do século XX uma ação clandestina, de apoio aos ideais republicanos e revolucionários, que iriam mudar a sua vida de maneira radical.

Não sabemos como se desenvolveu Porfírio Rodrigues ideologicamente, quando se aproximou dos ideais republicanos, ou quando ingressou na Carbonária Portuguesa⁴⁵⁵. No entanto, podemos intuir que a sua aproximação à Carbonária e a

⁴⁵³ Da indicação de que Armando Porfírio Rodrigues teria sido carpinteiro e militar em África (cf. AZEVEDO, L. Gonzaga de, *Proscritos*, 1911, p. 147), temos de ressaltar a referência que surge na mesma obra, em que o autor assume que “*se dera uma confusão que eu com muito gosto vou rectificar. Com efeito, um subordinado de Armando Porfírio Rodrigues, e não este chefe carbonario, é que era carpinteiro, fôra soldado em África, e andava com um grande revolver e muitas cargas do mesmo á cintura. Tome o leitor nota do caso e absolva o Rodrigues da imputação indevida d’estes inocentes predcados: bastem-lhe as proprias façanhas*”. AZEVEDO, L. Gonzaga de, *Proscritos*, 1911, p. XXX.

⁴⁵⁴ Decreto de 10 de setembro de 1901, *Diário do Governo*, n.º 204, de 12 de setembro de 1901.

⁴⁵⁵ A Carbonária Portuguesa terá sido fundada entre 1896 e 1900 por Luz de Almeida. Esta sociedade secreta tinha como principal objetivo o derrube do regime monárquico constitucional e a implantação de uma república em Portugal. Estava organizada por secções: Vedetas, Canteiros, Choças, Barracas, Vendas, Venda Jovem Portugal e Alta Venda (Luz de Almeida, Machado Santos e António Maria da Silva). A Carbonária Portuguesa teve um papel fundamental na Revolução de outubro de 1910 e manteve-

Machado Santos⁴⁵⁶ se deu por volta de 1907. Nesse ano Luz de Almeida⁴⁵⁷ convocou uma reunião extraordinária da Carbonária Lusitana, na qual foi eleito Grão-Mestre da Alta Venda Jovem Portugal e em que foi discutido um novo regulamento. Esta reformulação do movimento carbonário português deu origem ao seu ressurgimento e incremento, tendo levado a diversos novos aliciamentos e adesões, fomentadas por Luz de Almeida⁴⁵⁸, Machado dos Santos e António Maria da Silva⁴⁵⁹. Neste contexto, Machado dos Santos desenvolveu uma grande tarefa aliciadora sobretudo em Alcântara, conseguindo assim a penetração da Carbonária num bairro já bastante republicanizado. Uma vez que Porfírio Rodrigues vivia na Rampa das Necessidades, n.º 33⁴⁶⁰, perto do Largo da Armada, do Quartel do Corpo de Marinheiros, na zona de Alcântara, precisamente na área de influência aliciadora do capitão-tenente da Armada Portuguesa Machado Santos, podemos conjecturar que Porfírio Rodrigues possa ter sido um dos aderentes deste movimento subversivo neste período. Anos mais tarde, Machado Santos iria descrever Armando Porfírio Rodrigues, recordando

*“o typo clássico, romanesco do conspirador civil, com a sua barba grisalha, a sua gravata Lavalier, o seu chapéu molle. Mas, se o habito externo é completo, a fibra, o nervo, a alma revolucionaria, são perfeitas.”*⁴⁶¹

O certo é que o seu nome surge referido por outros republicanos e carbonários como fazendo parte desta estrutura clandestina já antes de agosto de 1908⁴⁶². Verificamos ainda que Porfírio Rodrigues esteve por detrás da iniciação e organização

se com algum poder de mobilização nos primeiros anos da República, perdendo progressivamente protagonismo. VENTURA, António, *A Carbonária em Portugal (1897-1910)*, 2008.

⁴⁵⁶ António Maria de Azevedo Machado Santos (1875-1921). Militar da Armada e membro da Alta Venda da Carbonária Portuguesa. Foi um dos principais construtores da revolução de outubro de 1910. Teve relevância política até ao seu assassinato. “Machado Santos (António Maria de Azevedo)”, in, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 15, p. 775.

⁴⁵⁷ Luz de Almeida (1867-1939), fundador da Carbonária Portuguesa. VENTURA, António, *Op. cit.*

⁴⁵⁸ Luz de Almeida escreveu *A Cartilha do Cidadão*, que rapidamente foi distribuída entre meios civis e militares, conseguindo suscitar igualmente diversas adesões. VENTURA, António, *Op. cit.*

⁴⁵⁹ António Maria da Silva (1872-1950). Membro da Alta Venda da Carbonária Portuguesa. Foi deputado, ministro e presidente do ministério por diversas vezes durante a 1.ª República. “Silva (António Maria da)”, in, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 28, p. 770-771.

⁴⁶⁰ *O Mundo*, n.º 3.704, de 22 de Fevereiro de 1911, p. 2.

⁴⁶¹ *O Intransigente*, n.º 324, de 5 de outubro de 1911, p. 3. RIBEIRO, Armando, *A Revolução Portuguesa*, vol. 4, 1915, pp. 53-54.

⁴⁶² Nos inícios desse mês, Armando Porfírio Rodrigues terá sido responsável pela entrada e iniciação de Manuel Lourenço Godinho, que foi feito mestre, o que iria influenciar o papel de Rodrigues nos anos seguintes. Rodrigues e Godinho efetuaram a partir de então diversas iniciações, primeiro em pequena escala dentro de portas, depois em média escala ao ar livre (Parque Eduardo VII). RIBEIRO, Armando, *A Revolução Portuguesa*, vol. 2, 1915, pp. 433-434 e pp. 436-437.

de um grupo de carbonários que se iria desenvolver em Carcavelos, sendo referido neste período como chefe de barraca e próximo de Machado Santos:

*“Machado Santos não descansava e, numa dependência do hospital inglês, na rua do Alecrim, onde era enfermeiro Porfírio Rodrigues, iniciara-se na conjura Emídio de Almeida, barbeiro em Carcavelos, homem estudioso e probo, que se dera, de alma e coração, à revolta. Durante meses, de Setembro de 1908 a Abril de 1909, êle lidara para organizar o seu grupo, trabalhando, cautelosamente, com elementos de muita confiança.”*⁴⁶³

Machado Santos, no seu relatório publicado em 1911⁴⁶⁴, em que descreve os preparativos e os pormenores da revolta republicana que culminou com a implantação da república a 5 de outubro de 1910, começa por referir, numa lista de nomes, Armando Porfírio Rodrigues como um dos republicanos que estariam a preparar o golpe republicano em Lisboa⁴⁶⁵. Segundo Santos, Porfírio Rodrigues, em auxílio de Manuel Lourenço Godinho, conquistou *“para a causa da Republica esse regimento (artilharia 1), organizando lá comités de propaganda e acção entre os sargentos, os cabos e os soldados”*⁴⁶⁶. A par desta participação, segundo o mesmo relatório, Machado Santos menciona que Armando Porfírio Rodrigues estaria por dentro dos planos da sublevação e iria fazer parte do grupo de revoltosos.

*“Carlos da Maia ia commandal-os, indo eu sublevar artilharia n.º 1 e ocupar com o regimento as terras do parque Eduardo VII! Alguns sargentos e cabos de arlharia (sic) e os civis Manuel Lourenço Godinho e Armando Porphirio Rodrigues, já desde o 4 de abril que sabiam a posição que deviam ocupar as baterias.”*⁴⁶⁷

“Este ataque ao Arsenal do Exercito devia ser feito de colaboração com as forças de marinha de desembarque; Antonio Augusto Maldonado, Armando Porphirio Rodrigues e Manuel Lourenço Godinho, com um numeroso grupo civil e Carvella com um grupo de atiradores, deviam sublevar artilheria 1, de

⁴⁶³ ROCHA, Martins, D. *Manuel II e o seu reinado*, 1931, p. 404.

⁴⁶⁴ SANTOS, Machado, *A Revolução Portuguesa (1907-1910). Relatório de Machado Santos*, 1911.

⁴⁶⁵ *“O trabalho em Lisboa ia prosseguindo em acelerado devido aos esforços de [...] Armando Rodrigues, [...] etc, etc.”* SANTOS, Machado, *A Revolução Portuguesa (1907-1910). Relatório de Machado Santos*, 1911, p. 35.

⁴⁶⁶ SANTOS, Machado, *Op. cit.*, pp. 36 e 37. Também Jorge d’Abreu menciona que *“Em artilharia 1 é auxiliado por Armando Porphirio Rodrigues, enfermeiro do hospital inglez”*. ABREU, Jorge d’, *A Revolução Portuguesa: o 5 de Outubro*, 1912, p. 50.

⁴⁶⁷ SANTOS, Machado, *Op. cit.*, p. 51.

combinação com os sargentos e Dias Santos devia sublevar infantaria 16, de combinação comigo.”⁴⁶⁸

Verificamos, assim, que Armando Porfírio Rodrigues estava por dentro dos planos da revolta, participando ativamente nos seus preparativos:

“Na residência do revolucionário, o enfermeiro do hospital inglês Armando Porphirio Rodrigues, tinham uma ultima conferencia a 20 de Setembro com o delegado do comité republicano, capitão Alfredo Ernesto de Sá Cardoso, os 2.ºs sargentos de artilharia 1, Francisco Alexandre Lobo Pimentel, Mathias Júlio dos Santos, Firmino da Siva Rego e José Soares da Encarnação e o carbonário chefe de propaganda naquelle regimento, Manuel Lourenço Godinho.”

*“O chefe civil, Manuel Lourenço Godinho, recebia a comunicação em plena rua, pelo chefe de barraca. Armando Porphirio Rodrigues: - A coisa é para esta noite. É preciso avisar a gente para que esteja a postos!”*⁴⁶⁹

Nas vésperas da revolta, a 3 de outubro de 1910, Machado Santos refere mesmo uma situação que nos permite confirmar uma ligação mais próxima a Porfírio Rodrigues, mostrando cumplicidades na preparação do golpe

*“Arranjei um automóvel que me levou a casa de Armando Rodrigues e com elle fui á rua do Arco do Carvalhão, a casa de Manoel Lourenço Godinho.”*⁴⁷⁰



Fig. 28 – “Manuel Lourenço Godinho, Armando Porphirio Rodrigues e Antonio Augusto Maldonado”. No canto superior esquerdo tem dedicatória e assinatura cortada de Armando Porfírio Rodrigues.

SANTOS, Machado, A Revolução Portuguesa (1907-1910). Relatório de Machado Santos, 1911, p. 53.

⁴⁶⁸ SANTOS, Machado, *Op. cit.*, p. 56.

⁴⁶⁹ *Idem*, p. 847. De acordo com o mesmo autor, Porfírio Rodrigues e Manuel Lourenço Godinho, “chefes de barraca”, estariam subordinados ao “chefe de venda” António Augusto Maldonado.

⁴⁷⁰ SANTOS, Machado, *Op. cit.*, p. 62.

Para melhor compreensão da personalidade de Armando Porfírio Rodrigues e do processo que levou à sua nomeação como Almoхарife do Palácio Nacional da Ajuda, em 1911, recordamos nas linhas seguintes o seu papel na revolução de 5 de outubro de 1910.

O nome de Porfírio Rodrigues surge na lista do grupo de civis que, liderado por Machado Santos, ocupou os quartéis de Infantaria 16 e de Artilharia 1⁴⁷¹, estando ainda que registado que

*“A esse tempo, Armando Porphirio Rodrigues e Antonio Augusto Maldonado, percorrendo ligeiros com o seu grupo, o caminho longo que do seu posto ia até á secretaria e quartos dos officiaes, assaltavam-nos, pelas casernas da 2.ª bateria e pela porta principal. Além d’elles apenas iam quinze assaltantes intemeratos, representantes da Carbonaria Portuguesa: [...]”*⁴⁷²

Um dos momentos chave da sua participação no 5 de outubro de 1910 prendeu-se com a defesa da Rotunda, zona central da ação revolucionária, face às investidas feitas pelas tropas fiéis ao regime monárquico, lideradas pelo capitão Paiva Couceiro (comandante do Grupo de Bateria a Cavalo, estacionado em Queluz). Uma das principais linhas de defesa da Rotunda era justamente o quartel de Artilharia 1, cuja “brilhante defesa” foi “dirigida pelo prestigioso chefe civil Armando Porfírio Rodrigues”⁴⁷³. Machado Santos, no seu relatório dos acontecimentos refere que,

“Do quartel, as informações que recebi do chefe civil Armando Porphirio Rodrigues eram boas, os heroes da defeza contra as baterias de Queluz tinham sido: o segundo artilheiro n.º 2728 do corpo de marinheiros da armada João da Silva Louro e o soldado servente n.º 62 706 da 2.ª bateria de artilharia n.º 1

⁴⁷¹ “António Augusto Maldonado (chefe), [...], Armando Porfírio Rodrigues, Manuel Lourenço Godinho, [...]”. MARTINS, Rocha e OLIVEIRA, Lopes d’, *A Revolução de 5 de Outubro de 1910. Cadernos Históricos*, n.º 5, s.d., p. 6.

⁴⁷² RIBEIRO, Armando, *A Revolução Portuguesa*, vol. 3, 1915, p. 276. O próprio Machado Santos descreve que “A sublevação em artilharia 1 foi iniciada pelos sargentos Mathias, Encarnação, Pimentel, Tereno e Firmino Rego. Durante o dia 3 fizeram nomeações do pessoal e gado que devia guarnecer as baterias; eram 9 horas da noite quando foram avisar os outros sargentos, dois por bateria, de que a revolução era d’ahi a pouco. Às 11 horas da noite os sargentos acima referidos, de combinação com artilheiros, apoderam-se de todo o armamento portátil e respectivas munições, transportando tudo para o posto óptico, onde se encontravam escondidos os revolucionários civis do comando de Manuel Lourenço Godinho, Armando Porphirio Rodrigues e Antonio Augusto Maldonado, ficando os grupos destes patriotas admiravelmente armados, bem como o grupo de Raul Nunes Leal.” SANTOS, Machado, *Op. cit.*, p. 69.

⁴⁷³ MARTINS, Rocha e OLIVEIRA, Lopes d’, *A Revolução de 5 de Outubro de 1910. Cadernos Históricos*, n.º 5, s.d., p. 28.

Rafael Miguel. Sem a coragem d'estes homens, difficilmente se podia aguentar a posição da Rotunda”⁴⁷⁴.

Esta vitória do lado dos republicanos terá tido um efeito incentivador para a continuação da defesa da posição da Rotunda. Os acontecimentos seguintes, dispersos por diversos locais da cidade de Lisboa, viriam a levar ao desfecho da vitória da república e à consequente proclamação do novo regime, no dia 5 de outubro de 1910 na varanda da Câmara Municipal de Lisboa. O ambiente nas fileiras revoltosas após a vitória foi descrito por Machado Santos:

“O acampamento, completamente cheio de gente, estava n’uma desordem que horas antes, em combate, não apresentava. Todos riam, todos folgavam, todos se abraçavam, todos contavam proezas, que só os seus auctores haviam presenciado. Começavam a aparecer os heroes e os organizadores revolucionários! Eram aos milhares! [...] Tendo-me certificado da capitulação da guarda municipal, fui ao quartel de artilharia 1 pôr em liberdade os officiaes. Abracei o chefe civil Armando Porphirio Rodrigues, pela sua enérgica defeza, bem como o soldado servente Raphael Miguel e o segundo artilheiro de marinha João da Silva Louro.”⁴⁷⁵



Fig. 29 – “Revolucionários militares e civis que ofereceram uma heróica defesa no quartel de Artilharia I”. ALMEIDA, Luz de, “A obra revolucionária da propaganda. As sociedades secretas”, in, *História do Regimen republicano em Portugal*, fotografia entre as páginas 328 e 329. A seta vermelha identifica Armando Porfírio Rodrigues.

⁴⁷⁴ SANTOS, Machado, *Op. cit.*, p. 83.

⁴⁷⁵ SANTOS, Machado, *Op. cit.*, p. 159.

Logo após a revolução republicana, surgiu um conflito entre Machado Santos e Gonzaga Pinto⁴⁷⁶, a que importa atentarmos. Não concordando com o que é dito a seu respeito no relatório de Machado Santos, Gonzaga Pinto elabora um relatório que é editado ainda em 1911, em que tenta mostrar outra versão de alguns dos acontecimentos decorridos entre a Rotunda e o Quartel do Regimento de Artilharia n.º 1⁴⁷⁷. Nesse documento o relator, apoiando-se em diversos depoimentos, alguns deles publicados na imprensa, diz o seguinte: “Aos primeiros tiros do inimigo, o reduzido pessoal civil que guarnecia as peças fugiu, indo com elle o chefe Porphirio Rodrigues que só encontramos, pelas 4 da tarde, metido no nosso quarto.”⁴⁷⁸ Gonzaga Pinto diz ainda que

*“chefe civil Porphirio Rodrigues, a quem se devem, preciso é confessal-o, alguns serviços no quartel de artilharia, como na devida altura referimos. Mas que na ocasião do ataque do grupo a cavallo, isto é, no maior perigo, desapareceu e só o tornamos a ver no nosso quarto, muito depois de terminado o fogo.”*⁴⁷⁹

Porfírio Rodrigues terá interpretado estas palavras como um plano para subverter a verdade dos acontecimentos e denegrir a imagem de Machado Santos, congeminado por Arthur Sangremann, Gonzaga Pinto⁴⁸⁰ e Manuel Lourenço Godinho. Este último terá respondido aos comentários de Armando Porfírio Rodrigues, lembrando que

*“Na defeza do portão das armas que deita para a rua Joao da Silva Carvalho ficou o cidadão Armando Porphirio Rodrigues com alguns civis e um militar, porém quando o fogo das baterias de Queluz foi mais severo, causando a perda da vida ao soldado, [os civis] acompanhados pelo sr. Armando Porphirio Rodrigues, fugiram para a porta de uma taberna, que se encontra á distancia de 50 metros do portão das armas, ficando o dito posto sem defeza alguma.”*⁴⁸¹

⁴⁷⁶ Camilo Augusto Gonzaga Pinto, revolucionário republicano, 1.º sargento do quartel de Artilharia 1. Exposição feita pelo 1.º sargento, Camilo Augusto Gonzaga Pinto, dos serviços que prestou para a implantação da república, PT/TT/GAV/23/6/5, acedido em 17 de novembro de 2014 em URL: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4566878>.

⁴⁷⁷ Acerca desta discórdia ver RIBEIRO, Armando, *A Revolução Portuguesa*, vol. 4, 1915, pp. 66-67 e 578-579.

⁴⁷⁸ PINTO, Gonzaga, *5 de Outubro. Na Rotunda: em Artilharia 1: no Parque Eduardo VII*, 1911, p. 55.

⁴⁷⁹ *Idem*, p. 77.

⁴⁸⁰ *Idem*, p. 78. *O Mundo*, n.º 3.704, de 22 de fevereiro de 1911, p. 2.

⁴⁸¹ *Idem*, pp. 79-80. *O Mundo*, n.º 3.704, de 22 de fevereiro de 1911, p. 2.

Godinho lembraria ainda que, quando Porfírio Rodrigues chegou ao Colégio de Campolide, alvejou no braço um soldado por este estar a colher um cacho de uvas e correu o risco de represálias por parte dos outros militares⁴⁸². Porém, o mesmo Manuel Lourenço Godinho, em livro publicado em 1915, admite:

*“Tenho que fazer justiça a quem a merece. O meu amigo Armando Porphirio Rodrigues, foi valente, foi um heroe desde a hora em que entrou no quartel até que tudo voltou outra vez á paz. Sacrificou-se muito com a organização da sua gente que tinha em Carcavellos; foi intrépido, com a carabina na mão na defeza da parte do quartel que dá para o parque Eduardo VII.”*⁴⁸³

Após a implantação da república, Armando Porfírio Rodrigues ficou alguns dias no quartel do Regimento de Artilharia n.º 1, como responsável da guarda dos prisioneiros oriundos do Colégio de Campolide⁴⁸⁴. No livro de Gonzaga de Azevedo, *Proscritos*, de 1911, é referido que

*“Das relações dos religiosos presos em artilharia 1, deduzo que a pedra angular d’aquella casa, durante seus tristes dias de cativo, era um individuo por nome Armando Porfirio Rodrigues, enfermeiro no hospital inglês, e um dos chefes revolucionários subalternos, com seu posto na carbonária.”*⁴⁸⁵

Durante o período de prisão, os religiosos feitos reféns, denominavam o chefe revolucionário Armando Porfírio Rodrigues de “tigre”, “trovão” e “diabo-sem-freio” devido aos seus ataques de fúria e de ira⁴⁸⁶.

⁴⁸² PINTO, Gonzaga, *Op. cit.*, pp. 80-81. *O Mundo*, n.º 3.704, de 22 de fevereiro de 1911, p. 2.

⁴⁸³ RIBEIRO, Armando, *A Revolução Portuguesa*, vol. 3, 1915, p. 281.

⁴⁸⁴ *O Colégio de Campolide (Colégio de Nossa Senhora da Conceição de Campolide, ou, Colégio de Maria Santíssima Imaculada de Campolide), fundado em 1858, foi um colégio da Companhia de Jesus. Foi ocupado pelas forças revolucionárias republicanas e extinto pelo Governo Provisório Republicano. CORTESÃO, Luísa (2002), “Colégio de Maria Santíssima Imaculada de Campolide / Colégio de Campolide / Edifício da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa”, acedido em 4 de abril de 2014 em URL: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3138. O cárcere dos religiosos no quartel do Regimento de Artilharia n.º 1 durou até à manhã de dia 11 de outubro de 1910, dia em que os prisioneiros foram levados para o forte de Caxias.*

⁴⁸⁵ AZEVEDO, Gonzaga, *Proscritos*, 1911, p. 147.

⁴⁸⁶ *I dem*, p. 156. O caráter violento e fanfarrão de Armando Porfírio Rodrigues, que deverá estar por detrás dos epítetos que lhe colocaram, ficou descrito em diversos relatos de religiosos que ficaram à sua responsabilidade enquanto prisioneiros em Artilharia 1. A título de exemplo, poderemos apontar o seguinte diálogo, tido com o P. Alexandre de Barros, reitor do Colégio de Campolide:

“- O seu collegio sofreu muito com o fogo de artilharia?”

- Effectivamente, algumas granadas causaram bastante estrago.

- Pois se o estrago não foi maior, a mim o devem. Eu sabia que no collegio havia alunos e estrangeiros e por isso dei ordem para que a nossa artilharia respeitasse o collegio; mas quando reconheci que davam entrada á artilharia inimiga, deixei de ter a menor consideração...” *Idem*, p. 16.

A Armando Porfírio Rodrigues, ficou também confiada a vigilância do próprio Colégio de Campolide⁴⁸⁷, onde se apresentou no dia 6 de outubro, “*dando ordens como em sua casa.*”⁴⁸⁸ Durante essa ação de vigilância, o caráter radical do revolucionário era visível:

“O carácter brutal de Armando Rodrigues está suficientemente indicado pelo sr. D. José de Rocamora, na seguinte correspondencia do Heraldo de Madrid, de 13 de outubro. O referido jornalista descreve uma visita a Campolide e um encontro com o chefe carbonário. [...]

“Encontramos al atravesar los umbrales de la casa á outro revolucionário, D. Porfirio A. Rodrigues. Con su vénia, dispusímonos á acompañarle en la requisa. Don Porfirio es paisano y vestia de tal. Llevaba en la derecha un enorme pistolón; al cinto, un sable; al hombre, una carabina. Acompañábanle un sargento y dos ó tres individuos de tropa.”

“Adoptó D. Porfirio el buen acuerdo de prohibir la entrada de soldados, y subimos á la torre.

Desde ella se domina toda la población y los pueblos cercanos. Rodean el edificio del convento numerosas huertas de extensión total grandísima. En la misma torre había un desmoche causado por una bala de cañón. Advertimos desde la atalaya que un mozalbate saltaba la barda de cierto corral.

El señor Rodrigues sacó el pito y lo sopló com fuerza para avisar á los vigias. Era tanta la altura á que estábamos, que no llegaron á oirle.

Don Porfirio no vaciló un instante en la elección de outro medio para hacer más intensa la llamada. Puso en posición horizontal el brazo y disparó com terrible estruindo el pistolón espantoso.

Los centinelas levantaron la cabeza con asombro, y don Porfirio, gritando con voz estentórea, les dijo lo que pasaba.

⁴⁸⁷ *O collegio dos jesuitas, em Campolide, está guardado, desde quarta feira (5 de outubro) ultima, por 14 revolucionarios do grupo Patria Nova e algumas praças de infantaria 16 e artilharia 1, sob o commando do chefe revolucionario Armando Porfirio Rodrigues.” AZEVEDO, Gonzaga, Proscritos, 1911, p. 174. A Capital, n.º 103, de 11 de outubro de 1910, p. 2.*

⁴⁸⁸ AZEVEDO, Gonzaga, *Proscritos*, 1911, p. 47.

Iba á disparar otro tiro cuando le invitamos á descender.”⁴⁸⁹

Ainda no âmbito das suas aventuras revolucionárias, o nome de Armando Porfírio Rodrigues surge numa lista traçada por Machado Santos com a seguinte referência: “*Armando Porphirio Rodrigues (ferido em combate)*”⁴⁹⁰. O mesmo é referido por Gonzaga Pinto: “*o chefe Rodrigues ficou ferido n’uma perna*”⁴⁹¹. Não conseguimos, no entanto, averiguar como terá ficado ferido, nem qual a gravidade do ferimento.

Por fim, refira-se que Porfírio Rodrigues, na sua qualidade de carbonário, participou nos funerais de Miguel Bombarda⁴⁹² e Cândido dos Reis⁴⁹³, considerados pelos republicanos como heróis, que decorreram no domingo 16 de outubro de 1910:

*“Em filas lateraes, rodeavam os carros fúnebres, 300 carbonários armados de revolver, ostentando laços verdes e encarnados e caminhando de mãos dadas e jungidas por lenços brancos. Commandava-os o chefe carbonário, Armando Porphirio Rodrigues, sendo commettido ao grupo do lado direito a vigilânciados prédios que lhes ficavam á esquerda e ao da esquerda, a dos prédios da direita.”*⁴⁹⁴

Porque terá sido Armando Porfírio Rodrigues – enfermeiro, republicano, carbonário, chefe revolucionário, com ataques de fúria e algo fanfarrão – nomeado Almoxarife do Palácio Nacional da Ajuda a 5 de janeiro de 1911?

⁴⁸⁹ AZEVEDO, Gonzaga, *Proscritos*, 1911, pp. 147-148.

El Heraldo de Madrid, n.º 7.258, 13 de outubro de 1913, p. 1. Acedido em 8 de abril de 2014 em URL: <http://hemerotecadigital.bne.es/issue.vm?id=0000603795&page=1&search=campolide&lang=es>.

⁴⁹⁰ “*Grupo civil que, sob a direcção de Antonio Augusto Maldonado, entrou em artilharia 1 para coadjuvar a sublevação do regimento, protegido pelos sargentos Encarnação, Mathias, Pimentel, Tereno e Firmino Rego, ferradores Bento Vaz e Anastacio, telegrafistas Grello, Silva, Morgado, Encarnação, cabos Juncal, Simões, A. Dias e soldado Thomé Cerqueira: [...] Armando Porphirio Rodrigues (ferido em combate), [...]*” SANTOS, Machado, *Op. cit.*, p. 150.

⁴⁹¹ PINTO, Gonzaga, *Op. cit.*, p. 90.

⁴⁹² Miguel Bombarda (1851-1910), Médico. Republicano, ajudou a planear a revolução que levaria a implantar a República. Seria morto no dia 3 de outubro de 1910 por um doente mental no Hospital de Rilhafoles. “Bombarda (Miguel Augusto)”, in, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 4, pp. 871-872.

⁴⁹³ Carlos Cândido dos Reis (1852-1910), militar da Armada. Foi o principal estratega do plano da revolução republicana de outubro de 1910. Suicidou-se no dia 4 de outubro de 1910, por considerar que a revolução falharia. “Reis (Carlos Cândido dos)”, in, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 24, pp. 888-889.

⁴⁹⁴ RIBEIRO, Armando, *A Revolução Portuguesa*, vol. 4, 1915, pp. 690-691.

Para entendermos a sua nomeação temos de a encarar como uma recompensa pelo seu trabalho de propaganda republicana e pela sua ação revolucionária. De facto, o nome de Armando Porfírio Rodrigues surge na lista de “*Republicanos e revolucionarios collocados nos extinctos paços reaes*”⁴⁹⁵. Como apontámos anteriormente, esta lista enumera um conjunto de homens que, pelas suas convicções republicanas e pelas suas acções revolucionárias, foram compensados pela nova ordem política, através das suas nomeações para cargos públicos dentro da estrutura do conjunto dos antigos paços reais, agora denominados por palácios nacionais. Nesta lista encontramos indicados para ingressar no Palácio da Ajuda, “*Armando Porphirio Rodrigues – Almoхарife (republ. e revol.)*” e “*Victor Pedrozo Cunha Rego – secretario (republ. e revolucionário)*”⁴⁹⁶, verificando-se deste modo que a administração do antigo Paço Real da Ajuda ficaria sob a responsabilidade de dois republicanos e revolucionários.

Armando Porfírio Rodrigues foi nomeado a 5 de janeiro de 1911⁴⁹⁷ e confirmado no lugar de almoxarife no dia 14 de setembro de 1911⁴⁹⁸. No entanto, numa carta do Superintendente geral dos Paços Reais, dirigida a Joaquim Isidoro de Sousa, antigo almoxarife do Paço Real da Ajuda, verificamos que o seu nome fora escolhido antes dessa data:

“Exmo. Joaquim Isidoro de Sousa

Queira entregar o almoxarifado d’Ajuda até hoje a seu cargo, ao Snr Armando Porphirio Rodrigues, prestando-lhe todos os esclarecimentos que elle necessitar para tomar effectivamente posse do cargo para que foi nomeado.

Saude e Fraternidade.

*Superintendencia dos Paços em 1 de Janeiro de 1911.”*⁴⁹⁹

A ocupação do cargo do almoxarifado implicava o direito a uma casa de função, sendo que Rodrigues não ocupou logo esta residência, porque se encontrava ocupada. Assim, entre 5 de janeiro e o final de março de 1911, o novo almoxarife do Palácio Nacional da Ajuda residiu numa casa pertencente ao Almoxarifado das Necessidades,

⁴⁹⁵ “*Republicanos e revolucionarios collocados nos extinctos paços reaes*”. TT, AHMF, Caixa 7836.

⁴⁹⁶ *Idem.*

⁴⁹⁷ ACMF, Processo individual de funcionário, Armando Porfírio Rodrigues, I-25(15).

⁴⁹⁸ *Idem.*

⁴⁹⁹ Ofício n.º 47, TT, AHMF, Caixa 7823.

acabando por se mudar em abril de 1911 para uma casa do Estado, sem por ela pagar renda, situada na Calçada da Ajuda, n.º 118⁵⁰⁰. O próprio Porfírio Rodrigues elucida que

*“por combinação feita entre mim e o ex-Secretario da Superintendencia SnR Alfredo Leal resolveu-se que este Snr iria ocupar a casa do ex-almoxarife quando este a abandonasse: por circunstancias varias o mesmo Snr desistiu da dita casa em favor do actual rendeiro Snr Dr Amor de Mello”*⁵⁰¹

O novo almoxarife do PNA acabaria por se instalar mais tarde na Rua do Jardim Botânico, n.º 20⁵⁰², e apenas em 1915 se instalaria na Rua do Guarda Jóias n.º 4, residência oficial do almoxarife⁵⁰³, depois de esta ter ido à praça para arrendamento e não ter havido licitação⁵⁰⁴.

Para além dos assuntos administrativos do palácio, que abordaremos nos pontos seguintes, Armando Porfírio Rodrigues envolveu-se também na vida social local do bairro da Ajuda. Por exemplo e a propósito do primeiro aniversário da implantação da República, um grupo de habitantes da Ajuda, de que ele fazia parte, solicitou um barracão para se levarem a cabo os festejos do evento. A administração do PNA, ou seja, Porfírio Rodrigues, cedeu um barracão situado na Calçada da Ajuda, n.º 148⁵⁰⁵ onde, desde o tempo da monarquia, estariam arrecadados objetos que tinham pertencido ao extinto Sanatório D. Luís, em Santa Clara⁵⁰⁶. Na sequência deste evento, o mesmo coletivo acabou por fundar o *Grupo Solidariedade Humana*, ficando com o usufruto do mesmo barracão, permanecendo o Grupo arrendatário do espaço a partir de janeiro de 1912⁵⁰⁷.

Nomeado almoxarife do Palácio Nacional da Ajuda em período conturbado da vida política e social do país – nomeação essa que, como já vimos, teve um forte caráter

⁵⁰⁰ “Averiguação àcerca da Administração do Palácio Nacional da Ajuda (Despacho de S. Exa. O Ministro das Finanças de 1 de Agosto de 1912). 1.º Volume (Relatório). Lisboa 17 de Junho de 1913”, p. 154. TT, AHMF, Caixa 7911.

⁵⁰¹ Novembro 1914, fólio 7, Ofícios Expedidos 1911 a 1914, APNA.

⁵⁰² Novembro 1913, fólio 10, Ofícios Expedidos 1911 a 1914, APNA.

⁵⁰³ Setembro 1915, fólios 1-2, Ofícios Expedidos 1915 a 1917, APNA.

⁵⁰⁴ Proc. n.º 341, 1.º 1, TT, AHMF, Caixa 7925.

⁵⁰⁵ “Averiguação àcerca da Administração do Palácio Nacional da Ajuda (Despacho de S. Exa. O Ministro das Finanças de 1 de Agosto de 1912). 1.º Volume (Relatório). Lisboa 17 de Junho de 1913.” TT, AHMF, Caixa 7911.

⁵⁰⁶ Processo 327, 1.º 23, TT, AHMF, Caixa 7925.

⁵⁰⁷ “Averiguação àcerca da Administração do Palácio Nacional da Ajuda (Despacho de S. Exa. O Ministro das Finanças de 1 de Agosto de 1912). 1.º Volume (Relatório). Lisboa 17 de Junho de 1913.” TT, AHMF, Caixa 7911. Este espaço foi também sede do *Teatro do Povo*, fundado pelo *Grupo Solidariedade Humana*, tendo sido nele apresentados diversos espetáculos entre outubro e dezembro de 1911.

político –, Armando Porfírio Rodrigues foi alvo de especulações nem sempre favoráveis em relação à sua ação naquele organismo, beneficiando por vezes dos conhecimentos e camaradagem que mantinha com alguns funcionários da Superintendência Geral dos Paços Reais, entre os quais se destaca Alfredo Leal, secretário do superintendente.

Logo após a extinção da Superintendência Geral dos Paços Reais (junho de 1912), foi aberto um processo de averiguações acerca da administração do Palácio Nacional da Ajuda, ordenado pelo Ministro das Finanças, através da Secretaria Geral do Ministério das Finanças, por via de um “*ofício-credencial*” de 2 de agosto de 1912⁵⁰⁸. Foi encarregue desta sindicância, Custódio José Vieira⁵⁰⁹, que deu início à sua investigação “*na segunda-feira seguinte à recepção daquele ofício, isto é, no dia 5 do mês de Agosto de 1912.*”⁵¹⁰

No seu relatório, Vieira começa por apresentar uma “*Ordem de Trabalhos*”, seguida de uma “*Justificação do meu procedimento*”, em que explica o seu método de investigação e refere que todos os interrogatórios e pedidos de declarações “*foram dirigidos só e unicamente*”⁵¹¹ por ele próprio. Este relatório revela-se bastante importante, pois devido ao empenho do sindicante apresenta-se quase como um compêndio dos procedimentos e atividades do almoxarife/administrador do PNA. Não querendo ser exaustivos na análise deste documento, apresentaremos algumas das linhas gerais e alguns assuntos inquiridos, de modo a entender a ação de Porfírio Rodrigues nos seus primeiros anos à frente da administração do Palácio da Ajuda.

Pretendendo averiguar os vários “*factos atribuídos como irregulares ao Administrador do Palácio Nacional da Ajuda.*”⁵¹², Custódio José Vieira elenca-os de maneira exaustiva, apresentando-os sistematicamente ao longo do seu relatório. A maioria das situações que foram então alvo de inquirição prendiam-se com alegados favorecimentos a pessoas das relações pessoais de Armando Porfírio Rodrigues, relacionados com o arrendamento de propriedades dependentes da administração do

⁵⁰⁸ “Averiguação àcerca da Administração do Palácio Nacional da Ajuda (Despacho de S. Exa. O Ministro das Finanças de 1 de Agosto de 1912). 1.º Volume (Relatório). Lisboa 17 de Junho de 1913.” TT, AHMF, Caixa 7911.

⁵⁰⁹ Que tinha entre as suas atribuições “*a averiguação de quaisquer actos e outros factos respeitantes ao Administrador do Palácio Nacional da Ajuda de que, no decorrer dos meus trabalhos, tivesse conhecimento*”. VIEIRA, Custódio José, in, “Averiguação àcerca da Administração do Palácio Nacional da Ajuda (Despacho de S. Exa. O Ministro das Finanças de 1 de Agosto de 1912). 1.º Volume (Relatório). Lisboa 17 de Junho de 1913.” TT, AHMF, Caixa 7911, pp. 1-2.

⁵¹⁰ *Idem*, p. 2.

⁵¹¹ *Idem*, p. 3.

⁵¹² *Idem*, p. 23.

PNA e à distribuição de águas oriundas das minas da zona. Suspeitava-se que o almoxarife privilegiava o secretário da superintendência, Alfredo Leal, o secretário da administração do PNA, Victor Pedroso da Cunha Rego, e o *Grupo Solidariedade Humana* e seus membros, em detrimento de outros arrendatários, numa tentativa de os afastar, baseada em antipatias políticas. Na maior parte destes casos são dados como culpados o almoxarife Porfírio Rodrigues e Alfredo Leal, provando-se ingerência por parte destes a favor dos amigos republicanos.

Porfírio Rodrigues era acusado de ser prepotente com alguns dos antigos funcionários do palácio e de não respeitar a autoridade do juiz arrolador do recheio do PNA, o que terá originado alguns atritos entre os dois. Segundo Vieira, o almoxarife do PNA não saberia exatamente no que consistiria um arrolamento, fator que, aliado ao seu carácter dominador, estaria na causa de diversos problemas entre ele e o juiz arrolador:

*“O juízo que formo acerca deste caso é que o Administrador, não tendo uma ideia clara e precisa sobre o que seja um arrolamento e invertendo os deveres em direitos, quis ser hostil ao Juiz. É impulsivo, autoritário, não lhe sofrendo o ânimo, nem a sua condição de revolucionário, receber ordens de qualquer ou a estas se sujeitar. A precisão, a serenidade e, sobretudo, a inflexibilidade do homem de leis, de magistrado, irritou-o, muito principalmente quando viu contrariado o seu desejo, e daí a sua incompatibilidade com este.”*⁵¹³

Sobre Armando Porfírio Rodrigues recaía ainda a suspeita de ser responsável por movimentações de objetos e, até, pela saída de algumas peças do interior do PNA, sem autorização superior e sem respeito pela autoridade do juiz arrolador, Taborda de Magalhães. Porém, sobre estas suspeitas nada seria provado.

Outro caso que foi então alvo de inquirição prendeu-se com a acusação de que Porfírio Rodrigues daria moradia gratuita, dentro do Palácio, a uma funcionária encarregada da rouparia, Júlia Frederica da Silva, com quem se suspeitava manter uma relação pessoal, indo assim contra as ordens da tutela, que ordenava o despejo de todos os funcionários do interior dos palácios nacionais⁵¹⁴. Vieira apresenta provas de que

⁵¹³ “Averiguação àcerca da Administração do Palácio Nacional da Ajuda (Despacho de S. Exa. O Ministro das Finanças de 1 de Agosto de 1912). 1.º Volume (Relatório). Lisboa 17 de Junho de 1913.” TT, AHMF, Caixa 7911, p. 40.

⁵¹⁴ “Art.º 13.º A ninguém será facultada moradia ou qualquer usufruição gratuita nos palácios e seus anexos ou dependências, salvo àqueles empregados que superiormente forem julgados indispensáveis ou convenientes para a sua guarda e segurança.” Lei de 24 de junho de 1912, *Diário do Governo*, n.º 150, de 28 de junho de 1912.

Porfírio Rodrigues protegia esta funcionária, tendo-a promovido, aumentado o seu salário e permitido a sua residência dentro do palácio gratuitamente, “e tudo isto para, segundo á voz corrente, recompensar as facilidades de mancebia a que a Júlia Frederica se prestou.”⁵¹⁵

Custódio José Vieira considerava, pois, que Armando Porfírio Rodrigues se comportava como se fosse “dono e senhor” do palácio e das suas dependências, recordando até um episódio em que o administrador chegou a assistir da janela da Sala dos Archeiros do andar nobre do PNA, com a sua família e alguns militares amigos, aos exercícios feitos pelas praças das companhias da Administração Militar, no seguimento de uma cerimónia de Juramento de Bandeira. Este evento, causador de polémica, ficou conhecido pelo caso do “Rei da Ajuda”, pois “Logo se espalhou que o rei da Ajuda, acompanhado da sua casa civil e militar, assistia das varandas do andar nobre do Palácio aos exercícios militares.”⁵¹⁶

Ao longo do relatório o redator insiste na ideia de que, na zona da Ajuda, Porfírio Rodrigues procedia como queria, sem grande respeito pelos outros habitantes⁵¹⁷, mantendo uma linha de ação baseada nas suas preocupações na defesa da república e afrontando diversas pessoas que suspeitava serem monárquicos, com um grupo de homens que o seguia, na sua maioria membros do *Grupo Solidariedade Humana*, mostrando até problemas de respeito às autoridades policiais e militares, quando estas eram contrárias às suas convicções. Para além disso, Porfírio Rodrigues utilizaria o seu escritório no Palácio para reuniões com elementos civis e militares, chegando a passar noites no seu interior com membros do seu grupo de confiança. Das pessoas que terá recebido no PNA, nessas reuniões secretas, destaca-se um dos chefes da revolução republicana, Machado Santos. Nas suas ações para a defesa do novo regime, Rodrigues terá também fabricado bombas explosivas na cozinha do palácio e em sua casa, guardando-as quer em sua casa, quer no interior do PNA.

Vieira apresenta também algumas provas de que os contratos de arrendamento geridos pelo almoxarife apresentavam falhas graves, referindo ainda que a escrituração

⁵¹⁵ “Averiguação àcerca da Administração do Palácio Nacional da Ajuda (Despacho de S. Exa. O Ministro das Finanças de 1 de Agosto de 1912). 1.º Volume (Relatório). Lisboa 17 de Junho de 1913.” TT, AHMF, Caixa 7911, p. 364.

⁵¹⁶ *Idem*, p. 324-325.

⁵¹⁷ Como exemplo desse desrespeito, Vieira refere que Porfírio Rodrigues chegara até a organizar, ilegalmente, caçadas no Jardim Botânico e na Tapada da Ajuda. “Averiguação àcerca da Administração do Palácio Nacional da Ajuda (Despacho de S. Exa. O Ministro das Finanças de 1 de Agosto de 1912). 1.º Volume (Relatório). Lisboa 17 de Junho de 1913.” TT, AHMF, Caixa 7911.

e a correspondência da administração se encontravam mal organizadas. Nas palavras do próprio:

“A correspondência recebida e as minutas da expedida estão em pastas separadas. Nem uma nem outras estão processadas e o seu registo é deficiente.

Não é tam avultado o serviço da administração, nem é tam pouco o pessoal da secretaria que impidam que aquêlê esteja mais bem montado.

“Será negligência ou incompetência?”

“Outro ponto há a notar, embora eu esteja persuadido que mais devido á ignorância do Administrador (que nunca lhe foi notada talvez) das normas e fórmulas burocráticas do que a rebeldia em as acatar como lhe cumpre.

Deve ser, pois e todavia, informado de que oficialmente só a determinados funcionários pode escrever, isto para que não aconteça, como já tive ocasião de ver, tornar a dirigir ofícios a S. Ex.^a o Ministro.”⁵¹⁸

Por fim, Custódio José Vieira, apresenta as suas “Conclusões e parecer”, concluindo que

“Relativamente ao Administrador do palácio Nacional da Ajuda entendo que sobejas são as irregularidades provadas, e algumas de character grave, para mostrar que não pode continuar em tal lugar; de contrário, concluiria êle, e com razão, que não só tinha andado muito bem, mas também podia repetir esses factos ou praticar idênticos com igual gravidade, quando a não quisesse exceder.

Tem o Administrador a seu favor a sua conhecida e destemida acção no movimento revolucionário de 3 de Outubro de 1910 cuja consequência foi a Proclamação da República em 5 do mesmo mês; igualmente conhecida era a sua fé republicana, a sua acção de activo revolucionário, assim como não são ignorados os seus serviços durante o tempo de propaganda. Julgo, porém, que uma coisa não compensa a outra, pois ser um bom e dedicado revolucionário não equivale a ser um bom Administrador.

Entendo também pelos motivos que expus, e por isso assim proponho, que:

⁵¹⁸ “Averiguação àcêrca da Administração do Palácio Nacional da Ajuda (Despacho de S. Exa. O Ministro das Finanças de 1 de Agosto de 1912). 1.º Volume (Relatório). Lisboa 17 de Junho de 1913.” TT, AHMF, Caixa 7911, p. 373.

- *deve ser extinto o lugar de Secretário da administração do Palácio Nacional da Ajuda;*”⁵¹⁹

Este relatório da sindicância, em três volumes, foi enviado ao secretário geral do Ministério das Finanças e diretor geral da Fazenda Pública, Manuel Maria Bruschy, no dia 28 de junho de 1913⁵²⁰.

Tendo em conta o relato exposto, o que sobressai na ação de Porfírio Rodrigues neste período (1911-1913) é a sua componente política e revolucionária, uma vez que o novo almoxarife do Palácio Nacional da Ajuda se mostra constantemente preocupado em favorecer republicanos e em levantar suspeitas em relação a monárquicos, e sempre pronto a “defender a república”.

Não sabemos como acompanhou Armando Porfírio Rodrigues a evolução da política depois da Implantação da República, ou se manteve qualquer ligação à estrutura carbonária⁵²¹. Temos, contudo, notícia de que o almoxarife do PNA terá feito parte de uma tentativa de golpe de estado em janeiro de 1912, conforme relata Armando Ribeiro:

*“Não obstante, como aliás sucedeu a tantos outros combatentes pela Republica, depois do ousado passo de outubro, citado foi, embora salvo sahisse, como envolvido na tentativa de golpe de estado fixada para janeiro de 1912.”*⁵²²

Podemos especular, pois, que as reuniões e encontros secretos e a preparação de bombas, acima referidas, poderão ter estado relacionados com os preparativos para este golpe, ainda mais se tivermos em conta que, no final de 1911, Rodrigues estava descontente com as orientações tomadas pela jovem república, o que poderá indiciar a sua vontade de querer mudar o rumo das coisas:

⁵¹⁹ *Idem*, pp. 377-378.

⁵²⁰ Ofício de 28 de junho de 1913, Proc. n.º 669, l.º 24, TT, AHMF, Caixa 7925.

⁵²¹ Tendo em conta os elementos referidos no relatório da sindicância acima analisada, verificamos a permanência de Armando Porfírio Rodrigues numa certa estrutura revolucionária. Verificamos, também, que o *Grupo Solidariedade Humana* funcionava de uma maneira muito próxima à de uma barraca Carbonária, embora não tenhamos elementos para comprovar se o seria efetivamente. No entanto, os encontros com homens suspeitos, as reuniões com nomes republicanos conhecidos, com destaque para Machado Santos (um desses encontros terá sido mesmo no interior do Palácio Nacional da Ajuda), e o fabrico e posse de explosivos em sua casa e no interior do Palácio Nacional da Ajuda, indicam-nos que os ideais revolucionários foram uma constante nestes primeiros anos de república.

⁵²² RIBEIRO, Armando, *A Revolução Portuguesa*, Volume 4, p.55. Apesar deste testemunho, não conseguimos provar a ligação de Armando Porfírio Rodrigues a qualquer tipo de revolta em 1912. Refira-se, porém, que as suspeitas de tentativas de conspiração nesse período levaram o Presidente da República, Manuel de Arriaga, a declarar o estado de sítio no Distrito de Lisboa. Decreto de 30 de janeiro de 1912, *Suplemento ao Diário do Governo*, n.º 25, de 30 de janeiro de 1912.

“Já n'essa altura o salteára o desalento, traduzido em linhas onde cathegorico affirmava a sua opinião:

«— E a sua impressão sobre a Republica?

«— Escreva com todas as letras, porque com todas as letras tenho muito prazer em pôr o meu nome por baixo ... Escreva: Se eu soubesse que a Republica que tinha idealizado era a pórcia que me sahiu, não me tinha arriscado, não me tinha sacrificado, como me sacrifiquei ...

«— Escrevo pórcia?

«— Porcia, porquissima e eu ponho o meu nome por baixo...»⁵²³

Ainda dentro das movimentações revolucionárias de Armando Porfírio Rodrigues, refira-se a sua captura, pela Polícia Cívica de Lisboa, em 2 (ou 4) de agosto de 1913. Rodrigues foi enviado para a Cadeia Civil Central de Lisboa, onde ficou à disposição do general comandante da 7.^a Divisão do Exército, pois tinha um auto pendente no Tribunal de Guerra desta divisão por crime previsto pela lei de 30 de abril de 1912⁵²⁴. O motivo para a sua prisão terá sido a suspeita da sua ligação à tentativa de golpe de 27 de abril de 1913, o que indicia que o almoxarife do PNA continuava a ser um revolucionário, defensor fervoroso de uma posição mais radical para o país.

“O governo pela voz dos seus tribunaes marciaes, teve a feliz lembrança de mandar recolher prezo ao Limoeiro, como implicado nos acontecimentos de 27 de abril, o bravo defensor do quartel de artilharia 1 quando foi do 5 do outubro- o sr. Armando Porfirio Rodrigues, almoxarife do paço d'Ajuda. Achamos bem que o sr. Affonso Costa continue consentindo nas vinganças dos antigos officiaes monarchicos sobre os implantadores da Republica que o Congresso Nacional, num dia de alegria e triunfo, entendeu que devia galardoar com o titulo de Benemeritos da Patria. Achamos bem, porque ainda nos parecem poucos os republicanos que se encontram em custodia. Quanto mais achas se lançarem á

⁵²³ *O Intransigente*, n.º 324, de 5 de outubro de 1911, p. 3. RIBEIRO, Armando, *A Revolução Portuguesa*, Volume 4, p.55.

⁵²⁴ Proc. n.º 600, l.º 24, TT, AHMF, Caixa 7925. Lei de 30 de Abril, *Diário do Governo*, n.º 102, de 1 de Maio de 1912. Acerca desta prisão Armando Ribeiro descreve que “veremos o proclamado heroe, Armando Porphirio Rodrigues levado aos carceres (Setembro de 1913) como envolvido em atentados desfavoráveis á Republica.”, desenvolvendo: “Não tardou depois a ingressar nos cárceres do Limoeiro, á ordem dos tribunaes marciaes como cúmplice de outra mallograda tentativa revolucionaria com elementos republicanos, radicaes e syndicalistas.”. RIBEIRO, Armando, *A Revolução Portuguesa*, Volume 3, p.274 e Volume 4, p.55. V. também *O Intransigente* n.º 914, de 20 de julho do 1913 e *O Intransigente*, n.º 919, de 4 de agosto de 1913, p. 1.

fogueira, mais certa e violentamente se virá a dar o incendio. Esperem-lhe pela pancada!»⁵²⁵

A partir da Cadeia Civil de Lisboa, o próprio Armando Porfírio Rodrigues escreveria:

“«Cadeia civil de Lisboa, 3-X-913.

«Meu caro Machado Santos: Peço-te um cantinho do teu jornal para altaneira e desassombradamente apresentar o meu protesto em publico, contra o facto de pretenderem dar-me a liberdade á sombra d'um indulto, perdão ou amnistia que não pedi e que não aceito.

«Entrei para a cadeia de cabeça erguida; «quero», exige o a minha dignidade de homem e de velho republicano, saber porque os «morcegos» que se aceitaram no monte purpurino da Liberdade me accusam, e qual o crime que sobre mim impende ha 62 dias, isto não contando o tempo que venho sendo vigiado e perseguido.

« «Exijo», «quero» saber quem são os miseraveis que acoitando-se em quaesquer camarilhas politicas hoje se arrogam o direito de serem os «lidimos defensores» da Republica, d'esta Republica pela qual nós tudo sacrificámos. Os farçantes nem sabem ocultar os seus pensamentos reservados!

«Mas seja como fôr, o que eu quero hoje é que fique bem patente que não pedi nem peço clemencia, que não acceito perdão ou qualquer acto que me obrigue a sair de cabeça baixa e em agradecimento áqueles que tão mal teem comprehendido os serviços que se lhes presta, e ás instituições, não só eu, como uma pleiade de homens que teem a hombridade suficiente para não rastejar ou ir receber os serviços a um tanto por hora pagos por aquelles que faz hoje 3 annos ninguém conhecia, e outros que imitando o «lendario Pedro» negavam não só as crenças mas também os Mestres.

«Acceita, meu caro Machado, um abraço tão forte e leal como o que ha tres annos te dei ao separarmo-nos no Quartel de Artilharia 1, no momento em que nós juramos cumprir o nosso dever. Teu amigo velho e certo que deseja Liberdade e Justiça. — Armando Porphirio Rodrigues.»

⁵²⁵ *O Intransigente*, n.º 919, de 4 de agosto de 1913, p. 1. RIBEIRO, Armando, *A Revolução Portuguesa*, Volume 4, p. 55-56.

*Veria a luz da liberdade aos annuncios de uma tentativa monarchica (21 de outubro de 1913), tendo anteriormente (26 de setembro de 1913) comparecido perante os tribunales de guerra.”*⁵²⁶

A documentação consultada indicia que em 1917 Rodrigues deverá ter estado preso outra vez. Ainda que não tenhamos conseguido fixar nem datas nem motivos, intuímos que esta prisão deverá ter estado relacionada com a revolução de 5 de dezembro de 1917⁵²⁷. Esta informação surge num processo relacionado com um eventual assalto à casa do administrador do PNA, de onde foram retiradas cinco armas, algumas munições, um par de algemas, uma bandeira azul e branca bordada a ouro que foi do Colégio de Campolide, uns binóculos e uma espada. Do escritório da administração, no interior do Palácio da Ajuda, dada a ausência do administrador, foi roubado dinheiro oriundo da cobrança das rendas das propriedades do Estado administradas pelo PNA. Ao que parece o administrador encontrava-se ausente porque tinha sido preso, só comunicando o roubo do dinheiro no dia 2 de janeiro de 1918, quando regressou ao Palácio⁵²⁸.

Em 1932 Armando Porfírio Rodrigues foi novamente preso; detido em sua casa, foi transportado para a Cadeia do Aljube, aí entrando a 4 de Abril de 1932⁵²⁹, sendo que não encontrámos referências quanto aos motivos de prisão ou quanto à data da sua libertação.

Nos períodos de ausência de Armando Porfírio Rodrigues – que tirando o tempo em que esteve preso, se deveram essencialmente a pontuais períodos de doença –, este era substituído por Paulo Henrique Rolim, funcionário da Direção Geral da Fazenda Pública⁵³⁰. Paulo Henrique Rolim entrou como amanuense da Repartição das Reais

⁵²⁶ RIBEIRO, Armando, *A Revolução Portuguesa*, Volume 4, p. 56-57. *O Intransigente*, n.º 972, de 4 de outubro de 1913, p. 1.

⁵²⁷ No dia 5 de dezembro de 1917, iniciou-se uma revolta, liderada por uma Junta Militar revolucionária, da qual fazia parte o major Sidónio Pais (1872-1918). No dia 8 de dezembro, os revoltosos assumiram o poder, destituindo o governo. Sidónio Pais, a 11 de dezembro de 1917, assumiu a posse como Presidente do Ministério e a 27 do mesmo mês assumiu a Presidência da República. A 28 de abril de 1918 foi eleito Presidente da República, sendo morto a tiro a 14 de dezembro de 1918, na estação do Rossio, em Lisboa. MARQUES, Oliveira, *Breve História de Portugal*, 2001, pp. 569-571. “O Presidente-Rei”, acedido em 22 de abril de 2014 em URL: http://www.iscsp.utl.pt/~cepp/indexfro1.php3?http://www.iscsp.utl.pt/~cepp/regimes_politicos/sidonismo.htm.

⁵²⁸ Proc. n.º 1590, I.º 2.º, TT, AHMF, Caixa 7916.

⁵²⁹ Processo individual de Armando Porfírio Rodrigues, TT, AHMF, Caixa 7950.

⁵³⁰ Proc. n.º 1240, I.º 2.º, TT, AHMF, Caixa 7926. TT, AHMF, Caixa 7867.

Cavalariças em 1 de dezembro de 1884, sendo promovido a oficial das mesmas em 1 de julho de 1889, mantendo-se nesse cargo até 5 de outubro de 1910. A partir de então, transitando para a Superintendência Geral dos Paços Reais, ocupou o cargo de almoxarife da Repartição de Equipagens da República⁵³¹.

Os períodos de prisão de Armando Porfírio Rodrigues, entre agosto e outubro de 1913, em 1917 e em 1932, não terão tido consequências significativas quanto à posição que ocupava no Palácio Nacional da Ajuda, já que manteve sempre o cargo e as funções assumidas em 1911.

Pela lei de 24 de junho de 1912, os almoxarifes passaram a ter a designação de administradores⁵³². Armando Porfírio Rodrigues passou então a ser Administrador do Palácio Nacional da Ajuda.

Através do decreto 1.052, de 17 de novembro de 1914⁵³³ foi regulamentado que *“O lugar de administrador dos Palácios Nacionais é de comissão e a sua categoria a de segundo oficial da Direcção Geral da Fazenda Pública”*⁵³⁴, ficando garantidas as condições de permanência aos atuais administradores:

*“§ 1.º A colocação dos administradores nos diversos Palácios é feita segundo as conveniências do serviço pela Direcção Geral da Fazenda Pública; aos actuais administradores, porém, são garantidos os respectivos lugares sempre que razões de ordem disciplinar se não oponham à sua conservação.”*⁵³⁵

Em janeiro de 1924 foi extinto o cargo de administrador do PNA⁵³⁶. Porém, como verificámos anteriormente, o administrador continuou em funções, por ser considerado mais útil no lugar que ocupava⁵³⁷, mantendo-se à margem de toda a disputa pela tutela dos palácios nacionais, entre a Direcção Geral de Belas Artes e a Direcção Geral da Fazenda Pública.

Em 1927, pelo Decreto com força de lei n.º 13.843, de 28 de junho de 1927, o administrador do Palácio Nacional da Ajuda foi classificado, para todos os efeitos

⁵³¹ TT, AHMF, Caixa 7955.

⁵³² “Art. 12.º A administração de cada palácio ficará a cargo directo dum administrador auxiliado pelo pessoal que fôr julgado indispensável [...]”. Lei de 24 de junho de 1912, *Diário do Governo*, n.º 150, de 28 de junho de 1912.

⁵³³ Decreto 1.052, de 17 de novembro de 1914, *Diário do Governo*, n.º 215, de 17 de novembro de 1914.

⁵³⁴ *Idem*, Art. 9.º

⁵³⁵ *Idem*, Art. 9.º § 1.º

⁵³⁶ Decreto n.º 9.342, de 7 de janeiro de 1924, *Diário do Governo*, n.º 4, de 7 de janeiro de 1924.

⁵³⁷ Portaria n.º 4007 do Ministro das Finanças de 8 de Maio de 1924, *Diário do Governo*, n.º 101, de 8 de maio de 1924.

legais, como segundo oficial supranumerário da Direção Geral da Fazenda Pública, bem como os restantes administradores dos palácios nacionais⁵³⁸.

Em 1933, com o Decreto-lei n.º 22.728 de 24 de junho⁵³⁹, reorganizaram-se os serviços da Direção Geral da Fazenda Pública, sobrevivendo também mudanças nos palácios nacionais:

*“Mexe-se também alguma coisa na administração dos Palácios Nacionais. O seu valor artístico e o das riquezas que contêm, naturalmente impõem que dêles se ocupem com desvelo indivíduos com formação e cultura especial e não simples funcionários burocráticos, tirados do quadro das repartições. Assegure-se de futuro a realização dêsse pensamento, para que a guarda, conservação e arranjo interno, as reparações necessárias dos Palácios e do seu recheio possam assegurar-se melhor e até fomentar-se o estudo da história que lhes está ligada.”*⁵⁴⁰

Era então regulamentado que *“A guarda, conservação e administração dos palácios nacionais de Ajuda, Mafra, Pena, Queluz e Sintra competem a funcionários com a designação de conservadores, directamente subordinados à Repartição do Património.”*⁵⁴¹, definindo-se também as regras de acesso ao cargo de conservador de um palácio nacional:

*“Os lugares de conservador serão de futuro providos em indivíduos habilitados com o curso das escolas de belas artes ou a licenciatura em ciências históricas pelas Faculdades de Letras, tendo preferência os que tiverem o diploma de conservador adjunto ou se mostrarem habilitados com o estágio de conservador nos museus nacionais.”*⁵⁴²

⁵³⁸ “Artigo 1.º Os actuais administradores dos Palácios Nacionais de Mafra, Pena, Queluz e Sintra são considerados, para todos os efeitos legais, desde que este decreto entre em vigor, segundos oficiais supranumerários da Direcção Geral da Fazenda Pública [...]”

“Art. 5.º As disposições dêste decreto são igual e inteiramente aplicáveis aos funcionários a que se referem os decretos n.ºs 9:342 e 9:371, de 7 e de 10 de Janeiro de 1924, e a portaria n.º 4:007, de 8 de Maio de 1924, e que exerciam nestas datas os cargos de administradores dos palácios e propriedades nacionais da Ajuda e do Alfeite.” Decreto n.º 13.843, de 28 de junho de 1927, *Diário do Governo*, n.º 134, de 28 de junho de 1927.

⁵³⁹ Decreto-lei n.º 22.728, de 24 de junho de 1933, *Diário do Governo*, n.º 140, de 24 de junho de 1933.

⁵⁴⁰ *Idem*.

⁵⁴¹ *Idem*, Art. 66.º.

⁵⁴² *Idem*, Art. 67.º No entanto, garantia-se que “Aos actuais administradores dos palácios de Ajuda, Mafra, Pena, Queluz e Sintra são mantidos o vencimento e regalias a que têm direito pela legislação em vigor.” (Art. 68.º).

No PNA, Armando Porfírio Rodrigues manteve-se no seu lugar, agora com a designação de conservador. Verificamos que ao longo de vários anos, e apesar das mudanças políticas, Rodrigues permaneceu à frente da administração do Palácio da Ajuda, fator indicativo de que se encontrava totalmente integrado no funcionalismo público, sem vontade aparente de o abandonar⁵⁴³.

Armando Porfírio Rodrigues, casado, pai de três filhos (Ramiro, Heitor e Aurélio)⁵⁴⁴ e de uma filha (casada com um capitão da GNR, aquartelada no Paço Velho)⁵⁴⁵, foi aposentado por limite de idade em abril de 1938⁵⁴⁶, morrendo nesse mesmo ano, em 15 de novembro⁵⁴⁷.

Verificamos que, apesar de terem existido algumas condicionantes (processo de arrolamento do PNA e a existência de um fiel depositário dos bens arrolados), enquanto Armando Porfírio Rodrigues esteve à frente da administração do Palácio Nacional da Ajuda, foi um administrador presente, envolvido nas diversas frentes de trabalho do PNA e das suas dependências. Embora as suas divergências com a tutela tenham resultado na redução de algumas das suas funções no palácio – efetivamente, acabou por ser pouco mais do que um mero zelador do edifício e das coleções existentes –, Porfírio Rodrigues foi um verdadeiro administrador dos restantes espaços dependentes do PNA. Apesar das suas origens políticas e revolucionárias, esta personalidade foi sabendo passar ao longo das sucessivas alterações políticas, o que lhe permitiu (apoiado na própria evolução legislativa do seu cargo), ir ganhando cada vez mais espaço na administração do palácio, chegando a ocupar o cargo de conservador durante quase três anos.

Face aos documentos pesquisados propomos a divisão da sua administração em três fases, ainda que sem balizas cronológicas demasiado estanques. A primeira foi marcada essencialmente por uma postura política de claro confronto, tendo terminado –

⁵⁴³ No Processo individual de Armando Porfírio Rodrigues, existente no Arquivo Histórico do Ministério das Finanças (Torre do Tombo), encontra-se a sua declaração, assinada em 4 de junho de 1935, em como se encontrava em conformidade com a Lei n.º 1.901, de 21 de maio de 1935, declarando que “*não pertenceo nem jamais pertencerei a associações ou institutos secretos*”. Processo individual de Armando Porfírio Rodrigues, TT, AHMF, Caixa 7950. Lei n.º 1.901, de 21 de maio de 1935, *Diário do Governo*, n.º 115, de 21 de maio de 1935.

⁵⁴⁴ Proc. n.º 1009, l.º 1, TT, AHMF, Caixa 7925. APNA, Ofícios recebidos, 1927, fólio 10.

⁵⁴⁵ Não conseguimos apurar o nome desta filha de Armando Porfírio Rodrigues, mas seria casada com o capitão de infantaria da GNR, António Antunes Guerra, Comandante da 4.ª Companhia, do 6.º Batalhão. TT, AHMF, Caixa 7927.

⁵⁴⁶ Atingiu o limite de idade em abril de 1938. TT, AHMF, Caixa 7959. Portaria de 23 de abril de 1938, *Diário do Governo*, II série, n.º 94, de 25 de abril de 1938.

⁵⁴⁷ ACMF, Processo individual de funcionário, Armando Porfírio Rodrigues.

ou pelo menos atenuado –, depois do período de detenção e posterior libertação em 1913. Uma segunda, até aos primeiros meses de 1932, foi marcada pela assunção das suas funções como administrador, sem grandes questionamentos operativos. E uma terceira, entre 1932 e 1938 que pode ser caracterizada por um progressivo interesse pelas questões relacionadas com o palácio e o seu recheio e que, devido a um conjunto de fatores extrínsecos (de onde se destacam: a denominação de conservador, pelo Decreto-lei n.º 22.728, de 24 de junho de 1933⁵⁴⁸; e a morte do responsável pela Secção dos Palácios Nacionais da Direção Geral da Fazenda Pública, Custódio José Vieira, em 1934), fez com que progressivamente assumisse cada vez mais funções em relação à administração do edifício e das coleções aí existentes.

1.4.2. Administração do edifício

A Administração do Palácio Nacional da Ajuda (chamemos-lhe assim para simplificar, apesar de ter sido designada por Almojarifado do Palácio Nacional da Ajuda até junho de 1912) ficou com a responsabilidade de administrar o conjunto de edifícios que compunham à época o PNA. Esta administração foi refletindo as decisões da tutela dos palácios nacionais centrando-se, numa fase inicial, nas questões relacionadas com o arrolamento judicial que foi imposto aos bens existentes no PNA, e no destino e nas funções que este palácio deveria ter.

Das questões que se impuseram logo após a mudança de regime, destacam-se as que se prenderam com a utilização deste edifício:

*“- Que se vae fazer agora dêsse enorme palacio cujo rez-do-chão leva um dia a visitar?!”*⁵⁴⁹

“- Que se vae fazer d’aquelle grande palacio, colocado além no topo do morro, fronteiro ao Tejo e em cuja fachada fluctua a bandeira encarnada e verde da Republica a indicar o fim da dynastia?!”

*A residencia presidencial, uma Universidade, um Museu?!”*⁵⁵⁰

⁵⁴⁸ Decreto-lei n.º 22.728, de 24 de junho de 1933, *Diário do Governo*, n.º 140, de 24 de junho de 1933.

⁵⁴⁹ “Através dos salões desertos da Ajuda”, in, *Ilustração Portuguesa*, n.º 268, 10 de abril de 1911, p. 463.

⁵⁵⁰ *Idem*, p. 464.

Apesar de diversas hipóteses terem sido lançadas, nenhuma delas ganhou particular relevo, mantendo-se o PNA numa situação de indefinição de funções, pelo menos nos primeiros anos, correspondentes ao processo de arrolamento e de definição da propriedade dos bens arrolados. No entanto, apesar de não terem sido definidas as novas funções deste palácio, foram sendo atribuídos alguns dos seus espaços a outras tutelas, o que implicou uma progressiva diminuição da área outrora ocupada.

A Tapada da Ajuda, que teve um almoxarifado próprio até outubro de 1910, através dodecreto, com força de lei, de 12 de dezembro de 1910⁵⁵¹, foi entregue, com todos os edifícios aí existentes, ao Instituto Superior de Agronomia, com exceção do Observatório Astronómico. Esta transferência levantou dúvidas acerca da tutela da Estação Geradora de Eletricidade da Tapada da Ajuda⁵⁵². Seria, no entanto, estipulado que a Estação Geradora de Eletricidade ficaria sob a tutela da Superintendência Geral dos Paços Reais e depois, com a extinção desta, sob a tutela da Direção Geral da Fazenda Pública, ficando em funcionamento nestes termos até meados de 1919⁵⁵³.

Pelo mesmo decreto de 1910, também o Jardim Botânico da Ajuda foi entregue ao Instituto Superior de Agronomia. No entanto, antes desta transferência, ficou decidido que deveriam ser retiradas e entregues ao Museu Etnológico Português⁵⁵⁴ as duas estátuas de guerreiros lusitanos⁵⁵⁵, com as respetivas bases, que aí se encontravam⁵⁵⁶. A entrega da Tapada e do Jardim Botânico da Ajuda ao Instituto Superior de Agronomia ocorreu formalmente no dia 1 de fevereiro de 1911⁵⁵⁷.

Apesar da mudança de tutela do Jardim Botânico da Ajuda, existiram momentos em que algumas personalidades ligadas ao PNA pensaram que este organismo deveria tornar a ser dirigido através da administração do palácio. A propósito de uma eventual

⁵⁵¹ Decreto, com força de lei, de 12 de dezembro de 1910, *Diário do Governo*, n.º 60, de 15 de dezembro de 1910 e retificado no *Diário do Governo*, n.º 61, de 16 de dezembro de 1910.

⁵⁵² Ofício n.º 44, TT, AHMF, Caixa 7823.

⁵⁵³ TT, AHMF, Caixa 7927.

⁵⁵⁴ Criado em 1893 como Museu Etnográfico Português, adotaria a denominação de Museu Etnológico Português em 1897. Em 1894 instalou-se numa sala da Academia das Ciências de Lisboa, onde ficou até à sua instalação no Mosteiro dos Jerónimos em 1903, abrindo ao público a 22 de abril de 1906. O atual Museu Nacional de Arqueologia é o seu herdeiro. José Leite de Vasconcelos (1858-1941) foi o seu diretor desde a sua fundação até 1929. Acedido em 16 de abril de 2014 em URL: <http://www.museuarqueologia.pt/>. Henrique Coutinho, *O Museu Etnológico Português (1893-1914). Um projecto nacional e uma tentativa de conjugação disciplinar*, 1992. Acedido em 16 de abril de 2014 em URL: <http://run.unl.pt/handle/10362/6729>.

⁵⁵⁵ Estátuas de guerreiros calaicos, em granito (Museu Nacional de Arqueologia, E 3397 e E 3398).

⁵⁵⁶ Ofício n.º 81, TT, AHMF, Caixa 7823.

⁵⁵⁷ Ofício n.º 89, TT, AHMF, Caixa 7823.

abertura do PNA ao público e da necessidade da sua ornamentação, o administrador, Armando Porfírio Rodrigues, considerava:

*“Este Palacio não pode de forma alguma prescindir da sua ornamentação. Dahi o acharmo-nos colocados n’uma grande dificuldade para cuja resolução só me ocorre lembrar o regresso do antigo Jardim Botanico da Ajuda para a posse da Administração d’esto Palacio Nacional.”*⁵⁵⁸

Não tendo esta ideia tido qualquer tipo de eco na tutela, o administrador do PNA, evocando que o diretor do mesmo jardim não era colaborante em relação à cedência de plantas para ornamentação do palácio, considera que o Jardim Botânico da Ajuda deveria ser *“incorporado neste Palacio de que faz parte integral”*⁵⁵⁹.

Em relação a este assunto, Armando Porfírio Rodrigues chegou a colocar a hipótese de transformação da Horta das Damas, próxima ao PNA, em local de cultura das plantas necessárias para o palácio⁵⁶⁰. Esta ideia seria desenvolvida pelo chefe da Repartição do Património da DGFP, que viria a propor essa função de viveiro para a Horta das Damas, desde que o administrador do PNA passasse a residir na moradia a ela anexa, quando esta deixasse de estar arrendada⁵⁶¹. Esta solução nunca seria aplicada.

Em janeiro de 1911 surgiu também a ideia de uma eventual transferência, para o Museu dos Coches, de carruagens existentes nos anexos do Palácio da Ajuda⁵⁶². Possivelmente com base em algum inventário de arrolamento, no final desse mês foi feita uma relação de todas as carruagens existentes nas cavaliças da Ajuda, com indicação da propriedade: D. Maria Pia, Infante, Casa de Bragança, Governo⁵⁶³.

Existem também registos, datados do período entre dezembro de 1910 e janeiro de 1911, de algumas dúvidas acerca da propriedade dos animais existentes nas cavaliças anexas ao PNA e ao Palácio Nacional das Necessidades, o que culminou na entrega de alguns deles aos representantes da Família Real⁵⁶⁴.

⁵⁵⁸ Proc. n.º 14, l.º 2, TT, AHMF, Caixa 7926.

⁵⁵⁹ *Idem.*

⁵⁶⁰ *Idem.*

⁵⁶¹ TT, AHMF, Caixa 7926.

⁵⁶² TT, AHMF, Caixa 7835.

⁵⁶³ TT, AHMF, Caixa 7836. Em documentação existente no AHMF, surge a referência da existência de orçamento para fotografar 41 trens diversos e 30 coches diversos do Palácio da Ajuda. TT, AHMF, Caixa 7836.

⁵⁶⁴ Offícios n.º 40 e n.º 76B, TT, AHMF, Caixa 7823.

O Governo Provisório Republicano determinaria ainda a entrega ao Ministério da Guerra de todos os edifícios das antigas cocheiras e cavalariças reais, anexas ao PNA, para a instalação da Companhia de Equipagens. O auto de entrega seria lavrado em 10 de março de 1911⁵⁶⁵.

Em novembro de 1911 surgiu a necessidade de desocupação de algumas das cocheiras da Ajuda, para instalação das casernas das Companhias de Subsistências que deverão aí ficar estacionadas⁵⁶⁶. Nos meses seguintes, dezembro de 1911 e janeiro de 1912, instalaram-se nas cocheiras da Ajuda o 1.º grupo de tropas de Administração Militar⁵⁶⁷.

Apesar destas sucessivas alterações de ocupação dos espaços anexos ao PNA, terão permanecido sob a sua administração alguns edifícios das cavalariças, pois existem referências, em agosto de 1912, a um pedido de desocupação do local onde se encontravam as carruagens da Casa Real e da rainha D. Maria Pia⁵⁶⁸.

Em abril de 1913, foram entregues a Paulo Henrique Rolim, a garagem do Infante D. Afonso e um barracão na Calçada da Ajuda, onde tinham estado as carruagens acima referidas. Devido à cedência destes espaços ao Ministério da Guerra, estes anexos foram desligados do processo de arrolamento do PNA, em junho e julho de 1913. Ficava, deste modo, o fiel depositário dos bens arrolados no Palácio Nacional da Ajuda desobrigado das suas responsabilidades em relação aos objetos aí existentes⁵⁶⁹.

Outro espaço que mudou de tutela na Ajuda, foi a sua Biblioteca.

A 3 de fevereiro de 1911, o superintendente geral dos Paços Reais, Joaquim Martins Teixeira de Carvalho, escreveu ao secretário geral do Ministério das Finanças um ofício dando conta que a Biblioteca da Ajuda, devido à sua localização, deveria ser extinta:

“Cumpre-me informar V. Ex.ª de que, atendendo á situação do palácio da Ajuda longe de communicações faceis de que naturalmente resultou a raridade conhecida de leitores na biblioteca, n’ elle instalada mais para exhibicionismo de pretendido amor e protecção a sciencias e letras do que para utilidade publica;

⁵⁶⁵ Proc. n.º 1.006, l.º 3.º, TT, AHMF, Caixa 7927. Ofício n.º 718, TT, AHMF, Caixa 7837.

⁵⁶⁶ TT, AHMF, Caixa 7835.

⁵⁶⁷ TT, AHMF, Caixa 7835. Ofício n.º 627, TT, AHMF, Caixa 7828.

⁵⁶⁸ Proc. n.º 1.006, l.º 3.º, TT, AHMF, Caixa 7927.

⁵⁶⁹ TT, AHMF, Caixa 7909.

attendendo mais á necessidade de rigorosa economia que deve impor-se como dominante em todos os ramos de administração da Republica Portuguesa, me pareceu, para harmonizar os interesses económicos com a guarda e conservação de tão preciosa collecção de livros e manuscritos:

1.º Extinguir a chamada Bibliotheca Real da Ajuda.

2.º Demittir todos os funcionarios da extincta bibliotheca.

3.º Conservar em deposito esta preciosa collecção até se lhe encontrar na futura organização das bibliothecas e museus applicação propria a livros e manuscritos que agora não poderia ter senão n'uma dispersão tumultuária que é necessario por todas as formas evitar.

4.º Permittir a consulta de livros ou manuscritos, devendo porem ser

(a) auctorizada pelo ministerio respectivo

(b) feita precedendo requisição diaria assignada de livros ou manuscritos ao administrador e conservador do palacio da Ajuda que informará o superintendente do inicio e terminação de cada consulta auctorizada.

(c) entregando diariamente as obras ou documentos consultados ao mesmo administrador e conservador que verificará o seu estado e os terá sob a sua responsabilidade no cofre, quando a aconsulta tiver de ser feita em mais de um dia

(d) nunca consentida nas salas da bibliotheca extincta, mas em um gabinete que para consulta se creará no palacio

5.º Attender á conservação de livros e manuscritos, visitando-os periodicamente, rodeando-os de todos os cuidados hygienicos, devendo taes trabalhos ser sempre executados sob a inspecção directa do administrador do palacio da Ajuda ou do seu secretario.

6.º Nomear para este serviço um servente e dois officiaes que, seguindo as indicações geraes dadas a esta administração, encontrei no pessoal antigo com competencia garantida, e que deverão trabalhar diariamente no arrolamento dos livros existentes nas outras dependencias do palacio por forma a facilitarem o inventario judicial que n'elles se anda fazendo.

A instalação da extincta bibliotheca é moderna, deselegante e sem character artistico que imponha a sua conservação como monumento nacional.

Julgo ter bem defendido livros e manuscritos com as precauções tomadas que teem apenas o character provisorio e esperam a sancção de S. Ex.^a o Ministro das Finanças.”⁵⁷⁰

Na sequência desta proposta, a Biblioteca da Ajuda seria classificada entre as bibliotecas eruditas pelo decreto de 18 de março de 1911⁵⁷¹, sendo incorporada na Inspeção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos Nacionais, sob tutela do Ministério do Interior e, mais tarde, do Ministério da Instrução Pública⁵⁷². A entrega da Biblioteca da Ajuda foi realizada em 13 de fevereiro de 1912, com a condição de permanecer à disposição do juiz arrolador do PNA, João Taborda de Magalhães, até este concluir o arrolamento do seu recheio. Refira-se que antes da mudança tutelar da biblioteca, em 8 de fevereiro de 1912, o juiz arrolador tinha feito o pedido de todos os livros nela depositados mas que não integrassem as suas coleções, uma vez que tal era o caso de várias obras pertencentes, a nível particular, a vários membros da família real⁵⁷³.

A conclusão do arrolamento da Biblioteca da Ajuda teve lugar no dia 6 de janeiro de 1913, sendo posteriormente (fevereiro de 1913) aberta ao público para consulta pelo inspetor das Bibliotecas Eruditas e Arquivos, Júlio Dantas⁵⁷⁴. Com a passagem da Biblioteca da Ajuda para o Ministério do Interior foi nomeado para seu conservador, o até então administrador, Jordão Apolinário de Freitas⁵⁷⁵.

Como temos vindo a referir, a Administração do Palácio Nacional da Ajuda tinha a seu cargo a gestão de várias outras propriedades⁵⁷⁶, ainda que se tenha verificado a partir de 1910 uma progressiva diminuição dos espaços que compunham o conjunto palaciano da Ajuda. Mais aliviada quanto ao património a gerir, poderia supor-se que a Administração do Palácio da Ajuda concentrar-se-ia, então, mais na gerência do próprio palácio. No entanto esta gestão não seria tão linear assim, uma vez que existia um

⁵⁷⁰ Ofício de 3 de fevereiro de 1911, TT, AHMF, Caixa 7836.

⁵⁷¹ Decreto de 18 de março de 1911, *Diário do Governo*, n.º 65, de 21 de março de 1911.

⁵⁷² Entre 14 de julho de 1911 e 4 de agosto de 1911, a Biblioteca da Ajuda foi requisitada pelo diretor geral da Instrução Secundária, Superior e Especial do Ministério do Interior, para ser tutelada pela Inspeção das Bibliotecas Eruditas e dos Arquivos. O superintendente geral dos paços redigiu o seu parecer favorável a 4 de agosto de 1911 e o Ministro das Finanças subscreveu em novembro de 1911. Durante este processo de transferência a biblioteca esteve fechada ao público. Proc.º n.º 614, l.º 2, TT, AHMF, Caixa 7926. APNA, Ofícios recebidos 1911, fólios 67-68.

⁵⁷³ Proc.º n.º 614, l.º 2, TT, AHMF, Caixa 7926.

⁵⁷⁴ *Idem*.

⁵⁷⁵ TT, AHMF, Caixa 7837. APNA, Ofícios recebidos 1912, fólio 4. Esta biblioteca tinha ainda como funcionários: Guilherme Augusto d’Almeida e Silva (praticante), Carlos Alberto Ferreira (contínuo) e Manuel Coelho Martinho (servente) (TT, AHMF, Caixa 7821).

⁵⁷⁶ Ver ponto **1.4.4. Administração de outros espaços**.

conjunto de tarefas que não foram inicialmente atribuídas à Administração do PNA, devido às circunstâncias políticas e sociais.

Desde logo deveremos destacar o procedimento de Arrolamento a que o PNA esteve sujeito até 1924, o que configurou diversos constrangimentos à administração deste palácio. As salas que não estavam ainda arroladas estavam fechadas e as que já estavam arroladas estavam entregues ao designado fiel depositário dos bens arrolados do Palácio Nacional da Ajuda; cargo desempenhado pelo administrador do palácio, Armando Porfírio Rodrigues, apenas entre 30 de janeiro de 1911 e 1 de fevereiro de 1911, data em que foi nomeado para essa responsabilidade Joaquim Martins Teixeira de Carvalho, Superintendente geral dos Paços Reais, até 26 de junho de 1912. Entre 4 de novembro de 1912 e 7 de janeiro de 1924 foi fiel depositário dos bens arrolados Custódio José Vieira, mantendo-se então este cargo à margem do administrador. Deste modo, verificamos que a administração do PNA tinha realmente a seu cargo a gestão do edifício do palácio, mas com determinadas limitações. Mesmo após o levantamento do processo de arrolamento ao PNA, em 1924, a administração do PNA continuou dependente da tutela através da Secção dos Palácios Nacionais, criada a 3 de agosto de 1914, à frente da qual se manteve Custódio José Vieira, até fevereiro de 1934.

“Acresce que o Palácio da Ajuda está hoje sujeito a um regime de excepção pelo decreto n.º 9:342, de 7 de Janeiro de 1924 corrente. Enquanto os outros Palácios têm a administra-los um administrador, o Palácio da ajuda é hoje directamente administrado pela Direcção Geral da Fazenda Pública e é, pelo referido decreto, destinado exclusivamente para a realização de quaisquer actos solenes de recepção e de representação do Poder Executivo e para se poder dar alojamento a quaisquer personalidades estrangeiras de alta dignidade e representação.

O Palácio da Ajuda, pelas suas condições interiores de construção e decoração e pelo precioso recheio nêle existente em objectos artísticos, presta-se, com efeito, maravilhosamente para os fins indicados.”⁵⁷⁷

Tendo em conta estes dados, podemos considerar que a administração efetiva do PNA esteve dividida – entre a Comissão de Arrolamento e a Superintendência dos Paços Reais, num primeiro momento e, depois, entre a Comissão de Arrolamento e a

⁵⁷⁷ Proc. n.º 1.879, l.º 4.º, TT, AHMF, Caixa 7960.

Direção Geral da Fazenda Pública. Refira-se, ainda, que com o fim do inventário judicial em 1914, ficou esta administração dividida entre o fiel depositário dos bens arrolados, Custódio José Vieira, e a Direção Geral da Fazenda Pública, através da Secção dos Palácios Nacionais, chefiada pelo mesmo Custódio José Vieira. O administrador, Armando Porfírio Rodrigues, seria efetivamente um funcionário com pouca autonomia, a quem eram atribuídas tarefas e que só com o passar do tempo ganhou algum espaço na direção do edifício e do seu recheio.

Verificamos, assim, que Custódio José Vieira foi fundamental na administração do PNA, pelas suas concepções, opções e ações, pois a sua interação com os palácios nacionais – e principalmente com o PNA, do qual se aproximou durante a sindicância levada a cabo à administração de Armando Porfírio Rodrigues –, permitiu-lhe ter um conhecimento mais ilustrado das suas realidades, participando das decisões mais relevantes para a vida desta instituição.

Foram várias as linhas de ação, umas mais conceptuais e outras mais práticas, a que a administração do Palácio Nacional da Ajuda teve de dedicar atenção e trabalho. Pelas suas características, o PNA foi sendo desejado por diversos setores públicos, para aí se instalarem. Por estar submetido a arrolamento, a sua ocupação ou atribuição de novas funções foi sendo adiada. Manter-se-ia, por isso, durante algum tempo, este palácio sem funções definidas.

Das várias utilizações que o PNA teve, a título excecional, nos meses imediatos à implantação da República, refira-se, por exemplo, o banquete realizado em 19 de maio de 1911, oferecido pela Comissão Executiva do IV Congresso Internacional de Turismo aos delegados oficiais do mesmo congresso. Para a realização deste banquete foram pedidas e utilizadas a sala de jantar, a cozinha e respetivas dependências⁵⁷⁸.

Noutras situações, devido à indefinição das suas funções, não foram dadas autorizações para a realização de eventos no PNA. Por exemplo, em 1913 foi pedida autorização para a realização de um jantar seguido de um “*raout*” (receção, festa) no PNA. O fiel depositário dos bens arrolados do Palácio Nacional da Ajuda, Custódio José Vieira, deu então um parecer negativo, pois considerava que, por motivos de segurança e judiciais, tal evento não seria adequado, pedindo mesmo para ser afastado do lugar que ocupava se fosse dada autorização superior para a sua realização:

⁵⁷⁸ TT, AHMF, Caixa 7823.

*“Rogo por isso a V. Ex.^a se digne informar-me se é verdadeira a notícia que li a tal respeito para que eu possa, sem demora, requerer ao Meritíssimo Juiz do arrolamento a minha remoção imediata do encargo de fiel depositário daquele Palácio substituindo-me por quem lhe aprouver e se preste a cumprí-lo em tais condições de mais boamente do que eu que estou pronto a continuar a servir a República enquanto permitido me for poder respeitar, acima de tudo e de todos, a Lei.”*⁵⁷⁹

O juiz arrolador, Taborda de Magalhães, apoiou Vieira nesta decisão, argumentando que a realização de um banquete pelo Presidente da República na Ajuda comprometeria o processo de arrolamento. Esta festa acabou, pois, por não ser autorizada pela tutela⁵⁸⁰.

Só após a finalização do inventário judicial, em 1914, é que começaram a ser discutidas as possíveis funções para este antigo Paço Real. À semelhança de outros palácios nacionais (Sintra, Queluz e Mafra), foi então prevista a sua abertura à visita, sendo necessário para tal uma simples musealização do seu interior⁵⁸¹. Porém, apesar dos preparativos para este fim, neste período o Palácio da Ajuda não seria aberto aos visitantes de maneira regular. O acesso à visita continuou dependente de uma autorização superior da tutela, sendo então registadas sobretudo visitas de algumas personalidades que se moviam em meios políticos ou sociais elevados, algumas delas com ligações profissionais aos museus e ao património cultural, à História e à História da Arte⁵⁸².

A partir de 1914 e com uma eventual abertura do palácio à visita como pano de fundo, o PNA passou a ser palco de alguns eventos. Estes eventos foram sempre efetuados com autorização superior, passando pelo próprio Ministro das Finanças, ou até mesmo pelo Presidente do Ministério. Entre outros atos solenes, tiveram lugar no PNA inúmeras receções oficiais a Chefes de Estado e, em 3 de janeiro de 1923, a cerimónia de Imposição do Barrete Cardinalício ao Núncio de Sua Santidade, Achille Locatelli⁵⁸³.

⁵⁷⁹ TT, AHMF, Caixa 7909.

⁵⁸⁰ *Idem.*

⁵⁸¹ Ver o ponto 1.5. *Tentativas de abertura ao público.*

⁵⁸² Ver o ponto 1.5. *Tentativas de abertura ao público.*

⁵⁸³ A Imposição do Barrete Cardinalício ocorreu a 21 de dezembro de 1922 na Nunciatura e no Palácio Nacional da Ajuda a 3 de janeiro de 1923. TT, AHMF, Caixa 7934.

Com o fim da submissão do procedimento judicial de arrolamento ao PNA, determinado pelo Decreto n.º 9.342, de 7 de janeiro de 1924, seria oficialmente regulamentado que

*“O Palácio da Ajuda com todo o mobiliário e objectos de arte nele existentes será destinado exclusivamente para a realização de quaisquer actos solenes de recepção e de representação do Poder Executivo.”*⁵⁸⁴

*“No mesmo Palácio poderá ser dado alojamento a quaisquer personalidades estrangeiras de alta dignidade e representação conforme fôr conveniente e oportuno e assim fôr deliberado em Conselho de Ministros.”*⁵⁸⁵

Com este decreto procurava-se, pois,

*“dar carácter legal e definitivo a situações de facto consagradas pelo uso repetido do referido edifício para as grandes solenidades oficiais e acomodação pessoal de personalidades estrangeiras de elevada dignidade social”*⁵⁸⁶, uma vez que se considerava que o *“Palácio da Ajuda, [...] tem sido utilizado, como é do domínio público, para nele se realizarem solenidades e recepções oficiais de grande representação.”*⁵⁸⁷

Na sequência deste decreto, ainda nesse ano de 1924 o PNA foi preparado para as funções protocolares que passaria a ter. Como nos anos anteriores tinham sido levadas a cabo algumas obras nos interiores com a perspectiva da abertura ao público, os preparativos agora realizados reduziram-se a situações de pormenor, como a instalação de um PBX⁵⁸⁸ para apoio nos momentos dos grandes eventos solenes. Esta central telefónica tinha ligação telefónica à rede geral, e ainda ligações à rede de comunicações da Guarda Nacional Republicana e do Exército⁵⁸⁹.

Em 1930, Custódio José Vieira, Chefe da Secção dos Palácios Nacionais, referia os eventos que normalmente decorriam no Palácio Nacional da Ajuda:

“Em regra há, durante o ano, os jantares que Sua Excelência o Senhor Presidente da República oferece ao Corpo Diplomático, aos oficiais estrangeiros do concurso hípico e aos do foot-ball, e as recepções de 5 de Outubro e do Ano Novo; [...]. Juntando-se-lhes, por exemplo, duas entregas de

⁵⁸⁴ Decreto n.º 9.342, de 7 de janeiro de 1924, *Diário do Governo*, n.º 4, de 7 de janeiro de 1924. Art. 2.º

⁵⁸⁵ *Idem*, Art. 3.º

⁵⁸⁶ Decreto n.º 9.342, de 7 de janeiro de 1924, *Diário do Governo*, n.º 4, de 7 de janeiro de 1924.

⁵⁸⁷ *Idem*.

⁵⁸⁸ PBX (*“Private Branch Exchange”*), ou seja, um centro de distribuição telefónico particular.

⁵⁸⁹ Proc. n.º 1.568, l.º 4.º, TT, AHMF, Caixa 7928.

credenciais, um jantar e uma récita de gala em honra duma esquadra que venha a Lisboa em visita oficial e, porventura, um almoço a qualquer personagem de alta categoria [...]”⁵⁹⁰

A par dos eventos acima referenciados, encontrámos também a menção de que foi no PNA que se deu, em 1920, a “*recepção e alojamento de Suas Magestades os Reis dos Belgas*”⁵⁹¹. Ou seja, a situação de alojamento de personalidades estrangeiras no PNA, regulamentada pelo decreto de 1924, estava já prevista em época anterior.

Para uma correta fixação dos factos, deverá ser analisada esta visita em particular. Os Reis dos Belgas, Alberto I e Isabel da Baviera, acompanhados do seu filho, o príncipe herdeiro Leopoldo, deslocaram-se, em outubro de 1920, em visita oficial ao Brasil. A família Real da Bélgica viajou de Zeebrugge ao Rio de Janeiro a bordo do navio da Marinha de Guerra Brasileira “*S. Paulo*”. No regresso à Europa, foram transportados no mesmo navio, sob o comando do Capitão de Mar-e-Guerra Tancredo de Gomensoro, até Lisboa⁵⁹².

Depois de um almoço no Palácio Nacional de Belém e de uma parada militar no Hipódromo de Belém (Pedrouços), os monarcas da Bélgica deslocaram-se ao Palácio Nacional da Ajuda para um chá, retirando-se logo em seguida, indo o rei Alberto para a estação de comboio do Rossio (pois seguiria de imediato para a Bélgica, por terra e avião⁵⁹³), seguindo a rainha Isabel e o príncipe Leopoldo para o navio “*S. Paulo*”⁵⁹⁴.

A imprensa nacional informa-nos que estava previsto que a rainha e o príncipe Leopoldo iriam pernoitar no PNA⁵⁹⁵. Contudo, tal não aconteceu, tendo sido o palácio somente utilizado como espaço de “alojamento temporário”, durante a receção dos Reis dos Belgas ao Corpo Diplomático, à Colónia Belga e a outras individualidades⁵⁹⁶, e durante o banquete oficial oferecido pela Presidência da República:

⁵⁹⁰ TT, AHMF, Caixa 7957.

⁵⁹¹ TT, AHMF, Caixa 7961.

⁵⁹² Na viagem de regresso para o Brasil o navio “*S. Paulo*” transportaria para o Rio de Janeiro, os restos mortais do Imperador D. Pedro II do Brasil e de sua mulher a Imperatriz Teresa Cristina. Acedido em 12 de maio de 2014 em URL: <http://naviosbrasileiros.com.br/ngb/S/S031/S031.htm>.

⁵⁹³ *O Século*, n.º 13.952, 30 de outubro de 1920, p. 1.

⁵⁹⁴ *O Século*, n.º 13.955, de 2 de novembro de 1920, p. 2.

⁵⁹⁵ “A rainha da Belgica fica hoje no palacio da Ajuda com seu filho o principe Leopoldo, devendo seguir amanhã viagem a bordo do “*S. Paulo*”. *A Capital*, n.º 3.683, 1 de novembro de 1920, p. 2.

⁵⁹⁶ *O Século*, n.º 13.952, 30 de outubro de 1920, p. 1.

“Dissemos hontem na nosso secção das “ultimas noticias” que sua magestade a Rainha da Belgica e seu filho o Principe Leopoldo passariam ainda o dia de hoje em Lisboa, ficando de visita no palacio da Ajuda.

Eram essas as intensões da Rainha Isabel que afinal se modificaram á ultima hora, pois sua magestade recolheu a bordo hontem pelas 20 horas, ficando no entanto mais hum dia em Lisboa, conforme havíamos noticiado.”

Para a receção dos monarcas belgas – e apesar do adiamento da sua estadia na Ajuda –, terão sido especialmente preparados alguns espaços do PNA que, no dia 31 de outubro de 1920, foram percorridos pelo Presidente do Ministério, António Joaquim Granjo⁵⁹⁷, acompanhado pelos responsáveis pelo arranjo do palácio, Custódio José Vieira e Alfredo Ardisson, funcionário da Presidência da República, e outras personalidades, em visita de verificação das condições do local. Através da descrição feita no jornal *O Século*, conseguimos visualizar algumas das modificações que foram operadas nas salas do PNA para acolher este evento, ficando assim a saber que:

*“a antiga sala de espera, onde [...] se realisa a recêção [tem] Ao fundo, sobre um pequeno estrado forrado de veludo vermelho, [...] duas riquíssimas cadeiras em talha dourada, forradas de veludo de Utrech, onde os Reis tomarão assento.”*⁵⁹⁸

*“Os aposentos destinados ao Rei Alberto, ficam situados no angulo sul do palacio, medeando entre a sala da receção e o seu gabinete de trabalho a chamada sala de D. Sebastião, assim conhecida por ali figurar uma estátua d’este rei, obra do escultor Simões de Almeida, filho.”*⁵⁹⁹

*“A antiga sala de musica do rei D. Luiz foi adaptada a quarto do Rei. Foi ali colocada a belíssima cama de D. Pedro V [...]”*⁶⁰⁰

*“Os aposentos destinados á Rainha Isabel são a seguir aos do Rei. O quarto de cama é forrado de sêda ligeiramente crême e as paredes são douradas.”*⁶⁰¹

⁵⁹⁷ António Joaquim Granjo (1881-1921). “GRANJO (António Joaquim)”, in, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 12, pp. 705-706.

⁵⁹⁸ *O Século*, n.º 13.954, de 1 de novembro de 1920, p. 1. Esta sala é a designada de Sala de Espera ou das Tapeçarias Espanholas.

⁵⁹⁹ *Idem*.

⁶⁰⁰ *Idem*. Cama PNA inv. 1978 e mesas de cabeceira PNA inv. 1968 e 1969.

⁶⁰¹ *Idem*. Esta sala deverá ser a sala que se encontra arrolada sob o nome de *Sala amarela mobilada*, que se situava no actualmente denominado Quarto do Rei ou Quarto de D. Luís. “Auto de arrolamento 7”, PT/PNA/DGFP/0001-002/0001/00010, acedido em 28 de julho de 2014 em URL:

*“Após o quarto de toilette e a sala de visitas, que é forrada a azul [...], encontra-se a sala de carvalho, que servirá de ante-camara [...]”*⁶⁰²

*“No segundo pavimento ficam os aposentos destinados ao príncipe real e aos seus ajudantes.”*⁶⁰³

*“A casa de jantar onde será servido o chá é aquela onde habitualmente jantavam os reis, conhecida pela denominação de casa do serviço.”*⁶⁰⁴

Retomando a determinação legal definida pelo decreto de 7 de janeiro de 1924, acerca das funções do PNA, verificamos que esta acabou por protelar, de uma maneira imperiosa, a abertura do edifício ao público de modo permanente. Ficou, no entanto, aberta a possibilidade de visita ao palácio com autorização superior, desde que os trabalhos da administração do edifício não fossem afetados. Foram então autorizadas diversas visitas, sobretudo a personalidades portuguesas e estrangeiras notáveis, verdadeiramente interessadas no edifício e suas colecções, *“por deferência para com [...]”*. Nas visitas autorizadas, foram contemplados grupos de alunos e professores, estudiosos a nível particular e entidades oficiais.

Para além das funções, marcadamente protocolares, acima referidas, o Palácio Nacional da Ajuda, pela sua implantação e dimensão, foi também sendo solicitado para outros fins, na maioria das vezes com carácter temporário, como, por exemplo, o pedido relativo à utilização de dependências para recolha de objetos⁶⁰⁵, ou outras solicitações mais envolvidas com a vida política e social da área da Ajuda⁶⁰⁶. Contudo, na realidade a maior parte dos pedidos eram negados pela tutela, pois não se enquadravam nas atribuições definidas legalmente.

Todos os factos já descritos, ao influenciarem o modo de funcionamento do PNA, concorreram para determinar o número e os deveres do pessoal aí em serviço,

<http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4683307>. “Auto de arrolamento 8”, PT/PNA/DGFP/0001-002/0001/00011, acedido em 28 de julho de 2014 em URL: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4683308>.

⁶⁰² *O Século*, n.º 13.954, de 1 de novembro de 1920, p. 2.

⁶⁰³ *Idem*. Não conseguimos precisar a localização exacta destes aposentos temporários.

⁶⁰⁴ *Idem*. Trata-se da Sala de Jantar do Piso Térreo.

⁶⁰⁵ A sociedade *A Voz do Operário* pede, em novembro de 1924, a cedência duma dependência do palácio para ali recolher algumas carretas funerárias. Proc.º 1843, 1.º 4.º, TT, AHMF, Caixa 7928.

⁶⁰⁶ O chefe do Arquivo Geral da Câmara Municipal de Lisboa pede, em outubro de 1925, autorização para numa das dependências deste palácio se realizar um ato eleitoral. Proc. 132, 1.º 5.º, TT, AHMF, Caixa 7928.

sendo que, com a mudança de regime em Portugal e a alteração de funções do PNA, verificou-se, desde logo, uma redução significativa do número de funcionários.

Através da documentação existente no Arquivo do Palácio Nacional da Ajuda – Museu, complementada com os documentos do Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, atualmente na Torre do Tombo, foi possível, ainda que com algumas lacunas e incertezas, entender os números, os cargos, as denominações oficiais e os tempos de serviço dos funcionários deste antigo Paço Real.

Nos primeiros anos, em que o PNA esteve em regime de arrolamento, o número de funcionários era considerado já insuficiente para efetuar todas as tarefas que estavam sob responsabilidade da administração, porque a equipa tinha sido reduzida. Tinham sido dispensados, no início de 1911, oito Moços e um Sacristão, ficando ao serviço no PNA: um Almoxarife, um Secretário, um Escriurário, um Claviculário, um Chefe do pessoal menor, um Electricista, três Moços de Sala, seis Moços de limpeza e um porteiro⁶⁰⁷. Em 1912, o almoxarife queixava-se já do facto de ter pouco pessoal, dando-nos indicações acerca das funções dos diversos empregados:

“Por ter sido reduzido o pessoal deste paço e não poder com o existente socorrer a todos os serviços de limpeza e conservação como julgo deverem ser feitos, remeto a Ilus. Cia o quadro, descriptivo, dos serviços a cargo do pessoal hoje efectivo que melhor o elucidará nas providencias a tomar.

Arrolamento = Silvestre Gaspar e Francisco d’Almeida

Escriptorio = António da Silva

Cobrador = Joaquim dos Santos Ferreira

Portaria = João Maximo Henrique e Paulo dos Reis

Limpezas = João Vieira, Albano Figueiredo d’Abreu e Jeronymo Ventura

Encarregado = João Luiz Duarte

A minha folha está sobrecarregada com mais seis homens, dos quais quatro estão ao serviço do paço de Belém, dos dois restantes um é alcoolico e o outro um alienado, por isso impossibilitados para serviço. Fica abandonada, por falta de pessoal, a cosinha onde existe uma bateria de cobre, de peso aproximado a duas toneladas (2.000 kilos) e a rouparia onde ha roupas de subido valor que

⁶⁰⁷ Offício n.º 849, TT, AHMF, Caixa 7837.

não podem deixar de ser tratadas, bem assim como outros artefactos, taes como panos de arraz, peles de varios animaes, estofos, etc, etc.

*Lembro por isso a conveniencia de ser conservada a antiga ajudante de encarregada neste paço Julia Frederica da Silva, ja pela sua competencia, ja pela sua honestidade.”*⁶⁰⁸

À época, os assalariados que estavam ao serviço no PNA, ou seja, dois carpinteiros/polidores e uma esfregadeira, não estavam diretamente dependentes das ordens do almoxarife, mas sim do juiz arrolador, João Taborda de Magalhães. Estes assalariados realizavam trabalhos propostos e dirigidos pelo próprio juiz, que era responsável também pelo envio das listas com os dias trabalhados, à tutela dos Palácios Nacionais, até fevereiro de 1914⁶⁰⁹.

O número de funcionários não foi constante, oscilando entre 18, no final de 1913 e 7, no início de 1930. A média rondaria os 12 elementos, sendo periodicamente relembrado que este contingente não era suficiente para o trabalho a desenvolver. Apesar das preocupações da administração e das diversas atribuições que o PNA foi ganhando, o seu pessoal nunca foi aumentado significativamente pela tutela do Ministério das Finanças.

Verificamos, ainda, que houve algumas reorganizações do pessoal efetivo, de acordo com as suas funções e anos de serviço. Em 1914, pelo Decreto n.º 1.052 de 17 de novembro, a denominação dos funcionários foi alterada, ficando divididos entre guardas de 1.ª classe, guardas de 2.ª classe e serventes⁶¹⁰; e, pelo Decreto n.º 13.850, de 28 de junho de 1927, o pessoal menor dos Palácios Nacionais ficou organizado em contínuos de 1.ª classe e contínuos de 2.ª classe⁶¹¹.

Devido às tentativas de abertura do palácio aos visitantes e das funções protocolares que foram sendo definidas para este edifício histórico, a uniformização da indumentária dos funcionários passou também a ser uma preocupação por parte da tutela. Assim, em 1914, Custódio José Vieira propunha a adaptação de antigos

⁶⁰⁸ Ofício n.º 693 B, TT, AHMF, Caixa 7828.

⁶⁰⁹ TT, AHMF, Caixas 7861 e 7862.

⁶¹⁰ Decreto n.º 1.052 de 17 de novembro de 1914, *Diário do Governo*, n.º 215, de 17 de novembro de 1914.

⁶¹¹ Decreto n.º 13.850, de 28 de junho de 1927, *Diário do Governo*, n.º 135, de 29 de junho de 1927.

fardamentos da Casa Real, existentes no PNA, para os novos uniformes dos funcionários⁶¹², vindo a comentar em novembro de 1927 que

*“Os últimos fardamentos dos serventuários dos Palácios Nacionais foram feitos em 1919, isto é, há oito anos. Já não existem, pois, há muito tempo, o que tem tido como consequência os empregados fazerem o serviço de salas e receberem, portanto, e acompanharem os visitantes cada um com fato de sua cor e feitio e por vezes com remendos nas mangas e nas calças. Êste mau aspecto mais se agrava em relação ao Palácio Nacional da Ajuda onde, por virtude do disposto no decreto n.º 9:342, de 7 de Janeiro de 1924, se realizam os actos de grande solenidade da Presidência da República, como os grandes banquetes e saraus, e se alojam os Chefes de Estado e outras altas dignidades estrangeiras.”*⁶¹³

Era assim criticado o aspeto desorganizado com que os funcionários se apresentavam perante os visitantes.

Após a publicação do Decreto n.º 9.342, de 7 de janeiro de 1924, que determinava que *“O Palácio da Ajuda [...] será destinado exclusivamente para a realização de quaisquer actos solenes de recepção e de representação do Poder Executivo.”*⁶¹⁴, a preocupação com os fardamentos do pessoal do PNA passou a ser um assunto bastante discutido pela tutela.

Em fevereiro de 1930 Custódio José Vieira apontava a necessidade de aquisição de meias e sapatos para os fardamentos a utilizar nos banquetes de gala, referindo-se à concordância de opinião entre a Secção dos Palácios Nacionais e a Secretaria Geral da Presidência da República:

“O Exm.º Sr. Secretário Geral da Presidência da República entende ser necessário adquirirem-se novos sapatos e meias altas de seda para os criados de mesa usarem em banquetes de gala. Com efeito, os de que eles se servem são ainda do tempo da Monarquia e, como os criados não são sempre os mesmos e, portanto, tendo sido usados por pés de diferente largura e tamanho, estão muito deformados, além de ressequidos pela acção do tempo, esta Secção é também de parecer que os actuais sapatos devem ser substituídos por novos, tanto mais que se fazem fardas novas e outrossim que é preciso comprar as meias de seda

⁶¹² Ver o ponto 1.5. *Tentativas de abertura ao público.*

⁶¹³ TT, AHMF, Caixa 7957.

⁶¹⁴ Decreto n.º 9.342, de 7 de janeiro de 1924, *Diário do Governo*, n.º 4, de 7 de janeiro de 1924. Art. 2.º

*apropriadas às referidas fardas e á solenidade em que elas – umas e outras – têm de ser exibidas.”*⁶¹⁵

Anexo a esta documentação de 1930, existe um desenho de uma farda, com calça azul com risca vermelha e casaca azul com colarinho e punho vermelho com dourados, com bolsos e botões dourados⁶¹⁶.

Ainda em 1930, Custódio José Vieira, elencando as diversas ocasiões em que os funcionários deveriam usar os fardamentos de gala, previa os momentos de utilização anual de cada farda:

“Em regra há, durante o ano, os jantares que Sua Excelência o Senhor Presidente da República oferece ao Corpo Diplomático, aos oficiais estrangeiros do concurso hípico e aos do foot-ball, e as recepções de 5 de Outubro e do Ano Novo; portanto, cinco vezes que o pessoal terá que vestir o fardamento das grandes solenidades. Juntando-se-lhes, por exemplo, duas entregas de credenciais, um jantar e uma récita de gala em honra duma esquadra que venha a Lisboa em visita oficial e, porventura, um almoço a qualquer personagem de alta categoria, ter-se-ão dez vezes em que tais fardamentos serão, em regra, vestidos por ano”.⁶¹⁷

Também em 1930 o Diretor Geral da Fazenda Pública, Alberto Xavier, elencava diversos fardamentos em utilização nos Palácios Nacionais.

*“de serviço diário de sala para o pessoal dos Palácios Nacionais, com exclusão do de Belém (Secção dos Palácios Nacionais);”*⁶¹⁸

*“de serviço de grande solenidade, de sala, para o pessoal dos Palácios Nacionais da Ajuda e de Belém (Secretaria da Presidência da República);”*⁶¹⁹

*“de serviço de grande solenidade, de mesa (Secção dos Palácios Nacionais);”*⁶²⁰

*“de serviço particular ou de pequena cerimónia, de mesa (Secretaria da Presidência da República).”*⁶²¹

⁶¹⁵ TT, AHMF, Caixa 7957.

⁶¹⁶ *Idem.*

⁶¹⁷ TT, AHMF, Caixa 7959.

⁶¹⁸ TT, AHMF, Caixa 7957.

⁶¹⁹ *Idem.*

⁶²⁰ *Idem.* Seriam estes como os anteriormente usados pela Casa Real, ou seja, de niza vermelha, aberta e agaloada, colete e calção de pano creme também agaloados.

Para além do uniforme de gala, o fardamento do pessoal dos Palácios Nacionais, para as suas tarefas diárias, era composto por outros uniformes⁶²².

Finalmente, de acordo com o decreto-lei n.º 22.848, de 19 de julho de 1933⁶²³, era legislado que,

*“Tem igualmente direito a fardamento, em que poderá ser incluído calçado, o pessoal menor da Secretaria da Presidência da República, da Assembleia Nacional e dos Palácios Nacionais, devendo as tabelas dos artigos que o compõem ser aprovadas por despacho do Ministro das Finanças, publicado no Diário do Governo.”*⁶²⁴

Em janeiro de 1935 foram, por fim, selecionados os vários fardamentos a adotar para uniformização dos funcionários em serviço nos Palácios Nacionais⁶²⁵. Esta lista de fardamento seria aprovada em fevereiro de 1935⁶²⁶, passando estes uniformes, adiante descritos, a ser utilizados também no Palácio Nacional da Ajuda:

Fardamento para as solenidades:

- Chefe de pessoal menor (niza de pano azul, com botões e galões dourados, calça de pano azul, com lista dourada, botas de verniz preto, colarinho e punhos brancos de goma, luvas brancas de pelica, capote de pano azul, com botões dourados).
- Contínuos de 1.^a e de 2.^a classe (niza de pano azul, com botões e galões dourados, calça de pano azul, com lista estreita dourada, botas de pelica preta, colarinho e punhos brancos de goma, luvas brancas de algodão, capote de pano azul, com botões dourados).
- Guarda-portões (sobretudo de pano azul, com botões e galões dourados, sobrecasaca de pano azul, com botões e galões dourados, colete de pano azul, com botões dourados, calça de pano azul, com lista dourada, boné de pano azul, com botões, galão e emblema dourados, peitilho de piqué branco, colarinho e punhos brancos de goma, botas de vitela ou pelica preta, gravata preta, luvas brancas de algodão).

⁶²¹ TT, AHMF, Caixa 7957. Estes fardamentos seriam de fazenda preta.

⁶²² *Idem*. Tem amostras de tecidos dos diversos fardamentos.

⁶²³ Decreto-lei n.º 22.848, de 19 de julho de 1933, *Diário do Governo*, n.º 161, de 19 de julho de 1933.

⁶²⁴ *Idem*, Art. 4.º

⁶²⁵ TT, AHMF, Caixa 7957.

⁶²⁶ *Diário do Governo*, II série, n.º 32, de 8 de fevereiro de 1935.

Fardamento para o serviço normal ou diário:

- Chefe de pessoal menor (fardamento de cotim de lã, para verão – casaco, colete, calças e boné / fardamento de pano azul, para inverno – casaco, colete, calças e boné).
- Contínuos de 1.^a e de 2.^a classe (fardamento de cotim militar, para verão - casaco, colete, calças e boné / fardamento de pano azul, para inverno - casaco, colete, calças e boné).

Guarda-portões (fardamento de cotim militar, para verão - casaco, colete, calças e boné / fardamento de pano azul, para inverno - casaco, colete, calças e boné).

Fardamentos de trabalho e limpeza:

Chefe de pessoal menor, contínuos de 1.^a e de 2.^a e guarda-portão (Fatos inteiriços de ganga azul).

1.4.2.1. Segurança

Depois da revolução de outubro de 1910 e da ocupação do Paço da Ajuda por forças militares republicanas, a vigilância e guarda do complexo palaciano da Ajuda ficou a cargo de uma força militar do exército, sendo efetuada pelo Regimento de Infantaria n.º 1⁶²⁷. No início do ano de 1911 o Paço da Ajuda tinha 6 homens a guardá-lo⁶²⁸, possivelmente uma força militar mais reduzida do que aquela que terá estado presente nos primeiros dias do novo regime.

Os problemas com a guarda e vigilância do Palácio Nacional da Ajuda foram constantes, sendo recorrente a manifestação de preocupações pelas personalidades envolvidas na sua administração e no arrolamento do seu recheio. Por exemplo, no mês de maio de 1911, o juiz arrolador referia a insuficiência de efetivos na guarda do edifício, que era feita apenas por duas sentinelas, uma na entrada do pátio a leste e outra a oeste⁶²⁹.

⁶²⁷ O Regimento de Infantaria n.º 1, herdeiro do Regimento de Infantaria de Lippe, criado em 1763, recebeu a denominação de Regimento de Infantaria n.º 1 da Rainha no ano de 1890, por ordem do Rei D. Carlos. No período revolucionário esta unidade de infantaria permaneceu fiel ao regime monárquico. “Historial do Regimento de Infantaria N.º 1”, acedido em 5 de novembro de 2013 em URL: <http://www.exercito.pt/sites/RI1/Historial/Paginas/default.aspx>.

⁶²⁸ Ofício n.º 790, TT, AHMF, Caixa 7837.

⁶²⁹ TT, AHMF, Caixa 7926.

Mais tarde, a guarda do PNA foi transferida para a responsabilidade da Guarda Nacional Republicana (GNR)⁶³⁰. Não tendo sido encontrados dados precisos acerca das datas desta mudança, pensamos que terá ocorrido aquando da criação desta força de segurança, através da Lei de 3 de maio de 1911⁶³¹. No entanto esta atribuição não seria definitiva, pois a guarda do PNA passaria novamente para a responsabilidade do Exército através do Regimento de Infantaria n.º 1, existindo momentos em que a força deste regimento foi rendida por homens dos Regimentos de Cavalaria n.º 2⁶³² e n.º 4⁶³³, auxiliando-se assim mutuamente nesta tarefa⁶³⁴.

Em janeiro de 1912, o juiz arrolador do PNA mostrava-se preocupado com o número de efetivos presentes no dispositivo de vigilância ao edifício da Ajuda, ao referir que o comando da guarda ao PNA tinha passado de um tenente (anterior a outubro de 1910) para um sargento (depois do 5 de outubro de 1910) e mais recentemente para um cabo, com seis soldados sob o seu comando⁶³⁵. Tal como o juiz arrolador, também o administrador do PNA mostrava preocupações com a guarda do palácio. Armando Porfírio Rodrigues terá mesmo tomado medidas mais drásticas em relação a este assunto, organizando um grupo de homens de confiança, apesar de estranhos ao serviço do edifício, para permanecerem dia e noite dentro do palácio, de modo a prevenir eventuais tentativas de entrada. Esta determinação do administrador

⁶³⁰ TT, AHMF, Caixa 7926.

⁶³¹ Em 12 de outubro de 1910 foi aprovado um diploma extinguindo as Guardas Municipais de Lisboa e do Porto e criando provisoriamente a Guarda Republicana. Decreto, com força de lei, de 12 de outubro de 1910, *Diário do Governo*, n.º 7, de 13 de Outubro de 1910. Com a lei de 3 de maio de 1911, era organizado “*um corpo especial de tropas, denominado Guarda Nacional Republicana, para velar pela segurança publica em todo o país.*” Lei de 3 de maio de 1911, *Diário do Governo*, n.º 103, de 4 de maio de 1911.

⁶³² O Regimento de Cavalaria n.º 2, criado em 1834 por ordem do Rei D. Luís, recebeu em 1888 a designação de Regimento de Cavalaria n.º 2 do Príncipe D. Carlos, passando, com a subida ao trono de D. Carlos, a ter a designação de Regimento de Cavalaria n.º 2 de Lanceiros d’El Rei. Esta unidade militar manteve-se fiel ao regime monárquico na revolução de outubro de 1910, combatendo os revolucionários republicanos. “Historial do Regimento de Lanceiros n.º 2”, acedido em 5 de novembro de 2013 em URL: <http://www.exercito.pt/sites/RL2/Historial/Paginas/default.aspx>.

⁶³³ O Regimento de Cavalaria n.º 4, com origem na criação, em 1762, do Regimento de Cavalaria Ligeira do Príncipe Reinante de Mecklembourg-Strelitz, foi criado em 1806, recebendo em 1888 a denominação de Regimento de Cavalaria n.º 4 do Imperador Guilherme II, da Alemanha, em homenagem ao seu comandante honorário. Esta unidade combateu em defesa do regime monárquico, enfrentando os revolucionários na zona de Alcântara. “Regimento de Cavalaria de Santa Margarida”, acedido em 5 de novembro de 2013 em URL: <http://heportugal.wordpress.com/2014/02/23/regimento-de-cavalaria-de-santa-margarida/>.

⁶³⁴ TT, AHMF, Caixa 7926.

⁶³⁵ TT, AHMF, Caixa 7835. Em documento, existente no Arquivo do PNA, assinado pelo Chefe da Casa Militar de S. M. El-Rei, Francisco Higino Craveiro Lopes, General de Divisão, em 5 de março de 1908, verificamos que a guarda em serviço no Paço da Ajuda era comandada não por um tenente, mas sim por um capitão. A composição desta força militar era: 1 capitão, 1 subalterno, 1 sargento, 2 cabos, 33 soldados e 1 corneteiro. *Instruções para o serviço da Guarda ao Real Paço da Ajuda*. APNA, Guarda Nacional Republicana, 10.6.1.

valeu-lhe diversas críticas, contribuindo mesmo para o levantamento de uma sindicância para averiguação de responsabilidades. Armando Porfírio Rodrigues, revolucionário republicano do 5 de outubro de 1910, utilizaria como argumento para justificar as suas ações, o medo de um golpe monárquico para reverter o regime político de Portugal, devido aos acontecimentos relacionados com as incursões monárquicas lideradas por Paiva Couceiro. O superintendente dos Paços Reais, concordando que conhecia a pernoita do administrador no paço com homens da sua confiança, deu, a nível particular, poderes ao administrador para proteger e vigiar o PNA⁶³⁶.

Referindo-se à tentativa de entrada de estranhos no edifício e alertando para a falta de guarda, Porfírio Rodrigues chegou também a pedir que a vigilância fosse feita pela Guarda Nacional Republicana⁶³⁷. A 2 de maio de 1912, o Comando Geral da Guarda Nacional Republicana informava que tinha estabelecido guarda permanente aos palácios da Ajuda e das Necessidades, que durante a noite seriam vigiados por patrulhas de cavalaria⁶³⁸. Saía assim essa responsabilidade do Exército para voltar à GNR. No entanto, continuaram as preocupações com a segurança do PNA, como verificamos em carta do juiz arrolador, de abril de 1913, na qual pedia o reforço da guarda naquele local⁶³⁹. Não sabemos como foi encarado este pedido, pois desse período apenas constatámos que a força da GNR que em dezembro de 1913 estava responsável da guarda ao PNA, em diligência de serviço, era a 3.^a Companhia (Alcântara), do 1.º Batalhão da GNR⁶⁴⁰.

No ano seguinte, na sequência de uma eventual entrada ilegal no edifício, quer o administrador, Armando Porfírio Rodrigues, quer o fiel depositário dos bens do PNA, Custódio José Vieira, verificam que o número de homens de serviço à guarda do PNA seria insuficiente e solicitam um aumento do mesmo efetivo. No entanto, o Comando Geral da GNR responde que não consegue disponibilizar mais pessoal⁶⁴¹.

⁶³⁶ “Averiguação àcerca da Administração do Palácio Nacional da Ajuda (Despacho de S. Exa. O Ministro das Finanças de 1 de Agosto de 1912). 1.º Volume (Relatório). Lisboa 17 de Junho de 1913.” pp. 43-44. TT, AHMF, Caixa 7911.

⁶³⁷ Ofício n.º 700, TT, AHMF, Caixa 7828.

⁶³⁸ TT, AHMF, Caixa 7828.

⁶³⁹ TT, AHMF, Caixa 7909.

⁶⁴⁰ TT, AHMF, Caixa 7925.

⁶⁴¹ Proc. n.º 299, l.º 1, TT, AHMF, Caixa 7925.

Se a preocupação com a segurança do PNA era uma constante, o certo é que houve períodos mais inquietantes do que outros. Durante o movimento revolucionário de maio de 1915⁶⁴², entre o dia 14 e o dia 17, o administrador do PNA pediu aos guardas de serviço (1 cabo e 6 soldados) para não se afastarem do edifício, dando-lhes dinheiro para o rancho para se manterem no local, uma vez que não tinham sido rendidos devido ao conflito revolucionário⁶⁴³. Porém, no seguimento desse mesmo movimento revolucionário e devido à necessidade de efetuar um maior número de patrulhas, a GNR deixou de fazer a guarda ao PNA.

A 26 de maio de 1915 as sentinelas em serviço no PNA eram fornecidas pelo Batalhão de Telegrafistas de Campanha, aquartelado na Ajuda⁶⁴⁴, sobre as quais recaíram diversas queixas de comportamento e até de conivência com o roubo do zinco das coberturas do Passadiço de ligação entre o Paço da Ajuda e o Paço Velho⁶⁴⁵. A 27 de maio de 1915 o fiel depositário, pedindo o regresso da GNR ao Palácio da Ajuda, expunha ao diretor geral da Fazenda Pública a lamentável situação da sua guarda.

“Várias teem sido as vezes que, verbalmente e por escrito, tenho informado V. Ex.^a àcêrca da insuficiência da guarda que diáriamente é fornecida para o Palácio Nacional da Ajuda.

Tal insuficiência é sómente de quantidade quando o serviço é feito pela Guarda Nacional Republicana, pois esta é sempre correcta, escrupulosa no fiel cumprimento dos seus deveres e decente na sua compostura e porte; mas é

⁶⁴² No dia 14 de maio de 1915 iniciou-se em Lisboa um movimento revolucionário que derrubou o governo do general Pimenta de Castro (1846-1918). Este movimento instaurou um conflito nas ruas, em que participaram membros da *Formiga-Branca*, braço armado do Partido Democrático de Afonso Costa. Esta revolta durou até ao dia 17 de maio, causando inúmeros mortos e feridos. MARQUES, Oliveira, *Breve História de Portugal*, 2001, pp. 566-567. RAMOS, Rui, “A Segunda Fundação (1890-1926)”, in, *História de Portugal*, vol. 6 (dir. José Mattoso), 1994, pp. 508-510.

⁶⁴³ Proc. n.º 826, l.º 1, TT, AHMF, Caixa 7925.

⁶⁴⁴ O Batalhão de Telegrafistas de Campanha foi criado em 1913 e instalou-se na Ajuda, nas instalações cedidas ao Ministério da Guerra em 1911, onde tinha sido acomodada a Companhia de Equipagens. “Historial do Regimento de Transmissões”, acedido em 21 de abril de 2014 em URL: <http://www.exercito.pt/sites/RT/Historial/Paginas/default.aspx>.

“Em Março de 1911 foram cedidos os edifícios, que constituem hoje o Quartel de Telegrafistas de Campanha, para alojamento de Companhias de Equipagens do Exército, sendo para isso necessários e aproveitáveis pela sua própria disposição, como então se alegou. Decorrido, porém, algum tempo depois da cedência, já não serviam e aquelas Companhias eram transferidas para um quartel em Belém, indo ocupar os referidos edifícios o Batalhão de Telegrafistas.” Proc. 1850, L.º 3.º, TT, AHMF, Caixa 7914.

O auto de entrega das cavalariças e cocheiras foi assinado a 10 de março de 1911. Proc. n.º 1006, l.º 3.º, TT, AHMF, Caixa 7927.

⁶⁴⁵ Proc. n.º 840, l.º 1, TT, AHMF, Caixa 7926.

também, e sobretudo, de qualidade quando a guarda é fornecida pelas unidades do exército.”⁶⁴⁶

Esta preocupação de ligação dos militares ao edifício do PNA estava presente na mente do administrador, que chegou até a propor a demolição do passadiço de ligação entre o palácio e o Paço Velho, de modo a evitar que a força militar tivesse acesso aos espaços tutelados pelo Ministério das Finanças⁶⁴⁷.

No dia 31 de maio de 1915 o Comando Geral da GNR comunicou ao Diretor Geral da Fazenda Pública que haviam sido dadas ordens ao Batalhão n.º 1 para fornecer a guarda ao PNA⁶⁴⁸, provavelmente através da 3.ª Companhia (Alcântara). De abril de 1916, encontrámos a referência que a guarda ao PNA era feita pela 6.ª companhia da GNR⁶⁴⁹. Desse ano data também um documento, que apresenta marcas de ter estado afixado, com um conjunto de instruções para o serviço de guarda ao PNA:

“INSTRUÇÕES À GUARDA DO PALÁCIO NACIONAL DA AJUDA

1ª

A Guarda do Palácio Nacional da Ajuda não permitirá a entrada ou saída a qualquer pessoa estranha, antes do nascer do sol ou depois do pôr do sol.

2ª

Não permitirá a saída de qualquer volume ou mobiliário sem ordem assinada pelo Fiel Depositário ou quem de direito superintenda no Palácio.

3ª

Não permitirá a passagem no átrio do Palácio a crianças que não forem acompanhadas por pessoas adultas.

4ª

Evitará que os visitantes sejam encomodados por indigentes de qualquer sexo ou idade que andem esmolando ou vendendo qualquer artigo. na área do seu districto

5ª

Não permitirá a passagem no átrio do Palácio, de trens, automóveis ou qualquer veiculo salvo em serviço do Palacio.

6ª

⁶⁴⁶ TT, AHMF, Caixa 7926.

⁶⁴⁷ Proc. n.º 1153, l.º 1, TT, AHMF, Caixa 7925. APNA, Ofícios expedidos, Junho de 1916, fólio 4.

⁶⁴⁸ Ofício n.º 2415, TT, AHMF, Caixa 7925.

⁶⁴⁹ TT, AHMF, Caixa 7926. Não conseguimos, contudo, identificar esta 6.ª Companhia da GNR.

Não permitirá ajuntamentos ou diversões de qualquer natureza que possam prejudicar o edificio.

7^a

Evitará rigorosamente que alguém inscreva datas ou frases em qualquer parte do edificio. na area do seu destricto

8^a

Não consentirá que no edificio sejam colocados anúncios cartazes ou quaisquer manuscritos.

9^a

Vigiará que não sejam danificadas as estátuas que se acham expostas. na area do seu destricto

10^a

Não consentirá que o átrio seja transposto por qualquer pessoa ou grupo em descantes ou tocando qualquer instrumento.

11^a

Vigiará que não sejam danificadas as árvores que estão á parte Sul e ao Poente do Palácio.

12^a

A Guarda prestará todo o auxilio que a bem da ordem e regularidade do serviço lhe seja pedido pela Administração do Palácio.

Administração do Palácio Nacional da Ajuda 18 de Setembro {12 de Outubro}

O Administrador

Armando Porfírio Rodrigues”⁶⁵⁰

Ainda em contexto de conturbado período republicano, há referências de que, nos dias seguintes à Revolução de 5 de dezembro de 1917, a Administração do PNA sofreu um assalto, tendo sido roubadas as receitas das rendas. No dia 10 de dezembro terão sido arrombadas as portas do escritório da administração no PNA, bem como a própria casa do administrador, de onde desapareceram alguns objetos⁶⁵¹. Os problemas de segurança mantinham-se, portanto, apesar das constantes diligências do administrador para os resolver.

⁶⁵⁰ *Instruções à Guarda do Palácio Nacional da Ajuda*. APNA, Guarda Nacional Republicana, 10.6.1., pasta 4, fólio 1.

⁶⁵¹ Desapareceram da casa do administrador do PNA, Armando Porfírio Rodrigues, cinco armas de fogo, algumas munições, um par de algemas, uma bandeira azul e branca bordada a ouro que foi do Colégio de Campolide, uns binóculos e uma espada. Proc. n.º 1590, l.º 2.º, TT, AHMF, Caixa 7916.

Não sabemos exatamente quando, mas neste período a GNR voltou a ser retirada do PNA, sendo substituída novamente por uma força do Exército, possivelmente pelo Batalhão de Telegrafistas de Campanha.

Em fevereiro de 1918 os soldados retiraram-se da casa da guarda por esta estar inabitável. O administrador fez então um pedido para obras urgentes, naquelas instalações do PNA, queixando-se que as mesmas se encontravam em mau estado devido aos estragos causados pelas próprias praças e esclarecendo que a força militar tinha abandonado a casa da guarda

*“levando-a a tal ponto que hoje acampam sob as arcadas, onde colocaram umas tabuas arrancadas das tarimbas e ali se conservam durante dia e noite apresentando um espetaculo deveras vergonhoso.”*⁶⁵²

Ainda no seguimento do comportamento da força militar presente no PNA, em julho de 1918, Porfírio Rodrigues pedia para que a guarda do edifício fosse feita pela GNR⁶⁵³. O seu pedido seria atendido e ainda nesse mês, a 28 de julho, a força do Exército que fazia guarda ao PNA foi retirada do local⁶⁵⁴.

Em novembro de 1918, o asilo da Ajuda da “Obra de Assistência 5 de dezembro” ocupou os edifícios do Largo da Torre, n.º 1 e a denominada casa da guarda, no Largo da Ajuda, para recolher cerca de 50 crianças órfãs de vítimas da gripe pneumónica⁶⁵⁵. O administrador do PNA revelou-se contra a entrega da casa da guarda do palácio para arrendamento e alertou mais uma vez para os problemas de vigilância e segurança do edifício.

*“Uma vez desapossada esta Administração da dita casa, e sendo necessario com urgencia instalar uma guarda no Palacio por motivo dos ultimos acontecimentos viu-se esta Administração na dura necessidade de a instalar na portaria do Palacio.”*⁶⁵⁶

Contando agora com membros da guarda instalados no interior do próprio palácio, numa nova Casa da Guarda, o administrador revela-se, contudo, bastante descontente, pois não confiava nos soldados. Como não queria que estes ficassem

⁶⁵² Proc. n.º 62, l.º 3.º, TT, AHMF, Caixa 7926.

⁶⁵³ *Idem.*

⁶⁵⁴ *Idem.*

⁶⁵⁵ SEQUEIRA, Álvaro, *A pneumónica. Spanish influenza*, 2001.

⁶⁵⁶ Ofício n.º 17, TT, AHMF, Caixa 7926.

sozinhos, e uma vez que tinha pouco pessoal, Porfírio Rodrigues chega a mencionar que desde o dia 30 de abril de 1919 pernoitava no palácio, não vendo, porém, resultados do seu esforço⁶⁵⁷.

As queixas em relação ao estado da nova casa da guarda foram também uma constante, apesar de algumas obras de manutenção e beneficiação, havendo registos de reclamações da GNR pela falta de condições e de higiene referentes aos anos de 1920, 1921, 1931 e 1933⁶⁵⁸.

Em abril de 1919 surgem, uma vez mais, diversas preocupações acerca da falta de guarda no PNA. O administrador do PNA comunica que os militares abandonaram há muitos meses a guarda do palácio e comunica alguns factos ocorridos devido a essa ausência⁶⁵⁹. Custódio José Vieira, depositário dos bens arrolados e chefe da 4.ª Repartição do Património da DGFP, partilhou essa preocupação com a segurança do PNA, alinhando-se com as críticas à entrega ilegal e abusiva da casa do Largo da Torre, n.º 1, em 12 de fevereiro de 1918 à já referida “Obra de Assistência 5 de dezembro”, e ao facto de o PNA ter ficado sem as casas dos oficiais e das praças de guarda ao palácio. E diria ainda que

*“O Director da Biblioteca da Ajuda, não pelo Palácio, mas por esta, conseguiu que, para de qualquer forma obviar a tal inconveniente, ali fizessem serviço dois guardas da polícia Cívica, destacados da esquadra próxima. Depois da revolta monárquica de Monsanto nunca mais, porém, foram mandados, sequer, êsses polícias, tendo estado, e estando, o Palácio no mais completo abandono e à mercê de tudo.”*⁶⁶⁰

Com a Lei de 10 de maio de 1919⁶⁶¹, que reorganizou o dispositivo da Guarda Nacional Republicana, seriam instaladas na Ajuda diversas unidades desta força, a saber, a 3.ª Bateria do Grupo de Baterias de Artilharia, o 4.º Grupo de Esquadrões do Grupo de Esquadrões (Cavalaria) e o Comando do Batalhão n.º 6, que aqui instalou também as suas 1.ª e 2.ª Companhias.

O administrador do PNA, em 30 de maio de 1919, referindo que a guarda está instalada na portaria do PNA, afirma que este local não tem condições e que a guarda

⁶⁵⁷ Ofício n.º 17, TT, AHMF, Caixa 7926.

⁶⁵⁸ Proc. n.º 62, l.º 3.º, TT, AHMF, Caixa 7926.

⁶⁵⁹ Ofício n.º 16, Proc. n.º 591, l.º 3.º, TT, AHMF, Caixa 7926.

⁶⁶⁰ Ofício de 30 de abril de 1919, Proc. n.º 591, l.º 3.º, TT, AHMF, Caixa 7926.

⁶⁶¹ Lei n.º 5:568, de 10 de maio de 1919, *Suplemento do Diário do Governo*, n.º 98, de 10 de maio de 1919.

deveria ser instalada numa cocheira existente no lado poente do palácio, que na altura já havia sido arrolada⁶⁶². Em 2 de junho, o diretor geral da Fazenda Pública, pede então informações acerca da despesa para transformar essa cocheira em casa da guarda⁶⁶³. Não encontramos, contudo, referências acerca dessa mudança, o que nos leva a crer que nunca terá sido concretizada. Ainda nesse ano de 1919, em setembro, o administrador Armando Porfírio Rodrigues pediu cinco guaritas para o PNA, para o serviço de sentinelas da GNR, pois só existia uma e em mau estado de conservação. Seriam entregues não cinco, mas apenas três, em junho de 1920⁶⁶⁴. Intuímos, assim, que a guarda do PNA deverá ter voltado a ser feita pela GNR, através das unidades que se instalaram na Ajuda, paredes meias com o próprio palácio.

Com o Decreto de 13 de março de 1922⁶⁶⁵, a Guarda Nacional Republicana foi novamente reorganizada. Na Ajuda, permaneceu aquartelado o 4.º Grupo de Esquadrões do Grupo de Esquadrões (Cavalaria), bem como a 5.ª Companhia do Batalhão N.º 2. A guarda ao Palácio Nacional da Ajuda seria então feita por homens desta 5.ª Companhia do Batalhão N.º 2, como podemos verificar através das relações dos artigos existentes na Casa da Guarda deste edifício, que eram verificados pelos comandantes da guarda de serviço, normalmente 1.ºs cabos ou 2.ºs cabos⁶⁶⁶. Na vária documentação consultada encontram-se referências à presença, no PNA, das 5.ª e 6.ª Companhias, que asseguravam de modo intermitente o serviço de guarda do palácio⁶⁶⁷.

Verificamos, ainda, que em alguns momentos peculiares, em que foi necessário o reforço de vigilância e de segurança, foi chamada para a guarda do palácio uma outra força militar, que não a GNR. Recordamos um desses episódios: em setembro de 1926 surgiu uma suspeita de segurança no Palácio Nacional da Ajuda, que se prendia com a possibilidade da existência de armamento e de bombas armazenados no interior do edifício. O chefe da Secção dos Palácios Nacionais, Custódio José Vieira, descreveu os

⁶⁶² No arrolamento deste espaço há apenas menção a uma pequena porção de madeira de pouco valor. Proc. n.º 591, l.º 3.º, TT, AHMF, Caixa 7926.

⁶⁶³ TT, AHMF, Caixa 7926.

⁶⁶⁴ *Idem*.

⁶⁶⁵ Decreto n.º 8.064, de 13 de março de 1922, *Diário do Governo*, n.º 50, de 13 de março de 1922.

⁶⁶⁶ *Relações dos objectos existentes na casa da guarda à responsabilidade do comandante da mesma, Batalhão N.º 2 – 5.ª Companhia*. APNA, Guarda Nacional Republicana.

⁶⁶⁷ Em 23 de agosto de 1921 há registos de guarda feitos pelo “*Batalhão 2 – 5.ª Companhia*”; em 1 de setembro regista-se a referência à 6.ª Companhia do mesmo Batalhão n.º 2 (“*Batalhão n.º 2 – 6.ª Companhia*”), retomando a 5.ª Companhia em de setembro de 1921 (“*Batalhão 2 – 5.ª Companhia*”) e, novamente, a 6.ª Companhia em 7 de setembro de 1921 (“*Batalhão n.º 2 – 6.ª Companhia*”). No Arquivo do Palácio Nacional da Ajuda existem ainda documentos (relações de bens existentes na Casa da Guarda do PNA) datados de 7 para 8 de setembro de 1921 a 11 de janeiro de 1924, que mencionam sempre o Batalhão n.º 2 e a 5.ª Companhia. Guarda Nacional Republicana, APNA, 10.6.1.

acontecimentos, referindo que no dia 20 de setembro de 1926, às 22 horas, foi a sua casa o capitão Baptista, do Batalhão de Telegrafistas de Campanha, por comunicação do Ministro da Guerra, para o levar ao PNA, de modo a fazerem uma busca. Terão ido

*“num automóvel que o Ex.mo Sr, Secretário Geral da Presidencia da Republica amavelmente cedeu para meu transporte, a solicitação do mesmo administrador [Armando Porfírio Rodrigues] por ambos saberem o meu bastante precário estado de saúde em vista do qual devo, por prescrição médica, evitar sair à noite e preciso ter uma vida livre de preocupações e sobressaltos.”*⁶⁶⁸

Vieira adiantava que “A busca terminou ao meio-dia, sem que tivesse dado resultado.”⁶⁶⁹

Com a publicação do Decreto n.º 13.436, de 8 de abril de 1927⁶⁷⁰ e do Decreto de 16 de outubro de 1928⁶⁷¹, a GNR foi novamente remodelada, mas sem alterações na Ajuda, onde permaneceram a 5.ª Companhia do Batalhão N.º 2 e o 4.º Esquadrão do Regimento de Cavalaria. No ano de 1928 verificou-se uma redução do número de sentinelas da GNR de serviço ao PNA, surgindo a necessidade de policiamento da área da Alameda dos Pinheiros, junto ao palácio, pela Polícia de Segurança Pública⁶⁷².

Em setembro de 1933, as preocupações do administrador do PNA quanto à segurança relacionavam-se sobretudo com o movimento de pessoas e volumes pelo pátio do palácio. Armando Porfírio Rodrigues refere neste período que as instruções para o regulamento da guarda no PNA, feitas em 1911, impediam o transporte de volumes pelo pátio, a não ser em serviço do palácio, sendo que depois do anoitecer ninguém poderia atravessar o recinto. Refere também que estas instruções haviam sido alteradas aquando da estada da Secretaria da Presidência da República no PNA, não incluindo estas cláusulas, demonstrando, contudo, vontade de repor as ordens anteriores⁶⁷³.

Em resposta a este desejo, o diretor geral interino da Fazenda Pública, António Luís Gomes, em ofício dirigido ao general comandante geral da GNR regulamentaria que,

⁶⁶⁸ Proc. n.º 357, l.º 5.º, TT, AHMF, Caixa 7928.

⁶⁶⁹ *Idem*.

⁶⁷⁰ Decreto n.º 13.436, de 8 de abril de 1927, *Diário do Governo*, n.º 73, de 8 de abril de 1927.

⁶⁷¹ Decreto de 16 de outubro de 1928, *Diário do Governo*, n.º 240, de 18 de outubro de 1928.

⁶⁷² APNA, Administração Palácios, Caixa 1, 11 – Documentos diversos, fólio 47.

⁶⁷³ Setembro de 1933. TT, AHMF, Caixa 7931.

*“A bem da ordem e regularidade do serviço do Palácio Nacional da Ajuda é preciso evitar abusos no trânsito de pessoas carregadas de volumes pelo pátio dêsse Palácio, impedir que se transite por aí depois do anoitecer e ainda que permaneçam ou se utilizem dos terrenos do Palácio, ao sul e ao norte dêste.”*⁶⁷⁴

Em 1935 foi pensada uma substituição da guarda ao PNA, da GNR para uma força do Exército. Foram emitidos pareceres negativos pelo conservador do PNA, Armando Porfírio Rodrigues, e pelo diretor geral da Fazenda Pública, não tendo chegado a haver mudança de força de segurança⁶⁷⁵.

Mencionemos, por fim, as movimentações no sentido de fazer instalar, em espaços do complexo palaciano da Ajuda, um quartel militar, após a implantação da República.

Em 1914 o Comando Geral da GNR solicitou o Paço Velho, para instalar um quartel. Em fevereiro de 1915 o arquiteto Rosendo Carvalheira⁶⁷⁶ (arquiteto da Direção Geral das Obras Públicas) e Bandeira Neiva (Diretor Geral das Obras Públicas) visitaram o Paço Velho, que estava praticamente vazio e em mau estado de conservação, para avaliarem a possibilidade de obras no local⁶⁷⁷. Depois da aprovação tutelar iniciou-se a campanha de obras a 21 de fevereiro de 1915, que se arrastaria durante cerca de quatro anos e meio, sendo finalmente suspensa em setembro de 1919⁶⁷⁸.

Este processo de obras no Paço Velho foi demorado e recebeu diversas críticas, pois o tempo passava sem que surgisse um projeto definido.

*“á 4 anos e meio se veem realizando no edificio do estado denominado – Paço Velho – em Ajuda e sendo esta Obra de nenhuma utilidade Publica, visto que, ainda não se reconheceu o género de adaptação que se deva dar a tal Edificio”*⁶⁷⁹

⁶⁷⁴ 11 de outubro de 1933. TT, AHMF, Caixa 7931.

⁶⁷⁵ *Idem*.

⁶⁷⁶ Rosendo Garcia de Araújo Carvalheira (1863-1919). Arquiteto, foi autor de diversos edifícios edificados de raiz e pelo restauro de outros, destacando-se a Sé da Guarda e o Mosteiro dos Jerónimos. Foi ainda o responsável pela modificação do terreiro e envolvente do Palácio Nacional de Sintra. MENDES, Elsa, *A obra do arquitecto Rosendo Carvalheira (1863-1919)*, 2000. SOARES, Luís, *Palácio Nacional de Sintra. Circuito Expositivo. Análise da sua evolução*, 2010, pp. 18-19.

⁶⁷⁷ APNA, Ofícios expedidos, Fevereiro de 1915, fólio 1.

⁶⁷⁸ Proc. n.º 547, 1.º 1, TT, AHMF, Caixa 7925.

⁶⁷⁹ APNA, Ofícios expedidos, 1919, fólio 56.

Em 1918 o edifício do Paço Velho foi também requisitado pela Companhia de Telegrafistas de Campanha, para instalação de uma Bateria de Posição⁶⁸⁰. Armando Porfírio Rodrigues mostrou-se sempre preocupado com as intenções de ocupação do Paço Velho, afirmando que não era respeitado pelo arquiteto Rosendo Carvalheira e pelos militares que ali pretendiam instalar o quartel⁶⁸¹. O diretor geral da Fazenda Pública também não era favorável a esta intenção dos militares⁶⁸². Talvez tenha sido por este motivo que, depois da paragem das obras, o Paço Velho fosse entregue à Guarda Nacional Republicana e não a qualquer outra força militar.

O contrato assinado entre a Administração do PNA e o Comando Geral da GNR, para o seu aquartelamento no Paço Velho, teve efeito a partir de 1 de dezembro de 1919⁶⁸³. As condições de arrendamento implicaram a deslocação de diversos inquilinos do Estado⁶⁸⁴, facto que contou com vários opositores na tutela, com destaque para o chefe da 4.ª Repartição (Património) da Direção Geral da Fazenda Pública⁶⁸⁵.

1.4.2.2. Projetos e obras

O Palácio Nacional da Ajuda, classificado como Monumento Nacional por Decreto de 16 de junho de 1910⁶⁸⁶, fechado e sem funções definidas devido à mudança de regime político em Portugal, não foi alvo de grandes campanhas de obras nos anos seguintes à implantação da República. Temos, contudo, notícia de pequenas intervenções, entre o final de 1910 e meados de 1914, essencialmente de manutenção, que não trouxeram modificações significativas nos diversos espaços do conjunto edificado.

Neste período o juiz arrolador conseguiu, durante o processo de inventário judicial do recheio do PNA, manter ao serviço dois carpinteiros/polidores, que foram responsáveis pela manutenção e por algumas reparações, sempre tendo como objetivo a

⁶⁸⁰ Proc. n.º 131, 1.º 3.º, TT, AHMF, Caixa 7926.

⁶⁸¹ *Idem.* APNA, Ofícios expedidos, Abril de 1918, fólio 1.

⁶⁸² Proc. n.º 131, 1.º 3.º, TT, AHMF, Caixa 7926.

⁶⁸³ TT, AHMF, Caixa 7925.

⁶⁸⁴ Foram deslocados os inquilinos que residiam no Pátio das Cozinhas (12), no Pátio da Ópera (4), no Pátio das Carvalhas (2) e no Pátio do Seminário (1). APNA, Ofícios expedidos, 1919, fólios 79-80.

⁶⁸⁵ Proc. n.º 547, 1.º 1, TT, AHMF, Caixa 7925.

⁶⁸⁶ Decreto de 16 de junho de 1910, *Diário do Governo*, n.º 136, de 23 de junho de 1910.

conservação do existente. Uma das exceções foi a remoção de uma parede de tabique que existia numa sala perto da Sala da Ceia:

*“Já depois de iniciado o arrolamento, mas sem que o Juiz fosse ouvido, antes com seu desconhecimento, foi arrancado o tabique que existia na ARRECADAÇÃO DE D. MARIA PIA e que servia para reservar a copa o espaço entre êle e a contígua SALA GRANDE DA CEIA.”*⁶⁸⁷

Este tabique estava numa “sala Grande”, que deverá ser a atualmente designada Sala D. Carlos, vizinha da Sala de Banquetes, que estaria à data

*“dividida em duas partes, quasi iguaes, por um tapume a menos de meio altura das paredes, ficando uma contigua à sala da ceia com que comunica por meio de dois Guarda-ventos com portas”*⁶⁸⁸

Estas divisórias foram removidas, antes do final do mês de novembro de 1911, sem conhecimento do juiz arrolador do PNA, por ordem do Superintendente dos Paços Reais, que pretendia assim devolver o aspeto original a esta sala⁶⁸⁹. A par das divisórias foram também desmantelados os diversos armários que aí existiam, *“O tapume foi tirado e os objectos, que estão agora em grande quantidade sobre os aparadores e no chão, estavam antes disso guardados nos aludidos armários.”*⁶⁹⁰

Ainda durante o processo de arrolamento do PNA, o juiz João Taborda de Magalhães ordenou a construção de uma parede de tijolo numa das portas da “Arrecadação do Tesouro”, com o intuito de limitar o acesso a este local através da restante ala norte do palácio. Esta pequena empreitada foi executada em fevereiro de 1913 pela Direção Geral das Obras Públicas e Minas.⁶⁹¹

Depois de concluído o inventário judicial, iniciaram-se no PNA algumas diligências tendo em vista a determinação de novas funções para este monumento. Quer fosse com o intuito de colocar o palácio aberto aos visitantes, quer fosse com a intenção

⁶⁸⁷ “Averiguação àcêrca da Administração do Palácio Nacional da Ajuda (Despacho de S. Exa. O Ministro das Finanças de 1 de Agosto de 1912). 1.º Volume (Relatório). Lisboa 17 de Junho de 1913”, p. 254. TT, AHMF, Caixa 7911.

⁶⁸⁸ “Auto de arrolamento 205”, PT/PNA/DGFP/0001-002/0006/00035, acedido em 3 de julho de 2014 em URL: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4683551>.

⁶⁸⁹ “Averiguação àcêrca da Administração do Palácio Nacional da Ajuda (Despacho de S. Exa. O Ministro das Finanças de 1 de Agosto de 1912). 1.º Volume (Relatório). Lisboa 17 de Junho de 1913”, pp. 254-255. TT, AHMF, Caixa 7911.

⁶⁹⁰ “Auto de arrolamento 205”, PT/PNA/DGFP/0001-002/0006/00035, acedido em 3 de julho de 2014 em URL: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4683551>.

⁶⁹¹ Proc. n.º 1440, l.º 23, TT, AHMF, Caixa 7925.

de lhe dar um papel protocolar significativo, verificamos neste período novas intervenções no palácio. Contudo, a grande maioria destas intervenções visaria apenas a conservação do edifício, consistindo em meras reparações de elementos danificados: desinfestações, substituição de vidros, reparações pontuais em coberturas e em aberturas (portas e janelas), intervenções em canalizações e instalações elétricas.

Será desde período, ainda que não nos seja possível confirmar o momento exato, o desmantelamento da estrutura do trono da designada Sala do Trono, símbolo máximo do regime anterior que agora a nova ordem política republicana considerava a remover. Manuel Carlos de Almeida Cayola Zagalo, conservador do PNA entre 1938 e 1964⁶⁹², deixou escrito que nesta sala, “*Situava-se o grandioso trono onde está a tapeçaria do núcleo dos COSTUMES TURCOS, Almoço da Sultana, do tapeceiro Audran (1782), dali retirado pouco depois de 1910.*”⁶⁹³ Recorrendo ao Arrolamento do Palácio Nacional da Ajuda, verificamos que quando esta divisão foi arrolada, a 29 de março de 1912, ainda aí se encontrava:

“Um estrado de trez degráus, de cantos cortados, forrado de veludo de lã côr de vinho, com Galão de requife a Guarnecel-o em todas as arestas e ângulos. [...] tem em cima:

[...] Trez cadeiras de braços, de espaldar alto, com o antigo escudo das armas portuguesas em cima, com uma corôa, [...], e por cima d’estas cadeiras está:

[...] Um docel circular, de madeira entalhada e dourada, com as antigas armas portuguesas à frente e no alto, [...] - Constituindo todos estes objectos o antigo throno.”⁶⁹⁴

Gostaríamos, ainda, de destacar duas intervenções no PNA feitas nesta época, que provocaram o desaparecimento de dois exemplares de estruturas arquitetónicas de ferro e vidro de finais de oitocentos.

⁶⁹² Ver ponto 2.2.1. *Manuel Carlos de Almeida Cayola Zagalo, Conservador do PNA.*

⁶⁹³ ZAGALO, Manuel, *Palácio Nacional da Ajuda, Roteiro*, 1961, p. 75.

⁶⁹⁴ “Auto de arrolamento 293”, PT/PNA/DGFP/0001-002/0009/00003, acedido em 4 de julho de 2014 em URL:<http://digitalq.arquivos.pt/details?id=4683649>.

Em 17 de maio de 1915, num momento de instabilidade pública, em plena revolta de maio⁶⁹⁵, rebentou uma granada explosiva junto da cantaria de uma janela do PNA. O administrador relatou à tutela o sucedido:

*“devido aos últimos acontecimentos ocorridos no País, o edifício do Palacio Ajuda foi atingido por uma granada que partiu alguns vidros da estufa e de algumas janelas dos antigos aposentos da Snr.^a D. Maria Pia.”*⁶⁹⁶

E Custódio José Vieira, fiel depositário dos bens arrolados, elencou com mais pormenor os danos causados pela explosão:

*“uma granada que rebentou de encontro à cantaria duma janela dos aposentos que foram da Sr.^a D. Maria Pia, num dos dias dêste movimento revolucionário, deteriorou parte da parede, quebrou as chapas de vidro daquela janela e quasi todos os vidros da estufa que fica mais adiante e, com o choque, maltratou um fogão de mármore negro lascando-o em alguns pontos, partindo-o noutros e deslocando-o.”*⁶⁹⁷

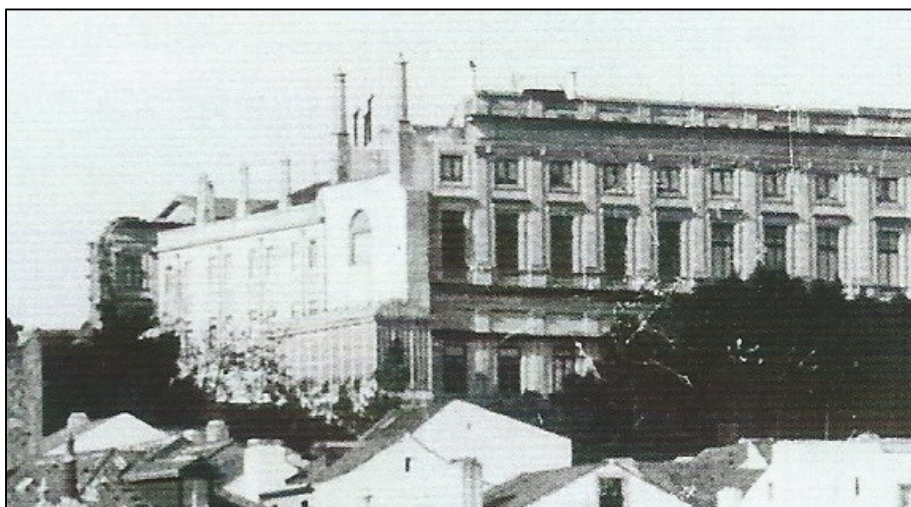


Fig. 30 – “Vista do Palácio da Ajuda – alas sul e oeste. Finais do séc. XIX.”

DDF/Palácio Nacional da Ajuda – 1.1.1. BURNAY, M. João e PORTUGAL, Mafalda, “A família real na Ajuda no século XIX e o gosto pela natureza”, in, *Património Estudos*, 8, 2005, p.216.

É visível no topo oeste da ala sul a estufa que se localizava a seguir aos aposentos da Rainha D. Maria Pia.

⁶⁹⁵ No dia 14 de maio de 1915 iniciou-se, em Lisboa, um movimento revolucionário que derrubou o governo do general Pimenta de Castro (1846-1918). Este movimento instaurou um conflito nas ruas, em que participaram membros da *Formiga-Branca*, braço armado do Partido Democrático de Afonso Costa. Esta revolta durou até ao dia 17 de maio, causando inúmeros mortos e feridos. MARQUES, Oliveira, *Breve História de Portugal*, 2001, pp. 566-567. RAMOS, Rui, “A Segunda Fundação (1890-1926)”, in, *História de Portugal*, vol. 6 (dir. José Mattoso), 1994, pp. 508-510.

⁶⁹⁶ Ofício n.º 74, Proc. n.º 800, l.º 1, TT, AHMF, Caixa 7925.

⁶⁹⁷ Proc. n.º 800, l.º 1, TT, AHMF, Caixa 7925.

Os vidros da janela seriam substituídos, mas os da mencionada estufa não o foram, alegando-se que eram de difícil aquisição e muito caros, o que levaria a um progressivo abandono desta estrutura de ferro e vidro; ficava assim descurada até 1930, altura em que se procedeu ao seu desmantelamento total⁶⁹⁸. Esta estufa está identificada no arrolamento judicial do PNA com a designação, “*Estufa que fica sob a designação da mesma letra T., e numeração seguida à da sala anterior*”⁶⁹⁹.

Em agosto de 1919, decidiu a Direção Geral da Fazenda Pública o apeamento de uma outra estrutura de ferro e vidro, que existia junto do vestíbulo que dá para o pátio central do PNA. A desmontagem e remoção desta marquise foram iniciadas em outubro do mesmo ano, por funcionários da Direção de Edifícios Públicos do Distrito de Lisboa⁷⁰⁰.

Acerca deste alpendre envidraçado, referido no arrolamento judicial juntamente com o “*Grande vestíbulo da entrada do palacio*”⁷⁰¹, praticamente desconhecido, mas que marcou a configuração deste local durante algumas décadas, Custódio José Vieira expôs os seguintes dados, seguidos de um parecer a favor da sua remoção:

*“envidraçado que reveste tal entrada do Palácio, excrescência motivada pelo frio que a Senhora Dona Maria Pia, de certa data em diante, começou sentindo demasiadamente, segundo consta, mas que hoje nada tem a justifica-la, antes tudo aconselha que, o mais depressa possível, seja dali removida, quer por desfigurar as linhas do edifício e do pátio central, quer por ocultar a porta própria do vestíbulo, quer por só servir de despesa, pois estão amiudadas vezes partindo os vidros, quer por nem sequer ser qualquer coisa artística, mas, pelo contrário, um mono que qualquer modesto proprietário recusaria”*⁷⁰²

A apreciação negativa acerca desta marquise, aqui expressa por Vieira, terá sido com certeza partilhada por outras personalidades e deverá ter estado na base da resolução do desmantelamento.

⁶⁹⁸ Durante o seu desmantelamento pela Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, foi participado à Polícia o furto de parte das estruturas de ferro. TT, AHMF, Caixa 7930.

⁶⁹⁹ “Auto de arrolamento 72”, PT/PNA/DGFP/0001-002/0003/00006, acedido em 16 de maio de 2014 em URL: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4683390>.

⁷⁰⁰ Proc. N.º 747, 1.º 3.º, TT, AHMF, Caixa 7926.

⁷⁰¹ “Auto de arrolamento 88”, PT/PNA/DGFP/0001-002/0003/00025, acedido em 16 de maio de 2014 em URL: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4683411>.

Neste auto de arrolamento, no fólio 908, surge a indicação “*No tecto da marquise envidraçada, de fóra da porta d’entrada [...]*”.

⁷⁰² TT, AHMF, Caixa 7926.

Com a remoção destas duas estruturas de ferro e vidro, tão típicas do século XIX, procurava-se porventura devolver ao Palácio Nacional da Ajuda uma pureza arquitetónica e uma coerência estilística; contudo, o seu desaparecimento contribuiu para eliminar apontamentos construtivos ligados à própria habitabilidade do edifício.

A primeira grande campanha de obras no edificado do PNA, depois de 1910, terá sido a que foi empreendida no Paço Velho, com a perspectiva de separação deste corpo do Paço Novo (PNA). Este projeto esteve a cargo do arquiteto Rosendo Carvalheira e a intervenção, dirigida pela Direção Geral das Obras Públicas e Minas, teve lugar entre 1915 e 1919, culminando com a entrega do denominado Paço Velho à Guarda Nacional Republicana⁷⁰³.

Até 1920 as diversas obras efetuadas no PNA foram feitas pela Direção Geral de Obras Públicas. A partir dessa data essa responsabilidade passou para a Administração Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais⁷⁰⁴, que dirigiu as campanhas de obras nos monumentos portugueses entre 1920 e 1929. No entanto, a legislação determinava que os Conselhos de Arte e Arqueologia continuariam a ser responsáveis pelos pareceres técnicos, o que viria a dar azo a alguns problemas na execução dos projetos, como testemunhava, à época, António Caldeira Coelho (1888-1977):

*“é pelo Ministério do Comércio que são feitos os orçamentos para as reparações, concedidas as verbas e feitas as obras, ao passo que é no Ministério da Instrução que existem os corpos técnicos (os conselhos) que por lei devem dar o parecer sobre todas as obras que interessam aos monumentos [...]. E para a salgalhada ser completa depois do art.º 2.º, n.º 4 do citado Decreto de 1911 determinar que é aos conselhos que compete orientar e velar pela conservação e restauração dos monumentos vêm este Decreto 7 036 e no art.º 10.º diz também que é à Administração Geral [...] que cabe a restauração, reparação e conservação dos Monumentos Nacionais, embora seja certo que o Decreto n.º 7 036 d’essa data que regulamenta aquele, manda ouvir os conselhos d’arte e arqueologia, sempre que se trate d’obras em monumentos. É outro remendo”.*⁷⁰⁵

⁷⁰³ Ver o ponto **1.4.2.1. Segurança**.

⁷⁰⁴ A Administração Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais foi criada pelo Decreto n.º 7.038, de 17 de outubro de 1920, *Diário do Governo*, n.º 209, de 17 de outubro de 1920. Este organismo pertencia ao Ministério do Comércio.

⁷⁰⁵ COELHO, António Corrêa Caldeira, *A protecção legal aos Monumentos Nacionais. Conferência pronunciada na sessão solenne da Associação dos Advogados de Lisboa em 20 de Novembro de 1922 e repetida na Associação dos Arqueólogos Portuguezes (Bases para um projecto de lei)*, 1923, pp. 21-22.

Com a criação do Conselho do Património Artístico, em outubro de 1919⁷⁰⁶, órgão do Ministério das Finanças responsável pelos pareceres técnicos e artísticos dos Palácios Nacionais, estes monumentos deixaram de estar sob parecer técnico do Conselho de Arte e Arqueologia da 1.^a Circunscrição. Durante e após o conflito entre ministérios, surgido após a publicação da Lei n.º 1.700 de 1924, e que se prolongou até à publicação do Decreto n.º 11.445 de 1926, a responsabilidade das obras nos antigos Paços Reais manteve-se a cargo da Administração Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais que, nesse ano de 1926, foi transformada em Administração Geral das Obras de Edifícios Nacionais⁷⁰⁷. Porém, tal como verificou Maria João Neto,

*“As alterações decorrentes são mais nominais que orgânicas, assistindo-se à transferência, apenas no plano legal, do antigo serviço de monumentos da Administração Geral para a 3.^a Repartição de Belas Artes. Na prática pouco mudou, com os serviços instalados no mesmo lugar e o corpo técnico a permanecer inalterado.”*⁷⁰⁸

Em 1928, com o Decreto n.º 15.216⁷⁰⁹, os serviços artísticos e arqueológicos foram reorganizados já dentro da nova estrutura política e administrativa que se desenhava:

*“No plano legislativo, Alfredo de Magalhães decide reorganizar os serviços artísticos e arqueológicos, através do Decreto n.º 15 216, de 14 de Março de 1928. Era importante acentuar a mudança política operada a partir do movimento de Braga e demonstrar competência e renovação também no domínio das Belas Artes e do património.”*⁷¹⁰

No entanto, *“Numa análise do diploma, verifica-se que não são feitas alterações de fundo”*⁷¹¹.

A partir de 1929, com a criação da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais⁷¹², as obras em monumentos nacionais, onde se inserem os Palácios Nacionais, ganharam um grande incremento, dentro das Obras Públicas⁷¹³.

⁷⁰⁶ Ver o ponto 1.3.2. *Direção Geral da Fazenda Pública*.

⁷⁰⁷ Decreto n.º 11.663, de 14 de maio de 1926, *Diário do Governo*, n.º 108, de 14 de maio de 1926.

⁷⁰⁸ NETO, Maria João, *A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929-1960)*, 1995, p. 221.

⁷⁰⁹ Decreto n.º 15:216, de 14 de março de 1926, *Diário do Governo*, n.º 67, de 22 de março de 1928.

⁷¹⁰ NETO, Maria João, *Op. cit.*, p. 227.

⁷¹¹ NETO, Maria João, *Op. cit.*, pp. 227-228.

Apesar das mudanças orgânicas das entidades responsáveis pela conservação e beneficiação dos Palácios Nacionais, no PNA continuaram a ser efetuadas pequenas campanhas de obras em diversos espaços, a grande maioria relacionadas com a preservação do edifício.

Em 1925 foi solicitada pela Direção Geral da Fazenda Pública à Administração Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, uma avaliação do estado de conservação do Palácio da Ajuda, para averiguar quais seriam as obras necessárias neste monumento.

Depois de um levantamento efetuado ainda nesse ano, em março de 1926 seria apresentado, pela Direção de Edifícios e Monumentos Nacionais do Sul, um relatório, com uma listagem de intervenções necessárias e respetivas despesas, num orçamento global:

*“O presente orçamento intitulado “Reparações urgentes no Palacio d’ Ajuda”, foi por nós elaborado em cumprimento da ordem de serviço, n.º 992 de 10 de Dezembro de 1925, e importa em 569:035\$00, depois de modificado segundo a ordem de serviço n.º 1608 de 27 de Fevereiro de 1926.”*⁷¹⁴

No ofício que acompanha o orçamento, os técnicos apontavam os danos mais preocupantes no PNA, referindo as medidas gerais que consideravam ser indispensáveis realizar:

“Sendo este Palacio uma jóia de rica construção, tem hoje as suas salas imponentes extraordinariamente estragadas pella infiltração das aguas pluviais; os telhados necessitam de uma urgentíssima reparação pois as aguas infiltram-se abundantemente por eles; os torreões incompletos, permitem pelos seus vãos de janela, o assalto da chuva; as inúmeras janelas do edificio, pela falta de vidraça nos caixilhos, dá livre passagem às aguas pluviais, quando batidas por algum vento. O presente orçamento não se destina às reparações interiores, pois que para isso nem dois milhões e quinhentos mil escudos chegariam, mas sómente à reparação de telhados e caixilhos de janela, a colocar vidros, e a

⁷¹² Decreto n.º 16.791, de 30 de abril de 1929, *Diário do Governo*, n.º 97, de 30 de abril de 1929.

⁷¹³ “Seria curta a durabilidade do regime orgânico dos monumentos nacionais consagrado pelo diploma de 1928. Em Abril do ano seguinte, o Decreto n.º 16 791 do executivo chefiado pelo General José Vicente de Freitas, também responsável pela pasta do Comércio e Comunicações, criava a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, devolvendo, assim, o serviço de obras em monumentos à tradicional dependência das Obras Públicas.” NETO, Maria João, *Op. cit.*, p. 228.

⁷¹⁴ SIPA TXT.00426497, PT DGEMN:DSID-001/011-1314, acedido em 16 de maio de 2014 em URL: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00004722.

*tapar a pano de tijolo, os vãos de janelas e portas, nos torreões incompletos. Tais são os trabalhos que fazem parte deste orçamento que temos a honra de apresentar á apreciação superior.”*⁷¹⁵

As intervenções identificadas nesse documento começaram a ser executadas em 1926. Como foram sendo adjudicadas e entregues de maneira fracionada e, em alguns aspetos, ligeiramente modificadas, podemos considerar que esta campanha terminou em 1933, com a limpeza das fachadas. No entanto, estas obras confundem-se, em alguns pontos, com um outro conjunto de intervenções efetuadas na mesma época.

No final de 1929 e início de 1930 Portugal preparou-se para uma visita oficial dos Reis de Espanha, Afonso XIII e Vitória Eugénia. Para tal, surgiu a necessidade de renovação de alguns locais, onde deveriam decorrer os eventos agendados e onde seriam instalados os monarcas espanhóis. Para acomodar os visitantes foi escolhido o Palácio Nacional de Belém, que foi então alvo de obras no denominado anexo do edifício, segundo um projeto dos arquitetos Rebelo de Andrade. O arranjo dos espaços interiores ficou a cargo de José de Figueiredo, diretor do Museu Nacional de Arte Antiga, que recorreu a inúmeros objetos, essencialmente mobiliário, dos Palácios Nacionais da Pena, Queluz e Sintra, para guarnecer as salas do Palácio de Belém⁷¹⁶.

No plano traçado pelo Protocolo da Presidência da República para a visita dos monarcas espanhóis, estavam previstos uma receção e um banquete no Palácio Nacional da Ajuda. Para acolher estes eventos, a Secção dos Palácios Nacionais, na pessoa de Custódio José Vieira, verificou a necessidade de se fazerem intervenções em alguns dos espaços do PNA, pelo que apresentou, em janeiro de 1930, uma listagem das obras necessárias:

“fazer e colocar estores, cortinas, alguns reposteiros e o de forrar de seda 145 cadeiras e as paredes da Sala da Ceia (Sala dos banquetes) e doutras salas [...] forrar de seda as Salas da Ceia (dos banquetes), dos Saraus (antiga do Trono),

⁷¹⁵ SIPA TXT.00426497, PT DGEMN:DSID-001/011-1314, acedido em 16 de maio de 2014 em URL: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00004722.

⁷¹⁶ Encontra-se inscrito, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, o projeto de Doutoramento em História da Arte, com especialização em Museologia e Património Artístico, *Os palácios e as colecções reais portuguesas 1910-1960. A memória da Monarquia em tempo de República*, de Maria de Jesus Monge.

*do Corpo Diplomático, a Estreita e a Verde [...] transformar ou substituir os ascensores hidráulicos e o monta-pratos manual por eléctricos”*⁷¹⁷

Para além destas intervenções, Custódio José Vieira alertava ainda para a necessidade de substituição dos fardamentos dos funcionários que deveriam servir no banquete oferecido a Afonso XIII, Rei de Espanha.

Estando previsto que, no dia da receção e posterior banquete, os convidados entrariam pelo Vestíbulo do pátio, e que o Rei de Espanha entraria pela Sala dos Archeiros, surgia, segundo Custódio José Vieira, a necessidade de renovação dos reposteiros desta última sala. Vieira observaria ainda que, na Sala D. João IV, a pintura-mural estaria em mau estado de conservação e que, sendo o restauro muito caro, deveriam as paredes ser cobertas com damasco de seda, “*o que também é opinião do Conselho de Arte e Arqueologia.*”⁷¹⁸ No entanto, a tutela mudaria de opinião, decidindo-se pelo restauro da pintura, pedindo para tal um parecer e respetivo orçamento a Luciano Freire, que ficou responsável pela supervisão do trabalho, enquanto Presidente do Conselho de Arte e Arqueologia da 1.^a Circunscrição e especialista em Conservação e Restauro de Pintura⁷¹⁹.

Abandonada a ideia de colocar damasco nas paredes desta sala, foram decididos pelo próprio Luciano Freire os moldes em que a intervenção de Conservação e Restauro deveria ser realizada:

“Tendo o delegado deste Conselho e do Conselho Superior de Belas Artes e Director do Museu Nacional de Arte Antiga, o Exm.º Sr. Dr. José de Figueiredo, verificado a necessidade de importantíssimos retoques no grande quadro – pintura mural – que decora, no palacio da Ajuda, o salão D. João IV.º, e que representa a aclamação deste rei, e tendo-me V. Ex.ª encarregado de dar orçamento para essa obra, consultei artistas idóneos, para se encarregarem de, sob a minha direcção e rigorosa vigilancia – que será gratuita – executar esse incomodo trabalho, com a urgencia que o caso requer, indicaram a quantia de

⁷¹⁷ TT, AHMF, Caixa 7957.

⁷¹⁸ Proc. n.º 489, 1.º 5.º, TT, AHMF, Caixa 7929.

⁷¹⁹ Custódio José Vieira informa-nos que “*De novo foi visitada esta Sala pelo referido vogal-delegado e posteriormente ali compareceu o pintor de arte Luciano Freire*”, que “*declarou que a pintura não era tam má como se diz e é digna de ser restaurada.*” E acrescenta: *A solução apresentada agora só tem vantagens: - não se oculta uma pintura que existe desde a construção da sala e que representa um facto histórico muito significativo para nós, e fica mais económica para o Estado do que o revestimento das paredes com damasco de seda.*” TT, AHMF, Caixa 7929.

cinco mil escudos para o realizar, dando todos os materiais. Ser-lhe hão, porem, fornecidos pela Administração desse palacio, os elementos necessarios para servirem de andaimes, tais como escadas e mais material para com segurança poderem desempenhar-se dessa tarefa.”⁷²⁰

Uma outra campanha de obras levada a cabo em 1930, incluiu o restauro dos soalhos de várias salas, o que denota a preocupação com a conservação e a dignidade do interior do edifício no seu conjunto.

*“restauro do parquet das salas: Chinêza corredor do Senhor Infante, quarto de cama do Senhor Infante, Sala do primeiro Atelier, sala grande do Atelier, sala Imperio, sala do Corpo Diplomático, sala de Zuavos, sala dos Reposteiros do Estado, sala da Prata, Ante Camara, sala do Trôno, sala Verde, sala de Visitas”.*⁷²¹

Para além destes trabalhos, foram ainda reparados neste período o Elevador das Damas, o Elevador da Rainha e o “*Monta-Pratos*”, e procedeu-se à eletrificação de alguns lustres e candeeiros, que até então se encontravam ainda dependentes da canalização a gás⁷²².

Apesar dos preparativos efetuados no PNA e no Palácio Nacional de Belém, para a visita oficial do Rei de Espanha, esta não chegou a concretizar-se, devido aos problemas políticos do país vizinho que culminaram com a proclamação da Segunda República Espanhola no dia 14 de abril de 1931, destituindo do trono Afonso XIII.

Para além das diversas obras acima referidas, decorreram simultaneamente outras mais pontuais devido a outras necessidades, como as que se fizeram devido à entrada de águas das chuvas. Em setembro de 1926 foram intervencionadas algumas coberturas, pois tinham sido danificadas pelo mau tempo, causando a entrada de águas graves infiltrações na área da Arrecadação do Tesouro e nas instalações da Biblioteca da Ajuda. Em fevereiro de 1932, também devido a um temporal, quebraram-se alguns vidros na clarabóia da Galeria de Pintura do PNA, que provocaram a entrada de água e a

⁷²⁰ TT, AHMF, Caixa 7929.

⁷²¹ Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Obras, PT DGEMN:DSID-001/011-1314, acedido em 16 de maio de 2014 em URL: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00004722.

⁷²² TT, AHMF, Caixa 7929.

quebra de vidros do próprio teto da galeria, encharcando por completo os pavimentos deste espaço. Em ambas as situações foram realizados arranjos, com carácter de urgência, nos telhados, de modo a evitar problemas maiores.

A verba disponível para a conservação dos Palácios Nacionais e a dotação extraordinária destinada aos preparativos para a visita do Rei de Espanha permitiram, no início da década de 1930, a realização de outras campanhas de obras no PNA, algumas dignas de nota, devido aos espaços intervencionados e às modificações criadas, o que nos fornece pistas para a compreensão de espaços bastante transformados.

Em abril de 1930 procedeu-se à reparação da clarabóia de uma denominada “*casa dos vinhos*”, situada no rés-do-chão da ala Sul. Foi ainda substituído o soalho de madeira por mosaico e foram feitas algumas modificações numa retrete anexa. Acerca desta “*casa dos vinhos*”, era referido que,

“O sobrado, paredes e envidraçado que serve de tecto duma pequena casa feita num pátio interior, situado no corredor de entrada da portaria particular, ou de serviço, do lado sul do Palácio Nacional da Ajuda, estão em muito mau estado devido às chuvas.

*Quando os banquetes oficiais se realizam no rés-do-chão, na Sala de espera ou dos Goias, a casa referida serve, pela proximidade desta Sala, para guardar os vinhos e águas medicinais e de mesa e para os distribuir ou fornecer durante os banquetes aos criados de mesa.”*⁷²³

Esta descrição permite-nos saber que esta “*casa dos vinhos*” situava-se num pátio interior, próximo da “*Sala dos Goias*”, atualmente designada por Sala de Espera ou Sala das Tapeçarias Espanholas. Deste modo, cremos que a conseguimos situar no pátio que se encontra separado da Sala do Porteiro da Cana e da Sala de Espera pelo Corredor das Estátuas. Não sabendo quando terá sido construída esta “*casa dos vinhos*”, não encontrámos referências a que o tenha sido em data posterior a 1910. O mau estado de conservação deste espaço, poderá também indiciar que se trataria de uma estrutura anterior.

⁷²³ “Palácio Nacional da Ajuda: Processo geral - expediente desde 22/12/925 até 26/05/933”, PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/053, acedido em 20 de maio de 2014 em URL: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00004722.

Entre agosto e setembro de 1930 procedeu-se à substituição da clarabóia em vidro, por um teto em madeira de carvalho, no então designado “*atelier da rainha*”, procurando-se uma coerência com o restante teto pré-existente, também em madeira⁷²⁴. Este espaço, cuja denominação mais correta será “Atelier de Pintura”, situa-se no extremo poente da ala Sul do PNA. Recorrendo a uma aguarela de Henrique Casanova, conseguimos visualizar como seria este local antes da remodelação.



Fig. 31 – Atelier de Pintura do Paço Real da Ajuda. Aguarela de Henrique Casanova, PNA inv55450-04. Nesta aguarela, datada da década de 80 do século XIX, verifica-se a existência da clarabóia no teto do atelier.

Também no ano de 1930, em setembro, procedeu-se à remoção de ervas, plantas e árvores que se encontravam nos quatro cantos ajardinados, junto às fachadas do pátio⁷²⁵. Esta informação é bastante interessante, pois indica-nos que o grande pátio central do Palácio Nacional da Ajuda teria um arranjo diferente do atual. Devido à falta de iconografia deste espaço e de referências documentais a estes pequenos jardins, não conseguimos entender desde quando se encontravam assim, ou qual seria verdadeiramente o seu aspeto. A exceção é uma pequena fotografia do Infante D. Afonso, não datada, tirada no pátio do PNA, em que é visível, ainda que de maneira algo esbatida, um desses canteiros de canto.

⁷²⁴ “Palácio Nacional da Ajuda: Processo geral - expediente desde 22/12/925 até 26/05/933”, PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/053, acedido em 20 de maio de 2014 em URL: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00004722.

⁷²⁵ “Palácio Nacional da Ajuda: Processo geral - expediente desde 22/12/925 até 26/05/933”, PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/053, acedido em 20 de maio de 2014 em URL: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00004722.

Encontrámos, por fim, também a indicação de que depois da remoção dos elementos verdes se efetuou no pátio o calçetamento dos espaços em falta, na década de 1930⁷²⁶.



Fig. 32 – Infante D. Afonso no pátio do Palácio Nacional da Ajuda.

BESSONE, Silvana (coord.), *D. Amélia, uma rainha, um museu* (Catálogo da exposição), 2006. É visível um dos cantos ajardinados do pátio central do Palácio da Ajuda.

Das diversas intervenções realizadas no PNA, consideramos que devemos ainda destacar a empreitada levada a cabo, entre 1935 e 1936, na “*segunda sacristia da Capela que se encontra[va] em completo estado de ruína*”, tendo sido, “*necessario reconstruir integralmente o telhado, o tecto, a sanca, o soalho, picar, rebocar e estucar as paredes, fazer reparações nas janelas e portas.*”⁷²⁷ Esta empreitada destaca-se das demais, pois procurava-se não só conservar o existente, mas também reconstruir um espaço quase na totalidade. Ao conceder-se mais garantias de preservação ao local, oferecia-se também mais uma sala para utilização pela administração do PNA.

Outro problema que se colocou, foi aquele que se prendia com as “*casas*” que alguns antigos funcionários da Casa Real ocupavam no interior do próprio Palácio da Ajuda. Apesar de ter ficado regulamentado que tal não seria possível, o certo é que permaneceram algumas exceções, sendo o caso mais flagrante aquele relacionado com a encarregada da rouparia, protegida do administrador Armando Porfírio Rodrigues, que

⁷²⁶ “Palácio Nacional da Ajuda: Processo geral - expediente desde 22/12/925 até 26/05/933”, PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/053, acedido em 20 de maio de 2014 em URL: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00004722.

⁷²⁷ SIPA TXT.01402856, PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/001, acedido em 8 de julho de 2014 em URL: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1.

habitou durante vários anos, após 1910, no interior do palácio. Em 1933, a DGEMN requereu o despejo dos inquilinos das casas anexas ou pertencentes aos Palácios Nacionais, devido à falta de condições⁷²⁸. No PNA, à data, apenas a antiga encarregada da rouparia, Júlia Frederica da Silva, ainda aí morava. Todavia, só em 1936, após queixas apresentadas pelo comandante da GNR acerca do seu comportamento e da sua continuada defesa por parte de Armando Porfírio Rodrigues, se tentou encontrar outro local para esta antiga funcionária morar⁷²⁹.

A par das campanhas de obras levadas a cabo no edifício, começou também a ser discutido o remate do edifício, ou seja, a hipótese de uma intervenção que terminasse as fachadas norte e poente.

Ilustrativas desta vontade, são as palavras que o presidente da Junta de Freguesia da Ajuda, José António Jorge Pinto, redigiu numa carta dirigida ao diretor geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, em fevereiro de 1931:

“Na sua ultima reunião ordinária resolveu esta C. A. solicitar a V. Ex.^a o acabamento das fachadas Norte e Poente do Palácio Nacional da Ajuda.

O aspecto actual é o de ruínas. E visto do lado da barra dá logo uma péssima impressão a quem nos visita.

Atendendo á actual crise de trabalho seria este um dos trabalhos que ocuparia bastantes operários e seria de grandes vantagens pelo aproveitamento de instalações que ao próprio Palácio são necessárias.

Aguarda esta C. A. que o alvitre seja bem aceite por V. Ex.^a assim como esta certa que os assuntos mencionados na sua representação de agosto p.^o p.^o tenham o devido deferimento”⁷³⁰

Cremos que esta vontade de completamento das fachadas Norte e Poente do PNA, para além de existir numa certa opinião pública, também era um pouco transversal na opinião pública das autoridades tutelares dos Palácios Nacionais. Contudo, só no ano de 1934 é que o Ministro das Obras Públicas, Duarte Pacheco,

⁷²⁸ TT, AHMF, Caixa 7931.

⁷²⁹ *Idem.*

⁷³⁰ “Palácio Nacional da Ajuda: Processo geral - expediente desde 22/12/925 até 26/05/933”, PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/053, acedido em 20 de maio de 2014 em URL: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00004722.

encarregou o arquiteto Raul Lino de elaborar um projeto para terminar o edifício do Palácio Nacional da Ajuda. No ano seguinte, 1935, iniciou-se o estudo para tal projeto, que foi posto de parte devido às verbas necessárias para tal empreendimento. Ficava, porém, o tema da conclusão do PNA em cima da mesa das autoridades ministeriais⁷³¹.

1.4.3. Gestão de coleções

Será porventura complicado falar de uma gestão de coleções no Palácio Nacional da Ajuda nas primeiras décadas do regime republicano, pois não terá havido uma política contínua e totalmente consciente nesse sentido. No entanto, entendemos ser necessário fixar alguns dados acerca das movimentações de objetos no PNA, relacionados em especial com as entradas e saídas do edifício, e com algumas das principais mudanças na disposição das salas.

Devido à imposição do processo de inventário judicial, até junho de 1914, os bens móveis existentes no PNA ficaram salvaguardados de uma dispersão. No entanto, houve exceções a este impedimento de saída de objetos.

Como já foi mencionado, o procedimento de arrolamento dos bens existentes nos antigos Paços Reais tinha, entre outros objetivos, o da identificação de propriedade desses mesmos bens. Através da Comissão de Arrolamento dos Paços Reais, alguns dos objetos foram determinados como propriedade particular dos membros da Família Real Portuguesa e, como tal, foram progressivamente devolvidos em lotes, mediante a requisição por parte dos seus proprietários. No caso específico do Palácio Nacional da Ajuda, os seus dois residentes até à mudança de regime político, a rainha D. Maria Pia e o infante D. Afonso, veriam alguns dos seus bens pessoais serem-lhes entregues mesmo sem requisições formais. Foram assim devolvidos, pelas novas autoridades republicanas no poder, peças de vestuário, papéis e outros objetos pessoais. Porém, devido à morte da rainha D. Maria Pia em 5 de julho de 1911, e ao lento processo de requisição de bens por parte de D. Afonso, através do seu procurador António José Piano (que foi protelado até à morte do Duque do Porto, a 21 de fevereiro de 1920, sendo então

⁷³¹ Apesar deste plano de Raul Lino ser ainda do final desta primeira administração do PNA, que apenas terminou em 1938, parece-nos mais eficaz a sua leitura e análise em conjunto com os projetos posteriores de conclusão do edifício. Deste modo, observaremos este primeiro projeto do arquiteto Raul Lino no ponto 2.2.2.2. *Projetos para remate do Palácio Nacional da Ajuda*. Analisaremos, nesse ponto, também os planos propostos em 1936, pelo arquiteto Luís Cristino da Silva, para a criação de uma zona de proteção deste edifício, pois inserem-se num conjunto de preocupações com o enquadramento e o urbanismo da cidade nesta área da Ajuda.

retomado pela sua viúva, Nevada Hayes⁷³² e, mais tarde, pelos herdeiros desta), a maioria dos objetos existentes no PNA foram permanecendo no local.

Sob procedimento de inventário judicial e sem uma utilização definida, o Palácio Nacional da Ajuda manteve o seu conteúdo mais ou menos protegido também através de um conjunto legislativo republicano, que impediu uma maior circulação de objetos dos antigos Paços Reais. De facto, recorrendo a um ofício de 26 de novembro de 1919, escrito por Custódio José Vieira, Chefe da Secção dos Palácios Nacionais, conseguimos identificar a evolução legislativa que, nos primeiros anos da República Portuguesa, possibilitou a salvaguarda, a determinação de propriedade e a manutenção ou entrega dos bens existentes:

“A chamada Lei de protecção aos objectos de Arte (Decreto, com força de lei, de 19 de novembro de 1910) não permite a exportação de objectos de arte senão em determinadas condições.

A Lei de 24 de Julho de 1912, que no Art.º 1.º autoriza o Govêrno a identificar e separar os bens mobiliários que constituíam propriedade particular do ex-rei D. Manuel e dos diversos membros da sua família e a fazer a respectiva entrega a quem de direito, determina no Art.º 2.º que esta entrega não impedirá o cumprimento dos diplomas em vigor sôbre a liquidação e pagamento dos chamados adiantamentos e outros quaisquer débitos de que são ou sejam responsáveis o mesmo ex-rei e os membros da sua família, nem tam pouco a execução das disposições do Decreto, com força de Lei, de 19 de Novembro de 1910.

A Lei de 11 de Junho de 1913 dispõe no § 2.º do artigo 1.º que na importância do débito por adiantamentos, será encontrada a que representar o preço de objectos identificados e separados conformemente à Lei de 24 de Junho de 1912, mas não entregues por se considerarem compreendidos nas disposições do Decreto de 19 de Novembro de 1910 e convir ao Govêrno adquiri-los.

⁷³² Em abril de 1923 a Direção Geral da Fazenda Pública, depois de autorizada por um despacho do Conselho de Ministros de 14 de fevereiro de 1923, fez um inventário dos bens que cabiam por herança à viúva de D. Afonso de Bragança. Este inventário, existente no Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças (Arquivo/DGCI/LIS3/IS/04992.ª, Príncipe D. Afonso de Bragança), encontra-se reproduzido em, MÂNTUA, Ana Anjos, “Nevada, a herdeira americana da família Real Portuguesa”, in, *Artis, Revista de História da Arte e Ciências do Património*, n.º 1, 2013, pp. 88-97.

Por despacho de 20 de Junho de 1913 o Exm.º Sr. Ministro das Finanças (Doutor Afonso Costa), parecendo-lhe que, além dos objectos separados como de PROPRIEDADE DUVIDOSA, há outros, sem dúvida pertencentes à ex-família real, mas COM VALOR ARTÍSTICO, e aos quais, por isso, se aplica desde já o Art.º 1.º da Lei de 11 de Junho de 1913, - manda que se peça informe minucioso à Comissão competente sobre tal assunto, chamando a sua particular atenção para as disposições desta Lei e para as vantagens que dela pode retirar imediatamente a Arte Nacional.

O despacho ministerial de 8 de Julho do mesmo ano manda remeter os objectos apartados por terem valor artístico para os Museus respectivos, fazendo-se nêles a avaliação determinada pela Lei de 11 de Junho de 1913.

Em nota de 9 de Junho de 1913 a Direcção Geral das Alfândegas comunica à da Fazenda Pública que o Exm.º Sr. Ministro, por despacho de 4, declarou que todos os objectos que forem exportados em aplicação da Lei de 24 de Julho de 1912 estão isentos de direitos de exportação, visto que, estando proibido para sempre o regresso dos seus proprietários ao território português, a saída de tais objectos é legalmente forçada, sendo exceptuados desta disposição os objectos compreendidos no Decreto de 19 de Novembro de 1910, à cerca dos quais NÃO PODERÁ HAVER EXPORTAÇÃO (E NEM SEQUER ENTREGA) sem que se cumpram as formalidades neste mesmo Decreto consignadas.”⁷³³

Verificamos, pois, que a preocupação de entrega de objetos ao rei D. Manuel II e restante família foi prevista pela legislação republicana, ainda que prevalecesse a preocupação de manutenção dos bens com “*valor histórico*” no país, mesmo se particulares. Refira-se, também, a menção à velha questão dos Adiantamentos à Casa Real Portuguesa, empréstimos efetuados devido aos gastos excessivos⁷³⁴, que haviam sido um dos principais argumentos utilizados pelos republicanos no combate político à Monarquia Constitucional. As autoridades republicanas consideraram, depois de 1910, que os valores em causa deveriam ser saldados, recorrendo então aos objetos com valor histórico e artístico que, sendo da propriedade privada dos membros da Família Real Portuguesa, seriam agora “republicanizados”. O próprio juiz arrolador do PNA, em dezembro de 1911 referia-se a este assunto:

⁷³³ Proc. n.º 88, l.º 1.º, TT, AHMF, Caixa 7939.

⁷³⁴ MARQUES, Oliveira, *Breve História de Portugal*, 2001, p. 468.

*“É certo, porém, que me consta extra oficialmente, por ser de todos sabido, que o Estado e outras entidades são credores da família real proscripta, e, por isso, Estado e mais credores têm, nos mobiliários d’essa família, parte da garantia dos seus créditos, para por aquelles serem pagos d’elles, quando devida e legalmente comprovados.”*⁷³⁵

A República determinava também que os objetos acima referidos deveriam ser entregues aos “*Museus respectivos*”⁷³⁶. Assim, diversos museus portugueses (com destaque para o Museu da Universidade de Coimbra, Museu Nacional de Arte Antiga, Museu Nacional dos Coches e Museu de Artilharia) viriam os seus acervos aumentados, através da incorporação de objetos oriundos dos Paços Reais portugueses⁷³⁷. A maioria destes bens eram oriundos do Palácio Nacional das Necessidades, principal residência da Família Real Portuguesa, quase totalmente esvaziada com as entregas progressivas de bens de propriedade privada aos seus membros. Os restantes objetos que se encontravam nas Necessidades, considerados propriedade do Estado português ou, privados, que continham “*valor histórico*” e “*valor artístico*”, foram então dispersos por museus, outros palácios e por diversos gabinetes da administração pública⁷³⁸, até à entrega do próprio edifício ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 1916⁷³⁹.

Devido às particularidades que envolveram o Palácio Nacional da Ajuda, as saídas de bens deste local foram bem menores havendo, contudo, registo de transferência de alguns objetos para museus, em particular para o Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA). De facto, verificamos que José de Figueiredo⁷⁴⁰, diretor do MNAA, em diversos momentos apresentou requisições de objetos ao PNA, no intuito de enriquecer as coleções do seu museu.

Em 1916, Figueiredo solicitou que fossem removidos para o MNAA vários objetos de ourivesaria existentes na Casa-Forte do Palácio Nacional das Necessidades⁷⁴¹, que continuava a ser tutelada pela Direção Geral da Fazenda Pública e

⁷³⁵ TT, AHMF, Caixa 7835.

⁷³⁶ Proc. n.º 88, l.º 1.º, TT, AHMF, Caixa 7939.

⁷³⁷ “Entregas efectuadas a diversas instituições e personalidades”, PT/PNA/DGFP/0002/0001, acedido em 20 de junho de 2014 em URL: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4684081>.

⁷³⁸ “Entregas efectuadas a diversas instituições e personalidades”, PT/PNA/DGFP/0002/0001, acedido em 20 de junho de 2014 em URL: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4684081>.

⁷³⁹ TT, AHMF, Caixa 7916.

⁷⁴⁰ Acerca de José de Figueiredo, diretor do Museu Nacional de arte Antiga ver: BAIÃO, Joana, *José de Figueiredo, 1871-1937. Ação e contributos no panorama historiográfico, museológico e patrimonialista em Portugal*, 2014.

⁷⁴¹ Proc. 1748, l.º 1.º, TT, AHMF, Caixa 7916.

onde permaneciam guardados diversos bens considerados valiosos. Para além disso, o diretor do MNAA comentava que deveriam dar entrada no museu que dirigia obras de arte que considerava serem propriedade do Estado português – neste caso, a pintura *Casamento Místico de Santa Catarina*, então atribuído a Rubens⁷⁴²:

*“[Aproveito] ainda a ocasião para pedir a V.Ex.^a o obsequio de comunicar ao Exm.^o Ministro que encontrei a prova de que o quadro de Rubens, representando “O Casamento mystico de Santa Catarina”, reclamado pela família real e actualmente no Paço da Ajuda, para onde transitou do Paço das Necessidades, depois de ter estado alguns dias no museu a meu cargo, é pertença da nação. [...] E a natureza da prova, que vou comunicar á Comissão de Inventario dos extinctos Paços, comissão a que tenho a honra de pertencer, vem confirmar o principio de que, salvo documentação segura em contrario, todas as obras de arte existentes nos Paços e anteriores ao período constitucional são propriedade do paiz.”*⁷⁴³

Em novembro de 1919, o diretor do Museu Nacional de Arte Antiga pediu os quadros da designada Escola Espanhola que existiam nos Palácios Nacionais, especialmente os que se encontravam no PNA, mas que eram provenientes do Palácio Nacional das Necessidades, para serem incorporados e expostos numa sala, em preparação, dedicada a este tipo de pintura. Esta sala do MNAA seria patrocinada pelo diretor do Museu do Prado, Aureliano de Beruete y Moret⁷⁴⁴, que viria a Lisboa fazer uma conferência aquando da sua abertura⁷⁴⁵. Nesta altura, José de Figueiredo requisitou também outros quadros provenientes do Palácio das Necessidades para o MNAA, que já aí tinham estado, mas que tinham sido deslocados para o PNA.

“Peço ainda a V.^a Ex.^a a entrega urgente dos quadros que, em tempo, sahiram deste Museu para o Palacio da Ajuda, depois de terem vindo para aqui do das Necessidades, em vista de um despacho ministerial que os entregou a este Museu. Esses quadros podem ser desde já aqui expostos e alguns deles, como o

⁷⁴² *Casamento Místico de Santa Catarina*, MNAA, 1480 Pint. Este quadro é hoje considerado da autoria de Hendrik van Balen e dado como cópia de um quadro pintado na oficina de Rubens.

⁷⁴³ Proc. 1748, l.º 1.º, TT, AHMF, Caixa 7916.

⁷⁴⁴ Aureliano de Beruete y Moret (1876-1922). Historiador e crítico de Arte, era filho do pintor homónimo. Foi diretor do Museu do Prado, em Madrid, entre 1918 e 1922. “Beruete y Moret, Aureliano de”, acedido em 21 de junho de 2014 em URL: <https://www.museodelprado.es/enciclopedia/enciclopedia-on-line/voz/beruete-y-moret-aureliano-de/>.

⁷⁴⁵ Proc. N.º 872, l.º 3.º, TT, AHMF, Caixa 7927.

*triptico de Jeronymo Bosch, representando a “Tentação de Santo Antonio”, exige um tratamento imediato sob perigo e grave da sua conservação.”*⁷⁴⁶

Preocupando-se particularmente com o estado de conservação da pintura de Jheronymus Bosch, *Tentações de Santo Antão*⁷⁴⁷, erroneamente designada no seu ofício, Figueiredo pedia também outros quadros existentes nos palácios nacionais, destacando alguns que eram pretendidos para as salas do MNAA designadas por A e B⁷⁴⁸. De entre estas pinturas reclamadas destacava-se um *Retrato de Homem*, atribuído a Van Dyck⁷⁴⁹.

José de Figueiredo não pretendia, no entanto, uma incorporação direta dos bens que solicitava para serem expostos no MNAA, pois colocava-se ainda a possibilidade de reclamação de alguns desses objetos pela Família Real Portuguesa:

*“Não esqueço que entre essas obras de arte algumas são reclamadas pela família real exilada. Mas o facto de elas serem deslocadas para o Museu não prejudica em nada a efectividade da reclamação, antes o Estado, procurando-lhe um mais conveniente e seguro deposito e garantindo melhor a sua conservação, defende consequentemente por uma maneira mais completa a efectivação desses direitos ou os seus próprios, no caso daquelas reclamações não serem julgadas procedentes.”*⁷⁵⁰

Apesar de afirmar não pretender uma incorporação imediata dos bens no acervo do MNAA, o diretor do Museu Nacional de Arte Antiga continuaria a trabalhar para provar os direitos do Estado português à propriedade de alguns desses bens, num intuito claro de os integrar na exposição no museu que dirigia:

“Finalmente, eu devo desde já dizer a V.^a Ex.^a que possuo documentos que, demonstrando ser pertença indiscutível do Estado o pequeno painel de Rubens a “Virgem com o menino e Santos”, painel que é o primitivo projecto executado pelo artista para satisfação da encomenda do retábulo que depois realizou, destinado á capela-môr da igreja de Saint Augustin, d’Ánvers, provam ainda que todas as obras de arte existentes nos Palacios e anteriores á data da concessão da dotação régia, instituída apóz o estabelecimento da monarquia constitucional, devem ser consideradas como do Estado, a menos que os

⁷⁴⁶ *Idem.*

⁷⁴⁷ *Tentações de Santo Antão*, MNAA, 1498 Pint.

⁷⁴⁸ Proc. N.º 872, l.º 3.º, TT, AHMF, Caixa 7927.

⁷⁴⁹ *Retrato de Homem*, MNAA, 1481 Pint.

⁷⁵⁰ Proc. N.º 872, l.º 3.º, TT, AHMF, Caixa 7927.

reclamantes não apresentem provas concludentes em contrario. E mesmo essa prova feita, a entrega não deve fazer-se, pois essas obras não chegarão para compensar o paiz do que, após a morte de D. Fernando II, sahiu de Portugal para os seus herdeiros, na Alemanha, e que não lhes pertencia por serem bens do paiz. A attitude do Estado não pode de resto ser logicamente outra, desde que se provou iniludivelmente que o painel de Holbein, o velho, “Fons Vitae”⁷⁵¹, o triptico de Mett de Bles, a pintura de Christovam de Figueiredo, a de Vieira Portuense⁷⁵², os cinco medalhões Della Robbia e os dois mosaicos italianos do seculo XVIII, todos já incorporados no Museu, como pertença do paiz, foram, apesar disso, reclamados pela família real exilada como bens seus.”⁷⁵³

José de Figueiredo, diretor do Museu Nacional de Arte Antiga e membro da Comissão de Arrolamentos dos Paços Reais, apresentava então uma série de casos que poderiam servir de exemplo para outros bens, considerando que até à definição do estatuto das obras em questão, o mais indicado para a sua salvaguarda e conservação seria o seu depósito no museu sob sua direção.

Com a criação do Conselho do Património Artístico, através do decreto n.º 6.184, de 29 de outubro de 1919, ficaria determinado que este órgão consultivo da Direção Geral da Fazenda Pública deveria trabalhar no sentido de emitir propostas relativas ao património móvel tutelado pelo Ministério das Finanças. Assim, ainda nesse ano, saíam algumas propostas emanadas por este Conselho, das quais se destaca a “*entrega, aos Museus de Arte Antiga e de Arte Contemporanea, de determinadas obras de pintura, de escultura e de ourivesaria existentes nos antigos Paços Riais*”⁷⁵⁴. Seguindo este parecer, nos anos seguintes foram sendo entregues alguns objetos existentes no PNA ao MNAA, a maioria deles apenas emprestados a título precário⁷⁵⁵.

Para além desta disposição geral, era também aconselhada especificamente, pelo Conselho do Património Artístico, a “*remoção, para o Museu de Arte Antiga, da preciosa baixela Germain, que nunca mais poderá servir ou figurar em banquetes*

⁷⁵¹ *Virgem com o Menino e entre Santos e Anjos*, de Hans Holbein, o Velho, inventariado com o número 1466 Pint do Museu Nacional de Arte Antiga. Acedido em 21 de junho de 2014 em URL: <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objects/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=248773>.

⁷⁵² *Lamentação sobre Cristo morto*, de Vieira Portuense, inventariado com o número 1506 Pint do Museu Nacional de Arte Antiga. Acedido em 21 de junho de 2014 em URL: <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objects/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=250703>.

⁷⁵³ Proc. N.º 872, l.º 3.º, TT, AHMF, Caixa 7927.

⁷⁵⁴ DANTAS, Júlio, “O momento artistico”, in, *Diário de Notícias*, n.º 19.409, de 13 de dezembro de 1919.

⁷⁵⁵ Proc. N.º 872, l.º 3.º, TT, AHMF, Caixa 7916.

oficiais.”⁷⁵⁶ Esta baixela, da autoria de François Thomas Germain (1726-1791), ourives francês, encomendada pelo rei D. José I, que esteve ao serviço da Casa Real até 1910⁷⁵⁷, logo após a implantação do regime republicano foi reunida na Casa-Forte do Palácio Nacional das Necessidades, onde se manteve até ser decidido o seu destino. No entanto, alguns dos seus elementos continuaram a ser utilizados nos banquetes oficiais da Presidência da República nos Palácios Nacionais de Belém e da Ajuda, e em alguns banquetes do Ministério dos Negócios Estrangeiros no Palácio Nacional das Necessidades⁷⁵⁸, o que deu azo a várias críticas. Dos diversos nomes que as fizeram, referidos e analisados por Bárbara Girão Ribeiro no seu artigo *O destino da Baixela Germain de 1910 aos nossos dias*, destacamos brevemente dois, por serem personalidades que têm vindo a ser destacadas neste trabalho: Álvaro Evangelista da Silva Mendes Leal e Custódio José Vieira.

Em novembro de 1918 Mendes Leal, Chefe de Repartição na Direção Geral da Fazenda Pública, comentava, acerca da utilização da baixela, que “*está-se vulgarizando, o que pode ser o menos, mas está-se inutilizando, o que sem dúvida é o pior*”⁷⁵⁹, acrescentando que esta deveria ser trocada nos banquetes oficiais. Mendes Leal narrava um cenário deveras preocupante acerca do estado de conservação das diversas peças da Baixela Germain, mencionando que, após os banquetes, o conjunto “*volta[va] à Casa Forte do Palácio Nacional das Necessidades com umas peças estragadas, amolgadas outras, e todas em impróprio estado de asseio*”⁷⁶⁰.

Por sua vez, também Custódio José Vieira continuamente procurou impedir a utilização desta baixela nos banquetes, pois considerava que, “*dentro em pouco não restará intacta uma só peça da obra admirável desse artista francez*”⁷⁶¹.

Sendo bastantes as personalidades que defendiam o fim do uso desta baixela, logo começaram a surgir ideias para a sua colocação em exposição. Por exemplo, em

⁷⁵⁶ DANTAS, Júlio, “O momento artístico”, in, *Diário de Notícias*, n.º 19:409, de 13 de dezembro de 1919.

⁷⁵⁷ AA.VV., *A Baixela de Sua Majestade Fidelíssima*, 2002.

⁷⁵⁸ RIBEIRO, Bárbara Girão, “O destino da Baixela Germain de 1910 aos nossos dias”, in, AA.VV., *A Baixela de Sua Majestade Fidelíssima*, 2002.

⁷⁵⁹ TT, Ministério da Fazenda, lv. 9174, Proc. 443, apud, RIBEIRO, Bárbara Girão, “O destino da Baixela Germain de 1910 aos nossos dias”, in, AA.VV., *A Baixela de Sua Majestade Fidelíssima*, 2002, p. 231.

⁷⁶⁰ TT, Ministério da Fazenda, lv. 9174, apud, RIBEIRO, Bárbara Girão, “O destino da Baixela Germain de 1910 aos nossos dias”, in, AA.VV., *A Baixela de Sua Majestade Fidelíssima*, 2002, p. 232.

⁷⁶¹ APNA, 10.3.1, cx. 1, 1882, 7/2/1935, apud, RIBEIRO, Bárbara Girão, “O destino da Baixela Germain de 1910 aos nossos dias”, in, AA.VV., *A Baixela de Sua Majestade Fidelíssima*, 2002, p. 237. Não nos foi possível localizar este documento no Arquivo do PNA.

1916, o Marquês da Foz, defendia que a baixela deveria ir “*sem demoras, para vitrines de exposição no Museu [Nacional de Arte Antiga]*”⁷⁶²; e, em 1919, Mendes Leal afirmava que a baixela deveria ficar num “*lugar próprio para exposição na Casa Forte das Necessidades ou noutra Palácio*”⁷⁶³. Começou então uma polémica acerca do local ideal para colocar a Baixela Germain em exposição, pois “*segundo uns deve ficar em exposição no Palácio da Ajuda e segundo outros deve recolher ao Museu Nacional de Arte Antiga*”⁷⁶⁴, informando-nos Bárbara Girão Ribeiro que, “*Apesar da indecisão sobre a guarda definitiva da colecção, a partir de 1926 algumas das peças começaram a ser instaladas, a título temporário, no Museu Nacional de Arte Antiga, por ocasião da exposição aí realizada, no âmbito do II Congresso de Ourivesaria*”⁷⁶⁵. Nos anos seguintes foram sendo transferidos para o MNAA vários elementos da Baixela, que o seu diretor, José de Figueiredo, procurava que se integrassem na coleção do museu em depósito definitivo⁷⁶⁶. Apesar de todas as tentativas de salvaguarda da Baixela Germain, esta continuaria contudo a ser requisitada para figurar na mesa dos principais banquetes e receções oficiais, como reclama José de Figueiredo em ofício de abril de 1935:

“Chamo, mais uma vez, a esclarecida atenção de V. Ex.ª para o inconveniente do emprego dessas delicadas peças de ourivesaria em festas, qualquer que seja a sua natureza.

Conviria, na verdade, que peças de ourivesaria como estas que, para mais, têm fama mundial, sobretudo depois da recente exposição, como das melhores entre todas as do seu tempo no género, estivessem sempre resguardadas em vitrines.

*Julgo por tudo isto que se impõe cada vez mais a realização de uma baixela moderna, destinada às festas e solenidades da República.”*⁷⁶⁷

Em 1934, por ocasião da exposição de Arte Francesa, foi exposta nas salas do Museu Nacional de Arte Antiga, pela primeira vez, a totalidade do conjunto da Baixela

⁷⁶² Marquês da Foz, *A Baixela Germain da Antiga Côte Portuguesa*, 1926, p. 6, *apud*, RIBEIRO, Bárbara Girão, “O destino da Baixela Germain de 1910 aos nossos dias”, in, AA.VV., *A Baixela de Sua Majestade Fidelíssima*, 2002, p. 228.

⁷⁶³ TT, ACR, Ministério da Fazenda, lv. 9177, proc. 751, *apud*, RIBEIRO, Bárbara Girão, “O destino da Baixela Germain de 1910 aos nossos dias”, in, AA.VV., *A Baixela de Sua Majestade Fidelíssima*, 2002, p. 228.

⁷⁶⁴ TT, Ministério da Fazenda, lv. 9201, *apud*, RIBEIRO, Bárbara Girão, “O destino da Baixela Germain de 1910 aos nossos dias”, in, AA.VV., *A Baixela de Sua Majestade Fidelíssima*, 2002, p. 228.

⁷⁶⁵ RIBEIRO, Bárbara Girão, “O destino da Baixela Germain de 1910 aos nossos dias”, in, AA.VV., *A Baixela de Sua Majestade Fidelíssima*, 2002, pp. 228-229. *Congresso e Exposição de Ourivesaria Portuguesa (Catálogo)*, 1926.

⁷⁶⁶ RIBEIRO, Bárbara Girão, “O destino da Baixela Germain de 1910 aos nossos dias”, in, AA.VV., *A Baixela de Sua Majestade Fidelíssima*, 2002, pp. 229.

⁷⁶⁷ TT, AHMF, Caixa 7931.

Germain. Após esta exposição, algumas das peças até então existentes no Palácio das Necessidades foram incorporadas no MNAA⁷⁶⁸.

Outro museu para o qual também saíram objetos do PNA, foi o Museu Nacional de Arte Contemporânea (MNAC)⁷⁶⁹.

Após a proposta do Conselho do Património Artístico para que algumas pinturas existentes nos palácios nacionais fossem entregues ao MNAC, em setembro de 1924, foram requisitadas por esta instituição museológica algumas obras⁷⁷⁰, sendo as transferências autorizadas pela Direção Geral da Fazenda Pública no mês seguinte. Saíram então do PNA as seguintes pinturas, em depósito: *Tintoreto retratando a filha depois de morta*⁷⁷¹, de Miguel Lupi; *Vitelo e campinos*⁷⁷², de Tomás da Anunciação; *Eneias salvando Anquises*⁷⁷³, de António Manuel da Fonseca; *Campinos*⁷⁷⁴, de Silva Porto; *Charneca de Belas*⁷⁷⁵, de Silva Porto; e *Últimos momentos de Tasso*⁷⁷⁶, de Marciano Henriques da Silva⁷⁷⁷. Do PNA foram ainda para o MNAC⁷⁷⁸ a escultura *D. Sebastião*⁷⁷⁹, de Simões de Almeida e o baixo-relevo *A Cólera*⁷⁸⁰, de Victor Bastos.

⁷⁶⁸ BAIÃO, Joana, *José de Figueiredo, 1871-1937. Ação e contributos no panorama historiográfico, museológico e patrimonialista em Portugal*, 2014, p. 519.

⁷⁶⁹ Nascido da divisão do Museu Nacional de Belas-Artes, o Museu Nacional de Arte Contemporânea (MNAC) foi criado em 26 de maio de 1911, incorporando as obras de arte produzidas a partir de 1850. Ficando o Museu Nacional de Arte Antiga nas Janelas Verdes, o MNAC passou a ocupar parte do antigo Convento de São Francisco, ao Chiado, Lisboa. BARRANHA, Helena, “Os primeiros 50 anos do Museu Nacional de Arte Contemporânea”, in, LAPA, Pedro e TAVARES, Emília (org.), *Arte Portuguesa do Século XX. 1910-1960*, 2011.

⁷⁷⁰ Proc. 872, l.º 3.º, TT, AHMF, Caixa 7916.

⁷⁷¹ Hugo Xavier, no 2.º volume da sua dissertação de mestrado, *Galeria de Pintura no Real Paço da Ajuda*, de 2009, refere que esta pintura, intitulada *Tintoreto interrompendo a pintura do retrato de sua filha, cujo cadaver contempla*, fez parte da Galeria de Pintura. Atualmente, esta obra faz parte do acervo do Palácio Nacional da Ajuda, embora esteja em depósito no Palácio Nacional de Mafra, segundo informação de João Vaz, conservador da coleção de pintura do PNA.

⁷⁷² Segundo João Vaz, é possível que a pintura *Vitelo e campinos* seja a também denominada *À volta da pastagem*, PNA inv. 567. Fez parte do acervo da Galeria de Pintura do Real Paço da Ajuda.

⁷⁷³ Segundo João Vaz, esta pintura, também conhecida por *Eneias salvando o pai*, encontra-se no Museu de José Malhoa, nas Caldas da Rainha.

⁷⁷⁴ A pintura *Campinos*, de Silva Porto, não se encontra no PNA. Não conseguimos informações acerca do seu paradeiro.

⁷⁷⁵ *Paisagem tirada da Charneca de Belas ao pôr-do-sol*, encontra-se em depósito no Museu do Chiado – Museu Nacional de Arte Contemporânea (Inv. DEP573-B).

⁷⁷⁶ Hugo Xavier, no 2.º volume da sua dissertação de mestrado, *Galeria de Pintura no Real Paço da Ajuda*, de 2009, refere esta pintura, *Tasso, na véspera da sua morte na cerca de Santo Onofre, contempla o Capitólio*, como tendo feito parte da Galeria de Pintura, estando atualmente inventariada com o n.º 67 do Museu Carlos Machado, de Ponta Delgada.

⁷⁷⁷ Proc. 872, l.º 3.º, TT, AHMF, Caixa 7916.

⁷⁷⁸ *Idem*.

⁷⁷⁹ *D. Sebastião*, PNA, em depósito no Museu do Chiado – Museu Nacional de Arte Contemporânea (Inv. DEP573-1).

⁷⁸⁰ *A Cólera*, está em depósito no Museu do Chiado – Museu Nacional de Arte Contemporânea. Não confundir com *Cólera Morbus*, também de Victor Bastos inventariada com o n.º 199-A do Museu do

Ainda nesse ano de 1924, o diretor do MNAC, Columbano Bordalo Pinheiro, pedia para efetuar uma troca entre quadros de Silva Porto. Pretendia devolver ao PNA *Campinos*, que tinha sido pedido por engano, e receber *A Salmeja*⁷⁸¹.

Mencionemos também as movimentações em torno do Museu Instrumental, ou seja, de instrumentos musicais, iniciado por Michel'angelo Lambertini⁷⁸². Por portaria de 21 de dezembro de 1911, publicada no Diário do Governo n.º 298 de 22 de dezembro de 1911, era dado enquadramento legal aos propósitos de Lambertini:

*“Attendendo a que é de toda a conveniencia reunir em local apropriado os diversos instrumentos de música e seus acessórios, que se encontram dispersos em varios edificios e conventos, paços, museus, etc.; Manda o Governo da Republica que seja encarregado Michel'angelo Lambertini de proceder á indicada coleccionaçã, dando opportunamente conta da incumbencia que ora lhe é cometida e que será desempenhada sem onus de qualquer especie para o Estado.”*⁷⁸³

Na sequência deste decreto, Lambertini terá visitado os Palácios Nacionais das Necessidades e da Ajuda⁷⁸⁴, sendo-lhe cedidas em 1912, por Sidónio Pais, Ministro das Finanças, algumas salas do Palácio das Necessidades para concentração dos objetos deste futuro museu de instrumentos musicais⁷⁸⁵. Em 1913, Lambertini publicava *O Museu Instrumental e as minhas relações com o Estado*, obra em que resumia o seu trabalho, referindo que foi “arrumando, classificando, catalogando e tratando, na minha pouco apetecivel qualidade de conservador gratuito, os objectos mais ou menos interessantes que consegui salvar”⁷⁸⁶. Na mesma publicação elencava um total de 146 instrumentos e acessórios, com a indicação do local de proveniência, não havendo referências a bens do PNA.

Chiado. Este último baixo-relevo é apontado como tendo sido adquirida pelo legado Valmor em 1906-1907 e integrado no MNAC em 1914. AA.VV., *Arte Portuguesa do século XIX, 1850-1910*, 2010, p. 18.

⁷⁸¹ Proc. 872, l.º 3.º, TT, AHMF, Caixa 7927. A pintura *Salmeja* encontra-se no MNAC (Inv. DEP573-2). Como já referimos, não identificámos o paradeiro de *Campinos*.

⁷⁸² Michel'angelo Lambertini (1862-1920). Músico, professor de Música e comerciante de instrumentos musicais. *Michel'angelo Lambertini 1862/1920*, 2002.

⁷⁸³ Portaria de 21 de dezembro de 1911, *Diário do Governo*, n.º 298, de 22 de dezembro de 1911

⁷⁸⁴ Ofício n.º 725, TT, AHMF, Caixa 7837.

⁷⁸⁵ FERREIRA, Margarida Rebocho, “Nota Biográfica”, in, *Michel'angelo Lambertini 1862/1920*, 2002, p. 25.

⁷⁸⁶ LAMBERTINI, Michel'angelo, *O Museu Instrumental e as minhas relações com o Estado*, 1913.

Ainda no que diz respeito a instrumentos musicais, temos dados que comprovam a saída do PNA de dois pianos, em período anterior a agosto de 1912⁷⁸⁷. Esta saída foi autorizada pelo Superintendente dos Paços Reais⁷⁸⁸ e foram deslocados para o Instituto Torre e Espada⁷⁸⁹.

Em movimento contrário (ou seja, de entrada) refira-se o pedido feito, em 1937, pelo Chefe da Secção dos Palácios Nacionais, Feliciano Torquato dos Reis, para a transferência do Violoncelo Stradivarius que tinha pertencido ao Rei D. Luís I, da Casa-Forte do Palácio Nacional das Necessidades para o Palácio Nacional da Ajuda, como medida de preservação do instrumento musical, juntando-se este a outros existentes na sala do antigo Gabinete de Numismática do PNA. Procurava-se deste modo salvaguardar este violoncelo, até que o *“Museu do Conservatório Nacional, mande fazer uma instalação especial em sala própria”* para receber a coleção de instrumentos musicais existentes no PNA⁷⁹⁰.

Para além da saída de objetos do PNA para os museus acima referidos, ocorreram outras deslocações de peças. Em 1915, Custódio José Vieira, fiel depositário dos bens arrolados no PNA referia que,

*“Desde que fui nomeado fiel depositário dos bens móveis existentes no Palácio Nacional da Ajuda, o que data de 4 de Novembro de 1912, nunca de lá saiu fôsse o que fôsse sem prévia autorização escrita dessa Direcção Geral e sem auto de entrega, no qual fica consignado o nome da pessoa que recebe os objectos, sítio para onde vão, etc., o que, todavia, poucas vezes tem acontecido e sempre, salvo êrro, por empréstimo.”*⁷⁹¹

⁷⁸⁷ “Averiguação acerca da Administração do Palácio Nacional da Ajuda (Despacho de S. Ex.^a o Ministro das Finanças de 1 de Agosto de 1912). 2.º Volume (Processo-base da averiguação). Lisboa 17 de Junho de 1913.”, pp. 225-229.

⁷⁸⁸ “Averiguação acerca da Administração do Palácio Nacional da Ajuda (Despacho de S. Ex.^a o Ministro das Finanças de 1 de Agosto de 1912). 2.º Volume (Processo-base da averiguação). Lisboa 17 de Junho de 1913.”, pp. 225-233, Torre do Tombo, Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, Caixa 7911,

⁷⁸⁹ O Instituto Torre e Espada foi fundado em 1900 como Instituto D. Afonso, mudando de nome depois da Implantação da República. Mais tarde mudaria a designação para Instituto de Odivelas. Acedido em 10 de julho de 2014 em URL: <http://www.institutodivelas.com/historia-io/49-historia.html>.

⁷⁹⁰ Pedido de transferência do Violoncelo Stradivarius da Casa-forte do Palácio Nacional das Necessidades para o Palácio Nacional da Ajuda”, PT/PNA/DGFP/0005/0002/00036/00056, Acedido em 10 de julho de 2014 em URL: <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4685863>. O Museu do Conservatório Nacional procurou dar continuidade ao plano inicial de Lambertini. Ambos os projetos estão na base do Museu da Música inaugurado em 1994. Acedido em 10 de julho de 2014 em URL: http://www.museudamusica.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=84&Itemid=108&lang=pt.

⁷⁹¹ Proc. n.º 575, l.º 1, TT, AHMF, Caixa 7925.

Contudo, também em 1915 afirmava Vieira que

*“Antes da minha nomeação saíram alguns móveis do Palácio referido e dos que eu sabia em tais condições, por assim constar do processo de arrolamento, dei conhecimento a V. Ex.^a numa relação de dez folhas que acompanhava o meu ofício de 14 de Março de 1914.”*⁷⁹²

Apesar do arrolamento do Palácio Nacional da Ajuda e das imposições judiciais a ele associadas, verificamos que saíram efetivamente alguns objectos do seu interior. Em carta de 14 de março de 1914, Custódio José Vieira elencava os bens móveis, num total de 276, que tinham saído do PNA, com indicação da data de saída e dos locais para onde foram transportados: Gabinete da Presidência do Governo Provisório da República, Palácio Nacional de Sintra, Palácio Nacional de Mafra, Ministério do Fomento e Instituto Torre e Espada⁷⁹³. Vieira considerava que os objetos que tinham sido levados do PNA deveriam regressar, pois encontravam-se à guarda do Estado:

*“Os bens móveis do Palácio Nacional da Ajuda, quer pertençam ao Estado, quer a particulares, quer àquele e a êstes, como afinal venha a ser apurado pela destrinça determinada na Lei de 24 de Julho de 1912, teem a sua guarda, segurança e conservação igualmente confiadas ao Estado ou porque são propriedade sua, ou ainda por que sendo de outrem é o mesmo por aquelas responsável. Por conseguinte todas as cedências que dêstes móveis teem sido superiormente autorizadas, e não me cabe apreciar se bem ou mal, necessariamente o foram a título precário, ainda que esta condição não tivesse sido expressa, pois bastante é já o empréstimo ser incompatível, pelo menos, com a conservação para que tal responsabilidade seja afectada, e esta mais o será, se é possível, se os objectos forem desviados do sítio para onde só deviam ir, nos termos da autorização.”*⁷⁹⁴

Mas, apesar das tentativas de regresso de objetos ao PNA, ainda em 1914 Vieira constatava que, *“Até hoje, porém, nenhuma destas minhas tentativas logrou resultado. É, pois, indispensável, e condição imperiosa, o regresso de tais objectos.”*⁷⁹⁵

⁷⁹² *Idem.*

⁷⁹³ Proc. n.º 146, l.º 1, TT, AHMF, Caixa 7925.

⁷⁹⁴ Proc. n.º 575, l.º 1, TT, AHMF, Caixa 7925.

⁷⁹⁵ TT, AHMF, Caixa 7926.

Para além dos itens elencados na lista acima mencionada, saíram do PNA outros objetos, registados em documentação consultada no Arquivo Histórico do Ministério das Finanças (Torre do Tombo) e no Arquivo do Palácio Nacional da Ajuda – Museu.

O Palácio Nacional da Ajuda não foi apenas palco de saídas de objetos, tendo ocorrido também – como, aliás, já enunciámos – diversas entradas de bens. Estas devem ser analisadas tendo em consideração a seguinte premissa: a grande maioria dos bens que deram entrada no PNA foram-no apenas em depósito, sendo quase sempre colocados em espaços de arrumação e de reserva, pelo que foram poucos os objetos expostos nas principais salas do palácio.

A localização da Ajuda permitia o transporte terrestre com facilidade, possibilitando ainda a ligação com o transporte ferroviário e marítimo. Para além disso, o palácio caracterizava-se pelas grandes dimensões de alguns dos seus espaços, adaptando-se facilmente às necessidades que a tutela tinha de um local de armazenamento de bens oriundos de diversos locais. Deste modo, foram então dando entrada no PNA várias remessas de objetos, que aí deveriam permanecer de uma maneira mais ou menos temporária. A tutela via como vantagem desta centralização num único lugar a possibilidade de manutenção de um armazém central, em especial para mobiliário. O conceito inerente seria a criação de um *Garde-meuble* nacional, surgindo logo em julho de 1911, numa “*Relação dos palacios, tapadas, jardins e cercas sob a administração da extinta casa real*”⁷⁹⁶, a seguinte referência: “*PALACIO D’AJUDA - Em arrolamento judicial, parcialmente transformado em Museu, séde da extinta REAL BIBLIOTHECA DA AJUDA. Garde-meuble do mobiliario existente nos extinctos paços reaes.*”⁷⁹⁷

Na realidade, durante este período, o PNA não foi efetivamente um *garde-meuble* nacional, pois nunca seria concretizada a centralização procurada. No entanto, o palácio funcionou como local de depósito para objetos considerados de interesse histórico e artístico. Das várias entradas de objetos registadas neste contexto, destacam-se, por exemplo, a de bens imóveis oriundos do Chalet do Estoril, propriedade da Rainha D. Maria Pia⁷⁹⁸. Depois de arrolado, em 1912, o chalet foi penhorado, bem

⁷⁹⁶ TT, AHMF, Caixas 7824 e 7839.

⁷⁹⁷ TT, AHMF, Caixas 7824 e 7839.

⁷⁹⁸ A Rainha D. Maria Pia adquiriu este chalet em 1893, iniciando então uma remodelação no edifício, a cargo dos arquitetos Rosendo Carvalheira e Luís Caetano Pedro d’Ávila. VALE, Teresa, FERREIRA,

como diversos objetos aí existentes, para servirem de pagamento a alguns dos credores da sua anterior proprietária. Os restantes bens, na sua grande maioria objetos utilitários, considerados sem grande valor artístico, foram entregues no Palácio Nacional da Ajuda, ao juiz Taborda de Magalhães, pelo anterior almoxarife, Joaquim Isidoro de Sousa, em 19 de outubro de 1912⁷⁹⁹.

A entrada de bens provenientes do Chalet do Estoril pode ser interpretada como uma tentativa de concentração dos objetos arrolados em edifícios na posse e/ou usufruto dos membros da Família Real, com vista à determinação de propriedade dos referidos itens. Nos anos seguintes dariam entrada no PNA vários conjuntos de artigos provenientes de outros edifícios relacionados. Dos Palácios Nacionais da Pena, de Sintra, de Mafra, de Queluz, das Necessidades e de Belém, e da Cidadela de Cascais, foram movimentados alguns bens depositados no PNA, alguns deles nesta senda de tentativa de concentração, outros de modo mais temporário, de modo a permitirem campanhas de obras em alguns dos locais, servindo a Ajuda quase como plataforma logística. Disso será claro exemplo a movimentação de artigos que, entre os anos de 1930 e 1931, foram deslocados do Palácio Nacional de Belém para o PNA, durante o processo de remodelação de alguns espaços deste palácio pelos arquitetos Guilherme e Carlos Rebelo de Andrade, durante os preparativos para a gorada visita oficial do Rei de Espanha Afonso XIII⁸⁰⁰.

Com o passar dos anos, o PNA passou a receber um cada vez maior número de objetos procedentes de diversos locais, ultrapassando em muito a ideia inicial de constituição de um *Garde-meuble* nacional. Exemplificativa é a recolha, às arrecadações do PNA, em 1936 e a pedido da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, das provas do concurso para as pinturas decorativas da escadaria nobre do Palácio da Assembleia Nacional, que tinham estado expostas na Sociedade Nacional de Belas Artes⁸⁰¹.

Maria e COSTA, Sandra (2000), “Casa da Rainha Dona Maria Pia / Vila Maria Pia”, acedido em 10 de julho de 2014 em URL: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=9403.

“Plantas da vila no Estoril de Sua Majestade a rainha a senhora D. Maria Pia”, PT/TT/CR/007-016/00371C, Acedido em 10 de julho de 2014 em URL: <http://digitalq.dgarq.gov.pt/details?id=4644229>.

⁷⁹⁹ TT, AHMF, Caixa 7916. “Entrada de objectos do Chalet do Estoril no Palácio da Ajuda”, PT/PNA/DGFP/0001-002/0012/00040, acedido em 24 de junho de 2014 em URL: <http://digitalq.dgarq.gov.pt/details?id=4683820>.

⁸⁰⁰ TT, AHMF, Caixa 7929.

⁸⁰¹ TT, AHMF, Caixa 7931.

Seria de presumir que, devido às imposições judiciais do processo de arrolamento do PNA, também não se tivessem operado mudanças de objetos nos seus interiores. Todavia, encontrámos registos de algumas alterações na disposição de objetos no interior do edifício.

Devido a preocupações de conservação dos objetos, e até mesmo devido a uma eventual usufruição por visitantes, foram levadas a cabo algumas mudanças na “arrumação” das salas do palácio pelo próprio juiz arrolador João Taborda de Magalhães, sendo uma das mais significativas a que se operou na Galeria de Pintura do Rei D. Luís I. Preocupado com os quadros que se encontravam amontoados neste espaço, Taborda de Magalhães propôs colocá-los nas paredes, pois considerava que assim ficariam melhor conservados:

*“O arrolamento dos quadros que nas duas salas da galeria, estavam na quasi totalidade no chão e amontoados uns sobre os outros, prejudicando-se por isso muitíssimo, está terminado, e os quadros estão dispostos em volta das salas, encostados ao lambri, e postos sobre elle, havendo alguns maiores amparados por bancos no meio das duas salas. Esta disposição não livra os quadros dos prejuízos que o tempo lhes causa, nem dos que algum rato lhes possa fazer. Portanto, entendemos que, sendo uma insignificante despesa a fazer-se com a colocação nas paredes em que devem ficar os quadros, merece que essa se faça ainda que não seja senão para os conservar, e poderem ser vistos por quem visitar o Palacio.”*⁸⁰²

A proposta foi aceite pela tutela, sendo através das próprias palavras do juiz arrolador que ficamos a saber o que foi feito nas duas salas da Galeria de Pintura do Palácio Nacional da Ajuda:

“Venho hoje dar a V. Ex.^a conhecimento do uzo que fiz da authorização que me foi concedida para a collocação nas paredes da galeria, dos quadros que actualmente a compõem e que, excepto cinco, todos estavam amontoados e encostados a bancos e á grade da mesma galeria, e bem assim da colocação de todos os quadros que amontoados uns sobre outros, estavam n’um grande corredor e em duas casas, que tudo servia d’arrecadação e casa de restauro de quadros estragados.

⁸⁰² TT, AHMF, Caixa 7909.

Gastei com a collocação dos primeiros na galeria, aproveitando tudo quanto ainda podia servir, a quantia de 9:650 réis, correspondente a escudos 9\$65.

A muitos dos quadros da arrecadação, depois de limpos como os outros, mandei pôr molduras em bastantes d'elles, aproveitando as que havia e transformando algumas d'estas n'outras mais pequenas para os quadros que melhor o mereciam.

Assim, parece-me que não abusei da authorização com que me houveram por me parecer que os quadros lucravam com a collocação e beneficios que lhes fiz, dispendendo uma insignificante quantia a meu ver nas despesas d'aquelle trabalho, e preparando assim as duas salas da galeria que podem ser visitadas pelas pessoas que aqui vierem.”⁸⁰³

Se até 1914, ou seja, até ao fim do inventário judicial, foram pontuais estas movimentações internas de objetos, a partir de então foram várias. As principais causas para estas alterações prenderam-se essencialmente com as novas funções do Palácio Nacional da Ajuda. Devido à realização de banquetes, receções e outros eventos oficiais, foram sendo necessárias modificações na disposição de algumas salas, ações superintendidas, até 1934, por Custódio José Vieira, que enquanto Chefe da Secção dos Palácios Nacionais, era responsável pela decoração das salas do PNA a serem utilizadas durante os eventos protocolares. Desde a preparação de salas para acolhimento dos Reis dos Belgas, em outubro de 1920, até à cerimónia de Imposição do Barrete Cardinalício realizada a 3 de janeiro de 1923 na Capela do andar nobre do PNA, passando pelos diversos almoços e jantares realizados na Sala da Ceia, diversas foram as situações que exigiram grandes movimentações de bens a nível interno.

Outro fator determinante para a movimentação de objetos no PNA, foi a tentativa da sua abertura ao público⁸⁰⁴, o que implicaria a necessária criação de um percurso para os visitantes, dispendo-se de modo mais refletido, nas diversas salas, os principais objetos existentes.

Apesar das constantes menções a alterações na “arrumação” das salas do palácio, não encontrámos na documentação consultada referências textuais ou gráficas mais específicas acerca das modificações levadas a cabo durante essas ocasiões, ficando

⁸⁰³ TT, AHMF, Caixa 7877.

⁸⁰⁴ Ver o ponto 1.5. *Tentativas de abertura ao público.*

como tal a análise deste tema fora do presente trabalho. Apesar de termos notícia acerca da realização de campanhas fotográficas no PNA durante o período que temos vindo a referir (1914-1938), não conseguimos contudo identificar quaisquer exemplares, sendo que as diversas fotografias dos interiores do PNA existentes, algumas delas até reproduzidas em postais, correspondem, cremos, a sessões posteriores ao intervalo de tempo estudado. Até mesmo o pedido, em novembro de 1928, feito por Gustavo de Matos Sequeira, para fotografar espaços exteriores e interiores dos Palácios de Sintra, da Pena e da Ajuda, com vista à sua publicação no livro *Palácios e Solares Portuguezes*⁸⁰⁵, não possibilita a identificação de quaisquer fotografias do PNA: apesar de lhe ter sido concedida autorização pelo Chefe da Secção dos Palácios Nacionais, Custódio José Vieira⁸⁰⁶, nesta publicação, lançada em 1932, o autor acabou por não colocar imagens dos interiores do Palácio da Ajuda, surgindo apenas uma imagem da fachada nascente deste edifício a partir de um cliché de N. Ribeiro, que não conseguimos datar. Do aspeto das salas do palácio, resta, contudo, uma descrição do autor:

*“O interior do palacio, que é vastíssimo, é um agregado de coisas boas e más. Uma série de salas, denominadas: dos Archeiros, do Porteiro da Cana, da Audiencia, do Docel, dos Cães, do Despacho, da Tocha, do Throno, de D. João VI, dos Embaixadores, azul, da Musica, de Marmore, verde, de Saxe, vermelha, etc., contêm, na decoração presa e solta, uma variedade de gostos interminável, desde o péssimo ao óptimo.”*⁸⁰⁷

Durante o período de arrolamento dos bens existentes no PNA, o juiz arrolador Taborda de Magalhães, responsável por algumas intervenções de conservação e restauro nos últimos anos da Monarquia Constitucional, encetou algumas reparações e pequenas obras de manutenção nos interiores do PNA. Destas reparações o juiz encarregava o carpinteiro jornaleiro ao serviço no PNA, António Duarte⁸⁰⁸. Contudo, Taborda de Magalhães preocupou-se também com o estado de conservação de alguns objetos, tendo

⁸⁰⁵ SEQUEIRA, Gustavo de Matos, *Palácios e Solares Portuguezes*, 1932.

⁸⁰⁶ “Esta Secção não vê inconveniente no deferimento desde que não importe alteração na disposição dos objectos expostos e prejuízo de qualquer natureza no edifício ou no seu recheio”. TT, AHMF, Caixa 7930.

⁸⁰⁷ SEQUEIRA, Gustavo de Matos, *Palácios e Solares Portuguezes*, 1932, p. 12.

⁸⁰⁸ TT, AHMF, Caixa 7925.

sido responsável por pequenas intervenções em alguns bens existentes no interior do edifício⁸⁰⁹.

Após a conclusão do inventário judicial em 1914, e quando se começou a prever a abertura do PNA ao público, foram realizados alguns trabalhos de conservação e restauro em objetos presentes nas principais salas do palácio⁸¹⁰. Contudo, a partir do final da década de 20 é que foram pensados e concretizados vários restauros mais sistemáticos no acervo do PNA. Integrados nos planos de receção oficial do Rei de Espanha, Afonso XIII, foram realizados alguns trabalhos de reparação e de restauro de bens móveis do PNA. Na sequência destes preparativos, nos anos de 1930 a 1933, tiveram também lugar diversas intervenções em salas interiores do Palácio da Ajuda, englobando a “*Conservação e reparação de adornos, tapetes, mobiliário, estofos, guarnições e objectos de arte*”⁸¹¹.

Em 1930, foram executadas algumas cortinas e forradas 145 cadeiras com damasco⁸¹², para a Sala da Ceia, procedendo-se ainda a “*consertos nos relógios existentes no Palácio d’Ajuda*”⁸¹³. Entre 1930 e 1931, foram feitas capas amovíveis para as cadeiras da Sala da Ceia, de modo a protegê-las quando não fossem utilizadas⁸¹⁴. Em 1932 foram restauradas peças de mobiliário, entre os quais 18 *fauteuils*, 9 cadeiras e 1 sofá, pelo dourador Agostinho Cabral⁸¹⁵.

Custódio José Vieira, chefe da Secção dos Palácios Nacionais e claviculário do Palácio Nacional da Ajuda, fomentou também, no início da década de 30, alguns restauros em diversos objetos de cerâmica do PNA. Apresentando de maneira faseada propostas de restauro ao próprio diretor geral da Fazenda Pública, Alberto Xavier, Vieira responsabilizou-se durante alguns meses pelo acompanhamento de diversas intervenções em cerâmicas de Saxe, Índia, China e Japão, existentes à época: na Sala de Saxe, no Gabinete de Carvalho, na Sala Chinesa, na “Sala dos Távoras”⁸¹⁶, na “Sala de Saxe do andar nobre”⁸¹⁷ e na Sala de Mármore⁸¹⁸. A intervenção de que encontramos

⁸⁰⁹ *Idem.*

⁸¹⁰ Ver o ponto 1.5. *Tentativas de abertura ao público.*

⁸¹¹ TT, AHMF, Caixa 7929.

⁸¹² O trabalho das cadeiras terá sido efetuado por Miguel dos Santos, Lda. TT, AHMF, Caixa 7929.

⁸¹³ TT, AHMF, Caixa 7895.

⁸¹⁴ TT, AHMF, Caixa 7961.

⁸¹⁵ TT, AHMF, Caixa 7959.

⁸¹⁶ A “Sala dos Távoras” deverá ser a Sala do Corpo Diplomático, onde se encontram alguns dos panos de porta com as Armas dos Távoras.

⁸¹⁷ Não conseguimos determinar a localização desta sala.

⁸¹⁸ TT, AHMF, Caixa 7959.

mais referências na documentação consultada foi aquela que contemplou, entre 1932 e 1933, diversos objetos da Sala de Saxe (cadeiras, *fauteuils* e outras peças diversas)⁸¹⁹. Estes trabalhos terão sido efetuados por Eugénio Correia da Silva⁸²⁰, surgindo no entanto pontuais referências de que algumas das intervenções terão sido realizadas pelo próprio Custódio José Vieira⁸²¹. A limpeza de alguns metais e o polimento de alguns móveis da Sala de Saxe são trabalhos igualmente atribuídos a Custódio José Vieira⁸²².

Ainda no campo da conservação e restauro de bens móveis é também de referir que em 1934, o administrador do PNA, Armando Porfírio Rodrigues, preocupado, escrevia à tutela:

*“Sendo necessario preservar dos estragos causados pelo abandono a que têm estado entregues varias tapeçarias existentes n’este Palacio Nacional, algumas já bastante damnificadas pelas traças e falta de arejamento, lembrava a V. Ex.cia a conveniencia de, mesmo aqui no Palacio n’um quarto apropriado (que existe) lhe fosse feita desinfecção pelo Formól serviço este a que me prontifico desde que me seja authorisada a verba necessária, que bem compensa pelos beneficios que traria às diversas tapeçarias.”*⁸²³

Não sabemos se a referida “desinfecção” foi executada, mas esta proposta de Rodrigues permite-nos ter uma ideia do tipo de trabalhos que poderiam ser feitos pela equipa de funcionários do PNA. Consultando documentação existente no Arquivo do PNA – Museu, referente à aquisição de material, acreditamos que determinadas intervenções de reparação e manutenção – e até mesmo de conservação e restauro –, deverão ter sido efetuadas pelos empregados do PNA.

Não existindo uma verdadeira política, coerente e contínua, para a gestão de coleções do PNA, verificámos que foram surgindo preocupações e tendências definidoras para a salvaguarda dos objetos existentes.

Da parte da Secção dos Palácios Nacionais, chefiada por Custódio José Vieira, foram efetuados pedidos que denotam a sua preocupação pela inventariação e marcação dos bens do PNA e pela permanente actualização do inventário existente, neste caso os

⁸¹⁹ *Idem.*

⁸²⁰ TT, AHMF, Caixa 7959. Terão sido apresentadas propostas por: Armando Corvêllo, Eugénio Correia da Silva e Pedro de Lemos Correia. TT, AHMF, Caixa 7929.

⁸²¹ TT, AHMF, Caixas 7929 e 7895.

⁸²² TT, AHMF, Caixa 7894.

⁸²³ *Idem.*

15 volumes do arrolamento. Vieira considerava necessário identificar todos os objetos existentes, de modo a ter um controlo mais eficaz de todo o acervo do palácio.

Em junho de 1928, Vieira fez o pedido ao Administrador Geral da Casa da Moeda e Valores Selados de 1500 chapas de alumínio, com 4cm de diâmetro e 2mm de espessura, com as armas nacionais relevadas ao centro, circundadas com a legenda *Palácio Nacional da Ajuda*, e outras tantas exatamente iguais mas com a legenda *Palácio Nacional da Ajuda Voiture*⁸²⁴. Ainda no mesmo mês o Administrador Geral da Casa da Moeda respondia, dizendo que não tinham capacidade no momento para efetuar o trabalho⁸²⁵. Não sabemos se esta encomenda foi feita a algum outro local, ou se foi adotado outro modo de marcação dos objetos, sendo que, de acordo com os atuais conservadores do PNA, não existirão chapas semelhantes às acima descritas.

Também em 1928, Vieira pediria um “*sinete de madeira grande com caixa e tinta em forma oval com as armas nacionais e legenda “Palácio Nacional da Ajuda”*”⁸²⁶, para marcar as peças têxteis, que também não terá sido adquirido.

Como veremos, a marcação de objetos e a preocupação de actualização do inventário judicial terão sido adiadas até ao final da década de 30.

1.4.4. Administração de outros espaços

Com a mudança de regime, todo o património anteriormente administrado pelo Almojarifado do Paço Real da Ajuda transitou para o Almojarifado do Palácio Nacional da Ajuda, mais tarde designado por Administração do Palácio Nacional da Ajuda. Este património era constituído pelo próprio palácio e estruturas anexas e por um conjunto de propriedades urbanas e rurais situadas nas envolventes do lugar da Ajuda.

Até outubro de 1910, o Almojarifado do vizinho Paço Real de Belém tinha também a seu cargo um conjunto de propriedades situadas na zona de Belém. Como em 1908 este palácio tinha deixado de estar sob a tutela da Administração Geral da Fazenda da Casa Real⁸²⁷, pois foi entregue pelo Rei à Fazenda Real – estando à data da mudança de regime político sob a jurisdição do Ministério dos Negócios Estrangeiros –, o agora

⁸²⁴ TT, AHMF, Caixa 7960.

⁸²⁵ *Idem.*

⁸²⁶ *Idem.*

⁸²⁷ VALE, Teresa e GOMES, Carlos (1994), CORREIA, Paula (2004), “Palácio Nacional de Belém”, Acedido em 7 de novembro de 2013 em URL: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6547.

Palácio Nacional de Belém não transitou para a Superintendência Geral dos Paços Reais. No entanto todas as propriedades dependentes da sua administração foram transferidas para a do Palácio Nacional da Ajuda, de modo a ficarem também sob a tutela da referida superintendência, aumentando-se assim a área de influência da administração do PNA.

Através da documentação existente no Arquivo do Palácio Nacional da Ajuda - Museu, verificamos que uma das principais ocupações do almoxarife/administrador do PNA, devido ao trabalho e tempo despendido, era a da administração efetiva do conjunto de propriedades urbanas e rurais pertencentes ao Estado, que se situavam nas áreas de Belém e da Ajuda.

Uma das primeiras tarefas da Administração do PNA foi a realização de uma lista das propriedades do Estado que estariam ocupadas e o tipo de contrato existente. Ficamos a saber que as propriedades rurais estariam arrendadas por períodos de cerca de 5 anos e que as propriedades urbanas, na sua grande maioria, estariam ocupadas por cedência, sem qualquer tipo de encargo, a funcionários da Casa Real ou a familiares destes.

A nova tutela republicana terá utilizado inventários já existentes para a determinação das propriedades dependentes dos almoxarifados destes palácios, em especial as listas de 1893, “*Relação das propriedades urbanas pertencentes ao Almoxarifado do Real Paço d’ Ajuda*” e “*Relação das propriedades urbanas pertencentes ao almoxarifado das reais propriedades de Belém*”⁸²⁸.

Depois do apuramento da realidade das propriedades administradas pelo PNA, surgiu desde logo a preocupação com o estado de conservação dos imóveis dependentes e com as condições de conforto e bem-estar dos seus ocupantes. Assim e logo em junho de 1911, foi elaborada uma primeira lista de locais que tinham evidentes falta de condições para os seus ocupantes⁸²⁹.

O decreto com força de lei, de 12 de novembro de 1910⁸³⁰, viria a regulamentar as regras do inquilinato em Portugal, determinando também o modo como o Estado

⁸²⁸ TT, AHMF, Caixa 7934.

⁸²⁹ Ofício n.º 393, TT, AHMF, Caixa 7825.

⁸³⁰ Decreto com força de lei, de 12 de novembro de 1910, *Diário do Governo*, n.º 34, de 14 de novembro de 1910.

deveria agir com as suas propriedades arrendadas. Neste período o Governo Provisório determinou que ninguém poderia ocupar casas do estado sem pagamento de renda.

“Pela extinção dos antigos paços reais foram incorporados nos bens Proprios Nacionais os predios habitados graciosamente e outros que estavam e continuaram arrendados a particulares, passando os inquilinos, que gosavam de gratuidade, a pagar as rendas que lhes foram estipuladas.

*Isto foi determinado pelo Exmo. Ministro das Finanças do Governo Provisório, em 12 de Maio de 1911, deixando, por efeito do despacho ministerial, de 27 do mesmo mês, de observar-se as instruções de 2 de Maio de 1843 e outras disposições que não permittiam o arrendamento sem hasta publica, e mandando-se observar as leis civis sobre o inquilinato, em todos os casos em que o preço mensal das rendas seja inferior a 10\$.”*⁸³¹

As novas autoridades republicanas, estabelecendo que ninguém poderia ocupar casas do Estado sem um contrato de arrendamento, estipulou que deveriam ser atribuídos valores de renda a todas as propriedades do Estado, sendo então efetuados contratos com todos os ocupantes que manifestassem vontade de respeitar as novas regras. O valor destas rendas foi proposto pela administração do PNA e foram aplicadas depois de autorização superior da tutela. A realização dos novos contratos também ficou a cargo da administração do PNA, que respeitava assim a nova Lei do Inquilinato.

A partir de então, a Administração do Palácio Nacional da Ajuda ficou responsável por um conjunto de propriedades significativo na área entre a Ajuda e Belém, continuando assim a influir diretamente na vida social da zona⁸³².

⁸³¹ TT, AHMF, Caixa 7960.

⁸³² A título de exemplo apresentamos as diversas propriedades arrendadas. Na relação de arrendatários de setembro de 1911 encontramos 146 inquilinos a pagar renda à Administração do PNA. APNA, Bloco n.º 3, Pasta 4. Na relação de arrendatários de janeiro de 1921 encontramos 135 em propriedades urbanas a pagar renda à Administração do PNA: Telheiros da Ajuda (22), Quintinha (12), Calçada da Ajuda (16), Rua da Bica (1), Pátio do Bomfim (16), Pátio das Carvalhas (5), Pátio da Ópera (6), Beco dos Galegos (3), Rua do Mirante (2), Largo da Torre (1), Rua da Torre (2), Cruzeiro da Ajuda (3), Pátio do Seabra (7), Rua do Guarda Jóias (5), Largo da Ajuda (2), Pátio do Seminário (7), Rua do Jardim Botânico (3), Largo da Memória (2), Pátio das Vacas (3), Pátio das Zebras (2), Praça Afonso de Albuquerque (6), Largo dos Jerónimos (3), Pátio Magalhães Coutinho (6). APNA, Bloco n.º 8, Pasta 4.

Em ofício de 15 de abril de 1926, Armando Porfírio Rodrigues, dirigindo-se ao Chefe da Repartição do Património, elenca as propriedades sob a sua administração: Casal do Tojal, Horta da Calçada do Galvão, Terra dos Pinheiros e da Rua da Bica, Horta do Bomfim, Quinta do Seminário, Quintal do Pátio do Seabra, Pedreiras de Vidraço, Horta das Damas, Telheiros da Ajuda (22 inquilinos), Quintinha (12 inquilinos), Calçada da Ajuda (n.º 257, 253, 249, 241, 231, 227, 225, 223, 224, 228, 230, 226, 238), Rua da Bica do Marquês (1 inquilino), Pátio do Bomfim (16 inquilinos), Pátio das Carvalhas (5 inquilinos), Pátio da Ópera (5 inquilinos), Beco dos Galegos (3 inquilinos), Calçada do Mirante (n.º 1 e 11), Rua da

Através da documentação existente no Arquivo do Palácio Nacional da Ajuda – Museu, apurámos alguns aspetos que poderão dar a entender a realidade envolvente do PNA após 1910.

Quanto às propriedades rurais, que se situavam nos arredores do PNA e da Tapada da Ajuda, verificamos que houve apenas uma atualização dos contratos de arrendamento já existentes, de preferência mantendo a renovação possível de 5 em 5 anos. Pelas características do trabalho rural, visava esta medida manter a vontade de investimento nas terras. Uma das principais preocupações em relação a este tipo de propriedade era, por isso, a existência de água ou, pelo menos, o seu abastecimento, essencial para uma boa produtividade agrícola. Este abastecimento de águas era sobretudo feito através dos caudais provenientes das minas de água – também geridas pela Administração do Palácio Nacional da Ajuda, tal como já sucedia antes de outubro de 1910, pelo Almojarifado do Paço Real da Ajuda⁸³³ – e era alvo de preocupação constante dos arrendatários, que exigiam o bom abastecimento para assegurar as suas produções⁸³⁴.

Torre (n.º 12 e 14), Rua do Cruzeiro (n.º 241, 90, 92 e 94), Pátio do Seabra (7 inquilinos), Rua do Guarda Jóias (n.º 18, 16, 10, 14, 8, 7), Largo da Ajuda (2 inquilinos), Pátio do Seminário (6 inquilinos), Rua do Jardim Botânico (n.º 6), Largo da Memória (2 inquilinos), Travessa do Pátio das Vacas (n.º 11, 12 e 13), Pátio das Zebras (2 inquilinos), Praça Afonso de Albuquerque (n.º 11, 12, 13, 15, 16, 17 e 18), Largo dos Jerónimos (3 inquilinos), Pátio Magalhães Coutinho (6 inquilinos) e Largo e Igreja da Memória. Ofício n.º 18, APNA, Bloco n.º 5, Pasta 1.

Na relação de julho de 1935 encontramos 153 inquilinos a pagar renda, em propriedades urbanas, à Administração do PNA: Calçada do Mirante (1), Telheiros da Ajuda (21), Rua das Açucenas (1), Calçada da Ajuda (15), Pátio das Carvalhas (5), Pátio do Bomfim (15), Quintinha (12), Rua da Bica do Marquês (1), Pátio da Ópera (6), Beco dos Galegos (2), Rua da Torre (2), Rua do Cruzeiro (3), Largo da Ajuda (1), Pátio do Seabra (8), Rua do Guarda Jóias (4), Rua de D. Vasco (1), Pátio do Seminário (5), Rua do Jardim Botânico (3), Largo da Memória (2), Largo do Museu Agrícola Colonial (3), Travessa do Pátio das Zebras (2), Praça Afonso de Albuquerque (7), Largo dos Jerónimos (1), Pátio Magalhães Coutinho (9), Travessa do Mosteiro (24). APNA, Bloco n.º 9, Pasta 4.

⁸³³ *Notícia acerca das Aguas que abastecem os Almojarifados das Reaes Propriedades quer Proprias quer Nacionais no usufructo da Corôa. 1904.* Lisboa: Typographia da “A Editora”, 1905.

⁸³⁴ José António Jorge Pinto, encarregado das minas de água, mostrando preocupações acerca do estado de conservação de algumas minas de água e dos canais de abastecimento, apresentava o elenco dos diversos espaços fornecidos por águas das minas sob administração do PNA:

“*Almojarifado de Ajuda*

Propriedades do Estado abastecidas d’água Palácio da Ajuda, Jardim Botânico d’Ajuda, Quinta do Seminário, Casal do Tojal, Bonfim, Casas dos Telheiros d’Ajuda, Quinta do Saldanha, Cavallariças d’Ajuda, casas do Pateo das Cosinhas, propriedade da Rua do Guarda Joias, Quinta chamada do Infante, Calçada d’Ajuda pateo do Bonfim, Calçada d’Ajuda esquina do Jardim Botânico, casas do Seminario, Asylo de Ajuda, casa habitada por D. Antonio da Camara, casa da guarda do palacio, casa do Largo d’Ajuda, garage da torre, e estação telegráfica. Quartel de Infantaria n.º 1;

Entidades particulares em goso de concessão d’aguas

Casa de A.V.P.S. Murinello, Casa da condessa de Belmonte, Casa d’habitação de F. Baerlein, casa de P. Bahuto (em Arcolena), Recolhimento das Oblatas (sobejos do Jardim Botânico) C. Ajuda (sobejo do palacio), Rua da Bica (sobejos do Bonfim);

Chafarizes públicos dotados d’água d’este almojarifado

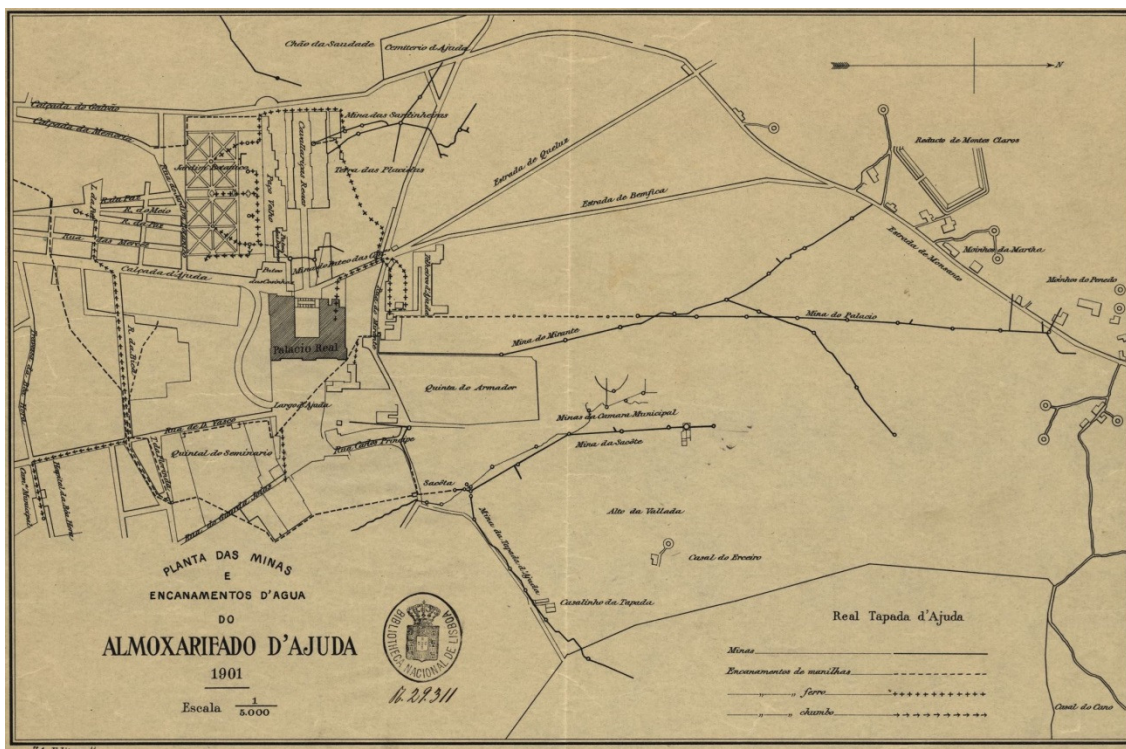


Fig. 33 – “Planta das minas e encanamentos d’agua do Almoximado d’Ajuda” [Material cartográfico]. - Escala 1:5000. - [Lisboa] : A Editora, 1901. Acedido em 24 de abril de 2014 em URL: <http://purl.pt/1678/3/>

Quanto às propriedades urbanas, verificamos que lhes foram atribuídos valores de renda, sendo negociados novos contratos de arrendamento com os ocupantes, a maioria deles funcionários ou ex-funcionários da Casa Real ou, em certos casos, familiares de antigos funcionários já falecidos. Apesar de as novas regras ditarem que ninguém poderia ocupar casas sem pagamento de renda, foram permitidas algumas exceções, devido às condições financeiras dos inquilinos. Nestes casos, foi autorizada a permanência das pessoas nos locais, ainda que se alertasse que estas eram situações temporárias e que, mais tarde ou mais cedo, os ocupantes deveriam começar a pagar, sob prejuízo de terem de abandonar as residências. De facto, verificamos neste período diversas saídas de pessoas, ou por vontade própria, ou por despejos coercivos. A maioria destes despejos prendia-se precisamente com a falta de pagamento de rendas verificando-se, contudo e em alguns casos, despejos efetuados devido a problemas de comportamento, diferendos com vizinhos e incúria, falta de higiene e até mesmo vandalismo nas casas do Estado. Em suma: o administrador do PNA, para além das

Chafariz do Cruzeiro, da Rua do Mirante, da Boa Hora, da Rua da Bica (cortadas estas ultimas duas), bem como as do chafariz da Paz, d'Arcolena ou Memoria, e da rua do Jardim Botanico tendo esta fonte desaparecido.”

Carta de 20 de julho de 1911, TT, AHMF, Caixa 7825.

questões formais de realização de contratos, de cobrança das rendas, do abastecimento de água e das questões que se prendiam com a manutenção e reparação das ditas casas, era obrigado a perder tempo com questões relacionadas com a boa vizinhança e o bom comportamento entre os arrendatários, servindo por vezes de árbitro entre vizinhos⁸³⁵.



Fig. 34 – “Terrenos na Ajuda”. Fotografia de Joshua Benoliel, datada de cerca de 1912. PT/AMLSB/JBN/001760, acedido em 24 de abril de 2014 em [URL: http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/PaginaDocumento.aspx?DocumentoID=268430&AplicacaoID=1&Pagina=1&Linha=1&Coluna=1](http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/PaginaDocumento.aspx?DocumentoID=268430&AplicacaoID=1&Pagina=1&Linha=1&Coluna=1)

A preocupação com a necessidade de reparação e de manutenção das diversas casas arrendadas estava sempre presente no trabalho do administrador do PNA. Em 1917, Armando Porfírio Rodrigues considerava que esses trabalhos, a serem efetuados, poderiam aumentar a fonte de receitas, não devendo contudo ser feitos pelos funcionários do palácio:

“Tendo instado em repetidos ofícios pela autorização para ter efectivos alem de 2 carpinteiros que já existem, 2 pedreiros e 2 serventes, e pelo aumento da verba de material; que se até aqui era pequena, nas actuaes circuntancias é mais que deficiente. [...]

*Há na minha Administração algumas casas que com pequenas reparações poderiam até dobrar as rendas, não se lhes acudindo de pronto ver-me-ei forçado a deixar de as alugar.”*⁸³⁶

⁸³⁵ Proc. n.º 1102, l.º 4.º, TT, AHMF, Caixa 7927.

⁸³⁶ Ofício n.º 4, TT, AHMF, Caixa 7871.

Esta preocupação foi sempre uma constante ao longo desta administração, sendo regulares quer a elaboração de listas de propriedades necessitadas de reabilitação, quer a efetiva intervenção nas mesmas, assegurando a administração do PNA, deste modo, a salvaguarda dos interesses do Estado⁸³⁷.

Os valores de renda das propriedades administradas pelo PNA foram sendo atualizados, ainda que com os impedimentos legais de 1914⁸³⁸.

*“Estando próximo o fim do trimestre julgo ser ocasião oportuna para se fazer uma revisão sobre as rendas das propriedades a meu cargo, cujas rendas por ordem do Exm.º Snr. Ministro das Finanças José Relvas foram lançadas em harmonia com a situação dos seus habitantes. Actualmente para muitos essa atenuante deixou de existir estando o estado a ser prejudicado por não cobrar das ditas casas a quantia que justamente valem.”*⁸³⁹

Custódio José Vieira, na altura responsável pela sindicância à administração do PNA, concordava com o aumento das rendas das propriedades sob a administração deste palácio:

*“Concordo plenamente com a essência do ofício do administrador, e tanto assim que uma das propostas que terei a honra de submeter à aprovação de S. Ex.ª o Ministro, no relatório da sindicância, é a de se fazer uma nova avaliação de todas as propriedades, feita por pessoas competentes e estranhas à administração do Palácio e na qual, não deixando de atender às condições do bairro, como por ex: a falta de meios de transportes (por enquanto) e a escassez de água, etc, se use de justo rigor ou, pelo menos, de imparcialidade.”*⁸⁴⁰

Como o Palácio da Ajuda, que se encontrava fechado ao público, não fazia receita alguma com as visitas nem com os eventos relacionados com o protocolo de

⁸³⁷ De modo a exemplificar a diversidade de questões apresentamos alguns exemplos encontrados em documentação consultada:

1915 e 1921 – Devido aos pedaços de pedra, projetados por rebentamentos de pedreiras no Rio Seco, que causavam danos em alguns vidros e telhados de algumas das propriedades das imediações, foram tomadas medidas para fechar essa exploração. Proc. 734, l.º 1, TT, AHMF, Caixa 7925.

1930 – Tentativa de remoção de barracas, construídas por acampamento de ciganos, na Terra da Ponte, ao Rio Seco. TT, AHMF, Caixa 7930.

1930 e 1931 – Necessidade de remoção de árvores caídas a sul do PNA, causadoras de danos em habitações aí existentes. TT, AHMF, Caixa 7930.

⁸³⁸ Decreto n.º 1079 de 23 de Novembro de 1914 á lei do inquilinato. Proibindo aos proprietários dos prédios urbanos, cujas rendas, à data do mesmo decreto, não ultrapassem determinadas quantias, o elevarem o valor dessas rendas, 1914.

⁸³⁹ Proc. n.º 1964, l.º 23, TT, AHMF, Caixa 7925.

⁸⁴⁰ *Idem.*

Estado, as rendas cobradas a todos os inquilinos eram importantes e não descuráveis pela tutela dos Palácios Nacionais, que aqui tinha uma potencial grande fonte de receita. Assim sendo, o aumento de rendas foi uma constante, mas sempre sustentado pela legislação aprovada acerca do assunto⁸⁴¹. Devido a esta fonte de rendimento, o PNA era um dos Palácios Nacionais que rendia mais dinheiro ao Estado, apenas igualado (ou até ultrapassado, em alguns meses) pelo Palácio Nacional do Alfeite (“*Barreiras, Rendas, Entradas e Diversas*”) e pela Estação Geradora de Eletricidade da Tapada da Ajuda (“*Diversas*”)⁸⁴².

Com o passar do tempo, algumas propriedades foram sendo cedidas para os mais diversos fins, como resposta a várias solicitações e pedidos de imóveis:

*“algumas propriedades que pertencem ao Património Nacional, passaram á posse de diversas entidades taes como Ministerio da Guerra, Comando da Guarda Nacional Republicana, Provedoria Central da Assistencia Publica, Juntas de Freguesia, Instituto Superior de Agronomia, Correios e Telegrafos”*⁸⁴³

No entanto, nem todos os pedidos de propriedades tinham pareceres positivos, havendo notícia de solicitações que não eram concedidas, por não se adequarem às funções que a República tinha atribuído ao PNA. Podemos apontar, como exemplo, o pedido do Ministério do Comércio e Comunicações, em 1924, de um terreno para prolongamento do bairro de casas económicas da Ajuda, em construção desde 1920. Como resposta, o Chefe da Secção dos Palácios Nacionais, Custódio José Vieira, manifestava-se contra uma decisão favorável, uma vez que

*“o terreno pedido vem até próximo da margem oposta à do lado sul do Palácio Nacional da Ajuda. Ora, estando êste Palácio destinado às grandes recepções de gala da República e a alojamento dos Chefes de Estado estrangeiros e sendo a distância duma a outra margem da rua relativamente curta, não parece, pelos motivos expostos e ainda pelo aspecto architectónico e monumental do Palácio, que se lhe aproxime um bairro de gente pobre.”*⁸⁴⁴

⁸⁴¹ Lei n.º 1.368, de 21 de setembro de 1922, *Diário do Governo*, n.º 197, de 21 de setembro de 1922. Lei n.º 1.662, de 4 de setembro de 1924, *Diário do Governo*, n.º 200, de 4 de setembro de 1924. Decreto n.º 15.289, de 30 de março de 1928, *Diário do Governo*, n.º 74, de 30 de março de 1928.

TT, AHMF, Caixa 7960.

⁸⁴² TT, AHMF, Caixa 7910.

⁸⁴³ Ofício n.º 18, bloco n.º 5, Pasta 1, APNA.

⁸⁴⁴ Proc. n.º 1790, l.º 4.º - 7928.

Outras propriedades seriam contudo vendidas, e outras ainda desocupadas e demolidas por falta de condições de habitabilidade:

*“a mesma [casa] não merece ser reparada pois além do estado em que se encontra não oferece condições higienicas que a tornem habitável, acrescendo a circunstancia de ser uma casa abarracada de pavimento térreo situada em frente do Palácio da Ajuda.”*⁸⁴⁵

Devido a todas estas movimentações, a administração do PNA ficou progressivamente com um menor número de propriedades a seu cargo⁸⁴⁶.



Fig. 35 – Fotografia da envolvente sul do Palácio Nacional da Ajuda.

“Fotografia aérea do quartel de Infantaria 1 na Ajuda”. Fotografia de Pinheiro Correia datada de cerca de 1934. PT/AMLSB/PIC/000019, acedido em 24 de abril de 2014 em URL: <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/PaginaDocumento.aspx?DocumentoID=285106&AplicacaoID=1&Pagina=1&Linha=1&Coluna=1>

⁸⁴⁵ TT, AHMF, Caixa 7929.

⁸⁴⁶ Em ofício de 15 de abril de 1926, Armando Porfírio Rodrigues, dirigindo-se ao Chefe da Repartição do Património, elenca as propriedades da sua administração que tinham sido cedidas a outras entidades: Largo dos Jerónimos, n.º 3, r/c, cedido ao Centro Escolar Republicano; Rua do Jardim Botânico, n.º 6, 1.º esq., cedido ao Instituto Superior de Agronomia para residência do jardineiro do Jardim Botânico; Casa no Largo da Ajuda, cedida à Sociedade Protectora da Infância Desvalida; Largo da Torre, n.º 1, cedida à Provedoria Central da Assistência; Antigas Cavalariaes Reais, cedidas ao Ministério da Guerra para o Quartel de Telegrafistas de Campanha; Antigo Paço Velho, cedido ao Ministério do Interior para a 4.ª Companhia da Guarda Nacional Republicana; Casa na Calçada da Ajuda, cedida à Direcção Geral dos Correios e Telégrafos para Estação Telegráfica; Calçada da Ajuda, n.º 236, cedida para sede da Junta de Freguesia e para Escola do Povo; Terreno “O Aterro” na Travessa do Pátio das Vacas, cedido como logradouro do Administrador do Palácio Nacional da Ajuda; Antigo Palácio do Pátio das Vacas, cedido ao Ministério das Colónias para o Museu Colonial. Ofício n.º 18, APNA, Pasta 1, bloco 5.

Situado numa zona bastante periférica da cidade de Lisboa, numa área ainda com uma forte componente rural e com uma maioria da população de baixos recursos financeiros, o conjunto de propriedades sob a Administração do Palácio Nacional da Ajuda era particularmente heterogéneo, composto por propriedades rurais e propriedades urbanas, que reuniam casas de habitação, espaços oficiais e comerciais, instalações militares e até a Biblioteca da Ajuda, situada no próprio edifício do PNA.

Dentro deste conjunto de propriedades sob a administração do Palácio Nacional da Ajuda, devem ser destacadas algumas, devido às suas características e valores patrimoniais.

Paço Velho

O denominado Paço Velho, antigo Paço dos Condes de Óbidos, ligado ao Palácio da Ajuda por um passadiço sobre a Calçada da Ajuda e com ligação ao Jardim Botânico da Ajuda, estava sob a administração do PNA. Porém, cedo viu alguns dos seus espaços cedidos ao Ministério da Guerra, para instalação de unidades militares⁸⁴⁷.

Torre do Relógio

A Capela Real da Ajuda, anexa à Real Barraca, funcionou até 1835, entrando então em declínio até ao seu desmantelamento, em 1843⁸⁴⁸. Ficou no local apenas a sua torre sineira, a denominada Torre do Relógio, desenhada por Manuel Caetano de Sousa⁸⁴⁹. Com a implantação da República esta torre permaneceu sob a Administração do Palácio Nacional da Ajuda, não existindo contudo muita documentação a ela referente.

⁸⁴⁷ Acerca deste conjunto de edifícios ver no presente trabalho, no ponto **1.4.2.1. Segurança**.

⁸⁴⁸ VALE, Teresa e GOMES, Carlos (1994), FIGUEIREDO, Paula (2007), Capela Real da Ajuda / Torre sineira da Capela Real da Ajuda, acedido em 29 de abril de 2014 em URL: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6106.

⁸⁴⁹ Zona circundante do Palácio Nacional da Ajuda (Jardim das Damas, Salão de Física, Torre Sineira, Paço Velho e Jardim Botânico), acedido em 29 de abril de 2014 em URL: <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/72758/>.



Fig. 36 – “Torre da Ajuda”. Fotografia de Alberto Carlos Lima, datada do início do séc. XX. PT/AMLSB/LIM/000972, acedido em 29 de abril de 2014 em URL:<http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/PaginaDocumento.aspx?DocumentID=269953&AplicacaoID=1&Pagina=1&Linha=1&Coluna=1>

Verificamos que, em outubro de 1924, o administrador geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais informou a tutela do Ministério das Finanças que não conseguia continuar a pagar ao empregado que tratava do relógio existente na referida torre⁸⁵⁰. No seguimento desta determinação, a Junta de Freguesia da Ajuda pediu à Administração do PNA a chave da torre, de modo a assumir a responsabilidade pela manutenção do relógio⁸⁵¹. Entre 1925 e 1930 a conservação do relógio foi então feita por António Mendes Hortênsio, pago pela Junta de Freguesia da Ajuda. No ano de 1930, houve uma solicitação para que a este empregado fosse permitido morar na própria torre, de modo a facilitar o serviço de manutenção do relógio. Julgamos que esta intenção terá chegado a concretizar-se, uma vez que Armando Porfírio Rodrigues não se opôs à ideia⁸⁵².

Existem também referências à necessidade de realização de obras na Torre do Relógio, entre 1924 e 1926, devido ao risco da madeira de um dos soalhos entre pisos ceder ao peso de um dos sinos já apeados⁸⁵³. Esta preocupação viria a mostrar-se pertinente, pois no dia 15 de março de 1934 um dos sinos acabou por cair, ficando outro em risco de queda. Este episódio foi uma clara consequência da falta de zelo neste imóvel, onde tinham sido iniciadas obras de reparação que, em 1934, eram dadas como paradas há mais de dois anos⁸⁵⁴.

⁸⁵⁰ Proc. n.º 1.814, l.º 4.º, TT, AHMF, Caixa 7928.

⁸⁵¹ *Idem.*

⁸⁵² Proc. n.º 1.814, l.º 4.º, TT, AHMF, Caixa 7928.

⁸⁵³ TT, AHMF, Caixa 7928.

⁸⁵⁴ TT, AHMF, Caixa 7931.

Igreja da Memória

Depois do atentado sobre a vida do Rei D. José I (1714-1777), no dia 3 de setembro de 1758, foi por este monarca lançado o projeto de construção da Igreja de Nossa Senhora do Livramento e de São José, com desenho do arquiteto Giovanni Carlo Sicinio Bibiena, como voto gratulatório por ter escapado com vida a esta putativa tentativa de assassinato. A obra foi continuada pelo arquiteto Mateus Vicente de Oliveira⁸⁵⁵, mas seria apenas terminada na segunda metade da década de 80 do séc. XVIII, bastante depois da morte daquele monarca⁸⁵⁶.



Fig. 37 – “Igreja da Memória, fachadas principal e lateral”.

Fotografia de Eduardo Portugal, datada de 1935. PT/AMLSB/POR/056710, acedido em 25 de abril de 2014 em URL: <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/x-arqweb/ContentPage.aspx?ID=952be17a81480001e240&Pos=1&Tipo=P> CD

Esta igreja, que ficaria conhecida por Igreja da Memória, estava desde a construção dependente da Administração das Capelas da Casa Real, que custeava as suas despesas. Com a mudança de regime político mudou também a sua tutela, para a administração do Palácio Nacional da Ajuda. O próprio almoxarife/administrador do PNA traça-nos um breve esboço da evolução dos acontecimentos em redor a esta Igreja da Memória.

“Após a proclamação da republica tendo a junta de paróquia de Belem conhecimento que alguém tentava retirar da igreja varias imagens e alfayas derigio-se á morada do sachristão José Augusto Maria da Silva (antigo empregado e de lá retirou o inventario do cujo envio copia a V. Ex.^a, nomeando

⁸⁵⁵ Mateus Vicente de Oliveira (1706-1785). QUEIROZ, Mónica de, *O Arquitecto Mateus Vicente de Oliveira (1706-1785). Uma práxis original na arquitectura portuguesa setecentista*, 2013.

⁸⁵⁶ VALE, Teresa e GOMES, Carlos (1993), FIGUEIREDO, Paula (2008), *Igreja da Memória*, acedido em 28 de abril de 2014 em URL: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2185.

o mesmo empregado depositario responsável por todos os objectos constantes no mesmo inventario. Não se tendo a mesma junta de paróquia nessa data oposto á celebração do culto, [...]

Ao tomar posse do meu lugar e tendo passado para a minha jurisdição a administração das propriedades rusticas e urbanas do almoxarifado de Belem junto passou tambem a Igreja da Memoria, ao visitala fui procurado por alguns membros da junta de paróquia de Belem que entre outras cousas me fizeram ver o que acima exponho e bem assim que sendo a citada Igreja um Monumento histórico era bastante visitado por estrangeiros; que só por esse motivo não deveria ser fechada; [...]”⁸⁵⁷

A Superintendência Geral dos Paços Reais achou por bem manter o sacristão responsável pela guarda do edifício, pagando-lhe uma remuneração até março de 1912. Mantinha-se também o templo aberto ao culto, pois o almoxarife considerava que “*não sendo o Estado sobrecarregado com qualquer despesa para o dito culto não julguei dever prohibir a sua celebração*”.⁸⁵⁸

Em março de 1912, Armando Porfírio Rodrigues, considerava “*bôa a resolução tomada de ser conservado no lugar de guarda da capela da Memoria o antigo sachristão Jose Augusto Maria da Silva*”. Rodrigues reconhecia que a manutenção do guarda neste imóvel era importante porque “*era um crime de lesa arte o abandono de um edificio histórico*.”⁸⁵⁹ No entanto, o almoxarife do PNA considerava que “*deveria a posse do dito edificio passar para a comissão de monumentos ficando assim a minha folha sem o encargo de um guarda que em minha consciencia deve ser remunerado*.”⁸⁶⁰

Durante este período de discussão sobre a tutela da Igreja da Memória esta manteve-se sempre aberta ao culto e à visita, pois considerava-se que era “*muito visitada por nacionaes e estrangeiros*”⁸⁶¹. Nesta época foi também feita a confirmação da existência dos objetos da igreja, através da comparação com o inventário. Segundo Rodrigues, o sacristão terá confirmado que,

“os paramentos [estavam] em péssimo estado de conservação e bem assim alguns quadros e imagens, mais declarou que os dois tapetes que se encontram

⁸⁵⁷ APNA, Ofícios expedidos, março de 1913, fólios 6-7.

⁸⁵⁸ *Idem*.

⁸⁵⁹ APNA, Ofícios expedidos, março de 1912, fólio 4. TT, AHMF, Caixa 7828, n.º 693 A.

⁸⁶⁰ APNA, Ofícios expedidos, março de 1912, fólio 4. Ofício n.º 693 A, TT, AHMF, Caixa 7828.

⁸⁶¹ APNA, Ofícios recebidos, 1912, fólio 15.

na dita igreja vieram do palacio das Necessidades por empréstimo feito pela ex-rainha D. Amelia.”⁸⁶²

Apesar da sua regular manutenção, o modelo de guarda e de abertura do templo não era definitivo nem consensual. Em agosto de 1918, o encarregado da Igreja da Memória, José Augusto Maria da Silva, informava

“que se está procedendo á organização de uma irmandade que em harmonia com o decreto n.º 3858 de 22 de Fevereiro do corrente ano, publicado no Diario do governo n.º 34, I.ª serie, de 23 do referido mês e ano, tomará conta desta capela e se responsabilizará pelo seu culto.”⁸⁶³

Na consequência de um pedido de reparações, devido ao mau estado em que se encontravam os telhados e janelas⁸⁶⁴, a tutela, na pessoa do próprio diretor geral da Fazenda Pública, Bruschy, mostrava-se surpreendida pela existência de um encarregado pelo serviço religioso neste edifício:

“Em referência ao seu ofício N.º 27, de 30 de Maio último, participando que o encarregado do culto na Igreja da memória se queixa do mau estado em que se encontram os telhados e janelas da mesma Igreja, queira explicar como existe, ao que parece contra lei, um encarregado do culto e guarda dessa Igreja que é um edifício do Estado.”⁸⁶⁵

No entanto seria mantido no seu lugar o sacristão, guarda e encarregado do culto da Igreja da Memória.

O ano de 1923 foi marcante para a Igreja da Memória. Em 8 de fevereiro foi classificada como Monumento Nacional⁸⁶⁶ e, em maio, foram trasladados para este edifício religioso os restos mortais do 1.º Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), que estavam na Igreja de Nossa Senhora das Mercês, em Lisboa, desde 1856⁸⁶⁷.

Estando esta igreja sob administração do PNA, ficou esta responsável pela preparação do espaço para receber a urna:

⁸⁶² APNA; Ofícios expedidos, março de 1913, fólios 6-7.

⁸⁶³ APNA, Ofícios recebidos, 1918, fólios 24-25.

⁸⁶⁴ APNA, Ofícios expedidos, 1919, fólio 31.

⁸⁶⁵ APNA, Ofícios recebidos, 1919, fólio 18.

⁸⁶⁶ Decreto n.º 8.627, de 8 de fevereiro de 1923, *Diário do Governo*, n.º 27, de 8 de fevereiro de 1923.

⁸⁶⁷ MACHADO, João (2005), Igreja Paroquial das Mercês / Igreja de Nossa Senhora das Mercês / Capela das Mercês, acedido em 29 de abril de 2014 em URL: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=22940.

“Tendo o Governo da República, por portaria de 1 deste mês, publicada pelo Ministério da Instrução Pública, nomeado uma comissão para proceder, no próximo dia 13, a trasladação dos restos mortais do eminente estadista, o Grande Marquês de Pombal, para a igreja da Memória, em Belém, e estando êste edifício a cargo dessa Administração, queira providenciar de forma que, pela sua limpeza, decência e gravidade, tal monumento nacional esteja naquela data em condições de dignamente receber os restos mortais dêsse extraordinário vulto da nossa História e assim poder êste Ministério receber aplausos e não censuras.

Há objectos que precisam ser removidos da igreja e no exterior torna-se necessário remover o lixo que está em volta do edifício. À sua deligencia e patriotismo confia esta esta Repartição a resolução destas necessidades.”⁸⁶⁸

Atestando o empenho da tutela neste acontecimento, refira-se que da Casa-Forte do Palácio das Necessidades foram cedidos tecidos de veludo *“para cobrir a eça sôbre que vai assentar a urna que encerra os restos mortais do primeiro Marquês de Pombal, na igreja da Memória, em Belém, edifício do Estado.”⁸⁶⁹*

Acerca da urna, produzida para a ocasião pela Comissão Jurisdicional dos Bens das Extintas Congregações Religiosas, temos as seguintes informações:

“A urna que guarda os restos mortais do grande Marquez é em téca, com ornatos de bronze e duas inscrições cinzeladas em prata; uma com a data do nascimento de Sebastião José de Carvalho e Melo e estoutra: Urna de iniciativa da comissão jurisdicional dos bens das extintas congregações religiosas e foi construída sob a direcção do sr. Antonio Augusto Gonçalves, director do Museu Machado de Castro, de Coimbra.”⁸⁷⁰

“Essa urna será assente sobre un pedestal de mármore, cuja construção foi confiada á Cooperativa dos Canteiros [...]. O desenho é da autoria do sr. Domingos Ribeiro, e a construção é feita sob a direcção do conselho técnico da

⁸⁶⁸ APNA, Ofícios recebidos 1923, fólio 11.

⁸⁶⁹ APNA, Pasta 26, Bloco 4, fólio 21.

⁸⁷⁰ “A Consagração. Os Restos do Marquez de Pombal foram hoje transferidos da igreja das Mercês para o Atrio da Camara Municipal”, in, *A Capital*, n.º 4.376, 12 de maio de 1923, p. 2.

*aludida Cooperativa. [...] e será ornada com rosáceas e denticulos em alto relevo, de original efeito artístico.”*⁸⁷¹

Para tratar da trasladação foi criada uma comissão, da qual fez parte Custódio José Vieira, Chefe da Secção dos Palácios Nacionais da DGFP⁸⁷². Esta comissão reuniu-se no dia 12 de maio de 1923, na Igreja das Mercês:

“Às 7 horas foi aberta a porta da igreja, começando logo a chegar varios membros da comissão da trasladação [...], entre as quais [...], dr. Custodio José Vieira [...]”

*“Às 8 horas prefixas, o reverendo padre Antonio Correia Ferreira da Mata, coadjutor das Mercês, procedeu á cerimónia da encomendação dos restos mortais, sendo em seguida a urna retirada por soldados da G.N.R. estacionando á saída da igreja, para o sr. dr. Custodio José Vieira lêr o auto da entrega pela comissão dos bens das congregações religiosas á comissão de trasladação, dos restos mortais do Marquez. O auto foi assinado pelos membros das duas comissões e pelo sr. Conde de Oeiras, por parte da família Pombal.”*⁸⁷³

Ainda no dia 12 de maio a urna foi transferida para o átrio da Câmara Municipal de Lisboa, aí ficando exposta até ao dia seguinte⁸⁷⁴. No dia 13 de maio seguiu em cortejo até à Igreja da Memória, onde foi colocada, acompanhada de cerimónia religiosa ministrada pelo “prior da Ajuda, reverendo Matos Ferreira”.⁸⁷⁵

⁸⁷¹ “Os restos mortaes do Marquez de Pombal”, in, *O Século*, n.º 14.810, 9 de maio de 1923, p. 2.

⁸⁷² “comissão constituída pelos srs. drs. Magalhães Lima, José de Pádua, Joaquim Maria de Oliveira Simões, Daniel Rodrigues, Custódio José Vieira, Manuel B. Barbosa Soeiro, António da Veiga e Sousa, Estevão Pereira da Silva, M. Borges Grainha e G. Lopes Martins, generaes Correia Barreto e E. Vieira da Rocha, José Agostinho Pereira de Sousa, José Augusto Pereira Pimentel, José Pedro Moreira, Artur Costa, José Bernardo Ferreira, Luiz Filipe da Mata, Zacarias Gomes de Lima, Sá Cardoso, José Estevão Águas, Joaquim Maria Lopes Domingues, José Carrazeda de Sousa Caldas Viana de Andrade, Carlos Simões Torres e João Carlos Alberto da Costa Gomes.” “Marquez de Pombal”, in, *O Século*, n.º 14.804, 3 de maio de 1923, p. 1.

⁸⁷³ “A Consagração. Os Restos do Marquez de Pombal foram hoje transferidos da igreja das Mercês para o Atrio da Camara Municipal”, in, *A Capital*, n.º 4.376, 12 de maio de 1923, p. 2.

⁸⁷⁴ “A comemoração pombalina”, in, *Ilustração Portuguesa*, n.º 900, 19 de março de 1923, pp. 617-619. “A trasladação do Marquez de Pombal”, in, *O Século*, n.º 14.813, 12 de maio de 1923, p. 1.

⁸⁷⁵ “A trasladação dos restos do Marquez de Pombal”, in, *O Século*, n.º 14.815, 14 de maio de 1923, p. 1-2.



Fig. 38 – “Igreja da Memória. Interior: vista da nave”.

No centro está a urna com os restos mortais do Marquês de Pombal, enquadrada com maquetes do Monumento ao Marquês de Pombal, de 1914, da autoria de Francisco Santos, Simões de Almeida, sobrinho e Leopoldo de Almeida, com projeto de António Couto de Abreu, Adães Bermudes e Francisco dos Santos. Fotografia não datada, acedido em 29 de abril de 2014 em URL: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00002185

Depois da colocação da urna, ainda em maio de 1923, Armando Porfírio Rodrigues informava que ainda não estava “concluido o pedestal sobre o qual a urna deve assentar definitivamente”⁸⁷⁶. Mais tarde, em outubro de 1923, o mesmo administrador do PNA, preocupado, informava a tutela:

“Fendo [sic] sido colocados na Egreja da Memoria os restos mortaes do que foi Marquez de Pombal e tendo-lhe sido erigido na mesma egreja um mausoleu, venho dizer a V. Ex.^a que tanto a urna como o seu pedestal estão correndo grave risco de Detroração, porquanto pelo Lanternin da nave central entrãm as aguas das chuvas em copiosa abundancia; [...]”⁸⁷⁷.

Deste modo, verificamos que a Administração do PNA, responsável pela Igreja da Memória, ficou também incumbida da salvaguarda da urna do Marquês de Pombal e dos elementos de homenagem aí guardados.

Em 1926 morria o guarda deste edifício religioso, o que suscitou novas preocupações ao administrador do PNA:

⁸⁷⁶ APNA, Ofícios expedidos, 1923, fólio 23.

⁸⁷⁷ APNA, Ofícios expedidos, 1923, fólio 45.

*“Tendo falecido o cidadão José Augusto Maria da Silva que exercia para com esta administração o lugar GRATUITO de guarda da capela da Memória sendo até por este motivo que a dita capela se tem conservado aberta ao culto, mas ficando agora o edifício e seu recheio por assim dizer abandonado, [...]”*⁸⁷⁸.

O administrador informava então que não tinha pessoal suficiente para mais esta tarefa, e propunha um novo encarregado para o local *“que seja encarregado da guarda do referido edifício e seu recheio o cidadão Marcelino Carreira, casado, morador n’esta freguezia [...]”*⁸⁷⁹. Não sabemos se este local continuou aberto de maneira regular, mas sabemos que o administrador do PNA se revelou constantemente preocupado com o estado de conservação da Igreja da Memória e do túmulo do Marquês de Pombal, recomendando a retirada do recheio da igreja, bem como o sarcófago, durante o período de obras entretanto iniciadas:

*“Verifiquei o estado em que se encontra a urna onde se encontram os restos mortaes do Grande Marquez de Pombal, constatei com bastante magua, o desamor, falta de respeito e carinho como tem sido tratada pelo pessoal da Obra Publica, assim não se pensou em acautelar o Sacrofago de maneira a evitar que sobre ele caíssem quaequer objectos que o podessem damnificar, tendo por esse motivo uma das arésta do tampo sofrido um pequeno damno, resultado possível da queda de qualquer objecto taes como ferramenta ou matrial das obras que se dephenhase do tecto da egreja e o pedestal onde assenta a urna tem servido para sobre fazerem contas a lapiz.”*⁸⁸⁰

Pensamos que nos anos seguintes a Igreja da Memória tenha estado fechada, sendo aberta apenas em ocasiões muito particulares. Algumas dessas ocasiões relacionam-se com a romagem anual de homenagem ao Marquês de Pombal, de que encontrámos documentação relativa aos anos de 1933⁸⁸¹, 1934⁸⁸² e 1935⁸⁸³.

⁸⁷⁸ APNA, Ofícios expedidos, 1926, fólio 14.

⁸⁷⁹ *Idem.*

⁸⁸⁰ 28 de março de 1926. APNA, Ofícios expedidos, 1926, fólhos 15-16.

⁸⁸¹ Romagem ao túmulo do Marquês de Pombal na Igreja da Memória, no dia 7 de maio de 1933, das 14 às 16 horas. APNA, Ofícios recebidos, 1933, fólio 7.

⁸⁸² Abertura da Igreja da Memória, no dia 6 de maio de 1934, das 14 às 16 horas, para uma romagem promovida pela Comissão Executiva do Monumento ao Marquês de Pombal, para colocação de flores no túmulo. APNA; Ofícios recebidos, 1934, fólio 19.

⁸⁸³ Abertura da Igreja da Memória para uma romagem ao túmulo do Marquês de Pombal, promovida pelos membros da extinta Comissão Executiva do Monumento ao Marquês de Pombal, no dia 12 de maio de 1935, das 15 às 17 horas. APNA, Ofícios recebidos, 1935, fólio 30.

Documentos datados de 1937 indicam-nos que a igreja se encontrava então encerrada, sendo que as suas relíquias estariam na Capela das Dores e na Igreja da Boa Hora.⁸⁸⁴

Durante a década de 1930 terão surgido dúvidas, por parte da Câmara Municipal de Lisboa, acerca da tutela da envolvente deste edifício. A Direção Geral da Fazenda Pública não pretendia, contudo, abdicar dos terrenos circundantes da igreja, bem como das casas existentes, que estavam arrendadas e que tinham sido construídas para moradia do sacerdote e do seu acólito⁸⁸⁵.

A tutela do Ministério das Finanças continuou, ao longo deste período, a ser solicitada para quaisquer tipo de informações e de autorizações que se relacionassem com este imóvel⁸⁸⁶, preocupando-se sempre com a dignidade da Igreja da Memória, como é patente no seguinte exemplo, a propósito da autorização para a realização de um arraial no local,

*“com a condição de não serem construídas barracas junto do Monumento da Memória, onde deverá ser reservada uma faixa como zona de respeito.”*⁸⁸⁷

Cruzeiro da Ajuda

No final do ano de 1922 a tutela, através de Alfredo Leal, chefe da Repartição do Património, pedia a Armando Porfírio Rodrigues que não deixasse vender, num leilão de objetos de culto agendado para o dia 8 de dezembro de 1922, elementos da propriedade da Capela do Cruzeiro da Ajuda, que se encontravam sob a sua administração. Avançava também que *“o anúncio é da Comissão Central da Execução da Lei da Separação”*, e que *“se lhe oficiou pedindo ordens para que não sejam vendidos aqueles portões e tudo mais que faça parte integrante das propriedades.”*⁸⁸⁸

⁸⁸⁴ “A Igreja da Memória não está aberta ao culto. As suas relíquias estão, (creio), na capela das dores ou na igreja da Boa Hora.” APNA; Pasta 18, Bloco 6, fólio 60.

⁸⁸⁵ APNA, Ofícios recebidos, 1929, fólio 24. APNA, Ofícios expedidos, 1929, fólio 1. TT, AHMF, Caixa 7930.

⁸⁸⁶ Autorização à Comissão da União Nacional da Freguesia da Ajuda para as festas comemorativas do X ano do Estado Novo no Largo da Memória. APNA, Ofícios recebidos, 1936, fólio 29 e 32.

Autorização à Comissão da Freguesia da Ajuda, para a realização de um arraial no Largo da Memória nos dias 28 a 30 de maio de 1937. APNA, Ofícios recebidos, 1937, fólio 83.

⁸⁸⁷ APNA, Ofícios recebidos, 1937, fólio 83.

⁸⁸⁸ Ofício de 7 de dezembro de 1922, Proc. n.º 1.086, L.º 4.º, APNA, Ofícios recebidos, 1922, fólio 24.



Fig. 39 – “Cruzeiro da Ajuda”. Fotografia de Eduardo Portugal, anterior a 1939.

PT/AMLSB/EDP/S0012, acedido em 24 de abril de 2014 em URL:<http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/PaginaDocumento.aspx?DocumentoID=255324&AplicacaoID=1&Pagina=1&Linha=1&Coluna=1>

O administrador do PNA, respondendo à tutela, informou que já tinham sido feitos estragos na capela por ordem de Luciano Freire, mormente na deslocação e remoção do cruzeiro para parte incerta. Por isso Rodrigues declarava que, para evitar a continuação do “roubo”, iria remover alguns elementos em bronze, levando-os para o PNA⁸⁸⁹. Estes elementos eram, nas suas palavras, *“em numero de onze representando quatro cabeças aladas, quatro cabeças de Satiros, dois fogaréus e uma imagem representando uma senhora”*, tudo com *“o pezo aproximado de 42 K.º quarenta e dois quilos.”*⁸⁹⁰

Foi neste contexto da remoção do cruzeiro que se encontrava nesta capela, que esta terá sido visitada por António César Mena Júnior (1859-?), funcionário da Administração Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais⁸⁹¹, que atestou uma inscrição no próprio cruzeiro: *“Gaspar Manço. Patrão Mór .M.P. Pos. M.DCIX”*. Terá sido, então, também encontrado um crânio humano, tendo Mena Júnior mostrado vontade de continuar pesquisas arqueológicas no local. Nesse sentido, o administrador do PNA terá enviado para a Associação dos Arqueólogos Portugueses (AAP) *“o craneo encontrado juntamente [com] uma pequena botija mutilada encontrada no mesmo local”*⁸⁹², ação louvada pela AAP em sessão de 23 de março de 1923 e transmitida à administração do PNA⁸⁹³. Infelizmente, não encontrámos mais dados relacionados com este assunto.

⁸⁸⁹ Proc. N.º 1.086, 1.º 4.º, TT, AHMF, 7927.

⁸⁹⁰ Ofício de 9 de dezembro de 1922, APNA, Ofícios expedidos, 1922, fólio 78.

⁸⁹¹ MENA JÚNIOR, António César de Gouveia Leite Farinha e, PT/AHMOP/PI/105/021, acedido em 17 de julho de 2014 em URL:<http://arquivohistorico.min-economia.pt/arquivohistorico/details?id=225030>.

⁸⁹² Ofício de 16 de março de 1923, APNA, Ofícios expedidos, 1923, fólio 9.

⁸⁹³ Ofício de 27 de março de 1923, APNA, Ofícios recebidos, 1923, fólio 5.

Pelo que temos vindo a expor, podemos afirmar que o Palácio Nacional da Ajuda continuava a ser, nos anos posteriores à implantação da República, o maior proprietário da zona da Ajuda. Como tal, foi continuamente considerado pela Câmara Municipal de Lisboa, pela Junta de Freguesia da Ajuda e por diversos organismos e associações públicos e privados, na vida social deste território, participando, através da sua tutela, nas decisões relativas às diversas alterações operadas nas suas imediações. Dos inúmeros exemplos desta atividade apresentamos dois, que julgamos serem relevantes, uma vez que também concorreram para as alterações físicas em alguns dos seus espaços.

Em abril de 1927, a Companhia Carris de Ferro de Lisboa pediu autorização para demolir os pilares de cantaria das antigas portas da Estrada de Queluz, na Ajuda. A intenção da Carris era estabelecer uma linha de tração elétrica na Calçada da Ajuda, para a qual tinha obtido licença⁸⁹⁴. Esta linha de elétrico passou a contornar a fachada poente do PNA, seguindo por debaixo do passadiço de ligação entre este edifício e o denominado Paço Velho.

Em 1930, devido aos preparativos para a visita oficial a Portugal do Rei de Espanha, Afonso XIII, a Câmara Municipal de Lisboa aprontou-se a “*embelezar*” o “*Largo da Ajuda e terrenos adjacentes, pelo lado sul*” ao PNA. O diretor geral da Fazenda Pública, Alberto Xavier, respondendo ao Presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Lisboa, deu então conta das indicações do Conselho de Arte e Arqueologia da 1.ª Circunscrição para essas obras:

“[...] tenho a honra de agradecer o serviço que a Comissão Executiva, da digna Presidência de V. Ex.ª, resolveu executar no Largo da Ajuda e terrenos adjacentes, pelo lado sul, ao Palácio do mesmo nome, a-fim-de os embelezar para a ocasião da próxima visita de Sua Majestade Católica Afonso XIII, Rei de Espanha, e de comunicar a V. Ex.ª que o Conselho de Arte e Arqueologia da 1.ª Circunscrição (sul) entende que as placas do Largo e os referidos terrenos adjacentes devem ser alizados e depois arrelvados, mas quando, em relação às primeiras, isto é, às placas, por o terreno ser rocha e pela possível falta de água para regar, não possam ser arrelvados, deveriam ser empedradas a ornatos. [...] Entende ainda o mesmo Conselho que as ruas, que envolvem e atravessam o Largo da Ajuda, devem ser unicamente ensaibradas, e não alcatroadas ou

⁸⁹⁴ Proc. 453, l.º 5.º, TT, AHMF, Caixa 7928.

cimentadas por isto ser impróprio do local, e que os candieiros da iluminação pública, que se erguem nos passeios contíguos à fachada do Palácio, bem como os que estão em todo o Largo, são impróprios do local por excessivamente modestos, indicando a sua substituição por outros que sejam iguais aos que guarnecem a Praça do Comércio por terem aspecto mais nobre e estarem mais em harmonia com as linhas arquitectónicas do Palácio.”⁸⁹⁵

Todas estas mudanças, na zona fronteira do PNA, determinaram a permanência de toda uma área mais ou menos desafogada, permitindo uma boa leitura da fachada nascente do imóvel. Por outro lado, impuseram de uma vez por todas os eixos de circulação e de acesso ao PNA, ainda presentes na atualidade.

1.5. Tentativas de abertura ao público

Em julho de 1911, numa “*Nota de todos os palácios e cercas que estavam a cargo da administração da casa real e que a pedido do Deputado Jose Thomaz da Fonseca se requereu em sessão de 24 de julho de 1911 para averiguação da aplicação que tem tido*”, foram elencados os diversos locais tutelados pela Superintendência Geral dos Paços Reais e as suas utilizações. Acerca do Palácio Nacional da Ajuda é referido o seguinte:

“PALACIO D’AJUDA - Em arrolamento judicial, parcialmente transformado em Museu, séde da extincta REAL BIBLIOTHECA DA AJUDA. Garde-meuble do mobiliario existente nos extinctos paços reaes.”⁸⁹⁶

Estando “*parcialmente transformado em Museu*”, que transformação seria esta?

Em setembro de 1911, Joaquim Martins Teixeira de Carvalho, Superintendente dos Paços Reais, escrevia ao Secretário Geral do Ministério das Finanças e Director Geral da Fazenda Pública. Referindo-se à abertura de espaços museológicos nos antigos Paços Reais, lança pistas esclarecedoras acerca desta transformação parcial do PNA em museu:

“Informe V. Exa. de que o Museu de Mafra no mês de Agosto passado, primeiro em que começou a exigir-se o pequeno preço da entrada de cem reis, rendeu a quantia de 56\$000 reis.

⁸⁹⁵ TT, AHMF, Caixa 7930.

⁸⁹⁶ 24 de julho de 1911. Ofício n.º 355, TT, AHMF, Caixa 7839.

A importância das despesas feitas com a instalação do museu foi de 1:413\$305 reis.

Este lisonjeiro resultado que com muita satisfação comunico a V. Exa mostra que os museus estabelecidos nas antigas residências reais, com tanta utilidade para o desenvolvimento da educação artística portuguesa, e benefício para as populações em que a mudança de regime modificou as circunstâncias da sua vida, poderão ser sustentadas sem sacrifício do Estado devendo conservar-se e desenvolver-se os que já ha, e estabelecer-se novos, nos palacios em que ainda se não fez a sua instalação, aproveitando os objectos d'arte n'elle existentes valorizando-os por uma exposição mais conveniente, e organizando pequenas notas descriptivas para uso dos visitantes á semilhança do que modelarmente está fazendo o Snr. Antonio Augusto Gonçalves no Museu de Antiquidades do Instituto de Coimbra.

Comecei n'este sentido no Palacio d'Ajuda a organização d'algumas salas que poderão ser abertas ao publico com vantagem apenas terminou o arrolamento do rez de chão do mesmo paço.

Não ha necessidade de terminar os arrolamentos para ir dando execução parcial a este programma.

Os palacios em arrolamento não poderão conservar-se por muito mais tempo fechados sem prejuízo publico [sic].”⁸⁹⁷

O superintendente, baseado na experiência de alguns palácios reais já abertos ao público, queria claramente abrir também o PNA à visita⁸⁹⁸. Porém, verificamos que a preparação de algumas das salas do piso térreo do palácio não foi mais do que uma intenção no sentido da abertura do PNA ao público, que se manteve suspensa devido ao processo de arrolamento em curso.

⁸⁹⁷ 13 de setembro de 1911. Ofício n.º 480, TT, AHMF, Caixa 7839.

⁸⁹⁸ Esta intenção de abrir o PNA ao público enquanto antiga residência real contrariava a hipótese lançada meses antes por José de Figueiredo, diretor do Museu Nacional de Arte Antiga. Este propunha a organização de algumas das principais salas com ambientes evocativos do século XVIII e que no restante edifício fosse instalado um museu da cidade de Lisboa. “N’esse museu, que seria o nosso Carnavalet, representar-se-ia a vida na cidade, atravez dos seculos. N’elle haveria aspectos de ruas e de casas typicas. Organisar-se-iam salas especiaes para Camões, Castilho e outros [...]. Lá ficaria registado tudo, desde a vida das classes ricas, até aos proprios pregões de rua.” José de Figueiredo [entrevista] – “O Museu das Janellas Verdes”, in, *O Século*, 26 de julho de 1911. Ver BAIÃO, Joana, *José de Figueiredo (1871-1937). Ação e contributos no panorama historiográfico, museológico e patrimonialista em Portugal*, 2014 (texto policopiado), p. 399.

Pese embora o intento de Joaquim Martins Teixeira de Carvalho, as primeiras movimentações no sentido de abrir o Palácio Nacional da Ajuda à visita datam de 1912, ainda em plena realização do inventário judicial do seu recheio. Em fevereiro, o almoxarife Armando Porfírio Rodrigues, queixando-se por o juiz arrolador supostamente não levar a sério os ofícios da Superintendência Geral dos Paços Reais – que permitiam o acesso de algumas pessoas para visitar o PNA –, comenta que o poder do juiz deveria terminar aquando do auto de entrega ao fiel depositário, neste caso o próprio Superintendente dos Paços Reais. O almoxarife considerava também que estes palácios deveriam estar abertos ao público, apesar da eventual oposição dos monárquicos.

“quando se trata de algum estrangeiro, que visitando o nosso paiz, aproveita as poucas horas de que dispõe de permanência no nosso porto, para visitar o que lhe desperta interesse, não podendo, por este facto, arranjar novo bilhete para visitar os restantes palacios. [...]

*E, sendo de interesse geral, facilitar aos touristes a visita de monumentos e edifícios públicos e sendo, como são, os antigos paços reaes considerados como um atractivo, muito embora, isso pese aos senhores monarchicos.”*⁸⁹⁹

Com a extinção da Superintendência Geral dos Paços Reais, pela Lei de 24 de junho de 1912, e com a mudança de tutela dos Palácios Nacionais que ficaram dependentes da Direção Geral da Fazenda Pública, o objetivo de franquear os Palácios Nacionais ao público ficou regulamentado. Porém, devido à continuação do arrolamento, no caso do PNA esta hipótese foi sendo continuamente protelada. Manter-se-ia assim o Palácio da Ajuda fechado, existindo algumas visitas pontuais, com autorização superior, mas sempre com carácter de exceção.

Apenas a partir de julho de 1914, data em que foi concluído o inventário judicial do PNA, é que ressurge a ideia, desta vez reforçada, de abrir este palácio à visita. Numa carta do juiz arrolador, Afonso de Melo Pinto Veloso, de 13 de julho de 1914, dirigida ao Diretor Geral da Fazenda Pública e referindo-se à entrega total dos bens arrolados à administração do PNA, aconselha que deverão ser primeiramente tomadas medidas para salvarguardar o recheio do palácio, antes deste ser mostrado ao público:

⁸⁹⁹ 22 de fevereiro de 1912. Ofício n.º 660, TT, AHMF, Caixa 7828.

“[...] não estando inteiramente concluído o arrolamento de todos os bens existentes no Palacio da Ajuda, por faltar ainda arrolar o Gabinete de Numismática, não me parece que devam desde já ser entregues á Administração d’aquelle Palacio todos os outros bens já arrolados, porque d’elles é, - e continuará a ser enquanto não fôr legalmente desonerado de tal encargos -, responsável, nos termos da lei, o fiel depositário Dr. Custódio José Vieira.

*No entanto, para dar cumprimento á lei de 24 de Junho de 1912 e satisfazêr quer os interesses da Fazenda nacional quer o legítimo desejo do publico, anciozo de admirar as muitas obras d’arte que o referido palacio encerra, - não vejo inconveniente em que, de acôrdo com o dito fiel depositario, cuja responsabilidade subsistirá na integra, se regulamente a entrada no Palcio, adoptando-se as providencias que ao fiel depositario melhor parecêrem, no sentido de evitar o extravio dos objectos confiados ao seu deposito e guarda.”*⁹⁰⁰

Custódio José Vieira, fiel depositário dos bens arrolados do Palácio Nacional da Ajuda, numa carta de 27 de julho de 1914, dirigida ao Diretor Geral da Fazenda Pública, menciona, em relação ao PNA, que *“a única coisa para que serve – documento histórico e museu”*⁹⁰¹, defendendo que o edifício deveria abrir ao público o mais rápido possível, pois seria mais uma fonte de receita para a Fazenda Pública, não sendo necessárias grandes alterações nas suas salas para o fazer:

“Assente, pois, a minha solidariedade com V. Ex.^a em proporcionar à Fazenda Pública mais uma fonte de receita, folgo bastante que V. Ex.^a destarte me tire de apreensões relativas à sorte dêste Palácio e do seu recheio, não que eu o pretenda para mim, como é evidente e escusado seria declará-lo, mas pelo receio de que, findo o arrolamento, se começasse de dispersar o seu conteúdo, que, portanto, perdia o luzimento que aqui tem em conjunto, lançando assim à margem um belo edifício, ou adaptando-o a um fim diverso e a que nunca se prestaria, só servindo para consumir ao Estado quantias que mais bem applicadas seriam noutra coisa; enfim, inutilizando, sem interesse para ninguém e até com prejuízo para o Estado, a única coisa para que serve – documento histórico e museu – com a vantagem de já estar organizado, pois pequenas serão as alterações a fazer para não lhe furtar a mais insignificante parcela de

⁹⁰⁰ Proc. n.º 1.359, l.º 1, TT, AHMF, Caixa 7926.

⁹⁰¹ *Idem.*

*interesse. Abrindo desde já, ou o mais depressa possível, o Palácio ao público, mediante entradas pagas, neste estará depois a sua defeza quando se pretenda daqui deslocar o seu recheio e aplicar aquêlo a outro fim, pois quando tal se dê será êle o primeiro a reclamar do facto de o privarem dum museu, ou como queiram considerar o Palácio.”*⁹⁰²

Neste propósito de abertura do PNA, Custódio José Vieira alertava ainda para a necessidade de colaboração com as entidades responsáveis pelo acompanhamento dos fenómenos turísticos:

*“Pugnará pela sua conservação, e tal qual está para que ofereça interesse, e nisso deve ser acompanhado e auxiliado pela Propaganda de Portugal e pela Repartição do Turismo, naturalmente indicadas.”*⁹⁰³

Mais adiante, na mesma carta, o fiel depositário dos bens arrolados do PNA reafirmava a sua ideia de que o interior do edifício não devia ser desmanchado nem alterado, alertando, referindo os bons exemplos seguidos no estrangeiro, para a necessidade da implementação de boas práticas de conservação e reorganização, urgentes até para que a “*fama de selvagens*” dos portugueses fosse contrariada:

“Propício é, pois, o momento e favorável o ensejo para estabelecer o regime desejado, pois que, quando dêle não adviessem outras vantagens, bastaria a de assim se evitar, ou pelo menos dificultar, que se desmanche o Palácio quando tudo indica, que pelo lado económico, quer pelo artístico, quer pelo histórico, que daqui nada se tire, nem se façam alterações que as imprescindíveis cautelas não indiquem. Demais, assim se pratica noutros países e no-lo aconselha o seu exemplo que, tam seguido noutras coisas, nem sempre com vantagem e justificação, sensato é que agora se não lance à margem quando só proveito e consideração nos traz. [...]

*Tudo quanto seja conservar e reorganizar é bom e útil serviço, porque o contrário só servirá para aumentar a fama de selvagens tam espalhada a nosso respeito no estrangeiro.”*⁹⁰⁴

Nesta sua carta, Custódio José Vieira aponta as diversas condições que deveriam ser tomadas em consideração para abrir o PNA ao público. Estes requisitos eram

⁹⁰² Proc. n.º 1.359, l.º 1, TT, AHMF, Caixa 7926.

⁹⁰³ *Idem.*

⁹⁰⁴ *Idem.*

bastante abrangentes, antecipando as preocupações que estariam presentes na tutela do palácio, a Direção Geral da Fazenda Pública, quanto à preparação da sua eventual abertura aos visitantes. Devido à sua amplitude, e por revelar o caráter particularmente atento, interessado e conhecedor da realidade do PNA, consideramos ser pertinente a análise dos diversos pontos sugeridos por Vieira.

A primeira destas preocupações prende-se com o número de funcionários do PNA que poderiam efetuar o serviço de guarda e vigilância. Vieira considerava que o número era insuficiente para a tarefa, apontando mesmo algumas possibilidades para o aumento deste efetivo.

“1.ª) O pessoal menor actual dêste Palácio, isto é, o antigo e o que veio de Belém propositadamente para o serviço do arrolamento, é pouco para a guarda e rigorosa vigilância dos actos dos visitantes. Não quero com isto pedir mais empregados, pois presumo ser impossível satisfazer tal pedido, mas sim que nenhum dos que aqui estão seja deslocado. São onze, excluída a encarregada da rouparia, os quais, contudo, nem todos podem ser utilizados neste serviço. Um é porteiro, um é criado e está no escritório, outro está no escritório e é cobrador, e outro tem transtorno nas faculdades mentais. Considera que ficam sete mas que poderia subir a oito se o cobrador depois da cobrança do início do mês passasse também ao serviço.”⁹⁰⁵

Outra questão, ainda relacionada com os funcionários, relacionava-se com a sua apresentação, ou seja, o modo como se vestiam, que devia ser digna e uniforme:

“2.ª) Êste pessoal tem que ter uma apresentação decente, agradável, pois não é justificável nem decoroso que aos visitantes que pagam a sua entrada (e que não pagassem) se deparem os empregados mal trajados, conforme os seus poucos recursos, e cada um da sua forma. Uns andam de blusa, outros de casaco; uns, de fato claro, outros, de escuro; uns, de calçado de cor, outros, preto, e ainda outros de alpercatas.”⁹⁰⁶

Acerca do fardamento dos funcionários, e para evitar uma grande despesa, Vieira sugeria mesmo a utilização de fardas existentes no palácio, outrora utilizadas

⁹⁰⁵ Proc. n.º 1.359, l.º 1, TT, AHMF, Caixa 7926.

⁹⁰⁶ *Idem.*

pelos *valets de pied*⁹⁰⁷ em serviço à Casa Real. Vieira referia que esta medida, a ser tomada, concorreria para que “*o visitante saia com uma boa impressão, e para isto, e pelo menos em relação à grande massa, nada há como o luxo*”. Eram ainda apresentadas diversas soluções práticas para aproveitamento deste fardamento, sempre de modo a ser conseguido um bom efeito, sem grande aumento de despesas:

“Prevendo a dúvida de V. Ex.^a por esta cláusula poder trazer aumento de despesa, informo V. Ex.^a de que tudo se pode conciliar, porquanto tenho em meu poder vários fardamentos arrolados que podem ser utilizados para tal fim. Mediante ligeiros arranjos para os ajustar aos empregados, conseguia-se ter êstes fardados, como é mister, e com a vantagem de ser uma reconstituição, o que não passará despercebido ao público, sobretudo estrangeiro, como convém.

As fardas a que me refiro, e que eram usadas pelos empregados designados por valets de pied, são uma espécie de fraque de flanela vermelha com galões de oiro e botões amarelos, com colete e calção de flanela branca, igualmente agaloados. São vistosas, o que é conveniente. Não é pretensão de deslumbrar porque infelizmente não se consegue, mas de tornar o aspecto o mais interessante e agradável possível e diligenciar que o visitante saia com uma boa impressão, e para isto, e pelo menos em relação à grande massa, nada há como o luxo, já que se não pode chegar ao fausto. É uma fraquesa que se deve explorar, o que não é novidade.

*Para as fardas estarem completas faltam as meias e os sapatos, mas isto é relativamente de pouca importância, tanto mais que tarde se tornará a fazer igual despesa visto que os empregados serão obrigados a despirem-se antes de recolher a suas casas.”*⁹⁰⁸

Numa terceira cláusula, Custódio José Viera revelava-se atento ao estado de conservação dos pavimentos em madeira das salas do PNA. Inquieto com o maior número de pessoas que iriam percorrer os espaços, reflete acerca da possibilidade de colocação de passadeiras no percurso a ser feito pelos visitantes, comentando que

⁹⁰⁷ *Valets de pied* eram empregados que estavam à disposição pessoal dos senhores de uma casa. Desempenhavam diversas tarefas, preparando essencialmente o vestuário e servindo as refeições. “Valet”, in, *Grand Dictionnaire Universel du XIX Siècle*, Tome 15, 1876, pp. 742-743.

⁹⁰⁸ Proc. n.º 1.359, l.º 1, TT, AHMF, Caixa 7926.

“3.ª) O parqué das diferentes salas de ambos principais pavimentos é bom, em regra bonito e muito trabalhado, e com a circunstância de não haver nenhum repetido. É obra de artistas belgas que aqui vieram propositadamente. É, pois, indispensável, por todos os motivos, poupá-lo, conservá-lo; mas se até aqui isto tem sido fácil, de agora em diante, com várias pessoas a visitar o Palácio, difícil, senão impossível, dada ainda a diversa qualidade de tais pessoas, será assim garanti-lo sem serem adoptadas certas medidas que obstem a que êle dentro de pouco tempo esteja todo riscado ou vincado.

Um dos meios seria a colocação de passadeiras em todas as salas. Isto, porém, não me parece viável porque, em primeiro lugar, não há no Palácio passadeiras que se possam destinar a tal fim, tendo, portanto, que se comprar, e neste caso não podiam ser passadeiras vulgares, mas sim que não destoassem do bom aspecto das salas. [...] Em segundo lugar, era necessário desbastar as portas e baixo para poderem correr sôbre as passadeiras; mas quando isto não constituísse motivo para impedimento, outro havia, e importante, para tornar inviável êste alvitre: - o aspecto estético. [...]”⁹⁰⁹

Como considerava que a colocação de passadeiras não seria uma boa solução, pelos custos envolvidos e pelo “aspecto estético”, Vieira sugeria até uma outra solução de maneira a proteger os soalhos – o recurso a chinelos especiais:

“A única forma de acautelar o parqué, sem os inconvenientes que apresento relativamente às passadeiras, é fazerem-se uns sapatos, chinelos ou sandálias, à semilhança do que se usa nos museus da Alemanha, segundo me teem informado. São macios, não estragam, portanto, o parqué e tem ainda a vantagem de ajudar a encerar. Deve ser coisa não muito dispendiosa.”⁹¹⁰

Esta sugestão, que Vieira considerava a ideal para o Palácio da Ajuda, apesar de não a ter visto pessoalmente em aplicação, era utilizada realmente na Alemanha, em alguns dos museus de Berlim e nos palácios abertos ao público em Potsdam. Atualmente este tipo de solução continua a ser utilizada em alguns destes locais. São chinelos de feltro, de grande formato, em que entram os pés calçados dos visitantes.

⁹⁰⁹ Proc. n.º 1.359, l.º 1, TT, AHMF, Caixa 7926.

⁹¹⁰ *Idem.*



Fig. 40 e 41 – Chinelos de feltro em utilização nos palácios de Potsdam, Alemanha. Custódio José Vieira em 1914 referia a utilização deste tipo de chinelos como uma possibilidade para o Palácio Nacional da Ajuda

Ainda em relação aos soalhos das salas do PNA, Custódio José Vieira, referia a necessidade de os encerar por motivos de conservação, mas também de modo a permitir uma apresentação cuidada de todos os espaços a visitar:

*“5.ª) Os parqués não são encerados pelo menos há três anos. Torna-se preciso, pois, encerá-los quanto antes não só por causa do bom aspecto, mas também da sua conservação, o que é indispensável. [...]”*⁹¹¹

O fiel depositário do recheio do PNA, num outro ponto desta sua carta referia, ainda, que deveriam ser efetuadas poucas alterações nos objetos dispostos nas diversas salas que deveriam fazer parte do percurso a percorrer pelos visitantes. Segundo Vieira, o que estava em causa era a autenticidade dos ambientes e a veracidade do exposto:

*“4.ª) Se bem que o Palácio não possa ser mostrado tal qual está, certo é que mui ligeiras deverão ser as modificações, para atrair sem mentiras o público, interessado e curioso por saber e ver como eram os aposentos das pessoas reais, onde recebiam, em que cadeiras se sentavam, etc.”*⁹¹²

Para Vieira, a questão da autenticidade dos ambientes expostos, deveria ser o *leitmotiv* a explorar para captar público, uma vez que considerava que o Palácio da Ajuda não continha “*tanta riqueza, nem tanta arte*”, que conseguisse convocar muitos visitantes:

“Não é ver móveis dispostos duma qualquer maneira que o preocupa, porque para isso bastava a casa duma pessoa remediada ou rica ou alguma regular loja de móveis; de mais a mais, se objectos há de valor, facto é, todavia, que o

⁹¹¹ Proc. n.º 1.359, l.º 1, TT, AHMF, Caixa 7926.

⁹¹² *Idem.*

Palácio não contém tanta riqueza, nem tanta arte que estas por si sós se imponham e arrastem os visitantes até aqui, sendo muito necessário, pois, explorar-lhes a curiosidade animando-os com a ideia de que, àlêm do ensejo de verem coisas ricas e belas, veem encontrar o Palácio tal como no tempo do anterior regime.”⁹¹³

No grupo de alterações a realizar no percurso aberto ao público, Custódio José Vieira chamava a atenção para pequenas mudanças de objetos, de modo a possibilitar um circuito expositivo desimpedido. Propunha também a colocação de cordões ao longo desse percurso, de modo a separar os visitantes dos objetos expostos, o que beneficiaria até a própria vigilância das salas, assegurando-se assim a segurança e conservação dos objetos, em especial os de pequena dimensão:

“As alterações, que as naturais cutelas recomendam, são, repito, ligeiras e imperceptíveis, visto que limitar-se-ão a remover dum e doutro lado da passagem os pequenos objectos que por acaso haja em cima de mesas, contadores, etc., ao alcance de mão. A guarda de quinquilharias colocadas noutros móveis das salas será garantida pela fixação de cordões a todo o comprimento das salas, os quais, não permitindo que os visitantes de entre êles se afastem, deixam a seguro êsses pequenos objectos, impedem a deslocação dos maiores, como cadeiras, etc., a inutilização de alguns por causa da mania que quási toda a gente tem de não ver sem mexer, e finalmente constituem um grande auxiliar para os poucos empregados que há para a fiscalização.”⁹¹⁴

Também os estores das janelas do palácio foram alvo de preocupação por parte do fiel depositário dos bens arrolados do PNA. O seu estado de conservação não seria o ideal e, por isso, Custódio José Vieira sugeria a execução de novos, recorrendo aos serviços da encarregada da rouparia, de modo a racionalizar recursos públicos:

“6.ª) Já várias vezes informei V. Ex.ª do estado da maior parte dos estores. Estão quási todos queimados do sol e alguns no estado vergonhoso de farrapos. Não se pode mostrar o Palácio a quem paga a sua entrada com os estores aos bocados. O aspecto de alguns é miserável. [...]

⁹¹³ Proc. n.º 1.359, l.º 1, TT, AHMF, Caixa 7926.

⁹¹⁴ *Idem.*

Talvez se poupasse alguma coisa comprando o pano e mandando-os fazer pela encarregada da rouparia dêste Palácio cujo actual serviço lhe deixa tempo de sobra para isto.”⁹¹⁵

Continuando a seguir esta lista de sugestões para permitir a abertura do Palácio Nacional da Ajuda ao público, verificamos que Vieira alertou também o Diretor Geral da Fazenda Pública para o problema da remoção de algumas peças de mobiliário, que prejudicavam a composição correta dos espaços, dando como exemplo as peças que haviam sido retiradas da Sala do Despacho e na Sala da Música:

“7.ª) Dêste Palácio saiu, fora outros objectos, algum mobiliário cuja falta é sensível e manifesta. Logo das salas do rés-do-chão se nos depara a “Sala do Despacho” de onde foram tiradas a mesa e cadeiras doiradas e forradas de seda vermelha. Nota-se imediatamente que esta grande sala não podia estar assim desguarnecida, àlêm de que o seu próprio nome indica que havia nela mobiliário que tiraram. Não é costume dar despacho no chão, comentar-se-á.

Logo adiante encontra-se a “Sala da Música” desprovida de dois armários-estantes que são parte integrante da sua guarnição. Os livros que neles se guardavam estão no chão e duas jarras grandes que brilhavam sôbre êles estão igualmente no chão, percebendo toda a gente que nunca ali tinham estado, porquanto o seu tamanho não permitia tal colocação, a menos que se a classificasse de disparate.

Não é próprio que se mostre esta Sala com tal ar de desarranjo. [...]”⁹¹⁶

Ainda acerca da saída de objetos do palácio, refira-se que Custódio José Vieira encetou várias tentativas de recuperar os artigos dali retirados, como testemunha um seu ofício, de 14 de Março de 1914, acompanhado por uma relação de 10 páginas em que estão listados todos os objetos saídos do PNA⁹¹⁷. *“Até hoje, porém, nenhuma destas minhas tentativas logrou resultado. É, pois, indispensável, e condição imperiosa, o regresso de tais objectos.*”⁹¹⁸

Por fim, refira-se que também a questão da gratuidade na entrada no Palácio da Ajuda foi motivo de reflexão por parte desta personalidade, que desde cedo se mostrou

⁹¹⁵ Proc. n.º 1.359, l.º 1, TT, AHMF, Caixa 7926.

⁹¹⁶ *Idem.*

⁹¹⁷ Acerca desta lista, ver o ponto **1.4.3. Gestão de Coleções.**

⁹¹⁸ Proc. n.º 1.359, l.º 1, TT, AHMF, Caixa 7926.

contra a ideia de serem facultados ingressos grátis. Aludindo a um parágrafo do artigo 9.º da Lei de 24 de junho de 1912, que previa que “§ único. A taxa a cobrar nunca será inferior a 100 réis, excepto aos domingos e dias feriados, em que a entrada será gratuita.”⁹¹⁹, Vieira revelou-se contra esta prerrogativa, pois no seu entender o Estado nada teria a lucrar com a aplicação deste aspeto legislativo:

“8.ª) Oponho-me a que seja respeitada a excepção do § único do art.º 9.º da Lei de 24 de Junho de 1912: - primeiro, porque, como a entrada nesses dias seria gratuita, de prever é que a quantidade de visitantes seria tal que a fiscalização por tam poucos empregados tornar-se-ia absolutamente impossível; segundo, porque, quando se quisesse só permitir a entrada por grupos, certas pessoas, dada a sua descortesia e habitual inconveniência, travariam conflitos ou, pelo menos, vomitariam grosserias do jaez das que, conforme me consta, se teem ouvido em Sintra; terceiro, por que tal excepção, percebendo-se a favor de quem aqui possa vir em termos contidos e com ânimo de admirar, de forma alguma se justifica a favor de quem não vem com olhos de ver, mas simplesmente por uma bisbilhotice grosseira, para ficar embasbacado em frente dos doirados e vermelhos sem particularidade alguma, passando indiferente ao que haja digno de observação. Ora, a isso não sujeito eu a minha responsabilidade; o cumprimento da última parte daquêle § único é completamente incompatível com ela. Não entrará ninguém que não tenha pago a sua entrada, e com esta minha obstinação tem tudo a lucrar a Fazenda Pública. [...]”⁹²⁰

Não sabemos qual foi a reação da Direção Geral da Fazenda Pública a esta carta nem quais terão sido as diligências tomadas para a efetivação da abertura do PNA à visita. Sabemos, no entanto, que a DGFP sofreu uma reorganização pouco tempo depois, o que poderá ter atrasado o processo de tentativa de abertura. Com o Decreto n.º 718, de 3 de agosto de 1914⁹²¹, a Direção Geral da Fazenda Pública passou a estar dividida organicamente em quatro repartições, tendo sido criada uma quarta Repartição, a Repartição do Património, que passou a estar responsável pela tutela dos Palácios Nacionais. Sabemos, também, que nos anos de 1914 e de 1915 houve uma clara preocupação com a guarda e vigilância do PNA, por parte do administrador e da tutela,

⁹¹⁹ Proc. n.º 1.359, l.º 1, TT, AHMF, Caixa 7926.

⁹²⁰ *Idem*.

⁹²¹ Decreto n.º 718, de 3 de agosto de 1914, *Diário do Governo*, n.º 132, de 3 de agosto de 1914.

até porque, como já foi mencionado, a questão da segurança tomou proporções alarmantes durante o movimento revolucionário de maio de 1915, bem como no período consequente. Analisando em termos globais nacionais, verificamos ainda que estes foram anos de conturbação social e política, com uma sucessão de governos de curta duração e com o espectro sempre presente da 1.ª Grande Guerra, marcado pela incerteza acerca da possibilidade de participação portuguesa no conflito. Julgamos que toda esta conjuntura poderá ter protelado as intenções de abertura do PNA.

Após a carta de Custódio José Vieira, datada de julho de 1914, apenas nos deparámos com um ofício, de 5 de novembro de 1915, dirigido ao Diretor Geral da Fazenda Pública, em que o administrador do PNA, Armando Porfírio Rodrigues, conjecturando acerca da vontade de abertura do palácio, apresenta um conjunto de medidas que julgava necessárias para a concretização desse fim, praticamente todas concordantes com alguns dos aspetos mais práticos apresentados já por Custódio José Vieira em julho de 1914:

“Entrarei portanto da parte que diz respeito ao Palácio na sopoisição que V. ExA pretenda effectivar a sua exposição.

*Teremos então de cuidar da sua illuminação, resguardar os objectos expostos, proteger o parquet, substituir os esctores e alguns cortinados, tratar do enceramento dos parquets e fazer as necessarias vedações para evitar que os visitantes espalhando-se pelas salas annulem a vigilancia que é necessario ter em todos os edifícios desta natureza que são franqueados ao publico.”*⁹²²

O administrador do PNA, lamentando não ter ainda autorização de acesso ao interior das principais salas do palácio, chamava também a atenção para o facto de não poder emitir opinião quanto a alguns aspetos de gestão efetiva, como o aumento do vencimento dos funcionários ou as obras necessárias em alguns dos interiores e intervenções em objetos. Mencionava, no entanto, a urgência da reparação dos danos do bombardeamento que atingiu o palácio durante a revolta de maio de 1915:

“Não fallarei aqui no pessoal que será necessario augmentar no seu numerario por estar certo que isso já foi presvisto pelo esclarecido espirito de V. Ex.ª.

Não incluriei tambem as despesas que são necessario fazer-se com as reparações e retoques em alguns tectos, e bem assim, alguns quadros que, na

⁹²² TT, AHMF, Caixa 7960.

ultima vez que me foi premettido percorrer o Palacio foi encontrar com signaes bem palpaveis de estragos feitos pela humidade, ou talvez por falta de ventilação e aquecimento. Há ainda a reparar os estragos causados pelo bombardeamento do dia de 15 de Maio de 1915;

Sobre estes assumtos fallarão os tecnicos que forem chamados a dizer da sua justiça. Por isso limitar-me-hei a indicar a V. Ex.^a o pessoal que julgo indispensável para as obras mais instantes; pequenas reparações e conservação do existente. [...]”⁹²³

Rodrigues apresenta ainda algumas questões pragmáticas, relativas a aquisições e respetivas despesas de materiais e equipamentos⁹²⁴, detendo-se depois numa questão específica, fruto de uma preocupação pessoal relacionada com a ligação entre o Palácio e o Jardim Botânico. Para a ornamentação do Palácio da Ajuda, o administrador do PNA julgava importante a utilização de flores e plantas, elementos que contribuiriam para dar àquele espaço um ambiente mais próximo do original. Rodrigues considerava também que, para se conseguir uma boa ornamentação vegetal do Palácio da Ajuda, dever-se-ia recorrer ao Jardim Botânico da Ajuda, dada a sua proximidade. Deste modo, solicitava autorização para se valer dos serviços e conhecimentos do encarregado do jardim, Manuel Fernandes⁹²⁵, dada a sua longa experiência durante o período em que serviu a Casa Real, propondo mesmo a transferência deste funcionário para a Repartição do Património da Direção Geral da Fazenda Pública:

“Ainda outra despeza julgo necessaria, essa para emblezamento do Palacio e para o fazer apresentar tanto quanto possível á epocha em que foi habitado pelos seus usufructuarios; quero referir-me ás flores e plantas ornamentaes com que se torna necessario guarnecer os porticos, salas e escadarias; não faço orçamento a estas despezas por termos adjunto a este Palacio o Jardim Botanico da Ajuda hoje na posse do Instituto Scientifico de Agronomia. Pode, e deve, este Jardim em meu entender fornecer o necessario ao fim indicado. O seu encarregado é homem competente e sabedor da forma como estas ornanmentações se faziam: a forma de o conseguir, era quanto a mim, fazel-o

⁹²³ TT, AHMF, Caixa 7960.

⁹²⁴ *Passarei agora a expor a V;Ex.^a as despezas que julgo instantes para se poder franquear ao publico este Palacio Nacional. / Reparações na instalação electrica [...] / Junta para passadeiras 300 metros [...] / Cordão para vedações 350 metros [...] / Fechos para as ditas cem [...] / Colunas metalicas para suspensão das ditas vinte [...] / Stores e cortinados [...]*” *Idem*.

⁹²⁵ APNA, Offícios expedidos, Julho de 1916, fólio 3.

transitar com a sua verba do Ministerio onde se encontra para a Repartição do Patrimonio Nacional.”⁹²⁶

O administrador do PNA concluía a sua missiva, reafirmando lamentar a sua impossibilidade de acesso ao interior do edifício, devido ao processo de arrolamento que ainda não tinha sido levantado, e lastimando o facto de não ser ele, enquanto administrador, o fiel depositário do recheio do palácio:

“Eis Exm.º Snr quanto se me oferece dizer sobre este asunto, lamentando que os meus fracos conhecimentos não me autorizem a apresentar um trabalho mais circunstanciado e ainda porque estando-me vedado o Palacio não posso dar a V;Ex.ª uma nota mais desenvolvida das suas necessidades.”⁹²⁷

Acerca deste assunto, Armando Porfírio Rodrigues, tentou nos meses seguintes persuadir as personalidades com responsabilidades políticas para resolver esta situação, que considerava não ser digna da sua posição, pois era o único administrador de um palácio nacional que não era fiel depositário do recheio que aí se encontrava. Neste sentido chegou mesmo a escrever, em 31 de dezembro de 1915, a Afonso Costa, à época Presidente do Ministério, pedindo que se ocupasse deste assunto:

“Sabendo que se projecta para breve a exposição do Palacio Nacional da Ajuda (aonde sou Administrador) lembro a V. Ex.ª que este Palacio esta sujeito a um arrolamento judicial que ainda não terminou e que por esse effeito se porjecta criar um lugar superior ao seu Fiel Depositario o Ex.º Snr. Dr. Custodio Jose Vieira, o que a levar-se a effeito me colloca n’uma situação bem melindrosa e pouco invejavel. Todos os Administradores são os fieis depositários dos palacios que teem a seu cargo excepto eu; e se V. Ex.ª não colocar as coisas no seu devido termo continuarei sendo como ate aqui Administrador do Palacio Nacional da Ajuda (in nomine)

Certo como estou de que V. Ex.ª acabará com uma situação que chega a ser vergatoria para mim [...]”⁹²⁸

Porém, não conseguiria os seus intentos, mantendo-se esta situação durante mais alguns anos.

⁹²⁶ TT, AHMF, Caixa 7960.

⁹²⁷ *Idem.*

⁹²⁸ APNA, Documentação República diversa, 10.7.1 – Diversos, 1 – ofícios expedidos – 1915, fólios 3-4.

Retomando o debate em torno da possibilidade de abertura do Palácio Nacional da Ajuda, refira-se também a missiva, datada de 20 de dezembro de 1915, do chefe de Repartição do Património, Álvaro Evangelista da Silva Mendes Leal⁹²⁹, em que este funcionário, referindo-se aos Palácios Nacionais de Sintra, Pena, Mafra, Queluz e Alfeite, que já estavam abertos ao público e a render receitas com as entradas pagas, apontava a importância que a abertura do PNA iria ocupar no panorama geral. Mendes Leal atentava que o Palácio da Ajuda era o único Paço Real que se poderia apresentar ao visitante praticamente como tinha chegado a outubro de 1910:

*“[...] será aumentado por forma considerável quando o Palácio Nacional da Ajuda for exposto porquanto, estando desprovido do recheio, pelas entregas dêle feitas à família real proscrita, o Palácio Nacional das Necessidades, é aquêle o único antigo Paço Rial que como tal pode ser mostrado, quer pelo edifício em sí, quer pelo seu conteúdo que conserva escrupulosamente a mesma disposição que tinha à data da implantação da República; [...]”*⁹³⁰

Mendes Leal, tal como Custódio José Vieira já tinha referido em julho de 1914, considerava que o PNA iria captar mais visitantes devido à curiosidade. Por isso, defendia também a criação de algumas salas, nas quais pudessem ser expostos, de maneira mais destacada, diversos objetos existentes, não os remetendo assim para locais menos visíveis:

*“Bastava que êste Palácio fôsse tam interessante e digno de ver-se como os que já estão expostos para assegurar um movimento de visitantes equivalente ao nos demais; mas, sendo certo que o é mais pelos motivos atrás indicados, por outros que são óbvios e que a curiosidade dos visitantes, relacionada com a categoria das pessoas que nêle tinham a sua oficial e permanente residência, torna evidentes e ainda pela ampliação que, com caracter de museu, lá se pode fazer adaptando a tal umas salas ou compartimentos incaracterísticos e expondo aí o que está guardado ou em condições de não ser apreciado como deve, pois por maior ou menor que seja o seu valor ou interesse sempre o é mais estando em destaque [...]”*⁹³¹

⁹²⁹ Processo individual de funcionário, ACMF, Álvaro Evangelista da Silva Mendes Leal, I-24 (13).

⁹³⁰ Proc. n.º 1.359, l.º 1, TT, AHMF, Caixa 7926.

⁹³¹ *Idem.*

O Chefe da Repartição do Património apontava também para a necessidade de elaboração de publicações a disponibilizar ao visitante do Palácio Nacional da Ajuda, defendendo que essas “*piquenas monografias*” deveriam ter informações acerca do edifício, da sua decoração e dos objetos expostos. Mendes Leal chega mesmo a mencionar que nessa publicação deveria ser incluída a planta e algumas fotografias do exterior, interior de algumas salas e até mesmo de alguns objetos que se destacassem pelo seu valor:

*“Obvia-se a esta falta promovendo a publicação de piquenas monografias àcêrca de cada Palácio, instruídas com a respectiva planta, notícia histórica da sua construção e destino, dos architectos, engenheiros, pintores ou decoradores quando sejam dignos de menção, com um roteiro para orientar o visitante na sua visita, com indicação e por vezes descrição, quando o seu valor histórico ou artístico assim o aconselhem, de móveis, tapeçarias, quadros e quaisquer outros objectos de arte e ainda com a reprodução do edifício, de salas que tanto mereçam e, duma forma geral, de objectos a que caiba tal distinção.”*⁹³²

Estas “*piquenas monografias*” concorreriam também para a concentração total dos funcionários do PNA, que deveriam apenas vigiar as salas onde se encontrassem, não se dispersando em conversa com os visitantes, dando informações e explicações acerca do exposto:

*“[...] é conveniente e necessário que o pessoal se ocupe sómente da fiscalização e polícia, não sendo desviada a sua atenção ou por explicações [...]”*⁹³³

Esta limitação de funções dos funcionários, que deveriam somente vigiar as salas abertas ao público, seria também o garante de se evitar que os vigilantes de sala “*dêem largas à sua fantasia*”, dando pois informações distorcidas ou erradas:

“[...] convêm ao Estado que o pessoal só se ocupe da guarda e vigilância dos objectos expostos, mantendo-se em completo silêncio, afora as vezes que, para bem cumprir os seus deveres, se veja forçado a dirigir-se a qualquer visitante que por transgressão do regulamento interno a tanto o obrigue. E isto porque é preciso evitar que os empregados, na ânsia de se mostrarem sabedores e passarem aos olhos do público como aptos a elucidar, dêem largas à sua

⁹³² Proc. n.º 1.359, l.º 1, TT, AHMF, Caixa 7926.

⁹³³ *Idem*.

fantasia iludindo quem nêles procurar conhecimentos certos e explicações probas.”⁹³⁴

Ainda referente a uma eventual monografia acerca do PNA, Mendes Leal referia que,

“o oficial bibliógrafo director da biblioteca da ajuda, jordão apolinário de freitas, está recolhendo informações acerca do PNA ou mais rigorosamente referente aos três paços da ajuda para futura publicação, parece que tem também elementos acerca dos outros paços reais – as monografias deveriam ser traduzidas pelo menos para francês.”⁹³⁵

Jordão Apolinário de Freitas⁹³⁶, responsável da Biblioteca da Ajuda até 1936, estaria a reunir informações para a publicação de monografias acerca dos diversos palácios nacionais. Todavia, consultando a sua diversa bibliografia verifica-se que não terá publicado qualquer obra sobre o Palácio da Ajuda. Podemos conjecturar, pois, que esta publicação nunca foi concluída, desconhecendo-se portanto a sua estrutura e os seus conteúdos.



Fig. 42 – Jordão Apolinário de Freitas.

Acedido em 5 de maio de 2014 em URL:

http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=236231

Para além das opiniões, acima analisadas, de Custódio José Vieira (julho de 1914), Armando Porfírio Rodrigues (novembro de 1915) e Álvaro Evangelista da Silva Mendes Leal (dezembro de 1915), existe documentação que comprova a realização de preparativos para a abertura efetiva do Palácio Nacional da Ajuda ao público.

Em 20 de janeiro de 1916 foram pedidos, pelo PNA, a diversas casas comerciais, orçamentos para *“600 metros de passadeiras veludo superior, fundo alvadio mesclado,*

⁹³⁴ Proc. n.º 1.359, l.º 1, TT, AHMF, Caixa 7926.

⁹³⁵ *Idem.*

⁹³⁶ Jordão Apolinário de Freitas (1866-1950). “FREITAS (Jordão Apolinário de)”, in, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 11, pp. 845-846. *Biblioteca da Ajuda. Revista de Divulgação*, 1980.

com barra granada e dois filetes pretos” e “300 metros de cordão grosso cor de granada”. Para tal, teria sido dada autorização superior para estas aquisições, ainda que, devido à guerra, todo o material necessário para cordão, passadeiras e estores estivesse mais caro, sendo então necessária uma verba bastante superior à disponível, que seria de 1.500\$00, autorizada por despacho ministerial a 7 de abril de 1916⁹³⁷.

Na documentação existente há registo de diversas outras despesas, no valor total de 1.068\$39⁹³⁸, relativas, por exemplo, à aquisição de ceras e aguarrás, destinadas aos diversos trabalhos de conservação de soalhos e mobiliário. Foram também feitos trabalhos de douramento, de pintura convencional e decorativa, e adquiridos estores e cordão para algumas das salas. Há ainda notícia de despesas com botões e galões, que relacionados com os trabalhos de alfaiataria deverão corresponder ao fardamento dos funcionários do PNA⁹³⁹.

Estes dados permitem-nos, pois, verificar que a opção tomada para a proteção dos soalhos foi a utilização de passadeiras (embora não encontremos dados concretos acerca da aquisição de quaisquer tipos delas para o percurso de visita), e que, devido ao baixo orçamento disponível, foram apenas contemplados pequenos trabalhos de manutenção e de restauro dos soalhos, de alguns móveis e de algumas decorações (dourados e pinturas), ao longo das salas que iriam fazer parte do percurso expositivo.

Os preparativos de algumas salas deverão ter implicado algumas modificações, ainda que pontuais, no sistema elétrico. A este propósito foram feitos pedidos de diversos orçamentos de material elétrico, pelo administrador do PNA, que enviou depois para aprovação do Diretor Geral da Fazenda Pública a lista do material necessário: *“Incluso remeto a Vossa Excelencia a nota do material de electricidade necessario n’este palacio, visto projetar-se a sua próxima abertura em exposição.”*⁹⁴⁰ Estas intervenções poderão ter sido levadas a cabo, muito provavelmente, pelo funcionário Quintino José, que ocupava também o cargo de responsável eletricitista⁹⁴¹.

Verificamos também que a ideia de colocação de cordões ao longo das salas prevaleceu, pois foi efetivamente adquirido, julgamos que destinado para esse efeito, na

⁹³⁷ Proc. n.º 1.359, l.º 1, TT, AHMF, Caixa 7926.

⁹³⁸ *Idem.*

⁹³⁹ *Idem.*

⁹⁴⁰ APNA, Ofícios expedidos, julho de 1916, fólio 4.

⁹⁴¹ Proc. n.º 1.359, l.º 1, TT, AHMF, Caixa 7926.

quantidade de 300 metros, de cor vermelha ou grenat, a avaliar pelas amostras existentes nos documentos consultados⁹⁴².

A aquisição de novos estores completava o conjunto de cuidados a ter com a conservação e apresentação do PNA, tendo em vista a planeada abertura. Há registos da aquisição de pano branco encerado para a feitura de 100 meios estores, que deverão ter sido manufacturados pela encarregada da rouparia do palácio, Júlia Frederica da Silva, existindo também amostras deste tipo de tecido na documentação consultada no Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, na Torre do Tombo⁹⁴³.

A boa receção dos visitantes passava também pela apresentação dos funcionários, sendo constante a preocupação da administração do PNA com a preparação e arranjo dos uniformes, fosse adquirindo novo material e trabalho de alfaiate, fosse através da adaptação de fardamento pré-existente no edifício. Em julho de 1916 foram pedidos orçamentos para fazenda azul escura destinada à execução de 14 calças de uniforme, assim como para a adaptação de diversas fardas existentes no PNA. Para minimizar despesas, um alfaiate que vivia nos Telheiros da Ajuda e que tinha feito inúmeros ajustes em fardas para a Casa Real até 1910, prestava-se a fazer o serviço a um preço bastante razoável. Apesar de terem sido feitos pedidos de orçamentos a outros alfaiates, pelos preços apresentados julgamos que o trabalho, a ter sido executado, terá sido entregue a este alfaiate. Apesar das dúvidas que nos surgem acerca da real concretização destes trabalhos, conseguimos confirmar a aquisição de galões e de botões para as fardas através de faturas de 1916, cujos pagamentos foram realizados no início de 1917⁹⁴⁴.

Ainda no contexto destes preparativos, o Chefe da Repartição do Património da DGFP expressava, em ofício de 20 de junho de 1916, que considerava que existiam poucas alabardas na Sala dos Archeiros do PNA, e que as 16 que outrora tinham existido no Palácio das Necessidades – e que em 1912 tinham ido para o Museu dos Coches –, deveriam ser entregues ao Palácio Nacional da Ajuda. Na sequência desta sugestão seria autorizada, em 23 de junho de 1916, a entrega ao PNA de 12 alabardas

⁹⁴² Proc. n.º 1.359, l.º 1, TT, AHMF, Caixa 7926.

⁹⁴³ *Idem*.

⁹⁴⁴ *Idem*.

que estavam depositadas no Arsenal do Exército e que haviam sido entregues a esse depósito territorial de material de guerra pelo Museu da Revolução⁹⁴⁵.

Uma das principais preocupações do administrador do PNA, Armando Porfírio Rodrigues, e talvez aquela em que mais se empenhou para a preparação deste edifício à abertura ao público, prendeu-se com a ornamentação de alguns dos seus espaços com flores e plantas. Em agosto e outubro de 1916, Rodrigues requisitou alguns vasos ao Jardim Botânico da Ajuda, que contudo não seriam entregues, pois eram considerados pertença do jardim e não do Palácio⁹⁴⁶. Porfírio Rodrigues considerava que a ornamentação do PNA com as plantas do Jardim Botânico era realmente necessária, sugerindo mesmo que este deveria passar para a tutela do Ministério das Finanças:

“Estando prestes a ser exposto ao publico o Palacio Nacional da Ajuda e sendo necessario cuidar da sua ornamentação para (...) o apresentar aos visitantes tanto quanto possível como se fosse na epoca em que foi habitado pelos seus usufructuarios, necessario e urgente se torna que o Jardim Botanico da Ajuda, antiga dependencia d’esse Palacio e seu complemento, torne a fornecer não só as flores, como tambem os arbustos necessarios para seu emblezamento.

Facil será creio eu que Sua Ex.^a, o Snr. Ministro da Instrução dê as ordens necessarias no sentido de que o dito Jardim, hoje na posse do Instituto Superior de Agronomia, torne a facultar a este Palacio os seus produtos. Mas, conhecendo eu bem os trabalhos d’esse Jardim e sabendo que o pessoal jornaleiro tem epocas em que se torna deficiente, se é que não o é sempre, devido ao seu pouco numero eis-nos colocados em situação difícil, visto que não teremos pessoal para fazer a remoção de plantas e vasaria, sempre que seja preciso. Plantas á que podem estar no Palacio de um a tres mezes, outras depois de tres dias terão de ser recolocadas nas suas estufas, outras ainda pelo seu tamanho não podem ser transportadas a braço ou para o serem empregarão 4 homens. [...]

⁹⁴⁵ Proc. n.º 1.359, l.º 1, TT, AHMF, Caixa 7926. O Museu da Revolução foi fundado em 29 de dezembro de 1910, ocupando algumas salas do antigo Convento do Quelhas. Foi organizado por iniciativa da associação *O Vintém Preventivo* e tinha expostos objetos relacionados com o processo revolucionário da Implantação da República. “O Museu da Revolução”, in, *A Capital*, n.º 180, 29 de dezembro de 1910, p. 2. “O Museu da Revolução”, in, *Brasil-Portugal*, n.º 287, 1 de janeiro de 1911, p. 358. “O Museu da Revolução”, in, *Ilustração Portuguesa*, n.º 255, 9 de janeiro de 1911, pp. 53-56.

⁹⁴⁶ Proc. n.º 1.359, l.º 1, TT, AHMF, Caixa 7926.

Este Palacio não pode de forma alguma prescindir da sua ornamentação. Dahi o acharmo-nos colocados n'uma grande dificuldade para cuja resolução só me ocorre lembrar o regresso do antigo Jardim Botanico da Ajuda para a posse da Administração d'este Palacio Nacional.

O seu jardineiro chefe de cultura, Manoel Fernandes, com a sua longa pratica nas ornamentações, ser-nos á um poderoso auxiliar que julgo até imprescindivel pelo menos nos primeiros tempos.”⁹⁴⁷

Em novembro de 1916, o administrador do PNA, fez um novo pedido de plantas a Joaquim Rasteiro⁹⁴⁸, diretor do Jardim Botânico da Ajuda⁹⁴⁹ e, no mesmo mês, solicitou ao Presidente da Comissão Executiva do Município de Lisboa um conjunto de plantas identificadas por espécies. Para a elaboração desta lista é muito provável que Armando Porfírio Rodrigues tenha tido aconselhado por Manuel Fernandes, jardineiro do Jardim Botânico da Ajuda, o que poderá indiciar que a listagem de plantas apresentada em 1916, de algum modo refletisse utilizações no PNA anteriores a outubro de 1910:

“Estando para breve a abertura em exposição do Palacio Nacional da Ajuda, e sendo necessarias algumas plantas para a ornamentação das salas e escadas, taes como Palmeiras de varias especies entre elas Camaeropes Excelsa, Foenix Canariensis (Duas) Kentias Valmoreanas, e alguns vasos de Acuba Japonica; Aspedistas, Linho da nova Zelandia, RusKus ou Gilbardeira, Cana Indica rubra, Cana Indica iridiflora, Estreliza Augustifelia, Bananeiras comuns (Duas); Dracenas cidevisa, etc. e sabendo que nos bem cuidados viveiros Municipaes existem em abundancia não só as qualidades que menciono como muitas outras proprias ao fim que tenho em vista.”⁹⁵⁰

⁹⁴⁷ APNA, Ofícios expedidos, julho de 1916, fólho 3.

⁹⁴⁸ Joaquim Pedro da Assunção Rasteiro (1866-1936). Engenheiro agrónomo e professor, foi diretor do Instituto Superior de Agronomia e do Jardim Botânico da Ajuda. “RASTEIRO (Joaquim Pedro da Assunção)”, in, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 24, pp. 428-429.

⁹⁴⁹ “Estando para breve a abertura em exposição do Palacio Nacional da Ajuda, e faltando-me em absoluto as plantas indispensaveis á sua ornamentação, que como V. E.^a bem sabe era feita do Jardim Botanico da Ajuda, vinha solicitar de V. E.^a a especial fineza de me ceder não só algumas plantas inuteis á nova modificação do dito jardim, mas todas aquelas que V. E.^a entendesse poder cederme para o fim a que se destina.” APNA; Ofícios expedidos, novembro de 1916, fólho 6.

⁹⁵⁰ APNA; Ofícios expedidos, novembro de 1916, fólho 7.

Em abril de 1917, Rodrigues pediu ao diretor da Escola Prática de Agricultura terra para envasamento de plantas, mas não encontrámos referências a quaisquer tipologias de espécies vegetais⁹⁵¹.

Outra preocupação presente durante os preparativos para a abertura em exposição do PNA, neste período, prendeu-se com a segurança do PNA, então a cargo da Guarda Nacional Republicana. Nesse sentido, foram sugeridas pela administração do PNA algumas modificações no serviço prestado, sendo enviadas em outubro de 1916 novas instruções ao Comandante da 3.^a Companhia do 1.º Batalhão da GNR, para serem implementadas no local:

*“Por motivo da próxima abertura em exposição do Palacio Nacional da Ajuda, sendo conveniente modificar as Instruções suplementares á Guarda deste Palacio, tomo a liberdade de apresentar a V. Ex.^a as instruções que acompanham este ofício, para o fim de que V. Ex.^a se sirva fazelas afixar no poste da Guarda do mesmo Palacio.”*⁹⁵²

Apesar de todos os preparativos destinados à abertura do Palácio Nacional da Ajuda à visita, entre 1914 e 1917, este plano não seria concretizado devido a um conjunto de acontecimentos que elencamos nas próximas linhas.

A criação do Conselho do Património Artístico em 1919⁹⁵³, dentro da estrutura da Direção Geral da Fazenda Pública, deu origem a uma disputa de atribuições e responsabilidades com a Direção Geral de Belas Artes, criada no mesmo ano⁹⁵⁴. Uma das propostas do Conselho do Património Artístico, logo em 1919, era a *“criação de um Museu de Artes Decorativas no palacio da Ajuda, utilizando para esse fim o primeiro pavimento do edifício, ala sul, até á sala de Saxe”*⁹⁵⁵, o que iria no mesmo sentido dos preparativos realizados no PNA para a sua abertura ao público. A criação deste *“Museu de Artes Decorativas no palacio da Ajuda”* não foi acolhida, todavia, consensualmente dentro das duas direções, o que terá contribuído, mais uma vez, para o adiamento da sua abertura.

⁹⁵¹ “Estando para breve a abertura em exposição do Palacio Nacional da Ajuda, e sendo necessario proceder-se á sua ornamentação, vinha solicitar de V. Ax.^a a cedencia gratuita de uma porção de terra de mato para proceder ao envasamento de varias plantas ornamentaes.” APNA, Ofícios expedidos, abril de 1917, fólio 1.

⁹⁵² APNA, Ofícios expedidos, outubro de 1916, fólio 2.

⁹⁵³ Decreto n.º 6.184, criando junto da Direção Geral da Fazenda Pública um Conselho do Património Artístico, de 29 de outubro de 1919, *Diário do Governo*, n.º 220, de 29 de outubro de 1919.

⁹⁵⁴ Decreto n.º 5.267, de 13 de março de 1919, *Diário do Governo*, n.º 56, de 19 de março de 1919.

⁹⁵⁵ DANTAS, Júlio, “O momento artistico”, in, *Diário de Notícias*, n.º 19.409, de 13 de dezembro de 1919.

Em 1924, com a extinção do cargo de administrador do PNA⁹⁵⁶ e com a mudança de tutela dos palácios nacionais, através da Lei n.º 1700, de 18 de dezembro de 1924⁹⁵⁷, iniciou-se uma disputa ainda mais acesa entre o Ministério da Instrução Pública e o Ministério das Finanças. Esta discussão teria o seu desfecho apenas em fevereiro de 1926⁹⁵⁸, com a determinação legislativa de que os Palácios Nacionais manter-se-iam dependentes do Ministério das Finanças.

A instabilidade legislativa relacionada com a tutela dos palácios, no período referido, reflexo da própria instabilidade política que se viveu em Portugal, foi atrasando o propósito de abertura pública do PNA, que continuou apenas aproveitado para determinados eventos protocolares e pouco mais.

Refira-se, contudo, que a intenção de possibilitar o acesso ao público se manteve sempre presente na tutela. Como tal, foram sendo autorizadas algumas visitas, pontuais é certo, mas que faziam parte de uma certa estratégia da Direção Geral da Fazenda Pública que, respondendo favoravelmente a algumas solicitações, demonstrava a vontade em promover, no futuro, a abertura total do PNA ao público.

No 1.º volume do Guia de Portugal, obra coordenada por Raul Proença em 1924, é feita a referência de que “*O palácio só é visível mediante autorização especial do Director-Geral da Fazenda Pública*”⁹⁵⁹, avançando-se mesmo com um circuito expositivo que, pelas características físicas do edifício, cremos ser provavelmente aquele que os visitantes seguiriam:

“Entra-se, no primeiro pavimento, pela sala dos archeiros, [...], contígua à sala do porteiro da cana, [...], para além da qual se segue a sala primitivamente chamada do Docel, depois da Audiência e hoje de espera, [...].

Segue-se a sala hoje chamada dos cães [...]. A sala próxima, do despacho ou do beija-mão, [...].

Segue-se uma série de pequenas salas alinhadas em corredor: a sala da música [...]; o antigo quarto de dormir de D. Luís, hoje transformado em sala; uma saleta [...]; a sala azul [...]; a sala de mármore, com fonte ao meio, [...]; a sala

⁹⁵⁶ Decreto n.º 9.342, de 7 de janeiro de 1924, *Diário do Governo*, n.º 4, de 7 de janeiro de 1924.

⁹⁵⁷ Lei n.º 1.700, de 18 de dezembro de 1924, *Diário do Governo*, n.º 281, de 18 de dezembro de 1924.

⁹⁵⁸ Decreto n.º 11.445, de 13 de fevereiro de 1926, *Diário do Governo*, n.º 34, de 13 de fevereiro de 1926.

⁹⁵⁹ PROENÇA, Raúl (coord.), *Guia de Portugal, I, Generalidades, Lisboa e Arredores*, 1924, p. 397.

de Saxe, [...]; e depois das salas verde e vermelha, o quarto de D. Maria Pia, [...].

Sobe-se ao andar superior por uma ampla escadaria de vários lanços, [...]. No antigo quarto de D. Afonso, hoje também transformado em saleta, [...]. Seguem-se várias salas expostas a O., com belas vistas sobre o Tejo, como as do antigo atelier [...] e as do corpo diplomático, [...]. No mesmo piso a sala do trono, a de D. João VI e a da Aclamação ou da Tocha, [...], e a enorme sala de jantar, [...]. Deve admirar-se ainda, ao sair, a sala dos embaixadores, de forma elíptica, [...].

*Na galeria de pintura, constituída por D. Luís, alguns quadros de merecimento, embora mal apresentados, [...].*⁹⁶⁰

Através dos poucos dados existentes na documentação consultada, averiguámos que neste período foram dadas autorizações para visita ao PNA a várias personalidades individuais, das quais destacamos as seguintes, por refletirem interesses de investigação:

Em dezembro de 1920, foi autorizada a visita do cidadão americano Elbert Newton, da *Hispanic Society of America*⁹⁶¹, que solicitou a possibilidade de exame das coleções de música antiga e dos manuscritos musicais do PNA⁹⁶². Para além do acesso ao Palácio, julgamos que possa ter sido solicitada também a visita à Biblioteca da Ajuda, devido às coleções de música antiga que estão à sua guarda.

Em janeiro de 1927, através da Direção Geral de Belas-Artes, foi pedida autorização para Otto Andrup, vice-diretor do *Det Nationalhistoriske Museum – Frederiksborg Slot*⁹⁶³ (Museu de História Nacional – Palácio de Frederiksborg), na Dinamarca, visitar os palácios nacionais a fim de estudar os antigos retratos dinamarqueses, enviados outrora à Casa Real Portuguesa⁹⁶⁴.

⁹⁶⁰ PROENÇA, Raúl (coord.), *Guia de Portugal, I, Generalidades, Lisboa e Arredores*, 1924, pp. 397-400.

⁹⁶¹ A *Hispanic Society of America*, fundada em 1904, estuda a cultura hispânica da Península Ibérica e da América Latina, e possui uma biblioteca e um museu abertos ao público. Não conseguimos apurar quem foi Elbert Newton. Acedido em 21 de julho de 2014 em URL: <http://www.hispanicsociety.org/>.

⁹⁶² Proc. 1.695, 1.º 3.º, TT, AHMF, Caixa 7927.

⁹⁶³ *Det Nationalhistoriske Museum – Frederiksborg Slot* (Museu de História Nacional – Palácio de Frederiksborg), foi fundado em 1878 e está instalado no maior palácio real da Dinamarca. Otto Andrup foi conservador, vice-diretor e diretor a partir de 1933. Acedido em 21 de julho de 2014 em URL: <http://www.dnm.dk/dk/index.htm>.

⁹⁶⁴ Proc. n.º 425, 1.º 5.º, TT, AHMF, Caixa 7928.

Todavia, não seriam apenas personalidades estrangeiras a procurar a visita ao PNA. Lembremos então, como exemplo, o pedido apresentado pela Câmara Municipal de Lisboa, para o cineasta Leitão de Barros⁹⁶⁵ poder visitar este palácio, em 1934⁹⁶⁶. Esta visita deverá ter estado relacionada com os planos de cortejos das Festas da Cidade de Lisboa, de que Leitão de Barros foi responsável nos anos de 1934 e 1935.

Foram também permitidas visitas ao PNA a grupos nacionais e estrangeiros. Os grupos autorizados eram essencialmente compostos por estudantes universitários, dos quais destacamos os alunos de História Moderna e Contemporânea da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em maio de 1925⁹⁶⁷, e os alunos de Arquitetura da Universidade de Buenos Aires, Argentina, em fevereiro de 1930, que foram acompanhados por José Pessanha e João Barreira⁹⁶⁸. Foram ainda dadas diversas autorizações a grupos de conferencistas, participantes em encontros internacionais realizadas em Portugal.

Apesar de não ter sido concretizada a intenção de abrir o PNA à visita de uma maneira regular, verificámos que a este monumento foi sendo permitido o acesso a determinados públicos. Desse modo, foram sendo constantes as preocupações com o estado de conservação e de apresentação dos seus principais espaços interiores, por parte de diversas entidades:

*“Impõe-se no Palácio da Ajuda um melhor arranjo das suas salas, opinião esta que é certamente a de todos os visitantes do Palácio [...]”*⁹⁶⁹

As visitas autorizadas, ainda que em pequeno número, e as preocupações existentes com o estado de conservação do PNA, terão contribuído para uma persistência da ideia de abertura do palácio, para além da própria tutela. Em agosto de 1930, a comissão administrativa da Junta de Freguesia da Ajuda, composta por José António Jorge Pinto (presidente), António Pereira da Silva (secretário) e Martiniano de Sousa (tesoureiro), enviou à comissão administrativa da Câmara Municipal de Lisboa

⁹⁶⁵ José Júlio Marques Leitão de Barros (1896-1967). Cineasta, cenógrafo, pintor e jornalista português. Destaca-se pelos diversos filmes que realizou. “LEITÃO DE BARROS (José Júlio Marques)”, in, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Vol. 14, pp. 863-864.

⁹⁶⁶ TT, AHMF, Caixa 7931

⁹⁶⁷ TT, AHMF, Caixa 7928.

⁹⁶⁸ TT, AHMF, Caixa 7930.

⁹⁶⁹ Engenheiro Diretor Geral da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 19 de fevereiro de 1930. TT, AHMF, Caixa 7929.

uma lista de prioridades para o Palácio da Ajuda, indo algumas delas na direção da abertura total do edifício ao público:

“4.º - Salas do Palácio Nacional da Ajuda fechadas para os visitantes. Seria outro rendimento que o Estado bem poderia aproveitar e que daria satisfação a nacionaes e estrangeiros que o visitam.

m) Propomos a sua abertura imediata aproveitando o pessoal que nele faz serviço e

n) se tanto fôr necessário, que seja nomeado o indispensável pessoal que é de pequena remuneração, despeza que as receitas de exploração cobririam certamente.

5.ª – Galeria de Pintura do mesmo Palácio, fechada.

o) Propomos que a referida galeria seja arejada e beneficiada, que se cuide das obras nela expostas a fim de se lhes evitar a ruina, e que igualmente seja franqueada ao público.

6.º - Estragos na estufa do P. N. de Ajuda.

p) Propomos a sua reparação, pouco dispendiosa, acabando o triste aspecto de abandono que oferece [...].”⁹⁷⁰

No entanto, como resposta redigida em janeiro de 1931, Custódio José Vieira, chefe da Secção dos Palácios Nacionais, considerava que a abertura do PNA não seria para breve, apontando como um dos fatores impeditivos para que tal acontecesse, a falta de pessoal:

“Basta a circunstância do Palácio Nacional da Ajuda ter só 6 serventuários ao serviço das salas para se ver a impossibilidade dêle ser exposto ao público.”

”[...] o pessoal é muito pouco para acompanhar os visitantes à-medida-que vão chegando”.

“A galeria de quadros já há muitos anos que estava fechada, no tempo da Monarquia, por ordem do Rei; com a República continuou fechada não só pelos

⁹⁷⁰ TT, AHMF, Caixa 7930.

motivos acima expostos senão também por terem saído vários quadros para os Museus Nacionais de Arte Antiga e Contemporânea.”⁹⁷¹

Nos anos seguintes o PNA continuou apenas a acolher visitas pontuais, sendo que o modo como os visitantes eram recebidos continuou sempre a ser uma preocupação bastante presente na tutela e na administração.

Embora o Palácio Nacional da Ajuda não estivesse aberto ao público em permanência, em agosto de 1933 o diretor de serviços da Repartição do Património da DGFP recomendava ao administrador do PNA, Armando Porfírio Rodrigues, um conjunto de indicações acerca do modo como os funcionários desse palácio deveriam apresentar-se quando das visitas, lembrando que:

“a bem do decôro e prestígio do Estado, o pessoal deve: ser solícito, atencioso, prestável; mostrar que tem prazer, e não enfado, em receber e acompanhar os visitantes; apresentar-se devida e correctamente fardado pelo menos nos domingos, dias de feriado nacional e qualquer outro dia em que, por se realizar qualquer festa ou recepção ou se receber a visita oficial de algum nacional ou estrangeiro de alta categoria, se imponha em tal trajo a sua apresentação, não se devendo, portanto, permitir que o pessoal use, com o uniforme, colarinho e punhos de côr e calçado que não seja preto, e esteja com a niza desabotoada, etc.; não se apresentar, quando não envergue o uniforme, em camisa ou sem colarinho, sem gravata, com o fato remendado de-forma-que produza má impressão e afecte a gravidade e o respeito próprios dos estabelecimentos do Estado e monumentos nacionais.”⁹⁷²

O Palácio Nacional da Ajuda chegou, pois, à segunda metade da década de 30 do século XX inacessível à maioria da população, mas aberto a determinados públicos, para os quais se apresentava essencialmente como antigo Paço Real.

⁹⁷¹ TT, AHMF, Caixa 7930.

⁹⁷² TT, AHMF, Caixa 7931.

2. O PALÁCIO DA AJUDA A “MUSEALIZAR-SE” – 1938 A 1964

Depois da mudança de regime político em Portugal o Palácio Nacional da Ajuda viveu um período de indefinição de funções atribuídas. Progressivamente, foi adquirindo utilizações protocolares e de armazenamento de objetos (tentativa de “garde-meuble” nacional). Para além destas atribuições, seria desde cedo concebida, para o PNA, também uma utilização museológica, porém adiada devido a algumas instabilidades políticas e tutelares. Como tal, esta instituição chegaria ao final da década de 1930 com funções bem definidas, mas com uma abertura ao público continuamente protelada.

Em abril de 1938, o primeiro Administrador/Conservador do Palácio Nacional da Ajuda, Armando Porfírio Rodrigues, foi reformado por limite de idade, encerrando-se um período. Para o substituir foi nomeado Manuel Carlos de Almeida Zagalo, que proporcionaria a entrada do PNA num novo ciclo, em que o traço mais marcante seria a progressiva “musealização” deste antigo Paço Real.

2.1. Tutela (Direção Geral da Fazenda Pública)

Como já verificado, em 1933, com o decreto n.º 22.728, de 24 de junho, a Direção Geral da Fazenda Pública do Ministério das Finanças foi reformulada, ficando os serviços centrais repartidos em duas repartições: Tesouro e Património⁹⁷³. Os Palácios Nacionais ficaram dependentes da Repartição do Património, através de uma secção, denominada de Secção dos Palácios Nacionais.

À frente da Direção Geral da Fazenda Pública estava António Luís Gomes⁹⁷⁴, nomeado interinamente em abril de 1933 e de maneira definitiva a 19 de abril de 1934⁹⁷⁵.

⁹⁷³ Decreto-lei n.º 22.728, de 24 de junho de 1933, *Diário do Governo*, n.º 140, de 24 de junho de 1933.

⁹⁷⁴ António Luís Gomes (1898-1981). Filho de António Luís Gomes, histórico republicano que tinha sido Ministro do Fomento do Governo Provisório Republicano e Reitor da Universidade de Coimbra, entre outros cargos. Formado em Direito, exerceu o cargo de delegado do Procurador da República de 1.ª classe e foi agente do Ministério Público, no Tribunal das Execuções Fiscais de Lisboa. Ocupou diversos cargos, alguns em comissão de serviço: Comissário do Governo junto da Companhia Carris de Ferro de Lisboa (1940), Presidente do Conselho Fiscal da Comissão Administrativa das Lotarias (1942), membro da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (1942), Presidente da assembleia geral do Banco de Angola (1949), membro da Comissão Representativa do Tratado de Amizade e Consulta Luso-Brasileiro (1955), e Presidente do Conselho Fiscal da Companhia de Seguros Metrópole. Por despacho do Ministro das Finanças, *Diário do Governo*, II Série, de 3 de março de 1945, foi nomeado Presidente do Conselho Administrativo da Fundação da Casa de Bragança. Ocupou os cargos de Secretário Geral do Ministério



Fig. 43 – António Luís Gomes.

Acedido em 13 de fevereiro de 2014 em URL: http://ruyluisgomes.blogspot.pt/2005_10_01_archive.html

A ação de António Luís Gomes na DGFP seguiu os princípios “orientadores” do Estado Novo que previam um programa de defesa e valorização do património artístico português associado aos “valores pátrios”. Gomes, personificava ele próprio o ideal do funcionário público tão caro ao novo regime. Era casado, teve pelo menos 8 filhos⁹⁷⁶, era leal e dedicado funcionário.

Entre 1933 e 1959, conjuntamente com outras figuras de destaque, Gomes foi co-responsável pela consolidação da imagem dos diversos Palácios Nacionais em Portugal, que neste período foram alvo de um crescente interesse pelo seu valor patrimonial e, até, turístico.

De facto, foi então que se procedeu a grandes campanhas de obras de recuperação e beneficiação desta tipologia de monumentos. De todas as intervenções realizadas, aquela que terá tido mais impacto foi a efetuada no Palácio Nacional de Queluz, na sequência do incêndio que deflagrou na noite de 4 para 5 de outubro de 1934 e que consumiu “*o segundo piso, dos aposentos que eram destinados ao príncipe D. João, o Pavilhão Robillion e a Fachada de Cerimónias*”⁹⁷⁷. Na sequência deste fogo a tutela viu-se obrigada a intervir fisicamente no edifício. Depois das autorizações necessárias e da disponibilização da verba necessária, deu-se início à campanha de obras, sob responsabilidade da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, que duraria entre 1934 e 1940, ano em que o palácio foi aberto ao público.

Refira-se que, já em 28 de dezembro de 1933, tinha sido apresentado um relatório assinado por José de Figueiredo e Raul Lino, em que era apresentada uma lista

das Finanças e de Diretor Geral da Fazenda Pública entre 1933 e 1959. Foi ainda professor na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. “GOMES (António Luís)”, in, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 12, p. 515. ACMF, Processo individual do funcionário António Luiz Gomes, A-1(5).

⁹⁷⁵ Decreto de 19 de abril de 1934, *Diário do Governo*, II Série, n.º 92, de 21 de abril de 1934.

⁹⁷⁶ ACMF, Processo individual do funcionário António Luiz Gomes, A-1(5).

⁹⁷⁷ NOÉ, Paula (1991), VALE, Teresa e GOMES, Carlos (1995), FIGUEIREDO, Paula (2007), “Palácio Nacional de Queluz”. Acedido em 6 de agosto de 2014 em URL: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6108.

de obras necessárias no Palácio Nacional de Queluz, tendo algumas delas sido iniciadas logo no mesmo ano. Todavia, o incêndio terá feito reequacionar o local e os planos concebidos. Em 1934 começaram logo algumas obras urgentes de limpeza dos escombros e salvaguarda do salvado e, no ano seguinte, foram elaborados relatórios e projetos que levaram à decisão de não reconstrução do segundo piso, quase desaparecido na totalidade⁹⁷⁸.

O incêndio apressou a intervenção no Palácio Nacional de Queluz, despoletando um maior interesse pela gestão e conservação do património histórico e artístico em Portugal, em especial por esta tipologia de monumentos.

A partir de 1936 seria também intervencionado o Palácio Nacional de Sintra. Esta reabilitação, faseada, efetuada entre 1936 e ao longo da década seguinte, centrou-se em alguns espaços visitáveis e mostrou uma grande preocupação nas cenografias apresentadas⁹⁷⁹, de onde destacamos a intervenção na Capela que, segundo o arquiteto Raul Lino, responsável por parte desta campanha de obras, se tornaria um dos espaços mais interessantes do edifício⁹⁸⁰.

As intervenções nos palácios nacionais de Queluz e de Sintra, que foram acompanhadas por diversos outros pequenos trabalhos de reabilitação nos restantes palácios nacionais, iniciam uma política concertada entre organismos estatais para a sua salvaguarda e valorização. Desde logo, a Direção Geral da Fazenda Pública, entidade tutelar destes edifícios que, com a colaboração da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, conseguia assim canalizar meios financeiros e técnicos para as obras que considerava fundamentais para a conservação dos Palácios Nacionais.

A DGEMN ocupa aqui um papel central, pois foi a entidade responsável pelas obras em monumentos nacionais desde a sua criação, em 1929⁹⁸¹. Atestando a relevância que foi dada às intervenções nos Palácios Nacionais pela DGEMN, em 1939,

⁹⁷⁸ NOÉ, Paula (1991), VALE, Teresa e GOMES, Carlos (1995), FIGUEIREDO, Paula (2007), “Palácio Nacional de Queluz”. Acedido em 6 de agosto de 2014 em URL: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6108.

⁹⁷⁹ Ver SOARES, Luís, *Palácio Nacional de Sintra. Circuito Expositivo. Análise da sua evolução*, 2010.

⁹⁸⁰ “Depois das últimas obras (1939) tornou-se a Capela numa das mais interessantes divisões do paço, dando-nos ideia de como teria sido concebida no tempo de D. João I.”

“Às paredes procurou-se dar o aspecto que teriam tido do princípio, multiplicando-se por todas as superfícies os motivos que por felicidade foram encontrados na parede do fundo da capela-mor e por detrás do altar do lado do evangelho.” (LINO, Raul, *Quatro palavras sobre os Paços Reais da Vila de Sintra*, 1948, pp. 106 e 108).

⁹⁸¹ Decreto n.º 16.791, de 30 de abril de 1929, *Diário do Governo*, n.º 97, de 30 de abril de 1929. Ver NETO, Maria João, *A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929-1960)*, 1995.

esta direcção geral do Ministério das Obras Públicas criou o lugar de Superintendente Artístico dos Palácios Nacionais, que ficaria responsável pela supervisão de todas as obras e de todos os “arranjos”⁹⁸² dos seus interiores e exteriores.

*“É criado o lugar de superintendente artístico dos Palácios Nacionais para, de acôrdo com a Direcção Geral da Fazenda Pública, orientar os conservadores dos Palácios no desempenho das suas atribuições sob o aspecto artístico.”*⁹⁸³

Para este cargo foi escolhido o arquiteto Raul Lino, que dentro da hierarquia da DGEMN já tinha exercido *“funções de arquitecto no Serviço de Construções de Casas Económicas da DGEMN, em regime de tarefa, entre Abril de 1934 e Janeiro de 1936, altura em que é nomeado Chefe da Repartição de Estudos e Obras em Monumentos, por portaria de 10 de Janeiro de 1936, tendo tomado posse a 24 do mesmo mês.”*⁹⁸⁴

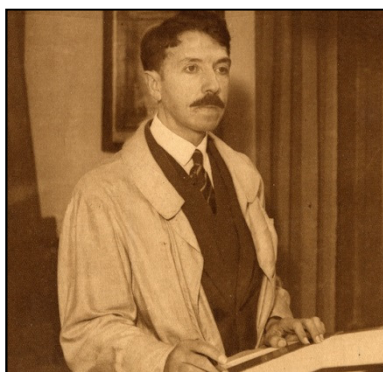


Fig. 44 – Raul Lino.

Acedido em 8 de outubro de 2014 em URL: <http://diasquevoam.blogspot.pt/2012/06/um-certo-olhar.html>

Raul Lino, na sua qualidade de Chefe da Repartição de Estudos e Obras em Monumentos, já em 23 de agosto de 1938 comentara, num parecer, que o estado de conservação e de apresentação dos antigos paços reais não era dos melhores e que,

“Se bem que as residências de que estamos tratando não se possam todas considerar sumptuosas ou equiparaveis a Museus, não há duvida de que muito teriam a ganhar com serem condignamente arranjadas e guarneçadas. Já a diversidade do seu estilo, da sua fisionomia, convida a organizar o arranjo de cada Palácio de acordo com o seu character especial, dando a cada edificio a valorisação arquitetonica que mais lhe convem, e, simultaneamente, procurando o maior realço que dentro da respectiva ambiência para cada objecto exposto seja possível obter-se. Está portanto indicado que deveria haver uma Direcção

⁹⁸² Termo utilizado à época, designando as intervenções de conservação, restauro e decoração.

⁹⁸³ Decreto-lei n.º 29.802, de 3 de agosto de 1939, *Diário do Governo*, n.º 180, de 3 de agosto de 1939. Art. 3.º

⁹⁸⁴ NETO, Maria João, *op. cit.*, p. 417.

*artística geral e superior que abrangesse em conjunto todos os Palacios ou antigas residências, com plenos poderes para escolha, distinção, disposição e arranjo dos objectos que haviam de guarnecer todas as suas salas e dependências”*⁹⁸⁵

E acrescentava:

*“Outro serviço que parece indispensável organizar seria o de um deposito geral de mobiliario e adereços do Estado que se havia de tornar em entreposto para guarnecimento dos Palacios Nacionais, e outros edifícios de representação, e repositório de grande quantidade de peças de mobilia artística.”*⁹⁸⁶

O arquiteto defendia então a criação de um organismo que se ocupasse exclusivamente da gestão dos “arranjos” dos Palácios Nacionais, dada a impossibilidade de um trabalho coerente e continuado nesta área por parte da 6.^a secção da Junta Nacional de Educação, organismo que ele próprio integrava⁹⁸⁷, devido à variedade das suas atribuições.

Em 1936, pela Lei n.º 1.941 o *“Ministério da Instrução Pública passa a denominar-se Ministério da Educação Nacional”*⁹⁸⁸, sendo *“instituída a Junta Nacional de Educação para o estudo de todos os problemas que interessam à formação do carácter, ao ensino e à cultura”*⁹⁸⁹. Dividia-se este organismo em 7 secções⁹⁹⁰, destinando-se a 6.^a secção à supervisão das Belas-Artes, presidida pelo *“presidente da Academia Nacional de Belas Artes”* e tendo como *“vogal nato o director geral dos edifícios e monumentos nacionais.”*⁹⁹¹

No regulamento Lei n.º 1.941, determinado pelo Decreto-lei n.º 26.611 de 19 de maio de 1936, ficou determinado que a 6.^a secção ficava dividida nas seguintes subsecções:

⁹⁸⁵ Parecer de 23 de agosto de 1938. Raul Lino, Superintendente Artístico dos Palácios Nacionais, Caixa 1, N.º BZ1. ACMF.

⁹⁸⁶ *Idem*.

⁹⁸⁷ Raul Lino era vogal da 1.^a sub-secção da VI secção da Junta Nacional de Educação, organismo consultivo do Ministério da Educação Nacional.

⁹⁸⁸ Lei n.º 1.941, de 11 de abril de 1936, *Diário do Governo*, n.º 84, 11 de abril de 1936. Base I.

⁹⁸⁹ *Idem*, Base II.

⁹⁹⁰ *“1.ª Educação moral e física; 2.ª Ensino primário; 3.ª Ensino secundário; 4.ª Ensino superior; 5.ª Ensino técnico; 6.ª Belas Artes; 7.ª Investigação científica e relações culturais.”* (Lei n.º 1.941, de 11 de abril de 1936, *Diário do Governo*, n.º 84, 11 de abril de 1936. Base II).

⁹⁹¹ Lei n.º 1.941, de 11 de abril de 1936, *Diário do Governo*, n.º 84, 11 de abril de 1936. Base II.

*“1.ª Artes plásticas, museus e monumentos; 2.ª Antiguidades, excavações e numismática; 3.ª Música, arte cénica e canto coral; 4.ª Literatura, bibliotecas e arquivos.”*⁹⁹²

Ficava também regulamentada a composição da 1.ª sub-secção da 6.ª secção da Junta Nacional de Educação:

*“1.º Um vice-presidente e quatro a seis vogais, nomeados pelo Ministro; 2.º O director do Museu Nacional de Arte Antiga e o do Museu Nacional de Arte Contemporânea; 3.º Um representante de cada tipo de museu, nomeado pelo Ministro; 4.º Um delegado da Inspeção das Belas Artes; 5.ª O director geral dos edifícios e monumentos nacionais; 6.º Um representante da Sociedade Nacional de Belas Artes; 7.º Um representante dos municípios que possuam um museu; 8.º O presidente do Conselho Nacional de Turismo; 9.º O director do Secretariado da Propaganda Nacional.”*⁹⁹³

Na prática, a criação da 6.ª secção dentro da estrutura da Junta Nacional de Educação permitiu a concentração de estruturas anteriormente existentes, pois através da mesma Lei n.º 1.941 foram extintos o Conselho Superior de Belas Artes e a Junta Nacional de Escavações e Antiguidades. Os aspectos técnicos e consultivos do Conselho Superior de Belas Artes transitaram então para esta nova 6.ª secção, e todos os pareceres técnicos acerca dos bens existentes nos Palácios Nacionais passaram também a ser da responsabilidade deste novo organismo.

O parecer de Raul Lino de 1938, supra mencionado, vem no entanto alertar para o facto de esta concentração de responsabilidades não ter sido benéfica para os Palácios Nacionais. A sua opinião terá tido ecos, pois a 1 de setembro de 1938, António Luís Gomes, Diretor Geral da Fazenda Pública, em ofício dirigido ao Diretor Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais mencionaria que,

“foi resolvido, por despacho ministerial de 27 de Agosto último, incumbir o arquitecto Raúl Lino de orientar no ponto de vista artístico o arranjo e adorno do interior dos Palácios Nacionais, podendo agregar a si para êste efeito as pessoas que entender, além dos 2.ºs Conservadores dos Palácios que lhe darão permanente e efectiva colaboração. (...)”

⁹⁹² Decreto-lei n.º 26.611 de 19 de maio de 1936, *Diário do Governo*, n.º 116, 19 de maio de 1936, Art. 4.º, § 3.º.

⁹⁹³ *Idem*, Art. 10.º, § 1.º.

Esta resolução vem dar expressão e certamente perfeita realização a um plano de trabalhos que esta Direcção Geral quis pôr em prática há bastante tempo com a colaboração prestimosa e muito competente do malogrado e eminente Director dos Museus Nacionais de Arte Antiga, José de Figueiredo.”⁹⁹⁴

Ou seja, António Luís Gomes concorda com o parecer de Raul Lino, demonstrando vontade de conferir autonomia de decisão acerca dos assuntos relacionados com os Palácios Nacionais, e mostrando-se também relutante quanto às vantagens de uma estrutura concentradora como a criada em 1936. Simultaneamente, refere a existência de um plano preexistente, por parte da DGFP, de valorização dos Palácios Nacionais, que implicava quer o edificado, quer as coleções que aí se conservavam, no qual tinha colaborado José de Figueiredo, presidente da secção de Belas-Artes da Junta Nacional de Educação até à data da sua morte, em 1937. Estes dados levam-nos a conjecturar que quer António Luís Gomes, da DGFP, quer a estrutura da DGEMN, aqui representada na pessoa de Raul Lino, confiavam na direcção de Figueiredo na 6.ª secção da JNE, não se revendo nas ideias e ações da mesma 6.ª secção no período pós Figueiredo, agora dirigida por Reinaldo dos Santos, por inerência do cargo de presidente da Academia Nacional de Belas Artes.

Foi no seguimento desta nova incumbência atribuída ao arquiteto Raul Lino⁹⁹⁵, que foi criado o lugar de Superintendente Artístico dos Palácios Nacionais, através do Decreto-lei n.º 29.802, de 3 de agosto de 1939⁹⁹⁶, para o qual foi nomeado o próprio Raul Lino⁹⁹⁷. Esta personalidade tornou-se, deste modo, responsável por todas as intervenções nos Palácios Nacionais e também pela movimentação de objetos entre

⁹⁹⁴ Ofício de 1 de setembro de 1938. Raul Lino, Superintendente Artístico dos Palácios Nacionais, Caixa 1, N.º BZ1. ACMF.

⁹⁹⁵ “foi resolvido, por despacho ministerial de 27 de Agosto último, incumbir o arquitecto Raúl Lino de orientar no ponto de vista artístico o arranjo e adorno do interior dos Palácios Nacionais, podendo agregar a si para este efeito as pessoas que entender, além dos 2.ºs Conservadores dos Palácios que lhe darão permanente e efectiva colaboração.” Ofício de António Luís Gomes, de 1 de setembro de 1938, dirigido ao diretor geral da DGEMN, proc. 349, livro 40. ACMF, “Raul Lino - Superintendente Artístico dos Palácios Nacionais – Caixa 1 – N.º BZ1”.

⁹⁹⁶ Decreto-lei n.º 29.802 de 3 de agosto de 1939, *Diário do Governo*, n.º 180, 3 de agosto de 1939.

⁹⁹⁷ “Esta Direcção Geral, no intuito de levar a efeito o plano que traçou sobre o arranjo dos Palacios Nacionais e, aceitando a sugestão dessa Direcção Geral no que respeitava à indicação da individualidade à qual deveria ser cometida a orientação artística necessaria a dar aos respectivos Conservadores, propôs, para o desempenho do cargo de Superintendente Artístico para os referidos palacios, lugar criado pelo decreto-lei n.º 29:802, de 3 de Agosto ultimo, tendo apenas direito a abôno de ajuda de custo e de despesas de transporte (§ único do art.º 3.º), o arquitecto Raul Lino, Chefe da Repartição do Estudo e Obras dos Monumentos, pessoa que, aliás, vem prestando, desinteressadamente, a esta Direcção Geral, serviços valiosos.” Carta de 18 de novembro de 1939, do diretor geral da DGFP dirigida ao engenheiro diretor geral da DGEMN. Proc. 349, livro 40. Raul Lino, Superintendente Artístico dos Palácios Nacionais, Caixa 1, N.º BZ1. ACMF.

palácios, com o intuito de reorganizar os seus acervos. Encetou ainda uma continuada política de incorporações, acompanhando os leilões e o mercado de arte e antiguidades existentes no país, propondo a aquisição de inúmeros objetos para as coleções expostas nos antigos Paços Reais⁹⁹⁸. Nestes edifícios, Lino procurou decorar e valorizar as diversas salas – numa tentativa de recriar alguns ambientes e cenários históricos –, que considerava mais dignas e apelativas para o visitante, numa continuação, agora talvez mais empenhada, do plano de valorização da DGFP para os Palácios Nacionais.

Ainda que não houvesse um programa definido, a apresentação dos palácios reais abertos à visita do público – ou seja, a sua “museografia” –, foi sendo definida a partir das suas características arquitetónicas e decorativas. Em termos gerais, verificamos que a DGFP encetou várias e progressivas diligências para que cada um dos exemplares palacianos fosse marcado pela fidelidade ao seu estilo construtivo e decorativo original e às suas antigas vivências, apresentando-se ao visitante como um local cristalizado no tempo, um grande diorama de um dado período histórico, possível de ser percorrido.

Assim, o Palácio Nacional de Sintra remeteria para a “*a côrte quinhentista*”; o Palácio Nacional da Pena seria apresentado como “*um delirio romantico próprio da sua época*”; o Palácio Nacional de Mafra assumiria a sua dualidade de palácio real e de convento do século XVIII; o Palácio Nacional de Queluz, “*cognominado vulgarmente o “Versalhes Portuguez”*”, seria assumido como “*um espelho fiel [...] do seculo XVIII*”; e no Palácio Nacional da Ajuda seria representada “*a côrte do seculo passado, no seu estylo e nas suas decorações.*”⁹⁹⁹

Em 1949, Raul Lino assumiu o cargo de Director dos Serviços de Monumentos¹⁰⁰⁰, lugar que ocupou apenas até 21 de novembro desse mesmo ano, dia em que completou 70 anos. No entanto, mesmo aposentado, manteve-se Superintendente Artístico dos Palácios Nacionais, pois estas funções não implicavam qualquer tipo de remuneração ou de obrigatoriedade de aposentação¹⁰⁰¹.

⁹⁹⁸ Raul Lino emitiu diversos pareceres de aquisição de objetos artísticos para os Palácios Nacionais. *Movimentação de bens móveis artísticos (1933-1972)*, PT/ACMF/DGFP/MOVMB. ACMF.

⁹⁹⁹ Cf. SEQUEIRA, Gustavo de Matos, *Palácios e Solares Portuguezes*, 1932, p. 11.

¹⁰⁰⁰ NETO, Maria João, *op. cit.*, p. 418.

¹⁰⁰¹ Ofício do diretor geral, de 22 de fevereiro de 1950, dirigido ao Superintendente Artístico dos palácios nacionais – ofício n.º 2414. Raul Lino, Superintendente Artístico dos Palácios Nacionais, Caixa 1, N.º BZ1. ACMF.

Uma das principais preocupações da Direção Geral da Fazenda Pública, enquanto tutela dos Palácios Nacionais, foi a colocação das pessoas certas nos locais certos. Durante a República foram sendo substituídos os almoxarifes dos antigos Paços Reais, que depois passaram a ser designados por administradores, até que em 1933, com o Decreto-lei n.º 22.728, de 24 de junho¹⁰⁰², passaram a ter a denominação de Conservadores. Com a reforma de uns e com a necessidade de afastamento de outros, a tutela tomou a iniciativa de nomear personalidades com formações mais úteis às funções dos palácios. Com a implementação do Estágio de Conservador de Museu, organizado pelo Museu Nacional de Arte Antiga¹⁰⁰³, a DGFP passou a ter a possibilidade de recorrer a um grupo de pessoas com uma formação especializada, que viria a aproximar o universo dos palácios nacionais ao dos museus¹⁰⁰⁴.

Na prática, a partir da década de 30 do século XX, foram sendo substituídos alguns dos conservadores dos palácios nacionais, tendo sido o ano de 1938 particularmente profícuo nesse campo¹⁰⁰⁵. De facto, nesse ano foram nomeados: António Ventura Porfírio¹⁰⁰⁶ para o Palácio de Queluz; Carlos Manuel da Silva Lopes¹⁰⁰⁷ para o Palácio de Mafra; e Manuel Carlos de Almeida Zagalo para o Palácio da Ajuda. A partir de então, a seleção para estes cargos dirigentes dos palácios nacionais passaria a ser cada vez mais exigente.

Através do Decreto-lei n.º 37.249, de 28 de dezembro de 1948¹⁰⁰⁸, teve lugar uma nova remodelação nos serviços da Direção Geral da Fazenda Pública, que foi então dividida em duas repartições – Tesouro e Património. Dentro da Repartição do

¹⁰⁰² Decreto-lei n.º 22.728, de 24 de junho de 1933, *Diário do Governo*, n.º 140, de 24 de junho de 1933.

¹⁰⁰³ Acerca deste tema ver ROCHA, Ema, *O Estágio / Curso de Conservadores de Museu no Museu Nacional de Arte Antiga – O papel educativo do MNAA na Museologia Portuguesa*, 2013.

¹⁰⁰⁴ “Os lugares de conservador serão de futuro providos em indivíduos habilitados com o curso das escolas de belas artes ou a licenciatura em ciências históricas pelas Faculdades de Letras, tendo preferência os que tiverem o diploma de conservador adjunto ou se mostrarem habilitados com o estágio de conservador nos museus nacionais.” (Decreto-lei n.º 22.728, de 24 de junho de 1933, *Diário do Governo*, n.º 140, de 24 de junho de 1933. Art. 67.º).

¹⁰⁰⁵ MONGE, Maria de Jesus e SOARES, Luís, “A “viragem” museológica. O Estado Novo apropria-se dos Palácios Nacionais”, in, *Actas do IV Congresso de História da Arte Portuguesa, Homenagem a José-Augusto França*, 2012.

¹⁰⁰⁶ António Ventura Porfírio (1908-1998). Pintor, com formação nas Escolas de Belas Artes de Lisboa e do Porto. Foi Conservador do Palácio Nacional de Queluz entre 1938 e 1973. Acedido em 8 de outubro de 2014 em URL: <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/72563/>.

¹⁰⁰⁷ Carlos Manuel de Penha e Costa da Silva Lopes (1904-1978). Esta personalidade será referida mais adiante no presente texto.

¹⁰⁰⁸ Decreto-lei n.º 37.249, de 28 de dezembro de 1948, *Diário do Governo*, n.º 300, de 28 de dezembro de 1948.

Património, a administração dos Palácios Nacionais passou a estar sob a alçada de uma quarta secção, mantendo-se a restante estrutura de tutela quase imutável.

Em ofício de 10 de dezembro de 1959 o Chefe da Repartição do Património referia as tarefas desta Secção dos Palácios Nacionais:

“Discriminadamente:

1 – Administração directa dos Palácios Nacionais da Ajuda, Sintra, Pena, Mafra, Queluz, Paço dos Duques de Guimarães e Cascais.

2 – Aquisição de móveis artísticos e sua movimentação.

3 – Nomeação, exoneração, etc, do pessoal dos Palácios e Monumentos Nacionais, do Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra, Instituto Português de St.º António, em Roma e de outras propriedades na administração directa da Fazenda Pública [...] com excepção dos contínuos.

4 – Contabilidade da repartição (despesas com material, pessoal e pagamento de serviços) Decreto-Lei n.º 37 249 de 28-12-1948.

5 – Expediente diverso que não caiba na competência das outras Secções.”¹⁰⁰⁹

Sendo este período verdadeiramente significativo da ação da Direção Geral da Fazenda Pública nos Palácios Nacionais, principalmente devido ao modo como esta tutela procurou conservar e valorizar este conjunto de monumentos, consideramos que é de destacar uma outra intervenção num edifício considerado “*em regime idêntico ao dos palácios nacionais*”¹⁰¹⁰. Falamos do Paço dos Duques de Bragança, em Guimarães.

A vontade de valorização deste edifício terá advindo da intervenção direta de António de Oliveira Salazar, que visitou este local no dia 26 de setembro de 1933, a pedido de Alfredo Guimarães¹⁰¹¹, diretor do Museu Alberto Sampaio¹⁰¹², após o que terá dado indicações no sentido de se reconstruir o edifício, para nele ser instalada a

¹⁰⁰⁹ Redistribuição do pessoal da Direção Geral da Fazenda Pública. Proc. N.º 4-D-4 (PT/ACMF/DGFP/INFORSE/0003). ACMF.

¹⁰¹⁰ Decreto-Lei n.º 42.365 de 4 de julho de 1959, *Diário do Governo*, n.º 151, 4 de julho de 1959.

¹⁰¹¹ Alfredo Guimarães (1882-1958). Escritor, crítico de arte e director do Museu de Alberto Sampaio, entre 1932 e 1952. “GUIMARÃES (Alfredo)”, in, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 12, p. 892.

¹⁰¹² O Museu de Alberto Sampaio, em Guimarães, foi criado em 1928. Instalado nos edifícios pertencentes à Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, abriu ao público em 1931. Acedido em 13 de outubro de 2014 em URL: <http://masampaio.culturante.pt/pt-PT/museu/hist/ContentList.aspx>.

residência oficial do Presidente da República no norte do país¹⁰¹³. Depois da saída das forças militares que aí estavam estacionadas – pois este antigo paço ducal estava transformado em quartel –, o primeiro projeto de reconstrução, da autoria de Rogério de Azevedo¹⁰¹⁴, foi apresentado em 1936, iniciando-se os trabalhos no ano seguinte. Os trabalhos de reconstrução foram tendo diversos responsáveis, o que deu azo a diversas modificações ao projeto inicial. Em 1942 e 1943 as obras estiveram a cargo de Joaquim Areal¹⁰¹⁵ e em 1948 o arquiteto Alberto da Silva Bessa¹⁰¹⁶ assumiu a direção dos trabalhos¹⁰¹⁷. Em 1955, o arquiteto Luís Benavente¹⁰¹⁸, influenciado por uma visita à região do Loire, em França, apresentou um projeto para o Paço Ducal, envolvendo as coberturas, o claustro e o interior da capela, que seria aprovado no ano seguinte. Em 1959, procedeu-se à decoração e ao “arranjo” dos diferentes espaços, tendo lugar a inauguração do Paço como Residência Oficial da Presidência da República a 24 de junho de 1959. A inauguração do Paço dos Duques de Bragança, enquanto Museu, ocorreu a 26 de agosto de 1959¹⁰¹⁹. Desse ano é o Decreto lei n.º 42.365, de 4 de julho de 1959, em que ficou regulamentado que

¹⁰¹³ FONTE, Barroso da, *Paço dos Duques de Bragança*, 1994, p. 70.

¹⁰¹⁴ Rogério dos Santos Azevedo (1898-1983). Arquiteto, formado pela Escola de Belas Artes do Porto. Produziu obra nova, sendo responsável também pelo restauro de alguns monumentos: Mosteiro de Paço de Sousa, envolvente do Castelo de Guimarães, etc. Foi Chefe da Secção do Porto da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. “Rogério dos Santos Azevedo”. Acedido em 13 de outubro de 2014 em URL: http://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=1005752.

¹⁰¹⁵ Joaquim Areal. Arquiteto da Direção dos Edifícios Nacionais do Centro, participou no Plano dos Centenários para a construção de Escolas Primárias. “Os novos projectos do Plano dos Centenários”. Acedido em 13 de outubro de 2014 em URL: <http://www.sec-geral.mec.pt/index.php/publicacoes-e-eventos/exposicoes-virtuais/os-edificios-escolares-do-plano-dos-centenarios/os-novos-projectos-do-plano-centenario>.

¹⁰¹⁶ Alberto da Silva Bessa (1911-1984). Arquiteto formado na Escola de Belas Artes do Porto. Foi Chefe da Direção dos Serviços dos Monumentos Nacionais (2.ª secção – Norte) e Diretor Regional dos Monumentos do Norte da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. “Alberto da Silva Bessa”. Acedido em 13 de outubro de 2014 em URL: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/Entity.aspx?id=8f45dc24-e5af-4c8d-a9e7-e5851686bed9.

¹⁰¹⁷ BASTO, Sónia (2013), “Paço dos Duques de Bragança”. Acedido em 31 de julho de 2014 em URL: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1139.

¹⁰¹⁸ Luís Benavente (1902-1993). Arquiteto com formação pelas Escolas de Belas Artes de Lisboa e do Porto. Autor de diversos projetos e responsável por diversas remodelações e restauros em diversos locais do Continente (ala poente do Palácio de Belém, Palácio Foz, Igreja de Santa Engrácia, Palácio de Seteais (Sintra), Mosteiro de Flor da Rosa (Crato), etc.) e nas Províncias Ultramarinas (São Tomé, Cabo Verde, Guiné e Índia). Foi delegado do Ministério das Obras Públicas na Comissão para o estudo das providências a adotar em caso de guerra e delegado de Portugal na comissão internacional que elaborou a Carta de Veneza (Documento sobre a Conservação e Restauro do Património Arquitectónico), em 1964. Era membro da Academia de Belas Artes. “Luís Benavente”. Acedido em 13 de outubro de 2014 em URL: <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4222690>.

¹⁰¹⁹ BASTO, Sónia (2013), “Paço dos Duques de Bragança”. Acedido em 31 de julho de 2014 em URL: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1139.

*“O antigo Paço dos Duques, em Guimarães, fica submetido ao mesmo regime legal dos palácios nacionais cuja administração se encontra a cargo do Ministério das Finanças, por intermédio da Direcção-Geral da Fazenda Pública.”*¹⁰²⁰

A Direcção Geral da Fazenda Pública passava, assim, a tutelar mais um imóvel do grupo dos denominados “Palácios Nacionais”, integrando um edifício localizado no norte do País, na cidade simbolicamente considerada como “o berço de Portugal”, utilizado pelo Estado Novo para revigorar a sua ideologia historicista e heróica.

O período em que António Luís Gomes se manteve à frente dos destinos da Direcção Geral da Fazenda Pública foi particularmente definidor de uma imagem consolidada dos Palácios Nacionais enquanto estruturas patrimoniais, mas também museológicas. Os objetivos alcançados, não sendo unicamente da responsabilidade deste diretor geral, com toda a certeza que terão sido bastante influenciados pela sua ação. Gomes foi reconhecido pelo seu papel no cargo dirigente que ocupava, sendo consultado e até mesmo nomeado para outras tarefas e funções de administração e gestão de património cultural. Aqui, é de destacar a sua nomeação, por despacho do Ministro das Finanças de 3 de março de 1945¹⁰²¹, para Presidente do Conselho Administrativo da Fundação da Casa de Bragança¹⁰²².

Enquanto Diretor Geral da Fazenda Pública, Gomes tinha sido um dos principais colaboradores, em representação do Estado, no processo de criação da Fundação da Casa de Bragança, sendo nomeado vogal da mesma em 1934. Passou a presidente do Conselho Administrativo em 1945, mantendo-se neste cargo até à data da sua morte, a 2 de janeiro de 1981¹⁰²³. Nestas funções, Gomes foi reconhecido e louvado pelo modo como administrou o vasto património desta fundação, reconhecendo-se em particular a

¹⁰²⁰ Decreto-lei n.º 42.365, de 4 de julho de 1959, *Diário do Governo*, n.º 151, de 4 de julho de 1959. Artigo 1.º

¹⁰²¹ Despacho de 27 de fevereiro de 1945, *Diário do Governo*, II série, n.º 51, 3 de março de 1945.

¹⁰²² A Fundação da Casa de Bragança foi criada em 1933. “Art. 10.º É instituída para todos os efeitos legais uma Fundação, em que se incorpora a estabelecida na cláusula 14.ª do testamento de D. Manuel de 20 de Setembro de 1915.” Decreto-lei n.º 23.240 de 21 de novembro de 1933, *Diário do Governo*, n.º 266, 21 de novembro de 1933. Em 1944, foi criado um Conselho Administrativo responsável pela administração da Fundação e a Junta da Casa de Bragança, existente desde 1933, passou a ser unicamente um órgão consultivo. O Estado, através do Ministério das Finanças, ficou responsável pelas operações financeiras. Decreto-lei n.º 33.726 de 21 de junho de 1944, *Diário do Governo*, n.º 132, 21 de junho de 1944, Art. 3.º. O primeiro presidente do Conselho Administrativo da Fundação da Casa de Bragança foi António Luís Gomes. MONGE, Maria de Jesus, *Museu-Biblioteca da Casa de Bragança: de Paço a Museu*, 2003, pp. 9-12.

¹⁰²³ PIRES, Domingos Rosado Victória, *Testemunho. Um homem – uma vida – uma obra*, 1982, pp. 12-14.

sua ação de incentivo ao restauro e à investigação do Paço Ducal de Vila Viçosa e da Biblioteca de D. Manuel II. Em sua homenagem foi dito que,

*“a actividade do Dr. António Luiz Gomes em prol deste Paço de Vila Viçosa [...] não se esgotou neste trabalho intenso dedicado ao restauro e à valorização do edifício e do seu recheio porque, paralelamente, empreendeu um vasto programa de investigação e divulgação cultural dos valores históricos e artísticos que este Palácio consubstancia ou contém.”*¹⁰²⁴

Em 1959, António Luís Gomes, solicitou a passagem à situação de licença ilimitada¹⁰²⁵, sendo então nomeado interinamente para o substituir António Cândido Mouteira Guerreiro¹⁰²⁶, que era Diretor de Finanças do quadro da Direção Geral das Contribuições e Impostos, em comissão como Diretor do Serviço de Informações Fiscais. Mouteira Guerreiro viria a ser nomeado definitivamente Diretor Geral da Fazenda Pública em 1962¹⁰²⁷.

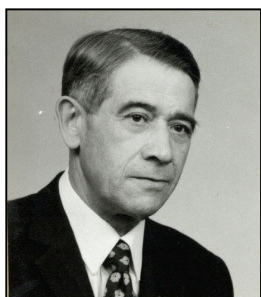


Fig. 45 – António Cândido Mouteira Guerreiro.
ACMF, Processo individual do funcionário António Cândido Mouteira Guerreiro, A-60(13).

O final dos anos 50 e o início da década seguinte foi um período particularmente conturbado em Portugal. As diversas contestações e tentativas de derrube de Salazar (golpe de Botelho Moniz), aliadas aos problemas nas Províncias Ultramarinas (início da

¹⁰²⁴ FERNANDES, José Pedro, *Palavras proferidas na inauguração do busto do Dr. António Luiz Gomes em Vila Viçosa*, p. 30.

¹⁰²⁵ Despacho de 21 de julho de 1959, *Diário do Governo*, II série, n.º 175, de 28 de julho de 1959.

¹⁰²⁶ António Cândido Mouteira Guerreiro (1916-2001). Funcionário público e escritor. Nasceu em Lourenço Marques, Moçambique. Licenciado em Letras – Filologia Germânica, entrou para o funcionalismo público como aspirante estagiário na Secção de Finanças de Albergaria-a-Velha (1936-1937). Foi, depois, aspirante (1937); secretário de finanças de 3.ª classe, na Secção de Finanças de Castro Marim (1941-1942), transferido mais tarde, por requerimento, para a Secção de Finanças de Miranda do Corvo (1943); secretário de Finanças de 1.ª classe na Secção de Finanças do 2.º Bairro Fiscal do Porto (1947); diretor de Finanças na Direção de Finanças do Distrito de Vila Real (1951); chefe da 2.ª repartição da Direção Geral da Contabilidade Pública (1960); e, diretor do Serviço de Informações Fiscais (1960). Foi Alferes miliciano de Infantaria, convocado em 1943, tendo servido no Batalhão de Caçadores n.º 9. Foi nomeado Diretor Geral da Fazenda Pública, em comissão devido à vaga resultante da passagem à situação de licença ilimitada de António Luís Gomes, em 1959. A nomeação definitiva para o cargo chegaria em 1962. Escreveu diversos títulos referentes a Finanças e Contabilidade públicas. ACMF, Processo individual do funcionário António Cândido Mouteira Guerreiro, A-60(13).

¹⁰²⁷ Portaria de 4 de junho de 1962, *Diário do Governo*, II série, n.º 145, 20 de junho de 1962.

Guerra Colonial no norte de Angola e perda do Estado Português da Índia), levaram a remodelações governamentais e a mudanças na estrutura do funcionalismo público. O regime de Salazar, sentindo a sua manutenção ameaçada, procurou reforçar o poder, colocando em lugares de destaque personalidades alinhadas com a ordem instituída, reforçando o controlo da Administração Pública, ou seja, “a governação evoluía de um modelo “personalista” para outro “tecnocrático”¹⁰²⁸.

A nomeação de Mouteira Guerreiro, mais do que um reconhecimento de particular competência pessoal e profissional, terá sido consequência deste contexto de progressiva tecnocratização e burocratização do Estado. Este funcionário foi responsável pela continuação das políticas seguidas pelo seu predecessor, garantindo na Direção Geral da Fazenda Pública a permanência das políticas anteriores e o exercício, quase imutável, do funcionalismo público do Estado Novo.

Na estrutura hierárquica da Direção Geral da Fazenda Pública exerceram funções outras personalidades – Chefes da Repartição do Património e Chefes da Secção dos Palácios Nacionais – que devem ser aqui mencionadas, por terem sido influenciadoras nas principais linhas de ação tomadas pela tutela na administração dos Palácios Nacionais.

Joaquim Celestino de Sousa Freitas Sampaio (1878-1963) ocupou o lugar de Chefe da Repartição do Património da DGFP entre 1937 e 1942¹⁰²⁹. Nesta função, foi co-responsável pela colocação de personalidades com conhecimentos de Arte e de Museus na direção de alguns dos Palácios Nacionais, o que revela uma certa preocupação patrimonial em relação não só aos edifícios, mas também em relação às coleções que estes albergavam.

¹⁰²⁸ RAMOS, Rui, *História de Portugal*, p. 694.

¹⁰²⁹ Joaquim Celestino de Sousa Freitas Sampaio (1878-1963). A sua carreira no funcionalismo público iniciou-se em 1906, quando foi nomeado 2.º aspirante da Direção Geral das Contribuições e Impostos. Em 1916 passou a 3.º oficial e, em 1920, a 2.º oficial por antiguidade na mesma Direção Geral. Em 1925 foi nomeado Secretário de Finanças de 1.ª classe e a partir de 1935 desempenhou o lugar de Diretor de Finanças, sendo colocado no Distrito de Beja (1936). Em 1937 (Despacho de 24 de agosto de 1937, *Diário do Governo*, II série, n.º 202, 30 de agosto de 1937), foi nomeado Chefe da Repartição do Património. Em 1942, Sampaio deixou o cargo e foi nomeado Diretor de Finanças no Distrito de Leiria (Portaria de 7 de janeiro de 1942, *Diário do Governo*, II série, n.º 11, 14 de janeiro de 1942), onde se terá mantido até ao pedido voluntário de aposentação, em novembro de 1945. Joaquim Celestino de Sousa Freitas Sampaio – I-22(2). Processo individual de funcionário, ACMF.

Para substituir Sampaio à frente da Repartição do Património, foi nomeado Alberto Ribeiro Queiroz, que se manteve no cargo até 1948¹⁰³⁰. Enquanto Chefe da Repartição do Património, Queiroz foi decisivo na distribuição das dotações anuais para obras nos palácios, influenciando as escolhas das intervenções levadas a cabo pela Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais¹⁰³¹.

Durante os anos de 1948 e 1949, António Bana Júnior (1893-?) assinava na documentação oficial “*Servindo como Chefe de Repartição*” – ou seja, exercia o cargo interinamente¹⁰³². À data, era Chefe da 1.ª Secção, e durante esse período não teve um papel passivo nas decisões da Repartição do Património, sendo mesmo responsável por diversas informações e propostas relativos à aquisição de bens móveis pelo Estado e a diversos arranjos nos Palácios Nacionais, entre outras resoluções sobre vários assuntos.

Em março de 1949 esta situação provisória de ocupação do lugar de Chefe da Repartição do Património foi resolvida com a nomeação de José Pedro Pereira Monteiro Fernandes¹⁰³³. Nascido em 1916, Fernandes era licenciado em Direito¹⁰³⁴ e entrou para os quadros do Ministério das Finanças como Chefe de Secção da Direção Geral da

¹⁰³⁰ Acerca de Queiroz não conseguimos reunir muitos dados; sabemos apenas que era licenciado em Direito e que foi sub-delegado na 4.ª vara e 4.º juízo criminal do Tribunal da Boa-Hora da Comarca de Lisboa entre 1938 e 1939, sendo depois transferido para Aveiro (1939) e para Setúbal (1940). Em maio de 1940 foi contratado para o lugar de assistente dos serviços de ação social do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência. Em 1942 passou a ocupar o cargo de Chefe da Repartição do Património, primeiro interinamente (Portaria de 19 de agosto de 1942, *Diário do Governo*, II série, n.º 201, 28 de agosto de 1942. Despacho de 2 de setembro de 1942, *Diário do Governo*, II série, n.º 211, 9 de setembro de 1942), recebendo a nomeação definitiva em 1944 (Portaria de 28 de agosto de 1944, *Diário do Governo*, II série, n.º 210, 8 de setembro de 1944). No final do ano de 1947, por ter obtido colocação no Banco de Portugal, pediu licença ilimitada, que lhe foi concedida em janeiro de 1948 (Despacho de 31 de dezembro de 1947, *Diário do Governo*, II série, n.º 2, 3 de janeiro de 1948). Alberto Ribeiro Queiroz – A-12 – (1). Processo individual de funcionário, ACMF

¹⁰³¹ Acerca deste assunto ver 2.2.2.1. *Projetos e obras*.

¹⁰³² António Bana Júnior (1893-?), entrou para os quadros do Ministério das Finanças como praticante em 1916 (Decreto de 9 de dezembro de 1916, *Diário do Governo*, II série, n.º 301, 22 de dezembro de 1916), sendo posteriormente promovido a 3.º oficial em 1917 (Decreto de 28 de fevereiro de 1917, *Diário do Governo*, II série, n.º 50, 1 de março de 1917), a 2.º oficial em 1920 (Decreto de 30 de abril de 1920, *Diário do Governo*, II série, n.º 102, 4 de maio de 1920) e a 1.º oficial em 1923 (Relação de funcionários de 27 de julho de 1923, *Diário do Governo*, II série, n.º 174, 30 de julho de 1923). Em 1927 foi nomeado Chefe de secção (Decreto de 27 de junho de 1927, *Diário do Governo*, II série, n.º 155, 16 de julho de 1927). No seu processo individual de funcionário encontram-se referências a diversos louvores recebidos por ocupar o lugar de Chefe da Repartição do Património na ausência dos titulares deste cargo. Estas substituições terão ocorrido em diversos momentos (1942, 1948-1949, 1956, 1957 e 1958), por períodos breves que correspondiam a ausências por motivos de férias. A exceção será a do período 1948-1949, em que António Bana Júnior realmente ocupou efetivamente, ainda que oficiosamente, o cargo de Chefe da Repartição do Património. Aposentou-se em abril de 1963. Processo individual de António Bana Júnior – A-2(2). ACMF.

¹⁰³³ Folha de Cadastro de José Pedro Pereira Monteiro Fernandes. DGFP. ACMF.

¹⁰³⁴ *Idem*.

Fazenda Pública, em outubro de 1940¹⁰³⁵, sendo nomeado definitivamente em outubro de 1942¹⁰³⁶. Em março de 1949¹⁰³⁷ foi nomeado provisoriamente Chefe de Repartição, sendo-o de modo definitivo em março de 1952¹⁰³⁸. Mantendo-se por vários anos à frente da Repartição do Património, a sua ação pautou-se por uma preocupação contínua pela organização dos serviços¹⁰³⁹, pelo seu próprio desempenho à frente das funções¹⁰⁴⁰ e pelos diversos assuntos que estavam sob a responsabilidade da repartição que dirigia, procurando sempre valorizar o património histórico e artístico, mas também as posições do Estado na sua gestão.

Como acima foi referido, dependentes da Repartição do Património da Direção Geral da Fazenda Pública, os Palácios Nacionais eram administrados a partir de uma Secção dos Palácios Nacionais. Esta Secção, se numa fase inicial teve maior autonomia de decisão, passou progressivamente a desempenhar um papel quase exclusivamente burocrático, servindo de intermediária entre a Repartição do Património e os conservadores dos Palácios Nacionais e, mesmo assim, apenas relativamente a alguns aspetos mais práticos da administração destes monumentos.

Dos nomes que ocuparam o cargo de chefia da Secção dos Palácios Nacionais, consideramos de destacar o de Carlos Manuel da Silva Lopes¹⁰⁴¹, pelo seu percurso ligado à História da Arte e à Museologia.

¹⁰³⁵ Portaria de 6 de setembro de 1940, *Diário do Governo*, II série, n.º 231, 3 de outubro de 1940.

¹⁰³⁶ Portaria de 12 de outubro de 1942, *Diário do Governo*, II série, n.º 243, 17 de outubro de 1942.

¹⁰³⁷ Portaria de 29 de março de 1949, *Diário do Governo*, II série, n.º 75, 1 de abril de 1949.

¹⁰³⁸ Portaria de 28 de março de 1952, *Diário do Governo*, II série, n.º 78, 1 de abril de 1952.

¹⁰³⁹ 1950 e 1959. Redistribuição do pessoal da Direção Geral da Fazenda Pública. Proc. N.º 4-D-4 (PT/ACMF/DGFP/INFORSE/0003). ACMF.

¹⁰⁴⁰ “Na realidade eu sabia já que chefiar a Repartição do Património era sinónimo de ter que trabalhar diariamente até ao limite da resistência física e ficar, não obstante, com a consciência clara de que não se tinha cumprido o cargo, como ele exige que se cumpra.

Sabia-o porque durante anos pude ouvir do meu antecessor, o Licenciado Alberto Ribeiro Queiroz, funcionário de excepcionais qualidades de trabalho, as suas amarguras por verificar que com a sua dúzia diária de horas de trabalho não conseguia ainda fazer o que desejava.” Ofício de 21 de janeiro de 1950. Redistribuição do pessoal da Direção Geral da Fazenda Pública. Proc. N.º 4-D-4 (PT/ACMF/DGFP/INFORSE/0003). ACMF.

¹⁰⁴¹ Carlos Manuel de Penha e Costa da Silva Lopes (1904-1978), era licenciado pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Foi subdelegado do Procurador da República na 3.ª Vara e 3.º Juízo Criminal de Lisboa. Depois do estágio de conservador de museu, desempenhou essa função no Palácio Nacional de Mafra e foi Chefe da Secção dos Palácios Nacionais, da Repartição do Património, da Direção Geral da Fazenda Pública. Foi membro da Associação dos Arqueólogos Portugueses, da Academia Nacional de Belas Artes e do Instituto Português de Heráldica. Foi Presidente da Comissão de Heráldica do Conselho de Nobreza. Acedido em 3 de outubro de 2014 em URL: http://old.geneall.net/P/per_page.php?id=143744. “SILVA LOPES (Carlos Manuel da)”, in, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 28, p. 875.



Fig. 46 – Carlos Manuel de Penha e Costa da Silva Lopes.

ACMF, Processo individual do funcionário Carlos Manuel da Silva Lopes - A-12-(10).

Silva Lopes, nascido em 1904 e licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa, fez parte do primeiro grupo de conservadores-tirocinantes no Estágio de Conservador de Museu no Museu Nacional de Arte Antiga¹⁰⁴², tendo desempenhado essa função no Palácio Nacional de Mafra, entre 1938 e 1942. Nesse ano de 1942 deixou o cargo que ocupava em Mafra para passar a ser Chefe da Secção dos Palácios Nacionais, sendo nomeado a 18 de dezembro¹⁰⁴³. Em 1945, por pedido voluntário, passou à situação de licença ilimitada¹⁰⁴⁴, para poder desempenhar o cargo de Secretário Geral da Hidroelétrica do Cávado, com sede no Porto¹⁰⁴⁵. Nesta cidade, enquanto conservador de museu, colaborou com o Museu Nacional de Soares dos Reis¹⁰⁴⁶. Silva Lopes foi autor de diversos estudos e publicações e era considerado “*um especialista no campo das chamadas [...] Artes Decorativas, com destaque para o mobiliário e as faianças, e também no campo da Gravura e da Heráldica.*”¹⁰⁴⁷ Silva Lopes manteve sempre uma grande produção, escrevendo para diversas revistas dedicadas à Arte e outras publicações¹⁰⁴⁸.

¹⁰⁴² Acerca deste assunto ver o ponto 2.2.1. **Manuel Carlos de Almeida Cayola Zagalo, Conservador do PNA.**

¹⁰⁴³ Processo individual de Carlos Manuel da Silva Lopes – A—12-(10). ACMF.

¹⁰⁴⁴ Despacho de 13 de dezembro de 1945, *Diário de Governo*, II série, n.º 295, 19 de dezembro de 1945.

¹⁰⁴⁵ Processo individual de Carlos Manuel da Silva Lopes – A—12-(10). ACMF.

¹⁰⁴⁶ SERRÃO, Vítor, “Carlos da Silva Lopes (1904-1978)”, in, LOPES, Carlos Manuel da Silva, *Estudos de História da Pintura e da Gravura*, 2010.

¹⁰⁴⁷ *Idem.*

¹⁰⁴⁸ Entre outras, publicou artigos em: *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga*, *Bracara Augusta*, *Armas e Trofeus*, *Boletim Cultural da Póvoa de Varzim*, *Revista de Arqueologia*, *Panorama*, *Apollo – The International Magazine of Art and Antiques*, *Museu*. Vítor Serrão refere também que Silva Lopes “*Nunca deixou, [...], de escrever o seu Bricabraque no número dominical de O Primeiro de Janeiro, ao longo de mais de trezentos números, bem como artigos nas páginas do Diário Popular, onde manteve por algum tempo a coluna Reportagens da História.*” SERRÃO, Vítor, “Carlos da Silva Lopes (1904-1978)”, in, LOPES, Carlos Manuel da Silva, *Estudos de História da Pintura e da Gravura*, 2010.

2.2. Administração do Palácio Nacional da Ajuda

Os Palácios Nacionais, tutelados pela Secção dos Palácios Nacionais da Repartição do Património da Direcção Geral da Fazenda Pública, na década de 30 do século XX assumiam já um papel relevante no panorama patrimonial e turístico português, estando alguns deles abertos ao público de maneira coerente e contínua. No final da mesma década aumentariam as preocupações com estes monumentos, tendo a tutela respondido com diversas campanhas de obras e com várias intervenções nos seus interiores ao nível do património móvel e imóvel.

A própria administração dos antigos Paços Reais seria alvo de cuidados especiais. Como referimos, em 1910 o responsável por cada um dos Palácios Nacionais era o almoxarife, cuja denominação mudou em 1914 para administrador. Com a nova legislação de 1933, este cargo passaria a designar-se de “conservador”. Apesar de, regra geral, se manterem em funções os mesmos anteriores funcionários, que tinham formações bastante diversas, a partir do final da década de 1930 verificou-se uma progressiva renovação – e especialização – dos quadros:

*“No entanto, com a necessidade de substituição de alguns destes nomes, por terem atingido a idade de reforma ou por outra razão, foram chamadas personalidades já com outras formações, em especial ligados à História ou às Belas-Artes, e posteriormente com formação já de Conservador de Museu, dada pelo curso então oferecido pelo Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA). Foram os casos de Carlos Manuel da Silva Lopes e de Manuel Carlos de Almeida Zagalo, nomeados em 1938, para os Palácios Nacionais de Mafra e da Ajuda, respectivamente, e, de Joaquim do Couto Tavares, nomeado para o Palácio Nacional da Pena em 1944.”*¹⁰⁴⁹

¹⁰⁴⁹ MONGE, Maria de Jesus e SOARES, Luís, “A “viragem” museológica. O Estado Novo apropria-se dos Palácios Nacionais”, in, *Actas do IV Congresso de História da Arte Portuguesa, Homenagem a José-Augusto França*, 2012.

2.2.1. Manuel Carlos de Almeida Cayola Zagalo, Conservador do PNA

Manuel Carlos de Almeida Zagalo tomou posse como Conservador do Palácio Nacional da Ajuda no dia 5 de maio de 1938¹⁰⁵⁰, ocupando esse cargo até 1964.

Através das informações recolhidas, principalmente no Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças¹⁰⁵¹, sabemos que Zagalo nasceu em Lisboa, na Freguesia de Santos-o-Velho, no dia 13 de agosto de 1904. Era filho de Amâncio Gil Cayola Zagalo, funcionário da Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses¹⁰⁵², e de Maria da Glória Fonseca de Almeida, naturais de Campo Maior, distrito de Portalegre.

Não sabemos muito acerca dos seus primeiros anos, mas calculamos que terá estudado sempre em Lisboa, pois os seus pais viviam na Rua Arriaga, 14, 2.º dtº., à Lapa, tendo sido esta também a sua morada pelo menos até 1930¹⁰⁵³.

Zagalo foi alistado no Exército em 12 de julho de 1924 e incorporado como soldado em 13 de janeiro de 1925 no Regimento de Infantaria n.º 1, em Belém. Ao abrigo da Lei n.º 1.466 de 18 de agosto de 1923¹⁰⁵⁴ foi licenciado no dia imediatamente seguinte ao da sua incorporação, 14 de janeiro de 1925, por ser estudante. Este licenciamento foi sendo prorrogado anualmente até 9 de setembro de 1930, fazendo com que Zagalo não tivesse tido a obrigação de cumprir o serviço militar¹⁰⁵⁵.

Terá sido durante estes anos de adiamento do serviço militar, que Manuel Carlos de Almeida Zagalo frequentou o Instituto Superior de Comércio de Lisboa¹⁰⁵⁶, no qual tirou o Curso Diplomático e Consular e o Curso Aduaneiro, licenciando-se em 1930¹⁰⁵⁷.

¹⁰⁵⁰ Antiguidade de funcionários dos palácios nacionais, Caixa 29, ACMF. “por portaria de 27 de abril findo, visada pelo tribunal de contas em 2 do corrente mês: segundo conservador do Palácio Nacional da Ajuda, Manuel Carlos de Almeida Zagalo, licenciado em ciências económicas e financeiras pela Universidade Técnica de Lisboa”, 4 de maio de 1938, *Diário do Governo*, II série, n.º 102, de 5 de maio de 1938.

¹⁰⁵¹ Processo individual de Manuel Carlos de Almeida Zagalo - A-60(1), ACMF.

¹⁰⁵² Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses, fundada em 1860 por iniciativa privada. Esta empresa ferroviária foi incorporada aos Caminhos de Ferro do Estado, mudando de nome em outubro de 1910 para Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses. AA.VV., *Os Caminhos de Ferro Portugueses 1856-2006*, 2006.

¹⁰⁵³ Processo individual de Manuel Carlos de Almeida Zagalo - A-60(1), ACMF. Matrícula de Manuel Carlos de Almeida Zagalo, Arquivo Geral do Exército.

¹⁰⁵⁴ Lei n.º 1.466 de 18 de agosto de 1923, *Diário do Governo*, n.º 178, 18 de agosto de 1923.

¹⁰⁵⁵ Matrícula de Manuel Carlos de Almeida Zagalo, Arquivo Geral do Exército.

¹⁰⁵⁶ O Instituto Superior de Comércio de Lisboa nasceu, em 1911, da cisão do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, que deu origem também ao Instituto Superior Técnico. Em 1930 passou a designar-se de Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, ficando sob a alçada da Universidade Técnica de Lisboa. Em 1972 passou a Instituto Superior de Economia e em 1990 passou a denominar-se Instituto Superior de Economia e Gestão - ISEG. Acedido em 1 de outubro de 2014 em URL: <http://aquila1.iseg.ulisboa.pt/aquila/instituicao/ISEG/quem-somos/historia>.

Através dos seus processos individuais de funcionário, existentes no Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças¹⁰⁵⁸, constatamos que Zagalo ingressou no funcionalismo público no Ministério das Finanças, como aspirante da Contabilidade Pública, por despacho ministerial de 11 de setembro de 1930¹⁰⁵⁹, tomando posse do lugar em 22 de setembro¹⁰⁶⁰. No ano seguinte, casou com Maria de Lourdes Blanco, fixando residência na Rua Domingos Sequeira, 46 B, 2.º andar, à Estrela, Lisboa. Em abril de 1933 pediu a rescisão do contrato com a Direção Geral da Contabilidade Pública, onde servia na sua 2.ª Repartição¹⁰⁶¹, de modo a poder concorrer como aspirante no serviço de Alfândegas. Ainda nesse ano, ao entrar no serviço aduaneiro, foi colocado no Funchal¹⁰⁶², onde chegou em abril de 1933¹⁰⁶³, passando a aspirante do quadro geral do Serviço Interno Aduaneiro, em 30 de junho de 1934¹⁰⁶⁴.

Embora formado no Instituto Superior de Comércio de Lisboa e de ter iniciado uma carreira nas Alfândegas, em 1932 Zagalo concorreu ao então designado Estágio de Conservador de Museu, organizado pelo Museu Nacional de Arte Antiga, que estaria na base do Curso de Conservador de Museus, Monumentos e Palácios, ministrado pelo MNAA entre 1932 e 1978¹⁰⁶⁵.

O Estágio / Curso de Conservador de Museu foi instituído por influência direta de José de Figueiredo, diretor do MNAA, que procurou adaptar à realidade portuguesa, no seu museu, o modelo parisiense da École du Louvre¹⁰⁶⁶. Este curso ficaria também

¹⁰⁵⁷ Processo individual de Manuel Carlos de Almeida Zagalo - A-60(1), ACMF. Não foram conseguidos mais dados acerca da passagem de Zagalo no Instituto Superior de Comércio, apesar da solicitação aos serviços de Secretariado e de Biblioteca do atual ISEG.

¹⁰⁵⁸ Processo individual de Manuel Carlos de Almeida Zagalo - A-60(1), ACMF. Manuel Carlos d'Almeida Zagalo – caixa n.º 2679 – capa n.º 7 – processo n.º 449 – Direção Geral da Contabilidade Pública – Cadastro do Pessoal.

¹⁰⁵⁹ Aviso de 12 de Setembro de 1930, *Diário do Governo*, II série, n.º 213, 13 de Setembro de 1930.

¹⁰⁶⁰ Processo individual de Manuel Carlos de Almeida Zagalo - A-60(1), ACMF.

¹⁰⁶¹ Manuel Carlos d'Almeida Zagalo – caixa n.º 2679 – capa n.º 7 – processo n.º 449 – Direção Geral da Contabilidade Pública – Cadastro do Pessoal.

¹⁰⁶² Processo individual de Manuel Carlos de Almeida Zagalo - A-60(1), ACMF.

¹⁰⁶³ Relatório de 26 de outubro de 1943. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 39, Relatórios vários.

¹⁰⁶⁴ Processo individual de Manuel Carlos de Almeida Zagalo - A-60(1), ACMF.

¹⁰⁶⁵ Acerca deste tema ver ROCHA, Ema, *O Estágio / Curso de Conservadores de Museu no Museu Nacional de Arte Antiga – O papel educativo do MNAA na Museologia Portuguesa*, 2013.

¹⁰⁶⁶ A École du Louvre foi fundada em 1882, em dependências do Museu do Louvre, para ensinar Arqueologia, de modo a “*tirer des collections, pour l'instruction du public, l'enseignement qu'elles renferment et de former les conservateurs, les missionnaires et les fouilleurs*”. Foi alargando o seu ensino a outros temas da História e da Arte. Em 1920 foi criado o curso de História geral da Arte. Em 1927 passou a ter também o primeiro curso de Museografia. Actualmente é um estabelecimento de ensino superior dependente do Ministério da Cultura e Comunicação do Governo Francês. Acedido em 4 de outubro de 2014 em URL: <http://www.ecoledulouvre.fr/ecole-louvre/histoire>. Apesar de inspirados nos cursos ministrados pela École du Louvre, “*as sessões pensadas por José de Figueiredo e João Couto para os aspirantes a conservadores portugueses, pareciam revestir-se de mais pragmatismo, à escala de*

profundamente ligado à figura de João Couto¹⁰⁶⁷, que aliando a sua experiência como professor à de conservador de museu, foi responsável pelo desenvolvimento do aspeto educativo na Museologia portuguesa, bastante influenciado pelos exemplos vindos dos Estados Unidos da América¹⁰⁶⁸.

Apesar de Manuel Carlos de Almeida Zagalo não possuir formação específica em História da Arte no seu percurso académico, foi aceite no estágio. É de conjecturar que o diretor do MNAA, José de Figueiredo, terá encontrado em Zagalo qualidades e potencialidades para o cargo de conservador de museu a que se propunha. De facto, em ofício dirigido ao Diretor Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, datado de 28 de janeiro de 1933, elencando os nomes que deveriam ser aceites no primeiro estágio ministrado, Figueiredo refere que,

*“todos os [...] requerentes oferecem as mais seguras garantias morais, qualidade esta que, se é sempre essencial, se torna agora ainda mais imprescindível dadas as actuais e deficientes condições em que se encontra instalado este Museu.”*¹⁰⁶⁹

Foram aceites neste primeiro estágio / curso de Conservadores, os seguintes nomes: António Rodrigues Cavalheiro¹⁰⁷⁰, Luís de Castro Vasconcelos e Sá Pereira de

um museu que lhes permitia maior envolvimento”. ROCHA, Ema, *O Estágio / Curso de Conservadores de Museu no Museu Nacional de Arte Antiga – O papel educativo do MNAA na Museologia Portuguesa*, 2013, p. 67.

¹⁰⁶⁷ João Rodrigues da Silva Couto (1892-1968), licenciado em Direito e em Ciências Históricas e Geográficas, pela Universidade de Coimbra. Foi professor liceal e conservador adjunto do Museu Machado de Castro, em Coimbra. Em 1924 entrou para o Museu Nacional de Arte Antiga como conservador-tirocinante, sendo entre 1928 e 1930 conservador adjunto. Entre 1930 e 1932 dirigiu o Museu dos Condes de Castro Guimarães, em Cascais. Em 1932 volta ao MNAA como conservador efetivo, sucedendo a José de Figueiredo no cargo de direção, entre 1938 e 1964. COSTA, Maria Madalena Cardoso da, *Museus e educação: contributo para a história e para a reflexão sobre a função educativa dos museus em Portugal*, 1996. COSTA, Maria Madalena Cardoso da, *João Couto e a formação dos conservadores dos museus, palácios e monumentos nacionais (1935-1962)*, 2012.

¹⁰⁶⁸ COSTA, Maria Madalena Cardoso da, *João Couto e a formação dos conservadores dos museus, palácios e monumentos nacionais (1935-1962)*, 2012, p. 210.

¹⁰⁶⁹ Copiadores de Correspondência Remetida, n.º8, 5.º 327, Arquivo MNAA.

¹⁰⁷⁰ “António Rodrigues Cavalheiro, [...] não constam dos processos de alunos do Estágio, nem das actas das sessões de estudo, depreendendo-se que terão precocemente abandonado o curso”. ROCHA, Ema, *O Estágio / Curso de Conservadores de Museu no Museu Nacional de Arte Antiga – O papel educativo do MNAA na Museologia Portuguesa*, 2013, p. 27. António Rodrigues Cavalheiro (1902-1984), era licenciado em Ciências Históricas e Geográficas pela Universidade de Lisboa. Foi professor do ensino secundário (Liceu Camões e Liceu Gil Vicente), professor de História Marítima na Escola Naval e Chefe da Secção de Bibliotecas e do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa, para onde entrou em 1932, motivo que terá levado à sua desistência no estágio de conservador do MNAA. Foi ainda Diretor dos Serviços Culturais da Mocidade Portuguesa (1944), Deputado à Assembleia Nacional (1942-1945) e Procurador à Câmara Corporativa (1961-1965). Acedido em 2 de outubro de 2014 em URL: http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/OsProcuradoresdaCamaraCorporativa%5Chtml/pdf/c/cavalheiro_antonio_rodrigues.pdf.

Almeida¹⁰⁷¹, Carlos Manuel da Silva Lopes¹⁰⁷², Manuel Carlos de Almeida Zagalo e Augusto Cardoso Pinto¹⁰⁷³. Com as desistências dos dois primeiros candidatos, desta primeira “turma” apenas três dos alunos inscritos concluíram o estágio de conservador de museu.

Sabemos que os conservadores tirocinantes começaram a realizar tarefas no MNAA¹⁰⁷⁴ sob supervisão do seu pessoal técnico, e que a partir de janeiro de 1934¹⁰⁷⁵ passaram a ter sessões de estudo e discussão de trabalhos efetuados e de apresentação de temáticas. Estas sessões quinzenais tinham lugar às sextas-feiras e eram alternadamente da responsabilidade de João Couto ou de Luís Keil¹⁰⁷⁶. Para além das diversas tarefas levadas a cabo durante o período de estágio, este obrigava à realização de diversos relatórios e de uma tese final¹⁰⁷⁷.

¹⁰⁷¹ “[...], Luís de Castro Vasconcelos e Sá Pereira de Almeida não constam dos processos de alunos do Estágio, nem das actas das sessões de estudo, depreendendo-se que terão precocemente abandonado o curso”. ROCHA, Ema, *O Estágio / Curso de Conservadores de Museu no Museu Nacional de Arte Antiga – O papel educativo do MNAA na Museologia Portuguesa*, 2013, p. 27. Segundo Ema Rocha, Luís de Castro Vasconcelos e Sá Pereira de Almeida desistiu do estágio de conservador de museu “por ter sido nomeado ainda em 1933 secretário do Ministro do Estrangeiro”. *Idem*, p. 30. Terá sido indigitado Secretário do Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Luís de Castro Vasconcelos e Sá Pereira de Almeida (1903-1953), era licenciado em Ciências Filosóficas pela Universidade de Coimbra. *Anuário da Universidade de Coimbra. Ano lectivo de 1923-1924*, 1933. Acedido em 2 de outubro de 2014 em URL: http://old.geneall.net/B/per_page.php?id=9767.

¹⁰⁷² Acerca de Carlos Manuel da Silva Lopes ver o ponto **2.1. Tutela (Direção Geral da Fazenda Pública)**.

¹⁰⁷³ Augusto Cardoso Pinto (1901-1962), estudou na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Depois do estágio de conservador de museu no MNAA, permaneceu nesta instituição como conservador. A partir de 1940 passou a ser responsável, com João Couto, pelas sessões do Estágio / Curso de Conservadores de Museu no MNAA. Em 1947 assumiu a direção do Museu Nacional dos Coches. Foi autor de diversos estudos e publicações, com temáticas históricas e artísticas. Foi membro de diversos organismos, entre os quais a Associação dos Arqueólogos Portugueses, a Academia Nacional de Belas Artes e a comissão portuguesa do *International Council of Museums* (ICOM). “PINTO (Augusto Cardoso)”, in, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 21, pp. 794. ROCHA, Ema, *O Estágio / Curso de Conservadores de Museu no Museu Nacional de Arte Antiga – O papel educativo do MNAA na Museologia Portuguesa*, 2013, pp. 43-44.

¹⁰⁷⁴ “Os conservadores tirocinantes colaborarão na organização dos inventários e na dos catálogos das colecções, bem como na arrumação e catalogação da biblioteca do Museu; acompanharão visitantes e excursões e farão as conferências e palestras de que forem encarregados. De uma maneira geral auxiliarão o director e os conservadores nos serviços do Museu.”. Decreto n.º 22.110, de 12 de janeiro de 1933. *Diário do Governo*, n.º 10, de 12 de janeiro de 1933. Art. 5.º.

¹⁰⁷⁵ Caderno 1, Estágio dos Conservadores tirocinantes – sessões de estudo e discussão, AMNAA.

¹⁰⁷⁶ Luís Keil (1881-1947). Entrou para o Museu Nacional de Arte Antiga em 1913, sendo nomeado conservador efetivo a partir de 1916. Em 1938 passou para o Museu Nacional dos Coches, do qual foi diretor entre 1943 e 1947. Membro da Academia Nacional de Belas Artes e de diversas academias e associações nacionais e estrangeiras. Foi autor de diversos estudos e publicações sobre assuntos históricos e artísticos. “KEIL (Luís)”, in, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 14, pp. 441-442.

¹⁰⁷⁷ “Os conservadores tirocinantes, além dos relatórios especiais que lhes sejam pedidos, apresentarão um relatório anual dos trabalhos que houverem realizado, sendo êsses relatórios, juntamente com todos os outros elementos referentes a cada um dos estagiários e por êle fornecidos durante o seu tirocínio, tomados em conta para o parecer e classificação finais. Esta só será dada quando, concluído o estágio, os conservadores tirocinantes tenham apresentado as respectivas teses, que versarão assuntos escolhidos

Sendo à época funcionário do Ministério das Finanças, colocado na Alfândega do Funchal, Manuel Carlos de Almeida Zagalo estava impossibilitado de comparecer às sessões quinzenais do estágio, bem como desempenhar tarefas no MNAA. Contudo, tal fator não implicou o abandono do curso.

Para colmatar o afastamento do curso, Zagalo aproveitou a sua permanência na Ilha da Madeira para contactar com o património artístico aí existente. Realizou então diversas incursões pelo interior da Ilha, numa tentativa de inventariação do património artístico, na sua grande maioria religioso, que se encontrava nos diversos edifícios religiosos existentes. Assim, foi inventariando, descrevendo e fotografando diversos objetos, essencialmente pintura, alguma escultura e ourivesaria. Com esta tarefa, não só desenvolvia o seu interesse inato pelo património artístico, como preenchia também uma necessidade do próprio Museu Nacional de Arte Antiga. José de Figueiredo terá visto nesta tarefa uma boa oportunidade de se conhecer um património à época praticamente desconhecido e desvalorizado. Assim, Zagalo assumiu a responsabilidade de enviar relatórios acerca das suas descobertas, acompanhados de fotografias para o MNAA. Apesar do constante contacto com o MNAA, Manuel Carlos Zagalo demonstrava por vezes ter algumas dúvidas acerca do seu estatuto enquanto estagiário: “*¿Não devo em qualquer circunstancia referir-me à minha situação de estagiario, nem consentir que o meu nome figure com essa categoria?*”¹⁰⁷⁸ Contudo, mesmo permanecendo na Ilha da Madeira, continuaria a ser considerado estagiário, pois os relatórios que remetia periodicamente para o Museu Nacional de Arte Antiga¹⁰⁷⁹ eram considerados, pela qualidade e pela novidade, elementos suficientes para a sua avaliação.

*“Por meu Pae soube que o senhor Dr. José de Figueiredo me considera estagiário no museu, o que é para mim motivo de enorme alegria.”*¹⁰⁸⁰

A sua permanência no Funchal e o entusiasmo que terá conferido à sua tarefa de inventariação do património artístico da Madeira, levaram a que Manuel Carlos de

pelo director do Museu.”. Decreto n.º 22.110, de 12 de janeiro de 1933, *Diário do Governo*, n.º 10, de 12 de janeiro de 1933. Art. 6.º

¹⁰⁷⁸ Carta de Zagalo, datada de 19 de março de 1934, dirigida a João Couto, processo de estagiário do curso de conservadores, MNAA.

¹⁰⁷⁹ No seu processo de conservador-tirocinante depositado no Arquivo do MNAA, existem três relatórios enviados por Zagalo.

¹⁰⁸⁰ Carta de Zagalo, datada de 19 de março de 1934, dirigida a João Couto, processo de estagiário do curso de conservadores, MNAA.

Almeida Zagalo fosse proposto pelo Conselho Superior de Belas Artes, por influência de José de Figueiredo, para vogal correspondente no Funchal daquela entidade¹⁰⁸¹.

Zagalo foi continuando a enviar notícias acerca das suas “descobertas”, por vezes acompanhadas por fotografias dos objetos que considerava mais importantes, remetendo as despesas com transportes e fotógrafo para o próprio MNAA¹⁰⁸². O seu envolvimento com o património artístico da Madeira foi crescendo, motivado pela ideia emergente da eventual criação de um Museu de Arte na cidade do Funchal, onde poderiam ser preservados e expostos os principais objetos artísticos da ilha. Zagalo planeou a organização de uma exposição com alguns desses objetos na casa quinhentista da Rua dos Aranhas, no Funchal, conhecida por Casa de D. Mécia¹⁰⁸³ ou solar dos Ornelas de Magalhães, que começava a ser considerada por alguns como o local indicado para a futura instalação desse futuro museu. Para essa exposição, conseguiu o patrocínio da Câmara Municipal do Funchal, responsável pelo imóvel, que disponibilizou também apoio para as pequenas obras de limpeza e de pintura do espaço. Como tardavam as autorizações por parte das autoridades eclesiásticas da Madeira para a cedência de objetos, Zagalo viria a considerar que a exposição poderia ser feita apenas recorrendo a bens oriundos de coleções particulares da região. Acerca deste assunto, em abril de 1935 escrevia a João Couto, pedindo conselhos e referindo-se a alguns aspetos do que pretendia fazer, o que também enquadra esta atividade na sua ligação próxima ao MNAA e no seu processo de formação através do Estágio para Conservador de Museu.

*“Peço-lhe a sua autorizada opinião sobre esta ideia de exposição, e seria para mim o cumulo da felicidade se o meu querido amigo aqui pudesse vir representando o Dr. Figueiredo, isto no caso de lhe não ser impossível a ele deslocar-se neste momento de Lisboa. A vossa experiencia e os vossos conselhos seriam para mim preciosos. Não tenciono elaborar catalogo, porque não tenho tempo nem siencia bastante, limito-me a colocar umas simples etiquetas junto dos objectos dizendo a quem pertencem.”*¹⁰⁸⁴

¹⁰⁸¹ Por despacho de 7 de novembro de 1934, sob proposta do Conselho Superior de Belas Artes foram nomeados os vogais correspondentes de Sintra (Luís Keil) e do Funchal (Manuel Carlos de Almeida Zagalo). *Diário do Governo*, II série, n.º 269, de 15 de novembro de 1934.

¹⁰⁸² Em carta de 21 de fevereiro de 1935, dirigida a João Couto, processo de estagiário do curso de conservadores, MNAA.

¹⁰⁸³ CARITA, Rui, *Casa de D. Mécia*, 1999. Acedido a 23 de outubro de 2014 em URL: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=8076

¹⁰⁸⁴ Carta de 30 de abril de 1935 dirigida a João Couto, processo de estagiário do curso de conservadores, MNAA.

Embora continuamente protelada, esta ideia de “*pequena exposição de arte retrospectiva*”¹⁰⁸⁵ foi crescendo e desenvolvendo-se. Segundo Zagalo, este evento teria as seguintes vantagens:

“1.º) *Divulgação da admirável casa que como já tenho dito representa um raro espécime de salas seiscentistas, com belos tectos de madeira.*

2.º) *Poder arquivar alguns exemplares que estão nas mãos de particulares e que doutra forma seria impossível.*

3.º) *Criar um ambiente, propício ao desenvolvimento dos problemas de Arte, e uma atmosfera de respeito e carinho pelas obras de Arte da Madeira.*

4.º) *Fazer a propaganda, por meio dum mostruário fotográfico, dos melhores espécimes de pintura, ourivesaria etc que se encontram disseminados por toda a ilha ao desbarato, e que é necessário a todo o [?] salvar da ruína iminente.*”¹⁰⁸⁶

No final de maio de 1935, Manuel Carlos de Almeida Zagalo foi transferido para Lisboa, sendo forçado a abandonar o seu projeto para a realização desta exposição de Arte. No entanto, em carta dirigida a João Couto, considerava que:

“*O trabalho que dispendi não foi no entanto em vão, porque criei o ambiente propício não só à realização duma futura exposição, como à criação do futuro Museu de Arte no Funchal.*”¹⁰⁸⁷

A par dos relatórios enviados para o MNAA, em que dava conta das suas “descobertas” em diversas povoações da ilha da Madeira (essencialmente pinturas quinhentistas flamengas e portuguesas, esculturas religiosas e peças de ourivesaria), Zagalo foi publicando no boletim *Arquivo Histórico da Madeira* diferentes artigos dando notícia desses achados, analisando, ainda que sumariamente, esses objetos artísticos¹⁰⁸⁸.

¹⁰⁸⁵ Carta de 2 de maio de 1935 dirigida a João Couto, processo de estagiário do curso de conservadores, MNAA.

¹⁰⁸⁶ Carta de 22 de maio de 1935 dirigida a João Couto, processo de estagiário do curso de conservadores, MNAA.

¹⁰⁸⁷ Carta de 30 de maio de 1935 dirigida a João Couto, processo de estagiário do curso de conservadores, MNAA.

¹⁰⁸⁸ ZAGALO, Manuel de Almeida, “Algumas palavras sobre o património artístico da Ilha da Madeira”, in, *Arquivo Histórico da Madeira*, Volume IV, 1934-1935, pp. 26-35.

ZAGALO, Manuel de Almeida, “Algumas palavras sobre o património artístico da Ilha da Madeira II”, in, *Arquivo Histórico da Madeira*, Volume IV, fascículo II, 1934-1935, pp. 85-100.

ZAGALO, Manuel de Almeida, “Algumas palavras sobre o património artístico da Ilha da Madeira III”, in, *Arquivo Histórico da Madeira*, Volume V, fascículo I, janeiro 1937, pp. 5-18.

Ainda relacionado com a divulgação do património artístico da Madeira, refira-se que em 1936, no 1.º Congresso Nacional de Turismo¹⁰⁸⁹, Zagalo apresentou uma conferência intitulada “*Museu de Arte no Funchal*”¹⁰⁹⁰, em que defendia a sua criação, de modo a preservar e divulgar o Património Artístico madeirense, apresentando as vantagens turísticas para a existência de um museu com esta tipologia na região. Esta conferência, de certo modo confirmou a sua relação pessoal com a Ilha da Madeira, que continuaria durante muitos anos e a que iremos voltar mais à frente neste texto.

Muito provavelmente pelo seu papel na divulgação e defesa do património artístico da Madeira, em março de 1937 Manuel Carlos de Almeida Zagalo foi aceite como sócio efetivo da Associação dos Arqueólogos Portugueses¹⁰⁹¹.

Com a sua transferência para o Continente, em 1935, Zagalo passou a ter a possibilidade de frequentar o MNAA, ainda que possivelmente de uma maneira muito inconstante, pois há dados que nos levam a supor que, para além da Alfândega de Lisboa, este funcionário terá assumido algumas funções na Delegação Aduaneira de Elvas¹⁰⁹².

Como anteriormente referimos, da primeira “turma” do Estágio de conservador de museu realizado pelo MNAA, apenas três nomes o concluíram, em 1935. Foram eles: Carlos Manuel da Silva Lopes, Manuel Carlos de Almeida Zagalo e Augusto Cardoso Pinto. No entanto, conforme o regulamento, a classificação final só era dada “quando, concluído o estágio, os conservadores tirocinantes tenham apresentado as respectivas teses, que versarão assuntos escolhidos pelo director do Museu.”¹⁰⁹³ Assim, recorrendo à lista “*Dissertações para o exame final do Curso de Conservador de*

ZAGALO, Manuel de Almeida, “Algumas palavras sobre o património artístico da Ilha da Madeira IV”, in, *Arquivo Histórico da Madeira*, Volume V, fascículo 5-6, set.-nov. de 1937, pp. 129-141.

¹⁰⁸⁹ O 1.º Congresso Nacional de Turismo realizou-se em Lisboa de 12 a 16 de janeiro de 1936. Decorreu na Sociedade de Geografia de Lisboa com diversas excursões (Sintra, Cascais, Estoril, Lisboa), terminando com um banquete no Estoril no dia 16. Zagalo apresentou a sua conferência “*Museus de Arte no Funchal*” na IV Seção “*Acomodações e Atracções*”. *I Congresso Nacional de Turismo. Relatório*, 1936.

¹⁰⁹⁰ Conferência publicada: ZAGALO, Manuel Carlos de Almeida Cayola, *Museu de Arte no Funchal*, 1936.

¹⁰⁹¹ Deliberação da Assembleia Geral da Associação dos Arqueólogos Portugueses de 31 de março de 1937. Processo individual de Manuel Carlos de Almeida Zagalo - A-60(1), ACMF.

¹⁰⁹² Carta de 9 de junho de 1937, de Zagalo, enviada da Delegação Aduaneira de Elvas. Arquivo do MNAA, Curso de Conservadores, pasta de Manuel Carlos de Almeida Zagalo.

¹⁰⁹³ Decreto n.º 22.110, de 12 de janeiro de 1933, *Diário do Governo*, n.º 10, de 12 de janeiro de 1933, Art. 6.º

Museu”¹⁰⁹⁴, verificamos que o primeiro a entregar a sua dissertação foi Carlos Manuel da Silva Lopes, em 1937, seguido de Manuel Carlos de Almeida Zagalo, em 1938. Augusto Cardoso Pinto entregaria também em 1938, mas apenas depois de Maria de José Mendonça¹⁰⁹⁵, estagiária da segunda edição do curso.

Em 26 de fevereiro de 1938, Manuel Carlos de Almeida Zagalo entregou a sua dissertação para conclusão do curso, tendo a 28 de fevereiro obtido a classificação de Bom. Os temas que abordou foram: cerâmica (portuguesa e principais influências, e porcelana chinesa); ourivesaria; e museologia e museografia (inventariação, salas e vitrinas e preocupações didáticas na apresentação de objetos)¹⁰⁹⁶. Analisando este documento, verificamos que Manuel Carlos de Almeida Zagalo não desenvolveu muito as questões de inventário, mostrando no entanto algumas preocupações com a teorização da apresentação das salas nos museus. Menciona, pois, alguns exemplos conceptuais relativos aos principais requisitos que, na sua opinião, deveriam estar presentes no trabalho museográfico: Ambiente¹⁰⁹⁷, Dimensões, Paredes, Pavimentos e Iluminação. E tece igualmente algumas considerações sobre a utilização e composição de vitrinas, que deveriam ter em conta as seguintes condições: simplicidade, dimensões, matéria prima e acessórios indispensáveis.

Sem nos querermos alongar, consideramos interessante registar aqui algumas das referências bibliográficas e museísticas que Zagalo apresenta no seu trabalho final, que poderão contribuir para a análise de algumas das suas ideias e dar a conhecer algumas das principais influências.

¹⁰⁹⁴ “*Dissertações para o exame final do Curso de Conservador de Museu*”, curso de conservadores, AMNAA.

¹⁰⁹⁵ Maria José de Mendonça (1905-1976), era licenciada em Ciências Históricas e Filosóficas pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Fez o estágio de conservador de museu na MNAA. Do seu percurso profissional, destacam-se as suas atividades no Museu Municipal de Lisboa, no Museu Nacional de Arte Antiga e a colaboração com George Henri Rivière na definição do programa museológico do Museu da Fundação Calouste Gulbenkian. Foi diretora do Museu Nacional dos Coches (1962-1967) e do Museu Nacional de Arte Antiga (1967-1975). LAPA, Sofia, *Como se forma uma museóloga? Contributos para o estudo de Maria José de Mendonça (Museu Nacional de Arte Antiga, 1933-1938)*, 2012.

¹⁰⁹⁶ Processo individual de estagiário de Manuel Carlos de Almeida Zagalo, Curso de Conservadores, AMNAA.

¹⁰⁹⁷ “*Pelo ambiente duma sala, entende-se o aspecto geral que se lhe pode emprestar, em estreita concordância com a época e a factura dos objectos a expor.*” Dissertação final de Manuel Carlos de Almeida Zagalo. Curso de Conservadores, AMNAA.

Mencionando a publicação *Museographia* n.º 10, Zagalo destaca as referências a Manuel Escrivá de Romaní y de la Quintana¹⁰⁹⁸, do Museu do Prado, em Madrid, que considerava que as obras expostas deveriam ser contextualizadas e colocadas em ambiente que apresentasse algumas reminiscências do seu contexto original, ainda que de maneira simplificada. Também referencia o historiador de Arte Louis Hautecoeur¹⁰⁹⁹, conservador do Museu do Louvre e do Museu do Luxemburgo, em Paris, que defendia a ausência de decoração nas salas de exposição, que deveriam apenas ser marcadas pelas linhas da arquitetura. Zagalo menciona também Dirk Hannema¹¹⁰⁰, diretor do Museu Boijmans Van Beuningen, em Roterdão, que defendia uma disposição das obras nas salas seguindo preocupações estéticas e não só cronológicas ou estilísticas. Hannema preocupava-se também com as características das salas, de acordo com os objetos que deveriam aí ser expostos, bem como com a iluminação utilizada. Outro nome referido é Benjamin Ives Gilman¹¹⁰¹, conservador do Museu de Belas Artes de Boston, que terá sido dos primeiros a propor a instalação de objetos fora do seu contexto, de modo a evidenciar os seus valores estéticos¹¹⁰².

Cumprindo-se a regulamentação do Estágio de Conservador de Museu¹¹⁰³, após a entrega da tese e respetiva aprovação, Zagalo foi nomeado conservador adjunto do MNAA, em 3 de março de 1938¹¹⁰⁴. E cerca de dois meses depois, devido a um

¹⁰⁹⁸ Manuel Escrivá de Romaní y de la Quintana, conde de Casal e marquês de Alginet (1871-1954). Foi vogal do Real Patronato do Museu do Prado, sendo nomeado em 1939 vice-presidente. Foi Alcaide de Madrid e Senador da Província de Toledo. Era membro da Real Academia de Historia y Bellas Artes de Toledo e da Real Academia de Bellas Artes de San Fernando, de Madrid. Colecionador particular, foi autor de diversos títulos, com destaque para os estudos relacionados com cerâmica. Acedido em 6 de outubro de 2014 em URL: <https://www.museodelprado.es/enciclopedia/enciclopedia-on-line/voz/escriva-de-romani-y-de-la-quintana-manuel-conde-de-casal-y-marques-de-alginet/>.

¹⁰⁹⁹ Louis Hautecoeur (1884-1973). Historiador de Arte e professor. Foi conservador do Museu do Louvre e do Museu do Luxemburgo entre 1920 e 1940. Membro da Academia de Belas Artes e da Academia Real da Bélgica. Especialista em arte clássica e neoclássica francesa, sendo os seus estudos maioritariamente dedicados à História da Arquitetura. RUDEL, Jean, “HAUTECOEUR LOUIS - (1884-1973)”, in, *Encyclopædia Universalis*. Acedido em 6 de outubro de 2014 em URL: <http://www.universalis.fr/encyclopedia/louis-hautecoeur/>.

¹¹⁰⁰ Dirk Hannema (1895-1984). Diretor do Museu Boijmans Van Beuningen, de Roterdão. Foi acusado de colaboração com as forças de ocupação alemãs durante a II Guerra Mundial, sendo nomeado Supervisor dos Museus Holandeses. Foi preso depois da guerra, continuando, depois de libertado, os seus estudos em História da Arte. Foi colecionador, criando em 1957 a Hannema-de-Stuers Fundatie, que dá a conhecer ao público a sua coleção particular. Acedido em 6 de outubro de 2014 em URL: <http://www.dictionaryofarthhistorians.org/hannemad.htm>.

¹¹⁰¹ Benjamin Ives Gilman (1852-1933). Historiador da Arte e conservador do Museu de Belas Artes, de Boston. Acedido em 6 de outubro de 2014 em URL: <http://dictionaryofarthhistorians.org/gilmanb.htm>.

¹¹⁰² Dissertação final de Manuel Carlos de Almeida Zagalo. Curso de Conservadores, AMNAA.

¹¹⁰³ Decreto n.º 20.985 de 7 de março de 1932, *Diário do Governo*, n.º 56, de 7 de março de 1932, Art. 59.º

¹¹⁰⁴ Por despacho de 3 de março de 1938. Despacho de 4 de março de 1938, *Diário do Governo*, II serie, n.º 52, de 5 de março de 1938.

contexto favorável, foi também nomeado 2.º Conservador do Palácio Nacional da Ajuda.

Como já referimos, com a legislação de 1932 e de 1933 ficou enquadrada legalmente a carreira de conservador de museu. No contexto dos Palácios Nacionais, com a publicação do Decreto-lei n.º 22.728, de 24 de junho¹¹⁰⁵, em que foram reorganizados os serviços da Direção Geral da Fazenda Pública, foi fixada a designação de “conservadores” para denominar os cargos dirigentes dos diversos palácios (que até então se designavam por administradores). E foram também regulamentados os requisitos necessários para os futuros conservadores:

*“[...] indivíduos habilitados com o curso das escolas de belas artes ou a licenciatura em ciências históricas pelas Faculdades de Letras, tendo preferência os que tiverem o diploma de conservador adjunto ou se mostrarem habilitados com o estágio de conservador nos museus nacionais.”*¹¹⁰⁶

Por limite de idade, o conservador do PNA, Armando Porfírio Rodrigues, aposentou-se em abril de 1938¹¹⁰⁷, surgindo assim a necessidade da sua substituição no cargo. Foi então aberto concurso público em fevereiro de 1938¹¹⁰⁸. Manuel Carlos de Almeida Zagalo concorreu, foi nomeado e tomou posse pela portaria de 5 de maio de 1938¹¹⁰⁹.



Fig. 47 – Manuel Carlos de Almeida Zagalo.

Diário de Notícias, n.º 25.949, 6 de maio de 1938, p. 2.

¹¹⁰⁵ Decreto-lei n.º 22.728, de 24 de junho de 1933, *Diário do Governo*, n.º 140, de 24 de junho de 1933.

¹¹⁰⁶ *Idem*, Art. 67.º

¹¹⁰⁷ Atinge o limite de idade em abril de 1938. TT, AHMF, Caixa 7959. Portaria de 23 de abril de 1938, *Diário do Governo*, II série, n.º 94, de 25 de abril de 1938.

¹¹⁰⁸ Abertura de concurso público de 19 de fevereiro de 1938, *Diário do Governo*, II série, n.º 42, 21 de fevereiro de 1938.

¹¹⁰⁹ Antiguidade de funcionários dos palácios nacionais, Caixa 29, ACMF. “por portaria de 27 de abril findo, visada pelo tribunal de contas em 2 do corrente mês: segundo conservador do Palácio Nacional da Ajuda, Manuel Carlos de Almeida Zagalo, licenciado em ciências económicas e financeiras pela Universidade Técnica de Lisboa”, 4 de maio de 1938, *Diário do Governo*, II série, n.º 102, de 5 de maio de 1938.

Depois de ter tomado posse como Conservador do Palácio Nacional da Ajuda, Zagalo instalou-se na residência de função destinada ao cargo, situada na Rua do Guarda Jóias, n.º 14, até aí ocupada pelo seu antecessor, Armando Porfírio Rodrigues, que viria a morrer nesse mesmo ano, em 15 de novembro de 1938¹¹¹⁰.

Preocupado com o estado de conservação da dita residência, Zagalo encetou diligências para a melhorar e definiu-a como sua morada até à data da sua saída do cargo¹¹¹¹.

Através de alguns dos relatórios do novo conservador do PNA solicitados pela tutela dos Palácios Nacionais, verificamos que Manuel Carlos de Almeida Zagalo começou a trabalhar com entusiasmo e dedicação. Tentando compreender o edifício e as coleções que tinha a seu cargo, foi mostrando diversas preocupações com o estado de conservação do edifício e do seu acervo, bem como com o número de funcionários disponíveis e com as utilizações e funções atribuídas ao Palácio da Ajuda.

Através das suas próprias palavras, verificamos que a sua principal linha de pensamento e, conseqüentemente, de ação, se centrava na tentativa de manutenção do aspeto “quase parado no tempo” do edifício, embora com cuidados particulares na decoração dos seus interiores. Segundo Zagalo, o PNA dever-se-ia apresentar com “elegância” e “esplendor”, pois o importante num palácio era o seu conjunto e não apenas as suas coleções:

“Enquanto que nos Museus se tem que obedecer, principalmente, á melhor forma de se expôrem e evidenciarem as suas colecções, debaixo de um ponto de vista estritamente museográfico, nos Palácios há que encarar outras variadíssimas questões.

Assim, num Palácio que serviu de moradia às pessoas Reais, há antes de mais nada que tirar o melhor partido desta circunstância, imprimir-lhe uma ambiência que nos dê a ilusão de que realmente continua a estar habitado.

E, de certo modo, a maneira como os Palácios do Estado se encontraram decorados contribuirá para se aquilatar do bom ou mau gosto de uma Nação.

¹¹¹⁰ ACMF, Processo individual de funcionário, Armando Porfírio Rodrigues.

¹¹¹¹ Ofício do Conservador do PNA dirigido ao Chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas por classificar, Pasta 23, Bloco 2, fólio 433.
Ofício do Conservador do PNA, de 2 de junho de 1938, dirigido ao Chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas por classificar, Pasta 23, Bloco 2, fólio 421.

Poderá objectar-se que, por exemplo, no caso concreto do Palácio da Ajuda, o que importa é patenteá-lo tal qual se encontrava no tempo dos Reis que nêles viveram ou seja D. Luiz e D. Maria Pia.

Pessoalmente tenho defendido o critério que muito embora se deva respeitar o ambiente que êste Palácio respirava antes de 1910 – e tem sido essa a minha maior preocupação – conviria aligeirá-lo das peças de acentuado mau gosto e procurar tirar o melhor partido da época e estilo das suas decorações, alindando-o de forma a que o conjunto das suas salas ganhasse em elegância, esplendor e acentuado cunho de intimidade, onde ele se justificasse.

O Palácio da Ajuda, é ao contrário dos outros Palácios com excepção do da Pena, um exemplar típico das residências Reais do Século XIX.

Apesar de se tratar de uma época nem sempre feliz no capítulo do bom gosto, há que encará-lo sôb êsse aspecto e aformoseá-lo, tendo em vista o espírito que presidiu às linhas gerais da decoração, decoração essa que está agora revivendo e quáse em pleno triunfo.”¹¹¹²

A par da sua ação direta na administração do Palácio Nacional da Ajuda, Manuel Carlos de Almeida Zagalo desenvolveu outras atividades complementares ao seu cargo.

Como anteriormente referimos, a relação com o património artístico da Madeira nunca mais cessou durante a sua vida, fator antevisto pelo próprio logo em 1935:

“Confesso que tenho o maior desejo de regressar ao Continente, mas ao mesmo tempo custa-me deixar esta terra de maravilha, onde os meus olhos se abriram para a Arte, duma forma até então para mim ignorada, terra enfim que contribuiu para me aperfeiçoar o espírito, abrindo-lhe horizontes de beleza e renovações estéticas, que teem sido um dos grandes prazeres da minha vida.”¹¹¹³

Apesar da sua ida para o Continente, Zagalo manteve-se ligado à Madeira e às autoridades presentes no Funchal, sendo em 1940 convidado para assistir à inauguração do Museu de Arte Sacra daquela cidade, para o qual ele próprio tinha lutado e

¹¹¹² Relatório do Conservador do Palácio Nacional da Ajuda, de 21 de janeiro de 1947, dirigido à Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 39, Relatórios vários.

¹¹¹³ Carta de 30 de maio de 1935 dirigida a João Couto, processo de estagiário do curso de conservadores.

trabalhado¹¹¹⁴. No contexto da preparação desta viagem, foi também convidado para se deslocar ao Arquipélago dos Açores, com o objetivo de aí estudar o seu património artístico. Esta viagem decorreu entre 28 de setembro e 9 de novembro de 1940. Durante a estadia no Funchal, Zagalo terá colaborado na organização do museu, que inaugurou a 6 de outubro de 1940, ocupando duas salas das instalações do Cabido da Sé do Funchal¹¹¹⁵.

Desta viagem aos Açores e Madeira, Zagalo apresentou um relatório, datado de 22 de novembro de 1940, em que dá conta dos seus trabalhos. Na Madeira, refere que impediu a intervenção de restauro, por artistas locais, em algumas das pinturas que figuram no museu, e alertou para a necessidade de intervenções por técnicos capazes. Refere ainda que a Comissão Distrital dos Centenários lhe deu verba para se deslocar a diversos locais da Ilha da Madeira, o que lhe permitiu fotografar diversos objetos que ainda não conhecia. Deslocando-se depois à Ilha de S. Miguel, no Arquipélago dos Açores, onde permaneceu oito dias, Zagalo refere que, embora não tivesse tido tempo para visitar a ilha toda, conseguira contudo identificar diversos bens artísticos. Verificou então que “*o panorama artístico desta ilha se apresenta muito diverso do da Madeira*”, uma vez que

*“Alí não existe o desconhecimento dos exemplares de arte que ornamentam muitas das igrejas da cidade e das povoações, havendo mesmo trabalhos literários, em que alguns destes espécimens são revelados e estudados.”*¹¹¹⁶

Em junho de 1943, o conservador viajou novamente para o Funchal, enquanto responsável pelo transporte de quatro retábulos do século XVI da Escola Portuguesa pertencentes à Sé daquela cidade, que figuraram na exposição dos Primitivos

¹¹¹⁴ À data da redação do presente trabalho encontra-se inscrita na Universidade de Évora a tese de doutoramento em História da Arte de Isabel Vaz Belchior, intitulada *O Dr. Cayolla Zagalo e o Museu Diocesano de Arte Sacra do Funchal: a Protecção do Património Artístico da Ilha da Madeira entre 1934 e 1955*, orientada por Henrique Coutinho Gouveia e co-orientada por Paulo Simões Rodrigues.

¹¹¹⁵ Este primeiro núcleo do Museu de Arte Sacra do Funchal baseou-se nos trabalhos de Manuel Carlos de Almeida Zagalo e de Luís Peter Clode e contou com o apoio do Governador Civil José Nosolini Silva Leão e do Bispo D. António Manuel Pereira Ribeiro (1879-1957). COSTA, António Manuel Ribeiro Pereira da, *Museologia da Arte Sacra em Portugal (1820-2010), Espaços, Momentos, Museografia*, 2011, pp. 334-335.

Zagalo considerava que o espaço do Museu de Arte Sacra do Funchal não permitia a colocação de mais objetos expostos e sugeria a futura mudança de instalações: “*desde que alvitrei a criação dum museu de Arte no Funchal, afigurei-me desde logo que o solar dos Ornelas de Magalhães, apresentava condições muito vantajosas para esse fim*”. Relatório de 5 páginas como aditamento a um outro da viagem de 1940 à Madeira e Açores – 24 de maio de 1941. Cayola_Zagalo_PIF. Processos Individuais de Funcionários - PIF (série). ACMF.

¹¹¹⁶ Relatório de 18 páginas – 22 de novembro de 1940. Cayola_Zagalo_PIF. Processos Individuais de Funcionários - PIF (série). ACMF.

Portugueses, no Museu Nacional de Arte Antiga, no âmbito das Comemorações dos Centenários¹¹¹⁷. A convite da Câmara Municipal do Funchal, aproveitou esta sua estadia para mais uma missão de estudo, apresentando uma conferência acerca do património artístico da Madeira¹¹¹⁸. No regresso a Lisboa publicaria “*A pintura dos séculos XV e XVI da ilha da Madeira*”¹¹¹⁹, onde dava conta dos seus trabalhos de investigação.

Manuel Carlos de Almeida Zagalo voltaria ainda algumas vezes à Madeira. Em abril e maio de 1945 foi em missão oficial, para estudar uma coleção de mobiliário e de outros objetos que César Filipe Gomes¹¹²⁰ queria ceder à Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal. Esta doação viria a concretizar-se em dezembro de 1946¹¹²¹.

Em fevereiro e março de 1949, esteve no Funchal a convite da Junta Geral do Distrito Autónomo da Madeira, para estudar a adaptação da Quinta das Cruzes a museu. Este museu foi aberto ao público no dia 28 de maio de 1953¹¹²², inicialmente com a denominação de Casa-Museu César Gomes, passando mais tarde a designar-se de Museu Quinta das Cruzes. Esta viagem serviu ainda para o conservador do PNA levar algumas pinturas religiosas madeirenses para Lisboa, a fim de serem restauradas na oficina anexa ao Museu Nacional de Arte Antiga¹¹²³. Estas pinturas estiveram em exibição no MNAA antes do restauro, na exposição *Pinturas do Século XV e XVI da Ilha da Madeira*, integrada no XVI Congresso Internacional de História de Arte. Depois de intervencionadas, em 1955, estiveram igualmente expostas no MNAA¹¹²⁴.

Em 1955, Zagalo regressou ao Funchal em missão de trabalho, desta feita acompanhado por João Couto, diretor do MNAA, e por Fernando Mardel¹¹²⁵, que

¹¹¹⁷ Processo individual de Manuel Carlos de Almeida Zagalo - A-60(1), ACMF.

¹¹¹⁸ *Idem*.

¹¹¹⁹ ZAGALO, Manuel, *A pintura dos séculos XV e XVI da Ilha da Madeira*, 1943.

¹¹²⁰ “Uma Coleção de colecções”, in, *Jornal da Madeira*, Cultura, 13 de outubro de 2004. Acedido em 21 de outubro de 2014 em URL: <http://mqc.gov-madeira.pt/Data/Documents/Arquivo%20de%20imprensa/imprensa026.pdf>. “César Gomes e João Wetzler – colecionadores no Museu”, in, *Museu Quinta das Cruzes, Boletim*, n.º 3, 18 de maio de 2006, p. 3.

¹¹²¹ História do Museu. Acedido em 21 de outubro de 2014 em URL: <http://mqc.gov-madeira.pt/pt-PT/Museu/ContentDetail.aspx?id=272>

¹¹²² História do Museu. Acedido em 21 de outubro de 2014 em URL: <http://mqc.gov-madeira.pt/pt-PT/Museu/ContentDetail.aspx?id=272>. A inauguração da Casa-Museu “César Gomes”, in, *Diário de Notícias Independente*, n.º 25.306, 29 de maio de 1953, p. 1.

¹¹²³ Processo individual de Manuel Carlos de Almeida Zagalo - A-60(1), ACMF.

¹¹²⁴ *Pinturas dos séculos XV e XVI da ilha da Madeira (depois do seu restauro)*, Catálogo, maio de 1955.

¹¹²⁵ Fernando Mardel de Araújo (1884-1960). Formou-se em Belas-Artes em Lisboa e foi bolseiro do Instituto para a Alta Cultura em Espanha, França, Bélgica e Itália. A par da sua atividade de pintor foi também restaurador de pintura, colaborador de Luciano Freire, a que sucedeu na Oficina de Restauro. Foi responsável pela criação de um novo espaço de restauro, a Oficina de Restauro anexa ao Museu Nacional de Arte Antiga, inaugurada a 19 de Setembro de 1936. “MARDEL (Fernando)”, in, *Grande Enciclopédia*

acompanhava as pinturas por si restauradas e que agora voltavam ao seu local de origem. A 1 de junho de 1955 foi inaugurado o Museu de Arte Sacra do Funchal, no antigo Paço Episcopal do Funchal, agora adaptado às novas funções museológicas¹¹²⁶.

Retomando o objeto do nosso estudo, verifiquemos como o conservador Carlos Manuel de Almeida Zagalo administrou o Palácio Nacional da Ajuda, enquanto instituição ligada ao Protocolo de Estado¹¹²⁷. Zagalo foi o principal responsável pelo arranjo das salas utilizadas aquando da realização de eventos protocolares, recebendo por isso diversos louvores e reconhecimentos públicos. A título de exemplo, apresentamos um desses elogios à sua ação, em que é também referida a colaboração de sua mulher, Maria de Lourdes Blanco.

*“o Exm.º Conservador do Palácio Nacional da Ajuda prestou a mais eficiente assistência aos preparativos para o jantar e recepção oferecidos por Sua Excelência o Chefe do Estado no passado dia 11. A interferência do Senhor Dr. Cayola Zagalo – acompanhada da generosíssima colaboração de Sua Exm.ª Esposa – tem contribuído para que as solenidades oficiais realizadas no Palácio Nacional da Ajuda decorram num elevado nível de compostura e de decoro.”*¹¹²⁸

O Conservador do PNA foi também chamado, em diversos momentos, para colaborar em outros eventos realizados fora do edifício que estava a seu cargo. Através da documentação consultada é possível apontar alguns exemplos, que nos permitem não só ilustrar a diversidade de situações em que interveio, em Portugal e no estrangeiro, como também compreender o tempo que ocupava nestas tarefas¹¹²⁹. Sem querermos ser exaustivos, refiram-se algumas destas missões:

Portuguesa e Brasileira, vol. 16, pp. 272-273. FLOR, SUSANA, “Fernando Mardel de Araújo (1884-1960)”, in, *100 anos de património, memórias e identidade*, 2010, pp. 211-212.

¹¹²⁶ História do Museu. Acedido a 21 de outubro de 2014 em URL: http://www.museuartsacrafunchal.org/historia_museu.html

Voltamos a referir que à data da redação do presente trabalho encontra-se inscrita na Universidade de Évora a tese de doutoramento em História da Arte de Isabel Vaz Belchior, intitulada *O Dr. Cayolla Zagalo e o Museu Diocesano de Arte Sacra do Funchal: a Protecção do Património Artístico da Ilha da Madeira entre 1934 e 1955*, orientada por Henrique Coutinho Gouveia e co-orientada por Paulo Simões Rodrigues.

¹¹²⁷ **2.4.2. Administração do edifício.**

¹¹²⁸ Carta da Secretaria da Presidência da República, assinada por Luís Pereira Coutinho, de 14 de novembro de 1957, dirigida ao Diretor Geral da Fazenda Pública, referente aos preparativos para o jantar e recepção oferecidos pelo Chefe de Estado português ao Presidente do Paquistão, no dia 11 de novembro de 1957. Processo individual de Manuel Carlos de Almeida Zagalo - A-60(1), ACMF.

¹¹²⁹ “*Louvado o conservador do Palácio Nacional da Ajuda, Licenciado Manuel Carlos de Almeida Zagalo, pela elevada competência revelada no exercício das suas funções, e pelo esmero, muito bom gosto e inexcedível solicitude com que tem orientado o arranjo e guarnecimento de instalações de carácter temporário ou definitivo em Palácios Nacionais e outros edifícios do Estado, no país e no*

- Acompanhou o Presidente da República em diversas visitas oficiais, nas quais foi responsável pela decoração dos espaços ocupados pelo Chefe de Estado¹¹³⁰.

- Colaborou com o seu colega, António Ventura Porfírio, Conservador do Palácio Nacional de Queluz, na decoração deste palácio para receção do Presidente da República durante o período de verão¹¹³¹.

- Durante as visitas de chefes de estado estrangeiros, colaborou igualmente com o Conservador do Palácio Nacional de Queluz nos arranjos e decorações da parte residencial deste palácio¹¹³², utilizada como residência oficial durante as visitas oficiais a Portugal.

- Foi o responsável pelo arranjo e decoração do Palácio da Cidadela de Cascais (1951), para residência de verão do Presidente da República¹¹³³.

- Deslocou-se diversas vezes a Vila Viçosa, onde foi responsável pelos arranjos de vários locais, para cerimónias também diversas: Igreja de Nossa Senhora da Graça da Ordem de Santo Agostinho, para cerimónias em homenagem aos Duques de Bragança aí sepultados (1945, 1949 e 1958); Igreja de Nossa Senhora da Conceição, Matriz de Vila Viçosa, para cerimónias religiosas de homenagem a Nossa Senhora da Conceição (1945 e 1946); Castelo de Vila Viçosa, para concertos de música regional (1946)¹¹³⁴.

- Colaborou na decoração de algumas das salas do Paço Ducal de Vila Viçosa, após obras de conservação e restauro, em 1949¹¹³⁵.

- Fez parte de diversas comissões: Comissão incumbida do Estudo e Aquisição de Mobiliário, criada pelo decreto-lei n.º 30.359 de 6 de abril de 1940¹¹³⁶; Comissão

estrangeiro, de alta representação, tornando a sua brilhante colaboração indispensável.” Carta do Diretor Geral da Fazenda Pública, de 27 de Maio de 1952. Processo individual de Manuel Carlos de Almeida Zagalo - A-60(1), ACMF.

¹¹³⁰ Exemplos: Portalegre (1944, 1945), Évora (1944, 1959) e Braga (1945). Processo individual de Manuel Carlos de Almeida Zagalo - A-60(1), ACMF.

¹¹³¹ Relatório de 6 de junho de 1949. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 39, Relatórios vários.

¹¹³² Processo individual de Manuel Carlos de Almeida Zagalo - A-60(1), ACMF.

¹¹³³ Relatórios de 27 e 28 de julho de 1951. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 39, Relatórios vários.

¹¹³⁴ Processo individual de Manuel Carlos de Almeida Zagalo - A-60(1), ACMF.

¹¹³⁵ Ofício de 13 de setembro de 1949, dirigido a António Luís Gomes, Presidente do Conselho Administrativo da Fundação da Casa de Bragança. APNA, Ofícios Expedidos, 1949.

¹¹³⁶ Decreto-lei n.º 30.359 de 6 de abril de 1940, *Diário do Governo*, n.º 80, 6 de abril de 1940. Acerca desta comissão destaque para o projeto de investigação do Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design da Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia e cujo investigador responsável foi o Arquiteto João Paulo Martins, “*Móveis Modernos. A actividade da Comissão para Aquisição de Mobiliário no âmbito da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. 1940-1980*” (PTDC/AUR-AQI/115660/2009).

para a organização do almoço e festa regional na Vala do Carregado, oferecidos pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros ao Primeiro-ministro da Rodésia do Sul (1951)¹¹³⁷; Comissão responsável pelos trabalhos de adaptação das salas do Instituto Superior Técnico a utilizar nas reuniões da NATO (1952)¹¹³⁸; Comissão para a decoração interior do Palácio de D. Manuel, em Évora (1953-1954)¹¹³⁹; Comissão para completar o arranjo do Palácio de Belém¹¹⁴⁰; Comissão para a decoração do Paço dos Duques de Bragança, em Guimarães (1955)¹¹⁴¹; Comissão para os preparativos da receção à Rainha de Inglaterra, Isabel II (1956-1957)¹¹⁴²; Comissão encarregada de adquirir o mobiliário para as futuras instalações do Ministério dos Negócios Estrangeiros (1949-1950)¹¹⁴³; entre outras.

- Colaborou no arranjo de outros espaços, por ocasião de diversos eventos: Igreja de São Domingos, em Lisboa (1953)¹¹⁴⁴; Palácio das Laranjeiras, Palácio Burnay e Palácio Nacional das Necessidades¹¹⁴⁵; entre outros.

- Foi ainda responsável pela decoração de diversos gabinetes e outros espaços ligados ao poder político: Residência do Presidente do Conselho (1954)¹¹⁴⁶; Gabinete do Ministro das Finanças (1959)¹¹⁴⁷; entre outros gabinetes de ministros e secretários de Estado.

Em 1948, Zagalo foi incumbido da missão de decoração da Embaixada de Portugal em Haia, tarefa que viria a descrever num extenso relatório. Nesse documento,

Deste projeto resultou a exposição “*O respeito e a disciplina que a todos se impõe*”, patente no MUDE - Museu do Design e da Moda, entre 24 de julho e 9 de novembro de 2014.

¹¹³⁷ Cópia de ofício de janeiro de 1951. APNA, Ofícios recebidos, 1951, Pastas por classificar, Pasta 14, Bloco 6, fólio 117.

¹¹³⁸ Ofício de janeiro de 1952. APNA, Ofícios recebidos, 1952, Pastas por classificar, Pasta 14, Bloco 7, fólio 109.

¹¹³⁹ Ofício de 2 de dezembro de 1953. APNA, Ofícios Expedidos, 1953.

¹¹⁴⁰ *Curriculum Vitae* de Manuel Carlos de Almeida Cayola Zagalo, datado de 17 de dezembro de 1957. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 69, Ofícios Expedidos Ano 1956 e 1957.

¹¹⁴¹ Ofício de 21 de julho de 1955. APNA, Ofícios Recebidos, 1953, 54 e 55.

¹¹⁴² Ofício de 13 de novembro de 1956. APNA, Ofícios recebidos, 1956.

¹¹⁴³ Ofício de 28 de abril de 1949, do chefe da Repartição do Património da DGFP, dirigido ao conservador do PNA. APNA, Ofícios Recebidos, 1949. Acerca desta comissão existem algumas versões de um relatório denominado “Projecto do arranjo definitivo do novo edifício do Ministério dos Negócios Estrangeiros”. APNA, Capilhas soltas, Bloco 10.

¹¹⁴⁴ Colaboração na decoração da Igreja de S. Domingos para a realização de um *Te-Deum*, organizada pela comissão organizadora das comemorações do 25.º aniversário da entrada de Salazar para o governo (1953). Processo individual de Manuel Carlos de Almeida Zagalo - A-60(1), ACMF.

¹¹⁴⁵ *Curriculum Vitae* de Manuel Carlos de Almeida Cayola Zagalo, datado de 17 de dezembro de 1957. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 69, Ofícios Expedidos Ano 1956 e 1957.

¹¹⁴⁶ Ofícios de 6 e 8 de fevereiro de 1954. APNA, Ofícios Expedidos, 1954 e 1955.

¹¹⁴⁷ Ofício de 12 de janeiro de 1952. APNA, Ofícios expedidos durante os anos de 1951-52, Pastas por classificar, Pasta 23, Bloco 1, fólhos 215 a 218.

refere que o plano inicial de decoração era da autoria do arquiteto Raul Lino e que terá sido esta personalidade a adquirir um conjunto de objetos para esse fim. Zagalo refere que, sendo o grupo de objetos insuficientes para todo o plano de decoração, teve que, frequentando antiquários de Haia e de Amesterdão, adquirir outros bens para completar a tarefa¹¹⁴⁸. A intervenção no interior do edifício terá sido profunda, pois implicou trabalhos de pintura, de estofagem, etc, que Zagalo considerava serem necessários para conseguir um equilíbrio total final:

*“o que marca na decoração de qualquer habitação, é não só a boa qualidade e gosto dos móveis, como muito especialmente a harmonia de tons dos estofos, das carpetes, a linha dos reposteiros, a beleza dos “abatjourns” e enfim a graça e a elegância como se dispõe os móveis e mais objectos decorativos.”*¹¹⁴⁹

Aproveitando a sua estadia na Holanda, Zagalo pediu, através dos serviços diplomáticos da Embaixada de Portugal, autorização para visitar os palácios reais holandeses, sendo-lhe então comunicado que

*“que o da cidade da Haia¹¹⁵⁰ estava em obras por causa de um incendio que nele teve lugar, e que o de Amesterdão¹¹⁵¹ se encontrava desorganizado devido aos preparativos de que estava sendo alvo e que diziam respeito às festas da coroação e do jubileu.”*¹¹⁵²

Não conseguindo visitar os palácios que pretendia, conseguiu apenas visitar um palácio bastante periférico, *“um Palácio de campo proximo da cidade da Haia¹¹⁵³, Palácio êsse que me deixou, com excepção de uma sala, péssima impressão.”*¹¹⁵⁴

¹¹⁴⁸ Relatório de 1 de outubro de 1948. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 39, Relatórios vários.

¹¹⁴⁹ Relatório de 1 de outubro de 1948. Processo individual de Manuel Carlos de Almeida Zagalo - A-60(1), ACMF.

¹¹⁵⁰ O Paleis Noordeinde é o principal Palácio Real da Holanda, onde fica localizado o local de trabalho do monarca. Este edifício sofreu um incêndio em 18 de maio de 1948. *Noordeinde Palace*. Acedido em 24 de outubro de 2014 em URL: <http://www.koninklijkhuis.nl/globale-paginas/taalrubrieken/english/palaces/noordeinde-palace/>.

¹¹⁵¹ O Koninklijk Paleis Amsterdam (Palácio Real de Amesterdão) é o local onde decorrem os principais eventos protocolares. Neste palácio, a 6 de setembro de 1948, teve lugar a aclamação e coroação da Rainha Juliana (1909-2004), depois da abdicação, a 4 de setembro de 1948, de seu mãe, a Rainha Guilhermina (1880-1962). *Royal Palace*. Acedido em 24 de outubro de 2014 em URL: <http://www.koninklijkhuis.nl/globale-paginas/taalrubrieken/english/palaces/royal-palace/>; *Investiture Queen Juliana*. Acedido em 24 de outubro de 2014 em URL: <http://www.paleisamsterdam.nl/en/the-palace/history/palace-house-of-orange/inauguration-queen-juliana>.

¹¹⁵² Carta de 14 de outubro de 1948 de Zagalo, dirigida ao Chefe da Repartição do Património da DGFP. Processo individual de Manuel Carlos de Almeida Zagalo - A-60(1), ACMF.

¹¹⁵³ O Paleis Huis tem Bosch fica situado perto de Haia e funcionava essencialmente como residência de verão da Família Real Holandesa. *Huis ten Bosch Palace*. Acedido em 24 de outubro de 2014 em URL: <http://www.koninklijkhuis.nl/globale-paginas/taalrubrieken/english/palaces/huis-ten-bosch-palace/>.

Alguns anos mais tarde, em 1953, Zagalo seria novamente responsável por decorar uma Embaixada de Portugal, desta feita a de Madrid, aquando da visita oficial do Presidente da República, General Craveiro Lopes, em maio desse ano¹¹⁵⁵. Esta decoração terá sido mais efémera, tendo sido transferidos alguns objetos do PNA para a capital espanhola, posteriormente devolvidos à proveniência¹¹⁵⁶.

Ao longo da sua carreira, Manuel Carlos de Almeida Zagalo colaborou também na realização de algumas exposições. No seu *Curriculum Vitae*, datado de 17 de dezembro de 1957¹¹⁵⁷, para além da referência à participação na organização da Exposição de Ourivesaria Portuguesa e Francesa no Musée des Arts Decoratifs, em Paris¹¹⁵⁸, são mencionadas outras exposições em que trabalhou.

“Exposições

*Três no Ministério das Finanças realizadas no Edifício Novo, abrangendo a primeira toda a história deste Departamento do Estado, em 1952*¹¹⁵⁹. *A ultima tratou da apresentação das tapeçarias conhecidas pela designação de “Pastrana”*.¹¹⁶⁰

Do quadro de Dona Catarina de Bragança no Palácio dos Almadas.¹¹⁶¹

Do Rei D. Miguel também no Palácio dos Almadas.¹¹⁶²

¹¹⁵⁴ Carta de 14 de outubro de 1948 de Zagalo, dirigida ao Chefe da Repartição do Património da DGFP. Processo individual de Manuel Carlos de Almeida Zagalo - A-60(1), ACMF.

¹¹⁵⁵ “Los jefes de Estado de España y Portugal [...] durante la cena de gala ofrecida en su honor por el embajador de Portugal en Madrid, Sr. Carneiro Pacheco.” ABC, 21 de mayo de 1953, p. 5. Acedido em 7 de abril de 2015 em: <http://hemeroteca.abc.es/nav/Navigate.exe/hemeroteca/madrid/abc/1953/05/21/005.html>.

“De la llegada a Madrid del Presidente de Portugal”. ABC, 16 de mayo de 1953, p. 5. Acedido em 7 de abril de 2015 em: <http://hemeroteca.abc.es/nav/Navigate.exe/hemeroteca/madrid/abc/1953/05/16/005.html>.

¹¹⁵⁶ Ofício de Manuel Carlos de Almeida Zagalo, 29 de dezembro de 1953, dirigido ao Chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, Ofícios expedidos, 1953, folios 1 e 2.

¹¹⁵⁷ *Curriculum Vitae* de 17 de dezembro de 1957. PT-ACMF-DGFP-VALP-0001-BLS - Valorização Profissional - VALP (série) – ACMF. *Curriculum Vitae* de Manuel Carlos de Almeida Cayola Zagalo, datado de 17 de dezembro de 1957. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 69, Ofícios Expedidos Ano 1956 e 1957.

¹¹⁵⁸ Processo individual de Manuel Carlos de Almeida Zagalo - A-60(1), ACMF. A exposição *Les trésors de l’orfèvrerie du Portugal*, realizada sob o alto patrocínio dos presidentes da República de Portugal, Craveiro Lopes e de França, René Coty, decorreu no Musée des Arts Décoratifs, no Louvre, em Paris, entre novembro de 1954 e janeiro de 1955. AA.VV., *Les trésors de l’orfèvrerie du Portugal*, 1954.

¹¹⁵⁹ Exposição Histórica do Ministério das Finanças, inaugurada em 5 de julho de 1952 no novo edifício do Ministério das Finanças, da autoria do arquiteto Porfírio Pardal Monteiro, na Avenida Infante Dom Henrique, ao Terreiro do Paço, Lisboa. GOMES, A. Luiz, *Discurso proferido na sessão inaugural da Exposição Histórica do Ministério das Finanças em 5 de Julho de 1952*, 1952. *Exposição Histórica do Ministério das Finanças. Notícia Histórica dos Serviços. Catálogo. Bibliografia. 150.º Aniversário da Fundação da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda*, 1952.

¹¹⁶⁰ Em relação a estas tapeçarias Zagalo chega a considerar que deveriam ser colocadas de modo permanente no Palácio Nacional da Ajuda. Ver 2.3. *Palácio aberto à visita*.

¹¹⁶¹ *Dona Catarina de Bragança, Rainha de Inglaterra (Elementos iconográficos)*, 1947.

*Dos livros rários do Senhor D. Manuel no Palácio Fóz.*¹¹⁶³

*Dos especímenes de Arte pertencentes às terras onde há bens da Casa de Bragança, em Guimarães.*¹¹⁶⁴

*De Nossa Senhora de Fátima, no Castelo de São Jorge.*¹¹⁶⁵

Exposições no Museu Nacional de Arte Antiga

*‘Pinturas do Século XV e XVI da Ilha da Madeira’, antes e depois do seu restauro. Em colaboração com a Direcção do Museu.*¹¹⁶⁶

*Do triptico da “Descida da Cruz” de “Gerárd David”¹¹⁶⁷, em colaboração com o Sr. Director do Museu dos Coches.*¹¹⁶⁸

Para além destas exposições, o conservador do PNA colaborou em outras mostras, das quais destacamos a *Exposição Bibliográfica e Cartográfica Ultramarina*,

¹¹⁶² *Exposição Iconográfica de D. Miguel I, Rei de Portugal e Algarves / Palácio da Independência- Maio de 1951: Catálogo, 1951. Exposição Iconográfica de El-Rei Dom Miguel I - Lisboa -Maio de 1952: Catálogo, 1952.*

¹¹⁶³ Zagalo colaborou na decoração e exposição artística de livros raros de D. Manuel II, realizada pelo Conselho Administrativo da Fundação da Casa de Bragança, no Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo, Palácio Foz, em dezembro de 1948. Ofício de 29 de dezembro de 1948, assinado por António Bana Júnior, servindo como chefe da repartição do património da DGFP, APNA, Capilhas soltas, Bloco 25, fólio 1.

¹¹⁶⁴ Não conseguimos encontrar mais referências a esta exposição.

¹¹⁶⁵ *Exposição de objectos oferecidos à imagem de Nossa Senhora de Fátima, Peregrina do Mundo.* Teve lugar no mês de abril de 1956, “no futuro museu arqueológico do Castelo de São Jorge”. Processo individual de Manuel Carlos de Almeida Zagalo - A-60(1), ACMF.

¹¹⁶⁶ Exposição designada de *Pinturas do Século XV e XVI da Ilha da Madeira*, integrada no XVI Congresso Internacional de História da Arte, em 1949. As pinturas expostas vieram da Madeira para Lisboa, para serem restauradas na Oficina de Restauro anexa ao Museu Nacional de Arte Antiga. Depois do restauro, estas pinturas estiveram expostas no MNAA em 1955. “*Pinturas dos séculos XV e XVI da ilha da Madeira (depois do seu restauro), Catálogo*”, maio de 1955.

¹¹⁶⁷ “*Um exemplo. Demolido o convento de S. Francisco, no Funchal, transitou para a igreja do Santo da Serra um tríptico a que o pároco do respectivo templo não ligou importância alguma por desconhecer o seu valor. Mais tarde, talvez à volta de 1926, o madeirense Américo Olavo comprou o quadro e transferio-o para Lisboa. Restaurado por Luciano Freire e após o falecimento daquele senhor, a sua viúva vendeu-o para o estrangeiro.*

Resultado de tudo isto. Tratava-se de uma maravilhosa pintura de Gerárd David, conforme atribuição do Dr. Max Friedlander, e que tendo sido adquirida inicialmente por uma verba inferior a um conto de reis, encontra-se actualmente na Suíça, pedindo agora por êle, o seu proprietário, a bonita soma de 700.000\$00!”

Relatório de 26 de outubro de 1943, dirigido ao chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 39, Relatórios vários.

¹¹⁶⁸ *Curriculum Vitae* de 17 de dezembro de 1957. PT-ACMF-DGFP-VALP-0001-BLS - Valorização Profissional - VALP (série) – ACMF. *Curriculum Vitae* de Manuel Carlos de Almeida Cayola Zagalo, datado de 17 de dezembro de 1957. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 69, Ofícios Expedidos Ano 1956 e 1957.

promovida pelo Centro de Documentação Científica Ultramarina, em setembro de 1957¹¹⁶⁹.

Manuel Carlos de Almeida Zagalo, para além da sua ligação à criação e desenvolvimento do Museu de Arte Sacra do Funchal e às diversas colaborações em exposições, esteve envolvido também na organização do Museu Municipal de Portalegre, aí se deslocando em diversos momentos¹¹⁷⁰. Esta atividade radicará naturalmente pela sua ligação a esta região, pois ele era descendente de famílias da zona de Portalegre, mantendo casa na vila de Campo Maior¹¹⁷¹, pertencente ao mesmo Distrito.

A propósito de Zagalo e da sua colaboração com o Museu de Portalegre, João Couto comentaria, em 1961:

*“De vez em quando neste país toma-se não se sabe bem porquê, uma iniciativa à qual se não podem regatear louvores. Foi o caso de se ter chamado para instalar o novo Museu de Portalegre o Dr. Cayolla Zagalo, esclarecido Conservador do Palácio Nacional da Ajuda. O Dr. Cayolla Zagalo não precisa que o elogiem. Tem os seus méritos assegurados.”*¹¹⁷²

O Museu Municipal de Portalegre, criado em 1918, foi inicialmente instalado numa sala do edifício da Câmara Municipal. Em 1931 foi transferido para a Igreja do Convento de São Bernardo e, em meados da década de 1950, começou um processo de nova transferência do museu, desta feita para o Seminário de Portalegre, junto à Sé Catedral. Depois de algumas avaliações e pareceres, em 1959 foram iniciadas as obras de adaptação às novas funções, inaugurando-se o novo Museu Municipal em 28 de maio de 1961¹¹⁷³.

¹¹⁶⁹ Processo individual de Manuel Carlos de Almeida Zagalo - A-60(1). ACMF.

¹¹⁷⁰ No seu processo individual de funcionário do Ministério das Finanças são referidas as datas de fevereiro de 1956, junho de 1956 e abril de 1957. Processo individual de Manuel Carlos de Almeida Zagalo - A-60(1). ACMF.

¹¹⁷¹ “Em 28 de Setembro de 1958 estive em Portalegre, aliás depois de ter passado algum tempo na convidativa casa que o Dr. Zagalo possui em Campo Maior.” COUTO, João, “Artes Plásticas”, in, *Ocidente*, n.º 282, Vol. LXI, outubro de 1961, p. 184.

¹¹⁷² COUTO, João, “Artes Plásticas”, in, *Ocidente*, n.º 282, Vol. LXI, outubro de 1961, p. 184.

¹¹⁷³ MANTAS, Helena, GAMA, Marta, “Seminário de Portalegre / Museu Municipal de Portalegre”. Acedido em 3 de novembro de 2014 em URL: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2037.

A colaboração de Zagalo com o Museu de Portalegre prolongou-se para além do final da década de 1950¹¹⁷⁴. De facto, aquando da ampliação do museu em 1964, “*noticia-se a visita do Dr. Cayolla Zagalo, para orientação das novas salas*”¹¹⁷⁵, verificando-se assim a contínua colaboração deste conservador com esta instituição museal.

Para além da colaboração no projeto museológico e museográfico, Zagalo doou objetos para as coleções do Museu Municipal de Portalegre, bem como sua mulher, Maria de Lourdes Blanco e seu pai, Amâncio Gil Cayola Zagalo¹¹⁷⁶.

Para além dos museus do Funchal (Museu de Arte Sacra e Museu Quinta das Cruzes) e do Museu Municipal de Portalegre, Zagalo mostrou ainda preocupações relacionadas com a criação de outros museus.

No seguimento da assinatura da Concordata, em 1940, entre a Santa Sé e o Estado Português, Manuel Carlos de Almeida Zagalo mostrava-se atento à necessidade de criação de museus de arte sacra em diversos locais de Portugal, à semelhança do criado no Funchal nesse mesmo ano:

“Uma vez estabelecida a Concordata entre o Clero e o Estado Portugues, e, desejando êste, colaborar em tudo que possa prestigiar a Nação, tem-se auxiliado as entidades eclesiásticas, na criação de Museus de arte Sacra, suponho até, em alguns casos, com a comparticipação do Estado na despesa de instalação e alargamento dos edifícios para êsse fim.

Em Lisboa, assim como em todo o país, está se procurando hoje, fundar e desenvolver os Museus de Arte Sacra, sob o alto patrocínio de Sua Eminência o Senhor Cardeal Patriarca, constituídos na sua maior parte com objectos fóra do serviço do culto, existentes nas várias Dioceses.”¹¹⁷⁷

¹¹⁷⁴ “Para a sua instalação havia sido chamado o Dr. Cayola Zagalo, esclarecido conservador do Palácio Nacional da Ajuda, que, anos mais tarde, orientará também a sua ampliação.” BICHO, Susana, “O Museu Municipal de Portalegre: Campo de Representações, Espaço de Comunicação”, 2011, p. 10. Acedido em 3 de novembro de 2014 em URL: http://www.fundacaorobinson.pt/multimedia/ficheiros/publicacoes/016_PFR.pdf.

¹¹⁷⁵ BICHO, Susana, “O Museu Municipal de Portalegre: Campo de Representações, Espaço de Comunicação”, 2011, p. 24. Acedido em 3 de novembro de 2014 em URL: http://www.fundacaorobinson.pt/multimedia/ficheiros/publicacoes/016_PFR.pdf.

¹¹⁷⁶ *Idem*, p. 42.

¹¹⁷⁷ Relatório de 27 de março de 1943. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 39, Relatórios vários.

Mencionando como exemplo os seus trabalhos de inventariação e de divulgação do património madeirense, o conservador do PNA apresentava-se disponível para ajudar na tarefa de salvaguarda do património artístico português.

*“Sinto em mim um forte desejo de poder ser útil à defesa do Património Artístico Nacional, e que é profundamente sincera esta minha aspiração, julgo tê-lo demonstrado durante os dez anos interruptos que tenho vindo dedicando aos estudos dos problemas de Arte da Madeira.”*¹¹⁷⁸

Neste mesmo documento, Zagalo reconhece o trabalho do Estado na proteção do património nacional, não deixando contudo de sugerir que este papel deveria ser mais intenso:

“Na realidade, nunca o Estado Português nos tempos modernos dispensou tão larga protecção ao tesouro artístico nacional, quer promulgando leis que o defendam, quer restaurando castelos, palácios e os seus recheios, quer criando novos museus e ampliando os actuais, quer criando bôlsas de estudo, quer concedendo verbas para a inventariação de todas as riquezas artísticas, etc., etc.

*Tenho, porém, dados seguros e elucidativos que demonstram de uma forma insofismável que escasseia qualquer coisa na engrenagem burocrática que tenda a evitar muitos males e dar andamentos a vários assuntos que estão por resolver.”*¹¹⁷⁹

Para além disso, o conservador mostrava-se preocupado com o desconhecimento e com a negligência em relação aos objetos artísticos do país:

*“Em Portugal tem-se escrito muito sôbre assuntos de arte e teem-se revelado inúmeras obras antigas, mas não tem havido por parte do Estado uma acção persistente (salvo no que diz respeito aos Monumentos) que vise preservá-las da ruína; chegamos assim à época actual sem conhecermos ao certo o que possuímos em matéria de arte nas várias parcelas do território pátrio!”*¹¹⁸⁰

Zagalo criticava a pouca atenção prestada ao património, evocando a extinção das ordens religiosas e o inúmero património que se perdera desde então, considerando

¹¹⁷⁸ Ofício de 26 de outubro de 1943, dirigido ao chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 39, Relatórios vários.

¹¹⁷⁹ *Idem.*

¹¹⁸⁰ Relatório de 26 de outubro de 1943. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 39, Relatórios vários.

que se tornava essencial a criação de museus regionais e locais, com vista à proteção de objetos artísticos no geral e de carácter religioso em particular.

Indo mais longe, criticava também o inventário iniciado no início da década de 1940¹¹⁸¹, argumentando que não seria o suficiente para salvar o património artístico. E sugeria alguns modos de colmatar esse problema:

*“Quanto a mim, torna-se absolutamente necessário criar um cargo ou cargos de fiscalização. Isto é, urge que delegados do Governo percorram contínua e periodicamente o país, não só para verificarem o estado de conservação das peças arroladas, como propor a classificação de outras que estejam omissas, o que na verdade virá a suceder porque se torna praticamente impossível analisarem-se e descobrirem-se de uma só vez todos os objectos de um determinado distrito.”*¹¹⁸²

Zagalo denunciava também um problema antigo no país: a saída de diversos objetos dos seus contextos de origem, muitos deles dispersados para o estrangeiro:

*“Apesar de tudo o que se tem feito campeia ainda de uma forma assustadora, o desleixo, o desinteresse, a saída para o estrangeiro de muitas obras de arte e uma verdadeira razia por parte dos antiquários comerciantes que, de vez emquando, percorrem o país e adquirem, quantas vezes por preços irrisórios, tudo que lhes vem parar às mãos e encerra valor artístico.”*¹¹⁸³

Neste ponto, Zagalo, criticava a própria ação da Igreja, ou pelo menos de alguns dos seus membros, que procuravam ver-se livres de alguns objetos, em especial daqueles que consideravam em mau estado de conservação. Insiste então na necessidade de serem criados museus locais, onde estes artefactos seriam recolhidos e preservados de acordo uma adequada “*técnica museográfica*”, o que viria a enriquecer o panorama cultural do país, à semelhança do que era feito noutros países:

“A museografia é hoje uma verdadeira ciência e como tal impede que a direcção dos museus seja confiada a simples curiosos.”

¹¹⁸¹ *Inventário Artístico de Portugal* efetuado pela Academia Nacional de Belas-Artes. O 1.º volume, dedicado ao Distrito de Portalegre, da autoria de Luís Keil, foi publicado em 1943.

¹¹⁸² Relatório de 26 de outubro de 1943. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 39, Relatórios vários.

¹¹⁸³ *Idem*.

Alguns dos nossos museus estão longe de obedecer ao que ensina a técnica museográfica na maneira de decorar as salas, apresentação dos objectos, vitrines, etc., etc.

Nêste capítulo, países de extensão territorial semelhante à do nosso e não mais ricos, a Bélgica, Holanda, Dinamarca, Suíça, Noruega, etc., causam a admiração de todo o mundo culto pela maneira como cuidam dos seus museus de arte, ao passo que nós não podemos ser apontados como exemplo numa modalidade em que podíamos ser invejados, por povos que não possuem uma história mais brilhante do que a nossa nem maiores valores artísticos.”¹¹⁸⁴

Ainda a propósito de questões museológicas, refira-se que Zagalo teceu, no relatório que temos vindo a citar, várias considerações acerca do papel dos particulares na criação e desenvolvimento dos museus locais, observando que

“Nem todas as terras tiveram a sorte de possuir um António Augusto Gonçalves, um Almeida Moreira ou um abade de Baçal.

Portugal não pode estar à mercê da existência ou não dêsses bons patriotas [...]

É preciso, além disso, animar os particulares, possuidores de boas colecções artísticas a ofertarem um ou outro exemplar aos museus, e até a legarem-lhas após o seu falecimento.

Exemplos como o do Conde de Castro Guimarães, são raros no nosso país, ao contrário do que sucede no estrangeiro.”¹¹⁸⁵

Mantendo uma coerente linha de raciocínio e revelando um atualizado conhecimento, mencionava então o exemplo do Serviço do Património Artístico Nacional, do Brasil, cuja atividade poderia servir de paradigma para o caso português:

“Nos países de menores tradições artísticas, como por exemplo o Brasil, criam-se organismos especialmente destinados à defesa dos seus respectivos patrimónios, como sucede entre nós, mas talvez sem o desenvolvimento prático do moderno “Serviço do Património Artístico Nacional”, criado em 1937,

¹¹⁸⁴ Relatório de 26 de outubro de 1943. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 39, Relatórios vários.

¹¹⁸⁵ *Idem.*

*naquêlê país, e que consta já no seu activo notáveis empreendimentos de toda a espécie.”*¹¹⁸⁶

Reconhecido pelos seus pares nas questões museológicas, Zagalo foi convidado a participar na criação de um Museu de Arte Sacra em Évora, associado à Sé Catedral. Nesse contexto, visitou esta cidade em 1943 e em 1949, data em que se encontrou com Mário Tavares Chicó¹¹⁸⁷, entretanto nomeado diretor do Museu Regional de Évora. Os dois percorreram todas as dependências da Sé com vista à seleção de objetos e de espaços, para seguidamente apresentarem à Diocese de Évora uma proposta de criação e desenvolvimento de um eventual museu¹¹⁸⁸.

Nesse ano de 1949, Zagalo continuava a mostrar preocupações com o património artístico, chegando a comparar o entusiasmo com o Futebol com a falta dele em relação aos assuntos de Arte, afirmando que o Estado não dispunha de uma estrutura preparada para uma eficaz defesa do património e para a criação de museus. Insistia então, mais uma vez, para o facto de o Inventário Artístico a cargo da Academia Nacional de Belas-Artes não ser totalmente eficiente, chegando a comentar amargamente que, na sua opinião, o momento atual (à época) poderia mesmo ser comparável com o da realidade de final do século XIX, descrito por Ramalho Ortigão em *O Culto da Arte*:

*“Não desconheço que se tem dedicado especial atenção á defesa do Património artístico Nacional e que alguns Museus foram objecto de avultadas obras de beneficiação e ampliação mas permito-me acentuar que no que diz respeito á salvaguarda das obras de Arte, e á consequente fundação de novos Museus pouco se tem feito de proveitoso para o Pais.”*¹¹⁸⁹

¹¹⁸⁶ Relatório de 26 de outubro de 1943. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 39, Relatórios vários.

Zagalo, não conhecendo pessoalmente o Brasil, mostra-se entusiasmado com a ação do Serviço do Património Artístico Nacional, criado em 1937 e regulamentado poucos dias depois do golpe de estado que instituiu o regime ditatorial denominado de Estado Novo (1937-1945), de Getúlio Vargas (1882-1954).

¹¹⁸⁷ Mário Tavares Chicó (1905-1966). Licenciado em Ciências Históricas e Filosóficas pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Frequentou o Instituto de Arte e Arqueologia da Universidade de Paris, onde foi entre 1937 e 1939, bolseiro do Instituto de Alta Cultura. Foi o responsável pelo projeto de adaptação do Palácio da Mitra a Museu da Cidade de Lisboa e Diretor do Museu Regional de Évora (entre 1943 e 1966). Foi professor de Estética e História da Arte na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

“TAVARES CHICÓ (Mário)”, in, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 30, p. 821.

“Mário e Alice Chicó”. Acedido em 7 de abril de 2015 em: http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e_760.

¹¹⁸⁸ Relatório não datado. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 39, Relatórios vários.

¹¹⁸⁹ Relatório de 3 de setembro de 1949. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 39, Relatórios vários.

Por fim, refira-se que Zagalo demonstra uma constante preocupação com a situação patrimonial em algumas localidades alentejanas – Portalegre, Arraiolos, Elvas e Campo Maior – chegando a dar como exemplo as intervenções que vinha fazendo na casa da sua família, em Campo Maior:

*“E tão grande é o meu carinho por essa Vila e o respeito que me merece as coisas do passado que com sacrifício monetário de meus próprios Pais, tenho diligenciado conseguir que a pequena casa solarenga dos nossos antepassados, volte a ter a feição que possuía noutros tempos tanto exterior como interiormente.”*¹¹⁹⁰

Apesar do tempo que lhe ocupava o cargo de conservador do Palácio Nacional da Ajuda e as diversas tarefas e missões que acima referimos, Zagalo procurou sempre manter-se atualizado em questões de arte e museologia, procurando conhecer cada vez mais locais comparáveis ao PNA, como é disso exemplo a sua curiosidade por conhecer palácios reais de outros países, como acima referimos com o exemplo dos da Holanda. Esta vontade de atualização levou-o a pedir autorização superior para acompanhar alguns trabalhos de estágio dos conservadores do Museu Nacional de Arte Antiga, curso que ele próprio frequentara no passado. Em março de 1944 foi devidamente autorizado a acompanhar o dito estágio, não havendo, contudo, registo da frequência com que o fez.¹¹⁹¹

Ainda numa lógica de atualização, refira-se que, em 1947, Manuel Carlos de Almeida Zagalo apresentou ao Instituto de Alta Cultura um pedido de bolsa de estudo destinada à valorização profissional dos conservadores dos Palácios Nacionais. Pela sua importância, transcrevemos alguns excertos do relatório que redigiu enunciando os objetivos deste pedido:

“o conservador de um Palácio Nacional disponha de uma educação artística tanto quanto possível completa de molde tal que lhe permita colocar o edifício que tem á sua guarda, arranjo e conservação, á altura dos melhores de todo o mundo culto.”

¹¹⁹⁰ Relatório de 3 de setembro de 1949. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 39, Relatórios vários.

¹¹⁹¹ Processo individual de Manuel Carlos de Almeida Zagalo - A-60(1), ACMF.

“é indispensável ou pelo menos extraordinariamente vantajoso verificar, com os seus próprios olhos, o que se faz lá fóra, sôbre os múltiplos e complicados aspectos que se prendem com o arranjo e a organização de um Palácio.”

“alguns dos visitantes nacionais e estrangeiros que têm estado ultimamente nêste Palácio, são unânimes em lhe tecer elogios, estabelecendo, por vezes, lisonjeiras comparações com um ou outro Palácio do estrangeiro, comparações essas que me deixam embaraçado e permita-se-me que o diga, algo envergonhado.”

“É que não conhecendo um só Palácio da Europa o que causa admiração a muitos dêsses visitantes, me é vedado emitir qualquer opinião sôbre um assunto que tanto me interessa.”

Zagalo considerava que existia portanto,

*“a conveniência que há em que possa verificar o que os meus colegas do estrangeiro têm feito nêste campo, para poder cada vez mais aperfeiçoar e elevar a categoria do Palácio da Ajuda, no conceito nacional e no do estrangeiro.”*¹¹⁹²

Em ofício de abril de 1947, o conservador do PNA especificava quais eram as suas preferências para usufruto da eventual atribuição de uma bolsa de estudos:

“interessava-me ver em primeiro lugar os Palácios de Espanha e, muito especialmente, os de Madrid, Escorial Aranguez, etc. enfim todos os antigos Paços regios da Capital e dos arredores e os de Sevilha. Na verdade não fazia sentido ir estudar os Palácios dos outros Países sem previamente ter visitado os do País vizinho.

*Mas se houver possibilidade de me ser concedida uma bolsa de estudo para no mesmo ano visitar mais do que um País, então teria o maior interêsse em visitar os principais Palácios da França e da Itália entre os quais os de Paris, Versailles, Roma, Genova, Florença e Veneza.”*¹¹⁹³

¹¹⁹² Relatório de 21 de janeiro de 1947. Processo n.º 4/D/51 – 2.º volume. ACMF. PT-ACMF-DGFP-VALP-0001-BLS. Valorização Profissional - VALP (série)

¹¹⁹³ Carta de 3 de abril de 1947. Processo n.º 4/D/51 – 2.º volume. ACMF. PT-ACMF-DGFP-VALP-0001-BLS. Valorização Profissional - VALP (série)

Só em 1953 é que o Instituto de Alta Cultura emitiu o seu parecer sobre este pedido, dando autorização à concessão da bolsa¹¹⁹⁴. No entanto, apesar da sua atribuição, Zagalo não usufruiria desta bolsa “*por motivos urgentes de serviço.*” Entre 1954 e 1960 seriam feitos novos pedidos de bolsa, que foram deferidos. Todavia, fosse por motivos de trabalho, fosse por motivos de doença, Zagalo nunca chegou a usufruir deste financiamento¹¹⁹⁵.

Em 1963, o conservador do PNA foi ainda inquerido acerca do seu eventual interesse na concessão de uma “*bolsa de investigação do Comité de Informação e das Relações Culturais da Otan para 1964/1965*”¹¹⁹⁶ mas declinaria também esta bolsa de investigação.

Refira-se que desde 1959 Manuel Carlos de Almeida Zagalo começou a ser alvo de problemas de saúde, sofrendo uma “*afecção neuro-vascular*”¹¹⁹⁷ que o limitou fisicamente de maneira progressiva, com implicações na sua locomoção e, consequentemente, nas tarefas que desempenhava. Os seus últimos anos na direção do Palácio Nacional da Ajuda terão, por isso, sido bastante complicados: deslocando-se em cadeira de rodas, não conseguia empenhar-se totalmente como desejaria. Contudo, nem por isso terá sido menos presente no dia-a-dia da administração do PNA, como veremos.

¹¹⁹⁴ “*a Direcção deste Instituto resolveu conceder ao Conservador do Palácio Nacional da Ajuda, Licenciado Manuel Carlos de Almeida Zagalo, uma bolsa de estudo artística fora do País, com o quantitativo global de 16.000\$00, durante dois meses, a fim de visitar os Palácios de França com vista à sua preparação profissional.*” 31 de março de 1953 – instituto de alta cultura o secretario A. De Medeiros-Gouvêa – dirigida ao diretor geral da fazenda pública. Processo n.º 4/D/51 2.º volume. ACMF. PT-ACMF-DGFP-VALP-0001-BLS. Valorização Profissional - VALP (série).

¹¹⁹⁵ Cf. vários documentos:

ACMF, Bolsas de estudo aos Conservadores dos Palácios Nacionais – 41, Processo n.º 4/D/51 – 2.º volume, ofício de 21 de novembro de 1956. ACMF, Bolsas de estudo aos Conservadores dos Palácios Nacionais – 41, Processo n.º 4/D/51 – 2.º volume, ofício de 14 de janeiro de 1957. ACMF, Bolsas de estudo aos Conservadores dos Palácios Nacionais – 41, Processo n.º 4/D/51 2.º volume, ofício de 23 de maio de 1958. ACMF. Valorização Profissional - VALP (série), PT-ACMF-DGFP-VALP-0001-BLS. ACMF, Bolsas de estudo aos Conservadores dos Palácios Nacionais – 41, Processo n.º 4/D/51 – 3.º volume, ofício de 11 de dezembro de 1958. ACMF, Bolsas de estudo aos Conservadores dos Palácios Nacionais – 41, Processo n.º 4/D/51 – 3.º volume, ofício de 22 de novembro de 1960.

¹¹⁹⁶ Ofício de 31 de dezembro de 1963, da Repartição do Património da DGFP. APNA, Capilhas soltas, Bloco 37, Ofícios recebidos 1963, fólios 1 e 2.

¹¹⁹⁷ Processo individual de Manuel Carlos de Almeida Zagalo - A-60(1), ACMF.

Manuel Carlos de Almeida Cayola Zagalo¹¹⁹⁸ terá deixado de exercer o seu cargo de Conservador do PNA em meados de 1964¹¹⁹⁹, aposentando-se logo em 1965¹²⁰⁰.

Após a sua aposentação, Cayola Zagalo desocupou a casa de serviço onde se tinha domiciliado durante 27 anos, doando nesse ano de 1965 diversos objetos ao Museu Municipal de Portalegre, possivelmente por constrangimentos de espaço quer na sua casa em Lisboa, que terá mantido na Rua Saraiva de Carvalho n.º 242, 2.º direito, quer na sua casa de família em Campo Maior. Esta doação levou o museu portalegrense a estabelecer no seu percurso expositivo uma *Sala Cayola Zagalo*, localizada no 1.º piso do edifício, onde estavam expostas peças de mobiliário, cerâmica, pintura, escultura e arte sacra¹²⁰¹.

A *Sala Cayola Zagalo* não foi mantida depois da profunda intervenção no edifício do Museu Municipal de Portalegre. Depois da reinauguração deste espaço museológico em 2013 a figura de Cayola Zagalo, bem como de outros colecionadores, continuou a ser evocada através das legendas dos objetos por ele doados, quer em vida, quer depois da sua morte.

¹¹⁹⁸ Em 1961 (data de morte de seu pai, Amâncio Gil Cayola Zagalo), Zagalo pediu autorização para poder assinar oficialmente com o nome de Manuel Carlos de Almeida Cayola Zagalo, como era efetivamente conhecido. Processo individual de Manuel Carlos de Almeida Zagalo. ACMF, Manuel Carlos de Almeida Zagalo - A-60(1). Já em 1957 Zagalo tinha feito o mesmo pedido. Carta de Manuel Carlos de Almeida Zagalo, de 16 de setembro de 1957 e ofício do diretor geral da DGFP, de 20 de setembro de 1957. Os pedidos foram deferidos pelo diretor geral da Fazenda Pública

¹¹⁹⁹ Na documentação existente no Arquivo do Palácio Nacional da Ajuda, os ofícios assinados por Cayola Zagalo terminam em março de 1964. A partir de setembro de 1964 surgem ofícios assinados já por Armindo Ayres de Carvalho. Ofício de 30 de março de 1964 dirigido ao Chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas por classificar, Pasta 18, Bloco 2, fólios 63-66. Ofício de 14 de Setembro de 1965 dirigido ao Chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas por classificar, Pasta 18, Bloco 2, fólio 51.

¹²⁰⁰ Apesar da substituição de Cayola Zagalo por Armindo Ayres de Carvalho, o primeiro manter-se-ia como conservador do PNA até à data de aposentação, que deverá ter ocorrido no início de 1965. No Diário do Governo, de 6 de setembro de 1965, foi publicada uma “*Lista de antiguidade do pessoal dos Palácios Nacionais [...], referida a 31 de Dezembro de 1964 [...]*”, em que é dado o “*Licenciado Manuel Carlos de Almeida Caiola Zagalo*” como estando há 9385 dias de serviço na mesma categoria. Profissional. *Diário do Governo*, II série, de 6 de setembro de 1965, p. 6980.

¹²⁰¹ BICHO, Susana, “*O Museu Municipal de Portalegre: Campo de Representações, Espaço de Comunicação*”, 2011, pp. 15 e 35. Acedido a 3 de novembro de 2014 em URL: http://www.fundacaorobinson.pt/multimedia/ficheiros/publicacoes/016_PFR.pdf.

Encontra-se por fazer o estudo analítico e crítico desta coleção, com vista a verificar proveniências dos objetos, modos de aquisição e os próprios gostos pessoais de Cayola Zagalo enquanto colecionador.

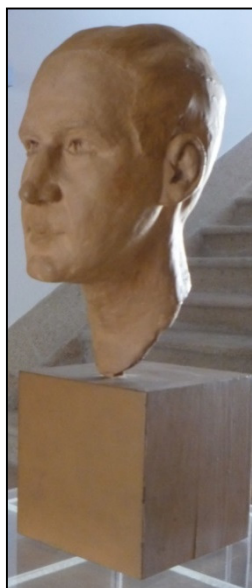


Fig. 48 – Manuel Carlos de Almeida Cayola Zagalo.

Escultura de autoria desconhecida.

Museu Municipal de Portalegre.

Esta escultura estava exposta na Sala Cayola Zagalo.

Manuel Carlos de Almeida Cayola Zagalo morreu a 26 de julho de 1970, sendo sepultado no Cemitério do Alto de São João¹²⁰², deixando uma imagem consensual de competência e de dedicação profissional.

2.2.2. Administração do edifício

Como já foi mencionado o Palácio Nacional da Ajuda estava enquadrado numa legislação que estatuiu a sua afetação a funções protocolares¹²⁰³.

No final dos anos 1930, o plano das Comemorações dos Centenários de 1940 (Comemorações do Duplo Centenário da Fundação e da Restauração de Portugal¹²⁰⁴),

¹²⁰² “**Manuel Carlos de Almeida Cayola Zagalo**

Faleceu o sr. Manuel Carlos de Almeida Cayola Zagalo, de 65 anos, natural de Lisboa, conservador dos Palácios e Monumentos Nacionais e conservador-adjunto do Museu de Arte Antiga. Possuía várias condecorações, entre as quais a de a Ordem de Cristo e de Santiago. Era casado com a sr.ª D. Maria de Lourdes Nunes Blanco de Almeida Zagalo. O funeral a cargo da Agência Barata, realiza-se amanhã às 11 horas, da sua residência, Rua Saraiva de Carvalho, n.º 242, 2.º Dt.º para jazigo de família, no cemitério do Alto de S. João.” Diário de Notícias, n.º 37.496, de 27 de julho de 1970, p. 10.

¹²⁰³ Decreto n.º 9.342, de 7 de janeiro de 1924, *Diário do Governo*, n.º 4, de 7 de janeiro de 1924, Art.ºs 2.º e 3.º.

¹²⁰⁴ As Comemorações dos Centenários integraram diversos eventos comemorativos em todo o País, ao longo do ano de 1940. O mais famoso terá sido a Exposição do Mundo Português, inaugurada em Lisboa em 23 de junho de 1940. Esta exposição foi inaugurada pelo Presidente da República, General Óscar Carmona, acompanhado por: Presidente do Conselho, Oliveira Salazar; Ministro das Obras Públicas (e Presidente da Câmara Municipal de Lisboa), Duarte Pacheco; Cardeal Patriarca de Lisboa, D. António Gonçalves Cerejeira; entre diversas outras personalidades. “Exposição do Mundo Português”, in, *Revista dos Centenários*, n.ºs 19-20, Julho/Agosto de 1940, pp. 17-32.

permitiu um reforço de investimento no PNA, pois aí ocorreram os banquetes oficiais oferecidos pelo Presidente da República às entidades oficiais convidadas.

No dia 26 de junho de 1940 decorreu no Palácio Nacional da Ajuda a apresentação de credenciais das diversas embaixadas e missões estrangeiras presentes em Portugal¹²⁰⁵. Este ato teve lugar no PNA pois o Duque de Kent, enviado especial do Reino Unido a Portugal estava instalado no Palácio Nacional de Belém, o que provocou a necessidade de deslocação do Presidente da República, que durante alguns dias utilizou algumas salas da Ajuda como gabinetes de trabalho¹²⁰⁶.

Nos dias 27 e 29 de junho de 1940, o Palácio Nacional da Ajuda foi o palco dos banquetes oferecidos pelo Chefe de Estado Português às autoridades e comitivas oficiais portuguesas e estrangeiras. Estes eventos marcaram profundamente Zagalo, que num relatório datado de 12 de julho de 1940 descreve que,

*“Tendo sido a primeira vêz depois que tomei posse do logar de Conservadôr deste Palácio que nêle se realisavam solenidades de vulto, procurei por todas as formas ao meu alcance e sem poupar a esforços de toda a naturêza no que fui coadjuvado pelo chefe e tôdo o pessoal menor que foi incansável e de uma dedicação enxcedivel, obtive o melhor resultado possivel, isto é que o Palácio se apresentasse decorado e arranjado de forma a estar à altura das Comemorações que se estão levando a cabo, e das mais altas individualidades estrangeiras que nos visitam.”*¹²⁰⁷

O Conservador do PNA iniciava assim o seu papel de decorador do palácio no âmbito dos preparativos das cerimónias protocolares aí realizadas, elencando no mesmo relatório alguns pormenores da sua ação, mostrando-se orgulhoso do seu trabalho:

“Lembrando-me que seria muito interessante mostrar aos estrangeiros o panorama da Exposição do Mundo Português, vista de noite, mandei correr todos os estores tendo comunicado ao Snr. Embaixador Teixeira de Sampaio a minha ideia que foi imediatamente aceite com tal entusiasmo, que no segundo

¹²⁰⁵ “Notas Várias”, in, *Revista dos Centenários*, n.ºs 19-20, Julho/Agosto de 1940, p. 64.

¹²⁰⁶ “Como o Chefe do Estado veio dar audiências neste Palácio, em consequência da estadia de Sua Alteza o Duque de Kent em Belem, houve também necessidade de preparar as salas do pavimento térreo a-fim-de condignamente estarem aptas a receberem o mais alto magistrado da Nação.” Relatório de 12 de julho de 1940. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 39, Relatórios vários.

¹²⁰⁷ Relatório de 12 de julho de 1940. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 39, Relatórios vários.

banquete era o próprio Snr. Presidente do Consêlho que recomendava que se mostrasse aos diplomatas o espectáculo da iluminação de Belem. [...]

Ao descrever todos estes factos pode depreender-se que estou envaidecido com o que fiz e tentei fasêr, mas é legítimo e natural que tendo dispendido uma tal soma de trabalho e boa vontade de bem servir, e em que como português e no período das comemorações do Duplo Centenário diligencieei colaborar na medida das minhas forças no brilhantismo das festas, é legítimo disia eu, que me sinta satisfeito por ter sido compreendido e elogiado o meu trabalho.

Frisarei até sem receio de desmentido, que talvez nunca no seu conjunto o Palácio da Ajuda tivesse apresentado aspecto tão igual nos mais importantes pormenores.”¹²⁰⁸

Durante os anos correspondentes à II Guerra Mundial, foram poucos os momentos de utilização protocolar do PNA. Talvez a grande exceção tenha sido o almoço, em dezembro de 1942, oferecido ao Ministro dos Assuntos Exteriores de Espanha, Francisco Gómez-Jordana Sousa (1876-1944), Conde de Jordana, representativo da relação diplomática dos regimes autocráticos ibéricos, ambos em situação de neutralidade perante o conflito mundial¹²⁰⁹.

Depois de terminada a guerra, há registo de diversas ocasiões em que os espaços interiores do PNA foram utilizados para refeições e banquetes, que recordamos nas próximas linhas.

Em 1949, decorreu no PNA um banquete por ocasião da visita a Portugal (entre 22 e 27 de outubro) do Chefe de Estado de Espanha, Francisco Franco Bahamonde (1892-1975)¹²¹⁰. Este evento foi realizado no contexto de uma política de aproximação, ainda que com cautelas pelos dois lados, entre os dois países ibéricos, no seguimento do encontro de 1942 com o Ministro dos Assuntos Exteriores de Espanha.

¹²⁰⁸ Relatório de 12 de julho de 1940. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 39, Relatórios vários.

¹²⁰⁹ O Conde de Jordana visitou oficialmente Portugal entre 18 e 22 de dezembro de 1942. TUSELL, Javier, “La Etapa Jordana (1942-1944)”, in, *Espacio, Tiempo y Forma, Serie V, Historia Contemporánea*, n.º 2, 1989, pp. 169-189.

¹²¹⁰ Ofício de 31 de outubro de 1949 do Conservador do PNA dirigido ao Chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA; Ofícios Expedidos, 1949. Ofício de 10 de novembro de 1949 do Chefe da Repartição do Património da DGFP dirigido ao Conservador do PNA. APNA, Ofícios Recebidos, 1949. *Diário de Notícias*, n.º 30.058, 22 de outubro de 1949, pp. 1 e 6. *Diário de Notícias*, n.º 30.059, 23 de outubro de 1949, p. 7.

O PNA foi também o local escolhido para a primeira grande receção oficial, em território nacional, dos representantes dos membros da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte)¹²¹¹, aliança político-militar, ocorrida a 21 de fevereiro de 1952¹²¹².

Realçando as amizades diplomáticas de Portugal, ainda no ano de 1952, a 16 de maio, foi oferecido no PNA um almoço aos oficiais superiores da Esquadra Naval Francesa¹²¹³ e, a 7 de junho, um almoço oferecido à oficialidade do Navio Escola Brasileiro Almirante Saldanha¹²¹⁴.

A partir de meados da década de 1950 seriam organizados no PNA alguns dos eventos mais elaborados do Protocolo, entre almoços, banquetes e receções oficiais oferecidos a diversos Chefes de Estado em visita oficial a Portugal¹²¹⁵.

Visando uma melhor compreensão acerca de quais os espaços utilizados por ocasião destes eventos oficiais, julgamos pertinente mencionar alguns exemplos, que refletem duas tipologias de utilização protocolar do PNA.

A Rainha Juliana da Holanda (1909-2004), acompanhada de seu marido, o Príncipe Bernardo de Lippe-Biesterfeld (1911-2004), visitou Portugal no início de novembro de 1955, sendo-lhe oferecido pelo Presidente da República Portuguesa, General Craveiro Lopes (1894-1964), um banquete seguido de receção no Palácio Nacional da Ajuda, no dia 7 de novembro. Um periódico da época descreve o ritual protocolar e o percurso nas salas do palácio:

¹²¹¹ Organização do Tratado do Atlântico Norte, criada pela assinatura do Tratado do Atlântico Norte em 4 de abril de 1949. Teve como países fundadores: Bélgica, Canadá, Dinamarca, Estados Unidos da América, França, Islândia, Itália, Luxemburgo, Noruega, Holanda, Portugal e Reino Unido. “Tratado do Atlântico Norte”. Acedido em 31 de outubro de 2014 em URL: http://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_17120.htm?selectedLocale=pt.

¹²¹² *Diário de Notícias*, n.º 30.894, 22 de fevereiro de 1952, pp. 1 e 6.

¹²¹³ Ofício de 4 de junho de 1952 do Conservador do PNA dirigido ao Chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas por classificar, Pasta 23, Bloco 1, Ofícios expedidos 1951/52, fólio 120.

¹²¹⁴ Almoço oferecido pelo Chefe de Estado Português. Ofício de junho de 1952, APNA, Pastas por classificar, Pasta 23, Bloco 1, Ofícios expedidos 1951/52, fólio 111.

¹²¹⁵ Neste período, destacamos os seguintes eventos: banquete e receção à Rainha Juliana da Holanda (novembro de 1955); banquete e receção ao Presidente Café Filho do Brasil (abril de 1955); banquete e receção ao Presidente Juscelino Kubitschek do Brasil, eleito mas não empossado (1956); banquete e receção ao Presidente Iskander Mirza do Paquistão (11 de novembro de 1957); banquete e receção à Rainha Isabel II de Inglaterra (março de 1957); banquete e receção ao Presidente Sukarno da Indonésia (15 de maio de 1959 e 6 de maio de 1960); banquete e receção ao Imperador Haile Selassie da Etiópia (27 de agosto de 1959); almoço ao Presidente Dwight D. Eisenhower dos Estados Unidos da América (19 de maio de 1960); banquete e receção ao Presidente Juscelino Kubitschek do Brasil (7 de agosto de 1960); banquete e receção aos Reis da Tailândia, Rama IX e Sirikit (22 de agosto de 1960).

“Aguardada na pequena antecâmara de entrada por membros da Casa Militar da Presidência e do Protocolo do Estado, a Rainha Juliana seguiu imediatamente para a Sala Vermelha”

*“Quando a Rainha se encaminhou para a Sala Verde, logo passou por uma das mais atraentes dependências: o «Jardim de Inverno» reconstruído com uma sensibilidade artística notável.”*¹²¹⁶

Em seguida, a comitiva, saindo da Sala Vermelha, dirigiu-se à Sala do Despacho, onde os convidados aguardavam, encaminhando-se depois para a Sala das Tapeçarias Espanholas, onde decorreu o banquete.

*“A meio, a todo o comprimento do salão, sob três lustres de dezenas de lâmpadas, a mesa do banquete, que foi servido na baixela Thomir, da colecção de Porto Covo.”*¹²¹⁷

Depois de finalizada a refeição, servida a 46 pessoas, entre as quais se encontravam o Conservador do Palácio Nacional da Ajuda, Manuel Carlos de Almeida Zagalo e mulher¹²¹⁸,

*“Cerca das 23 horas foi servido café na Sala de Música e, a seguir, houve recepção que terminou cerca das 24 horas”*¹²¹⁹.

Este tipo de cerimónia oficial foi realizado diversas vezes, possivelmente com o mesmo tipo de utilização dos espaços descritos, pois a Sala das Tapeçarias Espanholas, também denominada por Sala Grande de Espera, era a divisão do PNA seleccionada para *“jantares e almoços oferecidos pelo Chefe do Estado, a menor número de convidados do que na sala dos grandes Banquetes”*¹²²⁰.

¹²¹⁶ *Boletim Geral do Ultramar*, Vol. XXXI, n.ºs 365-366, novembro-dezembro de 1955, p. 161. Os espaços percorridos terão sido: Entrada Nobre, Sala de Mármore (Jardim de Inverno), Sala Rosa (Sala de Saxe), Sala Verde e Sala Vermelha.

¹²¹⁷ *Idem*, p. 162.

¹²¹⁸ *Idem*, p. 163.

¹²¹⁹ *Idem*, p. 164.

¹²²⁰ ZAGALO, Manuel, *Palácio Nacional da Ajuda, Roteiro*, 1961, p. 30.



Fig. 49 – Sala das Tapeçarias Espanholas.

Fotografia de Mário Novais. ZAGALO, Manuel, *Palácio Nacional da Ajuda, Roteiro*, 1961, entre a página 30 e 31.

Para os cerimoniais protocolares oferecidos a um maior número de convidados, os espaços do PNA utilizados eram outros. Analisando os relatos do momento em que o cerimonial do Protocolo de Estado terá sido mais faustoso durante o período em análise, compreenderemos com mais clareza os principais locais usados.

Entre 16 e 21 de fevereiro de 1957, a Rainha de Inglaterra, Isabel II (n. 1926), visitou Portugal, acompanhada por seu marido o Príncipe Filipe (n. 1921), Duque de Edimburgo. Durante essa visita, o Presidente da República, General Craveiro Lopes, ofereceu à monarca britânica um banquete, seguido de recepção, realizado no dia 18 de fevereiro.

“Aguardada no átrio da entrada pelos oficiais da Casa Militar da Presidência da República e pelos membros do Protocolo, a rainha subiu depois pela escadaria nobre, de mármore”

“O senhor general Craveiro Lopes e esposa foram ao encontro da soberana e do duque de Edimburgo no cimo da escadaria nobre, junto à porta de entrada para a Sala Oriental, pequeno compartimento do qual Isabel II e seu esposo passaram para a Sala D. José, onde os dois casais conversaram alguns momentos.”¹²²¹

¹²²¹ *Boletim Geral do Ultramar*, Vol. XXXIII, n.º 380, fevereiro de 1957, p. 50. A Sala Oriental é também conhecida por Sala Chinesa. A Sala D. José será a também denominada Sala do Retrato de D. Pedro III, actual Gabinete de Trabalho do Rei, ou a Sala Império, actualmente designada por Antiga Sala de Bilhar.

Posteriormente, saindo da Sala D. José, deslocaram-se até à Sala da Música onde se encontraram com os restantes convidados, passando depois à Sala D. João IV.

“Nesta sala, a visita de Isabel II foi um pouco mais demorada, dando tempo a que os convidados para o banquete formassem, segundo os preceitos do protocolo, para se integrarem no cortejo em direcção ao grande salão de jantar do palácio - que abriu com a rainha e o Sr. Presidente da República, a que se seguiam, como anteriormente, a Sr.^a D. Berta Craveiro Lopes e Sua Alteza o duque de Edimburgo.”¹²²²

O banquete teve lugar na Sala dos Grandes Jantares, da Ceia, ou dos Banquetes, onde estavam dispostas três mesas:

“ao fundo a da presidência e, a todo o comprimento do salão, outras duas, ficando entre estas um largo corredor central que o cortejo seguiu, distribuindo-se os convidados pelos respectivos lugares.”¹²²³



Fig. 50 – Sala de Banquetes preparada para receber o banquete em honra da Rainha Isabel II de Inglaterra.

Acedido em 1 de abril de 2015 em URL:

<http://www.castlesandmanorhouses.com/photos-portugal.htm>

Depois de finalizado o banquete, os convidados saíram em cortejo, iniciando-se a receção preparada, nas salas do Trono, da Música e D. João IV¹²²⁴.

Depois de algum tempo,

¹²²² Boletim Geral do Ultramar, Vol. XXXIII, n.º 380, fevereiro de 1957, p. 52.

¹²²³ Idem, p. 52.

¹²²⁴ Idem, p. 60.

*“A rainha, o Chefe do Estado, o duque de Edimburgo e a Sr.^a Berta Craveiro Lopes deram entrada, em seguida, na sala elíptica, onde se demoraram algum tempo conversando com algumas entidades ali introduzidas pelo Protocolo.”*¹²²⁵

A receção durou até cerca da meia-noite e meia, altura em que a Rainha e marido abandonaram o Palácio Nacional da Ajuda¹²²⁶.

Este esquema de banquete e de receção, foi reproduzido, ainda que com as devidas diferenças protocolares, em outras ocasiões, provavelmente com a mesma utilização de espaços, durante as cerimónias oferecidas em honra da visita de outros Chefes de Estado estrangeiros, com um maior número de convidados presentes.

Portugal, país assumida e oficialmente Católico durante o Estado Novo, utilizou, através do Protocolo de Estado, o Palácio Nacional da Ajuda para diversos eventos de primeira linha nas suas relações com a Santa Sé. Assim, tiveram lugar no PNA os seguintes eventos: em outubro de 1951, um banquete oferecido ao Cardeal Tedeschini, Legado do Papa, seguido de receção¹²²⁷; em 20 de janeiro de 1953, Imposição do Barrete Cardinalício¹²²⁸; em 30 de dezembro de 1958, Imposição do Barrete Cardinalício, seguida de almoço na Sala das Tapeçarias Espanholas¹²²⁹; em 26 de março de 1962, nova Imposição do Barrete Cardinalício, seguida de almoço¹²³⁰.

¹²²⁵ *Boletim Geral do Ultramar*, Vol. XXXIII, n.º 380, fevereiro de 1957, p. 61.

¹²²⁶ *Idem*, p. 62.

¹²²⁷ Ofício de 14 de outubro de 1951, dirigido ao Conservador do PNA. APNA, Pastas por classificar, pasta 14, Bloco 6, fólio 29.

¹²²⁸ Imposição do Barrete Cardinalício ao Núncio Apostólico em Portugal, Monsenhor Pietro Ciriaci. “a imposição do Barrete Cardinalício ao actual Nuncio de Sua Santidade em Portugal, terá lugar na capela do Palácio da Ajuda”. Ofício de 12 de dezembro de 1952 do Conservador do PNA dirigido ao Chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas por classificar, Pasta 23, Bloco 1, fólhos 8-10. Foram realizadas diversas obras de reparação na Capela para a preparar para este evento. Ver **3.2.2.1. Projetos e obras**.

¹²²⁹ Imposição do Barrete Cardinalício ao Núncio Apostólico em Portugal, Monsenhor Fernando Cento. “foi necessário transformar totalmente uma sala em Capela o que sucedeu com a maior das dependências anexas à Casa Forte, adaptar a sala Verde para nela se efectuar a apresentação das credenciais do Ablegado de Sua Santidade o Papa João XXIII, arranjar um gabinete de vestir reservado ao Nuncio, preparar a sala de Despacho para a cerimónia da audiência do Senhor Presidente da República ao novo Cardeal e finalmente montar na sala das Tapeçarias Espanholas uma mesa para 72 convivas”. Ofício de 9 de janeiro de 1959 do Conservador do PNA dirigido ao Chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas por classificar, Pasta 18, Bloco 8, fólhos 203-204.

¹²³⁰ Imposição do Barrete Cardinalício ao Núncio Apostólico em Portugal, Monsenhor Giovanni Panico. “arranjos do Palácio, muito especialmente na sua Capela”. Ofício de 10 de abril de 1962 do Conservador do PNA dirigido ao Chefe do Protocolo do Ministério dos Negócios Estrangeiros. APNA, Pastas por classificar, Pasta 14, Bloco 4, fólio 70.



Fig. 51 – “O Chefe do Estado impondo o barrete cardinalício a D. Fernando Cento.

“A Imposição do Barrete Cardinalício ao Núncio Apostólico”, in, *Boletim Geral do Ultramar*, Vol. XXXV, n.ºs 403 e 404, Agência Geral do Ultramar, 1959, p. 14.

Devido à resolução governamental, que impunha a manutenção do Palácio Nacional da Ajuda como local “*destinado exclusivamente para a realização de quaisquer actos solenes de recepção e de representação do Poder Executivo*”¹²³¹, este edifício continuou sem ser aberto ao público de modo consistente e permanente. No entanto, a partir de certo momento, as preocupações com a utilização do PNA passaram a ser mais complexas, considerando-se que, apesar do PNA não estar aberto à visita de modo permanente nem ter uma estrutura semelhante a outros dos palácios nacionais e museus, merecia por parte da tutela preocupações realmente muito próximas de outros equipamentos museológicos. Foi neste contexto que se integrou a nomeação em 1938, como conservador do PNA, de Manuel Carlos de Almeida Zagalo, detentor do estágio de conservadores do MNAA. A tutela do PNA reconhecia, então, que o palácio – as questões relacionadas com a manutenção e conservação do edifício e seu recheio – se aproximava bastante de uma estrutura museológica. Deste modo, apesar de todas as limitações protocolares, o PNA foi progressivamente desenvolvendo características museológicas: ou seja, o antigo Paço Real foi progressivamente “musealizado”.

Alterações ao sistema de inventário dos objetos existentes e à organização destes nas diversas salas¹²³², bem como uma maior preocupação com o sistema de autorização de visita ao edifício, ainda que com carácter excepcional¹²³³, passando ainda por uma procura intencional de divulgação do Palácio Nacional da Ajuda, foram algumas das

¹²³¹ Decreto n.º 9.342, de 7 de janeiro de 1924, *Diário do Governo*, n.º 4, de 7 de janeiro de 1924, Art. 2.º

¹²³² Ver 2.2.3. *Organização das coleções*.

¹²³³ Ver 2.3. *Palácio aberto à visita*.

questões mantidas em cima da mesa por parte da tutela durante o período que temos vindo a analisar neste ponto (1938-1965).

Observando o referido período, o que se destaca é o modo como o Palácio Nacional da Ajuda foi sendo entendido pelas autoridades tutelares, que assumiam este equipamento ora como local afeto ao Protocolo de Estado, ora como um monumento que apresentava qualidades patrimoniais e museológicas. Essa dupla conceção por parte da tutela levou à definição de um plano de valorização, desenvolvido através do planeamento de conclusão das fachadas Norte e Poente do PNA¹²³⁴. Surgiu assim um projeto de remate do edifício, que procurava compor a estética do principal local de utilização protocolar, e desenvolver as suas particularidades patrimoniais e museológicas, procurando-se utilizações dignas para os diversos espaços que iriam ser reconstruídos, remodelados ou construídos.

Apesar das dificuldades no arranque do projeto e da sua concretização, alguns dos espaços existentes foram efetivamente valorizados, criando-se alguns outros de apoio às diversas funções do PNA, dos quais se destaca a casa-forte, construída para exposição das Jóias da Coroa e de D. Miguel¹²³⁵.

Este aumento das preocupações com o Palácio Nacional da Ajuda enquanto edifício com valor patrimonial verifica-se também nas preocupações que surgiram relacionadas com o planeamento da sua área circundante, que culminou com a estipulação de uma zona de proteção que, protegendo a envolvente do monumento, condicionou o próprio plano de urbanização da zona da Ajuda elaborado pela Câmara Municipal de Lisboa¹²³⁶. Para além disso, estas preocupações patrimoniais implicaram a estabilização, no aquartelamento da Ajuda, do Batalhão n.º 2 da 5.ª Companhia da Guarda Nacional Republicana, que viria a assegurar todo o trabalho de vigilância e segurança deste edifício.

A par das funções protocolares e expositivas, o Palácio Nacional da Ajuda, foi vendo a sua centralidade de depósito de objetos do Estado crescer, passando a ser o local por excelência utilizado para armazenar, de modo temporário ou mais permanente, uma infinidade de tipologias de artefactos pertencentes a diversas tutelas e organismos

¹²³⁴ Acerca deste assunto ver o ponto 2.2.2.2. *Projetos para conclusão do Palácio Nacional da Ajuda*.

¹²³⁵ Acerca deste assunto ver o ponto 2.2.2.1. *Projetos e obras*.

¹²³⁶ Ver 2.2.4. *Zona circundante*.

estatais. O PNA passaria também a ser um depósito de bens, numa tentativa de criação de um “*Garde-Meuble*” Nacional, à semelhança do caso francês¹²³⁷.

Para concluir este ponto, refiramos que, à semelhança do período anterior (1910-1937), o número de funcionários não foi sempre constante. Em meados do ano de 1939 existiam no PNA 16 funcionários¹²³⁸, mas no ano seguinte esse número caiu para 14¹²³⁹ e em 1945 atingiria o seu número mais baixo, 8 funcionários¹²⁴⁰. Em meados da década de 50 o número de funcionários disponíveis tornou a subir, agora para os 13¹²⁴¹, baixando depois para os 10 em 1960¹²⁴². No ano de aposentação de Manuel Carlos de Almeida Cayola Zagalo, 1965, o PNA dispunha de 12 funcionários¹²⁴³. Eram estes empregados contínuos de 1.ª classe e contínuos de 2.ª classe¹²⁴⁴, incluindo entre eles um Chefe do Pessoal Menor.

Para além dos funcionários fixos, existiram períodos em que foram contratados alguns assalariados para tarefas mais específicas. Inserem-se neste caso alguns trabalhos de reparação e manutenção em que era contratado um pedreiro, e os trabalhos de limpeza gerais de alguns dos espaços do edifício, para os quais eram contratadas uma ou duas “*mulheres-a-dias*”¹²⁴⁵.

Não sendo o número de funcionários do PNA constante, o seu conservador mostrou sempre uma preocupação intensa acerca deste assunto. Em ofícios e relatórios dirigidos à sua tutela, em particular à Repartição do Património da Direção Geral da Fazenda Pública, vários foram os momentos em que Zagalo referiu a necessidade de um maior número de efetivos para o palácio a seu cargo. Selecionando como exemplo um relatório do Conservador do PNA de 26 de novembro de 1945, ficamos com uma ideia geral da divisão de tarefas entre funcionários e verificamos essa preocupação com a falta de pessoas para o volume de trabalho que existia:

“cumpre-me precisar que ultimamente tem aumentado muito os serviços do Palácio, visto que continuamente para aqui transitam objectos vindos de vários lados [...] o que obriga a um dispêndio de maior trabalho.

¹²³⁷ Acerca deste assunto ver o ponto 2.2.3. *Organização das coleções*.

¹²³⁸ APNA, Livro de Ponto, maio de 1939 a 1942.

¹²³⁹ *Idem*.

¹²⁴⁰ Relatório de 26 de novembro de 1945. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 39, Relatórios vários.

¹²⁴¹ APNA, Livro de Ponto, 1954-1956.

¹²⁴² APNA, Livro de Ponto, 1957-1960.

¹²⁴³ APNA, Livro de Ponto, 1964-1965.

¹²⁴⁴ Decreto n.º 13.850, de 28 de junho de 1927, *Diário do Governo*, n.º 135, de 29 de junho de 1927.

¹²⁴⁵ Termo utilizado em diversa documentação do APNA.

Além disso está em andamento a construção da Casa-Forte para acondicionamento das Jóias da Corôa, facto êste que acarreta não só a conservação e limpeza dêste compartimento como o de pelo menos mais quatro que vão ser aformoseados, incluindo parte do corredor da Música.

Ora, sucede, que presentemente se encontram ao serviço efectivo dêste Palácio, oito contínuos e três assalariados, incluindo duas mulheres.

Mas praticamente dêste número só cinco contínuos estão ao serviço das salas, exercendo os restantes as funções, respectivamente de chefe de pessoal menor, porteiro, dactilógrafo e outros trabalhos de secretaria.

Mas dêsses cinco há um que se tem que afastar mais do que uma vez por dia do serviço interno do Palácio, por estar encarregado das águas das minas.

E acresce ainda que um dos contínuos tem já perto de 70 anos e outro 60, o que equivale a dizer que as suas forças não são as mesmas de há anos atrás.

Com as mulheres não se conta para certos serviços, porque estas têm a seu cargo a lavagem de corredores, escadas, etc.

Poderá parecer que o facto dêste Palácio não estar aberto ao público, implica um menor dispêndio de trabalho por parte do pessoal. Mas não é assim, visto que é muito frequentado por pessoas que obtêm autorização para o visitar e além disso está em contínuo movimento.

De facto, é daqui que saíem frequentemente objectos para os banquetes e outras festas que o Govêrno oferece em Belém, nas Necessidades, Sintra, etc.

E quando assim á a soma de trabalho é muito elevada, por se terem que acondicionar centenas de peças de porcelana, vidros, pratas, e às vezes até que deslocar tapeçarias, carpetes, móveis e tudo o mais que é necessário para essas festas. [...]

Além disto êste Palácio ao contrário do que acontece com os outros, tem 37 salas expostas ao público, sem contar com múltiplos corredores, escadarias, etc., e grande quantidade de arrecadações que é preciso cuidar. [...]

Ora, não é com cinco contínuos, melhor dizendo, com quási cinco contínuos, que êste serviço pode ser levado a bom têrmo. [...]

Parece-me que o pedido que acima acabo de referir não é descabido atendendo que os outros Palácios, de muito menores dimensões e dispondo de menor número de objectos, contam no seu activo, segundo creio, tanto ou mais pessoal que êste que é o primeiro Palácio Nacional.”¹²⁴⁶

2.2.2.1. Projetos e obras

Entre 1938 e 1964, o Palácio Nacional da Ajuda foi local de diversas intervenções, desde obras de reparação urgentes até obras de transformação de alguns dos seus espaços. Todas essas sucessivas intervenções estiveram a cargo da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, do Ministério das Obras Públicas (DGEMN).

Anualmente era feito um plano de trabalhos pela DGEMN, seguindo os pedidos elaborados pelo Conservador do Palácio Nacional da Ajuda e pela tutela da Direção Geral da Fazenda Pública e os pareceres dos técnicos responsáveis da própria DGEMN. De acordo com o plano de trabalhos anual, eram lançados concursos para as diversas campanhas de intervenção, respeitando os valores de dotação previstos para o PNA.

Estas campanhas de obras no Palácio Nacional da Ajuda tiveram diversas fases de incremento, passando também por momentos de paragem temporária, pois os recursos financeiros disponíveis eram muitas vezes aplicados noutros locais do conjunto do Alto da Ajuda, tais como a Biblioteca da Ajuda, a Sala da Física onde estava instalado o Centro de Estudos do Livro Português, a Torre Sineira do Largo da Ajuda, as diversas casas do Estado arrendadas, que eram administradas a partir do PNA, e até parte do Paço Velho da Ajuda, transformado em quartel da Guarda Nacional Republicana¹²⁴⁷.

No próprio edifício do PNA, as características físicas dos materiais e técnicas construtivas do próprio conjunto edificado, aliadas a problemas constantes de

¹²⁴⁶ Relatório de 26 de novembro de 1945. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 39, Relatórios vários.

¹²⁴⁷ Entre 1944 e 1945 foram restaurados os tetos setecentistas de quatro dependências do Palácio Velho da Ajuda, onde estava aquartelada a 5.ª Companhia do Batalhão n.º 2 da Guarda Nacional Republicana: duas casernas, casa do soldado e carreira de tiro de chumbo. PT DGEMN:REOM-0015/02 - Ajuda: Correspondência. PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/003 - Palácio da Ajuda. Este trabalho foi efetuado por Lauro da Silva Corado (1908-1977), pintor formado pela Escola Superior de Belas Artes do Porto. Lauro Corado, acedido em 14 de dezembro de 2014 em URL: <http://laurocorado.webs.com/biografia.htm>.

manutenção, a algum desleixo e a alguns fenómenos atmosféricos adversos¹²⁴⁸, levaram em diversos momentos à necessidade de intervenções pontuais, principalmente nas coberturas e nos vãos (janelas e portas). Estas intervenções urgentes faziam-se quase sempre com valores de dotações extraordinárias criadas para o efeito.

Outras dotações extraordinárias foram feitas no âmbito de preparativos para alguns eventos protocolares, que implicavam algumas intervenções no edifício.

Não nos cabendo analisar profundamente todas as campanhas de obras realizadas no Palácio Nacional da Ajuda, julgamos no entanto pertinente fixar alguns dados sobre algumas delas, uma vez que são elementos fundamentais para uma melhor compreensão sobre a história do Palácio da Ajuda neste período. Destacamos, então, as que se processaram nas principais salas interiores do edifício e aquelas que, de algum modo, implicaram alterações mais significativas em alguns espaços interiores.

Quanto aos exteriores do PNA, refira-se que foram várias as obras levadas a cabo no período em análise, a grande maioria delas integradas no plano de conclusão do edifício. Acerca deste assunto desenvolvemos texto autónomo¹²⁴⁹.

A par destas intervenções outras foram sendo realizadas, garantindo a manutenção do edifício, nomeadamente reabilitação e beneficiação dos telhados, algerozes e claraboias, arranjos de portas e janelas. Estas intervenções eram, na sua maioria, integradas nos planos de trabalhos anuais, de maneira faseada¹²⁵⁰.

A propósito das obras em espaços interiores do Palácio, para além das constantemente necessárias intervenções de manutenção e de reparação de janelas e portas, de soalhos, da instalação elétrica, dos elevadores e das canalizações¹²⁵¹, destaquem-se as seguintes, elencadas cronologicamente.

¹²⁴⁸ Ciclone de 15 de fevereiro de 1941. “*Os principais prejuizos são em vidraças, clara-boias, telhas, chaminés derrubadas, cabos de para raios, etc. Abateu também um pedaço do tecto da Sala de Fumo indo cair em cima da mesa do centro [...] Nas salas do Trono e do Atelier partiram-se vidros de modo que a água entrava ali*”. Partiram-se diversos vidros na Biblioteca da Ajuda e caiu o galo e a cruz da Torre Sineira do Largo da Ajuda. Caíram diversas árvores e várias casas do Estado nas imediações sofreram estragos. SIPA TXT.01403507, SIPA TXT.01403508, SIPA TXT.01403509, SIPA TXT.01403510 e SIPA TXT.01403511. Palácio Nacional da Ajuda: Processo geral (Começa em 1 de Janeiro de 1939) - PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/002.

¹²⁴⁹ Ver o ponto 2.2.2.2. **Projetos para conclusão do Palácio Nacional da Ajuda.**

¹²⁵⁰ As intervenções nas coberturas e nas caixilharias exteriores do PNA foram levadas a cabo, de acordo com os valores disponíveis das dotações orçamentais, de modo faseado em anos sucessivos.

¹²⁵¹ Os trabalhos realizados na instalação elétrica e nas caixilharias interiores foram também executadas de maneira faseada em anos sucessivos, de acordo com os valores disponíveis das dotações orçamentais.

Reconstrução do salão onde eram os aposentos de D. Luís

A 7 de março de 1940, Manuel Carlos de Almeida Zagalo, Conservador do PNA no cargo há cerca de dois anos, num relatório dirigido à tutela sugeria um plano de remodelação total de um conjunto de espaços outrora utilizados como aposentos pelo Rei D. Luís I. O objetivo desta remodelação prendia-se com a necessidade de uniformização de gosto ao longo das salas do palácio. Acerca destes espaços, Zagalo escreveu:

*“no andar térreo, ou seja no grupo de salas da ala Sul figuram dois compartimentos, que serviram de quartos ao Rei D. Luiz, compartimentos êsses que comunicam por sua vez com duas casas de banho e uma pequena arrecadação. – Depois que faleceu o Rei D. Luiz, a Rainha D. Maria Pia que continuou a habitar nêste Palácio mandou transformar os mencionados quartos em salas, tal como ainda hoje se conservam.”*¹²⁵²

No arrolamento do Palácio Nacional da Ajuda estes espaços encontram-se inventariados como “Sala escura ou do saltimbanco” e “Sala amarella mobilada”¹²⁵³.

No mesmo relatório Zagalo comenta que “o grupo das cinco divisões formavam inicialmente um único salão, de dimensões análogas à da chamada sala de Música”, alvitando que a divisão do espaço original não terá sido equilibrada: “Essa adaptação não foi feliz tendo sido feito um falso tecto, pintado sobre lona, e os tabiques, correspondentes às cinco divisões a que acima me referi.”¹²⁵⁴

Depois de uma inspeção ao teto original do salão, através de uma abertura existente num dos tetos falsos das divisões existentes, Zagalo propôs que se fizesse uma

¹²⁵² Relatório de 7 de março de 1940. SIPA TXT.07507202, in, Ajuda: Correspondência - PT DGEMN:REOM-0014/02. Relatório de 7 de março de 1940. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 39, Relatórios vários. Acerca deste espaço Zagalo, em 1961, diz-nos que “ao escolher-se a referida dependência para quarto do Rei, adoptou-se a solução de a dividir em quarto de cama, gabinete de trabalho e casa de banho. [...] D. Maria Pia, no intuito de evitar a intercepção da sequência das salas, transformou em mais duas o quarto e o gabinete de trabalho de D. Luís, após o seu falecimento.” ZAGALO, Manuel, Palácio Nacional da Ajuda, Roteiro, 1961, p. 36.

¹²⁵³ Auto de arrolamento 6 - PT/PNA/DGFP/0001-002/0001/00009. Acedido em 18 de novembro de 2014 em URL: <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4683306>.

Auto de arrolamento 7 - PT/PNA/DGFP/0001-002/0001/00010. Acedido em 18 de novembro de 2014 em URL: <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4683307>.

Auto de arrolamento 8 - PT/PNA/DGFP/0001-002/0001/00011. Acedido em 18 de novembro de 2014 em URL: <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4683308>.

¹²⁵⁴ Relatório de 7 de março de 1940. SIPA TXT.07507202, in, Ajuda: Correspondência - PT DGEMN:REOM-0014/02. Relatório de 7 de março de 1940. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 39, Relatórios vários.

intervenção no sentido de restituir ao espaço a sua configuração original, o que garantiria uma harmonização com os espaços circundantes.

Revelando também preocupações com os critérios decorativos da sala, Zagalo propunha ainda que, depois da remoção das paredes e tetos falsos, fossem realizados novos trabalhos de decoração no salão, sugerindo mesmo a transferência de objetos existentes em outras salas do PNA.

A 20 de maio de 1940, Raul Lino, na qualidade de chefe da Repartição de Estudos e Obras de Monumentos da DGEMN, emitiu o seu parecer acerca desta proposta de intervenção nos antigos aposentos do Rei D. Luís:

*“acêrca da reconstituição de uma antiga sala do Palácio Nacional da Ajuda, actualmente transformada em vários aposentos, tenho a honra de informar V. Ex.^a de que esta obra me parece acertada, porquanto os actuais aposentos, se bem que razoavelmente guarnecidos, nenhum interêsse artístico oferecem quanto à sua decoração ou arquitectura; pelo contrário, a antiga sala, cujo tecto está conservado em bom estado, pelas suas proporções e pela sua decoração. Constitui um elemento architectónico e de representação que valoriza mais o 1.º pavimento do referido Palácio.”*¹²⁵⁵

Depois deste parecer favorável e com a anuência da tutela da Direção Geral da Fazenda Pública, esta campanha de obras ficou programada para 1945, ficando inscrita no Plano de obras da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais para esse ano¹²⁵⁶.

A Memória Descritiva do caderno de encargos, de 19 de março de 1945, permite-nos conhecer exatamente os trabalhos agendados:

“haverá que retirar os tabiques que dividem aquele salão bem como os respectivos sub-tectos de madeira, e reparar de estuque em vários pontos, sancas e paredes.

¹²⁵⁵ Parecer de Raul Lino, de 20 de maio de 1940, dirigido ao diretor geral da DGEMN. SIPA TXT.01403360, in, Palácio Nacional da Ajuda: Processo geral (Começa em 1 de Janeiro de 1939) - PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/002.

¹²⁵⁶ Plano de obras para 1945. SIPA TXT.07508045, in, Ajuda: Correspondência - PT DGEMN:REOM-0015/02.

O parquê do corredor será substituído por forma a igualar o do salão, colocando-se nas paredes as molduras de madeira e os lambris que poderem ser aproveitados dos tabiques a demolir.

*Pintam-se a tinta de óleo, portas, molduras e lambris e restaura-se a pintura decorativa do tecto primitivo.*¹²⁵⁷

Os trabalhos programados para esta sala foram realizados durante o ano de 1945. O espaço retomou, então, a sua configuração inicial, com prejuízo da configuração dos antigos aposentos do Rei D. Luís, que haviam sido construídos numa lógica espacial mais intimista, típica da segunda metade de oitocentos.

Casa-forte

De todas as campanhas de obras, a mais relevante neste período talvez tenha sido a construção de uma casa-forte no PNA, com o intuito de guardar e expor as denominadas Jóias da Coroa Portuguesa.

Seguindo as palavras do diretor geral da Fazenda Pública, António Luís Gomes, verificamos que os objetos que compunham o conjunto denominado *Jóias da Coroa* se encontravam, na sua maioria, na Casa-forte do Palácio Nacional das Necessidades, sem condições de segurança¹²⁵⁸, sendo que desde 1934 que a DGFP procurava uma solução para a guarda e exposição das Jóias da Coroa e das Baixelas¹²⁵⁹.

Em carta de 23 de outubro de 1939, António Luís Gomes dirigindo-se ao diretor geral da DGEMN, salientava a importância da construção de uma casa-forte para a colocação das “*Jóias da Coroa e das Baixelas de aparato*”:

“Peço a atenção de V. Ex.^a para a conveniência que há em incluir nas obras a construção duma casa-forte para guarda e exposição das jóias da Coroa e baixelas, especialmente a Germain, e outras peças com elevado valor artístico. A instâncias desta Direcção Geral o Sr. Coronel Santos Lucas, ao tempo chefe

¹²⁵⁷ Memória Descritiva, datada de 19 de março de 1945, do caderno de encargos para a obra denominada “Reconstrução do salão onde eram os aposentos de D. Luís”, SIPA TXT.01419977, in, Palácio Nacional da Ajuda: reconstrução do salão onde eram os aposentos de D. Luís - PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/119.

¹²⁵⁸ PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/002 - Palácio Nacional da Ajuda: Processo geral (Começa em 1 de janeiro de 1939) - SIPA TXT.01403287.

¹²⁵⁹ PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/002 - Palácio Nacional da Ajuda: Processo geral (Começa em 1 de janeiro de 1939) - SIPA TXT.01403286.

da Delegação Especial Portuguesa junto da embaixada de Portugal em Londres, elaborou um relatório sobre a Torre de Londres e, mais tarde, o arquitecto Sr. Raúl Lino um outro em que expõe as condições a que deve obedecer a referida casa-forte.”¹²⁶⁰

Em relatório de 2 de abril de 1941, o Conservador do PNA informa que José Rosas Júnior¹²⁶¹, conservador do Museu Nacional de Soares dos Reis, esteve a estudar as jóias existentes na Casa-forte do Palácio Nacional das Necessidades, e que por despacho ministerial estas foram separadas com vista à sua transferência para a casa-forte do Banco de Portugal.

“Devo dizer que foi com verdadeira satisfação que vi sair para o Banco de Portugal os objectos mais preciosos da casa-forte das Necessidades por serem ao mesmo tempo aqueles que maior cubiça poderiam despertar.

[...] Já [em] 13 de Janeiro de 1939, tinha proposto que enquanto aqueles valores não podessem estar guardados ou expostos nas devidas condições de segurança, deveriam ser transportados para um estabelecimento do Estado que oferecesse os indispensáveis requisitos de confiança e solidez.”¹²⁶²

Entretanto, seria tomada superiormente a decisão de guardar e expor o valioso conjunto no Palácio Nacional da Ajuda, apesar de contrária opinião de Zagalo:

“Tendo visto essas jóias o Snr. José Rosas, grande perito em joalheria, logo imaginou e muito bem que elas deveriam ser restauradas e expostas de forma a realçar toda a sua beleza e valor, tendo alvitado desde logo que as jóias deveriam ser expostas num Palácio, de preferência no da Ajuda, parecer com o que aliás não concordei tendo mesmo procurado dissuadi-lo de tentar levar por deante a sua ideia.

¹²⁶⁰ PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/002 - Palácio Nacional da Ajuda: Processo geral (Começa em 1 de janeiro de 1939) - SIPA TXT.01403287.

¹²⁶¹ José Maria Ayres da Silva Rosas, também conhecido por José Rosas Júnior (1879-1958). Ourives e Joalheiro, foi Conservador auxiliar do Museu Nacional de Soares dos Reis, no Porto. Acedido em 9 de abril de 2015 em: http://amagro.net/wp/familia/?page_id=310&id=152#.V5a6-fnF_kU.

¹²⁶² Relatório de 2 de abril de 1941. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 39, Relatórios vários. “As referidas jóias faziam parte da Casa-Forte do Palácio das Necessidades e embora só limitadíssimo numero de pessoas soubessem que elas ali se encontravam e estivessem mais bem seguras do que possa parecer á primeira vista, reconheceu-se, contudo, que para maior resguardo deveriam ser guardadas na Casa-Forte do Banco de Portugal, tendo mais tarde transitado para a Casa da Moeda.” Relatório de 16 de junho de 1951. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 39, Relatórios vários.

Depreendi até que Sua Excelência o Senhor Ministro das Finanças, nessa altura o Snr. Prof. Doutor João Pinto da Costa Leite (Lumbrales) se lembrara da Casa da Moeda mas o Snr. José Rosas, manifestou grande empenho em que se convertesse em realidade o seu pensamento. Sem duvida que eu era igualmente do parecer que as jóias deveriam ser expostas, mas não neste Palácio por varias razões e entre elas pelo acréscimo da enorme responsabilidade que viria recair sobre os meus ombros.”¹²⁶³

A Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais começou então a elaborar um estudo com vista a uma eventual construção de casa-forte, designando Raul Lino, chefe da Repartição de Estudos e Obras de Monumentos da DGEMN, para superintender este projeto. Em relatório datado de 3 de dezembro de 1941, Lino comenta que este novo espaço deveria ficar localizado num torreão a construir, ligando assim a ideia da construção da casa-forte aos projetos de conclusão do PNA:

“Aprovada a ideia de ser incorporada no Palácio Nacional da Ajuda a futura casa-forte do tesouro, e dado que no projectado complemento dêste palácio se incluía a construção de novos torreões semelhantes aos dois que já ali existem, indicado estava o aproveitamento do projectado torreão a Sudoeste para ai se instalar nos seus baixos a casa-forte exposição. Êste corpo do edifício presta-se especialmente a tal destino não só pela grande espessura que as suas paredes são obrigadas a ter, como pela circunstância de ficar em ligação directa com a ala Sul do palácio e portanto de fácil acesso aos visitantes daquela antiga residência real.”¹²⁶⁴

No mesmo relatório, Raul Lino descreve com bastante pormenor o seu projeto de casa-forte, revelando sérias preocupações com a segurança e com os cuidados a ter com a exposição dos objetos. Pela sua importância, transcrevemos um extenso excerto:

“A construção desta casa-forte poderia ser levada a cabo independentemente da grande obra de complemento do Palácio e, por isso que fica em ligação imediata com a ala Sul, seria possível utilizá-la sem necessidade de se esperar sequer pela construção integral do próprio torreão em que está alojada. Do 1.º piso ou rés-do-chão do Palácio entrar-se-ia por uma porta adequada,

¹²⁶³ Relatório de 16 de junho de 1951. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 39, Relatórios vários.

¹²⁶⁴ SIPA TXT.01415690 e SIPA TXT.01415689, in, PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/063 - Casa Forte - Palácio Nacional da Ajuda.

directamente para o correspondente piso do torreão. Teríamos aqui uma grande sala para exposição, em vitrinas, dos objectos menos preciosos e que não exigem segurança tam reforçada. Desta sala desce-se por escada – incombustível, como toda a obra, - para a sala subterrânea, a qual, sem janelas e coberta por placa assente em 4 pilares, oferece razoável segurança contra roubos. Quanto ao perigo em caso de bombardeamento aéreo, foi a placa calculada para uma sobrecarga de sacos de areia com 3 m. de altura, que se poderia armar no piso superior depois de transferidas as vitrinas para o subterrâneo. Quando o torreão estiver todo construído até cima, o eventual desmoronamento dos andares superiores não destruiria a referida placa que tem a correspondente resistência. As janelas do piso superior são fortemente gradeadas.

Construindo o novo torreão desde os alicerces até à placa por cima da sala superior, poderia a obra esperar pela execução geral dos projectados trabalhos de complemento do Palácio, havendo apenas que construir uma cobertura provisória por cima da placa superior de cimento armado.

[...]

A sala subterrânea, onde se guardariam os objectos mais valiosos, mede cêrca de 13,40 m. x 10,60 m., e tem 4 m. de pé-direito. O seu teto assenta, além de nas paredes, sôbre quatro pilares que ficam a constituir como que os cunhais de uma grande vitrina central em que se exhibiriam as peças mais vistosas e volumosas do tesouro do Estado. Tres vitrinas metidas na grossura das paredes ofereceriam boa segurança para objectos do mais alto valor, enquanto três outras vitrinas, com objectos de Arte ou documentos valiosos, guarneceriam os cantos da Sala.

A iluminação eléctrica daria a esta exposição valioso realce, e fácil será estabelecer a conveniente ventilação da ambiência por meio de larga tiragem alojada na espessura das paredes.”¹²⁶⁵

Apesar da pormenorizada apresentação deste plano, o Ministro das Obras Públicas, Duarte Pacheco, emitiria um parecer datado de 6 de dezembro de 1941 em que

¹²⁶⁵ SIPA TXT.01415689 e SIPA TXT.01415688, in, PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/063 - Casa Forte - Palácio Nacional da Ajuda.

é mencionado que *“Esta obra deve esperar a execução geral dos projectados trabalhos de complemento do Palacio da Ajuda.”*¹²⁶⁶ Devido à complexidade e morosidade do projeto de conclusão do Palácio Nacional da Ajuda, a construção de uma casa-forte neste palácio seria também adiada.

Em 1943 foi contratado pela Direção Geral da Fazenda Pública, de acordo com o Decreto n.º 33.604 de 12 de abril de 1943, José Rosas Júnior, conservador auxiliar do Museu Nacional de Soares dos Reis especialista em joalheria, para estudar o restauro e a posterior exposição das Jóias da Coroa e das Jóias de D. Miguel, estas últimas entretanto adquiridas pelo Estado¹²⁶⁷.

A 9 de setembro de 1944, António Luís Gomes envia ao diretor geral da DGEMN um excerto de um relatório escrito por Rosas Júnior, em que este transmite o parecer de que o local indicado para a construção da casa-forte seria efetivamente o andar nobre do PNA.

“Tratando-se de jóias e peças de ourivesaria que, debaixo de todos os pontos de vista, estão ligadas aos tempos da Realeza, entendo que o recinto para instalar a respectiva Exposição só pode ser um dos Palácios Reais, estando naturalmente indicado para esse efeito o Palácio da Ajuda.

Neste Palácio deverá construir-se uma Caixa Forte, cujo interior seja decorado de forma a não deixar adivinhar o que na realidade é, e onde, em vitrines adequadas seriam expostos os valores de que estou tratando.

Julgo, em virtude das visitas que fiz ao referido Palácio, que, por todas as razões, a Caixa Forte deve ser construída no Andar Nobre, no seguimento das salas de entrada principal. [...] no local, onde actualmente estão umas

¹²⁶⁶ SIPA TXT.01415693, in, PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/063 - Casa Forte - Palácio Nacional da Ajuda

¹²⁶⁷ *“Considerando-se concluídas as negociações para a aquisição do grupo de jóias, das denominadas de D. Miguel, que interessam ao Estado, visto os representantes dos herdeiros haverem pessoalmente manifestado a concordância dos respectivos mandatários, a 3.ª Secção da Repartição do Património tem a honra de propôr a aquisição das jóias qua a seguir se indicam: Uma bússola de ouro [...] Anel de grande brilhante [...] Espadim com copos e guarda de ouro [...] Espadim com copos de ouro e prata com brilhantes [...] 2 pedaços de ornato com brilhantes [...] Um grupo de figuras em prata dourada com base em mármore e uma pequena caixa também de prata dourada [...] Escrevaninha em prata dourada [...] Espada de ouro com bainha de prata dourada cravejada de brilhantes [...] Uma Água marinha e uma ágatha [...] Pistola em ouro com cano de prata [...] Tosão grande [...] A importância total destas jóias é de 1.727.640\$00 [...]”* Ofício do chefe da 3.ª secção da Repartição do Património da DGFP, de 10 de fevereiro de 1943. ACMF, Coleções de informações – propostas - PT/ACMF/DGFP/COPINF/0001.

arrecadações e toilettes, no sítio oposto ao corredor interior das salas principais.”¹²⁶⁸

No entanto, o mesmo redator considera que talvez o local específico que sugere não seja compatível com as necessidades de vestiários e outros equipamentos imprescindíveis nas ocasiões das cerimónias protocolares¹²⁶⁹.

Na resposta da Direção Geral da Fazenda Pública (Secção responsável pelos Palácios Nacionais) ao relatório de José Rosas Júnior é considerado que

“As características apontadas [...], para essa instalação [da casa-forte], parecem inteiramente razoáveis. De facto, obedecem às melhores regras de museologia, conciliando a segurança das peças e a sua boa apresentação ao visitante.

Quanto ao local proposto é que a Secção julga conveniente apresentar as suas dúvidas:”¹²⁷⁰

O próprio diretor geral da DGFP, António Luís Gomes, observaria que o local proposto por Rosas Júnior não era o sítio mais indicado, solicitando à DGEMN um estudo acerca de outra localização possível¹²⁷¹.

Como resposta ao pedido da Direção Geral da Fazenda Pública, o arquiteto Raul Lino, enquanto responsável pela Repartição de Estudos e Obras de Monumentos, elaborou um novo relatório, datado de 27 de outubro de 1944, remetido ao diretor geral da DGEMN. Neste documento Lino defende a construção da casa-forte e respetivo salão de exposição *“nos baixos, respectivamente no rés-do-chão do torreão Sul-Oeste do Palácio”*¹²⁷², comentando ainda que

“O local sugerido para uma casa-forte-exposição pelo Snr. Conservador Auxiliar do Museu de Soares dos Reis, não me parece de aconselhar, já porque inutilizaria as instalações sanitárias existentes, que precisam de reforma mas se

¹²⁶⁸ SIPA TXT.07507975, in, Ajuda: Correspondência - PT DGEMN:REOM-0015/02.

¹²⁶⁹ SIPA TXT.07507974, in, Ajuda: Correspondência - PT DGEMN:REOM-0015/02.

¹²⁷⁰ Ofício do Chefe da 3.ª Secção da Repartição do Património, datado de 6 de setembro de 1944. ACMF, Coleções de informações – propostas (PT/ACMF/DGFP/COPINF/0001).

¹²⁷¹ SIPA TXT.01415696, in, PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/063 - Casa Forte - Palácio Nacional da Ajuda. António Luís Gomes solicita ao diretor geral da DGEMN a 9 de setembro de 1944 este estudo, renovando o pedido a 13 de outubro de 1944. SIPA TXT.07507973, in, PT DGEMN:REOM-0015/02 - Ajuda: Correspondência.

¹²⁷² SIPA TXT.01415700 e SIPA TXT.01415699, in, PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/063 - Casa Forte - Palácio Nacional da Ajuda.

encontram contudo em excelente localização para o serviço do Palácio, já porque a área abrangida por estas instalações é acanhada para uma exposição em termos. [...]

Como a construção do torreão Sul-Oeste, ainda que nos seus dois primeiros pisos, se apresenta de elevado custo e implicaria a remodelação das vias públicas adjacentes com transferência da linha dos carros eléctricos etc., talvez se pudesse construir uma casa-forte menos importante, sem o dispêndio dos alicerces, paredões e cantarias a que a construção do referido torreão obrigaria, em ponto conveniente a fixar-se dentro de umas divisões que ficam por de trás do quarto da rainha, divisões que são condenadas pela projectada obra, mas onde bem poderia de futuro permanecer uma casa-forte planteada de acôrdo com o projecto aprovado para o complemento do Palácio.

Êste local teria excelente acesso interno, através do chamado corredor da música e, querendo-se, mais tarde, entrada independente pela futura entrada da escadaria nobre da fachada Poente.”¹²⁷³

Apresentando uma alternativa à ideia que apresentara em dezembro de 1941, Lino expõe então um novo plano, que em traços gerais corresponde ao que foi integrado no caderno de encargos para o concurso público desta empreitada. Na Memória Descritiva deste novo projeto, de 21 de março de 1945, Lino menciona o mesmo aproveitamento de um conjunto de espaços localizados no seguimento dos *Aposentos da Rainha*, para a construção de uma casa-forte¹²⁷⁴.

Em 13 de dezembro de 1946, num relatório enviado à Repartição do Património da DGFP em que informa não pretender imiscuir-se no assunto da criação de uma casa-forte no PNA, por este estar a ser tratado por José Rosas Júnior, Zagalo apresenta algumas considerações relativas “*principalmente, às dependências que ficam anexas à*

¹²⁷³ SIPA TXT.01415700 e SIPA TXT.01415699, in, PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/063 - Casa Forte - Palácio Nacional da Ajuda.

¹²⁷⁴ Memória descritiva de 21 de março de 1945. SIPA TXT.07508089, in, Ajuda: Correspondência - PT DGEMN:REOM-0015/02. Em 27 de dezembro de 1945 José Rosas Júnior menciona que seria conveniente utilizar mais uma sala para a exposição dos objetos do conjunto das *Jóias de D. Miguel*, pois considerava que “*As variadas jóias e outros objectos que têm de ser expostos necessitam de vitrines adequadas à sua importância e dimensões, umas e outras muito variáveis, permitindo uma perfeita selecção para melhor valorisação das peças na sua exposição.*” SIPA TXT.01415782, in, PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/063 - Casa Forte - Palácio Nacional da Ajuda.

Casa-Forte.”¹²⁷⁵ Zagalo preocupava-se com o acesso à dependência em construção e chamava a atenção para alguns espaços onde julgava ser necessária uma intervenção.

“De futuro, o ingresso para êste compartimento tem que ser feito através do Toucador da Rainha D. Maria Pia e divisões que se seguem.

Mas, para que isso suceda, têm que ser arrançados os seguintes compartimentos: Passagem junto à casa de banho; duas salas, o corredor chamado da “Música”, que irá estabelecer ligação das salas do rés-do-chão com as do primeiro andar e, ainda, a fracção do corredor que fica junto da Casa-Forte e que é perpendicular ao aludido corredor da “Música”. Neste corredor, vejo a necessidade de se construir uma porta.”¹²⁷⁶

O Conservador do Palácio Nacional da Ajuda sugeria também a constituição de “um pequeno Museu” nas salas anexas à Casa-Forte, que serviria para expor diversos objetos relacionados com a Casa Real e os seus membros, lembrando que

“[...] Para que tal suceda, será necessário construir vitrines apropriadas, onde se possam expôr não só valiosas peças de prata que actualmente figuram na Sala de Jantar como muitas outras que se encontram em arrecadação, e ainda exemplares de outro género, como, por exemplo: mostruários de esplêndidos serviços de porcelana, cristais, etc., da Casa Real e, havendo espaço, muitos outros objectos de uso pessoal dos soberanos, tais como: o manto da Corôa, fardas do Rei D. Luiz e dos Príncipes quando crianças, etc. etc.”¹²⁷⁷

Este plano já havia sido anteriormente apresentado por Manuel Carlos de Almeida Zagalo à tutela, em 1941, ainda que sem espaço definido¹²⁷⁸. Agora, com a

¹²⁷⁵ Relatório de 13 de dezembro de 1946. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 39, Relatórios vários.

¹²⁷⁶ *Idem.*

¹²⁷⁷ *Idem.*

¹²⁷⁸ “Tenho há muito a ideia de propôr a organização em uma ou duas salas de um pequeno musêu que podia e devia estar isolado das salas propriamente de recepção e no qual se colocariam em vitrines muitos dos objectos que se acham guardados neste Palácio, compreendendo não só pratas, como por exemplo os serviços de odiot, loiças, vidros, uniformes, desenhos e outras peças e que uma vez dispostos convenientemente poderiam formar um núcleo interessante se bem que eterógeneo, evocativo das pessoas reais que habitaram o Palácio da Ajuda. [...]”

Para este ultimo caso tinha inicialmente pensado nas antigas salas da galeria de Pintura, mas este projecto creio que terá de sêr pôsto de parte, por estar em principio assente pela Comissão a que pertence o Snr. Superintendente Artístico e o Snr. Dr. Reinaldo dos Santos, conforme comuniquei no meu relatório de Setembro do ano p. pdo., que aquelas divisões ficarão compreendidas no espaço da futura instalação da biblioteca.

Nesta ordem de ideias um outro local terá de sêr escolhido afigurando-se-me que a chamada Arrecadação do Tesouro se presta muito bem para este efeito.

construção da casa-forte perto dos aposentos da Rainha D. Maria Pia, o conservador do PNA via a possibilidade de utilização dos espaços anexos para a criação deste “pequeno Museu”.

Depois de várias discussões e pareceres as obras da casa-forte foram finalmente iniciadas, prolongando-se devido às adaptações dos espaços requeridos e às verbas orçamentais disponíveis. Assim, apenas no ano de 1948 é que surgem indicações de que os trabalhos de construção se encontravam terminados e de que se iria avançar com os trabalhos referentes às vitrinas e decoração das salas.

*“Será talvez oportuno pensar-se nas vitrines para as jóias de acordo com aquilo que tenho de expor, e precisaremos de fazer um cálculo aproximado não só do tecido para a forração como também do veludo para os cepos, que terá de vir do estrangeiro.”*¹²⁷⁹

O Conservador do PNA mostra-se, então, preocupado como sistema de segurança a instalar nas vitrinas.

“Não há dúvida que a Casa-Forte parece estar construída de forma eficaz a evitar incêndios e roubos, quer pelo que diz respeito à própria estrutura das paredes e do tecto como à porta de ferro que dá ingresso à Casa-Forte.

Contudo, e é este o pormenor a que me quero especialmente referir, afigura-se-me que deveria existir qualquer sistema de segurança especial para as vitrines.

E explico porquê.

Uma vez tendo o visitante ingressado na Casa Forte, a porta de ferro tem que ficar aberta, e como os espécimes expostos são de grande valor e diminutas dimensões, estão sujeitos mais do que quaisquer outros a despertar as atenções.

Isto leva-me a pensar que um mal intencionado poderia partir a chapa de vidro das vitrines e roubar algum dos objectos que elas virão a conter.

É certo que os visitantes estarão sempre acompanhados de um funcionário, mas quanto a mim isso não basta, porque, sendo por qualquer forma violentamente

Tem de facto estas salas a vantagem de estarem ligadas pelo Salão de Fumo, com todos os compartimentos do Andar Nobre onde se realisam as recepções, e por outro lado, o que é muito importante, pode esta secção estar isolada de todo o Palácio fazendo-se a serventia por uma porta que dá para uma escadaria com entrada independente.” Relatório de 2 de abril de 1941. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 39, Relatórios vários.

¹²⁷⁹ Carta de José Rosas Júnior de 18 de agosto de 1948. SIPA TXT.07509327, in, Ajuda: Correspondência - PT DGEMN:REOM-0016/02.

neutralizada a sua presença, o receptor poderia tentar arranjar forma de sair do Palácio sem que se tivesse tido conhecimento do sucedido.

Desconheço qual é o sistema de defesa, por exemplo das Joias da corôa de Inglaterra, que se encontram expostas na torre de Londres, mas consta-me que há qualquer dispositivo eléctrico que defende as vitrines.

De facto ou por meio de vidros inquebráveis que julgo não existirem em condições, ou o que é preferível por meio de um sistema eléctrico, julgo que se impõe que os técnicos se pronunciem sobre o assunto, na certeza que não ficando devidamente acautelada a defesa das jóias, não me poderei responsabilizar por qualquer futuro e imprevisto percalço.”¹²⁸⁰

Esta questão da segurança das vitrinas, já anteriormente prevista, mas aqui relançada por Zagalo, passou assim a estar bem presente nas preocupações dos intervenientes. O diretor geral da DGFP pediu então informações acerca das medidas de segurança utilizadas em casos análogos no estrangeiro¹²⁸¹.

Em Londres, Miguel d’Almeida Pile¹²⁸², cônsul geral de Portugal, contactou a Torre de Londres, onde se encontram expostas as Joias da Coroa Britânicas, sendo encaminhado para Lord Chamberlain¹²⁸³, principal responsável pelas jóias da Coroa Inglesa. Na sequência deste encontro, Almeida Pile remeteria para o diretor geral da Fazenda Pública¹²⁸⁴ um relatório elaborado pelos conselheiros técnicos de Lord Chamberlain¹²⁸⁵. Neste documento são apresentadas algumas sugestões acerca das condições técnicas das paredes da casa forte e das vitrinas, bem como acerca do acesso do público e da vigilância por seguranças, sendo também dadas algumas indicações a

¹²⁸⁰ Ofício de Zagalo dirigido ao diretor geral da DGFP, reencaminhado por este ao diretor geral da DGEMN a 3 de novembro de 1948. SIPA TXT.01415922 e SIPA TXT.01415920, in, PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/063 - Casa Forte - Palácio Nacional da Ajuda.

¹²⁸¹ “conviria, no parecer deste Ministério, averiguar quais os sistemas de segurança em uso em casos semelhantes, o que talvez se pudesse obter por informação das nossas autoridades diplomáticas em Londres, Paris e Washington.” Carta de 14 de fevereiro de 1949. SIPA TXT.01415929, in, PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/063 - Casa Forte - Palácio Nacional da Ajuda.

¹²⁸² Miguel d’Almeida Pile, cônsul geral de Portugal em Londres. Não conseguimos reunir mais dados acerca desta personalidade.

¹²⁸³ O Lord Chamberlain é um alto funcionário da Casa Real Britânica, responsável pelo protocolo, que tem a seu cargo a guarda das Jóias da Coroa. Acedido em 9 de dezembro de 2014 em URL: <http://www.royal.gov.uk/TheRoyalHousehold/RoyalHouseholddepartments/TheLordChamberlain.aspx>. À época esta responsabilidade era assumida por George Herbert Hyde Villiers, sexto conde de Clarendon (1877-1955), que se manteve no cargo entre 1938 e 1952. Acedido em 9 de novembro de 2014 em URL: <http://www.thepeerage.com/p5751.htm#i57506>.

¹²⁸⁴ Carta de Miguel d’Almeida Pile, datada de 8 de abril de 1949. PT DGEMN:DSID-001/011-1329 - Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Processo Administrativo.

¹²⁸⁵ *Idem*.

propósito do sistema de alarme, das características do vidro blindado e das grades de proteção e da iluminação. Apesar das completas sugestões, os técnicos londrinos sugeriam ainda a consulta de algumas casas da especialidade inglesas¹²⁸⁶.

Em Paris, foi contactada a Direction des Musées de France, que respondeu que, não podendo fornecer dados acerca de segurança, poderia apenas indicar algumas empresas da especialidade a alguém que se deslocasse a Paris¹²⁸⁷.

Apesar da intervenção da Direção Geral da Fazenda Pública, todas as indicações referentes a questões de segurança da casa-forte foram encaminhadas para a DGEMN, pois era esta entidade que estava responsável por toda a obra de adaptação e construção da casa-forte do Palácio Nacional da Ajuda.

Para além das questões de segurança, outra preocupação que se tornou central foi a decoração da casa-forte e das suas salas anexas. Em 2 de fevereiro de 1949 o diretor geral da Fazenda Pública indicava que

“Dispõe-se já, para esse fim, de algumas cadeiras Luís XVI, credências, quadros e tapeçarias.

*Torna-se porém, necessário dotar as referidas salas com dois lustres e algumas carpetes [...].”*¹²⁸⁸

Em 25 de julho de 1950, o restauro das jóias da Coroa e de D. Miguel estava quase terminado, revelando-se portanto prioritária a conclusão dos trabalhos na casa-forte, de modo a colocar os objetos nos locais a que se destinavam¹²⁸⁹. Assim, no ano seguinte seriam *“revestidas as paredes com tecido de côr verde e as vitrines com veludo cinzento escuro.”*¹²⁹⁰

¹²⁸⁶ SIPA TXT.01415936, SIPA TXT.01415937, SIPA TXT.01415938, SIPA TXT.01415939, SIPA TXT.01415940, SIPA TXT.01415944 e SIPA TXT.01415943, in, PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/063 - Casa Forte - Palácio Nacional da Ajuda.

No seguimento deste pedido de informações duas empresas inglesas disponibilizaram-se para acompanharem os estudos de segurança: Chubb & Son's, Lock and Safe Co. Ltd, de Londres. SIPA TXT.01415954, SIPA TXT.01415955, SIPA TXT.01415956 e SIPA TXT.01415957, in, PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/063 - Casa Forte - Palácio Nacional da Ajuda, e, The Chatwood Safe & Engineering Co. Ltd, de Shrewsbury. SIPA TXT.01415990, in, PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/063 - Casa Forte - Palácio Nacional da Ajuda.

¹²⁸⁷ Agosto de 1949. SIPA TXT.01415963, in, PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/063 - Casa Forte - Palácio Nacional da Ajuda.

¹²⁸⁸ SIPA TXT.01415925, in, PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/063 - Casa Forte - Palácio Nacional da Ajuda.

¹²⁸⁹ SIPA TXT.01416018, in, PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/063 - Casa Forte - Palácio Nacional da Ajuda.

¹²⁹⁰ Relatório de 27 de fevereiro de 1951. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 39, Relatórios vários.

Em 1951, o Conservador do Palácio Nacional da Ajuda, em relatório enviado à tutela, apresentava alguns aspetos técnicos que considerava ser necessário corrigir, relacionados com: os vidros das vitrines, a iluminação, a ventilação e os tecidos das paredes e vitrines¹²⁹¹. Outra grande preocupação mencionada neste relatório prendia-se com a segurança, sendo referenciados alguns problemas com as portas, nomeadamente com o seu sistema de fecho e abertura, bem como com o sistema de alarme projetado. Zagalo critica também a pouca presença de sentinelas da GNR no local, tece algumas considerações acerca da futura visita à casa-forte e sugere algumas medidas que deveriam ser tomadas¹²⁹². Em 11 de julho de 1951, o diretor geral da Fazenda Pública, baseado neste relatório, elencaria alguns problemas detetados na casa-forte do PNA, apontando as medidas a adotar para os resolver¹²⁹³.

Sendo necessárias diversas modificações na casa-forte e salas anexas, a sua decoração ficou suspensa, aproveitando-se o momento para estudar e adaptar uma das salas a ela contíguas para expor unicamente a Baixela Germain¹²⁹⁴.

Ficava assim, mais uma vez, adiada a conclusão da casa-forte do PNA, que apenas viria a ser terminada no início do ano de 1954. Por fim, em 13 de maio desse

¹²⁹¹ Relatório de 16 de junho de 1951. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 39, Relatórios vários.

¹²⁹² “[...] há umas outras tantas coisas que convem serem feitas quanto antes, a saber:

a) Duas das portas, da maior das salas anexas à Casa-Forte, deverão ser substituídas por paredes;

b) Convirá que as duas portas que estabelecem respectivamente a ligação das dependências junto à Casa-Forte com o pequeno vestíbulo anterior à casa de banho da Rainha e com o corredor da Música, sejam solidamente chapeadas de ferro e munidas de fechaduras especiais.” Relatório de 16 de junho de 1951. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 39, Relatórios vários.

¹²⁹³ “1.º Alteração do sistema de funcionamento de duas das vitrines laterais de forma a os respectivos vidros possam subir por meio de manivelas.

2.º Arranjo do sistema de ventilação cujo funcionamento não é perfeito.

3.º A iluminação fluorescente das vitrines laterais não funciona nas devidas condições.

4.º A iluminação da vitrine central não permite que as jóias expostas, que são aliás as de maior valor, sejam examinadas em boas condições.

5.º A qualidade da madeira das molduras das vitrines e roda pé não está de harmonia com o valor dos objectos expostos.

Além destes pormenores de acabamento torna-se ainda necessário considerar o reforço das medidas de protecção da casa forte.

Assim, convinha ser estudada a substituição por parede das duas portas da maior das salas anexas à casa forte, reforçar e colocar fechaduras especiais nas duas portas que estabelecem respectivamente a ligação das dependências junta à casa forte com o pequeno vestíbulo anterior à casa de banho da Rainha e com o corredor da Música, substituir a porta da sala dos Arquivos por um outro nas devidas condições pois que para se entrar por forma violenta por esse lado do Palácio bastará quebrar um vidro, colocação de grades nas janelas e numa porta da ala do edifício que confina com a calçada da Ajuda, instalação de aparelhos eléctricos de segurança e reforço da vitrine central.”

SIPA TXT.00435405 e SIPA TXT.00435406, in, PT DGEMN:DSID-001/011-1329 - Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Processo Administrativo.

¹²⁹⁴ Carta do diretor geral da DGFP, de 4 de setembro de 1951, dirigida ao diretor geral da DGEMN. PT DGEMN:DSID-001/011-1329 - Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Processo Administrativo.

ano, a obra foi inaugurada pelo Presidente da República¹²⁹⁵, sendo visitada com pompa e circunstância pelo Presidente do Conselho alguns dias depois, em 29 do mesmo mês, quase numa segunda inauguração¹²⁹⁶.

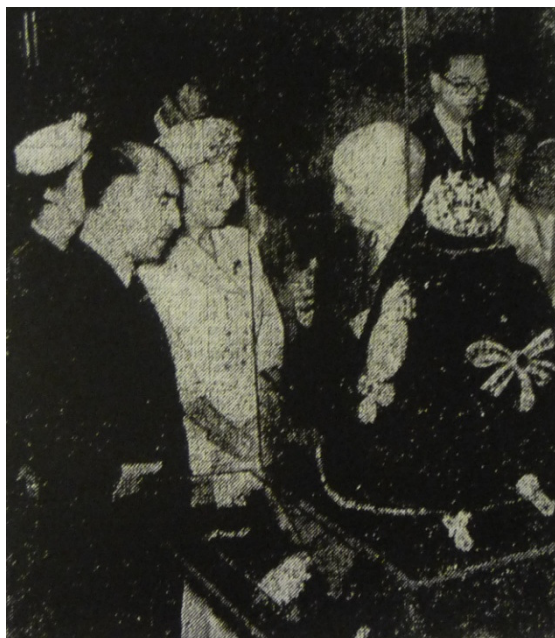


Fig. 52 – O Presidente da República, General Craveiro Lopes, visita a Casa-Forte do Palácio Nacional da Ajuda.

O Século, n.º 25.903, 14 de maio de 1954, p. 1.



Fig. 53 – O Presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar, visita a Casa-Forte do Palácio Nacional da Ajuda.

O Século, n.º 25.919, 30 de maio de 1954, p. 1.

Alguns meses depois da inauguração foi publicado o *Catálogo das Jóias e Pratas da Coroa*¹²⁹⁷, organizado por José Rosas Júnior. Nele são elencados 125 objetos diferentes, entre jóias, pratas, condecorações portuguesas e estrangeiras e outros objetos de aparato (coroas, ceptros, espadas e outras armas de cerimónia), cofres, placas, moedas, rosas de ouro, coroas e outros objetos para imagens religiosas e atos litúrgicos. Para além da descrição dos objetos em português e francês, e das suas dimensões, são reproduzidas fotograficamente 48 peças, três das quais a cores e as restantes a preto e branco, clichés fotográficos de Mário Novais e Manuel San Payo.

Depois de vários anos de estudos, restauros e obras, inaugurava-se finalmente a Casa Forte do Palácio Nacional da Ajuda, que

¹²⁹⁵ *Diário de Notícias*, n.º 31.690, 14 de maio de 1954, p. 1. *O Século*, n.º 25.903, 14 de maio de 1954, pp. 1-2.

¹²⁹⁶ *Diário de Notícias*, n.º 31.706, 30 de maio de 1954, p. 1. *O Século*, n.º 25.919, 30 de maio de 1954, p. 1.

¹²⁹⁷ *Catálogo das Jóias e Pratas da Coroa*, 1954.

*“encerra[va] uma das colecções mais notáveis não só de Portugal mas da Europa, tal é o valor das pratas cinzeladas e douradas, e o excepcional esplendor das suas jóias num dos conjuntos mais preciosos do Património Nacional.”*¹²⁹⁸

Caindo por terra a ideia de destinar uma das salas unicamente à exposição da Baixela Germain, encontravam-se abertas ao público, em espaço anexo à casa-forte, duas salas de exposição que obedeciam a *“características mais museológicas do que palacianas”*¹²⁹⁹. Estas duas salas – a primeira concebida como *“um pequeno Museu que em exclusivo lhe é dedicado [a D. Maria Pia]”*¹³⁰⁰ e a segunda como espaço dedicado ao casal real D. Luís I e D. Maria Pia – funcionavam simultaneamente como locais de passagem entre as salas dos antigos aposentos da Rainha D. Maria Pia e a casa-forte propriamente dita.

O próprio conservador do PNA deixa-nos um testemunho da organização destas salas. Na *Primeira Sala Anexa à Casa-Forte*, anteriormente utilizada como guarda-roupa¹³⁰¹, ocupada por *“Armários de vários tamanhos, brancos e de mogno, e poucos mais móveis”*¹³⁰², foram colocadas quatro vitrinas:

*“na que está próximo da janela, encimada pelo Retrato da Soberana, de L. Maeterlinck”*¹³⁰³, expõe-se o seguinte:

O passaporte, assinado pelo Ministro Casal Ribeiro, utilizado por D. Maria Pia numa viagem ao estrangeiro, sob o título de Duquesa de Guimarães; miniatura da Rainha Alexandra, enriquecida de uma dedicatória a D. Maria Pia, recordando a sua estada em Portugal; pulseira de ouro com a inscrição de brilhantes DEPOIS DE VÓS e, em vez da palavra Nós, dois nós; medalha de ouro de escrava de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa; miniaturas de vários membros da Família Real, etc., etc.

A de maiores dimensões contém os exemplares a saber: dois livros de missa, um oferecido por Vítor Manuel a sua Filha, comemorando a primeira comunhão e o

¹²⁹⁸ SANTOS, Reynaldo, “Prefácio”, in, *Catálogo das Jóias e Pratas da Coroa*, 1954, p. v.

¹²⁹⁹ ZAGALO, Manuel, *Palácio Nacional da Ajuda, Roteiro*, 1961, p. 53.

¹³⁰⁰ *Idem*, p. 53.

¹³⁰¹ No Arrolamento do Palácio Nacional da Ajuda este espaço é identificado como *“Guarda roupa, que compreende duas salas contíguas”*, recebendo a letra “U”. Auto de Arrolamento 72, PT/PNA/DGFP/0001-002/0003/00006. Acedido em 9 de dezembro de 2014 em URL: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4683390>.

¹³⁰² ZAGALO, Manuel, *Palácio Nacional da Ajuda, Roteiro*, 1961, p. 53.

¹³⁰³ “Rainha D. Maria Pia”, Louis Maeterlinck, óleo sobre tela, 61x78,5 cm, PNA inv.º 2131.

outro por D. Luís, este último com a dedicatória em francês «En souvenir d'amitié fidele ma chere Marie, Ton Louis»; vários leques, um dos quais de plumas com as iniciais da Rainha em brilhantes e outro pintado por D. Carlos; adereços de filigrana de D. Maria Pia, usados no citado baile de máscaras; miniaturas de parentes da Soberana e curiosidades várias.

Por fim, nas vitrinas dispostas de cada lado da tapeçaria Aubusson (Pastoral do século XVIII) tendo à sua frente um manto da Rainha de veludo bordado a pérolas, observam-se serviços de «vermeil» na sua maior parte do ourives Odier, ostentando as iniciais de D. Maria Pia. Uma mesa de Sormani e um tapete persa Heris, fazem parte do recheio desta primeira sala.”¹³⁰⁴

Na Segunda Sala Anexa à Casa-Forte¹³⁰⁵, que Zagalo afirma ter sido utilizada entre 1908 e 1910 como quarto de dormir pela Rainha D. Maria Pia¹³⁰⁶,

“contemplamos um encantador retrato da Rainha, de Michele Gordigiani¹³⁰⁷, na idade de 17 anos, pintado dois anos depois da sua vinda para Portugal e da mesma série dos da sala Azul.

Rodeiam-no os mantos Reais das cerimónias oficiais da corte e, mais afastados, os imponentes cadeirões da sala do Trono.

Na vitrina central e nas laterais exibem-se cristais, porcelanas e exemplares isolados, entre os quais graciosas figuras de Saxe.

A mais ampla contém vários núcleos de serviços de mesa alemães e franceses; dos últimos há um de Haviland & Co, de Limoges. Gravadas na maioria das peças, distinguem-se as iniciais de D. Maria Pia e de D. Luís.

Um «tête-à-tête» de porcelana de Sèvres, da Restauração (1822), pode ser admirado na vitrina à esquerda. Madame Ducluzeau (1818-1848) pintou o tabuleiro sobre modelo de Domenichino L'Amour dans son char. Pertenceu ao Palácio das Necessidades.

¹³⁰⁴ ZAGALO, Manuel, *Palácio Nacional da Ajuda, Roteiro*, 1961, p. 53.

¹³⁰⁵ No Arrolamento do Palácio Nacional da Ajuda este espaço é identificado como “A 2.ª sala do Guarda roupa”, recebendo igualmente a letra “U”. Auto de Arrolamento 75, PT/PNA/DGFP/0001-002/0003/00011. Acedido em 9 de dezembro de 2014 em URL: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4683395>.

¹³⁰⁶ ZAGALO, Manuel, *Palácio Nacional da Ajuda, Roteiro*, 1961, p. 54.

¹³⁰⁷ “Rainha D. Maria Pia”, Michele Gordigiani, óleo sobre tela, 74x61 cm, PNA inv.º 2390.

Por último, citemos o Retrato de D. Luís, de Gordigiani¹³⁰⁸, contemporâneo da Rainha, duas meias-cómodas de embutidos, executadas no século XIX, algumas peças da Companhia das Índias, castiçais de bronze do fundidor Barbedienne, um tapete persa Mahal e o lustre de ágata e cristal.”¹³⁰⁹

Por fim, entrava-se na Casa-Forte propriamente dita:

“O [...] arranjo da sala que a ele [José Rosas Júnior] principalmente se deve, compõe-se de oito vitrinas: uma central e sete laterais. Na primeira avultam as chamadas jóias da coroa e de D. Miguel.

Deste conjunto magnífico brilham a grande altura um colar e diadema de estrelas de brilhantes mandados executar pela Rainha D. Maria Pia, em 1876 e 1878, ao ourives Estêvão de Sousa, fornecedor da Casa Real; o Tosão de Ouro, de D. Carlos, oferecido pela Rainha D. Amélia à Nação; botões, gargantilha de brilhantes, de Ambrósio Pollet (1787); comendas de Nossa Senhora da Conceição e do Elefante Branco da Dinamarca; Grã-Cruz das Três Ordens Militares Portuguesas; caixa francesa de ouro conzelado, de D. José, cravejada de brilhantes, assinada «Jacqmin, Joaillier du Roi, Paris (1756)»; anéis de D. Pedro e de D. Miguel; pulseira de brilhantes; coroas de imagens; medalhas com miniaturas de Carlos III de Espanha, do Duque de Alcudia e de D. Carlota de Bourbon; imponente laço de esmeraldas e brilhantes da Rainha D. Maria-Ana de Áustria; adereço de safiras da Infanta-Regente D. Isabel Maria e o do grande brilhante cor de conhaque; bastão de bengala; Grande Placa da Torre e Espada; o riquíssimo Tosão de Ouro de D. Miguel; colar de brilhantes de Ambrósio Pollet (1787); Grande Placa das Três Ordens Militares Portuguesas e passadores para Grã-Cruzes.

As outras vitrinas contêm objectos de «vermeil» e espécimes de ouro. Nas da direita, a central expõe admirável conjunto de pratas douradas, de artistas nacionais, algumas delas brasonadas que pertenceram a D. Luís e a D. Fernando. Além dos maravilhosos gomis manuelinos, encerra fruteiros – pratos quinhentistas transformados no século XVIII em fruteiros – e salvas dos séculos XV e XVI de vários tamanhos.

¹³⁰⁸ “Rei D. Luís I”, Michele Gordigiani, óleo sobre tela, 73x61 cm, PNA inv.º 2391.

¹³⁰⁹ ZAGALO, Manuel, *Palácio Nacional da Ajuda, Roteiro*, 1961, p. 54.

Das três maiores, quinhentistas, duas representam cenas bíblicas e guerreiras e as restantes temas alusivos aos pecados capitais e às virtudes. [...].

As duas pequenas vitrinas contêm: Rosas de Ouro oferecidas por Sua Santidade o Papa às Rainhas D. Maria II e D. Amélia, a desta última do joalheiro Teofani (1892) por Leão XIII; ducatoões de D. Manuel I; brilhantes e águas-marinhas em bruto; pepitas em barra de ouro do Brasil e condecorações de D. Carlos.

Vejamos agora as da ala esquerda.

Na maior e na que a antecede, figuram mais pratas na sua maioria portuguesas do século XVI.

Numa delas sobressaem as armas reais nacionais, rodeadas de figuras de negros, elefantes e palmeiras (influência africana). Por sua vez, a salva do canto direito, na vitrina central, de maiores dimensões, magnificamente cinzelada, ostenta a cruz de Cristo nas velas de uma caravela.[...]

Na última vitrina, deste lado, há vários objectos de ouro, a saber: duas coroas de imagens; um serviço de pequeno-almoço, francês, de Louis Beaumont, encomendado por D. José (1778), [...]; escrevaninha, trabalho português, da primeira metade do século XIX; bússola e o esplêndido espadim de D. Miguel, de origem francesa, recamado de pedras-preciosas.

Ao fundo da sala sobressai a coroa Real, de ouro, executada no Brasil em 1817, por António Gomes da Silva. [...] O Crucifixo do cerimonial nos juramentos, no acto da aclamação, três ceptros, um dos quais de D. Maria II, uma espada de D. Miguel ornada de brilhantes, uma pistola e um punhal, compõem o fundo da vitrina.

Nela existem mais as seguintes peças: grande medalha de ouro, de Filipe IV de Espanha, datada de 1660 (único exemplar conhecido, na opinião do Senhor Dr. Pedro Batalha Reis); a Ordem da Jarreteira e dois cofres, que encerram mensagens dos Lordes-Maiores de Londres a D. Carlos e D. Manuel, a propósito da visita oficial destes Soberanos a Inglaterra.

Por último, as duas mesas guardam jóias do século XIX de uso pessoal da Rainha D. Maria Pia, entre elas o binóculo ornado de castelos de brilhantes, das famosas récitas de gala, no teatro de S. Carlos.”¹³¹⁰



Fig. 54 – Casa Forte. Fotografia de Mário Novais. ZAGALO, Manuel, *Palácio Nacional da Ajuda, Roteiro*, 1961, entre as páginas 56 e 57.

Depois da organização e inauguração da Casa-Forte no Palácio Nacional da Ajuda, surgiu a vontade de “*creação do lugar de Superintendente das Joias da Coroa e de D. Miguel nas condições do Superintendente Artístico dos Palácios Nacionais*”, ou seja, um cargo gratuito, enquadrado legalmente de modo a poder-se pagar unicamente “*as despesas com os transportes e as ajudas de custo*”¹³¹¹. De facto, a Repartição do Património da DGFP considerava que

“Na verdade há toda a conveniência em que exista uma pessoa exclusivamente encarregada destes núcleos de jóias bem como dos objectos de ourivesaria e de prata de elevado interesse artístico ou de curiosidade existente nos Palácios Nacionais ou outros edifícios do Estado, e que tenha fundamentalmente as seguintes atribuições:

- a) Dirigir o delicado trabalho de limpeza periódica das espécies*
- b) Dar parecer sobre o interesse de aquisição em Portugal ou no Estrangeiro das espécies que possam integrar-se nos referidos nucleos*

¹³¹⁰ ZAGALO, Manuel, *Palácio Nacional da Ajuda, Roteiro*, 1961, pp. 55-56.

¹³¹¹ Ofício do Chefe da Repartição do Património, José Pedro Fernandes, de 23 de janeiro de 1954. ACMF, Projectos de Diplomas e de Leis Orgânicas (série), PT-ACMF-DGFP-PDLO-0002.

- c) *Pronunciar-se sobre – ou propor – as consultas e pedidos de informações que estão na base do intercâmbio que entre os diversos países mantêm as entidades com análogas funções.*”¹³¹²

Para tal, através do seu chefe, José Pedro Fernandes, a Repartição do Património avançou com um projeto de decreto-lei, com vista à criação deste cargo¹³¹³. Pensamos, no entanto, que esse lugar nunca terá sido efetivamente criado, pois não encontrámos referências à publicação de qualquer decreto-lei com esse objetivo.

Cozinha

Outra obra importante, que transformou alguns espaços do Palácio Nacional da Ajuda, foi a construção de uma cozinha e copa para servir de apoio aos banquetes e refeições oficiais.

Devido aos constrangimentos sempre sentidos aquando da realização de almoços, jantares e refeições oficiais no PNA, a Secretaria da Presidência da República solicitou ao Ministro das Obras Públicas, em 3 de novembro de 1949, a construção de uma cozinha definitiva, que pudesse dar apoio durante a realização desses eventos protocolares¹³¹⁴. Referia-se então que, apesar do serviço ser em regime de *catering*, havia sempre a necessidade de manutenção dos alimentos quentes, sendo que a possibilidade de se efetuarem pormenores no local facilitaria e beneficiaria a qualidade do serviço, pois assim poder-se-ia enriquecer o aspeto e o sabor do que era servido.

Foi então projetada uma cozinha, localizada próxima da Sala dos Banquetes, ou da Ceia, que deveria ser equipada com fogões elétricos e toda a utensilagem necessária, sendo lançado o concurso para as obras no ano de 1951. No entanto, apesar do projeto, as obras foram limitadas, com estufas de manutenção de calor.

Em 5 de agosto de 1953, o Conservador do PNA escreveu ao Chefe da Repartição do Património da Direcção Geral da Fazenda Pública revelando-se preocupado com o facto de *“Continua[r] a não existir uma cozinha em boas condições o que é altamente prejudicial para um Palácio desta natureza com a agravante de que*

¹³¹² Ofício do Chefe da Repartição do Património, José Pedro Fernandes, de 23 de janeiro de 1954. ACMF, Projectos de Diplomas e de Leis Orgânicas (série), PT-ACMF-DGFP-PDLO-0002.

¹³¹³ “Projecto de decreto-lei”, não datado mas atribuível a 1954. ACMF, Projectos de Diplomas e de Leis Orgânicas (série), PT-ACMF-DGFP-PDLO-0002.

¹³¹⁴ Carta de 3 de novembro de 1949. “Palácio da Ajuda: Obras, principalmente na cozinha, com vista à realização de festas e banquetes” - PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/141.

as estufas a não serem substituídas representam conforme já se teve ocasião de verificar, grave perigo de incêndio.”¹³¹⁵

No ano seguinte, 1954, depois de uma visita do engenheiro João Maria Lancastre e Távora (marquês de Abrantes) e do arquiteto Luís Benavente, da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais¹³¹⁶, acompanhados pelo conservador Manuel Carlos de Almeida Zagalo, foi escolhido o local para a construção de uma cozinha e respetiva copa. Ainda nesse ano foi lançado o concurso e foram iniciadas as obras de adaptação do espaço, bem como lançado o concurso para a aquisição do equipamento necessário e para a reparação das estufas existentes.

Ficava, assim, o PNA equipado com uma cozinha e copa anexa, para apoio à realização de jantares e recepções, ficando estes espaços em zona já anteriormente utilizada para os mesmos fins, separados da Sala da Ceia apenas por um corredor interno de serviço, o designado Corredor das Estufas.

Capela

A Capela do Palácio Nacional da Ajuda era utilizada meramente como arrecadação, sendo esporadicamente requisitada para a realização das cerimónias de Imposição do Barrete Cardinalício. Nessas ocasiões procedia-se à sua decoração, sendo também efetuados alguns trabalhos de reparação, como aconteceu em 1952, com o propósito de que *“esta Capela fosse de facto restaurada a fim de poder ser patenteada aos visitantes e constituir mais um elemento de atracção.*”¹³¹⁷

Em 1962, aproveitando-se o contexto de preparação de uma dessas cerimónias, viria a ser realizada uma intervenção mais profunda, numa tentativa de reaproveitamento do espaço. A obra efetuada englobou trabalhos em diversos elementos: paredes, teto, janelas, portas, pavimento e instalação elétrica¹³¹⁸. Para além destas intervenções procedeu-se também ao *“Apeamento do inestético côro de*

¹³¹⁵ Ofício de 5 de agosto de 1953. SIPA TXT.01420526, “Palácio da Ajuda: Obras, principalmente na cozinha, com vista à realização de festas e banquetes” - PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/141.

¹³¹⁶ A visita teve lugar a 19 de fevereiro de 1954. “Palácio da Ajuda: Obras, principalmente na cozinha, com vista à realização de festas e banquetes” - PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/141.

¹³¹⁷ Ofício do Conservador do PNA, datado de 12 de dezembro de 1952. SIPA TXT.01419899, “Palácio Nacional da Ajuda: Capela” - PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/117.

¹³¹⁸ “Palácio Nacional da Ajuda: Capela” - PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/118.

madeira”¹³¹⁹ que existia no topo Norte do espaço, alterando-se assim a configuração do espaço oitocentista.



Fig. 55 – “Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda. Interior: coro alto (lado Norte) – 1962”.

Pormenor antes da intervenção, sendo visível o coro de madeira. FOTO.00503145, in, DOC.00000628 – Documento visual – fotográfico – Palácio Nacional da Ajuda: capela (andar nobre) – Analide Óscar

Acedido em 6 de novembro de 2014 em URL:

http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00004722



Fig. 56 – “Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda. Interior: zona do coro alto (lado Norte) – 1962”.

Pormenor depois da remoção do coro de madeira. FOTO.00503147, in, DOC.00000628 – Documento visual – fotográfico – Palácio Nacional da Ajuda: capela (andar nobre) – Analide Óscar

Acedido em 6 de novembro de 2014 em URL:

http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00004722

Outras salas

Muitas foram as intervenções em outras salas do Palácio Nacional da Ajuda. Como já referido, não sendo este o lugar para uma listagem exaustiva dessas campanhas de obras, consideramos no entanto pertinente referir as levadas a cabo nos interiores de algumas salas, principalmente dedicadas aos programas decorativos.

¹³¹⁹ Ofício de 22 de fevereiro de 1962. SIPA TXT.01419913 e SIPA TXT.01419914, “Palácio Nacional da Ajuda: Capela” - PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/118.

Foram realizadas obras de restauro e de beneficiação em diversos espaços, de maneira faseada, por vezes antecedendo momentos de receção de personalidades estrangeiras integradas em visitas oficiais. Estas intervenções implicavam tarefas como a substituição de alguns tecidos que revestiam as paredes¹³²⁰, o restauro de pinturas e de douramentos¹³²¹, o restauro de pintura-mural¹³²², reparações de soalhos¹³²³ e trabalhos

¹³²⁰ Apontamos meramente alguns exemplos de intervenções.

Devido ao mau estado de conservação, no ano de 1957 era pedida a substituição da seda em paredes da Sala do Trono e da Sala Chinesa. *“se digne mandar considerar, com a possível urgência, a substituição da seda que reveste as paredes da Sala Chinesa do Palácio Nacional da Ajuda e cujo estado de deterioração já obrigou a cobrir provisoriamente as paredes com algumas tapeçarias retiradas de uma sala do rés-do-chão.”* Ofício de António Luís Gomes, diretor da DGFP, datada de 26 de setembro de 1957, dirigida ao diretor da DGEMN. SIPA TXT.01420253, “Palácio Nacional da Ajuda: Fornecimento e colocação de seda na parede da sala do trono e nas da sala chinesa” - PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/131. Em janeiro de 1959, o diretor da DGEMN, em carta dirigida ao diretor da DGFP, respondia que *“não é possível fazer consertos das sêdas das salas em referência, da forma indicada pelo Sr. Conservador do aludido Palácio, por os tecidos se encontrarem de tal forma requemados que o não permitem e também por se encontrarem com uma cor bastante diferente do restante tecido que tem estado à acção directa da luz. Parece ser então de aconselhar, a substituição total da sêda das paredes da Sala Chinesa por um tecido semelhante ao existente, e na Sala do Trono, a substituição da sêda da parede onde outrora se encontrava o Trono, por outra igual, feita de encomenda, para se obter a mesma cor, desenho e qualidade.”* Ofício de 24 de janeiro de 1959. SIPA TXT.01420263, “Palácio Nacional da Ajuda: Fornecimento e colocação de seda na parede da sala do trono e nas da sala chinesa” - PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/131.

Em 1960 proceder-se-ia à colocação de seda natural na entrada da Sala do Trono e na Sala de Saxe, para a visita oficial do Presidente do Brasil. “Palácio Nacional da Ajuda: Obras urgentes de decoração” - PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/135.

¹³²¹ Apontamos meramente alguns exemplos de intervenções.

Entre 1947 e 1950 foram restauradas pinturas e douramentos nas salas Império, Gobelins, Corpo Diplomático, Antecâmara e Trono. “Palácio Nacional da Ajuda: diversos trabalhos” - PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/159. Em 1954 foi efetuado o restauro de pinturas e douramentos da Sala de D. José. “Processo de concurso da empreitada de arranjo da Sala de D. José, no Palácio Nacional da Ajuda” - PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/129. Em 1957 foram restauradas pinturas e douramentos nas salas de D. José até à do Trono. “Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Obras - PT DGEMN:DSID-001/011-1316”. Entre 1960 e 1961 procedeu-se ao restauro das pinturas e douramentos em portas e tetos no corredor de ligação entre os principais salões e a Sala dos Banquetes, a dita “Galeria”. “Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Processo Administrativo” - PT DGEMN:DSID-001/011-1330.

¹³²² Apontamos meramente alguns exemplos de intervenções.

Em 1950, restauro da pintura artística do teto da Sala de D. João IV, por António Costa. “Palácio Nacional da Ajuda: Processo geral” - PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/004. Em 1954, restauro de pintura artística das cimalhas da Sala da Ceia. “Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Obras” - PT DGEMN:DSID-001/011-1315. Em 1956 foi restaurada a pintura da sanca e da cimalha da Sala D. João IV. Em 1957 foram restaurados alguns tetos da Ala Sul, por António Costa. “Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Obras” - PT DGEMN:DSID-001/011-1316. Entre 1956 e 1957 foi restaurada a pintura do teto da Sala de Baile (D. João VI), por Alexandre Augusto Martins, pintor e decorador. “Tectos da Sala de Baile” - PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/123. Em 1957 foi realizado o restauro da pintura da sanca e cimalha da Sala D. João IV, do teto da Sala do Trono e de outros tetos da Ala Sul. “Palácio Nacional da Ajuda: Restauro das pinturas murais” - PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/137. Em 1958 caiu um pedaço do teto da Sala da Ceia. “Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Processo Administrativo - PT DGEMN:DSID-001/011-1330”. Foi depois efetuado o restauro do teto da Sala da Ceia em 1959, por António Costa. “Reparação do tecto da Sala da Ceia do Palácio Nacional da Ajuda” - PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/138. “Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Obras” - PT DGEMN:DSID-001/011-1316.

¹³²³ Apontamos meramente alguns exemplos de intervenções.

de conservação e restauro de têxteis (cortinas e reposteiros) e suas estruturas de fixação¹³²⁴.

2.2.2.2. Projetos para conclusão do Palácio Nacional da Ajuda

O Real Paço da Ajuda viveu diversas modificações de projeto durante a sua construção, tendo ficado sempre inacabado. Durante a segunda metade do século XIX e início do século XX, foram realizadas essencialmente pequenas campanhas de obras, quase sempre nos seus interiores. Com a mudança de regime, o PNA ficou praticamente cristalizado no tempo, sendo poucas as modificações que aí se operaram durante as primeiras décadas de República em Portugal. No entanto, a partir de meados da década de 30 do século XX, começou a ser discutida a eventual conclusão do edifício, numa perspetiva de remate das fachadas norte e poente, num desafio lançado pelo ministro das Obras Públicas e Comunicações, Duarte Pacheco¹³²⁵.

A ala norte estava praticamente completa na sua vertente virada para o pátio central do edifício, mas na vertente virada a norte, para a Rua do Mirante, estava

Entre 1947 e 1950 foi efetuado o restauro dos pavimentos das salas Império, Gobelins, Corpo Diplomático, Antecâmara e Trono. “Palácio Nacional da Ajuda: diversos trabalhos” - PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/159. Os soalhos das Salas D. João IV, D. João VI e do Trono foram inspecionados pelo engenheiro Carlos Martins do Laboratório Nacional de Engenharia Civil em 1955. “*as estruturas resistentes dos pavimentos são constituídas por madeiras de muito boa qualidade e que se encontram em bom estado de conservação*”. SIPA TXT.01404046, SIPA TXT.01404047 e SIPA TXT.01404048. “Palácio Nacional da Ajuda: Processo geral - PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/005”. Em 1955 foi restaurado o pavimento da Sala de Mármore, com a colocação de pedras hexagonais nas lacunas. “Palácio Nacional da Ajuda: Reparação da Sala Mármore” - PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/139. Em 1957 foram levadas a cabo reparações em pavimentos das salas de D. José até à do Trono. “Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Obras” - PT DGEMN:DSID-001/011-1316. Em 1960, foram reparados os pavimentos da Sala da Ceia e de corredores do rés-do-chão. “Palácio Nacional da Ajuda: conservação diversa - reparações exteriores e interiores” - PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/155.

¹³²⁴ Apontamos meramente alguns exemplos de intervenções.

Nos preparativos do PNA para a visita oficial da Rainha de Inglaterra em 1957 foram, entre outros, executados os seguintes trabalhos: Sala de D. José – guarnições em veludo italiano com sanefa para janelas; Sala Chinesa – guarnição de um janelão em veludo italiano com franja; Sala da Ceia – tapeçaria de veludo para carpete; em várias salas – estores em tela creme com franja, meios estores em tela creme, toldo em camurcine vermelha com forro e cortinas em veludine creme com cordoes, borlas e franjas; Corredor Nobre – reposteiro em veludo vermelho. SIPA TXT.00435861. “Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Processo Administrativo” - PT DGEMN:DSID-001/011-1330.

¹³²⁵ Duarte José Pacheco (1899-1943). Engenheiro formado no Instituto Superior Técnico, onde foi professor (1926) e diretor (1927). Entre abril e novembro de 1928 foi Ministro da Instrução Pública, no governo de José Vicente de Freitas (1869-1952). Entre 1932 e 1936 ocupou o cargo de Ministro das Obras Públicas e Comunicações, voltando a ocupar o lugar de diretor do Instituto Superior Técnico entre 1936 e 1938. Em 1938 foi nomeado Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e, meses mais tarde, Ministro das Obras Públicas e Comunicações, acumulando os cargos até à sua morte por acidente rodoviário em 1943. “Duarte Pacheco: A Vida e a Obra”. Acedido em 2 de janeiro de 2015 em URL: <http://100.ist.utl.pt/momentos/duarte-pacheco/>. “PACHECO (Duarte)”, in, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 19, p. 890.

bastante incompleta, irregular nos seus volumes. Através de plantas datadas de 29 de julho de 1938¹³²⁶, em que são descritas as áreas existentes, verificamos que ao nível do piso térreo as edificações ocupavam uma área semelhante à da ala sul. Contudo, subindo de nível, verificamos que o piso dos mezaninos preenchia perto de metade da área. O andar nobre apenas apresentava as áreas correspondentes ao topo da ala junto do torreão nordeste e às salas da Galeria de Pintura. Quanto ao piso superior dos mezaninos, apenas existia uma área construída, ligeiramente inferior ao andar nobre.

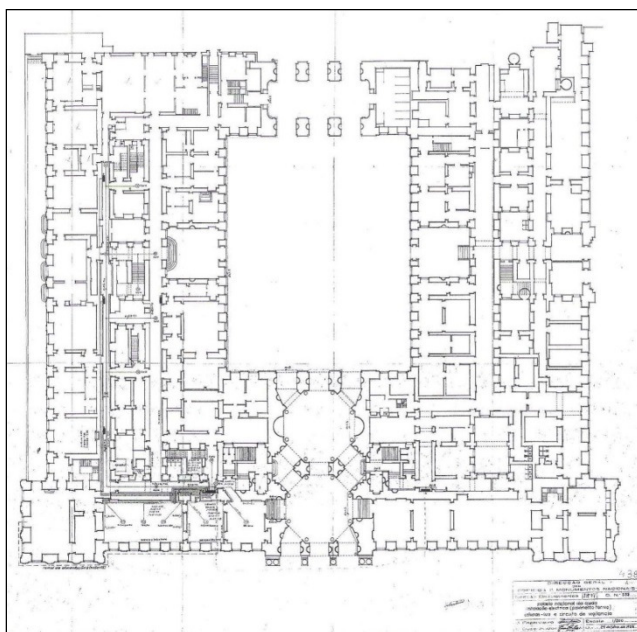


Fig. 57 – Palácio Nacional da Ajuda – piso térreo. Planta de 29 de julho de 1938.

SIPA
DES.00094380, in,
DOC.00044936 -
Palácio Nacional da
Ajuda: instalação
eléctrica.

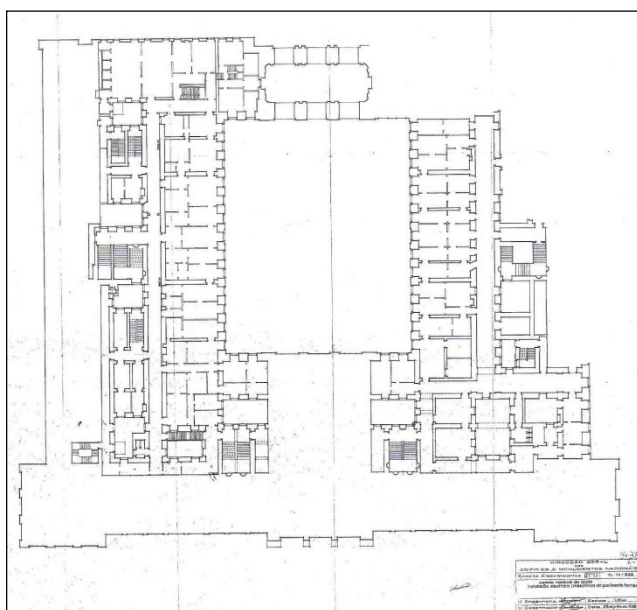


Fig. 58 – Palácio Nacional da Ajuda – mezaninos do piso térreo. Planta de 29 de julho de 1938.

SIPA DES.00094381,
DOC.00044936 - Palácio
Nacional da Ajuda:
instalação eléctrica.

¹³²⁶ DES.00094380, DES.00094381, DES.00094382 e DES.00094383, in, DOC.00044936 - Palácio Nacional da Ajuda: instalação eléctrica.

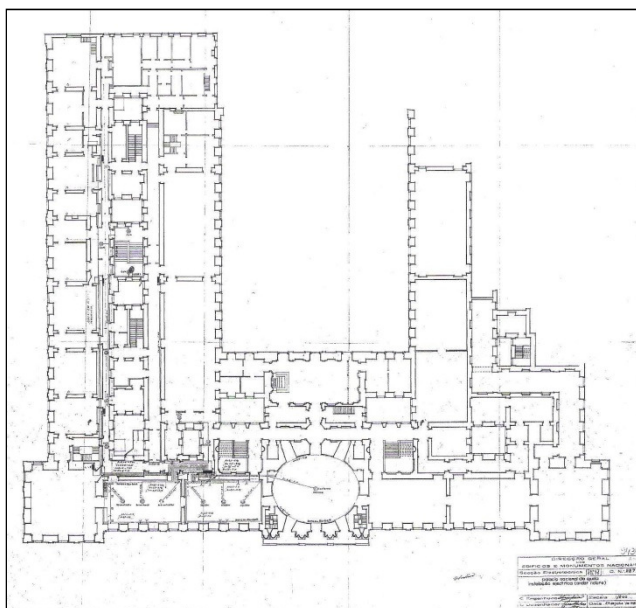


Fig. 59 – Palácio Nacional da Ajuda – andar nobre. Planta de 29 de julho de 1938.

SIPA DES.00094382,
DOC.00044936 - Palácio Nacional da Ajuda: instalação eléctrica.

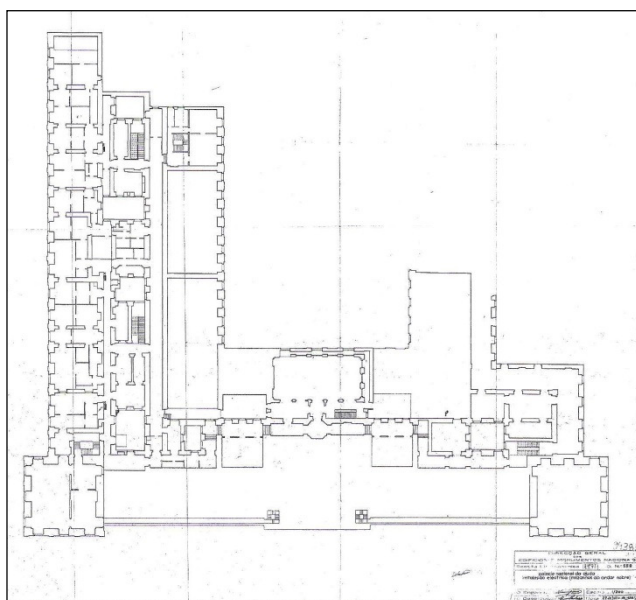


Fig. 60 – Palácio Nacional da Ajuda – mezaninos do andar nobre. Planta de 29 de julho de 1938.

SIPA DES.00094383,
DOC.00044936 - Palácio Nacional da Ajuda: instalação eléctrica.

A fachada poente estava igualmente incompleta, estando a estrutura central da arcaria apenas levantada até à altura máxima dos arcos. A parte sul estava de algum modo rematada com corpos irregulares e a parte norte apenas apresentava alguns volumes baixos.



Fig. 61 – Panorâmica poente do Palácio Nacional da Ajuda com as instalações da Guarda Nacional Republicana em primeiro plano – 1938 (pormenor). É observável a irregularidade volumétrica da ala norte e da fachada poente, que no seu corpo central apenas existia até ao nível do topo da arcada de acesso ao pátio central.

PT/AMLSB/POR/016221. Acedido em 20 de dezembro de 2014 em URL: <http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/PaginaDocumento.aspx?DocumentoID=344871&AplicacaoID=1&Pagina=1&Linha=1&Coluna=1>



Fig. 62 – “Fotografia tirada do lado da Calçada da Ajuda vendo-se o edifício anexo posteriormente construído e que permitia a ligação do Palácio aos jardins”.

SIPA FOTO.00666962, DOC.00031037 - Palácio Nacional da Ajuda. DGEMN.



Fig. 63 – “Um aspecto tirado da Calçada da Ajuda vendo-se a parte por acabar com o aspecto de ruínas”.

SIPA
FOTO.00666963,
DOC.00031037 -
Palácio Nacional da
Ajuda. DGEMN.

Tendo como objetivo a valorização da dignidade do edifício que recebia os maiores eventos protocolares do País, foi decidido que deveria ser elaborado um estudo e um projeto de conclusão do Palácio Nacional da Ajuda, sendo nomeado para esse trabalho, por portaria de 30 de outubro de 1934, o arquiteto Raul Lino¹³²⁷.

“No plano da reconstrução material a que o Governo tem dedicado a sua atenção figura a restauração dos edifícios do Estado considerados monumentos nacionais. São bastante escassos os palacios nacionais que existem no País e até mesmo Lisboa se não pode orgulhar de os possuir com a valor architectónico que a capital merecia.

É bem conhecido de todos o Palacio da Ajuda, vasta edificação, embora não acabada, que, iniciada no princípio do século passado, no sítio chamado Palacio Velho, domina, pela sua posição magnifica, toda a beira do Tejo e vertente sul até Santos. Á sua grande architectura estão ligados factos do maior realce da história do Constitucionalismo. Conservá-lo como está seria prolongar o aspecto desagradável que oferece aos visitantes toda a ala voltada ao nascente, que está, em grande parte por construir. Se bem que não seja possível reconstrui-lo na imponência da traça primitiva, convém, pelo menos, rematá-lo de maneira condigna e de harmonia com as linhas architectónicas dos corpos já concluídos.

¹³²⁷ SIPA TXT. 00435154, “Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Processo Administrativo” - PT DGEMN:DSID-001/011-1329.

Nada por enquanto resolveu o Govêrno sôbre a realização de tais obras, mas para o fazer precisa, como tem sido sua norma, preparar as coisas de forma que haja de decidir sôbre estudos feitos com criterio, verdade e competencia, e não sob aspirações vagas e indefinidas. Nestes termos; manda o Govêrno da Republica Portuguesa, pelo Ministério das Obras Publicas, nomear o architecto Raul Lino para elaborar o projecto da reconstrução do referido palacio, sem perder de vista as suas exigências construtivas mas adentro do princípio de rigorosa economia que domina toda a actividade do Estado.”¹³²⁸

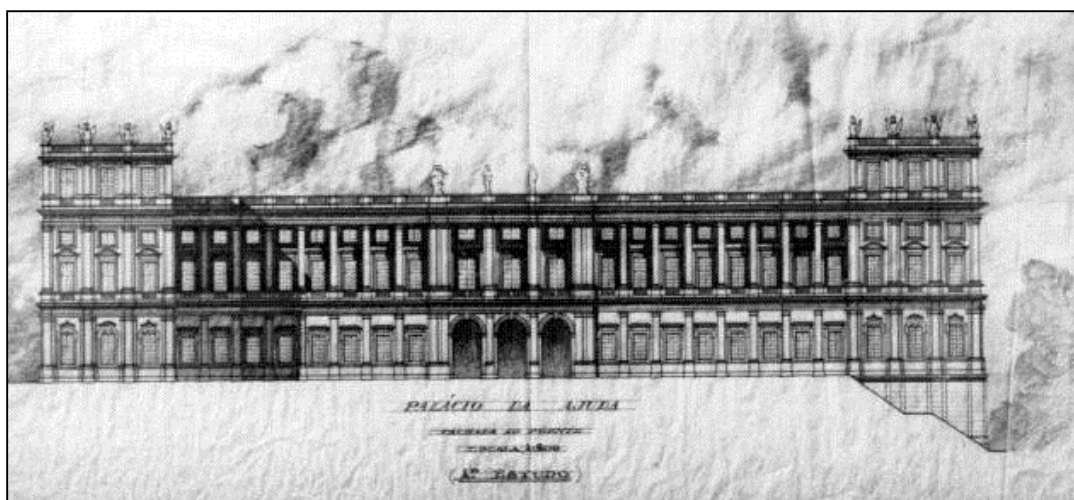


Fig. 64 – “Palácio Nacional da Ajuda, desenho de Raul Lino que figurou na exposição realizada na Fundação Gulbenkian. 1970”. Desenho correspondente a um primeiro estudo de Raul Lino. PT/AMLSB/SER/S07058. [AF\img145\A72358.jpg](http://img145.A72358.jpg). Acedido em 20 de fevereiro de 2015 em URL: <http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/x-arqweb/ContentPage.aspx?ID=9525ed7e83430001e240&Pos=1&Tipo=PCD>

Durante o ano de 1937, Raul Lino apresentou à tutela uma estimativa do orçamento e um caderno de medições das projetadas obras de complemento do PNA¹³²⁹, dando conhecimento à 1.ª Sub-secção da 6.ª Secção da Junta Nacional de Educação¹³³⁰, da qual também fazia parte e que tinha a responsabilidade de emitir parecer acerca das intervenções a realizar nesta tipologia de monumento.

Neste projeto, datável de 1935-36, o arquiteto sugeria um fechamento do edifício, planeando dois torreões, similares aos existentes a nascente, para os cantos

¹³²⁸ Offício de 30 de outubro de 1934, com portaria do Ministro das Obras Públicas e Comunicações. SIPA TXT.00435130 e SIPA TXT.00435129, “Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Processo Administrativo” - PT DGEMN:DSID-001/011-1329.

¹³²⁹ Em 18 de março de 1937. SIPA TXT.00435153, “Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Processo Administrativo” - PT DGEMN:DSID-001/011-1329.

¹³³⁰ Em 24 de novembro de 1937. SIPA TXT. 00435154, “Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Processo Administrativo” - PT DGEMN:DSID-001/011-1329.

virados a poente. Pretendia-se, deste modo, respeitar a simetria do edifício, a partir do seu pátio central. Apesar de manter a mesma linguagem neoclássica, procurando conservar as mesmas volumetrias e os ritmos de aberturas, Raul Lino não procurou apenas reproduzir, a poente, a fachada nascente. Aproveitando a arcaria existente, o arquiteto projetou a construção da duplicação desta arcaria, destacando-a ligeiramente do corpo central.

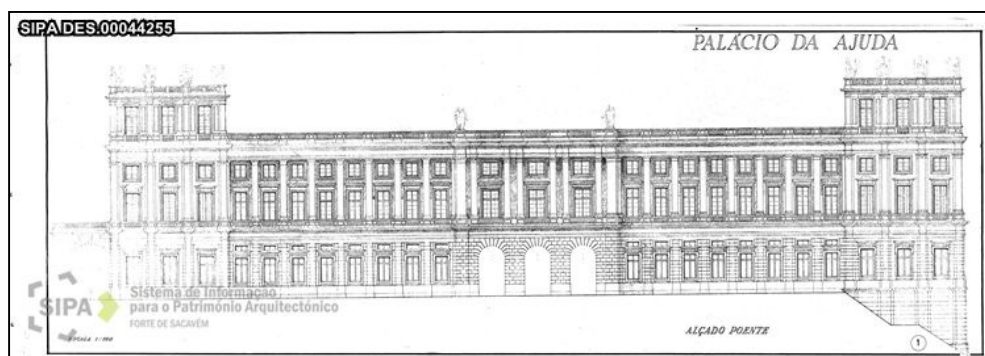


Fig. 65 – Palácio Nacional da Ajuda. Alçado Poente. Projeto de 1935-36. Raul Lino. SIPA DES.00044255, DOC.00039843 - Palácio Nacional da Ajuda.

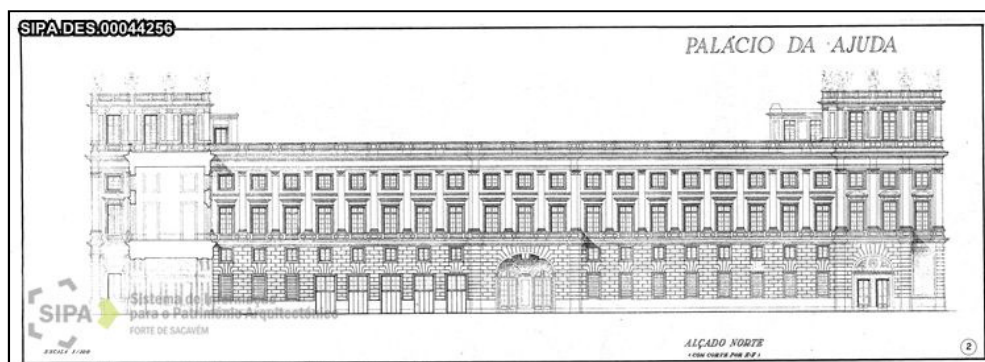


Fig. 66 – Palácio Nacional da Ajuda. Alçado Norte. Projeto de 1935-36. Raul Lino. SIPA DES.00044256, DOC.00039843 - Palácio Nacional da Ajuda.

Observando as plantas deste projeto, verificamos que a grande maioria das utilizações para os espaços novos a construir não são referidas, com algumas exceções. No andar térreo são apontados os seguintes espaços: uma *Casa-Forte* no topo da ala sul; uma *Sala de Jogos* no torreão sudoeste; e uma *Galeria de Exposição de Equipagens*, ao longo da fachada poente.

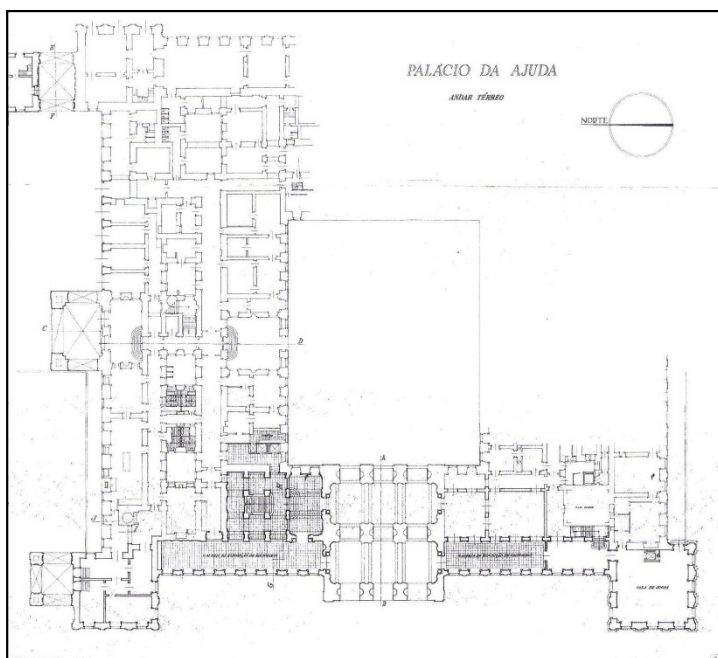


Fig. 67 – Palácio Nacional da Ajuda – Andar Térreo. Projeto de 1935-36. Raul Lino. SIPA DES.00051201, DOC.00040299 - Palácio Nacional da Ajuda.

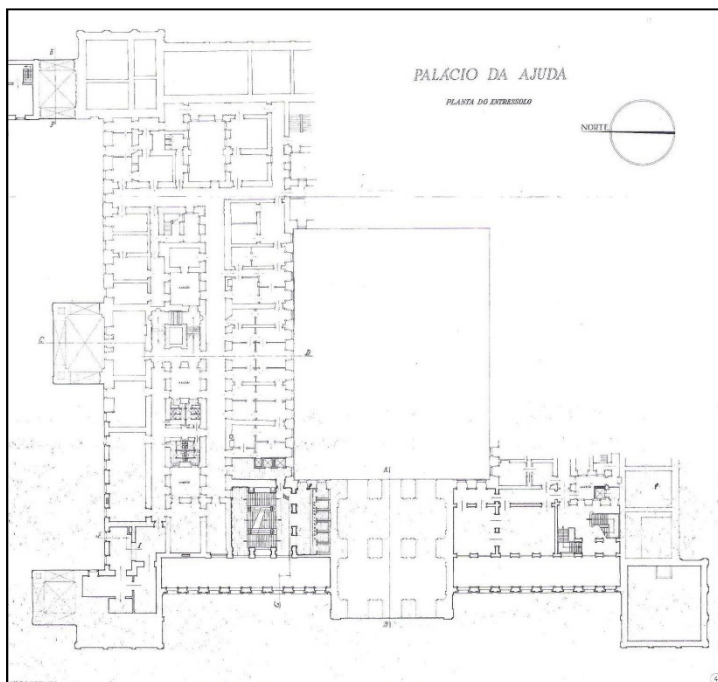


Fig. 68 – Palácio Nacional da Ajuda – Planta do Entressolo. Projeto de 1935-36. Raul Lino. SIPA DES.00051202, DOC.00040299 - Palácio Nacional da Ajuda.

No andar nobre são mencionados: um *Peristilo*, que seria uma grande galeria ocupando a parte mais a poente da ala poente; e um *Salão* (*Sala de Jantar*) central, com algumas outras salas anexas, também na ala poente. Neste piso no torreão sudoeste, encontra-se também indicado um *Salão Quadrado* e, no torreão noroeste, um *Aposento A*. Na ala norte, quer no andar nobre, quer no piso dos mezaninos são mencionados diversos aposentos e quartos.

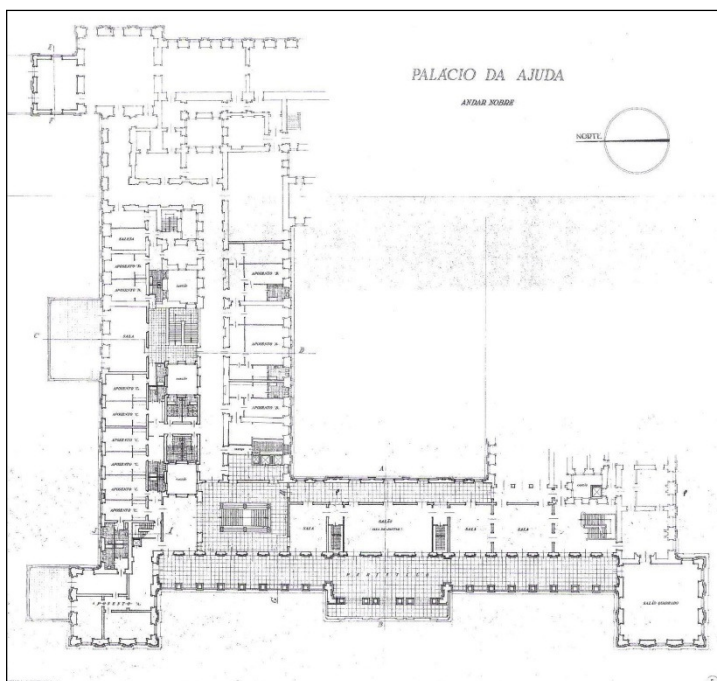


Fig. 69 – Palácio Nacional da Ajuda – Andar Nobre. Projeto de 1935-36. Raul Lino. SIPA DES.00051203, DOC.00040299 - Palácio Nacional da Ajuda.

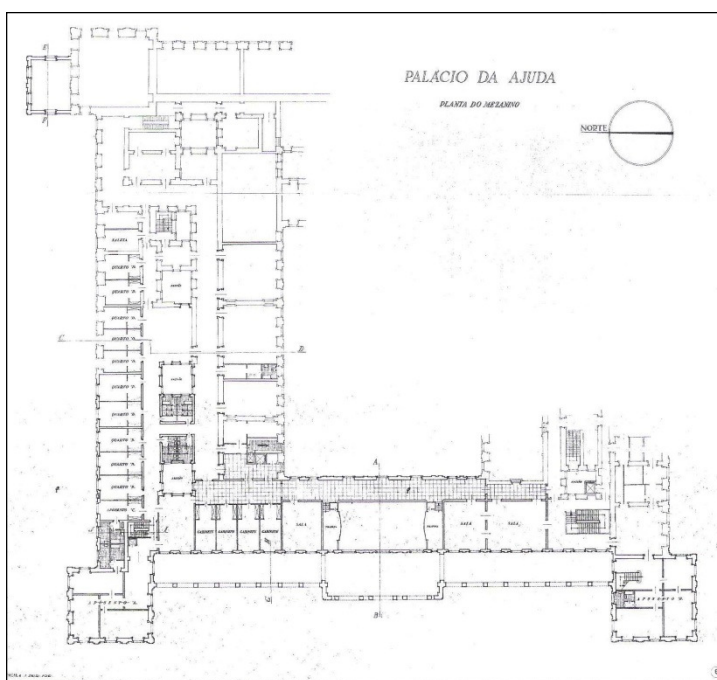


Fig. 70 – Palácio Nacional da Ajuda – Planta do Mezanino. Projeto de 1935-36. Raul Lino. SIPA DES.00051204, DOC.00040299 - Palácio Nacional da Ajuda.

Em 2 de agosto de 1937 foi redigido um parecer da Junta Nacional de Educação, 1.^a Sub-Secção da 6.^a Secção, acerca do projeto apresentado pelo arquiteto Raul Lino¹³³¹. Reconhecendo a competência e o valor do arquiteto escolhido para a elaboração do projeto, esta entidade consultiva apresentava no entanto algumas discordâncias acerca do plano apresentado para a conclusão do Palácio Nacional da

¹³³¹ SIPA TXT.07506747 até ao SIPA TXT.07506751, “Ajuda: Correspondência” - PT DGEMN:REOM-0014/01.

Ajuda. A primeira crítica é dirigida ao facto de não ser conhecida a futura utilização dos espaços a construir.

*“Não compreendemos e até lamentamos, que se promova a execução de um projecto sem o previo conhecimento do destino que venha a ter uma obra de tal importância que, a fazer-se nessas circunstancias, tantos prejuizos poderá acarretar de futuro.”*¹³³²

Este fator levaria este órgão consultivo a considerar que os desenhos apresentados deveriam ser apenas

*“considerados como o ante-projecto em que apenas se pretende mostrar a solução e arranjo do referido aspecto exterior do Palacio, com a qual concordamos [...], abstendo-nos de nos referir á distribuição da planta simplesmente pela razão de, como o architecto, também não conhecermos, como seria para desejar e como seria lógico, qual a sua futura aplicação.”*¹³³³

Contudo, a 6.^a Secção da JNE admite concordar com a edificação dos torreões a poente, pois *“nenhuma outra solução lógica, correcta, pratica e mais economica poderia ser proposta para tal conclusão.”*¹³³⁴

As restantes críticas prendiam-se com questões de pormenor relacionadas com as soluções decorativas indicadas pelo arquiteto, sendo sugeridas, por exemplo, a substituição, por colunas, das pilastras projetadas para a galeria central a construir no corpo central da fachada poente do edifício:

“melhor nos parecia o emprego de colunas, que, a essa parte do edificio lhe quebraria a sua digamos, manifesta dureza, e até lhe emprestando mais beleza e claro escuro de que tanto carece. A coluna, bem fabricada, bem proporcionada e com um galbo bem estudado – sem exagero – é um elemento belo no conjunto de um edificio principalmente quando, como no presente caso, ele é alongado, o que não acontece como o pilastrão que, por vezes, senão sempre, se torna

¹³³² SIPA TXT.07506751, “Ajuda: Correspondência” - PT DGEMN:REOM-0014/01.

¹³³³ SIPA TXT.07506751, “Ajuda: Correspondência” - PT DGEMN:REOM-0014/01. SIPA TXT.07506751, in, Ajuda: Correspondência - PT DGEMN:REOM-0014/01. Em documento datado de 28 de janeiro de 1938 esta ideia seria novamente reforçada, sendo mencionado *“Que, em virtude de se não tratar de um projecto completo, pois o mesmo precisa de ser completado, quando o Governo decidir qual o destino a dar ao Palacio reconstruido, tal trabalho seja considerado como um simples ante-projecto”*. SIPA TXT.00435159, “Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Processo Administrativo” - PT DGEMN:DSID-001/011-1329.

¹³³⁴ SIPA TXT.07506750, “Ajuda: Correspondência” - PT DGEMN:REOM-0014/01.

pesado em virtude da diagonal da sua secção que lhe exagera e deforma a proporção, tornando-o grosseiro.”¹³³⁵

Para além disso, foi também sugerido que a envolvente da fachada poente fosse reorganizada, de modo a valorizar todo o conjunto:

“O efeito do conjunto desta fachada ao poente, com os seus dois torreões projectados, deve ser magnífico, grandioso e monumental, carecendo despeja-la dos muros e construções que lhe ficam fronteiras, criando-lhe uma praça que complete o efeito desta tão sumptuosa fachada, a qual, acompanhada de uma boa execução escultórica prevista no seu corpo central e ainda nos trofeus dos seus torreões laterais, ficará sendo uma das melhores do país.”¹³³⁶

Outra sugestão é referente ao frontão da fachada principal, virada a nascente, que não fora contemplada no projeto apresentado por Raul Lino, mas que os membros da 1.^a Sub-secção da 6.^a Secção da Junta Nacional de Educação consideravam necessitar de intervenção urgente:

“esse trabalho [é] um dos primeiros que urge fazer no complemento do Palacio. O que lá se encontra executado, sem duvida a titulo provisorio – é indispensavel que desapareça e se estude a modificação que se impõe pois não é necessario ser architecto nem mesmo ter grandes conhecimentos de architectura, para ver no que lá existe, mais uma aberração das muitas que pejam os nossos edifícios e alguns monumentos nacionais que, pouco a pouco e com criterio, irão sendo corrigidos.”¹³³⁷

O parecer acima referido influenciaria as opiniões e decisões futuras. Em 1939, o Ministro das Obras Públicas e Comunicações, Duarte Pacheco dizia que

“Considero muito feliz o arranjo do Palacio da ajuda estudado pelo Snr Architecto Raul Lino e não julgo difícil chegar ao campo das realisações tomando como base este estudo. Deverá agora procurar-se em estreita colaboração do Snr Architecto com o Conservador do Palácio, apresentar ao Governo uma sugestão de aproveitamento das novas instalações. E digo agora porque em obras de reconstrução desta natureza é muito difícil, senão impossível, partir do programa para o projecto. Se assim se tivesse feito ainda

¹³³⁵ SIPA TXT.07506750, “Ajuda: Correspondência” - PT DGEMN:REOM-0014/01.

¹³³⁶ SIPA TXT.07506749, “Ajuda: Correspondência” - PT DGEMN:REOM-0014/01.

¹³³⁷ SIPA TXT.07506748, “Ajuda: Correspondência” - PT DGEMN:REOM-0014/01.

hoje certamente se não teria passado do domínio das fantasias literárias. É conveniente que me seja presente com a possível Urgência, uma colecção de – plantas onde se indique a utilização e destino que se sugere para todas as salas e divisões do Palacio (antigas e novas). 10-5-39-Duarte Pacheco”¹³³⁸

A futura utilização dos espaços que seriam edificados com o completamento do PNA assumia, assim, uma centralidade na discussão acerca deste plano construtivo.

Manuel Santos Estevens, secretário do diretor geral da DGFP, em 19 de junho de 1939 elaborou um relatório, “*com o conhecimento e concordância do director da Biblioteca e do conservador do Palácio Nacional da Ajuda*”¹³³⁹, acerca das utilizações e estado de conservação dos diferentes espaços do PNA, avançando também com as utilizações possíveis e desejadas para os novos espaços a construir dentro do projeto de conclusão do edifício. Propunha, então, que no novo edificado fossem instalados mais condignamente alguns serviços já existentes (Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, Biblioteca da Ajuda), ou novos organismos, tal como um Depósito Geral de Móveis do Estado:

“Ala norte: Além de alguns depósitos de móveis, estão lá instaladas as cozinhas, que ocupam toda a face norte do andar térreo, e que se não podem mudar para outro local. Ala poente e torreões: No andar térreo há a passagem, e no nobre, apanhando os mezaninos, projecta-se uma grande sala, ligada às da ala sul.

Aplicação a dar à parte a construir de novo. Posta de lado a ideia de se aumentar o número de salas, o que além de inutilidade manifesta iria promover graves dificuldades no mobilamento, resta achar para a nova construção um fim útil que não colida com o carácter geral da edificação.

Arquivo Histórico do Ministério. É certo que se encontra muito mal instalado, não só como condições arquivísticas, como de espaço e segurança; todavia não só o carácter das suas colecções (não obstante compreender o arquivo da Casa Real) como o seu colossal desenvolvimento futuro são incompatíveis com o Palácio, com o espaço disponível deste e com as suas próprias condições de segurança.

¹³³⁸ SIPA TXT.00435167 e SIPA TXT.00435168, in, Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Processo Administrativo - PT DGEMN:DSID-001/011-1329. SIPA TXT.07507091, in, Ajuda: Correspondência - PT DGEMN:REOM-0014/02.

¹³³⁹ SIPA TXT.07507120, “Ajuda: Correspondência” - PT DGEMN:REOM-0014/02.

Bibliotéca da Ajuda. Encontra-se instalada na ala nascente ocupando o pavimento térreo ao norte da entrada e o torreão. A actual instalação data do reinado de D. Luiz, que mandou arranjar especialmente para ela algumas salas. Só mais tarde é que aumentou, tomando o pavimento térreo do torreão, já hoje insuficiente. Na Casa da Física guardam-se alguns milhares de volumes, provenientes do Depósito Geral de Livros do Estado, e num edifício anexo uma muito importante parte do arquivo do Ministério do Reino (pensou-se em fazer da Bibliotéca da Ajuda o arquivo geral de tôdas as secretarías de Estado; a ideia morreu à nascença).

A Biblioteca não dispõe de sala de leitura, gabinetes para director e conservador, sala de desinfecção, instalações sanitárias capazes, etc..

Como móveis interessantes conserva os armários das músicas de D. Miguel, em estilo Império.

No andar nobre, por cima da biblioteca, estão as salas inacabadas conhecidas por arrecadação do Tesouro e que constituem o prolongamento das restantes salas da ala nascente, salas aquelas que se me afiguram merecedoras de acabamento.

A Biblioteca não está isolada do Palácio, e no estado de adiantamento em que está a decoração das salas que lhe ficam superiores, julgo muito difícil consegui-lo. Se se dispensar o isolamento, o que se não me afigura aconselhável, a Biblioteca que tem absoluta necessidade de mais salas, poder-se-ia desenvolver, apanhando todos os pavimentos do actual torreão norte, além de algumas salas anexas, dispensáveis ao palácio.

Afigura-se-me porém preferível a sua instalação na ala poente a construir por:

- a) – possibilidade de atender na construção a todos os requisitos necessários à boa conservação das espécies, o que hoje se não dá;*
- b) – incombustibilidade e completo isolamento do palácio por meio de paredes corta-fogo;*
- c) – melhor instalação dos serviços e espécies;*

[...]

A instalação da biblioteca aqui tornaria necessário o desaparecimento de alguns tabiques e paredes, e a substituição de todos os pavimentos por betão armado, medida esta absolutamente indispensável, visto os actuais pavimentos e tectos estarem inaproveitáveis devido às infiltrações.

A parte restante da ala norte poderia ser, uma vez as cozinhas isoladas o mais possível, aplicada a Depósito Geral de Móveis do Estado, para o que se me afigura ter muito boas condições, visto haver facilidade em isolar e tornar independente esta parte do restante palácio.”¹³⁴⁰

Apesar de serem avançadas várias hipóteses para a utilização dos novos espaços do PNA, continuava a não ser tomada uma decisão definitiva sobre o assunto, o que levaria o arquiteto Raul Lino a comentar, em setembro de 1939, que

“seria indispensável fixarem-se de antemão os destinos definitivos das diferentes partes novas do Palácio, em projecto, para se proceder em devido tempo a pequenas modificações indispensáveis para a boa disposição das instalações, e bem assim para se saber que providências haverá que tomar na forma e no modo de executar certos trabalhos da construção.”¹³⁴¹

Na sequência destas movimentações, foi constituída, em janeiro de 1940¹³⁴², uma comissão para determinar o aproveitamento futuro do PNA. Foram então nomeados: o Chefe da Repartição de Estudos e Obras dos Monumentos da DGEMN, arquiteto Raul Lino; um representante da Direção Geral da Fazenda Pública, o tenente-coronel de engenharia Eduardo Corregedor Martins; e um representante da Direção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, presidente da 6.^a Secção da Junta Nacional de Educação, o médico e historiador de arte Reinaldo dos Santos, indicado apenas em maio de 1940¹³⁴³.

Alguns meses mais tarde, em setembro de 1940, em ofício dirigido ao diretor geral da DGEMN, Raul Lino exprimia uma primeira opinião desta comissão:

“estando em estudo o aproveitamento do Palácio Nacional da Ajuda depois de executadas as projectadas obras de seu complemento, a comissão superiormente

¹³⁴⁰ SIPA TXT.07507120, SIPA TXT.07507121 e SIPA TXT.07507122, “Ajuda: Correspondência” - PT DGEMN:REOM-0014/02.

¹³⁴¹ Ofício dirigido ao diretor geral da DGEMN, datado de 11 de setembro de 1939. SIPA TXT.07507124, “Ajuda: Correspondência” - PT DGEMN:REOM-0014/02.

¹³⁴² SIPA TXT.07507149, “Ajuda: Correspondência” - PT DGEMN:REOM-0014/02.

¹³⁴³ SIPA TXT.07507199, “Ajuda: Correspondência” - PT DGEMN:REOM-0014/02.

nomeada para tal estudo é da opinião que a Biblioteca da Ajuda deve ser transferida para uma parte da nova construção onde melhor instalada ficaria.”¹³⁴⁴

Outra questão igualmente central era o avançado estado de degradação dos diversos corpos irregulares que compunham a ala norte do PNA. O seu mau estado de conservação, com problemas de infiltrações contínuas, piorava de ano para ano, o que resultava mesmo em problemas graves de ruína das coberturas¹³⁴⁵. A verificação desta necessidade de obras de manutenção urgentes constituiria também um incentivo ao avanço das obras de completamento da ala norte, pois considerava-se que só deste modo os danos poderiam ser evitados. Todavia, o processo de elaboração do projeto de conclusão da ala norte e da fachada poente do Palácio Nacional da Ajuda foi sendo arrastado ao longo dos anos, atrasando-se assim todo o processo.

Em 13 de novembro de 1944, Raul Lino enviou novamente plantas¹³⁴⁶ e uma nota descritiva e justificativa ao diretor da DGEMN, referindo que esperava que o projeto estivesse concluído no início de dezembro¹³⁴⁷. Esta memória, datada de 9 de novembro de 1944 e assinada por este arquiteto enquanto Chefe da Repartição de Estudos e Obras em Monumentos da DGEMN, era praticamente a mesma de 1937, com pequenas mudanças influenciadas pelos pareceres da Junta Nacional da Educação e com o recuo do corpo central da fachada poente.

Nesta memória descritiva Raul Lino comenta que o projeto apresentado se centrava novamente apenas nas questões relacionadas com o aspeto exterior do PNA,

¹³⁴⁴ Ofício de 11 de setembro de 1940. SIPA TXT.07507247, “Ajuda: Correspondência” - PT DGEMN:REOM-0014/02.

Alguns dias antes, o Conservador do PNA, informava a sua tutela: “*Os Exmos. Senhores Reynaldo dos Santos, Arquitecto Raul Lino acompanhados de um engenheiro, vieram a êste Palácio a-fim-de localizar as futuras instalações da Biblioteca da Ajuda tendo assentado em principio que seria aproveitada a zona Norte, compreendendo a entrada pelo pátio interior, escadarias que ainda não estão concluídas e tôdo o pavimento do andar Nobre que abranje a zona das salas da antiga galeria de Pintura, alguns compartimentos por concluir, e parte do edifício em ruínas.*” Relatório de 9 de setembro de 1940. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 39, Relatórios vários.

¹³⁴⁵ Em abril de 1940 o telhado da pastelaria, junto à cozinha, ruiu e o da arrecadação do cobre começou também a abater. Ofício de 11 de abril de 1940, do diretor geral da DGFP dirigido ao diretor geral da DGEMN. SIPA TXT.01403341, “Palácio Nacional da Ajuda: Processo geral” (Começa em 1 de Janeiro de 1939) - PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/002.

¹³⁴⁶ Uma planta do pavimento térreo, uma planta do “*entre-solo*”, uma planta do andar nobre, uma planta dos “*mezaninos*”, dois desenhos da fachada poente. “Ajuda: Correspondência” - PT DGEMN:REOM-0015/02.

¹³⁴⁷ SIPA TXT.00435173, “Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Processo Administrativo” - PT DGEMN:DSID-001/011-1329.

pois ainda não fora aprovada qualquer decisão acerca da utilização dos interiores do edifício a construir.

“O actual projecto para o complemento do Palácio Nacional da Ajuda visa em primeiro lugar o arranjo arquitectónico exterior dêste edifício.

*Não sendo conhecido o destino que vai ser dado às novas partes do Palácio, não estava indicado que se aumentasse desmedidamente a área – já agora muito grande – ocupada pela construção, avolumando sem necessidade o custo da obra projectada.”*¹³⁴⁸



Fig. 71 – Palácio Nacional da Ajuda. Alçado Poente. Projeto de 1944. Raul Lino. SIPA DES.00049966, DOC.00040210 – Palácio Nacional da Ajuda – Vários.

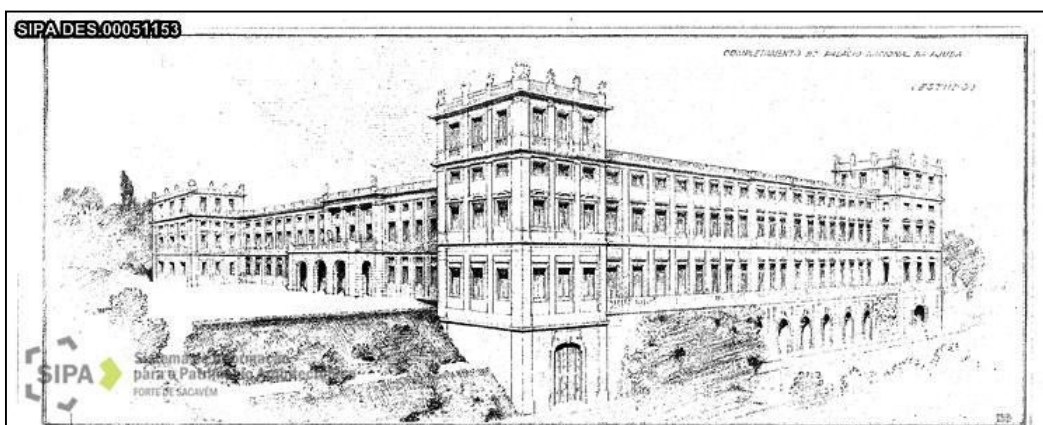


Fig. 72 – Completamento do Palácio Nacional da Ajuda. Estudo. Projeto de 1944. Raul Lino. SIPA DES.00051153, DOC.00040296 – Palácio Nacional da Ajuda.

Raul Lino continuava a defender que não haveria necessidade de intervenção na fachada nascente, e que a fachada sul apenas deveria ser tornada simétrica através da construção de um torreão no canto sudoeste, pelo que seria indispensável a edificação

¹³⁴⁸ SIPA TXT.07507988, “Ajuda: Correspondência” - PT DGEMN:REOM-0015/02.

de um outro torreão semelhante no canto noroeste do monumento¹³⁴⁹. Em relação à fachada poente, que exigia uma maior intervenção e que poderia definir o aspeto concluído do edifício, o arquiteto escrevia o seguinte:

*“esta última fachada, que será completamente nova. Construí-la num plano correspondente (em relação aos torreões) ao dos outros três alçados, seria obrigar esta ala a ter uma profundidade grande, sem necessidade, aumentando assim o custo da obra. Por outro lado, é desejável qualquer disposição da planta que dê maior claro-escuro ao edifício, que se apresenta muito falto de relevo. Estas duas circunstâncias nos levaram a recuar esta frontaria consideravelmente.”*¹³⁵⁰

E quanto ao interior desta nova ala poente a edificar, Raul Lino tecia as seguintes considerações:

“Interiormente, utilizamos a nova ala do Poente para incluir no edifício uma grande galeria nobre, como creio que não existe outra na capital, e cuja falta já se tem feito sentir por várias vezes, como – por exemplo – em ocasiões de congressos nacionais ou internacionais, exposições oficiais, recepções e festividades solenes, etc.

*Criou-se uma escadaria condigna para servir esta nova ala, independentemente das partes ocupadas até aqui;”*¹³⁵¹

Em relação ao destino dos novos espaços a construir no Palácio Nacional da Ajuda, o arquiteto Raul Lino avançava também na sua memória descritiva algumas das ideias que à época iam sendo discutidas e consolidadas:

“O edifício assim completado ficará em estado de servir – no todo ou em partes isoladas – para qualquer destino condigno da sua sumptuosidade, e, dada a disposição das suas entradas e escadas de acesso, poderá incluir várias instituições mais ou menos independentes.

Depois de delineada a obra nas suas linhas gerais, foi-nos sugerida a possibilidade de ser transferida para localização mais apropriada dentro do mesmo Palácio a Biblioteca Nacional da Ajuda, instalada actualmente em

¹³⁴⁹ SIPA TXT.07507988 e SIPA TXT.07507987, “Ajuda: Correspondência” - PT DGEMN:REOM-0015/02.

¹³⁵⁰ SIPA TXT.07507987, “Ajuda: Correspondência” - PT DGEMN:REOM-0015/02.

¹³⁵¹ *Idem.*

deficientes condições. Está portanto adoptada a hipótese de ser instalada a Bibliotéca em parte da Ala Norte do Palácio, ficando servida por entrada e escadaria independentes.

Igualmente durante a elaboração do projecto, foi dada a ideia de se instalar no novo torreão, a Sudoeste, uma casa-forte destinada à arrecadação e exposição de objectos de alto valor, pertencentes ao Estado, com vista principalmente ao tesouro que por enquanto se acha guardado em condições precárias na chamada casa-forte das Necessidades.”¹³⁵²

Ganhava peso a ideia de expansão da Biblioteca da Ajuda para a ala norte e desenvolvia-se a ideia de criação de uma casa-forte, para a exposição de objetos mais valiosos. Observando as plantas deste projeto, verificamos que também se previa que no piso térreo do torreão sudoeste se organizasse uma *Exposição das Equipagens*.

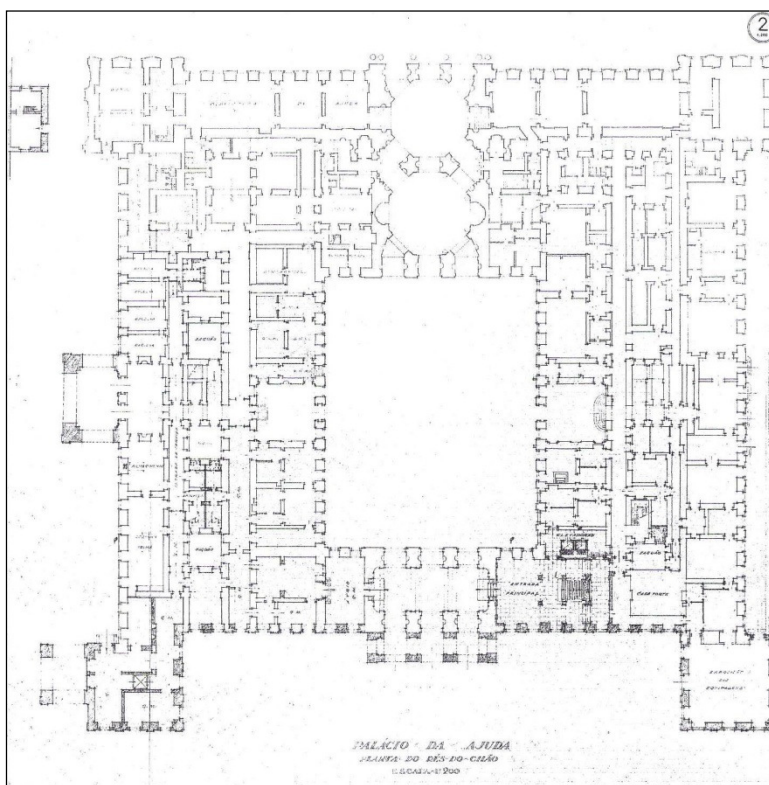


Fig. 73 – Palácio Nacional da Ajuda – Planta do Rés-do-Chão. Projeto de 1944. Raul Lino.
SIPA DES.00051155,
DOC.00040296 - Palácio Nacional da Ajuda.

Neste projeto surgia também a indicação de um *Guarda Móveis* na zona dos mezaninos do piso térreo.

¹³⁵² SIPA TXT.07507986, “Ajuda: Correspondência” - PT DGEMN:REOM-0015/02.

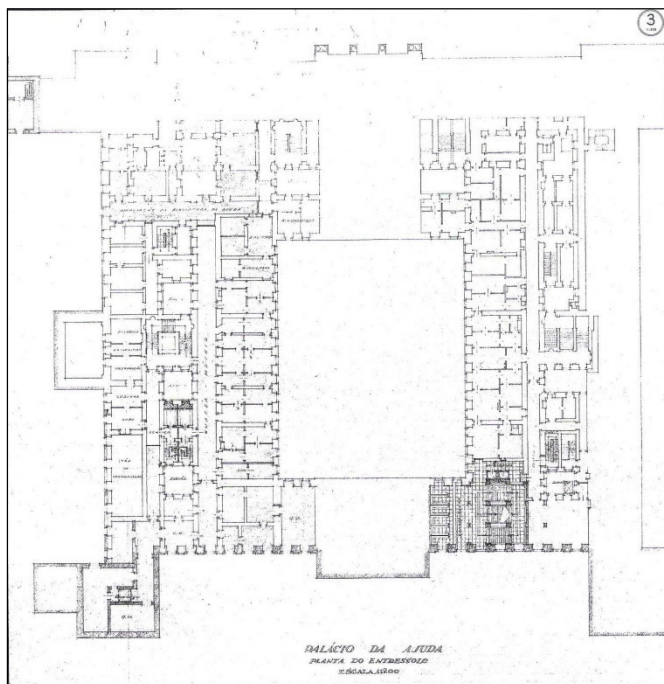


Fig. 74 – Palácio Nacional da Ajuda – Planta do Entressolo. Projeto de 1944. Raul Lino.
SIPA DES.00051156,
DOC.00040296 - Palácio Nacional da Ajuda.

Nos restantes dois pisos continuam a ser mencionadas a criação de aposentos e de quartos diversos, bem como de alguns gabinetes não especificados.

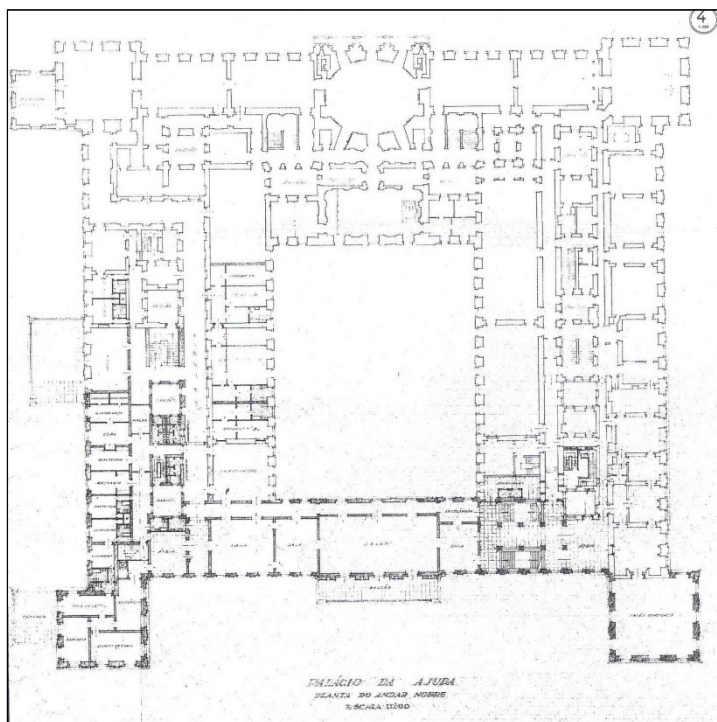


Fig. 75 – Palácio Nacional da Ajuda – Planta do Andar Nobre. Projeto de 1944. Raul Lino.
SIPA DES.00051157,
DOC.00040296 - Palácio Nacional da Ajuda.

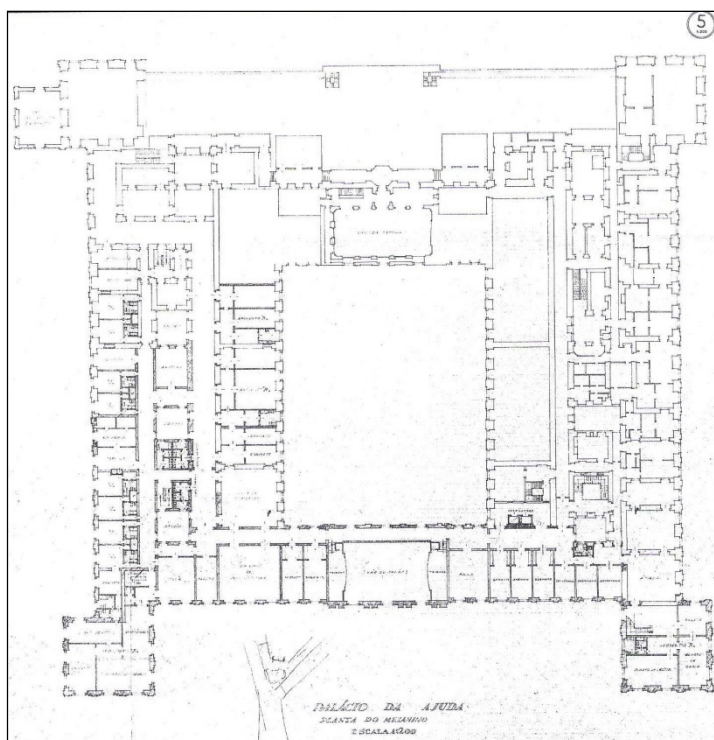


Fig. 76 – Palácio Nacional da Ajuda – Planta do Mezanino. Projeto de 1944. Raul Lino.

SIPA DES.00051158,
DOC.00040296 - Palácio Nacional da Ajuda.

Outras terão sido as utilizações avançadas e discutidas, como a que previa a transferência, para o Palácio Nacional da Ajuda, da residência oficial dos Chefes de Estado estrangeiros em visita a Portugal, cuja competência pertencia ao Palácio Nacional de Queluz¹³⁵³. Porém, não encontramos na documentação consultada informação mais desenvolvida sobre esse plano, ainda que a análise de vários documentos nos leve a crer que as diversas referências a aposentos e quartos nos projetos de 1935-36 e de 1944, estivesse relacionada com esta potencial transferência de funções.

Apesar das discussões acerca das utilizações dos espaços a criar com a conclusão do Palácio Nacional da Ajuda, as obras foram sendo adiadas. Para tal terão influído diversos motivos. A análise das fontes consultadas permite-nos verificar que o projeto de conclusão do PNA não era efetivamente consensual, sendo até pouco considerado nos meios institucionais. De facto, a atenção dada a este assunto terá tido como base o interesse pessoal de algumas personalidades, das quais se destaca o Ministro das Obras Públicas, Duarte Pacheco, cujo desaparecimento precoce em 1943 terá influenciado a suspensão do projeto. Raul Lino foi outra personalidade que

¹³⁵³ “Pensa-se destinar a ala norte residência dos Chefes de Estado estrangeiros, o que evitaria o seu alojamento fora das portas da cidade, como tem acontecido até aqui.” CALLIXTO, Vasco, “O Palácio da Ajuda e a sua conclusão”, in, *Diário Popular*, 19 de setembro de 1957.

constantemente se interessou por este assunto. Em 1944 apresentou novo projeto para esta obra, mas tal não evitou um novo período de estagnação deste plano.

Quase uma década mais tarde, o tema “conclusão do palácio” seria alvo de renovado interesse, impulsionado pela nomeação de José Frederico Ulrich¹³⁵⁴ para o cargo de Ministro das Obras Públicas. Ulrich assumia-se como um seguidor de Duarte Pacheco, no método e no ímpeto, e pretendia realizar obra de destaque em Portugal. Em relação ao PNA, começava então a crescer a ideia da urgência de obras no edifício e de que o projeto global poderia ser dividido em fases¹³⁵⁵. Contudo, Ulrich deixaria a pasta em 1954 sem concretizações quanto ao plano de edificações. Seria com o seu sucessor, Eduardo de Arantes e Oliveira¹³⁵⁶, que ocupou o cargo entre 1954 e 1967, que o plano de conclusão do PNA teria desenvolvimentos.

Logo em 1955 foi assinado um contrato de aceitação do projeto do Completamento do Palácio Nacional da Ajuda e da urbanização dos terrenos envolventes. Nesse mesmo ano, respeitando a indicação de expansão da Biblioteca da Ajuda para parte da ala norte do edifício, foram adaptadas as antigas Frasqueiras como depósito da Biblioteca¹³⁵⁷.

Em 1956 o ministro Arantes e Oliveira incumbiu ao arquiteto Raul Lino, autor do projeto de conclusão do PNA, a tarefa de divisão do plano por fases de construção, com uma estimativa orçamental para a sua concretização.

“Não há intenção de uma adjudicação global da obra mas antes da sua decomposição em trabalhos parcelares que será objecto de adjudicações

¹³⁵⁴ José Frederico do Casal Ribeiro Ulrich (1905-1982). Engenheiro civil, foi chefe de gabinete do Ministro das Obras Públicas (Duarte Pacheco – 1943), Secretário de Estado das Obras Públicas e Comunicações (1944-1947) e Ministro das Obras Públicas (1947-1954). “José Frederico do Casal Ribeiro Ulrich”. Acedido em 18 de dezembro de 2014 em URL: http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/OsProcuradoresdaCamaraCorporativa%5Chtml/pdf/u/ulrich_jose_frederico_do_casal_ribeiro.pdf.

¹³⁵⁵ “*Digne-se V. Ex^a promover no sentido de serem extraídos do estudo elaborado pelo Sr. Arquitecto Raul Lino, os elementos necessários para a execução de uma 1.^a fase dos trabalhos na cobertura do Palácio da ajuda, tendo em vista a cobertura da parte em ruína.*” Ofício interno da DGEMN, 25 de fevereiro de 1953. “Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Processo Administrativo” - PT DGEMN:DSID-001/011-1329.

¹³⁵⁶ Eduardo de Arantes e Oliveira (1907-1982). Formado em engenharia pela Escola do Exército, foi director do Serviço de Urbanização e Obras da Câmara Municipal de Lisboa, Director do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Ministro das Obras Públicas (1954-1967), Governador Geral de Moçambique (1970-1971), entre outros cargos administrativos e políticos. “Biografia de Eduardo Arantes e Oliveira”. Acedido em 7 de janeiro de 2015 em URL: <http://www.lnec.pt/apresentacao/arantespai>.

¹³⁵⁷ “Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Obras” - PT DGEMN:DSID-001/011-1315.

sucessivas ou simultâneas, ou mesmo de administrações directas de reduzido volume – conforme mais convenha à natureza especial da obra a realizar.”¹³⁵⁸

Em 31 de dezembro de 1956¹³⁵⁹, Raul Lino apresentaria novamente um projeto, designado “*Completamento do Palácio Nacional da Ajuda - Plano por Fases – Estimativa*”¹³⁶⁰, que previa já a sua concretização em cinco fases de construção¹³⁶¹:

“I – Edificação até ao nível do pavimento do andar nobre (Excluindo os corpos anexos do Norte)

1 - Corpo central e torreão noroeste

2 - torreão sudoeste

Nota – A transferência da linha carris só se torna indispensável na altura em que for empreendida a construção do torreão sudoeste.

4.950.600\$00”¹³⁶²

“II – Edificação desde o piso do andar nobre até a platebanda (incluindo as placas dos pisos altos dos torreões)

1 – andar nobre

2 – mezanino

5.603.100\$00”¹³⁶³

“III – Andares superiores dos torreões – corpos anexos ao lado norte.

5.718.800\$00”¹³⁶⁴

¹³⁵⁸ Ofício do Gabinete do Ministro das Obras Públicas e Comunicações dirigido à Direção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais. SIPA TXT.07409356, “Palácio Nacional da Ajuda” - PT DGEMN:REE-0141/08.

¹³⁵⁹ “Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Processo Administrativo” - PT DGEMN:DSID-001/011-1329.

¹³⁶⁰ SIPA TXT.00427964, SIPA TXT.00427965, SIPA TXT.00427966, SIPA TXT.00427967, SIPA TXT.00427968 e SIPA TXT.00427969, “Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Obras” - PT DGEMN:DSID-001/011-1316.

¹³⁶¹ Este plano de divisão por fases, de 1956, aparece por vezes referido como um projeto novo de Raul Lino, mas, baseando-nos na documentação consultada, pensamos que não será mais do que o projeto datável de 1944, agora apresentado novamente, ainda que com algumas ligeiras modificações.

¹³⁶² SIPA TXT.00427968, “Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Obras” - PT DGEMN:DSID-001/011-1316.

¹³⁶³ SIPA TXT.00427967, “Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Obras” - PT DGEMN:DSID-001/011-1316.

¹³⁶⁴ SIPA TXT.00427966, “Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Obras” - PT DGEMN:DSID-001/011-1316.

“IV – Escadaria Nobre – caixilharia e carpintaria de limpos – instalações sanitárias e ascensores

3.601.800\$00”¹³⁶⁵

“V – Acabamentos gerais interiores (pavimentos, guarnecimentos de paredes, tetcos e pintura)

6.155.100\$00”¹³⁶⁶



Fig. 77 – Arco da calçada da Ajuda. 1947. Fernando Martinez Pozal (1899-1971). PT/AMLSB/POZ/S00082, acedido em 7 de janeiro de 2015 em URL: <http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/PaginaDocumento.aspx?DocumentoID=269364&AplicacaoID=1&Pagina=1&Linha=1&Coluna=1>.



Fig. 78 – Calçada da Ajuda. Depois de 1958. Judah Benoliel (1890-1968). PT/AMLSB/JBN/004988, acedido em 7 de janeiro de 2015 em URL: <http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/PaginaDocumento.aspx?DocumentoID=281940&AplicacaoID=1&Pagina=1&Linha=1&Coluna=1>.

Nesse mesmo ano procedeu-se ao desaterro e limpeza nas áreas junto à fachada norte, de modo a permitir as obras posteriores¹³⁶⁷.

Entre 1958 e 1960 foram sendo adquiridas cantarias para a fachada norte, aplicadas no levantamento das paredes exteriores, viradas a norte¹³⁶⁸.

¹³⁶⁵ SIPA TXT.00427965, “Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Obras” - PT DGEMN:DSID-001/011-1316.

¹³⁶⁶ SIPA TXT.00427964, “Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Obras” - PT DGEMN:DSID-001/011-1316.

¹³⁶⁷ “Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Obras” - PT DGEMN:DSID-001/011-1316.



Fig. 79 – Fachada Norte: pormenor das ruínas. 1958. António Couto. SIPA FOTO.00503131, DOC.00000623 – Palácio Nacional da Ajuda: exteriores.



Fig. 80 – Jardim das Damas. Vista geral (pormenor). 1966. Analide Óscar. SIPA FOTO.00515798, in, DOC.00003854 – Jardim das Damas.

Entre 1959 e 1960 foram adquiridas cantarias para a fachada poente¹³⁶⁹, sendo construída a abóbada do átrio central entre 1960 e 1962¹³⁷⁰.

Entre 1960 e 1962 foram retomados os trabalhos na ala poente, com vista ao levantamento das paredes exteriores de cantaria, das quais apenas seria efetuada aquela que está virada para o pátio central¹³⁷¹.

*“Os trabalhos previstos visam principalmente a necessidade de prosseguir a obra no sentido de acabar com o aspecto de ruína aparente da fachada Poente, uma vez que o Palácio, embora ainda por concluir, serve muitas vezes para recepções de carácter não só nacional como internacional.”*¹³⁷²

¹³⁶⁸ “Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Obras” - PT DGEMN:DSID-001/011-1316. “Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Obras” - PT DGEMN:DSID-001/011-1317.

¹³⁶⁹ “Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Obras” - PT DGEMN:DSID-001/011-1317.

¹³⁷⁰ “Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Obras” - PT DGEMN:DSID-001/011-1318. “Palácio Nacional da Ajuda: Processo geral” - PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/005. “Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Processo Administrativo” - PT DGEMN:DSID-001/011-1330. “Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Obras” - PT DGEMN:DSID-001/011-1317.

¹³⁷¹ “Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Processo Administrativo” - PT DGEMN:DSID-001/011-1330.

¹³⁷² Ofício de 22 de maio de 1962, do arquiteto diretor dos Serviços dos Monumentos Nacionais da DGEMN, dirigido ao diretor geral da DGEMN. SIPA TXT.00436335, “Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Processo Administrativo” - PT DGEMN:DSID-001/011-1330.



Fig. 81 – Vista interior com andaimes. 1960.
SIPA FOTO.00543961, in, DOC.00021951 – Palácio Nacional da Ajuda: obras no fecho das abóbadas da ala ponte.



Fig. 82 – Pátio: construção da fachada Poente. 1960. Analide Óscar.
SIPA FOTO.00503138, in, DOC.00000626 – Palácio Nacional da Ajuda: fachada Poente.

2.2.3. Organização das coleções

A preocupação com os objetos existentes no Palácio Nacional da Ajuda e com todas as movimentações de entrada ou de saída de bens deste edifício, durante as primeiras décadas do regime republicano em Portugal, foi uma questão central na administração deste antigo Paço Real.

Apesar de este monumento não se encontrar aberto à visita e de estar ligado ao Protocolo de Estado, a tutela revelou-se constantemente atenta às questões relacionadas

com as coleções existentes no seu interior. Como veremos nas linhas seguintes, com a nomeação de Manuel Carlos de Almeida Zagalo para o lugar de Conservador do Palácio Nacional da Ajuda, a atenção dada a este tema viria a aumentar dado que, com a sua formação e alguma experiência com património artístico, esta personalidade acabou por assumir a gestão e organização de coleções como uma das diretivas centrais da sua administração.

Zagalo procurou desde logo entender o estado de conservação das salas do edifício e os objetos que nelas se encontravam expostos. Progressivamente, o novo diretor, ora aproveitando os preparativos para os diversos eventos protocolares a realizar no PNA, ora aproveitando a necessidade de intervenção em alguns espaços para reparação ou manutenção, procurou ir procedendo a “*arranjos*” em alguns dos espaços interiores, tentando alterar algumas das decorações seguindo o critério de retirar os objetos de “*fraco gosto*” e destacar os bens mais interessantes das coleções do PNA:

*“Pessoalmente tenho defendido o critério que muito embora se deve respeitar o ambiente que êste Palácio respirava antes de 1910 – e tem sido essa a minha maior preocupação – conviria aligeirá-lo das peças de acentuado mau gosto e procurar tirar o melhor partido da época e estilo das suas decorações, alindando-o de forma a que o conjunto das suas salas ganhasse em elegância, esplendor e acentuado cunho de intimidade, onde ele se justificasse.”*¹³⁷³

Apenas dois anos depois de ser nomeado Conservador do PNA, Zagalo comentaria que

“O Palácio continua a estar num grande desalinho, e apesar de se têr principiado já a limpar duas salas, não se encontra de forma alguma em condições de poder sêr visto, [...]”

Estou desde já procedendo ao estudo da decoração dos corredores do andar nobre que estabelece a comunicação das salas de baile com a sala de jantar.

Com os móveis que estão a restaurar no Museu de arte Antiga, conjuntamente com outros que ainda posso dispor, e tambem com alguns quadros, cujas

¹³⁷³ Relatório do Conservador do Palácio Nacional da Ajuda, de 21 de janeiro de 1947, dirigido à Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 39, “Relatórios vários”.

molduras se torna necessário beneficiar, [...], tenciono obter efeito agradável.”¹³⁷⁴

Através dos seus relatórios apercebemo-nos, pois, da preocupação em redefinir a configuração das principais salas do PNA, o que implicava a movimentação de diversos objetos, com o intuito de salvaguardar aqueles que se encontravam em mau estado de conservação e de valorizar outros que se encontravam em espaços menos dignos – como, por exemplo, os espaços de guarda e arrecadação do edifício, que apresentavam genericamente condições bastante longe das ideais para acondicionar peças que eram agora entendidas como objetos de museu.

Tentando alcançar os objetivos acima referidos, a administração do Palácio Nacional da Ajuda, essencialmente por ação do seu conservador, procurou também realizar diversas intervenções de restauro em bens móveis pertencentes ao acervo deste antigo Paço Real, recorrendo à Oficina que funcionava anexa ao Museu Nacional de Arte Antiga¹³⁷⁵ ou recorrendo a técnicos privados. Através da documentação consultada constatámos que foram restauradas tapeçarias, cerâmicas, pinturas, esculturas e peças de mobiliário, entre outros objetos¹³⁷⁶.

Os “*arranjos*” da responsabilidade de Manuel Carlos de Almeida Zagalo foram contínuos mas irregulares, pois obedeceram a diversos fatores, essencialmente circunstanciais, tais como as já mencionadas necessidades e oportunidades de intervenção em alguns dos espaços interiores do PNA. Apesar de não existir uma uniformidade total de critérios nos diversos “*arranjos*” das salas do PNA levados a cabo por Zagalo, verificamos que este conservador utilizou o arrolamento judicial do palácio executado durante os primeiros anos da república como uma das bases fundamentais para o seu trabalho. No entanto, Zagalo não pretendia apenas mimetizar o que se encontrava descrito no inventário de 1911-1914, mas sim reformular os ambientes de acordo com o que considerava mais digno e indicado para evocar uma ambiência de antigo Paço Real habitado pelo Rei D. Luís I e sua mulher, a Rainha D.

¹³⁷⁴ Relatório de Zagalo, datado de 11 de junho de 1940, dirigido à Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 39, “Relatórios vários”.

¹³⁷⁵ LEANDRO, Sandra, “Invisíveis e Intangíveis nos Estudos de Arte: João Couto e o Laboratório Científico”, in, *40 anos do Instituto José de Figueiredo*, 2007, pp. 83-95.

¹³⁷⁶ Apontamos apenas alguns exemplos: APNA, Pastas Zagalo, Pasta 29, “Restauro da Tapeçaria Aubusson, relação e descrição das Tapeçarias existentes”; APNA, Pastas Zagalo, Pasta 11, “Processo do Restauro da mobília D. João V”; APNA, Pastas Zagalo, Pasta 15, “Mobília da sala de “Saxe”.

Maria Pia, pelo que recorreu também a outras peças disponíveis noutros locais do edifício.

Não sendo nosso objetivo elencar a totalidade destas movimentações de objetos, tarefa complexa, se não impossível, devido à existência de lacunas na documentação consultada, procurámos contudo registar de maneira cronológica – e recorrendo aos próprios testemunhos de Manuel Carlos de Almeida Zagalo –, alguns dos espaços e dos objetos que foram alvo destas alterações.

Após as principais salas das alas nascente e sul, quer as do piso térreo quer as do andar nobre, terem sido intervencionadas sob supervisão do conservador do PNA, ficando com as decorações do seu agrado, foi publicado um *Roteiro*¹³⁷⁷ do edifício, em 1961, no qual Zagalo descreve em traços gerais a decoração das salas, fazendo menção a diversos dos objetos aí expostos. Como alguns dos espaços são apresentados também através de fotografias, conseguimos visualizar como se encontravam à época e que objetos eram então apresentados¹³⁷⁸.

Sala do Retrato da Rainha D. Maria Pia

A Sala do Retrato da Rainha D. Maria Pia, anteriormente denominada por Sala Vermelha, foi um dos primeiros espaços interiores do Palácio Nacional da Ajuda que foram alvo de uma redecação por parte do Conservador Manuel Carlos de Almeida Zagalo.

“[...] com o intuito varias vezes manifesto de procurar obter, principalmente com elementos que andavam dispersos e arrecadados neste Palácio, um conjunto cada vez mais belo e harmónico, e que tem sempre merecido e concordancia do Exm.º Snr. Superintendente Artistico, e de todas aquelas entidades que visitam o Palácio e que já anteriormente o conheciam.

Nesta ordem de ideias continuei a transferir para as salas mais algumas pinturas que representam membros da família real e que apesar de terem estado expostas foram deslocadas e guardadas em arrecadações.

¹³⁷⁷ ZAGALO, Manuel, *Palácio Nacional da Ajuda, Roteiro*, 1961.

¹³⁷⁸ Ainda que tenha havido movimentações pontuais entre os “arranjos” das salas e a publicação do *Roteiro* (e até depois da sua publicação), a maioria dos objetos que figuram nestas fotografias correspondem às fases de decoração levadas a cabo por Zagalo. Tal é também constatável através de outros documentos fotográficos consultados e analisados.

Agora trouxe para a sala vermelha, o esplendido quadro no qual está pintada a rainha D. Maria Pia em tamanho natural, assinado por Carolos Durand^[1379], e que de novo decora justamente o mesmo compartimento onde esteve colocado durante muitos anos. [...] Decorei esta mesma sala com dois preciosos biombos “Coromandel”^[1380] que produzem um ótimo efeito ladeando o quadro da rainha e fazendo-lhe ao mesmo tempo fundo.”¹³⁸¹



Fig. 83 – Sala do Retrato da Rainha D. Maria Pia. Fotografia de Mário Novais. ZAGALO, Manuel, *Palácio Nacional da Ajuda, Roteiro*, 1961, entre a página 72 e a 73.

Sala Azul

Na decoração da Sala Azul, o conservador do PNA recorreu ao arrolamento de 1911-1914, de modo a repor um ambiente mais próximo daquele que este espaço tinha quando era utilizado pela Família Real.

“Não limitei aqui a minha acção, tendo procurado, em continuação de anteriores trabalhos, [...] como a colocação dos quadros dos Reis D. Luiz e D. Maria Pia e irmãos desta soberana, etc., dar a êste compartimento que era onde a Rainha D. Maria Pia, recebia as suas visitas de cerimónia, o aspecto que deveria têr tido, mas, liberto das peças de mau gosto e da multiplicidade de objectos de gêneros diferentes, de que muito enfermava êste Palácio.

¹³⁷⁹ *Retrato de D. Maria Pia*, de Émile Auguste Carolus Duran, pintado em 1880. PNA Inv. 3979.

¹³⁸⁰ Não se trata de dois biombos mas sim de apenas um que estava separado em duas metades. *Biombo chinês* de doze folhas articuladas, do final do século XVII ou início do XVIII. PNA Inv. 3990.

¹³⁸¹ Relatório de Zagalo, datado de 6 de fevereiro de 1941, dirigido à Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 39, “Relatórios vários”.

Assim, era natural, e soube-o pelo inventário, que neste salão existisse, pelo menos, um sofá em que as visitas se sentassem, pois de contrário não se explicava a finalidade do aposento.

Além disso, um dos móveis que actualmente ali figuravam era uma secretária Luiz XV, móvel inteiramente descabido, como é notório, numa sala de visitas.

Em conclusão, pois, afigura-se-me que estas modificações apontadas, aliado às que já havia efectuado, muito contribuíram para fazer realçar a beleza da sala, dando-lhe ao mesmo tempo mais interêsse e dignidade.”¹³⁸²



Fig. 84 – Sala Azul.
Fotografia de Mário Novais.
ZAGALO, Manuel,
Palácio Nacional da Ajuda, Roteiro, 1961,
entre a página 38 e a 39.



Fig. 85 – Sala Azul.
Fotografia de António Castelo Branco.
DGEMN, IPA.00004722,
Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda,
DOC.00000621, Palácio Nacional da ajuda: salas do Museu do palácio.

¹³⁸² Relatório de Zagalo, datado de 8 de março de 1941, dirigido à Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 39, “Relatórios vários”.

Aposentos da Rainha D. Maria Pia: Sala Verde, Sala Cor-de-rosa, Quarto da Rainha e Toucador da Rainha

Ainda no início da década de 40, Zagalo tomou em mãos o projeto de “reconstituição dos aposentos privativos de Sua Magestade a Rainha D. Maria Pia”¹³⁸³, compostos por diferentes espaços. Para estes “arranjos”, o conservador utilizou como referência o arrolamento de 1911-1914. No entanto, não seguiu minuciosamente esse inventário, pois considerou que não deveria colocar nestes espaços objetos de “acentuado mau gosto”¹³⁸⁴ ou que não estivessem em bom estado de conservação:

“Êste aposento [Sala Verde] e bem assim a salinha côr de rosa estavam abertos ao público, permanecendo, porém, o quarto e o toilette fechados dêse a saída da Rainha para o exílio.

Só excepcionalmente se abriam para serviços de conservação de mobiliário e mais nada.

O seu aspecto era mais o de uma arrecadação de móveis de que o de quarto da Rainha. Para mais figuravam ali vários objectos que nunca pertenceram aquêlo local [...].

Como é natural nasceu logo no meu espírito o vivo empenho de proceder os conveniente arranjo daquêles dois compartimentos, porque além de constituírem os únicos aposentos daquêlo género em todo o Palácio, necessariamente haviam de despertar o maior interesse aos visitantes, justamente por se tratar do quarto de cama e toucador da Rainha D. Maria Pia.

[...] a leitura do inventário judicial de 1911, elaborado pouco depois da Soberana ter abandonado o Palácio, portanto fiel informador dos móveis e mais adornos que ao tempo os decoravam.

Desta forma fôï-me relativamente fácil reintegrar de novo no ambiente próprio, vários móveis, quadros e outras coisas que no seu conjunto formam a moldura tanto quanto possível aproximada em que a Rainha D. Maria Pia viveu.

¹³⁸³ Relatório de Zagalo, datado de 1 de julho de 1942, dirigido à Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 39, “Relatórios vários”.

¹³⁸⁴ *Idem.*

[...] emprego os maiores esforços no sentido de repor as coisas nos lugares que então teriam, apresentando os mesmos móveis, etc., mas eliminando tudo aquilo que pelo acentuado mau gosto, estado de deterioração, etc., possa até ser prejudicial áquêle bom gosto e culto das boas coisas que foram apanágio da Rainha.

Fui mais além. Figurando naquela sala um termó e dois espelhos de porporções deselegâtes e de factura deficiente, substitui-os por quadros entre eles um de belíssimo efeito.

Refiro-me a uma grande tela ricamente emoldurada, que representa D. Luiz, D. Maria Pia e os Príncipes, do pintor Leyraud^[1385]. Êste quadro e bem assim todos os outros que ali coloquei tais como o retrato de D. Pedro V, os Príncipes D. Carlos e D. Afonso, Victor Manuel estavam arrecadados.

Entre as telas de especial interesse que também ali figuram vê-se a que representa a chegada da Rainha a Lisboa^[1386] e a do seu casamento na igreja de S. Domingos^[1387].

Repuz no seu lugar, a secretária, estante com livros, piano, fotografias de vários membros das famílias reinantes da Europa, especialmente as da casa Saboia, e muitas outras coisas que estavam arrecadadas.

De entre elas fazem parte ricos presentes como um móvel em ébano^[1388] contendo um álbum com belas aguarelas^[1389] dos melhores pintores da época, oferecido pela cidade de Torino.”¹³⁹⁰

¹³⁸⁵ A Família Real Portuguesa em Queluz, de Joseph-Fortuné Séraphin, pintado em 1876. PNA Inv. 1354.

¹³⁸⁶ Chegada da Rainha D. Maria Pia ao Tejo, de João Pedroso Gomes da Silva, pintado em 1863. PNA Inv. 1334.

¹³⁸⁷ Ratificação do Casamento do Rei D. Luís e D. Maria Pia, de António Manuel da Fonseca, pintado em 1864. PNA Inv. 1335.

¹³⁸⁸ Caixa de madeira entalhada e torneada, de autoria desconhecida, datada de 1862. PNA Inv. 1331.

¹³⁸⁹ Álbum de aguarelas oferecido pela cidade de Turim a D. Maria Pia, com aguarelas de diversos artistas, datado de 1862. PNA Inv. 1332.

¹³⁹⁰ Relatório de Zagalo, datado de 1 de julho de 1942, dirigido à Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 39, “Relatórios vários”.



Fig. 86 – Sala Verde. Fotografia de Mário Novais. ZAGALO, Manuel, *Palácio Nacional da Ajuda, Roteiro*, 1961, entre a página 48 e a 49.



Fig. 87 – Sala Verde. Fotografia de António Castelo Branco. DGEMN, IPA.00004722, Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda, DOC.00000621, Palácio Nacional da ajuda: salas do Museu do palácio.

“O mesmo sucedeu na salinha côr de rosa onde se vêem agora alguns dos quadros, móveis e outros objectos que ai estiveram noutros tempos.

Entre os móveis que estavam arrecadados e que faziam parte daquêles compartimentos contam-se uma pequena papeleira, que conserva ainda nas gavetas etiquetas alusivas á qualidade dos documentos que guardava, uma vitrine, estante com livros, etc., etc.

No que se refere ao quarto da Rainha o problema tornava-se de resolução mais difícil, porquanto os reposteiros, forros das cadeiras, armação da cama, a alcatifa, etc., achavam-se em péssimo estado de conservação. O mesmo sucedia mas em menor escala no “Toilette” anexo ao quarto.

[...] *Forradas as cadeiras com esta seda de tom branco marfim, beneficiada a rica armação do docel, encortados os reposteiros das portas não só para deixarem á vista as sobreportas pintadas, como já se eliminaram pedaços do tecido inteiramente deteriorados, colocados nas janelas do fundo do Palácio, cortinados, que tão bem condizem com a época do quarto, obteve-se logo o bom resultado que era de esperar.*

Além disso, colocaram-se vários pedaços de alcatifa em lugares que estava deteriorada, pintou-se todo o mobiliário e restaurou-se uma ou outra peça, fizeram-se pequenos concêrtos na pintura do tecto, substituíram-se alguns móveis de mau gosto, retirou-se um grande espelho de cima do fogão que produzia péssimo efeito e, em sua substituição decorei a parede com um quadro de D. Carlos, e o fogão com um relógio e ricas serpentinas douradas, etc.

Dentro duma pequena vitrine mandada construir propositadamente, dispuz algumas pequenas coisas que nos fazem recordar a figura da Soberana, tais como livros de missa com dedicatórias de D. Luiz e do Rei Victor Manuel, retratos do primeiro daqueles soberanos, o colar e brincos que serviram para o traje de mascara, num baile realizado realizado nêste Palácio, e em que a Rainha apareceu vestida de varina, etc., etc.”¹³⁹¹



Fig. 88 – Quarto da Rainha. Fotografia de Mário Novais. ZAGALO, Manuel, *Palácio Nacional da Ajuda, Roteiro*, 1961, entre a página 52 e a 53.

¹³⁹¹Relatório de Zagalo, datado de 1 de julho de 1942, dirigido à Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 39, “Relatórios vários”.

“No “Toilette”, ou seja no último aposento desta série de salas, procurei da mesma forma valorizá-lo e aformoséá-lo.

Numa das paredes vê-se o rico toucador que D. Maria Pia mandou vir de Paris e que durante 32 anos se conservou numa dependência da Alfândega de Lisboa, donde nunca chegou a sair, e que a meu pedido foi transferido para êste Palácio^[1392].

Alguns quadros representando a Rainha D. Maria Pia, um deles do pintor Leyraud, e que mostra a soberana mascarada tal como se apresentou no baile de Ajuda está também nesta sala.

Além do rico serviço de toilette, coloquei também dentro duma vitrine mais alguns objectos da Rainha, tais como leques, um dêles pintado por D. Carlos, medalhas, um retrato da Rainha Alexandra com uma dedicatória para D. Maria Pia, os livros de registo de visitas durante a sua estadia em Paris, Roma e Turim, o passaporte da Rainha com o título de Duquesa de Guimarães, etc., etc. [...].”¹³⁹³

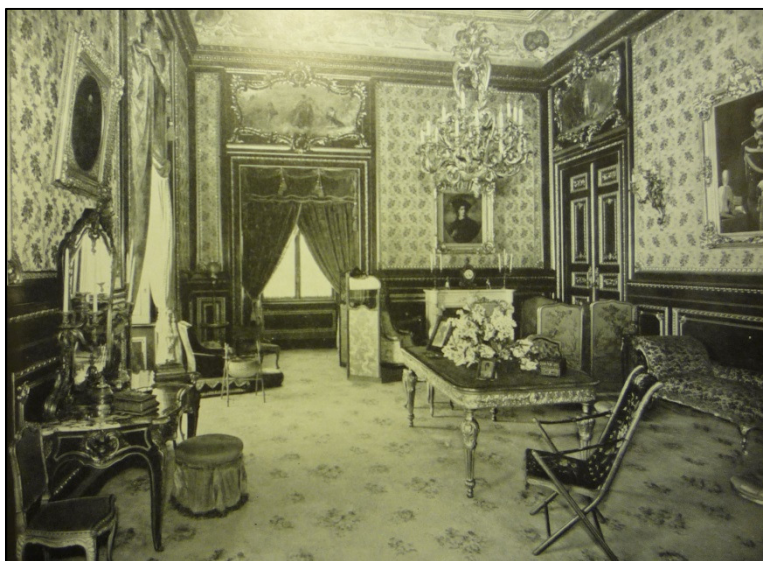


Fig. 89 – Toucador da Senhora D. Maria Pia.
Fotografia de Mário Novais.
ZAGALO, Manuel, *Palácio Nacional da Ajuda, Roteiro*, 1961, entre a página 52 e a 53.

¹³⁹² “um toucadôr em estilo Luís XV com as iniciais da rainha D. Maria Pia, que eu pedi fosse cedido ao Palácio da Ajuda. Êste toucadôr deve têr sido encomendado por aquela soberana para guarnecer o toilette junto ao seu quarto, não tendo chegado a sair da Alfandega parece que por falta de pagamento dos direitos de importação.”

Relatório de Zagalo, datado de 24 de julho de 1939, dirigido à Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 39, “Relatórios vários”.

¹³⁹³ Relatório de Zagalo, datado de 1 de julho de 1942, dirigido à Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 39, “Relatórios vários”. Alguns dos objetos descritos seriam depois transferidos para as salas anexas à Casa-Forte, aquando da organização e inauguração destas, em 1954. Acerca deste assunto ver o ponto 2.2.2.1. **Projetos e obras**.

Gabinete de Carvalho

Em 1943, o conservador do PNA definiu o projeto de decoração do Gabinete de Carvalho como um espaço de evocação direta do Rei D. Luís I.

*“projecto ao reconstituir o “Gabinete de Carvalho”, compartimento destinado a uma espécie de sala de fumo de D. Luís e onde se encontravam os mais predilectos quadros do monarca, marinhas com navios de guerra, as suas armas de caça, etc., invocar a personagem do Rei-Marinheiro, colocando ali também um bom retrato em que se vê fardado de almirante e que se encontra arrecadado.”*¹³⁹⁴

Antigos aposentos do Rei D. Luís

O projeto de reconstrução do salão onde eram os aposentos do Rei D. Luís, de que o conservador do PNA se ocupou durante a primeira metade da década de 40, já anteriormente analisado, contemplou também a decoração do novo espaço que assim surgia e implicou alterações em outras salas (em especial a Sala de Espera ou de D. Sebastião e a Sala do Despacho), devido à movimentação interna de objetos.

*“Uma vez recomposta a sala, poderiam as paredes ser forradas de um tecido neutro onde seriam, por exemplo, muito bem aplicadas as ricas tapeçarias de Bruxelas, da ante-câmara, entre as salas de Espera e Despacho. [...] Tão ricos especimens, principalmente a tapeçaria de maiores dimensões, teem que ser colocadas em local onde possam sobressair em tôda a sua beleza, pois agora nem a assinatura do pintor pode ser vista, devido a estar dobrado numa das extremidades o pano que está colocado na parede maior. [...] Para mobiliar o novo salão podia-se recorrer a alguns dos móveis que hoje guarnecem as duas salas conjuntamente com sofá e cadeiras que vieram do Ministério da Marinha.”*¹³⁹⁵

¹³⁹⁴ Relatório de Zagalo, datado de 12 de novembro de 1943, dirigido à Repartição do Património da DGFP. APNA; Pastas Zagalo, Pasta 39, “Relatórios vários”.

¹³⁹⁵ Relatório de 7 de março de 1940. SIPA TXT.07507200 e SIPA TXT.07507201, in, Ajuda: Correspondência - PT DGEMN:REOM-0014/02.

*“Finalmente forram-se com novo tecido as paredes do Salão que receberão as tapeçarias a retirar da sala de D. Sebastião, e substitue-se também o tecido em mau estado que decora as paredes desta sala por outro adequado.”*¹³⁹⁶

A propósito do “arranjo” desta sala, anteriormente ocupada pelos aposentos do Rei D. Luís, Zagalo exprimiu algumas preocupações com a sua integração no programa de decoração global do Palácio Nacional da Ajuda, tentando justificar as suas intenções e decisões.

*“Se por um lado é certo que êste Palácio ostenta mais rica ornamentação que os outros Palácios Nacionais há ainda que eliminar muitos pormenores que denotam mau gosto e que ferem, como não pode deixar de ser, a atenção dos espíritos mais cultos e do melhor bom gosto. Tenho inúmeras vezes verificado quando das visitas de personalidades estrangeiras e nacionais a impressão que lhes causa entre tanta coisa boa, determinados pormenores que chocam a vista e que eu tenho a noção absoluta de que não estão certos, mas que só com o decorrer dos tempos será possível modificar, por serem dispendiosos, como aquele que agora apresento, havendo mesmo alguns que por bolirem com a própria estrutura das salas, dificilmente poderão desaparecer.”*¹³⁹⁷

Os trabalhos programados para o salão, agora desafogado das divisórias internas que o tinham transformado no reinado de D. Luís, foram levados a cabo durante o ano de 1945. No ano seguinte, 1946, foram restauradas as tapeçarias retiradas da Sala de Espera e foram colocadas no local destinado¹³⁹⁸. Em relatório de 21 de junho de 1946, Zagalo informava a tutela que a intervenção neste “novo” salão estava já concluída e descrevia a totalidade da decoração realizada.

“As paredes foram revestidas de um tecido apropriado de forma a fazerem hum fundo às belíssimas tapeçarias da “História de Aquiles” que se encontravam

¹³⁹⁶ Memória Descritiva do caderno de encargos para a obra denominada “Reconstrução do salão onde eram os aposentos de D. Luís”, datada de 19 de março de 1945. SIPA TXT.01419977, in, Palácio Nacional da Ajuda: reconstrução do salão onde eram os aposentos de D. Luis - PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/119.

¹³⁹⁷ Relatório de 7 de março de 1940. SIPA TXT.07507201, in, Ajuda: Correspondência - PT DGEMN:REOM-0014/02.

¹³⁹⁸ Estas tapeçarias são as pertencentes ao ciclo “História de Aquiles”: *Ulisses descobre Aquiles entre as filhas de Licomedes*, PNA inv. 498; *Rapto de Helena*, PNA inv. 499; *Tétis mergulha Aquiles nas águas do rio Estige*, PNA inv. 500; *Aquiles arrasta o cadáver de Heitor*, PNA inv. 501; *Entre-portas*, PNA inv. 502; e, *Entre-portas*, PNA inv. 503. As tapeçarias foram restauradas por Figueiroa Rêgo, Lda., em Lisboa. SIPA TXT.01403898, in, Palácio Nacional da Ajuda: Processo geral - PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/004.

muito mal adaptadas numa pequena ante-câmara chamada a sala de D. Sebastião.

As aludidas tapeçarias flamengas que foram um conjunto de seis peças tinham sido forçadamente adaptadas ao tamanho das paredes e de maneira tal que a maior de todas se encontrava dobrada numa das extremidades escondendo o nome do autor, ao passo que as restantes conservavam as orlas ocultas e ainda com a agravante de não estarem à vista importantes pormenores.

Para dar maior consistência a estas tapeçarias aplicaram-se no reverso das mesmas, tiras de linhagem e pelo processo usado no Museu das Janelas Verdes.

Com excepção de um dos exemplares a que foi cortada a orla que o circundava, todas as outras conservam agora o seu aspecto original.

Continuando a descrever a ornamentação da sala de D. Luiz, cumpre acrescentar que coloquei ali uma boa mobília em estilo Luiz XVI que se encontrava numa arrecadação, mobília essa que foi forrada com uma seda que é precisamente igual à dos reposteiros que guarnecem o citado compartimento.

[...] Como fosse necessário arranjar um grande lustre para êste salão, ocorreu-me transferir para ali o lustre em metal dourado que figurava na sala de Espera e que não condizia com os outros dois por serem de cristal.

Esta idéia afigura-se-me que teve excelente resultado prático porque deu aso a que este salão de espera ficasse mais harmónico por ter sido nêle colocado em substituição do lustre de metal, um outro lustre de cristal que se encontrava na sala de D. Sebastião e que é igual aos outros dois atrás referidos.

Falta ainda acrescentar sôbre o arranjo da sala de D. Luiz que, passaram a guarnecer o mesmo, uma esplêndida papeleira que durante bastante tempo se conservou numa arrecadação e uma rica cómoda em estilo Luiz XV que figurava numa das salas demolidas.

Quanto à sala de D. Sebastião de onde se retiraram as tapeçarias de “Aquiles”, revestiram-se as paredes com um tecido igual ao da sala de D. Luiz, colocando-se nas paredes alguns bons quadros, entre os quais um representando o retrato do Rei D. Carlos, de autoria do pintor Condeixa, quadro êsse que se encontrava numa arrecadação depois de ter sido transferido para êste Palácio.

Nêste compartimento cujo lustre foi [...] deslocado para o salão de Espera, adaptei um dos pequenos lustres das salas que se remodelaram.

Falta somente acrescentar que acabo de colocar na sala do Jardim de Inverno, a mobília que noutros tempos a decorou e que se encontra convenientemente restaurada.”¹³⁹⁹



Fig. 90 – Sala de D. Luís. Fotografia de Mário Novais. ZAGALO, Manuel, *Palácio Nacional da Ajuda, Roteiro*, 1961, entre a página 36 e a 37.



Fig. 91 – Sala dos Antigos Aposentos do Rei D. Luís. Fotografia de António Castelo Branco. DGEMN, IPA.00004722, Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda, DOC.00000621, Palácio Nacional da ajuda: salas do Museu do palácio.

¹³⁹⁹ Relatório de Zagalo, datado de 21 de junho de 1946, dirigido à Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 39, “Relatórios vários”.

Sala das Tapeçarias Espanholas

Aproveitando a intervenção necessária na Sala das Tapeçarias Espanholas, devido à organização de um almoço oferecido pelo Presidente da República aos almirantes da Esquadra Francesa presente no Tejo¹⁴⁰⁰, Zagalo redecorou este espaço de maneira a transformá-lo em sala de refeições. Foram então colocados

“três imponentes armários aparadores em talha dourada e veludo vermelho, armários esses que não estavam expostos e que guarneci com valiosos exemplares de porcelana da China e do Japão, alguns dos quais se encontravam arrecadados.

*A mesa foi ornamentada com a Baixela Tomir, conhecida pela designação de “Porto-Covo”, e quatro grandes centros de flores com as cores da bandeira Francesa completavam a decoração.”*¹⁴⁰¹



Fig. 92 – Sala das Tapeçarias Espanholas. Fotografia de Mário Novais.
ZAGALO, Manuel, *Palácio Nacional da Ajuda, Roteiro*, 1961, entre a página 30 e a 31.

¹⁴⁰⁰ Ofício de 4 de junho de 1952, do Conservador do PNA dirigido ao Chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas por classificar, Pasta 23, Bloco 1, Ofícios expedidos 1951/52, fólio 120.

¹⁴⁰¹ Relatório de Zagalo, datado de 1 de junho de 1952, dirigido à Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 39, “Relatórios vários”.



Fig. 93 – Sala das Tapeçarias Espanholas.
Fotografia de António Castelo Branco.
DGEMN, IPA.00004722,
Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda,
DOC.00000621, Palácio Nacional da ajuda: salas do Museu do palácio.

Esta sala, em que foi mantida a mesa ao centro, continuou a ser utilizada para outros eventos protocolares.

Sala de Mármore

Em relatório de 21 de junho de 1946, o Conservador do PNA informava a tutela acerca dos seus planos para a Sala de Mármore, também designada por Jardim de Inverno.

*“Para completar a ornamentação desta sala vou ali dispôr a título de experiência e, de colaboração com o Jardim Botânico da Ajuda, conforme foi superiormente autorizado, alguns vasos com plantas, de modo que, dentro do possível, tenhamos a sensação que estamos, de facto, num jardim de inverno.”*¹⁴⁰²

Havia já alguns anos que Zagalo mostrava preocupações com esta sala, pois considerava que

¹⁴⁰² Relatório de Zagalo, datado de 21 de junho de 1946, dirigido à Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 39, “Relatórios vários”.

*“O “Jardim de Inverno” [tinha] perdido o significado que então tinha e que consistia estar profusamente ornamentado com plantas que de há muito se encontram excluídas daquele recinto.”*¹⁴⁰³

Depois de algumas experiências, em 1952 o conservador do PNA conseguiu finalmente proceder à decoração desta sala, reconstituindo-a como Jardim de Inverno, com a ajuda da Câmara Municipal de Lisboa, que forneceu algumas das plantas utilizadas:

*“Alem de lindíssimas plantas e flores próprias de estufa e de trepadeiras nas grades das janelas e de fetos suspensos de cordões vermelhos, guarneceu-se a taça cujo repuxo estava a trabalhar com peixes e nenúfares, e para que a reconstituição fosse o mais possível completa não foi esquecido o pormenor da gaiola com aves canóras.”*¹⁴⁰⁴

Esta intervenção decorativa teve também a colaboração do Jardim Zoológico de Lisboa, que disponibilizou algumas aves para serem colocadas nas gaiolas que se encontravam naquele espaço.

Este “*arranjo*” não se manteve ao longo dos anos, pois segundo a documentação consultada, quer as plantas, quer as aves eram apenas colocadas aquando da realização de alguns eventos, sendo inviável a sua permanência constante no local:

“[...] tendo sido devolvidas ao Jardim Ecológico as aves exóticas que como tem sido usual, tem sido cedidas a título de empréstimo, a fim de figurarem na gaiola existente no citado Jardim de Inverno, sempre que há festas neste Palácio [...]”.¹⁴⁰⁵

¹⁴⁰³ Relatório de Zagalo, datado de 12 de novembro de 1943, dirigido à Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 39, “Relatórios vários”.

¹⁴⁰⁴ Relatório de Zagalo, datado de 1 de junho de 1952, dirigido à Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 39, “Relatórios vários”.

¹⁴⁰⁵ Ofício do conservador do PNA, de 18 de novembro de 1955, dirigido ao Chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, Ofícios expedidos, 1954/1955.



Fig. 94 – Sala de Mármore, ou Jardim de Inverno.

Fotografia de Mário Novais.

ZAGALO, Manuel, *Palácio Nacional da Ajuda, Roteiro*, 1961, entre a página 44 e a 45.

Outros espaços

Para além dos espaços acima referidos, também outras salas foram alvo de campanhas de decoração por parte desta administração do Palácio Nacional da Ajuda.

Na década de 50, destaca-se a intervenção realizada em duas salas anexas à Caixa-Forte, entretanto construída para expor as Jóias da Coroa e de D. Miguel, bem como na própria Caixa-Forte. Este assunto foi já tratado em ponto anterior do presente trabalho.

Em relação a outras salas, apesar de existirem poucos dados na documentação consultada, através dos textos e das fotografias publicados no *Roteiro* de 1961¹⁴⁰⁶ é possível reproduzir alguns aspetos gerais da decoração e identificar alguns dos principais objetos expostos.

Todos os trabalhos efetuados na decoração das salas do PNA tiveram como principal objetivo a valorização do edifício como um todo. Partindo desta premissa, o conservador do PNA, Manuel Carlos Zagalo, procurou ir conhecendo a história do edifício e das coleções aí existentes e apoiando-se em documentos – de entre os quais se destaca o arrolamento do PNA feito entre 1911 e 1914 –, o que lhe permitiu intervencionar os vários espaços para que se apresentassem do modo que considerava mais prestigiante para o palácio e para o País. Durante este processo de trabalho, o

¹⁴⁰⁶ ZAGALO, Manuel, *Palácio Nacional da Ajuda, Roteiro*, 1961.

conservador procedeu a um novo inventário dos bens existentes em cada uma das salas. Este inventário provisório, que por vezes se baseou apenas numa atualização do arrolamento, viria a ganhar uma dimensão mais consistente no momento em que a tutela, ou seja, a Repartição do Património da Direção Geral da Fazenda Pública, solicitou a realização de um inventário oficial dos diversos objectos existentes no PNA; este foi sendo efetuado de maneira faseada, de acordo com as oportunidades e seguindo também a reorganização e a redecoração das salas realizadas pelo conservador do PNA, Manuel Carlos de Almeida Zagalo.

A documentação revela que Zagalo efetuou também inventários parciais por tipologias de objetos, tais como: o inventário das tapeçarias, terminado nos inícios do ano de 1942¹⁴⁰⁷, elaborado na sequência da solicitação para estudo por parte de Maria de José Mendonça, conservadora de museu, que à época estava a investigar as diversas tapeçarias existentes nos diferentes Museus e Palácios Nacionais¹⁴⁰⁸; e, o inventário dos livros existentes nas diversas dependências do Palácio Nacional da Ajuda¹⁴⁰⁹.

Através de alguns relatórios do conservador do PNA dirigidos à Repartição do Património da Direção Geral da Fazenda Pública, verificamos que durante o ano de 1950 a equipa do Palácio da Ajuda, liderada pelo seu conservador, procedeu ao preenchimento de diversos “*verbetes de inventário*”, por pedido da sua tutela.

Em abril de 1950, Zagalo informa que devido às muitas frentes de trabalho que tinha em mãos, as tarefas de inventariação estavam algo atrasadas, apesar das horas extraordinárias que ele próprio fazia, acompanhado por um dos funcionários do palácio, o contínuo Fortunato Dias Duarte¹⁴¹⁰. O que se verifica é que os trabalhos de inventariação exigidos pela tutela deveriam ter algum prazo final de execução, que o conservador do PNA estaria a tentar cumprir.

Em relatório posterior, Zagalo informava a tutela acerca do andamento da tarefa de inventariação dos bens do PNA:

“tarefa de inventariação dos objectos existentes neste Palácio, trabalhando-se horas extraordinárias.

¹⁴⁰⁷ Relatório de Zagalo, datado de 6 de fevereiro de 1942, dirigido à Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 39, “Relatórios vários”.

¹⁴⁰⁸ APNA, Pastas Zagalo, Pasta 29, “Restauro da Tapeçaria Aubusson, relação e descrição das Tapeçarias existentes”.

¹⁴⁰⁹ APNA, Pastas Zagalo, Pasta 3, “Relação de livros existentes neste Palácio da Ajuda”.

¹⁴¹⁰ Relatório de Zagalo, datado de 20 de abril de 1950, dirigido à Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 39, “Relatórios vários”.

Como tive ocasião de expor trata-se, no caso especial deste Palácio, de um trabalho demorado e muito fatigante mas que vai prosseguindo em bom andamento e tanto assim que já se esgotaram os 500 verbetes que tinha em meu poder, pelo que peço que me sejam remetidos mais.

E também convem que me sejam fornecidas pequenas etiquetas de papel para serem coladas nos moveis e outros objectos, etiquetas essas que serão aqui numeradas com algarismos correspondentes aos dos verbetes.”¹⁴¹¹

Em agosto de 1950, o conservador dava conhecimento que o preenchimento de verbetes de inventário era feito em triplicado e que estavam já concluídos os referentes a algumas das principais salas do palácio¹⁴¹².

Desconhecendo-se os pormenores de como terá prosseguido este trabalho de inventariação nos meses e anos seguintes, importa contudo mencionar que para a sua realização terá contribuído um outro aspecto extrínseco à realidade da administração do PNA, que teve desenvolvimentos precisamente durante os primeiros anos da década de 50.

Na sequência da 2.^a Guerra Mundial (1939-1945), devido aos desvios e destruições massivas de inúmeros exemplares históricos e artísticos, móveis e imóveis, foram sendo desenvolvidas teorias e práticas com vista à salvaguarda do património cultural em situação de conflito armado. Estas preocupações tiveram particular destaque nos países diretamente envolvidos e afetados pela guerra, em especial os do centro da Europa. A par das ações nacionais de diversos países, foi desenvolvida uma ação internacional concertada de defesa patrimonial, que culminou com o encontro, em Haia, Holanda, que determinou a redação e aprovação da Convenção sobre a Protecção dos Bens Culturais em caso de Conflito Armado. Reunida de 21 de abril a 14 de maio de 1954 e organizada pela *United Nations Educational, Scientific and Cultural*

¹⁴¹¹ Relatório de Zagalo, datado de 6 de junho de 1950, dirigido à Repartição do Património da DGFP. APNA. Pastas Zagalo, Pasta 39, “Relatórios vários”.

¹⁴¹² Relatório de Zagalo, datado de 1 de agosto de 1950, dirigido à Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 39, “Relatórios vários”.

Organization (UNESCO)¹⁴¹³, a Convenção de Haia teve o seu texto assinado a 14 de maio de 1954, entrando em vigor na ordem internacional a 7 de agosto de 1956¹⁴¹⁴.

Portugal foi um dos países que assinou a convenção no dia 14 de maio de 1954, pois desde 1953 que acompanhava oficialmente estas preocupações, através da *Comissão encarregada de estudar as providências a adoptar, em caso de guerra, para protecção dos bens culturais da Nação*, enquadrada no Ministério da Educação Nacional e que tinha como presidente o Diretor do Museu de Arte Antiga, João Couto¹⁴¹⁵. O trabalho desta comissão envolveu o contacto com as principais instituições museológicas portuguesas, às quais foi pedida a elaboração de listas dos bens a seu cargo, divididos em três escalões de acordo com os seus valores histórico-artísticos, com vista à determinação de prioridades numa eventual evacuação dos edifícios. Foi também requerido que as próprias instituições museológicas seleccionassem, nas imediações, possíveis abrigos para albergarem os objetos que deveriam ser transportados e aí conservados em caso de qualquer conflito. A DGFP e os próprios conservadores dos Palácios Nacionais foram chamados à ordem de trabalhos desta comissão, integrando-se assim os antigos paços reais no conjunto de museus consultados¹⁴¹⁶.

O diretor do Palácio Nacional da Ajuda foi particularmente sensível a esta questão, comentando em relatório dirigido à Repartição do Património da Direção Geral da Fazenda Pública a importância da proteção dos bens culturais e das responsabilidades pedidas num processo de seleção de objetos.

“Problema dos mais delicados é aquele que se apresenta ao meu espirito com a destrinça dos especimes que deverão ser incluídos no primeiro escalão, a fim de

¹⁴¹³ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, fundada em 16 de novembro de 1945. *Conference for the establishment of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organisation*, 1945. Acedido a 20 de outubro de 2014 em URL: <http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001176/117626e.pdf>

¹⁴¹⁴ Convenção para a Protecção dos Bens Culturais em caso de Conflito Armado (Convenção de Haia). Acedido a 8 de outubro de 2014 em URL: <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/dih-conv-haia.html>.

¹⁴¹⁵ Esta comissão foi criada em 17 de julho de 1953, tendo sido nomeado para a presidir João Rodrigues da Silva Couto, diretor do Museu Nacional de Arte Antiga. Foram então nomeados os seguintes vogais: capitão do estado-maior Fernando Ferreira Valença, pela Defesa Nacional; tenente Raúl Leoní de Carvalho Branco, pelo Ministério do Interior; Francisco Neto de Carvalho ou Francisco Mendes da Luz, pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros; arquiteto Luís Benavente, pelo Ministério das Obras Públicas; e João Ameal, pela Legião Portuguesa. Portaria de 17 de julho de 1953, *Diário do Governo, II série, n.º 170*, de 22 de julho de 1953.

¹⁴¹⁶ PINHO, Elsa Cristina Carvalho Gomes Garret, “Museus e Guerra: da Convenção de Haia (1954) aos “tesouros nacionais” (2006)”, in, *Revista Vox Musei. Arte, Património e Museus*. Vol. 1, n.º 1, 2013, pp. 223-237.

serem protegidos em caso de guerra, com a sua saída deste Palácio para lugar seguro.

E a responsabilidade sobe de monta porque, como é logico e humano, as entidades que estão á frente dos departamentos onde se guardam bens culturais da Nação, terão a natural tendência de acharem que lhes compete salvar o maior numero possivel de especimes.

Portanto cada um de nós deve ter bem vivo no seu pensamento a ideia de visão geral do problema e de que em todo o País são múltiplas as obras a considerar de interêsse primordial para serem incluídas no primeiro escalão.

Nesta ordem de ideias e depois de maduramente ter pensado nesta questão e atendendo ao vastíssimo recheio do Palácio Nacional da Ajuda, cheguei á conclusão de que entre todos há uns tantos objectos que, pelo seu grande valor histórico, artístico e de ordem material, deverão ser imediatamente salvos em caso de emergencia.

As Obras de Arte que seleccionei para os fins em vista, agrupei-as nas seguintes rubricas:

A) Especimes da casa forte das jóias da Corôa.

B) Pratas da baixela Germain.

C) Tapeçarias flamengas, francesas e espanholas.

D) Panos dos Tavoras.

E) Porcelanas.”¹⁴¹⁷

No mesmo relatório Zagalo elenca os objetos, dentro de cada uma das cinco rubricas apresentadas, que deveriam primeiramente salvaguardados.

“A) Especimes da casa forte das jóias da Corôa.

Jóias da Corôa

As peças de ouro, entre as quais se encontram incluídas, uma medalha comemorativa do casamento de Filipe IV de Espanha, a côroa real, um tinteiro,

¹⁴¹⁷ Relatório de Zagalo, de 20 de fevereiro de 1954, dirigido à Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 39, “Relatórios vários”.

ceptros, duas bússolas, medalhas, moedas, pepitas em bruto, uma barra, um crucifixo, duas coroas de imagens, etc.

A respeito das peças de prata existentes nesta Casa forte, as de maior importância a resguardar serão as do século XVI de provável origem nacional assim discriminadas: salvas grandes sendo sete de maiores dimensões (13) gomis grandes (2) e fruteiros (11).

B) Pratas da baixela Germain.

Atendendo á importância e á raridade desta baixela, julgo serem de acautelar todos os objectos que se encontram guardados neste Palácio.

C) Tapeçarias flamengas, francesas e espanholas.

Tapeçarias flamengas da história de Aquiles (6 panos) do século XVIII, vendo-se na maior a marca de Bruxelas-Brabante.

Tapeçarias Gobelins, conhecidas pela designação de “Costumes Turcos”. Século XVIII.

Tapeçarias feitas sobre cartão de Goia. Manufactura da Real Fabrica de Madrid. Os cartões de duas delas são de Aguirre. Representam cenas campestres, danças, caçadas, etc. Esta serie é de 10 panos

D) Panos dos Tavoras.

Apesar do grande interêsse histórico e artístico desta série de panos em numero de nove, mas tendo em vista a dificuldade do acondicionamento, parece conveniente indicar-se somente um deles para ser incluído no escalão agora em causa.

E) Porcelanas.

Dois jarrões de porcelana da china, branco e ouro com as respectivas tampas.

Um pequeno serviço de porcelana de Sevres, policroma, composto de tabuleiro e cinco peças. Tem a marca de Sevres e as iniciais L.X.

Um serviço de chá de porcelana de Sevres, castanho – dourado com figuras, composto de tabuleiro e sete peças. No tabuleiro há a seguinte legenda L’AMOUR SUR SON ?HAR d’apres de Dominiquin, par M.me A. Ducluseau.

Duas jarras de porcelana de Saxe, policromas, com tampas e cada uma delas com duas asas. Têm motivos de caçadas e emblemas alusivos á casa Real Francesa.”¹⁴¹⁸

Apesar de numa primeira análise o acervo do Palácio Nacional da Ajuda parecer uma coleção fechada, em que a organização das salas e o trabalho de inventário serviriam apenas para uma gestão interna, na prática verificamos que houve regulares movimentações de objetos. Durante os trabalhos de organização e de decoração das principais salas do palácio, alguns objetos existentes foram secundarizados e outros foram mesmo considerados “*indignos*” de figurarem nesses espaços. Quanto aos bens que se encontravam noutros locais, essencialmente de arrecadação, longe das salas de exposição, foram ainda mais minorizados, sendo alguns considerados mesmo dispensáveis à realidade do PNA. Foi neste contexto que alguns objetos do Palácio Nacional da Ajuda acabaram por sair para outras instituições.

A documentação existente no arquivo do PNA não permite elencar exaustivamente todos os dados referentes à saída de bens; contudo, permite identificar os diversos locais para onde foram deslocados objetos. Desde os restantes Palácios Nacionais, até a alguns museus, passando por diversos organismos públicos e por espaços ligados à governação, muitos foram os lugares de dispersão de bens outrora pertencentes ao Paço Real da Ajuda.

Nas linhas seguintes apontamos alguns exemplos que ilustram os modos diferentes em que se procedeu a essa dispersão.

Como já mencionámos, a tutela dos Palácios Nacionais procurou esvaziar o Palácio Nacional da Ajuda de objetos que considerava pouco relevantes, artística e historicamente, de modo a libertar espaço para uma melhor gestão do edifício e para permitir futuras remodelações. No início de 1939, surgem referências a uma venda em hasta pública, no Palácio Nacional da Ajuda, de objetos para aí transferidos do Palácio Nacional de Queluz e, cremos, de alguns do próprio PNA¹⁴¹⁹.

¹⁴¹⁸ Relatório de Zagalo, de 20 de fevereiro de 1954, dirigido à Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 39, “Relatórios vários”.

¹⁴¹⁹ Ofício do chefe da Repartição do Património da DGFP, de 6 de janeiro de 1939, dirigido ao conservador do PNA. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 33, “Transferências de objectos que foram diversas Repartições (Objectos de leilão). E objectos deste Palácio que estão para leilão”.

Durante o ano de 1946 surgem novamente referências a leilões¹⁴²⁰. No final desse ano foi feita, pelo conservador do PNA, uma lista de móveis e outros objetos que deveriam ser vendidos. Os objetos em causa estavam divididos em seis lotes de acordo com a sua localização: “*Corredor da cozinha, Adega e Ucharia*”; “*Oficina do Paixão*”; “*Corredor da Rouparia e Pascoal*”; “*Corredor do Tijolo*”; “*Corredor do Infante*”; e, “*Equipagens*”¹⁴²¹.

Esta mesma documentação permite-nos, pois, reconstituir uma perspetiva geral dos locais interiores do PNA que serviam de arrecadação a todos estes bens considerados dispensáveis¹⁴²².

Não encontrámos outras referências a estes leilões, não sendo possível determinar a sua efetuação. Porém, há indícios de que as listagens de objetos dispensáveis, elaboradas neste contexto, ficavam à disposição de organismos públicos que fariam uma seleção daqueles bens que lhes poderiam ser úteis, fazendo depois o pedido formal à tutela dos Palácios Nacionais que poderia, ou não, deferir o pedido. Por exemplo, no seguimento da lista efetuada no ano de 1946, encontramos o pedido de diversos móveis e utensílios por parte do Comandante do 4.º Esquadrão da Guarda Nacional Republicana, aquartelado na Ajuda, solicitação essa que terá sido aprovada¹⁴²³.

Em suma, durante este período foram saindo vários bens do PNA, alguns deles inicialmente destinados a leilão, mas que pelas suas características foram pedidos por diversas entidades.

¹⁴²⁰ Ofício do conservador do PNA, de 14 de janeiro de 1946, dirigido ao chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 33, “Transferências de objectos que foram diversas Repartições (Objectos de leilão). E objectos deste Palácio que estão para leilão”.

¹⁴²¹ Lista datada de 3 de dezembro de 1946. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 33, “Transferências de objectos que foram diversas Repartições (Objectos de leilão). E objectos deste Palácio que estão para leilão”.

¹⁴²² As listagens de objetos e suas localizações contribuem, de facto, para complementar o conhecimento dos espaços internos – e suas utilizações – do PNA. Por exemplo, noutro processo referente à saída de objetos do PNA, datado de maio de 1941, encontramos a referência a bens que estariam guardados nos seguintes espaços: “*Corredor do Tesouro*”, “*Corredor das Damas*”, “*Arrecadação do Tesouro*”, “*Passadiço*”, “*Casa de Jantar da Família*”, “*Guarda roupa da Rainha*”, “*Dependência de D. Afonso*”, “*Arrecadação do Pascoal*”, “*Corredor da Rouparia*” e “*Adega*” (Lista de objectos que “*podem ter serventia nos serviços da Direcção Geral da Assistência*”, datada de 19 de maio de 1941. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 33, “Transferências de objectos que foram diversas Repartições (Objectos de leilão). E objectos deste Palácio que estão para leilão”; esta lista é referente a objetos pedidos pelo Reformatório de Lisboa do Sexo Feminino).

¹⁴²³ Ofício do conservador do PNA, de 14 de janeiro de 1946, dirigido ao chefe da Repartição do Património da DGFP. Lista de 14 de janeiro de 1947. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 33, “Transferências de objectos que foram diversas Repartições (Objectos de leilão). E objectos deste Palácio que estão para leilão”.

“Os outros serviços efectuados neste Palácio constam principalmente da saída dos móveis que estavam destinados a leilão e que foram pedidos pelos Museus Nacionais de Arte Antiga, Conservatório Nacional de Música, Auditoria Jurídica e Repartição do Património.

Efectuou-se tambem a entrega dos vinhos apartados para venda à Junta Nacional do Vinho¹⁴²⁴, não tendo sido ainda pedidos os restantes que foram cedidos aos Serviços Agrícolas.”¹⁴²⁵

Foram também transferidos para outros Palácios Nacionais alguns bens originários do PNA.

“Durante o mês de Janeiro prosseguiram em ritmo asselarado e finalizaram as deslocações de móveis e outros objectos de arte decorativa que haviam sido autorizados transferir deste Palácio para os outros Palácios Nacionais [...].”¹⁴²⁶

Algumas destas transferências aconteceram devido a campanhas de trabalho conjuntas entre os diversos conservadores dos Palácios Nacionais, com o propósito de encontrarem aqueles que consideravam os melhores enquadramentos para alguns objetos históricos e artísticos. Foram então feitas várias visitas ao Palácio da Ajuda, pelos conservadores de Queluz, Pena e Mafra, para verificar a

“possibilidade de transferência de alguns objectos aqui existentes para irem enriquecer as colecções daqueles Palácios.

Dentro do espirito da melhor camaradagem estudaram-se os problemas em vista, chegando-se á conclusão que há na verdade especimes cuja transferência é não só de aconselhar como até se impõe [...] ficou pois assente que aqueles meus colegas solicitarão superiormente a cedencia dos variados objectos que lhes interessam para os seus respectivos Palácios.”¹⁴²⁷

¹⁴²⁴ Os vinhos existentes no Palácio Nacional da Ajuda foram a leilão a 31 de maio de 1938. No entanto, devido à fraca afluência de interessados, realizou-se um segundo leilão a 24 de outubro de 1938. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 23, “Guias de entrega dos vinhos da antiga frasqueira da Casa Real e seus preços”. Não tendo sido vendidas todas as garrafas existentes, o processo arrastou-se pelos anos seguintes (1939-1940). Ofício do chefe da Repartição do Património da DGFP, de 9 de fevereiro de 1939, dirigido ao conservador do PNA. APNA, Ofícios recebidos, 1939, fólio 131.

¹⁴²⁵ Relatório de Zagalo, datado de 7 de fevereiro de 1940, dirigido à Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 39, “Relatórios vários”.

¹⁴²⁶ *Idem.*

¹⁴²⁷ Relatório de Zagalo, datado de 1 de fevereiro de 1949, dirigido à Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 39, “Relatórios vários”.

Várias destas cessões de objetos para outras instituições não foram feitas a título definitivo, mas sim precário ou temporário, sendo que algumas transferências para Museus foram efetuadas a título de depósitos¹⁴²⁸. De modo permanente foram as várias deslocações de objetos do PNA para Gabinetes de Ministérios e de Direções Gerais, para o Palácio Nacional de Belém e para a Cidadela de Cascais, para unidades militares e da Legião Portuguesa, para escolas, entre outros¹⁴²⁹.

A par das saídas de bens do PNA, durante o mesmo período ocorreram algumas entradas de objetos, através de doações pontuais¹⁴³⁰ e de cedências por parte de outros organismos públicos¹⁴³¹, sendo de realçar que o maior número de artefactos então incorporado no Palácio Nacional da Ajuda eram provenientes da Caixa-forte do Palácio Nacional das Necessidades.

O Conservador do Palácio Nacional da Ajuda, Manuel Carlos de Almeida Zagalo, por inerência de cargo, era também Claviculário da Casa-Forte do Palácio Nacional das Necessidades. Estando o antigo Paço Real das Necessidades já há bastante tempo afeto ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, a sua casa-forte era mantida pela Direção Geral da Fazenda Pública, pois apresentava características de segurança ideais para a manutenção de objetos bastante valiosos. No entanto, em vários momentos, providenciaram-se medidas com vista ao esvaziamento desta Casa-Forte. A grande maioria dos objetos que aí se encontrava foi então transferida para os diversos Palácios Nacionais, cabendo alguns bens ao PNA.

¹⁴²⁸ A determinação do modo como foram efetuadas algumas destas transferências de objetos, do Palácio Nacional da Ajuda para outros Palácios Nacionais e para alguns Museus, tem sido um assunto sobre o qual muito se tem trabalhado nos últimos anos. Tratando-se de um assunto interno das próprias instituições em causa, em especial do próprio Palácio Nacional da Ajuda – Museu, julgamos que não nos cabe desenvolvê-lo no presente trabalho.

¹⁴²⁹ Devido à grande diversidade de objetos e à variedade de locais para onde foram deslocados bens do PNA, torna-se deveras complicado elencar a totalidade destas movimentações. Por serem assuntos do Palácio Nacional da Ajuda – Museu, que têm sido alvo de trabalho interno nos últimos anos, consideramos que não nos compete desenvolver aqui esta questão.

¹⁴³⁰ A título de exemplo, referira-se a doação de um piano por parte de Armanda Isabel da Costa Piano Martins. Este piano foi colocado na Sala Verde em substituição de um piano Erard. Relatório de Zagalo, de 31 de março de 1951, dirigido à Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 39, “Relatórios vários”.

¹⁴³¹ Tal como alguns móveis, que estavam na Alfândega de Lisboa e que a pedido de Manuel Carlos de Almeida Zagalo foram deslocados para o Palácio Nacional da Ajuda. Relatório de Zagalo, de 24 de julho de 1939, dirigido à Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 39, “Relatórios vários”.

*“ [...] deslocaram-se da casa-forte do Palácio das Necessidades algumas dezenas de peças de loiça, móveis, quadros, tecidos etc que deram entrada nos Palácios Nacionais de Sintra, Queluz, Pena e Mafra. ”*¹⁴³²

*“procedeu-se à transferência dos objectos que se encontravam arrecadados na “Sala das Armas” e outras dependências do Palácio das Necessidades, afectas à Casa-Forte, para êste Palácio. ”*¹⁴³³

*“que se encarreguem os Conservadores dos Palácios Nacionais de Queluz e Pena de, conjuntamente com V. S.^a, fazerem a descrição completa, peça por peça, das que, conforme o parecer da Comissão encarregada de estudar o destino dos objectos da Casa Forte do Palácio das Necessidades, deverão sair para os Palácios Nacionais. ”*¹⁴³⁴

Para o Palácio Nacional da Ajuda foram, pois, transferidos diversos objetos, dos quais se destacam alguns têxteis e armas, diversas pratas e as designadas Jóias da Coroa, que deram entrada no PNA aquando da organização da Casa-forte, no início da década de 50.

Para além das entradas e saídas de objetos de e para as coleções do PNA, há também registo de diversas entradas e saídas de bens, que nada terão a ver com o acervo do Palácio da Ajuda. Devido à localização do PNA e às dimensões de alguns dos seus espaços, este palácio foi utilizado muitas vezes como local de armazenamento de diversos objetos oriundos de diferentes locais e com destinos também diversos, no seguimento do que vinha já a ser efetuado desde os primeiros anos do regime republicano.

Para além da Biblioteca e do Palácio Nacional, era quase assumido que no conjunto edificado da Ajuda funcionava também uma plataforma de armazenamento e distribuição de bens móveis, que com diversas denominações se foi mantendo.

Esta área de guarda e gestão de objetos, inicialmente denominada por “*Garde-meuble do mobiliario existente nos extinctos paços reaes*. ”¹⁴³⁵, mas por vezes também

¹⁴³² Relatório de Zagalo, de 7 de fevereiro de 1940, dirigido à Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 39, “Relatórios vários”.

¹⁴³³ Ofício do conservador do PNA, de 12 de abril de 1945, dirigido ao Chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, Ofícios expedidos, 1945.

¹⁴³⁴ Ofício do Chefe da Repartição do Património da DGFP, de 26 de julho de 1949, dirigido ao conservador do PNA. APNA, Ofícios recebidos, 1949.

¹⁴³⁵ TT, AHMF, Caixas 7824 e 7839.

designada de “*depósito geral de mobiliário e de adereços do Estado*”¹⁴³⁶, “*Depósito Geral de Móveis do Estado*”¹⁴³⁷ ou “*Guarda Móveis*”¹⁴³⁸, era administrada pela mesma tutela dos Palácios Nacionais, a Repartição do Património da Direção Geral da Fazenda Pública. Todas as entradas e saídas de bens careciam, pois, de decisão e autorização desta estrutura pública, sendo por vezes consultadas outras personalidades e organismos.

Apesar de não se ter previsto para este depósito qualquer enquadramento legislativo, pretendia-se que o “*Guarda Móveis*” funcionasse “*à semelhança do Garde Meuble français*.”¹⁴³⁹ Era intenção reunir em alguns dos espaços disponíveis do Palácio Nacional da Ajuda os bens propriedade do Estado que, devido ao seu valor artístico, histórico ou decorativo, poderiam ser utilizados em diversos edifícios estatais.

No final da década de 30 do século XX iniciou-se o processo de oficialização do “*Garde-meuble*” português, sendo referido num ofício de setembro de 1938 que a

*“Direcção Geral [da Fazenda Pública] estava já a reunir elementos para preparar o projecto da criação do depósito geral de mobiliário e de adereços do Estado, à semelhança do Garde Meuble français.”*¹⁴⁴⁰

Porém, se por um lado existia esta vontade criadora, por outro julgava-se que não era ainda o momento certo para o fazer, o que levou à sua prorrogação:

“[...] é evidente que julgamos prematura a criação de um depósito geral de mobiliário e adereços. Os Palácios Nacionais na sua maior parte estão precisadíssimos de recheio condigno; por êste andar absorvem ainda durante muitos anos as disponibilidades que se oferecerem. Seria naturalmente de grande conveniência haver um Depósito Geral de Móveis aonde se fôssem buscar as peças que a todo o momento são precisas para guarnecer – um edifício público, uma legação, o sítio de uma festa ocasional etc. Mas não se pode criar um “Gardemeuble” sem haver matéria prima que o constitua. Por

¹⁴³⁶ Ofício do diretor geral da DGFP, de 1 de setembro de 1938, dirigido ao diretor geral da DGEMN. ACMF, Raul Lino, Superintendente Artístico dos Palácios Nacionais – Caixa 1 – N.º BZ1.

¹⁴³⁷ Relatório de Manuel Santos Esteves, secretário do diretor geral da Direção Geral da Fazenda Pública, de 19 de junho de 1939. SIPA TXT.07507120, SIPA TXT.07507121 e SIPA TXT.07507122, “Ajuda: Correspondência” - PT DGEMN:REOM-0014/02.

¹⁴³⁸ Projeto de 1944 para conclusão do Palácio Nacional da Ajuda, da autoria de Raul Lino.

¹⁴³⁹ Ofício do diretor geral da DGFP, de 1 de setembro de 1938, dirigido ao diretor geral da DGEMN. ACMF, Raul Lino, Superintendente Artístico dos Palácios Nacionais – Caixa 1 – N.º BZ1.

¹⁴⁴⁰ Ofício do diretor geral da DGFP, de 1 de setembro de 1938, dirigido ao diretor geral da DGEMN. ACMF, Raul Lino, Superintendente Artístico dos Palácios Nacionais – Caixa 1 – N.º BZ1.

isso julgamos que ainda é cedo para se pensar nesta aliás utilíssima instituição.”¹⁴⁴¹

Embora protelado, este projeto nunca deixou de ter adeptos. Em meados de 1946, o diretor da Direção Geral da Fazenda Pública, António Luís Gomes, recuperou a vontade de criação de um “*Garde-meuble*” em Portugal. Para tal apresentou, para parecer da Junta Nacional de Educação, um “*Ante-projecto de um diploma legal criando um serviço idêntico ao de “garde-meuble” existentes noutros países*”, referindo que para a sua elaboração foram ouvidos a título officioso Reinaldo dos Santos, Raul Lino e João Couto¹⁴⁴².

Este projeto, em que se propunha a criação de uma “*Administração Privativa do Mobiliário do Estado*”, assentava nos seguintes princípios:

“Atendendo à necessidade de se providenciar sôbre o inventário, arrecadação, restauro e conservação do património mobiliário do Estado, de carácter artístico, histórico ou de curiosidade, nem sempre a cargo de funcionários dotados de conhecimentos especializados, e bem assim de se fazer uma criteriosa distribuição e arrumação dêsses objectos, designadamente a decoração das dependências em que se realizam actos de grande representação da vida oficial do Estado o que tudo aconselha a criação de um órgão encarregado de cuidar e orientar êsses trabalhos;

Atendendo a que aproveitar convenientemente êsses objectos, preservá-los da deterioração ou dispersão, são tudo formas de defender esta parte importante do Património do Estado e de dar à vida oficial mais dignidade e relêvo;”¹⁴⁴³

Deste modo, intentava-se criar uma estrutura que, mantendo-se sob a tutela da Direção Geral da Fazenda Pública assumisse a

¹⁴⁴¹ Relatório do Superintendente Artístico dos Palácios Nacionais, Raul Lino, de 4 de janeiro de 1939. APNA, Ofícios recebidos, 1939, fólios 137-141.

¹⁴⁴² Ofício do diretor da DGFP, de 13 de julho de 1946, dirigido ao diretor geral do Ensino Superior e das Belas Artes. Arquivo do Ministério da Educação, Fundo da Direção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, Repartição do Ensino Superior e Belas Artes, 3.ª Secção, L.º 27, N.º 761, Caixa 3111, Processo 761.

¹⁴⁴³ “Esboço dum relatório e bases do funcionamento da Administração Privativa do Mobiliário do Estado”. Arquivo do Ministério da Educação, Fundo da Direção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, Repartição do Ensino Superior e Belas Artes, 3.ª Secção, L.º 27, N.º 761, Caixa 3111, Processo 761.

*“conservação dos bens mobiliários com carácter artístico ou histórico, pertencentes ao Estado e existentes nos gabinetes dos Ministérios, Repartições e mais serviços públicos e ainda afim de promover aquisição e a distribuição criteriosa dêsses objectos [...].”*¹⁴⁴⁴

A criação desta Administração Privativa do Mobiliário do Estado visava também a regulação das movimentações de bens históricos e artísticos entre serviços públicos:

“BASE 3.^a

Todos os objectos inscritos na Administração Privativa do Mobiliário do Estado, que ficarem a cargo de quaisquer entidades ou serviços públicos, não dependentes da Direcção Geral da Fazenda pública, consideram-se cedidos a título provisório.

BASE 4.^a

Os móveis de arte e outros objectos que não tenham o seu lugar próprio nos gabinetes dos Ministérios, repartições e mais serviços públicos, e os que forem sendo adquiridos, até serem distribuídos, poderão ser recolhidos no depósito de mobiliário artístico do Estado, que funcionará como depósito central.

§único, o depósito de mobiliário artístico funcionará como dependência da Direcção Geral da Fazenda Pública e anexo ao Palácio Nacional da Ajuda, enquanto não tiver instalação própria.

BASE 5.^a

*A exposição temporária, nos Museus, de objectos inscritos no Inventário da Administração do Mobiliário do Estado, ficará dependente de despacho do Ministro das Finanças e não poderá ir além de três anos.”*¹⁴⁴⁵

¹⁴⁴⁴ “Esboço dum relatório e bases do funcionamento da Administração Privativa do Mobiliário do Estado”. Base 1.^a. Arquivo do Ministério da Educação, Fundo da Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, Repartição do Ensino Superior e Belas Artes, 3.^a Secção, L.º 27, N.º 761, Caixa 3111, Processo 761.

¹⁴⁴⁵ “Esboço dum relatório e bases do funcionamento da Administração Privativa do Mobiliário do Estado”, Base 3.^a, Base 4.^a e Base 5.^a. Arquivo do Ministério da Educação, Fundo da Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, Repartição do Ensino Superior e Belas Artes, 3.^a Secção, L.º 27, N.º 761, Caixa 3111, Processo 761.

Através deste projeto legislativo procurava-se ainda regular o modo de aquisições de bens para o Estado, bem como as transferências e empréstimos entre organismos públicos, com exceção dos Museus de Arte.

“BASE 9.^a

O Chefe da Administração Privativa do Mobiliário do Estado estudará o melhor aproveitamento dos objectos inscritos no inventário privativo da Administração e apresentará propostas fundamentadas sobre a distribuição e transferência destes objectos.

BASE 10.^a

A aquisição de objectos de carácter artístico, histórico ou de curiosidade para os serviços do Estado, sempre que exceder a quantia de mil escudos não se considera definitiva sem o parecer da Junta Nacional de Educação (6.^a Secção) e informação prévia da Administração Privativa do Mobiliário do Estado.

§único. Esta disposição não é aplicável às aquisições para os Museus de Arte.

[...]

BASE 12.^a

O chefe da Administração Privativa do Mobiliário Artístico do Estado deverá ser obrigatoriamente ouvido sobre a decoração mobiliária do Palácio da Assembleia Nacional e Palácios Nacionais, residências oficiais do Chefe do Estado, Presidente do Conselho e do Ministro dos Negócios Estrangeiros, de quaisquer outros edifícios ou dependências aos quais convenha dar ambiente de certa época artística, nomeadamente as Embaixadas e Legações.

§único. Quando os recursos do depósito ou resultantes de transferências não sejam suficientes para esse fim, o chefe da Administração escolherá e proporá a compra dos móveis e mais objectos indispensáveis.

BASE 13.^a

A direcção dos trabalhos de decoração mobiliária para as recepções de Chefes de Estado estrangeiros e para as grandes cerimónias oficiais que se realizem nos Palácios Nacionais, Palácio da Assembleia Nacional, Ministérios

ou outros lugares incumbe também ao chefe da Administração Privativa do Mobiliário Artístico do Estado, em colaboração com o respectivo serviço de Protocolo.”¹⁴⁴⁶

Este documento determinava ainda que a chefia da *Administração Privativa do Mobiliário do Estado* seria de nomeação ministerial “*de entre os Conservadores dos Palácios Nacionais, Directores ou Conservadores de Museus de Arte ou indivíduos especializados em assuntos de arte*”¹⁴⁴⁷, podendo ainda ser entregue ao Superintendente Artístico dos Palácios Nacionais¹⁴⁴⁸.

Em 21 de agosto de 1946 foi emitido o parecer da Junta Nacional da Educação (1.^a Subsecção da 6.^a Secção) em relação a esta proposta, sendo sugeridas apenas algumas alterações de pormenor¹⁴⁴⁹.

Apesar destas movimentações, não viria a ser aprovado qualquer diploma legal que regulamentasse um “*depósito de mobiliário*” ou um “*garde-meuble*”; contudo, pode-se afirmar que esteve efetivamente em funcionamento um “*guarda-móveis*” no Palácio Nacional da Ajuda, ainda que de um modo por vezes mais assertivo do que em outros momentos, em que quase era algo informal ou até marginal.

Na prática, a Direção Geral da Fazenda Pública continuou a utilizar determinados espaços do palácio como lugar de arrecadação de diferentes objetos dos Palácios Nacionais ou de outras proveniências, confundindo-se esta atividade com a própria administração do PNA. O Palácio Nacional da Ajuda foi, pois, cenário de um “*contínuo movimento de móveis que deram entrada [...] adquiridos pelo Snr.*

¹⁴⁴⁶ “Esboço dum relatório e bases do funcionamento da Administração Privativa do Mobiliário do Estado”. Arquivo do Ministério da Educação, Fundo da Direção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, Repartição do Ensino Superior e Belas Artes, 3.^a Secção, L.º 27, N.º 761, Caixa 3111, Processo 761.

¹⁴⁴⁷ “Esboço dum relatório e bases do funcionamento da Administração Privativa do Mobiliário do Estado”, Base 14.^a. Arquivo do Ministério da Educação, Fundo da Direção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, Repartição do Ensino Superior e Belas Artes, 3.^a Secção, L.º 27, N.º 761, Caixa 3111, Processo 761.

¹⁴⁴⁸ “Esboço dum relatório e bases do funcionamento da Administração Privativa do Mobiliário do Estado”, Base 6.^a. Arquivo do Ministério da Educação, Fundo da Direção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, Repartição do Ensino Superior e Belas Artes, 3.^a Secção, L.º 27, N.º 761, Caixa 3111, Processo 761.

¹⁴⁴⁹ Parecer da 1.^a Subsecção da 6.^a Secção da Junta Nacional da Educação, de 21 de agosto de 1946, com a indicação que foi aprovado em sessão da subsecção no dia 15 de agosto de 1946. Relator: Paulino Montês. Arquivo do Ministério da Educação, Fundo da Direção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, Repartição do Ensino Superior e Belas Artes, 3.^a Secção, L.º 27, N.º 761, Caixa 3111, Processo 761.

Superintendente artístico, como ainda dos pertencentes às diferentes Repartições do Estado”¹⁴⁵⁰.

No início do ano de 1940, o conservador do PNA transmitia à tutela alguns dos trabalhos que o ocupavam.

*“prosseguiram em ritmo asselarado [...] as deslocações de móveis e outros objectos de arte decorativa que haviam sido autorizados transferir dêste Palácio para os outros Palácios Nacionais tendo-se também procedido à transferencia do mobiliário e mais objectos que foram adquiridos pelo Snr. Superintendente Artístico e que estavam em regímen de depósito nêste Palácio.”*¹⁴⁵¹

No decorrer dos anos seguintes foram inúmeros os movimentos de entrada e saída de objetos deste “*Garde-meuble*” informal: objetos adquiridos pelo Superintendente Artístico dos Palácios Nacionais, Raul Lino¹⁴⁵², ou oriundos de diferentes serviços públicos¹⁴⁵³; obras provenientes de espólios de artistas contemporâneos¹⁴⁵⁴; bens que foram dispersos por diversos locais¹⁴⁵⁵; e até objetos históricos e artísticos pertencentes ao Rei Humberto II de Itália (1904-1983, rei de Itália

¹⁴⁵⁰ Relatório de Manuel Carlos de Almeida Zagalo, de 8 de dezembro de 1939, dirigido à Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 39, “Relatórios vários”.

¹⁴⁵¹ Relatório de Zagalo, de 7 de fevereiro de 1940, dirigido à Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 39, “Relatórios vários”.

¹⁴⁵² APNA, Pastas Zagalo, Pasta 32, “Objectos adquiridos pelo Sr. Superintendente Artístico para irem guarnecer vários Palácios Nacionais, em depósito no Palacio da Ajuda”.

¹⁴⁵³ APNA, Pastas Zagalo, Pasta 43, “Objectos vindos para este Palácio de varias repartições para irem guarnecer outros Palácios Nacionais”.

¹⁴⁵⁴ APNA, Pastas Zagalo, Pasta 62, “Assuntos pendentes com as Obras do Pintor Sousa Lopes”. O espólio de Adriano de Sousa Lopes (1879-1944) entrou no Palácio Nacional da Ajuda em 1945, vindo posteriormente a ser distribuído, ainda que não na totalidade, por diversos locais. Acerca deste pintor, ver PEREZ, Maria Felisa Henriques Pereira, *Adriano de Sousa Lopes, Director do Museu Nacional de Arte Contemporânea: entre a continuidade e a mudança*, Dissertação de Mestrado em Museologia, FCSH-UNL, 2012. Encontra-se a decorrer uma tese de doutoramento em História da Arte, na FCSH-UNL, intitulada *Adriano de Sousa Lopes (1879-1944): um pintor na Grande Guerra*, da autoria de Carlos Silveira.

APNA, Pastas Zagalo, Pasta 66, “Processo referente aos desenhos adquiridos pelo Estado ao Pintor Abílio Barata”. Na década de 1940 entraram no PNA diversos desenhos da autoria de Jaime Martins Barata (1899-1970), que serviram de estudos para as pinturas de grandes dimensões da escadaria da Assembleia Nacional no Palácio de São Bento. Os desenhos foram distribuídos por diversos locais entre 1945 e 1955. Acerca deste pintor ver *Retrospectiva da obra do pintor Martins Barata*, Câmara Municipal de Lisboa, 1988.

¹⁴⁵⁵ Entre a diversa documentação, na sua maioria avulsa, do Arquivo do PNA referimos os seguintes exemplos: APNA, Pastas Zagalo, Pasta 33, “Transferências de objectos que foram diversas Repartições (Objectos de leilão). E objectos deste Palácio que estão para leilão”. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 10, “Entregas a títulos de depósito, precário, etc.”. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 38, “Proce.º da transferencia de Móveis, quadros, etc. para diversos Palácios e outros lugares”.

em 1946), exilado em Portugal¹⁴⁵⁶ – são alguns dos exemplos das movimentações de bens através do Palácio Nacional da Ajuda.

Esta efetiva e continuada utilização do PNA como depósito e plataforma de movimentação de objetos suscitou, nos anos seguintes, vários apelos para a oficialização da criação de um “*Garde-meuble*” português, tal como sugeria Abel de Lacerda em 1953:

*“apelo ao Governo no sentido de ser criado com a possível urgência um Deposito Nacional de Mobiliario, à semelhança do que existe em todos os países, e cuja falta em Portugal tem sido de consequências funestas. [...] por falta de um Deposito Nacional de Mobiliario, ou de um «Garde Meuble», como em França se diz, o Estado tem vendido recheio dos seus palacios, atitude condenável, principalmente quando mais tarde, como agora, encomenda copias para recheio do Palacio de Belem, paradoxo que é fruto de uma ausência de organização e ordenação dos recursos nacionais, com graves prejuizos para a fazenda publica [...].”*¹⁴⁵⁷

Todavia, mais uma vez a chamada de atenção não teria consequências.

2.2.4. Zona circundante

O Palácio Nacional da Ajuda, classificado como Monumento Nacional pelo Decreto de 16 de junho de 1910¹⁴⁵⁸, foi sempre alvo de preocupações por parte da tutela no que diz respeito à sua salvaguarda enquanto conjunto arquitetónico. Com o passar dos anos, a reflexão sobre o seu valor patrimonial deu azo a que a sua zona circundante fosse igualmente pensada como elemento protetor do edifício.

Em 22 de abril de 1936, por iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa, foi proposta pelo arquiteto Luís Cristino da Silva¹⁴⁵⁹ a criação de uma zona de proteção para o Palácio Nacional da Ajuda. Esta proposta inseria-se num conjunto de preocupações com o enquadramento do edifício e com o urbanismo da cidade na área da

¹⁴⁵⁶ APNA, Pastas Zagalo, Pasta 14, “Recebidos e expedidos ex-Rei d’Itália”.

¹⁴⁵⁷ LACERDA, Abel de, “Apelo para ser criado um Deposito Nacional de Mobiliario”, in, *Diário de Notícias*, n.º 31.271, de 13 de março de 1953, p. 4.

¹⁴⁵⁸ Decreto de 16 de junho de 1910, *Diário do Governo*, n.º 136, de 23 de junho de 1910.

¹⁴⁵⁹ Luís Cristino da Silva (1896-1976). RODOLFO, João de Sousa, *Luís Cristino da Silva e a Arquitectura Moderna em Portugal*, 2002.

Ajuda, indicando na prática as distâncias a partir das quais poderiam ser autorizadas construções¹⁴⁶⁰.

Em 2 de maio de 1936 o arquiteto Raul Lino emitiu um parecer em que demonstrava concordar com os termos gerais da proposta apresentada, revelando apenas algumas preocupações especiais com a encosta do lado Sul:

*“a Zona de protecção em tórno do Palácio Nacional da Ajuda, conforme indicada no projecto do Snr. Architecto Luiz Cristino da Silva, me parece suficiente para conveniente isolamento do referido monumento. No entanto, estando a parte da zona de protecção ao Sul do Palácio destinada a logradouro público e auferindo-se dêste ponto notável panorama na direcção do Tejo, bom seria que a Câmara Municipal de Lisboa pudesse estabelecer normas especiaes para o aproveitamento por particulares dos terrenos adjacentes a esta área, no sentido de só ser permitida, in, a construção de moradias até dois andares, isoladas por jardins e á distância suficiente do limite Sul da zona, de modo a não prejudicarem as vistas do citado logradouro, - o que tambem poderia ficar expresso pela condição de não poderem estas moradias exceder nas suas partes mais altas a cota altimétrica de 80.”*¹⁴⁶¹

No ano seguinte, 1937, no seguimento da apresentação de uma proposta para corte de pinheiros velhos do lado sul do PNA, que alegadamente ofereciam perigo aos transeuntes, Raul Lino viria a defender que estas árvores não deveriam ser cortadas, antes mantidas com escoras, devendo ser plantadas no permeio outras essências de árvores de modo a criar um bosquete bem tratado, criando-se assim uma mancha verde de enquadramento ao PNA¹⁴⁶².

Ainda no mesmo ano, em 7 de outubro de 1937, Raul Lino revelaria preocupações com o arranjo urbanístico das imediações do PNA, inserindo a Sala da

¹⁴⁶⁰ SIPA TXT.07506582, in, Ajuda: Correspondência - PT DGEMN:REOM-0014/01.

¹⁴⁶¹ Ajuda: Correspondência - PT DGEMN:REOM-0014/01.

¹⁴⁶² Ofício de 8 de março de 1937. SIPA TXT.07506653, in, Ajuda: Correspondência - PT DGEMN:REOM-0014/01. Raul Lino voltaria a apresentar preocupações com a mancha verde existente a sul do PNA em 1938. Ofício de 23 de setembro de 1938, dirigido ao diretor geral da DGEMN. SIPA TXT.01423844 e SIPA TXT.01423845, in, PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/195 - Zona de protecção para o Palácio da Ajuda.

Física e a Torre Sineira – bem como a mancha verde do local –, num conjunto a proteger¹⁴⁶³.

O arquiteto Raul Lino continuou, nos anos seguintes, a defender a criação de uma área envolvente verde ao PNA, como se observa em carta de 13 de junho de 1941, em que, dirigindo-se ao diretor geral da DGEMN acerca de um eventual derrube de árvores do lado sul do PNA pelos bombeiros – alegadamente por estas atrapalharem um combate a incêndio –, mostra as suas preocupações acerca do enquadramento paisagístico deste monumento:

*“O que é certo e fora de dúvida é que nas actuais circunstâncias o Palácio da Ajuda nada ganharia em se apresentar nua e cruamente sôbre um tabuleiro raso. No demais nenhuma modificação devia ser empreendida ali, nem mesmo o corte de qualquer árvore, sem que primeiro fosse estudado o arranjo geral urbanístico em tôrno do Palácio.”*¹⁴⁶⁴

Em 1 de agosto de 1941 Raul Lino dirigiu ao diretor geral da DGEMN um parecer acerca do plano urbanístico da Câmara Municipal de Lisboa para a zona circundante do PNA. Nesse parecer, apontava diversas críticas ao projeto, mostrando-se preocupado por não se prever, entre outras coisas, um plano de conclusão do edifício a poente¹⁴⁶⁵.

Foi então elaborado um novo parecer, com fotografias, acerca dos edifícios na zona circundante do PNA, da autoria do conservador do PNA, Manuel Carlos de Almeida Zagalo, e do 3.º conservador do Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, Manuel Santos Estevens, com vista a uma melhor compreensão da zona. Embora não tenhamos localizado este relatório, sabemos que o diretor da DGFP o enviou ao diretor geral da DGEMN, em janeiro de 1942¹⁴⁶⁶.

Depois de analisado este parecer, o arquiteto Raul Lino escreveria ao diretor geral da DGEMN, em 4 de fevereiro do 1942, comentando que algumas das construções em redor do PNA deveriam de facto ser protegidas:

¹⁴⁶³ SIPA TXT.07506734, in, Ajuda: Correspondência - PT DGEMN:REOM-0014/01. SIPA TXT.01423832 e SIPA TXT.01423833, in, PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/195 - Zona de protecção para o Palácio da Ajuda.

¹⁴⁶⁴ SIPA TXT.01403449, in, Palácio Nacional da Ajuda: Processo geral (Começa em 1 de Janeiro de 1939) - PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/002.

¹⁴⁶⁵ SIPA TXT.01403481, in, Palácio Nacional da Ajuda: Processo geral (Começa em 1 de Janeiro de 1939) - PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/002.

¹⁴⁶⁶ SIPA TXT.07507461, in, Ajuda: Correspondência - PT DGEMN:REOM-0015/01.

*“muitos deste prédios, agora abandonados e deprezados, depois de sofrerem restauro criterioso recuperarão o seu antigo préstimo. Servirão também de exemplos curiosos do que foram as residências portuguesas do século XVIII, não só quanto às casas, como no que respeita jardins e planos de conjunto.”*¹⁴⁶⁷

Em 27 de abril de 1942 Raul Lino redigiu um relatório acerca da “Zona circundante do Palácio Nacional da Ajuda”, que foi o resultado de várias visitas àquela área. Neste documento o arquiteto comenta que

“qualquer plano de urbanização deve em princípio admitir a incorporação, como jardim anexo ao Palácio, de toda a área que defronta a sua fachada ao Sul, até à distancia de 140 m., acabando-se – portanto com o arruamento público que circunda o Palácio por este lado. [...] é indispensável a conservação do chamado Jardim das Damas, ao Norte do Palácio, com todas as suas obras arquitectónicas [...] A chamada Sala da Física, há pouco restaurada, é muito digna de ser conservada [...] A torre sineira, onde se acaba de restaurar o remate de cobre em forma de galo, pela importância da sua arquitectura, merece, sem dúvida, ser conservada. [...] O chamado Paço Velho, que delimita pelo Norte o jardim Botânico da Ajuda, merece ser restaurado e conservado. [...] o próprio Jardim Botânico da Ajuda não deveria ser costado ou cercado em qualquer sentido. [...] E tanto a casa de habitação anexa, que teria sido habitada por Brotero, como a que faz esquina para a Calçada da Ajuda, deveriam ser restauradas e utilizadas pelo Estado. [...] A edificação na Calçada da Ajuda (Pátio do Bonfim) que teria servido de Secretaria de Estado ou residência do 1.º Marquês de Pombal, ou as duas coisas simultaneamente, pelo seu interesse artístico e histórico, mereceria ser restaurada e conservada com inclusão dos seus jardins em socacos [...] O prédio que actualmente serve de residência do Snr. Conservador do Palácio, na Rua do Guarda-Joias, e o de esquina que lhe fica contíguo, são construções características do século XVIII, com jardim da mesma época, de interessante traçado. [...] Outros prédios e restos de edificações mencionados no Relatório a que nos estamos referindo, pela sua importância muito secundária, ou porque se acham em adiantada deterioração, ou por constarem de simples restos, - julgamos não dever tomar

¹⁴⁶⁷ SIPA TXT.07507462, in, Ajuda: Correspondência - PT DGEMN:REOM-0015/01.

em consideração para efeito do estudo da urbanização da zona circundante do Palácio Nacional da Ajuda.”¹⁴⁶⁸

Raul Lino considerava também ser necessário classificar como imóveis de interesse público um conjunto de locais situados nas imediações do Palácio Nacional da Ajuda. Seriam eles os seguintes: Jardim das Damas, Sala da Física, Torre Sineira, Paço Velho da Ajuda, Jardim Botânico da Ajuda, Casa na Calçada da Ajuda que teria sido a residência do Marquês de Pombal e as Casas da Rua do Guarda-Jóias¹⁴⁶⁹.

Mais de um ano volvido, em 10 de julho de 1943, o arquiteto Chefe da Repartição de Estudos e Obras de Monumentos, Raul Lino, dirigindo-se ao diretor geral da DGEMN, recordaria que, segundo o seu parecer de 27 de abril de 1942, ficavam respeitados os seguintes pontos relativamente ao Plano de Urbanização da Zona Circundante do PNA:

“1. Encorporação, como Jardim Anexo ao Palácio, de uma área ao Sul, até à distância de cerca de 140 m.; 2. Conservação da Casa da Física; 3. “ “ Torre sineira; (ao que parece) 4. “ do chamado Paço Velho; (ao que parece)” mas não foram atendidos outros pontos: “1. Conservação e restauro do chamado Jardim das Damas, com todas as suas obras arquitectónicas; 2. Conservação integral do Jardim Botânico; 3. Conservação e restauro da chamada antiga Secretaria do Estado ou residência do 1.º Marquês de Pombal; 4. Conservação do grupo de prédios na Rua do Guarda-Joias.”¹⁴⁷⁰

No ano seguinte, o Ministro das Obras Públicas, Duarte Pacheco, criou uma comissão responsável pela elaboração de um estudo do Plano de Urbanização da Zona Circundante do Palácio Nacional da Ajuda. Esta comissão foi formada pelo engenheiro Inspetor Sá e Melo, pelo arquiteto Raul Lino e por um técnico delegado da Câmara Municipal de Lisboa¹⁴⁷¹. Os trabalhos desta comissão deram origem, em 1944, ao Decreto n.º 33.587, através do qual a Zona Circundante do Palácio Nacional da Ajuda foi classificada como Imóvel de Interesse Público.

“Zona circundante do Palácio Nacional da Ajuda, a saber:

¹⁴⁶⁸ SIPA TXT.07507495, SIPA TXT.07507496 e SIPA TXT.07507497, in, Ajuda: Correspondência - PT DGEMN:REOM-0015/01.

¹⁴⁶⁹ Carta de Raul Lino, 5 de maio de 1942. SIPA TXT.07507525 e SIPA TXT.07507526, in, Ajuda: Correspondência - PT DGEMN:REOM-0015/01.

¹⁴⁷⁰ SIPA TXT.07507644, in, Ajuda: Correspondência - PT DGEMN:REOM-0015/01.

¹⁴⁷¹ SIPA TXT.07507662, in, Ajuda: Correspondência - PT DGEMN:REOM-0015/01.

1 – o Jardim das Damas, com seu mirante e outras obras arquitectónicas, único recinto ao ar livre que terá acesso directo do andar nobre do Palácio.

2 – Sala de Física, pavilhão independente, do século XVIII, com obra de pintura, estuques, talha, etc., numa interessante decoração interior.

3 – Torre sineira, do século XVIII, arquitectonicamente interessante.

4 – O chamado Paço Velho, ao norte do Jardim Botânico e com a frontaria para a Calçada da Ajuda. Contém quatro interessantes tetos, ricamente decorados, com pinturas e dourados, que precisam de restauro.

5 – O Jardim Botânico da Ajuda, com casas anexas ao sul (onde morou Brotero) e outra no ângulo sueste.”¹⁴⁷²

Apesar da instituição de uma zona proteção na área envolvente do Palácio Nacional da Ajuda, este território continuava a preocupar a tutela, devido aos atrasos no arranque da urbanização da Ajuda. Assim, em 14 de abril de 1951, António Luís Gomes, diretor geral da Direção Geral da Fazenda Pública, perguntava ao diretor geral da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais:

“Como este Palacio é frequentemente visitado por altas individualidades nacionais e estrangeiras e o conjunto exterior que rodeia o edifício tal como esta produz péssimo efeito, não será possível, visto certamente a urbanização daquela zona estar ainda muito demorada, fazer um pequeno arranjo de forma a que o local deixe de oferecer um aspecto de abandono como actualmente se verifica?”¹⁴⁷³

A DGEMN entendia que, de facto, não existia verba para esse tipo de intervenção, sendo que *“qualquer arranjo local, pode resultar em pura perda por se não harmonizar com o que a Camara projecta e do qual esta Secção não tem, até agora, conhecimento.”¹⁴⁷⁴*

¹⁴⁷² Decreto n.º 33.587, *Diário do Governo*, n.º 63, de 27 de março de 1944.

¹⁴⁷³ SIPA TXT.00438779, in, Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Zona de protecção - PT DGEMN:DSID-001/011-1336.

¹⁴⁷⁴ Ofício de 27 de abril de 1951. SIPA TXT.00438781, in, Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Zona de protecção - PT DGEMN:DSID-001/011-1336.

Em 3 de julho de 1951 o Ministro das Obras Públicas, José Frederico Ulrich¹⁴⁷⁵, viria a referir a existência de um novo plano de arranjo da zona circundante do Palácio Nacional da Ajuda, da autoria do engenheiro André Navarro, que propunha acabar com o “*aspecto de abandono*” que esta área apresentava.

*“A ideia do arranjo dos exteriores do Palácio da Ajuda foi-me apresentada pelo Director do Instituto Superior de Agronomia, Eng.º André Navarro. E tal interesse mostrou pelo caso que propoz executar o trabalho por intermédio dos serviços da Tapada, dizendo-me que isso seria possível por muito baixo preço.”*¹⁴⁷⁶

Estes arranjos exteriores, ainda que limitados ao terreiro que confinava a nascente com o edifício, contemplavam as canalizações e as bocas de rega, bem como a colocação de bancos e de candeeiros de iluminação pública.

Ainda que tratando-se de um projeto de arranjo provisório dos terrenos circundantes do PNA, esta obra avançou e foi executada no ano de 1952, com a colaboração da Câmara Municipal de Lisboa e do Instituto Superior de Agronomia¹⁴⁷⁷.

*“O arranjo projectado consiste especialmente na conservação do arvoredor existente, na caiação a branco sujo das casas que envolvem o largo e na plantação de sebes e massiços para encobrir em parte, o mau aspecto das referidas casas. [...] As placas serão mantidas com o mesmo traçado, fazendo-se uma regularização do terreno em todas e ensaibramento da mais próxima do Palácio.”*¹⁴⁷⁸

Depois desta intervenção e após uma visita do Ministro das Finanças, Artur Águedo de Oliveira¹⁴⁷⁹, em 1955 foi assinado um contrato para a urbanização dos

¹⁴⁷⁵ José Frederico do Casal Ribeiro Ulrich (1905-1982). Engenheiro civil, foi chefe de gabinete do Ministro das Obras Públicas, Duarte Pacheco (1943), Secretário de Estado das Obras Públicas e Comunicações (1944-1947) e Ministro das Obras Públicas (1947-1954). “José Frederico do Casal Ribeiro Ulrich”, acedido em 18 de dezembro de 2014 em URL: http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/OsProcuradoresdaCamaraCorporativa%5Chtml/pdf/u/ulrich_jose_frederico_do_casal_ribeiro.pdf.

¹⁴⁷⁶ SIPA TXT.00438787, in, Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Zona de protecção - PT DGEMN:DSID-001/011-1336.

¹⁴⁷⁷ SIPA TXT. 00427319, in, Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Obras - PT DGEMN:DSID-001/011-1315.

¹⁴⁷⁸ Memória descritiva de 30 de maio de 1952. SIPA TXT. 00427312, in, Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Obras - PT DGEMN:DSID-001/011-1315.

¹⁴⁷⁹ Artur Águedo de Oliveira (1894-1978), Ministro das Finanças entre 1950 e 1955.

terrenos envolventes ao Palácio Nacional da Ajuda¹⁴⁸⁰; contudo, os trabalhos não tiveram andamento imediato.

Manuel Carlos de Almeida Zagalo apresentou, em 1957, algumas sugestões para melhorar a zona circundante do Palácio Nacional da Ajuda. Propôs então a terraplanagem do terreno junto à Torre do Relógio, que *“poderá ser utilizado, como é tão necessário, de parque de estacionamento de automóveis por ocasião das festas no Palácio.”*¹⁴⁸¹ E sugeriu também que a zona a sul do palácio fosse ajardinada: *“Como nesta época se renovam os arrendamentos talvez seja oportuno procurar libertar os terrenos em questão a fim de os ajardinar.”*¹⁴⁸²

Como os trabalhos não avançavam, e como os planos da Câmara Municipal de Lisboa interferiam com as zonas de proteção a fixar para a Igreja da Memória e para a zona circundante do Palácio Nacional da Ajuda, em 1959 a tutela Direção Geral da Fazenda Pública, conjuntamente com a DGEMN, emitiram um parecer chamando a atenção para a urgência da fixação de zonas de proteção a estes monumentos:

*“Assim, há que proceder urgentemente à fixação dessas zonas de protecção, em que se não poderá perder de vista a defesa das perspectivas da Encosta da Ajuda, quer observadas do lado do rio quer do Palácio da Ajuda, do Museu Agrícola do Ultramar e ainda de outros pontos.”*¹⁴⁸³

Em 28 de julho de 1959, o arquiteto Elísio Summavielle, da 1.^a Secção da Repartição Técnica da Direção dos Serviços dos Monumentos Nacionais, apresentou uma definição da Zona Circundante do Palácio Nacional da Ajuda a proteger:

“PALÁCIO NACIONAL DA AJUDA E ZONA CIRCUNDANTE

(...) Esta zona circundante é constituída pelos seguintes Imóveis classificados como de Interesse Público: Jardim das Damas, Sala da Física, Tôrre Sineira, Palácio Velho, Jardim Botânico e casas anexas.

A zona de protecção que temos a honra de apresentar faz parte do conjunto de zonas em elaboração de que já se apresentaram a referente à Igreja da Memória e a da Capela de S. Jerónimo, e que com a dos Jerónimos e a do

¹⁴⁸⁰ Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Obras - PT DGEMN:DSID-001/011-1316.

¹⁴⁸¹ Relatório de Zagalo, de 25 de junho de 1957, dirigido à Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 39, “Relatórios vários”.

¹⁴⁸² *Idem.*

¹⁴⁸³ SIPA TXT.00438856, in, Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Zona de protecção - PT DGEMN:DSID-001/011-1336.

Palácio Nacional de Belém completam o sistema de valorização da encosta da Ajuda.

A zona agora elaborada confina pelo seu lado Sul com o limite Norte da zona da Igreja da Memória.”¹⁴⁸⁴

Era assim apresentada a Planta da Zona de Protecção ao Palácio Nacional da Ajuda, na qual se representavam como Imóveis de Interesse Público: o Jardim das Damas, a Sala da Física, a Torre Sineira, o Palácio Velho, o Jardim Botânico e Casas Anexas.

A planta desta Zona Especial de Protecção (ZEP) seria aprovada em Portaria de 20 de outubro de 1959 e publicada no Diário do Governo, II Série, n.º 253, de 29 de outubro de 1959.



Fig. 95 – Planta da Zona de Protecção ao Palácio Nacional da Ajuda.

SIPA TXT.00438888, in, Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Zona de protecção - PT DGEMN:DSID-001/011-1336.

Após a definição da zona de protecção do Palácio da Ajuda e das áreas a urbanizar pela Câmara Municipal de Lisboa, foram iniciados os trabalhos de terraplenagem de terrenos anexos ao PNA, que terão ficado concluídos no final de 1960,

¹⁴⁸⁴ SIPA TXT.00438871, in, Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Zona de protecção - PT DGEMN:DSID-001/011-1336.

altura em que começaram os trabalhos de plantação do jardim junto à fachada nascente, da responsabilidade do Instituto Superior de Agronomia¹⁴⁸⁵.

A partir de então, a 1.ª Subsecção da 6.ª Secção da Junta Nacional da Educação passou a ser responsável pela emissão de pareceres acerca das diversas obras a realizar nos limites da Zona de Protecção do Palácio Nacional da Ajuda.

No cruzamento dos talhões ajardinados, em 28 de setembro de 1963 foi inaugurada uma estátua de bronze, colocada sobre um pedestal de pedra, representando o rei D. Carlos I, reproduzindo o gesso original de 1901-1902¹⁴⁸⁶ da autoria do escultor António Teixeira Lopes (1866-1942).



Fig. 96 – Estátua do Rei Dom Carlos situada junto ao palácio Nacional da Ajuda, no dia da sua inauguração. Escultor António Teixeira (1866-1942). 1964, Garcia Nunes, PT/AMLSB/NUN/S00270, acedido em 31 de julho de 2015 em URL: AF\img92\A45870.jpg

Apesar da regulamentação de uma Zona Especial de Protecção e de alguns trabalhos de melhoramento na área envolvente do palácio, as críticas ao seu estado de quase abandono mantiveram-se.

“A área que circunda o Palácio da Ajuda tem estado desde sempre votada ao abandono.”

¹⁴⁸⁵ Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Zona de protecção - PT DGEMN:DSID-001/011-1336.

¹⁴⁸⁶ Estátua régia de D. Carlos I, 1901-1902, n.º inv. MAR 61, do Museu da Assembleia da República. Acedido em 31 de julho de 2015 em URL: <http://museu.parlamento.pt/MatrizWebAR/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=141>.

O falecido Senhor Engenheiro Duarte Pacheco estudou a fundo a questão só não lhe tendo dado cabal andamento devido ao seu prematuro falecimento.”¹⁴⁸⁷

O conservador Zagalo, lamentando o precoce desaparecimento do ministro Duarte Pacheco, considerava que o PNA só teria a ganhar com a sua conclusão e com a definição de uma zona de proteção ainda mais alargada:

“Uma vez terminado o edifício e provido de um recinto de protecção, próximo da Tapada da Ajuda e do Parque de Monsanto, admiravelmente situado, tendo o Rio Tejo a seus pés, virá a constituir num dos mais belos e aprazíveis sítios de Lisboa.”¹⁴⁸⁸

2.2.5. Administração de outros espaços

O Palácio Nacional da Ajuda, outrora administrador de muitos prédios urbanos e rústicos na zona entre Belém e Ajuda viu durante a década de 30 do século XX serem desamortizadas diversas propriedades pela Direção Geral da Fazenda Pública. A este organismo, dependente do Ministério das Finanças interessava reduzir o património a seu cargo nesta área da cidade de Lisboa. Porém manteve parte dele, que permaneceu sob a administração do PNA, entidade responsável pela elaboração de contratos de arrendamento, de cobrança das rendas e de inspeção do seu estado de conservação. Dos locais administrados pelo Palácio Nacional da Ajuda neste período, destacamos os seguintes, pela sua importância patrimonial.

Torre do Relógio

Apesar de algumas campanhas de obras levadas a cabo pela Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, a Torre do Relógio da Ajuda sempre apresentou alguns problemas de conservação, relacionados com o facto de este monumento, apesar de ser um marco icónico desta zona da cidade, não ter efetiva utilização.

No dia 15 de fevereiro de 1941 a área da Ajuda foi atingida pelo ciclone (que atingiu o centro e sul do país), causando diversos estragos no Palácio Nacional da Ajuda e em outros imóveis das imediações, entre os quais a Torre do Relógio. Os danos

¹⁴⁸⁷ Relatório de Zagalo, 25 de junho de 1957, dirigido à Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 39, “Relatórios vários”.

¹⁴⁸⁸ Relatório de 25 de junho de 1957. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 39, Relatórios vários.

principais neste edifício foram a queda da cruz e do galo em bronze, que se encontravam no local mais alto¹⁴⁸⁹.

Definidas como urgentes as obras de reparação dos imóveis afetados, a Direção Geral da Fazenda Pública, entidade tutelar, fez incluir naquelas a executar pela Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a recolocação dos elementos em falta no topo da Torre do Relógio. Assim, a cruz e o galo foram recolocados logo no ano de 1942¹⁴⁹⁰.

Não tendo sido identificada muita informação acerca deste imóvel, conseguimos no entanto confirmar que a guarda e manutenção do mecanismo do relógio existente no interior desta torre terá ficado a cargo da Junta de Freguesia da Ajuda, possivelmente sem interrupções até 1945¹⁴⁹¹. De facto, nesse ano o conservador do PNA referia que o relógio estava avariado e que era necessário encontrar modo de financiar a sua reparação, pois a Junta de Freguesia da Ajuda, responsável pelo relógio, não dispunha de verba para esse efeito¹⁴⁹². Esta reparação teve lugar entre 1945 e 1946, através da dotação disponível pela Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais para obras no PNA¹⁴⁹³. Após a intervenção realizada a tarefa da manutenção do mecanismo do relógio – ou seja, “dar à corda” –, ficou a cargo do próprio conservador do Palácio Nacional da Ajuda, que atribuiu esse trabalho, considerado “*violentíssimo*”, a alguns dos contínuos do palácio¹⁴⁹⁴.

Um ofício de outubro de 1946 informa-nos que o presidente da Junta de Freguesia da Ajuda pretendia então obter verba para ficar novamente com a manutenção do mecanismo do relógio, facto que merecia a concordância de Zagalo, que considerava que tinha poucos funcionários e que esta tarefa prejudicava o serviço no palácio. Nesse período, um antigo presidente da Junta de Freguesia da Ajuda, identificado por “*Sr. Machado*” e relojoeiro de profissão, disponibilizava um seu empregado para a tarefa de

¹⁴⁸⁹ PT DGEMN:REOM-0015/01 - Ajuda: Correspondência. PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/002 - Palácio Nacional da Ajuda: Processo geral (Começa em 1 de janeiro de 1939).

¹⁴⁹⁰ PT DGEMN:REOM-0015/01 - Ajuda: Correspondência.

¹⁴⁹¹ PT DGEMN:REOM-0015/02 - Ajuda: Correspondência.

¹⁴⁹² Ofício de 15 de março de 1945, do conservador do PNA dirigido ao chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, Offícios Expedidos, 1945.

¹⁴⁹³ PT DGEMN:REOM-0016/01 - Ajuda: Correspondência.

¹⁴⁹⁴ “*devo dizer e, por experiência própria o posso afiançar, que semelhante trabalho é violentíssimo. A corda tem que ser dada por três vezes, visto que são três os pêsos que é preciso fazer subir do pavimento terreo até à altura do maquinismo do relógio.*” Ofício de 11 de outubro de 1946, do conservador do PNA dirigido ao chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, Offícios Expedidos, 1946.

dar a corda do relógio de modo gratuito¹⁴⁹⁵; contudo, Zagalo não concordava com essa prática e, mostrando-se desconfiado acerca da capacidade futura da Junta de Freguesia, apresentou outra alternativa:

*“Se a Junta não poder continuar a ter à sua conta esta missão, o que me parece mais provável, ocorre-me que, talvez, se pudesse dar as duas dependências da Torre por habitação com a condição de que o seu inquilino se desempenhasse do trabalho a que me tenho vindo referido.”*¹⁴⁹⁶

Não conseguimos apurar o que posteriormente aconteceu, mas sabemos que o PNA continuou responsável pela administração da Torre do Relógio.

Em 1950, por despacho de 10 de maio do Ministro das Finanças, foi autorizada a entrega, à Comissão Administrativa da Obra da Igreja do Santo Condestável, de dois sinos inutilizados existentes na Torre do Relógio da Ajuda¹⁴⁹⁷. Estes dois sinos foram entregues à Fábrica Nacional de Relógios Monumentais “A Boa Construtora”, de Almada, em 1951, com o objetivo de se refundir o bronze, com o qual se fariam cinco novos sinos para serem colocados na Igreja do Santo Condestável, em Lisboa¹⁴⁹⁸.

A Torre do Relógio manteve-se sob a administração do Palácio Nacional da Ajuda nos anos seguintes, durante a direção de Manuel Carlos de Almeida Zagalo. Das poucas informações que pudemos reunir sobre aquele monumento no período em estudo, destaquem-se, por fim, duas pequenas notícias: em janeiro de 1951 um pequeno foco de incêndio destruiu a porta de entrada da torre¹⁴⁹⁹; e em 1958 foram feitas obras de restauro, nas quais foram colocados os dois coruchéus que estavam em falta¹⁵⁰⁰.

Igreja da Memória

A Igreja da Memória encontrava-se, nos últimos anos da década de 30 do século XX, fechada ao público e em mau estado de conservação, principalmente no seu

¹⁴⁹⁵ Ofício de 2 de agosto de 1946, do conservador do PNA dirigido ao chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, Ofícios Expedidos, 1946.

¹⁴⁹⁶ Ofício de 11 de outubro de 1946, do conservador do PNA dirigido ao chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, Ofícios Expedidos, 1946.

¹⁴⁹⁷ Ofício de 16 de maio de 1950, do chefe da Repartição do Património da DGFP dirigido ao conservador do PNA. APNA, Ofícios Recebidos, 1950.

¹⁴⁹⁸ APNA, Pastas por classificar, Pasta 23, Bloco 1, fólios 363 a 365.

¹⁴⁹⁹ *Idem*, fólio 455.

¹⁵⁰⁰ PT DGEMN:DSID-001/011-1330 - Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Processo Administrativo.

exterior. O Conservador do Palácio Nacional da Ajuda considerava que o seu encerramento estava relacionado com alguns aspetos políticos, devido à romagem anual que se fazia ao túmulo do Marquês de Pombal, transferido para este local em 1923¹⁵⁰¹:

*“todos os anos se efectivava uma romagem ao tumulo do primeiro Ministro de D. José, tendo este assunto tomado mais tarde um aspecto nitidamente político, o que creio, ter dado aso ao encerramento do templo.”*¹⁵⁰²

Em 1940 a Direção Geral da Fazenda Pública, organismo tutelar do edifício, autorizou algumas intervenções que tinham em vista a melhoria do seu aspecto e segurança. Foram, então, reparadas as portas e fechaduras¹⁵⁰³ e colocados os vidros nos locais onde estes se encontravam partidos ou em falta, num total de 192¹⁵⁰⁴.

Nesse mesmo ano de 1940, por despacho ministerial do Ministro das Finanças, de 6 de agosto, foi autorizada a entrega da Igreja da Memória ao Pároco da Freguesia de Belém para fins culturais¹⁵⁰⁵. Para tal, informava-se que a Câmara Municipal de Lisboa tinha aceite, em depósito¹⁵⁰⁶, as duas maquetas em gesso do monumento ao Marquês de Pombal, que se encontravam na nave da referida igreja¹⁵⁰⁷, com vista à sua colocação no Museu da Cidade de Lisboa, a instalar provisoriamente no Palácio da Mitra¹⁵⁰⁸. No entanto a abertura da igreja não se efetivou, e o imóvel manteve-se encerrado ao público.

Em 1945, depois da publicação de um artigo no jornal *O Século*¹⁵⁰⁹ em que se referia o mau estado de conservação deste edifício, Zagalo, num relatório redigido em tom de resposta, apresentou os principais motivos para essa degradação: a falta de policiamento no local; e a não realização de obras, facto que impedia a criação de condições mínimas de segurança para a abertura da igreja.

¹⁵⁰¹ Ver 1.4.4. *Administração de outros espaços*.

¹⁵⁰² Texto de trabalho (relatório), não datado, escrito por Manuel Carlos de Almeida Zagalo. 10.3.1. Administração Palácios, Cx. 1, 10, Documentos diversos, fólios 5 e 6.

¹⁵⁰³ Ofício de 4 de março de 1940, do chefe da Repartição do Património da DGFP dirigido ao conservador do PNA. APNA, Ofícios Recebidos, 1940, fólio 106.

¹⁵⁰⁴ Ofício de 28 de fevereiro de 1940, do chefe da Repartição do Património da DGFP dirigido ao conservador do PNA. APNA, Ofícios recebidos, 1940, fólio 115.

¹⁵⁰⁵ Ofício de 24 de setembro de 1940, do chefe da Repartição do Património da DGFP dirigido ao Conservador do PNA. APNA, Pastas Conservador Zagalo, Pasta 12.

¹⁵⁰⁶ *Idem*.

¹⁵⁰⁷ Ver 1.4.4. *Administração de outros espaços*.

¹⁵⁰⁸ A Câmara Municipal de Lisboa pretendeu a maqueta para o Museu da Cidade, mas desistiu devido à dificuldade em desmontá-la. Ofício do conservador do PNA, de 14 de maio de 1946, dirigido ao chefe da Repartição do Património da DGFP: APNA, Ofícios Expedidos, 1946.

¹⁵⁰⁹ “Quem tem a chave da Igreja da Memória que, apesar de Monumento Nacional, tem caixilhos e vidros partidos e um triste ar de abandono?”, in, *O Século*, n.º 22.825, de 9 de outubro de 1945, p. 1.

*“como se pensou mandar entregar a Capela ao culto, determinou-se também superiormente que primeiro se procedesse às necessárias obras de reparação do templo, o que não chegou até agora a ser realizado.”*¹⁵¹⁰

Zagalo informava ainda que a pouca manutenção da Igreja da Memória era efetuada por funcionários do Palácio Nacional da Ajuda:

*“Interiormente procede-se de tempos a tempos e por intermédio do pessoal dêste Palácio, á limpeza do interior daquêlê monumento.”*¹⁵¹¹

A tutela decidiu então que o edifício deveria ser aberto ao público, incumbindo o conservador do PNA de

*“tomar as medidas de realização imediata para visita do interior do monumento, ficando, para o efeito autorizado a mandar acompanhar por empregado dêsse Palacio as pessoas que o desejem visitar, ás 3.^a e 6.^a feiras, das 15 ás 17 horas.”*¹⁵¹²

Não conseguimos apurar se a abertura da Igreja da Memória se concretizou, mas sabemos que nos anos seguintes os problemas se mantiveram.

De facto, na sequência de uma tentativa de furto a este imóvel, em 1946, o conservador Zagalo apresentava novamente queixas acerca da falta de policiamento no local, incumbindo também responsabilidades à Câmara Municipal de Lisboa:

*“A meu ver, ao município compete mandar iluminar melhor o local e, tratar de beneficiar o aspecto dos terrenos que circundam o monumento, que deveriam ser ajardinados.”*¹⁵¹³

No mesmo ofício, Zagalo apresentava à tutela algumas considerações acerca do que deveria ser feito nesta igreja, classificada como Monumento Nacional.

¹⁵¹⁰ Ofício de 10 de outubro de 1945, do conservador do PNA dirigido ao chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, Ofícios Expedidos, 1945.

¹⁵¹¹ *Idem.*

¹⁵¹² Ofício de 11 outubro de 1945, do chefe da Repartição do Património dirigido ao conservador do PNA. APNA, Ofícios Recebidos, 1943 a 1945.

¹⁵¹³ Ofício de 14 de maio de 1946, do conservador do PNA dirigido ao chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, Ofícios Expedidos, 1946. Em outubro de 1945 o Ministério das Finanças cedera à Câmara Municipal de Lisboa os terrenos envolventes da Igreja da Memória, para poderem ser reabilitados e ajardinados. VALE, Teresa e GOMES, Carlos (1993), FIGUEIREDO, Paula (2008), Igreja da Memória, IPA.00002185. Acedido em 16 de novembro de 2014 em URL: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2185.

“parecia-me também da maior conveniência, o que alías já foi, segundo creio, tratado superiormente há muito tempo, que os serviços respectivos do Ministério das Obras Públicas mandem executar como se impõe obras de reparação e de restauro na Igreja da Memória.

E de harmonia com o que já se pensou fazer, é da maior conveniência para a conservação do edifício entrega-lo às entidades eclesiásticas para ser aberto ao culto. [...]

*Por outro lado e para dar um aspecto condigno ao interior do templo, convinha que dali desaparecesse, como alías já tinha sido ventilado, a maquete do monumento ao Marquez de Pombal que atravanca todo o altar-mór, o que produz péssimo efeito e certamente impressionará os visitantes.”*¹⁵¹⁴

Ainda em 1946, após pedido formal das chaves da Igreja da Memória por parte do Pároco da Freguesia da Ajuda¹⁵¹⁵, foi elaborada uma lista de todos os objetos existentes no interior daquele templo com vista à entrega do edifício¹⁵¹⁶. No ano seguinte, as chaves foram finalmente entregues:

*“já fiz entrega ao Sr. Prior da Freguezia da Ajuda, das chaves da Capela da Memória e bem assim, a relação, em duplicado, alusiva ao recebimento dos objectos de culto existentes naquêlo templo.”*¹⁵¹⁷

Continuava, no entanto, a considerar-se necessária a remoção da maqueta do monumento ao Marquês de Pombal e a deslocação da urna com os restos mortais deste estadista para outro local do mesmo edifício, antes da abertura da igreja ao culto¹⁵¹⁸.

Em 25 de março de 1948, foi publicado um despacho ministerial que oficializaria a permissão de abertura da Igreja da Memória ao público. As suas chaves foram entregues, uma vez mais, ao Pároco da Ajuda, a 23 de abril, ficando este edifício

¹⁵¹⁴ Ofício do conservador do PNA, de 14 de maio de 1946, dirigido ao chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, Ofícios Expedidos, 1946.

¹⁵¹⁵ Ofício do conservador do PNA, de 2 de agosto de 1946, dirigido ao chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, Ofícios Expedidos, 1946.

¹⁵¹⁶ “*Relação dos objectos que se encontram na Igreja da Memória*”, de 30 de agosto de 1946. APNA, Administração Palácios, Cx. 1, 10, Documentos diversos, fólios 3 e 4.

¹⁵¹⁷ Ofício de 3 de março de 1947, do conservador do PNA dirigido ao chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, Ofícios Expedidos, 1947.

¹⁵¹⁸ Ofício de 26 de maio de 1947, do chefe da Repartição do Património da DGFP dirigido ao conservador do PNA. APNA, Ofícios Recebidos, 1947.

afeto ao Patriarcado de Lisboa por auto de cessão de 2 de agosto¹⁵¹⁹. Contudo, mantinham-se os problemas relacionados com o estado de degradação do edifício e com a permanência do ataúde do Marquês de Pombal no centro da nave o que levou, novamente, ao adiamento da abertura da igreja ao culto.

No início da década de 50 foram finalmente realizadas, pela Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, obras de conservação na Igreja da Memória, que incluíram também a deslocação da urna para outro local do interior do mesmo edifício.

“Recentemente, mercê da acção do Exm.º Sr. Director Geral da Fazenda Pública, levaram-se a cabo por parte da Direcção dos Edifícios e Monumentos Nacionais obras de conservação e restauro no aludido templo, e isto com a ideia de ser novamente aberto ao culto.

Foi nessa altura que os serviços da Direcção dos Monumentos Nacionais procederam à deslocação do sarcófago do Marquês de Pombal para outra dependencia da Igreja o que na verdade se impunha.

*É que encontrando-se (ilegível) igualmente respeitados os restos mortais daquele estadista, não impedem a realização do serviço do culto o que de facto anteriormente impedia.”*¹⁵²⁰

Estas obras terão sido de algum modo aceleradas pelo processo de pedido da utilização da Igreja da Memória por parte de forças militares aquarteladas na Calçada da Ajuda¹⁵²¹.

“Agora, por determinação do Exm.º Senhor Director Geral acabo de estabelecer contacto com o Exm.º Governador Militar de Lisboa, que por sua vez me pos em ligação com o Senhor Comandante de Cavalaria 7.

Embora já soubesse do que se tratava foi-me explicado que se pensa solicitar a cedencia da Igreja da Memoria para ser aberta ao culto e ser utilizada pelas tropas que prestam serviço nos Quarteis da Calçada da Ajuda.

¹⁵¹⁹ VALE, Teresa e GOMES, Carlos (1993), FIGUEIREDO, Paula (2008), Igreja da Memória, IPA.00002185. Acedido em 16 de novembro de 2014 em URL: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2185.

¹⁵²⁰ Texto de trabalho (relatório), não datado, escrito por Manuel Carlos de Almeida Zagalo. 10.3.1. Administração Palácios, Cx. 1, 10, Documentos diversos, fólios 5 e 6.

¹⁵²¹ Ofício de 5 de setembro de 1951, do chefe da Repartição do Património da DGFP dirigido ao conservador do PNA. Pastas por classificar, Pasta 14, Bloco 6, Ofícios Recebidos 1951, fólio 53.

E ao que parece esta ideia teria partido de um grupo de sargentos, cujas mulheres se prontificam a tratar da conservação e arranjo da Igreja.

Todos estes factos aliados ao cuidado que vai passar a haver com a conservação geral do monumento; a maior possibilidade de limpeza e aformoseamento do terreno anexo á Igreja; o tornar-se praticável que o Edifício passe a estar patente ao publico, tudo isto enfim é de molde a bem dizer a ideia agora formulada, pois ela contribuirá e de forma decisiva para que á guarda do Exército, tão nobre e belo monumento, passe a disfrutar de uma nova aureola de prosperidade, respeito e dignidade.

Isto bem entendido se superiormente se entender que o mencionado imóvel deva ser entregue ao Comando Militar, o que estou em crer que assim deverá acontecer.”¹⁵²²

De facto, a Igreja da Memória, “*por intermédio dos soldados de Cavalaria N.º 7, começou a ser convenientemente limpa com a colaboração e a presença de um funcionário deste Palácio que tem á sua guarda as chaves do edifício.*”¹⁵²³

A reabertura da igreja ocorreu no dia 22 de dezembro de 1951, tendo sido marcada pelos casamentos de sete casais de sargentos e outros tantos batizados¹⁵²⁴; a partir do dia seguinte, 23 de dezembro de 1951, passou a estar regularmente acessível ao público¹⁵²⁵.

Por despacho ministerial de 30 de junho de 1953, foi autorizada a instalação, a título precário, da Ordem Equestre do Santo Sepulcro de Jerusalém na Igreja da Memória, sem prejuízo da utilização que o Governo Militar de Lisboa vinha dando ao mesmo edifício, ou seja, a celebração de atos religiosos para os militares¹⁵²⁶.

¹⁵²² Texto de trabalho (relatório), não datado, escrito por Manuel Carlos de Almeida Zagalo. 10.3.1. Administração Palácios, Cx. 1, 10, Documentos diversos, fólios 5 e 6.

¹⁵²³ Ofício de 7 de dezembro de 1951, do conservador do PNA dirigido ao chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, Pasta 23, Bloco 1, Ofícios expedidos 1951-1952, fólios 251 e 252.

¹⁵²⁴ *Idem*.

¹⁵²⁵ VALE, Teresa e GOMES, Carlos (1993), FIGUEIREDO, Paula (2008), Igreja da Memória, IPA.00002185. Acedido em 29 de janeiro de 2015 em URL: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2185.

¹⁵²⁶ Ofício de 9 de julho de 1953, do chefe da Repartição do Património da DGFP dirigido ao conservador do PNA. APNA, Pastas Conservador Zagalo, Pasta 12 – Proc.º referente à Capela da Memória. Desde 1951 que esta ordem religiosa tentava instalar-se na Igreja da Memória. Ofício de 7 de dezembro de 1951, do conservador do PNA dirigido ao chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, Pasta 23, Bloco 1, Ofícios expedidos 1951-1952, fólios 251 e 252.

A urbanização da zona da Igreja da Memória e regiões circunvizinhas foi resolvida em 1959, depois de um anteprojeto de 1951, da autoria do arquiteto Porfírio Pardal Monteiro, e do consequente estudo que foi aprovado em 1955¹⁵²⁷.

Para além dos imóveis acima referidos – Torre do Relógio e Igreja da Memória –, a Administração do Palácio Nacional da Ajuda foi, em diversos momentos, chamada para se manifestar acerca do estado de conservação e eventuais intervenções a realizar em outros imóveis situados nas imediações do conjunto edificado do PNA, especialmente aqueles que se situavam na sua zona de proteção, classificada como Imóvel de Interesse Público¹⁵²⁸. Falamos da Sala da Física, ou dos Serenins¹⁵²⁹, onde estava instalado o Centro de Estudos do Livro Português, sob a tutela da Biblioteca da Ajuda, e do Paço Velho¹⁵³⁰, sede do comando do Quartel da Guarda Nacional Republicana.

O que verificamos para este período, é que a quantidade de espaços administrados pela Administração do Palácio Nacional da Ajuda diminuiu significativamente em relação ao período anterior a 1938. Todavia, esta administração continuava a ser a principal intermediária entre a tutela estatal, Direção Geral da Fazenda Pública do Ministério das Finanças, e os inquilinos e usufrutuários das propriedades e imóveis.

2.3. Palácio aberto à visita

Por ser edifício associado ao Protocolo de Estado, o acesso do público em geral ao Palácio Nacional da Ajuda manteve-se, no período da administração de Manuel Zagalo, limitado. Todavia, continuavam a ser permitidas algumas visitas, cujo sistema

¹⁵²⁷ SIPA TXT.00436009, SIPA TXT.00436008 e SIPA TXT.00436007, in, Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Processo Administrativo - PT DGEMN:DSID-001/011-1330.

¹⁵²⁸ Decreto n.º 33.587, *Diário do Governo*, n.º 63, de 27 de março de 1944.

¹⁵²⁹ Acerca das intervenções na Sala da Física, durante o período estudado (1938-1965), ver: PT DGEMN:REOM-0014/01 - Ajuda: Correspondência; PT DGEMN:REOM-0014/02 - Ajuda: Correspondência; PT DGEMN:REOM-0015/01 - Ajuda: Correspondência; PT DGEMN:REOM-0015/02 - Ajuda: Correspondência; PT DGEMN:REOM-0016/02 - Ajuda: Correspondência; PT DGEMN:DSID-001/011-1318 - Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Obras; PT DGEMN:DSID-001/011-1319 - Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Obras; PT DGEMN:DSID-001/011-1329 - Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Processo Administrativo; PT DGEMN:DSID-001/011-1330 - Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Processo Administrativo; PT DGEMN:DSID-001/011-1331 - Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Processo Administrativo; PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/005 - Palácio Nacional da Ajuda: Processo geral.

¹⁵³⁰ Acerca das intervenções no Paço Velho, durante o período estudado (1938-1965), ver: PT DGEMN:REOM-0015/02 - Ajuda: Correspondência; PT DGEMN:REOM-0016/01 - Ajuda: Correspondência; PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/003 - Palácio da Ajuda.

mudou por completo a partir de 1938. Ainda que o pedido de autorização de visita a este Palácio Nacional continuasse a ser feito diretamente ao Diretor Geral da Fazenda Pública, agora os serviços deste organismo público – provavelmente de modo a agilizar o processo – determinaram a instituição de cartões previamente impressos que eram dados aos potenciais visitantes, com a identificação dos seus nomes e assinados por um funcionário dessa Direção Geral, que deveriam ser entregues aos funcionários do PNA aquando da visita. No Arquivo do Palácio Nacional da Ajuda existem diversos destes cartões, emitidos entre 1940 e 1968.

Uma análise a estes documentos permite-nos verificar que nos primeiros anos foi emitido um número pouco significativo de cartões de visita, vindo esse número a aumentar progressivamente a partir de 1945, atingindo um máximo de 440 em 1951. Entre 1952 e 1955 o número de cartões emitidos voltou a baixar, atingindo os valores mais baixos em 1956 e 1957, subindo novamente em 1958, mantendo-se mais ou menos constantes até 1964.

CARTÕES DE VISITA EXISTENTES NO ARQUIVO DO PALÁCIO NACIONAL DA AJUDA		
ANO	N.º DE EXEMPLARES EXISTENTES	
	COM INDICAÇÃO DO ANO	APENAS COM INDICAÇÃO DA DÉCADA
1940	9	43
1941	24	
1942	57	
1943	27	
1944	60	
1945	83	
1946	139	
1947	160	
1948	221	
1949	245	
1950	393	72
1951	440	
1952	320	
1953	297	
1954	272	
1955	258	
1956	57	
1957	49	
1958	112	
1959	133	
1960	103	5
1961	109	
1962	119	
1963	154	
1964	162	

Não sendo possível determinar com exatidão se os números dos cartões existentes no arquivo do PNA refletem os números dos cartões efetivamente emitidos, podemos contudo tentar verificar a tendência dos números de visita ao palácio recorrendo a outros dados.

Em maio de 1944 foram pedidos 200 cartões de autorização de visita ao PNA, por preencher, e no ano seguinte, a 3 de agosto, referia-se em ofício que “*Torna-se necessário mandar imprimir cartões para visita ao Palácio Nacional da Ajuda.*”¹⁵³¹ Mesmo assumindo alguns erros no preenchimento dos cartões, e que algumas individualidades a quem esta autorização tenha sido dada possam não ter efetuado a visita, ainda assim restam cerca de 200 cartões passados em cerca de um ano e três meses. No arquivo do PNA existem apenas cerca de 100 cartões respeitantes a esse período, entre maio de 1944 e agosto de 1945, o que revela uma possível perda de bastantes cartões, o que nos leva também a questionar acerca do número real de visitantes nos anos seguintes.

Através da análise dos próprios cartões e de outra documentação consultada, verificamos que, das visitas autorizadas, se incluem grupos de alunos e professores, estudiosos a nível particular e entidades oficiais. Porém, a maioria de visitantes eram personalidades individuais ou pequenos grupos, muitos deles com ligações familiares entre si.

A análise documental permite-nos saber também que a visita à Caixa-Forte, onde passaram a estar expostas as Jóias da Coroa e de D. Miguel e que se inaugurou em 1954, era considerada uma visita diferenciada da visita às restantes salas do edifício. A autorização de visita por via dos cartões acima mencionados somente previa o circuito das principais salas do palácio. Para aceder à Casa-Forte era necessária uma autorização específica nesse sentido, que na maior parte das vezes surge indicada no verso do cartão de autorização, mas que era apenas concedida a poucos. Esta terá sido a solução criada depois de alguma reflexão sobre do assunto, especialmente por parte do Conservador Zagalo, que já em 1951 indagava a tutela acerca do modo como as visitas a esta Casa-Forte se iriam processar no futuro:

“1.º actualmente está determinado pelo Exm.º Snr. Director Geral que o regime das visitas ao Palácio se efectui atravez de cartões especiais que são passados

¹⁵³¹ Ofício de 3 de agosto de 1945, do Chefe da Repartição do Património, proc. 1225, livro 41. Colecções de informações – propostas (PT/ACMF/DGFP/COPINF/0001). ACMF.

pelo próprio Exm.º Snr. Director Geral, ou em seu nome pelo seu Secretário, e ainda por V. Ex.ª e pelo Senhor Chefe de Secção.

2.º Estas visitas tal como agora tem sucedido ao chegarem ao Toucador da Rainha retrocedem, a fim de subirem ao 1.º andar do Edifício.

3.º Nestas condições levanta-se logo o problema de saber se estas pessoas que veem aqui não em dias certos, podem sem mais qualquer formalidade visitarem a Casa-Forte, ou se teem unicamente direito a verem o que até agora se tem mostrado do Palácio.

È que na primeira hipotese passariam imediatamente às salas que estão por arranjar e que dão cesso ao recinto das jóias, prosseguindo depois na visita.

4.º Porem se se passarem cartões com a indicação que se destinam a ser visita a Casa-Forte, outro problema se levantará, ou seja se as pessoas que beneficiam desta concessão podem por sua vez visitar o Palácio.

5.º É evidente que o facto de a uns ser consentido entrar na Casa-Forte e a outros não – o que passará imediatamente a constar – dará aso a que aumente o desejo de as jóias serem observadas precisamente por aqueles que tendo estado no Palácio, não lhe foi permitido admirarem-nas.

6.º Superiormente se resolverá o que melhor convem ser posto em pratica, sendo porem intuitivo que quanto menos vezes se entrar na Casa-Forte melhor será, com a agravante de que quando isso tiver lugar serão necessários pelo menos três ou quatro funcionários, o que equivale a dizer que faltava pessoal para atender os outros visitantes.”¹⁵³²

Apesar do sistema de autorizações por cartão ter durado todo o período estudado, a abertura do Palácio Nacional da Ajuda de modo permanente chegou em alguns momentos a ser ponderada. Podemos até considerar que quase todas as iniciativas de valorização do palácio – intervenções nas salas interiores, valorização do conjunto arquitetónico, através das tentativas de conclusão do edifício e de reabilitação da sua zona circundante – tiveram constantemente presente a possibilidade de abertura deste monumento à visita. No entanto e por variados motivos – dos quais se destacam as

¹⁵³² Relatório de Zagalo, de 16 de junho de 1951, dirigido à Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 39, “Relatórios vários”.

funções protocolares e os diversos atrasos e adiamentos de campanhas de obras –, a situação foi-se mantendo.

Apesar de se perceber, durante a segunda metade da década de 1940 e início da de 1950, a vontade do Ministério das Finanças em abrir o PNA à visita, verificamos que Manuel Carlos de Almeida Zagalo se mostrava contrário a essa ideia. De facto, em outubro de 1946 – e aludindo a um relatório que já escrevera em 1939¹⁵³³, – o conservador do PNA manifestava-se desfavorável à abertura permanente do palácio, justificando-se com as “*características especiais*” daquele espaço e com a escassez de pessoal:

“[...] ao contrário do que sucede com os outros Palácios Nacionais, o da Ajuda reveste-se de características especiais a que é preciso atender, a principal das quais é manter um assíduo movimento de saídas de espécimes [...].

[...] êste interrupto movimento de entradas e saídas, acarreta um grande trabalho da minha parte e do pessoal, [...].

Isto vem a propósito de dizer que no caso do Palácio ser aberto ao público, ver-me-ei em embaraços para manter o serviço nas salas e aquêle a que me acabo de referir.

*Portanto uma coisa há desde já a encarar – a escassez de pessoal. [...].”*¹⁵³⁴

Para além disso, o conservador entendia que a abertura permanente ao público implicava que fossem feitas alterações nas salas do palácio – por questões de segurança e acessibilidade –, o que viria a prejudicar o seu aspeto original:

“Além disso há uma característica muito importante que se verifica nêste Palácio e que tão apreciada tem sido pelos visitantes, mórmente os estrangeiros cultos, ou seja o aspecto de Palácio habitado e vivido que é um dos seus maiores atractivos. Mas tal atractivo desaparecerá com a nova modalidade porque irá passar.

Com efeito, terá que se ir para a solução de colocar nas salas os inestéticos cordões de vedação e as não menos desagradáveis passadeiras, não só para

¹⁵³³ Relatório do conservador do PNA, de 8 de março de 1939. Não conseguimos identificar este relatório na documentação consultada no Arquivo do Palácio Nacional da Ajuda, nem no Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças.

¹⁵³⁴ Relatório do Conservador do PNA, de 16 de outubro de 1946, dirigido ao chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, Ofícios expedidos, 1946.

perserverar os objectos expostos, como para evitar que os belos pavimentos se danifiquem.”¹⁵³⁵

Zagalo mostrava-se claramente contra a abertura do PNA de modo permanente, reconhecendo contudo que essa decisão estava nas mãos do poder político. Como tal, no mesmo relatório o conservador do PNA apresentava algumas práticas que deveriam ser instituídas caso o monumento fosse disponibilizado à visita:

“Em qualquer hipótese, [...] o Palácio só conviria ser exposto duas ou o máximo três vezes por semana e que os preços das entradas fôsem altos, para evitar a excessiva abundância de visitantes.

Por sua vez, não sendo praticável o sistema seguido no Museu das Janelas Verdes, haverá que encarar o sistema usado nos outros Palácios Nacionais, ou seja a organização de grupos de visitantes que acompanhados de um ou dois funcionários percorram o Palácio, enquanto que os outros aguardarão a sua vez e assim sucessivamente.

O serviço de limpeza terá que principiar às dez horas e terminar às onze e, a partir dêsse momento os contínuos aguardarão fardados a chegada dos visitantes.

Nos dias em que o Palácio não estiver exposto ao público, proceder-se-à a uma mais demorada e cuidada limpeza, ao passo que se terá que acudir à conservação das inúmeras arrecadações, o que não sucede, creio, em mais nenhum Palácio.

O percurso dos visitantes terá que ser feito como agora, o que trás o inconveniente de quando chegarem ao Toucador da Rainha se verem obrigados a retroceder até ao Jardim de Inverno. Isto só poderá ser modificado quando estiver concluída a Casa-Forte. A única alteração visará a saída dos visitantes, a qual poderá ser feita pela chamada escada do cortejo, a fim de evitar que os que se retiram, se encontrem com os que principiam a percorrer o edifício. [...]”¹⁵³⁶

¹⁵³⁵ Relatório do Conservador do PNA, de 16 de outubro de 1946, dirigido ao chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, Ofícios expedidos, 1946.

¹⁵³⁶ *Idem.*

A pedido do Ministro das Finanças, João Pinto da Costa Leite (Lumbrales)¹⁵³⁷, foi encomendado um estudo acerca de uma eventual abertura permanente do PNA ao público, sendo então solicitado ao conservador do PNA, Manuel Carlos de Almeida Zagalo, que redigisse um relatório acerca do assunto. Zagalo continuava a manifestar-se desfavorável, insistindo na ideia de que as alterações necessárias a fazer no PNA, para permitir a sua abertura à visita levariam a uma descaracterização das salas e a uma perda do carácter de residência real quase inalterada:

“[...] tive ocasião de dizer o que pensava quanto ao inconveniente que trará a abertura do Palácio ao público sobre o ponto de vista do actual arranjo das salas, arranjo êsse que empresta a todo o Palácio o ar de uma habitação vivida o que tão funda impressão tem causado aos visitantes mais cultos, como por exemplo, recentemente, a Sua Magestade a Rainha Vitória de Espanha.

[...] uma vez aberto ao público, terá que se dar uma nova disposição aos móveis de algumas salas, retirar alguns objectos decorativos que se encontram mais em evidência e que podem ser roubados, colocação de passadeiras e cordões, enfim, uma série de pormenores e que em muito o prejudicarão [...].”¹⁵³⁸

Os argumentos utilizados por Zagalo neste relatório permitem-nos observar alguns aspetos do funcionamento do edifício e da sua postura enquanto conservador:

“1.º - O Palácio da Ajuda é de todos os Palácios Nacionais aquêle onde existe maior número de salas expostas ao público, salas essas que se repartem por dois andares e que levam cêrca de hora e meia a serem visitadas.

2.º - Como é o único Palácio afecto à Direcção Geral da Fazenda Pública que se encontra em Lisboa, para êle transitam com muita frequência objectos das mais variadas modalidades, [...]

Ora, sucede, que o movimento ocasionado com as entradas e saídas dêstes especimes, se traduz num aturado trabalho de secretaria e conservação dos mesmos por parte do pessoal.

3.º - Dêste Palácio transitam frequentemente objectos para serem utilizados nos vários Palácios Nacionais quando da realização de banquetes, almoços e

¹⁵³⁷ João Pinto da Costa Leite (1905-1975), conde de Lumbrales. Foi Ministro das Finanças entre 1940 e 1950.

¹⁵³⁸ Relatório do conservador do PNA, de 12 de março de 1947, dirigido ao chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 39, “Relatórios vários”.

recepções oferecidos por Sua Excelência o Chefe do Estado e Presidente do Conselho e por outros Exm.ºs membros do Governo.

[...]

Ora, compete ao pessoal dêste Palácio não só deslocar os especimes dos lugares onde se encontram, como acondicioná-los, trabalho êste por sua natureza delicado e moroso, e que se repete quando os objectos saíem e entram nêste Palácio, tendo ao mesmo tempo que se elaborarem as relações discriminativas de tudo que é cedido temporariamente.

Quer dizer, quatro ou cinco dias antes de qualquer recepção e outros tantos após a sua realização, o pessoal não faz outra coisa que cuidar desta tarefa.

Isto, claro está, independentemente, dos banquetes que se efectuam nêste Palácio, porque quando assim sucede, são precisos o dôbro dos dias para pôr tudo em ordem.

4.º - Outro pormenor que convém atender é que quando se realizam estas festas há por vezes necessidade de descer móveis e outro objectos que figuram em algumas salas, [...].

5.º - além do usual serviço da limpeza das salas, o pessoal dêste Palácio tem ainda a seu cargo a conservação das carruagens de alto valor artístico e histórico que se encontram guardadas em dependências anexas a êste edifício e bem assim a Casa-Forte do Palácio das Necessidades e as numerosas arrecadações dêste Palácio.

6.º - No que diz respeito, particularmente, às arrecadações do Palácio, convém acentuar que elas são em número superior ou pelo menos igual ao das salas e que na maior parte delas se encontram guardados não só os inúmeros especimes que pertencem a êste Palácio, como pratas, quadros, etc, etc, e ainda outros objectos que para aqui têm sido transferidos em regime definitivo ou de depósito.

[...]

7.º - Ora, para fazer face a tudo o que sumariamente fica relatado, dispõe este Palácio, no momento presente, de nove contínuos e três assalariados entre os quais se conta duas mulheres.

Mas a verdade é que para os serviços a que me tenho vindo a referir se tem de excluir o funcionário que faz as vezes de porteiro, outro que se ocupa em trabalhos de dactilografia e expediente, outro que trata da distribuição das águas das minas do Estado, havendo ainda que contar e neste momento com certa assiduidade, com um ou mais funcionários que têm que se deslocar à Casa-Forte do Palácio das Necessidade e por último o chefe do pessoal menor. E vem a propósito acentuar que como este edifício está quasi sempre em obras, tem que se contar com um ou mais funcionários para vigiar o pessoal operário.

8.º - Quer dizer se superiormente se determinar abrir o Palácio ao público, será indispensável aumentar a dotação do pessoal pelo menos com mais quatro contínuos e outros tantos assalariados.”¹⁵³⁹

O conservador do PNA, desenvolvendo a questão da escassez de pessoal, lista os diversos trabalhos que a sua equipa efetuava, demonstrando deste modo que as funções que se atribuíam a este palácio – Protocolo de Estado e depósito de objetos do Estado -, condicionavam realmente as suas características museológicas.

Zagalo apontava também alguns problemas de natureza mais museográfica, relacionados com o próprio circuito de visita e com a intervenção em alguns dos interiores, o que poderia levar à sua descaracterização:

“9.º - Outro inconveniente que de momento se verifica para se franquear o Palácio ao público, consiste que chegando os visitantes ao Toucador da Rainha, ou seja á última sala do pavimento térreo, terão que voltar para trás e atravessar o Quarto da Rainha, e as salas Côr-de-rosa, Verde e a de Saxe, até chegarem de novo à Sala de Mármore para seguirem para o andar nobre.

Trata-se de um grave contratempo para uma conveniente circulação do público, tanto mais que se tratam de aposentos que se encontram cheios de móveis, peças decorativas, algumas delas delicadíssimas como as de Saxe.

Esta série de compartimentos eram os aposentos particulares da Rainha D. Maria Pia, por mim reintegrados na sua feição original, o que equivale a dizer que têm um aspecto de intimidade e conforto que é o seu maior encanto.

¹⁵³⁹ Relatório do conservador do PNA, de 12 de março de 1947, dirigido ao chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 39, “Relatórios vários”.

O inconveniente apontado, quanto à passagem dos visitantes por estas salas, só terá solução, quando a Casa-Forte agora em execução fôr uma realidade, porquanto, nessa altura os visitantes passarão do Toucador da Rainha para os compartimentos anexos à Casa-Forte e desta para o corredor da Música donde seguiram para o andar superior.”¹⁵⁴⁰

Tal como já fizera anteriormente, apesar das críticas tecidas Zagalo demonstrava uma atitude de respeito pela hierarquia tutelar e política, pelo que no mesmo relatório apresentava uma lista de medidas que poderiam possibilitar os intentos do Ministério:

“a) - Aumento da dotação de pessoal com mais quatro contínuos e quatro assalariados (homens);

b) – A abertura do Palácio só se deveria efectuar, quanto a mim, às terças, quintas e sábados, em grupos de quinze pessoas para cada funcionário que as acompanharia;

c) – A fim de evitar grande aglomeração de pessoas, parecia-me que cada bilhete de entrada, não deveria ser menos do que 5\$00;

d) – Modificar o arranjo de alguns compartimentos, quer dando outra disposição ao mobiliário, quer retirando determinados especimes que os guarnecem, quer ainda acautelando outros por meio de chapas de vidro ou de redomas. E também me parece indispensável mandar fotografar as peças decorativas que sejam mais fáceis de subtrair para efeitos de edificação;

e) – Colocação de passadeiras e cordões, cujo material deverá importar em cerca de 100 contos.”¹⁵⁴¹

Uma das principais preocupações do conservador do PNA era, pois, a eventual perda do ambiente intimista que caracterizava o Palácio Nacional da Ajuda, permitindo a sua apresentação como lugar residencial parado no tempo. Simultaneamente, prevendo a eventualidade de uma maior utilização pública daquele espaço, Zagalo mostrava-se preocupado com a conservação dos soalhos, dos reposteiros e dos diversos objetos expostos, sugerindo algumas soluções para os proteger:

¹⁵⁴⁰ Relatório do conservador do PNA, de 12 de março de 1947, dirigido ao chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 39, “Relatórios vários”.

¹⁵⁴¹ *Idem.*

“Com efeito nos Palácios de Queluz, Sintra (Vila) e no de Mafra, as passadeiras são dispensáveis atendendo a que os pavimentos são na maior parte de tijolo, mas o mesmo não se verifica no da Ajuda, onde todas as salas mostram lindos parquets de madeiras nobres e que bem conservados como se encontram constituem um regalo para a vista.

Nêstas condições parece-me indispensável a colocação de passadeiras, embora se considere de péssimo gosto e susceptíveis, só por si, de prejudicar o ambiente de todo o Palácio, mas por outro lado, se se fôr para a solução de as prescindir, não poderei responsabilizar-me pela conservação dos pavimentos.

Quanto aos cordões destinados a resguardar os objectos expostos, poderá existir uma ou outra sala que os dispense, mas na maior parte delas, considero-os imprescindíveis.

Infelizmente, duma maneira geral, o público português não está suficientemente educado e muitas vezes para examinar os objectos considera indispensável tocar-lhes.

Além disso as salas dêste Palácio ao contrário do que sucede com as das outras antigas residências reais, encontram-se guarnecidas com reposteiros em todas as portas e janelas, o que implica que os visitantes ao passarem de umas salas para as outras lhes toque involuntariamente, inconveniente êste que agora não tem importância de maior, mas que viria a ter desde que aumentasse a concorrência.”¹⁵⁴²

Revelando um constante medo do desgaste que o PNA poderia sofrer às mãos de um maior fluxo de visitantes¹⁵⁴³, Zagalo apresentava ainda uma solução alternativa à defendida pela tutela ministerial. O conservador do PNA considerava que, ao invés de uma abertura ao público, constante e regular, deveria apenas ser agilizado o acesso às autorizações de visita por cartão, o que permitiria aumentar, de modo controlado, o número de visitantes:

¹⁵⁴² Relatório do conservador do PNA, de 12 de março de 1947, dirigido ao chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 39, “Relatórios vários”.

¹⁵⁴³ “Pelo que os meus colegas de Queluz e da Pena me dizem a respeito do procedimento de alguns visitantes, estou não só elucidado como receoso, confesso, com o que poderia vir a acontecer nêste Palácio.” *Idem*.

“[...] permito-me sugerir que tendo-se, certamente, em vista, dar ao Palácio uma maior projecção com a sua abertura ao público, se poderia ir, talvez, de momento, e atendendo às dificuldades expostas, para a solução da Direcção Geral da Fazenda Pública facilitar tanto quanto possível as autorizações para se visitar êste Palácio.

Parece-me que, dêste modo, se atingiriam os fins em vista, com a vantagem de não haver necessidade de se operarem quaisquer operações ao sistema actual. [...]”¹⁵⁴⁴

Na prática o Palácio Nacional da Ajuda permaneceu encerrado ao público em geral, registando-se porém um aumento significativo de visitantes na segunda metade da década de 40 e início da de 50, pelo menos a avaliar pelo número de cartões de autorização de visita existentes no Arquivo do PNA. Afinal, a proposta de Zagalo acabou por vigorar... No ano de 1948, a propósito da alteração do horário de trabalho nos Palácios Nacionais¹⁵⁴⁵, o conservador do PNA viria a mencionar que

“Na verdade este Palácio embora não esteja facultado ao publico é muito visitado por meio de autorizações expeciais, o que equivale a dizer que para todos os efeitos funciona de maneira análoga aos Museus e aos Palácios.”¹⁵⁴⁶

O aumento de visitantes no Palácio Nacional da Ajuda implicou, da parte do conservador, especiais cuidados quanto a aspetos de segurança e conservação das salas visitáveis. Por exemplo, a propósito da proteção dos pavimentos das salas do palácio, Zagalo sugeriu à tutela a possibilidade de utilização, por parte dos visitantes, de sapatos especiais criados para o efeito. Recuperando a ideia já apresentada em 1914 por Custódio José Vieira, então fiel depositário dos bens arrolados do Palácio Nacional da Ajuda¹⁵⁴⁷, Zagalo diferia, no entanto, da solução apresentada por aquele, pois considerava que *“o genero de pantufas [...] seria muito quente no verão e bastante*

¹⁵⁴⁴ Relatório do conservador do PNA, de 12 de março de 1947, dirigido ao chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 39, “Relatórios vários”.

¹⁵⁴⁵ “Ao Sr. Conservador do Palácio Nacional da Ajuda se informa que por despacho desta Direcção Geral de 1 do corrente, foi mandado aplicar a esse Palácio o horário estabelecido pelo decreto-lei n.º 37:118, de 27 do mês findo. O horário é o seguinte: Abertura 9h Encerramento 17h Intervalo 12h às 14h.” Ofício de António Bana Júnior, de 2 de novembro de 1948, dirigido ao conservador do PNA. APNA, Capilhas soltas, Bloco 25, fólios 26-28.

¹⁵⁴⁶ Ofício do conservador do PNA, de 20 de novembro de 1948, dirigido ao chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, Ofícios expedidos, 1948, fólios 27 e 28.

¹⁵⁴⁷ Carta de Custódio José Vieira para o Diretor Geral da Fazenda Pública, 27 de julho de 1914. Proc. n.º 1359, l.º 1, TT, AHMF, Caixa 7926. Ver **1.5. Tentativas de abertura ao público.**

inestético”¹⁵⁴⁸. Assim, propunha a adoção de um tipo de sapato, chegando a submeter à tutela um modelo. Todavia, a documentação consultada leva-nos a crer que esta proposta não terá tido seguimento:

“Junto remeto o orçamento há muito pedido e referente á execução de sapatos destinados a serem utilizados pelos visitantes deste Palácio e cujo modelo envio igualmente para apreciação.

Trata-se de exemplares especialmente feitos para o fim em questão e que não me parecem mal architectados.

De facto não convindo o genero de pantufas que seria muito quente no verão e bastante inestetico, este modelo poderá resolver o que se pretende, embora claro está o dispositivo do elástico – que não vejo forma de evitar – obrigue os visitantes a terem que calçar os sapatos o que é sempre incomodo principalmente para as senhoras.

Embora saiba que em alguns Palácios do estrangeiro os visitantes calçam sapatos, desconheço qual a sua configuração.

*Na hipotese de ser aceite a presente proposta – e devo dizer que indico este senhor Gil Nunes de Castro, por me ter sido recomendado como pessoa habilitada para o efeito em questão e que se prontificou a fazer o adjunto modelo gratuitamente – parece-me que terão que ser mandados fazer exemplares de vários tamanhos e talvez não menos de 30 pares. A pratica nos diria se dava ou não resultado e portanto se conviria adquirir maior quantidade.”*¹⁵⁴⁹

Outro assunto que marcou a direção de Manuel Carlos Almeida Zagalo no Palácio Nacional da Ajuda, foi a necessidade de estudo e divulgação, através de publicações, daquele edifício e seu acervo.

Depois de algumas décadas em que foram levadas a cabo diversas campanhas de obras e de decoração nos Palácios Nacionais, em 1948 a Direção Geral da Fazenda Pública observou que esta tipologia de monumentos merecia uma maior divulgação, propondo a publicação de monografias referentes aos diversos palácios. Nesse sentido,

¹⁵⁴⁸ Ofício do conservador do PNA, de 23 de janeiro de 1950, dirigido ao chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, Ofícios expedidos, 1950.

¹⁵⁴⁹ *Idem.*

pediu aos conservadores dos vários Palácios Nacionais que dessem o seu parecer quanto ao modelo de publicação a realizar no futuro¹⁵⁵⁰.

Em resposta, o conjunto dos conservadores dos Palácios Nacionais apresentou um relatório acerca do assunto, em que se verificava que *“a bibliografia existente sobre o assunto não satisfaz inteiramente, ou é excessivamente especializada e erudita, ou então assaz breve, mal documentada e pouco sugestiva.”*, sendo então sugerido que as *“as publicações a fazer devem procurar esclarecer e conquistar a grande massa de público que por curiosidade ou desejo de elevação cultural visita ou estuda os Palácios Nacionais.”*¹⁵⁵¹

No relatório resultante da reunião dos conservadores dos Palácios Nacionais (António Ventura Porfírio, Queluz; Manuel Carlos de Almeida Zagalo, Ajuda; Casimiro Gomes da Silva, Sintra; Joaquim do Couto Tavares, Pena; e, Armindo Ayres de Carvalho, Mafra), este grupo de funcionários focou alguns aspetos que deveriam regular este tipo de publicações:

“Dado o desejo de conseguir uma publicação que atinja larga difusão parecem-nos que o formato mais aconselhável seria de 0,18 X 0,135.

As páginas do texto em português deveriam ser trinta e cinco. Atendendo ao movimento turístico de estrangeiros, parece-nos útil e aconselhável acrescentar traduções resumidas em francês e inglês.

As ilustrações devem resumir-se a quarenta fotografias pois a inclusão de desenhos iria encarecer as obras desnecessariamente.

As fotografias deveriam ser feitas pelo fotografo Novais visto ser êle a pessoa que melhores garantias de idoneidade profissional nos oferece.

Julga-se conveniente a inclusão das plantas dos respectivos Monumentos.

Sobre a capa, aspecto gráfico e dizeres, parece-nos que dimanando todas as publicações da mesma entidade não deve haver disparidade na sua

¹⁵⁵⁰ Ofício do diretor da DGFP, de 20 de outubro de 1948, dirigido à Repartição do Património. APNA, Capilhas soltas, bloco 25, fólios 17 e 18.

¹⁵⁵¹ Relatório dos conservadores dos Palácios Nacionais, de 6 de novembro de 1948, dirigido à Repartição do Património da DGFP. APNA, Ofícios expedidos, 1948, fólios 14-16.

apresentação. Nêste momento julga-se prematuro estabelecer difinitivamente a côr e dizeres a adoptar.”¹⁵⁵²

Apesar da vontade manifestada pela tutela, este plano de elaboração de publicações divulgadoras dos palácios Nacionais não teve efeitos práticos imediatos, pelo menos no que diz respeito ao Palácio Nacional da Ajuda, que permaneceu nos anos seguintes sem qualquer monografia ou catálogo elaborado pelo seu conservador. Apenas em 1961 foram publicadas duas obras, que se complementavam e que se tornaram incontornáveis para a divulgação do PNA.

A primeira delas, *Palácio Nacional da Ajuda Roteiro*, de Manuel Carlos de Almeida Caiola Zagalo¹⁵⁵³, estaria em preparação pelo menos desde 1957, ano em que o conservador do PNA explicava à tutela os motivos para ainda não existir um catálogo do palácio:

“Refiro estes factos por parecer naturalmente estranho não ter até agora apresentado qualquer projecto de catálogo guia, monografia ou coisa semelhante sobre o Palácio da Ajuda. Os motivos tem sido os seguintes:

1.º - Só recentemente pude considerar completada nas suas linhas gerais a tarefa de reconstituição a que sistematicamente tenho vindo dando andamento desde 1938, conforme é do conhecimento superior.

2.º - Atendendo à massa enorme de objectos – sem comparação possível em relação a qualquer dos outros Palácios Nacionais – o seu estudo tem sido naturalmente muito mais demorado.

3.º - Justamente estou agora trabalhando afanósamente no projecto de um catálogo guia e de uma introdução histórica, de proporções limitadas, atendendo a que se trata de um trabalho de divulgação, trabalho esse a submeter oportunamente à apreciação superior.”¹⁵⁵⁴

Ou seja, Zagalo defendia que não se justificava elaborar um catálogo ou qualquer outro tipo de publicação acerca do PNA enquanto este não se encontrasse definitivamente organizado, com as coleções devidamente inventariadas e estudadas – tarefas que só agora, a partir de 1957, estariam devidamente encaminhadas:

¹⁵⁵² Relatório dos conservadores dos Palácios Nacionais, de 6 de novembro de 1948, dirigido à Repartição do Património da DGFP. APNA, Ofícios expedidos, 1948, fólios 14-16.

¹⁵⁵³ ZAGALO, Manuel Carlos de Almeida Cayola, *Palácio Nacional da Ajuda Roteiro*, 1961.

¹⁵⁵⁴ Relatório do conservador do PNA, de 24 de junho de 1957, dirigido à Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 39, “Relatórios vários”.

“Por tudo isto só agora o Palácio se encontra apto a beneficiar de um elucidativo catálogo guia por não estar sujeito nos tempos mais próximos a flutuações profundas na orgânica das suas salas.

*Propôr a realização de um trabalho deste género antes desta data consistiria em sugerir o dispêndio de verbas mal gastas.”*¹⁵⁵⁵

Mostrando o seu empenho na elaboração da obra em causa, Zagalo, acabaria por propor à tutela não a publicação de um catálogo apenas, mas sim de duas obras que se complementariam:

“Uma relacionada com a sua história, fâses de construção, artistas que nele trabalharam, principais acontecimentos da vida social da Nação de que foi teatro, etc. mas que nada teria a ver com as características de uma catálogo guia.

*A outra munida de resumida introdução histórica trataria especialmente da descrição das salas e dos principais objectos que as guarnecem constituindo de facto o guia do visitante cujo texto seria acompanhado de breves notas de interesse histórico e de curiosidade, das insdispensáveis reproduções fotográficas e da planta da áres visitável.”*¹⁵⁵⁶

Esta solução viria a ser aceite pela Direção Geral da Fazenda Pública, tendo como resultado a publicação, em 1961, de *Palácio Nacional da Ajuda Roteiro*, de Manuel Carlos de Almeida Caiola Zagalo¹⁵⁵⁷ e de *O Palácio Nacional da Ajuda (Resenha Histórica)*, de Gustavo de Matos Sequeira¹⁵⁵⁸.

A obra *Palácio Nacional da Ajuda Roteiro*, de Manuel Carlos de Almeida Caiola Zagalo, organizada em duas partes – uma introdução e o roteiro propriamente

¹⁵⁵⁵ Relatório do conservador do PNA, de 24 de junho de 1957, dirigido à Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 39, “Relatórios vários”.

¹⁵⁵⁶ *Idem.*

¹⁵⁵⁷ ZAGALO, Manuel Carlos de Almeida Cayola, *Palácio Nacional da Ajuda Roteiro*, 1961.

Para a publicação deste livro foram despendidas as seguintes quantias: Ramos Afonso & Moita, 48.000\$00 (gráfica); Alexandre Domingues Salgado, 4.000\$00 (desenhos); Jorge Alberto Peniche, 429\$00 (tradução para inglês); Simone Biberfel, 250\$00 (tradução para francês); Mário Novais, 1.880\$00 (fotografias). Ofício do chefe da Repartição do Património da DGFP, de 15 de novembro de 1960, dirigido ao conservador do PNA. APNA, Capilhas soltas, Bloco 34, fólio 19.

¹⁵⁵⁸ SEQUEIRA, Gustavo de Matos, *O Palácio Nacional da Ajuda (Resenha Histórica)*, 1961.

O desafio para a elaboração deste livro foi feito pelo conservador do PNA em 1957. Relatório do conservador do PNA, de 24 de junho de 1957, dirigido à Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 39, “Relatórios vários”.

dito –, apresenta um prefácio da autoria de João Couto, diretor do Museu Nacional de Arte Antiga, que considerava que este palácio

*“dos princípios do século XIX, apresenta-se como um museu de grande valia para os que pretendem auscultar a vida e o arranjo das habitações numa época da qual, por incúria ou desinteresse, os exemplos vão tristemente rareando.”*¹⁵⁵⁹

Alertando para a pouca importância que se dava ao período do século XIX, Couto referia que

*“O Romantismo criou uma ambiência que, nos tempos recentes, tem sido menosprezada e tida como de somenos interesse e valor. E, no entanto, já se volta a apreciá-la, a fazer-se justiça, e, conseqüentemente, a sentirmo-nos obrigados a conservar e valorizar tudo quanto se construiu para lhes dar possibilidades de existência.”*¹⁵⁶⁰

Destacando o papel de Zagalo, João Couto refere ainda que o Conservador do PNA tinha

*“feito todos os possíveis para lhe dar um arranjo vivo, tal que permita despertar em nós a impressão de que a mansão é habitada e de que, pelas suas amplas salas e extensos corredores ainda se deslocam, dignos e majestosos, os seus antigos habitantes.”*¹⁵⁶¹

Na introdução a este roteiro o autor apresenta uma breve resenha histórica, expondo também uma sumária cronologia da vida do Palácio Nacional da Ajuda depois da Implantação da República em Portugal. Contudo, o verdadeiro intuito desta obra era servir de roteiro a quem visitasse o PNA, funcionando também, quer como recordação após a visita, quer como elemento de divulgação deste antigo Paço Real junto daqueles que não o conhecessem ou que não o pudessem visitar. Assim, são descritos os principais espaços então organizados e prontos à visita, numa estrutura em duas partes: a primeira englobando o “*Rés-do-chão*”; a segunda, abarcando o “*Andar-Nobre*”.

Devido às características físicas do edifício, a descrição é feita seguindo uma lógica de percurso expositivo, que mais não é do que a sucessão imediata de salas. Assim, no “*Rés-do-chão*” são descritos os seguintes espaços: Sala dos Archeiros, Sala

¹⁵⁵⁹ ZAGALO, Manuel Carlos de Almeida Cayola, *Palácio Nacional da Ajuda Roteiro*, 1961, p. 11.

¹⁵⁶⁰ *Idem*, p. 11.

¹⁵⁶¹ *Idem*, p. 12.

do Porteiro da Cana, Sala das Tapeçarias Espanholas, Sala do Retrato de D. Carlos, Sala do Despacho ou do Conselho de Estado, Sala dos Contadores, Sala da Música, Sala de D. Luís, Antecâmara de El-Rei, Sala Azul, Gabinete de Carvalho, Sala de Mármore ou Jardim de Inverno, Sala de Saxe, Sala Verde, Sala Cor-de-Rosa, Quarto da Rainha, Toucador da Senhora D. Maria Pia, Primeira Sala Anexa à Casa-Forte, Segunda Sala Anexa à Casa-Forte, Casa-Forte e Galeria de Música. No “*Andar-Nobre*” são descritos os seguintes espaços: Escadaria, Antecâmara do “Atelier”, “Atelier” de Pintura de D. Luís, Sala Anexa ao “Atelier”, Toucador, Sala do Retrato de D. Pedro III, Sala das Iniciais “L.M.”, Sala Chinesa, Sala Império, Sala do Retrato da Rainha D. Maria Pia, Sala Verde, Sala dos “Gobelins” ou das Senhoras do Corpo Diplomático, Sala do Corpo Diplomático, Antecâmara, Sala do Trono, Sala de D. João VI ou de Baile, Sala da Aclamação ou de D. João IV, Sala dos Embaixadores ou dos Archeiros, Sala dos Banquetes ou da Ceia e Galeria.

Ao longo do roteiro Zagalo descreve as diversas salas, focando alguns elementos de decoração, imóveis e móveis, fornecendo alguma informação acerca da sua utilização pela Família Real. São também referidos alguns dados relacionados com a origem e aquisição de alguns dos objetos. Sendo esta publicação acompanhada por diversos desenhos e fotografias de algumas das salas, e tendo em conta que algumas delas podem ter sido modificadas aquando da realização de alguns eventos protocolares, torna-se possível visualizar como se encontrariam estes espaços no início da década de 1960. Devido a diferenças marcantes, julgamos pertinente reproduzir aqui algumas fotografias presentes neste guia, referentes à Sala do Trono, à Sala de D. João VI e à Sala de D. João IV¹⁵⁶².



Fig. 97 – Sala do Trono. Fotografia de Mário Novais. ZAGALO, Manuel, *Palácio Nacional da Ajuda, Roteiro*, 1961, entre a página 76 e a 77.

¹⁵⁶² Em relação aos restantes espaços interiores do Palácio Nacional da Ajuda ver 2.2.3. *Organização das coleções*.



Fig. 98 – Sala de D. João VI, ou de Baile. Fotografia de Mário Novais. ZAGALO, Manuel, *Palácio Nacional da Ajuda, Roteiro*, 1961, entre a página 76 e a 77.



Fig. 99 – Sala da Aclamação, ou de D. João IV. Fotografia de Mário Novais. ZAGALO, Manuel, *Palácio Nacional da Ajuda, Roteiro*, 1961, entre a página 76 e a 77.

O segundo livro publicado em 1961 foi, como já referimos, *O Palácio Nacional da Ajuda (Resenha Histórica)*, de Gustavo de Matos Sequeira.

Após mencionar a lenda do século XV da descoberta, por pastores, de uma imagem da Virgem que estaria por detrás da denominação toponímica do sítio da Ajuda, o autor vai elencando os principais factos a ele associados, criando assim uma breve história deste local, da presença nele da Família Real portuguesa e das diversas etapas de construção e modificação que deram origem ao Palácio Nacional da Ajuda. Curioso será de referir que para Matos Sequeira a história do PNA também não terminava com a

Implantação da República. O autor dedica algumas páginas ao período pós 5 de outubro de 1910¹⁵⁶³, referindo-se mesmo à sua atualidade.

Matos Sequeira considerava que a partir de 1910 o Paço Real da Ajuda

*“com as outras residências reais, na classificação de “Palácios Nacionais”, passou a integrar-se no problema geral da utilização de tais edifícios dentro da orgânica política do novo regime.”*¹⁵⁶⁴

Tentando historiar os acontecimentos posteriores, este historiador refere o papel de salvaguarda do acervo do PNA pelo fiel depositário e claviculário Custódio José Vieira, bem como o papel da Comissão do Património Artístico, criada em 1919. Refere ainda o desempenho de José de Figueiredo, responsável pela transferência de alguns objetos para o Museu Nacional de Arte Antiga, e reconhece que o grande trabalho efetuado até então no PNA fora feito ao nível dos seus interiores, destacando o papel de Manuel Carlos de Almeida Zagalo:

*“O Conservador que, desde 1938, está à testa do governo do Palácio da Ajuda, dá, na sequência deste livro as provas do seu trabalho de duas dezenas de anos, e, quem, como nós conheceu, o palácio em 1920, claramente vê a diferença plausível no arranjo e no adorno dos seus interiores, bem expressivos como documento do gosto de alfaiar do último terço do século XIX [...]”*¹⁵⁶⁵

Matos Sequeira recorre várias vezes às denominações de “museu” e de “palácio-museu” para se referir ao Palácio Nacional da Ajuda, facto relacionado com o tipo de funções que aquela instituição assumira após 1910:

“Desde a implantação da República até agora, o que se manteve tradicionalmente foi a sua função de sala de receber, dado que a sua situação dentro de Lisboa lhe dá a primacia sobre Queluz [...]”

“Belém e as Necessidades, tiveram outros destinos, e assim, o Palácio do velho sítio do Penedo tem, por estas razões, continuado a mostrar-se em banquetes, recepções e festas de homenagem. Soberanos estrangeiros, altas personalidades da política mundial, visitantes de grande representação, nestes cinquenta anos que vão decorrendo, têm passado pelas salas desta residência.”

¹⁵⁶³ SEQUEIRA, Gustavo de Matos, *O Palácio Nacional da Ajuda (Resenha Histórica)*, 1961, pp. 39-45.

¹⁵⁶⁴ *Idem*, p. 39

¹⁵⁶⁵ *Idem*, p. 40.

*“velho solar realengo, abandonado, desta vez, à condição de quadro retrospectivo de uma corte extinta, museu que, só como exemplar expressivo de uma pousada real, pode ser mostrado.”*¹⁵⁶⁶

Matos Sequeira refere-se ainda aos planos previstos para o remate do edificado e consequente arranjo envolvente:

*“Tabuleiros floridos, arruamentos bem tratados, renques de ciprestes, alegraram e compuseram o logradouro, com a vantagem de ocultar as edificações modestas, e algumas mais do que modestas, que o vizinhavam.”*¹⁵⁶⁷

E menciona também as discussões em torno da utilização do palácio:

“De quando em quando surgem em letra redonda, em livros, revistas e jornais, um alvitre, uma ideia, uma sugestão, um incentivo para que esta malfadada construção realenga se acabe ou se componha.”

*“E muitos pensam – e quanto a nós bem – que antes de se lhe promover a conclusão, haverá que meditar e resolver sobre a função a dar ao nobre edifício. Se hoje, assim desocupado de outra qualquer que não seja a de Biblioteca e a de Museu, o palácio se engravida de salas e compartimentos sem serventia de ver-se, que fará acrescentando-se ainda com as reedificações que se projectem!”*¹⁵⁶⁸

Por fim, Matos Sequeira refere o empenho do Ministro das Obras Públicas, Duarte Pacheco, no respeitante à conclusão (remate) do Palácio Nacional da Ajuda, tecendo ainda algumas considerações elogiosas acerca dos diversos projetos do arquiteto Raul Lino:

“Raul Lino, através deste prolongado encargo, que parece reflectir a sina das obras da Ajuda, soube, como era de prever, reparar em todas as deficiências, e visionar todas as melhorias a introduzir na antiga residência real. Como entendeu, e bem, que a um edifício de tal grandeza e que ainda se projectava ampliar, há que lhe dar uma utilização e um funcionamento, para além do actual, delineou e lembrou uma distribuição de instalações que lhe permitissem abrigar melhor a Biblioteca, que o Sol não frequenta como devia, pensou em se

¹⁵⁶⁶ SEQUEIRA, Gustavo de Matos, *O Palácio Nacional da Ajuda (Resenha Histórica)*, 1961, pp. 40 e 41.

¹⁵⁶⁷ *Idem*, p. 41.

¹⁵⁶⁸ *Idem*, p. 43.

criar uma ou mais salas onde se expusessem as equipagens novecentistas que se encontram em arrecadações e planeou um dispositivo de compartimentos adequados não só a hospedagens régias ou principescas, mas ainda à instalação de altas personalidades que, em congressos e conferências de carácter internacional, venham ao nosso País e que em Lisboa não encontrem alojamento condigno.

*Raul Lino que tem sido grande cultor da arborização e do paisagismo urbano, não se esqueceu, também da urbanização do sítio, propondo a transferência do traçado da Calçada da Ajuda, de maneira a que o Jardim Botânico, como já aventara Fialho de Almeida, se ligasse à verdura envolvente do antigo Paço.”*¹⁵⁶⁹

A divulgação do Palácio Nacional da Ajuda, incrementada a partir do ano de 1961 pelas duas monografias acima referidas, foi também feita de modo indireto por intermédio de outras publicações, algumas não controladas pela tutela, outras com a sua colaboração. Durante o período estudado neste capítulo, ou seja, entre 1938 e 1965, vários foram os guias nacionais e estrangeiros que fizeram menção ao Palácio Nacional da Ajuda, descrevendo-o e aconselhando a sua visita, ainda que quase sempre de maneira sucinta, apenas referindo dados gerais ou pequenas curiosidades.

Neste período, o guia em língua inglesa de referência – e que foi base para outras publicações referentes a Portugal, nas décadas seguintes – terá sido *The Selective Traveller in Portugal*, publicado em 1949¹⁵⁷⁰, da autoria de Ann Bridge¹⁵⁷¹ e Susan Lowndes¹⁵⁷². As autoras escreveram apenas algumas linhas referentes ao Palácio Nacional da Ajuda, indicando que o edifício estava fechado mas que poderia ser solicitada uma autorização especial para o visitar, mencionando ainda que seria o Secretariado Nacional de Informação o organismo responsável para responder a essa solicitação. Uma vez que a tutela do PNA não estava afeta a este organismo, cremos que

¹⁵⁶⁹ SEQUEIRA, Gustavo de Matos, *O Palácio Nacional da Ajuda (Resenha Histórica)*, 1961, pp. 44-45.

¹⁵⁷⁰ BRIDGE, Ann, LOWNDES, Susan, *The Selective Traveller in Portugal*, 1949.

¹⁵⁷¹ Ann Bridge, era o pseudónimo de Mary Dolling Sanders O'Malley (1891- 1974). Escritora inglesa, casada com o diplomata Owen O'Malley, que foi Embaixador da Grã-Bretanha em Portugal entre 1945 e 1948. BRIDGE, ANN, LOWNDES, SUSAN; *Duas Inglesas em Portugal, Uma viagem pelo país nos anos 40*, 2008, pp. 12-13.

¹⁵⁷² Susan Lowndes (1907-1993). Escritora inglesa, casou com o jornalista português Luiz Artur de Oliveira Marques em 1938. BRIDGE, ANN, LOWNDES, SUSAN; *Duas Inglesas em Portugal, Uma viagem pelo país nos anos 40*, 2008, pp. 13-16.

o SNI encaminharia os pedidos para a Direção Geral da Fazenda Pública, do Ministério das Finanças.

Devido ao alto relacionamento diplomático de uma das autoras, Ann Bridge, que era casada com o Embaixador da Grã-Bretanha em Portugal, não terá sido difícil para as duas inglesas obterem autorização de visita ao PNA, de que resultaria a seguinte descrição:

*“Behind Jeronimos, the early 19th-century Ajuda Palace, which stands out boldly on the Hill-side, contains amusing portraits of royal personages, tapestries and a room filled with furniture made out of Saxe porcelain, which was a wedding present to D. Maria Pia from the King of Saxony, a grotesque yet delightful example of Victorian taste. But on the whole the great rooms and the furniture are so mid-Victorian that they can only be of interest to the student of that period of interior decoration. There is a famous library which can be consulted by students. The palace is not open to the public, but an order to view can be obtained from the Secretariado Nacional de Informação, Palacio Foz, Restauradores, Lisbon. The huge Tapada da Ajuda nearby is a semi-public park with a motor road running round it.”*¹⁵⁷³

Em língua francesa, neste período, o guia de referência foi *Portugal, Madère, Açores*, da coleção *Guide Bleu*¹⁵⁷⁴, da autoria de Magdelaine Parisot, que teve diversas edições, sendo a primeira de 1953. Neste guia, em que é mencionada também a necessidade de uma autorização especial para se aceder ao interior do PNA, são descritas sucintamente as principais salas visitáveis, seguindo o percurso de visita. Em algumas das salas destacavam-se alguns dos objetos expostos, com especial relevo para a pintura e a tapeçaria:

“Le Paço da Ajuda (ancien palais royal; Pl. B 4), résidence du roi D. Luis et de la reine douairière, D. Maria Pia de Savoie, commencé sous João VI en 1802, est resté inachevé. C’est là que fut jurée, par D. Miguel, la Charte constitutionnelle, et qu’il fut ensuite proclamé roi absolu en 1828.

Visite: demander une autorisation spéciale.

¹⁵⁷³ BRIDGE, Ann, LOWNDES, Susan, *The Selective Traveller in Portugal*, 1949, pp. 57-58.

¹⁵⁷⁴ PARISOT, Magdelaine, *Guide Bleu, Portugal, Madère, Açores*, 1953.

VESTIBULE orné de 48 grandes statues. – les salons, avec peintures allégoriques aux plafonds et aux dessus de portes, qui ont gardé leur belle décoration, servent toujours aux receptions officielles.

VESTIBULE D'ENTRÉE: collection de lances et hallebardes. – Dans la SALLE suivante: quatre tapisseries de Bruxelles: «Le Triomphe des Dieux». – SALLE D'ATTENTE (où se font aujourd'hui les banquets): tapisserie d'après les cartons de Goya; surtout de table de Thomire. – SALLE DU BAISEMAIN: tapisserie d'Aubusson: «Histoire d'Alexandre»; meubles, potiches, glaces. – SALLE DE MUSIQUE: portrait du roi João VI, par N. Delerive. – SALLE DE D. LUIS: tapisserie flamande: «Histoire d'Achile». – SALLE DE RÉCEPTION: plusieurs portraits de souverains. – PETIT SALON: portrait du roi en officier de marine. – SALLE DE MARBRE (ancien jardin d'hiver), avec fontaine au milieu. – SALLE DE SAXE: tous les meubles enjolivés de porcelain de Saxe. – SALON VERT: tableau représentant le roi, la reine et leurs fils, par Leroux. – SALON ROSE. – CHAMBREA COUCHER de la reine D. Maria Pia. – BOUDOIR.

On monte un étage. – Ancien ATELIER de D. Luis. On traverse ensuite quatre petites salles avant d'arriver au SALON CHINOIS. – SALLE EMPIRE: tapisserie d'Aubusson: «Histoire d'Alexandre». – SALLE DE LA REINE: portrait de la reine D. Maria II, par Carolus Duran^[1575]; tableau de Rubens; paravent de Coromandel. – SALON DES GOBELINS: tapisseries d'après les cartons de Van Loo (1775), par Audran; meubles; fauteuils en tapisserie: «Les Fables de La Fontaine»; deux vases de Sèvres; portraits de D. Pedro V, par Winterhalter, et de sa femme D. Estefânia, par C. John. – SALLE DU CORPS DIPLOMATIQUE: trois tapisseries portugaises; buste de la reine, en marbre italien, par Varnier. – Petite salle de passage. – SALLE DU TRÔNE: vases chinois; tapisseries. – SALLE DE BAL: tapisseries d'Aubusson; portraits du roi Fernando et de sa femme Maria II de Portugal. – SALLE DES ACCLAMATIONS: peintures murales, par Taborda (acclamation de João IV). – SALLE A MANGER: abondamment ornée de glaces et de lustres.

La bibliothèque, réunie par le marquis de Pombal, s'est enrichie des dépouilles de couvents sécularisés: précieux manuscrits enluminés, recueils de documents

¹⁵⁷⁵ Por engano surge D. Maria II. Trata-se do Retrato de D. Maria Pia, de Émile Auguste Carolus Duran, pintado em 1880. PNA Inv. 3979.

diplomatiques, collection de musique profane et sacrée, environ 300 incunables, etc.”¹⁵⁷⁶

Este guia teve diferentes edições, não havendo registo de alterações à informação disponível sobre o PNA¹⁵⁷⁷.

Uma outra referência que julgamos ser bastante interessante, é o livro-guia em inglês *Portuguese Panorama*, de 1955, da autoria de Oswell Blakeston¹⁵⁷⁸. No arquivo do PNA identificámos o cartão de autorização de visita ao Palácio Nacional da Ajuda passado ao seu autor, “*Oswell Blakiston (2 pessoas) escritor inglez, acompanhados dum Funcionario do S.N.I.*”, com a data de 1954.



Fig. 100 – Cartão de autorização de visita ao Palácio Nacional da Ajuda.

APNA, Cartões de autorização de visita, 1954.

Oswell Blakeston, pseudónimo de Henry Joseph Hasslacher¹⁵⁷⁹, escritor inglês, e o seu companheiro, Max Chapman¹⁵⁸⁰, artista inglês, permaneceram algum tempo em Portugal no ano de 1954, quase sempre acompanhados por funcionários do SNI. Como resultado desse *tour* por terras lusitanas foi publicado o referido livro, no ano seguinte.

Portuguese Panorama foi bastante mal recebido em Portugal, pois o seu autor criticou fortemente o regime ditatorial de Salazar e o poder da Igreja Católica. Na própria nota de apresentação do livro, Blakeston escreveu:

¹⁵⁷⁶ PARISOT, Magdelaine, *Guide Bleu, Portugal, Madère, Açores*, 1953, p. 99.

¹⁵⁷⁷ PARISOT, Magdelaine, *Guide Bleu, Portugal, Madère, Açores*, 1960.

¹⁵⁷⁸ BLAKESTON, Oswell, *Portuguese Panorama*, 1955.

¹⁵⁷⁹ Henry Joseph Hasslacher (1927-1985). Escritor e cineasta inglês. “Oswell Blakeston”, acedido em 15 de maio de 2015 em URL: <http://www.lib.utexas.edu/taro/uthrc/00014/hrc-00014.html>.

¹⁵⁸⁰ Maxwell Harrison Chapman (1911-1999). Artista e crítico. “Obituary: Max Chapman”, acedido em 15 de maio de 2015 em URL: <http://www.independent.co.uk/arts-entertainment/obituary-max-chapman-1129749.html>.

“Portugal – land of palaces and poverty, sunshine and censorship – offers the questing traveller a profusion of life and scenery, and many hidden aspects wait to be discovered.”

“But here, the ‘Law of the Corks’ operates, the law by which subjects dangerous to discuss are bottled up, for below the tourist crust there is a darker side to Portugal, one which lies under the rigid rule of Salazar’s State and the Church.”

*“While political and intellectual life lies under a shadow, this is still a land of startling contrasts, [...]”*¹⁵⁸¹

Contudo, esta publicação foi bem recebida pela opinião pública britânica, pois apresentava uma opinião crítica ao regime português, num período de pós-guerra em que a questão colonial estava a ser debatida pelas grandes potências mundiais.

Blakeston, em relação ao Palácio Nacional da Ajuda, apenas elenca uma série de aspetos que lhe suscitaram curiosidade, descritos literariamente.

“We were to visit the Palace of Ajuda, a privilege not granted to the general public. The Palace, claimed to be the most sumptuous of the palaces, was begun in 1802; [...]: some of the state-rooms are still used by the Government for illustrious occasions. [...]

Halberds in the entrance hall, vistas of painted ceilings, alabaster, and tassels swinging, velvet helmets, a bedroom of stabbing blue, a christening bowl made of gold coins, a fantastic room with furniture of Saxe porcelain (the wedding present of the King of Saxony to Donna Maria Pia), a painting of a queen dressed as a fisherman for a ball, a china dog chained under a table, and another table which stretched as far as coincidence in a pious anedocte and yet was made of a single board, a leviathan Brazilian tree that was towed behind a ship like a sea serpent.

Room opening off room, and I thought of Blenheim, and the doors hung so perfectly and symmetrically in their march of straight line that, so the guides say, if you shut them all along the main line and place a lighter candle behind the keyhole at one end you can see the glim at the other end of the palace through the state-apartment sequence of keyholes, so accurately are the great

¹⁵⁸¹ BLAKESTON, Oswald, *Portuguese Panorama*, 1955, bandana da capa.

*doors hung. And so, at Ajuda, room opens off room, and one surprise becomes a metaphor for the next, and the ballroom leads to the banqueting room with its golden console serving-tables supported by gold caryatids around the wall, and the coroneted card for the dance is changed for the engraved menu with words to promise the rosettes of salmon in their exact shade of sea-shell pink and the turkey stuffed with chicken stuffed with pheasant stuffed with woodcock, each bird boned and packed around with truffles and tongue and enclosed in exquisitely rich pastry.”*¹⁵⁸²

Apesar dos constrangimentos relacionados com a sua utilização e usufruto devido às suas funções protocolares e de “garde-meuble”, o Palácio Nacional da Ajuda era um imóvel assumido pelas autoridades tutelares como um equipamento perfeitamente equiparável a um museu, praticamente sem contestação na opinião pública. Aliás, diversos foram os momentos, quer a nível interno, quer a nível externo da estrutura de administração do PNA, em que foram propostos novos núcleos museológicos para este Monumento Nacional, pese embora não tenham sido concretizados.

Em dois dos projetos para a conclusão do Palácio Nacional da Ajuda, da autoria do arquiteto Raul Lino, é referenciada a criação de um novo espaço expositivo: em 1935 previa-se a instalação de uma “*Galeria de Exposição de Equipagens*”, ao longo da fachada poente ao nível do piso térreo; e em 1944 era proposta uma “*Exposição de Equipagens*”, no piso térreo do torreão sudoeste. Estas propostas sugerem a vontade de se exibirem diversas carruagens e outros meios e equipamentos de transporte, ligados à Família Real Portuguesa, ainda existentes em anexos ao Palácio Nacional da Ajuda, valorizando-os e criando um novo núcleo de atração no próprio edifício.

Em 1941 foi apresentada informalmente outra proposta para o PNA, através de um artigo publicado no jornal *O Primeiro de Janeiro*¹⁵⁸³. Neste artigo, Joaquim Madureira, assinando com pseudónimo de Braz Burity, sugeria a transformação do

¹⁵⁸² BLAKESTON, Oswell, *Portuguese Panorama*, 1955, pp. 48-49.

¹⁵⁸³ BURITY, Braz [pseud. Joaquim Madureira], “O Palácio Real da Ajuda. O seu recheio artístico e a sua adaptação necessária e urgente ao Museu de Estatuária Comparada e à instalação salvadora do MUSEU NACIONAL DE ARTE CONTEMPORÂNEA”, in, *O Primeiro de Janeiro*, Ano 73.º, N.º 28, 29 de janeiro de 1941, pp. 1 e 3.

Palácio da Ajuda em “*Museu de Estatuária Comparada*” e Museu Nacional de Arte Contemporânea.

Burity alertava para o facto de o palácio estar fechado ao público e de poucos o conhecerem, defendendo por isso a remoção de diversos objetos para os vários museus e palácios nacionais.

“[...] por dentro é que raros e contados são os que lhe reconhecem a traça e o recheio [...].

O que, por lá vi, em duas visitas intervaladas por 30 anos^[1584] de azares e trambolhões, mais me arreigou a velha e profunda convicção, que muitas coisas que por lá estão, deveriam estar nos respectivos museus, e que, outras, como a famosa e inestimável colecção das tapeçarias, que cobrem quási todas as paredes das salas do rez-do-chão e do andar-nobre, é, pelo menos, um imperdoável atentado contra a cultura artística da Nação, mante-las ali, aferrolhadas, a sete-chaves, longe das vistas e da admiração de todos nós portugueses – seus legítimos donos e senhores.”

Braz Burity considerava, então, que deveria ser criado um

“[...] Museu de Estatuária Comparada, que anda na forja e só se não realiza, depois do indiscutível triunfo da sua amostra no átrio da Exposição dos Primitivos Portugueses^[1585], por lhe faltar o complemento circunstancial do lugar onde, - tinha naquelas 32 salas do rez-do-chão e do andar nobre do Palacio da Ajuda o seu lugar próprio e adequado – sem despesas de adaptação, de instalação ou de restauro – limpo e sêco, dando, ainda, sóbras e sobejos para os outros Museus e Palácios Nacionais.”

O autor deste artigo opinava também que era possível uma

“[...] rápida adaptação de algumas – ou de quási todas as salas do andar nobre [...] para a instalação urgente e inadiável do Museu de Arte Contemporânea, que não deve, nem póde continuar alfurjado ignobilmente na cisterna de S. Francisco [...].”

¹⁵⁸⁴ O autor refere que visitou o PNA em 1911 acompanhado por Joaquim Martins Teixeira de Carvalho, Superintendente Geral dos Paços Reais.

¹⁵⁸⁵ A *Exposição dos Primitivos Portugueses* foi realizada em 1940 no Museu Nacional de Arte Antiga, integrada nas Comemorações Nacionais dos Centenários. SANTOS, Reynaldo dos; COUTO, João; LOPES, Adriano de Sousa, *Exposição de Os Primitivos Portugueses: 1450-1550: Catálogo-Guia*, 1940.

O redator apontava ainda para uma variante à sua própria proposta, sugerindo em alternativa a instalação do Museu de Arte Contemporânea e do “*Museu de Estatuária Comparada*” nas salas dos piso térreo e do andar nobre do PNA,

“[...], deixando, para um futuro mais ou menos próximo a construção ligeira e incombustível, sôbre as arcadas já prontas, dum andar corrido, com todos os requisitos técnicos dum Museu moderno na Fachada inacabada que dá para a Calçada da Ajuda [...]”.¹⁵⁸⁶

Esta proposta foi lançada num período em que se discutia a construção de um novo Museu de Arte Contemporânea em Lisboa, desde que em 1934 o Ministro das Obras Públicas e Comunicações, Duarte Pacheco, nomeara uma comissão para a apresentação de um estudo e projeto para este museu, que deveria sair do Convento de São Francisco, no Chiado. Nas décadas seguintes foram apresentados diferentes projetos, mas nenhum deles seria construído¹⁵⁸⁷.

Manuel Carlos de Almeida Zagalo, em tom de resposta a este artigo, escreveu um ofício à tutela contestando a proposta de instalação do Museu Nacional de Arte Contemporânea no PNA. Este documento é relevante, pois os argumentos apresentados pelo conservador do PNA centram-se na defesa de conjunto, formado pelo edifício, pela decoração das salas e pelos objetos expostos. Zagalo considerava que a grande maioria dos bens existentes apenas fariam sentido ali, pois ligavam-se com a história do próprio local.

“*Tanto o edifício como o seu recheio tem a sua historia própria, e os quadros, loiças, mobiliário, mármore, etc, etc, teem aqui o seu significado e intimamente estão ligados á vida da família real, mórmente da rainha D. Maria Pia e D. Luiz, que foram os últimos reis portugueses que nêles habitaram e que procuraram sempre elevá-lo ao mais alto esplendor.*”¹⁵⁸⁸

Contestando a proposta de Braz Burity, o conservador do palácio comenta ainda o problema de transferência do acervo do PNA.

¹⁵⁸⁶ BURITY, Braz [pseud. Joaquim Madureira], “O Palacio Real da Ajuda. O seu recheio artístico e a sua adaptação necessária e urgente ao Museu de Estatuária Comparada e à instalação salvadora do MUSEU NACIONAL DE ARTE CONTEMPORÂNEA”, in, *O Primeiro de Janeiro*, Ano 73.º, N.º 28, 29 de janeiro de 1941, pp. 1 e 3.

¹⁵⁸⁷ Acerca deste assunto ver MARTINS, João Paulo, “Projeto adiado: o Museu de Arte Contemporânea, em Lisboa. 1934-1943”, in, *IV Congresso de História da Arte Portuguesa – Homenagem a José-Augusto França*, CD anexo ao Livro de Resumos do encontro, 2014.

¹⁵⁸⁸ Ofício do conservador do PNA, de 5 de fevereiro de 1941, dirigido ao Chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas por Classificar, Pasta 21, Bloco 3, fólios 337-342.

“Admitindo mesmo a hipótese de que este Palácio disfruta de condições museográficas para instalação do musêu com as características apontadas pelo Snr. Dr. Madureira, e que quanto a mim não se verifica, para onde transitaria o seu rico e variadíssimo recheio?”

[...] o Snr. Dr. Madureira também alude a que para os musêus podiam transitar muitas das obras que aqui se encontram expostas, não se me afigurando justo que por haver na Ajuda, meia dúzia de quadros, loiças e quaisquer outros objectos dignos de figurar no musêu se desorganise um conjunto, em que a maioria dos exemplares não são de molde a serem expostos em musêus.”¹⁵⁸⁹

O mesmo ofício reveste-se também de especial interesse, dadas as considerações tecidas por Zagalo acerca das diferenças museográficas entre um palácio, ainda com o seu recheio, e um “*musêu moderno*”.

“Que o Musêu de Arte Contemporanea não está bem instaládo assim é de facto, parecendo-se porém não sêr rasoável a desorganisação dum recheio artístico tão completo como o dêste palácio, para em seu logar se criar um musêu que não poderia obedecer a elementares regras museográficas.

De facto este palácio não oferece condições museográficas, indispensáveis num musêu moderno, e para que se tentasse obtê-las necessário seria destruir e desaproveitar objectos no valor de milhares de contos, tendo que se gastar outro tanto no seu arranjo que me parece nunca poderia sêr feliz, por inconvenientes da própria construção do edifício e ornamentação interior.

Quere disêr com isto que se teriam de inutilisar muitos se não tôdos os tecidos que forram as paredes, os reposteiros, lambrins, e de certo modo até os próprios pavimentos que no genero dos que aqui se encontram não são aconselháveis para estabelecimentos daquela especie.

No moderno musêu o que importa especialmente é a obra que se expõe e para que ela ressalte e brilhe tudo mais tem que sêr eliminado de modo que a atenção do visitante se não distraia e se concentre exclusivamente no objecto.”¹⁵⁹⁰

¹⁵⁸⁹ Ofício do conservador do PNA, de 5 de fevereiro de 1941, dirigido ao Chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas por Classificar, Pasta 21, Bloco 3, fólios 337-342.

¹⁵⁹⁰ *Idem.*

Em 1948, surgiu nova proposta para criação de um novo núcleo museológico no PNA, a partir do depósito de uma coleção privada.

O rei Humberto II de Itália, a viver exilado em Portugal desde o seu afastamento do trono em 1946¹⁵⁹¹, “*Recebeu de Itália certo número de quadros [...], óleos, aguarelas, miniaturas e mais objectos e recordações de família*”. Não dispondo de espaço para receber este espólio, terá tido então a ideia de colocá-lo à disposição do Estado português, com vista a ser colocado em algum museu ou palácio, sugerindo explicitamente o da Ajuda, declarando que “*se a ideia interessasse, teria muito prazer em que fosse exposta no todo ou em parte, conforme entendessem melhor.*”¹⁵⁹²

O conservador do Palácio Nacional da Ajuda, solicitado pela tutela a pronunciar-se acerca desta proposta, respondeu:

“Quanto ha possibilidade de se guardar aqui a colecção a que se faz referencia, trata-se de uma grande responsabilidade atendendo aos cuidados de conservação que êsses objectos requerem e receio não ter pessoal bastante para deles cuidar como é mister. O graltado numero de salas deste Palácio exige um aturado trabalho de conservação que não pode ser descurado.

No que diz respeito ao local para guardar êstes objectos so se poderia contar com as arrecadações, porquanto me parece difícil adoptar-se a interessante solução proposta de se expor a colecção. É que as salas que possuem condições adequadas para lhe servir de moldura, encontram-se repletas com os especimes que as guarnecem.

Talvez que noutro Palácio nacional ou em algum Museu se torne mais fácil dar realisação pratica a êste assunto.”¹⁵⁹³

Zagalo não queria, pois, assumir este encargo, sugerindo o encaminhamento da coleção para outro local. Porém, nesse mesmo ano seria depositada no PNA a coleção do Rei de Itália, num total de 43 caixas de diversas dimensões, seladas e numeradas, que foram guardadas em salas mantidas com as portas fechadas à chave¹⁵⁹⁴.

¹⁵⁹¹ Humberto II (1904-1983). Reinou em Itália entre 9 de maio e 13 de junho de 1946.

¹⁵⁹² Cópia de carta de António Eça de Queiroz, de 9 de abril de 1948, dirigida ao Presidente do Conselho. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 14, “Recebidos e expedidos ex-Rei d'Italia”.

¹⁵⁹³ Ofício do conservador do PNA, de 22 de abril de 1948, dirigida ao chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 14, “Recebidos e expedidos ex-Rei d'Italia”.

¹⁵⁹⁴ Ofício do conservador do PNA, de 30 de setembro de 1948, dirigido ao chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 14, “Recebidos e expedidos ex-Rei d'Italia”.

Não sendo concretizada a ideia de expor a coleção, esta ficaria arrecadada no PNA durante bastante tempo, sendo as últimas caixas levantadas apenas em 1955¹⁵⁹⁵.

Por fim, refira-se que o próprio conservador do Palácio Nacional da Ajuda chegou a sugerir a criação de mais um núcleo expositivo no interior do edifício sob a sua administração, composto pela “*colocação das tapeçarias de Arzila e Tanger no Palácio da Ajuda*”. Zagalo pretendia, pois, incluir no acervo do PNA as cópias executadas pela Real Fabrica de Tapices, Espanha, das célebres Tapeçarias de Pastrana – cujos originais foram fabricados na Flandres, por encomenda do rei D. Afonso V, na segunda metade do século XV, para assinalar as conquistas de Arzila e Tânger¹⁵⁹⁶.

Depois da “descoberta” das tapeçarias originais por José de Figueiredo e Reinaldo dos Santos, em 1915, o Estado português encomendou cópias das mesmas, fabricadas nas décadas de 30 e 40 e que foram compradas em 1953. Inicialmente prevista a sua instalação no Museu Nacional de Arte Antiga, acabariam por ser, depois de outras hipóteses, colocadas no Paço dos Duques de Bragança em Guimarães, inaugurado em 1955¹⁵⁹⁷.

A proposta apresentada por Zagalo data de 1953, o que demonstra que estava a par de todo o processo. O conservador do PNA, assumindo que inicialmente considerara que este palácio não era o local mais indicado para colocar estas tapeçarias, expunha agora uma sugestão válida.

“[...] depois de cuidadoso estudo, cheguei á conclusão que há na realidade local para as colocar e em tais condições que suponho outra melhor não haver, pelo menos no que diz respeito a dimensões. Refiro-me ás dependências que se encontram no prosseguimento da sala elíptica do andar nobre (Sala dos Embaixadores que corresponde ao centro do edifício ala do nascente) dependências essas precisamente iguais ás das salas de D. João IV, á de Baile e á do Trono.”

¹⁵⁹⁵ Ofício do conservador do PNA, de 27 de outubro de 1955, dirigido ao chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 14, “Recebidos e expedidos ex-Rei d'Italia”.

¹⁵⁹⁶ MUSEU NACIONAL DE ARTE ANTIGA E FUNDACIÓN DE CARLOS DE AMBERES, *A Invenção da Glória. D. Afonso V e as Tapeçarias de Pastrana*, 2010. ARAÚJO, Inês, *As Tapeçarias de Pastrana. Uma Iconografia da Guerra*, 2012.

¹⁵⁹⁷ As tapeçarias são em número de quatro: *Entrada das tropas portuguesas em Tânger*, inv. PD0333; *O Desembarque*, inv. PD0059; *O Cerco*, inv. PD0060; *O Assalto*, inv. PD0145.

Zagalo considerava ser *“incontestável que o Palácio se valorizaria muito com o aproveitamento destes compartimentos [...]”*, descrevendo em antevisão os salões em causa já com as tapeçarias expostas:

“O primeiro seria exclusivamente ornamentado com as tapeçarias dos Távoras, cujo o numero é mais do que suficiente para guarnecer todas as paredes, e com os bancos [...]. Alguns bufetes, arcas ou contadores completariam a decoração deste esplendoroso compartimento.

Logo a seguir teríamos outro salão onde seria colocada na parede da esquerda que tem 14m de largura por 10m de alto, a tapeçaria de Tanger que mede, bem assim como as restantes, 4,80m de alto por cerca de 11m de largo.

Finalmente, chegaríamos á terceira sala, ou seja a equivalente á do Trono e cujas paredes medem 13mX13m, a altura é a mesma da sala anterior.

As três tapeçarias de Arzila teriam aqui esplendida adaptação porque dificilmente se encontra um Palácio com uma sala com a área [...].”¹⁵⁹⁸

Como sabemos, esta sugestão não teve consequências práticas, possivelmente pelo custo financeiro que seria necessário despendar para a reparação e preparação das salas em causa, utilizadas como arrecadações. Aliás, a recuperação destes espaços deveria ser o verdadeiro propósito desta proposta de Zagalo, que tentava assim proceder ao “arranjo” de mais algumas salas do Palácio Nacional da Ajuda, com vista à valorização do seu conjunto.

¹⁵⁹⁸ Relatório do conservador do PNA, de 31 de março de 1953, dirigido à Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 39, “Relatórios vários”.

3. O PALÁCIO DA AJUDA “MUSEALIZADO” - 1964 A 1981

Como pudemos verificar, o Palácio Nacional da Ajuda manteve-se fechado ao público depois da implantação da República em Portugal, assumindo funções protocolares e de depósito de bens artísticos públicos. Porém, as suas particularidades patrimoniais e funcionais conferiram a este equipamento, desde logo, características operativas próximas das de algumas instituições museológicas. Deste modo, entre 1938 e 1964 a sua gestão aproximou-se progressivamente dos modelos de funcionamento dos restantes Palácios Nacionais que se encontravam abertos ao público (Palácio da Vila e Palácio da Pena, em Sintra; Palácio Nacional de Queluz; e Palácio Nacional de Mafra).

No ano de 1964, com a saída de Manuel Carlos de Almeida Caiola Zagalo da administração deste palácio, foi nomeado para dirigir os destinos deste monumento Armindo Ayres de Carvalho. Foi então inaugurado um novo período na história do PNA, marcado pela confirmação das suas funções como instituição museológica que, finalmente, poderia ser franqueada ao público.

3.1. Tutela

3.1.1. Direção Geral da Fazenda Pública

A Direção Geral da Fazenda Pública, do Ministério das Finanças, tutelava os Palácios Nacionais através da sua Repartição do Património. Em 1959, António Cândido Mouteira Guerreiro¹⁵⁹⁹, assumiu a direção interina deste organismo, tomando posse efetiva em 1962¹⁶⁰⁰. Este funcionário foi responsável por uma constância nas linhas principais da atuação da Direção Geral da Fazenda Pública, mantendo uma coerência com a ação das décadas anteriores.

¹⁵⁹⁹ António Cândido Mouteira Guerreiro (1916-?). Funcionário público e escritor. Nasceu em Lourenço Marques, Moçambique. Licenciado em Letras – Filologia Germânica, entrou para o funcionalismo público como aspirante estagiário na Secção de Finanças de Albergaria-a-Velha (1936-1937). Foi, depois, aspirante (1937); secretário de finanças de 3.ª classe, na Secção de Finanças de Castro Marim (1941-1942), transferido mais tarde, por requerimento, para a Secção de Finanças de Miranda do Corvo (1943); secretário de Finanças de 1.ª classe na Secção de Finanças do 2.º Bairro Fiscal do Porto (1947); diretor de Finanças na Direção de Finanças do Distrito de Vila Real (1951); chefe da 2.ª repartição da Direção Geral da Contabilidade Pública (1960); e diretor do Serviço de Informações Fiscais (1960). Foi Alferes miliciano de Infantaria, convocado em 1943, tendo servido no Batalhão de Caçadores n.º 9. Foi nomeado Diretor Geral da Fazenda Pública, em comissão devido à vaga resultante da passagem à situação de licença ilimitada de António Luís Gomes, em 1959. A nomeação definitiva para o cargo chegaria em 1962. Escreveu diversos títulos referentes a Finanças e Contabilidade públicas. ACMF, Processo individual do funcionário António Cândido Mouteira Guerreiro, A-60(13).

¹⁶⁰⁰ Portaria de 4 de junho de 1962, *Diário do Governo*, II série, n.º 145, 20 de junho de 1962.

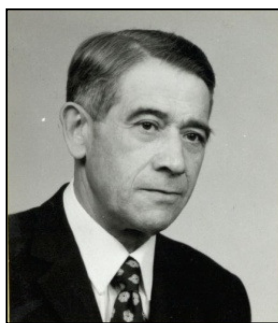


Fig. 101 – António Cândido Mouteira Guerreiro.

ACMF, Processo individual do funcionário António Cândido Mouteira Guerreiro, A-60(13).

Com a Revolução de abril de 1974 e a consequente mudança de regime político em Portugal, Mouteira Guerreiro foi alvo de tentativas de saneamento, à semelhança de diversos funcionários superiores do Estado considerados coniventes com o anterior regime pelas novas forças políticas. As pressões levadas a cabo por uma mudança dos protagonistas no funcionalismo público acabariam por dar resultado, e Mouteira Guerreiro pediu a aposentação em agosto de 1974¹⁶⁰¹.

Por sua vez, o cargo de chefe da Repartição do Património foi desempenhado até 1974 por José Pedro Pereira Monteiro Fernandes¹⁶⁰². A sua ação pautou-se por uma preocupação contínua pela organização dos serviços, pelo seu próprio desempenho à frente das funções e pelos diversos assuntos que estavam sob a responsabilidade da repartição que dirigia, procurando valorizar o património histórico e artístico mas também o papel do Estado na sua gestão.

Com o afastamento de Mouteira Guerreiro em 1974, José Pedro Fernandes passou a ocupar as funções de diretor geral da DGFP. Ainda que não tenhamos conseguido apurar se Fernandes foi efetivamente nomeado para esse cargo através de decreto oficial, verificamos que a sua assinatura surge em diversos diplomas legais publicados no Diário da República após o mês de abril de 1974, com exceção de alguns nos meses de setembro de 1974 e de 1975, assinados por Baltazar Simões Ferreira Júnior, e que pensamos corresponderem a períodos de férias do primeiro.

¹⁶⁰¹ ACMF, Processo individual do funcionário António Cândido Mouteira Guerreiro, A-60(13).

¹⁶⁰² José Pedro Pereira Monteiro Fernandes (1916-?). Licenciado em Direito, entrou para os quadros do Ministério das Finanças como Chefe de Secção da Direção Geral da Fazenda Pública em outubro de 1940, sendo nomeado definitivamente em outubro de 1942. Em março de 1949, por Portaria de 29 de março de 1949, *Diário do Governo*, II série, n.º 75, de 1 de abril de 1949, foi nomeado provisoriamente Chefe de Repartição, sendo-o de modo definitivo em março de 1952, por Portaria de 28 de março de 1952, *Diário do Governo*, II série, n.º 78, de 1 de abril de 1952. Folha de Cadastro de José Pedro Pereira Monteiro Fernandes, DGFP, ACMF.

3.1.2. Direção Geral do Património

Em 1976 a Direção Geral da Fazenda Pública foi extinta, passando as suas competências a ser exercidas pela Direção Geral do Tesouro e pela Direção Geral do Património¹⁶⁰³. Na mesma data, pelo Decreto-Lei n.º 563/76, foram cometidas à Direção Geral do Património (DGP) as competências da Repartição do Património da extinta Direção Geral da Fazenda Pública¹⁶⁰⁴, ficando este novo organismo público responsável pela administração dos Palácios Nacionais.

Em 1979 foi publicado o Decreto-Lei n.º 518/79, de 28 de dezembro¹⁶⁰⁵, que mudou a designação da DGP para Direção Geral do Património do Estado (DGPE) e que estabeleceu o seu novo figurino orgânico.

Neste diploma legal regulou-se que a DGPE dispunha dos seguintes serviços operativos: Direção dos Serviços de Cadastro e Inventário; Direção dos Serviços de Gestão Patrimonial; Direção dos Serviços Especiais e de Inspeção Patrimonial; Direção dos Serviços de Gestão de Veículos do Estado; Serviços delegados e Serviços regionais¹⁶⁰⁶. O grupo dos Palácios Nacionais¹⁶⁰⁷ ficou sob a tutela direta da Direção dos Serviços Especiais e de Inspeção Patrimonial, cujas competências seriam as seguintes:

“1 – Compete à Direcção dos Serviços Especiais e de Inspeção Patrimonial:

- a) Superintender na administração dos palácios e monumentos nacionais e do Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, enquanto se mantiverem no âmbito da DGPE, visando a valorização sob os aspectos culturais e materiais do património artístico e histórico do Estado;*
- b) Verificar a utilização que os serviços fazem dos bens do Estado que lhe estão afectos;*
- c) Zelar pelo cumprimento das normas em vigor respeitantes à utilização dos bens do Estado;*

¹⁶⁰³ Decreto-Lei n.º 562/76, *Diário da República*, N.º 166, de 17 de julho de 1976.

¹⁶⁰⁴ *Idem*.

¹⁶⁰⁵ Decreto-Lei n.º 518/79, *Diário da República*, N.º 298, de 28 de dezembro de 1979.

¹⁶⁰⁶ *Idem*, Art. 3.º

¹⁶⁰⁷ Palácio Nacional da Ajuda; Palácio Nacional de Sintra; Palácio Nacional da Pena; Palácio Nacional de Queluz; Palácio Nacional de Mafra, incluindo a sua biblioteca; e, Paço dos Duques, em Guimarães. *Idem*, Art. 7, ponto 2.

d) *Zelar pelo aproveitamento racional dos bens do património do Estado em geral.*”¹⁶⁰⁸



Fig. 102 – José Pedro Pereira Monteiro Fernandes.

Folha de Cadastro de José Pedro Pereira Monteiro Fernandes. DGFP. ACMF.

José Pedro Fernandes foi então “*designado para exercer as funções de director geral do Património, enquanto não for provido o referido lugar*”, por despacho do Secretário de Estado das Finanças de 17 de julho de 1976¹⁶⁰⁹.

Apesar da mudança tutelar, com esta nomeação ter-se-á pretendido a continuidade das principais linhas de ação até então seguidas, podendo ser afirmado que esta alteração foi apenas uma reorganização administrativa, sem grandes variações nos aspetos práticos da administração dos Palácios Nacionais.

3.1.3. Instituto Português do Património Cultural

Foi no início da década de 1980 que se deu a mais importante alteração tutelar dos Palácios Nacionais. Desde 1910 sob a alçada do Ministério das Finanças, estas instituições seriam agora tuteladas pelo novo Instituto Português do Património Cultural (IPPC), organismo criado em março de 1980¹⁶¹⁰.

Este novo instituto público surgiu no âmbito do processo de concentração de competências ligadas aos diversos sectores culturais, que terá sido iniciado em 1973 com a criação da Direção Geral dos Assuntos Culturais¹⁶¹¹, dentro da orgânica do Ministério da Educação Nacional. Na estrutura desta nova direção geral foi criada uma

¹⁶⁰⁸ Decreto-Lei n.º 518/79, *Diário da República*, N.º 298, de 28 de dezembro de 1979, Art. 7.º

¹⁶⁰⁹ *Diário da República*, II série, n.º 183, de 6 de agosto de 1976.

¹⁶¹⁰ O Instituto Português do Património Cultural foi criado pelo Decreto-Lei n.º 59/80, de 26 de março de 1980, *Diário da República*, n.º 79, de 3 de abril de 1980.

¹⁶¹¹ Decreto-Lei n.º 582/73, *Diário do Governo*, N.º 258, de 5 de novembro de 1973.

Divisão do Património Cultural, regulamentada pelo mesmo decreto, com o objetivo de reunir num serviço os trabalhos de inventariação, classificação, conservação e aquisição dos bens artísticos, históricos, arqueológicos, etnográficos e paisagísticos do país¹⁶¹².

Já depois da Revolução de abril de 1974, esta Divisão deu origem à Direção Geral do Património Cultural, criada pelo Decreto-Lei nº 409/75 de 2 de Agosto de 1975, que concentrava mais competências e organismos tutelados.

Deixando de lado o período dos Governos Provisórios e apenas acompanhando as mudanças nos primeiros governos constitucionais, verificamos que o crescimento das atividades culturais foi conduzindo a uma maior autonomização do sector. Esse fenómeno teria como consequência a criação de uma Secretaria de Estado da Cultura (SEC) em 1976, autónoma de outros serviços que, dependente do Ministério da Educação¹⁶¹³ ou da própria Presidência do Conselho de Ministros¹⁶¹⁴, se foi afirmando em Portugal.

O IPPC, como estrutura tutelada pela Secretaria de Estado da Cultura, refletiu também esse processo de crescimento da atividade cultural em Portugal, sendo ele próprio uma consequência das tentativas de centralização tutelar das diversas valências culturais, reunindo na sua estrutura as competências da Direção Geral do Património Cultural e da Comissão Instaladora do projetado Instituto de Salvaguarda do Património Cultural e Natural (ISPCN), que tinha sido pensado pelo 1.º Governo Constitucional, em Despacho de 20 de junho de 1977¹⁶¹⁵.

¹⁶¹² Decreto-Lei n.º 582/73, *Diário do Governo*, n.º 258, de 5 de novembro de 1973, Art. 5.º

¹⁶¹³ Decreto nº 636-A/76, *Diário da República*, nº 175, de 28 de julho de 1976. Decreto nº 17/78, *Diário da República*, nº 31, de 6 de fevereiro de 1978. Decreto nº 91/78, *Diário da República*, nº 206, de 7 de setembro de 1978. Decreto nº 83/79, *Diário da República*, nº 181, de 7 de agosto de 1979. Decreto nº 25/81, *Diário da República*, nº 7, de 9 de janeiro de 1981.

¹⁶¹⁴ Decreto nº 141/78, *Diário da República*, nº 275, de 29 de novembro de 1978. Decreto nº 6/80, *Diário da República*, nº 8, de 10 de janeiro de 1980.

¹⁶¹⁵ Este instituto (ISPCN) seria “criado junto da SEC, coadjuvando a Direcção-Geral do Património Cultural e assumindo as competências da 2ª e da 3ª secções da Junta Nacional da Educação (JNE), extinta na sequência da Revolução de Abril. Tratava-se de um organismo complexo, com direcção tricéfala, um conselho consultivo, seis conselhos sectoriais, cinco departamentos, um serviço de inspecção técnica e serviços administrativos. Os departamentos serviriam os seguintes sectores: artes, conjuntos arquitectónicos urbanos e rurais, paisagens e meio ambiente, arqueologia, antropologia cultural. Os conselhos correspondentes eram em maior número, porque as artes se desdobravam em museus e fundações, e monumentos e palácios.” ALARCÃO, Adília – O Património como um todo. Contributos da democracia de Abril. *Revista da Faculdade de Letras CIÊNCIAS E TÉCNICAS DO PATRIMÓNIO*. Porto 2014. Volume XIII, pp. 233-237. Acedido em 29 de maio de 2015 em URL: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/12998.pdf>.

Ao Instituto Português do Património Cultural, dependente da Secretaria de Estado da Cultura, foram atribuídas diversas competências, das quais destacamos as seguintes:

“a) Planear e promover a pesquisa, cadastro, inventariação, classificação, recuperação, conservação, protecção e salvaguarda dos bens que, pelo seu valor histórico, artístico, arqueológico, bibliográfico e documental, etnográfico ou paisagístico, constituam elementos do património cultural do País; [...]

c) Definir as directrizes para a defesa, conservação e enriquecimento do património estético, histórico, arqueológico e paisagístico do País;

d) Definir as directrizes para a protecção e enriquecimento do património bibliográfico e documental do País; [...]

f) Organizar e promover planos de aquisições para museus, bibliotecas e arquivos.”¹⁶¹⁶

O Decreto regulamentar através do qual foi aprovado e publicado o regulamento deste novo instituto público, determinava também a nova tutela dos Palácios Nacionais:

“afectados à Secretaria de Estado da Cultura, através do IPPC, os palácios nacionais, os castelos, igrejas ou mosteiros, designadamente os constantes da lista anexa a este diploma e que se encontram na dependência administrativa do Ministério das Finanças e do Plano, e ainda o Arquivo Histórico deste Ministério.”¹⁶¹⁷

A mudança tutelar dos Palácios Nacionais, agora integrados no IPPC, centro aglomerador do património histórico e artístico do país, refletiu um novo e atualizado entendimento em relação ao conjunto dos antigos Paços Reais. A sua gestão a partir da alçada da Cultura aproximou-os administrativamente das estruturas dos restantes Museus Nacionais, e viria a ter implicações no seu funcionamento e divulgação públicas.

Em lista anexa ao mencionado regulamento, enumeravam-se os palácios nacionais que passavam a ser superintendidos pelo IPPC. Eram eles: o Palácio Nacional

¹⁶¹⁶ Decreto-Lei n.º 59/80, de 26 de março de 1980, *Diário da República*, n.º 79, de 3 de abril de 1980, Art. 9.º

¹⁶¹⁷ Decreto regulamentar n.º 34/80, de 16 de julho de 1980, *Diário da República*, n.º 177, de 2 de agosto de 1980, Art. 62.º

da Ajuda; o Palácio Nacional de Sintra; o Palácio Nacional da Pena; o Palácio Nacional de Queluz; o Palácio Nacional de Mafra, incluindo a sua biblioteca; e, o Paço dos Duques de Bragança, em Guimarães¹⁶¹⁸.

Através do mesmo regulamento, instituíram-se ainda os diversos serviços em que o IPPC se dividir-se-ia¹⁶¹⁹, entre os quais o Departamento dos Museus, Palácios e Fundações, responsável por

*“Superintender e orientar técnica e administrativamente os museus e palácios dependentes da Secretaria de Estado da Cultura e tecnicamente todos os museus dependentes de outros serviços do Estado, autarquias locais, empresas públicas e nacionalizadas e, bem assim, de entidades ou organismos subsidiados pelo Estado;”*¹⁶²⁰

Determinava-se ainda que este Departamento dos Museus, Palácios e Fundações fosse constituído por duas divisões: a Divisão de Museus e a Divisão de Palácios e Fundações. No ponto 3 do seu artigo 36.º, atribuíam-se as seguintes funções à divisão que iria administrar os Palácios Nacionais:

“3 – À Divisão de Palácios e Fundações compete:

- a) Superintender e orientar técnica e administrativamente os palácios dependentes da Secretaria de Estado da Cultura;*
- b) Superintender tecnicamente nas fundações que tenham objectivos culturais e sejam subsidiadas pelo Estado;*
- c) Propor a inventariação de bens culturais e coordenar e propor planos de aquisição de espécies que interessem aos sectores dos palácios e fundações;*
- d) Fiscalizar trabalhos em espécies pertencentes a palácios e fundações, ou que se presuma terem valor para neles ingressarem;*

¹⁶¹⁸ Decreto regulamentar n.º 34/80, de 16 de julho de 1980, *Diário da República*, n.º 177, de 2 de agosto de 1980.

¹⁶¹⁹ Serviço de Inspeção; Gabinete de Estudos e Projetos; Consultadoria Jurídica; Departamento de Arqueologia; Departamento de Artes Plásticas; Departamento de Bibliotecas, Arquivos e Serviços de Documentação; Departamento de Defesa, Conservação e Restauro do Património Cultural; Departamento de Etnologia; Departamento do Inventário Geral do Património Cultural; Departamento dos Museus, Palácios e Fundações; Departamento de Musicologia; Departamento do Património Arquitetónico; Direção dos Serviços Administrativos; Serviços regionais. Decreto regulamentar n.º 34/80, de 16 de julho de 1980, *Diário da República*, n.º 177, de 2 de agosto de 1980, Art. 5.º

¹⁶²⁰ *Idem*, Art. 26.º, alínea a).

e) Fazer suspender trabalhos não autorizados, ou autorizados mas que estejam a ser efectuados incorrecta ou deficientemente, em espécies pertencentes aos acervos dos palácios e fundações;

f) Pronunciar-se sobre os regulamentos internos dos palácios e das fundações subsidiados pelo Estado.”¹⁶²¹

Para a presidência do IPPC foi nomeada Natália Correia Guedes¹⁶²², que ocupava desde 1979 o cargo de diretora da Direção Geral do Património Cultural.

3.2. Administração do Palácio Nacional da Ajuda

A partir de meados da década de 1960, o Palácio Nacional da Ajuda sofreu transformações que moldaram o seu trajecto posterior. Uma dessas transformações foi a mudança de conservador em 1964, com o qual se iniciou um novo ciclo, que viria a culminar com a abertura do palácio à visita. Como verificaremos, mau grado a realização de diversos eventos, os processos complexos de obras com vista à conclusão do edifício e a tragédia do incêndio de 1974, que condicionaram o cumprimento das novas funções museológicas do PNA, esta foi a época de incontestável afirmação deste equipamento como Palácio-Museu. Nos pontos seguintes deter-nos-emos neste complexo período, analisando em detalhe a direção de Armindo Ayres de Carvalho.

¹⁶²¹ Decreto regulamentar n.º 34/80, de 16 de julho de 1980, *Diário da República*, n.º 177, de 2 de agosto de 1980, Art. 36.º

¹⁶²² Maria Natália Brito da Silva Correia Guedes (n. 1943). Licenciada em História (Universidade de Lisboa) e Doutora em Museologia, com Agregação (Universidade Nova de Lisboa). Tem o Curso de Conservadora de Museu, do Museu Nacional de Arte Antiga. Ocupou diversos cargos de relevo, com destaque para os de: diretora do Museu Nacional do Traje (1975-1979), do qual foi fundadora; Diretora Geral do Património Cultural (1979-1980); Presidente do Instituto Português do Património Cultural (1980-1984); diretora do Museu Nacional dos Coches (1985-1990); Subsecretária de Estado da Cultura (1990-1991); coordenadora do projeto “Inventário do Património Cultural” (1997-2000); e diretora do Museu do Oriente (2008-2009). Foi comissária de diversas exposições nacionais e internacionais e autora de vários catálogos de exposições, monografias e artigos. Ocupou ainda outros cargos: Presidente da Direção da Comissão Nacional do Conselho Internacional dos Museus – ICOM (1986-1991); Presidente da Junta da Casa de Bragança; Presidente da Academia Nacional de Belas-Artes (desde 2014). Foi professora nas áreas da Gestão Cultural e da Museologia na Universidade Católica Portuguesa e na Universidade Lusíada. LEANDRO, Sandra, “Natália Correia Guedes: Museus e Património. Um voo alto e uma forma de amar Portugal”, in, *Faces de Eva*, n.º 29, 2013, pp. 163-171.

Acedido em 6 de junho de 2015 em URL: <http://www.ucp.pt/site/custom/template/ucptplpopup.asp?sspageid=114&artigoID=1340&lang>.

3.2.1. Armindo Ayres de Carvalho, Conservador do PNA

Em setembro de 1964, Armindo Ayres de Carvalho, conservador do Palácio Nacional de Maфра, foi nomeado para assumir esse mesmo cargo no Palácio Nacional da Ajuda.

Armindo Ayres de Carvalho nasceu a 25 de junho de 1911 no Porto, filho de Maria Olimpia Ayres de Carvalho. Estudou no Colégio de Ermesinde e formou-se em Pintura na Escola Superior de Belas Artes de Lisboa, entre 1929 e 1935, onde foi aluno de Simões de Almeida (sobrinho), Luciano Freire, João António Piloto, Veloso Salgado e Varela Aldemira, entre outros¹⁶²³.



Fig. 103 – Armindo Ayres de Carvalho. FILHO, Magalhães, “6 Pintores saem da Escola de Belas Artes”, in, *Fradique*, 1935.

Depois de concluir o curso, Ayres de Carvalho tornou-se professor do Ensino Técnico Profissional, profissão que manteve até 1947, a par com a sua atividade artística. Lecionou nas Escolas Industriais, Marquês de Pombal, Afonso Domingues e António Arroio, todas em Lisboa¹⁶²⁴.

Desde 1934, ainda estudante, dedicou-se à Pintura, ao Desenho e à Gravura, participando em diversas exposições¹⁶²⁵. Desenvolveu também trabalhos artísticos em

¹⁶²³ OLIVEIRA, A. Lopes de, “Nas Colmeias da Arte. Aires de Carvalho, Pintor e Conservador do Palácio de Maфра”, in, *Novidades*, 9 de julho de 1950. GANDRA, Manuel, Ayres de Carvalho. “Nota Bio-Bibliográfica e Artística”, in, *Boletim Cultural 1992*, Câmara Municipal de Maфра, 1992, pp.209-221.

¹⁶²⁴ OLIVEIRA, A. Lopes de, “Nas Colmeias da Arte. Aires de Carvalho, Pintor e Conservador do Palácio de Maфра”, in, *Novidades*, 9 de julho de 1950.

¹⁶²⁵ Entre as quais: II Salão dos Divergentes (Coimbra, 1934); I Exposição de Motivos de Lisboa (SNBA, com o patrocínio da CML, 1935); XXXIII Exposição anual da SNBA (1936); XXXIV Exposição anual da SNBA (1937); XXXV Exposição anual da SNBA (1938); XXXVI Exposição anual da SNBA (1939); IV Exposição de Arte Moderna (SNI, 1939); XXXVIII Exposição anual da SNBA (1941); V Exposição de Arte Moderna (SNI, 1941); XXXIX Exposição anual da SNBA (1942); 5.º Salão do Estoril (1943); XLI Exposição anual da SNBA (1944); 10.º Salão de Arte do Estoril (1945), IX Exposição de Arte Moderna (SNI, 1945) XLII Exposição anual da SNBA (1945); Exposição individual na Galeria D’Arte Mercador (Lisboa, 1945); Exposição individual no Salão Portugal (Porto, 1945); Exposição individual na Galeria da Junta de Turismo da Costa do Sol (Estoril, 1945); X Exposição de Arte Moderna (SNI, 1946); XLIII Exposição anual da SNBA (1946); 1.ª Exposição de Artes Plásticas (Centro Nacional de Cultura, 1946); e, XI Exposição de Arte Moderna (SNI, 1947). GANDRA, Manuel, Ayres de Carvalho.

contexto de encomendas públicas e privadas, tais como: os retábulos oferecidos às igrejas de Valezim e de Sazes da Beira, ambas localizadas em freguesias do Concelho de Seia (1936); decoração mural, intitulada *Lisboa empório comercial da Europa*, na Sala de D. Manuel, do Pavilhão dos Descobrimentos na Exposição do Mundo Português (1940); coleção de postais para os CTT, inspirados em Costumes da Beira (1946); pintura *A Partida dos Navegadores* para o salão nobre do paquete *Pátria* da Companhia Nacional de Navegação (1947); e diversos trabalhos de ilustração para algumas publicações¹⁶²⁶.

Da sua personalidade e atividade artística ficaram alguns testemunhos, de que citamos os seguintes:

*“Bela pessoa e camarada franco, começou por entrar na pintura com o pé direito para depois andar com um certo desnorreamento e tornar a assentar agora novamente as suas boas qualidades. [...] Espírito desportivo tem as suas predilecções pela pintura francesa contemporânizante não saindo a sua actividade da pintura pura e do desenho.”*¹⁶²⁷

“Moderno pela largueza e simplicidade da factura, ele não é porem um revoltado a estorcer-se em espasmos doentios: soube aproveitar sem subserviência a lição dos mestres de sempre, dela colhendo o que nela havia de afim com a sua própria sensibilidade e procurando tudo aglutinar, num viril esforço de síntese. [...]

*Nem todas as telas expostas [...] atingem o mesmo nível: algumas denunciam hesitações, deficiências, até inevitáveis falhanços - mas há uma boa dezena delas que chegam e sobejam para lhe garantir lugar invejável na reduzida galeria dos nossos jovens pintores não degenerados.”*¹⁶²⁸

“É alguém, entre os novos, com um carácter artístico bem definido, que, na sua primeira fase, dir-se-ia aproximar da maneira de Cezane. Tons unidos, grandes

“Nota Bio-Bibliográfica e Artística”, in, *Boletim Cultural* 1992, Câmara Municipal de Mafra, 1992, pp.209-221.

¹⁶²⁶ GANDRA, Manuel, Ayres de Carvalho. “Nota Bio-Bibliográfica e Artística”, in, *Boletim Cultural* 1992, Câmara Municipal de Mafra, 1992, pp.209-221.

¹⁶²⁷ FILHO, Magalhães, “6 Pintores saem da Escola de Belas Artes”, in, *Fradique*, 1935.

¹⁶²⁸ PAMPLONA, Fernando de, “Belas-Artes Malas-Artes, Óleos de Aires de Carvalho”, 1945.

perspectivas de paisagem, cheias de silencio, manchas em que as “terras” e os tons queimados predominam.”¹⁶²⁹

Em 1943 Ayres de Carvalho casou com Elda Maria Semira Concetta Bianchi, cidadã italiana, vindo a ter a primeira filha em 1946.

Nesse mesmo ano de 1946, Armindo Ayres de Carvalho deixou o ensino e iniciou o estágio para Conservador dos Museus, Palácios e Monumentos Nacionais¹⁶³⁰. Porém, este estágio não seria concluído, e em 1 de março de 1947 Ayres de Carvalho foi nomeado segundo conservador interino dos Palácios Nacionais, sendo colocado no Palácio Nacional de Mafra¹⁶³¹. Em data posterior, o próprio conservador viria a explicar estes factos:

“Pretendendo fazer o estágio para Conservador, que então não era obrigatório, no Museu Nacional de Arte Antiga, para melhor formação profissional, o então Director-Geral da Fazenda Pública, Dr. António Luís Gomes, dignou-se exarar o seguinte despacho acerca da minha pretensão: «Desde que o interessado é já conservador dos Palácios e Monumentos Nacionais e muito distinto não se compreende que frequente o estágio para o exercício destas funções».”¹⁶³²

Ayres de Carvalho, foi depois nomeado segundo conservador dos Palácios Nacionais, por portaria de 6 de setembro de 1948, mantendo-se à frente do Palácio Nacional de Mafra¹⁶³³. Com esta nomeação, Ayres de Carvalho foi secundarizando a sua atividade artística, dando então primazia às suas novas funções e desenvolvendo uma nova faceta do seu percurso, o da investigação histórica.

Em 1949, João Couto, diretor do Museu Nacional de Arte Antiga comentava a propósito do percurso de Ayres de Carvalho que

“[o] Conservador do Palácio Nacional de Mafra, tem sabido desempenhar este cargo com o aprumo, o saber, a seriedade e o entusiasmo que sempre dedica ao exercício dos seus deveres. A parte do grande monumento joanino que está

¹⁶²⁹ *O Concelho de Mafra*, n.º 525, 1 de janeiro de 1950.

¹⁶³⁰ OLIVEIRA, A. Lopes de, “Nas Colmeias da Arte. Aires de Carvalho, Pintor e Conservador do Palácio de Mafra”, in, *Novidades*, 9 de julho de 1950.

¹⁶³¹ ACMF, Caixa 29, Antiguidades de funcionários dos palácios nacionais.

¹⁶³² Ofício do conservador do PNA, de 19 de novembro de 1979, dirigido ao diretor geral da Direção Geral do Património. APNA, Pastas por classificar, Pasta 14, Bloco 3, fólios 137-138.

¹⁶³³ Portaria de 6 de setembro de 1948, assinada a 2 de outubro e publicada no *Diário do Governo*, II série, n.º 235, a 8 de outubro de 1948.

confiada aos seus cuidados, tem sido por ele valorizada, não se poupando a esforços e canseiras para a apresentar dignamente.

Os seus estudos e as suas investigações a respeito das pinturas e das esculturas que fazem parte de decorações do sumptuoso edifício, merecem passar à letra redonda, pois novas achegas e novos juízos críticos que o seu conhecimento directo da arte italiana ajudou a alicerçar, vêm contribuir para o conhecimento mais profundo dos artistas que trabalharam na basílica e nas suas dependências.”¹⁶³⁴

O percurso de Ayres de Carvalho enquanto investigador foi inicialmente marcado pelo seu contexto de trabalho em Mafra. Assim, produziu obras como *A Antiga Botica do Convento de Mafra* (1951), comunicação apresentada ao I Congresso Luso-Espanhol de Farmácia, realizado em Madrid (1948); *A Escultura em Mafra* (1950 e 1956); e *D. João V e a Arte do seu Tempo* (1.º volume – 1960¹⁶³⁵ e 2.º volume – 1962), tornando-se um verdadeiro especialista em arte da Idade Moderna e Arte Barroca portuguesa. Simultaneamente, as suas apetências pelas artes Francesa e Italiana, que já o tinham levado a viajar em estudo no ano de 1938, irão também estar ligadas aos seus conhecimentos na arte deste período.

No decurso das suas investigações, Ayres de Carvalho publicou diversos artigos em várias publicações periódicas: *Ocidente*, *O Concelho de Mafra*, *Diário de Notícias*, *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga*, *Mensário das Casas do Povo*, *Belas Artes*, *Diário de Lisboa*, *The Connoisseur Year Book* e *Estudos Italianos em Portugal*.

Em 1950, o conservador do Palácio Nacional de Mafra ganhou uma bolsa de estudo, concedida pelo Instituto para a Alta Cultura para os Conservadores dos Palácios Nacionais. No âmbito dessa bolsa redigiu o “*RELATÓRIO Duma Viagem de Estudo a Itália. Bolsa de estudo concedida pelo Instituto Para a Alta Cultura ao Conservador dos Palácios e Monumentos Nacionais, Armando Ayres de Carvalho*”, com data de 21 de abril de 1951. Neste documento, para além de um *Preâmbulo* e das *Intenções e plano de viagem*, o autor descreve e analisa os locais por onde viajou: Madrid, Turim, Florença, arredores de Florença, Veneza, Pádua, Ferrara, Roma, Pompeia, Nápoles e Caserta, dando indicações acerca dos diversos monumentos (palácios, museus, igrejas e

¹⁶³⁴ COUTO, João, “Exposição de Monotípias e Pontas Secas”, in, *O Concelho de Mafra*, n.º 524, de 18 de dezembro de 1949.

¹⁶³⁵ Em 1961, mas relativo ao concurso de 1960, Ayres de Carvalho é galardoado pela Academia Nacional de Belas Artes com o prémio José de Figueiredo pela obra *D. João V e a Arte do seu Tempo*.

ruínas) que visitou, sempre com referências críticas acerca das principais questões expositivas¹⁶³⁶.

Algumas das notas que escreveu constituem interessantes testemunhos da atenção dada por Ayres de Carvalho aos palácios que visitou. Por exemplo, notem-se as suas considerações acerca da decoração das salas do Palácio Real de Madrid:

“Passam-nos diante dos olhos salões e salões faustosamente decorados, [...]. No rodar dos tempos e do gosto tudo se foi adaptando a novas exigências, mantendo-se, hoje, no entanto, um ambiente bem conforme ao passado faustoso e real deste Palácio. Como nota curiosa e para mim incompreensível, após tantos anos passados de uma guerra civil que tanto destruiu, talvez a “título de lembrança”, mantem-se num dos tectos do Palácio Real um grande rombo provocado por uma granada, que em muito destrói o efeito pictórico da sua decoração.”

O conservador teceu ainda observações a propósito de outros temas, como a questão das coleções exibidas, demonstrando-se favorável à não remoção de objetos do séc. XIX dos interiores palacianos, pois considerava que a sua permanência em ligação com outras peças de períodos anteriores permitiam ver nos ambientes uma *“evolução do tempo e do gosto”*:

“Raros são os palácios italianos que visitei, que não mantenham respeitosa e decorações inferiores ou pobres de Oitocentos, marcando-se assim inteligente e logicamente a evolução do tempo e do gosto, boas lições comparativas e culturais para o público que os visita.”

No seu relatório, Ayres de Carvalho citou ainda diversos casos aos quais apontava críticas de funcionamento e de disposição expositiva.

Assim, na sua opinião, o Escorial apresentava

“Uma organização péssima até sob o ponto de vista turístico, o exagero e a perseguição dos guias oficiais, a entrada subdividida em secções correspondendo a vários bilhetes que só dificultam o acesso e fazem perder tempo, aglomeração de visitantes em pequeníssimas salas e poucos cuidados na vigilância, limpeza deficiente e má conservação das espécies.”

¹⁶³⁶ ACFM, Bolsas de estudo aos Conservadores dos Palácios Nacionais – 41, Processo n.º 4/D/51.

o Museu do Prado era

“um magnífico “armazém de obras d’Arte”, de tal forma preciosas que chegamos a esquecer os seus antiquados arranjos”.

e os palácios da cidade de Veneza estavam

“na sua maioria, desvirtuados das suas primitivas funções, quase sempre aproveitados em museus nem sempre primando pelos seus arranjos e condições museológicas”.

Um dos fatores que marcou Ayres de Carvalho durante esta sua viagem terá sido o facto de em Itália ter encontrado muitos museus e palácios encerrados ao público e em reorganização, devido aos efeitos da II Guerra Mundial e à ocupação de muitos deles por forças militares.

“Percorri os palácios italianos, para não falar de igrejas e monumentos, em plena desorganização, mal refeitos ainda da infeliz preferência dos Comandos [militares], ocupando lugares que deviam ser respeitados e poupados dos horrores da guerra”

Em relação ao Palácio de Stupinigi, por exemplo, Ayres de Carvalho, mostrava-se

“decepcionado e entristecido [com] o desalinho, a desorganização, os estragos provocados pela última guerra, mas sobretudo a sua ocupação por forças militares.”

Para além dos exemplos acima mencionados, o conservador do Palácio Nacional de Mafra, deter-se-ia também sobre alguns exemplos italianos que o marcaram positivamente.

Assim, considerando que a sua disposição museológica era *“actualíssima e posso até afirmar não ter visto melhor ou superior em toda a Itália”*, Ayres de Carvalho assumiria ter ficado impressionado pela

“obra dum inovador na difícil ciência da Museologia, o Prof. e escultor Mario Pelagatti^[1637], com o seu admirável Museu Bardini. Foi grande a minha

¹⁶³⁷ Mario Pelagatti (1889-1976). Professor, escultor, crítico de arte e político. Ocupou cargos políticos em Florença, sendo responsável pelo restauro de diversos monumentos, pela organização do Museo Stefano Bardini e pela organização de diversas exposições artísticas e industriais. Acedido em 23 de julho

surpresa, depois de ter visitado este Museu Municipal, e de ter apreciado os seus arranjos absolutamente actualizados, ser informado, que, ao tempo da sua inauguração, - há mais de vinte anos – esse Museu se mostrou tal qual o vi em 1950. Perante este exemplar perfeito – quanto a mim – dessa ciência nova, a Museologia, não posso deixar de render a minha homenagem à obra do estudioso Pelagatti, porventura desconhecido hoje de tantos que passaram por Florença.”

E acrescentaria, ainda a propósito dos museus que visitara em Florença, que

“Podemos considerar os Museus do Bargello e do Duomo a última palavra na lógica coordenação de esculturas^[1638] e os Uffizi na de pintura^[1639]. Bom gosto, simplicidade, luminosidade adequada dando a maior valorização a cada espécie”.

E por fim, apontava ainda um caso que, considerado polémico no meio museológico, lhe parecia ser um exemplo bem conseguido:

“Tem sido a Galeria Palatina, do Palácio Pitti, o motivo das maiores controvérsias e críticas do público e de muitos estudiosos, a propósito de não se fazer a sua remodelação segundo os preceitos modernos da Museologia. A essas críticas respondem os seus directo[re]s responsáveis, Professores Rossie Vené, este Superintendente dos Monumentos da Toscana^[1640], que se deve manter a tradição nos arranjos pictóricos e decorativos duma Galeria que se mantem de há séculos [...]. Apesar desta Galeria ser um amontoado de obras-primas que se chegam a sobrepor em cinco ordens nas paredes, enchendo-as por assim dizer até às abóbadas, de não haver nenhuma porta que não seja sobrecarregada com uma enorme e valiosa tela, apesar de todos os defeitos museológicos que lhe possam apontar, o que ninguém pode por em dúvida é que esses mesmos defeitos lhe dão uma beleza, um intimismo e um mistério, lembrando-nos o seu

de 2015 em URL:
http://www.fondazionebadaracco.it/archivi/fondo_anforti_pelagatti/MODELLI/pelagatti.htm.

¹⁶³⁸ Museo nazionale del Bargello e Museo dell'Opera del Duomo.

¹⁶³⁹ Galleria degli Uffizi.

¹⁶⁴⁰ Filippo Rossi, Superintendente dos museus e galerias de Florença, Arezzo e Pistoia; e, Armando Vené (1887 - 1952), Superintendente dos Monumentos da Toscana. *I Soprintendenti*. Acedido em 23 de julho de 2015 em URL: <http://www.sbapbo.beniculturali.it/index.php?it/101/i-soprintendenti>.

passado palaciano, que qualquer arranjo actualizado faria certamente desaparecer e amesquinhar ou deturpar.”¹⁶⁴¹

Refira-se, ainda, que no contexto desta viagem, efetuada no ano de 1950, Ayres de Carvalho expôs individualmente algumas águas-fortes, pontas-secas, monotípias e alguns desenhos, no Palagio dell’Arte della Lana, em Florença, numa exposição promovida pela Sociedade Dante Alighieri, inaugurada em novembro¹⁶⁴².

Apesar de tentadora, consideramos que uma análise exaustiva da ação de Armindo Ayres de Carvalho, enquanto conservador do Palácio Nacional de Mafra, não cabe no presente trabalho. Como tal, apenas elencaremos alguns aspetos que consideramos marcantes no seu percurso nos Palácios Nacionais.

Da sua atividade no Palácio Nacional de Mafra, destaquem-se as continuadas ações de valorização de alguns dos espaços deste grande edifício, entre as quais: o ajardinamento do claustro norte, a iluminação eléctrica da Basílica, e o ressurgimento da Botica dos Frades anexa à Enfermaria¹⁶⁴³.

No contexto destas ações, Ayres de Carvalho recorreu também aos seus conhecimentos pictóricos para efetuar ele próprio algumas campanhas de restauro em pinturas aí existentes. Assim, em 1948 ocupou-se da “*reintegração e complemento das pinturas murais das Salas de Diana, dos Destinos e de Faetonte*”, e em 1952 terá procedido ao “*arranque, transporte, consolidação e restauro de dois frescos e de algumas telas expostas no Palácio Nacional de Mafra*”¹⁶⁴⁴.

Numa entrevista dada em 1963, incitado a “*historiar a evolução do Palácio Nacional [de Mafra] desde que o dirige*”, Ayres de Carvalho acabaria por fazer um balanço geral da sua ação à frente deste Monumento:

¹⁶⁴¹ ACMF, Bolsas de estudo aos Conservadores dos Palácios Nacionais – 41, Processo n.º 4/D/51.

¹⁶⁴² *O Concelho de Mafra*, n.º 550, 18 de janeiro de 1951. Apesar de secundarizada, Ayres de Carvalho nunca cessou a sua atividade artística, e a expor em algumas ocasiões ao longo da sua vida, destacando-se: Exposição individual de monotípias e pontas-secas (SNI, 1949); Exposição individual de águas-fortes, pontas-secas, monotípias e desenhos, no Palagio dell’Arte della Lana, Florença, promovida pela Sociedade Dante Alighieri (1950); IV Exposição de Arte Contemporânea do SNI (1952); Exposição Mostroário da Arte Metropolitana, em Goa, organizada pela Comissão Executiva das Comemorações do IV Centenário do Falecimento de S. Francisco Xavier (1952); I Bienal Internacional de Gravura, em Tóquio e Osaka (1955); II Salão de Outono da Junta de Turismo da Costa do Sol (1956); Salão de Inverno da SNBA (1957); I Exposição de Artes Plásticas da Fundação Calouste Gulbenkian (1957); V Salão de Outono da Junta de Turismo da Costa do Sol (1959). GANDRA, Manuel, Ayres de Carvalho. “Nota Bio-Bibliográfica e Artística”, in, *Boletim Cultural* 1992, Câmara Municipal de Mafra, 1992, pp. 209-221.

¹⁶⁴³ *O Concelho de Mafra*, n.º 519, 2 de outubro de 1949.

¹⁶⁴⁴ GANDRA, Manuel, Ayres de Carvalho. “Nota Bio-Bibliográfica e Artística”, in, *Boletim Cultural* 1992, Câmara Municipal de Mafra, 1992, pp.209-221.

“Não é fácil em poucas palavras historiar um trabalho de quase 16 anos, desde que fui investido, em 1947, nas funções de Conservador dos Palácios e Monumentos Nacionais, em serviço neste Palácio Nacional. Mas em síntese, posso informar V. Ex.^a, dada a desorganização, falta dum inventário, um descabro inconcebível nas espécies que o compunham, um pessoal menor pouco especializado não só nos serviços como para atender o público, salas e salas quase vazias de espécies etc., etc., que algo se fez de aproveitável e porque foi feito com muito carinho e dedicação.

Tudo isto se procurou remediar, procurando introduzir ao seu ambiente aquela dignidade indispensável num monumento nacional de grandiosas tradições; a elaboração sempre morosa dum inventário em que foram classificadas e avaliadas as espécies, em mapas de cadastro e fichas fixas e móveis, não tendo sido ainda possível, como era de desejar, o inventário fotográfico.

O restauro, que tem levado anos, de tantos dos móveis, quadros, e outras espécies que hoje em lugar de estarem arrecadadas se encontram expostas. Muitas outras espécies (algumas carradas) que conseguimos transferir de outros Palácios e Serviços, para este.

Tem havido por parte da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais o melhor empenho e porfiado esforço em conseguir melhorar, restaurar e até renovar tantas das dependências, reintegração de muitos dos tectos decorativos do Palácio, etc.

Tem-se procurado conseguir dar ao pessoal menor aquela noção de responsabilidade e dignidade inerente a um bom funcionário e considerámo-nos satisfeitos com muitos dos resultados obtidos. No entanto, como o lema dum bom funcionário deve ser servir bem e cada vez melhor, e tanto há ainda a fazer em lugar de olharmos para trás para ver o caminho percorrido, devemos olhar para a frente e pensar antes que pouco ou nada se fez...”¹⁶⁴⁵

Ainda enquanto conservador do Palácio Nacional de Mafra, refira-se outra importante ação de Ayres de Carvalho: a inauguração, em 27 de fevereiro de 1964 do Museu de Escultura Comparada, numa cerimónia em que estiveram presentes o Ministro das Finanças, António Manuel Pinto Barbosa (1917-2006); o Ministro da

¹⁶⁴⁵ “Entrevista com ...”, in, *O Jovem*, 1 de março de 1963, p. 6.

Educação, Inocêncio Galvão Teles (1917-2010); e, o Ministro das Obras Públicas, Eduardo Arantes e Oliveira (1907-1982)¹⁶⁴⁶.

Na sequência de ensejos anteriores, este museu começou a ser efetivamente organizado em 1961, com a formação da comissão que viria ser responsável pela conceção e concretização deste projeto museológico: pintor Abel de Moura (Direção Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes), Ayres de Carvalho (Direção Geral da Fazenda Pública) e o arquiteto Elísio Summavielle Soares (Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais)¹⁶⁴⁷.

Dependente da Direção Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes¹⁶⁴⁸, este museu ficou sob a direção do conservador do PNM, enquanto não fosse fixado o respetivo quadro de pessoal.

Em 1963 Ayres de Carvalho escreveria a propósito desta instituição:

*“um Museu desta natureza, que com mais propriedade se deveria chamar «Gipsoteca», distinguindo-se assim as moldagens em gesso que o constituem dos originais em que foram moldadas, é difícil considerar-se completo ou concluído, mesmo que por agora existisse o espaço material disponível para abrigar as espécies já existentes. São Museus estruturalmente em «permanente desenvolvimento»[...].”*¹⁶⁴⁹

Recorrendo às próprias palavras de Ayres de Carvalho, conseguimos apurar as movimentações que culminaram com a criação e inauguração deste Museu de Escultura Comparada:

“Há mais de quarenta anos que os artistas e estudiosos portugueses ambicionam a criação dum «Museu de Escultura Comparada».

Apesar de ter sido publicado um Decreto no ano de 1919 que deveria dar execução a este projecto e em 1940, a Academia Nacional de Belas-Artes ter

¹⁶⁴⁶ CARNAXIDE, Jorge Humberto Santos, *O Museu de Escultura Comparada de Mafra: um Projecto Romântico no Estado Novo*, 2010, pp. 100-102.

¹⁶⁴⁷ *Museu de Escultura Comparada – Gipsoteca – Mafra*, Ministério das Obras Públicas, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1963, p. 11.

¹⁶⁴⁸ Jorge Carnaxide refere que o Museu de Escultura Comparada foi criado oficialmente por diploma de 11 de dezembro de 1963. CARNAXIDE, Jorge Humberto Santos, *O Museu de Escultura Comparada de Mafra: um Projecto Romântico no Estado Novo*, 2010, pp. 101.

Na presente investigação, não conseguimos confirmar a criação dessa instituição através de diploma com a referida data.

¹⁶⁴⁹ “Entrevista com...”, in, *O Jovem*, 1 de março de 1963, p. 6.

conseguido reunir e expor mais de meia centena de peças escultóricas moldadas nos mais importantes monumentos do país, só hoje esse Museu se tornou realidade.

*Com efeito, foi possível instalar em pouco mais de um ano no Palácio Nacional de Mafra grande parte das espécies que se encontravam há muito arrecadadas no Mosteiro dos Jerónimos e que pela primeira vez, ordenadas, classificadas e reunidas, se mostram ao público.”*¹⁶⁵⁰

A escolha de Mafra para a instalação deste museu terá sido pretendida pelo próprio conservador do PNM, em oposição a uma eventual escolha do Mosteiro dos Jerónimos, em Lisboa, como era desejado por Diogo de Macedo, entretanto desaparecido¹⁶⁵¹.

*“Sendo o Monumento de Mafra, como é óbvio, o mais rico Museu de Escultura Setecentista, tanto italiana como nacional, onde aprenderam e se formaram os nossos melhores Artistas desse tempo, foi a sua escolha das mais felizes para acolher um tão importante núcleo de moldagens reproduzindo obras-primas de várias épocas, estilos e nacionalidades. Será sem dúvida, a dois passos do bulício da capital, não só um lugar preferido pelos estudiosos e por aqueles que desejam tranquilidade e recolhimento espiritual, como também pelos milhares de visitantes nacionais e estrangeiros que anualmente afluem a este Palácio Nacional.”*¹⁶⁵²

No entanto, Ayres de Carvalho nunca deixaria de evocar a importância de Diogo de Macedo como “um dos mais devotos impulsionadores duma ideia que infelizmente não chegou a ver realizada”¹⁶⁵³, utilizando mesmo as palavras deste historiador e artista para definir esta tipologia de instituição museológica:

“os Museus de Escultura Comparada são bibliotecas de clara consulta, oficinas de aprendizagem profissional, escolas livres de verdades históricas, religiosas e civis, testemunhadas pelos séculos...”

¹⁶⁵⁰ *Museu de Escultura Comparada – Gipsoteca – Mafra*, Ministério das Obras Públicas, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1963, p. 7.

¹⁶⁵¹ CARNAXIDE, Jorge Humberto Santos, *O Museu de Escultura Comparada de Mafra: um Projecto Romântico no Estado Novo*, 2010, p. 91-92. CARVALHO, Maria João Vilhena de, *As esculturas de Ernesto Jardim de Vilhena. A constituição de uma coleção nacional*, 2014, p. 522.

¹⁶⁵² *Museu de Escultura Comparada – Gipsoteca – Mafra*, Ministério das Obras Públicas, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1963, pp. 7-8.

¹⁶⁵³ *Idem*, p. 8.

...«Ali se estudam e investigam os segredos de arte, de etnografia, armaria, indumentária, cavalaria, heráldica, ritos religiosos, costumes, lendas, histórias, etc., numa fácil consulta tão proveitosa aos sábios como artistas e até aos obreiros de ofícios singelos...

...«Além disso, aqueles museus são arquivos previdentes e protectores das pedras sagradas do passado, que o tempo e as revoluções dos homens pelas leis fatais do destino, constantemente levam à ruína, quando não ao seu desaparecimento total...

...«Outras utilidades, todavia contêm estes museus de permanente desenvolvimento: a de comparações de peças existentes em lugares distantes uma das outras e de impossível deslocação dos originais para exames; a de imediatos cotejos lado a lado com reproduções de obras estrangeiras, para identificação e aclareamento de mistérios que as pedras possuem em si, quando não existem documentos escritos...»¹⁶⁵⁴

Instalado no torreão norte do Convento de Mafra, ocupando um total de 9 salas, o Museu de Escultura Comparada apresentava diferentes núcleos: moldagens do Mosteiro de Santa Cruz, em Coimbra, produzidas no final do século XIX¹⁶⁵⁵; moldagens de escultura medieval portuguesa, executadas para as Comemorações dos Centenários de 1940 e que haviam sido expostas no Museu Nacional de Arte Antiga em exposição associada à dos *Primitivos Portugueses*¹⁶⁵⁶; e moldagens de escultura francesa, executadas no atelier de calcografia do Museu do Louvre, apresentadas em 1934 na *Exposição de Arte Francesa*, na Sociedade Nacional de Belas-Artes, e que terão sido adquiridas pelo Estado português por ação de José de Figueiredo, Reynaldo dos Santos, Francisco Franco e Diogo de Macedo¹⁶⁵⁷.

Em 1964, Armindo Ayres de Carvalho era um homem casado, com duas filhas, reconhecido pela sua obra enquanto artista plástico, conservador do Palácio Nacional de

¹⁶⁵⁴ *Museu de Escultura Comparada – Gipsoteca – Mafra*, Ministério das Obras Públicas, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1963, pp. 8-9.

¹⁶⁵⁵ CARNAXIDE, Jorge Humberto Santos, *O Museu de Escultura Comparada de Mafra: um Projecto Romântico no Estado Novo*, 2010, p. 85.

¹⁶⁵⁶ *Idem*, p. 86.

¹⁶⁵⁷ CARVALHO, Ayres de, “Reynaldo dos Santos (1880-1970). Três Décadas na Presidência da Academia Nacional de Belas-Artes”, in, *Revista da ANBA*, 1980, pp. 17-18. Ver também: BAIÃO, José de Figueiredo (1871-1937). *Ação e contributos no panorama historiográfico, museológico e patrimonialista em Portugal*, 2014 [texto policopiado], pp. 522-523 e anexo, Doc. 11), e CARVALHO, Maria João Vilhena de, *As esculturas de Ernesto Jardim de Vilhena. A constituição de uma coleção nacional*, 2014.

Maфра e investigador de História de Arte. O reconhecimento público das suas qualidades profissionais e científicas permitiram-lhe a ocupação de outros cargos, como o de vogal da Comissão Municipal de Arte e Arqueologia de Maфра, ou o de vogal correspondente da Academia Nacional de Belas Artes, desde 1963, tornando-se académico efectivo no ano seguinte, 1964¹⁶⁵⁸.

A par deste reconhecimento, ou também devido a ele, Ayres de Carvalho foi convidado, a partir de 1955, para dar ciclos de palestras, acerca de técnicas e história do Desenho e da Gravura, destinadas aos estagiários dos Cursos de Conservadores dos Museus, Palácios e Monumentos Nacionais. Mais tarde, entre 1972 e 1974, passou a lecionar a Secção de Desenho e Gravura, integrante do Estudo de Materiais e Obras de Arte¹⁶⁵⁹, fazendo também parte do Júri dos exames de Aptidão e Museologia II no mesmo curso, que estava tutelado pela Direcção Geral dos Assuntos Culturais do Ministério da Educação Nacional e era ministrado no Museu Nacional de Arte Antiga¹⁶⁶⁰. Ayres de Carvalho deu ainda aulas de Desenho, no Curso de Decoração da Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, entre 1958 e 1975¹⁶⁶¹.

Na sequência do seu desempenho à frente do Palácio Nacional de Maфра, em setembro de 1964 Armindo Ayres de Carvalho, foi nomeado conservador, ainda que de modo interino, do Palácio Nacional da Ajuda, acumulando assim as duas administrações.

Em junho de 1967 foi nomeado conservador efectivo do PNA, passando a ocupar a residência de função destinada ao conservador desta instituição, na Rua do

¹⁶⁵⁸ GANDRA, Manuel, Ayres de Carvalho. “Nota Bio-Bibliográfica e Artística”, in, *Boletim Cultural 1992*, Câmara Municipal de Maфра, 1992, pp.209-221.

¹⁶⁵⁹ Decreto-Lei n.º 46.758, de 18 de dezembro de 1965, *Diário do Governo*, n.º 286, de 18 de dezembro de 1965. Ofício do conservador do PNA, de 19 de novembro de 1979, dirigido ao diretor da DGP. APNA; Pastas por classificar, Pasta 14, Bloco 3, fólios 137-138.

¹⁶⁶⁰ Carta de Maria José de Mendonça, directora do curso, de 14 de setembro de 1973, dirigido ao conservador do PNA. APNA, Capilhas soltas, Bloco 47, fólio 14.

Ofício da Repartição do Património da DGFP, de 9 de outubro de 1973, dirigido ao conservador do PNA. APNA, Capilhas soltas, Bloco 47, fólio 5.

¹⁶⁶¹ Ofício do conservador do PNA, de 31 de março de 1975, dirigido ao Diretor da DGFP e ao chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA; Pasta 15, bloco 6, fólio 328. Carta de Ayres de Carvalho, dirigido à Diretora do Curso de Decoração da Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva. APNA, Pastas por classificar, Pasta 15, Bloco 6, fólio 329. Ofício da Repartição do Património da DGFP, de 23 de outubro de 1971, dirigido ao conservador do PNA. APNA, Capilhas soltas, Bloco 45, fólio 6. Ofício da Repartição do Património da DGFP, de 25 de outubro de 1972, dirigido ao conservador do PNA. APNA, Capilhas soltas, Bloco 46, fólio 6.

Guarda-Jóias, n.º 52, que tinha sido alvo de uma campanha de obras de beneficiação dos espaços¹⁶⁶².

A ação de Armindo Ayres de Carvalho no Palácio Nacional da Ajuda ficou particularmente marcada pela abertura deste monumento à visita. Como o próprio viria a recordar,

*“Os últimos anos da minha actuação no Palácio da Ajuda foram vividos intensamente, pois partindo de um inventário monumental que abrange mais de 50.000 espécies até à sistemática selecção e arrumação das imensas reservas, assim se conseguiu com lógica e segurança propor que as suas salas fossem abertas ao público e apreciados no seu ambiente alguns dos valores incalculáveis do nosso património histórico e artístico.”*¹⁶⁶³

Tendo em mente o objetivo de abertura da instituição à visita, o conservador preocupou-se com várias aspetos funcionais do palácio, que dirigia. Foram constantes, pois, as suas preocupações com o estado de conservação do edifício e das coleções aí existentes, com o número de funcionários disponíveis e com as diversas utilizações de espaços do PNA em atividades não museológicas. Essas preocupações ganharam maior relevo em alguns momentos, com especial destaque para o do incêndio que em 23 de setembro de 1974 que assolou uma importante área do Palácio Nacional da Ajuda, e que terá adquirido contornos de grande dramatismo na vida deste monumento nacional.

Durante o período em que se manteve à frente deste antigo Paço Real, Ayres de Carvalho, manteve sempre a convicção de que o PNA, bem como os restantes Palácios Nacionais, deveriam ser encarados como instituições centrais no contexto museológico nacional, muito devido aos peculiares ambientes que aí se preservavam e que continuavam a ser utilizados em eventos protocolares. De facto, o conservador do PNA viria mesmo a comentar que *“Sendo os Palácios Nacionais, Museus de feição artística, e histórica, tradicional e decorativa, [...] bem os podemos intitular de “Museus*

¹⁶⁶² Ofício do conservador do PNA, de 28 de março de 1967, dirigido ao chefe da repartição do património da DGFP. APNA, Pastas por classificar, Pasta 21, Bloco 1, fólio 106. Ofício do conservador do PNA, de setembro de 1967, dirigido ao chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas por classificar, Pasta 19, Bloco 7, fólio 31.

¹⁶⁶³ CARVALHO, Ayres de, Documento não datado, mas que parece ser um discurso de despedida aquando da sua reforma em 1981, in, *Dossier Ayres de Carvalho*, Biblioteca Municipal de Mafra.

ambientais”, e que, em determinadas condições poderão vir a ficar na vanguarda de qualquer outro Museu de feição utilitária e cultural.”¹⁶⁶⁴

Acumulando os cargos de conservador do Palácio Nacional da Ajuda e de responsável pela administração do Palácio Nacional de Mafra, ao longo do seu percurso profissional Ayres de Carvalho foi sendo designado também para outras tarefas, “fora de portas”: decoração de alguns gabinetes de governantes¹⁶⁶⁵; preparação de diversos eventos diplomáticos e protocolares¹⁶⁶⁶; e acompanhamento técnico de alguns edifícios e coleções públicas¹⁶⁶⁷.

De todas estas tarefas, destaquem-se aquelas que, por estarem ligadas a outros Palácios Nacionais, corroboraram o seu reconhecimento público enquanto conservador: Ayres de Carvalho foi o responsável pela preparação e decoração do espaço residencial no Paço dos Duques de Bragança, em Guimarães, por ocasião das visitas do Presidente da República¹⁶⁶⁸; pela preparação e decoração do Pavilhão Residencial do Palácio Nacional de Queluz, aquando das visitas oficiais de chefes de estado e outras altas dignidades em visita oficial a Portugal¹⁶⁶⁹; e colaborou ainda em alguns pareceres e decisões relativas ao Palácio Nacional de Sintra, a partir de 1971¹⁶⁷⁰.

¹⁶⁶⁴ CARVALHO, Ayres de, Documento não datado, mas que parece ser um discurso de despedida aquando da sua reforma em 1981, in, *Dossier Ayres de Carvalho*, Biblioteca Municipal de Mafra.

¹⁶⁶⁵ Ofício do conservador do PNA, de 30 de junho de 1965, dirigido ao chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas por classificar, Pasta 14, Bloco 1, fólio 78-79.

¹⁶⁶⁶ Alguns exemplos: decoração do salão da Alfândega do porto “*destinado a conferências, actos de posse, recepções a membros do Governo e outras manifestações.*”, Ofício do conservador do PNA, de 9 de junho de 1965, dirigido ao chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas por classificar, Pasta 14, Bloco 1, fólhos 90-92; e, preparação das salas no Mosteiro de Alcobaça para almoço dos membros da EFTA, Ofício do conservador do PNA, de 28 de setembro de 1966, dirigido ao chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas por classificar, Pasta 14, Bloco 2, fólio 27.

¹⁶⁶⁷ Em 1969, o Conservador Ayres de Carvalho foi a Portalegre, ao Convento de Santa Clara a fim de emitir parecer acerca do destino do edifício e das colecções aí existentes. Ofício do Diretor de Finanças de Portalegre, de 19 de março de 1969, dirigido ao Diretor Geral da Fazenda Pública. APNA, Capilhas soltas, Bloco 43, fólhos 5-9.

¹⁶⁶⁸ Ofício da Repartição do Património da DGFP, de 9 de junho de 1967, dirigido ao conservador do PNA. APNA, Pastas por classificar, Pasta 21, Bloco 1, fólio 105. Ofício do Secretário Geral da Presidência da República, de 3 de julho de 1970, dirigido ao Diretor Geral da Fazenda Pública. APNA, Capilhas soltas, Bloco 44, fólio 8.

¹⁶⁶⁹ O conservador do PNA foi incumbido do arranjo do Pavilhão Residencial do Palácio Nacional de Queluz para as visitas do Presidente do Brasil e do Duque de Edimburgo, ocorridas em maio e junho de 1973, respetivamente. Ofício da Repartição do Património da DGFP, de 2 de março de 1973, dirigido ao conservador do PNA. APNA, Capilhas soltas, Bloco 47, fólio 36. Ofício da Repartição do Património da DGFP, de 11 de julho de 1973, dirigido ao conservador do PNA. APNA, Capilhas soltas, Bloco 47, fólio 25.

¹⁶⁷⁰ Com a morte de Casimiro Gomes da Silva, conservador do Palácio Nacional de Sintra, em 1971, este monumento ficou praticamente a ser “gerido” por um grupo de guardas mais antigos nas funções: Arnaldo José Terraquente, Teófilo e Narciso Brandão. SOARES, Luís, *Palácio Nacional de Sintra. Circuito Expositivo. Análise da sua evolução*, 2010, pp. 29 e 45.

Em 1973, Ayres de Carvalho assumiu outra responsabilidade: a co-administração do Palácio Nacional de Queluz, juntamente com a conservadora do Palácio Nacional da Pena, sua filha, Maria Simonetta Aires de Carvalho Luz Afonso:

*“[...] para cumprimento do despacho de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro [...], exarado em parecer do Excelentíssimo Director-Geral, que o Palácio Nacional de Queluz continuará ao cuidado de V. Ex.^a e da conservadora do Palácio Nacional da Pena, Licenciada Maria Simonetta Aires de Carvalho Luz Afonso, podendo qualquer dos dois exercer a sua administração e tomar as providências necessárias para que Sua Excelência o Presidente do Conselho possa dele dispor quando assim o entender.”*¹⁶⁷¹

E, finalmente, em 22 de abril de 1974, no seguimento de algumas tarefas que já vinha a ser incumbido pela tutela, Ayres de Carvalho foi nomeado Primeiro Conservador dos Palácios e Monumentos Nacionais¹⁶⁷², assumindo a responsabilidade da direção dos Palácios Nacionais de Queluz, de Sintra e de Mafra, para além do da Ajuda. Esta nomeação teve carácter definitivo em 18 de agosto de 1976, depois de despacho do Secretário de Estado das Finanças¹⁶⁷³, e sobre ela o próprio conservador viria a comentar que

*“os Conservadores ou se tinham reformado ou tinham desaparecido na voragem do tempo. Só eu tinha ainda resistido para andar de ceca para meca, da Ajuda para Queluz, de Sintra para Mafra, ou para a Pena sem nenhuma parança”*¹⁶⁷⁴

O cargo agora assumido por Ayres de Carvalho, que confirmou indubitavelmente o seu papel incontornável nos Palácios Nacionais, pode ser entendido como uma espécie de substituição do cargo de Superintendente Artístico dos Palácios

Assim, a partir de 1971, é pedido a Ayres de Carvalho que acompanhe e superintenda algumas das tarefas mais complexas relacionadas com a gestão do Palácio Nacional de Sintra. Ofício da Repartição do Património da DGFP, de 31 de julho de 1973, dirigido ao conservador do PNA. APNA, Capilhas soltas, Bloco 47, fólios 21 e 22. Ofício da Repartição do Património da DGFP, de 12 de junho de 1973, dirigido ao conservador do PNA. APNA, Capilhas soltas, Bloco 47, fólio 28.

¹⁶⁷¹ Ofício da Repartição do Património da DGFP, de 29 de junho de 1973, dirigido ao conservador do PNA. APNA, Capilhas soltas, Bloco 47, fólio 26.

¹⁶⁷² ACMF, Caixa 29, Antiguidades de funcionários dos palácios nacionais.

¹⁶⁷³ Nomeação de 18 de agosto de 1976, *Diário da República*, n.º 203, de 30 de agosto de 1976.

¹⁶⁷⁴ CARVALHO, Ayres de, *Comunicação Atentados à integridade artística de Edifícios e Monumentos dos séculos XVI-XVII aos nossos tempos*, no âmbito do Curso de Pós-graduação em Conservação e Recuperação de Edifícios e Monumentos, promovido pelo Departamento de Arquitetura da ESBAL, 1985, p. 20. Biblioteca Municipal de Mafra, *Dossier Ayres de Carvalho*.

Nacionais, ocupado pelo arquiteto Raul Lino desde 1939¹⁶⁷⁵; no início da década de 1970 Lino afastara-se progressivamente destas atribuições, quer por vontades tutelares, quer por contingências de idade e saúde¹⁶⁷⁶.

Enquanto Primeiro Conservador dos Palácios e Monumentos Nacionais, Ayres de Carvalho foi continuamente solicitado para se pronunciar acerca de diversos assuntos relacionados com o funcionamento destas instituições: estado de conservação de edifícios e objetos; restauros; utilização de espaços; movimentação de objetos; horários de funcionamento; segurança; visitas oficiais; venda de publicações, postais e diapositivos; solicitações para fotografar e filmar; etc.

Para além das suas responsabilidades face aos Palácios Nacionais, Ayres de Carvalho ainda desenvolveu trabalho relativo a outros monumentos nacionais e sítios arqueológicos, entre os quais: achados arqueológicos no Porto de Peniche¹⁶⁷⁷; Casa dos Arcos, em Santa Comba Dão¹⁶⁷⁸; achados arqueológicos subaquáticos em Porto Santo¹⁶⁷⁹; e Convento de Santa Clara, em Portalegre¹⁶⁸⁰.

Durante o período em que se manteve na direção do PNA, Ayres de Carvalho continuou a publicar alguns resultados das suas investigações. Entre essas publicações, destacamos: *Novas Revelações para a História do Barroco em Portugal* (1965), galardoado com o Prémio de História de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian; “Palácio e Convento de Mafra” e “Palácio da Ajuda” no livro *Palácios Portugueses*, editado pela Secretaria de Estado da Informação e Turismo (1972); *Lo Scultore Spagnolo D. Xavier de Larra Churriguera (1706-1768) in Portogallo*, comunicação apresentada no XXIII Congresso Internacional de História de Arte, em Granada (3 a 8

¹⁶⁷⁵ Decreto-lei n.º 29.802 de 3 de agosto de 1939, *Diário do Governo*, n.º 180, 3 de agosto de 1939. Ver **2.1. Tutela (Direção Geral da Fazenda Pública)**.

¹⁶⁷⁶ Não deixa de ser curioso que a “supervisão artística” dos Palácios Nacionais, a cargo de Raul Lino, fosse entregue a Ayres de Carvalho em abril de 1974, apenas cerca de três meses antes do desaparecimento de Raul Lino, em 13 de julho de 1974.

¹⁶⁷⁷ Ayres de Carvalho fez parte da comissão tripartida de avaliação dos achados arqueológicos no Porto de Peniche. Pareceres de 5 de janeiro de 1979. APNA, Pastas por classificar, Pasta 19, Bloco 5, fólios 125 a 128.

¹⁶⁷⁸ Ofício do primeiro conservador dos Palácios e Monumentos Nacionais, de 18 de julho de 1976, dirigido ao chefe da Repartição do Património. APNA, Pastas por classificar, Pasta 15, Bloco 6, fólios 149-150.

¹⁶⁷⁹ Ayres de Carvalho fez parte da comissão tripartida de avaliação dos achados arqueológicos em Porto Santo. Parecer de 10 de fevereiro de 1978. APNA Pastas por classificar, Pasta 19, Bloco 6, fólios 30-33. APNA Pastas por classificar, Pasta 19, Bloco 6, fólios 75-78.

¹⁶⁸⁰ APNA, Pastas por classificar, Pasta 21, Bloco 1, fólios 12-13, 15-17 e 45-57. APNA, Pastas por classificar, Pasta 21, Bloco 2, fólios 196 e 197.

de Setembro de 1973)¹⁶⁸¹; *As Obras de Santa Engrácia e os seus Artistas* (1971), a que foi atribuído o Prémio José de Figueiredo da Academia Nacional de Belas-Artes; *Catálogo da Colecção de desenhos da Biblioteca Nacional de Lisboa* (1977); *Os três Architectos da Ajuda* (1979), que ganhou o Prémio José de Figueiredo da Academia Nacional de Belas-Artes; *A Basílica da Estrela no segundo Centenário da sua fundação* (1979); *L'Opera Portoghese di F.S. Fabri* (1979), no livro *Francesco Saverio Fabri, Architetto – Medicina 1761/Lisbona 1817 – formazione e opere in Italia e in Portogallo*, organizado pelos professores Sammogia e Rimondini

Foi ainda publicando diversos artigos (alguns redigidos na sequência de comunicações que fazia regulamente) em vários periódicos - *Belas Artes*, *Bracara Augusta*, *Revista Recursos Hídricos*.

O continuado reconhecimento da qualidade científica e profissional de Ayres de Carvalho levou-o também a ser nomeado e convidado, durante toda a sua vida, para os mais diversos cargos, que elencamos em seguida.

Em 1966, na qualidade de artista, foi convidado pela Direção Geral do Ensino Superior e de Belas-Artes para fazer parte da Junta Nacional da Educação, remodelada há pouco¹⁶⁸².

Na condição de vogal da Junta Nacional da Educação (2.^a e 4.^a Subsecções da 2.^a Secção), Ayres de Carvalho assumiu diversas funções, entre as quais os trabalhos de inventário, peritagem e avaliação da coleção da herança de António Anastácio Gonçalves, legada ao Estado (1966)¹⁶⁸³; ou o inventário da herança do comandante Ernesto de Vilhena (1967)¹⁶⁸⁴.

¹⁶⁸¹ Ofício da Repartição do Património da DGFP, de 24 de setembro de 1973, dirigido ao conservador do PNA. APNA, Capilhas soltas, Bloco 47, fólio 7.

¹⁶⁸² Ofício do conservador do PNA, de 7 de março de 1966, dirigida ao chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas por classificar, Pasta 14, Bloco 2, fólio 87.

¹⁶⁸³ Ofício do conservador do PNA, de 20 de julho de 1966, dirigido ao chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas por classificar, Pasta 14, Bloco 2, fólios 47-48. Ofício da Repartição do Património da DGFP, de 23 de junho de 1967, dirigido ao conservador do PNA. APNA; Pastas por classificar, Pasta 21, Bloco 1, fólio 104.

¹⁶⁸⁴ Acerca desta coleção ver, CARVALHO, Maria João Vilhena de, *As Esculturas de Ernesto Jardim de Vilhena. A Constituição de uma Coleção Nacional*, 2014.

Em 1972 foi nomeado representante da Direção Geral da Fazenda Pública num grupo de trabalho para o melhor “Aproveitamento Turístico dos Palácios, Museus e Monumentos Nacionais”¹⁶⁸⁵.

Em 1974 foi eleito sócio correspondente da *Deputazione Subalpina di Storia Patria*, de Turim, Itália.

Em 1975 foi nomeado para a comissão incumbida para proceder à inventariação das coleções artísticas de Jorge de Brito¹⁶⁸⁶.

Em 1976 foi nomeado delegado da Direção Geral do Património nos seguintes organismos: Comissão de Cultura da Secretaria de Estado da Cultura; Comissão para a Proteção e Defesa do Património Cultural e Artístico; e, Grupo de Trabalho da Direção Geral do Património Cultural para a reestruturação dos Museus.

Em 1978 colaborou com a Fundação Calouste Gulbenkian, no procedimento de inventariação dos bens artísticos legados pelo arquiteto Cristino da Silva¹⁶⁸⁷.

Em 1980 foi eleito presidente da Academia Nacional de Belas Artes (onde era vogal efetivo há quase vinte anos), mantendo-se nesse cargo até 1995¹⁶⁸⁸.

Ayres de Carvalho colaborou também na organização de algumas exposições: *Aspectos da Arquitectura Barroca Luso-Brasileira*, patrocinada pela Fundação Calouste Gulbenkian e inaugurada na cidade de S. Salvador da Baía, Brasil (1968); *Aspectos da Arte em Portugal no século XVIII*, patrocinada pela Fundação Calouste Gulbenkian e destinada a integrar o Congresso Internacional de Estudos em homenagem a André Soares, promovido pela Câmara Municipal de Braga (1973); *O pintor Casanova e seus Discípulos Régios nas Coleções do Palácio Nacional da Ajuda*, com a conservadora Simonetta Luz Afonso, no Palácio Nacional da Pena (1976); e, *A Criança nas Coleções dos Palácios Nacionais da Ajuda e de Queluz*, com a conservadora Simonetta Luz Afonso, no Palácio Nacional de Queluz (1979).

¹⁶⁸⁵ Ofício da Repartição do Património da DGFP, de 7 de dezembro de 1972, dirigido ao conservador do PNA. APNA, Capilhas soltas, Bloco 46, fólio 3.

¹⁶⁸⁶ Para esta comissão foram nomeados, para além de Armindo Ayres de Carvalho, Joaquim da Costa Rebocho e Maria Simonetta Ayres de Carvalho. Ofício de 18 de junho de 1975, dirigido ao diretor da DGFP e ao chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas por Classificar, Pasta 15, Bloco 6, fólios 297-298.

¹⁶⁸⁷ Ofício do conservador do PNA, de 28 de setembro de 1978, dirigido a Artur Nobre de Gusmão, diretor do Serviço de Belas-Artes da Fundação Calouste Gulbenkian. APNA, Pastas por classificar, Pasta 14, Bloco 3, fólio 242.

¹⁶⁸⁸ Ofício do conservador do PNA, de 6 de novembro de 1980, dirigido ao diretor da DGPE. APNA, Pastas por classificar, Pasta 14, Bloco 3, fólio 35.

No dia 1 de novembro de 1980, após concurso público, apresentou-se ao serviço no Palácio Nacional da Ajuda a conservadora de 2.^a classe dos Palácios e Monumentos Nacionais, Isabel Maria Canhoto Segura de Faria da Silveira Godinho¹⁶⁸⁹. A nova conservadora viria a substituir Ayres de Carvalho na direção do PNA aquando da sua aposentação em junho de 1981.

Depois da sua reforma do cargo de conservador dos Palácios Nacionais, Ayres de Carvalho tornou a dedicar-se com mais afinco à sua própria produção artística, expondo alguns dos seus trabalhos, quer antigos, quer recentes, em várias mostras: *Os anos 40 na arte portuguesa* (1982) e *Nascer... e depois?* (1983), ambas na Fundação Calouste Gulbenkian; exposição individual na Galeria do Diário de Notícias (1983); exposição *Lisboa*, organizada pela LPDM (1987). A sua mais importante exposição seria, contudo, a antológica que esteve patente ao público na Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, em 1994, concebida não só para homenagear o artista, como também para fazer uma leitura transversal da sua obra¹⁶⁹⁰.

¹⁶⁸⁹ Isabel Maria Canhoto Segura de Faria da Silveira Godinho (n. 1943). Licenciada em Filologia Germânica pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (1960-1965), onde também fez o curso de Ciências Pedagógicas (1965-1966) e frequentou algumas cadeiras do curso de História (1970-1972). Entre 1970 e 1972 fez o Curso de Conservador de Museu no Museu Nacional de Arte Antiga. Em 1977 foi voluntária no Departamento de Cerâmica do *Philadelphia Museum of Art* (Filadélfia, Pensilvânia, Estados Unidos da América) e em 1978 estagiou no Serviço Educativo e no Serviço de Voluntariado do *Metropolitan Museum of Art* (Nova Iorque, Estados Unidos da América). Em 1980 foi nomeada conservadora de 2.^a classe dos Palácios e Monumentos Nacionais, sendo colocada após concurso no Palácio Nacional da Ajuda, onde substituiu o conservador Ayres de Carvalho em 1981, ocupando também, ainda que interinamente (1980-1983) o cargo de conservadora do Palácio Nacional de Queluz, em substituição de Simonetta Luz Afonso. Manteve-se como diretora do Palácio Nacional da Ajuda até março de 2013. Despacho n.º 32.233/2008, de 17 de Dezembro de 2008, *Diário da República*, II série, n.º 243.

¹⁶⁹⁰ Esta exposição teve nas palavras de José Luís Porfírio uma interessante análise: “*Limitada a 55 números de catálogo, a presente antologia vem a dar vinte anos de um percurso bem português, até pela mudança na actividade fundamental e pela impossibilidade de viver da prática artística, percurso que se resume a duas décadas [...] (mais precisamente entre 33 e 50), prolongado apenas por dois retratos da filha mais nova, desenhos já dos anos 70, testemunhos de uma das facetas mais sensíveis na sua produção, o retrato familiar.*

Bem português é, também, em Ayres de Carvalho, a multiplicidade de referências e algumas vívidas contradições, legíveis no interior do seu trabalho, sintomas seguros de uma latente inadaptação que percorre boa parte da sua obra.

A formação escolar, lisboeta, é (como não podia deixar de ser) académica, e assumida como tal muito para além dos limites da escola, num pintor em que sempre se sente a vontade e, por vezes, a firmeza do desenho sob a camada cromática, fugindo assim a uma dominante naturalista, tão do gosto português, sobretudo na representação da figura humana [...].

Porém, ao lado da decoração mais amável ou da encomenda nacionalista, encontramos o registo de um realismo social em duas composições de grandes dimensões [...]. Ao desenho mais objectivo e, por vezes, rígido do registo social, opõe-se o registo íntimo e terno do retrato familiar, mais sensível, e na paisagem, um toque naturalista, invadido por um lirismo crescente que o leva a criar situações próximas do expressionismo [...].

Para além da formação académica e do gosto naturalista, para além da encomenda oficial ou oficiosa, há outros mundos, mais sensíveis no registo íntimo, mais cósmicos no confronto com a vibração da

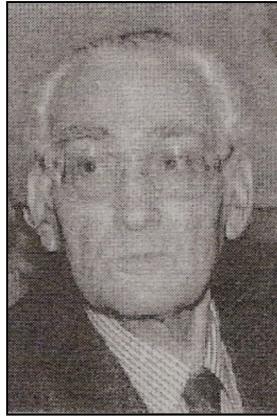


Fig. 104 – Armindo Ayres de Carvalho.
Boletim da Câmara Municipal de Mafra, 1992.

Para além da dedicação à produção artística, depois da sua aposentação Ayres de Carvalho continuou a dedicar-se à investigação, publicando alguns livros e artigos, tais como: *A Galeria de Pintura da Ajuda e as Galerias do Século XIX* (1982); *Artistas e Gravadores Franceses (sec. XVII-XVIII) – de Callot a Quillard* (1984); *Algumas Obras-primas de Artistas Espanhóis em Portugal – Rivalidades artísticas de portugueses e espanhóis*, comunicação publicada nas atas do “I Simposio relaciones artísticas entre Portugal y España” (1986); *Portugal, o Brasil e as Artes, Séculos XVIII-XIX*, publicado no catálogo da exposição “D. Pedro d’Alcântara de Bragança-1798/1834”, patente no Palácio Nacional de Queluz entre maio e outubro de 1986; *A Lisboa do último quartel de setecentos vista por William Beckford*, publicado no catálogo da exposição “A Viagem de uma Paixão – William Beckford em Portugal”, patente no Palácio Nacional de Queluz entre maio e outubro de 1987; *Tectos do Palácio da Ajuda e seus Pintores*, publicado “na Agenda do Crédito Predial Português” e depois em separata (1987); *Três Temas sobre as Relações Artísticas entre Portugal e Espanha, nos séculos XVI e XVII*, comunicação publicada nas actas do “II simpósio Luso-Espanhol de História de Arte – As relações artísticas entre Portugal e Espanha na época dos Descobrimentos” (1987); *D. João V le Magnanime et la Rome Pontificale*, publicado no catálogo da exposição “Le Triomphe du Barroque”, integrada na Europália, Bélgica (1991); e, *Uma Praça Imaginária com uma Estátua Equestre que nasceu com o terramoto de 1755 para glorificar um Rei e um Estadista*, publicado no

paisagem. Ayres de Carvalho viveu e confrontou-se com as tradições do seu tempo, sabendo ou sentindo, no próprio coração do seu trabalho, esses outros mundos que havia fora do nosso estreito mundo português [...]”. (PORFÍRIO, José Luís, “Este mundo... e os outros”, in, Expresso, n.º 1154, 24 de dezembro de 1994).

catálogo da exposição “Do Tejo aos Mares da China”, patente no Palácio Nacional de Queluz, entre março e maio de 1992.

O antigo conservador do PNA continuou também a proferir diversas conferências acerca dos seus temas de investigação e a colaborar na organização de algumas exposições, das quais destacamos a *Presença de alguns Artistas franceses em Portugal no século XVIII – sua influência*, organizada pela Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva (maio a junho de 1982).

Em 1984 Ayres de Carvalho ficou viúvo, tornando a casar um ano depois, em 1985, com Maria Júlia Pereira do Carmo de Sousa¹⁶⁹¹. Mais de uma década volvida, no dia 15 de maio de 1997, esta personalidade faleceria em Lisboa, aos 86 anos de idade¹⁶⁹².

3.2.2. Administração do edifício

Durante a direção do conservador Armindo Ayres de Carvalho, o PNA continuou a estar ligado ao Protocolo da Presidência da República, centralizado no Serviço do Protocolo do Ministério dos Negócios Estrangeiros¹⁶⁹³.

Neste período foram diversos os eventos protocolares realizados no Palácio Nacional da Ajuda, a maior parte deles ocorrendo, como até então, na Sala da Ceia ou dos Banquetes. Os últimos anos do Estado Novo foram, contudo, marcados por uma substancial redução do número de eventos protocolares realizados neste palácio, fruto de um certo isolamento diplomático do país, devido essencialmente à questão colonial. Com a mudança de regime, as novas autoridades políticas deram novo estímulo às relações diplomáticas com países estrangeiros, com vista à própria consolidação e aceitação da nova ordem política em Portugal, aumentando substancialmente o número de eventos diplomáticos realizados no PNA¹⁶⁹⁴.

¹⁶⁹¹ GANDRA, Manuel, Ayres de Carvalho. “Nota Bio-Bibliográfica e Artística”, in, *Boletim Cultural* 1992, Câmara Municipal de Mafra, 1992, pp.209-221

¹⁶⁹² *Idem*.

¹⁶⁹³ Conforme o Art. 10.º do Decreto n.º 47.478, de 31 de dezembro de 1966.

¹⁶⁹⁴ Neste período, destacamos os seguintes eventos: jantar ao Presidente do Brasil, Humberto Castelo Branco (16 de dezembro de 1966); almoço por ocasião da Imposição do Barrete Cardinalício ao Cardeal Maximilien de Furstemberg (3 de julho de 1967); jantar e receção de encerramento da Cimeira da NATO (4 de junho de 1971); banquete e receção ao Presidente do Brasil, Emílio Garrastazu (14 de maio de 1973); banquete e receção ao Príncipe Filipe, Duque de Edimburgo (5 de junho de 1973); banquete ao Presidente do Senegal, Léopold Sédar Senghor (27 de Janeiro de 1975); jantar ao Presidente da Zâmbia, Kenneth Kaunda (maio de 1975); jantar ao Presidente da Roménia, Nicolae Ceaușescu (28 de outubro de

Apesar das limitações impostas pela utilização protocolar, o PNA continuava a ser visitado, através de autorizações especiais emitidas pela tutela (Direção Geral da Fazenda Pública do Ministério das Finanças). Entretanto, a ideia de abrir o edifício à visita de maneira permanente foi ganhando cada vez mais força e, como já referimos, viria a ser concretizada por Armindo Ayres de Carvalho, nomeado em 1964 para substituir o conservador Manuel Carlos de Almeida Cayola Zagalo.

No sentido de preparar a abertura pública do PNA, a partir de 1964 foram desenvolvidas pelo novo conservador diversas tarefas museológicas, destacando-se a elaboração de um novo inventário de todos os objetos existentes no palácio, com vista à reorganização de alguns dos espaços expositivos. Simultaneamente, este edifício continuou a ser utilizado como *garde-meuble* das coleções nacionais, ainda que informalmente¹⁶⁹⁵. Neste período continuaram também a ser efetuadas obras de manutenção e de beneficiação, supervisionadas pela Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, que tinha também a responsabilidade de coordenar os procedimentos relacionados com o projeto de conclusão das fachadas poente e norte¹⁶⁹⁶.

No âmbito das diferentes campanhas de obras de beneficiação e de completamento do edifício, as funções e utilizações do PNA foram sendo questionadas, elaborando-se algumas hipóteses acerca da ocupação de alguns dos espaços já existentes e dos espaços a construir.

Com as obras de preparação para a realização da Cimeira da NATO no PNA¹⁶⁹⁷ intensificou-se o debate acerca da utilização daqueles espaços¹⁶⁹⁸, até porque a adaptação de que alguns interiores foram alvo permitiriam uma mais fácil instalação de

1975); receção e sessão de apresentação de cumprimentos por parte do Presidente da República ao Corpo Diplomático (15 de julho de 1976); jantar ao Presidente da Venezuela, Carlos Andrés Pérez (29 de novembro de 1976); jantar ao Vice-presidente dos Estados Unidos da América, Walter Mondale (16 de maio de 1977); jantar ao Presidente da Jugoslávia, Josip Broz Tito (18 de outubro de 1977); jantar ao Presidente da Guiné-Bissau, Luís de Almeida Cabral (12 de janeiro de 1978); jantar ao Rei da Noruega, Olavo V (22 de fevereiro de 1978); receção aos membros da reunião da União Interparlamentar (28 de março de 1978); jantar aos Reis de Espanha, Juan Carlos e Sofia (3 de maio de 1978); jantar ao Presidente de França, Valéry Giscard d'Estaing (19 de julho de 1978); jantar ao Presidente de Cabo Verde, Aristides Maria Pereira (24 de janeiro de 1979); receção oferecida pelo Conselho da Revolução ao Corpo Diplomático (25 de abril de 1979); banquete ao Presidente de S. Tomé e Príncipe, Manuel Pinto da Costa (outubro de 1979); almoço ao Presidente dos Estados Unidos da América, Ronald Reagan (26 de julho de 1980); e, ao Presidente da República Federal da Alemanha, Karl Carstens (14 de julho de 1980).

¹⁶⁹⁵ Ver 3.2.3. *Organização das coleções*.

¹⁶⁹⁶ Ver 3.2.2.3. *Projetos e obras* e 3.2.2.4. *Projetos para conclusão do Palácio Nacional da Ajuda*.

¹⁶⁹⁷ Ver 3.2.2.1. *Cimeira da NATO*.

¹⁶⁹⁸ Ofício da Repartição do Património, de 4 de junho de 1971, dirigido ao conservador do PNA. APNA, Capilhas soltas, Bloco 45, fólio 14.

alguns serviços: *“Instalações para serviços?; Academia Portuguesa de História?; arquivos?.”*¹⁶⁹⁹

Ainda em 1971, foram feitas visitas para averiguação da possibilidade de serem instalados no PNA gabinetes e serviços da Presidência do Conselho de Ministros. Previa-se então a realização de pequenas obras de adaptação nos 2.º e 4.º pisos, já utilizados na Cimeira da NATO, bem como a recuperação do último piso do torreão sul, por cima da Sala do Trono, onde se pretendia criar um salão para a realização de cerimónias mais solenes¹⁷⁰⁰.

Neste programa inicial de ocupação do palácio pelos Serviços da Presidência do Conselho, previa-se ainda a instalação do próprio Gabinete do Presidente do Conselho, da Sala de Conselho de Ministros, e ainda de uma área residencial para o Presidente do Conselho, esta situada na ala norte do PNA. Mais tarde, foi revisto

“o programa de ocupação, nomeadamente quanto à zona do mezanino do andar Nobre (Sofia), uma vez que deixou de encarar-se a instalação no Palácio da Ajuda do Gabinete de Sua Excelência o Senhor Presidente do Conselho e sanitário anexo, bem como a sala de Conselho de Ministros, devendo nestas áreas manter-se a compartimentação existente [...].

*No que se refere à zona prevista para o apartamento de Sua Excelência o Senhor Presidente do Conselho, fomos, também, esclarecidos de que seria de manter a compartimentação existente [...].”*¹⁷⁰¹

Face a estas movimentações, Ayres de Carvalho viria a comentar que, *“As razões expostas por [...] Ministro de Estado, [...] são de tal modo pertinentes [...], que não vejo óbice nas futuras instalações dos Serviços da Presidência do Conselho nas*

¹⁶⁹⁹ Ofício da Repartição do Património, de 7 de setembro de 1971, dirigido ao conservador do PNA. APNA, Capilhas soltas, Bloco 45, fólio 7.

¹⁷⁰⁰ Ofício da Presidência do Conselho, Gabinete do Ministro de Estado, de 29 de novembro de 1971. SIPA TXT.01404863 a SIPA TXT.01404865, PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/007, Palácio Nacional da Ajuda: Processo geral. Memória, de 26 de dezembro de 1971, assinada por arquiteto de 1.ª classe, José Almeida de Oliveira e arquiteto chefe de divisão, Elísio Summavielle – Arquiteto diretor dos serviços (?). SIPA TXT.01422143 a SIPA TXT.01422146, PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/171, Palácio Nacional da Ajuda: estudo de complemento.

¹⁷⁰¹ Ofício do arquiteto diretor dos serviços, de 31 de janeiro de 1973, dirigido ao diretor geral da DGEMN. SIPA TXT.00437517 e SIPA TXT.00437518, PT DGEMN:DSID-001/011-1333, Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Processo Administrativo.

áreas disponíveis”, demonstrando concordar com a separação entre os serviços da Presidência do Conselho e o “museu” do Palácio Nacional da Ajuda¹⁷⁰².

Entre dezembro de 1973 e fevereiro de 1974 foram, então, levadas a cabo pequenas obras de adaptação em algumas zonas do edifício do PNA¹⁷⁰³, de modo a permitir a acomodação dos Serviços da Administração Pública da Presidência do Conselho. Estes viriam a ser finalmente instalados no palácio em fevereiro de 1974¹⁷⁰⁴, ocupando os pisos intermédios da ala sul (2.º e 4.º pisos) e apresentando uma entrada independente, feita “[...] *por uma porta situada sob a arcada do lado da Calçada da Ajuda e junto da qual está colocado um posto de sentinela dessa Guarda.*”¹⁷⁰⁵

Já depois da Revolução de Abril, em julho de 1974, os Serviços da Administração Pública da Presidência do Conselho foram reorganizados, sendo a partir de então designados por Serviços da Administração Pública. Passaram a ocupar então apenas o 2.º piso¹⁷⁰⁶, instalando-se no 4.º piso, nesse mesmo mês, por autorização do Ministro da Coordenação Económica, os Serviços do Estado Maior General das Forças Armadas¹⁷⁰⁷.

A ocupação do torreão sul do PNA, foi também solicitada pelo Estado Maior, para a instalação de uma sala de conferências e de zonas de lazer. Este espaço nunca fora de facto concluído, apresentando desenhos e pinturas incompletos nas paredes e tetos. Pela sua singularidade, optou-se por preservar estes elementos decorativos, prevendo-se o seu levantamento fotográfico e, depois, a colocação de tetos falsos e o

¹⁷⁰² Ofício do conservador do PNA, de 20 de agosto de 1973, dirigido ao chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas por classificar, Pasta 18, Bloco 7, fólios 137-138.

¹⁷⁰³ APNA, Pastas por classificar, Pasta 1, Bloco 1.

¹⁷⁰⁴ APNA, Pastas por classificar, Pasta 1, Bloco 1. APNA, Pastas por classificar, Pasta 13, Bloco 8. Ofício do Secretariado da Administração Pública da Presidência do Conselho, de 6 de fevereiro de 1974, dirigida ao conservador do PNA. APNA, Capilhas soltas, Bloco 48, fólios 4 e 5.

¹⁷⁰⁵ Ofício do Secretariado da Administração Pública da Presidência do Conselho, de 6 de fevereiro de 1974, dirigida ao comandante geral da Guarda Nacional Republicana. APNA, Capilhas soltas, Bloco 48, fólios 8 e 9.

¹⁷⁰⁶ APNA, Pastas por classificar, Pasta 1, Bloco 1. “*A Secretaria de Estado da Administração Pública, organismo criado em fins de Dezembro de 1974 e composto pelo Gabinete do Secretário de Estado, pela Direcção-Geral da Organização Administrativa e pela Direcção-Geral da Função Pública, ocupa as mesmas instalações do extinto Secretariado da Administração Pública, no Palácio Nacional da Ajuda*” Ofício do diretor geral da Organização Administrativa, de 10 de março de 1975. SIPA TXT.00437861 e SIPA TXT.00437862, PT DGEMN:DSID-001/011-1334, Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Processo Administrativo.

¹⁷⁰⁷ APNA, Pastas por classificar, Pasta 1, Bloco 1. Ofício do chefe do gabinete do Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, de 2 de julho de 1974, dirigido ao diretor geral da DGEMN. SIPA TXT.00437715, PT DGEMN:DSID-001/011-1333, Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Processo Administrativo.

revestimento das paredes com tecido¹⁷⁰⁸. No entanto, este espaço nunca chegou a ser intervencionado e não viria a ser ocupado pelos serviços militares que o pretendiam.

Após o incêndio de 23 de setembro de 1974, a ocupação destes espaços tornou a ser reformulada. O Estado Maior General das Forças Armadas viria então a retirar os seus serviços instalados no PNA (agosto de 1975)¹⁷⁰⁹ e, na sequência da saída destes serviços militares, os Serviços da Administração Pública tornaram a ocupar novamente as instalações do 4.º piso¹⁷¹⁰, mantendo-se no Palácio Nacional da Ajuda nos anos seguintes¹⁷¹¹.

A instalação, no PNA, de todos estes serviços públicos acabaria por condicionar as utilizações futuras do edifício, criando limitações à área musealizada e às zonas de reserva de objetos.

O conservador do PNA sempre manifestou alguma discordância com a ocupação dos pisos intermédios da ala sul, desde que começaram a ser equacionadas logo após a conclusão da Cimeira da NATO em 1971¹⁷¹², pois considerava que esses espaços eram necessários para instalar reservas com as “*devidas condições museológicas*”, e que seria

*“muito difícil o aproveitamento destes dois pisos [2.º e 4.º] para qualquer outro Serviço, dadas as suas implicações com as salas, escadarias, corredores e dependências do 1.º e 3.º piso do Palácio, não só a parte aberta ao público e visitantes, como a outra, o andar nobre, reservada em grande parte para serviço (banquetes e recepções) de Sua Excelência o Chefe de Estado.”*¹⁷¹³

¹⁷⁰⁸ Ofício do arquiteto diretor de serviços, de 5 de julho de 1974, dirigido ao diretor geral da DGEMN. SIPA TXT.00437716 a SIPA TXT.00437718, PT DGEMN:DSID-001/011-1333, Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Processo Administrativo.

¹⁷⁰⁹ APNA, Pastas por classificar, Pasta 1, Bloco 1.

¹⁷¹⁰ Ofícios expedidos 1975. APNA, Pastas por classificar, Pasta 13, Bloco 4.

¹⁷¹¹ Ofícios expedidos 1976. APNA, Pastas por classificar, Pasta 27, Bloco 6, fólios 16 e 34. Ofícios expedidos 1977. APNA, Pastas por classificar, Pasta 28, Bloco 2, fólios 8 e 22. Ofícios expedidos 1978. APNA, Pastas por classificar, Pasta 13, Bloco 5. Ofícios expedidos 1979. APNA, Pastas por classificar, Pasta 28, Bloco 3, fólios 11, 42 e 83.

¹⁷¹² Há indícios de que as manifestações de discordância de Ayres de Carvalho em relação à ocupação de algumas zonas do edifício do PNA por serviços públicos externos àquele organismo possam ser anteriores, remontando ao período em que se preparavam as obras de adaptação do PNA para a cimeira da NATO. De facto, secundarizado no processo pelos técnicos responsáveis da DGEMN, Ayres de Carvalho ter-se-á sentido ultrapassado nas suas funções de conservador, essencialmente pelo arquitecto responsável pelo projeto e obras, José Almeida de Oliveira (Ofício do conservador do PNA, de 18 de maio de 1971, dirigido ao chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas por classificar, Pasta 15, Bloco 1, Ofícios expedidos – ano de 1971, fólio 156).

¹⁷¹³ Ofício do conservador do PNA, de 7 de junho de 1971, dirigido ao chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas por classificar, Pasta 15, Bloco 1, fólios 147-150.

Refira-se ainda que, em entrevista dada em 1974 ao jornal *Expresso*, Ayres de Carvalho demonstrava-se igualmente desagradado quanto aos movimentos de ocupação de espaços do PNA por alguns serviços públicos, levando o jornalista redator a concluir que *“Os serviços instalados no Palácio da Ajuda proíbem, de facto, a possibilidade de a população poder ver algo que no fim de contas é seu, neste ambiente de “povo quem mais ordena”!!”*¹⁷¹⁴

Apesar das discordâncias e, até, de alguma contestação, o PNA continuava a ser um edifício apetecível para a instalação de outros serviços públicos. Assim, em abril de 1975 o próprio gabinete do Primeiro-Ministro solicitou um estudo com vista à eventual transferência da Presidência do Conselho de Ministros para o PNA, depois de serem transferidos os serviços que aí se encontravam¹⁷¹⁵. No entanto, a DGEMN não concordou com esta proposta, devido à utilização protocolar do PNA pela Presidência da República e devido ao seu valor patrimonial e museológico, aconselhando mesmo, em sintonia com as opiniões do conservador Ayres de Carvalho, que os serviços públicos em funcionamento fossem transferidos para outros edifícios.

“Por outro lado, encontra-se o Palácio aberto ao público, pelo que a dualidade de funções, que resultaria da sua ocupação por Serviços, se traduz, com todos os inconvenientes, em circuitos deficientes, problemas complicados de controlos de entradas e, em última análise, num ambiente pouco propício à especificidade e importância dos mesmos serviços, especialmente se forem os da Presidência do Conselho.

Por ultimo, acentua-se que o Palácio da Ajuda é uma construção muito susceptível de poder sofrer danos profundos, pela circunstância de os seus pavimentos serem de estrutura de madeira e, ainda, por existirem nas salas principais e salões, materiais diversos de revestimento e mobiliário numeroso, peças estas altamente inflamáveis.

O risco de incêndio é portanto, real e permanente, quando o mesmo palácio é ocupado por serviços públicos.

¹⁷¹⁴ ANTA, Manuel, “O património nacional em perigo”, in, *Expresso*, 17 de agosto de 1974, p. 6.

¹⁷¹⁵ Ofício do chefe do gabinete do Primeiro-ministro, major Francisco de Sousa Lobo, de 16 de abril de 1975, dirigido ao diretor geral da DGEMN. SIPA TXT.00437868, PT DGEMN:DSID-001/011-1334, Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Processo Administrativo.

O valor artístico que o Palácio Nacional da Ajuda representa no património nacional, quer pelo próprio edifício, quer pelo que contém no seu interior, parece impor que se tomem todas as precauções na sua utilização, até porque qualquer prejuízo que se verifique nas colecções existentes não será susceptível de se poder substituir pela raridade das peças expostas.

Por todas estas razões [...] o ponto de vista desta Direcção dos Serviços é o de que o Palácio Nacional da Ajuda deveria ser desocupado dos serviços que ocupam os mezaninos da ala Sul – o actual Secretariado da Administração Pública – em ordem a permanecer, apenas, afecto à Presidência da República, não só pela própria importância e significado dessa afectação como, também, pelos valores que contém.”¹⁷¹⁶

Goradas as hipóteses de os serviços ligados à Presidência do Conselho de Ministros serem instalados no PNA, foi a vez da Secretaria da Presidência da República requerer o mesmo em 1977, sugerindo uma ocupação total do espaço. Para tal, era proposto que “*O Palácio deixe de ser aberto ao público como Museu*”, “*O MAI [Ministério da Administração Interna] desloque para outro local os seus serviços*” e que “*A Biblioteca Municipal seja transferida para outras dependências*”¹⁷¹⁷. Este plano radical veio a ser abandonado, sendo por fim decidido que a totalidade dos Serviços da Presidência da República deveria ser mantida no Palácio Nacional de Belém, com uma possível construção nova¹⁷¹⁸. Deste modo, em 1978 a Presidência da República reconheceria que o Palácio Nacional da Ajuda deveria continuar a ser um espaço institucional com dupla função: a protocolar e a museológica:

¹⁷¹⁶ Ofício do arquiteto diretor de serviços, Fernando Peres Guimarães, de 12 de março de 1976, dirigido ao diretor geral da DGEMN. SIPA TXT.00437966 a SIPA TXT.00437968, PT DGEMN:DSID-001/011-1334, Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Processo Administrativo.

Ofício do diretor geral da DGEMN, José Pena Pereira da Silva, dirigido ao secretário geral da Presidência do Conselho de Ministros. SIPA TXT.00437973 e SIPA TXT.00437974, PT DGEMN:DSID-001/011-1334, Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Processo Administrativo.

¹⁷¹⁷ Ofício da Secretaria da Presidência da República. SIPA TXT.01421180 a SIPA TXT.01421187, PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/148, Instalações para a Presidência da República no Palácio Nacional da Ajuda.

¹⁷¹⁸ Entre 1977 e 1980 foi realizada a adaptação de um anexo, onde se encontravam as garagens do Palácio de Belém, para os serviços da Presidência da República e para a residência oficial do Chefe do Estado. VALE, Teresa e GOMES, Carlos (1994); CORREIA, Paula (2004), “Palácio Nacional de Belém”, IPA.00006547. Acedido em 9 de agosto de 2015 em URL: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6547.

“Em nossa opinião, é de considerar, de futuro, a manutenção da utilização do Palácio da Ajuda afecta à Presidência da República, para além da sua função específica de Museu para a qual o Palácio nos parece profundamente vocacionado. Assim sendo, afigura-se-nos que as linhas gerais de orientação para o tratamento do Palácio da Ajuda deveriam assentar nos seguintes princípios:

- libertar o Palácio da existência de todos os Serviços que nada tenham a ver com ele próprio, nomeadamente os Serviços da Administração Pública;*
- alargar as suas actuais instalações por forma a expandir a sua função de Museu para a zona agora em construção;*
- preparar parte da zona agora em construção para actos públicos relacionados quer com a Presidência da República, quer de índole cultural, quer ainda de carácter internacional como sejam congressos ou reuniões ao mais alto nível.”*¹⁷¹⁹

Outra preocupação central na administração do PNA durante a direcção de Ayres de Carvalho foi o número de funcionários disponíveis para as diversas tarefas necessárias.

Na totalidade, entre contratados e assalariados, até ao ano de 1968 foram mantidos no PNA cerca de 12 funcionários. A partir de 1968 e até ao ano de 1981 esta instituição manteve cerca de 16 funcionários, com assalariados incluídos¹⁷²⁰.

No final de 1974, da totalidade de 16 funcionários, o PNA tinha um assalariado e seis assalariadas, que tendo diferentes tarefas, eram considerados contudo como executando “*serviços semelhantes*”. Como tal, Ayres de Carvalho considerava que estes funcionários deveriam ter salários também semelhantes.

“Do conhecimento que tenho acerca do assunto em referência, pelos muitos anos de serviço nos Palácios Nacionais, concluo ser muito mais útil e adequado para os serviços de limpeza, executando-os com maior perfeição profissional, qualquer mulher do que um homem. Quanto a outros serviços, por vezes necessários, como transportar um móvel ou outras espécies mais pesadas, é

¹⁷¹⁹ Ofício do chefe da Casa Militar da Presidência da República, brigadeiro Amadeu Garcia dos Santos, de 5 de dezembro de 1978, dirigido ao diretor da DGEMN. SIPA TXT.00438312 a SIPA TXT.00438317, PT DGEMN:DSID-001/011-1334, Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Processo Administrativo.

¹⁷²⁰ APNA, Livro de Ponto, 1964-1980.

evidente ser mais indicado um homem [...]. Os assalariados, dadas as habilitações iguais ou semelhantes às dos contínuos deveriam, em meu entender ter esta categoria.

Nestas condições, em meu entender, e dada a execução de serviços semelhantes por parte das mulheres e dos homens, isto é, de limpezas, e enquanto se mantiver a categoria de “assalariados”, julgo ser justa a igualdade de salários.”¹⁷²¹

Ayres de Carvalho sempre considerou que os assalariados em funções no PNA eram demasiados, devendo ser equiparados a contínuos, de modo a não existir diferenciação nem no trabalho nem nos salários¹⁷²².

Quanto às funções dos funcionários, sabemos que uma das reclamações constantes do conservador do PNA, foi o facto de considerar insuficiente o número reduzido de contínuos para vigilância e acompanhamento de visitantes¹⁷²³. De facto, a necessidade de integrar mais funcionários no palácio foi sempre reclamada por Ayres de Carvalho, que em alguns momentos conseguiu que a equipa do PNA fosse reforçada ou melhorada, ainda que para tarefas bem definidas. Recordamos dois exemplos:

Entre dezembro de 1967 e janeiro de 1969, Teresa Maria Ottolini Coimbra, que tinha o curso de artes decorativas da Fundação Ricardo Espírito Santo Silva, desempenhou tarefas de secretaria e de inventário no PNA¹⁷²⁴.

Por sua vez, incentivada pelo conservador do PNA, Maria Alice Neves Dias, já funcionária no PNA, auxiliar de limpeza, e que tinha desempenhado trabalhos importantes na sequência do incêndio de 1974, fez estágio de um ano na Oficina de Têxteis do Instituto de José de Figueiredo, “*tendo praticado em diversos problemas de conservação e restauro de Têxteis, nomeadamente em tapeçarias, tapetes, tecidos, rendas e bordados*”, com vista a poder desenvolver trabalhos mais complexos de conservação e restauro no próprio PNA¹⁷²⁵. No entanto, a administração do PNA

¹⁷²¹ Ofício do conservador do PNA, de 17 de novembro de 1974, dirigido ao Diretor da Fazenda, Chefe da Repartição do Património. APNA; Pastas por classificar, Pasta 25, Bloco 9, fólio 156.

¹⁷²² Ofício do primeiro conservador dos Palácios e Monumentos Nacionais, de 20 de maio de 1976, dirigido ao chefe da Repartição do Património. APNA, Pastas por classificar, pasta 15, bloco 6, fólios 173-176.

¹⁷²³ Por exemplo, em 1980 eram apenas cinco os funcionários destacados para cumprir essas funções. APNA, Pastas por classificar, Pasta 14, Bloco 3, fólio 12.

¹⁷²⁴ APNA, Pastas por classificar, Pasta 16, Bloco 2.

¹⁷²⁵ Ofício do diretor do Instituto José de Figueiredo, Abel de Moura, de 11 de outubro de 1976, dirigido ao Diretor Geral do Património Cultural. Pasta 25, Bloco 4, fólio 8. Ofício do conservador do PNA, de 20

usufruiria durante poucos meses desta formação, uma vez que a funcionária deixou de aparecer no PNA a partir do dia 31 de janeiro de 1977, porque fora admitida perante concurso no Museu do Traje como tarefeira de restauro a partir de 1 de fevereiro de 1977¹⁷²⁶.

Durante este período, a guarda e vigilância do Palácio Nacional da Ajuda continuou a estar a cargo da 5.^a Companhia do Batalhão n.º 2 da Guarda Nacional Republicana.

Com a abertura do PNA ao público, em 1968, as preocupações com a segurança aumentaram. Foi então reforçado o número de rondas nocturnas, que desde 21 de dezembro de 1953, desde a instalação da Casa-Forte no PNA¹⁷²⁷, eram também efetuadas por funcionários internos:

“Ao Sr. Conservador do Palácio Nacional da Ajuda [...] se comunica que a melhor solução, afigura-se ser de momento, a de desdobrar o período da noite em dois: um das 21 h às 3h, outro das 3h às 8h, fazendo cada guarda seu turno e alternando o horário, cada semana, com referência a cada um, a fim de o tratamento ser igual para ambos. Seria esta a melhor forma de os guardas poderem manter as necessárias condições físicas para uma vigilância efectiva e cuidada.

Com vista a preencher as folgas e o período de licença graciosa ou outra eventual ausência, recrutaria V. Ex.^a dois contínuos à sua escolha, a quem seria atribuída a remuneração correspondente.

Esta Direcção-Geral solicitaria do Comando da Guarda Nacional Republicana a colaboração das praças do Posto desse Palácio para uma ronda contínua.

A seguir se transcreve o despacho proferido por Sua Excelência o Subsecretário de Estado do Tesouro, em 3 do corrente, sobre as medidas de segurança anteriormente indicadas: “Visto. Cabe aos Senhores Conservadores acautelar, convenientemente, a guarda e segurança dos Palácios e dos seus valiosos recheios. Assim, como últimos responsáveis, deverão adoptar todas as medidas

de outubro de 1976, dirigido ao diretor do património, chefe da repartição. Pasta 25, Bloco 4, fólios 19-20. Ofício do conservador do PNA, de 20 de outubro de 1976, dirigido ao diretor do património, chefe da repartição. APNA, Pastas por classificar, Pasta 15, bloco 6, fólios 109-110.

¹⁷²⁶ APNA, Pastas por classificar, Ofícios expedidos – 1977, Pasta 28, Bloco 2, fólio 164.

¹⁷²⁷ Ofício do conservador do PNA, de 23 de abril de 1968, dirigido ao chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas por classificar, Pasta 19, Bloco 9, fólios 139-140.

*que julgarem convenientes ou promoverem a sua imediata alteração sempre que pensarem aconselhável.”*¹⁷²⁸

Ao longo da sua direção, Ayres de Carvalho procurou sempre que a guarda e vigilância do PNA fosse aumentada, por ser considerada insuficiente. Por exemplo, em maio de 1974 – poucos meses antes do incêndio que destruiu a Galeria de D. Luís e parte da ala norte do palácio –, esta tarefa era realizada por uma força da GNR, composta por um cabo e 6 praças¹⁷²⁹, que teria a responsabilidade de vigiar o exterior durante todo o dia e noite, de participar nas rondas nocturnas e ainda regular o movimento de trânsito dos visitantes daquele edifício¹⁷³⁰.

3.2.2.1. Cimeira da NATO

Nos dias 2, 3 e 4 de junho de 1971 decorreu em Lisboa uma reunião cimeira da NATO. O governo português, tentando aproveitar a preparação desta cimeira para contrariar as críticas que vinha sofrendo por parte de alguns dos restantes membros da aliança, em especial em relação à sua política colonial e à guerra que se perpetrava em três frentes (Angola, Guiné-Bissau e Moçambique), empenhou-se para organizar um evento grandioso. Para tal, escolheu o Palácio Nacional da Ajuda para a sua realização, o que viria a ter repercussões no edifício, durante a preparação desta reunião e no período que se lhe seguiu.

Em outubro de 1970, no âmbito dos preparativos deste evento, foi efetuada uma visita ao palácio pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros e pelo diretor geral dos Negócios Políticos do mesmo ministério, para avaliação da possibilidade da realização do congresso da NATO neste edifício¹⁷³¹. Depois desta visita, o PNA é selecionado para acolher o importante encontro diplomático, e são iniciados os estudos para a sua adaptação física para o evento. Ainda em outubro de 1970 seria elaborada uma

¹⁷²⁸ Ofício da Repartição do Património, de 4 de maio de 1968, dirigido ao conservador do PNA. APNA; Capilhas soltas, Bloco 42, fólios 4 e 5.

¹⁷²⁹ Ofício do comando geral da GNR, 3.ª repartição, de 6 de maio de 1974, dirigido ao diretor geral da DGFP. APNA, Pastas por classificar, Pasta 13, Bloco 1, fólios 28 e 29.

¹⁷³⁰ “INSTRUÇÕES PARA A GUARDA AO PALÁCIO DA AJUDA SOBRE ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS LIGEIROS E PESADOS QUE TRANSPORTEM TURISTAS PARA VISITAR O PALÁCIO”. Circular do comandante da companhia, capitão Armindo Fernandes Pereira, de 10 de outubro de 1970. APNA, Capilhas soltas, Bloco 44, fólios 4-5.

¹⁷³¹ Ofício do conservador do PNA, de 21 de outubro de 1970, dirigido ao chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas por classificar, Pasta 21, Bloco 2, Ofícios expedidos, Ano de 1970, fólio 46.

primeira memória descritiva, por parte dos serviços da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, em que se afirmava que a escolha do PNA se deveria essencialmente às suas dimensões, e em que se apontavam os principais critérios para a remodelação a ser efetuada:

“Em face do programa genérico fornecido, pela Direcção-Geral dos Negócios Políticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, concluiu-se que apenas um único Palácio, da cidade de Lisboa, seria susceptível de conter área disponível para possibilitar a efectivação desta reunião, desde que se encarasse a recuperação, praticamente total, dos dois pisos intermédios, ou sejam os mezaninos do andar térreo e do andar nobre da ala Sul, do citado Palácio. [...]

O critério adoptado foi o de se procurar que não tivessem que ser utilizadas as ocupações das salas existentes, nos andares térreo e nobre, que constituem a zona de visita do Palácio, com gabinetes destinados ao secretariado e delegações dos diversos Estados-membros, visto que se considerou que estas dependências, pela sua própria expressão arquitectónica, pela decoração e mobiliário que encerram, deveriam ser mantidas com a sua intrínseca expressão, podendo constituir as salas do andar nobre um magnífico conjunto destinado a zona de trabalhos preparatórios de Suas Excelências os Ministros participantes, assim como zonas de repouso e lazer, indispensáveis em períodos de tempo que antecederão e precederão as reuniões plenas, admitindo-se, assim, que as salas do r/chão poderiam isolar-se de qualquer utilização, constituindo arrecadação provisória de determinadas peças que haverá que deslocar.

Deste modo, no piso térreo, para além de se encarar a instalação das dependências básicas de apoio, como centrais eléctricas, telefónicas admitiu-se, somente, a criação, junto à entrada, de gabinetes destinados à imprensa e informações dos próprios participantes.

No andar nobre, seria localizada a sala de reuniões – no magnífico salão oval situado sobre a entrada, no eixo do palácio – as salas de reuniões médias e gabinetes de trabalho restrito de Suas Excelências os Ministros representantes dos Estados – membros participantes.

Neste mesmo piso, se localizaria o restaurante privativo de Suas Excelências os Ministros – na sala de banquete do Palácio – e o snack-bar destinado aos restantes delegados – na antiga sala de ginástica, conhecida actualmente pela copa.

Nos dois mezaninos intermédios seriam destruídos os gabinetes de trabalho dos secretariados e delegações, todos eles servidos pelos correspondentes apoios de ascensores e escadas que permitirão a sua rápida e eficiente legação com o andar nobre, e servidas, ainda, por baterias de sanitários, a beneficiar e a construir.”¹⁷³²

O plano de adaptação do PNA para receber a reunião da NATO pautou-se pela clara intenção de preservar as principais salas do edifício; para além disso, considerava-se que esta seria uma boa oportunidade para serem realizados diversos trabalhos de conservação e de beneficiação de alguns dos seus espaços, essencialmente interiores:

“Parece evidente que a sua realização no Palácio da Ajuda seria altamente proveitosa, até por que se tinha encontrado – por esta via – uma solução para o angustioso problema de conservação deste imóvel, dotando-o, do mesmo passo, das condições suficientes para a realização de outras reuniões congéneres, visto a cidade de Lisboa, não possuir, infelizmente, um Palácio de Congressos, cuja construção, parece-nos, deveria, na primeira oportunidade, ser solução a encarar.”¹⁷³³

Depois das primeiras abordagens, ficou estipulado que o prazo limite para a execução das obras necessárias de adaptação seria meados do mês de maio de 1971; e por ocasião de uma visita oficial ao PNA, no dia 14 de novembro de 1970, em que estiveram presentes o Presidente do Conselho, o Ministro das Finanças, o Ministro das Obras Públicas e os secretários de Estado das Obras Públicas e o do Tesouro, viriam a estipular que, devido ao curto prazo que se dispunha, era urgente a definição de um

¹⁷³² Memória descritiva, de 31 de outubro de 1970, assinada pelo arquiteto José Almeida de Oliveira. SIPA TXT.01404401 e SIPA TXT.01404400, PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/006, Palácio Nacional da Ajuda: Processo geral.

¹⁷³³ Ofício do arquiteto Diretor dos Serviços dos Monumentos da DGEMN, de 3 de novembro de 1970, dirigido ao diretor geral da DGEMN. SIPA TXT.01404403 a SIPA TXT.01404407, PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/006, Palácio Nacional da Ajuda: Processo geral.

plano de trabalhos rigoroso e que previsse horários de trabalho alargados¹⁷³⁴. Na mesma visita ficou também definido que seria solicitada colaboração à Câmara Municipal de Lisboa, para beneficiação da zona envolvente ao Palácio da Ajuda¹⁷³⁵.

As obras de adaptação do Palácio Nacional da Ajuda tiveram início em 19 de novembro de 1970¹⁷³⁶ e a partir do dia 24 desse mês o palácio foi encerrado ao público¹⁷³⁷. A primeira fase da intervenção teve o acompanhamento de E. G. Luff, funcionário do Secretariado Internacional da NATO, que em dezembro de 1970 se deslocou a Lisboa para aconselhar os responsáveis do projeto quanto às diretivas necessárias para conceção dos espaços de realização da cimeira¹⁷³⁸. Dos espaços e equipamentos requeridos, destacamos os seguintes:

- “- sala de conferências de Imprensa, com capacidade para 250 pessoas, dotada de um sistema de tradução simultânea, com cabines, tribunas e estrados para os representantes dos Estados-membros e operadores de cinema, da rádio e da televisão;*
- instalações completas para localização de estúdios de cinema, televisão e rádio, alguns deles equipados com cabines insonorizadas, que é forçoso montar no interior das próprias dependências que se lhes destinaram;*
- amplas instalações para jornalistas, com capacidade prevista para um número superior a 100 pessoas, equipadas com serviços próprios de telefone e telex;*
- instalações específicas para uma estação dos C.T.T.;*

¹⁷³⁴ Ofício do conservador do PNA, de 22 de novembro de 1970, dirigido ao chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas por classificar, Pasta 21, Bloco 2, Ofícios expedidos, Ano de 1970, fólios 29 e 30. Ofício do diretor geral da DGEMN, José Pena Pereira da Silva, dirigido ao director geral da DGFP. SIPA TXT.01404418, PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/006, Palácio Nacional da Ajuda: Processo geral.

¹⁷³⁵ Ofício do diretor dos Serviços dos Monumentos Nacionais da DGEMN, de 16 de novembro de 1970, dirigido ao diretor geral da DGEMN. SIPA TXT.01404426 e SIPA TXT. 01404427, PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/006, Palácio Nacional da Ajuda: Processo geral.

¹⁷³⁶ Informação do Diretor dos Serviços dos Monumentos Nacionais, Fernando Augusto Peres Guimarães, de 31 de maio de 1971. SIPA TXT.00437260 a SIPA TXT.00437258, PT DGEMN:DSID-001/011-1332, Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Processo Administrativo.

¹⁷³⁷ Ofício do diretor geral da DGFP, de 24 de novembro de 1970, dirigido ao diretor geral da DGEMN. SIPA TXT.01404447, PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/006, Palácio Nacional da Ajuda: Processo geral.

¹⁷³⁸ Ofício da Direção geral dos Negócios Políticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, de 22 de dezembro de 1970, dirigido ao diretor geral da DGEMN. SIPA TXT.00437074 e SIPA TXT.00437073, PT DGEMN:DSID-001/011-1332, Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Processo Administrativo.

- instalação de mais um bar destinado a motoristas e funcionários de menor categoria;
- uma sala de estar de motoristas;
- uma série de dependências destinadas à Secretaria de Estado da Informação e Turismo, que assegurará a cobertura da conferência no campo das informações e das relações com agências de viagem;
- instalações peculiares ligadas ao sector de segurança;
- um posto de socorros.”¹⁷³⁹

Respondendo às várias exigências, a equipa da DGEMN¹⁷⁴⁰, responsável pela empreitada, procedeu à alteração dos sistemas de fornecimento de electricidade e de água do PNA, sendo diversos os trabalhos realizados para adaptação do espaço para a cimeira da NATO.

“como resultado da realização dos trabalhos de reestruturação interna, em curso no Palácio Nacional da Ajuda, foi possível recuperar 71 salas nos 4 pavimentos de que se compõe a ala sul, para além de diversas antecâmaras.

Instalaram-se, ainda, 2 ascensores – um deles metálico podendo funcionar como monta cargas, sempre que haja mobiliário a transportar, e o outro com a recuperação da caixa de madeira existente.

Dotaram-se todos os pisos com várias instalações sanitárias para os dois sexos, independentemente de se terem revisto as poucas já existentes. [...]

Montou-se um Posto de Transformação com capacidade para responder aos débitos de fornecimento de energia eléctrica.

¹⁷³⁹ Ofício do diretor geral da DGEMN, José Pena Pereira da Silva, de 28 de abril de 1971, dirigido ao diretor geral dos Negócios Políticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros. SIPA TXT.01404709 a SIPA TXT.01404705, PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/006, Palácio Nacional da Ajuda: Processo geral.

¹⁷⁴⁰ Equipa da DGEMN: arquiteto José Almeida de Oliveira, engenheiro José João da Costa Barros Magalhães Cruz Azevedo, adjunto técnico José da Conceição Vaz, adjunto técnico António da Silva Macedo, fiscal Luiz Filipe de Sousa Ferreira, fiscal Francisco da Visitação Godinho de Campos. Ofício do arquiteto diretor dos Serviços, de 2 de junho de 1971, dirigido ao diretor geral da DGEMN. SIPA TXT.00437252 e SIPA TXT.00437251, PT DGEMN:DSID-001/011-1332, Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Processo Administrativo.

Dotou-se a cozinha e copas do andar nobre com equipamento específico para as necessidades da sala de banquetes.”¹⁷⁴¹

Foram também executados vários trabalhos de beneficiação das salas, incluindo o restauro de algumas situadas no andar nobre. Destes trabalhos, destaque-se a substituição das sedas das paredes da Sala dos Banquetes, que seria utilizada como sala de refeições dos ministros dos estados-membros da NATO, e os diversos trabalhos de douramento e pintura decorativa¹⁷⁴². Destaque-se ainda a intervenção realizada na Sala de Baile, na qual, por necessidade de substituição das sedas existentes nas paredes, foram colocadas à vista as pinturas murais existentes – até então pouco conhecidas –, da autoria de Arcângelo Foschini (*“Arcangelo Foschini inv. Etfecitanno Domini 1825”*¹⁷⁴³), que ocupam todo este compartimento, também denominado por Sala de D. João VI¹⁷⁴⁴.

O conjunto das paredes desta sala haviam sido revestidas com seda em 1862¹⁷⁴⁵, quando esta divisão do palácio foi preparada para Sala de Baile, com a colocação de uma tribuna em madeira para os músicos, localizada por cima da porta de comunicação entre esta sala e a Sala do Trono. Por serem consideradas de *“má qualidade pictórica – como foi averiguado pelo Director do Instituto de Dr. José de Figueiredo”*¹⁷⁴⁶, e com o acordo dos responsáveis da DGEMN (que, para além de valorizarem a existência da tribuna ainda utilizada em alguns eventos, se debatiam com o pouco tempo disponível para as obras de adaptação do PNA), estas pinturas

¹⁷⁴¹ Ofício do diretor geral da DGEMN, José Pena Pereira da Silva, de 20 de abril de 1971, dirigido ao diretor geral da DGFP. SIPA TXT.01404689 e SIPA TXT.01404690, PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/006, Palácio Nacional da Ajuda: Processo geral.

¹⁷⁴² Ofício do arquiteto diretor dos serviços, de 8 de janeiro de 1971, dirigido ao diretor geral da DGEMN. SIPA TXT.01420789 e SIPA TXT.01420790, PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/143, Palácio Nacional da Ajuda: Mobiliário e equipamento.

¹⁷⁴³ Inscrição existente no canto inferior esquerdo do grande painel da parede poente, denominado por *A Feliz Chegada*.

¹⁷⁴⁴ A pintura mural *“Feliz Chegada foi pintada na parede Poente da sala e o Concílio dos Deuses no Tecto. Nas paredes Norte e Sul, a flanquear as respectivas portas, Foschini deixou quatro Atlas, acompanhados dos Quatro Continentes.”* No painel principal, situado na parede poente encontra-se representado *“D. João VI sentado numa concha marinha, acompanhado, à sua direita, por Neptuno e pelo Pai Oceano. Atrás vêm chegando os restantes membros da Família Real, que regressaram com o monarca ao Reino”*. O tema encontra-se identificado por inscrição na própria pintura, *“O FELIZ REGRESSO DE SUA Magestade Fidelíssima o Senhor Rei D. João VI. do Rio de Janeiro para a Cidade de Lisboa em III. Julho de MDCCCXXI.”* (VAZ, João, *A Pintura Mural do Real Paço da Ajuda. 1796-1833. Imagens do Poder*, 2015, p. 71).

¹⁷⁴⁵ *Idem*, p. 71.

¹⁷⁴⁶ Ofício do arquiteto diretor dos serviços, de 16 de abril de 1971, dirigido ao diretor geral da DGEMN. SIPA TXT.01404693 e SIPA TXT.01404694, PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/006, Palácio Nacional da Ajuda: Processo geral.

foram apenas alvo de uma campanha fotográfica exaustiva, seguindo-se a sua recobertura imediata com tecido¹⁷⁴⁷.



Fig. 105 – Aspeto geral do painel *A Chegada feliz*.

DOC.00003889 Palácio Nacional da Ajuda: pinturas da Sala do Baile, Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda, Interior: pintura representando apoteose de D. João VI, 1971, Teixeira.

Para a realização da cimeira da NATO no PNA, foi ainda equacionada a conceção de uma decoração nova para todos os espaços interiores a serem utilizados durante o evento, em especial os situados no andar nobre, pois considerava-se que

*“a utilização, [...], do mobiliário que as garante permanentemente se revela muito perigosa, não só pelo valor de algumas das peças, como, ainda, pela sua fragilidade, tanto mais que deverá contar-se com a presença de elementos menos atentos à real qualidade deste mobiliário e, portanto, pouco cautelosos também.”*¹⁷⁴⁸

Deste modo, o critério seguido foi o de seleccionar as

“peças de maior valor ou fragilidade que poderiam ser danificadas, as quais poderão ser substituídas pelas outras, em arrecadação, que essa Direcção-

¹⁷⁴⁷ Esta Sala viria a recuperar a configuração anterior a 1862 na intervenção efetuada entre 2010 e 2012, no âmbito da qual foram removidos os tecidos das paredes e a tribuna em madeira, seguindo-se o restauro das pinturas murais das paredes e teto.

¹⁷⁴⁸ Ofício do arquiteto diretor dos serviços, de 31 de dezembro de 1970, dirigido ao diretor geral da DGEMN. SIPA TXT.01420744 e SIPA TXT.01420745, PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/143, Palácio Nacional da Ajuda: Mobiliário e equipamento. Ofício do diretor geral da DGEMN, José Pena Pereira da Silva, dirigido ao diretor geral da DGFP. APNA, Capilhas soltas, Bloco 45, fólios 25 e 26.

Geral se propõe mandar consertar de acordo com o Conservador do Palácio.”¹⁷⁴⁹

Relativamente ao mobiliário utilizado, em informações internas da DGEMN, conseguimos apurar que *“foram construídas 750 unidades de mobiliário novo e recuperadas 250 unidades do mobiliário existente nas arrecadações do Palácio”*¹⁷⁵⁰.

“Para decoração de alguns gabinetes e galerias, do Palácio Nacional da Ajuda, [...] considerou-se conveniente a colocação de alguns quadros, escolhidos entre os que se encontram arrecadados nos depósitos do citado Palácio.

Uma vez que diversas das pinturas escolhidas poderiam beneficiar com uma limpeza – embora superficial – sugere-se [...] que seja pedida a colaboração da Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes no sentido de autorizar o Instituto Dr. José de Figueiredo a promover a execução destas tarefas de limpeza, com a maior brevidade, e por contas das suas próprias dotações, por forma a que o Palácio possa apresentar-se com a dignidade que a reunião vai exigir, para além de se valorizar, também, um património pictórico que passará a expor-se em condições muito favoráveis.”¹⁷⁵¹

Pela análise da documentação consultada, conseguimos ainda apurar que foram intervencionadas no Instituto José de Figueiredo 16 pinturas sobre tela, até ao início do mês de abril de 1971¹⁷⁵².

O exterior e a zona envolvente do Palácio Nacional da Ajuda também foram alvo de intervenções significativas neste período, em particular no lado poente do edifício.

¹⁷⁴⁹ Ofício do diretor geral da DGFP, de 4 de fevereiro de 1971, dirigido ao diretor geral da DGEMN. SIPA TXT.01404604, PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/006, Palácio Nacional da Ajuda: Processo geral.

¹⁷⁵⁰ Informação de Fernando Augusto Peres Guimarães, diretor dos Serviços dos Monumentos Nacionais da DGEMN, 31 de maio de 1971. SIPA TXT.00437258 a SIPA TXT.00437260, PT DGEMN:DSID-001/011-1332, Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Processo Administrativo.

¹⁷⁵¹ Ofício do arquiteto diretor dos serviços, de 2 de fevereiro de 1971, dirigido ao diretor geral da DGEMN. SIPA TXT.01404598 e SIPA TXT.01404599, PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/006, Palácio Nacional da Ajuda: Processo geral.

¹⁷⁵² Ofício da Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes do Ministério da Educação Nacional, de 8 de abril de 1971, dirigida ao diretor geral da DGEMN. SIPA TXT.00437213, PT DGEMN:DSID-001/011-1332, Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Processo Administrativo.

Procedeu-se então à demolição de parte do edificado anexo ao Palácio Velho, ocupado pela G.N.R., de modo a facilitar o alargamento da Calçada da Ajuda nessa zona.

A Câmara Municipal de Lisboa, definida como parceira para a beneficiação da envolvente do PNA, foi responsável por algumas tarefas: alargamento da Calçada da Ajuda na zona da fachada poente; construção de parques de estacionamento nas imediações; regularização do terreno junto à Torre do Relógio para parque de estacionamento extra¹⁷⁵³; e colocação de 18 mastros nas imediações da fachada principal do PNA, para neles serem colocadas as bandeiras da aliança NATO e dos estados membros da mesma (Bélgica, Canadá, Dinamarca, França, Alemanha, Grécia, Islândia, Itália, Luxemburgo, Holanda, Noruega, Portugal, Turquia, Reino Unido, Estados Unidos da América)¹⁷⁵⁴.

No lado sudoeste do edifício, foi recuperado e beneficiado o corpo existente, acrescento do século XIX, “*ruínas dos antigos aposentos do infante D. Afonso (aproveitados para a zona dos jornalistas, agências, telex, telefones, correios, restaurante, etc., em 3 pisos junto à Calçada da Ajuda)*”¹⁷⁵⁵.

Na sequência das movimentações de reformulação de espaços no corpo que rematava o PNA do lado sudoeste, e devido a questões de segurança durante a cimeira da NATO, o contínuo de 1.ª classe, que ocupava as funções de encarregado do pessoal menor do PNA, teve que abandonar a sua habitação de função, à época a última dentro do próprio edifício do palácio¹⁷⁵⁶.

¹⁷⁵³ Ofício do arquiteto diretor dos serviços, de 1 de abril de 1971, dirigido ao diretor geral da DGEMN. SIPA TXT.01404663 e SIPA TXT.01404662, PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/006, Palácio Nacional da Ajuda: Processo geral.

¹⁷⁵⁴ Ofício do diretor geral da DGEMN, de 17 de abril de 1971, dirigido ao presidente da Câmara Municipal de Lisboa. SIPA TXT.01404684, PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/006, Palácio Nacional da Ajuda: Processo geral.

¹⁷⁵⁵ APNA, Pastas por classificar, Pasta 15, Bloco 1, Ofícios expedidos, 1971, fólios 147-150.

¹⁷⁵⁶ APNA, Pastas por classificar, Pasta 15, Bloco 1, Ofícios expedidos, 1971, fólio 202. APNA, Pastas por classificar, Pasta 16, Bloco 8, fólios 124-126.



Fig. 106 – Aspeto da fachada poente, destacando-se o corpo a sudoeste beneficiado para a cimeira da NATO.

DOC.00003890fachadas poente e Jardim das Damas, Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda, Fachada poente: acresceto para a Cimeira da NATO, 1971, Teixeira.

As obras de adaptação do Palácio Nacional da Ajuda para a cimeira da NATO, terminaram em 15 de maio de 1971¹⁷⁵⁷, seguindo-se a preparação necessária dos interiores¹⁷⁵⁸.



Fig. 107 – Aspeto geral da Sala D. Carlos.

DOC.00003984 Palácio Nacional da Ajuda: salas utilizadas na Cimeira da NATO, 1971, Teixeira. IPA.00004722, Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda, Ala Sul: auditório de entrevistas coletivas (contígua à actual Sala da Ceia).



Fig. 108 – Aspeto geral da Sala D. Carlos.

DOC.00003984 Palácio Nacional da Ajuda: salas utilizadas na Cimeira da NATO, 1971, Teixeira. IPA.00004722, Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda, Ala Sul: auditório de entrevistas coletivas.



Fig. 109 – Aspeto geral da Sala D. Carlos.

DOC.00003984 Palácio Nacional da Ajuda: salas utilizadas na Cimeira da NATO, 1971, Teixeira. IPA.00004722, Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Sala de reuniões (Sala dos Embaixadores).

¹⁷⁵⁷ Informação de Fernando Augusto Peres Guimarães, diretor dos Serviços dos Monumentos Nacionais da DGEMN, 31 de maio de 1971. SIPA TXT.00437258 a SIPA TXT.00437260, PT DGEMN:DSID-001/011-1332, Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Processo Administrativo.

¹⁷⁵⁸ “Ajuda: de residência real a palácio dos congressos”, in, *Vida Mundial*, n.º 1668, 28 de maio de 1971, pp. 29-30.

A Cimeira da NATO decorreu entre os dias 2 e 4 de junho de 1971. Preparada com o propósito de consolidação da posição de Portugal na diplomacia internacional, numa fase particularmente difícil devido à posição portuguesa face às suas colónias, este evento não constituiu, contudo, o sucesso que o regime pretendia.

No segundo dia da reunião Portugal foi alvo de duras críticas à política colonial portuguesa, por parte do ministro dos Negócios Estrangeiros da Noruega, Andreas Zeier Cappelen (1915-2008). No último dia a diplomacia portuguesa sofreria um novo ataque, desta vez interno, reivindicado pela ARA (Ação Revolucionária Armada), braço armado do Partido Comunista Português, que consistiu no corte das ligações telefónicas e telegráficas de Portugal com o resto do mundo, isolando os participantes da Cimeira da NATO e que teria ainda como consequência um corte parcial no fornecimento de eletricidade em Lisboa, prejudicando os trabalhos e a festa de encerramento da reunião no Palácio Nacional da Ajuda¹⁷⁵⁹.

Após a cimeira, o PNA continuou encerrado durante algum tempo, mantendo-se ocupado pelo secretariado da organização do evento. Foi então iniciado o processo de remoção de divisórias amovíveis, tribunas, cabines de rádio e de tradução simultânea, entre outros equipamentos. O edifício seria liberado no final do mês de junho de 1971¹⁷⁶⁰, tornando a abrir à visita em agosto de 1971¹⁷⁶¹.

Terminado aquele que poderia ter sido apenas um episódio na história do Palácio Nacional da Ajuda, verifica-se porém que a Cimeira da NATO influenciou profundamente, em várias vertentes, o futuro deste monumento, com destaque para a gestão dos espaços interiores, que a partir de agora seriam disputados por diversos organismos públicos¹⁷⁶².

¹⁷⁵⁹ “O Corte das telecomunicações no dia da Reunião Ministerial da NATO, em 4 de Junho de 1971, contado por um operacional”, 19 de novembro de 2010. Acedido em 16 de julho de 2015 em URL: http://www.dn.pt/especiais/interior.aspx?content_id=1714772&especial=Cimeira%20da%20NATO%20em%20Lisboa&seccao=POL%CDTICA.

¹⁷⁶⁰ Ofício do diretor geral da DGEMN, José Pena Pereira da Silva, de 20 de abril de 1971, dirigido ao diretor geral da DGFP. SIPA TXT.01404689 e SIPA TXT.01404690, PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/006, Palácio Nacional da Ajuda: Processo geral.

¹⁷⁶¹ Ver 3.3. *Palácio-Museu*.

¹⁷⁶² Acerca deste assunto ver 3.2.2. *Administração do edifício*.

3.2.2.2. O incêndio de 1974

O estado de conservação e segurança do edifício e das coleções do Palácio Nacional da Ajuda foram alvo de constante preocupação quer por parte do conservador Ayres de Carvalho, quer por parte da tutela, a Direção Geral da Fazenda Pública, através da sua Repartição do Património, que continuamente procuraram junto da DGEMN alertar para a necessidade de obras e de maiores cuidados com o sistema de combate a incêndios.

A preocupação justificava-se: por exemplo, em 10 de março de 1971, durante as obras de preparação para a cimeira da NATO, deflagrou um incêndio no PNA:

*“na sacristia da Capela situada no andar Nobre, precisamente, na portada interior de um dos vãos, abrindo para um dos pátios interiores do edifício [...] provocado por um trapo, embebido em materiais combustíveis, utilizados pelos operários de pintura que ali se encontram trabalhando na remodelação interna do Palácio.”*¹⁷⁶³

Ainda que não tenha passado de um pequeno foco, este incidente levou a tutela a tomar uma atitude preventiva mais ativa. Assim, a partir de março de 1974, após uma vistoria ao PNA por parte de um perito do Batalhão de Sapadores Bombeiros (BSB)¹⁷⁶⁴, seria solicitado regularmente à DGEMN o aumento do número de extintores e a instalação de um sistema de deteção automática de incêndios que deveria estar diretamente ligado à central telefónica do Comando do BSB:

*“Lembro ainda a necessidade da instalação de detecção automática de incêndios, tantas vezes proposta pelos Serviços técnicos dos Sapadores Bombeiros, que não vejo mencionado no dito plano.”*¹⁷⁶⁵

Para além de implicitamente criticar a fraca intervenção da DGEMN quanto às condições de segurança do PNA, o conservador Ayres de Carvalho criticou ainda o facto de esta Direção Geral não incluir alguns dos espaços da ala norte do edifício nos planos de restauro e de beneficiação do palácio, em especial a Galeria de Pintura.

¹⁷⁶³ Ofício do arquiteto diretor dos serviços, de 12 de março de 1971, dirigido ao diretor geral da DGEMN. SIPA TXT.01404637 a SIPA TXT.01404639, PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/006, Palácio Nacional da Ajuda: Processo geral.

¹⁷⁶⁴ Ofício do Comandante interino do BSB, de 13 de março de 1974, dirigido à Direção Geral da Fazenda Pública. APNA, Pastas por classificar, Pasta 13, Bloco 1, fólio 31

¹⁷⁶⁵ Ofício do conservador do PNA, de 31 de março de 1974, dirigido ao chefe da Repartição do Património. APNA, Pastas por classificar, Pasta 13, Bloco 1, fólio 22.

*“seria da maior conveniência a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais interessar-se não só em arranjar novos espaços para o devido acondicionamento das espécies deste Palácio, como ainda serem considerados os restauros de determinadas salas, a exemplo da “Galeria de Pintura de D. Luís”, onde continua a chover copiosamente, danificando pelo menos um dos quadros, de grande valor, e que pelas suas dimensões não é possível retirar do lugar onde se encontra com os meios de que dispomos.”*¹⁷⁶⁶

Ayres de Carvalho estendeu também as suas críticas para fora dos limites dos ofícios entre serviços da Direcção Geral da Fazenda Pública e da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, chegando a recorrer à imprensa. Por exemplo, num artigo de agosto de 1974, o conservador do PNA tentaria influenciar a opinião pública, reforçando a ideia de que alguns espaços do PNA não apresentavam condições de segurança, de entre os quais destacava a Galeria de Pintura¹⁷⁶⁷.



Fig. 110– A sala dos “quadros modernos” da galeria da Ajuda, transformada em “armazém” de pintura, fotografias de autor não identificado, c. 1960. DDF/IMC.
Xavier, Hugo, *Galeria de Pintura no Real Paço da Ajuda*, 2013, p. 162.

¹⁷⁶⁶ Ofício do conservador do PNA, de 27 de dezembro de 1973, dirigido ao chefe da repartição do património da DGFP. APNA, Pastas por Classificar, Pasta 13, Bloco 1, fólios 9 e 10.

¹⁷⁶⁷ ANTA, Manuel, “O património nacional em perigo”, in, *Expresso*, n.º 85, 17 de agosto de 1974, p. 6.



Fig. 111 – “O Património Nacional em perigo. E, contudo, bastaria que o telhado fosse arranjado”.

ANTA, Manuel, “O património nacional em perigo”, in, *Expresso*, n.º 85, 17 de agosto de 1974, p. 6.

Pormenor da Galeria de Pintura do rei D. Luís antes do incêndio de 1974, onde são visíveis recipientes no chão para recolher a água das chuvas. Comparando esta imagem de 1974 com a anterior de cerca de 1960, é bastante visível a organização dada aos quadros pelo conservador Ayres de Carvalho, que procurou remover o maior número possível que se encontrava no chão.

Logo a seguir ao incêndio de 1974, Ayres de Carvalho, possivelmente procurando defender-se de eventuais críticas à sua ação, reuniu numa pasta cópias de ofícios anteriores a setembro de 1974, nos quais dava conta do mau estado de conservação de algumas dependências do palácio, particularmente as situadas na ala norte, e das suas preocupações com as condições de segurança e prevenção de incêndios¹⁷⁶⁸. Num dos ofícios aí reunidos, datado de 31 de março de 1974, em que alerta para o risco de incêndio no PNA, Ayres de Carvalho anotou à margem “*E assim aconteceu o que era de prever e hoje infelizmente irreparável!!! Incêndio de 23 de Setembro de 1974*”¹⁷⁶⁹.

O incêndio deflagrado na noite de 23 para 24 de setembro de 1974, foi combatido, durante cerca de quatro horas, por várias corporações de bombeiros voluntários de Lisboa e de Algés, e pelo Batalhão de Sapadores Bombeiros de Lisboa, sob o comando do tenente-coronel Carreira¹⁷⁷⁰.

¹⁷⁶⁸ APNA, Pastas por classificar, Pasta 13, Bloco 1.

¹⁷⁶⁹ Ofício do conservador do PNA de 31 de março de 1974, dirigido ao chefe da repartição do património. APNA, Pastas por classificar, Pasta 13, Bloco 1, fólio 22.

¹⁷⁷⁰ “O incêndio no Palácio da Ajuda. Perderam-se quinhentos quadros de valor histórico incalculável.”, in, *Diário Popular*, n.º 11.448, 24 de setembro de 1974, p. 11. DIAS, Viriato, “Também o património nacional não está(va) devidamente guardado”, in, *O Século Ilustrado*, n.º 1.916, 28 de setembro de 1974, pp. 57-61.



Fig. 112 – Interior da Galeria de Pintura do Palácio Nacional da Ajuda depois do incêndio de setembro de 1974.

Fotografia de José Pessoa. DDF/IMC. Xavier, Hugo, *Galeria de Pintura no Real Paço da Ajuda*, 2013, p. 163.



Fig. 113 – Pormenor do interior da ala norte do Palácio Nacional da Ajuda depois do incêndio de setembro de 1974.

Fotografia de Francisco Ferreira. DIAS, Viriato, “Também o património nacional não está(va) devidamente guardado”, in, *O Século Ilustrado*, n.º 1916, 28 de setembro de 1974, p. 61.

Os relatórios realizados pelo conservador do PNA, pela comissão de inquérito às causas do incêndio (formada por técnicos da DGEMN e do Batalhão de Sapadores Bombeiros de Lisboa), e pela Polícia Judiciária, são os documentos essenciais para entender o sucedido, os estragos causados e as necessidades que surgiram para salvar os salvados. Como é avançado nestes relatórios, a verdadeira causa do incêndio nunca foi descoberta, apesar das investigações efetuadas. Todavia, algumas hipóteses foram levantadas, dando origem a polémicas e acusações entre os intervenientes.

No relatório redigido por Armindo Ayres de Carvalho, a propósito dos acontecimentos dessa noite de 23 de setembro de 1974, são mencionados os trabalhos de combate ao fogo e de salvamento de objetos do interior do palácio, bem como de salvaguarda dos espaços afetados nos dias seguintes:

“Na passada noite de 23 de Setembro, depois de durante todo esse dia ter estado a trabalhar, acompanhado do contínuo António Mendes, que me ajudou a escolher alguns quadros e desenhos da colecção de Martins Barata destinados a decorar uma sala da cantina do Ministério das Finanças, pelas 23 horas,

aproximadamente, bateu-me à porta de minha casa o guarda-nocturno Fernando Veríssimo, dizendo-me que havia fogo no Palácio.

Imediatamente me desloquei ao largo do Palácio, pensando que fosse coisa de pouca monta, o que não aconteceu, pois o fumo e as labaredas já ultrapassavam a ala nascente em ligação com a ala norte. Já várias companhias de bombeiros começavam a actuar e o fizeram com tal proficiência e perícia, que conseguiram com denodo evitar que se alastrasse à zona do nascente e do sul, onde se situam as salas no andar térreo visitadas pelo público, a Casa-Forte, e o 3.º piso, onde se encontram as mais valiosas obras de arte, objectos raríssimos, tapeçarias, pratarias do maior valor e de todos conhecido e apreciado.

Na zona norte, onde o fogo lavrou com intensidade, não haveria outras possibilidades de salvar senão as carruagens, graças aos esforços de grande parte do pessoal menor deste Palácio que acudiu imediatamente, mesmo vindo de longe, ou não dormindo toda a noite, com uma generosidade digna dos maiores elogios, ajudados pela população do bairro que foi extraordinária em dedicação e coragem, e também altruísmo. Vi passar diante dos meus olhos as carruagens uma apoz outra, que mais corriam como se voassem, de tal maneira as pessoas se irmanavam e confundiam no escuro da noite apenas iluminada pelos clarões das chamas.

Como já tive ocasião de relatar, dadas as condições da casa onde se encontrava grande parte da prata de uso e também da baixela “Germain”, tudo felizmente escapou incólume às labaredas que ao lado, na Galeria de Pintura fundada por D. Luís, lambiam quantas telas ali se encontravam há mais de um século. Exemplares preciosos se perderam, de que mais tarde darei a relação, fundamentada na revisão de inventário. Da mesma forma grande parte do que se encontrava nas arrecadações de D. Luís, no 1.º piso (lado norte), se perdeu, dado que as dependências se encontravam por baixo da citada Galeria e eram em grande parte formadas por tabiques sem nenhuma resistência. Era a chamada “Rouparia”, de onde, felizmente, algum tempo atrás, se tinham transferido muitos armários com lençóis, toalhas e muitas roupas de uso da antiga casa real. Quanto a móveis também felizmente poucos se perderam e não de grande valor, porquanto as melhores espécies, mesmo de Oitocentos, têm

sido aplicadas nas salas ou postas e arrecadadas em lugares onde não se danifiquem.

Como já tive ocasião de informar, grande parte dos tecidos “salvados”, pois assim se podem considerar, foram entregues aos cuidados da entidade mais proficiente e especializada em têxteis, o Instituto José de Figueiredo, sob a direcção da senhora D. Maria José Taxinha; quanto a muitos outros, necessitados de secagem, primeiro, e lavagem depois, com o auxílio voluntário de minha mulher que orientou as dedicadas assalariadas ao serviço deste Palácio, conseguiu-se em trabalho de “equipa”, salvar inúmeras espécies, não só cortinados, roupas, trajes da casa real, chapéus de gala, etc., que têm sido transportados com grande esforço e dedicação do pessoal, para a Capela e sala dos embaixadores, assim como Tesouro. Quanto às duas dependências da capela e dos “embaixadores”, são as únicas que oferecem melhor segurança, pois a arrecadação do “Tesouro”, situada por cima da Biblioteca, encontra-se ainda destelhada.

Da mesma forma e pelo esforço dos bombeiros, conseguiu-se salvar sete salas peçadas de louças e porcelanas, assim como vidros e cristais, situadas por baixo da parte mais atingida pelo fogo, sendo necessário escorá-las, o que foi executado pelas Obras Públicas. No entanto, como será uma zona muito atingida pelas águas da chuva, enquanto não houver o telhado que cobrirá toda a zona situada do lado norte confinando com o pátio, será de toda a conveniência, como terei a honra de propor, todo esse valioso conjunto ser transferido para uma zona de segurança situada no lado sul, junto do elevador, no 1.º piso.

Para muitos destes serviços, indispensáveis e prementes, como muitos outros, que obrigam a esforços que grande parte do pessoal aqui em serviço já não aguenta, por razões várias, doença, idade, etc., proporei oportunamente a vinda de voluntários do Palácio Nacional de Mafra, que já foram contactados por mim e com o maior entusiasmo foi aceite a minha proposta.”¹⁷⁷¹

¹⁷⁷¹ Relatório do primeiro conservador dos Palácios e Monumentos Nacionais, datado de 31 de outubro de 1974. SIPA TXT.00437783 a SIPA TXT.00437791, PT DGEMN:DSID-001/011-1333, Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Processo Administrativo. Relatório do primeiro conservador dos palácios e monumentos nacionais. APNA, 10.7.1., Ofícios expedidos 1974.

Neste relatório, o conservador do PNA também avançou com as hipóteses possíveis para a origem do incêndio.

“Passo agora a formular as hipóteses que em meu entender julgo terem sido possíveis ocasionar o incêndio que lavrou com forte intensidade na ala norte deste Palácio na noite de 23 de Setembro último, tendo origem nos telhados conforme foi asseverado pelos peritos dos Sapadores bombeiros, e na zona confinando com a Galeria de Pintura de D. Luis.

1) Para duas das hipóteses que apresento a seguir, considero da maior gravidade nunca ter sido aceite a proposta feita pela G.N.R. e por mim, da ala norte das Obras Públicas ter um vigilante ou guarda-nocturno. Como repito, se qualquer obra de qualquer edifício particular tem sempre um guarda para efeito de guardar dos ladrões os materiais, que razão haveria para tantos materiais do Estado não serem guardados por um vigilante dos Serviços? Exactamente por a G.N.R. não ter disponibilidades na altura dessa proposta, é que ela foi feita. Assim, com a nenhuma vigilância dessa zona, nem de dia nem de noite, qualquer indivíduo, ou por meio dos andaimes ou qualquer outro se podia introduzir nas dependências ou nos telhados confinando com o Palácio propriamente dito, sendo o mais próximo a Galeria de Pintura e a arrecadação do Tesouro. Estando portanto devidamente esclarecido pelos peritos, que o fogo alastrou dos telhados para baixo, ardendo com tal intensidade que atingiu o piso térreo, permite-me apresentar as seguintes hipóteses.

a) – A primeira a ser possível, sem nada poder afirmar é a de fogo posto, portanto de ordem criminosa. Estavam dadas todas as facilidades a qualquer indivíduo, a coberto da escuridão da noite, ou trepando a um muro facilmente escalável pela sua altura, ou entrando de dia pelo portão aberto e sempre escancarado da Calçada da Ajuda, ficando ali até ao escurecer, teria praticado assim um acto de selvageria o mais condenável, não se podendo precisar as razões de tal acto.

b) – A segunda hipótese pode ter sido casual, ou seja, como é suficientemente conhecido, alguém interessado em apanhar borrachos ou pombos, ter da mesma forma saltado o muro, e dirigir-se à zona da Galeria de Pintura, onde havia um autêntico pombal. Como está suficientemente esclarecido, há quase quatro anos

que a D.G. dos E. e M.N., protelava o arranjo dos telhados e clarabóia da citada Galeria, e como a chuva era tanta por ocasião das Obras para o Congresso da N.A.T.O., estragando as telas que ali se encontravam, foi posto um oleado primeiro e depois substituído por um plástico. Ainda agora, depois do incêndio, apenas com as paredes calcinadas se pode ver os pombos em grande quantidade, procurando os buracos das pedras das paredes da ex-Galeria de Pintura, para continuarem a fazer os seus ninhos e abrigarem-se. Da mesma forma, a continuarem destelhadas tantas zonas, teremos dentro em pouco outros tantos pombais. A ser encarada como provável esta hipótese, é plausível, dada a hora a que sucedeu o incêndio, vindo sem uma vela, lanterna, fósforos, não se poder apanhar os ditos pombos.

c) – A terceira hipótese seria a de um curto-circuito, que julgo a menos provável, dadas as seguras informações prestadas pelos Serviços respectivos da D.G. dos E. e M.N., alguns anos atrás, em 4 de Junho de 1968 (Of. 4525, de 29/4/68, P.º AA-23, 4.ª Secção, da Direcção Geral da Fazenda Pública) no ofício n.º 2542, em resposta à pergunta formulada em relação à segurança da instalação eléctrica, “para prevenir quaisquer perigos e riscos”. ”¹⁷⁷²

Apesar de avançar com a hipótese de o incêndio ter sido causado por fogo posto, Ayres de Carvalho inclinava-se para que pudesse ter sido acidente, dado o mau estado de conservação da ala norte – agravadas com as intervenções no âmbito da preparação da Cimeira da Nato –, que necessitava de obras urgentes há bastante tempo. Esta opinião foi bastante criticada por técnicos da DGEMN, em especial pelo arquiteto Fernando Peres Guimarães, que considerava que a posição de Ayres de Carvalho de algum modo remetia as culpas do incêndio para aquele organismo, responsável pelas diversas campanhas de obras no edifício e definição das prioridades das intervenções¹⁷⁷³.

Esta polémica entre Ayres de Carvalho e Peres Guimarães chegou a ganhar contornos agressivos; segundo este arquiteto, a vigilância do edifício, mesmo a área em

¹⁷⁷² Relatório do primeiro conservador dos Palácios e Monumentos Nacionais, datado de 31 de outubro de 1974. SIPA TXT.00437783 a SIPA TXT.00437791, PT DGEMN:DSID-001/011-1333, Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Processo Administrativo. Relatório do primeiro conservador dos palácios e monumentos nacionais. APNA, 10.7.1., Ofícios expedidos 1974.

¹⁷⁷³ Ofício do arquiteto diretor de serviços, Fernando Peres Guimarães, de 18 de novembro de 1974, dirigido ao diretor geral da DGEMN. SIPA TXT.00437771 a SIPA TXT.00437777, PT DGEMN:DSID-001/011-1333, Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Processo Administrativo.

obras, não era da responsabilidade da DGEMN, sendo que as soluções provisórias de proteção aos telhados eram perfeitamente justificadas e adequadas, uma vez que estes seriam posteriormente substituídos:

“- Se os quadros tinham tanto valor como o conservador do Palácio afirmou, e estavam arrecadados sem segurança, porque não se providenciou para que fossem transferidos para outro local? Consta, e julga-se que seria bom averiguar, que o conservador teria sido aconselhado pelo professor Marcelo Caetano, para que promovesse a transferência dos quadros, a título provisório, para o Palácio Nacional de Maфра. [1774]

- Queixa-se o conservador da falta de guardas nas obras, mas foi o encarregado das obras que deu o alarme do incêndio porque nem o guarda da noite nem as sentinelas da G.N.R. deram por nada.

- Porque é que o conservador não destrinça entre a segurança e vigilância do Palácio da segurança dos materiais das obras? Porque se o fizesse, via que não compete ao Ministério do Equipamento Social e do Ambiente promover a segurança do Palácio, mas sim a ele, através do Ministério das Finanças.

- Com tantos pontos vulneráveis no Palácio, qualquer criminoso tem possibilidade de provocar um incêndio, mesmo com o dobro das sentinelas da G.N.R. existentes.

- Se tivesse sido autorizado ao conservador viver no Palácio, como pretendeu, e já estivesse instalado, podia-se até pensar que, mais uma vez, e por descuido, pegava fogo à habitação.

- Porque é que o conservador, que se saiba, não pôs qualquer objecção à instalação de um serviço do exército no mezanino do andar nobre, serviço que pela sua importância será numa contra revolução um dos objectivos a inutilizar, pondo em perigo todo o Palácio?

E continuando a divagar, não estará aqui uma hipótese para a origem criminosa do fogo posto?

¹⁷⁷⁴ Possivelmente para instalação dos Serviços da Presidência do Conselho. Ver 3.2.2. *Administração do edifício.*

A reacção não descansa e poderá usar todos os meios, mesmo os mais criminosos, para atingir os seus fins.”¹⁷⁷⁵

Adquirindo contornos mais pessoais, Peres Guimarães acusava diretamente Ayres de Carvalho de alguma incúria na gestão das suas tarefas enquanto conservador do PNA, avançando que a hipótese provável da causa do incêndio poderia ter sido o fogo posto, com vista a atingir os serviços militares instalados no edifício, envolvendo assim contornos políticos, num período de grande agitação revolucionária no país:

“Como resultado da malograda conspiração da reacção, que, nos últimos dias da semana finda, foi anulada pelo Governo e pelas Forças Armadas, mais se enraíza no espírito desta Direcção dos Serviços que o incêndio ocorrido no dia 23 do corrente na Ala Norte do Palácio Nacional da Ajuda foi premeditado, visando, objectivamente desarticular a 2.ª Divisão do Estado Maior General das Forças Armadas que ocupa parte da Ala Sul do mesmo imóvel classificado, como uma via de sabotar e dificultar a sua acção de detecção do mesmo movimento sedicioso.

Esta hipótese – bastante plausível, até porque se sincroniza absolutamente com o desenrolar dos acontecimentos – leva esta Direcção dos Serviços a preocupar-se profundamente com o risco que o mesmo Palácio corre, ou pode correr, perante qualquer outro golpe político que, eventualmente, venha a desencadear-se.”¹⁷⁷⁶

A DGEMN sugeria, então, a eventual saída dos serviços militares do PNA, ou a sua substituição por outros serviços menos vitais, pois considerava que o incêndio teria tido origem criminosa, com motivações políticas, do que era designado por “reacção”, ou seja, aqueles que eram contrários aos princípios da Revolução de abril de 1974¹⁷⁷⁷.

De facto, setembro de 1974 foi um mês particularmente tenso em Portugal. Por diferenças políticas, principalmente em relação à questão colonial, o Presidente da

¹⁷⁷⁵ Ofício do arquiteto diretor de serviços, Fernando Peres Guimarães, de 29 de janeiro de 1975, dirigido ao diretor geral da DGEMN. SIPA TXT.00437835 a SIPA TXT.00437838, PT DGEMN:DSID-001/011-1333, Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Processo Administrativo.

¹⁷⁷⁶ Ofício do arquiteto diretor de serviços, de 30 de setembro de 1974, dirigido ao diretor geral da DGEMN. SIPA TXT.00437739 e SIPA TXT.00437740, PT DGEMN:DSID-001/011-1333, Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Processo Administrativo.

¹⁷⁷⁷ No período pós 25 de abril de 1974, o termo “reacção” começou a ser utilizado por parte de alguns movimentos e partidos de esquerda e de extrema-esquerda para designar todos aqueles que consideravam contrários aos seus princípios, acusando-os de serem favoráveis ao regime anterior, num período cheio de tensões políticas, que ficou conhecido por Processo Revolucionário em Curso (PREC).

República, general António de Spínola (1910-1996), convocou uma manifestação (designada por *Maioria Silenciosa*) que pretendia mostrar a simpatia da população portuguesa, uma vez que vinha perdendo apoio entre os militares, pelas suas ideias divergentes das dos partidos de esquerda. No que foi claramente um embate entre a Junta de Salvação Nacional, liderada por Spínola, e a Comissão Coordenadora do Movimento das Forças Armadas (MFA), de maioria próxima do Partido Comunista Português (PCP), o MFA, com o apoio de algumas unidades militares e de vários partidos de esquerda, levantou diversas barricadas em redor de Lisboa para evitar a entrada de manifestantes. Esta ação levou à demissão de Spínola, que foi substituído pelo general Francisco da Costa Gomes (1914-2001), que nomeou chefe do Governo o coronel Vasco Gonçalves (1921-2005), dando origem nos meses seguintes a um maior radicalismo político. Neste contexto, a maioria dos movimentos e partidos de esquerda consideraram que com os acontecimentos do 28 de setembro de 1974, “*especialmente o PCP [...] tinham defendido a nova situação contra um imaginário «regresso do fascismo».*”¹⁷⁷⁸

A comissão de inquérito às causas do incêndio, formada por técnicos da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e do Batalhão de Sapadores Bombeiros¹⁷⁷⁹, elaborou um relatório em que são elencadas as utilizações antecedentes dos espaços atingidos e a metodologia seguida nas averiguações:

“Inquérito às causas do incêndio que deflagrou no Palácio Nacional da Ajuda em 23-9-1974

Na noite de 23 de Setembro de 1974, cerca das 22h 30 m, deflagrou na Ala Norte do Palácio da Ajuda, com provável início na zona ocupada pela chamada galeria de pintura de D. Luís I, um incêndio que consumiu parte do andar nobre e respectivo mezanino e danificou fortemente o “redondo” ou mezanino do rés-do-chão. [...]

Na continuação da remodelação e acabamento da Ala Norte seguia-se o tratamento em 1975 da zona que ardeu da qual apenas seriam aproveitados os madeiramentos e caixilharias. Não fôra a perda do recheio que existia nas salas

¹⁷⁷⁸ RAMOS, Rui, *História de Portugal*, p.718.

¹⁷⁷⁹ José Vaz Saraiva Máximo (“*Engenheiro Chefe da Divisão*”), Manuel Augusto Baptista da Conceição (“*Eng. Chefe da Divisão da D. S. Cons.*”) e José do Nascimento Correia (Chefe Ajudante do B.S.B.). Inquérito às causas do incêndio que deflagrou no Palácio Nacional da Ajuda em 23-9-1974. SIPA TXT.00437874 a SIPA TXT.00437882, PT DGEMN:DSID-001/011-1334, Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Processo Administrativo.

que desapareceram e os prejuízos não seriam de grande monta dado que se previa a demolição de todas aquelas instalações. [...]

Pelas plantas referidas se verifica que, no rés-do-chão, o átrio de entrada e o corredor serviam de arrecadação de carruagens; as dependências anexas áquele átrio constituíam a arrecadação das louças e vidros e o topo Nascente era ocupado pela Biblioteca da Ajuda e instalações do piquete da G.N.R. que assegura a guarda ao Palácio. Praticamente, estas dependências não foram atingidas pelo fogo embora acusem estragos resultantes do ataque ao mesmo.

No mezanino do rés-do-chão (redondo) situavam-se as chamadas arrecadações de D. Luís I, por serem as dependências para as quais a Rainha D. Maria Pia fizera transferir tudo o que era pertença do marido após a sua morte. Tanto estas como as que ocupavam o topo Nascente serviam actualmente de arrecadação de roupas e móveis. Estas dependências foram bastante afectadas pelo incêndio em toda a zona que se situava sob a galeria de pintura e seu prolongamento para Poente.

No andar nobre situava-se a galeria de pintura de D. Luís I, assim chamada por ser aí que o rei procurou reunir e preservar parte do património pictórico do País que se achasse menos acautelado e que posteriormente enriqueceu as pinacotecas de alguns museus, em especial a do Museu de Arte Antiga. Permaneceram ali guardados quadros de menor valor, em especial trabalhos realizados por bolseiros do Estado em diferentes países que, com a oferta dos seus trabalhos ao rei, assim iam dando mostra do seu aproveitamento. No topo Nascente deste andar situava-se, ainda, a arrecadação da prata, assim chamada por ser nessa dependência que se guardava a baixela Germain e as chamadas arrecadações do tesouro (salas dando para a fachada principal) onde se guardam móveis, objectos de adorno, ofertas e um sem número de objectos das mais variadas espécies. Neste andar o fogo consumiu toda a área da galeria de pintura e o seu prolongamento para Poente.

Conseguiu-se evitar e nisso se concentraram todos os esforços dos bombeiros que o fogo alastrasse para Nascente e atingisse as arrecadações da prata e do tesouro.

O mezanino do andar nobre ocupava apenas uma pequena área, já que tanto a galeria de pintura como as arrecadações do tesouro possuem um pé direito que absorve os dois pisos. [...]

A Comissão nomeada para averiguar das causas do incêndio actuou segundo as seguintes directrizes:

- Recolha e estudo de documentação sobre o sinistro ou que com ele pudesse estar relacionada.

- Visitas repetidas ao local.

- Recolha de depoimentos de pessoas que, pelas funções que desempenham, pudessem contribuir para esclarecimento do mesmo (pessoal do palácio, pessoal ligado às obras que ali têm decorrido e técnicos da Direcção de Serviços dos Monumentos nacionais que superintendem nas mesmas obras).

Assim, obteve-se a cedência da fotocópia do relatório elaborado pelo Batalhão de Sapadores Bombeiros sobre o ataque ao incêndio, que se junta, contactou-se a Polícia Judiciária de Lisboa igualmente encarregada de elaborar relatório sobre o sinistro, apreciou-se, por deferência da Radiotelevisão Portuguesa, um filme sobre a mesma ocorrência e obtiveram-se do Serviço Meteorológico Nacional elementos relativos a temperatura, grau de humidade e pluviosidade nos dias que antecederam o incêndio.

O relatório do Batalhão de Sapadores Bombeiros considera no seu item 5.º que as origens do sinistro são indeterminadas.

A Polícia Judiciária informou possuir já relatório elaborado pelo Laboratório da Polícia Científica do qual consta abundante material fotográfico colhido após o incêndio, mas que não concluiu, ainda, as suas investigações, que, por isso, constituem segredo de justiça. Nas condições apontadas, apenas houve larga troca de impressões entre a Comissão de Inquérito e o Pessoal daquela Polícia empenhado no mesmo assunto.

Do material recolhido e das averiguações efectuadas pode concluir-se o seguinte:

- Tudo leva a admitir – o que é, aliás, opinião geral, nomeadamente do B.S.B.: - e se infere das declarações das pessoas ouvidas em auto, que o mesmo teve o

seu início na galeria de pintura situada ao nível do andar nobre, lavrando violentamente de cima para baixo.

Esta galeria apresentava um pé direito correspondente ao andar nobre e parte do mezanino do mesmo andar, dando as janelas deste último piso para o vão da cobertura existente entre o tecto de madeira da galeria e o telhado, as quais não tinham qualquer função de iluminação nem de ventilação.

As paredes da galeria estavam forradas a pano, como é frequente em galerias de pintura, possuindo o seu tecto uma clarabóia que recebia luz de duas outras clarabóias integradas na cobertura.

O incêndio parece ter começado neste vão da cobertura sobre a galeria, já que foram vistas as primeiras chamas irromper da última fila de janelas da fachada que, como atrás se disse, davam para aquele vão.

*Como hipóteses possíveis, formulam-se as três seguintes causas do sinistro: curto-circuito, fogo espontâneo e fogo posto, intencional ou não. [...]*¹⁷⁸⁰

Quanto às três hipóteses possíveis mencionadas neste relatório, viria a ser logo afastada a de curto-circuito, na sequência das explicações dadas pelo engenheiro eletrotécnico da DGEMN responsável, acerca das características da instalação elétrica¹⁷⁸¹.

No que diz respeito à segunda hipótese, a de “fogo espontâneo”, é também considerada pouco provável, uma vez que nesse dia as temperaturas se situaram entre os 12,5° e os 24° Celsius, o que não seria o suficiente para inflamar espontaneamente gases, poeiras ou lixos acumulados.

Quanto à última hipótese – fogo posto – a comissão escreveu o seguinte:

“Há que reconhecer a vulnerabilidade do imóvel, nomeadamente no que se refere à possibilidade de introdução de estranhos na zona afectada pelo incêndio, quer através do torreão sudeste, escadas adjacentes ao frontão e telhados, quer directamente pela ala norte.

¹⁷⁸⁰ Inquérito às causas do incêndio que deflagrou no Palácio Nacional da Ajuda em 23-9-1974. SIPA TXT.00437874 a SIPA TXT.00437882, PT DGEMN:DSID-001/011-1334, Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Processo Administrativo.

¹⁷⁸¹ Ofício do engenheiro eletrotécnico chefe, de 6 de janeiro de 1974 (tratar-se-á de um engano, acreditamos ser de 6 de janeiro de 1975), dirigido ao arquiteto chefe de divisão. SIPA TXT.00437830 a SIPA TXT.00437832, PT DGEMN:DSID-001/011-1333, Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Processo Administrativo.

A existência no mezanino do andar nobre do lado da Ala Sul, da 2.^a Divisão das Forças Armadas, serviço informativo que se julga altamente confidencial, pode estar na origem de um crime de fogo posto. Com efeito, não deverá menosprezar-se o curto espaço que medeou entre o incêndio e a ocorrência reaccionário do 28 de Setembro.

Assinale-se que, não estando naquela altura em execução quaisquer obras no Palácio, é obviamente inadmissível um descuido por parte do respectivo pessoal.

O incêndio deu-se a uma segunda-feira, dia em que o Palácio está encerrado a visitas e a uma hora coincidente com um intervalo das rondas nocturnas. Não é, pois, plausível que pela zona visitável do Palácio se tenha introduzido qualquer estranho, sendo também improvável a hipótese de um acesso ao telhado pelas escadas que marginam o frontão da fachada principal, pois essas escadas só são acessíveis ao pessoal do Palácio que áquela hora se encontrava ausente.

Restam as duas hipóteses de utilização da escada do torreão Sudeste e a Ala Norte em obras.

A primeira, áquela hora, era apenas possível ao pessoal da 2.^a Divisão o que por si só já parece excluir esta hipótese. Resta a utilização da zona em obras. É uma zona com acesso franco pela Calçada da Ajuda, sem qualquer vigilância à data do incêndio, o que possibilitava a consecução do crime que era fácil para quem tivesse um mínimo de conhecimento do caminho a percorrer e permitia, com pequeno esforço, introduzir, através das clarabóias situadas sobre a galeria de pintura, qualquer material inflamado que rapidamente daria origem ao incêndio. [...]"¹⁷⁸²

Concluir-se-ia, assim, que

“Em face dos considerandos anteriores, afigura-se a esta Comissão, tal como ao Batalhão de Sapadores Bombeiros, que as causas do incêndio são indeterminadas. Todavia e embora não se possuam elementos que permitam avaliar da importância das repercussões resultantes da destruição da 2.^a Divisão das Forças Armadas, julga-se não ser de excluir a hipótese, de certo

¹⁷⁸² Inquérito às causas do incêndio que deflagrou no Palácio Nacional da Ajuda em 23-9-1974. SIPA TXT.00437874 a SIPA TXT.00437882, PT DGEMN:DSID-001/011-1334, Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Processo Administrativo.

modo consistente, de fogo posto, cujo intento seria o de atingir o Serviço mencionado.”¹⁷⁸³

Não conseguindo identificar a origem do incêndio de 23 de setembro de 1974, esta comissão assumiria a possibilidade defendida por alguns setores da DGEMN: a do fogo posto por motivações políticas, da “reação” contra os serviços militares instalados no Palácio Nacional da Ajuda, num processo relacionado com a tentativa de manifestação da denominada *Maioria Silenciosa*. No entanto, na impossibilidade de provar estas suspeitas a mesma comissão aconselhava a que se aguardassem os resultados do inquérito da Polícia Judiciária¹⁷⁸⁴, que só seria concluído em 22 de abril de 1976, data do relatório do agente J. Colaço, da Subdiretoria de Lisboa, responsável pela investigação da ocorrência desde 25 de setembro de 1974:

“Nesse mesmo dia procedi a diligências no sentido de se proceder o mais urgentemente possível, a um exame directo ao local do incêndio e com a presença dos peritos técnicos competentes.

Assim, no dia seguinte, 26-9-74, compareci no Palácio da Ajuda acompanhado do Snr. Dr. Luís Dinis da Fonseca, então Inspector desta Secção, do fotógrafo Snr. Joel e da Snr.^a Dr.^a Célia do Laboratório de Polícia Científica.

Juntaram-se-nos, ali, cerca das 10 horas, conforme previamente havido sido combinado, o Exm.^o Senhor Major Ferreira, Comandante do B.S.B. e o Chefe da mesma Corporação que dirigira o combate ao incêndio e elaborara o respectivo relatório.

Observado todo o local do sinistro fizeram-se várias fotografias que se encontram juntas aos autos.

Pela minuciedade com que foram estudadas as circunstâncias do incêndio e sentidos em que podia ter lavrado, concluiu-se, claramente, que o mesmo teria tido o seu início na galeria de pintura passando depois a actuar numa posição vertical – de cima para baixo – uma vez que se verificavam as madeiras do

¹⁷⁸³ Inquérito às causas do incêndio que deflagrou no Palácio Nacional da Ajuda em 23-9-1974. SIPA TXT.00437874 a SIPA TXT.00437882, PT DGEMN:DSID-001/011-1334, Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Processo Administrativo.

¹⁷⁸⁴ Despacho do Secretário de Estado das Obras Públicas, Amadeu Garcia dos Santos, de 12 de junho de 1975, com a concordância do Ministro do Equipamento Social e Ambiente, José Augusto Fernandes, de 16 de junho de 1975. SIPA TXT.00437883, PT DGEMN:DSID-001/011-1334, Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Processo Administrativo.

vigamento dos tectos, ainda em suspensão, ardidias, somente, na parte superior enquanto a inferior se encontrava intacta à acção do fogo [...].

Os técnicos dos B.S.B. tiveram ainda oportunidade de certificar que o incêndio além de ter lavrado naquele sentido lavrou posteriormente nos sentidos nascente-poente e sul-norte.

Estudadas as possibilidades da sua origem pode concluir-se que o mais normal podia ser:

1.º - Qualquer causa accidental. Sendo de realçar a possibilidade de um curto-circuito uma vez que a instalação eléctrica se encontrava em precárias condições tanto de conservação como de tecnicidade, inclusivamente grande parte dela no sistema de fios corridos de parede para parede no estilo de suspensão a que normalmente se designa por tipo arraial, o que é de lamentar em tão magistroso edifício.

Nesta causa podia contribuir ainda a antiguidade do madeiramento – extraordinariamente ressequido e mal limpo podendo mesmo dizer-se em autêntico estado de abandono – o que permitia a combustão ao mínimo contacto de calor.

2.º - Outra causa muito admissível – a combustão expontânea – provinda de milhentos factos como é do conhecimento geral.

Estas combustões como se sabem podem provir de inúmeros contactos com poeiras, trapos gordurosos, madeiras antigas, limalhas, etc..

3.º - Por fogo posto.

Neste caso dadas as condições de segurança na parte sul – elementos da G.N.R. – e a inacessibilidade do público aquela ala só podia ser levado a efeito da parte exterior sendo esta uma hipótese muito admissível e a considerar mas para a qual não existem os mínimos elementos comprovativos, contra alguém.

Como se disse, é hipótese muito crível, uma vez que a parte Norte e poente desta ala se encontrava em reparação desde há longo tempo, estando o telhado desmontado.

Por este facto e ainda porque ali não existia a mínima vigilância era fácil qualquer marginal introduzir-se lançando um objecto incendiário produzindo a

*combustão, hipótese esta que vem de encontro à conclusão tirada de que o incêndio terá lavrado de cima para baixo.”*¹⁷⁸⁵

Apesar de concluir igualmente que as causas do incêndio eram indeterminadas, este relatório apresentou algumas diferenças em relação aos anteriores, salientando-se o facto de não descartar à partida a hipótese de um curto-circuito (verificando que a rede elétrica estava em mau estado de conservação, ao contrário do que os serviços da DGEMN afirmavam) e o facto de retirar qualquer conotação política à hipótese de um eventual fogo posto.

Após o rescaldo do incêndio, a equipa do PNA, liderada pelo conservador Armindo Ayres de Carvalho, e aumentada por alguns voluntários¹⁷⁸⁶, começou a trabalhar na salvaguarda dos salvados. Com o avançar dos trabalhos, as preocupações com o estado de conservação do edifício e com a segurança das coleções aí existentes aumentaram. Assim, logo no final do mês de setembro de 1974 procedeu-se a um incremento na vigilância interna, com destaque para a Casa-forte¹⁷⁸⁷, e iniciaram-se movimentações no sentido de se realizarem algumas obras para segurança do recheio do edifício:

“Em consequência do incêndio ocorrido no Palácio Nacional da Ajuda diversas dependências, onde foram arrecadadas as espécies recuperadas, encontram-se em mau estado devido aos estragos produzidos no telhado, quer pelo sinistro quer pelos Bombeiros que o atacaram, sem condições que assegurem a defesa das peças logo que venham as primeiras chuvas.

Para evitar graves prejuízos torna-se indispensável efectuar desde já:

¹⁷⁸⁵ Relatório da Polícia Judiciária, Subdiretoria de Lisboa, datado de 22 de abril de 1976, assinado pelo agente J. Colaço. SIPA TXT.00437997 a SIPA TXT.00438001, PT DGEMN:DSID-001/011-1334, Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Processo Administrativo.

¹⁷⁸⁶ “[...] houve por parte do Instituto José de Figueiredo um movimento de solidariedade digno de todos os elogios, impulsionado pelo seu ilustre Director o Pintor Abel de Moura, a Directora do Museu Nacional de Arte Antiga, Dr.^a Maria José de Mendonça e a técnica dos têxteis, senhora D. Maria José Taxinha, todos incansáveis em procurar salvar muitas das espécies, sobretudo tecidos, que têm sido tratados e em grande parte recuperados. Da mesma forma no passado Domingo de trabalho nacional, [...] os funcionários e funcionárias do Secretariado da Administração Pública, instalados no 1.º piso deste Palácio deram a sua melhor contribuição, com uma generosidade e uma prociência sem limites.” Foram ainda deslocados temporariamente alguns funcionários do Palácio Nacional de Mafra para a realização e alguns trabalhos no PNA. Relatório do primeiro conservador dos Palácios e Monumentos Nacionais. APNA, 10.7.1., Ofícios expedidos 1974.

¹⁷⁸⁷ Ofício do conservador do PNA, de 30 de setembro de 1974, dirigido ao chefe da Repartição do Património. APNA, Pastas por classificar, Pasta 13, Bloco 1, fólio 18.

a) *Revisão dos telhados da capela e anexos, Sala dos Embaixadores, assim como da arrecadação do Tesouro que fica por cima da Biblioteca, cujo recheio também está em perigo;*

b) *Na parte incendiada, ou seja por baixo da galeria de pintura e antigas arrecadações de D. Luís, colocar um telhado provisório, escorar os tectos e proteger as vitrines onde se encontram arrecadadas, em sete salas, porcelanas, cristais de grande valor histórico e artístico.*”¹⁷⁸⁸

“Assim, no quarto piso, afigura-se-lhe necessário colocar quatro panos de tijolo para vedar outras tantas aberturas, existentes na Galeria de Pintura, que dão acesso a um corredor situado por cima da Capela e a outro que dá possibilidade de passar às dependências onde está instalada a 2.ª Divisão do Estado-Maior General das Forças Armadas.

No terceiro piso – andar nobre – ligado à referida Galeria de Pintura, existem quatro aberturas que necessitam ser vedadas com panos de tijolo. Dessas aberturas, uma dá acesso à arrecadação do Tesouro e outra a uma sala que comunica com a escadaria anexa à Galeria. Uma terceira é o vão onde existiu a porta principal da Galeria e a restante dá ligação à Capela.

Algumas das carruagens existentes no Palácio foram arrecadadas num barracão que não oferece, para o efeito, as condições necessárias.

Há inúmeras telhas partidas e telhados arruinados em zonas onde estão guardadas muitas espécies de grande valor.

A zona onde estava instalada a G.N.R. ficou inutilizada pelo incêndio e a que foi destinada à aquela Corporação não oferece as devidas condições.

Os tectos da maior parte das salas que arderam no primeiro piso (arrecadações de D. Luís) encontram-se em tal estado que, com as chuvas que se aproximam, podem sofrer derrocadas que iriam danificar a colecção de porcelana e de cristais.”¹⁷⁸⁹

¹⁷⁸⁸ Ofício da Direção Geral da Fazenda Pública, de 8 de outubro de 1974, dirigido ao diretor geral da DGEMN. SIPA TXT.00437750 e SIPA TXT.00437751, PT DGEMN:DSID-001/011-1333, Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Processo Administrativo.

¹⁷⁸⁹ Ofício da Direção Geral da Fazenda Pública, de 20 de outubro de 1974, dirigido ao diretor geral da DGEMN. SIPA TXT.00437763 e SIPA TXT.00437764, PT DGEMN:DSID-001/011-1333, Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Processo Administrativo.

Na sequência do incêndio, as preocupações com este tipo de desastres cresceram, o que originou a criação de uma “*Comissão interministerial para estudo das medidas de protecção contra incêndios em Edifícios do Estado*”, da qual fez parte Armindo Ayres de Carvalho, em representação do Ministério das Finanças¹⁷⁹⁰. Esta comissão terminou os seus trabalhos no final de 1975, com a elaboração de um relatório que levou à instalação de detetores de incêndios em alguns Museus e Palácios Nacionais (Queluz, Belém e Ajuda). No PNA, devido ao carácter de urgência, logo em novembro de 1974 foi apressado o lançamento de um concurso por parte da DGEMN, já anteriormente solicitado pelo conservador do PNA e pela DGFP, para a aquisição e instalação de um sistema automático de deteção e de alarme de incêndios¹⁷⁹¹.

Por sua vez, a reconstrução dos espaços destruídos e danificados seria integrada nos planos de completamento da ala norte do Palácio Nacional da Ajuda. Porém, este processo demorou ainda algum tempo a arrancar, suscitando algumas críticas por parte do conservador do monumento que, mostrando-se preocupado com a eventual entrada de águas das chuvas, pedia obras urgentes nas coberturas¹⁷⁹².

A verdadeira dimensão da catástrofe de 1974 não foi percecionada imediatamente, pois a tarefa de conferência dos objetos danificados ou perdidos e dos salvados, levada a cabo pela equipa do PNA, estendeu-se durante alguns anos, tendo sido formalmente concluída apenas a 9 de dezembro de 1980, data em que o conservador Ayres de Carvalho enviou para verificação da tutela as listagens desses bens¹⁷⁹³ – que, segundo o próprio, deveriam incluir cerca de 500 pinturas e algumas esculturas¹⁷⁹⁴. Não identificámos no Arquivo do PNA cópia desta lista definitiva; contudo, existem apontamentos manuscritos de duas listas: “*Galeria de Pintura de D. Luís – Telas perdidas no incêndio de 23/9/1974*”, em que são referidas um total de 336

¹⁷⁹⁰ Ofício do primeiro conservador dos Palácios e Monumentos Nacionais, de 8 de junho de 1976, dirigido ao chefe da Repartição do Património. APNA, Pastas por classificar, Pasta 15, Bloco 6, fólio 158.

¹⁷⁹¹ PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/177, Palácio Nacional da Ajuda: Sistema automático de deteção e de alarme de incêndios. PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/179, Palácio Nacional da Ajuda: Sistema automático de deteção e de alarme de incêndios.

¹⁷⁹² GOULÃO, José, “Burocracia espera pela chuva? O Palácio da Ajuda a céu aberto necessita obras imediatas”, in, *A Capital*, 14 de novembro de 1974, pp. 16-17.

¹⁷⁹³ Ofício do conservador do PNA, de 9 de dezembro de 1980, dirigido ao Diretor do Património do Estado. APNA, Pastas por classificar, Pasta 14, Bloco 3, fólio 19.

¹⁷⁹⁴ “O incêndio no Palácio da Ajuda. Perderam-se quinhentos quadros de valor histórico incalculável.”, in, *Diário Popular*, n.º 11448, 24 de setembro de 1974, p.11. CARVALHO, Ayres de, *A Galeria de Pintura da Ajuda e as Galerias do Século XIX*, 1982, p. 10.

obras de arte, entre pinturas, desenhos e esculturas¹⁷⁹⁵; e, “*Galeria de Pintura de D. Luís – “Salvados” – Do incêndio de 23/9/1974*”, em são elencadas 54 pinturas e desenhos¹⁷⁹⁶.

A questão das obras de arte perdidas devido ao incêndio de 1974 suscitou outros problemas, particularmente testemunhados pela imprensa periódica. Destaque-se, então, os rumores da venda em leilão de dois quadros que supostamente fariam parte da Galeria de Pintura do rei D. Luís. Vários periódicos mencionavam que duas pinturas – uma da autoria de Rembrandt (1606-1669) e outra de Fattori (1825-1908) –, tinham saído ilicitamente do PNA, sendo posteriormente dadas como desaparecidas no incêndio e vendidas no estrangeiro, a primeiro no Palácio Galiera, em Paris, em novembro de 1974 e a segundo na Christie’s, em Londres, no início de 1975¹⁷⁹⁷.

Esta questão, levantada por “Maria Pia de Saxe-Coburgo e Bragança”, auto-intitulada Duquesa de Bragança¹⁷⁹⁸, criou algumas dúvidas nos meandros institucionais, levando ao pedido de informações acerca do caso por parte do deputado à Assembleia Constituinte Levy Casimiro Baptista¹⁷⁹⁹, do MDP/CDE.

A suspeita de eventuais extravios de objetos da Galeria de Pintura levou à instauração de um inquérito por parte da Polícia Judiciária, que ouviu o conservador e diversos contínuos do PNA. Apurou-se, então, que nunca existira qualquer quadro de

¹⁷⁹⁵ “Galeria de Pintura de D. Luís – Telas perdidas no incêndio de 23/9/1974”. APNA, Pastas por classificar, Pasta 19, Bloco 6, fólios 79-100.

¹⁷⁹⁶ “Galeria de Pintura de D. Luís – “Salvados” – Do incêndio de 23/9/1974”. APNA, Pastas por classificar, Pasta 19, Bloco 6, fólios 101-104.

¹⁷⁹⁷ “Vendidos no estrangeiro quadros “perdidos” no incêndio do palácio da Ajuda”, in, *Jornal Novo*, n.º 259, 9 de março de 1976, p. 10. “Onde estão as obras de Arte da Família Real Portuguesa?”, in, *Vida Mundial*, n.º 1889, de 27 de maio de 1976, pp. 21-23.

¹⁷⁹⁸ “D. Maria Pia de Saxe-Coburgo e Bragança”, ou Hilda de Toledano (1907-1995). Reclamava ser filha de D. Carlos I e de Maria Amélia Laredó e Murça. A partir de 1957, através da publicação do livro *Mémoires d’une Infante vivante*, procurou o reconhecimento público de que era filha de D. Carlos, procurando retirar dividendos financeiros pelo facto de ser herdeira do penúltimo rei de Portugal. Nas décadas de 70 e 80, afrontou os direitos de D. Duarte Pio de Bragança ao trono de Portugal. PAILLER, Jean, *Maria Pia: A Mulher que queria ser Rainha de Portugal*, 2006.

¹⁷⁹⁹ Requerimento, de 4 de março de 1976, do deputado do Movimento Democrático Português / Comissão Democrática Eleitoral (MDP/CDE), Levy Casimiro Baptista, *Diário da Assembleia Constituinte*, série 01, n.º 114, 4 de março de 1976, p. 3774

Rembrandt na citada galeria, e que a pintura de Fattori¹⁸⁰⁰ ainda se encontrava no PNA, na Sala de Bilhar, onde poderia ser apreciado por todos¹⁸⁰¹.

Apesar destas constatações, a suspeita das transações destes quadros terá permanecido, sendo desenvolvida em algumas peças jornalísticas e contrariadas pelo conservador do Palácio Nacional da Ajuda, que chamava a atenção para o desaparecimento – esse sim, real – de um tríptico roubado do Atelier de Pintura do PNA¹⁸⁰². Esta pintura terá desaparecido no dia 6 de outubro de 1974, durante uma campanha de recuperação e limpeza de objetos queimados e salvados do incêndio de setembro. Com a intervenção da Polícia Judiciária, que deu o alerta junto aos especialistas e antiquários de Lisboa, o tríptico em causa foi identificado, localizado e devolvido ao PNA¹⁸⁰³.

3.2.2.3. Projetos e obras

No período entre 1964 e 1981, o Palácio Nacional da Ajuda sofreu diversas intervenções, desde obras de reparação até obras mais profundas que transformaram alguns dos seus interiores. Todas elas foram executadas sob responsabilidade da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, organismo do Ministério das Obras Públicas que, depois de avaliar as prioridades, elaborava um plano anual de trabalho, lançando depois os vários concursos, respeitando os valores de dotação previstos para o PNA.

As intervenções levadas então a cabo tiveram diferentes fases de desenvolvimento, sendo de destacar dois momentos que, pela sua dimensão, foram fulcrais: a adaptação do PNA para a realização da Cimeira da NATO em 1971¹⁸⁰⁴ e as obras consequentes ao incêndio de 1974, necessárias para a reconstrução da ala

¹⁸⁰⁰ *Batalha para a Unificação de Itália*, de Giovanni Fattori, 1866, pintura a óleo sobre tela, PNA n.º inv. 41460. Este quadro foi retirado da Galeria de Pintura e foi utilizado para decoração do gabinete do Ministro dos Negócios Estrangeiros Italiano, Aldo Moro (1916-1978), durante a Cimeira da NATO em 1971. Relatório do primeiro conservador dos Palácios e Monumentos Nacionais, de 3 de junho de 1976. APNA; Pastas por classificar, Pasta 15, Bloco 6, fólios 164-170.

¹⁸⁰¹ Ofício do conservador do PNA, de 26 de fevereiro de 1976, dirigido ao chefe da Repartição do Património. APNA; Pastas por classificar, Pasta 15, Bloco 6, fólio 200.

¹⁸⁰² *Cenas da Paixão e Ressurreição de Cristo*, óleo sobre madeira, Escola alemã, séc. XV-XVI, PNA n.º inv. 3540.

¹⁸⁰³ Relatório do primeiro conservador dos Palácios e Monumentos Nacionais, de 3 de junho de 1976. APNA; Pastas por classificar, Pasta 15, Bloco 6, fólios 164-170. APNA, 10.7.1., Ofícios expedidos 1974.

¹⁸⁰⁴ Ver 3.2.2.1. *Cimeira da NATO*.

norte¹⁸⁰⁵. Para além disso, o conjunto edificado do PNA, com as suas características físicas construtivas, aliadas a problemas de manutenção, foi permanentemente alvo de intervenções pontuais, principalmente em coberturas e em aberturas (janelas e portas).

Em suma, foram efetuadas neste período várias campanhas de obras, na sua maioria integradas nos planos anuais de trabalho e realizadas de maneira faseada, com vista à manutenção e reparação do edifício: nos telhados, algerozes e clarabóias; em portas e janelas, nos soalhos, na instalação elétrica, nos elevadores, nas canalizações e na decoração (pinturas, douramentos e tecidos) de algumas das principais salas.

Nas páginas seguintes apresentamos alguns dados sobre as mais importantes intervenções realizadas durante o período da direção do conservador Ayres de Carvalho, reservando para texto desenvolvido autonomamente os planos de conclusão do edifício¹⁸⁰⁶, devido à sua particular importância.

Casa-forte

A Casa-forte do Palácio Nacional da Ajuda, local onde se guardavam as Jóias da Coroa e de D. Miguel desde a sua inauguração em 1954¹⁸⁰⁷, foi alvo de intentos de beneficiação do espaço e das condições de segurança, a partir do início da década de 1970, por parte dos seus claviculários: o conservador do PNA, Armindo Ayres de Carvalho e o pintor Joaquim da Costa Rebocho (1912-?)¹⁸⁰⁸.

De facto, em 1972 Ayres de Carvalho procurou que esta área, incluindo as suas duas salas anexas, fosse repensada de modo a serem aumentadas as suas condições de segurança, permitindo a sua abertura ao público, integrada no percurso expositivo do andar térreo aberto em 1968¹⁸⁰⁹:

“quando há uns anos foi determinado superiormente guardar neste Palácio não só as “Jóias da coroa”, como outras colecções de pratas do séc. XVI da maior raridade e incalculável valor não só monetário como artístico, numa casa-forte para o efeito especialmente estudada e construída, nunca se aventou a hipótese de ser a mesma aberta e franqueada ao público. Da mesma

¹⁸⁰⁵ Ver 3.2.2.2. *O incêndio de 1974*.

¹⁸⁰⁶ Ver o ponto 3.2.2.4. *Projetos para conclusão do Palácio Nacional da Ajuda*.

¹⁸⁰⁷ Acerca deste assunto ver 2.2.2.1. *Projetos e obras*.

¹⁸⁰⁸ Ofício do conservador do PNA, de 26 de novembro de 1971, dirigido ao chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas por classificar, Pasta 15, Bloco 1, fólio 65.

¹⁸⁰⁹ Ver 3.3. *Palácio-Museu*.

forma o próprio Palácio e apenas as salas do pavimento térreo foram há pouco tempo abertas ao público, [...].

[...] tem a citada casa-forte elementares condições de segurança para o efeito que se pretende, isto é, a sua abertura ao público, com todas as contingências e perigos difíceis de obstar, de que se conhece, fazendo o confronto, com a segurança existente na Torre de Londres.

De momento parecia-me indicada uma alteração total nas estruturas da citada casa-forte, sobretudo em todo o seu contorno (salas anexas), alargando assim o seu âmbito e dando-lhe muito maiores possibilidades de defesa e segurança. Todo esse contorno seria e corresponderia a uma “torre”, visto que abrangeiria todo o perímetro da construção junto da calçada da Ajuda e da futura fachada que se projecta.

O isolamento que tem actualmente a citada casa-forte, toda em cimento, passariam a ter as duas (pelo menos) salas anexas, proporcionando-se assim uma maior defesa e um maior espaço de circulação, mais difícil de apreender pelo público visitante e pelos que certamente a pretenderiam visitar com outras intenções. A situação da actual casa-forte é propícia a executar-se o que existe em Londres (que apenas conheço por descrições sumárias), isto é, fazer uma cave subterrânea para em caso de assalto todo o conjunto se submergir e desaparecer.

Se o que tenho a honra de propor fosse considerado difícil ou não praticável devido a deficientes condições de segurança na construção a que aludi, situada junto da calçada da Ajuda, poderia ser encarada no lado norte e estudada do início e com todas as condições de segurança, visto que segundo me informou o Director dos Serviços dos Monumentos Nacionais já existe a verba para completar ou pelo menos continuar a citada ala norte, até aos nossos tempos apenas ruínas provenientes da inconclusão, no século passado, duma tão grandiosa fábrica apenas projectada.”¹⁸¹⁰

¹⁸¹⁰ Ofício do conservador do PNA de 10 de janeiro de 1972, dirigido ao chefe da Repartição do Património. APNA, Pastas por classificar, Pasta 13, Bloco 1, fólios 62-65. SIPA TXT.01404962 a SIPA TXT.01404965, PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/007, Palácio Nacional da Ajuda: Processo geral.

Deste modo, Ayres de Carvalho procurava ampliar o conjunto de salas visitáveis no PNA, ponderando até a hipótese da transferência desta casa-forte para o topo da ala norte ainda em construção.

Este plano foi aceite pela Direção Geral da Fazenda Pública, que em fevereiro do mesmo ano solicitou estudo acerca deste assunto à DGEMN¹⁸¹¹. A resposta deste organismo foi favorável, considerando-se que

“seria de grande interesse facultar ao público a visita às Jóias da Coroa, guardadas na casa forte do Palácio Nacional da Ajuda, havendo que prover para tanto, a execução de obras de adaptação e a instalação de sistemas de segurança que desde já se afiguram ser de elevado custo.

*Julga-se, no entanto, que o valor das peças a expor justifica a dispêndio a efectuar com a sua segura e correcta exposição.”*¹⁸¹²

Mencionando a necessidade de se fazerem visitas técnicas a alguns exemplos estrangeiros, nomeadamente à Torre de Londres, esta direção geral chamava no entanto a atenção para o facto de esta ser uma intervenção bastante cara, motivo pelo qual, provavelmente, o projeto não viria a ter desenvolvimentos imediatos.

Ainda no mesmo ano Ayres de Carvalho, prevendo a impossibilidade de criação de uma nova casa-forte, propôs o reforço das condições de segurança na sala já existente: deslocação de objetos entre vitrinas, colocação de vidros anti-bala, colocação de gradeamento entre as vitrinas e o público e colocação de guardas numa das salas anexas à casa-forte. O conservador do PNA considerava que existiriam, assim, condições para a abertura deste espaço à visita, ainda que apenas duas vezes por mês, com visitas marcadas e com identificação de todos os visitantes, que deveriam pagar um bilhete de ingresso de 50\$00¹⁸¹³.

No seguimento da ocupação de espaços do PNA por serviços públicos, em 1974 o conservador Ayres de Carvalho, por questões de segurança, optou por encerrar as duas salas anexas à casa-forte, criando uma divisão desta área com um corredor de acesso:

¹⁸¹¹ Ofício do diretor geral da DGFP, de 9 de fevereiro de 1972, dirigido ao diretor geral da DGEMN.SIPA TXT.01404966, PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/007, Palácio Nacional da Ajuda: Processo geral.

¹⁸¹² Ofício do diretor geral da DGEMN, de 9 de fevereiro de 1972, dirigida ao diretor geral da DGFP. SIPA TXT.01404970 e SIPA TXT.01404971, PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/007, Palácio Nacional da Ajuda: Processo geral.

¹⁸¹³ Ofício do conservador do PNA, de 23 de abril de 1972, dirigido ao chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas por classificar, Pasta 18, Bloco 1, fólios 203-206.

*“Como é do conhecimento de V. Ex.^a, a nosso pedido e com a concordância de V. Ex.^a, foi entaipada a porta de comunicação da sala anexa à Casa-Forte com o corredor (hoje de acesso dos Serviços do Secretariado da Administração Pública), por motivos de segurança. Concluíram os Serviços da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais estarem podres os vigamentos do soalho dessa sala de comunicação com a Casa-Forte, pelo que, durante um largo tempo está essa dependência intransitável, e inapresentável ao público. Foram portanto encerradas às visitas essas duas dependências anexas à casa-forte.”*¹⁸¹⁴

Verifica-se, então, que as preocupações com a Casa-forte se mantiveram, continuando o conservador do PNA a intentar a melhoria das condições de segurança da já existente, ou a construção de uma nova casa-forte.

Os pareceres da DGEMN seriam, contudo, negativos, defendendo este organismo que a casa-forte existente tinha condições de segurança necessárias e que a construção de uma nova, ficando muito dispendiosa, não era oportuna¹⁸¹⁵. Nos anos seguintes verificamos que a administração do PNA e a Direcção Geral da Fazenda Pública revelaram constante preocupação com a segurança dos objetos guardados na casa-forte¹⁸¹⁶, evocando pouca vigilância, os danos provocados no edifício pelo incêndio de setembro de 1974 e a instabilidade política do país. Por fim, face a estas conjunturas, no final do ano de 1975 o conservador do PNA decidiu propor a transferência das Jóias da Coroa para os cofres do Banco de Portugal¹⁸¹⁷.

Não concordando com a proposta de Ayres de Carvalho, o subsecretário de estado das Finanças, por despacho de maio de 1977, viria porém a acordar com os responsáveis da Direcção Geral do Património a transferência das Jóias da Coroa e restantes objetos expostos na casa-forte do PNA para os cofres da Casa da Moeda,

¹⁸¹⁴ Ofício do conservador do PNA, de 5 de março de 1974, dirigido ao chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas por classificar, Pasta 11, Bloco 2, fólio 31.

¹⁸¹⁵ Ofício do arquiteto diretor, de 4 de outubro de 1974, dirigido ao arquiteto diretor de serviços. SIPA TXT.00437747, PT DGEMN:DSID-001/011-1333, Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Processo Administrativo.

¹⁸¹⁶ Ofício da DGFP, de 16 de dezembro de 1975, dirigida ao diretor geral da DGEMN. SIPA TXT.00437926, PT DGEMN:DSID-001/011-1334, Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Processo Administrativo.

¹⁸¹⁷ Ofício do primeiro conservador dos Palácios e Monumentos Nacionais, de 10 de dezembro de 1975, dirigido ao chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas por classificar, Pasta 15, Bloco 6, fólhos 232-233.

enquanto fosse necessário¹⁸¹⁸. Esta transferência foi efetuada em dois momentos. Em julho de 1977 foram transferidas as Jóias da Coroa e de D. Miguel, embaladas e transportadas com o acompanhamento de técnicos superiores da Casa da Moeda e dos claviculários da Casa-Forte do PNA¹⁸¹⁹. No início de 1978 procedeu-se ao transporte das pratas do séc. XVI¹⁸²⁰. Os restantes objetos expostos na casa-forte e nas salas anexas foram igualmente retiradas, mas transferidos para a nova Casa das Pratas, no próprio PNA.

Casa das Pratas

Devido ao incêndio de 23 de setembro de 1974, diversas dependências localizadas na ala norte do Palácio Nacional da Ajuda ficaram danificadas ou mesmo inutilizadas. Tal foi o caso da designada Casa das Pratas, contígua à Galeria de Pintura, de que se conseguiu porém salvaguardar todo o acervo que aí se encontrava guardado.

Face a esta perda, o conservador do PNA solicitou a criação de outra Casa das Pratas, numa “*dependência sita entre abóbadas, na escadaria chamada do «Cortejo», com uma janela dando para um saguão*”, sendo para tal necessário a colocação de uma porta blindada e de um gradão¹⁸²¹.

Esta obra, por ser considerada urgente para permitir a segurança de objetos valiosos, foi efetuada dentro do plano de obras para o Palácio Nacional da Ajuda de 1976¹⁸²².

¹⁸¹⁸ Ofício do diretor geral DGP, de junho de 1977, dirigido ao diretor geral da DGEMN. SIPA TXT.00438068, PT DGEMN:DSID-001/011-1334, Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Processo Administrativo.

¹⁸¹⁹ Ofício do primeiro conservador dos Palácios e Monumentos Nacionais, de 2 de julho de 1977, dirigido ao chefe da Repartição, diretor do Património. APNA; Pastas por classificar, Pasta 15, Bloco 6, fólios 53-54.

¹⁸²⁰ Ofício do diretor geral da DGP, de fevereiro de 1978, dirigido ao diretor geral da DGEMN. SIPA TXT.00438206, PT DGEMN:DSID-001/011-1334, Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Processo Administrativo. Ofício do primeiro conservador dos Palácios e Monumentos Nacionais, de 7 de março de 1978, dirigido ao chefe da Repartição, director do Património. APNA, Pastas por classificar, Pasta 14, Bloco 3, fólio 300.

¹⁸²¹ Ofício do diretor geral da DGFP, de 10 de fevereiro de 1975, dirigida ao diretor geral da DGEMN. SIPA TXT.00437843, PT DGEMN:DSID-001/011-1334, Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Processo Administrativo.

¹⁸²² SIPA TXT.00438018, PT DGEMN:DSID-001/011-1334, Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Processo Administrativo.

Habitação para o conservador do PNA

Outra pretensão de Ayres de Carvalho foi a criação de uma residência no interior do próprio palácio, com vista a ser transformada na habitação do conservador do PNA, em substituição da localizada na Rua do Guarda-Jóias, n.º 52. Esta reivindicação teve com certeza alguns ecos positivos por parte da tutela, pois em março de 1974 a Direção Geral da Fazenda Pública, em ofício dirigido ao diretor geral da DGEMN, referia qual seria o melhor local, no palácio, destinado a esta residência:

*“O conservador do Palácio Nacional da Ajuda informa que a localização mais adequada para a habitação seria em dependências do primeiro piso, do lado norte, com entrada do mesmo lado em que se encontram as instalações da Guarda Nacional Republicana e o seu gabinete.”*¹⁸²³

O parecer da DGEMN seria, porém, totalmente contrário ao desejo de Ayres de Carvalho, defendendo esta direção geral que os espaços em causa já se encontravam atribuídos para outros fins:

“Nos estudos que precederam a elaboração do projecto de completamento deste Palácio Nacional, foram definidos critérios – que vieram a ser superiormente aprovados – para a ocupação dos espaços disponíveis, a recuperar e a utilizar pelas entidades que aí ficariam instaladas, [...]”

*O espaço sugerido no ofício da Direcção Geral da Fazenda Pública, como sendo o mais adequado para a localização da habitação do Conservador, foi destinado nos estudos elaborados por estes Serviços, para ampliação da Biblioteca da Ajuda (depósito de livros) [...].”*¹⁸²⁴

Através da consulta de vária documentação verificamos, pois, que esta proposta de Ayres de Carvalho não colheu grandes simpatias, ficando totalmente posta de parte através de despacho ministerial¹⁸²⁵.

¹⁸²³ Ofício do diretor geral da DGFP, de 25 de março de 1974, dirigido ao diretor geral da DGEMN. SIPA TXT.00437681, PT DGEMN:DSID-001/011-1333, Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Processo Administrativo.

¹⁸²⁴ Ofício do arquiteto diretor, de 4 de abril de 1974, dirigido ao arquiteto diretor de serviços. SIPA TXT.00437686 e SIPA TXT.00437687, PT DGEMN:DSID-001/011-1333, Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Processo Administrativo.

¹⁸²⁵ Ofício do arquiteto diretor, de 23 de abril de 1974, dirigido ao arquiteto diretor de serviços da DGEMN. SIPA TXT.00437692 e SIPA TXT.00437693, PT DGEMN:DSID-001/011-1333, Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Processo Administrativo.

3.2.2.4. Projetos para conclusão do Palácio Nacional da Ajuda

Datado de 1944, o projeto para a conclusão do Palácio Nacional da Ajuda foi, a pedido do ministro das Obras Públicas Arantes e Oliveira, dividido pelo próprio autor, o arquiteto Raul Lino, em várias fases de construção, de modo a ser comportável, uma vez que era um plano bastante oneroso para as contas do Estado.

Em 1956 Raul Lino apresentou o “*Completamento do Palácio Nacional da Ajuda - Plano por Fases – Estimativa*”¹⁸²⁶, projeto que previa cinco fases de construção. Logo no início de 1957 foram iniciados os primeiros trabalhos, que foram sendo desenvolvidos a um ritmo lento durante os anos seguintes¹⁸²⁷.

No âmbito do desenvolvimento das obras nas alas norte e poente, em agosto de 1966 foram pedidos para instalação do estaleiro o Jardim das Damas, para depósito de andaimes de madeira e ferro que iriam sair da obra do Panteão Nacional de Santa Engrácia, e as antigas oficinas e garagem de D. Afonso, que seriam utilizadas como oficina dos canteiros¹⁸²⁸.

Em 1967, ainda durante o mandato de Eduardo de Arantes e Oliveira, o plano de obras para o completamento do PNA foi alvo de uma revisão, ainda com base no projeto de Raul Lino, prevendo-se agora a sua divisão em duas fases.

“[...] procederam os nossos Serviços ao estudo da primeira fase dos trabalhos que deverão ser levados a efeito no Palácio Nacional da Ajuda com vista ao seu completamento.

Independentemente da fixação de um programa – sem o qual, aliás, não será possível um estudo em profundidade e completo do problema – foi, todavia, com base no projecto de completamento do imóvel da autoria do Arquitecto Raul Lino, que se procedeu à elaboração do presente ante-plano.

¹⁸²⁶ SIPA TXT.00427964, SIPA TXT.00427965, SIPA TXT.00427966, SIPA TXT.00427967, SIPA TXT.00427968 e SIPA TXT.00427969, “Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Obras” - PT DGEMN:DSID-001/011-1316.

¹⁸²⁷ Acerca deste assunto ver 2.2.2.2. *Projetos para conclusão do Palácio Nacional da Ajuda.*

¹⁸²⁸ O Jardim das Damas, o terreno designado por Quinta do Infante e algumas construções anexas, confinantes a norte com o PNA, estavam arrendados a funcionários e antigos funcionários do PNA. Relatório de atividades do conservador do PNA, de 15 de junho (ou julho?) de 1966, dirigido ao chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas por classificar, Pasta 14, Bloco 2, fólio 57. Ofício do diretor geral da DGEMN, José Pena Pereira da Silva, de 9 de agosto de 1966, dirigido ao diretor geral da DGFP. SIPA TXT.00436570, PT DGEMN:DSID-001/011-1331, Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Processo Administrativo. Ofício do conservador e do encarregado do pessoal menor do PNA, de 23 de agosto de 1966, dirigido ao chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas por classificar, Pasta 14, Bloco 2, fólio 38.

Dada a importância e extensão do empreendimento, motivadas não só pelo seu elevado custo como ainda pelo tempo necessário à própria execução dos trabalhos, desde logo se admitiu a sua realização por fases, a escalonar por diversos anos.

[...]o presente ante-plano, foram incluídos nesta primeira fase os trabalhos de tosco abrangendo essencialmente escavações e terraplanagens, demolições e construção de paredes, pavimentos e coberturas.”¹⁸²⁹

Esta divisão dos trabalhos em duas fases, uma incluindo a ala norte e outra relativa à ala poente, que estava condicionada à elaboração de um novo traçado da Calçada da Ajuda a cargo da Câmara Municipal de Lisboa, previa que a primeira fase (ala norte), iniciada ainda em 1967¹⁸³⁰ e que envolvia intervenções em paredes exteriores e interiores da ala norte, paredes dos pátios e estruturas de pavimentos e telhado, pudesse ser concluída num período de dois anos¹⁸³¹.



Fig. 114 – Fachada norte inacabada, 1967.

SIPA FOTO.00515918,
DOC.00003874, Palácio
Nacional da Ajuda: ala
Norte.

¹⁸²⁹ Memória Descritiva, de 25 de fevereiro de 1967. SIPA TXT.01421989 e SIPA TXT.01421990, PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/165, Palácio Nacional da Ajuda: Ante-plano de acabamentos, primeira fase, janeiro 1967.

¹⁸³⁰ Ofício do arquiteto diretor dos serviços da DGEMN, de 22 de maio de 1969. SIPA TXT.01404228 a SIPA TXT.01404230, PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/005, Palácio Nacional da Ajuda: Processo geral.

¹⁸³¹ Ofício do arquiteto diretor dos serviços, de 28 de fevereiro de 1967. SIPA TXT.00436594 e SIPA TXT.00436595, PT DGEMN:DSID-001/011-1331, Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Processo Administrativo.

Passados dois anos, em 1969, a DGEMN viria a elencar os trabalhos – ainda não terminados – desenvolvidos nesta primeira fase de trabalho. A justificação para o facto de não ter sido cumprido o plano inicial relacionava-se com algumas intervenções inesperadas e urgentes que então foram necessárias realizar, em especial: a reparação dos danos causados pelo temporal e pela explosão do Forte do Carrascal, em Linda-a-Velha, na noite de 25 para 26 de novembro de 1967¹⁸³²; e a integração de novos elementos, designados de “*peças resistentes*”, que foram considerados necessários devido ao sistema construtivo do edifício¹⁸³³.

*“as obras da 1.ª fase, no Palácio Nacional da Ajuda, se estimavam em 9 000 000\$00. Nesta quantia está incluída a fachada da Ala Norte, paredes exteriores, paredes interiores dos pátios e estruturas de pavimentos e telhados. [...]além dos toscos previstos, construíram-se todos os vãos guarnecidos com cantaria, “lambris” em pedra lavrada, continuou-se a escadaria, cujos alçados são também em pedra, e isto porque se verifica ser mais vantajoso assentar as cantarias paralelamente à construção das alvenarias onde pertencem. Dadas as deficientes instalações onde foram acomodadas as carruagens que pertencem ao Palácio e arreios respectivos por motivo da demolição das dependências onde estavam depositadas, houve que beneficiar outras dependências, construindo-se pavimentos em lajedo, restaurando-se paramentos de paredes e tectos abobadados, caixilharias, estando agora as mesmas carruagens expostas ao público.”*¹⁸³⁴

Os trabalhos continuariam ao longo de 1970¹⁸³⁵, sendo contudo interrompidos no final do ano, para concentração de esforços e de custos nas obras de adaptação do PNA para a Cimeira da NATO¹⁸³⁶.

No final de 1971 foi apresentada uma memória descritiva, assinada pelos arquitetos da DGEMN José Almeida de Oliveira (arquiteto de 1.ª classe, que fora responsável pelas obras para a Cimeira da NATO) e Elísio Summavielle (arquiteto

¹⁸³² “Dilúvio de catástrofe”, in, *Diário de Notícias*, Suplemento do n.º 36.541, de 26 de novembro de 1967.

¹⁸³³ Ofício do arquiteto diretor dos serviços, DGEMN, de 22 de maio de 1969. SIPA TXT.00436774 e SIPA TXT.00436775, PT DGEMN:DSID-001/011-1331, Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Processo Administrativo.

¹⁸³⁴ Ofício de 20 de maio de 1969. SIPA TXT.00436771 e SIPA TXT.00436772, PT DGEMN:DSID-001/011-1331, Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Processo Administrativo.

¹⁸³⁵ PT DGEMN:DSID-001/011-1331, Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Processo Administrativo.

¹⁸³⁶ Ver 3.2.2. *Administração do edifício* e 3.2.2.1. *Cimeira da NATO*.

chefe de divisão), na qual todo o projeto de intervenção no Palácio da Ajuda era repensado, sendo apresentada uma nova proposta de conclusão das Alas Norte e Poente. Esta proposta relacionava-se diretamente com o plano de instalação dos Serviços da Presidência do Conselho nos mezaninos da Ala Sul e num dos mezaninos da Ala Norte, e colocava em causa os critérios até então seguidos:

“Apoiava-se, a solução anterior, num critério de construção da fachada Poente analogamente à composição das restantes existentes, dotando-a, ainda, de dois torreões, com o objectivo de definir e rematar o Palácio, sugerindo, portanto, uma composição integral.

Este conceito inseria-se, deste modo, em princípios de “restauro”, na medida em que visava sugerir – como se afirmou – uma solução que documentasse a primitiva composição do Palácio.

Verifica-se, sem embargo, que a adopção deste critério ocasionaria, para além do completamento das alas inacabadas (Norte e Poente), a remodelação interior de um vasto sector das Alas Sul e Poente onde, alterações efectuadas no fim do Séc. XIX, introduziram modificações muito profundas, não só na sua compartimentação, como também nos níveis dos pavimentos superiores, do que resultou uma fachada Poente construída segundo o espírito desta remodelação.

[...]para explicação da tese que se defende – que as alterações interiores e exteriores que o Palácio sofreu no século passado constituem, hoje em dia, parte integrante da sua evolução histórica e nada parece aconselhar que sejam removidos, até porque desta remoção não resultaria uma solução correcta, em bases específicas de “restauro”.

[...] Todas as soluções, pois, que nos conduzissem a considerar a edificação de torreões de remate, nestes precisos limites de construção existentes, constituiriam uma falsificação, em terrenos de genuinidade de solução adaptada.

E, segundo lugar (a reconstrução da fachada Poente, segundo o estudo anterior, somente seria possível com o desvio de traçado da Calçada da Ajuda [...])

[...] admitiu-se uma solução de compromisso que, encarando a realização de pequenos trabalhos de remate da fachada Norte segundo a sua composição original – entre os quais a construção da passagem para acesso ao jardim das

Damas – aceitasse a manutenção do sector existente na fachada Poente, tratando-a, conseqüentemente, como remate posterior da construção, em moldes discretos, embora, todavia, compatíveis com a dignidade da edificação.

Interiormente, apoiou-se o completamento num plano de ocupação tão maleável quanto possível, com o objectivo de se assegurar:

- a manutenção das instalações da Biblioteca da Ajuda, enriquecida com uma área de expansão adequada, no piso térreo e 1.º mezanino;*
- a manutenção das dependências da G. N.R., no piso térreo;*
- a instalação de serviços técnicos da Presidência do Conselho, no 1.º mezanino;*
- a obtenção de áreas disponíveis para arrecadações do Palácio, nomeadamente para a eventual criação de um “garde meuble” nacional, no mezanino do andar nobre;*
- a manutenção da zona de exposição de carruagens, na zona central do piso térreo;*
- a criação, ao nível do andar nobre, sobre a Calçada da Ajuda, de uma grande sala, (40,00x15,00 mts) de utilização polivalente, onde poderão efectuar-se reuniões nacionais ou internacionais, exposições, conferências, etc, dotada de instalações complementares de tradução simultânea.”¹⁸³⁷*

Apesar desta proposta, as obras foram retomadas em 1972, respeitando o plano original de 1956, mas orientadas de modo a não colocarem em causa quaisquer projetos futuros. Esta situação manter-se-ia até ao ano de 1977, quando, após levantamento do problema por parte do Secretário de Estado das Obras Públicas¹⁸³⁸, foi apresentado um novo projeto da autoria de João Luís Nuno Seabra, arquiteto de 2.ª classe da DGEMN.

¹⁸³⁷ Memória, de 26 de dezembro de 1971, assinada por arquiteto de 1.ª classe José Almeida de Oliveira e arquiteto chefe de divisão Elísio Summavielle. SIPA TXT.01422143 a SIPA TXT.01422146, PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/171, Palácio Nacional da Ajuda: estudo de complemento.

¹⁸³⁸ SIPA TXT.01418013 a SIPA TXT.01418015, PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/091, Palácio Nacional da Ajuda: Trabalhos de complemento das fachadas norte e poente.



Fig. 115 – Terraço: vista do pátio e obras de complemento, 1975.

SIPA FOTO.00516203, DOC.00003939, Palácio Nacional da Ajuda: obras na ala Norte.

É visível a ausência de cobertura na ala norte, onde antes se situava a Galeria de Pintura, que ardeu no incêndio de 23 de setembro de 1974.

Em 1977 surgiu um novo plano, divergente dos anteriores projetos de Raul Lino, que seguiu os critérios lançados em 1971:

“[...] As obras previstas circunscreviam-se praticamente à execução de um alçado, pavimentos e cobertura das zonas interessadas, não existindo qualquer definição quanto ao aproveitamento das áreas a criar e recuperar.”¹⁸³⁹

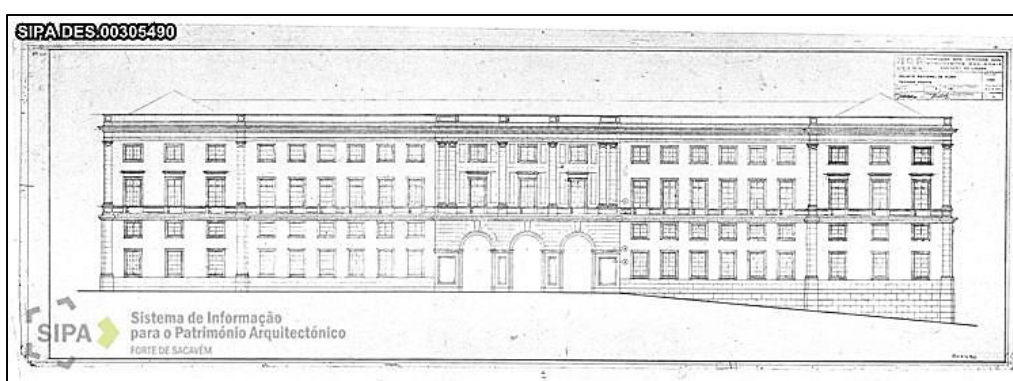


Fig. 116 – Fachada Poente, Projeto de João Seabra, de 1977.

SIPA DES.00305490, DOC.00060736, Palácio Nacional da Ajuda [projeto de conclusão].

¹⁸³⁹ SIPA TXT.01418013 a SIPA TXT.01418015, PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/091, Palácio Nacional da Ajuda: Trabalhos de complemento das fachadas norte e poente.

Na Memória Descritiva e Justificativa que acompanhou o projeto, João Seabra explicava que o seu objetivo tinha sido simplificar a sua fachada poente a construir, respeitando as características do edifício:

“[...] resultou uma fachada que no plano arquitectónico conjuga os elementos estilísticos essenciais que definem a arquitectura do Palácio, porém reduzidos por forma a que não tornasse demasiadamente onerada a sua construção, mas que, por outro lado, confira à fachada Poente uma dignidade conforme as restantes fachadas e permita uma leitura de conjunto o mais consonante possível.”

“[...] essencialmente, repete-se o ritmo e dimensão de vãos de janelas, tal como os seus guarnecimentos de cantaria, eliminando-se toda uma teoria de pilastras entre vãos ao nível do andar Nobre, assim como o revestimento integral do paramento da fachada em alvenaria. Este paramento será simplesmente rebocado e pintado, salvo na parte correspondente ao corpo central que integra o pórtico de acesso ao pátio, pois se considerou que este deveria constituir como que uma zona mais nobre da respectiva fachada.”¹⁸⁴⁰

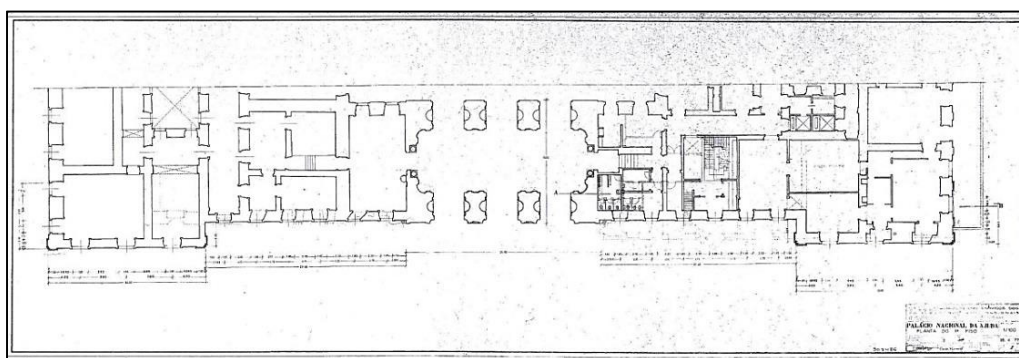


Fig. 117 – Planta do piso térreo da Ala Poente. Projeto de João Seabra, 1977.
SIPA DES.00305486, DOC.00060736, Palácio Nacional da Ajuda [projeto de conclusão].

¹⁸⁴⁰ Memória Descritiva e Justificativa, de 4 de agosto de 1977, assinada pelo arquiteto João Seabra. SIPA TXT.01422244 e SIPA TXT.01422245, PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/174, Palácio Nacional da Ajuda.

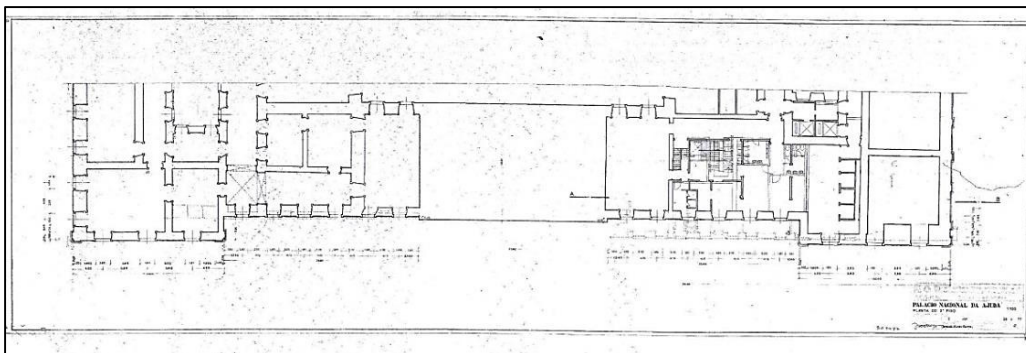


Fig. 118 – Planta do 2.º piso da Ala Poente. Projeto de João Seabra, 1977.
SIPA DES.00305487, DOC.00060736, Palácio Nacional da Ajuda [projeto de conclusão].

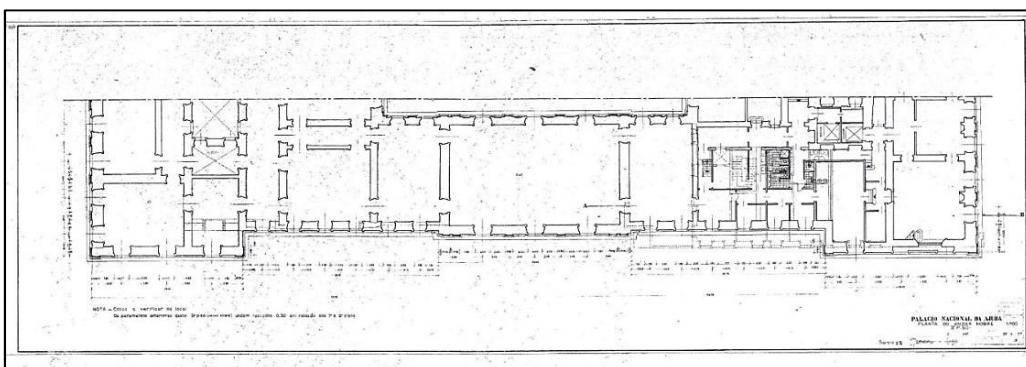


Fig. 119 – Planta do andar nobre da Ala Poente. Projeto de João Seabra, 1977.
SIPA DES.00305488, DOC.00060736, Palácio Nacional da Ajuda [projeto de conclusão].

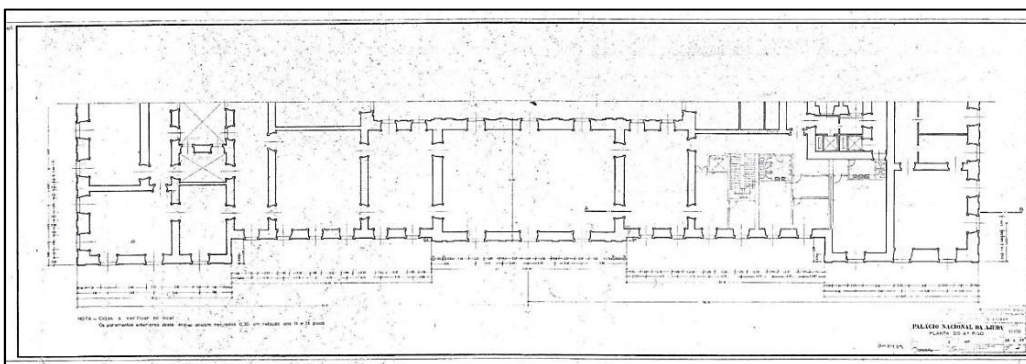


Fig. 120 – Planta do 4.º piso da Ala Poente. Projeto de João Seabra, 1977.
SIPA DES.00305486, DOC.00060736, Palácio Nacional da Ajuda [projeto de conclusão].

O projeto de João Seabra seria aprovado pela DGEMN e pelo Ministério das Obras Públicas¹⁸⁴¹. No mesmo ano foi lançado concurso público para a totalidade da empreitada, sendo por fim assinado, em 28 de dezembro de 1977, o Contrato n.º 1148/77, “*Palácio Nacional da Ajuda – Trabalhos de Completamento das Fachadas Norte e Poente*”, adjudicado a António Simões da Silva, Lda¹⁸⁴².

Os trabalhos começaram no início de 1978. Foram então construídos os telhados da ala norte, avançando-se ainda com trabalhos de edificação na ala norte e de demolição na ala poente, de modo a libertar espaços para a posterior edificação do novo corpo.

Apesar do bom andamento da obra, a empresa adjudicatária foi manifestando alguns problemas financeiros, aumentados com a queda de uma grua no dia 10 de dezembro de 1978. Esta queda, provocada pelo mau tempo que então assolara o país, causou vários estragos:

*“Destruição da balaustrada na ala Norte numa extensão de 5,70 metros, acima do guarda-chapim, existindo pequenas mossas no mesmo guarda-chapim e nas cimalhas; na cobertura houve danos em cerca de 4,10 metros quadrados de superfície na vertente Norte e 2,80 metros de extensão ao longo da fileira; encurvaram tubos de andaimes, sendo oito elementos com 3,00 metros, um elemento com 2,70 metros e quatro elementos com 2,00 metros; partiram-se, uma respiga de ligação dos tubos e uma braçadeira; esboroou-se a aresta de uma viga na extensão de 11,60 metros e altura de 26,50 centímetros, ficando um varão à vista; amolgaram-se e encurvaram-se dois tramos com 3,00 metros de extensão que fazem parte da coluna de um monta-cargas.”*¹⁸⁴³

¹⁸⁴¹ Este ministério era então chefiado por João Orlindo de Almeida Pina. Almeida Pina foi Ministro das Obras Públicas entre 23 de julho de 1976 e 9 de dezembro de 1977, e Ministro da Habitação e Obras Públicas, entre 29 de agosto de 1978 e 15 de setembro de 1978. Acedido em 13 de agosto de 2015 em URL: <http://www.politipedia.pt/pina-joao-orlindo-de-almeida/>.

¹⁸⁴² “Auto de verificação de abandono da obra”. SIPA TXT.01417569, PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/090, Palácio Nacional da Ajuda: Trabalhos de complemento da fachada norte e poente.

¹⁸⁴³ “Prejuízos causados pela queda da grua”, SIPA TXT.01417718, PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/091, Palácio Nacional da Ajuda: Trabalhos de complemento das fachadas norte e poente. A reparação destes estragos foi realizada, a título excecional, em 1980. “Memória descritiva”, de 21 de março de 1980. SIPA TXT.00434038, PT DGEMN:DSID-001/011-1327, Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Obras.



Fig. 121 – Fachada Poente: vista da grua.
SIPA FOTO.00516235, DOC.00003945, Palácio Nacional da Ajuda: queda de guas.



Fig. 122 – Fachada Norte: vista das guas.
SIPA FOTO.00516236, DOC.00003945, Palácio Nacional da Ajuda: queda de guas.

Depois deste episódio a empresa em causa continuou as intervenções nas alas norte e poente. Porém, a sua situação financeira cada vez mais problemática levaria à intervenção da própria DGEMN, que teve de pagar diretamente a alguns fornecedores recibos vencidos, bem como salários em atraso ao pessoal¹⁸⁴⁴. Com a situação a deteriorar-se cada vez mais, e uma vez que os responsáveis da empresa António Simões da Silva, Lda. não respondiam às solicitações da DGEMN, a 14 de dezembro de 1979 constatou-se oficialmente o abandono da obra por parte do adjudicatário¹⁸⁴⁵. Alguns meses mais tarde, em 29 de abril de 1980, ao ser efetuada a posse administrativa da empreitada, estavam presentes como representantes do dono da obra (DGEMN); o arquiteto diretor dos Monumentos de Lisboa, Nuno de Moraes Beirão; o engenheiro civil-chefe, Luciano Lobo; o arquiteto de 2.ª classe, João Luís Nuno Seabra; e, o adjunto técnico de 2.ª classe, Manuel Dias das Neves. Da parte do primitivo adjudicatário não compareceu nenhum representante¹⁸⁴⁶.

Devido às demolições efetuadas na ala poente, particularmente no ângulo sul, e com a paragem e abandono da obra por parte da empresa António Simões da Silva, Lda., o Palácio Nacional da Ajuda apresentava no início da década de 1980 um aspeto de ruína bastante acentuado. Tal facto viria a suscitar algumas críticas, como a que foi

¹⁸⁴⁴ PT DGEMN:DSID-001/011-1326, Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Obras.

¹⁸⁴⁵ “Auto de verificação de abandono da obra”. SIPA TXT.01417569, PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/090, Palácio Nacional da Ajuda: Trabalhos de complemento da fachada norte e poente.

¹⁸⁴⁶ SIPA TXT.01418241 e SIPA TXT.01418242 PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/093, Palácio Nacional da Ajuda: Recepção provisória dos trabalhos executados. SIPA TXT.01418348 a SIPA TXT.01418352, PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/095, Palácio Nacional da Ajuda: Posse administrativa dos trabalhos. A Sociedade de Construções A. Simões da Silva, Lda. viria a declarar falência em 1981. Anúncio do 1.º Juízo do Tribunal Cível da Comarca de Lisboa, de 24 de fevereiro de 1981, *Diário da República*, III série, n.º 119, de 26 de maio de 1982. PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/091, Palácio Nacional da Ajuda: Trabalhos de complemento das fachadas norte e poente.

publicada no jornal *A Rua* em 24 de abril de 1980, com um caráter politicamente contestatário e agressivo:

“«- É um verdadeiro crime, o que aqui fizeram» – diz-nos um funcionário do Palácio, relativamente à destruição de uma das fachadas daquele monumental edifício. Foi por acaso que ali passámos há dias e quando subíamos a Calçada da Ajuda, logo se nos deparou aquela triste imagem – a destruição, a ruína, dando a impressão de que uma bomba ali rebentara ou de que um terramoto se fizera sentir horas antes. [...]

No momento não conseguimos ainda descobrir responsabilidades nem saber quem ordenou nem para que foi ordenado este «crime». Registámos apenas as palavras de um funcionário do Palácio, como mais vivo protesto – a que nos associámos evidentemente – pela destruição de que foi vítima o velho Palácio da Ajuda. E quem queira tirar dúvidas basta descer ou subir a Basta descer ou subir a Calçada da Ajuda e ver com os seus próprios olhos aquela bela imagem que nos é dada, como «cartaz turístico» de um país destruído. É uma imagem do «25 de Abril». Do «Abril em Portugal».”¹⁸⁴⁷

Este artigo seria profundamente contestado pelos técnicos da DGEMN, que procuraram apresentar – pelo menos a nível interno – os verdadeiros motivos para as demolições efetuadas¹⁸⁴⁸.



Fig. 123 – Fachada poente: demolições.
SIPA FOTO.00516244,
DOC.00003947, Palácio
Nacional da Ajuda:
fachada poente.

¹⁸⁴⁷ “UM CRIME NO PALÁCIO DA AJUDA”, in *A Rua*, 24 de abril de 1980. SIPA TXT.00438578, PT DGEMN:DSID-001/011-1335, Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Processo Administrativo.

¹⁸⁴⁸ Ofício do arquiteto diretor, de 9 de junho de 1980, dirigido ao arquiteto diretor de serviços. SIPA TXT.00438594 a SIPA TXT.00438596, PT DGEMN:DSID-001/011-1335, Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Processo Administrativo.



Fig. 124 – Fachada poente: ruínas da parte Norte.

SIPA FOTO.00516249, DOC.00003947, Palácio Nacional da Ajuda: fachada poente.

Em março de 1980 a DGEMN lançou um novo concurso público para os trabalhos de completamento das fachadas norte e poente do Palácio Nacional da Ajuda¹⁸⁴⁹, ao qual apenas concorreu uma empresa (Lourenço, Simões & Reis, Lda.)¹⁸⁵⁰. Uma vez que não era possível a comparação entre propostas apresentadas pelos candidatos, o Secretário de Estado das Obras Públicas, Carlos José Sanches Vaz Pardal, em 27 de maio de 1980, após solicitação do diretor geral da DGEMN, anulou o concurso¹⁸⁵¹.

O ponto da situação em relação às obras no edifício do PNA era, portanto, em meados do ano de 1980, bastante consternador: as demolições estavam feitas, a obra mantinha-se parada e o concurso público fora anulado por falta de interesse dos empreiteiros. Para além disso, previam-se altos custos relacionados com o plano de conclusão do edifício. Mediante este cenário, os serviços da DGEMN tiveram que refletir quanto ao passo seguinte, conforme testemunha este relatório:

“No entanto entre o diverso trabalho executado nomeadamente elementos estruturais de betão armado – foi também demolido o corpo do edifício existente a Poente, excrescência construída nos finais do século passado, circunstância que viria ainda agravar extraordinariamente o já lamentável aspecto do Palácio.

¹⁸⁴⁹ Concurso público para arrematação da empreitada do Palácio Nacional da Ajuda (trabalhos de completamento das fachadas norte e poente), DGEMN, 17 de março de 1980, *Diário da República*, III série, n.º 80, 5 de abril de 1980.

¹⁸⁵⁰ Proposta aberta em 29 de abril de 1980. SIPA TXT.00433753, PT DGEMN:DSID-001/011-1326, Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Obras.

¹⁸⁵¹ SIPA TXT.00433748 e SIPA TXT.00433749, PT DGEMN:DSID-001/011-1326, Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Obras.

Novos concursos públicos para o prosseguimento das obras foram ainda lançados sendo que a proposta mais baixa obtida se elevava a cerca de 250 000 000\$00.

Perante tal número, forçosamente acrescido com as inevitáveis revisões de preços ocorreu ponderar se na verdade se justificaria a realização da obra projectada, embora se considere que o deplorável aspecto que patenteia o alçado poente do Palácio da Ajuda não poderá de facto manter-se. Perante tal dilema concluiu-se que só a reformulação total do projecto poderá eventualmente conduzir a uma significativa redução do custo das obras, viabilizando a cobertura financeira do empreendimento. Entende-se por reformulação do projecto, um conceito totalmente diferente daquele que orientou o critério anterior de intervenção o qual teve como princípio seguir uma expressão estilística idêntica à do Palácio utilizando pormenores de elementos existentes nas respectivas fachadas Sul e Norte obrigando a espessamentos de paredes idênticos aos da construção antiga, para inclusão de cantarias trabalhadas e portadas interiores.

Esta solução, além de atingir um custo inoportável teria – quanto a nós – o grave inconveniente de induzir em erro de apreciação todo aquele que observasse a “maquette” do imóvel desproporcionado e sem escala, tomando por completo um volume que, na realidade, corresponderia apenas a menos de metade do projecto inicial.

Por isso se nos afigura como admissível e mas correcta a criação de uma fachada/cortina de arquitectura actual, sem compromissos formais com os restantes alçados do edifício, testemunho da nossa época, embora naturalmente integrada na modulação e ritmo de composição das restantes fachadas do Palácio.

Daqui o objecto do presente concurso, possibilitando a apresentação de soluções que, sem dependência de esquemas anteriores, permitam a execução de uma fachada Poente economicamente viável mas sem prejuízo da dignidade de que se deve revestir o Palácio da Ajuda.”¹⁸⁵²

¹⁸⁵² SIPA TXT.01418013 a SIPA TXT.01418015,PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/091, Palácio Nacional da Ajuda: Trabalhos de complemento das fachadas norte e poente.

Assim, em outubro de 1980 foi lançado novo concurso, desta vez parcial, “*onde apenas se lançou uma obra que compreendia 3/5 da área a edificar*”¹⁸⁵³. A sua abertura ocorreria em novembro de 1980¹⁸⁵⁴, ficando em primeiro lugar a empresa Lourenço, Simões e Reis, Lda¹⁸⁵⁵.

Contudo, apesar da necessidade de remate da ala poente, os valores elevados da empreitada e a conjuntura financeira desfavorável de Portugal levariam a que a DGEMN contactasse o Instituto Português do Património Cultural “*com vista à obtenção de um parecer orientador do critério que em definitivo, estes Serviços deverão seguir*”¹⁸⁵⁶. Este ato originou uma situação de longo impasse, permanecendo o Palácio Nacional da Ajuda incompleto e com uma das suas fachadas em ruínas.

3.2.3. Organização das coleções

Uma das primeiras tarefas desenvolvidas por Armindo Ayres de Carvalho enquanto conservador do Palácio Nacional da Ajuda foi a organização do inventário dos objetos existentes neste edifício. Esta inventariação estaria integrada num plano de preparação da abertura do PNA ao público¹⁸⁵⁷.

O trabalho dedicado nos primeiros anos ao inventário dos bens existentes no PNA terá ocupado grande parte do tempo à equipa, agora com nova liderança, uma vez que essa atividade implicava que se efetuassem arrumações diversas e outros trabalhos preparatórios.

“Tenho a honra de comunicar a V. Ex.^a, para os devidos efeitos, que, tendo quase concluído a arrumação de espécies (tecidos, peças litúrgicas, quadros,

¹⁸⁵³ Parecer do arquiteto diretor de serviços, Nuno de Moraes Beirão, de 20 de janeiro de 1981, dirigido ao diretor geral da DGEMN.SIPA TXT.00438642 a SIPA TXT.00438646, PT DGEMN:DSID-001/011-1335, Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Processo Administrativo.

¹⁸⁵⁴ Concurso público para arrematação da empreitada do Palácio Nacional da Ajuda (trabalhos de completamento das fachadas norte e poente), DGEMN, 17 de outubro de 1980, *Diário da República*, III série, n.º 249, 27 de outubro de 1980. SIPA TXT.00433797, PT DGEMN:DSID-001/011-1326, Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Obras.

¹⁸⁵⁵ SIPA TXT.01417908,PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/091, Palácio Nacional da Ajuda: Trabalhos de complemento das fachadas norte e poente.

¹⁸⁵⁶ Parecer do arquiteto diretor de serviços, Nuno de Moraes Beirão, de 20 de janeiro de 1981, dirigido ao diretor geral da DGEMN.SIPA TXT.00438642 a SIPA TXT.00438646, PT DGEMN:DSID-001/011-1335, Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Processo Administrativo.

¹⁸⁵⁷ Como já mencionámos, consideramos que a nomeação de Ayres de Carvalho como conservador do Palácio Nacional da Ajuda já previa a futura abertura desta instituição ao público, uma vez que surgiu na sequência (e como reconhecimento) da sua ação no Palácio Nacional de Mafra, onde conseguiu aumentar a área expositiva aberta ao público e organizar o Museu de Escultura Comparada.

desenhos, fotografias, etc.) dispersas pelas várias arrecadações, será possível, dentro em pouco começar o serviço de inventariação numa ficha-borrão que já tenho organizada [...]”¹⁸⁵⁸

Ayres de Carvalho tentava assim conhecer os espaços e os objetos neles expostos ou guardados, procedendo depois à “*verificação das espécies inventariadas nos mapas de cadastro e respectivas fichas de inventário*”¹⁸⁵⁹, com o objetivo de corresponder à solicitação da tutela dos Palácios Nacionais para que organizasse “*o cadastro de todos os móveis e objectos existentes nesses edifícios em relação às salas em que se encontram expostas*”¹⁸⁶⁰. No âmbito desta solicitação foram enviadas para o PNA fichas de cadastro, que deveriam ser preenchidas em duplicado, para uma das cópias ser enviada e arquivada na Repartição do Património da DGFP¹⁸⁶¹.

Expondo à tutela que “*Segundo os mapas de cadastro entregues alguns anos atrás, a última verba inventariada tinha o número de ordem: 984 e de inventário: 1657*”¹⁸⁶², Ayres de Carvalho iniciou os trabalhos de preenchimento das fichas de inventário dos objetos que se encontravam nas salas de exposição e nas arrecadações do PNA, preenchendo as fichas em triplicado, à semelhança do que havia sido feito em Mafra¹⁸⁶³.

Até ao final do ano de 1965, seriam então preenchidas: as fichas de inventário referentes a 17 salas do pavimento térreo do PNA, desde a Sala dos Archeiros até ao Toucador da Rainha (total de 2.124 fichas); as fichas-borrão das salas anexas à Casa-Forte e dos corredores do piso térreo, e de todas as salas de exposição do andar nobre (num total de 2.500 fichas); e ainda os mapas de cadastro. Nas próprias palavras do conservador do Palácio Nacional da Ajuda,

¹⁸⁵⁸ Ofício do conservador do PNA, de 8 de fevereiro de 1965, dirigido ao chefe da Repartição do Património. APNA, Pastas por classificar, Pasta 13, Bloco 3, fólio 22.

¹⁸⁵⁹ Relatório do conservador do PNA, de 15 de julho de 1965, dirigido ao chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas por classificar, Pasta 14, Bloco 1, fólio 72.

¹⁸⁶⁰ Ofício-circular do chefe da Repartição do Património da DGFP, de 7 de agosto de 1965, dirigido aos conservadores dos Palácios Nacionais. APNA, Capilhas soltas, Bloco 39, fólio 2.

¹⁸⁶¹ Ofício-circular do chefe da Repartição do Património da DGFP, de 7 de agosto de 1965, dirigido aos conservadores dos Palácios Nacionais. APNA, Capilhas soltas, Bloco 39, fólio 2.

¹⁸⁶² Relatório do conservador do PNA, de 15 de julho de 1965, dirigido ao chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas por classificar, Pasta 14, Bloco 1, fólio 72.

¹⁸⁶³ “*uma destinada a essa Repartição, outra para o ficheiro numérico deste Palácio e uma terceira para a classificação em relação às salas em que se encontram expostas as espécies.*” Relatório do conservador do PNA, de 12 de agosto de 1965, dirigido ao chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas por classificar, Pasta 14, Bloco 1, fólhos 57.

*“Podemos portanto considerar que se encontram inventariadas todas as espécies expostas deste Palácio, porquanto por meio das citadas fichas-borrão e pela colocação nas espécies dos respectivos números de inventário, cada espécie está suficientemente identificada com descrição, medidas, peso (se é de prata ou ouro) época, estilo, colocação, números de inventário anteriores, seu valor, etc., por forma a não haver dúvidas sobre qualquer extravio, estrago, ou qualquer outro acidente que possa surgir.”*¹⁸⁶⁴

A partir do início de 1966 foram inventariados os objetos que existiam nos espaços de arrecadação; no fim de maio, já estavam inventariadas 43.000 espécies nas fichas-borrão e 41.397 nas fichas definitivas¹⁸⁶⁵. Em relatório enviado à tutela o conservador do PNA destacava ainda os trabalhos de limpeza e de organização das reservas do palácio, tarefas que assumiam uma certa centralidade neste período.

*“Ao mesmo tempo que se procede ao inventário [...] as espécies são limpas e devidamente arrumadas e seleccionadas por grupos ou colecções, como no caso dos tecidos, das pratas, das telas, das espécies litúrgicas, etc., ficando essas arrecadações ou reservas prontas a ser vistas e apreciadas por estudiosos ou interessados em recordações históricas e artísticas. Neste mesmo propósito estou procurando organizar um Museu das Pratas num grande salão até aqui utilizado em copa, aproveitando algumas vitrinas que com uma pequena reparação ficam em condições de serem expostas e apreciadas pelo grande público”*¹⁸⁶⁶

Os relatórios redigidos por Ayres de Carvalho neste período são documentos bastante interessantes pois, para além de especificarem as quantidades de objetos inventariados em cada um dos espaços, fornecem alguns dados acerca dos principais locais de arrecadação, revelando ainda a vontade do conservador em reorganizar e “reconstituir” a Galeria de Pintura do Rei D. Luís:

“Arrecadação das Pratas: inventariaram-se 5.926 peças, com os n.ºs 5.319 a 11.245 [...]”

“Arrecadação do «Porto Covo»: inventariaram-se 2.466 peças [...]”

¹⁸⁶⁴ Relatório do conservador do PNA, de 31 de dezembro de 1965, dirigido ao chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas por classificar, Pasta 14, Bloco 1, fólios 3-4.

¹⁸⁶⁵ Relatório do conservador do PNA, de 1 de junho de 1966, dirigido ao chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, 10.7.1. Ofícios expedidos 1966, pp. 35-43.

¹⁸⁶⁶ *Idem.*

“Arrecadação da Louça (7 salas revestidas de armários com diversos serviços de porcelana, de vidros e de cristais): inventariaram-se 20.825 peças de serviços diversos, com os n.ºs 13.713 a 34.538.”

“Arrecadação da «Rouparia» (7 salas revestidas de armários [...]) Inventariaram-se 6.369 peças, em conjuntos diversos [...], com os n.ºs de inventário: 34.539 a 40.908.”

“Arrecadação do «Pascoal» [...]. Inventariaram-se: 327 espécies com os n.ºs 40.909 a 41.236.”

“Arrecadação de D. Luís [...]. Inventariaram-se: 54 espécies, com os n.ºs 41.237 a 41.291.”

“Arrecadação dos quadros (antes «Galeria de Pintura de el-rei D. Luís»). Embora se apresentem apenas 105 telas inventariadas, com os n.ºs 41.292 a 41.397, de que foram executadas as fichas definitivas, existem ainda nas fichas-borrão mais 288 espécies, com os n.ºs 41.398 a 41.686. Deste conjunto monumental de mais de 400 espécies, [...] ainda se conseguiu não só limpar do lixo, poeiras, etc., a maior parte das telas, como ainda coloca-las nos dois grandes salões da Galeria, pensando-se com tempo poder fazer a reconstituição dessa parte importantíssima e valiosa do Palácio, depois de muitos restauros e emolduramento da maior parte.”¹⁸⁶⁷

Nos anos seguintes os trabalhos de inventariação continuaram, ainda que num ritmo menos intenso. Em março de 1968 estavam inventariados de 51.841 objetos¹⁸⁶⁸, sendo os trabalhos dados como terminados em outubro de 1968 (último número de inventário 53.270¹⁸⁶⁹). Porém, verificamos que na prática a inventariação de objetos prolongou-se até dezembro de 1969, atingindo o número de inventário 53.910¹⁸⁷⁰.

Todos os objetos inventariados, singularmente ou em conjunto, foram devidamente marcados de maneira individual com etiquetas autocolantes (ou com pequenas tiras de tecido, no caso dos têxteis). Com vista a tornar mais durável a

¹⁸⁶⁷ Relatório do conservador do PNA, de 1 de junho de 1966, dirigido ao chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, 10.7.1. Ofícios expedidos 1966, pp. 35-43.

¹⁸⁶⁸ Ofício do conservador do PNA, de 7 de março de 1968, dirigido ao chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas por classificar, Pasta 19, Bloco 9, fólios 156-157.

¹⁸⁶⁹ Relatório do conservador do PNA, de 10 de outubro de 1968, dirigido ao chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, 10.7.1, Ofícios expedidos 1968, p. 21.

¹⁸⁷⁰ Ofício do conservador do PNA; de 16 de dezembro de 1969, dirigido ao chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, 10.7.1., Ofícios expedidos 1969, p. 5.

inscrição dos números de inventário nas obras, foram ainda colocadas chapas metálicas de alumínio, num total de 24.000¹⁸⁷¹, nas peças de mobiliário, esculturas e pinturas, etc., presas com pequenos pregos metálicos (balmazes) ou com arame¹⁸⁷².

O inventário nos Palácios Nacionais viria a ser complementado, no final de 1979 e durante o ano de 1980, através de uma campanha fotográfica que procurou ser o mais sistemática possível. No Palácio Nacional da Ajuda as fotografias foram tiradas de maneira faseada, em grupos de 100, 200 ou 400¹⁸⁷³, primeiro pelo fotógrafo Manuel Maria de Miranda Serejo e, a partir de agosto de 1980, por João Baptista Carrasco, Lda.¹⁸⁷⁴.

Os trabalhos de inventariação das coleções do PNA originaram algumas movimentações de bens, quer nas principais salas quer nos diversos locais utilizados como “reservas”. Nas páginas seguintes elencamos e analisamos sumariamente – a partir de uma importante série de postais de António Passaporte, de 1969 e de fotografias de Emanuel Santos de Almeida Júnior, de 1971, correspondentes aos períodos imediatamente anterior e posterior à Cimeira da NATO – os principais “arranjos” expositivos decorrentes neste período, por ação do conservador Ayres de Carvalho.

¹⁸⁷¹ Ofício do conservador do PNA, de 28 de dezembro de 1968, dirigido ao chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, 10.7.1., Ofícios expedidos 1968, p. 1.

¹⁸⁷² Ofício do conservador do PNA, de 7 de março de 1968, dirigido ao chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas por classificar, Pasta 19, Bloco 9, fólios 156-157. Ofício do conservador do PNA, de 22 de março de 1968, dirigido ao chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas por classificar, Pasta 19, Bloco 9, fólio 152.

¹⁸⁷³ Ofício do primeiro conservador dos Palácios e Monumentos Nacionais, de 29 de março de 1980, dirigido ao chefe da Repartição do Património. APNA, Pastas por classificar, Pasta 14, Bloco 3, fólio 94. Ofício do primeiro conservador dos Palácios e Monumentos Nacionais, de 17 de julho de 1980, dirigido ao chefe da Repartição do Património. APNA, Pastas por classificar, Pasta 14, Bloco 3, fólio 67.

Ofício do conservador de 1.ª classe dos Palácios e Monumentos Nacionais, de 28 de agosto de 1980, dirigido ao chefe da Repartição do Património. APNA, Pastas por classificar, Pasta 14, Bloco 3, fólio 60.

Ofício do conservador de 1.ª classe dos Palácios e Monumentos Nacionais, de 20 de outubro de 1980, dirigido ao diretor geral da DGP. APNA, Pastas por classificar, Pasta 14, Bloco 3, fólio 44.

Ofício do conservador de 1.ª classe dos Palácios Nacionais, de 14 de novembro de 1980, dirigido ao diretor geral da DGPE. APNA, Pastas por classificar, Pasta 14, Bloco 3, fólio 34.

Ofício do conservador principal dos Palácios e Monumentos Nacionais, de 11 de dezembro de 1980, dirigido ao diretor geral da DGFE. APNA; Pastas por classificar, Pasta 14, Bloco 3, fólio 15.

¹⁸⁷⁴ Ofício do primeiro conservador dos Palácios e Monumentos Nacionais, de 8 de agosto de 1980, dirigido ao chefe da Repartição do Património. APNA, Pastas por classificar, Pasta 14, Bloco 3, fólio 62. Ofício do conservador principal dos Palácios e Monumentos Nacionais, de 31 de dezembro de 1980, dirigido ao diretor da DGPE, APNA; Pastas por classificar, Pasta 14, Bloco 3, fólio 10.



Fig. 125 – Sala da Tapeçaria Espanhola.

Postal Coleção Passaporte (LOTY) 833. 1969.

Comparando esta imagem com a de 1961, de Mário Novais, verifica-se uma redução do mobiliário de assento. O número de objetos dispostos sobre a mesa e os aparadores também foi reduzido, permanecendo os elementos centrais (centros de mesa, serpentinas, luminárias e fruteiros) da Baixela Thomire, adquirida pelo Estado aos herdeiros do conde de Porto Covo em abril de 1941.



Fig. 126 – Sala do Despacho.

Postal Coleção Passaporte (LOTY) 832. 1969. Pensamos que o mobiliário desta sala, bem como o de outros espaços, tenha sido disposto deste modo unicamente para a fotografia, pois esta não seria a disposição mais prática para permitir um percurso desimpedido aos visitantes.



Fig. 127 – Sala do Despacho.

Fotografia de Emanuel Santos de Almeida Júnior, de 1971, in, CARVALHO, Ayres de, *Palácio Nacional da Ajuda*, 1972. Imagem 26.

Esta sala manteve-se praticamente com a mesma disposição, excetuando algumas peças de mobiliário e de adorno.



Fig. 128 – Sala de Música.
Postal Coleção Passaporte
(LOTY) 834. 1969.



Fig. 129 – Sala da Música.
Fotografia de Emanuel Santos de
Almeida Júnior, de 1971, in,
CARVALHO, Ayres de, *Palácio
Nacional da Ajuda*, 1972. Imagem
20.
Comparando esta imagem com a de
1969, verificam-se essencialmente
alterações na disposição do
mobiliário de assento, devido à
colocação de dois móveis vitrinas, à
semelhança do descrito no Auto de
arrolamento 3, PT-PNA-DGFP-
0001-002-0001-00006. Acedido a
31 de agosto de 2015 em URL:
<http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4683303>.



Fig. 130 – Quarto de D. Luiz.
Postal Coleção Passaporte
(LOTY) 835. 1969.
Comparando esta imagem com a
de 1961, verifica-se uma
configuração totalmente diferente.
O formato de pequena sala
desapareceu depois da demolição
das divisórias em 1945,
assumindo-se agora o arranjo do
espaço global como quarto. Para
tal substituiu-se o mobiliário,
colocando-se uma cama e
respetivas mesas de cabeceira.



Fig. 131 – Sala de Saxe.
Postal Coleção Passaporte
(LOTY) 836. 1969.



Fig. 132 – Sala Verde.
Postal Coleção Passaporte
(LOTY) 837. 1969.
Comparando esta imagem com
a de 1961, verifica-se uma
configuração diferente na
disposição de algumas peças de
mobiliário.

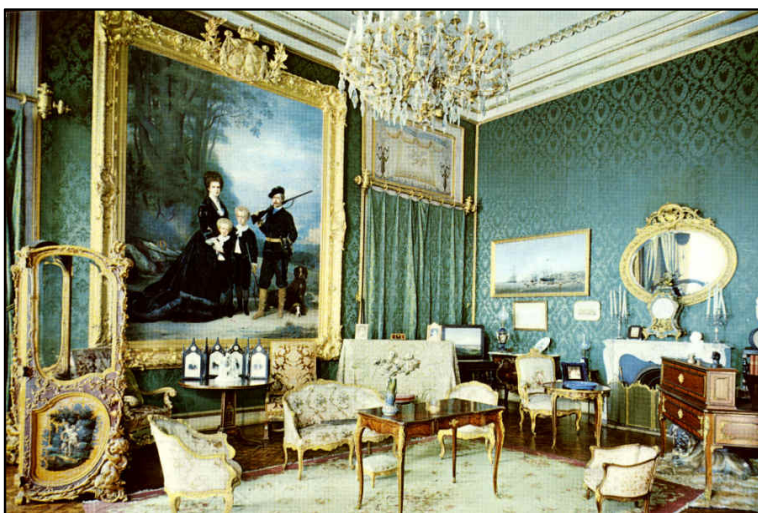


Fig. 133 – Sala Verde.
Fotografia de Emanuel Santos de
Almeida Júnior, de 1971, in,
CARVALHO, Ayres de, *Palácio
Nacional da Ajuda*, 1972.
Imagem 36. Comparando esta
imagem com a de 1969,
verificam-se algumas alterações
nos objetos existentes e na
disposição dos restantes.



Fig. 134 – Quarto da Rainha D. Maria Pia.

Postal Coleção Passaporte (LOTY) 838. 1969.

Comparando esta imagem com a de 1961, verifica-se uma configuração diferente na disposição de algumas peças de mobiliário.



Fig. 135 – Quarto da rainha D. Maria Pia.

Fotografia de Emanuel Santos de Almeida Júnior, de 1971, in, CARVALHO, Ayres de, *Palácio Nacional da Ajuda*, 1972. Imagem 15.

Comparando esta imagem com a de 1969, verificam-se pequenas alterações nos objetos existentes.



Fig. 136 – Toucador da Rainha D. Maria Pia.

Postal Coleção Passaporte (LOTY) 839. 1969.

Comparando esta imagem com a de 1961, verifica-se uma configuração diferente na disposição de diversos objetos.



Fig. 137 – Toucador da rainha D. Maria Pia.

Fotografia de Emanuel Santos de Almeida Júnior, de 1971, *in*, CARVALHO, Ayres de, *Palácio Nacional da Ajuda*, 1972. Imagem 35. Comparando esta imagem com a de 1969, verifica-se a retirada de diversos objetos, optando-se por uma decoração mais sóbria.



Fig. 138 – Sala de Jantar da Rainha D. Maria Pia.

Postal Coleção Passaporte (LOTY) 840. 1969.



Fig. 139 – Sala de espera.

Fotografia de Emanuel Santos de Almeida Júnior, de 1971, *in*, CARVALHO, Ayres de, *Palácio Nacional da Ajuda*, 1972. Imagem 14. Comparando esta imagem com a de 1961, verifica-se uma configuração diferente na disposição de algumas peças de mobiliário.



Fig. 140 – Jardim de Inverno.

Fotografia de Emanuel Santos de Almeida Júnior, de 1971, *in*, CARVALHO, Ayres de, *Palácio Nacional da Ajuda*, 1972. Imagem 19. Comparando esta imagem com a de 1961, verifica-se uma configuração diferente na disposição de algumas peças de mobiliário e um menor número de espécies vegetais.



Fig. 141 – “Atelier” (andar nobre).

Fotografia de Emanuel Santos de Almeida Júnior, de 1971, *in*, CARVALHO, Ayres de, *Palácio Nacional da Ajuda*, 1972. Imagem 21. Comparando esta imagem com a de 1961, verifica-se uma configuração diferente na disposição de algumas peças de mobiliário.



Fig. 142 – Sala do Corpo Diplomático (andar nobre).

Fotografia de Emanuel Santos de Almeida Júnior, de 1971, *in*, CARVALHO, Ayres de, *Palácio Nacional da Ajuda*, 1972. Imagem 34. Comparando esta imagem com a de 1961, observa-se uma substituição no mobiliário de assento existente, mantendo-se no entanto uma disposição semelhante.



Fig. 143 – Sala de Baile (andar nobre).

Fotografia de Emanuel Santos de Almeida Júnior, de 1971, *in*, CARVALHO, Ayres de, *Palácio Nacional da Ajuda*, 1972. Imagem 16. Comparando esta imagem com a de 1961, verificam-se algumas alterações na disposição do mobiliário de assento e a delimitação de um espaço de estar com a introdução de um tapete, mesa e cadeiras.

Para além da circulação interna de objetos no PNA, diretamente relacionada com os trabalhos de inventário e com alterações ocasionais no “arranjo” das salas, neste período houve outros dois momentos que envolveram bastantes movimentações de bens entre espaços interiores deste edifício. Foram eles: os preparativos para a Cimeira da NATO¹⁸⁷⁵, em que diversos objetos foram removidos das salas onde estavam expostos para espaços de reserva; e, as operações relacionadas com o resgate, limpeza e arrumação dos salvados do incêndio de setembro de 1974, em que vários objetos foram retirados da ala norte afetada pelo sinistro e colocados nas alas nascente e sul do edifício¹⁸⁷⁶.

Durante a direção de Ayres de Carvalho a saída de objetos do Palácio Nacional da Ajuda manteve-se uma constante, destacando-se no âmbito destas movimentações os empréstimos temporários de bens para eventos protocolares. Movimentaram-se assim diversos objetos para decoração e para o serviço de refeições (louças, vidros e cristais, baixelas e faqueiros, roupa de mesa, etc.), organizadas por entidades públicas quer no próprio PNA, quer em outros locais: Palácio de Queluz¹⁸⁷⁷; Palácio de Sintra; Palácio de Belém; Palácio das Necessidades; Paço dos Duques, em Guimarães; Palácio Foz; etc. Devido à frequência destas movimentações, a tutela procurou regulamentar esta tipologia de empréstimo, com vista à preservação dos bens em causa.

¹⁸⁷⁵ Ver 3.2.2.1. *Cimeira da NATO*.

¹⁸⁷⁶ Ver 3.2.2.2. *O incêndio de 1974*.

¹⁸⁷⁷ Os objetos cedidos ao Palácio Nacional de Queluz destinavam-se não só ao serviço de refeições em eventos protocolares, mas também à decoração e utilização no Pavilhão residencial destinado a entidades estrangeiras em visita oficial a Portugal.

“[...] por despacho de Sua Excelência o Subsecretário de Estado do Tesouro de 20 do corrente, foi resolvido o seguinte: A baixela “Porto Covo”, e as peças de roupa de mesa desse Palácio devem ser considerados como de uso exclusivo nos banquetes oferecidos pelo Chefe do Estado não saindo, portanto, do edifício. As Entidades ou Serviços que solicitem o empréstimo de qualquer peça ficam sempre responsáveis por todo e qualquer dano, prejuízo ou extravio.

*Os empréstimos de louças, vidros, roupas ou outros objectos dos Palácios Nacionais restringir-se-ão ao máximo, atribuindo-se-lhes natureza muito especial, tendo em vista a defesa e conservação do precioso património a cuidado desta Direcção-Geral.”*¹⁸⁷⁸

Para além disso, saíram do PNA, com um carácter mais prolongado ou até mesmo definitivo¹⁸⁷⁹, diversos outros bens com destino a diferentes locais, entre os quais: gabinetes de Ministérios e de Secretarias de Estado; Direções Gerais e outros organismos públicos; Academias (Academia Internacional da Cultura Portuguesa e Academia Nacional de Belas-Artes); Embaixadas (Banguetocoque e Tóquio); Palácios Nacionais; Museus (Museu de Marinha, Museu da Ciência e da Técnica, Museu Nacional do Trajo, Museu de Cerâmica da Câmara Municipal das Caldas da Rainha, Museu José Malhoa); escolas; entre outros.

Destacamos ainda um outro facto de enorme importância no que concerne à questão da movimentação de bens culturais existentes no Palácio Nacional da Ajuda: a continuação de utilização de alguns espaços deste monumento como locais de arrecadação de diversos objetos com diferentes proveniências, claro prolongamento da antiga ideia de *garde-meuble*, cujas tentativas de enquadramento legislativo e regulamentação nunca vieram a ser efetivadas¹⁸⁸⁰. Em 1976, Ayres de Carvalho, pronunciava-se em relação a este assunto, referindo que

“[...] desde longa data tem servido este Palácio de depósito, embora em condições deficientes, de móveis, quadros, objectos de decoração e até

¹⁸⁷⁸ Ofício da Repartição do Património, de 13 de fevereiro de 1969, dirigido ao conservador do PNA. APNA, Pastas por classificar, pasta 4, bloco 1, fólio 427.

¹⁸⁷⁹ Na documentação consultada, existente no Arquivo do PNA-Museu, os termos *empréstimo*, *cedência*, *transferência*, com carácter *precário*, *temporário* ou *definitivo*, confundem-se, não sendo por vezes muito claros, suscitando-nos algumas dúvidas acerca destas movimentações. Por ser assunto que o Palácio Nacional da Ajuda – Museu, tem vindo a abordar nos seus planos de trabalho nos últimos anos, consideramos que não nos compete desenvolver esta questão na presente investigação.

¹⁸⁸⁰ Acerca deste assunto ver 2.2.3. *Organização das coleções*.

estátuas, e outras obras de Arte. Até determinada altura o espaço destinado a essa recolha era mais que suficiente, mas depois da ocupação da sala sul por Serviços do Estado (antigas dependências do “Redondo” e “Sofia” – 2.º e 4.º piso) e o incêndio de 74, que destruiu grande parte das dependências da ala norte, é diminuto e escasso o espaço disponível.”

e concluindo que, depois da campanha de obras na ala norte, poderia aí ser organizado o “«garde-meuble» nacional provisório ou até definitivo.”¹⁸⁸¹, ideia que seria bem acolhida no mesmo ano, pelo diretor geral da DGFP¹⁸⁸².

Apesar destas intenções, esta proposta não seria considerada pelos serviços da DGEMN, que embora reconhecessem a importância da existência de um *garde-meuble* nacional, consideravam que a ala norte do PNA não seria o melhor local para a sua instalação:

“Em nosso entender [...] considera-se indispensável e urgente a criação de um “garde-meuble” nacional, onde passarão a estar arrecadadas em condições de conservação, e devidamente catalogadas inúmeras e variadas peças – desde altares removidos de Igrejas a simples cadeiras, lustres, objectos decorativos, etc. retirados de imóveis do Estado, onde deixaram de ter utilização imediata por remodelação de instalações ou qualquer outro motivo.

Destinar-se-ia pois o “garde-meuble” nacional a receber quaisquer peças, com um mínimo de valor artístico, histórico ou até didáctico, algumas das quais poderão vir a ser novamente aplicadas noutros locais, completando arranjos decorativos onde se integrem. [...]

Finalmente e no que se refere à utilização da ala Norte do Palácio da Ajuda para instalar o “garde-meuble”, julgamos que não deva ser hipótese a considerar, dado o especial interesse manifestado pela Presidência da República em ocupar aquela ala do Palácio. Entende-se por outro lado que ninguém melhor do que a Direcção-Geral do património estará em condições

¹⁸⁸¹ Ofício do primeiro conservador dos Palácios e Monumentos Nacionais, de 24 de setembro de 1976, dirigido ao diretor do Património, chefe da Repartição. APNA, Pastas por classificar, Pasta 15, Bloco 6, fólio 121-122.

¹⁸⁸² Ofício do diretor geral da DGFP, de 4 de outubro de 1976, dirigido ao diretor geral da DGEMN. SIPA TXT.00438026 e SIPA TXT.00438027, PT DGEMN:DSID-001/011-1334, Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Processo Administrativo.

de sugerir a utilização de um edifício do Estado que reúna condições mínimas para tal instalação.”¹⁸⁸³

Refira-se ainda que, devido à falta de diferenciação entre acervo do PNA e acervo do informal *garde-meuble*, ambos funcionando no mesmo edifício e geridos pelas mesmas tutelas e pessoas, torna-se confuso identificar com precisão os objetos movimentados. Assim, vários dos bens transferidos para os locais acima referidos não pertenceriam ao acervo do PNA, tendo antes entrado no edifício apenas para posteriormente serem reencaminhados para outros locais. Continuaram assim a ser geridos alguns conjuntos de objetos que entraram no PNA antes de 1964, bem como outros espólios que aí deram entrada durante o período estudado, dos quais destacamos o legado ao Estado por Albertina dos Santos Leitão¹⁸⁸⁴ e o legado ao Estado por Alberto Eduardo Vallado Navarro¹⁸⁸⁵.

Outro grupo importante de objetos que deu entrada no PNA, foi o composto por diversas tipologias, *“desenhos e gravuras, livros de estampas, medalhas, pinturas, pratas litúrgicas e outros objectos e tecidos”*¹⁸⁸⁶, que se encontravam na Casa-forte do Palácio Nacional das Necessidades, que em 1968 Ayres de Carvalho procurou esvaziar, devido aos problemas de conservação.

Durante a direção de Ayres de Carvalho, deram ainda entrada no PNA alguns objetos com o propósito definido de enriquecerem o seu acervo. Aqui destacamos apenas dois exemplos: a entrada, em 1964, da pintura *“Nossa Senhora ladeada por dois anjos (com o Menino)”*, proveniente do Ministério das Finanças para ser colocada no

¹⁸⁸³ Ofício do arquiteto diretor, de 20 de julho de 1977, dirigido ao arquiteto diretor dos serviços da DGEMN. PT SIPA TXT.00438083 e SIPA TXT.00438084, DGEMN:DSID-001/011-1334, Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Processo Administrativo.

¹⁸⁸⁴ Albertina dos Santos Leitão, também conhecida por Maria de Portugal (1884-1971). Escritora, pintora e ceramista, foi discípula de Leopoldo Battistini (1865-1936), a quem sucedeu na fábrica Faiança Battistini. Acedido em 19 de agosto de 2015 em URL: <http://193.137.22.223/pt/patrimonio-educativo/museu-virtual/exposicoes/a-instituicao-do-ensino-tecnico-em-portugal-no-sec-xix/maria-de-portugal/>.

O seu espólio (mobiliário, pintura, gravura, livros, cerâmicas, etc.) deu entrada no PNA em 1972, sendo distribuído por diversos Palácios Nacionais e gabinetes ministeriais. Parte significativa dos bens foram entregues à Escola Industrial Marquês de Pombal, em Lisboa, para a constituição de um museu dedicado ao pintor e professor Battistini. APNA, Pastas por classificar, Pasta 15, Bloco 6. APNA, Pastas por classificar, Pasta 18, Bloco 1. APNA, Pastas por classificar, Pasta 18, Bloco 7.

¹⁸⁸⁵ Alberto Eduardo Valado Navarro, visconde da Trindade (1891-1972). Advogado e político. Acedido em 19 de agosto de 2015 em URL: <http://pagfam.geneall.net/59/pessoas.php?id=1057315>.

O seu espólio deu entrada no PNA em 1972 e foi distribuído por vários museus (Museu Soares dos Reis, Museu Grão Vasco, Museu Machado de Castro) e Palácio Nacional de Queluz. APNA, Pastas por classificar, Pasta 15, Bloco 6. APNA, Pastas por classificar, Pasta 18, Bloco 1. APNA, Pastas por classificar, Pasta 18, Bloco 7.

¹⁸⁸⁶ APNA, Pastas por classificar, Pasta 19, Bloco 9, fólios 121-122.

Oratório da Rainha, numa tentativa de valorização deste espaço¹⁸⁸⁷; e a entrada, em 1973, de um relógio de sol do séc. XVIII, que se encontrava do Pátio do Bonfim, em Belém, para ser colocado na varanda da ala sul¹⁸⁸⁸.

Finalmente, refiram-se as esporádicas intervenções de restauro em vários objetos do acervo do PNA, integradas no plano de valorização da ambiência das salas: molduras, porcelanas, mobiliário, relógios, candelabros e lustres, pratas, entre outras tipologias. Porém, as grandes campanhas de conservação e restauro de objetos efetuadas no PNA seriam, no tempo de Ayres de Carvalho, as que antecederam a Cimeira da NATO, em 1971, e as que se seguiram ao incêndio de 1974, de modo a tratar os salvados da catástrofe.

3.2.4. Administração de outros espaços e zona circundante

Durante a direção de Armindo Ayres de Carvalho (de 1964 a 1981) a instituição Palácio Nacional da Ajuda manteve-se responsável pela administração de outros espaços externos ao conjunto edificado do próprio palácio, ainda que de um modo cada vez mais limitado.

Pela sua importância patrimonial, consideramos importante apontar o caso da Torre do Relógio da Ajuda¹⁸⁸⁹, cuja manutenção esteve a cargo da Junta de Freguesia da Ajuda até ao início do ano de 1972. Em março desse ano essa responsabilidade foi devolvida à administração do PNA.

*“recebi determinações do Ministério das Finanças para tomar conta das chaves da citada torre e que o imóvel, muito carecido de obras de restauro, por parte da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, a esta será entregue, ficando de momento o relógio aos cuidados do pessoal deste Palácio como acontecia há muitos anos atrás.”*¹⁸⁹⁰

¹⁸⁸⁷ APNA, Pastas por classificar, Pasta 18, Bloco 2, fólio 9. APNA, Pastas por classificar, Pasta 21, Bloco 1, fólio 142.

¹⁸⁸⁸ APNA; Pastas por classificar, Pasta 15, Bloco 1, fólio 164. APNA, Pasta por classificar, Pasta 18, Bloco 7, fólio 213. APNA, Pasta por classificar, Pasta 21, Bloco 2, fólhos 156-160. APNA, Capilhas soltas, Bloco 44, fólio 9.

¹⁸⁸⁹ Assunto já mencionado nos pontos **1.4.4. Administração de outros espaços** e **2.2.5. Administração de outros espaços**.

¹⁸⁹⁰ Ofício do conservador do PNA, de 29 de março de 1972, dirigido ao Presidente da Junta de Freguesia da Ajuda, APNA, Pastas por classificar, Pasta 18, Bloco 1, fólio 227.

Concordando com que esta nova responsabilidade, Ayres de Carvalho considerava que podia aproveitar os conhecimentos de relojoeiro de um assalariado entretanto contratado para o serviço do palácio, mas atentava para a necessidade de obras de restauro na Torre do Relógio¹⁸⁹¹. Mais tarde, devido à dificuldade na ativação manual do mecanismo do relógio, que ocuparia muito tempo a rotina de alguns funcionários do palácio, o conservador e a tutela do PNA solicitaram à DGEMN um estudo com vista à instalação de um sistema mecânico ou elétrico que facilitasse a manutenção¹⁸⁹². Esse estudo viria a ser elaborado, e entre as suas conclusões propunha a possível substituição do relógio existente, a que o conservador do PNA haveria de responder negativamente:

“Bastante surpreendido fiquei com a segunda proposta dos técnicos, felizmente apenas uma hipótese, isto é, a substituição de um relógio datado e assinado (1796, de José da Silva Mafra) de incalculável valor e por assim dizer insubstituível não só pela sua raridade como pelo merecimento artístico.

Uma peça genuinamente portuguesa que iria ser relegada para algumas arrecadação e substituída por um relógio fabricado em Almada, certamente pela firma “Cousinha”, e do tipo “mecano-electro-automático”, sem pesos, e de corda automática.

*Parece-se indicada antes a aplicação de um sistema eléctrico no relógio actual, do séc. XVIII, por forma a facilitar a fadiga da corda e levantamento dos pesos, mas por forma a que nem o mecanismo nem o admirável mostrador (em bronze e estilo “rocaille”, finamente cinzelado e que poderia figurar em qualquer Museu como obra de subido valor artístico) sofra uma beliscadura.”*¹⁸⁹³

A DGFP também se mostrou desfavorável à substituição do mecanismo do relógio¹⁸⁹⁴, vindo apenas a ser dada sequência ao pedido, por parte deste organismo e do

¹⁸⁹¹ Ofício do conservador do PNA, de 27 de fevereiro de 1972, dirigido ao chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas por classificar, Pasta 18, Bloco 1, fólios 256-257. Ofício do diretor geral da DGFP, de 25 de março de 1972, dirigido ao diretor geral da DGEMN. SIPA TXT.00437421, PT DGEMN:DSID-001/011-1333, Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Processo Administrativo.

¹⁸⁹² Ofício do diretor geral da DGFP, 4 de maio de 1972, dirigido ao diretor geral da DGEMN. SIPA TXT.00437424, PT DGEMN:DSID-001/011-1333, Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Processo Administrativo.

¹⁸⁹³ Ofício do conservador do PNA, de 5 de outubro de 1972, dirigido ao chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas por classificar, Pasta 18, Bloco 1, fólio 51.

¹⁸⁹⁴ Ofício do diretor geral da DGFP, de 2 de novembro de 1972, dirigido ao diretor geral da DGEMN. SIPA TXT.00437481, PT DGEMN:DSID-001/011-1333, Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Processo Administrativo.

próprio conservador do PNA, de substituição da escada de madeira existente por uma outra em ferro, de modo a permitir um fácil acesso ao mecanismo do relógio e aos sinos¹⁸⁹⁵.

Estas duas questões – a substituição do mecanismo do relógio¹⁸⁹⁶ e a colocação de uma escada em ferro¹⁸⁹⁷ –, continuaram a ser discutidas nos anos seguintes, período durante o qual o relógio se manteve a maior parte do tempo parado, vindo a ser acionado de modo mais regular a partir de 1978¹⁸⁹⁸. Daí em diante, a manutenção do relógio da Torre da Ajuda continuou a cargo do PNA, sendo feita pelo assalariado guarda-noturno David Viegas Martins¹⁸⁹⁹, e algumas pequenas obras de beneficiação permaneceram sob responsabilidade da DGEMN.

Apesar de em 1969 ter sido solicitada uma revisão da Zona Especial de Proteção (ZEP) do Palácio Nacional da Ajuda – ou seja, da zona circundante ao edifício, que integra o Jardim das Damas, a Sala da Física, a Torre do Relógio, o Paço Velho e o Jardim Botânico –, de modo a englobar todos os edifícios com fachada para o Largo da Ajuda, não se verificaram quaisquer mudanças¹⁹⁰⁰, continuando esta zona de proteção com os mesmos limites aprovados em 1959¹⁹⁰¹.

As tarefas de regulamentação de quaisquer demolições ou construções nesta área conviveram com as beneficiações tomadas na zona fronteira ao PNA, a saber: iluminação exterior da estátua do rei D. Carlos (inaugurada em 1963), conjuntamente com a Torre do Relógio e o próprio Palácio Nacional da Ajuda, em 1966¹⁹⁰²; e

¹⁸⁹⁵ Ofício do conservador do PNA, de 14 de outubro de 1973, dirigido ao chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA; Pastas por classificar, Pasta 18, Bloco 7, fólios 81-83.

¹⁸⁹⁶ Ofício do conservador do PNA, de 25 de novembro de 1975, dirigido ao chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas por classificar, Pasta 15, Bloco 6, fólio 239. Ofício do conservador do PNA, de 18 de agosto de 1978, dirigido ao chefe da Repartição do Património. APNA; Pastas por classificar, Pasta 14, Bloco 3, fólio 256.

¹⁸⁹⁷ Ofício do presidente da comissão administrativa da Junta de Freguesia da Ajuda, Hermínio Inácio Flora Bento, de 22 de novembro de 1974, dirigido ao diretor geral da DGEMN. SIPA TXT.00437800, PT DGEMN:DSID-001/011-1333, Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Processo Administrativo. A escada em ferro foi colocada em 1977. PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/033, Palácio Nacional da Ajuda: Processo de obras.

¹⁸⁹⁸ “Quem dará corda ao velho relógio da torre da Ajuda”, in, *Diário Popular*, n.º 12.437, 18 de janeiro de 1978, p. 17.

¹⁸⁹⁹ APNA, Pastas por classificar, Pasta 28, Bloco 3.

¹⁹⁰⁰ SIPA TXT.00439273, PT DGEMN:DSID-001/011-1336, Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Zona de protecção.

¹⁹⁰¹ Zona de Proteção ao Palácio Nacional da Ajuda, aprovada por Portaria de 20 de outubro de 1959, *Diário do Governo*, II série, n.º 253, de 29 de outubro de 1959. Acerca deste assunto ver **2.2.4. Zona circundante**.

¹⁹⁰² PT DGEMN:DSID-001/011-1331, Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Processo Administrativo. A iluminação destes equipamentos foi projetada para coincidir com a inauguração a ponte sobre o Tejo, marcando o panorama noturno de Lisboa.

ajardinamento da envolvente da fachada principal do PNA, inicialmente sob a responsabilidade do Instituto Superior de Agronomia e, depois de algumas interrupções, da Câmara Municipal de Lisboa¹⁹⁰³.

Refira-se, por fim, que os sucessivos projetos de complemento do PNA, que previam diversas ocupações para as áreas a construir, implicaram igualmente uma reflexão sobre as áreas envolventes ao conjunto palaciano. Destaque-se, então, o estudo *“Enquadramento urbanístico do Palácio da Ajuda”*, que foi encomendado ao arquiteto urbanista Duarte da Costa Ataíde Castell-Branco (1927-2015) e que tinha como objetivo apresentar soluções para os espaços verdes, para o tráfego rodoviário e para o edificado circundantes a este monumento¹⁹⁰⁴.

No entanto, toda esta área fronteira à fachada nascente do PNA não veio a ser alvo de alterações, chegando a 1981 praticamente igual ao que era em meados da década de 60 do século XX.

3.3. Palácio-Museu

O Palácio Nacional da Ajuda chegou à segunda metade do século XX fechado ao público, mantendo-se apenas um sistema de acesso à visita através da emissão de uma autorização personalizada emitida pela tutela, a Direção Geral da Fazenda Pública. Dos numerosos cartões de autorização que foram emitidos – alguns relativos a visitas individuais, outros relativos a visitas de pequenos grupos –, restam hoje no Arquivo do PNA alguns exemplares que nos permitem ter um breve vislumbre do número de visitantes a este monumento.

¹⁹⁰³ Ofício do conservador do PNA, de 15 de março de 1968, dirigido ao chefe da Repartição do Património. APNA, Pastas por classificar, Pasta 19, Bloco 9, fólio 154.

¹⁹⁰⁴ *“Enquadramento Urbanístico do Palácio Nacional da Ajuda”*, Proposta do arquiteto Duarte da Costa Ataíde Castell-Branco, de 14 de julho de 1978, dirigido ao diretor geral da DGEMN. SIPA TXT.01421248, PT DGEMN:DSARH-010/125-0083/149.

CARTÕES DE VISITA EXISTENTES NO ARQUIVO DO PALÁCIO NACIONAL DA AJUDA		
ANO	N.º DE EXEMPLARES EXISTENTES	
	COM INDICAÇÃO DO ANO	APENAS COM INDICAÇÃO DA DÉCADA
1964	162	5
1965	151	
1966	182	
1967	177	
1968 (até 14 de agosto)	103	

Como já mencionámos, a nomeação de Armindo Ayres de Carvalho para o cargo de conservador do Palácio Nacional da Ajuda, em 1964, possibilitou à tutela implementar medidas com vista à abertura deste palácio ao público, de modo a dar uma resposta mais eficaz às regulares solicitações de visita a este equipamento. Começaram então, com as verbas disponíveis, a ser estudadas estratégias para concretização desse desígnio, entre os serviços da DGFP e os da DGEMN, responsável pela realização das obras necessárias, que tiveram como consequência a concretização de pequenos arranjos em algumas das salas, bem como a criação de meios para permitir a receção dos visitantes, com destaque para a adaptação das casas-de-banho existentes no piso térreo da ala sul¹⁹⁰⁵.

Também com o objetivo de abrir o palácio à visita, foram movimentados alguns objetos de, e para, as salas que viriam a ser integradas no percurso expositivo. Neste processo de reorganização de espaços, foram ainda adaptadas algumas peças de mobiliário a vitrinas e foram executadas diversas molduras, para permitir a exposição de objetos decorativos, desenhos, aguarelas e gravuras que se encontravam em reserva¹⁹⁰⁶.

¹⁹⁰⁵ Ofício do conservador do PNA, de 22 de abril de 1966, dirigido ao chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas por classificar, Pasta 14, Bloco 2, fólio 67.

¹⁹⁰⁶ Ofício do conservador do PNA, de 15 de junho de 1966, dirigido ao chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas por classificar, Pasta 14, Bloco 2, fólio 59. Ofício do conservador do PNA, de 26 de janeiro de 1966, dirigido ao chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, Pasta por classificar, Pasta 14, Bloco 2, fólio 102-103.



Fig. 144 – Fotografia de uma vitrina com objetos da rainha D. Maria Pia, numa das salas anexas à casa-forte.

“Mais mil e quinhentos contos para obras de acabamento do Palácio da Ajuda onde se continuam a descobrir muitas preciosidades”, in, *Diário de Lisboa*, n.º 16.247, 13 de março de 1968, p. 12.

Para além desses trabalhos, tiveram que ser pensados modos de proteção dos soalhos e das peças expostas ao longo do percurso de visita. Em março de 1966, a DGEMN já tinha colocado passadeiras, bem como cordões e baias¹⁹⁰⁷, escolhidos de modo a se conciliarem entre si e com a ambiência das salas do piso térreo¹⁹⁰⁸.

A opção pela colocação de passadeiras, em detrimento de outras hipóteses anteriormente defendidas¹⁹⁰⁹, ter-se-á prendido com o facto de esta ser a solução à época mais comumente utilizada, para além de ser a mais fácil de implementar e a mais prática de manter.

¹⁹⁰⁷ Sabemos que algumas baias, ou “balisas”, foram pintadas e douradas para se harmonizarem com algumas salas do palácio e do “Museu das Carruagens”. Ofício do conservador do PNA, de 13 de maio de 1968, dirigido ao chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas por classificar, Pasta 19, Bloco 9, fólio 120.

¹⁹⁰⁸ “[...] em cumprimento do último plano de Fomento, e na intenção de preparar este Palácio para a próxima abertura ao público, já mandou por as passadeiras necessárias, em lã «Beiriz» ao longo dos corredores do pavimento térreo deste Palácio. Tanto a tonalidade como a qualidade se harmonizam perfeitamente com o ambiente de todas as salas e de acordo com os biombos, cordões e borlas de vedação das mesmas salas.” Ofício do conservador, de 31 de março de 1966, dirigido ao chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas por classificar, Pasta 14, Bloco 2, fólio 75.

¹⁹⁰⁹ Em 1914, Custódio José Vieira propusera a utilização de chinelos de feltro. Proc. n.º 1359, l.º 1, TT, AHMF, Caixa 7926. Manuel Carlos de Almeida Zagalo, em 1950, sugeriu o uso de sapatos especiais. APNA, Ofícios expedidos, 1950. Ver 1.5. *Tentativas de abertura ao público* e 2.3. *Palácio aberto à visita*.



Fig. 145 – Quarto de D. Luíz.

Postal Coleção Passaporte (LOTY) 835. 1969.

No canto inferior direito é visível parte da passadeira, de cor bege, que foi colocada para proteger os soalhos.

Apesar das obras de adaptação dos espaços do PNA pressuporem somente a abertura do piso térreo ao público, o conservador Ayres de Carvalho defendia a abertura à visita de mais salas. Neste sentido, em abril de 1966 apresentou à tutela algumas propostas para a “*organização futura do regime de visitas a este Palácio*”. O conservador do PNA tentava, assim, alertar a tutela dos Palácios Nacionais para a necessidade de regulamentar o sistema de visitas ao PNA, bem como o seu preçário:

“1) – Atendendo às condições especiais deste Palácio, com mais de quarenta salas decoradas com requinte e grandeza, dado o número e a qualidade das espécies, julgo que só em casos especiais deveriam entrar grupos de visitantes ultrapassando em pouco o número de dez, dado que cada família só raramente atinge os seis ou oito, que nesta poderiam ser convenientemente vigiados por um contínuo.

As salas do primeiro pavimento (térreo) justificariam perfeitamente um bilhete de 2\$50 (no caso de não se entender superiormente aumentar a taxa) e o pavimento nobre outros 2\$50, o que perfaria a quantia de 5\$00 no caso do visitante querer ver ambas as secções.

Conforme V. Ex.^a criteriosamente sugeriu, sobretudo para os Domingos, sem dúvida dias de maior afluência de público, poderiam ser feitas marcações antecipadas evitando-se assim as aglomerações e respectivos protestos, sempre desagradáveis e inconvenientes.

2) – Depois de aberto o Palácio ao público e com experiência adquirida, com os devidos resguardos, um guarda especial e as vitrinas devidamente protegidas e à prova de bala, seria possível abrir-se a Casa Forte e mostrar-se ao público

mediante o pagamento de 20\$00 ou mais, conforme superiormente for considerado viável, a exemplo de outros casos no estrangeiro, o que representaria uma receita apreciável, dado o interesse que toda a gente, nacionais e estrangeiros têm por essa secção deste Palácio.

Ao mesmo tempo e melhor justificando esse bilhete, o público teria oportunidade de ver e apreciar a parte mais íntima e curiosa das salas anexas a essa secção, como o quarto e toucador da rainha D. Maria Pia, onde estariam expostas as suas recordações, as pratas dos serviços do casamento, o seu oratório privado, a sua sala de jantar privativa e respectiva sala de bilhar, hoje recheadas das pratas e loiças mais belas, assim como o “Museu das Pratas” que tenho pensado organizar em dependências também no mesmo sector e que apenas necessitam dum pequeno restauro, como já tive ocasião de comunicar a V. Ex.^a em anteriores relatórios.

3) – Julgo também por mais conveniente, dada a situação deste Palácio, em Lisboa e não nos arredores como todos os outros Palácios Nacionais, a dois passos do Museu Nacional dos Coches, do Museu Nacional de Arte Antiga e do Museu da Marinha, Monumento dos Jerónimos, e Torre de Belém, que o seu horário estivesse de acordo com aqueles, isto é, aberto todos os dias da semana e aos Domingos, mas encerrado às segundas-feiras. Isto seria da maior conveniência para os serviços pois assim se destinaria esse dia para as grandes limpezas e descanso do pessoal que ao Domingo estivesse de serviço. Assim poderíamos contar toda a semana com todo o pessoal menor o que não aconteceria doutra forma e como é usual noutros Palácios da província em que por vezes tantos transtornos causa.

4) – De considerar também seria o caso das entradas grátis, como colégios, liceus, Faculdades, etc., os quais depois de autorizados superiormente e para não prejudicarem o público normal ficariam sujeitos a um horário, que seria preferível da parte da manhã, das 9 às 11h., por exemplo, horas estas em geral de menor afluência, e portanto com pessoal menor disponível para serem acompanhados e vigiados convenientemente. [...].”¹⁹¹⁰

¹⁹¹⁰ Relatório do conservador do PNA, de 22 de abril de 1966. APNA, Pastas por classificar, Pasta 14, Bloco 2, fólios 64-66.

O conservador propunha então um sistema de visitas em pequenos grupos, acompanhados por funcionário do palácio que seria responsável pela orientação e transmissão de informações aos visitantes, bem como pela vigilância e segurança das salas e objetos expostos. Para tal, Ayres de Carvalho referia ainda que

*“no sentido de se abrir ao público as salas do pavimento térreo deste Palácio, torna-se indispensável para a sua segurança fechar e abrir um certo número de portas durante o percurso dos visitantes, evitando-se assim que qualquer indivíduo se possa esconder ou até evitar com mais facilidade um roubo de qualquer peça pela vigilância aturada que o funcionário é obrigado a exercer num espaço restrito de duas ou três salas. Está prevista a execução de 12 chaves para cada funcionário, a saber: 1-entrada-2-sala do porteiro da Cana-3-Sala das tapeçarias-4-Sala do Despacho-5-Sala Azul-6-Sala de Saxe-7-Sala Cor de Rosa-8-Toucador da rainha-9-Casa Forte (Salas anexas)-10-Sala de Jantar Privada da rainha-11-Saída do vestíbulo para o Museu das Carruagens-12-Entrada para o Museu das Carruagens.”*¹⁹¹¹

No Palácio Nacional da Ajuda subsiste uma cópia de uma planta do piso térreo, que sendo claramente um documento de trabalho, pensamos ser datável do período anterior à abertura do edifício à visita, pois as indicações manuscritas parecem coincidir em pleno com as propostas avançadas por Ayres de Carvalho. Através deste documento, que nos foi facultado diretamente pelo actual diretor do PNA – Museu, José Alberto Ribeiro, verificamos o percurso de visita proposto e a localização dos principais espaços visitáveis, incluindo o *Museu das Carruagens Reais*, o *Museu das Pratas* idealizado e uma *Arrecadação das Loijas*. Com diversas outras indicações acreditamos estar perante uma planta de trabalho de Ayres de Carvalho ilustrativa das ideias deste conservador para um Palácio Nacional da Ajuda aberto ao público.

¹⁹¹¹ Ofício do conservador do PNA, de 13 de maio de 1968, dirigido ao chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas por classificar, Pasta 19, Bloco 9, fólio 118.



Fig. 147 – Bilhete de entrada. Palácio Nacional da Ajuda.
Frente do bilhete.

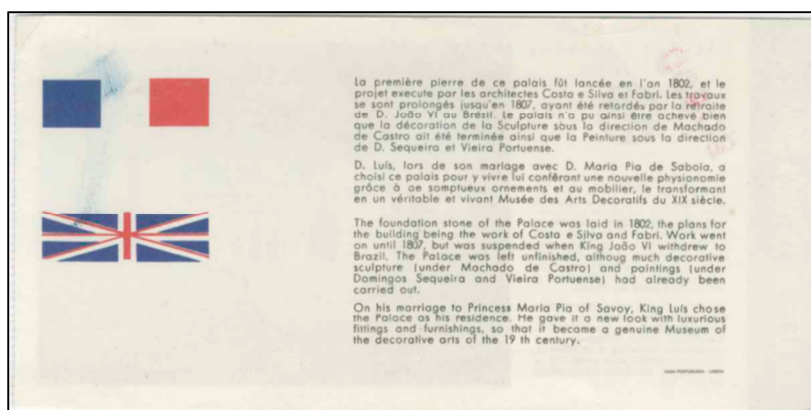


Fig. 148 – Bilhete de entrada. Palácio Nacional da Ajuda.
Verso do bilhete.

Eram visitáveis, nesta época, as salas do piso térreo da ala sul (com exceção da casa-forte) e parte do piso térreo da ala norte, onde estava instalado o denominado “Museu das Carruagens”¹⁹¹⁴. A visita era permitida a grupos com o número máximo de 10 pessoas, devidamente acompanhadas por um funcionário do palácio¹⁹¹⁵.

Repartição do Património da DGFP, de 17 de agosto de 1968. APNA, Pastas por classificar, Pasta 17, Bloco 5, fólio 264.

¹⁹¹⁴ No “Museu das Carruagens” dispunham-se cerca de uma dúzia de carruagens e outros objetos associados, destacando-se os seguintes coches: Landau de D. Pedro V, inv. n.º 50860 PNA; Landau de D. Pedro V, inv. n.º 50861 PNA; Landau de D. Pedro V, inv. n.º 50862 PNA; Clarence, inv. n.º 50863 PNA; Landau do regicídio, inv. n.º 50864 PNA; Carruagem de gala, inv. n.º 50865 PNA; Carruagem de D. Maria II, inv. n.º 50866 PNA; Carruagem de gala, inv. n.º 50867 PNA; Carruagem da Casa Real inv. n.º 50868 PNA; Carruagem de gala, inv. n.º 50869 PNA; e, Charabã, inv. n.º 50870 PNA.

¹⁹¹⁵ Ofício da Repartição do Património da DGFP, de 17 de agosto de 1968. APNA, Pastas por classificar, Pasta 17, Bloco 5, fólio 264.

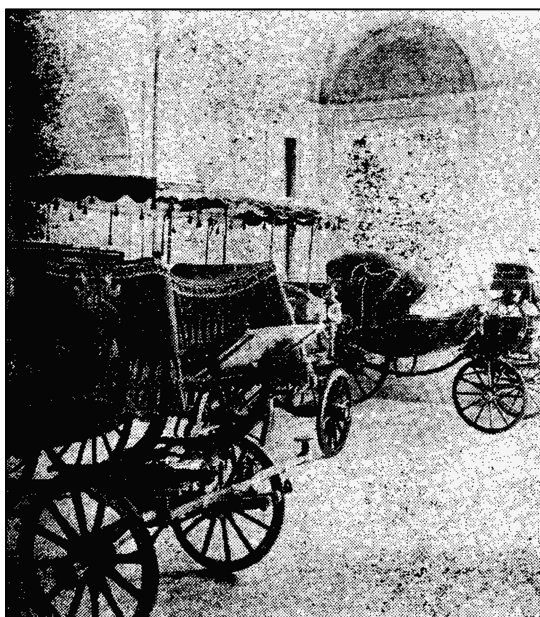


Fig. 149 – “Museu das Carruagens”.
“Novo museu dos coches”, in, *Diário de Lisboa*,
n.º 16.247, 13 de março de 1968, p. 1.

O Palácio Nacional da Ajuda esteve aberto ao público nestas condições durante pouco mais de dois anos, até à determinação do seu encerramento para o início da campanha de obras de adaptação para a realização da Cimeira da NATO, em junho de 1971¹⁹¹⁶. Durante o período em que esteve aberto, a administração do PNA registou o número de visitantes¹⁹¹⁷, o que nos permite analisar a evolução do acesso do público.

Em 1968, ano de abertura, em pouco menos de 4 meses e meio (entre 20 de agosto e final de dezembro), foram registados 11925 visitantes, subindo este número para 15409 no ano seguinte, e para 21364 em 1970 (até 24 de novembro), verificando-se claramente um aumento de público.

¹⁹¹⁶ Por despacho do subsecretário de Estado do Tesouro, de 20 de novembro de 1970, foi determinado o encerramento do Palácio Nacional ao público, a partir do dia 24 do mesmo mês. Ofício da Repartição do Património da DGFP, de 24 de novembro de 1970, dirigido ao conservador do PNA. APNA, Pastas por classificar, Pasta 4, Bloco 1, fólio 420.

¹⁹¹⁷ Registo de Entradas 1968 a 1984. APNA, 1.4.

PALÁCIO NACIONAL DA AJUDA – VISITANTES – 1968-1970										
ANO	MÊS	ENTRADAS PAGAS					ENTRADAS GRATUITAS			TOTAL
		VISITANTES NACIONAIS		VISITANTES ESTRANGEIROS		Total parcial	Homens	Senhoras	Total parcial	
		Homens	Senhoras	Homens	Senhoras					
1968	agosto (a partir de dia 20)	s.i.	s.i.	95	112	2351	s.i.	s.i.	32	2383
1968	setembro	s.i.	s.i.	150	203	4017	s.i.	s.i.	86	4103
1968	outubro	902	742	209	209	2062	86	58	144	2206
1968	novembro	585	734	66	71	1456	191	236	427	1883
1968	dezembro	297	315	33	80	725	227	398	625	1350
1968										11925
1969	janeiro	294	358	56	70	778	102	76	178	956
1969	fevereiro	265	250	64	80	659	139	48	187	846
1969	março	298	403	89	81	871	180	141	321	1192
1969	abril	378	459	103	145	1085	203	227	430	1515
1969	maio	256	398	129	180	963	105	198	303	1266
1969	junho	283	398	100	131	912	s.i.	s.i.	434	1346
1969	julho	208	280	125	176	789	61	45	106	895
1969	agosto	546	688	271	327	1832	115	144	259	2091
1969	setembro	546	825	190	238	1799	8	41	49	1848
1969	outubro	279	408	171	179	1037	109	114	223	1260
1969	novembro	422	446	88	94	1050	131	128	259	1309
1969	dezembro	313	340	75	83	811	57	17	74	885
1969										15409
1970	janeiro	252	259	169	192	872	99	231	330	1202
1970	fevereiro	291	426	137	218	1072	97	150	247	1319
1970	março	401	572	246	339	1558	37	74	111	1669
1970	abril	361	440	388	558	1747	178	50	228	1975
1970	maio	233	322	401	612	1568	82	151	233	1801
1970	junho	320	423	434	580	1757	184	69	253	2010
1970	julho	275	402	589	875	2141	40	0	40	2181
1970	agosto	495	753	736	1121	3105	s.i.	s.i.	209	3314
1970	setembro	395	614	655	956	2620	0	0	0	2620
1970	outubro	289	462	526	728	2005	s.i.	s.i.	20	2025
1970	novembro	258	381	156	206	1001	s.i.	s.i.	247	1248
1970	dezembro	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1970										21364

Depois da Cimeira da NATO e da consequente desocupação dos espaços utilizados, o Palácio Nacional da Ajuda reabriu ao público no dia 16 de agosto de 1971, com os mesmos espaços disponíveis à visita:

“[...] o público entra na chamada “sala dos archeiros”, até ao “toucador” da rainha, vê as salas anexas à casa forte, ou “Tesouro”, onde se encontram as “Jóias da Coroa”, passa ao chamado “Corredor da Música”, vê uma “Exposição temporária de mobiliário infantil e de berços dos príncipes”, (salas situadas na extremidade da ala sul e confinando com os antigos aposentos do infante D. Afonso) e sai então pelo vestíbulo (entrada principal quando há cerimónias oficiais de Sua Excelência o Chefe do Estado) e daí para o pátio central, encaminhando-se em frente para visitar as dependências onde se

*encontram as citadas carruagens de gala da casa real. Termina então a visita normal do Palácio, [...].”*¹⁹¹⁸

A referida “*Exposição temporária no Palácio Nacional da Ajuda. Mobiliário infantil da casa real – Os berços dos príncipes. Desenhos e aguarelas do rei D. Carlos*” foi a primeira manifestação de um programa de atividades que Ayres de Carvalho pretendia implementar no PNA. Acerca desta exposição, o próprio conservador comentaria, em nota de divulgação:

“Todo este conjunto evocador da última metade do séc. XIX, encontra-se exposto em várias salas do pavimento térreo do Palácio, restauradas e reintegradas nas suas decorações ornamentais por ocasião das grandes obras levadas a efeito pelo Ministério das Obras Públicas quando do Congresso da N.A.T.O.

Noutras salas anexas encontram-se expostos muitos desenhos e aguarelas não só do rei D. Carlos, alguns deles executados na sua infância e outros da autoria de seus pais o rei D. Luís e a rainha D. Maria Pia, assim como muitas recordações das suas viagens ao estrangeiro, aquisições de várias espécies artísticas e decorativas, denunciando o gosto de «fin de siècle».”¹⁹¹⁹

Expunham-se assim

“[...] determinadas espécies de mobiliário infantil utilizado pelos filhos do rei D. Luís e da rainha D. Maria Pia de Sabóia, o príncipe D. Carlos e o infante D. Afonso, algumas adquiridas em França, outras oferecidas por Vítor-Manuel II, de Itália, avô materno dos citados príncipes.

Desse mobiliário constam os berços desses príncipes e outros que devem ter pertencido a D. Pedro V e seus irmãos, filhos de D. Fernando de Saxe-Coburgo e D. Maria II.

Todo este conjunto se encontra distribuído em três salas do rez-do-chão, com decorações ornamentais dos primeiros períodos das obras da Ajuda (primeiro quartel do séc. XIX) que é devidamente apreciado pelo público visitante depois de ter passado pelas salas normalmente franqueadas à visita. Noutra sala do

¹⁹¹⁸ Relatório do conservador do PNA, de 4 de dezembro de 1971, dirigido ao chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, 10.7.1, Ofícios expedidos 1971, fólios. 8-11.

¹⁹¹⁹ Ofício do conservador do PNA, de 4 de novembro de 1971, dirigido ao chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, 10.7.1., Ofícios expedidos 1971, fólios. 27-28.

mesmo conjunto estão expostas algumas das melhores aguarelas e desenhos de el rei D. Carlos, outras da sua meninice e estudos vários em álbuns, algumas águas-fortes de seu avô paterno, D. Fernando de Saxe-Coburgo, e de seus pais, D. Luís e D. Maria Pia. Ainda noutra sala anexa num conjunto de mobiliário de finais do séc. XIX, uma grande vitrina da mesma época, contendo uma colecção curiosíssima de catálogos das mais variadas espécies, não só italianos como franceses e alemães, de mobiliário, louças, vitrais, rendas, fogões, casas de banho, «bibelots», roupas de senhora e de homem, e até catálogos de automóveis e respectivos desenhos.»¹⁹²⁰

Apesar de esta ter sido a primeira exposição temporária concretizada no PNA, não foi contudo a primeira a ser idealizada. Em 1965, a propósito de uma visita a Lisboa, de um grupo de filiados do Instituto Internacional dos Castelos, surgiu a ideia de se organizar nas salas da Galeria de Pintura do rei D. Luís uma exposição alusiva aos castelos portugueses, com fotografias e plantas já existentes e na posse da DGEMN¹⁹²¹. Questionado acerca desta possibilidade, Ayres de Carvalho mostrou-se favorável à ideia, advertindo que para tal era necessário proceder-se ao restauro das respetivas salas, e chamando a atenção para o facto de que tal recuperação permitiria a sua utilização para outras exposições temporárias, essencialmente com objetos existentes nas reservas do PNA¹⁹²². Porém, por motivos que não pudemos apurar, esta exposição não foi montada.

Em 1966, Ayres de Carvalho apresentou a proposta para a criação de um “Museu das Pratas”, a instalar na antiga Copa, também denominada por Sala D. Carlos, situada no andar nobre. Tomando como exemplo o *Museo degli Argenti*, instalado no Palácio Pitti¹⁹²³, em Florença, o conservador do PNA propunha expor neste espaço um “núcleo de valiosas pratas e serviços diversos contidos em estojos (algumas delas

¹⁹²⁰ Relatório do conservador do PNA, de 4 de novembro de 1971, dirigido ao chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, 10.7.1., Ofícios expedidos 1971, pp. 31-36.

¹⁹²¹ Ofício da Repartição do Património, de 28 de abril de 1965. APNA, Pastas por classificar, Pasta 13, Bloco 1, fólio 44.

¹⁹²² Ofício do conservador do PNA, de 29 de abril de 1965, dirigido ao chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas por classificar, Pasta 13, Bloco 1, fólhos 45-46. APNA, Pastas por classificar, Pasta 14, Bloco 1, fólhos 113-114.

¹⁹²³ O Palácio Pitti, edificado no século XV, foi residência oficial dos Grandes Duques da Toscana, os Medici, entre meados do século XVI e 1737, e dos Lorena, a partir de então. Em 1860, tornou-se propriedade dos Sabóia, reis de Itália unificada, sendo doado, em 1919, ao Estado Italiano, que o transformou progressivamente, aí instalando alguns espaços museológicos, entre os quais o “Museo degli Argenti” (Museu da Prata). NERI, Francesca, *The Museums of Florence*, 2006, pp. 86-87 e 97-98.

marcadas com punções de T. Germain e outros grandes ourives franceses, italianos e portugueses do séc. XVIII)”. Para a concretização deste projeto seriam necessárias

“[...] algumas vitrines adequadas e dentro dos moldes palacianos que neste edifício predomina, e proporcionadas com as enormes dimensões do citado salão.

Existindo neste Palácio algumas madeiras sem utilidade para outro efeito, conseguir-se-ia a sua execução em melhores condições de preço para cinco vitrines, uma com 4 m. de comprimento, em dois corpos, mais duas para a mesma parede onde seria colocada para sua decoração uma enorme tapeçaria que só ali tem cabimento e duas enormes telas decorativas.

*Nos topos da sala outras duas vitrines que ficariam encimadas por outras duas tapeçarias também proporcionadas, estreitas e altas, as quais com uma série de sobre-portas, doze, da autoria de Columbano, completariam a decoração de tão majestoso salão.”*¹⁹²⁴

Todavia, este projeto não teve prosseguimento e o “Museu das Pratas” não chegou a ser instalado.

Mais tarde, em 1971, após a montagem da exposição temporária de mobiliário infantil, o conservador Ayres de Carvalho defendia novamente que, para o PNA,

*“[...] uma das iniciativas culturais mais adequadas seriam exposições temporárias em que se pudesse pouco a pouco e com um programa previamente estabelecido e estruturado, mostrar ao público que o visita e de certo modo incentivar essas visitas, mostrando espécies de interesse histórico e artístico, em ambiente adequado e evocativo.”*¹⁹²⁵

O conservador do PNA propunha mesmo alguns temas para futuras exposições, de entre as *“muitas outras sugestões e realizações do maior interesse para o público que visita este Palácio e que com a visão de tantas espécies aqui existentes e*

¹⁹²⁴ Relatório do conservador do PNA, de 18 de julho de 1966, dirigido ao chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas por classificar, Pasta 14, Bloco 2, fólios 52-53.

¹⁹²⁵ Relatório do conservador do PNA, de 4 de novembro de 1971, dirigido ao chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, 10.7.1., Ofícios expedidos 1971, pp. 31-36.

devidamente arrecadadas, poderá certamente aumentar auxiliado com uma publicidade discreta mas persistente”¹⁹²⁶. Eram esses temas:

“a) – *Desenhos e aquarelas de el-rei D. Carlos. Conviria que fossem cedidas por outras entidades algumas espécies dispersas.*

Essa exposição teria o maior interesse se fosse realizada na «Galeria de Pintura» de D. Luís, que espero seja restaurada nas devidas condições pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Assim se faria a sua reconstituição e uma inauguração com obras do rei D. Carlos e outros seus contemporâneos, dado que foi por assim dizer um dos primeiros museus do país. Aí se poderiam realizar outras exposições de «fin de siècle», não só de pintura como de escultura e artes decorativas e no ambiente mais adequado em relação à existência deste Palácio.

b) *Exposição da tão celebrada «Baixela Germain», de que este Palácio possui os exemplares mais valiosos e que teria o seu lugar mais condigno da «Sala da Ceia». Essa exposição temporária teria o maior interesse, porquanto seria composta toda a sala com os seus aparadores e respectivas mesas, como se estivesse preparada para um banquete, com os seus serviços de pratos, talheres, centros de mesa com flores, o grande «plateau» que existe no Museu Nacional de Arte Antiga, e tantas outras espécies desconhecidas do grande público amador de belas-artes.*^[1927]

c) – *Exposição temporária da «Baixela Porto Covo», da autoria do grande cinzelador francês Thomire, com todos os seus cristais, lembrando o período áureo do estilo Império.*

A sua realização teria o maior interesse e acuidade em mesas postas na sala denominada a antiga «copa», decorada com mobiliário Império e algumas tapeçarias adequadas com motivos da História de Alexandre o Grande, etc.^[1928]

d) – *Exposição temporária de grande parte dos serviços em porcelana mandados executar em Paris, Inglaterra, Áustria, Alemanha, etc., pela rainha D. Maria Pia, possivelmente na mesma «Copa», em vitrinas adequadas que seria necessário mandar executar. Estas mesmas vitrinas poderiam ser*

¹⁹²⁶ Relatório do conservador do PNA, de 4 de novembro de 1971, dirigido ao chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, 10.7.1., Ofícios expedidos 1971, pp. 31-36.

¹⁹²⁷ Esta exposição temporária retoma em parte a ideia lançada em 1966 para a criação de um “Museu das Pratas”, na antiga Copa.

¹⁹²⁸ *Idem.*

estudadas de forma a poderem conter outras espécies para outras exposições, e por assim dizer, transformáveis.

Ao mesmo tempo que se realizassem estas exposições temporárias, durante um mês, pelo menos, traçar-se-ia um programa de visitas guiadas, indo assim de encontro ao que se está a proceder nos Palácios Nacionais, o estágio de Guias de Arte que deve terminar em Março do próximo ano. Assim e a exemplo do que se passa no estrangeiro, haveria visitas marcadas em determinados dias da semana, e seriam visitadas zonas interditas ao público normal, como o andar nobre deste Palácio, por exemplo e uma dessas exposições temporárias, justificando-se assim um bilhete de mais elevado custo.

Enquanto se realizava uma determinada exposição, como a de el-rei D. Carlos e dos seus contemporâneos, poderiam ser convidados determinados estudiosos, historiadores e críticos de Arte, que poderiam realizar algumas conferências na mesma Galeria de Pintura de D. Luís.”¹⁹²⁹

Verificamos, pois, que Ayres de Carvalho tentou criar uma verdadeira programação para o Palácio Nacional da Ajuda, sem contudo conseguir concretizar os seus intentos: a análise da documentação consultada permite-nos verificar que não foi realizada nenhuma das exposições temporárias propostas, possivelmente devido a constrangimentos financeiros e aos decorrentes do aumento da sensação de insegurança, na sequência do pós 25 de abril de 1974 e do incêndio de setembro de 1974. Assim, verificamos apenas o constante prolongamento do prazo de encerramento da exposição do mobiliário infantil, possivelmente com algumas modificações pontuais.

Entretanto, foi igualmente equacionada neste período a abertura ao público da Casa-Forte. Por despacho, o Secretário de Estado do Tesouro pediu a elaboração de um relatório acerca dessa possibilidade, desde que se reunissem todas as condições de segurança e prevendo o pagamento de entrada¹⁹³⁰. Todavia, devido a problemas de segurança, e por se considerar que este não seria o momento propício, pois as obras de conclusão da fachada poente estavam a avançar, esta pretensão foi protelada para melhor ocasião.

¹⁹²⁹ Relatório do conservador do PNA, de 4 de novembro de 1971, dirigido ao chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, 10.7.1., Ofícios expedidos 1971, pp. 31-36.

¹⁹³⁰ Despacho do Secretário de Estado do Tesouro, de 17 de dezembro de 1971. APNA, Capilhas soltas, Bloco 46, fólio 25. Ofício da Repartição do Património da DGFP, de 5 de janeiro de 1972, dirigido ao conservador do PNA. APNA, Capilhas soltas, Bloco 46, fólio 24.

Em 1978, e apenas então, foi preparada uma nova exposição temporária no PNA denominada de “Mantos Reais”, organizada com a colaboração do Museu Nacional do Traje. Nesta mostra foram exibidos exemplares da Fundação da Casa de Bragança, do Santuário de Fátima e do próprio PNA, distribuídos por várias salas do edifício, incluindo os espaços com mobiliário infantil, onde foram colocados trajes infantis dos príncipes D. Carlos e D. Luís Filipe. Esta exposição foi organizada de modo a coincidir com a reunião da Comissão Internacional dos Museus de Tecidos e Traje do ICOM, realizada em Lisboa entre 23 e 27 de setembro de 1978¹⁹³¹.

No mesmo ano de 1978 surgiu uma outra proposta de utilização museológica de espaços do Palácio Nacional da Ajuda. Visando colocar o antigo Picadeiro Real de Belém ao seu serviço, a Presidência da República procurou desalojar desse espaço o Museu Nacional dos Coches, aí instalado desde a sua fundação em 1905, sugerindo – pelo menos numa primeira fase – a sua reinstalação no PNA:

*“Admitimos inicialmente que seria viável instalá-lo no Palácio da Ajuda. Hoje, um pouco melhor esclarecidos sobre as características do Palácio, julgamos que essa hipótese, embora não impossível, só poderá concretizar-se mediante grandes adaptações da estrutura do edifício. Tal não impede, porém, que vos solicitemos não só o estudo dessa possibilidade como, eventualmente, o encarar de qualquer outra solução mais simples e breve.”*¹⁹³²

Não sabendo no que terá consistido esse estudo, o certo é que este plano foi descartado pela própria Presidência da República, que não tornou a colocar a hipótese de utilização do PNA para instalação do Museu Nacional dos Coches. Em alternativa, esta instituição viria mesmo a propor, em 1979, algumas melhorias nos espaços expositivos já existentes, sugerindo a abertura ao público da “Casa da Louça”, à época mera arrecadação das coleções de cerâmica:

“A zona àquelas [carruagens] destinada, não só se afigura muito acanhada para o efeito, como melhor ficaria integrada com a Casa Forte numa área reservada a fins museológicos e visitável [...], e salvaguardando todas as garantias de segurança.

¹⁹³¹ Ofício do conservador do PNA, de setembro de 1978. APNA, Pastas por classificar, Pasta 14, Bloco 3, fólio 252. GUEDES, Natália Correia, *Mantos Reais*, Catálogo policopiado, 1978.

¹⁹³² Ofício do chefe da Casa Militar da Presidência da República, brigadeiro Amadeu Garcia dos Santos, de 5 de dezembro de 1978, dirigido ao diretor da DGEMN. SIPA TXT.00438312 a SIPA TXT.00438317, PT DGEMN:DSID-001/011-1334, Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Processo Administrativo.

[...] *A Casa da Louça, no andar térreo e anexa ao corredor das carruagens, que hoje reveste o aspecto de uma arrecadação, poderia, alargando a sua finalidade, ser exposta ao público após conveniente arranjo, atendendo à categoria e valor das peças de que dispõe. [...].*¹⁹³³

Porém, mais uma vez, esta proposta não seria concretizada.

Apesar das variadas sugestões programáticas avançadas por Ayres de Carvalho, verificamos que um dos seus principais pontos de interesse foi a Galeria de Pintura do rei D. Luís. O conservador do PNA procurou alertar as consciências para que a DGEMN procedesse ao restauro deste espaço¹⁹³⁴, visando a sua reconstituição e a instalação de um “Museu de Pintura Comparada”, uma vez que considerava que a grande maioria das pinturas aí existentes eram cópias ou réplicas¹⁹³⁵:

*“Conseguiu-se com muito amor e entusiasmo, há alguns anos, em Maфра, instituir-se uma gipsoteca nos casarões conventuais, apresentação museográfica e didáctica. Também na Ajuda se poderia com os elementos que infelizmente já não existem ter-se organizado uma Galeria de estudo, ou “Museu de Pintura Comparada” com predomínio de imensas cópias e réplicas de grandes artistas executadas pelos nossos bolseiros de Sete e Oitocentos, [...].”*¹⁹³⁶

Apesar das muitas tentativas que empreendeu neste projeto, Ayres de Carvalho nunca conseguiu criar tal espaço expositivo, totalmente inviabilizado após o incêndio de 1974. Após esta tragédia viriam a surgir novas propostas de intervenção na Galeria de Pintura, sendo concretizada a da sua adaptação a espaço para exposições temporárias.

Em 1977, a propósito da coleção de imaginária legada ao Estado pelo colecionador Ernesto de Vilhena¹⁹³⁷, o deputado Pedro Roseta fez um requerimento pedindo informações acerca do PNA e das obras programadas, pois considerava que este edifício poderia ser adequado para receber e exibir essa coleção de escultura. Pedro Roseta acrescentava ainda que o PNA seria *“o local condigno para a instalação de*

¹⁹³³ Ofício do secretário geral da Presidência da República, Luís Pereira Coutinho, de 28 de junho de 1979, dirigido ao diretor geral da DGEMN. SIPA TXT.00438467 e SIPA TXT.00438468, PT DGEMN:DSID-001/011-1335, Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Processo Administrativo.

¹⁹³⁴ Ofício do conservador do PNA, de junho de 1965, dirigido ao chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas por classificar, Pasta 14, bloco 1, fólio 98.

¹⁹³⁵ CARVALHO, Ayres de, *A Galeria de Pintura da Ajuda e as Galerias do Século XIX*, 1982, p. 18.

¹⁹³⁶ CARVALHO, Ayres de, “Texto de despedida (?)”, 1981 (?). Biblioteca Municipal de Maфра, *Dossier Ayres de Carvalho*.

¹⁹³⁷ Acerca deste tema ver, CARVALHO, Maria João Vilhena de, *As esculturas de Ernesto Jardim de Vilhena. A constituição de uma coleção nacional*, 2014.

determinados museus e para realização de grandes exposições temporárias do tipo das que os Museus de França levam a cabo, por exemplo, no Grand Palais em Paris.”¹⁹³⁸

Em 1980 foi idealizada uma exposição temporária no PNA, acerca do próprio edifício e das suas diversas campanhas construtivas, “*do «Rocaille» ao Neoclássico*”, projeto organizado pela Academia Nacional de Belas-Artes com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, do Instituto de Cultura Italiana, da Secretaria de Estado da Cultura, do Ministério das Finanças e da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Considerava-se, então, que os espaços da antiga Galeria de Pintura, reconstruídos após os danos causados pelo incêndio de 1974, seriam o local ideal para a realização de tal mostra. Considerava-se também oportuno expor os diversos projetos do século XX para a conclusão do palácio¹⁹³⁹, pelo que a exposição passaria a ser denominada de “*Os arquitectos da Ajuda e a escola de Bolonha – do Barroco ao Neoclássico*”, tendo como comissário principal Armindo Ayres de Carvalho, coadjuvado pelo pintor Fernando de Azevedo (1923-2002) e pelo arquiteto Frederico George (1915-1994)¹⁹⁴⁰.

Esta exposição, que pretendia ser uma mostra da própria história do Palácio Nacional da Ajuda, nas próprias palavras de Ayres de Carvalho, quase um “*grande e belo Museu da «Obra» da Ajuda*”¹⁹⁴¹, não chegou a ser realizada, vindo a Galeria de Pintura do rei D. Luís a ser inaugurada com uma outra exposição temporária apenas em 1988, com o título “*Arte Portuguesa do século XIX*”, organizada por José-Augusto França. Esta exposição, apresentada em Lisboa entre março e maio de 1988, consistiu na remontagem da mostra que fora apresentada, com algumas alterações, no Petit Palais,

¹⁹³⁸ Requerimento do deputado do PSD Pedro Roseta, de 10 de agosto de 1977. SIPA TXT.00438096 a SIPA TXT.00438098, in, PT DGEMN:DSID-001/011-1334, Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Processo Administrativo.

¹⁹³⁹ Ofício do primeiro conservador dos Palácios e Monumentos Nacionais, de 17 de março de 1980, dirigido ao diretor geral da DGEMN. APNA; Pastas por classificar, Pasta 14, Bloco 3, fólios 104-106. Ofício do primeiro conservador dos Palácios e Monumentos Nacionais, Armindo Ayres de Carvalho, de 17 de março de 1980, dirigido ao diretor geral da DGEMN. SIPA TXT.00438551 a SIPA TXT.00438553, PT DGEMN:DSID-001/011-1335, Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Processo Administrativo.

¹⁹⁴⁰ Ofício do Presidente da ANBA, José-Augusto França, de 28 de abril de 1980, dirigida ao diretor geral da DGEMN. SIPA TXT.00438559 e SIPA TXT.00438560, in, PT DGEMN:DSID-001/011-1335, Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda: Processo Administrativo.

¹⁹⁴¹ CARVALHO, Ayres de, *Comunicação Atentados à integridade artística de Edifícios e Monumentos dos séculos XVI-XVII aos nossos tempos*, no âmbito do Curso de Pós-graduação em Conservação e Recuperação de Edifícios e Monumentos, promovido pelo Departamento de Arquitetura da ESBAL, 1985. Biblioteca Municipal de Mafra, *Dossier Ayres de Carvalho*.

em Paris, entre 20 de outubro de 1987 e 3 de janeiro de 1988, com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian¹⁹⁴².

Após a sua reabertura em 1971, depois da Cimeira da NATO, o Palácio Nacional da Ajuda tornou-se gradualmente num local bastante requisitado para a realização de diversas atividades culturais. A DGFP, entidade tutelar dos Palácios Nacionais, tomou posição nesta questão, dando espaço ao conservador do PNA para a programação de algumas atividades que valorizassem o edifício¹⁹⁴³. Neste âmbito, para além de propor a realização de exposições temporárias Ayres de Carvalho sugeriu em 1971 a definição de um programa de visitas guiadas às salas do andar nobre, que não se encontrava ainda aberto ao público¹⁹⁴⁴.

Em 1972 o Teatro Municipal de São Luiz, em colaboração com a DGFP, avançou com a possibilidade de realização de concertos de música clássica em alguns dos espaços do Palácio Nacional da Ajuda¹⁹⁴⁵. Todavia, Ayres de Carvalho mostrou-se contrário à ideia, considerando que a maioria das salas era pequena para o pretendido e que esse tipo de eventos implicaria complexas tarefas de remoção de diversos objetos das salas, por questões de segurança. O conservador do apontava ainda para o facto de a Sala da Ceia, a maior existente no PNA, necessitar de um estrado para permitir uma melhor disposição da orquestra, o que por sua vez diminuiria o espaço disponível. Deste modo, Ayres de Carvalho viria a sugerir que o melhor espaço para a realização de concertos seria o pátio central, que deveria ser devidamente decorado para o efeito¹⁹⁴⁶. Gorada esta primeira tentativa, apenas no início do ano de 1979 e depois em 1980 seriam organizados eventos musicais no interior do Palácio Nacional da Ajuda, primeiro pela Fundação Musical dos Amigos das Crianças¹⁹⁴⁷ e depois inseridos nas primeiras Jornadas de Música Antiga, da Fundação Calouste Gulbenkian¹⁹⁴⁸.

¹⁹⁴² *Arte Portuguesa do Século XIX*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural, 1988.

¹⁹⁴³ Ofício da repartição do património, de 29 de outubro de 1971, dirigido ao conservador do PNA. APNA, Capilhas soltas, Bloco 45, fólio 4.

¹⁹⁴⁴ Ofício do conservador do PNA, de 4 de novembro de 1971, dirigido ao chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, APNA, 10.7.1., Ofícios expedidos 1971, fólhos. 27-28.

¹⁹⁴⁵ Ofício do Teatro Municipal de São Luiz, assinado pelo seu administrador, Gil Soares da Costa, de 11 de abril de 1972, dirigido ao diretor geral da DGFP. APNA, Capilhas soltas, Bloco 46, fólhos 14-16.

¹⁹⁴⁶ Ofício do conservador do PNA, de 27 de abril de 1972, dirigido ao chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, 10.7.1., Ofícios expedidos 1972.

¹⁹⁴⁷ APNA, Pastas por classificar, Pasta 14, Bloco 3, fólio 217.

¹⁹⁴⁸ APNA, Pastas por classificar, Pasta 17, Bloco 1, fólio 120.

O horário e o sistema de visitas do PNA manteve-se inalterável ao longo do período que temos vindo a analisar. Por sua vez, o tarifário manteve-se o mesmo até que o Secretário de Estado do Tesouro, por despacho de 9 de janeiro de 1979, fixou em 10\$00 a taxa de entrada nos Palácios Nacionais, entrando este preço em vigor a partir do dia 1 de fevereiro de 1979. Não tendo sido emitidos novos bilhetes, apenas foi enviado pela tutela um carimbo para atualização do valor indicado nos bilhetes já existentes. No entanto, apenas dois meses depois, o Secretário de Estado das Finanças, por despacho de 6 de março de 1979, alterou novamente o preço de entrada, para 20\$00, visto ter sido autorizado que a visita abrangesse também o andar nobre do palácio. Este valor passou a vigorar a partir de 1 de abril de 1979, sendo enviado novo carimbo para atualização do valor indicado nos bilhetes¹⁹⁴⁹.

Depois de vários anos a permitir visitas guiadas ao andar nobre através de autorizações especiais¹⁹⁵⁰, cumpria-se agora o desejo de Ayres de Carvalho em proporcionar a todos o acesso a uma visita mais completa ao palácio-museu. Para isso, e uma vez que a Presidência da República não se opôs, foram efetuados apenas alguns preparativos, entre os quais a colocação das passadeiras já existentes e de cordões de “*linho branco especial*”¹⁹⁵¹. Foram ainda feitas cópias das chaves das diversas salas para cada funcionário, com o objetivo de se assegurar quer o acesso dos visitantes, quer a segurança dos espaços e das coleções, visitáveis a partir do dia 1 de abril de 1979¹⁹⁵².

No ano seguinte a Secretaria de Estado das Finanças, por despacho de 27 de março de 1980, autorizou o aumento da taxa de entrada no Palácio Nacional da Ajuda para 30\$00, vigorando este novo preço a partir de 12 de maio de 1980. Ainda nesse ano o preço de ingresso no PNA foi aumentado para 40\$00, por despacho de 6 de novembro de 1980, passando esta taxa a vigorar a partir de 1 de janeiro de 1981¹⁹⁵³.

Observando os números de visitantes entre agosto de 1971 e o final de 1981¹⁹⁵⁴, entendemos que refletem alguns momentos da história do Palácio da Ajuda e do próprio país.

¹⁹⁴⁹ APNA, Pastas por classificar, Pasta 1, Bloco 3. APNA, Pastas por classificar, Pasta 4, Bloco 1.

¹⁹⁵⁰ Ofício do conservador do PNA, de 4 de novembro de 1971, dirigido ao chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA, APNA, 10.7.1., Ofícios expedidos 1971, fólhos. 27-28.

¹⁹⁵¹ Ofício do primeiro conservador dos Palácios e Monumentos Nacionais, de 23 de fevereiro de 1979. APNA, Pastas por classificar, Pasta 14, Bloco 3, fólhos 195-196.

¹⁹⁵² APNA; Pastas por classificar, Pasta 14, Bloco 3, fólho 193.

¹⁹⁵³ APNA, Pastas por classificar, Pasta 1, Bloco 3. APNA, Pastas por classificar, Pasta 4, Bloco 1.

¹⁹⁵⁴ Apesar de Ayres de Carvalho se ter reformado em junho de 1981, apresentamos os números de visitantes referentes à totalidade do ano de 1981.

PALÁCIO NACIONAL DA AJUDA – VISITANTES – 1971-1981

ANO	MÊS	ENTRADAS PAGAS					ENTRADAS GRATUITAS			TOTAL
		VISITANTES NACIONAIS		VISITANTES ESTRANGEIROS		Total parcial	Homens	Senhoras	Total parcial	
		Homens	Senhoras	Homens	Senhoras					
1971	janeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1971	fevereiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1971	março	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1971	abril	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1971	maio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1971	junho	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1971	julho	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1971	agosto	473	600	358	490	1921	0	0	0	1921
1971	setembro	600	830	602	856	2888	s.i.	s.i.	110	2998
1971	outubro	434	451	549	770	2204	0	0	0	2204
1971	novembro	307	370	196	262	1135	s.i.	s.i.	86	1221
1971	dezembro	253	330	116	137	836	s.i.	s.i.	357	1193
1971										9537
1972	janeiro	190	250	162	210	812	0	0	0	812
1972	fevereiro	388	519	142	162	1211	s.i.	s.i.	100	1311
1972	março	366	438	231	274	1309	s.i.	s.i.	398	1707
1972	abril	345	438	398	461	1642	s.i.	s.i.	270	1912
1972	maio	274	406	386	509	1575	s.i.	s.i.	440	2015
1972	junho	207	284	361	481	1333	s.i.	s.i.	260	1593
1972	julho	276	393	511	655	1835	0	0	0	1835
1972	agosto	352	482	521	740	2095	s.i.	s.i.	229	2324
1972	setembro	451	541	482	657	2131	0	0	0	2131
1972	outubro	275	374	376	470	1495	s.i.	s.i.	105	1600
1972	novembro	188	265	208	294	955	s.i.	s.i.	217	1172
1972	dezembro	142	193	135	180	650	s.i.	s.i.	305	955
1972										19367
1973	janeiro	169	247	132	163	711	s.i.	s.i.	36	747
1973	fevereiro	226	250	110	114	700	s.i.	s.i.	80	780
1973	março	200	315	139	176	830	s.i.	s.i.	135	965
1973	abril	238	388	241	307	1174	s.i.	s.i.	252	1426
1973	maio	109	144	167	198	618	s.i.	s.i.	266	884
1973	junho	117	178	148	192	635	s.i.	s.i.	37	672
1973	julho	214	334	338	384	1270	s.i.	s.i.	72	1342
1973	agosto	383	496	527	666	2072	s.i.	s.i.	97	2169
1973	setembro	337	518	337	484	1676	s.i.	s.i.	14	1690
1973	outubro	276	376	290	386	1328	s.i.	s.i.	95	1423
1973	novembro	233	313	135	162	843	s.i.	s.i.	223	1066
1973	dezembro	121	173	81	108	483	s.i.	s.i.	169	652
1973										13816
1974	janeiro	241	291	152	217	901	s.i.	s.i.	305	1206
1974	fevereiro	213	300	114	146	773	s.i.	s.i.	45	818
1974	março	389	266	90	142	887	s.i.	s.i.	294	1181
1974	abril	343	467	230	322	1362	s.i.	s.i.	273	1635
1974	maio	130	201	326	208	865	s.i.	s.i.	290	1155
1974	junho	246	346	172	281	1045	s.i.	s.i.	38	1083
1974	julho	245	343	229	266	1083	s.i.	s.i.	35	1118
1974	agosto	396	537	321	432	1686	s.i.	s.i.	67	1753
1974	setembro	367	451	220	298	1336	0	0	0	1336
1974	outubro	98	96	198	135	527	0	0	0	527
1974	novembro	78	71	170	155	474	s.i.	s.i.	122	596
1974	dezembro	103	101	59	63	326	s.i.	s.i.	176	502
1974										12910
1975	janeiro	167	137	73	72	449	s.i.	s.i.	60	509
1975	fevereiro	143	99	42	33	317	s.i.	s.i.	30	347
1975	março	97	89	62	67	315	s.i.	s.i.	15	330
1975	abril	183	146	75	68	472	s.i.	s.i.	120	592
1975	maio	102	83	64	44	293	s.i.	s.i.	30	323
1975	junho	126	135	135	165	561	s.i.	s.i.	215	776
1975	julho	107	135	102	146	490	s.i.	s.i.	37	527
1975	agosto	198	256	128	195	777	s.i.	s.i.	94	871

1975	setembro	243	305	145	157	850	s.i.	s.i.	0	850
1975	outubro	111	156	53	55	375	s.i.	s.i.	130	505
1975	novembro	92	96	39	47	274	s.i.	s.i.	33	307
1975	dezembro	127	102	8	7	244	s.i.	s.i.	20	264
1975										6201
1976	janeiro	184	193	85	89	551	s.i.	s.i.	113	664
1976	fevereiro	90	98	43	38	269	s.i.	s.i.	250	519
1976	março	114	152	43	35	344	s.i.	s.i.	82	426
1976	abril	169	175	114	108	566	s.i.	s.i.	70	636
1976	maio	136	171	153	155	615	s.i.	s.i.	285	900
1976	junho	123	125	124	148	520	s.i.	s.i.	0	520
1976	julho	122	199	153	156	630	s.i.	s.i.	0	630
1976	agosto	434	494	262	287	1477	s.i.	s.i.	38	1515
1976	setembro	450	564	226	196	1436	s.i.	s.i.	0	1436
1976	outubro	258	292	464	403	1417	s.i.	s.i.	180	1597
1976	novembro	251	292	312	344	1199	s.i.	s.i.	41	1240
1976	dezembro	84	93	36	35	248	s.i.	s.i.	28	276
1976										10359
1977	janeiro	177	194	120	147	638	s.i.	s.i.	110	748
1977	fevereiro	110	89	105	144	448	s.i.	s.i.	10	458
1977	março	132	149	78	105	464	s.i.	s.i.	98	562
1977	abril	203	214	567	621	1605	s.i.	s.i.	120	1725
1977	maio	129	188	516	701	1534	s.i.	s.i.	180	1714
1977	junho	178	220	348	355	1101	s.i.	s.i.	123	1224
1977	julho	285	317	321	379	1302	s.i.	s.i.	51	1353
1977	agosto	504	485	573	623	2185	s.i.	s.i.	0	2185
1977	setembro	306	380	435	489	1610	s.i.	s.i.	0	1610
1977	outubro	282	318	218	249	1067	s.i.	s.i.	438	1505
1977	novembro	250	273	247	275	1045	s.i.	s.i.	174	1219
1977	dezembro	128	162	73	78	441	s.i.	s.i.	94	535
1977										14838
1978	janeiro	108	108	54	55	325	s.i.	s.i.	53	378
1978	fevereiro	203	204	47	54	508	s.i.	s.i.	90	598
1978	março	187	221	96	117	621	s.i.	s.i.	143	764
1978	abril	304	249	411	456	1420	s.i.	s.i.	178	1598
1978	maio	233	303	428	441	1405	s.i.	s.i.	319	1724
1978	junho	261	288	294	318	1161	s.i.	s.i.	428	1589
1978	julho	228	214	175	237	854	s.i.	s.i.	44	898
1978	agosto	557	631	576	645	2409	s.i.	s.i.	235	2644
1978	setembro	354	394	397	423	1568	s.i.	s.i.	70	1638
1978	outubro	595	781	1133	1345	3854	s.i.	s.i.	108	3962
1978	novembro	346	412	123	153	1034	s.i.	s.i.	196	1230
1978	dezembro	53	74	151	223	501	s.i.	s.i.	74	575
1978										17598
1979	janeiro	282	475	100	106	963	s.i.	s.i.	147	1110
1979	fevereiro	652	1002	105	186	1945	s.i.	s.i.	446	2391
1979	março	929	1266	163	244	2602	s.i.	s.i.	664	3266
1979	abril	542	743	381	458	2124	s.i.	s.i.	232	2356
1979	maio	469	769	361	534	2133	s.i.	s.i.	1121	3254
1979	junho	288	423	255	286	1252	s.i.	s.i.	917	2169
1979	julho	518	744	637	657	2556	s.i.	s.i.	70	2626
1979	agosto	470	698	1230	1444	3842	s.i.	s.i.	220	4062
1979	setembro	732	1025	623	774	3154	s.i.	s.i.	0	3154
1979	outubro	366	529	268	312	1475	s.i.	s.i.	211	1686
1979	novembro	419	504	314	318	1555	s.i.	s.i.	277	1832
1979	dezembro	153	204	96	116	569	s.i.	s.i.	313	882
1979										28788
1980	janeiro	324	473	156	206	1159	s.i.	s.i.	68	1227
1980	fevereiro	278	390	95	128	891	s.i.	s.i.	363	1254
1980	março	303	420	120	148	991	s.i.	s.i.	282	1273
1980	abril	342	525	319	384	1570	s.i.	s.i.	570	2140
1980	maio	212	315	234	335	1096	s.i.	s.i.	745	1841
1980	junho	210	270	199	259	938	s.i.	s.i.	405	1343
1980	julho	358	544	433	494	1829	s.i.	s.i.	293	2122
1980	agosto	985	1288	600	850	3723	s.i.	s.i.	130	3853
1980	setembro	585	780	585	825	2775	s.i.	s.i.	113	2888
1980	outubro	621	813	465	616	2515	s.i.	s.i.	15	2530

1980	novembro	281	396	232	272	1181	s.i.	s.i.	200	1381
1980	dezembro	247	358	203	309	1117	s.i.	s.i.	206	1323
1980										23175
1981	janeiro	260	342	109	188	899	s.i.	s.i.	167	1066
1981	fevereiro	194	235	96	134	659	s.i.	s.i.	114	773
1981	março	265	349	208	262	1084	s.i.	s.i.	239	1323
1981	abril	257	340	372	490	1459	s.i.	s.i.	423	1882
1981	maio	150	277	295	372	1094	s.i.	s.i.	558	1652
1981	junho	177	226	250	238	891	s.i.	s.i.	664	1555
1981	julho	393	479	508	568	1948	s.i.	s.i.	38	1986
1981	agosto	417	601	1150	1478	3646	s.i.	s.i.	334	3980
1981	setembro	563	805	589	762	2719	s.i.	s.i.	27	2746
1981	outubro	361	522	353	416	1652	s.i.	s.i.	110	1762
1981	novembro	237	340	191	212	980	s.i.	s.i.	410	1390
1981	dezembro	236	318	101	120	775	s.i.	s.i.	167	942
										21057

Em 1971, de 16 de agosto até final do ano, visitaram o PNA 9.537 visitantes, número que aumentou significativamente para 19.367 no ano seguinte, baixando contudo em 1973 para um total de 13.816 entradas. No ano de 1974, devido à Revolução de Abril e período consequente, a afluência do público baixou um pouco, contudo sem particular expressão, fixando-se em 12.910 visitantes. Todavia, verificando os números mensais, constatamos que nos três últimos meses de 1974 houve uma quebra acentuada de visitantes, que se manteve durante todo o ano de 1975, que foi o que apresentou, em todo o período analisado, os piores resultados, atingindo apenas um total final de 6.201 visitantes. Nos primeiros sete meses de 1976 a frequência de visitantes manteve-se fraca, tendência que começou a ser contrariada a partir de agosto, chegando-se ao final do ano com um total de 10.359 visitas contabilizadas.

Podemos tentar entender estes números tendo em conta a situação de instabilidade política do país, marcada por acontecimentos como a repressão à manifestação da denominada Maioria Silenciosa, no final de setembro de 1974, as diversas convulsões ao longo do ano de 1975 (Verão Quente e a tentativa de golpe militar de 25 de novembro) e da primeira metade de 1976. Os valores de visitantes viriam a aumentar somente depois da tomada de posse do I Governo Constitucional, em julho de 1976, refletindo de algum modo a melhoria na estabilidade política e social em Portugal. De facto, nos anos seguintes o número de entradas no PNA foi crescendo: 14.838, em 1977; 17.598, em 1978; e 28.788, em 1979. Depois do melhor resultado, atingido em 1979, os resultados voltariam a sofrer um decréscimo, sendo contabilizados 23.175 visitantes em 1980 e 21.057 no ano seguinte.

Durante o período em que Ayres de Carvalho esteve à frente do Palácio Nacional da Ajuda foram vários os pedidos de autorização para visitas especiais, ora

para visitar partes do palácio fechados ao público, como a caixa-forte ou o andar nobre, ora para visitar gratuitamente os espaços abertos à visita. No arquivo do PNA existem ainda alguns cartões de autorização de visita datados de 1968 a 1981, em tudo semelhantes aos utilizados entre 1938 e 1968, emitidos a diversas personalidades (nacionais e estrangeiras). Existem também ofícios vários, com pedidos e autorizações relativos a diferentes instituições.

Devido ao volume das solicitações, em 1975 a tutela determinou que a autorização aos vários pedidos de visita gratuita a espaços do PNA ficaria sob responsabilidade do primeiro conservador do Palácios e Monumentos Nacionais, Ayres de Carvalho¹⁹⁵⁵. Este viria a autorizar visitas gratuitas a diversas personalidades, individuais e coletivas: escolas, universidades, unidades militares e policiais, organismos públicos, corpo diplomático, grupos e associações desportivos e culturais, sindicatos e associações profissionais, paróquias e grupos religiosos, centros de dia e lares, colónias de férias, congressos nacionais e internacionais realizados em Portugal, etc. Dos pedidos individuais formulados, verificámos a existência de solicitações de algumas personalidades ligadas diretamente à realidade museológica internacional, tais como a historiadora da arte Yvonne Hackenbroch¹⁹⁵⁶, que visitou o PNA em junho de 1966; a museóloga Regina Real¹⁹⁵⁷, que visitou Lisboa em julho de 1968; ou o historiador e paleógrafo Daniel Alcouffe¹⁹⁵⁸, que esteve na Ajuda em novembro de 1975.

Para além destas visitas gratuitas, foi determinado pela tutela a entrada gratuita nos Palácios Nacionais no denominado Dia do Turista, comemorado no dia 20 de abril,

¹⁹⁵⁵ Ofício da Repartição do Património da DGFP, de 26 de maio de 1975, dirigido ao primeiro conservador dos Palácios e Monumentos Nacionais. APNA, Pastas por classificar, Pasta 4, Bloco 1, fólio 248.

¹⁹⁵⁶ Yvonne Hackenbroch (1912-2012). Historiadora de Arte norte-americana, nascida na Alemanha. Estudou História da Arte na Universidade de Munique, onde se doutorou em 1936. Devido ao regime Nacional-Socialista, exilou-se no Reino Unido, vindo a trabalhar no British Museum. Trabalhou também durante três anos na organização e estudo da Lee Collection, no Canadá, vindo mais tarde a fixar-se nos Estados Unidos da América, onde trabalhou como conservadora no Metropolitan Museum of Art, de Nova Iorque. Especialista em joalharia renascentista, de todos os seus trabalhos publicados destaca-se *Renaissance Jewellery*, de 1979. “Hackenbroch, Yvonne”. Acedido em 26 de agosto de 2015 em URL: <https://dictionaryofarthistorians.org/hackenbrochy.htm>.

¹⁹⁵⁷ Regina Real (1901-1969). Formada com o curso de museus do Museu Histórico Nacional (1936-1937), iniciou a sua carreira no Museu Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro. Em 1955 ingressou no Museu Casa de Rui Barbosa, também na cidade do Rio de Janeiro. CRUZ, Henrique de Vasconcelos, “Cuidando de uma casa: Regina Monteiro Real na Casa de Rui Barbosa”, in, *I Encontro Luso-Brasileiro de Museus Casas*, 2010, pp. 95-103.

¹⁹⁵⁸ Daniel Alcouffe (n. 1939). Arquivista-paleógrafo, historiador de arte e conservador, formado pela École Nationale des Chartes e pela École du Louvre. Conservador no Département des Objects d’art do Museu do Louvre. APNA, Pastas por classificar, Pasta 19, Bloco 6, fólhos 19-20.

entre os anos de 1966 e 1979; depois desse ano, as visitas seriam franqueadas gratuitamente no Dia Internacional dos Museus, no dia 18 de maio¹⁹⁵⁹. Eram ainda autorizadas entradas não gratificadas a todos os menores de 12 anos e aos grupos escolares devidamente acompanhados por professor¹⁹⁶⁰.

O número de visitantes do PNA, considerado baixo, sempre foi entendido pela tutela como o resultado da falta de divulgação. Por outro lado, esta reconhecia os constrangimentos que o PNA tinha devido à sua outra função, o Protocolo de Estado, que obrigava periodicamente a encerramentos temporários¹⁹⁶¹. Para além destes aspetos, outros acontecimentos levaram a uma redução do número de visitantes, como a Cimeira da NATO, que obrigou ao fecho do palácio durante vários meses, e o incêndio de setembro de 1974.

Segundo uma opinião pública mais geral, expressada nos jornais, a pouca procura do PNA por parte dos visitantes devia-se essencialmente “à ignorância das agências de viagens e até de organismos oficiais, os quais ... não sabem (!) que o palácio já está aberto ao público”, pois considerava-se que “o que acontece aqui é não ter o Palácio da Ajuda sido incluído nos roteiros.”¹⁹⁶² Estas palavras, datadas de 1969, decerto relacionam-se com o facto de não ter sido feita uma inauguração formal da abertura regular do PNA ao público, uma vez que este processo era considerado pela tutela como apenas experimental.

A tutela e o conservador do PNA procuraram em diversos momentos investir na divulgação, procurando

*“ir ao encontro, com uma propaganda eficiente e digna, do desenvolvimento turístico dos palácios, e monumentos nacionais, tornando-os conhecidos e visitados não só por estrangeiros mas sobretudo por nacionais”*¹⁹⁶³.

Essencialmente através de jornais, Ayres de Carvalho procurou dar a conhecer o PNA a um público mais vasto, recorrendo também à televisão, nomeadamente através

¹⁹⁵⁹ APNA, Pastas por classificar, Pasta 6, Bloco 1.

¹⁹⁶⁰ Ofício de 2 de setembro de 1977. APNA, Pastas por classificar, Pasta 15, Bloco 6, fólio 37.

¹⁹⁶¹ A título de exemplo referimos que o encerramento do PNA, por ocasião da visita de S. A. o Duque de Edimburgo, do Reino Unido, ocorreu entre 1 e 12 de junho de 1973. Ofício do conservador do PNA, de 28 de maio de 1973, dirigido ao chefe da Repartição do Património da DGFP. APNA; Pastas por classificar, Pasta 18, Bloco 7, fólio 226.

¹⁹⁶² NUNES, Luís d'Oliveira, “O Palácio da Ajuda está quase reconstruído”, in, *A Capital*, n.º 518, 1 de agosto de 1969, pp. 1 e 16.

¹⁹⁶³ Ofício do conservador do PNA, de 13 de outubro de 1973, dirigido ao chefe da Repartição do Património. Pastas por classificar, Pasta 18, Bloco 7, fólio 87.

do programa “Sabe?”, de Rui Ferrão, da RTP 2, que transmitiu dois episódios dedicados ao palácio: o primeiro, emitido no dia 5 de novembro de 1973, abordou os exteriores, a Real Barraca e os diversos projetos do edifício, o Jardim Botânico, a Torre do Relógio e as salas do andar nobre; o segundo, transmitido no dia 3 de dezembro do mesmo ano, foi dedicado ao “palácio-museu”, ou seja, às salas visitadas pelo público¹⁹⁶⁴.

Ainda com o intuito de divulgar o palácio, Ayres de Carvalho, pediu à tutela autorização para ofertar alguns dos livros à venda no PNA a alguns convidados e visitantes ilustres, como gesto de simpatia e com o objetivo de difundir informações acerca do palácio de que era responsável. Foram então ofertadas algumas publicações a diversas entidades: Presidente da República, Ministros e Secretários de Estado, Embaixadores, delegados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN-NATO), entre outras¹⁹⁶⁵.

As principais publicações dedicadas à história do edifício e das coleções do Palácio Nacional da Ajuda eram, em 1964, as seguintes: *O Palácio Nacional da Ajuda (Resenha Histórica)*, de Gustavo de Matos Sequeira, de 1961 (40\$00); *Palácio Nacional da Ajuda, Roteiro*, de Manuel Carlos de Almeida Zagalo, de 1961 (80\$00); *Catálogo das Jóias e Pratas da Coroa*, de José Rosas, de 1954 (100\$00). Todas estas edições encontravam-se à venda no próprio palácio. O último *Catálogo das Jóias e Pratas da Coroa* foi vendido em agosto de 1975 e o último exemplar do *Roteiro*, da autoria do anterior conservador do PNA, foi vendido em março de 1979. O livro de Matos Sequeira manteve-se à venda durante mais anos, vindo o seu preço a ser aumentado para 200\$00 em 1981¹⁹⁶⁶.

Possivelmente devido à existência dos trabalhos acima mencionados, a tutela e o conservador do PNA não terão sentido a necessidade de conceber novas publicações monográficas acerca deste edifício. Contudo, em 1972, a Secretaria de Estado da Informação e Turismo, publicou uma obra organizada pelo arquiteto Raul Lino, na qual

¹⁹⁶⁴ APNA, Capilhas soltas, Bloco 47, fólio 12. APNA; Pastas por classificar, Pasta 18, Bloco 7, fólio 87.

¹⁹⁶⁵ APNA, Pastas por classificar, Pasta 11, Bloco 1.

¹⁹⁶⁶ *Idem*.

Para além das publicações referidas eram também vendidos no PNA: postais ilustrados a 6\$00 cada um; carteiras desdobráveis de postais a 60\$00 e diapositivos a 15\$00 (preçário de janeiro de 1979). APNA, Pastas por classificar, Pasta 28, Bloco 3, fólio 232.

se reuniram dados acerca de vários palácios portugueses¹⁹⁶⁷. Os textos dedicados aos palácios de Mafra e da Ajuda foram redigidos por Ayres de Carvalho¹⁹⁶⁸. Desta obra foi também publicada uma separata unicamente com a informação acerca do PNA, que passou a ser uma fonte de divulgação deste monumento e das suas coleções. Esta publicação, bastante ilustrada, apresentava agora aos leitores imagens a cores dos interiores do edifício¹⁹⁶⁹, já com as reformulações levadas a cabo por Ayres de Carvalho.

Não obstante, pensamos que a divulgação do PNA ter-se-á feito mais por via indireta, do que a partir dos próprios serviços do palácio e da sua tutela. Este tipo de difusão, ainda que não fosse o mais correto e atualizado era feito através dos principais guias de viagens, nacionais e estrangeiros, que foram sendo publicados.

Em língua francesa, neste período, o guia de referência foi o *Portugal, Madère, Açores*, da coleção *Guide Bleu*¹⁹⁷⁰, da autoria de Magdelaine Parisot, que teve diversas edições, sendo a primeira de 1953. Neste guia, em que é mencionada ainda a necessidade de se obter uma autorização especial para se aceder ao interior do palácio, é apresentada uma lista das principais salas que definiam o percurso de visita, sendo também destacados alguns dos objetos expostos.

“Le Paço da Ajuda (Pl. B 4), ancien palais royal, résidence du roi D. Luis et de la reine douairière, D. Maria Pia de Savoie, commencé sous João VI en 1802, est resté inachevé. C’est là que fut jurée, par D. Miguel, la Charte constitutionnelle, et qu’il fut ensuite proclamé roi absolu en 1828 (visite de 10h à 17h).

VESTIBULE orné de 48 grandes statues. – les salons, avec peintures allégoriques aux plafonds et aux dessus de portes, qui ont gardé leur belle décoration, servent toujours aux receptions officielles.

SALLE DES GARDES: collection d’armes et d’armures. – Dans la SALLE suivante: quatre tapisseries de Bruxelles: «Le Triomphe des Dieux». – SALLE D’ATTENTE: tapisserie d’après les cartons de Goya; surtout de table de

¹⁹⁶⁷ Palácio Nacional de Sintra; Palácio de D. Manuel, em Évora; Paço dos Duques, em Guimarães; Palácio Ducal de Vila Viçosa; Palácio Nacional de Mafra; Palácio Nacional de Queluz; Palácio Nacional da Ajuda e Palácio Nacional da Pena.

¹⁹⁶⁸ *Palácios Portugueses*, 1972. Esta publicação teve outras edições, sendo a 4.^a já em 1982.

¹⁹⁶⁹ As imagens publicadas são da autoria de Emanuel Santos de Almeida, a quem foi dada autorização para fotografar o PNA em julho de 1971. APNA; Pastas por classificar, Pasta 18, Bloco 5, fólio 2.

¹⁹⁷⁰ PARISOT, Magdelaine, *Guide Bleu, Portugal, Madère, Açores*, 1973.

Thomire. – *SALLE DU BAISEMAIN*: tapisserie d' Aubusson: «*Histoire d'Alexandre*»; meubles, potiches, glaces. – *SALLE DE MUSIQUE*: portrait du roi João VI, par N. Delerive. – *CHAMBRE DE D. LUIS*: tapisserie de Bruxelles: «*Histoire d'Achile*». – *SALLE DE RÉCEPTION*: plusieurs portraits de souverains. – *PETIT SALON*: portrait du roi en officier de marine. – *SALLE DE MARBRE* (ancien jardin d'hiver), avec fontaine centrale. – *SALLE DE SAXE*: tous les meubles enjolivés de porcelaine de Saxe. – *SALON VERT*: tableau représentant le roi, la reine et leurs fils, par Leroux; tableaux divers représentant la famille royale. – *SALON ROSE*. – *CHAMBRE A COUCHER* de la reine D. Maria Pia. – *BOUDOIR* et *SALLE DE BAINS* de la reine. Dans la salle suivante, collection d'argenterie (1 120 pièces de Germain), cristal de bohême, orfèvrerie religieuse. Dans les autres salles, costumes, reliques et souvenirs du roi (manteau de cour), bijoux, aquarelles, décoration, berceaux de D. Afonso et de D. Carlos, etc. La visite se termine par la *CHAPELLE*.

Le premier étage (on ne visite pas) comprend de magnifiques salons.

La bibliothèque, réunie par le marquis de Pombal, s'est enrichie des dépouilles de couvents sécularisés: précieux manuscrits enluminés, recueils de documents diplomatiques, collection de musique profane et sacrée, environ 300 incunables, etc.

*Sur l'autre côté de la cour, on peut visiter la SALLE DES CARROSSES: calèche dans laquelle fut tué le roi D. Carlos en 1908; carrosses du marquis de Tavora, de D. Pedro V, de D. Luis, etc.; chaise à porteur, velocypède de D. Carlos, etc.*¹⁹⁷¹

Este guia foi tendo diferentes edições, mantendo-se contudo esta mesma informação, sem quaisquer modificações.

Nos vários guias em língua inglesa, a informação disponibilizada era mais reduzida e por vezes até algo imprecisa, ou apresentando alguns erros. A título de exemplo, apenas transcrevemos as informações de alguns desses roteiros.

“The calçada da Ajuda runs up the east side of the palace and leads to the grandiose palace of Ajuda which was built to the order of D. João VI early in the 19th century although not more than one-third of it was completed. The Sala

¹⁹⁷¹ PARISOT, Magdelaine, *Guide Bleu, Portugal, Madère, Açores*, 1973, pp. 218-219.

de Beija-mãos (Hand-kissing Room) where the sovereign used to hold his levees and the Sala de marmores decorated with marble are on the ground floor; and on the first floor is the Sala de Tocha with paintings on the walls and ceiling by Taborda representing the acclamation of D. João VI. Just to the north of the palace lies the wooded park known as the Tapada da Ajuda which covers the southern slopes of Monsanto."¹⁹⁷²

"Ajuda Palace – former royal palace at Ajuda above Belem, begun in 1802 and still partially unfinished. Some good tapestries including a set based on Goya cartoons, nineteenth-century furnishings, and in the coach house two penny farthings and the landau in which Carlos I and his son were assassinated. Open 10-5. Closed Mondays and Public Holidays."¹⁹⁷³

"Ajuda Palace, above Belém. Begun at the beginning of the last century, still unfinished. Tapestries based on Goya cartoons, sculptures, a couple of penny farthings, and 19th Century furnishings. The library has a large collection of books and precious manuscripts. (Open 10 a.m. to 5 p.m. except Mondays and Public Holidays)."¹⁹⁷⁴

"And just beyond is the huge palace of Ajuda, still partly unfinished as on the day young King Manuel abdicated there in 1910. Its state rooms are used for official receptions and its library contains an outstanding collection of manuscripts and incunabula."¹⁹⁷⁵

Para Ayres de Carvalho, "a *Museologia moderna é matéria científica que todo o Conservador consciente e amante da sua profissão não deve ignorar, encarando-a como uma especialização dos seus estudos básicos*"¹⁹⁷⁶, defendendo assim o próprio empenhamento no cargo que detinha.

"Os últimos anos da minha actuação no Palácio da Ajuda foram vividos intensamente, pois partindo de um inventário monumental que abrange mais de 50.000 espécies até à sistemática selecção e arrumação das imensas reservas,

¹⁹⁷² CLYNE, Douglas, *Your Guide to Portugal*, 1965, pp. 213-214.

¹⁹⁷³ BRADFORD, Sarah, *Portugal and Madeira. A Guide and Gazetteer*, 1969, p. 56.

¹⁹⁷⁴ GRAHAM, Gordon M., ISRAEL, Alec, *The Complete Guide to Portugal*, 1972, p. 47.

¹⁹⁷⁵ *Fodor's Portugal* 1974, 1974, p. 132.

¹⁹⁷⁶ CARVALHO, Ayres de, Documento não datado, mas que parece ser um discurso de despedida aquando da sua reforma em 1981, in, *Dossier Ayres de Carvalho*, Biblioteca Municipal de Mafra.

*assim se conseguiu com lógica e segurança propor que as suas salas fossem abertas ao público e apreciados no seu ambiente alguns dos valores incalculáveis do nosso património histórico e artístico.”*¹⁹⁷⁷

O primeiro conservador dos Palácios e Monumentos Nacionais, depois de vários anos de trabalho nos Palácios Nacionais, considerava que estes edifícios eram,

*“Museus de feição artística e histórica, tradicional e decorativa, tantas vezes postos ao serviço da Nação para recepções e cerimónias oferecidas em honra de Chefes de Estado estrangeiros, bem os podemos intitular de «Museus ambientais», e que, em determinadas condições poderão vir a ficar na vanguarda de qualquer outro Museu de feição utilitária e cultural.”*¹⁹⁷⁸

Ayres de Carvalho apresentava, deste modo, um conceito de “Museus ambientais” ligado aos Palácios Nacionais¹⁹⁷⁹. Para ele, o conjunto do espaço, da decoração arquitetónica e dos objetos expostos, permitia a transmissão de uma ambiência histórica intimista que deveria atrair o público a usufruir o espaço visitado. A valorização da autenticidade existente terá sido, pois, a principal linha de ação, quer da tutela, quer de Ayres de Carvalho, na sua gestão do Palácio Nacional da Ajuda, o que viria a contribuir de maneira incontornável para a afirmação deste antigo paço real como espaço museológico, como “Palácio-Museu”.

¹⁹⁷⁷ CARVALHO, Ayres de, Documento não datado, mas que parece ser um discurso de despedida aquando da sua reforma em 1981, in, *Dossier Ayres de Carvalho*, Biblioteca Municipal de Mafra.

¹⁹⁷⁸ *Idem.*

¹⁹⁷⁹ Esta ideia de “museu ambiental”, aplicada quer aos museus, quer aos palácios, foi muito comum no contexto da museologia europeia na transição do século XIX para o século XX (*salles d’époque* em França; *period rooms* em Inglaterra; *Stimmungsräume* na Alemanha). Em Portugal, José de Figueiredo foi um dos seus apologistas. (José de Figueiredo [entrevista], “O Museu das Janellas Verdes”, in, *O Século*, 26 de julho de 1911). Sobre este conceito e a sua contextualização internacional e nacional no início do século XX, ver BAIÃO, Joana, José de Figueiredo (1871-1937). Ação e contributos no panorama historiográfico, museológico e patrimonialista em Portugal, 2014 (texto policopiado).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O interesse pelo tema que propusemos desenvolver neste trabalho teve, na sua génese, a nossa participação no projeto de investigação “Fontes para a História dos Museus de Arte em Portugal”, no qual *desempenhámos* tarefas de organização e descrição arquivística de um importante núcleo documental pertencente ao Palácio Nacional da Ajuda. Como consequência devemos assumir que o próprio Arquivo do Palácio Nacional da Ajuda, com todas as suas características e estrutura, acabou por influenciar todo o processo de investigação e a organização e apresentação desta tese de Doutoramento.

Trabalhando exaustivamente o conteúdo relativo ao âmbito cronológico 1910-1981 deste arquivo – que está em reformulação e cuja organização não é sistemática, fruto de trabalhos de organização arquivística diferentes e interrompidos –, procurámos realizar bases de dados de trabalho que permitissem verificar e agrupar os documentos e as temáticas existentes. Apesar de não terem sido reunidas todas as condições para prosseguir com uma descrição arquivística coerente e afinada, devido à ausência de um arquivista na orgânica do PNA, e por nós próprios sermos externos a essa realidade, conseguimos entender a documentação existente, verificando no entanto algumas lacunas. Reunindo virtualmente a documentação dispersa, intrincada por diferentes organizações e reorganizações, sentimos desde logo a necessidade de identificar e entender quem foram os principais produtores dos documentos, tarefa essencial para a compreensão da evolução dos enquadramentos tutelares e administrativos dos Palácios Nacionais e do Palácio Nacional da Ajuda em particular, a partir de 1910.

Apresentando diversos dados, complementares mas essenciais para a análise do tema estudado, e assumindo a opção de colocar várias citações e excertos documentais ao longo do texto – pois queríamos evitar quebras na leitura global, remetendo para anexos –, sabemos que corremos o risco de apresentar, em algumas partes desta tese, textos mais descritivos do que analíticos. Contudo, defendemos as nossas escolhas pelo carácter inédito de identificação e análise das fontes primárias referenciadas e pela ausência de outros trabalhos que fixem os dados apresentados.

Com um grande volume de páginas escritas, com um elenco factual minucioso, e com análises que poderemos considerar referenciais para a compreensão da história do

Palácio Nacional da Ajuda após o final da Monarquia, e do seu processo de afirmação como museu, a presente tese de Doutoramento levou-nos a várias considerações gerais, elencadas nas linhas seguintes.

Tutela e administração – Organismos e personalidades

A mudança de regime em Portugal, em outubro de 1910, implicou o banimento da Família Real portuguesa, causando entre outras consequências uma mudança forçada nas funções dos Paços Reais. Depois da inventariação total dos bens existentes, com vista à aferição da sua propriedade, a nova ordem política republicana procurou atribuir novas funções às diversas propriedades imóveis, entre as quais, os antigos palácios reais. Notavelmente, a grande maioria transformar-se-ia em edifícios abertos à visita do público, evoluindo nas décadas seguintes para estruturas muito próximas das museológicas. Para uma compreensão desta realidade, considerámos necessário fixar os principais dados acerca das estruturas tutelares dos Palácios Nacionais, com o objetivo de compreender as particularidades do Palácio Nacional da Ajuda ao longo do seu processo de transformação em museu.

As novas autoridades republicanas criaram, a 21 de outubro de 1910, a Superintendência Geral dos Paços Reais, dependente do Ministério das Finanças. Entre as suas atribuições, este organismo tinha como função resolver as questões relacionadas com a propriedade dos bens móveis existentes nos antigos palácios reais, bem como definir as novas utilizações dos espaços imóveis (palácios e propriedades a eles afetas).

O processo de inventariação dos palácios foi feito pela Comissão de Arrolamento dos Paços Reais, cujos trabalhos foram sobretudo focados no Paço Real das Necessidades, até à data residência do Rei D. Manuel II e onde a República portuguesa viria a instalar o Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 1916. Os restantes palácios foram igualmente arrolados e de maneira progressiva foram sendo transformados em espaços abertos ao público, ou cedidos parcialmente para instalação de serviços (Escola prática de pomicultura, horticultura e jardinagem em Queluz, Câmara Municipal em Mafra).

A abertura dos palácios à visita do público enquadra-se num processo que poderemos designar por *patrimonialização*¹⁹⁸⁰: devido à sua mudança de funções estes imóveis, com os objetos neles existentes, transformaram-se em locais preservados, facto que marcou decisivamente o entendimento que a partir de então passou a existir acerca desta tipologia de monumentos. Contudo, não foram desde logo desenvolvidos todos os critérios inerentes ao processo museológico, e apenas nas décadas seguintes os Palácios Nacionais foram progressiva e sistematicamente ganhando todas as suas valências museológicas atualmente aceites¹⁹⁸¹.

Após a extinção da Superintendência Geral dos Paços Reais em 24 de junho de 1912, os Palácios Nacionais mantiveram-se sob a tutela do Ministério das Finanças, dentro da estrutura da Direção Geral da Fazenda Pública. O único interregno nesta tutela ocorreu no período entre finais de 1924 e meados de 1926, em que foi tentada legislativamente a passagem destes imóveis para o Ministério da Instrução Pública. Na prática essa intenção não foi conseguida, sendo a decisão revertida. Integrada no Ministério das Finanças, a gestão dos Palácios Nacionais acabou por estar ligada às intenções e decisões do grupo de personalidades envolvidas na estrutura deste organismo. Ao longo do trabalho destacamos algumas dessas personalidades e a sua ação, nomeadamente os vários diretores gerais da Fazenda Pública: Manuel Maria Augusto da Silva Bruschy (1911-1919), António Maria Eurico Alberto Fiel Xavier (1919-1933), António José Malheiro (1933), António Luís Gomes (1933-1959), António Cândido Mouteira Guerreiro (1959-1974), José Pedro Pereira Monteiro Fernandes (1974-1976); bem como alguns chefes da Repartição do Património e chefes da Secção dos Palácios Nacionais, com destaque para Custódio José Vieira (1916-1934).

Com a extinção da Direção Geral da Fazenda Pública em 1976, ficaram os Palácios Nacionais dependentes da Direção Geral do Património (do Património do Estado, a partir de 1979), mantendo-se à sua frente José Pedro Pereira Monteiro

¹⁹⁸⁰ “*La patrimonialisation participe du processus de muséalisation, mais ne l’englobe pas totalement: tout ce qui est muséalisé est patrimonialisé, mais tout ce qui est patrimonialisé n’est pas muséalisé et le réflexe patrimonial (sauver ce que nous considérons comme du patrimoine des risques de la destruction) diffère du réflexe muséal (connaître et transmettre).*” MAIRESSE, François, “Muséalisation”, in, DESVALLÉES, André, MAIRESSE, François (dir.), *Dictionnaire encyclopédique de muséologie*, 2011, p. 254.

¹⁹⁸¹ Segundo o artigo 7.º da Lei-Quadro dos Museus Portugueses as funções museológicas são: Estudo e investigação, Incorporação, Inventário e documentação, Conservação, Segurança, Interpretação e exposição e Educação. Lei n.º 47/2004, de 19 de agosto, *Diário da República*, n.º 195, 19 de agosto de 2004.

Fernandes (1976-1980), personalidade ligada à estrutura administrativa do Património desde 1949.

Apenas em março de 1980 os Palácios Nacionais deixaram de estar sob a tutela do Ministério das Finanças, transitando para o recém-criado Instituto Português do Património Cultural (IPPC), dependente da Secretaria de Estado da Cultura. Sendo o IPPC o resultado de uma política de concentração de organismos e dependências anteriormente existentes, foi decidida a permanência de separação dos Palácios dos restantes museus tutelados. Os primeiros eram administrados pela Divisão de Palácios e Fundações e os segundos pela Divisão de Museus. Ou seja, depois de décadas de administração separada, e mesmo em contexto de centralização de tutelas, os Palácios Nacionais e os Museus continuaram a ser entendidos como instituições diferentes.

Toda a administração dos antigos paços reais se pautou por políticas concertadas entre os decisores políticos e determinados grupos técnicos, de especialistas e de pressão (Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Conselho Superior dos Monumentos Nacionais, Conselho do Património Artístico, Conselhos de Arte e Arqueologia, Junta Nacional de Educação, Academia Nacional de Belas Artes, entre outros), mas também pela ação das personalidades diretamente envolvidas nestas estruturas tutelares. E foram diversos os momentos em que os diversos organismos tiveram oportunidade de intervir nestas estruturas patrimoniais, deixando a sua marca. A intervenção no Palácio Nacional de Queluz depois do incêndio de outubro de 1934, a intervenção no Palácio Nacional de Sintra a partir de 1936 e a reconstrução do Paço dos Duques de Bragança em Guimarães, cuja inauguração aconteceu a 1959 e cuja tutela ficou atribuída à mesma estrutura dos restantes Palácios Nacionais, entre outras, são exemplos que provam essa influência direta da tutela burocrática da Direção Geral da Fazenda Pública, do Ministério das Finanças.

Usualmente os Palácios Nacionais têm sido observados do ponto de vista das campanhas de obras e outros arranjos levados a cabo pela DGEMN, bem como pela ação do arquiteto Raul Lino enquanto Superintendente Artístico dos Palácios Nacionais (1939-1974). No entanto, consideramos que a DGFP, durante o seu período de tutela, partilhou responsabilidades em diversas decisões administrativas que permitiram a salvaguarda e a valorização dos estilos construtivos e decorativos dos Palácios Nacionais, permitindo a sua apresentação aos visitantes como dioramas cronológicos e contribuindo para a consolidação de uma determinada imagem dos Palácios Nacionais

no panorama patrimonial e museológico português – assim foram apresentados: Palácio Nacional de Sintra, quinhentista; Palácio Nacional de Mafra, primeira metade do século XVIII; Palácio Nacional de Queluz, segunda metade do século XVIII; Palácio Nacional da Ajuda, oitocentista; e Palácio Nacional da Pena, segunda metade do século XIX.

Ao longo do século XX houve um progressivo enquadramento dos Palácios Nacionais portugueses nas questões museológicas nacionais, sobretudo ao nível das práticas. É dentro desta movimentação que os administradores dos palácios passaram a ser designados por conservadores, destacando-se ainda o facto de, quando em 1938 foi necessário nomear conservadores para alguns destes imóveis, terem sido escolhidas para estes cargos as primeiras personalidades a concluir o primeiro curso de conservador do Museu Nacional de Arte Antiga, para os Palácios Nacionais de Mafra e da Ajuda, o que por si só denota o aumento das preocupações pelo devido acompanhamento museológico dos edifícios e coleções aí existentes.

No conjunto dos antigos paços reais, o Paço Real da Ajuda, edifício principal da representação do poder monárquico constitucional e residência de duas gerações da dinastia de Bragança, apresenta-se como caso paradigmático para a análise da evolução desta tipologia de palácios durante o período republicano português. Para tal desenharam-se aspetos peculiares que permitiram antever a sua singularidade e que no presente trabalho procurámos fixar, através da análise daqueles que definimos como os três períodos-chave da vida do Palácio Nacional da Ajuda entre 1910 e 1981: 1910-1938 (administração de Armando Porfírio Rodrigues); 1938-1964 (direção de Manuel Carlos de Almeida Zagalo); 1964-1981 (direção de Armindo Ayres de Carvalho).

Após a implantação da república em Portugal, uma das primeiras alterações na vida administrativa do agora denominado Palácio Nacional da Ajuda prendeu-se com o redesenho da sua área de influência e do seu espaço geográfico. Outrora definido pelo conjunto Palácio-Jardim-Tapada, o PNA passava agora a ser equacionado apenas na sua vertente de edifício-palácio, ainda que tenha mantido a administração de todo um conjunto de propriedades rurais e urbanas nas imediações. Perdendo as responsabilidades administrativas do Jardim Botânico da Ajuda em dezembro de 1910, o PNA deixaria também, em março de 1911, de gerir a Biblioteca da Ajuda, começando deste modo a integrar no mesmo espaço edificado diferentes tutelas.

Durante o período de trabalhos de arrolamento dos bens do PNA, a figura do juiz João Taborda de Magalhães destacou-se pelo modo único e peculiar que dirigiu o processo, sendo este o único arrolamento, no universo dos antigos paços reais, que foi intencionalmente demorado ao longo de alguns anos, com uma descrição mais elaborada e com preocupações de salvaguarda, conservação e até mesmo restauro de alguns dos objetos existentes. A própria nomeação do juiz terá sido algo estranha, pois era um monárquico, conhecedor de arte e com alguns trabalhos de restauro executados em objetos existentes nos palácios reais, o que o aproximava da Casa Real.

Se durante o período 1910-1914 quem de facto assumiu as principais responsabilidades no Palácio na Ajuda foi o juiz arrolador, a partir de então o principal protagonista foi Custódio José Vieira, que foi nomeado fiel depositário dos bens arrolados logo em 1912. Esta personalidade, que viria a assumir o cargo de chefe da Secção dos Palácios Nacionais em 1916, praticamente substituiu o juiz na gestão dos espaços e acervo do PNA a partir de 1914. Este peso na administração e gestão do PNA, primeiro do juiz e depois do fiel depositário, retiraram importância ao verdadeiro administrador deste imóvel, Armando Porfírio Rodrigues.

Rodrigues, enfermeiro, carbonário, revolucionário republicano, em janeiro de 1911 foi nomeado almoxarife do Palácio Nacional da Ajuda como forma de reconhecimento pela sua ação na revolução de outubro de 1910. O cargo de almoxarife, depois designado por administrador do PNA, foi durante os primeiros anos um lugar essencialmente de gestão de parte do edifício, dos seus funcionários e da administração de diversas propriedades do Estado na área da Ajuda e de Belém. O processo de Arrolamento do PNA, com momentos de conflito aberto entre Rodrigues e o juiz arrolador, e depois pela sua extensão temporal (até 1924), fez com que o administrador do PNA não conseguisse ser o responsável pela totalidade do edifício, que se manteve sob responsabilidade de Custódio José Vieira, fiel depositário dos bens arrolados no Palácio Nacional da Ajuda e chefe da Secção dos Palácios Nacionais da Repartição do Património da Direção Geral da Fazenda Pública.

Apesar das suas ligações a sectores republicanos radicais, de ter sido alvo de uma sindicância externa para averiguação dos seus atos e, até, de ter sido preso em diversos momentos (1913 e 1917), Armando Porfírio Rodrigues manteve-se no cargo de administrador do PNA durante toda a instável 1.^a República. O período da Ditadura

Nacional, terá sido mais calmo para Rodrigues, mas ainda assim passaria pela prisão em 1932, no entanto mais uma vez sem consequências ao nível da sua situação profissional.

A partir de 1933, por revisão legislativa, Rodrigues passou a ser considerado “conservador” do Palácio Nacional da Ajuda. Com a morte de Custódio José Vieira, em 1934 (claviculario do PNA e da casa-forte do Palácio Nacional das Necessidades desde 1924 e chefe da Secção dos Palácios Nacionais desde 1916), Rodrigues procurou enriquecer o seu papel de conservador, reivindicando mais autonomia, à semelhança do que sucedia nos restantes palácios nacionais. Nunca o conseguindo na totalidade, ainda assim foi ganhando algumas responsabilidades e atribuições na administração do PNA, mantendo-se no cargo até 1938.

Com a saída de Armando Porfírio Rodrigues do PNA em 1938, foi nomeado para o substituir Manuel Carlos de Almeida Zagalo, que tinha concluído no Museu Nacional de Arte Antiga o Curso de Conservador de Museu – o que revela, agora, uma maior preocupação por parte da tutela com a formação do futuro administrador deste palácio.

Detentor do Curso Diplomático e Consular e o Curso Aduaneiro no Instituto Superior de Comércio de Lisboa e quadro do Ministério das Finanças (através do Serviço de Alfândegas), Zagalo imprimiria à sua administração uma postura e ação bastante diferente da do seu antecessor.

No PNA, Zagalo centrou-se na questão do ambiente total vivido no edifício, defendendo uma “suspensão” do tempo no local, dando-lhe “*uma ambiência que nos dê a ilusão de que realmente continua a estar habitado*”¹⁹⁸² e procurando organizar espaços e coleções com vista a uma futura abertura pública do palácio à visita, sempre prorrogada. Zagalo foi também responsável pela decoração das salas deste edifício aquando da realização de eventos protocolares, tarefa que desempenhou também no contexto da organização de eventos noutras instituições (decorações dos palácios de Queluz, Cascais, Vila Viçosa, Belém, Guimarães, etc.; e decoração de diversos gabinetes e outros espaços de serviços administrativos públicos, com destaque para as decorações das Embaixadas de Portugal em Haia e em Madrid). Podemos observar

¹⁹⁸² Relatório do Conservador do Palácio Nacional da Ajuda, de 21 de janeiro de 1947, dirigido à Repartição do Património da DGFP. APNA, Pastas Zagalo, Pasta 39, Relatórios vários.

também que, durante a sua direção no PNA, Manuel Carlos de Almeida Zagalo procurou manter-se atualizado nas questões da museografia e museologia, especialmente as relacionadas com os palácios, revelando-se atento aos exemplos no panorama internacional e chegando mesmo a visitar alguns palácios estrangeiros.

A aproximação de Zagalo ao mundo do património artístico, pelo menos de modo mais efetivo, terá começado com a sua inscrição no curso de conservadores e foi sendo consolidada durante as missões que levou a cabo na Ilha da Madeira por motivos profissionais, durante as quais fez trabalhos de estudo e inventariação do património artístico disperso por aquela ilha. Estes trabalhos, para além de lhe darem equivalência às sessões do curso de conservador a que não poderia assistir presencialmente, permitiu-lhe ser reconhecido e considerado entre os seus pares, sendo inclusivamente nomeado vogal correspondente do Conselho Superior de Belas Artes. Zagalo manter-se-ia sempre próximo da realidade patrimonial e museológica madeirense, colaborando na organização do Museu de Arte Sacra do Funchal, na sua divulgação e também na instalação do Museu Quinta das Cruzes.

Da ação desta personalidade em prol do património artístico português, destaque-se por fim o seu envolvimento com o Museu Municipal de Portalegre, ao qual chegou a doar diversos objetos da sua coleção pessoal¹⁹⁸³. Zagalo apresenta-se, pois, como uma personalidade rica cuja atividade patrimonial foi para além da desenvolvida enquanto conservador do PNA; os seus cuidados com o património histórico e artístico foram sempre uma constante, quer ligados à sua salvaguarda e divulgação, quer através de diversas ações com vista à criação de museus ou ao enriquecimento das suas coleções. Pelos seus interesses e reconhecimento público, Zagalo foi nomeado para diversas comissões e colaborou ativamente em diversas exposições, mostrando-se uma personagem rica e talvez incontornável no panorama patrimonial e museológico português de meados do século XX.

O afastamento de Manuel Carlos Zagalo do cargo de conservador do PNA, devido a uma doença física que o limitou, abriu espaço para a nomeação de Armindo

¹⁹⁸³ Como verificámos, Zagalo doou em 1965 vários objetos ao Museu Municipal de Portalegre, na sequência da sua reforma e da desocupação da sua casa de função na Ajuda. As peças doadas – mobiliário, cerâmica, pintura, escultura e arte sacra – foram expostas na denominada *Sala Cayola Zagalo*, desmantelada na última remodelação do Museu. O estudo deste espólio poderá contribuir para a análise da personalidade de Zagalo enquanto colecionador.

Ayres de Carvalho para aquele lugar, em setembro de 1964. Formado pela Escola Superior de Belas Artes de Lisboa, com obra pictórica reconhecida, Ayres de Carvalho aproximou-se do meio museológico após uma breve passagem pelo curso de conservadores de museus, palácios e monumentos, formação interrompida quando foi nomeado conservador do Palácio Nacional de Mafra, onde se manteve até ser chamado para a Ajuda.

Ayres de Carvalho foi uma personalidade mais próxima das questões artísticas no seu todo, enquanto artista, enquanto investigador e enquanto conservador. Foi também alguém com mais conhecimentos e experiência, adquiridos nos períodos em que foi bolseiro em França e Itália (no âmbito da sua formação artística) e, mais tarde, nas viagens realizadas através da bolsa que lhe foi concedida pelo Instituto para a Alta Cultura (1950 e 1951). Através do relatório desta bolsa verificamos o seu interesse pelos palácios e suas coleções, bem como por outros museus e edifícios históricos. Pessoa culta e viajada, no início da sua carreira museológica Ayres de Carvalho deixou a sua marca no Palácio Nacional de Mafra, valorizando diversos espaços, abrindo outros à visita, promovendo diversas campanhas de restauro e impulsionando a criação e organização do Museu de Escultura Comparada, inaugurado em fevereiro de 1964.

No cargo de conservador do Palácio Nacional da Ajuda, Ayres de Carvalho foi responsável pelo desenvolvimento e conclusão da inventariação dos objetos aí existentes, pela reorganização de diversos espaços e pela sua abertura ao público (em 1968 em modo experimental e em 1971, após a realização da Cimeira da NATO, de modo permanente).

Para além da direção do Palácio Nacional da Ajuda, Ayres de Carvalho assumiu um papel de destaque na orgânica da gestão dos palácios nacionais, sendo nomeado, a 22 de abril de 1974, 1.º conservador dos Palácios e Monumentos Nacionais. Deste modo, para além da direção do PNA, passou a ter a responsabilidade de superintender as atividades de alguns dos outros Palácios Nacionais (Queluz, Sintra e Mafra), numa situação de quase substituição do cargo de Superintendente Artístico dos Palácios Nacionais, ocupado por Raul Lino desde 1939. A sua ação neste cargo viria a ser marcada pela conceção destas instituições como verdadeiras entidades museológicas, uma vez que considerava os Palácios Nacionais como “Museus ambientais”: *“Sendo os Palácios Nacionais, Museus de feição artística, e histórica, tradicional e decorativa, [...] bem os podemos intitular de “Museus ambientais”, e que, em determinadas*

condições poderão vir a ficar na vanguarda de qualquer outro Museu de feição utilitária e cultural.”¹⁹⁸⁴

Fazendo um balanço do desenvolvimento tutelar e administrativo do PNA, e da ação das personalidades que ocuparam o cargo da sua direção entre 1910 e 1981 verificamos, então, o seguinte: Armando Porfírio Rodrigues foi escolhido para o cargo de administrador do PNA pela confiança política revolucionária que dava às novas autoridades republicanas saídas do 5 de outubro de 1910; Manuel Carlos de Almeida Cayola Zagalo foi nomeado conservador do PNA na sequência de uma nova atitude face a este equipamento, que merecia ter como seu responsável alguém com conhecimento e formação de modo a salvaguardar e valorizar quer o edifício quer as coleções aí existentes; e Armindo Ayres de Carvalho foi nomeado conservador do PNA numa altura em que era já inevitável a sua abertura ao público de modo permanente, pelo que a tutela optou por colocar neste cargo alguém já com a experiência de direção de um palácio nacional visitável.

Utilizações e funções – Protocolo de Estado

Depois de outubro de 1910 foram várias as propostas de utilização para o Palácio Nacional da Ajuda, sendo avançadas soluções tão diversas como a sua ocupação como universidade, como local para serviços públicos, para a instalação da Presidência da República e até para museu. Porém, na realidade os sucessivos governos republicanos não chegaram a tomar uma decisão concreta, escudando-se sempre na existência do processo de arrolamento, primeiramente efetivo até 1914, e depois por este ainda não ter sido levantado até 1924. Só então o governo de Álvaro Xavier de Castro tomou a decisão de regulamentar as futuras funções deste imóvel, determinando que a sua utilização seria meramente protocolar, dando “*carácter legal e definitivo a situações de facto consagradas pelo uso repetido do referido edifício para as grandes solenidades oficiais e acomodação pessoal de personalidades estrangeiras de elevada dignidade social*”¹⁹⁸⁵. Refira-se que, para além do atípico banquete de 19 de maio de 1911, em pleno período de arrolamento, oferecido aos participantes do IV Congresso Internacional de Turismo, o PNA era já, de facto, o palco de alguns eventos

¹⁹⁸⁴ CARVALHO, Ayres de, Documento não datado; parece ser um discurso de despedida aquando da sua reforma em 1981, in, *Dossier Ayres de Carvalho*, Biblioteca Municipal de Mafra.

¹⁹⁸⁵ Decreto n.º 9.342, de 7 de janeiro de 1924, *Diário do Governo*, n.º 4, de 7 de janeiro de 1924.

protocolares – tendo sido, por exemplo, o local escolhido e preparado para a acomodação dos Reis dos Belgas em 1920, que no entanto só passaram ali algumas horas, sem pernoitarem.

A partir de 1924, depois de algumas obras de manutenção e de valorização, o PNA recebeu diversos acontecimentos sociais, consolidando o seu lugar de principal edifício ligado ao Protocolo de Estado. Nas décadas seguintes foram nele organizadas diversas receções, banquetes e outras cerimónias, das quais a mais grandiosa terá sido o banquete e receção oferecidos à rainha de Inglaterra Isabel II, em fevereiro de 1957.

A utilização do PNA para a realização de eventos protocolares seria permanente durante todo o Estado Novo, decaindo durante os últimos anos de vigência deste regime, reflexo de um certo isolamento internacional e diplomático do país. Depois da revolução de abril de 1974 o PNA retomou uma agenda intensa de receções e banquetes, de acordo com o plano político de reconhecimento do novo regime democrático da 3.ª República.

Apesar de desde cedo ter sido assumida a função protocolar do Palácio Nacional da Ajuda, a discussão acerca de outras possíveis utilizações foi constante, amplificada com a iniciativa de conclusão do edifício, a partir de 1934, para o qual foi incumbido de apresentar projetos o arquiteto Raul Lino. Nos projetos então apresentados surgiram propostas para: espaços expositivos para as Carruagens e Jóias da Coroa (espaço que seria efetivamente construído e aberto ao público em 1954); Bibliotecas e Arquivos; espaços para receções e congressos; reservas do acervo do PNA e do “Garde-meuble” nacional; gabinetes de trabalho diversos e aposentos vários. No entanto, devido às dúvidas e incertezas constantes e às obras arrastadas no tempo, todas estas possibilidades de utilização foram sendo adiadas e, até abrir ao público como museu, oficialmente o Palácio manteria apenas as funções determinadas em 1924.

A utilização protocolar do PNA acabou por condicionar todas as suas outras utilizações e funções, levando ao adiamento da abertura do edifício ao público e condicionando também as campanhas de obras a realizar, quer fossem de manutenção ou referentes à conclusão do monumento. Contudo, verificámos também que, embora encerrado oficialmente ao público, foi instituído logo a partir de 1910-11 um sistema de visitas por marcação, dependentes da autorização superior da Direção Geral da Fazenda Pública. Este sistema esteve em vigor até agosto de 1968, quando este palácio foi aberto ao público de modo permanente mas ainda experimental.

Como já foi mencionado, a abertura definitiva do PNA ao público ocorreu apenas após a realização da Cimeira da NATO (que ocorreu entre 2 e 4 de junho de 1971), evento diplomático que marcaria profundamente o palácio, ao nível das suas futuras utilizações, funções e configuração. Os preparativos para a realização da cimeira foram de facto bastante marcantes, envolvendo a mudança de configuração do interior de diversas salas, remoção de objetos e colocação de outros, intervenções de conservação e restauro e adaptação de salas para espaços de reunião e para gabinetes de trabalho. Foram também criados, então, novos equipamentos: sala de conferências, estúdios de televisão e de rádio, salas para imprensa, cantinas e bares, posto de primeiros socorros e posto de correios, etc. Para além destas intervenções, foram também feitas outras no exterior do palácio, que implicaram alterações substanciais no aspecto da parte poente do edifício: foram demolidos alguns corpos edificados, de modo a alargar a Calçada da Ajuda e a criar um parque de estacionamento, tendo sido também intervencionado o exterior do corpo correspondente aos antigos aposentos do infante D. Afonso e a área envolvente do edifício.

Depois da cimeira da NATO, alguns dos espaços do palácio da Ajuda começaram a ser disputados por diversos organismos públicos que aí queriam instalar-se, aproveitando as transformações feitas em algumas áreas do edifício. Destas movimentações, destaque-se a proposta de instalação no PNA de serviços da Presidência do Conselho de Ministros que viria a retirar espaço físico a algumas áreas já musealizadas. Depois de alguma discussão e feitas algumas obras de adaptação, em fevereiro de 1974 os Serviços da Administração Pública da Presidência do Conselho instalaram-se nos 2.º e 4.º pisos da ala sul (mezaninos). A mudança de regime em abril desse ano reformularia mas não acabaria com essa ocupação, e a partir de julho os agora denominados Serviços da Administração Pública mantiveram-se no 2.º piso, cedendo o 4.º piso para os Serviços do Estado Maior General das Forças Armadas. Na sequência do incêndio de setembro de 1974, foi novamente equacionado o encerramento do edifício à visita e a saída de todos os serviços que o ocupavam, para que nele fosse instalada unicamente a Presidência do Conselho de Ministros. No entanto, os únicos serviços que viriam a sair foram os militares (agosto de 1975) e o palácio manteria as suas funções museológicas, mantendo-se afeto ao Protocolo de Estado e recebendo em vários dos seus espaços diversos serviços da Administração Pública, estranhos à realidade do edifício. Em 1978 foi reconhecida a dualidade de função protocolar e

museológica do Palácio Nacional da Ajuda. Contudo este local não vivia já apenas com essas funções, pois tornou-se também local de serviços burocráticos do Estado. O palácio-museu perdia assim espaço dentro do seu próprio edifício, algo que se agravaria nos anos seguintes.

Gestão de coleções – Garde-meuble

Como vimos, o trabalho de arrolamento dos bens existentes nos paços reais deu o enquadramento legal para que alguns dos bens que eram propriedade dos membros da Família Real fossem “republicanizados”, ou seja, estatizados para saldar dívidas. Alguns desses bens, oriundos na sua maioria do Palácio Nacional das Necessidades, foram encaminhados para alguns museus, nomeadamente para o Museu Nacional de Arte Antiga, por ação de José de Figueiredo, seu diretor e membro destacado da Comissão de arrolamento dos Paços Reais extinta em 1919.

Até à conclusão do inventário judicial do Palácio Nacional da Ajuda, em junho de 1914, foram poucos os objetos que daí saíram. Foram entregues algumas peças de vestuário e outros objetos pessoais à rainha D. Maria Pia, processo interrompido com a sua morte em 5 de julho de 1911. Por sua vez, a devolução de bens ao outro antigo habitante do palácio, infante D. Afonso, decorreram muito lentamente até à sua morte a 21 de fevereiro de 1920, sendo retomadas em 1923-24 por reivindicação da sua viúva.

A maioria dos bens existentes no PNA foram estatizados ou mantidos como tal. No entanto, principalmente pelo tardio levantamento do processo de arrolamento (1924) foram poucos os objetos transferidos para outros locais neste período, com exceção da transferência de algumas pinturas e parte da Baixela Germain para o MNAA e de algumas pinturas para o Museu de Arte Contemporânea. Para além disso, houve algumas movimentações de peças entre palácios e outros locais públicos, mas sem grande expressão no PNA. Originou-se assim a situação de permanência de uma grande coleção de bens oriundos da Casa Real num antigo Paço Real, fator único no panorama português, que levou a que a totalidade do acervo do PNA fosse entendida enquanto conjunto pelas autoridades tutelares – que ainda assim não conseguiram desenvolver desde logo uma verdadeira política coerente e contínua para a gestão das coleções do palácio.

Na prática, verificamos que logo a partir de 1910-11 foram efetuadas diversas intervenções com vista à conservação e valorização dos objetos artísticos existentes no PNA. O próprio juiz João Taborda de Magalhães procurou organizar algumas das salas do palácio, destacando-se a Galeria de Pintura, numa tentativa de salvaguarda das obras aí existentes. Custódio José Vieira, claviculário do PNA e chefe da Secção dos Palácios Nacionais, responsável pela decoração das salas aquando da realização de eventos protocolares, favoreceu a execução de pequenos restauros em objetos, tendo inclusivamente preocupações com a inventariação e marcação dos bens existentes.

Depois da nomeação de Manuel Carlos de Almeida Zagalo como conservador do PNA, a preocupação com a gestão e a organização das coleções aumentou. Zagalo aproveitou igualmente os preparativos das salas para a realização de eventos protocolares, para reorganizar os espaços e as coleções. Contudo, não procurou apenas mimetizar a decoração encontrada quando foi iniciado o arrolamento, procurando antes criar ambiências evocativas da habitação das pessoas reais neste local, ainda que idealizadas, retirando para tal os objetos considerados de “fraco gosto” e efetuando restauros em alguns bens, reorganizando assim algumas salas. Estas organizações e “arranjos” foram demoradas no tempo, tendo Zagalo publicado um roteiro do palácio apenas em 1961, no qual são descritas alterações diversas em vários espaços e a criação de novos espaços (casa-forte e salas anexas).

Zagalo desenvolveu o Inventário do PNA, para o qual contribuíram os trabalhos pedidos pela *Comissão encarregada de estudar as providências a adoptar, em caso de guerra, para protecção dos bens culturais da Nação*, enquadrada no Ministério da Educação Nacional e que levou à assinatura por parte de Portugal da Convenção sobre a Proteção dos Bens Culturais em caso de Conflito Armado, na sequência da reunião em Haia de 21 de abril a 14 de maio de 1954. Esta comissão fez, aos conservadores dos museus e palácios nacionais, o pedido de uma lista dos bens dividida em 3 escalões, de acordo com o seu valor e prioridade da sua evacuação em caso de guerra. No PNA, em relatório datado de fevereiro de 1954, Zagalo elencaria os objetos considerados com valor histórico e artístico de primeira importância: espécimes da casa forte das Jóias da Coroa; pratas da Baixela Germain; tapeçarias flamengas, francesas e espanholas; panos dos Távoras; e porcelanas.

Nas décadas seguintes existiu alguma movimentação de objetos, havendo registo de algumas saídas do PNA e, até, referências a leilões, de que não conseguimos

encontrar muita informação. Houve também algumas entradas de bens, entre as quais se destacaram os objetos que estavam na Casa-forte do Palácio Nacional das Necessidades.

Um dos motivos que estiveram na base da nomeação de Armindo Ayres de Carvalho como conservador do PNA foi a necessidade de se organizar e completar o inventário dos bens existentes nesse palácio. Sob a sua direção, o inventário ficaria concluído em dezembro de 1969, com um total de 53.910 bens listados.

O desenvolvimento do inventário contribuiu para a reorganização das reservas e das salas do palácio. Através da série de postais de António Passaporte (1969) e de um grupo de fotografias de Emanuel Santos de Almeida Júnior (1971) podemos observar as diversas alterações no interior das principais salas do PNA neste período, nomeadamente o aspeto das salas antes dos preparativos para a Cimeira da NATO e o momento imediatamente posterior, aquando da reabertura do palácio ao público. Dado não termos conhecimento profundo das coleções do PNA, e uma vez que extravasava o âmbito deste estudo, optámos por não proceder à análise dos objetos presentes nas salas e as opções que terão levado às constantes alterações da sua exposição. Assim a iconografia encontrada e reproduzida tem como objetivo ilustrar as principais mudanças no aspeto de alguns dos espaços interiores do PNA.

Durante quase a totalidade do período estudado (1910-1981), verificámos que existiram mais saídas do que entradas de objetos no PNA. A maioria das saídas de objetos tinham uma natureza de empréstimo temporário (quase sempre para propósitos decorativos em eventos realizados noutros palácios), havendo também notícia de transferências menos temporárias, nem sempre devidamente registadas, para a decoração de gabinetes de serviços públicos e embaixadas. As poucas transferências com carácter definitivo foram efetuadas entre o PNA e alguns palácios sob a mesma tutela, e entre o PNA e alguns dos principais museus portugueses.

Devido à sua localização e dimensão física, o PNA tornou-se o local indicado para a entrada e saída de objetos de maneira mais ou menos temporária surgindo a referência de “*Garde-meuble do mobiliario existente nos extinctos paços reaes*”¹⁹⁸⁶, logo em julho de 1911. Ainda que nunca tenha sido verdadeiramente instituído um *garde-meuble* devidamente regulamentado, depois da implantação da república o PNA acabou por funcionar como *garde-meuble* informal, com as funções de guarda e gestão

¹⁹⁸⁶ TT, AHMF, Caixas 7824 e 7839.

de objetos. Este “*depósito geral de mobiliário e de adereços do Estado*”¹⁹⁸⁷, “*Depósito Geral de Móveis do Estado*”¹⁹⁸⁸ ou “*Guarda Móveis*”¹⁹⁸⁹ era administrado pela mesma tutela dos Palácios Nacionais, a Repartição do Património da Direção Geral da Fazenda Pública. Assim, todas as entradas e saídas de bens careciam de decisão e autorização da tutela, a DGFP, sendo por vezes consultadas outras personalidades e organismos. Apesar das tentativas para a criação de um enquadramento legislativo para estas funções do PNA, o *garde-meuble* português nunca viria a ser oficializado.

O funcionamento officioso deste *garde-meuble* gerou alguma confusão entre o acervo do PNA e do guarda móveis, pois a tutela e a gestão eram comuns. Para além disso, a ocupação de alguns dos espaços do PNA como *garde-meuble* “informal”, tinha implicações no funcionamento do palácio, nomeadamente ao limitar as suas áreas de reserva e as áreas de ocupação de outros serviços. Esta limitação tornou-se mais evidente depois do incêndio de setembro de 1974, altura em que houve propostas para que o *garde-meuble* pudesse ser definitivamente instalado na ala norte, depois da sua conclusão no âmbito do projeto de remate do edifício. Existindo alguma polémica entre a DGFP e a DGEMN, encarregada das obras, que não considerava ser este o melhor local para a instalação de tal equipamento, adiou-se uma vez mais uma verdadeira organização deste *garde-meuble*, subsistindo uma cada vez maior confusão entre o seu acervo e o do PNA.

Administração do edifício – Projetos de conclusão

A administração do Palácio Nacional da Ajuda incluía não só o conjunto edificado do palácio, mas também outras propriedades urbanas e rurais na área da Ajuda e de Belém, área de influência bastante mais alargada do que a atual. Esta área de influência – que incluía alguns imóveis de importância histórica e artística (com destaque para a Igreja da Memória e a Torre do Relógio) – reflete a complexidade da administração deste antigo paço real nas primeiras décadas do século XX. Verificámos, então, que nos primeiros anos republicanos, para além do processo de arrolamento em curso, as principais preocupações da administração do PNA passaram pela gestão dos

¹⁹⁸⁷ Ofício do diretor geral da DGFP, de 1 de setembro de 1938, dirigido ao diretor geral da DGEMN. ACMF, Raul Lino, Superintendente Artístico dos Palácios Nacionais – Caixa 1 – N.º BZ1.

¹⁹⁸⁸ Relatório de Manuel Santos Estevens, secretário do diretor geral da Direção Geral da Fazenda Pública, de 19 de junho de 1939. SIPA TXT.07507120, SIPA TXT.07507121 e SIPA TXT.07507122, “Ajuda: Correspondência” - PT DGEMN:REOM-0014/02.

¹⁹⁸⁹ Projeto de 1944 para conclusão do Palácio Nacional da Ajuda, da autoria de Raul Lino.

arrendamentos das propriedades dependentes do palácio, cujas rendas assumiram grande importância, pois eram a única fonte de rendimento do Estado com este equipamento. Ao longo dos anos o número dessas propriedades foi decrescendo, pois umas foram sendo cedidas a organismos públicos, outras foram vendidas e outras desocupadas e demolidas por falta de condições de habitabilidade.

Estando o PNA sob processo de arrolamento até 1924, verificámos que entre 1910 e meados da década de 1920 a administração do palácio centrou-se principalmente na manutenção do edifício, na salvaguarda do seu recheio e na preparação de alguns dos seus espaços para eventos protocolares que aí ocorreram. Assim, só depois de 1924 foi efetuada uma avaliação total das obras necessárias no PNA, que teve como primeira consequência o início, em 1926, da primeira grande campanha de obras ao nível das coberturas e das aberturas, a cargo da Administração Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, depois Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Outra grande campanha de obras, agora nos interiores do edifício, viria a decorrer no ano de 1930, de modo a preparar alguns dos espaços interiores do palácio para a visita oficial a Portugal dos Reis de Espanha, Afonso XIII e Vitória Eugénia, adiada na consequência da proclamação da segunda república espanhola, em 14 de abril de 1931.

Depois de 1924, com o fim do processo de arrolamento e com a aprovação da lei que determinou a utilização meramente protocolar do Palácio Nacional da Ajuda, intensificou-se a discussão acerca da valorização do conjunto edificado e eventual conclusão do edifício. Esta iniciativa, com vista ao “remate” das fachadas norte e poente, ganhou importância no início da década de 30, quando o Ministro das Obras Públicas, Duarte Pacheco, encomendou ao arquiteto Raul Lino um projeto de conclusão do edifício.

O primeiro plano apresentado, datável de 1935-1936, propunha o fechamento do edifício a poente com dois torreões similares aos existentes a nascente, denotando preocupações com a simetria e mantendo uma coerência na linguagem neoclássica com as mesmas volumetrias e ritmo de aberturas. Quanto aos interiores, Raul Lino apenas sugeriu a criação de algumas salas, uma vez que ainda não existiam decisões acerca das verdadeiras utilizações a dar aos novos espaços construídos. Este projeto não seria executado, vindo a ser considerado apenas como um levantamento da questão relativa à futura conclusão do edifício.

Depois de um período de consulta e reflexão sobre este assunto, pedido por Duarte Pacheco, em 1944 Raul Lino apresentou um novo projeto de remate do palácio. Apesar de serem mantidos os traços gerais do projeto anterior, sugeriam-se agora algumas mudanças, como o recuo do corpo central da fachada poente, reduzindo assim a área bruta de construção e de espaços novos utilizáveis entre torreões. No entanto, persistiam as dúvidas acerca das utilizações futuras para as áreas a construir, o projeto centrou-se uma vez mais nas volumetrias e aspeto exterior do edifício, apesar de Raul Lino avançar com algumas propostas para os interiores. Ao analisarmos a informação disponível, verificámos que a indecisão das utilizações para os espaços novos a construir terá sido uma das grandes causas pela demora da aprovação do projeto para a conclusão do PNA.

O plano de conclusão do PNA, requerido inicialmente por Duarte Pacheco, foi de certo modo prejudicado pela morte prematura deste governante em 1943. Contudo, seria recuperado pelos seus sucessores no cargo, primeiro José Frederico Ulrich e depois Eduardo de Arantes e Oliveira, que propôs a divisão do projeto por fases de construção e procurou de facto desenvolver e implementar o plano. Mesmo subsistindo as dúvidas de utilização futura dos novos espaços construídos, foi decidido avançar com as obras de exterior, assinando-se em 1955 o contrato de aceitação do projeto de completamento do PNA e de urbanização dos terrenos envolventes. No ano seguinte Raul Lino apresentaria o *“Completamento do Palácio Nacional da Ajuda – Plano por Fases – Estimativa”*, em que dividia o seu projeto em cinco fases de construção, e em 1958 seriam por fim iniciadas as obras de conclusão do edifício, com a aquisição de cantarias para o levantamento das paredes viradas a norte. Ao longo dos anos seguintes a obra avançaria num ritmo lento, pois as verbas inscritas nos planeamentos anuais para os Palácios Nacionais tiveram muitas vezes que ser distribuídas de acordo com outras prioridades, algumas delas obras de manutenção e de valorização nos próprios interiores do PNA. Assim, este edifício chegou a 1970 com os panos de parede da ala norte quase concluídos e com as abóbadas do átrio central da fachada virada a poente e o respetivo pano de parede virado para o pátio central também praticamente concluídas. Entre 1970 e 1971, as obras urgentes de preparação da Cimeira da NATO pararam a campanha para a conclusão do PNA.

As dúvidas de utilização condicionaram sempre o avanço das obras, levando também a um sucessivo questionamento do projeto de Raul Lino. No final de 1971 foi

apresentada por parte dos serviços da DGEMN, uma nova memória descritiva em que o projeto era posto em causa, devido à ideia de instalação dos serviços da Presidência do Conselho nos mezaninos da ala sul e num dos mezaninos da ala norte. Como este plano não colheu consensos, as obras prosseguiriam em 1972 de acordo com o plano de 1956. Em 1977 foi apresentado um novo projeto, de João Seabra, no qual se simplificava a fachada poente, retirando-lhe os torreões previstos. Sendo esse projeto aprovado pela DGEMN e Ministério das Obras Públicas, foi lançado o concurso e consequente adjudicação ainda nesse ano. Os trabalhos iniciaram-se em 1978, com avanços na ala norte e a demolição de parte do edificado na ala poente. No entanto, a obra foi sendo atrasada devido a problemas financeiros da empresa adjudicatária, situação que levaria à uma intervenção direta da DGEMN, que tomou a posse administrativa da obra a 29 de abril de 1980. Nos meses seguintes seriam lançados dois concursos públicos para resolução deste assunto; porém, os valores envolvidos foram considerados excessivos, causando uma nova e definitiva paragem do processo de conclusão do PNA, que ficaria com um aspeto geral de ruína e de abandono na sua área poente, devido às demolições entretanto avançadas.

A partir de 1980, data da mudança de tutela dos Palácios Nacionais, o plano de conclusão do palácio ficou suspenso, agora dependente dos pareceres entretanto solicitados ao novo organismo tutelar do património português, o Instituto Português do Património Cultural.

Desenvolvimento das características museológicas – Afirmação como museu

A abertura ao público do Palácio Nacional da Ajuda foi equacionada logo a partir da mudança de regime. Em setembro de 1911, Joaquim Martins Teixeira de Carvalho, Superintendente dos Paços Reais, defensor da abertura dos palácios nacionais ao público, começou ele próprio a organizar algumas salas do PNA com vista a alcançar esse objetivo. Também em 1911, José de Figueiredo defendia que no PNA fosse instalado um museu à semelhança do Musée du Carnavalet, em Paris. Apesar das várias discussões e propostas, a hipótese predominantemente aceite era a de que o palácio fosse apresentado ao público com os seus interiores quase inalterados, respeitando a ambiência residencial dos últimos anos da Monarquia Constitucional. Contudo, o processo da sua abertura pública manter-se-ia suspenso por vários anos, devido ao processo de arrolamento dos bens aí existentes ainda a decorrer, apenas sendo permitida

a visita em situações excepcionais e sempre com autorização superior da tutela direta ou até mesmo do Ministério das Finanças.

Concluído o arrolamento em julho de 1914, a hipótese de colocar o PNA disponível à visita foi devidamente avaliada, de modo a aplicar a lei de 24 de junho de 1912. É então que Custódio José Vieira, fiel depositário dos bens arrolados no Palácio Nacional da Ajuda, menciona que este monumento deveria servir apenas como “*documento histórico e museu*”¹⁹⁹⁰, defendendo que o edifício deveria abrir ao público o mais rápido possível, constituindo mais uma fonte de receita para a Fazenda Pública. Verificamos pois que o objetivo, por parte das personalidades mais ligadas ao PNA e sintonizadas com a tutela DGFP, sempre foi no sentido de abrir o palácio ao público sem dispersar as suas coleções, como pretendiam outras personalidades mais ligadas aos museus, que desejavam assim enriquecer os acervos destas instituições.

Custódio José Vieira foi uma das principais personalidades a pensar o edifício como local visitável, questionando as suas valências e propondo as alterações necessárias. Vieira propôs alterações na vigilância e na segurança, no número de funcionários e na sua apresentação, no estado de conservação dos pavimentos e dos objetos, no percurso dos visitantes e nas soluções museográficas para o implementar, em soluções de conservação preventiva, na disposição e organização dos objetos nas salas, avançando até com soluções de horário e bilheteira, sempre com o objetivo de manter a autenticidade dos ambientes e a veracidade do exposto para captar visitantes. Porém, a remodelação da Direção Geral da Fazenda Pública em 1914 e o contexto de conturbação social e política que Portugal viveu nesses anos não permitiram a abertura do PNA. Pelo contrário, estes fatores antes facilitaram o seu adiamento, apesar das diversas propostas e preparativos feitos nos anos seguintes por parte do administrador do PNA (Armando Porfírio Rodrigues), do fiel depositário dos bens arrolados (Custódio José Vieira) e da estrutura da DGFP, em especial através do Chefe da Repartição do Património (Álvaro Evangelista da Silva Mendes Leal) – que, assim, faziam jus às intenções da tutela, que considerava que “*é aquêlo o único antigo Paço Rial que como tal pode ser mostrado, quer pelo edifício em sí, quer pelo seu conteúdo que conserva escrupulosamente a mesma disposição que tinha à data da implantação da República*”¹⁹⁹¹.

¹⁹⁹⁰ Proc. n.º 1359, l.º 1, TT, AHMF, Caixa 7926.

¹⁹⁹¹ *Idem*.

Outro fator que levou à protelação da abertura do palácio à visita foi a disputa iniciada em 1919 entre o recém-criado Conselho do Património Artístico da DGFP (Ministério das Finanças) e a Direção Geral de Belas Artes (Ministério da Instrução Pública), que reclamavam entre si as atribuições e as responsabilidades pelas decisões da utilização dos Palácios Nacionais. Em 1924, com a tentativa de extinção do cargo de administrador do PNA e com a mudança de tutela dos palácios nacionais, iniciou-se uma discussão ainda mais acesa entre o Ministério da Instrução Pública e o Ministério das Finanças, que teria o seu desfecho total apenas em fevereiro de 1926, com a determinação legislativa de que os Palácios Nacionais manter-se-iam dependentes do Ministério das Finanças.

A intenção de não franquear a abertura do palácio ao público foi reforçada com a atribuição, em 1924, de funções meramente protocolares a este equipamento. Contudo, estas mesmas funções de protocolo implicavam preocupações constantes com a conservação do edifício e dos objetos que aí se encontravam, o que por sua vez manteve viva a ideia de abrir o palácio ao público, propósito este que era praticamente consensual na opinião geral dos intervenientes.

Coincidindo com a entrada em funções do conservador Manuel Carlos de Almeida Zagalo as visitas ao PNA foram intensificadas, continuando a ser necessária autorização superior. Foi então implementado um sistema de cartões que serviam como salvo-conduto, aumentando assim o número de visitantes e claramente contornando-se desde modo o facto de o palácio estar fechado. Assim, o PNA apresentava-se como um paradoxo de si próprio: continuava fechado mas efetivamente estava aberto, ainda que a um público selecionado.

Creemos que um dos motivos que muito contribuiu para o adiamento da abertura do PNA, já depois da conclusão do processo de arrolamento, terá sido a oposição de algumas personalidades, entre as quais o próprio conservador do monumento. Zagalo considerava que para se manter o ambiente correto no palácio as visitas deveriam ser mantidas tal qual estavam, pois para preparar a antiga residência real para uma abertura total ao público alguns objetos tinham que ser removidos e a organização de algumas salas tinha de ser alterada, o que retiraria algumas das suas características especiais: o facto de parecer uma casa acabada de ser deixada pelos seus antigos donos, com um ambiente intimista e um aspeto de suspensão no tempo. Zagalo considerava também que as atribuições do PNA (protocolo de Estado e *garde-meuble*) condicionavam as suas

funções “museológicas”, ocupando demasiado tempo à equipa de funcionários, sendo por isso favorável à manutenção do regime já implementado.

Apesar de Zagalo ser contra a abertura permanente do palácio, foi trabalhando para que esse objetivo fosse alcançável no futuro. Mostrando preocupações referentes ao sistema de visitas, aos funcionários, à conservação preventiva de soalhos e objetos, e às soluções museográficas adotadas, entre outras, foi organizando diversas salas e preparando uma obra de divulgação do palácio, *Palácio Nacional da Ajuda – Roteiro*, que foi publicada em 1961 e que incluía a descrição das salas e de alguns dos objetos. Este roteiro foi publicado a par com uma outra obra, *O Palácio Nacional da Ajuda (Resenha Histórica)* de Gustavo de Matos Sequeira, no qual, surgindo claramente as designações de museu e palácio-museu, o autor defende que este antigo paço real deveria ser organizado como antiga residência real, apresentando-se ao público como um verdadeiro palácio-museu.

Ainda que o PNA não estivesse aberto aos visitantes de modo permanente, verificámos que em diversos momentos chegaram a ser planeados novos espaços museológicos dentro do edifício, de modo a melhorar as condições de segurança e conservação. Assim, nos projetos para conclusão do PNA, Raul Lino previu a criação de um espaço expositivo para as carruagens e equipagens que aí ainda eram mantidas. Em 1953 também Zagalo viria a apresentar uma proposta para restaurar e valorizar a Sala do Tesouro, utilizada apenas como reserva/arrecadação, o que comprova que, apesar de reticente em relação à abertura permanente do palácio, este conservador procurava investir na valorização de mais espaços expositivos na instituição a seu cargo. Na sequência destas movimentações, viria a ser inaugurada em 1954 a Casa-forte, onde passaram a estar expostas as Jóias da Coroa e de D. Miguel. Verificamos, pois, que independentemente da sua conceção como “museu”, o PNA foi sempre entendido como local expositivo, ficando a sua eventual abertura sempre em aberto.

Na década de 60 era já incontornável a abertura do PNA ao público, sendo também com esse objetivo que foi nomeado para seu conservador Ayres de Carvalho. Este conservador levou a cabo algumas pequenas alterações nas salas, procurando expor o maior número de objetos, mas de maneira coerente com os espaços disponíveis, colocando também passadeiras, baias e cordões de modo a criar um percurso para os visitantes que permitisse a segurança dos bens expostos.

Depois de alguns preparativos, o Palácio Nacional da Ajuda abriu ao público no dia 20 de agosto de 1968, com um sistema de visitas em pequenos grupos guiados por funcionários do palácio, que explicavam a história do monumento, dos espaços e dos objetos. Nesta altura apenas era visitável o piso térreo da ala sul (com exceção da casa-forte) e parte do piso térreo da ala norte, onde estava o Museu das Carruagens. Porém, Ayres de Carvalho defendia a abertura de mais espaços à visita, propondo que a casa-forte e salas anexas, os aposentos da rainha D. Maria Pia e o “Museu das pratas” (este nunca concretizado) fossem também visitados, mas com uma tarifa superior. Este período experimental de abertura do PNA terminou em 24 de novembro de 1970, devido ao encerramento do palácio para os preparativos da Cimeira da NATO. O PNA reabriria ao público a 16 de agosto de 1971, com mais espaços expositivos disponíveis, devido à exposição temporária *“Mobiliário infantil da casa real – Os berços dos príncipes. Desenhos e aguarelas do rei D. Carlos”*. Sem grandes alterações, o PNA manteve o seu percurso expositivo inalterado até 1979, ano em que foi aberto à visita o andar nobre.

Ayres de Carvalho procurou criar também uma programação com diversas atividades no PNA – exposições temporárias, visitas guiadas e conferências associadas ao palácio e às exposições –, sem contudo conseguir grandes resultados, possivelmente devido a constrangimentos financeiros e a outros fatores decorrentes da situação política em Portugal após 25 de abril de 1974, e do incêndio em setembro do mesmo ano.

Apesar da abertura do Palácio Nacional da Ajuda à visita, ainda foram avaliadas outras soluções para este edifício, algumas delas relacionadas a funções expositivas e museológicas. Para a Galeria de Pintura, Ayres de Carvalho avançou a hipótese de transformação deste espaço em “Museu de Pintura Comparada”, pois considerava que sendo a maior parte das telas aí existentes cópias ou réplicas, estas poderiam ser úteis para a divulgação e ensino da arte, à semelhança do Museu de Escultura Comparada instalado no Palácio Nacional de Mafra. Esta ideia nunca viria a ser concretizada, em especial porque com o incêndio de 1974 perdeu-se qualquer hipótese de remodelar a Galeria de Pintura, optando-se no plano de reconstrução da ala norte apenas pela criação de um espaço para exposições temporárias. Em 1978, a Presidência da República ponderou a hipótese de saída do Museu dos Coches do antigo Picadeiro Real de Belém e a sua instalação no PNA, proposta abandonada no ano seguinte.

Os números de visitantes no PNA entre 1968 e 1981, relativamente baixos, espelham não só os momentos da história política e social portuguesa, como também a influência de outros fatores intrínsecos à administração e gestão do palácio. A abertura em 1968, considerada experimental, e a reabertura em 1971, sem grandes pompas institucionais e divulgação, aliadas a alguns períodos de encerramento devido às suas funções protocolares, terão contribuído para que este palácio nacional, o único antigo paço real disponível ao visitante em Lisboa, se tenha mantido fora das principais rotas de turistas e visitantes.

Em termos de conceção de uma narrativa expositiva, e considerando que a “*Museologia moderna é matéria científica*”¹⁹⁹², Ayres de Carvalho sempre procurou manter a autenticidade do Palácio Nacional da Ajuda, mostrando aos visitantes uma ambiência histórica intimista de residência real através dos espaços e dos objetos expostos, continuando o trabalho dos seus antecessores e contribuindo para que o palácio mantivesse uma coerência expositiva ao longo dos diversos períodos políticos e administrativos.

Analisando transversalmente o período estudado, verificamos que para a abertura do Palácio Nacional da Ajuda ao público enquanto antigo paço real oitocentista contribuíram dois fatores:

- O prolongamento do processo de arrolamento dos bens existentes no Palácio Nacional da Ajuda e a manutenção até 1980 de uma tutela dependente do Ministério das Finanças, à margem das tutelas dos restantes museus portugueses, possibilitou a permanência de um grande número de objetos *in loco*, facilitada por uma ação protecionista do seu acervo.

- A atribuição de funções protocolares ligando o PNA à Presidência da República, a utilização de alguns espaços como “garde-meuble” e as tentativas de conclusão do edifício através da apresentação de sucessivos projetos, adiaram os planos de abertura deste palácio ao público. Deste modo, podemos considerar que o PNA viveu durante grande parte do século XX quase enclausurado em si próprio, ainda que em vários momentos tenham sido efetuados preparativos teóricos e práticos com vista a atingir o objetivo final da sua abertura aos visitantes de modo permanente.

¹⁹⁹² CARVALHO, Ayres de, Documento não datado; parece ser um discurso de despedida aquando da sua reforma em 1981, *in*, *Dossier Ayres de Carvalho*, Biblioteca Municipal de Mafra.

Apesar das suas condicionantes físicas, conceptuais e funcionais, devido às utilizações acima descritas, o Palácio Nacional da Ajuda enquanto instituição sempre teve consciência do seu valor patrimonial e museológico, incrementada pelas movimentações relacionadas com preocupações relacionadas com o edifício, as coleções, o circuito expositivo e a sua divulgação. Deste modo, verificamos que a sua administração e gestão revelou, desde 1910, preocupações com as grandes funções museológicas – Investigação, Inventário, Conservação, Exposição e Divulgação – áreas que foram mais ou menos conscientemente desenvolvidas no período analisado.

Aberto ao público em agosto de 1968, o PNA apresentava-se como residência real do final de oitocentos e também como local de representação do poder monárquico constitucional, agora enriquecido com algumas estórias protocolares republicanas. Estas duas vertentes deram, e ainda dão atualmente, a este monumento uma ligação ao passado, elemento que nos leva a considerar que o Palácio Nacional da Ajuda republicano mantém uma relação direta com o Paço Real da Ajuda monárquico, onde para além de eventos protocolares existiram também espaços expositivos, museológicos e de transmissão de conhecimento, quer no edifício quer na sua envolvente.

Embora tenham sido equacionadas diversas utilizações para o PNA, a função museológica ganhou sempre o protagonismo, mantendo-se assim uma perpetuação expositiva neste local. Para tal, importa analisar o que nele se quis expor, pois foi a sua dualidade de residência real e de local de poder político que se procurou evidenciar. Através da simples abertura das principais salas do andar nobre das alas sul e nascente, tornou-se fácil mostrar uma representação de poder político “luxuoso”, ligado ao protocolo de Estado. Quanto ao aspeto residencial, com base na documentação consultada, concluímos que sempre se procurou intervir apenas o mínimo necessário nos diversos interiores do palácio, procurando-se expor uma residência da segunda metade do século XIX habitada por um casal real – D. Luís I e D. Maria Pia – aparentemente intocada por terceiros, mantida quase suspensa no tempo, neste caso com o aspeto que teria no dia 4 de outubro de 1910. No entanto, existiram algumas exceções a esta diretiva, como a demolição das estruturas em ferro e vidro da entrada do vestíbulo e da estufa ou a remodelação dos aposentos do rei D. Luís I.

Assim, consideramos que se o objetivo era expor a principal residência do reinado de D. Luís I com as suas vivências familiares, a sua última residente, a rainha D. Maria Pia, ganhou preponderância no discurso expositivo. A sua morte em julho de

1911, interrompendo quaisquer tentativas de reclamação dos seus bens pessoais, permitiu a sua permanência nos espaços outrora por ela habitados. O infante D. Afonso, também morador neste palácio até outubro de 1910, depois de algumas tentativas de reclamação dos seus bens pelos seus herdeiros, acabaria praticamente por não ser evocado no percurso expositivo criado. Para tal, terão contribuído as próprias características físicas dos seus aposentos, localizados no extremo sudoeste do monumento, zona muito intervencionada até à sua quase completa demolição no final da década de 70.

Outro assunto que foi alvo de análise foi o espaço de influência do Palácio Nacional da Ajuda. Verificou-se uma redução progressiva da área geográfica de influência do PNA, pois o Jardim Botânico da Ajuda e, depois, as diversas propriedades rurais e urbanas nas imediações foram progressivamente deixando de estar sob a sua administração direta. Assistiu-se também a uma redução do espaço físico administrado pelo PNA dentro do seu próprio edifício, primeiro devido à mudança de tutela da Biblioteca da Ajuda e depois devido à ocupação de diversos espaços por outros serviços públicos. No período não tratado, ou seja, a partir de 1981, esse confinamento foi sendo ainda maior, e atualmente o Palácio Nacional da Ajuda – Museu ocupa uma ínfima parte do edificado que o alberga.

Os museus, instituições que guardam e cuidam de memórias, por vezes não conhecem a sua própria história ou não a utilizam recorrentemente para comunicar com os públicos. A situação dos palácios nacionais talvez seja um pouco diferente, pois sustentam-se eles próprios da memória do seu passado, centrada muitas vezes nos seus antigos habitantes, ainda que por vezes de maneira seletiva e até parcial. No entanto, observamos que também esta tipologia de museus continua a desconhecer a sua história mais recente, ou seja, aquela que os sustenta enquanto instituições museológicas, essencial para um entendimento das suas opções e ações.

De modo a cumprir plenamente a sua missão, interessa a qualquer instituição museal questionar permanentemente o que se musealiza e o que se apresenta ao público. No caso particular do Palácio Nacional da Ajuda, verificámos que não foi o monumento, mas sim algumas das suas utilizações, que foram musealizadas, através da exposição dos seus interiores e recheio, bem como da evocação de algumas histórias e memórias associadas às personagens reais que aí residiram. Este processo, similar ao da

musealização de uma casa-museu, no nosso entender leva ao enquadramento do PNA num registo de *Residência Real* proposto pela Association des Résidences Royales Européennes (ARRE)¹⁹⁹³, ou de “*Power house*” (Casa de poder), como sugere o International Committee for Historic House Museums (DEMHIST), comité do ICOM (International Council of Museums)¹⁹⁹⁴. Aceitando ou não esta possível classificação, de qualquer modo é viável situar o Palácio Nacional da Ajuda num conjunto mais vasto de edifícios similares, podendo assim ser criado um caminho de análise comparativista com outros palácios.

Inserindo-se o Palácio Nacional da Ajuda no grupo dos palácios nacionais portugueses, consideramos que um estudo comparativo entre as partes deste conjunto é fundamental e urgente para um verdadeiro entendimento desta realidade patrimonial e museológica. Assim, pensamos que tal poderá ser praticável quando for conhecida a história destes edifícios em república, seja em monografias individuais ou em trabalhos de investigação mais abrangentes.

Outra possibilidade de abertura do campo de pesquisa na área da história contemporânea dos palácios nacionais prende-se com a elaboração de um método comparativista do percurso do Palácio Nacional da Ajuda e dos restantes palácios portugueses face a outras realidades estrangeiras, através de investigação e análise dos contextos históricos, sociais e culturais de outros estados e nações que possibilitaram a transformação de exemplares desta tipologia de palácios em museus abertos ao público. Como exemplo de possíveis comparações nesta área de estudo, devem ser mencionados desde logo os processos de evolução política, cultural e social ocorridos em diversos países europeus desde finais do século XVIII: França (sucessão de regimes desde a Revolução Francesa, entre períodos republicanos, monárquicos e monárquico-imperiais); Alemanha (unificação alemã e fim do Império Alemão); Áustria (desmembramento do Império Austro-Húngaro); Espanha (dois períodos republicanos e o período da regência franquista); e, Itália (unificação italiana e fim da monarquia). A estes poderemos ainda acrescentar os casos europeus em que o regime monárquico foi mantido ou restaurado, mas nos quais os principais palácios, ainda com funções

¹⁹⁹³ Acedido em 24 de março de 2016 em URL: <http://www.europeanroyalresidences.eu/?locale=fr>

¹⁹⁹⁴ O DEMHIST propõe uma categorização para as casas-museu com as seguintes denominações: *Personality houses*, *Collection houses*, *Houses of Beauty*, *Historic Event houses*, *Local society houses*, *Ancestral homes*, *Power houses*, *Clergy houses*, *Humble homes*, *Houses for Museums* e *Period Rooms*. Acedido em 22 de março de 2016 em URL: <http://demhist.icom.museum/shop/shop.php?detail=1255432597>

residenciais e/ou de representação de poder, passaram por processos similares possibilitando a sua abertura progressiva ao público, por vezes envolvendo a criação de estruturas museológicas: Espanha (restauração borbónica), Reino Unido, Bélgica, Holanda, Noruega, Suécia e Dinamarca. Alargando a pesquisa, outros casos fora do espaço europeu poderão ainda ser investigados, com a possibilidade preferencial de enquadramento de alguns exemplos americanos: Brasil e México.

Não havendo estudos prévios sobre a história do Palácio Nacional da Ajuda no século XX, relacionados com a sua vivência no período pós-monárquico e com o processo da sua “musealização”, não pudemos, no âmbito deste longo trabalho, fazer uma análise contextual e comparativa alargada, tendo em conta os enquadramentos internacionais acima mencionados. Temos, porém, consciência da necessidade do aprofundamento do estudo destas temáticas e anunciamos as pistas para futuras investigações de desenvolvimento, que poderão ser realizadas a nível individual ou em projetos coletivos. Esperamos, contudo, que este trabalho constitua mais um contributo para a compreensão da rica História dos Museus em Portugal, na qual o Palácio Nacional da Ajuda ocupa sem dúvida um papel de relevo.

FONTES DOCUMENTAIS

Arquivo do Palácio Nacional da Ajuda – Museu:

- Fundo **Casa Real**
- Fundo **Administração do Palácio Nacional da Ajuda**
- Fundo **Direcção Geral da Fazenda Pública**

Arquivo Nacional Torre do Tombo:

- Fundo **Arquivo Histórico do Ministério das Finanças**
- Fundo **Direcção Geral da Fazenda Pública**, acedido em diversas datas em URL:
<http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4683265>

Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças:

- Processo individual de **Álvaro Evangelista da Silva Mendes Leal - I-24 (13)**
- Processo individual de **Alfredo Leal - I-24 (11)**
- Processo individual de **Feliciano Torcato dos Reis - I-27(12)**
- Processo individual de **Armando Porphirio Rodrigues - I-25(15)**
- Processo individual de **Francisco Ribeiro Tavares - I-27(8)**
- Processo individual de **Manuel Maria Augusto da Silva Bruschy - A-21(9)**
- Processo individual de **Alberto Xavier - A-11-A(7)**
- Processo individual de **António Luiz Gomes - A-1(5)**
- Processo individual de **António Cândido Mouteira Guerreiro - A-60(13)**
- Processo individual de **Manuel Carlos de Almeida Zagalo - A-60(1)**
- Processo individual de **Joaquim Celestino de Sousa Freitas Sampaio – I-22(2)**
- Processo individual de **Alberto Ribeiro Queiroz – A-12 – (1)**
- Processo individual de **Carlos Manuel da Silva Lopes – A—12-(10)**

- Processo individual de **António Bana Júnior – A-2(2)**
- **Raul Lino - Superintendente Artístico dos Palácios Nacionais – Caixa 1 – N.º BZ1**
- **Manuel Carlos d’Almeida Zagalo – caixa n.º 2679 – capa n.º 7 – processo n.º 449 / Direcção Geral da Contabilidade Pública – Cadastro do Pessoal**
- **Bolsas de estudo aos Conservadores dos Palácios Nacionais – 41 - Processo n.º 4/D/51**
- **Antiguidades de funcionários dos palácios nacionais**
- **José Pedro Pereira Monteiro Fernandes (folha de cadastro)**
- **Redistribuição do pessoal da Direcção Geral da Fazenda Pública (PT/ACMF/DGFP/INFORSE/0003)**
- **Colecção de folhas de autorização de pagamento de despesas (PT/ACMF/DGFP/FAPD/0001)**
- **Colecções de informações – propostas (PT/ACMF/DGFP/COPINF/0001)**
- **Movimentação de Bens Artísticos (PT/ACMF/AGFP/MOVMB)**

Sistema de Informação para o Património Architectónico:

- **Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda – IPA.00004722**

Fotografias e Desenhos

Páginas textuais

- **Jardim das Damas / Jardim do Palácio Nacional da Ajuda – IPA.00005963**

Fotografias e Desenhos

Páginas textuais

Arquivo do Ministério da Educação:

- Fundo da **Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes**

Arquivo do Museu Nacional de Arte Antiga:

- Fundo Curso de Conservadores

Arquivo Geral do Exército:

- Matrícula de Manuel Carlos de Almeida Zagalo.

Biblioteca Municipal de Mafra:

- *Dossier Ayres de Carvalho.*

Arquivo Fotográfico Municipal de Lisboa:

- Acedido em diversas datas em URL: <http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/sala/online/ui/SearchBasic.aspx>

BIBLIOGRAFIA

Trabalhos académicos:

ALVES, Alice Nogueira – *Ramalho Ortigão e o culto dos monumentos nacionais no século XIX*. Lisboa: Tese de Doutoramento em História, na especialidade de Arte, Património e Restauro (texto policopiado). Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2009.

ANDRADE, Maria do Carmo Rebello de – *Iconografia narrativa na ourivesaria manuelina. As salvas historiadas*. Dissertação de Mestrado em História da Arte (texto policopiado). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1997.

ANTUNES, Alexandra de Carvalho – *A arquitectura de veraneio do Concelho de Oeiras, 1860-1925: inventário, estado de conservação e proposta de algumas medidas de salvaguarda*. Tese de Doutoramento em Arquitectura (texto policopiado). Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade Lusíada de Lisboa, 2008.

ARAÚJO, Inês Filipa Meira – *As Tapeçarias de Pastrana. Uma Iconografia da Guerra*. Dissertação de Mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro (texto policopiado). Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012.

BAIÃO, Joana Margarida Gregório – *José de Figueiredo, 1871-1937. Ação e contributos no panorama historiográfico, museológico e patrimonialista em Portugal*. Tese de Doutoramento em História da Arte, especialização em Museologia e Património Artístico (texto policopiado). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2014.

BARREIRA, Catarina – *João Barreira e a historiografia da arte portuguesa*. Dissertação de Mestrado em Teorias da Arte (texto policopiado). Lisboa: Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, 2003.

BELO, Cristina Maria dos Santos Antunes – *A musealização do Palácio Nacional de Maфра*. Dissertação de Mestrado em Museologia: Conteúdos Expositivos. Lisboa: ISCTE-IUL, outubro de 2010.

BRIGOLA, João Carlos – *Colecções, gabinetes e museus em Portugal no séc. XVIII*. Tese de Doutoramento em História (texto policopiado). Évora: Universidade de Évora, 2000.

BRITO, Maria Mónica Carrusca Pimenta de – *Paço dos Duques de Bragança em Guimarães: metamorfose da imagem na Época Contemporânea*. Dissertação de Mestrado em Arte, Património e Restauro (texto policopiado). Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2003.

BURNAY, Maria João Botelho Moniz – *“Utilidade e gosto” na corte portuguesa. A Higiene e Toilette nos séculos XVIII e XIX. Estojos com serviços de toucador e*

escritório do Palácio Nacional da Ajuda. Dissertação de Mestrado em Arte Património e Teoria do Restauro (texto policopiado). Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011.

CARNAXIDE, Jorge Humberto Santos – *O Museu de Escultura Comparada de Maфра: um projecto romântico no Estado Novo*. Dissertação de Mestrado em Arte, Património e Restauro (texto policopiado). Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2010.

CARVALHO, Maria João Vilhena de – *As esculturas de Ernesto Jardim de Vilhena. A constituição de uma coleção nacional*. Tese de Doutoramento em História da Arte, especialização em Museologia e património Cultural (texto policopiado). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, abril de 2014.

CERÍACO, Luís – *A Evolução da Zoologia e dos Museus de História Natural em Portugal (Séc. XVIII-XX): Da história da ciência à preservação e valorização das colecções zoológicas portuguesas*. Tese de Doutoramento em História e Filosofia da Ciência (texto policopiado). Évora: Universidade de Évora, 2014.

COSTA, António Manuel Ribeiro Pereira da – *Museologia da Arte Sacra em Portugal (1820-2010), Espaços, Momentos, Museografia*. Tese de Doutoramento em Letras (texto policopiado). Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2011.

COSTA, Maria Madalena Cardoso da – *Museus e educação: contributo para a história e para a reflexão sobre a função educativa dos museus em Portugal*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação (texto policopiado). Coimbra: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, 1996.

CUSTÓDIO, Jorge – *«Renascença» Artística e Práticas de Conservação e Restauro Arquitectónico em Portugal, durante a 1.ª República*. Tese de Doutoramento em Arquitectura (texto policopiado). Évora: Universidade de Évora, 2009.

ELIAS, Margarida – *Columbano no seu Tempo (1857-1929)*. Tese de Doutoramento em História da Arte Contemporânea (texto policopiado). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2011.

FERREIRA, Emília – *Lisboa em Festa: A Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental Portuguesa e Espanhola, 1882, Antecedentes e Materialização*. Tese de Doutoramento em História da Arte Contemporânea (texto policopiado). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2010.

GASPAR, Ana Paula de Jesus Lopes – *Uma Colecção de Escultura italiana, da segunda metade do século XIX, no Museu do Palácio Nacional da Ajuda*. Dissertação de Mestrado em História da Arte (texto policopiado). Lisboa: Universidade Lusíada, 2002.

LEANDRO, Sandra Maria Fonseca – *Joaquim de Vasconcelos (1849-1936) Historiador, Crítico de Arte e Museólogo*. Tese de Doutoramento em História da Arte

Contemporânea (texto policopiado). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, junho 2008.

MARANHAS, Teresa – *A Ourivesaria do século XIX no Palácio Nacional da Ajuda: Um Projecto para a sua Exposição*. Dissertação de Mestrado em Museologia e Património (texto policopiado). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, agosto de 1999.

MENDES, Elsa Maria Carneiro – *A obra do arquitecto Rosendo Carneiro (1863-1919)*. Dissertação de Mestrado em História da Arte Contemporânea (texto policopiado). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2000.

MONGE, Maria de Jesus – *Museu-Biblioteca da Casa de Bragança: de Paço a Museu*. Dissertação de Mestrado em Museologia (texto policopiado). Évora: Universidade de Évora, janeiro de 2003.

MOREIRA, Marta Rocha – *Da casa ao museu*. Dissertação de Mestrado em Metodologias de intervenção no Património Arquitectónico (texto policopiado). Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, outubro de 2006.

NETO, Maria João – *A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929-1960)*. Tese de Doutoramento em História da Arte (texto policopiado). Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1995.

NUNES, Maria Helena Duarte Souto – *O Engenheiro-Militar e Arquitecto Luís Caetano Pedro d'Ávila (183[2?]-1904). A condição profissional e as práticas do métier*. Tese de Doutoramento em Ciências da Arte – História da Arte (texto policopiado). Lisboa: Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, 2006.

PALMA, Maria Rita Appleton Themudo Jardim – *O luxo e o aparato das artes de mesa no Portugal oitocentista. A Baixela Porto Côvo da Bandeira – Pierre-Philippe Thomire*. Dissertação de Mestrado em Arte, Património e Restauro (texto policopiado). Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2005.

PEDROSA, Guilherme Fernando Gonçalves – *Palácio Nacional da Ajuda. Contexto e Transição de Escala*. Dissertação e projeto finais de mestrado em Arquitectura (texto policopiado). Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa, fevereiro de 2015.

PEREIRA, Paulo Alexandre Alves Barroso Manta – *Arquitetura e Paisagem (1900-1948)*. Tese de Doutoramento em Arquitectura e Urbanismo (texto policopiado). Lisboa: ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, 2012.

PEREIRA, Susana Maria Lopes Quaresma e – *O Palácio Real do Alfeite. Da fundação à contemporaneidade (século XVIII-XX). Percursos e funcionalidades*. Dissertação de Mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro (texto policopiado). Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2009.

PEREZ, Maria Felisa Henriques Pereira – *Adriano de Sousa Lopes, Director do Museu Nacional de Arte Contemporânea: entre a continuidade e a mudança*. Dissertação de Mestrado em Museologia (texto policopiado). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2012.

PIRES, Samuel de Paiva – *O Reconhecimento da I República Portuguesa pela Inglaterra*. Seminário de Práticas Diplomáticas (trabalho policopiado). Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, 2009.

PONTE, António – *Casas-museu em Portugal. Teorias e práticas*. Dissertação de Mestrado em Museologia (texto policopiado). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007.

QUEIROZ, Mónica Ribas Marques Ribeiro de – *O Arquitecto Mateus Vicente de Oliveira (1706-1785). Uma práxis original na arquitectura portuguesa setecentista*. Tese de Doutoramento em Belas Artes, especialidade de Ciências da Arte (texto policopiado). Lisboa: Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, 2013.

ROCHA, Ema Ramalheira – *O Estágio / Curso de Conservadores de Museu no Museu Nacional de Arte Antiga – O papel educativo do MNAA na Museologia Portuguesa*. Dissertação de Mestrado em Museologia (texto policopiado). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2013.

SANTANA, Maria Manuela – *Tapeçarias da Casa Real Portuguesa em Setecentos: A Coleção do Palácio Nacional da Ajuda*. Dissertação de Mestrado em História da Arte (texto policopiado). Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2005.

SANTOS, Vítor Manuel Fernandes dos – *O Desenho de Guerra de Adriano de Sousa Lopes*. Dissertação de Mestrado em Desenho (texto policopiado). Lisboa: Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, 2006.

SERRA, Carlos Manuel Santos – *António Augusto Gonçalves. O percurso museológico*. Dissertação de Mestrado em Museologia e Património Cultural (texto policopiado). Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2002.

SOARES, Luís Filipe da Silva – *Palácio Nacional de Sintra. Circuito Expositivo. Análise da sua evolução*. Dissertação de Mestrado em Museologia (texto policopiado). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, março de 2010.

SOARES, Luís Filipe da Silva – *Relatório de Estágio Curricular. Conservação e Restauro de Património móvel no Palácio Nacional de Sintra* [texto policopiado]. Tomar: Instituto Politécnico de Tomar, 2004.

TEIXEIRA, José de Monterroso – *José da Costa Silva (1747-1819) e a receção do neoclassicismo em Portugal: a clivagem de discurso e a prática arquitectónica*. Tese de Doutoramento em História (texto policopiado). Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 2012.

XAVIER, Hugo André de Almeida Vale Pereira – *Galeria de pintura no Real Palácio da Ajuda*. Dissertação de Mestrado em Museologia (texto policopiado). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2009.

XAVIER, Hugo André de Almeida Vale Pereira – *O marquês de Sousa Holstein e a formação da Galeria Nacional de Pintura da Academia de Belas Artes de Lisboa*. Tese de Doutoramento em História da Arte, especialização em Museologia e Património Artístico (texto policopiado). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2015.

Bibliografia geral:

AA.VV. – *40 anos do Instituto José de Figueiredo*. Lisboa: Instituto Português de Conservação e Restauro, 2007.

AA.VV. – *A baixela de Sua Majestade Fidelíssima: uma obra de François Thomas Germain*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, 2002.

AA.VV. – *A Invenção da Glória. D. Afonso V e as Tapeçarias de Pastrana*. Lisboa e Madrid: Instituto dos Museus e da Conservação/Museu Nacional de Arte Antiga e Fundación Carlos de Amberes, 2010.

AA.VV. – *Exposição: José Relvas, o Conspirador contemplativo*. Lisboa: Assembleia da República, 2008.

AA.VV. – *Jardim Botânico da Ajuda*. Lisboa: Jardim Botânico da Ajuda, 1999.

AA.VV. – *Les trésors de l'orfèvrerie du Portugal*. Paris: Les Presses artistiques, 1955.

AA.VV. – *Museu Nacional de Soares dos Reis. Roteiro da Colecção*, 2.^a edição. Lisboa: Instituto Português de Museus, 2007.

AA.VV. – *Os Caminhos de Ferro Portugueses 1856-2006*. Lisboa: Caminhos de Ferro Portugueses, 2006.

AA.VV. – *Ventura Terra 1866-1919*. Lisboa: Assembleia da República, 2009.

ABECASIS, Maria Isabel Braga – *A Real Barraca. A Residência na Ajuda dos Reis de Portugal após o Terramoto (1756-1794)*. Lisboa: Tribuna da História, 2009.

ABREU, Jorge d' – *A Revolução Portuguesa: o 5 de Outubro*. Lisboa: Casa Alfredo David, 1912.

A Guide to Lisbon and its environs including Cintra and Mafra de Joaquim Antonio de Macedo. London: Simpkin, Marshall & C.^o, 1874.

ALMAÇA; Carlos – *A Natural History Museum of the 18th Century: The Royal Museum and Botanical Garden of Ajuda*. Lisboa: Museu Nacional de História Natural, 1996.

AMARAL, Luciano (org.) – *Outubro: A Revolução Republicana em Portugal (1910-1926)*. Lisboa: Edições 70, 2011.

ANDRADE, Nuno – *100 Anos. Guarda Nacional Republicana (1911-2011)*. Lisboa: Guerra e Paz, 2011.

Annuario da Universidade de Coimbra. Anno Lectivo de 1872-1873. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1872.

Annuario da Universidade de Coimbra. Anno Lectivo de 1905-1906. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1906.

ARAGÃO, Augusto Carlos Teixeira de – *Descrição geral e história das moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governadores de Portugal*. 3 vol. Porto: Imprensa Nacional, 1874-1880.

ARAGÃO, Augusto Carlos Teixeira de – *Description des monnaies, médailles et autres objects d'art concernant l'histoire portugaise du travail*. Paris: Imp. Administrative de Paul Dupont, 1867.

ARAGÃO, Augusto Carlos Teixeira de – *Descrição histórica das moedas romanas existentes no Gabinete Numismático de Sua Magestade El-Rei O Senhor Dom Luiz I*. Lisboa: Typ. Universal, 1870.

Arte Portuguesa do Século XIX. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural, 1988.

AZEVEDO, Luís Gonzaga de – *Proscritos: notícias circunstanciadas do que passaram os religiosos da Companhia de Jesus na revolução de Portugal de 1910*. 2 volumes. Valladolid: Florencio de Lara Editor, 1911-1914.

BECKFORD, William – *Italy; with sketches of Spain and Portugal*. London: Richard Bentley, 1834.

BENSABAT, José Jacob – *A Verdade dos Factos occorridos na Villa da Ericeira na ocasião da Implantação da Republica*. Lisboa: Imp. Africana, 1929.

BESSONE, Silvana (coord.) – *D. Amélia: uma rainha, um museu*. Lisboa: Museu Nacional dos Coches / Instituto Português dos Museus, 2006.

Biblioteca da Ajuda. Revista de Divulgação. 1980. Primeiro centenário da abertura ao público e transferência da Biblioteca da Ajuda para a ala Norte do Palácio. 10 de Junho de 1880 – 10 de Junho de 1980. Lisboa: Biblioteca da Ajuda, 1980.

BLAKESTON, Oswell – *Portuguese Panorama*. London: Burke Publishing Company, 1955.

BOMBELLES; Marquis de – *Journal d'un ambassadeur de France au Portugal 1786-1788. Publié avec l'autorisation du comte Georg Clam-Martinic. Edition établie, annotée et précédée d'une introduction par Roger Kann*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, Publications du Centre Culturel Portugais, 1979.

BRADFORD, Sarah – *Portugal and Madeira. A Guide and Gazetteer*. London and Sydney: Ward Lock, 1969.

BRAGANCE, Maria Pia de Saxe-Cobourg – *Mémoires d'une Infante vivante*. Paris: Del Luca, 1957.

BREYNER, Luiz de Mello – *Catalogo Geral de Orchideas em cultura no Jardim Real do Paço d' Ajuda. Systema natural de John Lindley*. Belem: Typographia Belenense, 1880.

BREYNER, Luiz de Mello – *Catalogo Geral de Orchideas em cultura no Jardim Real do Paço d' Ajuda. Systema natural de John Lindley*. N.º 2. Belem: Typographia Belenense, 1881.

BREYNER, Thomaz de Mello – *Diário de um Monárquico 1902-1904*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 2005.

BREYNER, Thomaz de Mello – *Diário de um Monárquico 1905-1907*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 2002.

BREYNER, Thomaz de Mello – *Diário de um Monárquico 1908-1910*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1993.

BREYNER, Thomaz de Mello – *Memórias do Professor Thomaz de Mello Breyner 4.º Conde de Maфра. 1869-1880*. Lisboa: António Maria Pereira Livraria Editora, 1930.

BREYNER, Thomaz de Mello – *Memórias do Professor Thomaz de Mello Breyner 4.º Conde de Maфра. 1880-1883*. Lisboa: Oficina Gráfica, Lda., 1934.

BRIDGE, Ann; LOWNDES, Susan – *The Selective Traveller in Portugal*. London: Chatto and Windus, 1949.

BRIDGE, ANN; LOWNDES, SUSAN – *Duas Inglesas em Portugal, Uma viagem pelo país nos anos 40*. Matosinhos: Quidnovi, 2008.

BRIGOLA, João Carlos Pires – *Coleccionismo no século XVIII: textos e documentos*. Porto: Porto Editora, 2009.

BRIGOLA, João Carlos Pires – *Colecções, gabinetes e museus em Portugal no séc. XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

BRIGOLA, João Carlos Pires – *Os viajantes e o 'livro dos museus': as colecções portuguesas através do olhar dos viajantes estrangeiros, (1700-1900)*. Porto: Dafne editora, 2010.

BROTERO, Félix de Avelar – *Breves instruções aos correspondentes da Academia das Ciências de sobre as remessas dos produtos, e notícias pertencentes a História da Natureza, para formar um Museu Nacional*. Lisboa : Regia Officina Typographica, 1781.

CABRAL, António – *O talento e dos desvarios de Guerra Junqueiro*. Lisboa: Portugália Editora, 1942.

CÂNCIO, Francisco – *O Paço da Ajuda*. Lisboa: Imprensa Barreiro, 1955.

CARDOSO, António Muñoz – *Os edifícios da Tapada da Ajuda*. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia, 1993.

CARVALHO, Ayres de - *A Galeria de Pintura da Ajuda e as Galerias do Século XIX*. Lisboa: [s.n.], 1982.

CARVALHO, Ayres de – *D. João V e a Arte do seu Tempo*. Lisboa: [s.n.], 1960.

CARVALHO, Ayres de – *O Palácio da Ajuda*. Lisboa: Secretaria de Estado da Informação e Turismo, 1973.

CARVALHO, Ayres de – *O pintor Cirilo Volkmar Machado (1748-1823)*. Lisboa: [s.n.], 1957.

CARVALHO, Ayres de – *Os Três Arquitectos da Ajuda. Do "rocaille" ao neoclássico*. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1979.

Catalogo das jóias e pratas Que pertenceram á falecida Rainha Sr.^a D. Maria Pia e Cuja venda em leilão se effectuará nos dias 24 de Julho e seguintes pelas 13 horas No edifício do Banco de Portugal Em Lisboa. Lisboa: Typ. do Annuario Commercial, 1912.

Catalogue of the special loan Exhibition of the Spanish and Portuguese Ornamental Art, South Kensington Museum. London : Chapman and Hall, 1881.

Catalogue Spécial de la Section Portugaise à l'Exposition Universelle de Paris en 1867. Paris: Librairie Administrative de Paul Dupont, 1867.

CHOFFAT, Paul – *Albert Arthur Alexandre Girard: memória apresentada à Academia das Sciencias de Lisboa*. Lisboa: Academia das Sciencias de Lisboa, 1916.

CLYNE, Douglas – *Your Guide to Portugal*. London: Alvin Redman, 1965.

COELHO; António Corrêa Caldeira – *A protecção legal aos Monumentos Nacionais. Conferencia pronunciada na sessão solemne da Associação dos Advogados de Lisboa em 20 de Novembro de 1922 e repetida na Associação dos Arqueologos Portuguezes (Bases para um projecto de lei)*. Lisboa: Tipografia do Comércio, 1923.

COLAÇO, Branca de Gonta (org.) – *Memórias da Marquessa de Rio Maior*. Lisboa: [s. n.], 1930.

COLLINS, Francis – *Voyages to Portugal, Spain, Sicily, Malta, Asia Minor, Egypt, etc., from 1796 to 1801*. London: Richard Phillips, 1809.

Congresso e Exposição de Ourivesaria Portuguesa. Lisboa: [s. n.], 1926.

CORNIDE Y SAAVEDRA, José – *Estado de Portugal en el Ano de 1800*. 3 vols. Madrid: Real Academia de Historia, 1893.

CORREIA, Cristina Neiva – *Quelques petits souvenirs de Sèvres: elementos para o estudo do acervo cerâmico do Palácio Nacional da Ajuda*. Porto : Universidade Católica Portuguesa, Escola das Artes, 2008.

CÔRTE-REAL, Manuel H. – *O Palácio das Necessidades*. Lisboa: Chaves Ferreira Publicações, 2001.

COSTA, Maria Madalena Cardoso da – “João Couto e a formação dos conservadores dos museus, palácios e monumentos nacionais (1935-1962)”, in, *Actas do IV Congresso de História da Arte Portuguesa, Homenagem a José-Augusto França*. Lisboa: APHA - Associação Portuguesa de Historiadores de Arte, 2012.

COSTA, Mário – *Uma Quermesse de Caridade na Real Tapada da Ajuda*. Lisboa: [s. n.], 1959.

CRUZ, Henrique de Vasconcelos – “Cuidando de uma casa: Regina Monteiro Real na Casa de Rui Barbosa”, in, *Anais I Encontro Luso-Brasileiro de Museus Casas*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2010, pp. 95-103.

CUSTÓDIO, Jorge (coord.) – *100 anos de património: Memória e identidade. Portugal 1910-2010*. Lisboa: Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, 2010.

DESVALLEES, André, MAIRESSE, François (dir.) – *Dictionnaire encyclopédique de muséologie*. Paris: Armand Colin, 2011.

DIAS, Maria Helena e Instituto Geográfico do Exército – *Portugalliae Civitates, Perspectivas cartográficas militares*. Lisboa: Instituto Geográfico do Exército, 2008.

Estatuto da Associação Nacional de Interêsse Patriótico Culto Camiliano. Lisboa: A Editora, 1916.

Exposição de Alfaia Agrícola na Real Tapada da Ajuda em 1898. Documentos. Introdução, programma, regulamento, jurys, catalogo ilustrado, lista dos premiados e opinião da imprensa. Lisboa: Imprensa Nacional, 1898.

Exposição Histórica do Ministério das Finanças. Notícia Histórica dos Serviços. Catálogo. Bibliografia. 150.º Aniversário da Fundação da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda. Lisboa: Ministério das Finanças, 1952.

Exposição Iconográfica de D. Miguel I, Rei de Portugal e Algarves. Lisboa: Tipografia União Gráfica, maio de 1951.

Exposição Iconográfica de El-Rei Dom Miguel I, Rei de Portugal e dos Algarves. Palácio da Independência. Lisboa: Oficinas gráficas Rádio-Renascença, maio de 1952.

Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental Portuguesa e Hespanhola celebrada em Lisboa em 1882 sob a protecção de Sua Majestade el-Rei o Senhor D. Fernando II. 2 vols. Lisboa: Imprensa Nacional, 1882.

Exposition universelle de 1867 à Paris. Rapports du Jury international publiés sous la direction de M. Michel Chevalier – Rapport de M. E. du Sommerard, commissaire délégué. Paris: Imprimerie et Librairie administratives de Paul Dupont, 1867.

FELISMINO, Aureliano – *Os Primeiros Dez Anos de Vida do Gabinete de Estudos António José Malheiro*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1955.

FERNANDEZ Y GONZALEZ, Modesto – *Portugal Contemporaneo. De Madrid a Oporto. Diário de um caminhante*. Madrid: Imprenta e Fundicion de M. Tello, 1874.

- FERRAND, Franck – *Versailles après les rois*. Paris: Éditions Perrin, 2012.
- FERREIRA, Carlos Antero – *Tapada da Ajuda, O Palácio de Exposições*. Lisboa: Edições Passado/Presente, Lda., 1987.
- FERRO, António – *Entrevistas de António Ferro a Salazar, com prefácio de Fernando Rosas*. 2.^a edição. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 2003.
- Fodor's Portugal 1974*. London: Hodder and Stoughton, 1974.
- FONTE, Barroso da – *Paço dos Duques de Bragança*. Lisboa: Elo – Publicidade e Artes Gráficas, 1994.
- FONTES, Vital – *Servidor de reis e de presidentes*. Lisboa: Editor Marítimo-Colonial, 1945.
- FOZ, Marquês da – *A Baixela Germain da Antiga Côrte Portuguesa*. Lisboa: Edição dos “Amigos do Museu”, 1926.
- FRANÇA, José-Augusto – *A Arte em Portugal no século XIX*. Lisboa: Bertrand Editora, 1966.
- Galeria de Pintura no Real Paço da Ajuda fundada por Sua Magestade El-Rei o Senhor D. Luiz I*. Lisboa: Typ. Belenense de José Maria da Costa Fortinho, 1872.
- Galeria de Pintura no Real Paço da Ajuda fundada por Sua Magestade El-Rei o Senhor D. Luiz I*. Lisboa: Typ. Universal de Thomaz Quintino Antunes, 1869.
- GASPAR, Diogo (coord.) – *Do Palácio de Belém*. Lisboa: Museu da Presidência da República, 2005.
- GODINHO, Isabel da Silveira (coord.) – *D. Luís I Duque do Porto e Rei de Portugal*. Lisboa: Palácio Nacional da Ajuda, 1990.
- GODINHO, Isabel da Silveira (coord.) – *O Palácio Nacional da Ajuda*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural, 1987.
- GODINHO, Isabel da Silveira (coord.) - Palácio Nacional da Ajuda – Itinerário. Lisboa: Palácio Nacional da Ajuda, 1988.
- GODINHO, Isabel da Silveira (coord.) – *Palácio Nacional da Ajuda*. Vila do Conde: Quidnovi, 2011.
- GODINHO, Isabel da Silveira (coord.) – *Rei D. Luís I: iconografia*. Lisboa: Palácio Nacional da Ajuda, 1990.
- GODINHO, Isabel da Silveira (coord.) – *Tesouros reais*. Lisboa: Palácio Nacional da Ajuda, 1992.
- GODINHO, Isabel da Silveira e GUEDES, Carmina Correia (coord.) – *A Educação dos Príncipes no Paço da Ajuda*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, 2004.
- GOMES, Paulo Varela – *Arte Portuguesa, da pré-história ao século XX: expressões do Neoclássico*. Lisboa: Fubu Editores, 2009.

GRAHAM, Gordon M., ISRAEL, Alec – *The Complete Guide to Portugal*. London: George Philip, 1972.

Grand Dictionnaire Universel du XIX Siècle. Paris: Administration du grand Dictionnaire universel, 1866-1877.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. Lisboa / Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia Limitada, [s.d.]

GUEDES, Natália Correia – *Mantos Reais* [catálogo policopiado]. Lisboa: 1978.

Guia dos Parques, Jardins e Geomonumentos de Lisboa. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2009.

HACKENBROCH, Yvonne – *Renaissance Jewellery*. London: Sotheby Parke Bernet by Phipip Wilson, 1979.

JÚNIOR, José Rosas – *Palácio Nacional da Ajuda. Catálogo das Jóias e Pratas da Coroa*. Porto: Litografia Nacional, 1954.

KEIL, Alfredo – *Colecções e museus de arte em Lisboa*. Lisboa: Livraria Ferreira & Oliveira, 1905.

KEIL, Luís – *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Portalegre*. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1943.

Kermesse na Real Tapada da Ajuda sob a protecção de Sua Magestade a Rainha A Senhora D. Maria Pia. Acta da sessão de 9 de Julho de 1884 para Apresentação de contas e dissolução da comissão promotora. Lisboa: Imprensa Nacional, 1884.

LACERDA, Aarão de e CARVALHO, Joaquim Marins Teixeira de – *Arte e Arqueologia*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1925.

LAMBERTINI, Michel'angelo – *O Museu Instrumental e as minhas relações com o Estado*. Lisboa: Typ. do Annuario Comercial, 1913.

LAPA, Pedro e SILVEIRA, Maria de Aires (org.) – *Arte Portuguesa do século XIX. 1850-1910*. Lisboa: Museu Nacional de Arte Contemporânea – Museu do Chiado / Leya, 2010.

LAPA, Pedro e TAVARES, Emília (org.) – *Arte Portuguesa do Século XX. 1910-1960*. Lisboa: Museu Nacional de Arte Contemporânea – Museu do Chiado / Leya, 2011.

LAPA, Sofia – “Como se forma uma museóloga? Contributos para o estudo de Maria José de Mendonça (Museu Nacional de Arte Antiga, 1933-1938)”, in, *Actas do IV Congresso de História da Arte Portuguesa, Homenagem a José-Augusto França*. Lisboa: APHA - Associação Portuguesa de Historiadores de Arte, 2012.

LAVRADIO, Marquês de – *Memórias do Sexto Marquês de Lavradio*. Coordenadas por D. José Luiz de Almeida (Lavradio). Lisboa: Edições Ática, 1947.

LEAL, Alfredo – *Os painéis do Infante: ligeiros comentários sobre a memória do sr. José de Figueiredo à cerca do pintor Nuno Gonçalves*. Lisboa: Typ. do Comércio e Indústria, 1917.

- LEÃO, Francisco G. Cunha – *Macau e o Oriente na Biblioteca da Ajuda*. Lisboa e Macau: Instituto Cultural de Macau / Instituto Português do Património Arquitectónico / Biblioteca da Ajuda, 1998.
- LICHNOWSKY, Felix – *Portugal. Recordações do anno de 1842*. Segunda edição. Lisboa: Imprensa Nacional, 1845.
- LINK, Heinrich Friedrich – *Notas de uma viagem a Portugal e através de França e Espanha*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2005.
- LINK, Heinrich Friedrich – *Travels in Portugal and through France and Spain*. London: T.N. Longman and O. Rees, 1801.
- LINK, Heinrich Friedrich – *Voyage en Portugal depuis 1797 jusqu'en 1799*. Paris: Levrault, Schoell e C.^a, 1.º e 2.º ts., 1803, 3.º t., 1805.
- LINO, Raul (dir.) – *Palácios Portugueses*. Lisboa: Secretaria de Estado da Informação e Turismo, 1972.
- LINO, Raul (dir.) – *Palácios Portugueses*, 4.^a edição. Lisboa: União de Bancos Portugueses, 1982.
- LINO, Raul – *Quatro palavras sobre os Paços Reais da Vila de Sintra*. Lisboa: Valentim de Carvalho, 1948.
- MACEDO, Joaquim António – *A Guide to Lisbon and its environs including Cintra and Mafra*. London: Simpkin, Marshall, 1874.
- MAGALHÃES, José Calvet – *Breve História Diplomática de Portugal*. Mem-Martins: Europa-América, 1990.
- MARQUES, A. H. de Oliveira – *Breve História de Portugal*. 4.^a edição. Lisboa: Presença, 2001.
- MARTINS, Fernando – “O 5 de Outubro: Anatomia, Natureza e Significado de uma Revolução”, in, *Outubro: A Revolução Republicana em Portugal (1910-1926)*. Lisboa: Edições 70, 2011.
- MARTINS, João Paulo – “Projeto adiado: o Museu de Arte Contemporânea, em Lisboa. 1934-1943”, in, *IV Congresso de História da Arte Portuguesa – Homenagem a José-Augusto França*, CD anexo ao Livro de Resumos do encontro, 2014.
- MARTINS, Rocha – *D. Manuel II e o seu reinado*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1931.
- MARTINS, Rocha – *Lisboa de ontem e de hoje*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1945.
- MARTINS, Rocha e OLIVEIRA, Lopes d' – *A Revolução de 5 de Outubro de 1910. Cadernos Históricos*. N.º 5. Lisboa: Edições Excelsior, [s.d.]
- MENESES, Filipe Ribeiro de – *Salazar: A political biography*. New York: Enigma Books, 2010.

MONGE, Maria de Jesus – “A República no Paço Ducal de Vila Viçosa”, in, *Callipole: Revista de Cultura*, nº 18, 2010, pp. 53 – 65.

MONGE, Maria de Jesus – “O Património artístico no início do século XX: de Paços Reais a Palácios Nacionais, intenções e razões”, in, *Actas do simpósio Património em construção. Contextos para a sua preservação*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 2011. pp 121-126.

MONGE, Maria de Jesus e SOARES, Luís – “A “viragem” museológica. O Estado Novo apropria-se dos Palácios Nacionais”, in, *Actas do IV Congresso de História da Arte Portuguesa, Homenagem a José-Augusto França*. Lisboa: APHA - Associação Portuguesa de Historiadores de Arte, 2012.

MONTALVOR, Luís de (dir.) – *História do Regimen republicano em Portugal*. Lisboa: Ática, 1929 e 1930.

MURPHY, James – *Travels in Portugal*. London: A. Strahan, and T. Cadell Jun. and W. Davies, 1795.

MURRAY, John – *A handbook for travellers in Portugal*. Second edition. London: John Murray, 1856.

Museu de Escultura Comparada – Gipsoteca – Mafra. Lisboa: Ministério das Obras Públicas, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1963.

NEALE, Adam – *Letters from Portugal and Spain*. London: Richard Phillips, 1809.

NERI, Francesca – *The Museums of Florence*. Firenze: Scala, 2006.

NETO, Maria João – *Memória Propaganda e Poder. O restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto Publicações, 2001.

Noticia acerca das Aguas que abastecem os Almoxarifados das Reaes Propriedades que Proprias quer Nacionaes no usufructo da Corôa. 1904. Lisboa: Typographia da “A Editora”, 1905.

ORTIGÃO, Ramalho – *O Culto da Arte*. Lisboa: António Maria Pereira, Livreiro-Editor, 1896.

PAILLER, Jean – *Maria Pia: A Mulher que queria ser Rainha de Portugal*. Lisboa: Bertrand Editora, 2006.

PAMPLONA, Fernando – *Dicionário de pintores e escultores portugueses ou que trabalharam em Portugal*. II. 2.^a ed. (actualizada). Lisboa: Livraria Civilização Editora, 1987.

PARISOT, Magdelaine – *Guide Bleu, Portugal, Madère, Açores*. Paris: Hachette, 1953.

PARISOT, Magdelaine – *Guide Bleu, Portugal, Madère, Açores*. Paris: Hachette, 1960.

PARISOT, Magdelaine – *Guide Bleu, Portugal, Madère, Açores*. Paris: Hachette, 1973.

PASSAPORTE, António – *Série de postais do Palácio Nacional da Ajuda*. Lisboa: LOTY, 1969.

PEREIRA, A. Marques – *Moedas de Siam*. Lisboa: Lallement Frères Typ., 1879.

PEREIRA, José Fernandes – “O neoclássico”, in, PEREIRA, Paulo (dir.), *História da Arte Portuguesa*. Vol. 3. Lisboa: Temas e Debates, 1995.

PINHO, Elsa Garrett – *Poder e Razão. Escultura Monumental no Palácio Nacional da Ajuda*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, 2002.

PINTO, Gonzaga – *5 de Outubro. Na Rotunda: em Artilharia 1: no Parque Eduardo VII*. Lisboa: Guimarães Editores, 1911.

Pinturas dos séculos XV e XVI da ilha da Madeira (depois do seu restauro), Catálogo. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga, maio de 1955.

“Planta da Cidade de Lisboa. Publicada por João Carlos Bom de Souza e gravada por J. F. M. Palha. 1875.”

“Planta da Real Tapada d’Ajuda. 1849. J. A. de Abreu lev. red. e lith. Lisboa. Na Off.Lith. da Rua Nova dos Martyres.”

“Planta das minas e encanamentos d’agua do Almocharifado d’Ajuda” [Material cartográfico]. - Escala 1:5000. - [Lisboa] : A Editora, 1901. Acedido em 24 de abril de 2014 em URL: <http://purl.pt/1678/3/>

PROENÇA, Raúl (coord.) – *Guia de Portugal, I, Generalidades, Lisboa e Arredores*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa, 1924.

Programma e Regulamento da Exposição Pecuaria Nacional de 1897. Lisboa: Imprensa Nacional, 1896.

RAMOS, Rui - “A Segunda Fundação (1890-1926)”, in, MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 6. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994. pp. 508-510.

RAMOS, Rui (coord.) – *História de Portugal*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2009.

Regulamento geral e programma da Exposição Industrial Portuguesa na Real Tapada da Ajuda que será inaugurada no 1.º de Maio de 1888 sob a protecção de Sua Magestade o rei Senhor D. Luiz. Lisboa: Imprensa Nacional, 1887.

Relatorio da Exposição Agrícola de Lisboa realisada na Real Tapada da Ajuda em 1884. Lisboa: Imprensa Nacional, 1885.

Retrospectiva da obra do pintor Martins Barata. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1988.

RIBEIRO, Armando – *A Revolução Portuguesa*. 6 vols. Lisboa: João Romano Torres e C.^a, 1915.

RODOLFO, João de Sousa – *Luís Cristino da Silva e a Architectura Moderna em Portugal*. Lisboa: Dom Quixote, 2002.

RODRIGUES, Ana Maria (coord.) – *D. João VI e o seu tempo*. Catálogo da Exposição na Galeria de Pintura do Rei D. Luís no Palácio Nacional da Ajuda, Maio-Julho de 1999. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.

ROSSA, Walter – *Além da Baixa: indícios de planeamento urbano na Lisboa Setecentista*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, 1998.

SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo (dir.) – *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa: [s.n.], 1994.

SANTOS, Guilherme G. de Oliveira – *O Caso dos Távoras*. Lisboa: Livraria Portugal, 1959.

SANTOS, Machado – *A Revolução Portuguesa (1907-1910). Relatório de Machado Santos*. Lisboa: Papelaria e Typ. Liberty, 1911.

SANTOS, Mário Berberan e – *Gustavo de Matos Sequeira, Retrato de um Olisipógrafo*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2012.

SANTOS, Reynaldo dos; COUTO, João; LOPES, Adriano de Sousa – *Exposição de Os Primitivos Portugueses: 1450-1550: Catálogo-Guia*. Lisboa: [s.n.], 1940.

SANTOS, Victor Marques dos – *A Questão Africana e as Relações Luso-Britânicas. 1884 – 1914*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Universidade Técnica de Lisboa, 2007.

SEQUEIRA, Gustavo de Matos – *O Palácio Nacional da Ajuda (Resenha Histórica)*. Lisboa: Direcção Geral da Fazenda Pública, 1961.

SEQUEIRA, Gustavo de Matos – *Palácios e Solares Portuguezes*. Porto: Livraria Lello, 1932.

LOPES, Carlos Manuel da Silva – *Estudos de História da Pintura e da Gravura*. Porto: CITAR – Centro de Investigação em Ciência e Tecnologia das Artes, 2010.

SILVA, Andrée Mansuy-Diniz – *Portrait d'un homme d'État: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares: 1755-1812*. 2 vols. Lisboa / Paris: Fundação Calouste Gulbenkian / Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2006.

SILVA, Helena Moreira da – *Monarquia do Norte – 1919*. Lisboa: Quidnovi, 2008.

SILVA, Joaquim Possidónio Narciso da – *Descrição das Novas Salas no Real Palácio da Ajuda. Obras mandadas executar por Sua Magestade a Rainha A Senhora D. Maria Pia de Sabóia nos Seus Reaes Aposentos*. Lisboa: Typographia Portuguesa, 1865.

SOARES, Clara Moura – “Os Arrolamentos dos Paços Reais: políticas da I República na gestão do património artístico da Monarquia proscrita”, in, *Museus, Palácios e Mercados de Arte*. Lisboa: Scribe, 2014.

SOARES, Ernesto – *Dona Catarina de Bragança, Rainha de Inglaterra, Elementos iconográficos*. Lisboa: [s.n.], 1947.

SOUSA, Francisco Luís Pereira de – *O Terremoto do 1.º de Novembro de 1755 em Portugal Um Estudo Demográfico*, vol. III. Lisboa: Ed. Serviços Geológicos, 1928.

SUBTIL, José – *O Ministério das Finanças (1801-1996). Estudo orgânico e funcional*. Lisboa: Gabinete do Ministro, Ministério das Finanças, 1996.

TACKERAY, William – *Notes of a Journey from Cornhill to Grand Cairo by way of Lisbon, Athens, Constantinople and Jerusalem*. New York: George P. Putnam, 1848.

TRINDADE, Maria Helena (coord.) – *Michel'angelo Lambertini 1862/1920*. Lisboa: Museu da Música, 2002.

VANDELLI, Domingos – *Memoria sobre a Utilidade dos Jardins Botânicos a respeito da agricultura e principalmente da cultura das charnecas*. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1770

VANDELLI, Domingos – *Viagens filosóficas ou Dissertação sobre as importantes regras que o filósofo naturalista, nas suas peregrinações deve principalmente observar*. [s.l.]: [s.n.], 1779.

VANDELLI, Domingos – *Breves instruções aos correspondentes da Academia das Ciências de sobre as remessas dos produtos, e notícias pertencentes a História da Natureza, para formar um Museu Nacional*. [s.l.]: [s.n.], 1781.

VAZ, João de Moraes – *A Pintura Mural do Real Paço da Ajuda 1796-1833*. Imagens do Poder. Scribe: Lisboa, 2015.

VENTURA, António - *A Carbonária em Portugal (1897-1910)*, 2.ª edição. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.

VIANA, Teresa – *Carrancas e o seu Palácio*. Porto: Museu Nacional de Soares dos Reis, 1984.

VICENTE, António Pedro – *Guerra Peninsular 1801-1814*. Lisboa: Quidnovi, 2007.

VIEIRA, Custódio José – *A propósito da Reforma da Ortografia Portuguesa. Carta ao distintíssimo filólogo e homem de letras Ex.mo Sr. Dr. Cândido de Figueiredo*. [s.l.]: [s.n.], 1912.

VIEIRA, Custódio José – *Uma carta de Camilo na Biblioteca da Ajuda. Reparos a umas afirmações do Sr. Dr. Teófilo Braga*. [s.l.]: [s.n.], 1916.

“Vista e perspectiva da Barra Costa e Cidade de Lisboa Capitale do Reino de Portugal, Situada na borda do Rio Tejo em 38 graos 42 minutos e 50 Segundos de latitude e em 8 graos 26 minutos e 15 Segundos de longitude. Ainda que por causa do memoravel terremoto do 1º Novembro 1755 esteja muito desfigurada da nobreza que teve e acabada de redificar não cederá à melhor da Europa / Bernardo de Caula P.ro tenente dartilhariaria do algarve. 1763.”

ZAGALO, Manuel Carlos de Almeida Cayolla – *Palácio Nacional da Ajuda. Roteiro*. Lisboa: Direcção Geral da Fazenda Pública, 1961.

ZAGALO, Manuel Carlos de Almeida Cayolla – *Museu de Arte no Funchal*. Lisboa: Sociedade Nacional de Tipografia, 1936.

Periódicos (por ordem cronológica):

BROTERO, Félix de Avelar – “Noções historicas das phocas em geral e particular, com as descrições das que se conservão no real Museu do Paço de Nossa Senhora da Ajuda”, in, *Jornal de Coimbra*, 11, 1817.

ORLANDINI, Attilio Zuccagni – “Delle Scienze fisiche in Portogallo”, in, *Gionali di Scienze ed Arti di Firenze*, t. VI, n.º 16, Maio 1817.

Diário de Notícias, n.º 831, 16 de outubro de 1867, p. 1.

Diário de Notícias, n.º 1411, 25 de setembro de 1869, p. 1.

Diário de Notícias, n.º 1412, 26 de setembro de 1869, p. 1.

“Real Tapada da Ajuda”, in, *Diário de Notícias*, n.º 6577, 17 de maio de 1884, p. 1.

“Exposição Agrícola de Lisboa”, in, *O Occidente*, Vol. VII, n.º 195, 21 de maio de 1884, pp. 115 e 117.

“Os pannos de Raz da Relação de Lisboa”, in, *Diário de Notícias*, n.º 14.527, 7 de maio de 1906, p. 1.

“Os pannos de arrás da Relação de Lisboa”, in, *Ilustração Portuguesa*, n.º 30, II série, 17 de Setembro de 1906, pp. 213-217.

Ilustração Portuguesa, N.º 122, 22 de junho de 1908.

“A Côrte em Vila Viçosa”, in, *Ilustração Portuguesa*, II série, n.º 103, 10 de fevereiro de 1908.

FREITAS, Jordão de - “A Capela Real e a Igreja Patriarcal na Ajuda”, in, *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses*. Lisboa, 1909.

TABORDA, João - “Ócios de um bacharel”, in, *Diário de Notícias*, n.º 15932, 23 de Março de 1910, p. 1.

“A Ressurreição de um grande pintor. As tabuas de Nuno Gonçalves”, in, *Ilustração Portuguesa*, II série, n.º 223, 30 de maio de 1910, pp. 691-696.

A Capital, n.º 103, de 11 de outubro de 1910, p. 2.

“A partida da Família Real para o exílio”, in, *Occidente*, Vol. XXXIII, N.º 1.146, 30 de outubro de 1910, p. 246.

“O Museu da Revolução”, in, *A Capital*, n.º 180, 29 de dezembro de 1910, p. 2.

“O Museu da Revolução”, in, *Brasil-Portugal*, n.º 287, 1 de janeiro de 1911, p. 358.

“O Museu da Revolução”, in, *Ilustração Portuguesa*, II série, n.º 255, 9 de janeiro de 1911, pp. 53-56.

“Novas cartas”, in, *O Mundo*, n.º 3.704, de 22 de Fevereiro de 1911, p. 2.

A Republica Portuguesa, n.º 154, 6 de abril de 1911, p. 1.

“Através dos salões desertos da Ajuda”, in, *Ilustração Portuguesa*, II série, n.º 268, 10 de abril de 1911, pp. 457-463

“O Congresso de Turismo”, in, *Ilustração Portuguesa*, II série, n.º 274, 22 de maio de 1911, pp. 649-662.

“O Congresso de Turismo”, in, *Ilustração Portuguesa*, II série, n.º 275, 29 de maio de 1911, pp. 673-677

“Un nuovo e grave lutto colpisce la Reale Famiglia. S. M. Maria Pia ha cessato di vivere, ieri alle ore 15.35, nel castello di Stupinigi.”, in, *Gazzetta Ufficiale del Regno d’Italia*, Numero 157, 6 luglio 1911.

“I funeral della Regina Maria Pia”, in, *Gazzetta Ufficiale del Regno d’Italia*, Numero 160, 10 luglio 1911

“O Museu das Janellas Verdes”, in, *O Século*, 26 de julho de 1911.

O Intransigente, n.º 324, de 5 de outubro de 1911, p. 3.

O Intransigente, n.º 914, de 20 de julho do 1913.

“Armando Porfírio Rodrigues”, in, *O Intransigente*, n.º 919, de 4 de agosto de 1913, p. 1.

“O Casamento de D. Manuel de Bragança”, in, *Ilustração Portuguesa*, II série, n.º 395, 15 de setembro de 1913, pp. 344-348.

“Casamento de D. Manuel de Bragança”, in, *Ilustração Portuguesa*, II série, n.º 396, 22 de setembro de 1913, pp. 358-360 e 368-369.

“Entre Ferros”, in, *O Intransigente*, n.º 972, de 4 de outubro de 1913, p. 1.

ROCAMORA, Jose – “Portugal contra los Jesuitas. Desde Lisboa. Del Cuartel al Convento”, in, *Heraldo de Madrid*, n.º 7258, 13 de outubro de 1913, p. 1. <http://hemerotecadigital.bne.es/issue.vm?id=0000603795&page=1&search=campolide&lang=es> – acedido a 8 de abril de 2014.

O Primeiro de Janeiro, n.º 61, 15 de março de 1919, p. 2.

O Primeiro de Janeiro, n.º 79, 5 de abril de 1919, p. 2.

DANTAS, Júlio – “O momento artistico”, in, *Diário de Notícias*, n.º 19.409, de 13 de dezembro de 1919.

“Museu Nacional de Arte Antiga. A Abertura das novas salas”, in, *Ilustração Portuguesa*, II série, n.º 738, 12 de abril de 1920, pp. 258-260.

“Os Reis dos Belgas”, in, *O Século*, n.º 13.952, 30 de outubro de 1920, p. 1.

“Os Reis da Bélgica”, in, *A Capital*, n.º 3.683, 1 de novembro de 1920, p. 1.

“Os Soberanos Belgas em Portugal”, in, *O Século*, n.º 13.954, de 1 de novembro de 1920, pp. 1-2.

“Os Reis da Bélgica”, in, *A Capital*, n.º 3684, 2 de novembro de 1920, p. 2.

“A apoteose de hontem aos soberanos belgas”, in, *O Século*, n.º 13.955, de 2 de novembro de 1920, pp. 1-2.

A Situação, n.º 626, de 3 de novembro de 1920.

Tempo, n.º 343, de 9 de novembro de 1920.

Tempo, n.º 344, de 10 de novembro de 1920.

A Época, n.º 529, de 10 de novembro de 1920.

A Revolução de Dezembro, n.º 8, de 14 de novembro de 1920, p. 1.

“DR. ALBERTO XAVIER – O director geral da fazenda publica repele uma miseravel campanha que contra ele se urdiu, aproveitando a sua ausencia de Lisboa”, in, *A Manhã*, n.º 1262, de 21 de novembro de 1920, p. 1.

A Situação, n.º 645, de 22 de novembro de 1920, p. 1

República, n.º 3.247, de 4 de dezembro de 1920, p. 1.

Diário de Notícias, n.º 19.779, de 25 de dezembro de 1920, p. 3.

“A comemoração pombalina”, in, *Ilustração Portuguesa*, n.º 900, 19 de março de 1923, pp. 617-619.

“Marquez de Pombal”, in, *O Século*, n.º 14.804, 3 de maio de 1923, p. 1.

“Os restos nortaes do Marquez de Pombal”, in, *O Século*, n.º 14.810, 9 de maio de 1923, p. 2.

“A Consagração. Os Restos do Marquez de Pombal foram hoje transferidos da igreja das Mercês para o Atrio da Camara Municipal”, in, *A Capital*, n.º 4.376, 12 de maio de 1923, p. 2.

“A trasladação do Marquez de Pombal”, in, *O Século*, n.º 14.813, 12 de maio de 1923, p. 1.

“A trasladação dos restos do Marquez de Pombal”, in, *O Século*, n.º 14.815, 14 de maio de 1923, pp. 1-2.

ZAGALO, Manuel Carlos de Almeida Cayolla - “Algumas palavras sôbre o património artístico da Ilha da Madeira”, in, *Arquivo Histórico da Madeira*, Vol. IV, 1934-1935, pp. 26-35.

ZAGALO, Manuel Carlos de Almeida Cayolla - “Algumas palavras sôbre o património artístico da Ilha da Madeira II”, in, *Arquivo Histórico da Madeira*, Vol. IV, 1934-1935, pp. 85-100.

GOMES, Azevedo – “Notícias sobre a Tapada da Ajuda”. *Separata do “Agros”*, Ano XVII, II Série, n.º 2 e 3, 1935.

FILHO, Magalhães – “6 Pintores saem da Escola de Belas Artes”, in, *Fradique*, Ano II, 1935.

ZAGALO, Manuel Carlos de Almeida Cayolla – “Algumas palavras sôbre o património artístico da Ilha da Madeira III”, in, *Arquivo Histórico da Madeira*, Vol. V, Fascículo I, janeiro 1937, pp. 5-18.

ZAGALO, Manuel Carlos de Almeida Cayolla – “Algumas palavras sôbre o património artístico da Ilha da Madeira IV”, in, *Arquivo Histórico da Madeira*, Vol. V, Fascículo 5-6, setembro - novembro de 1937, pp. 129-141.

“Manuel Carlos de Almeida Zagalo”, in, *Diário de Notícias*, n.º 25.949, 6 de maio de 1938, p. 2.

“Exposição do Mundo Português”, in, *Revista dos Centenários*, n.ºs 19-20, julho/agosto de 1940, pp. 17-32.

“Notas Várias”, in, *Revista dos Centenários*, n.ºs 19-20, julho/agosto de 1940, p. 64.

BURITY, Braz [pseud. Joaquim Madureira] – “O Palacio Real da Ajuda. O seu recheio artístico e a sua adaptação necessária e urgente ao Museu de Estatuária Comparada e à instalação salvadora do MUSEU NACIONAL DE ARTE CONTEMPORÂNEA”, in, *O Primeiro de Janeiro*, Ano 73.º, n.º 28, 29 de janeiro de 1941, pp. 1 e 3.

MENDONÇA, Maria José de – “Conservação das Tapeçarias do Estado”, in, *Boletim dos Museus Nacionais de Arte Antiga*, Fascículo 7, janeiro a junho de 1942, Vol. II.

“Quem tem a chave da Igreja da Memória que, apesar de Monumento Nacional, tem caixilhos e vidros partidos e um triste ar de abandono?”, in, *O Século*, n.º 22.825, de 9 de outubro de 1945, p. 1.

Diário de Notícias, n.º 30.058, 22 de outubro de 1949, pp. 1 e 6.

Diário de Notícias, n.º 30.059, 23 de outubro de 1949, p. 7.

O Concelho de Mafra, n.º 519, 2 de outubro de 1949.

COUTO, João – “Exposição de Monotipias e Pontas Secas”, in, *O Concelho de Mafra*, n.º 524, de 18 de dezembro de 1949.

O Concelho de Mafra, n.º 525, 1 de janeiro de 1950.

OLIVEIRA, A. Lopes de – “Nas Colmeias da Arte. Aires de Carvalho, Pintor e Conservador do Palácio de Mafra”, in, *Novidades*, 9 de julho de 1950.

O Concelho de Mafra, n.º 550, 18 de janeiro de 1951.

LACERDA, Abel de – “Apelo para ser criado um Deposito Nacional de Mobiliario”, in, *Diário de Notícias*, n.º 31.271, de 13 de março de 1953, p. 4.

“De la Llegada a Madrid del Presidente de Portugal”, in, *ABC*, 16 de mayo de 1953, p. 5.
Acedido em 7 de abril de 2015 em URL:
<http://hemeroteca.abc.es/nav/Navigate.exe/hemeroteca/madrid/abc/1953/05/16/005.html>

“Los jefes de Estado de España y Portugal [...] durante la cena de gala ofrecida en su honor por el embajador de Portugal en Madrid, Sr. Carneiro Pacheco”, in, *ABC*, 21 de mayo de 1953, p. 5. Acedido em 7 de abril de 2015 em URL: <http://hemeroteca.abc.es/nav/Navigate.exe/hemeroteca/madrid/abc/1953/05/21/005.html>

“A inauguração da Casa-Museu «César Gomes»”, in, *Diário de Notícias Independente*, n.º 25.306, 29 de maio de 1953, p. 1.

Diário de Notícias, n.º 31.690, 14 de maio de 1954, p. 1.

“O Presidente da República, General Craveiro Lopes, visita a Casa-Forte do Palácio Nacional da Ajuda”. *O Século*, n.º 25.903, 14 de maio de 1954, pp. 1-2.

Diário de Notícias, n.º 31.706, 30 de maio de 1954, p. 1.

“O Presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar, visita a Casa-Forte do Palácio Nacional da Ajuda”. *O Século*, n.º 25.919, 30 de maio de 1954, p. 1.

Boletim Geral do Ultramar, Vol. XXXI, n.ºs 365-366, novembro-dezembro de 1955, p. 161.

Boletim Geral do Ultramar, Vol. XXXIII, n.º 380, fevereiro de 1957, p. 50.

CALLIXTO, Vasco – “O Palácio da Ajuda e a sua conclusão”, in, *Diário Popular*, 19 de setembro de 1957.

COUTO, João – “Artes Plásticas”, in, *Ocidente*, n.º 282, Vol. LXI, outubro de 1961, p. 184.

“Entrevista com ...”, in, *O Jovem*, 1 de março de 1963, p. 6.

“Dilúvio de catástrofe”, in, *Diário de Notícias*, Suplemento do n.º 36.541, de 26 de novembro de 1967.

“Novo museu dos coches”, in, *Diário de Lisboa*, n.º 16.247, 13 de março de 1968, p. 1.

“Mais mil e quinhentos contos para obras de acabamento do Palácio da Ajuda onde se continuam a descobrir muitas preciosidades”, in, *Diário de Lisboa*, n.º 16.247, 13 de março de 1968, p. 12.

NUNES, Luís d’Oliveira – “O Palácio da Ajuda está quase reconstruído”, in, *A Capital*, n.º 518, 1 de agosto de 1969, pp. 1 e 16.

“Manuel Carlos de Almeida Cayola Zagalo”, in, *Diário de Notícias*, n.º 37.496, de 27 de julho de 1970, p. 10.

“Ajuda: de residência real a palácio dos congressos”, in, *Vida Mundial*, n.º 1.668, 28 de maio de 1971, pp. 29-30.

ANTA, Manuel – “O património nacional em perigo”, in, *Expresso*, n.º 85, 17 de agosto de 1974, p. 6.

“O incêndio no Palácio da Ajuda. Perderam-se quinhentos quadros de valor histórico incalculável.”, in, *Diário Popular*, n.º 11.448, 24 de setembro de 1974, p. 11.

DIAS, Viriato – “Também o património nacional não está(va) devidamente guardado”, in, *O Século Ilustrado*, n.º 1.916, 28 de setembro de 1974, pp. 57-61.

GOULÃO, José – “Burocracia espera pela chuva? O Palácio da Ajuda a céu aberto necessita obras imediatas”, in, *A Capital*, 14 de novembro de 1974, pp. 16-17.

LOURO, Francisco – “Um Testamento Inédito do Rei D. Luís”. Separata da *Revista Bracara Augusta*, Tomo XXX, Fasc. 69 (81), janeiro-junho de 1976. Braga, 1976.

“Requerimento, de 4 de março de 1976, do deputado do Movimento Democrático Português / Comissão Democrática Eleitoral (MDP/CDE), Levy Casimiro Baptista.” *Diário da Assembleia Constituinte*, série 01, n.º 114, 4 de março de 1976, p. 3774.

“Vendidos no estrangeiro quadros “perdidos” no incêndio do palácio da Ajuda”, in, *Jornal Novo*, n.º 259, 9 de março de 1976, p. 10.

“Onde estão as obras de Arte da Família Real Portuguesa?”, in, *Vida Mundial*, n.º 1.889, de 27 de maio de 1976, pp. 21-23.

VALE, M. do – “O que é a Marinha de Guerra”, in, *Revista da Armada*, Ano VII, n.º 70, julho de 1977, pp. 4-7.

“Quem dará corda ao velho relógio da torre da Ajuda”, in, *Diário Popular*, n.º 12.437, 18 de janeiro de 1978, p. 17.

“UM CRIME NO PALÁCIO DA AJUDA”, in *A Rua*, 24 de abril de 1980.

CARVALHO, Ayres de – “Reynaldo dos Santos (1880-1970). Três Décadas na Presidência da Academia Nacional de Belas-Artes”, in, *Revista da ANBA*, 1980, pp. 17-18.

TUSELL, Javier – “La Etapa Jordana (1942-1944)”, in, *Espacio, Tiempo y Forma*, Serie V, Historia Contemporánea, n.º 2, 1989, pp. 169-189.

GANDRA, Manuel – “Ayres de Carvalho. Nota Bio-Bibliográfica e Artística”, in, *Boletim Cultural 1992*, Câmara Municipal de Mafra, 1992, pp. 209-221.

PORFÍRIO, José Luís – “Este mundo ... e os outros”, in, *Expresso*, n.º 1.154, 24 de dezembro de 1994.

VAQUINHAS, Irene – “As quermesses como uma forma específica de sociabilidade no século XIX. O caso da “quermesse da tapada da ajuda” em 1884”, in, *Biblos*, Vol. LXXII, 1996.

PORFÍRIO, José Luís – “Ayres de Carvalho, artista e erudito”, in, *Expresso*, 24 de maio de 1997.

SEQUEIRA, Álvaro – “A pneumónica. Spanish influenza”, in, *Medicina Interna*, Vol. 8, N. 1, 2001. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Medicina Interna, 2001, pp. 49-55.

SEIXAS, Miguel Metelo de; VAZ, João de Moraes – “Uma série de molduras armoriadas do palácio Nacional da Ajuda referentes à parentela da Rainha D. Maria Pia de Sabóia”. Separata de *Tabardo* n.º 1. Centro Lusíada de Estudos Genealógicos e Heráldicos. Lisboa: Universidade Lusíada – Livraria Bizantina, 2002.

ALARCÃO-E-SILVA, Maria Luísa Mercês de Mello de; ALARCÃO, Alberto de – “A Real Tapada da Ajuda na transição do Antigo para o Novo Regime Agrário. Uma visão económico-social, em 1888, para a história da sua administração”, in, *Anais do Instituto Superior de Agronomia*, n.º 49, 2003, pp. 401-443.

“Uma Colecção de colecções”, in, *Jornal da Madeira, Cultura*, 13 de outubro de 2004. Acedido em 21 de outubro de 2014 em URL: <http://mqc.gov-madeira.pt/Data/Documents/Arquivo%20de%20imprensa/imprensa026.pdf>.

BURNAY, M. João B. Moniz e PORTUGAL, Mafalda Castro – “A família real na Ajuda no século XIX e o gosto pela natureza”, in *Património Estudos*, n.º 8, 2005, IPPAR, pp. 212-221.

BURNAY, M. João B. Moniz e PORTUGAL, Mafalda Castro – “O gosto da família real pela natureza e o reanimar do Jardim Botânico da Ajuda”, in *Património Estudos*, n.º 9, 2006, IPPAR, pp. 122-134.

“César Gomes e João Wetzler – colecionadores no Museu”, in, *Museu Quinta das Cruzes, Boletim*, n.º 3, 18 de maio de 2006, p. 3.

PINHO, Elsa Cristina Carvalho Gomes Garret – “Museus e Guerra: da Convenção de Haia (1954) aos “tesouros nacionais” (2006)”, in, *Revista Vox Musei. Arte, Património e Museus*. Vol. 1, n.º 1, 2013, pp. 223-237.

VAZ, João de Moraes – “A pintura mural da Ajuda (1802-1816): uma proposta de interpretação”, in, *Tabardo* n.º 3, Centro Lusíada de Estudos Genealógicos e Heráldicos. Lisboa: Universidade Lusíada Editora, Ano MMVI, Lisboa, 2006, pp. 315- 333.

CARVALHO, José Alberto Seabra – “Os trabalhos de Luciano Freire por ele próprio: Nota introdutória à edição de um relatório de um restaurador de pintura do início do século XX”, in, *Conservar Património*, n.º 5, 2007, pp 5-8.

FREIRE, Luciano – “Elementos para um relatório acerca do tratamento da pintura antiga em Portugal segundo notas tomadas no período da execução desses trabalhos”, in, *Conservar Património*, n.º 5, 2007, pp. 9-65.

CRUZ, António João – “Em busca da imagem original: Luciano Freire e a teoria e a prática do restauro de pintura em Portugal cerca de 1900”, in, *Conservar Património*, n.º 5, 2007, pp. 67-83.

JANUÁRIO, Pedro Miguel Gomes – “Giovanni Carlo Sicinio Galli Bibliena: Teatro real da Ajuda”, in, *Artitextos05 Urbanismo, Arquitectura, Design, Moda*. Faculdade de Arquitectura da UTL, n.º5, dezembro de 2007, pp. 37-51.

CORREIA, Cristina Neiva – “Quelques petits souvenirs de Sèvres: elementos para o estudo do acervo cerâmico do Palácio Nacional da Ajuda”, in, *Revista de Artes Decorativas*, Vol. 2. Porto: Escola das Artes da Universidade Católica Portuguesa, 2008, pp. 85-112.

MONGE, Maria de Jesus – “A República no Paço Ducal de Vila Viçosa”, in, *Callipole: Revista de Cultura*, n.º 18, 2010, pp. 53-65.

“O Corte das telecomunicações no dia da Reunião Ministerial da NATO, em 4 de Junho de 1971, contado por um operacional”, 19 de novembro de 2010. Acedido em 16 de julho de 2015 em URL: http://www.dn.pt/especiais/interior.aspx?content_id=1714772&especial=Cimeira%20da%20NATO%20em%20Lisboa&seccao=POL%CDTICA.

ANTUNES, Alexandra de Carvalho – “Colónia da Sineta. A obra desconhecida de M. Ventura Terra em Caxias”, in, *Pedra & Cal*, n.º 49, 2011, pp. 40-42.

ANTUNES, Alexandra de Carvalho – “Sonho de J. Taborda de Magalhães, projecto de M. Ventura Terra: Colónia da Sineta, Caxias, 1910”, in, *Revista Arquitectura Lusíada*, n.º 2, 2011, pp. 49-64.

XAVIER, Hugo – “O ‘Museu de Antiguidades’ da Ajuda: Numismática e Ourivesaria das Coleções Reais ao tempo de D. Luís ”, in, *Revista de História da Arte*, n.º 8, 2011. Lisboa: Instituto de História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2011, pp. 70-87.

OLEIRO, Manuel Bairrão – “Museus Nacionais, Um olhar sobre o seu Passado e Presente”, in, *Museologia.pt*, n.º 5, 2011. Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação, 2011, pp. 108-121.

MÂNTUA, Ana Anjos – “Nevada, a herdeira americana da família Real Portuguesa”, in, *Artis, Revista de História da Arte e Ciências do Património*, n.º 1, 2013, pp. 88-97.

LEANDRO, Sandra – “Natália Correia Guedes: Museus e Património. Um voo alto e uma forma de amar Portugal”, in, *Faces de Eva*, n.º 29, 2013, pp. 163-171.

ALARCÃO, Adília – “O Património como um todo. Contributos da democracia de Abril”, in, *Revista da Faculdade de Letras CIÊNCIAS E TÉCNICAS DO PATRIMÓNIO*, Vol. XIII. Porto, 2014, pp. 233-237. Acedido em 29 de maio de 2015 em URL: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/12998.pdf>.

SANTOS, F. Hermínio – “O “Centro Commercial de Sintra” (II)”, in, *Jornal de Sintra*, n.º 4.010, 17 de janeiro de 2014, p. 2.

Legislação (por ordem cronológica):

Collecção da Legislação Portuguesa. Legislação de 1802 a 1810. Lisboa: Typografia Maignense, 1826.

Decreto de 16 de dezembro de 1852. *Diário do Governo*, n.º 300.

Collecção oficial da Legislação Portuguesa. Anno de 1852. Lisboa: Imprensa Nacional, 1853.

Collecção oficial da Legislação Portuguesa. Anno de 1867. Lisboa: Imprensa Nacional, 1868.

Collecção oficial da Legislação Portuguesa. Anno de 1873. Lisboa: Imprensa Nacional, 1874.

Código de Processo Civil, Aprovado por carta de lei de 8 de novembro de 1876 conforme a edição oficial. Lisboa: [s.n.], 1876.

Despacho Ministerial de 18 de agosto de 1896. *Diário do Governo*, n.º 184, 19 de agosto de 1896.

Portaria de 14 de agosto de 1901. *Diário do Governo*, II série, n.º 181, 16 de agosto de 1901.

Decreto de 10 de Setembro de 1901. *Diário do Governo*, n.º 204, 12 de setembro de 1901.

Decreto de 6 de junho de 1910. *Diário do Governo*, n.º 136, de 23 de junho de 1910.

Constituição do Governo Provisório da República. *Diário do Governo*, n.º 1, 6 de outubro de 1910.

Decreto de 8 de outubro de 1910. *Diário do Governo*, n.º 4, 10 de outubro de 1910.

Decreto com força de lei de 12 de outubro de 1910. *Diário do Governo*, n.º 7, 13 de outubro de 1910.

Decreto de 15 de outubro de 1910. *Diário do Governo*, n.º 14, 18 de outubro de 1910.

Decreto de 21 de outubro de 1910. *Diário do Governo*, n.º 16, 24 de outubro de 1910.

Decretos de 1 de novembro de 1910. *Diário do Governo*, n.º 24, 2 de novembro de 1910.

Decreto com força de lei de 12 de novembro de 1910. *Diário do Governo*, n.º 34, 14 de novembro de 1910.

Decreto com força de lei de 19 de novembro de 1910. *Diário do Governo*, n.º 41, 22 de novembro de 1910.

Decreto de 22 de novembro de 1910. *Diário do Governo*, n.º 42, 23 de novembro de 1910.

Decreto com força de lei de 12 de dezembro de 1910. *Diário do Governo*, n.º 59, 14 de dezembro de 1910.

Decreto com força de lei de 12 de dezembro de 1910. *Diário do Governo*, n.º 61, 16 de dezembro de 1910.

Decreto de 22 de dezembro de 1910. *Diário do Governo*, n.º 67, 23 de dezembro de 1910.

Despacho Ministerial de 4 de janeiro de 1911. *Diário do Governo*, n.º 3, 5 de janeiro de 1911.

Decreto com força de lei de 14 de janeiro de 1911. *Diário do Governo*, n.º 13, 17 de janeiro de 1911.

Decreto de 18 de março de 1911. *Diário do Governo*, n.º 65, 21 de março de 1911.

Decreto com força de lei de 22 de março de 1911. *Diário do Governo* n.º 68, 24 de março de 1911.

Decreto com força de lei de 3 de abril de 1911. *Diário do Governo*, n.º 79, 6 de abril de 1911.

Decreto com força de lei de 19 de abril de 1911. *Diário do Governo* n.º 93, 22 de abril de 1911.

Lei de 3 de maio de 1911. *Diário do Governo*, n.º 103, 4 de maio de 1911.

Decreto de 11 de maio de 1911. *Diário do Governo*, n.º 111, 13 de maio de 1911 e *Diário do Governo* n.º 112, 15 de maio de 1911.

Decreto com força de lei, de 16 de maio de 1911. *Diário do Governo*, n.º 115, 18 de maio de 1911.

Decreto com força de lei n.º 1 de 26 de maio de 1911. *Diário de Governo*, n.º 124, 29 de maio de 1911.

Constituição politica da Republica Portuguesa promulgada pela assembléa nacional constituinte em 21 de Agosto de 1911. Decretos de abolição da Monarchia e proscricção dos Braganças de 5 e 15 de Outubro de 1910 e 19 de Junho de 1911. Lei sobre a dotação presidencial. Com uma analyse-critica á obra da Republica. Lisboa: [s.n.], 1911.

“Relatorio da commissão incumbida de estudar as bases da ortografia” de 23 de agosto de 1911. *Diário do Governo*, n.º 213, 12 de setembro de 1911.

Portaria de 21 de dezembro de 1911. *Diário do Governo* n.º 298, 22 de dezembro de 1911.

Decreto de 30 de janeiro de 1912. Suplemento ao *Diário do Governo*, n.º 25, 30 de janeiro de 1912.

Lei de 30 de abril de 1912. *Diário do Governo*, n.º 102, 1 de Maio de 1912.

Lei de 24 de junho de 1912. *Diário do Governo*, n.º 150, 28 de junho de 1912.

Despacho Ministerial de 19 de outubro de 1912. *Diário do Governo*, n.º 250, 24 de outubro de 1912.

Lei n.º 12 de 7 de julho de 1913. *Diário do Governo*, n.º 156, 7 de julho de 1913.

Lei n.º 220 de 30 de junho de 1914. 1.º Suplemento ao *Diário do Governo*, n.º 107, 30 de junho de 1914.

Decreto n.º 718 de 3 de agosto de 1914. *Diário do Governo*, n.º 132, 3 de agosto de 1914.

Portaria de 7 de agosto de 1914. *Diário do Governo*, II série, n.º 185, 10 de agosto de 1914.

Portaria de 15 de agosto de 1914. *Diário do Governo*, II série, n.º 191, 17 de agosto de 1914.

Decreto n.º 1.052 de 17 de novembro de 1914. *Diário do Governo*, n.º 215, 17 de novembro de 1914.

Decreto n.º 1.079 de 23 de novembro de 1914. *Diário do Governo*, n.º 219, 23 de novembro de 1914.

Decreto de 19 de julho de 1916. *Diário do Governo*, II série, n.º 170, 21 de julho de 1916.

Decreto de 9 de dezembro de 1916. *Diário do Governo*, II série, n.º 301, 22 de dezembro de 1916.

Decreto de 28 de fevereiro de 1917. *Diário do Governo*, II série, n.º 50, 1 de março de 1917.

Portaria de 19 de março de 1917. *Diário do Governo*, II série, n.º 67, 21 de março de 1917.

Decreto n.º 4.005 de 28 de março de 1918. *Diário do Governo*, n.º 65, 1 de abril de 1918.

Decreto n.º 4.031 de 30 de março de 1918. *Diário do Governo*, n.º 67, 3 de abril de 1918.

Decreto n.º 5.267 de 13 de março de 1919. *Diário do Governo*, n.º 56, 19 de março de 1919.

Lei n.º 5.568 de 10 de maio de 1919. Suplemento ao *Diário do Governo*, n.º 98, 10 de maio de 1919.

Portaria de 26 de setembro de 1919. *Diário do Governo*, II série, n.º 232, 4 de outubro de 1919.

Decreto de 30 de setembro de 1919. *Diário do Governo*, II série, n.º 232, 4 de outubro de 1919.

Portaria de 11 de outubro de 1919. *Diário do Governo*, II série, n.º 239, 14 de outubro de 1919.

Portaria de 13 de outubro de 1919. *Diário do Governo*, II série, n.º 240, 15 de outubro de 1919.

Decreto n.º 6.184 de 29 de outubro de 1919. *Diário do Governo*, n.º 220, 29 de outubro de 1919.

Decreto de 29 de outubro de 1919. *Diário do Governo*, II série, n.º 252, 29 de outubro de 1919.

Decreto de 4 de dezembro de 1919. *Diário do Governo*, II série, n.º 284, 6 de dezembro de 1919.

Decreto de 30 de abril de 1920. *Diário do Governo*, II série, n.º 102, 4 de maio de 1920.

Decreto n.º 7.038 de 17 de outubro de 1920. *Diário do Governo*, n.º 209, 17 de outubro de 1920.

Comissão de inquérito de 20 de dezembro de 1920. *Diário do Governo*, III Série, n.º 282, 30 de dezembro de 1920.

Código do Processo Civil. Aprovado por carta de lei de 8 de Novembro de 1876, com as alterações introduzidas pelo decreto com força de lei n.º 4:618, de 13 de Julho de 1918. 6.ª Edição oficial. Lisboa, 1921.

Decreto n.º 8.064 de 13 de março de 1922. *Diário do Governo*, n.º 50, 13 de março de 1922.

Lei n.º 1.368 de 21 de setembro de 1922. *Diário do Governo*, n.º 197, 21 de Setembro de 1922.

Decreto n.º 8.627 de 8 de fevereiro de 1923. *Diário do Governo*, n.º 27, 8 de fevereiro de 1923.

Portaria de 27 de julho de 1923. *Diário do Governo*, II série, n.º 174, 30 de julho de 1923.

Relação de funcionários de 27 de julho de 1923. *Diário do Governo*, II série, n.º 174, 30 de julho de 1923.

Lei n.º 1.466 de 18 de agosto de 1923. *Diário do Governo*, n.º 178, 18 de agosto de 1923.

Decreto n.º 9.342 de 7 de janeiro de 1924. *Diário do Governo*, n.º 4, 7 de janeiro de 1924.

Decreto 9.355 de 8 de janeiro de 1924. *Diário do Governo*, n.º 5, 8 de janeiro de 1924.

Decreto 9.371 de 10 de janeiro de 1924. *Diário do Governo*, n.º 7, 10 de janeiro de 1924.

Portaria n.º 4.007 de 8 de maio de 1924. *Diário do Governo*, n.º 101, 8 de maio de 1924.

Lei n.º 1.662 de 4 de setembro de 1924. *Diário do Governo*, n.º 200, 4 de setembro de 1924.

Lei n.º 1.700 de 18 de dezembro de 1924. *Diário do Governo*, n.º 281, 18 de dezembro de 1924.

Decreto n.º 10.426 de 2 de janeiro de 1925. *Diário do Governo*, n.º 2, 2 de janeiro de 1925.

Decreto n.º 10.600 de 7 de março de 1925. *Diário do Governo*, n.º 51, 7 de março de 1925.

Decreto n.º 11.445 de 13 de fevereiro de 1926. *Diário do Governo*, n.º 34, 13 de fevereiro de 1926.

Decreto n.º 15.216 de 14 de março de 1926. *Diário do Governo*, n.º 67, 22 de março de 1926.

Decreto n.º 11.663 de 14 de maio de 1926. *Diário do Governo*, n.º 108, 14 de maio de 1926.

Decreto n.º 13.436 de 8 de abril de 1927. *Diário do Governo*, n.º 73, 8 de abril de 1927.

Portaria de 1 de abril de 1927. *Diário do Governo*, II série, n.º 91, 28 de abril de 1927.

Portaria de 27 de junho de 1927. *Diário do Governo*, II série, n.º 155, 16 de julho de 1927.

Decreto de 27 de junho de 1927. *Diário do Governo*, II série, n.º 155, 16 de julho de 1927.

Decreto n.º 13.843 de 28 de junho de 1927. *Diário do Governo*, n.º 134, 28 de junho de 1927.

Decreto n.º 13.850 de 28 de junho de 1927. *Diário do Governo*, n.º 135, 29 de junho de 1927.

Portaria n.º 5.075 de 9 de novembro de 1927. *Diário do Governo*, n.º 248, 9 de novembro de 1927.

Decreto n.º 15.289 de 30 de março de 1928. *Diário do Governo*, n.º 74, 30 de março de 1928.

Decreto de 16 de outubro de 1928. *Diário do Governo*, n.º 240, 18 de outubro de 1928.

Decreto n.º 16.791 de 30 de abril de 1929. *Diário do Governo*, n.º 97, 30 de abril de 1929.

Aviso de 12 de setembro de 1930. *Diário do Governo*, II série, n.º 213, 13 de setembro de 1930.

Decreto n.º 20.985 de 7 de março de 1932. *Diário do Governo*, I Série, n.º 56 de 7 de março de 1932.

Decreto n.º 22.110, de 12 de janeiro de 1933. *Diário do Governo*, n.º 10, de 12 de janeiro de 1933.

Portaria de 13 de março de 1933. *Diário do Governo*, II série, n.º 61, 15 de março de 1933.

Decreto-lei n.º 22.728 de 24 de junho de 1933. *Diário do Governo*, n.º 140, 24 de junho de 1933.

Decreto-lei n.º 22.848 de 19 de julho de 1933. *Diário do Governo*, n.º 161, 19 de julho de 1933.

Decreto-lei n.º 23.240 de 21 de novembro de 1933. *Diário do Governo*, n.º 266, 21 de novembro de 1933.

Decreto de 19 de abril de 1934. *Diário do Governo*, II Série, n.º 92, 21 de abril de 1934.

Despacho de 7 de novembro de 1934. *Diário do Governo*, II série, n.º 269, de 15 de novembro de 1934.

Despacho de 9 de novembro de 1934. *Diário do Governo*, II série, n.º 269, 15 de novembro de 1934.

Regulamento de 26 de janeiro de 1935. *Diário do Governo*, n.º 32, II série, 8 de fevereiro de 1935.

Lei n.º 1.901 de 21 de maio de 1935. *Diário do Governo*, n.º 115, 21 de maio de 1935.

Portaria de 10 de janeiro de 1936. *Diário do Governo*, II série, n.º 12, 15 de janeiro de 1936.

Lei n.º 1.941, de 11 de abril de 1936. *Diário do Governo*, n.º 84, 11 de abril de 1936.

Decreto-lei n.º 26.611 de 19 de maio de 1936. *Diário do Governo*, n.º 116, 19 de maio de 1936.

Portaria de 30 de dezembro de 1936. *Diário do Governo*, II série, n.º 307, 31 de dezembro de 1936.

Despacho de 24 de agosto de 1937. *Diário do Governo*, II série, n.º 202, 30 de agosto de 1937.

Abertura de concurso público de 19 de fevereiro de 1938. *Diário do Governo*, II série, n.º 42, 21 de fevereiro de 1938.

Despacho de 4 de março de 1938. *Diário do Governo*, II série, n.º 52 de 5 de março de 1938.

Portaria de 23 de abril de 1938. *Diário do Governo*, II série, n.º 94, 25 de abril de 1938.

Portaria de 4 de maio de 1938. *Diário do Governo*, II série, n.º 102 de 5 de maio de 1938.

Decreto-lei n.º 29.802, de 3 de agosto de 1939. *Diário do Governo*, n.º 180, de 3 de agosto de 1939.

Decreto-lei n.º 30.359 de 6 de abril de 1940. *Diário do Governo*, n.º 80, 6 de abril de 1940.

Portaria de 6 de setembro de 1940. *Diário do Governo*, II série, n.º 231, 3 de outubro de 1940.

Portaria de 7 de janeiro de 1942. *Diário do Governo*, II série, n.º 11, 14 de janeiro de 1942.

Portaria de 19 de agosto de 1942. *Diário do Governo*, II série, n.º 201, 28 de agosto de 1942.

Despacho de 2 de setembro de 1942. *Diário do Governo*, II série, n.º 211, 9 de Setembro de 1942.

Portaria de 12 de outubro de 1942. *Diário do Governo*, II série, n.º 243, 17 de outubro de 1942.

Decreto n.º 33.587. *Diário do Governo*, n.º 63, de 27 de março de 1944

Decreto-lei n.º 33.726 de 21 de junho de 1944. *Diário do Governo*, n.º 132, 21 de junho de 1944.

Portaria de 28 de agosto de 1944. *Diário do Governo*, II série, n.º 210, 8 de setembro de 1944.

Despacho de 27 de fevereiro de 1945. *Diário do Governo*, II série, n.º 51, 3 de março de 1945.

Despacho de 13 de dezembro de 1945. *Diário do Governo*, II série, n.º 295, 19 de dezembro de 1945.

Despacho de 31 de dezembro de 1947. *Diário do Governo*, II série, n.º 2, 3 de janeiro de 1948.

Portaria de 6 de setembro de 1948. *Diário do Governo*, II série, n.º 235, a 8 de outubro de 1948.

Decreto-lei n.º 37.249 de 28 de dezembro de 1948. *Diário do Governo*, n.º 300, 28 de dezembro de 1948.

Portaria de 29 de março de 1949. *Diário do Governo*, II série, n.º 75, 1 de abril de 1949.

Portaria de 28 de março de 1952. *Diário do Governo*, II série, n.º 78, 1 de abril de 1952.

Portaria de 17 de Julho de 1953. *Diário do Governo*, II série, n.º 170, 22 de julho de 1953.

Decreto lei n.º 42.365 de 4 de julho de 1959. *Diário do Governo*, n.º 151, 4 de julho de 1959.

Despacho de 21 de julho de 1959. *Diário do Governo*, II série, n.º 175, 28 de julho de 1959.

Portaria de 20 de outubro de 1959. *Diário do Governo*, II Série, n.º 253, de 29 de outubro de 1959.

Decreto-lei n.º 44.406 de 20 de junho de 1962. *Diário do Governo*, n.º 140, 20 de junho de 1962.

Portaria de 31 de maio de 1962. *Diário do Governo*, II série, n.º 145, de 20 de junho de 1962.

Portaria de 4 de junho de 1962. *Diário do Governo*, II série, n.º 145, 20 de junho de 1962.

Lista de antiguidade do pessoal dos Palácios Nacionais. *Diário do Governo*, II série, de 6 de setembro de 1965.

Decreto-Lei n.º 46.758, de 18 de dezembro de 1965. *Diário do Governo*, n.º 286, de 18 de dezembro de 1965.

Decreto-Lei N.º 582/73. *Diário do Governo*, n.º 258, de 5 de novembro de 1973.

Decreto-Lei n.º 562/76. *Diário da República*, n.º 166, de 17 de julho de 1976.

Decreto-lei n.º 563/76 de 17 de julho de 1976. *Diário da República*, n.º 166, 17 de julho de 1976.

Decreto nº 636-A/76. *Diário da República*, nº 175, de 28 de julho de 1976.

Diário da República, II série, nº 183, de 6 de agosto de 1976.

Nomeação de 18 de agosto de 1976. *Diário da República*, nº 203, de 30 de agosto de 1976.

Decreto nº 17/78. *Diário da República*, nº 31, de 6 de fevereiro de 1978.

Decreto nº 91/78. *Diário da República*, nº 206, de 7 de setembro de 1978.

Decreto nº 141/78. *Diário da República*, nº 275, de 29 de novembro de 1978.

Decreto nº 83/79. *Diário da República*, nº 181, de 7 de agosto de 1979.

Decreto-Lei nº 518/79. *Diário da República*, nº 298, de 28 de dezembro de 1979.

Decreto nº 6/80. *Diário da República*, nº 8, de 10 de janeiro de 1980.

Decreto-Lei nº 59/80, de 26 de março de 1980. *Diário da República*, nº 79, de 3 de abril de 1980.

Concurso público para arrematação da empreitada do Palácio Nacional da Ajuda (trabalhos de completamento das fachadas norte e poente), DGEMN, 17 de março de 1980. *Diário da República*, III Série, nº 80, 5 de abril de 1980.

Concurso público para arrematação da empreitada do Palácio Nacional da Ajuda (trabalhos de completamento das fachadas norte e poente), DGEMN, 17 de outubro de 1980. *Diário da República*, III Série, nº 249, 27 de outubro de 1980.

Decreto regulamentar nº 34/80, de 16 de julho de 1980. *Diário da República*, nº 177, de 2 de agosto de 1980.

Decreto nº 25/81. *Diário da República*, nº 7, de 9 de janeiro de 1981.

Anúncio do 1.º Juízo do Tribunal Cível da Comarca de Lisboa, de 24 de fevereiro de 1981. *Diário da República*, III série, nº 119, de 26 de maio de 1982.

Decreto-lei nº 106-F/92 de 2 de abril de 1992. 1.º Suplemento ao *Diário da República*, nº 126, 1 de junho de 1992.

Lei nº 47/2004 de 19 de agosto. *Diário da República*, nº 195, 19 de agosto de 2004.

Decreto-lei nº 97/2007 de 1 de fevereiro de 2007. *Diário da República*, nº 63, 29 de março de 2007.

Decreto-lei nº 17/2008 de 29 de janeiro de 2008. *Diário da República*, nº 20, 29 de janeiro de 2008.

Despacho nº 32233/2008 de 17 de dezembro de 2008. *Diário da República*, II série, nº 243.

Internet:

“Academia Nacional de Belas-Artes de Lisboa”. Acedido em diversas datas em URL: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4601727>

“Administração da Fazenda da Casa Real”. Acedido em diversas datas em URL: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4162461>.

AFONSO, Aniceto - “História das Tm”. Acedido em 5 de novembro de 2013 em URL: <http://historiadastransmissoes.wordpress.com/historia-das-tm/>

“Afonso de Melo Pinho Veloso”. Acedido em 30 de dezembro de 2013 em URL: http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/OsProcuradoresdaCamaraCorporativa%5Chtml/pdf/v/veloso_afonso_de_melo_pinto.pdf

“Agnelo de Lemos e Sousa”. Acedido em 30 de dezembro de 2013 em URL: http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=196597

“Alberto da Silva Bessa”. Acedido em 13 de outubro de 2014 em URL: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/Entity.aspx?id=8f45dc24-e5af-4c8d-a9e7-e5851686bed9.

“Alberto Eduardo Vallado Navarro, 3.º Visconde da Trindade”. Acedido em 19 de agosto de 2015 em URL: <http://pagfam.geneall.net/59/pessoas.php?id=1057315>.

“Alberto Xavier”. Acedido em 13 de fevereiro de 2014 em URL: <http://arepublicano.blogspot.pt/2007/03/alberto-xavier-de-seu-nome-completo.html>

ALVES, Susana - Braamcamp Freire - Breve imagem de um nome maior. Acedido em 18 de novembro de 2013 em URL: <http://www.cm-santarem.pt/cultura/biblioteca/Documents/Breve%20biografia%20de%20Anselmo%20Braamcamp%20Freire.pdf>

“António dos Santos Lucas”. Acedido em 14 de novembro de 2013 em URL: http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=182545

“António Ferro. Biografia”. Acedido em 7 de maio de 2014 em URL: http://www.fundacaoantonioquadros.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=29&Itemid=59

“António Rodrigues Cavalheiro”. Acedido em 2 de outubro de 2014 em URL: http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/OsProcuradoresdaCamaraCorporativa%5Chtml/pdf/c/cavalheiro_antonio_rodrigues.pdf.

“António Vicente Ferreira”. Acedido em 23 de abril de 2014 em URL: http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/OsProcuradoresdaCamaraCorporativa%5Chtml/pdf/f/ferreira_antonio_vicente.pdf

“Anuário da Universidade de Coimbra. Ano lectivo de 1923-1924”, 1933. Acedido em 2 de outubro de 2014 em URL: http://old.geneall.net/B/per_page.php?id=9767.

“Association des Résidences Royales Européennes”. Acedido em 24 de março de 2016 em URL: <http://www.europeanroyalresidences.eu/?locale=fr>

“Augusto de Castro Sampaio Corte Real”. Acedido em 6 de maio de 2014 em URL: http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/OsProcuradoresdaCamaraCorporativa/html/pdf/c/corte_real_augusto_de_castro_sampaio.pdf

BASTO, Sónia (2013) - Paço dos Duques de Bragança. Acedido em diversas datas em URL: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1139

“Benjamin Ives Gilman”. Acedido em 6 de outubro de 2014 em URL: <http://dictionaryofarthistorians.org/gilmanb.htm>.

“BERTAUX, Émile”. Acedido em 30 de dezembro de 2013 em URL: <http://www.inha.fr/spip.php?article2196>

“Beruete y Moret, Aureliano de”. Acedido em 21 de junho de 2014 em URL: <https://www.museodelprado.es/enciclopedia/enciclopedia-on-line/voz/beruete-y-moret-aureliano-de/>

“Biblioteca da Ajuda. Documentário”. Acedido em 8 de maio de 2013 em URL: <http://bibliotecadaajuda.blogspot.pt/2006/09/documentario.html>

BICHO, Susana – “O Museu Municipal de Portalegre: Campo de Representações, Espaço de Comunicação”, 2011. Acedido em 3 de novembro de 2014 em URL: http://www.fundacaorobinson.pt/multimedia/ficheiros/publicacoes/016_PFR.pdf

“Biografia de Eduardo Arantes e Oliveira”. Acedido em 7 de janeiro de 2015 em URL: <http://www.lnec.pt/apresentacao/arantespai>.

“Camilo Castelo Branco (1825-1890). Escritor, romancista. Poeta.” Acedido em 22 de abril de 2014 em URL: <http://guitarradecoimbra4.blogspot.pt/2013/03/camilo-castelobranco-1825-1890.html>

“Campos Rodrigues, César Augusto”. Acedido em 18 de junho de 2013 em URL: <http://www.cihuct.com/index.php/pt/biografias/298-campos-rodrigues-cesar-augusto.html>

“Carlos Manuel de Penha e Costa da Silva Lopes”. Acedido em 3 de outubro de 2014 em URL: http://old.geneall.net/P/per_page.php?id=143744.

CARITA, Rui (1999) – Casa de D. Mécia. Acedido em 23 de outubro de 2014 em URL: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=8076

“Cartão dos Grandes Armazéns Leal”. Acedido a 7 de maio de 2014 em URL: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06680.077>

“CARVALHO, Joaquim Martins Teixeira de (1861-1921)”. Acedido em diversas datas em URL: http://www.uc.pt/org/historia_ciencia_na_uc/autores/CARVALHO_joaquimmartinsteixeirade

“Casa e jardim do Pintor Ventura Porfírio”. Acedido em 8 de outubro de 2014 em URL: <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/72563/>.

“Centro de Informação de Acervos dos Presidentes da República. Apresentação”. Acedido em diversas datas em URL: http://www.an.gov.br/crapp_site/default.asp

“Columbano Bordalo Pinheiro”. Acedido em 14 de novembro de 2013 em URL: http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=78136

Conference for the establishment of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organisation, 1945. Acedido em 20 de outubro de 2014 em URL: <http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001176/117626e.pdf>

Convenção para a Protecção dos Bens Culturais em caso de Conflito Armado (Convenção da Haia). Acedido em 8 de outubro de 2014 em URL: <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/dih-conv-haia.html>.

CORTESÃO, Luísa (2002) – Colégio de Maria Santíssima Imaculada de Campolide / Colégio de Campolide / Edifício da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa. Acedido em diversas datas em URL: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3138

“Custódio José Vieira”. Acedido em diversas datas em URL: <http://guitarradecoimbra.blogspot.pt/2006/01/custdio-custdio-jos-vieira-natural-de.html>

“Det Nationalhistoriske Museum. Frederiksborg Slot”. Acedido a 21 de julho de 2014 em URL: <http://www.dnm.dk/dk/index.htm>

“Direcção-Geral da Fazenda Pública”. Acedido em diversas datas em URL: <http://digitalq.dgarq.gov.pt/details?id=4224330>

“Direcção-Geral de Estatística e dos Próprios Nacionais”. Acedido em diversas datas em URL: <http://digitalq.dgarq.gov.pt/details?id=4224329>

“Dirk Hannema”. Acedido em 6 de outubro de 2014 em URL: <http://www.dictionaryofarthistorians.org/hannemad.htm>.

“Duarte Pacheco: A Vida e a Obra”. Acedido em 2 de janeiro de 2015 em URL: <http://100.ist.utl.pt/momentos/duarte-pacheco/>.

“École du Louvre”. Acedido em 4 de outubro de 2014 em URL: <http://www.ecoledulouvre.fr/ecole-louvre/histoire>.

“E São Paulo”. Acedido em 12 de maio de 2014 em URL: <http://naviosbrasileros.com.br/ngb/S/S031/S031.htm>

“Escrivá de Romaní y de la Quintana, Manuel, conde de Casal y marqués de Alginet”. Acedido em 6 de outubro de 2014 em URL: <https://www.museodelprado.es/enciclopedia/enciclopedia-on-line/voz/escriva-de-romani-y-de-la-quintana-manuel-conde-de-casal-y-marques-de-alginet/>.

“Estátua régia de D. Carlos I, 1901-1902”, do Museu da Assembleia da República. Acedido em 31 de julho de 2015 em URL:

<http://museu.parlamento.pt/MatrizWebAR/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=141>.

“Étienne Geoffroy Saint-Hilaire”. Acedido em 6 de junho de 2013 em URL: http://www.larousse.fr/encyclopedia/personnage/%C3%89tienne_Geoffroy_Saint-Hilaire/121142

“Exposição feita pelo 1.º sargento, Camilo Augusto Gonzaga Pinto, dos serviços que prestou para a implantação da república”, PT/TT/GAV/23/6/5. Acedido em 17 de novembro de 2014 em URL: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4566878>.

“Fado das Lágrimas”. Acedido em 22 e 23 de abril de 2014 em URL: <http://guitarrasdecoimbra2.blogspot.pt/2012/06/fado-das-lagrimas.html>

“Faye, Hervé”. Acedido em 18 de junho de 2013 em URL: <http://www.springerreference.com/docs/html/chapterdbid/58446.html>

“Francisco Cunha Rêgo Chaves”. Acedido em 6 de maio de 2014 em URL: http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=468075

“George Herbert Hyde Villiers, 6th Earl of Clarendon”. Acedido em 9 de novembro de 2014 em URL: <http://www.thepeerage.com/p5751.htm#i57506>.

GOUVEIA, Henrique Coutinho – “O Museu Etnológico Português (1893-1914). Um projecto nacional e uma tentativa de conjugação disciplinar”, 1992. Acedido a 16 de abril de 2014 em URL: <http://run.unl.pt/handle/10362/6729>

GUIMARÃES, Jorge – “Brotero, Félix de Avelar, 1744-1828”. Acedido em 7 de junho de 2013 em URL: <http://bibdigital.bot.uc.pt/index.php?language=pt&menu=3&tabela=geral>

GUIMARÃES, Jorge – “Vandelli, Domenico, 1735-1816”. Acedido em 10 de maio de 2013 em URL: <http://bibdigital.bot.uc.pt/index.php?language=pt&menu=9&tabela=geral>

“Hackenbroch, Yvonne”. Acedido em 26 de agosto de 2015 em URL: <https://dictionaryofarthistorians.org/hackenbrochy.htm>.

“HAUTECOEUR LOUIS - (1884-1973)”, in, *Encyclopædia Universalis*. Acedido em 6 de outubro de 2014 em URL: <http://www.universalis.fr/encyclopedia/louis-hautecoeur/>.

“Historial do Hospital Militar de Belém”. Acedido em 5 de novembro de 2013 em URL: <http://www.exercito.pt/sites/HMB/Historial/Paginas/default.aspx>

“História do IHA”. Acedido em 14 de novembro de 2013 em URL: <http://www.artis.fl.ul.pt/Historia/historia.html>

“História do Museu”. Acedido em 21 de outubro de 2014 em URL: http://www.museuartesacrafunchal.org/historia_museu.html

“História do Museu”. Acedido em 21 de outubro de 2014 em URL: <http://mqc.gov-madeira.pt/pt-PT/Museu/ContentDetail.aspx?id=272>

“História do OAL. A Fundação”. Acedido em 18 de junho de 2013 em URL: <http://www.oal.ul.pt/index.php?smenu=historia&link=fundacao>

“História. O Asilo de Santo António”. Acedido em 9 de janeiro de 2014 em URL: <http://www.apisal.pt/pages/historia>

“Historial do Regimento de Infantaria N.º 1”. Acedido em 5 de novembro de 2013 em URL: <http://www.exercito.pt/sites/RI1/Historial/Paginas/default.aspx>

“Historial do Regimento de Lanceiros n.º 2”. Acedido em 5 de novembro de 2013 em URL: <http://www.exercito.pt/sites/RL2/Historial/Paginas/default.aspx>

“Historial do Regimento de Transmissões”. Acedido em 21 de abril de 2014 em URL: <http://www.exercito.pt/sites/RT/Historial/Paginas/default.aspx>

Huis ten Bosch Palace. Acedido em 24 de outubro de 2014 em URL: <http://www.koninklijkhuis.nl/globale-paginas/taalrubrieken/english/palaces/huis-ten-bosch-palace/>.

“Instituto de Odivelas. História”. Acedido em 10 de julho de 2014 em URL: <http://www.institutodivelas.com/historia-io/49-historia.html>

“Instituto Superior de Economia e Gestão – ISEG”. Acedido em 1 de outubro de 2014 em URL: <http://aquila1.iseg.ulisboa.pt/aquila/instituicao/ISEG/quem-somos/historia>.

“International Committee for Historic House Museums”. Acedido em 22 de março de 2016 em URL: <http://demhist.icom.museum/shop/shop.php?detail=1255432597>

“Investiture Queen Juliana”. Acedido em 24 de outubro de 2014 em URL: <http://www.paleisamsterdam.nl/en/the-palace/history/palace-house-of-orange/inauguration-queen-juliana>.

“I Soprintendenti”. Acedido em 23 de julho de 2015 em URL: <http://www.sbapbo.beniculturali.it/index.php?it/101/i-soprintendenti>.

“João Orlindo de Almeida Pina”. Acedido em 13 de agosto de 2015 em URL: <http://www.politipedia.pt/pina-joao-orlindo-de-almeida/>.

“Jordão Apolinário de Freitas”. Acedido em 5 de maio de 2014 em URL: http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=236231

“José Afonso e Ernesto Pinto Lobo”. Acedido em 22 de abril de 2014 em URL: <http://guitarradecoimbra4.blogspot.pt/2014/02/jose-afonso-e-ernesto-pinto-lobo.html>

“José Frederico do Casal Ribeiro Ulrich”, acedido em 18 de dezembro de 2014 em URL: http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/OsProcuradoresdaCamaraCorporativa%5Chtml/pdf/u/ulrich_jose_frederico_do_casal_ribeiro.pdf.

“José Maria Ayres da Silva Rosas”. Acedido em 9 de abril de 2015 em: http://amagro.net/wp/familia/?page_id=310&id=152#.V5a6-fnF kU.

“Lauro Corado”. Acedido em 14 de dezembro de 2014 em URL: <http://laurocorado.webs.com/biografia.htm>.

“Luís Benavente”. Acedido em 13 de outubro de 2014 em URL: <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4222690>.

MACHADO, João (2005) – “Igreja Paroquial das Mercês / Igreja de Nossa Senhora das Mercês / Capela das Mercês”. Acedido em diversas datas em URL: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=22940

MANTAS, Helena, GAMA, Marta – “Seminário de Portalegre / Museu Municipal de Portalegre”. Acedido em 3 de novembro de 2014 em URL: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2037.

“Maria de Portugal”. Acedido em 19 de agosto de 2015 em URL: <http://193.137.22.223/pt/patrimonio-educativo/museu-virtual/exposicoes/a-instituicao-do-ensino-tecnico-em-portugal-no-sec-xix/maria-de-portugal/>.

“Mário e Alice Chicó”. Acedido em 7 de abril de 2015 em: http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e_760.

“Mario Pelagatti”. Acedido em 23 de julho de 2015 em URL: http://www.fondazionebadaracco.it/archivi/fondo_anforti_pelagatti/MODELLI/pelagatti.htm.

MATIAS, Cecília (2002), DINIZ, Sofia (2007) – “Paço Real do Alfeite / Palácio do Alfeite / Sede do Comando da Base Naval de Lisboa”. Acedido em diversas datas em URL: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=11764

“MatrizNet”. Acedido em diversas datas em URL: <http://www.matriznet.dgpc.pt/matriznet/home.aspx>

“Memórias de Luciano Freire Capítulo VI - Capítulo VII”, PT/MNAA/AJF/DC-CM-LF/001-0001/00002. Acedido em diversas datas em URL: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4721521>.

“MENA JÚNIOR, António César de Gouveia Leite Farinha e”. Acedido em 17 de julho de 2014 em URL: <http://arquivohistorico.min-economia.pt/arquivohistorico/details?id=225030>

“Manuel Maria Augusto da Silva Bruschy.” Acedido em 13 de fevereiro de 2014 em URL: <http://www.myheritage.com.pt/research?action=query&formId=1&formMode=0&qname=Name+fnmo.2+fnmsvos.1+fnmsmi.1+ln.Da%2F3Silva%2F3Bruschy+lnmo.3+lnmsdm.1+lnmsmf3.1+lnmsrs.1>

“Museu da Música. História”. Acedido em 10 de julho de 2014 em URL: http://www.museudamusica.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=84&Itemid=108&lang=pt

Museu de Alberto Sampaio. Acedido em 13 de outubro de 2014 em URL: <http://masampaio.culturanorte.pt/pt-PT/museu/hist/ContentList.aspx>.

“Museu de Lamego. História.” Acedido em 22 de abril de 2014 em URL: http://www.museudelamego.pt/?page_id=23

“Museu Nacional de Arqueologia”. Acedido em diversas datas em URL: <http://www.museuarqueologia.pt/>

“Museu Nacional de História Natural e da Ciência. História”. Acedido em 16 de setembro de 2013 em URL: http://www.mnhnc.ul.pt/portal/page?_pageid=418,1391588&_dad=portal&_schema=portal

NOÉ, Paula (1991) – Cidadela de Cascais, incluindo a Fortaleza de Nossa Senhora da Luz e a Torre fortificada de Cascais. Acedido em diversas datas em URL: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6052

NOÉ, Paula (1990), FIGUEIREDO, Paula (2003), OLIVEIRA, Lina (2004) – “Convento de São Jerónimo / Palácio Nacional da Pena”. Acedido em diversas datas em URL: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6134

NOÉ, Paula (1991), VALE, Teresa e GOMES, Carlos (1995), FIGUEIREDO, Paula (2007) - “Palácio Nacional de Queluz. Acedido em diversas datas em URL: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6108

“Noordeinde Palace”. Acedido em 24 de outubro de 2014 em URL: <http://www.koninklijkhuis.nl/globale-paginas/taalrubrieken/english/palaces/noordeinde-palace/>.

NUNES, António M. – “A Canção de Coimbra no século XIX (1840-1900). A Memória e os Sons”. Acedido em 22 de abril de 2014 em URL: http://guitarradecoimbra.blogspot.pt/2005_12_18_archive.html

“Obituary: Max Chapman”, acedido em 15 de maio de 2015 em URL: <http://www.independent.co.uk/arts-entertainment/obituary-max-chapman-1129749.html>.

“Oom, Frederico Augusto”. Acedido em 18 de junho de 2013 em URL: <http://www.ciuhct.com/index.php/pt/biografias/303-oom-frederico-augusto.html>

“O Palácio das Necessidades”. Acedido em diversas datas em URL: <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-dos-negocios-estrangeiros/quero-saber-mais/quero-aprender/mne-palacio-necessidades.aspx>

“O Presidente-Rei”. Acedido em 22 de abril de 2014 em URL: http://www.iscsp.utl.pt/~cepp/indexfro1.php3?http://www.iscsp.utl.pt/~cepp/regimes_politicos/sidonismo.htm

“Os novos projectos do Plano dos Centenários”. Acedido em 13 de outubro de 2014 em URL: <http://www.sec-geral.mec.pt/index.php/publicacoes-e-eventos/exposicoes-virtuais/os-edificios-escolares-do-plano-dos-centenarios/os-novos-projectos-do-plano-centenario>.

“Oswell Blakeston”, acedido em 15 de maio de 2015 em URL: <http://www.lib.utexas.edu/taro/uthrc/00014/hrc-00014.html>.

“Peters, Christian August Friedrich”. Acedido em 18 de junho de 2013 em URL: <http://www.springerreference.com/docs/html/chapterdbid/59821.html>

"Plantas da vila no Estoril de Sua Majestade a rainha a senhora D. Maria Pia", PT/TT/CR/007-016/00371C. Acedido em 10 de julho de 2014 em URL: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4644229>.

PROJETHA. Projetos do Instituto de História da Arte. N.º 1 – Fontes para a História dos Museus de Arte em Portugal. Apresentação de resultados, 2013. Acedido em diversas datas em URL: <http://institutodehistoriadaarte.files.wordpress.com/2012/11/projetha fontes port.pdf>

“Photographs of Portuguese Castles and Manor Houses”. Acedido em 1 de abril de 2015 em URL: <http://www.castlesandmanorhouses.com/photos-portugal.htm>

“Raul Lino”. Acedido em diversas datas em URL: http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=468431

“Regimento de Cavalaria de Santa Margarida”. Acedido em 5 de novembro de 2013 em URL: <http://heportugal.wordpress.com/2014/02/23/regimento-de-cavalaria-de-santa-margarida/>

“Retrato de Braamcamp Freire”. Acedido em 14 de novembro de 2013 em URL: <http://casacomum.net/cc/visualizador?pasta=09527.005.013>

“Rogério dos Santos Azevedo”. Acedido em 13 de outubro de 2014 em URL: http://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=1005752

ROSAS, Lúcia – “O restauro da Sé Velha de Coimbra. António Augusto Gonçalves entre o rigor da História e o rigor do Desenho”. Acedido em 5 de fevereiro de 2014 em URL: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6149.pdf>

“Royal Palace”. Acedido em 24 de outubro de 2014 em URL: <http://www.koninklijkhuis.nl/globale-paginas/taalrubrieken/english/palaces/royal-palace/>

“Ruy Luís Gomes.” Acedido em diversas datas em URL: http://ruyluisgomes.blogspot.pt/2005_10_01_archive.html

SCHWARCZ, Lília Moritz – “A história de uma biblioteca: a Real Biblioteca e a sina comum e apartada de Brasil e Portugal”. Acedido em 8 de maio de 2013 em URL: <http://bndigital.bn.br/200anos/realBiblioteca.html>

SODRÉ, Muniz - Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira. Acedido a 6 de junho de 2013 em URL: <http://bndigital.bn.br/dossies/alexandre-rodrigues-ferreira/>

SOUZA; Luiz Antonio Lopes de - Biblioteca Nacional: 200 anos de arquitetura. Acedido a 8 de maio de 2013 em URL: <http://bndigital.bn.br/200anos/ospredios.html>

“The Lord Chamberlain”. Acedido em 9 de dezembro de 2014 em URL: <http://www.royal.gov.uk/TheRoyalHousehold/RoyalHouseholddepartments/TheLordChamberlain.aspx>

“The Hispanic Society of America”. Acedido em 21 de julho de 2014 em URL: <http://www.hispanicsociety.org/>

“Tratado do Atlântico Norte”. Acedido em 31 de outubro de 2014 em URL: http://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts/17120.htm?selectedLocale=pt

“Um certo olhar”. Acedido em 8 de outubro de 2014 em URL: <http://diasquevoam.blogspot.pt/2012/06/um-certo-olhar.html>

“VALE, José de Sá Ferreira Santos do (1772-1854)”. Acedido em 7 de junho de 2013 em URL: http://www.uc.pt/org/historia_ciencia_na_uc/autores/VALE_josedesaferreirasantosdo

VALE, Teresa, FERREIRA, Maria e COSTA, Sandra (2000) – “Casa da Rainha Dona Maria Pia / Vila Maria Pia”. Acedido em diversas datas em URL: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=9403

VALE, Teresa e GOMES, Carlos (1995) – “Basílica e Convento de Mafra / Palácio Nacional de Mafra”. Acedido em diversas datas em URL: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6381

VALE, Teresa e GOMES, Carlos (1994), CORREIA, Paula (2004) – “Palácio Nacional de Belém”. Acedido em diversas datas em URL: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6547

VALE, Teresa e GOMES, Carlos (1994), CORTESÃO, Luísa (2006) – “Convento de Nossa Senhora das Necessidades / Palácio das Necessidades”. Acedido em diversas datas em URL: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6541

VALE, Teresa e GOMES, Carlos (1994), FIGUEIREDO, Paula (2007) – “Capela Real da Ajuda / Torre sineira da Capela Real da Ajuda”. Acedido em diversas datas em URL: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6106

VALE, Teresa e GOMES, Carlos (1993), FIGUEIREDO, Paula (2008) – “Igreja da Memória”. Acedido em diversas datas em URL: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2185

VALE, Teresa e GOMES, Carlos (1994), FIGUEIREDO, Paula (2008) – “Paço da Ajuda / Palácio Nacional da Ajuda”. Acedido em diversas datas em URL: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4722

VALE, Teresa e GOMES, Carlos (1994), GRILO, Júlio (1998) – “Paço e Capela da Bemposta”. Acedido em diversas datas em URL: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2443

VAZ, João Morais – “Enrique Casanova, Nota Biográfica”. Acedido em 22 de maio de 2014 em URL: <http://www.palacioajuda.pt/pt-PT/galeria%20virtual/album/ContentDetail.aspx?id=456>

“Zona circundante do Palácio Nacional da Ajuda (Jardim das Damas, Salão de Física, Torre Sineira, Paço Velho e Jardim Botânico)”. Acedido em diversas datas em URL: <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/72758/>